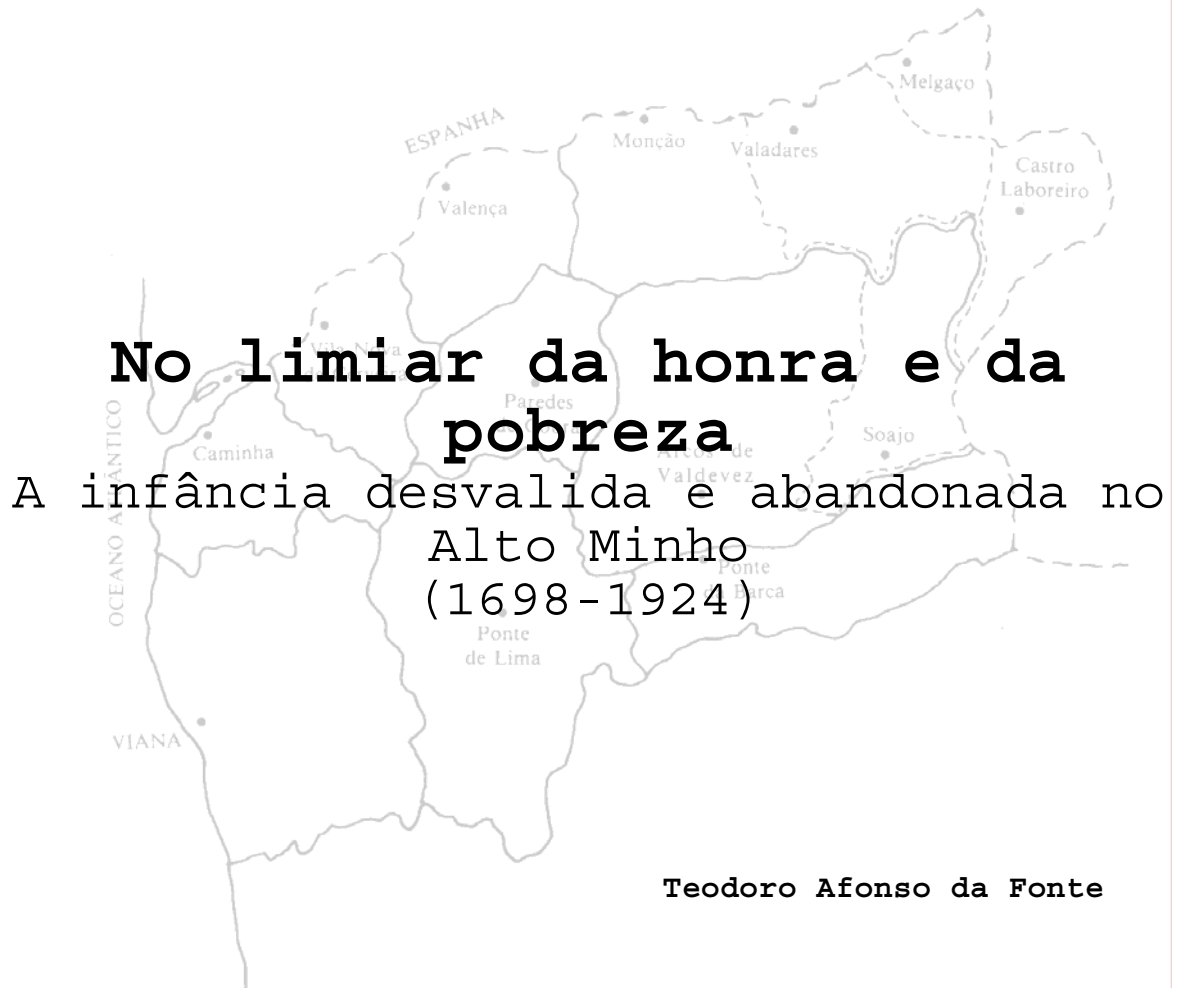


UNIVERSIDADE DO MINHO



Teodoro Afonso da Fonte

Dissertação de candidatura ao grau de Doutor em História, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sob a orientação da Doutora Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática da Universidade do Minho, e da Doutora Maria Luíza Marcílio, Professora Catedrática da Universidade de S. Paulo.

Instituto de Ciências Sociais

2004

RESUMO

Este trabalho estuda um dos mais complexos e enigmáticos fenómenos demográficos do passado e, simultaneamente, uma das temáticas mais desconhecidas ou subalternizadas no panorama historiográfico nacional, regional e local, sobretudo quando comparada com as produções académicas de outros países europeus.

Abrangendo toda a região do Alto Minho (correspondente aos actuais 10 concelhos do distrito de Viana do Castelo), a investigação inicia-se em 1698, data da fundação da Roda de Viana, e prolonga-se até 1924, ano do reconhecimento internacional e da aprovação dos Direitos da Criança. Dada a especificidade das fontes municipais, adoptámos uma metodologia microanalítica, com o recurso, sempre que possível, ao cruzamento da informação com as fontes paroquiais e distritais.

Com um carácter monográfico e uma dimensão predominantemente regional, este estudo está inserido no contexto nacional e ibérico da assistência à infância desvalida e abandonada, sendo de destacar a sua interligação com a vizinha Galiza, uma região que integrou o circuito da circulação de crianças, naquilo que considerámos como uma “estratégia sem fronteiras” e de complementaridade entre as duas regiões.

Subdividido em três partes, a primeira trata do enquadramento nacional, regional e local de toda a problemática relacionada com a infância desvalida e abandonada, incluindo uma perspectiva histórica da evolução jurídico-institucional deste sector da assistência pública.

Numa segunda parte, são analisados alguns dos aspectos relacionados com a gestão e administração deste sector público da assistência, confrontando o quadro normativo com as práticas institucionais. Segue-se o estudo empírico de todo o processo relacionado com a assistência à infância desvalida e abandonada no Alto Minho, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa. Esta inclui uma abordagem da encenação e ritualização da exposição de crianças, bem como o estudo da intervenção das amas em todo o sistema assistencial.

A terceira parte analisa as motivações e as estratégias colectivas e familiares, em busca de uma eventual convergência entre a ilegitimidade, a preservação da honra familiar, a pobreza e a exposição de crianças. Finalmente, e não obstante os elevados níveis de mortalidade registados, também analisaremos o problema da inserção e/ou exclusão familiar e social dos expostos sobreviventes, incluindo alguns processos de adopção e perfilhação.

Palavras chave: infância desvalida, infância abandonada, expostos, enjeitados, roda, hospício, assistência pública, amas, ilegitimidade, estratégias familiares, honra, pobreza.

ÍNDICE

PARTE I ENQUADRAMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

CAPÍTULO I FONTES E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

	Pág.
Agradecimentos	13
Introdução.....	17
1-Fontes impressas e manuscritas	31
1.1-Fontes nacionais.....	31
1.2-Fontes regionais e locais.....	32
1.3-Análise e crítica das fontes.....	36
2-Metodologia de investigação.....	40
2.1-O estado actual da investigação: trajectos e dificuldades	40
2.2-Estudos agregativos ou abordagens microanalíticas?	47
2.3-“Reconstituição de paróquias” e comportamentos demográficos marginais	50

CAPÍTULO II O ESPAÇO E A POPULAÇÃO

1-O espaço administrativo do Alto Minho.....	55
1.1-A Província de Entre Douro e Minho	55
1.2-As comarcas de Viana e Valença.....	58
1.3-As reformas administrativas liberais e a criação do distrito de Viana	60
2-Comunidade e domesticidade.....	65
3-Aspectos económicos, sociais e culturais	74
4-A evolução da população no Alto Minho.....	81
5-O Minho e a Galiza - divisão, proximidade e relações de vizinhança	91
5.1-Comportamentos demográficos no Minho e na Galiza	93

CAPÍTULO III A INFÂNCIA ABANDONADA- PERSPECTIVA HISTÓRICA E MENTALIDADES

1-A protecção à infância desvalida e abandonada.....	101
2-A mentalidade populacionista e a preservação da vida dos expostos	105
3-Motivações da exposição de crianças.....	109
4-A Igreja e a função reguladora da ordem moral e social.....	113

CAPÍTULO IV ENQUADRAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

1-O quadro normativo e a rede assistencial no noroeste peninsular.....	121
1.1-Os expostos em Portugal	123
1.2-A assistência pública aos expostos em Portugal e Espanha	128
1.3-A Roda dos Expostos.....	133
2-A oferta institucional do Minho e da Galiza	135
2.1-A Inclusa do Hospital Real de Santiago.....	135
2.2-A fundação da Roda de Viana.....	137
2.3-Tentativa de criação de mais Rodas na comarca de Viana.....	139
2.4-Encerramento e reabertura da Roda de Viana.....	139
3-O alargamento da oferta institucional.....	142
3.1-O regulamento interno das Rodas.....	151
3.2-A descentralização da assistência na Galiza: a Inclusa de Tui.	153
4-O novo quadro administrativo, penal e civil português.....	157
4.1-O alvará de 18 de Outubro de 1806	157
4.2-As reformas liberais e o decreto de 19 de Setembro de 1836	158
4.3-Os Códigos Administrativo, Penal e Civil	159
4.4-Exposição de crianças - um acto legal e anónimo ou socialmente controlado?	161
5-A administração dos expostos no distrito de Viana.....	167
5.1-As reformas administrativas distritais	167

5.2-O regulamento distrital de 1839	169
5.3-O regulamento distrital de 1852	169
6-O debate nacional sobre a legitimidade das Rodas	171
6.1-Razões de uma polémica	171
6.2- Os defensores das Rodas.....	172
6.3- Os opositores das Rodas.....	173
6.4-Remodelação e humanização das Rodas	174
6.5-Reflexos regionais do debate nacional	175
6.6-O impacto da exposição de crianças na imprensa local da época.....	177
6.7-A abolição das Rodas e sua substituição pelos Hospícios.....	180
7-A reforma nacional e regional da assistência à infância desvalida e abandonada.....	182
7.1-O regulamento distrital de 1866	182
7.2- Os autos de investigação	186
7.3-O regulamento nacional de 1867	188
7.4-O projecto de regulamento distrital de 1879	189
7.5- Os subsídios de lactação.....	191
7.6-O regulamento nacional de 1888	197
7.7-A fundação dos Asilos da Infância Desvalida.....	199
7.8-A legislação republicana e o apoio à infância desvalida e indigente	203
7.9-A declaração dos “Direitos da Criança”	205

PARTE II A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS NO ALTO MINHO

CAPÍTULO I GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E DESVALIDAS

1-A gestão de um importante ramo da administração pública.....	209
1.1-As receitas	213
1.2-As despesas.....	220
2-Gestão moralizadora ou “negócio dos expostos”?	227
2.1-O “selo dos expostos”	236
2.2- Os processos de intimação às mulheres solteiras grávidas	241
2.3-A permissividade, a tolerância e o descontrolo institucional	243
3-A emergência de um novo modelo de assistência social.....	246

CAPÍTULO II ANÁLISE DIFERENCIAL DOS EXPOSTOS E SUBSIDIADOS

1- Os “expostos” do Alto Minho.....	250
2-Relações de masculinidade	264
3-Sazonalidade das exposições.....	266
4-As vítimas inocentes do sistema	268

CAPÍTULO III A RITUALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS

1-Exposição de crianças – um novo “ritual de passagem”?	279
2-Encenação e locais de exposição das crianças.....	284
2.1- Os sinais dos expostos.....	289
2.2-Idade ao abandono	291
2.3-O enxoval.....	293
2.4-As mensagens escritas e orais	297
3-O baptismo “sub conditione”	303
4- Os nomes próprios e o apelido “exposto”	306

CAPÍTULO IV AS AMAS E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA E ABANDONADA

1-A importância das amas na assistência aos expostos	311
1.1-As amas de empréstimo	318
1.2-As amas internas ou de passagem	319
1.3-As rodeiras/hospitaleiras	321

1.4-As amas externas de leite	327
1.5-As amas de seco	329
2-O “mercado de trabalho” e o mercenarismo das amas.....	330
2.1-As amas honradas e responsáveis.....	332
2.2-As amas negligentes e madrastas	333
2.3- Caracterização física das amas.....	337
2.4-O estado matrimonial e profissional das amas.....	339
2.5-A distribuição geográfica das amas	341
2.6-Os salários das amas.....	343
2.6.1-Os salários hipotecados	347
3-Os cuidados higiénico-sanitários.....	348
3.1-A alimentação dos expostos	348
3.2-A morbi-mortalidade dos expostos	352
3.3-Receituário para tratamento das “moléstias” dos expostos.....	358
3.4-A criação de um hospital interino em Ponte de Lima	361
3.4.1-Sistema homeopático ou alopático?.....	362

PARTE III DA EXPOSIÇÃO AO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL

CAPÍTULO I ESTRATÉGIAS E MOTIVAÇÕES DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS

1-Exposição de crianças - a negação da afectividade e do amor parental?	366
2-Razões da exposição de crianças	370
3-As Rodas - a prefiguração das futuras políticas sociais?	373
3.1-A mortalidade pós parto, os partos duplos e a incapacidade das mães	381
3.2-A discriminação positiva dos filhos de militares	384
3.3-As crianças com deficiência física e mental.....	387
3.4-Delinquência, criminalidade e exposição de crianças.....	390
3.5-As crises económicas e as estratégias de sobrevivência	390
3.5.1-Os filhos legítimos de famílias pobres e indigentes	394
3.5.2-A extensão da cobertura social às mulheres galegas.....	397
4-Ilegitimidade e exposição de crianças - uma convergência demográfica?.....	400
4.1-A preservação da honra familiar	409
4.2-As vítimas da indigência	415
4.3-A depravação de costumes e a libertinagem.....	417

CAPÍTULO II A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS - UMA ESTRATÉGIA SEM FRONTEIRAS

1-A circulação interconcelhia de crianças	420
2-Estratégias familiares e colectivas	425
3-A circulação transfronteiriça de crianças	433
3.1-Abandono e circulação de crianças entre a Galiza e o Minho	436
3.2-Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza	441

CAPÍTULO III INSERÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL DOS EXPOSTOS?

1-O estatuto jurídico dos expostos	446
2-A sobrevivência de crianças expostas	448
2.1-A reintegração familiar voluntária	452
2.2-A reintegração familiar compulsiva.....	455
2.3-Legitimação e perfilhação de crianças expostas	457
2.4-A adopção de crianças expostas	463
3-A integração social dos expostos maiores de 7 anos	468
3.1-Instrução e educação dos expostos.....	471
3.2-O recenseamento dos “filhos da pátria”	474
3.3-Expectativas de vida, emigração e profissão dos expostos	475
3.4-Os bens e os dotes dos expostos	479
3.5-O estigma de marginalidade	482
3.6-Retalhos de vidas	484

Conclusões.....	490
FONTES MANUSCRITAS LOCAIS e REGIONAIS.....	514
FONTES IMPRESSAS NACIONAIS	516
BIBLIOGRAFIA GERAL	520
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA	526

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 A Misericórdia de Viana, na 2. ^a metade do século XIX.....	67
Figura 2 Pessoas e trajes do Alto Minho, na 2. ^a metade do século XIX.....	69
Figura 3 Lavrada em Paredes de Coura (2. ^a metade do século XIX)	72
Figura 4 Roda do Recolhimento de Santiago (Viana)	133
Figura 5 Casa da Roda de Ponte de Lima	147
Figura 6 Armas da Casa da Roda de Ponte de Lima	147
Figura 7 Hospício de Ponte de Lima (antiga Casa da Roda), ao cimo do Calvário.....	183
Figura 8 O selo dos expostos.....	236
Figura 9 O Calvário de acesso à Casa da Roda/Hospício de Ponte de Lima	286
Figura 10 Bilhete com mensagem escrita.....	297

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Correição de Viana (1736).....	57
Quadro 2 Ouvidorias de Barcelos e Valença (1736).....	57
Quadro 3 Escolas primárias públicas no distrito de Viana e frequência de alunos (1859-1860)	79
Quadro 4 Evolução demográfica nos concelhos de Entre Douro e Minho	81
Quadro 5 Comarcas, concelhos, freguesias e população do Alto Minho (1794).....	83
Quadro 6 População dos concelhos do Alto Minho (1794 e 1801).....	83
Quadro 7 Fogos dos concelhos do distrito de Viana (1835).....	86
Quadro 8 Mapa do movimento da População de Entre Douro e Minho - 1851	87
Quadro 9 População do distrito de Viana (1864)	88
Quadro 10 Nascimentos (legítimos e ilegítimos) no distrito de Viana (1864).....	88
Quadro 11 Evolução da população do distrito de Viana (1864-1920)	90
Quadro 12 Natalidade ilegítima na Europa do Antigo Regime (%).....	94
Quadro 13 Percentagem de baptismos de ilegítimos em 13 paróquias do Minho	95
Quadro 14 Movimento e existência dos Expostos (e subsidiados?) em Portugal (1849-1853)	126
Quadro 15 Estatística do movimento dos “expostos” nos distritos de Portugal	127
Quadro 16 Freguesias e fogos do termo de Viana (1716)	141
Quadro 17 População e concelhos do Alto Minho com Rodas, nos finais do séc. XVIII	143
Quadro 18 Localização das Rodas no Minho, em meados do século XIX.....	168
Quadro 19 Somas votadas pelas Juntas Gerais de Distrito, em Portugal(1849-1853)	215
Quadro 20 Orçamento para a sustentação dos expostos no distrito de Viana	216
Quadro 21 Orçamento distrital da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo (1866)	217
Quadro 22 Despesas com os expostos na Roda de Caminha (1848/1849)	221
Quadro 23 Despesas anuais com as amas dos Expostos do Distrito de Viana (em réis).....	221
Quadro 24 Outras despesas com os expostos do Distrito de Viana (em réis).....	222
Quadro 25 Somas votadas para a sustentação dos expostos nos distritos do país (em réis).....	223
Quadro 26 Despesas com os expostos e subsidiados nas Rodas do distrito de Viana.....	224
Quadro 27 Orçamento ordinário e quotas para os expostos do distrito de Viana, em réis.....	225
Quadro 28 Despesas com os expostos e os subsidiados no Distrito de Viana	226
Quadro 29 Intimações de gravidez às mulheres solteiras e viúvas não recatadas	242
Quadro 30 Estatística da população, expostos, subsidiados e despesas	254
Quadro 31 Movimento anual de entrada de expostos e subsidiados nas Rodas.....	Error! Bookmark not defined.
Quadro 32 Total de expostos e subsidiados a criar pelas Rodas	Error! Bookmark not defined.
Quadro 33 Crianças legítimas, ilegítimas e expostas no distrito de Viana, em 1864	258
Quadro 34 Crianças admitidas no Hospício de Viana - art.º 3.º do Reg. de 1866	261
Quadro 35 Rácio de masculinidade (R.M.) dos Expostos de Viana	264
Quadro 36 Mortalidade dos “expostos” nos distritos de Portugal	272
Quadro 37 Óbitos de expostos e subsidiados das Rodas do Distrito de Viana	273
Quadro 38 Mortalidade diferenciada dos Expostos da Roda de Viana (1851-1860).....	274
Quadro 39 Mortalidade diferenciada dos Expostos da Roda de P. Lima (1851-1860).....	274
Quadro 40 Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos de Viana (1865-1866).....	275
Quadro 41 Salário acumulado da rodeira de Ponte de Lima (1825-1833)	324
Quadro 42 Origem dos expostos entregues pelas Rodas de Viana e de Ponte de Lima.....	430

Quadro 43 <i>Expostos e subsidiados entregues aos familiares no distrito de Viana</i>	454
Quadro 44 <i>Registo de expostos sepultados no Cemitério Público de Viana do Castelo</i>	478

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 <i>Evolução do registo dos Expostos de Ponte de Lima (1792-1874)</i>	33
Gráfico 2 <i>Evolução global do registo de expostos nos concelhos de Viana e P. de Lima</i>	34
Gráfico 3 <i>Registo de entrada de expostos e subsidiados nos Hospícios do Alto Minho</i>	35
Gráfico 4 <i>Percentagem de nascimentos legítimos e ilegítimos no distrito de Viana</i>	98
Gráfico 5 <i>Subsídios de aleitação concedidos pela Câmara de Ponte de Lima (1868-1887)</i>	192
Gráfico 6 <i>Expostos e subsidiados do Hospício de Ponte de Lima (1871-1920)</i>	193
Gráfico 7 <i>Expostos e subsidiados da Roda de Viana (1802-1815)</i>	196
Gráfico 8 <i>Movimento dos Expostos de Viana e Ponte de Lima (1770-1920)</i>	251
Gráfico 9 <i>Expostos das Rodas de Viana e Ponte de Lima (1831-1850)</i>	252
Gráfico 10 <i>Expostos e subsidiados do distrito de Viana (1836-1859)</i>	253
Gráfico 11 <i>Expostos das Rodas/Hospícios de Viana e Ponte de Lima</i>	254
Gráfico 12 <i>Expostos e Subsidiados das Rodas do Distrito de Viana (1854-1863)</i>	256
Gráfico 13 <i>Evolução das exposições anuais em Ponte de Lima e Viana (1860-1869)</i>	257
Gráfico 14 <i>Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima (1770-1920)</i>	262
Gráfico 15 <i>Sazonalidade das exposições nas Rodas de Viana e Ponte de Lima</i>	266
Gráfico 16 <i>Expostos da Roda de Ponte de Lima (1825-1832)</i>	270
Gráfico 17 <i>Total de Expostos/ Subsidiados e de Óbitos no Distrito de Viana (1854-1863)</i>	273
Gráfico 18 <i>Amas do Hospício de Ponte de Lima (1867-1899)</i>	339
Gráfico 19 <i>Profissão das amas ao serviço da Roda do concelho dos Arcos (1857-1866)</i>	341
Gráfico 20 <i>Expostos da Roda/Hospício dos Arcos entregues às mães (1866-1909)</i>	406
Gráfico 21 <i>Subsídios de aleitação- Câmara de Ponte de Lima (1871-1887)</i>	408
Gráfico 22 <i>Destino dos Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima (1792-1910)</i>	450

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 <i>Província de Entre Douro e Minho, 1736</i>	55
Mapa 2 <i>Divisão administrativa do Alto Minho, em 1800</i>	59
Mapa 3 <i>O distrito administrativo de Viana, 1836-1855</i>	62
Mapa 4 <i>Mapa do actual distrito de Viana do Castelo</i>	63
Mapa 5 <i>Municípios actuais da Galiza (Sul de Pontevedra) e do Minho (Alto Minho)</i>	92
Mapa 6 <i>Localização das Rodas dos Expostos nos concelhos do Alto Minho (1835-1855)</i>	145
Mapa 7 <i>Mapa do Alto Minho, em finais do século XVIII</i>	421
Mapa 8 <i>Mapa do distrito de Viana do Castelo</i>	422
Mapa 9 <i>Naturalidade de algumas das mães de crianças expostas noutros concelhos</i>	431
Mapa 10 <i>Origem galega de algumas crianças expostas nos concelhos do Alto Minho</i>	436
Mapa 11 <i>Origem minhota de algumas crianças expostas na Inclusa de Tui</i>	442

ANEXOS

ANEXO 1 <i>Localização das Rodas de Entre Douro e Minho, em meados do século XIX</i>	500
ANEXO 2 <i>Expostos das Rodas/Hospícios dos Concelhos do Alto Minho</i>	502
ANEXO 3 <i>Entrada e destino dos Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima</i>	506
ANEXO 4 <i>Entrada e destino dos Expostos da Roda/Hospício de Caminha</i>	510

À memória de meus pais
À minha
família
Aos meus amigos
Aos meus
alunos

O «menino», nosso antepassado, era muito menos feliz do que o bebê, nosso descendente.

(...) E a roda do Hospital Real, rodando dia e noite, ia recebendo crianças sobre crianças - a boquita sequiosa, os cabelos numa névoa de oiro, sorrindo para a sua própria desgraça.

Júlio Dantas, *O amor em Portugal no séc. XVIII*

A criança deve ser protegida, independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade e crença;

A criança que tem fome deve ser alimentada;

A criança doente deve ser tratada;

A criança deficiente deve ser auxiliada;

A criança órfã e abandonada deve ser recolhida;

A criança deve beneficiar plenamente de medidas de previdência e de seguros sociais.

In Declaração de Genebra – 1924 (adaptada)

Agradecimentos

Um trabalho com tão ampla dimensão espaço-temporal dificilmente poderia ser desenvolvido e concretizado sem a colaboração, o apoio e os incentivos de um conjunto de pessoas e entidades que, directa ou indirectamente, a ele ficam indelevelmente associados.

No universo dos apoios mais significativos, será de inteira justiça começar por lembrar a minha mulher e as minhas filhas, cuja presença sempre funcionou como um estímulo e um apoio incondicional, mesmo nos momentos em que se tornou muito difícil conseguir conciliar a vida familiar com a actividade profissional e a investigação.

A nível científico e profissional, tivemos o grande privilégio de beneficiar do trabalho de orientação de duas das maiores especialistas internacionais e referências incontornáveis na área da Demografia Histórica, como são as Doutoradas Maria Norberta Amorim e Maria Luiza Marcílio, Professoras Catedráticas das Universidades do Minho e de S. Paulo, respectivamente. O nosso agradecimento por terem disponibilizado todo o seu saber e experiência para o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste projecto, acreditando nas suas potencialidades e no seu contributo para o progresso do conhecimento histórico e o consequente enriquecimento da História das Populações.

Não poderemos deixar de agradecer o apoio das Câmaras Municipais do Distrito de Viana do Castelo, bem como de todas as pessoas que nos ajudaram a encontrar as fontes que fundamentam e estruturam a presente investigação. Pela sua maior envolvimento no projecto, queremos destacar a Dr.^a Maria Olinda Pereira, Directora do Arquivo Distrital e o Dr. Oliveira e Silva, ex-Governador Civil do distrito de Viana do Castelo, assim como o Dr. Maranhão Peixoto, a Dr.^a Isabel Costa, o Dr. Rafael Estanqueiro e a Dr.^a Isabel Pereira, Directores dos Arquivos Municipais de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Arcos de Valdevez, respectivamente.

Finalmente, um agradecimento à Universidade do Minho e ao seu Núcleo de Estudos de População e Sociedade, pelos apoios concedidos, assim como à Ancorensis Cooperativa de Ensino, por ter procurado conciliar a nossa função docente com a investigação.

A terminar, um misto de satisfação e frustração: satisfação, por estarmos a concluir mais uma importante etapa do nosso trajecto de vida; frustração, por nos sentirmos profundamente discriminados num país em que, contrariamente ao que se verifica na carreira docente do sistema público, não superior, o estatuto do ensino particular e cooperativo não prevê qualquer redução lectiva para a formação e valorização profissional dos seus professores, nem mesmo o direito ao ano sabático para o desenvolvimento de projectos de investigação, além de não contemplar qualquer benefício ou progressão na carreira para os detentores dos graus de mestrado ou doutoramento.

Citações bibliográficas:

Para evitar a excessiva proliferação de notas de rodapé, as citações bibliográficas deste trabalho serão efectuadas dentro do próprio texto, de acordo com as normas adoptadas pela *Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, ou seja, o autor, seguido do ano de edição da obra e da respectiva página ou páginas da citação. A identificação completa do autor e da obra será efectuada, por ordem alfabética, na bibliografia geral e específica, apresentada no final do trabalho.

Por seu lado, as fontes nacionais, regionais e locais, bem como as citações que justifiquem a sua apresentação em nota de rodapé, serão efectuadas de acordo com a norma portuguesa.

Siglas:

A.D.V.C., Arquivo Distrital de Viana do Castelo
A.G.C.V.C., Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo
A.M.A.V., Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez
A.M.C., Arquivo Municipal de Caminha
A.M.P.B., Arquivo Municipal de Ponte da Barca
A.M.P.L., Arquivo Municipal de Ponte de Lima
A.M.MG., Arquivo Municipal de Melgaço
A.M.MÇ., Arquivo Municipal de Monção
A.M.V., Arquivo Municipal de Valença
A.M.V.C., Arquivo Municipal de Viana do Castelo
A.M.V.N.C., Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira
A.D.H.T., Arquivo Diocesano Histórico de Tui
A.N.T.T., Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Figuras:

As figuras números 1, 2 e 3 (Parte I) são da autoria de João de Almeida e foram extraídas da obra de José Augusto Vieira, “*O Minho Pittoresco*”, tomo I, edição fac-similada do Rotary Club de Valença, 1986; as figuras números 5 e 6 (Parte I) e número 2 (Parte II) são da autoria de Justininho, extraídas da obra de Miguel Roque dos Reis Lemos, “*Apontamentos para as Memórias das Antiguidades de Ponte de Lima*”, um manuscrito (1939) que se encontra no Arquivo da Câmara Municipal de Ponte de Lima.

INTRODUÇÃO

A observação do passado (...) não é uma viagem ao reino das sombras (...).

Só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente.

José Matoso, *A Escrita da História*

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.

Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente.

Marc Bloch, *Introdução à História*

Numa época em que a criança ocupa um espaço privilegiado no universo das famílias e das sociedades do mundo ocidental, com os seus direitos a serem internacionalmente reconhecidos - o que lhe confere o privilégio de beneficiar dum programa específico de protecção e de segurança social - qualquer situação de abandono, exploração ou maus tratos é considerada como um comportamento repugnante, socialmente reprovado e juridicamente condenado.

Depois da infância ter despertado um interesse particular nalguns círculos restritos da investigação académica, em busca da origem do sentimento de pertença e da especificidade desta fase inicial da vida, os problemas que ainda hoje afectam as crianças passaram a centralizar muito do debate público da actualidade. Todavia, o estudo da criança no seio da família e da sociedade dita tradicional tem sido impulsionado pela necessidade de se procurar dar resposta a novas questões e à persistência de velhos problemas, um objectivo perseguido tanto por historiadores, demógrafos, sociólogos e antropólogos, como por psicólogos, pediatras e pedagogos.

Inseridos num espaço europeu, onde as crianças são tão valorizadas e a adopção constitui um objectivo de muitos casais, não admira que quaisquer comportamentos lesivos da sua integridade física e mental sejam profusamente debatidos e socialmente condenados, à luz dos valores da sociedade contemporânea. Paradoxalmente, mesmo após terem sido reconhecidos e oficialmente aprovados os seus direitos, primeiro pela Declaração de Genebra, em 1924, mais tarde pelas Nações Unidas, em 1959, a realidade tem-nos mostrado que os problemas das crianças não são um exclusivo do passado, se pensarmos que muitas delas ainda hoje são vítimas de abandono, maus tratos e perversas formas de exploração.

Apesar do fenómeno do abandono de crianças estar associado a comportamentos e práticas das populações do passado, a sua dimensão e o contexto em que o mesmo se gerou e desenvolveu assegurou-lhe um espaço próprio na nossa memória colectiva. Transmitido de geração em geração, quantas vezes de forma deturpada, qualquer caso de infanticídio ou de abandono de crianças, nos dias de hoje, acaba por desencadear uma profunda reflexão e suscitar novos problemas, aos quais os especialistas de várias

áreas procuram dar resposta. A sua contextualização e problematização no âmbito da História não poderá deixar de ser feita, sobretudo por aqueles que, na linha de pensamento de Marc Bloch, consideram que a incompreensão do presente é uma consequência da ignorância do passado.

Esporadicamente, a comunicação social tem-nos confrontado com determinados factos que representam a negação dos mais elementares direitos das crianças e da dignidade humana. Sem dispormos de estimativas seguras, são periodicamente noticiados casos de infanticídio, abandono e exploração de crianças, algumas delas a ferirem profundamente a sensibilidade humana¹ e a introduzirem na opinião pública um problema que, afinal, não era exclusivo das sociedades que nos precederam².

Não obstante tratar-se de períodos e contextos substancialmente diferentes, a justificarem um adequado enquadramento global, não deixa de ser pertinente o desafio de se partir em busca de eventuais rupturas e continuidades de um comportamento demográfico e social que, apesar de excepcional, ainda persiste nos nossos dias. Com a progressiva valorização da criança, qualquer problema que viole os seus direitos ou ponha em causa a sua dignidade passa a constituir um problema social, a exigir a intervenção dos poderes instituídos.

Nos finais do século XX, quando foi noticiada a “venda de crianças”, nos Açores, este problema foi objecto de uma ampla abordagem na comunicação social³, o que facilitou e promoveu o debate público, chegando mesmo a justificar a intervenção de alguns dos representantes dos poderes local e central. Ao pronunciar-se sobre o assunto, o Presidente da República considerou que tal situação não seria uma característica específica de uma determinada região, antes o resultado de condicionantes económicas e sociais de um país que chegou a dispor de “rodas” para nelas se exporem ou depositarem as crianças. Na prática, estaríamos perante um problema que *«faz parte da nossa História, do percurso da nossa pobreza»*⁴.

¹ Notícias como “*Mulher asfixiou e enterrou filha recém-nascida*”, “*Alcoolismo não justifica assassinio de bebé*”, “*Mãe congelou recém-nascido*”, “*Bebé recém-nascido encontrado vivo em caixote do lixo*” ou “*Bebé enterrado num quintal*” não servem apenas para alimentar uma comunicação social pretensamente mais sensacionalista. São apenas alguns dos factos reais que se registaram durante o período em que desenvolvemos esta nossa investigação.

Em relação à primeira notícia, o jornal *O Comércio do Porto*, de 7 de Junho de 1994, informou que a GNR de Barcelos deteve uma mulher que confessou ter asfixiado e enterrado uma filha, logo após o parto. Segundo a fonte citada, o Tribunal de Barcelos autorizou esta mulher operária a aguardar julgamento em liberdade, atendendo ao facto de *«ser mãe solteira com grandes dificuldades económicas e ter três filhos a seu cargo que iriam passar fome, se a mãe deixasse de trabalhar»*. O caso foi denunciado pela população que suspeitou do facto dessa mulher andar grávida de nove meses e não haver sinal do que sucedera após o parto.

² Os casos de abandono são bem mais frequentes do que os de infanticídio, apesar de se tratar de situações residuais, quando comparados com o que se verificou num passado relativamente recente, em que a exposição de crianças se poderia fazer em instituições de assistência onde existia uma “roda” - um mecanismo legal que permitia que as crianças lá pudessem ser depositadas, sem que se soubesse quem as deixava.

³ Já nos finais de 2003, a comunicação social desvendou aquilo que considerou ser uma rede de tráfico e venda de crianças, filhas de imigrantes. Segundo uma reportagem da TVI, emitida no dia 4 de Dezembro, essas crianças, de poucos meses de idade, estariam à venda por 25 000 euros, com o “negócio” a ser realizado em plena cidade de Lisboa. O jornal “*Correio da Manhã*”, de 6 de Dezembro, analisou a legislação vigente e concluiu que a venda de crianças em Portugal não é punida por lei. O actual Código Penal é omissivo nessa matéria, penalizando apenas a sua venda quando as crianças se destinam a exploração sexual ou trabalho forçado. No entanto, um novo projecto de lei prevê penas de prisão entre cinco e quinze anos para quem venda ou compre crianças.

⁴ Este problema da “venda de criança” emergiu a partir de factos reais registados nos Açores, em 1999, o qual acabou por despertar uma grande discussão pública, com a intervenção de alguns

Depois de abolidas, há mais de um século, e terem praticamente caído no esquecimento, o renovar do interesse pelo conhecimento das “rodas”, como instituições de recepção de crianças “enjeitadas”, foi despertado pela notícia de que, num país da União Europeia, se estava a desenvolver um programa que alguma comunicação social considerou ser a «*recriação da “roda” que os portugueses já conheceram*»⁵.

Este novo programa assistencial, associado à criação de um “banco de bebés”, na cidade alemã de Hamburgo, foi tornado público no período de transição para o actual século e milénio, tendo sido apresentado como um “*exemplo para salvar a vida dos filhos enjeitados*”. De uma forma anónima, a mãe poderia “expor” ou colocar o “filho indesejado” numa espécie de caixa receptora, um mecanismo moderno que estaria dotado com sensores próprios, prontos a serem accionados e a darem o «*alerta de que mais um bebé chegou – e mais uma vida se salvou*». Eram as novas tecnologias ao serviço de uma pretensa instituição moderna que mais não seria do que a recriação ou adaptação da antiga “roda dos expostos”, uma instituição de assistência à infância abandonada que permitia à rodeira recolher as crianças expostas no mecanismo giratório, depois de alertada pelo toque duma campainha, sem poder visualizar e identificar quem as havia lá deixado⁶.

O objectivo principal das novas instituições seria o de criar um espaço seguro para acolher, em condições de segurança, os bebés que eram enjeitados pelas mães e que, de outra forma, correriam o risco de serem abandonados e morrer. Depois de recolhidas, as crianças seriam logo tratadas e assistidas por pessoal especializado, permanecendo na instituição de acolhimento durante oito semanas, período durante o qual as mães arrependidas teriam oportunidade de as recuperar, depois de provada a sua ligação biológica. Essa prova poderia ser o “sinal” deixado junto das crianças no momento da sua exposição, eventualmente algum bilhete com alguma mensagem que não compromettesse a identidade das mães.

Este programa, que havia sido criado com o aval do governo e com o propósito de “salvar vidas”, já estaria a ser fortemente criticado pelos seus opositores, por o considerarem «*um convite a mães na miséria para abandonarem os seus filhos (...) um*

representantes de órgãos de soberania nacional. Os dados citados baseiam-se numa notícia publicada no *Diário de Notícias*, em 6 de Julho de 1999. Também o Provedor de Justiça se pronunciou sobre o mesmo caso, o que o levou a defender uma alteração ao Código do Registo Civil que impeça registos de falsas identificações ou paternidades, através da apresentação de um atestado médico, o que impediria ou dificultaria a “venda de crianças”. Sobre o caso registado no Açores, o Provedor de Justiça alertou para a necessidade de se distinguirem os casos de pessoas que, por necessidade económica e sem contrapartidas, entregam os filhos a pessoas que têm possibilidade de os adoptar e educar, daqueles que configuram o tráfico e venda de crianças.

⁵ Esta notícia, publicada no *Jornal de Notícias*, em 10 de Março de 2000, considerava que este projecto não é inédito no Mundo. Segundo o jornal, alguns juristas dos Estados da Califórnia, Pensilvânia e da Florida, nos Estados Unidos da América, decidiram seguir as pisadas dos seus compatriotas texanos e permitir que as mães pudessem entregar os recém-nascidos antes de os abandonarem no lixo. A notícia terminava com a informação de que, em Houston, a lei permitia que as mães que não quisessem os filhos os pudessem entregar nas emergências dos hospitais, sem serem interrogadas.

⁶ Um pouco mais tarde, o mesmo assunto voltou a ser lançado na comunicação social, através de um não menos polémico artigo intitulado “*O regresso da Roda dos Expostos*”. Tratava-se de um extenso artigo que foi publicado na revista “*Nova Gente*”, em 2002, ilustrado com imagens e com posições públicas assumidas por alguns dos intervenientes neste novo sistema assistencial. Nele se noticiava o mesmo programa de recolha de crianças abandonadas na Alemanha, o qual estaria a ser adoptado em vinte cidades, sendo apresentado como uma recuperação do antigo método de salvar bebés abandonados, o que levava a concluir que «*a Roda dos Expostos dos tempos modernos parece ter vindo para ficar*».

O mesmo artigo apresentava alguns dados estatísticos para fundamentar a criação desta “*Roda dos Expostos dos tempos modernos*”, dando conta de que, em 1999, foram registados 46 casos de crianças abandonadas na Alemanha, um número que baixou para 32 crianças, no ano seguinte.

projecto desumano que em nada ajuda as mães». Além de não ser ético, acabaria por contribuir para a desresponsabilização de algumas jovens mães solteiras, permitindo-lhes ocultar e expor os próprios filhos. Por seu lado, os defensores da sua manutenção argumentavam com o facto de todos os anos serem abandonados cerca de trinta bebés, na Alemanha, metade dos quais não seriam encontrados a tempo de os poder salvar, pelo que a sua existência constituiria uma oportunidade de sobrevivência para as crianças não desejadas e enjeitadas. É uma polémica que faz lembrar uma outra, bem mais acérrima, que se desenvolveu no século XIX, em torno da legitimidade das rodas, uma questão que analisaremos em capítulo próprio.

Com um carácter excepcional, embora muito preocupante para a época em que vivemos, o abandono de crianças nas maternidades, nas igrejas, à porta de particulares, nas ruas e, até, em lixeiras e caixotes de lixo tem sido periodicamente noticiado e escalpelizado pelos principais meios de comunicação social⁷.

Um jornal diário publicou, em 1992⁸, um estudo sobre “*Os bebés intrusos e malditos*”, uma problemática que mereceu honras de primeira página, subordinada ao tema “*Dezenas de casos registados anualmente – Bebés abandonados: Histórias Portuguesas*”. Muitas dessas crianças seriam abandonadas pelas mães, logo após o parto, por vezes com a cumplicidade dos pais. Os dados disponíveis apontavam para uma frequência de abandono superior àquela que a comunicação social ia noticiando. Bastaria que fossem contabilizados os casos em que as mães optavam por entregar directamente as crianças à Segurança Social para serem adoptadas, uma estratégia que, mais de que um acto de abandono, representaria apenas uma transferência de responsabilização parental.

Em 1991, terão sido deixadas 22 crianças nestas condições, com as mães a declararem que não queriam ficar com os filhos. De acordo com os dados apurados, «*a maioria das mulheres são solteiras, pertence a um estrato social bastante baixo e não tem emprego*». A primeira e principal razão para não ficarem com os filhos era a falta de condições económicas. No entanto, também se registavam situações de incesto,

⁷ Alguns casos foram notícia de primeira página, como o do bebé que foi abandonado no Algarve, dentro de um carrinho. Segundo testemunhas, «*quem o abandonou deixou-o em local bem visível para ser rapidamente encontrado, bem vestido e protegido do frio*». A criança foi recolhida no Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, tendo-se descoberto, mais tarde, ser filho de um casal inglês (JN, 15 de Janeiro de 2002). Este caso continuou a ser notícia, a partir do momento em que se deu início a um complexo processo de adopção, por se tratar de uma criança filha de pais estrangeiros.

Também foram muito divulgados os casos de um recém-nascido que foi encontrado debaixo do altar de uma igreja, em Águeda, e o de um bebé deixado, numa madrugada, à porta do Centro Comunitário de Recardães. Neste último caso, tratava-se de uma menina, com cerca de uma semana de vida, cuja presença, à porta da instituição, foi detectada por um vizinho que ouviu uns gemidos vindos do lado do Centro Comunitário. A criança estava dentro de uma alfofa, bem limpa e agasalhada (in JN, de 23 de Junho de 2002).

Sob o título “*Mulher abandona o filho horas após ter dado à luz em Braga*”, o Jornal de Notícias, de 26 de Dezembro de 2002, noticiou que a parturiente desapareceu, sem deixar rasto, horas depois de ter dado à luz no Hospital. A mãe, uma mulher de 28 anos, terá utilizado dados de identificação falsos, na altura do internamento, como parte de uma estratégia de preservação da sua verdadeira identidade.

O mesmo jornal já havia publicado outras notícias sobre o problema do abandono de crianças (JN, de 26 de Setembro de 2002). Uma delas dava conta da simulação do abandono de uma criança por dois jovens, recém-casados, ele com 16 e ela com 17 anos de idade. De acordo com a notícia, estes jovens, «*movidos pela vergonha e medo dos familiares, realizaram o parto numa casa em construção e simularam a história do abandono. A ideia era ganhar tempo e coragem para contar o caso à família*». Também foi noticiado o abandono de uma criança, na Guarda, tendo-se descoberto ser filha de uma adolescente, com apenas 15 anos de idade, a qual, depois de tratada no hospital, acabou por sair em liberdade, por ser inimputável.

⁸ Jornal Público, de 31 de Março de 1992.

toxicodependência e prostituição. Todas as gravidezes tinham sido indesejadas e os filhos não faziam parte dos seus planos.

Na opinião de Coimbra de Matos, psicanalista do Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa, poderão ser várias as razões que levam uma mãe a abandonar o filho, como «*o facto de a criança nunca ter sido desejada, o medo das consequências, a culpa e a vergonha (se for um filho ilegítimo), o incitamento por parte do pai ou até de familiares*». A cumplicidade destes últimos acabará por ser determinante no processo que conduz ao abandono, uma intervenção que terá uma maior incidência quando se trata de relações extraconjugais. Por outro lado, também poderão existir “condições prévias” para esse abandono, como a imaturidade emocional, o facto da pessoa que foi abandonada se poder transformar em abandonante, sem esquecer a possibilidade de se tratar de um acto eventualmente associado a diversos mitos⁹.

Passando a centralizar a nossa observação na região do Alto Minho, vamo-nos socorrer de alguns indicadores estatísticos e de estudos actuais sobre o problema do abandono de crianças. Desde a criação do serviço de obstetrícia do Hospital de Viana, em 1989, até ao final do mês de Março de 1992, foram abandonadas ou rejeitadas pelas mães 21 crianças recém-nascidas. Segundo um estudo publicado no boletim anual do serviço de pediatria deste estabelecimento hospitalar, das 21 crianças abandonadas, 17 eram filhas de mães solteiras, com idades compreendidas entre os 14 e os 40 anos. A maioria das mães tinha um baixo nível de escolaridade (quarta classe), sendo seis delas analfabetas. Em três de quatro situações de abandono, motivadas por infidelidades e relações extraconjugais, os maridos dessas mulheres estavam ausentes, a cumprir pena de prisão. Por seu lado, a prostituição esteve na origem do nascimento e abandono de quatro crianças.

Todas as crianças rejeitadas pelas mães ficavam internadas na unidade de neonatologia do serviço de pediatria. Durante as duas semanas em que as crianças permaneciam no hospital, a assistente social procurava analisar com as respectivas mães os diversos cenários que se colocavam para os filhos, para que a decisão tomada fosse consciente. Se a opção pelo abandono se mantivesse, o processo transitaria para o núcleo de adopções e colocações familiares do Centro Regional de Segurança Social e culminaria com a adopção dessas crianças por casais interessados¹⁰.

⁹ Segundo este psicanalista, o abandono de crianças recém-nascidas parece ser um fenómeno de todos os tempos e estar associado a diversos mitos que poderão existir no inconsciente de quem abandona os filhos nos dias de hoje: o “*mito da criança maldita*” que, na fantasia dos pais, os vai matar, originar guerras, doenças, calamidades; o “*mito de l’enfant trouvée*” (criança encontrada) que também é o “*mito do herói*”, segundo o qual o bebé será encontrado e recolhido por pessoas importantes que o vão tratar bem para sempre, podendo ser associado ao “*mito do salvamento*”, com os pais perseguidos e ameaçados de morte a terem de abandonar os filhos para os salvar. Aqui poderá inserir-se a história de Moisés, largado num cesto no rio Nilo e recolhido pela filha do Faraó.

¹⁰ Em 4 de Dezembro de 1995, o Jornal Público aproveitou a publicação de uma notícia sobre o abandono de duas crianças gémeas no Hospital de Gaia, sob o título sugestivo “*Abandonados com sorte*”, para apresentar um estudo sobre o problema da adopção destas crianças abandonadas. Trata-se do relato do abandono de duas crianças recém-nascidas pela mãe, a qual, depois de informar que iria realizar um telefonema, desapareceu sem deixar qualquer rasto. A “sorte” destas crianças estaria relacionada com o facto de não faltarem casais candidatos à sua adopção, proporcionando-lhes as condições que as mães não queriam ou não lhes poderiam assegurar.

Segundo a Procuradora da República nos Tribunais de Menores e de Família do Porto, o futuro destas crianças passa normalmente por uma de duas situações: ou são recebidas pela família natural, restrita ou alargada (avós e tios, por exemplo) ou são adoptados por algum casal candidato à adopção destas crianças abandonadas, dando sempre prioridade aos primeiros. Em relação aos processos de adopção, o

No ano de 1982, o Centro Social e Paroquial de N.ª S.ª de Fátima, em Viana do Castelo, criou o “Berço”, uma instituição que alargou a vertente sócio-caritativa da paróquia de Santa Maria Maior¹¹. Trata-se do único centro de acolhimento temporário para crianças abandonadas e/ou de alto risco do distrito de Viana do Castelo. Segundo o seu fundador¹², as crianças acolhidas no “Berço” são originárias das mais diversas circunstâncias, sobretudo de infidelidades conjugais e prostituição, num distrito que sofre de uma “pobreza estrutural”, sobretudo no seu interior¹³.

O problema do abandono de crianças, nos nossos dias, serve apenas como ponto de partida para o estudo de um fenómeno demográfico que atingiu a sua máxima expressão nos séculos XVIII e XIX. Contudo, não cabe nos parâmetros e no âmbito temporal desta investigação a abordagem dos problemas que afectam as crianças nos nossos dias, pelo que se torna imprescindível situar e contextualizar o problema no tempo certo, uma condição necessária para se evitar uma visão anacrónica deste fenómeno demográfico. Este não poderá ser analisado e avaliado à luz dos valores das sociedades actuais. Efectivamente, trata-se de uma temática muito susceptível à intervenção especulativa, com alguns investigadores a avançarem com hipóteses explicativas para um problema para o qual não apresentam a devida fundamentação empírica.

Será em nome do rigor científico e da busca da verdade que nos propomos estruturar toda esta investigação numa base empírica alargada, cruzando a informação disponível e aproveitando todo um manancial de documentação inédita que testemunha a evolução do problema do abandono de crianças, bem como do sistema público de assistência que o procurou resolver. São essas mesmas fontes que vão determinar que a investigação se reporte, fundamentalmente, aos séculos XVIII e XIX, com particular incidência neste último. É uma consequência natural da dimensão atingida pela assistência à infância desvalida e abandonada, acompanhando o aumento do número de beneficiários, numa altura em que se registaram as mais profundas alterações jurídico-institucionais.

A interligação entre o passado e o presente inscreve-se numa linha conceptual e metodológica que pretende estudar e conhecer melhor um fenómeno demográfico, a partir de questões suscitadas no presente. Embora com uma dimensão muito reduzida, trata-se de um problema que chegou aos nossos dias, não obstante uma nova valorização da criança no seio da família, da proliferação e divulgação de métodos

grande problema poderá estar nas reservas colocadas pela generalidade dos casais adoptantes, os quais *«querem um filho, mas querem um filho idealizado»*.

Para o pediatra Octávio Cunha, a sociedade deveria ser tolerante para com as mulheres para quem a gravidez é, muitas vezes, um acidente de percurso. Na sua perspectiva, *«uma mãe, ao proceder àquilo que é um crime, provavelmente está a tentar partilhar com a sociedade o que acabou de criar»*.

¹¹ O “Berço” é um centro temporário, visto que as crianças apenas lá permanecem até se resolver a sua situação familiar. Se não tiverem família, poderão ser adoptadas, entregues a uma família de acolhimento ou ir para um lar. Contudo, a maioria delas acaba por ter um “final feliz”, por haver mais casais, incluindo estrangeiros, que as querem adoptar do que crianças disponíveis para adopção.

¹² Extracto de uma entrevista do padre Artur Coutinho, publicada no Jornal “O Caminhense”, de 25 de Dezembro de 1998.

¹³ Eis como o padre Coutinho relatou as condições em que lhe apareceu uma das primeiras crianças: *«Eu estava a acabar de celebrar uma missa e entrou na sacristia uma mãe com uma criança nos braços, um bebé que tinha nascido uma hora antes, ainda por lavar, embrulhada em farrapos. A mãe vinha disposta a entregar-me a criança em cima da mesa e fugir, eu é que não deixei chegar a essa situação. A mãe não fugiu, foi acolhida também. Contra a sua própria vontade, foi levada ao hospital. Foi auxiliada e até precisava ficar internada, mas assinou um termo de responsabilidade e foi-se embora, portanto fizemos tudo para que a criança não fosse pura e simplesmente abandonada»*.

anticoncepcionais, dos programas de planeamento familiar e da implementação do sistema de segurança social. É um cenário bem diferente daquele que caracterizou as sociedades ditas tradicionais, em particular as predominantemente rurais, como a da região que vamos estudar. Perante uma fecundidade “natural”, a dimensão do tamanho das famílias não era compensada ou suportada por qualquer sistema de segurança social, com a intervenção dos poderes públicos a emergir apenas em casos absolutamente excepcionais.

Num período em que proliferam os estudos de demografia histórica na Península Ibérica, impulsionados por algumas instituições e núcleos académicos, será necessário aproveitar essa vaga dinamizadora para se promover a cooperação interdisciplinar com outros importantes sectores de investigação. Para o efeito, será fundamental que os contributos individuais se enquadrem em projectos mais abrangentes e se estruturem a partir do cruzamento de toda a informação disponível, utilizando metodologias convergentes e inovadoras.

O estudo da família tem despertado um grande interesse e registado um significativo desenvolvimento, com particular acuidade no âmbito da demografia histórica e da história social. Contudo, pese embora o reconhecimento da importância da análise dos sectores mais marginalizados da sociedade, o estudo da infância desvalida e abandonada tem sido praticamente ignorado ou relegado para um plano secundário, mantendo-o à margem dos progressos registados noutras áreas de investigação.

O problema da exposição de crianças em Portugal, enquadrado no estudo da infância desvalida, tem aparecido muito pouco referenciado no âmbito da actual investigação e produção histórica, apesar de constituir uma componente fundamental para o estudo da evolução dos comportamentos das populações do passado. Não se trata de um fenómeno exclusivo do nosso país e, muito menos, da região que é objecto deste estudo, antes de um problema demográfico e social que afectou muitos outros países, num movimento universal que teve o seu epicentro nos países da Europa meridional e que atingiu particularmente as regiões onde dominava o catolicismo¹⁴. Porém, com a tão ambicionada renovação metodológica e com os novos objectos que passaram a ser privilegiados por uma história que se pretende problemática e não automática, parecem reunidas as condições para a descoberta de uma parte mais oculta e marginal da história da família.

O aumento progressivo do número de expostos, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, acabou por transformar este fenómeno demográfico numa incontornável questão social, a pressionar uma resposta institucional. Estes factores tornaram-se determinantes para o despertar do interesse pelo seu estudo, a ser enquadrado na estrutura demográfica das populações do passado. Porém, a falta de estudos empíricos ou a sua insuficiente representatividade regional e nacional tem sido o principal obstáculo à sua introdução no estudo global dos comportamentos das sociedades que nos precederam.

No contexto de uma tão ambicionada renovação metodológica e do alargamento do campo epistemológico da ciência histórica, reveste-se de particular importância uma nova problematização e o progressivo alargamento a novas contribuições e objectos. Será a melhor forma de ultrapassar a fase, algo redutora e fragmentada, dos trabalhos de

¹⁴ Para o estudo da dimensão europeia deste fenómeno demográfico, com extensão aos territórios ultramarinos e coloniais, aconselham-se os seguintes trabalhos de investigação: MARCÍLIO, Maria Luiza, *História social da criança abandonada*, editora Hucitec, São Paulo, Brasil, 1998, e SÁ, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa, 1995.

âmbito estritamente local, desinseridos de projectos e programas de investigação mais alargados. Estes deverão ser direccionados para o alargamento progressivo dos horizontes espaciais e temporais, partindo dos estudos de âmbito local e regional que, depois de devidamente enquadrados numa dimensão nacional, poderão ser interligados com os trabalhos que se vão produzindo a nível internacional.

Com estes novos estudos, poderemos aproximar-nos da verdadeira dimensão demográfica e social que a exposição de crianças terá representado. Como afirmou Pérez Moreda (1996:32), tratar-se-á de saber se este importante capítulo da história da infância marginalizada terá afectado um sector minoritário de famílias e do conjunto dos nascimentos numa determinada população ou se, pelo contrário, se poderá estar perante um fenómeno que, pelo menos nalguns períodos, terá alcançado uma dimensão muito superior ao de uma mera excepção social. Neste caso, poderia ser necessário rever alguns dos indicadores demográficos apontados para as populações dessas mesmas épocas, alguns deles apenas inseridos em pretensos modelos demográficos, a exigirem uma nova e mais alargada fundamentação empírica.

Após a afirmação e autonomização da demografia histórica, como uma disciplina com objecto, método e técnicas específicas, foram notórios os progressos registados ao nível do estudo de algumas das principais variáveis demográficas, como a nupcialidade, a fecundidade, a mobilidade e a mortalidade. Depois de Norberta Amorim ter descoberto e implementado a metodologia que melhor se adapta à realidade das fontes paroquiais portuguesas¹⁵, foi sob a sua dinâmica e coordenação que o Núcleo de Estudos da População e Sociedade, da Universidade do Minho, ao qual pertencemos, passou a desenvolver importantes projectos de investigação. No seu conjunto, estes projectos têm representado um valioso contributo para um melhor conhecimento de determinados comportamentos humanos e, conseqüentemente, para o progresso da história das populações.

Esta investigação integra-se nesses objectivos gerais e pretende demonstrar que o estudo da infância desvalida e abandonada, apesar de ainda se encontrar numa fase embrionária, em busca de um espaço próprio no panorama historiográfico nacional e internacional, é um sector a privilegiar no âmbito da demografia histórica e da história social. No pressuposto de que «*a história da família em Portugal é uma história em marcha*» (Amorim, 1995a:5), o seu estudo não deixará de conduzir a uma melhor percepção de determinados comportamentos demográficos, nomeadamente através duma eventual convergência entre a ilegitimidade e a exposição de crianças. Ao mesmo tempo, não deixará de contribuir para a reabilitação histórica de um dos grupos mais desconhecidos e ignorados pela investigação, ajudando a recuperar a trajectória das massas silenciosas, não letradas, trabalhadoras e produtoras que nos precederam (Marcílio, 1984:24).

Pela sua extraordinária abrangência e complexidade, esta temática não poderá ser abordada numa perspectiva redutora e compartimentada, privilegiando apenas os aspectos jurídicos e institucionais. Contudo, no contexto historiográfico actual, não nos parece exequível o repto lançado por François Lebrun (1883:16), quando afirmou que o historiador da família do Antigo Regime não poderá contentar-se em ser demógrafo, mas terá de fazer-se jurista, sociólogo, etnólogo e até psicanalista, recorrendo às fontes clássicas como um dos meios de análise, embora interrogadas de forma diferente. O que nos propomos fazer é partilhar com a comunidade científica, em ambiente interdisciplinar, os novos contributos e os problemas suscitados pela exploração de um

¹⁵ Trata-se da “*metodologia da reconstituição de paróquias*”, adaptada às especificidade das fontes paroquiais portuguesas que, no período pré-estatístico, não identificavam os apelidos das crianças baptizadas, o que dificultava ou impedia o seu encadeamento genealógico.

manancial de documentação inédita, a qual deverá ser tratada e analisada por especialistas das diferentes disciplinas ou áreas de investigação.

A opção por este projecto de investigação, com uma tão grande amplitude espaço-temporal, inscreve-se na necessidade de conhecer melhor um dos mais obscuros e enigmáticos fenómenos demográficos do passado¹⁶. Depois de concluída a primeira etapa dessa longa investigação, com a elaboração dum estudo monográfico sobre o abandono de crianças em Ponte de Lima, que constituiu a nossa dissertação de mestrado (Fonte, 1996b), sentimos necessidade de alargar substancialmente o campo de observação, em busca de resposta para muitas das questões entretanto suscitadas, como consequência natural de uma nova problematização dos mecanismos legais e institucionais da assistência à infância desvalida e abandonada, bem como das razões e estratégias subjacentes à exposição de crianças. Assim se justifica a cobertura de todo o espaço geográfico e administrativo que se confina ao actual distrito de Viana do Castelo (Alto Minho), sem deixar de o interligar com outras regiões circunvizinhas.

Colocados perante o problema de se ter registado o abandono de um elevado número de crianças, nos últimos séculos que nos precederam, o que pretendemos conhecer é a sua verdadeira dimensão no Alto Minho, o contexto em que o mesmo se gerou e desenvolveu, bem como as suas principais implicações demográficas. Na realidade, a ter uma dimensão muito elevada, teremos de equacionar a hipótese da exposição de crianças ter influenciado os movimentos naturais e a dinâmica da população, podendo tratar-se de um mecanismo auto-regulador do tamanho das famílias, um redimensionamento que não deixaria de se reflectir ao nível da estrutura familiar, bem como nos cálculos da fecundidade legítima e ilegítima e nos intervalos proto e intergenésicos. A não ser confirmada essa dimensão, então estaremos perante um fenómeno residual que não será suficiente para alterar significativamente os indicadores fornecidos pelas fontes tradicionais da demografia histórica.

Na busca das razões que estarão subjacentes a tais comportamentos demográficos marginais, procuraremos identificar eventuais constrangimentos económicos (conjuntura desfavorável e situações de miséria ou extrema pobreza) e sociais (os códigos de conduta e a necessidade de preservar a honra familiar), que poderão ter precipitado ou pressionado a exposição de crianças. Por outro lado, procuraremos encontrar eventuais pontos de convergência entre a miséria e a ilegitimidade e entre esta e a exposição de crianças.

Em qualquer dos cenários, não deixaremos de partir em busca de eventuais estratégias familiares ou colectivas que poderão configurar situações de abandono provisório ou simulado de crianças que, a confirmarem-se, nos colocariam perante um cenário bem diferente daquele que as fontes aparentemente nos revelam.

Numa outra dimensão, embora saibamos que muitos expostos terminaram muito precocemente o seu percurso de vida, dada a elevada taxa de mortalidade neonatal, infantil e juvenil, não deixa de revestir um interesse muito especial a possibilidade de se poder conhecer o trajecto de vida de alguns dos sobreviventes. Para o efeito,

¹⁶ Numa breve abordagem da bibliografia sobre o estudo dos expostos em Portugal, publicada até aos nossos dias, a primeira ideia que ressalta é a de que, aparentemente, estaremos perante uma significativa abundância de trabalhos, cuja representatividade será suficiente para nos transmitir uma visão global deste sector da assistência. Contudo, aquilo que efectivamente se verifica é que vastas regiões do nosso país ainda estão por estudar e que muitas das investigações realizadas tem uma delimitação espaço-temporal pouco alargada, geralmente confinada a um determinado concelho, sem englobarem, numa visão diacrónica, as grandes fases da assistência à infância desvalida e abandonada.

A análise mais pormenorizada dos estudos já realizados será efectuada no capítulo respeitante à metodologia utilizada, mais concretamente ao abordar o trajecto e dificuldades de investigação.

recorreremos, sempre que possível, ao cruzamento da informação municipal com outra informação disponível, nomeadamente a paroquial, procurando conhecer o processo de integração ou exclusão familiar e social de algumas das crianças expostas.

Numa visão diacrónica, a pesquisa abarcará três grandes fases da assistência à infância desvalida e abandonada, as quais se desenvolveram ao longo de um período de mais de dois séculos, uma delimitação temporal que se nos afigura necessária para compreender a evolução deste fenómeno demográfico.

A primeira fase inicia-se nos finais do século XVII e prolonga-se até aos finais do século XVIII, um período de cerca de um século em que a oferta institucional estava circunscrita ao concelho de Viana, com os restantes concelhos a resistirem à criação das suas próprias Rodas. A segunda fase coincide com a generalização das Rodas pelos principais concelhos das comarcas de Viana e Valença, nos finais do século XVIII, tendo decorrido até ao ano de 1866. Finalmente, a terceira fase tem como ponto de partida o início do funcionamento dos Hospícios, que substituíram as Rodas, em meados de 1866, tendo-se prolongado até 1924, data da aprovação da “Declaração de Genebra”, com o reconhecimento internacional dos Direitos da Criança¹⁷.

No que concerne à sua dimensão espacial, o nosso objectivo foi direccionado para o estudo da região do Alto Minho, o que corresponde ao espaço administrativo dos dez concelhos que integram o actual distrito de Viana do Castelo. Na impossibilidade de poder estabelecer uma delimitação geográfica bem definida, a investigação começará por englobar as comarcas de Viana e Valença, para o período do Antigo Regime, passando a centralizar-se no distrito de Viana, após as reformas liberais. Todavia, sempre que for possível e pertinente, a investigação será alargada a algumas das regiões confinantes, nomeadamente à vizinha Galiza.

Como suporte de toda a investigação, utilizaremos uma metodologia microanalítica, por ser a que melhor assegura o rigor estatístico e a fiabilidade necessária ao estudo da infância desvalida, em geral, e dos expostos, em particular. É uma conclusão que emerge do facto de se estar perante um sector público de assistência que se revelou muito permeável à prática de ilegalidades e irregularidades, suficientemente fortes para poderem subverter os referenciais estatísticos apresentados.

O trabalho de investigação será subdividido em três partes distintas.

A primeira parte tratará do enquadramento nacional, regional e local da assistência à infância desvalida e abandonada. Depois da abordagem das fontes e da metodologia de investigação, com a análise e crítica das fontes a revelar-se fundamental

¹⁷ A ***Declaração de Genebra***, que consagrava os Direitos da Criança e sugeria um conjunto de princípios básicos de protecção à infância, foi elaborada por Eglantyne Jebb, fundadora do movimento “Salvem as Crianças”, tendo sido aprovada pela Sociedade das Nações, em 1924, a qual propôs aos seus membros que pautassem as suas condutas pelos princípios nela enunciados. Pela Declaração de Genebra, os homens e as mulheres de todas as nações reconheciam que a Humanidade deveria dar às crianças aquilo que de melhor possuía.

Entre os vários direitos, superiormente reconhecidos, a criança deveria ser protegida, independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença, a criança com fome deveria ser alimentada, a doente tratada, a deficiente auxiliada, a inadaptada deveria ser reeducada, o órfão e o abandonado deveriam ser recolhidos. Em tempo de infortúnio, as crianças seriam as primeiras a receber socorros. Como garantia de uma efectiva protecção social, as crianças deveriam beneficiar plenamente da previdência e de seguros sociais.

Esta Declaração foi ampliada com novos princípios e adoptada pelas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959, passando a constituir a ***Declaração dos Direitos da Criança***, baseada no princípio fundamental de que «a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento».

em todo o processo, passaremos a caracterizar a região do Alto Minho, ou seja, o seu espaço geográfico-administrativo e a evolução da população. São elementos fundamentais para a contextualização e compreensão deste comportamento demográfico e social, nomeadamente para o estudo de uma eventual convergência entre a pobreza, a ilegitimidade e a exposição de crianças. Segue-se uma abordagem de toda a problemática assistencial, numa perspectiva histórica e das mentalidades, para terminar com o estudo dos aspectos jurídico-institucionais da assistência pública municipal, em estreita interligação com o modelo adoptado na vizinha Galiza.

A segunda parte será destinada ao estudo empírico da assistência aos expostos no Alto Minho, progressivamente alargada a toda a infância desvalida e abandonada. Depois de um capítulo dedicado à gestão e administração deste ramo da assistência pública, passaremos a fazer uma análise diferenciada dos expostos e dos subsidiados, bem como à abordagem dos múltiplos aspectos relacionados com a encenação e ritualização da exposição de crianças. Esta parte terminará com o estudo das amas, incluindo as rodeiras/hospitaleiras, as amas internas e as amas externas, como elementos fundamentais de todo o sistema assistencial.

A terceira parte englobará o estudo da infância abandonada, desde o momento da exposição das crianças até uma eventual reintegração familiar e social. Ponderadas as motivações que terão originado tais procedimentos, passaremos a relacionar este comportamento demográfico com um conjunto de estratégias familiares e colectivas que poderão prefigurar algumas das futuras políticas sociais e explicar a circulação interconcelhia de crianças. Esta última ultrapassou os próprios limites do território nacional, naquilo que não deixará de configurar uma estratégia sem fronteiras. Finalmente, não obstante os elevados níveis de mortalidade registados, tentaremos saber como se processou a integração ou reintegração familiar e social de alguns dos expostos sobreviventes, em busca de eventuais estigmas de marginalidade.

Sem quaisquer pretensões de que este trabalho possa constituir um modelo para futuras investigações, o nosso grande propósito é estudar e aprofundar uma das temáticas menos conhecidas da nossa história, ajudando a desvendar um dos mais complexos e enigmáticos fenómenos demográficos¹⁸. Além disso, se conseguirmos fazer despertar um maior interesse pelo estudo do passado, organizado em função do presente, estaremos a cumprir a “função social da história” e a contribuir para a renovação e o alargamento dos horizontes historiográficos e para a construção rigorosa do conhecimento histórico.

¹⁸ De acordo com o parágrafo 2 do art.º 8.º do decreto-lei n.º 388/70, utilizámos parcialmente nesta dissertação elementos contidos nas nossas investigações:

-“*Exposição de crianças, marginalidade e comportamentos demográficos. O estudo dos expostos e o seu contributo para a história das populações*”, uma comunicação que apresentámos nas Primeiras Jornadas do NEPS, Guimarães, 1999.

-“*Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza. Repercussões demográficas e sociais de uma estratégia sem fronteiras*”, uma comunicação que apresentámos no VI Congresso da Associação de Demografia Histórica, Castelo Branco, 2001.

PARTE I

ENQUADRAMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

CAPÍTULO I

Fontes e metodologia de investigação

1-Fontes impressas e manuscritas

1.1-Fontes nacionais

A abundância de fontes manuscritas e impressas, que constituem o quadro jurídico, legislativo e normativo do estudo dos expostos, não se tem repercutido na concepção e produção de um número suficientemente representativo de trabalhos de investigação sobre um dos temas menos conhecidos da História de Portugal. É provável que essa abundância de fontes, sobretudo as manuscritas, bem como o elevado grau de dificuldade na recolha e organização da informação, tenha contribuído para afastar os investigadores do seu estudo, conferindo-lhe um papel de subalternidade em relação a outros comportamentos demográficos. Apesar dessas limitações, foram as fontes impressas que serviram de principal suporte aos estudos que nos permitem ter um conhecimento adequado do enquadramento jurídico-institucional da assistência aos expostos, um ponto de partida fundamental para os estudos que pretendem analisar as múltiplas vertentes deste fenómeno demográfico.

Entre o extenso rol de fontes impressas, poderemos destacar as Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas)¹⁹ e outra legislação nacional dispersa, bem como os Códigos Administrativo²⁰, Penal²¹ e Civil²², além dos inúmeros regulamentos locais e distritais deste ramo da administração pública. São estas fontes gerais que possibilitam o devido enquadramento global de um estudo que, apesar de se circunscrever a uma vasta região do noroeste português, fundamentado num vasto conjunto de fontes de âmbito regional e local, terá de ser realizado em estreita ligação com todo o corpo legislativo nacional.

As Ordenações do Reino são a fonte privilegiada para um adequado enquadramento jurídico de toda esta problemática, desde o início do período estudado até à segunda metade do século XVIII. Efectivamente, é nas Ordenações Manuelinas e Filipinas que encontrámos referências específicas ao tratamento das crianças enjeitadas, uma terminologia que as diferenciava e autonomizava em relação às crianças órfãs, às quais estavam associadas nas anteriores Ordenações Afonsinas.

A partir de meados do século XVIII, foi produzida nova legislação, como reflexo das preocupações do poder central com a assistência a um número cada vez mais significativo de crianças que apareciam expostas por todo o território nacional. Esta tendência ainda se acentuou mais no século seguinte, impulsionada pela máquina reformadora do período liberal. Coincidindo com esta proliferação legislativa e correspondendo a uma necessidade formal de sistematizar, interpretar e divulgar essas

¹⁹ *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; *Ordenações Filipinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Estas últimas poderão ser consultadas na obra original :*Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El- Rey, D. Filipe de Portugal*, Lisboa, edição do Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1747.

²⁰ *Código Administrativo Português*, por decreto de 31 de Dezembro de 1836, 2ª. edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838.

²¹ *Código Penal*, por decreto de 10 de Dezembro de 1852, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854.

²² *Código Civil Portuguez*, por carta de lei de 1 de Julho de 1867, quinta edição official, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

fontes, foram elaboradas algumas colectâneas contendo a legislação, entretanto publicada, as quais constituem fontes importantes para a contextualização de toda a assistência à infância desvalida²³.

Apesar das fontes impressas serem indispensáveis para o conhecimento do contexto jurídico-institucional da assistência aos expostos, são as fontes manuscritas que constituem o suporte fundamental em que se deverão estruturar os estudos de âmbito local e regional, sem nunca deixar de os enquadrar na sua verdadeira dimensão nacional.

1.2-Fontes regionais e locais

O estudo de um fenómeno demográfico, ao longo de mais de dois séculos, obrigou-nos a recorrer a um conjunto muito alargado de fontes de natureza quantitativa e qualitativa (manuscritas e impressas), de âmbito nacional, regional e local, tendo ultrapassado o período pré-estatístico e o âmbito específico da demografia histórica.

As fontes manuscritas constituem um verdadeiro manancial de informação, integrando uma documentação que se foi acumulando nas instituições de acolhimento das crianças expostas e que, no caso da região em estudo, se encontra nos diversos arquivos municipais, por ter sido uma incumbência dos concelhos a sua gestão e administração. Entre essa documentação, poderemos citar os livros de registo de entrada e saída de expostos, os livros de leis e da correspondência recebida e expedida, os livros de actas das vereações municipais, os livros de receita e despesa, incluindo os registos de cobrança das fintas dos enjeitados, assim como os diferentes relatórios e regulamentos distritais, alguns deles já sob forma impressa, a partir do século XIX.

Os registos paroquiais são outra documentação manuscrita que deverá ser utilizada para cruzamento e complemento das fontes municipais²⁴. Efectivamente, quando se exploram os registos paroquiais para os trabalhos de “reconstituição de famílias” ou “reconstituição de paróquias”, os investigadores são frequentemente confrontados com o baptismo de muitos expostos, sobretudo nas vilas e cidades onde existiam as instituições de assistência à infância desvalida e abandonada.

Para o período pré-estatístico, além da utilização dos registos paroquiais, como fonte privilegiada da demografia histórica e numa perspectiva de cruzamento e complemento da informação, utilizaremos predominantemente as fontes manuscritas municipais, principal centro documental e fonte informativa para o estudo desta

23 Poderemos citar o caso de António Delgado da Silva que publicou a “*Collecção da legislação portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*”, Lisboa, Tipografia Maygrense, 5 volumes, 1826-1830; e a “*Colecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo de regência do reino estabelecida na Ilha da Terceira*”, 1829-1832, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, e “*Colecção oficial da legislação portuguesa*”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1849.

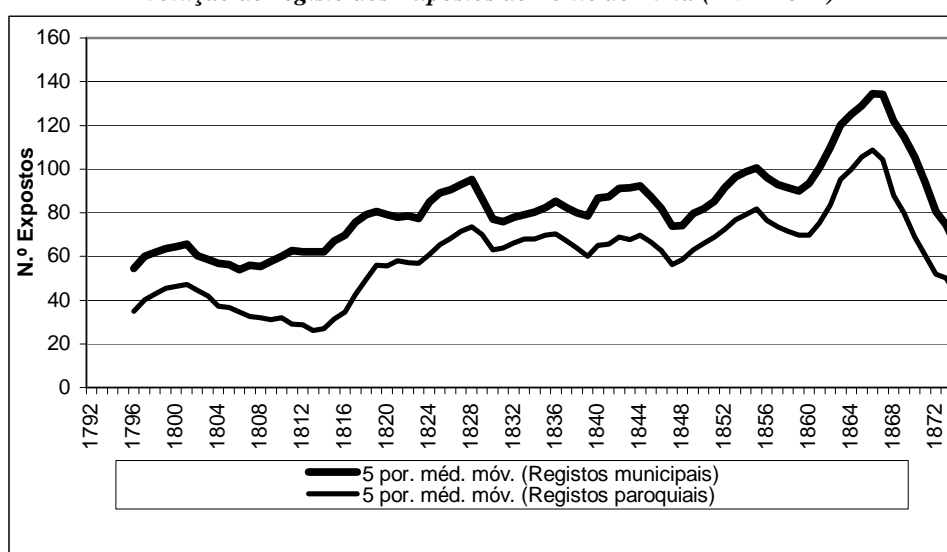
O mesmo se verificou com António Joaquim de Gouveia Pinto, que elaborou uma “*Compilação das providências que a bem da criação e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado e achão espalhadas em diferentes artigos da legislação pátria (...)*”, Lisboa, Imprensa Régia, 1820, e o “*Exame crítico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto pátria como subsidiária, e das nações mais vizinhas e cultas, relativamente aos expostos ou enjeitados*”, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências, 1828.

²⁴ Quem explora os registos paroquiais, sobretudo de paróquias urbanas, vê-se frequentemente confrontado com a existência de um volume de expostos a quem está vedada qualquer tentativa de encadeamento genealógico, por se ignorar a sua origem familiar e se ter perdido definitivamente o seu percurso vital. Dada a impossibilidade de reconstituir essas famílias, os registos de baptismo de expostos apenas poderão ter interesse para o cruzamento com outras fontes, nomeadamente as municipais. Na verdade, a quantificação e qualificação dos expostos deverá ser feito a partir do registo de entrada e saída de expostos das diferentes instituições de acolhimento.

problemática. As fontes municipais são aquelas que nos fornecem os indicadores estatísticos que melhor caracterizam a realidade institucional, por nelas estarem inscritas todas as crianças que foram criadas à custa dos concelhos, enquanto que as fontes paroquiais apenas nos fornecem os dados relativos às crianças expostas que foram baptizadas nessa paróquia. Contudo, quando se trata da paróquia onde estava instalada a instituição de acolhimento dos expostos, a maioria dessas crianças acabava por nela receber o baptismo, sob condição, como o recomendavam as Constituições Sinodais de Braga²⁵.

Num estudo comparativo que efectuámos a partir dos registos paroquiais e municipais dos expostos de Ponte de Lima, pudemos comprovar que, no período de 1792 a 1874, o número de expostos das fontes paroquiais é inferior ao que nos é fornecido pelas fontes municipais. Esse diferencial resulta do facto dos registos municipais conterem o registo do total de expostos que entraram na Rodas/Hospícios do concelho, enquanto as fontes paroquiais apenas integram os registos dos expostos que aí foram baptizados, excluindo aqueles que, comprovadamente, já vinham baptizados. Apesar disso, além de não se verificar uma grande amplitude entre os indicadores estatísticos que são fornecidos pelas duas fontes, também está bem patente um certo paralelismo na evolução dos registos municipais e paroquiais, o que vem provar que a maioria dos expostos eram baptizados na paróquia onde estava localizada a Roda/Hospício de cada concelho (*gráfico 1*).

Gráfico 1
Evolução do registo dos Expostos de Ponte de Lima (1792-1874)



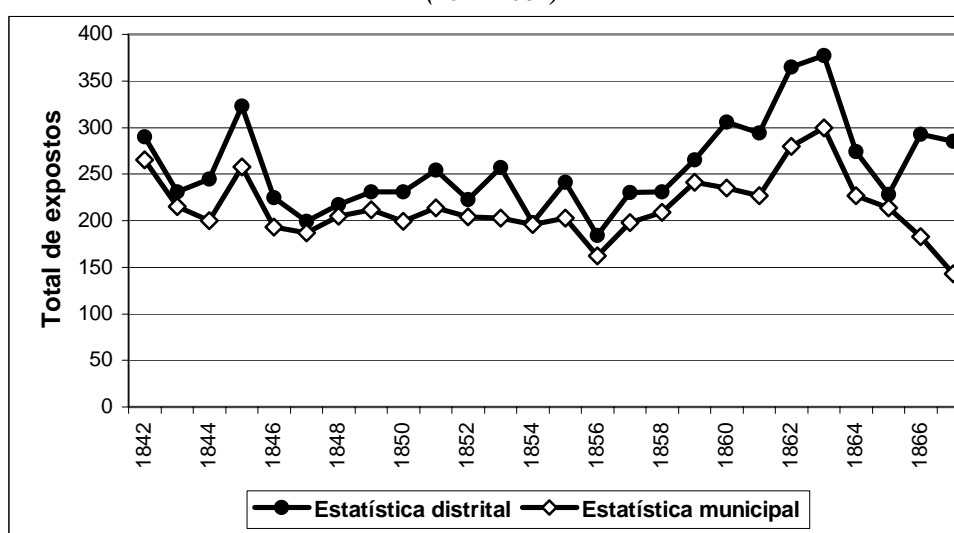
A partir de 1835/1836, na sequência das reformas liberais e da criação dos governos civis, o envolvimento dos órgãos distritais na administração dos expostos esteve na origem de uma vasta documentação que deverá ser cruzada com a informação municipal. Na realidade, com as novas incumbências distritais, as fontes de âmbito distrital, quer manuscritas, quer impressas, deverão ser utilizadas como complemento das fontes municipais, embora os indicadores estatísticos não sejam coincidentes, como veremos. São os livros de actas da junta geral de distrito, os regulamentos distritais, os livros de entrada e saída de correspondência, os livros de estatística e os vários mapas e

²⁵ Só não voltavam a ser baptizadas as crianças expostas que, comprovadamente, já tivessem recebido esse sacramento numa outra paróquia.

relatórios, uma documentação marcante no processo de intervenção dos órgãos distritais no novo modelo assistencial que os governos liberais pretenderam implementar²⁶.

Quando confrontámos os dados estatísticos dos concelhos de Viana e Ponte de Lima, relativos ao período de 1842 a 1867, obtidos através da exploração das fontes municipais (utilizando uma metodologia microanalítica) e das fontes distritais, é possível comprovar a falta de correspondência na evolução da admissão de expostos nesses dois concelhos (*gráfico 2*). Nesse período, a fonte distrital contabilizava mais 1 124 expostos do que os dados obtidos através das fontes municipais dos referidos concelhos, ou seja, quase mais 20% de registos. É um problema que resulta do facto das fontes distritais não diferenciarem as crianças expostas das subsidiadas, uma percentagem que só não é superior porque o sistema de atribuição de subsídios ainda era bastante restritivo.

Gráfico 2
Evolução global do registo de expostos nos concelhos de Viana e P. de Lima (1842-1867)



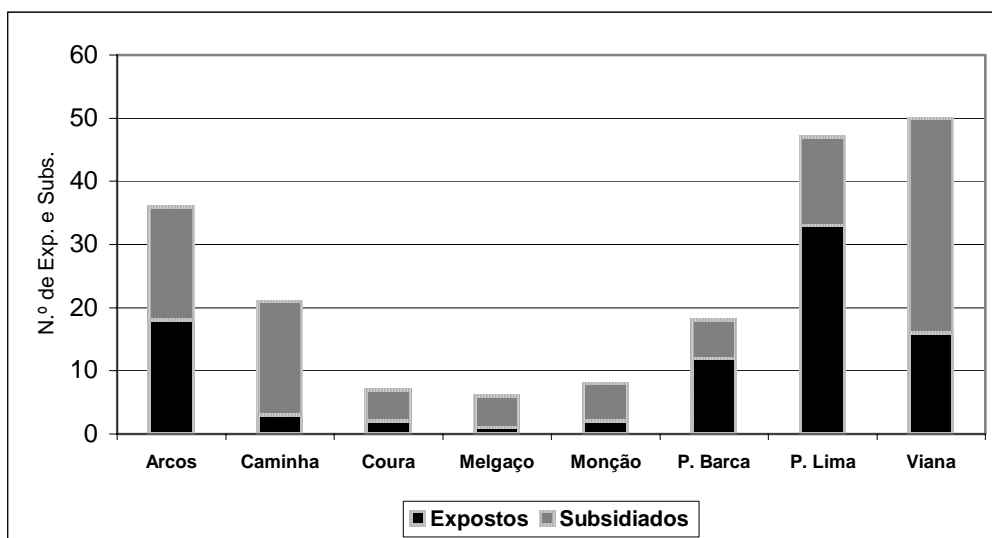
Esta situação inverteu-se a partir de 1866, com a nova regulamentação a pretender implementar o sistema de admissão condicionada de crianças nos Hospícios, altura em que as estatísticas distritais deveriam diferenciar as crianças expostas das subsidiadas, uma medida que não teve efeitos imediatos. Por exemplo, no ano de 1867, enquanto

²⁶ Além dos Livros de Estatística (I e II), muita da documentação que se encontra no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (mapas, relatórios etc.) está inventariada e arquivada em pastas próprias, com particular destaque para os “*Mapas estatísticos do movimento dos expostos no Distrito Administrativo de Vianna do Castello*”, uma fonte importante para o estudo do movimento dos beneficiários do sistema assistencial, que incluía as crianças expostas e desvalidas. Nesses mapas, eram indicados os “expostos” que existiam no início de cada ano (diferenciando os “varões” das “fêmeas”), logo acrescidos por aqueles que haviam sido admitidos ao longo de cada ano. Segue-se a indicação do número de “expostos” que faleceram, dos que foram entregues aos pais, aos criadores ou ao juízo orfanológico. Depois de subtraídos estes aos que haviam sobrevivido, ficamos a saber quantas crianças existiam no final de cada ano, em cada um dos concelhos e no distrito de Viana. Finalmente, passa a ser apresentada a despesa anual efectuada por cada um dos concelhos com a criação dos “expostos”, especificando o montante pago às amas (de leite e de seco), as despesas com o enxoval de cada exposto (as crianças subsidiadas não receberiam enxoval, assim como as crianças expostas que já o trouxessem e fosse considerado suficiente pelas administrações).

Estes mapas eram acompanhadas por um conjunto de observações, mais ou menos relevantes para o estudo do funcionamento e da especificidade de algumas das instituições distritais (A.G.C.V.C., Pasta 1.12.4.10-3).

que as fontes municipais apenas registaram 13 crianças expostas que foram admitidas no Hospício de Viana, a estatística distrital contabilizava 96 expostos²⁷, um número que ultrapassa substancialmente o total de crianças que foram admitidas ao abrigo dos vários parágrafos do art.º 3.º do novo regulamento distrital de 1866²⁸.

Gráfico 3
Registo de entrada de expostos e subsidiados nos Hospícios do Alto Minho
(1.º semestre do ano económico de 1873/1874)



Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.15.4.11-6

Fora de qualquer possibilidade de admissão condicionada estavam as crianças que continuavam a aparecer expostas nos vários concelhos do distrito de Viana, por serem filhas de pais incógnitos e de origem geográfica desconhecida. De qualquer modo, a mudança institucional e as alterações regulamentares acabaram por se reflectir definitivamente na qualidade dos beneficiários, com o número de subsidiados a registar uma evolução inversamente proporcional à diminuição do número de expostos. É o que nos mostra o *gráfico 3*, com o movimento de admissão de subsidiados a ultrapassar, nalguns dos concelhos do distrito de Viana, o número de expostos, uma situação que só se verificou após a abolição das Rodas.

Para a realização deste trabalho, servimo-nos da extensa documentação que se encontrava dispersa pelos vários arquivos e “depósitos” das dez câmaras municipais do actual distrito de Viana, sobretudo o extenso conjunto de livros de registo dos expostos e subsidiados e livros das vereações, em número que se aproxima das centenas. Para cruzamento da informação, utilizámos alguns livros de registo paroquiais do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, bem como a vasta documentação que se encontra no Arquivo do Governo Civil. Para estudar eventuais ligações entre os sistemas assistenciais do Minho e da Galiza, consultámos a documentação existente no Arquivo Histórico Diocesano de Tui, em Espanha.

²⁷ Um outro exemplo comprovativo da diferença entre os valores apresentados pelas fontes municipais e distritais poderá ser observado na estatística relativa ao concelho dos Arcos. Assim, enquanto os registos municipais identificam 35 crianças expostas, em 1866, e apenas 17, em 1867, a estatística distrital contabilizava 38 expostos, em 1866, e 61 expostos, no ano seguinte.

²⁸ Reservamos a abordagem pormenorizada de toda a problemática relacionada com o enquadramento jurídico-institucional da assistência à infância desvalida e abandonada para o Capítulo IV, da presente investigação.

Em Viana, os registos dos expostos só aparecem autonomizados no século XVIII. No termo de abertura do livro de registo dos expostos, que se iniciou no ano de 1770, estava bem explícito que o mesmo haveria de servir para se fazerem os assentos de todos os meninos expostos que se achassem na vila ou noutro lugar do seu termo, cujos pais fossem desconhecidos. Seguidamente, enunciava um conjunto de recomendações e informava quais os campos que deveriam ser preenchidos pelo escrivão, numa tentativa de uniformização de procedimentos, para tornar mais eficiente a fiscalização da sua administração, em todas as terras da comarca²⁹. Porém, nem sempre se caminhou nesse sentido, continuando o registo dos expostos ao livre arbítrio dos escrivães das câmaras³⁰. Estes, tanto se revelavam escrupulosamente rigorosos como eram responsáveis pelo aparecimento de registos mal elaborados e incompletos, ignorando as provisões aprovadas e suscitando novas reprimendas e ameaças por parte dos provedores da comarca.

Este problema só foi ultrapassado aquando da adopção de livros impressos, cujos modelos foram aprovados pela junta geral de distrito, em meados do século XIX. A partir da aprovação do regulamento nacional de 1888, os formulários dos livros são bem mais completos, com a inclusão dos campos específicos que deveriam ser preenchidos na matrícula das crianças expostas, abandonadas, desvalidas ou subsidiadas, ao cuidado e encargo dos diferentes concelhos do país. Estes registos, além de fazerem uma descrição circunstanciada das crianças beneficiárias, passavam a incluir um espaço que se destinava ao registo de observações pertinentes, por vezes utilizado para a elaboração dos autos de notícia³¹.

1.3-Análise e crítica das fontes

São tão numerosas as fontes utilizadas nesta investigação, por força da opção individual de alargar a sua dimensão espaço-temporal, que chegámos a temer pela exequibilidade do projecto. Todavia, não fora a exploração de toda essa documentação e jamais poderíamos conhecer o verdadeiro contexto em que se desenvolveu a exposição de crianças na região do Alto Minho, o que nos obrigou a reformular todo o projecto inicial, em função de uma nova problematização e da busca de resposta às questões suscitadas pela exploração dessas fontes.

Só após um profundo conhecimento dos mecanismos institucionais que estariam subjacentes ao desenvolvimento deste fenómeno demográfico nos foi possível conhecer a consistência e o grau de fiabilidade de uma documentação que facilmente passaria despercebida a um investigador pouco atento e ávido de informação e progressos imediatos. Na verdade, trata-se do estudo de uma problemática na qual intervieram muitos protagonistas, ao longo de sucessivas gerações, muito dependente da

²⁹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1770), fl. 1.

³⁰ Nos finais do século XIX, o livro de registo dos expostos da câmara de Ponte de Lima, relativo aos anos de 1792-1802, apresentava o seguinte formulário para tentar uniformizar o registo dos expostos: «Aos...do Mês ...deste anno de...na Roda Pubellica desta Villa apareceu hum Ingeitado pellas...horas do dia ou noute, vinha embolto numa baeta nova ou velha ou em meio uso de cor...ligado com hum fita de lam ou seda... trazia de enxubal tantas camizas tantos panos o coal foi bautizado pello Páruco fulano com o Nome de... e foi entregue á ama... que se obrigou a criallo, alementallo e instruillo como seu filho pello presso de... por Mês de que tudo fes este termo e eu Jose Luis Pinto de Araujo, escrivão da camera o escrevi» (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1792-1802, fl. 2 v.º).

³¹ Os últimos livros de registo das crianças admitidas a socorro, na qualidade de expostas, abandonadas e desvalidas, foram elaborados nos termos do Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, com as subsequentes alterações decretadas no ano de 1892.

mentalidade reinante, da seriedade do sistema e das múltiplas estratégias familiares e colectivas.

Após alguns anos de recolha e análise da documentação municipal, chegámos à conclusão que os tão desejáveis progressos registados pelos estudos agregativos seriam mais aparentes que reais, muito condicionados por um sistema pouco transparente e com uma incipiente ou inoperante fiscalização. Efectivamente, embora a existência de sub-registo e sobre-registo não deixe de afectar tanto os estudos agregativos como os nominativos, só através destes últimos será possível detectar eventuais irregularidades, procurando identificar e diferenciar os beneficiários de uma assistência pública que se destinaria preferencialmente às crianças enjeitadas.

Ainda mais problemática foi a opção administrativa que, nos primeiros tempos da assistência à infância abandonada, chegou a subordinar os registos dos expostos ao das respectivas amas, em função de critérios contabilísticos, como se verificou em Viana ao longo dos séculos XVI e XVII. Enquanto a assistência não se autonomizou dos restantes sectores da administração pública, os registos dos expostos começaram por aparecer integrados nas folhas de pagamento das respectivas amas. Sendo o seu número ainda pouco significativo, a inexistência de modelos de registo próprios levou a administração municipal a preocupar-se mais com a justificação das verbas gastas na criação dos expostos, quer estas fossem provenientes das receitas do concelho, quer resultassem do contributo das populações locais.

Todos estes factores e particularismos administrativos não poderão deixar de estar presentes no momento da quantificação dos expostos e na sua diferenciação em relação às crianças desvalidas ou subsidiadas, sob pena de se apresentarem dados que não correspondem à realidade e que acabarão por condicionar e subverter todo o trabalho subsequente. Na verdade, só foi possível identificar e corrigir alguns dos indicadores fornecidos por essas fontes, através da utilização de uma metodologia microanalítica. Por exemplo, num determinado período, detectámos um registo anormal de admissão de expostos na Roda de Ponte de Lima, aparentemente elaborados de acordo com as práticas habituais. Antes de procurar encontrar as razões que poderiam ter originado tão significativo crescimento, equacionando hipóteses naturalmente infundadas, a análise individualizada de cada um dos registos e o cruzamento da informação levou-nos a detectar a existência de sobre-registo. Tratava-se da duplicação de um número significativo de registos, naquilo que poderia ter constituído uma estratégia para justificar o aumento das verbas destinadas à sua criação.

A documentação disponível, para o período que se prolonga até ao último quartel do século XVIII, é bastante reduzida, quanto comparada com o período subsequente, além de ser reveladora duma grande variabilidade regional. Assim, enquanto alguns concelhos, como os de Viana e Ponte de Lima, tendem a organizar autonomamente os seus registos, a menor dimensão de outros e o reduzido número de expostos foi adiando a reforma administrativa. Perante tal disparidade de critérios, os provedores das comarcas foram obrigados a intervir e a fiscalizar, de forma mais eficaz, este ramo da administração pública, cada vez mais a assumir os foros de verdadeiro problema social. Apesar dessa intervenção, enquanto não foram criados os modelos impressos, em meados do século XIX, o registo dos expostos foi realizado de uma forma anárquica e incompleta, nem sempre de acordo com as orientações superiores, cujo rigor dependia muito da seriedade e da competência dos escrivães das câmaras.

Sem uma informação normalizada, os primeiros registos de expostos apareciam integrados nos livros de receita e despesas municipais, dificultando uma gestão mais autónoma e um controle mais eficaz da sua assistência. Por outro lado, a intervenção e acção fiscalizadora dos provedores das comarcas mostrava-se pouco eficiente quando se

pretendiam uniformizar ou melhorar procedimentos administrativos. Foi assim que, em 29 de Fevereiro de 1732, o provedor da comarca de Viana obrigou o escrivão da câmara de Ponte de Lima a transcrever um provimento, no “livro de contas da câmara e de enjeitados”, onde se determinava que se fizesse um livro separado para os expostos. Neste livro, deveria elaborar-se o assento de cada exposto, com declaração do dia e lugar em que fora achado, a indicação das envolturas e dos sinais próprios, além dos dados relativos ao seu baptismo e à ama a quem se entregara, sem esquecer o registo das despesas realizadas. Se o exposto falecesse, o escrivão deveria registar tal acontecimento, como forma de se evitar que a ama pudesse continuar a receber indevidamente os salários³².

Nos finais do século XVIII, o provedor da comarca de Viana voltou a insurgir-se contra a falta de rigor do escrivão no registo dos expostos e com a falta de informações e averiguações sobre determinadas situações relacionadas com a sua exposição e criação. Para remediar tal problema, passou a enumerar um conjunto de anomalias que havia detectado nos registos dos expostos, ordenando que se averiguassem os casos considerados suspeitos e passíveis de práticas irregulares³³.

Esta preocupação também foi assumida por algumas câmaras municipais, ao reconhecerem que a assistência aos expostos não estava a ser bem administrada, com prejuízo para os próprios concelhos e suas populações. Foi o que se verificou com a câmara de Ponte de Lima que aprovou um acórdão sobre a administração dos expostos, em acto de vereação realizado no dia 21 de Abril de 1770. Nele se aludia à deformidade em que se achava a administração dos “enjeitados”, principalmente a falta de assentos no respectivo livro, donde resultavam duvidosas as notícias da admissão e do registo dos óbitos de algumas dessas crianças.

Para pôr termo a essa situação, a câmara determinou que se procedesse a uma averiguação para verificar quais os expostos que ainda viviam e identificar as amas em poder de quem estariam a ser criados. Os novos assentos deveriam ser elaborados em folhas distintas, com a referência aos pagamentos e às alterações registadas, um acto que deveria ser efectuado pelo escrivão, na presença do procurador e de um vereador³⁴.

Com todas estas limitações, não nos foi possível elaborar uma série contínua com todos os registos dos expostos dos diversos concelhos, no período compreendido entre 1698 e 1924. Na realidade, ao inventariar e analisar as fontes disponíveis, logo detectámos alguns hiatos significativos que, estamos certos, não irão comprometer ou condicionar toda uma investigação cuja linha conceptual se estruturou num suporte documental e numa base estatística suficientemente representativa³⁵. A reconstituição de

³² A.M.P.L., Livro das Contas da Câmara e de Enjeitados de Ponte de Lima (1719-1735), fl. 220 v.º.

³³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1792-1802), fl.2 v.º.

³⁴ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1749-1775), fl. 52 v.º.

³⁵ Nalguns concelhos, muitos dos livros de registo dos expostos terão sido eliminados ou de tal forma votados ao abandono que acabaram por ficar sujeitos a uma deterioração irreversível. Alguns deles terão sido vendidos para a indústria pirotécnica da região, aproveitando o facto da resistência das suas folhas proporcionarem um maior impacto no momento do seu rebentamento.

Por estas ou outras razões, o concelho de Ponte da Barca não dispõe de livros de registo para o período que se prolonga até ao ano de 1839. Além disso, o desaparecimento de algumas folhas, no livro de 1843-1853, coloca-nos perante o sub-registo dos anos de 1843 a 1845. Também não há livros de registo com a informação relativa ao período de 1853 a 1876 e de 1889 a 1903.

Exceptuando o concelho de Coura, onde não há livros de registo, por terem desaparecido num incêndio, a maioria dos concelhos não dispõe de séries completas, como se verifica nos concelhos de Valença, Monção e Melgaço. Noutros casos, os registos foram mal elaborados e não oferecem a fiabilidade necessária para serem utilizados no nosso estudo, pelo que as séries que integram a nossa tabela (apresentada no final deste trabalho) apenas integra os indicadores estatísticos que considerámos fiáveis.

algumas séries completas e sequenciais irá possibilitar o preenchimento de algumas dessas lacunas, servindo como ponto de referência para outros estudos comparativos.

Como iremos procurar demonstrar, estas séries de registos não poderão ser consideradas como representando o universo das crianças que foram efectivamente abandonadas no Alto Minho, apesar de terem sido crianças formalmente expostas. Mesmo estando convictos de que a análise e crítica das fontes foi levada até aos limites humanamente possíveis, não poderemos deixar de alertar para as limitações de uma investigação em que a seriedade rivalizava com a ilegalidade. Mesmo com o recurso ao cruzamento da informação, torna-se muito difícil diferenciar o registo de uma criança exposta do registo de uma outra que fora simuladamente abandonada. Muitas vezes, essa distinção só poderia ser realizada a posteriori, desde que essas crianças tivessem sobrevivido, acabando por se descobrir que, afinal, não haviam sido enjeitadas, com algumas delas a serem criadas pelas próprias mães ou seus familiares.

No universo de toda a documentação municipal, foram os livros de registo dos expostos do concelho dos Arcos aqueles que mais dificuldades nos causaram, quando procuramos diferenciar as crianças expostas das crianças subsidiadas, todas elas indiscriminadamente designadas por expostas. Este problema só foi detectado após termos sido confrontados com o registo de um elevado número de crianças expostas que, nalguns anos, chegava a ultrapassar o volume dos expostos dos concelhos de Viana ou de Ponte de Lima. Só uma análise minuciosa e profunda desses registos nos permitiu concluir que estávamos perante registos aparentemente uniformizados, mas representando realidades bem diferentes, no contexto da assistência à infância desvalida.

Com uma documentação que apenas se inicia no primeiro quartel do século XIX, o escrivão da câmara dos Arcos designou por expostos todas as crianças que haviam entrado na Roda do concelho, independentemente de serem crianças enjeitadas ou crianças subsidiadas, um procedimento administrativo que se prolongou até 1866, ano da abolição das Rodas no distrito de Viana do Castelo. Como os registos obedeciam todos ao mesmo formulário, uma análise pormenorizada do seu conteúdo permitiu-nos verificar que muitas dessas crianças eram entregues às respectivas mães, alguns meses após a sua admissão, as quais haviam sido incorrectamente registadas como amas. Um outro elemento que nos levou a concluir que poderíamos estar perante realidades assistenciais distintas foi o facto do escrivão nem sempre mencionar o enxoval das crianças, sendo provável que apenas o fizesse quando se tratava de crianças expostas ou oriundas de meios familiares extremamente precários.

Mesmo quando detectámos essas irregularidades e conseguimos diferenciar algumas das crianças expostas das subsidiadas, optámos por não introduzir esses dados estatísticos na série de expostos do concelho dos Arcos, por não ser possível garantir a sua total fiabilidade, até porque muitas crianças haviam falecido antes de completarem um ano de idade. Nestes casos, jamais seria possível fazer essa diferenciação, pelo que apenas considerámos como válido o período subsequente à abolição da Roda, em 1866³⁶.

Todas estas dificuldades são acrescidas com a possibilidade de poderem existir registos fictícios de expostos, consubstanciando a existência de uma rede de cumplicidades e assumindo foros de verdadeira corrupção, sempre que se procuravam obter subsídios de uma forma fraudulenta. Estas práticas eram muito lesivas dos interesses dos habitantes dos concelhos e, sobretudo, das pessoas que, em determinadas

³⁶ Veja-se, como exemplo, a discrepância de valores entre uma fonte municipal e uma fonte distrital. No ano de 1867, numa altura em que o escrivão da câmara dos Arcos passou a diferenciar as crianças expostas das subsidiadas, a fonte municipal registou a admissão de 17 expostos no Hospício municipal, enquanto a estatística distrital assinalou a entrada de 61 crianças “expostas”.

épocas, foram sobrecarregadas com impostos (fintas) para a criação das crianças expostas, nos respectivos espaços administrativos.

2-Metodologia de investigação

2.1-O estado actual da investigação: trajectos e dificuldades

O interesse pelo estudo da infância desvalida e abandonada despertou no século XIX, já designado como o século da criança na Europa, seja legítima, ilegítima ou abandonada (Marcílio, 1998:75). Embora a criança, em geral, tivesse centralizado a atenção dos políticos e pedagogos, é natural que o contexto se tenha revelado favorável ao crescente avolumar de preocupações com as crianças abandonadas. Esta atenção particular poderá estar associada a uma nova concepção de assistência, sobretudo a partir do momento em que deixou de aparecer exclusivamente ligada a instituições de caridade, para ser enquadrada numa fase filantrópica da beneficência pública.

Os pressupostos que fundamentaram a generalização das instituições públicas de acolhimento das crianças abandonadas começaram a ser objecto de profunda reflexão, originando acalorados debates e polémicas exacerbadas, em torno da sua legitimidade e dos seus verdadeiros fins humanitários. Esse debate nacional, decalcado nalgumas das argumentações que provinham de outros países, nomeadamente de França e Itália, e materializado em artigos de opinião, relatórios, compilação de leis e dissertações académicas, acaba por representar uma referência indispensável à compreensão do contexto em que se desenvolveu este fenómeno demográfico. Os próprios títulos de algumas publicações são bem elucidativos das preocupações com a sorte das crianças abandonadas e caracterizam bem o polémico e apaixonado debate que envolveu os defensores e os opositores da Roda, privando os estudos realizados da indispensável imparcialidade e do necessário rigor científico.

É por meados de oitocentos que se iniciou uma nova fase na produção e divulgação de um conjunto de estudos e publicações que se afastam da esfera institucional e da polémica exclusivamente centrada em torno da legitimidade das rodas. O debate foi transferido para o domínio público, com alguns estudos académicos a dirimirem argumentos e a manifestarem opiniões divergentes. Estas tanto se expressavam no sentido de dar prioridade à preservação da vida das crianças, vítimas de abandono, como eram direccionadas para a necessidade imperiosa de salvaguardar a honra das famílias, irremediavelmente abalada por comportamentos desviantes e socialmente não tolerados.

Foi neste contexto que, em meados de século XIX, foram produzidos alguns trabalhos e reflexões que nos poderão ajudar a desvendar como era encarado o problema do abandono de crianças pelos seus contemporâneos, embora salvaguardando uma certa parcialidade e comprometimento das posições publicamente assumidas³⁷. Alguns anos mais tarde, esta problemática continuou a ter algum impacto nos meios académicos, com alguns estudantes a escolherem este assunto para a elaboração das suas dissertações de licenciatura. Poderemos citar as teses apresentadas pelos estudantes

³⁷ Poderemos citar, entre outros, os trabalhos de João Crisóstomo da Veiga, “*Reflexões ou breve discurso sobre as Rodas dos Expostos*”, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853; Tomás de Carvalho, “*Abaixo a Roda dos Expostos*”, *Gazeta Médica de Lisboa*, n.º 7, fasc.1, pp. 99-104, 1853; Francisco Secco, “*Relatório e projecto sobre a extinção das Rodas*”, Coimbra, *Jornal Conimbricense*, n.º.144, 1855, e de Francisco Sousa Vaz, “*Relatório acerca dos Expostos do distrito do Porto em 1856 e 1857*, Porto, ” *Gazeta Médica do Porto*, Dezembro/1860.

finalistas da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Manuel da Cunha e Francisco Carvalho, subordinadas respectivamente aos temas “*Breves considerações sobre a Roda dos Expostos*” (1873)³⁸ e “*A mortalidade das crianças e a assistência pública*” (1894)³⁹.

Da vivência directa deste problema passou-se à fase da investigação e da construção do conhecimento histórico. Como reflexo de uma nova visão historiográfica, que emergiu com a criação da “Escola dos Annales”, a inclusão na História de Portugal, dirigida por Damião Peres, de dois capítulos dedicados à assistência⁴⁰, é bem o reflexo de uma nova valorização dos aspectos de natureza social. Apesar da assistência aos expostos ter sido abordada de uma forma generalizada, não deixa de representar a primeira incursão em domínios que tradicionalmente andavam arredados da investigação⁴¹. Contudo, esperava-se um maior aprofundamento desta temática nas várias obras gerais que foram produzidas posteriormente, nomeadamente no que concerne ao estudo da infância desvalida e abandonada, quantas vezes deixada no absoluto esquecimento⁴².

O III Congresso da Associação de Demografia Histórica, organizado pela Universidade do Minho, em 1993, acabou por constituir um acontecimento ímpar na afirmação da Demografia Histórica no nosso país, testemunhado pela presença de alguns dos mais conceituados investigadores internacionais⁴³.

Até à realização deste congresso internacional, o estudo dos expostos, em Portugal, ainda se encontrava numa fase embrionária, circunscrita a alguns trabalhos isolados de âmbito local, com pouco impacto ao nível da investigação nacional, revelando um grande atraso, quando confrontado com tudo o que já se conhecia sobre esta problemática nos países do Sul da Europa. Isto mesmo se poderá deduzir da afirmação de Vicente Pérez Moreda (1996:3) - coordenador de uma sessão que foi reservada exclusivamente aos estudos sobre a ilegitimidade e a exposição de crianças - quando afirmou que a história dos expostos havia conhecido um contínuo desenvolvimento nas últimas décadas, sobretudo em países como a França, Itália e Espanha. Na realidade, a sua investigação estava a dar os primeiros passos no nosso

³⁸ Cunha, Manuel Caetano da, *Breves considerações sobre a Roda dos Expostos*, Porto, Typographia Franceza e Nacional, 1873.

³⁹ Carvalho, Francisco, *A mortalidade das crianças e a assistência pública*, Lisboa, Tipografia de Cristóvão Rodrigues, 1894.

⁴⁰ O professor Ângelo Ribeiro desenvolveu dois capítulos dedicados à “Assistência”, onde apareciam os expostos (in *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, vol. V, páginas 465 e seguintes, e vol. VI, páginas 625 e seguintes, Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1958).

⁴¹ Na realidade, não se compreendia que o estudo da infância desvalida e abandonada continuasse praticamente arredado do panorama historiográfico nacional, apesar da abordagem retrospectiva do problema, através duma pesquisa realizada por Luís de Pina. Esta serviu de base a uma conferência que o autor realizou no Salão Nobre da Junta Geral do Distrito do Porto, cerca de um século após o encerramento da Roda do Porto (1964:327-373). Tratou-se de um estudo que foi fundamentado em diversas fontes impressas do século XIX, subordinado ao tema “*Da Roda dos expostos à carta dos direitos da criança*”. Com esta investigação, o autor procurou «destacar o capítulo ao mesmo tempo luminoso e negro da assistência aos desgraçados expostos», uma visão mais preocupada com o problema que afectou a infância desvalida do Porto do que com a procura de um conhecimento cientificamente construído.

⁴² Entre as honrosas excepções, poderemos referir a introdução de um capítulo na *História de Portugal*, sob a direcção de José Matoso, dedicado à assistência pública no período liberal, cuja cobertura englobava as crianças enjeitadas e desvalidas (Lopes, Maria Antónia, “*Os pobres e a assistência pública*”, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 501-515).

⁴³ Entre outros, poderemos referir a presença, como conferencistas, dos professores-investigadores, Maria Luíza Marcílio, Jacques Dupâquier e Massimo Livi Bacci.

país, ainda sem um número suficientemente representativo de estudos que pudessem ser referenciados pela comunidade científica internacional.

Não será fácil proceder a uma correcta avaliação do estado actual da investigação dos expostos em Portugal, visto que esta ainda se encontra à procura do seu próprio rumo, no contexto historiográfico nacional e internacional. Começando por uma produção avulsa de alguns estudos monográficos, de dimensão espaço-temporal muito restrita, como reflexo de uma maior afirmação da história local, essa investigação carecia de objectivos e de uma metodologia compatível, que possibilitasse os estudos comparados. Por outro lado, esses estudos careciam de um adequado enquadramento na dinâmica dos novos centros de investigação, em correspondência com os caminhos e as directrizes das novas correntes historiográficas, como reflexo da sua renovação e evolução conceptual, metodológica e epistemológica.

Quando parecia que essa renovação historiográfica pudesse suscitar novos interesses e motivar os investigadores para a busca de respostas a uma nova problematização do passado, foi preciso esperar pela década de oitenta para que fosse retomado o estudo da infância abandonada, dando-se início a mais uma nova etapa que se prolongaria até ao princípio da década seguinte. Neste período, foram publicados alguns trabalhos que representam uma completa inversão na aproximação ao estudo do abandono de crianças, embora ainda bastante limitados no tempo e no espaço, dada a ausência de um projecto integrador, com coordenação interdisciplinar.

Periodicamente, foram surgindo alguns trabalhos, de âmbito local, com maior incidência em localidades do Norte de Portugal, com o século XIX a ser o mais privilegiado. Estes estudos, isolados e descontextualizados de quaisquer projectos académicos, não deixaram de representar um certo pioneirismo daqueles que, aproveitando as fontes existentes em diversos arquivos locais, sentiram vontade em penetrar em campos de investigação que permaneciam praticamente ignorados. Foi assim que se conheceram alguns aspectos relacionados com as instituições de acolhimento e assistência às crianças abandonadas, através da publicação de estudos sobre Esposende (Matos, 1983), Meda (Lopes, 1984), Barcelos (Neiva, 1985), Porto (Sá, 1985 e 1987), Guimarães (Cunha, 1986), Valongo (Alvim, 1987), Montemor-o-Novo (Moraes, 1987), Santarém (Reis, 1988), Viana do Castelo (Brettell, 1989) e Setúbal (Abreu, 1990).

Muitos destes trabalhos de investigação não foram elaborados com a finalidade de perspectivar e possibilitar futuras abordagens multidisciplinares, tendo incidido preferencialmente sobre aspectos institucionais. Estes poderiam servir como ponto de partida para a elaboração de outros trabalhos de pesquisa que, estruturados a partir de outros suportes empíricos, pudessem vir a dar uma maior consistência a algumas das hipóteses formuladas, antes de serem transformadas em teses explicativas⁴⁴.

Passou a ser uma incumbência dos investigadores a criação dos meios necessários à reconversão do processo de investigação da infância abandonada, à luz das novas tendências que, progressivamente, se vinham afirmando em alguns países do Sul da Europa, nomeadamente através da apresentação de dissertações de mestrado. A

⁴⁴ No Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, realizado em 1993, Isabel Sá identificou alguns destes problemas, nomeadamente a carência de objectivos e a ausência de dados comparáveis entre si, desconexão justificada pelo facto de alguns desses trabalhos “*terem sido elaborados à margem das correntes actuais da investigação histórica no campo, manifestando total ou parcial desconhecimento das principais problemáticas subjacentes ao estudo do abandono de crianças e da ilegitimidade*” (comunicação subordinada ao tema “*Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal – Estudos recentes e perspectivas*”, in *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica – do Século XVI ao Presente*, actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996).

concepção e execução desse objectivo foi liderado por Isabel dos Guimarães Sá, a partir do estudo da Casa da Roda do Porto (1987), uma investigação que, apesar de alicerçada numa forte componente jurídico-institucional, acabou por fazer despertar o interesse por novas abordagens que estavam arredadas do panorama historiográfico nacional.

É com esse objectivo que alguns investigadores participaram num colóquio internacional, centrado no estudo da *“Infância abandonada e sociedade na Europa dos séculos XIV ao século XX”*, que se realizou na cidade de Roma, em 1991⁴⁵. Nesse mesmo ano, foi apresentada uma dissertação de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, subordinada ao tema *“O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)”*, da autoria de Nuno Cortes.

No ano seguinte, foi a vez de Isabel Sá apresentar e defender, no Instituto Universitário Europeu, em Florença, uma tese de doutoramento sobre a circulação de crianças e a assistência aos expostos, o que representou um passo importante na certificação académica de tão importante temática. Esta investigação, subordinada ao tema *“The circulation of children in eighteenth century Southern Europe”*, foi publicada no nosso país, em 1995, sob o título *“A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII”*. Trata-se de uma obra de referência obrigatória para todos os que se dedicam ao estudo da infância abandonada na Europa Ocidental, por ter enquadrado o estudo dos expostos em Portugal e particularmente o estudo da Roda do Porto no contexto europeu da assistência às crianças desamparadas.

Ao reservar uma sessão subordinada ao tema *“De filhos ilegítimos a filhos naturais: crianças expostas, ilegitimidade e concepções extra-matrimoniais (do século XVI ao presente)”*, o já referido III Congresso da Associação de Demografia Histórica, realizado em 1993, acabou por reconhecer a importância do estudo da ilegitimidade e da exposição de crianças para a identificação e compreensão de determinados comportamentos demográficos. Nesta sessão, foram apresentadas cinco comunicações relacionadas com o estudo dos expostos em Portugal⁴⁶, as quais, juntamente com as que foram apresentadas pelos participantes espanhóis⁴⁷, constituíram, segundo o seu

⁴⁵ Os investigadores que apresentaram comunicações relativas a Portugal foram Isabel Sá, com o tema *“The Casa da Roda do Porto: reception and restitution of foundlings in the eighteenth century”*, e Caroline Brettell e Rui Feijó, com o tema *“Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal. Public welfare and family strategies”*, publicadas em *Actes du colloque Enfance abandonnée et société en Europe XIXe-XXe siècles*, Rome, École Française de Rome, 1991.

⁴⁶ As comunicações portuguesas foram apresentadas por Isabel Sá, *“Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal”*; Henrique Rodrigues, *“Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil”*; Nuno Osório Cortes, *“O sistema liberal da roda dos expostos. O exemplo da administração algarvia”*; Jorge Ferreira e Olegário Ferreira *“O abandono de crianças na roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848, e Teodoro da Fonte”*; *“Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675 e 1874)”*.

⁴⁷ As comunicações espanholas foram apresentadas por Vicente Pérez Moreda, *“Infancia Abandonada e Ilegitimidad en la Historia de las Poblaciones Ibéricas”*; Alberto Marcos Martín, *“Exposicion y Muerte: la mortalidad de expósitos en España en el transito del siglo XVIII al XIX”*; Pedro Carasa Soto, *“Perspectivas de la historiografía española en torno a los expósitos e ilegítimos, desde las actuales tendencias en Historia Social”*; Maria del Carmen Ansón Calvo, *“Niños ilegítimos expósitos en las Asturias del siglo XVIII”*; Primitivo Pla Alberola, *“Ilegítimos y expósitos en Elda durante el siglo XVIII”*; Fernando Mikelarena e Lola Valverde, *“Ilegitimidad y exposición en Navarra (siglos XVI-XX)”*; Mercedes Granjel, *“Mortalidad de Expósitos y lactancia mercenaria en la Alta Extremadura (1915-1925)”*; Daniel Devolver, *“Ilegitimidad y matrimonio tardío”*.

Estas comunicações estão publicadas no vol. 3 das Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, *“Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

coordenador, o melhor e mais actualizado estado da questão sobre o tema na Península Ibérica (Moreda, 1996:3).

Os anos seguintes revelaram-se decisivos para uma alteração substancial do quadro demasiado restritivo e compartimentado da investigação destas temáticas, ainda tão pouco conhecidas ou ignoradas na História de Portugal. Impulsionados pela importância que havia sido atribuída ao estudo dos diversos sectores marginais da sociedade para o progresso da História das Populações, alguns investigadores portugueses passaram a centralizar os seus estudos nesta temática, dando origem à apresentação de um número bastante representativo de comunicações⁴⁸ e dissertações académicas. Enquanto uns privilegiaram o fenómeno da exposição de crianças, outros debruçaram-se sobre comportamentos demográficos globais, incluindo o estudo da ilegitimidade.

Em 1993, Maria José Reis apresentou uma dissertação de mestrado, na Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema “*Crianças abandonadas e expostas no concelho de Alenquer (1866-1891)*”. Em 1995, foram apresentadas mais duas dissertações de mestrado, uma na Universidade do Porto, sobre “*Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*”, defendida por Sebastião Matos, e uma outra, da nossa autoria, na Universidade do Minho, sobre “*O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*”. No ano seguinte, foi a vez de Adelina Piloto defender, na Universidade do Porto, uma dissertação sobre “*Os expostos da Roda de Vila do Conde (1835-1854)*”.

Estes trabalhos de investigação vieram dar uma maior consistência e visibilidade ao estudo do fenómeno da exposição de crianças no Norte de Portugal⁴⁹. Todavia, apesar do crescente número de investigações, ainda era bem notória a falta de uma convergência nos seus objectivos programáticos, na sua dimensão espaço-temporal, bem como na diversidade metodológica, o que dificultava ou impedia o desenvolvimento de estudos comparativos.

Não obstante essa evidente descoordenação e uma insuficiente representatividade dos trabalhos que foram produzidos no nosso país, os avanços registados, nomeadamente no domínio jurídico-institucional, já possibilitaram uma primeira síntese de toda esta problemática, realizada por Maria Luíza Marcílio, na sua “*História Social da Criança Abandonada*”. Trata-se de uma obra que se estrutura numa sólida base empírica e na melhor metodologia da pesquisa histórica, com a qual se procura dar a conhecer «a arqueologia e a trajetória do fenómeno do abandono de crianças, através da História, no Ocidente e no Brasil» (Marcílio, 1998:11).

⁴⁸ No IV Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), realizado em Espanha (Bilbau), em 1995, apresentámos uma comunicação, subordinada ao tema “*Contexto social e problemática do abandono de crianças no âmbito da reconstituição de paróquias. O exemplo de Ponte de Lima nos séculos XVIII e XIX*” (publicado no vol. II das Actas do IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Bilbao, Servicio Editorial. Universidad del País Vasco, 1999, pp. 343-354). Nessa investigação, procurámos demonstrar as potencialidades da metodologia de “reconstituição de paróquias”, a qual não se deverá restringir ao estudo das variáveis demográficas mensuráveis, a partir da exploração dos registos paroquiais. Na verdade, se cruzarmos os dados estatísticos dos registos paroquiais com outras fontes (quantitativas e qualitativas), como os róis de confessados e os registos municipais, será possível identificar e seguir o percurso de vida de alguns indivíduos cujas famílias não foi possível reconstituir. Ao mesmo tempo, poderemos penetrar em sectores da sociedade tradicionalmente ignorados, como seja o caso das crianças expostas que, por terem iniciado o seu percurso vital, sem quaisquer laços familiares conhecidos, acabam por justificar todo o investimento no estudo do seu processo de exclusão ou reabilitação social.

⁴⁹ É provável que possam existir outros estudos sobre esta temática, além daqueles que integram a bibliografia específica, referenciada no final desta investigação. No entanto, na eventualidade de existirem, não foram objecto de uma adequada divulgação junto dos meios académicos, nem integram a base de dados das principais bibliotecas nacionais.

Segundo a autora, este estudo pretende fazer a reconstituição sintética da história da infância abandonada em Portugal, incorporando as diferentes formas de protecção, numa visão diacrónica de longa duração. Partindo dum conhecimento prévio dessa assistência nalguns dos países europeus, nomeadamente Itália e França - considerados como protótipos da assistência à infância abandonada no Antigo Regime - esta pesquisa passou a centralizar-se no panorama institucional do nosso país, logo alargado ao Brasil, como consequência da introdução do mecanismo da roda nesta antiga colónia portuguesa (Marcílio, 1998:88-114).

Na transição do século XX para o século XXI, surgiram mais alguns trabalhos de investigação, ajudando a preencher algumas áreas geográficas sobre as quais pouco ou nada se sabia no panorama da assistência à infância abandonada. São apresentadas mais duas dissertações de mestrado, uma na Universidade do Porto, em 1999, defendida por João Alves Simões, sobre *“Os expostos da roda de Góis (1784-1841)”* e uma outra na Universidade de Lisboa, no ano de 2001, defendida por Graça Maria dos Santos, subordinada ao tema, *“A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos (1799-1823)”*.

No seu conjunto, são produções académicas que representam um inquestionável contributo para um melhor conhecimento deste fenómeno demográfico, mas não suficientemente representativas para nos darem uma visão global do problema. Daí que se esperem novas investigações que possam ajudar a conhecer e a compreender melhor um dos menos estudados comportamentos demográficos, bem como as respectivas respostas sociais, um objectivo suficientemente forte e aliciante para justificar e sustentar esta nossa dissertação.

Foram muitas as dificuldades que tivemos de enfrentar ao percorrer as várias fases deste nosso projecto de investigação (Fonte, 1999:2-7). Sem pretender enunciar todos os problemas que se iniciaram com a concepção do projecto, não queremos deixar de recordar alguns dos obstáculos que se revelaram de mais difícil transposição e que dificultaram a sua operacionalização, só ultrapassados pela vontade inabalável de poder contribuir para o preenchimento de uma das principais lacunas do panorama historiográfico nacional.

A partir do momento em que decidimos estudar um tema que estava praticamente inexplorado no Alto Minho - como o era a problemática relacionada com a exposição de crianças - com uma dimensão espaço-temporal que justificaria, só por si, um trabalho de equipa, teremos de reconhecer que não estávamos bem conscientes dos desafios e dos problemas que teríamos de enfrentar. O tempo se encarregou de nos fazer compreender as razões daqueles que nos alertaram para as dificuldades de tal empreendimento. No fundo, tratava-se apenas duma opinião avalizada de quem conhecia bem as incongruências de um sistema de assistência que não primava pelo rigor e pela transparência, sendo difícil estabelecer as fronteiras entre a seriedade e a ilegalidade. Resistindo à ideia de partir para uma área de investigação menos problemática, decidimos aceitar os riscos inerentes a tão complexo projecto, animados pela opinião avalizada de André Burguière (1981:88-89) de que, mais do que a evidência, é o obstáculo que faz o historiador. Por outro lado, não quisemos deixar de corresponder àqueles que nos incentivaram, orientaram e acreditaram na viabilidade e interesse desta investigação.

As dificuldades começaram a avolumar-se à medida que procedíamos à inventariação das fontes, como ponto de partida para a criação de uma base sólida e alargada de dados, suficiente para nos libertar dos constrangimentos que poderiam resultar da falta de um adequado suporte empírico. Ao mesmo tempo, seria uma forma

de procurar contornar uma eventual tendência especulativa, perante a abordagem de uma temática tão susceptível de ferir a sensibilidade humana.

Quando esperávamos encontrar os arquivos municipais organizados e com garantia de acessibilidade à sua vasta documentação, acabámos por ser confrontados com uma realidade substancialmente diferente. Efectivamente, se encontrámos alguns arquivos que nos asseguravam as condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, também nos deparámos com várias situações em que não havia qualquer arquivo organizado nem espaço próprio para consultar a documentação que se acumulava, de forma anárquica, em espaços fechados, à espera de ser inventariada, organizada e reabilitada.

Estes verdadeiros depósitos de livros, misturados com pastas e documentação avulsa, tanto se distribuíam pelos sótãos como por arrecadações de edifícios municipais, alguns deles num preocupante estado de degradação. Ao percorrer alguns desses espaços fechados e nada arejados, sentimos a preocupante sensação de estar perante um património ameaçado, em risco de se perder, de forma irreversível, tal era o estado a que estava votado. A humidade e os parasitas pareciam estar a beneficiar do esquecimento, contemporização ou falta de sensibilidade de alguns responsáveis locais para com tão valioso espólio documental. A manter-se a situação, muita documentação corria o risco de se perder definitivamente, até porque não estavam asseguradas as condições de segurança contra incêndios. E o exemplo do que se verificou em Paredes de Coura⁵⁰ não poderá ser esquecido, com os incêndios a fazerem desaparecer, de uma forma irremediável, um importante legado cultural, privando-nos da possibilidade de escrever algumas páginas da sua história.

Perante um panorama tão desolador, chegámos a temer não conseguir resistir à tentação de abandonar este projecto, mais talhado para ser desenvolvido por uma equipa, num contexto bem mais favorável⁵¹. Não desistimos. O primeiro passo foi no sentido de pressionar os responsáveis locais para a necessidade de preservar e disponibilizar todo esse património documental, verdadeira memória de um passado que não merecia ser ignorado e votado ao esquecimento.

Para esta “cruzada cultural”, muito contribuiu a equipa técnica do Arquivo Distrital de Viana do Castelo⁵² que, depois de identificar a verdadeira situação dos arquivos municipais, foi desbravando o caminho que nos permitiu aceder, paulatinamente, à documentação existente nalguns dos concelhos do Alto Minho, antes vedada à consulta pública. Usando das prerrogativas de coordenação técnica e em estreita colaboração com os serviços centrais, nomeadamente com a Torre do Tombo, essa equipa procedeu à inventariação de todo o acervo documental do distrito de Viana do Castelo, o qual viria a ser compilado numa obra que passou a constituir o terceiro

⁵⁰ Os dois incêndios que deflagraram nos Paços do Concelho de Paredes de Coura consumiram a maior parte da documentação existente. No caso da documentação dos expostos, essa lacuna só parcialmente poderá ser colmatada com os mapas e relatórios que a administração concelhia enviava para o Governo Civil de Viana, que tivemos a oportunidade de consultar.

⁵¹ Apesar de não ser possível prever todas as implicações deste desafio académico, estávamos cientes das dificuldades em operacionalizar um tal projecto, nomeadamente a realização de deslocações frequentes aos arquivos municipais dos seus dez concelhos, localizados ao longo das bacias dos rios Lima e Minho. Seria necessário muita disponibilidade de tempo para poder percorrer milhares de quilómetros e poder passar muitas horas na exploração da documentação disponível. Na prática, foram mais de três anos de recolha sistemática e criteriosa de toda a informação, criando a base de dados que serviu de suporte a toda esta investigação.

⁵² Esta equipa, tão dinâmica como prestável, era coordenada pela Dr.^a Maria Olinda Alves Pereira, Directora do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, tendo desenvolvido um extraordinário trabalho de inventariação, recuperação e preservação do acervo documental do Alto Minho, fundamental para toda a comunidade científica e para o desenvolvimento da História Local.

volume do “*Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*”, uma edição patrocinada pelo Ministério da Cultura e inserida no projecto nacional de inventariação do património cultural móvel (Pereira, 1996).

Passados alguns anos sobre o início do nosso trabalho de investigação, é com enorme satisfação que se pode comprovar uma alteração substancial na organização da maioria dos arquivos municipais, beneficiando de uma maior sensibilidade dos órgãos autárquicos para a necessidade de preservação do seu património documental⁵³. Ao longo da última década do século XX, pudemos testemunhar a instalação de alguns arquivos municipais, em espaços próprios, bem como a apresentação de projectos e início de obras de recuperação de edifícios para a sua instalação, sem esquecer a formação e afectação de pessoal técnico especializado. Cabe agora aos investigadores aproveitar este contexto bem mais favorável ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, como forma de justificar os investimentos realizados e como garantia de que esse legado histórico continuará a ser respeitado e preservado.

Ultrapassado o problema da inventariação e acessibilidade, e perante um volume tão elevado de documentos, teríamos de encontrar a metodologia que mais se poderia adequar à especificidade das fontes municipais e aos objectivos definidos no projecto de investigação. É certo que a existência de algumas centenas de livros (nalguns casos ocupando vários metros lineares de estantes), juntamente com outra documentação dispersa, eram factores que poderiam vir a condicionar a nossa opção.

Chegámos a pensar numa maior delimitação espaço-temporal da investigação, uma hipótese a considerar num contexto de um trabalho faseado, de longo prazo. Todavia, esta hipótese acabaria por inviabilizar um dos objectivos fundamentais do nosso projecto inicial – uma visão diacrónica de uma problemática que fez parte do quotidiano das comunidades locais e transmitida de geração em geração.

Definida a linha conceptual e escolhida a metodologia a utilizar, logo iniciámos o trabalho de recolha de toda a informação quantitativa e qualitativa, através da exploração das fontes municipais, acrescida da documentação que se encontrava no arquivo do governo civil de Viana do Castelo, à qual só pudemos aceder após autorização superior⁵⁴, por estar inacessível à consulta pública.

Após alguns anos de contínua e persistente recolha de informação, chegámos a temer ficar subjugados pelas próprias fontes, tal era o manancial de informação que estaria a ultrapassar os limites daquilo que seria aconselhável para um trabalho desta natureza. A solução passou pela filtragem e selecção da informação que considerámos mais relevante, acabando por prescindir daquela que não condicionasse ou pudesse afectar a linha orientadora e os objectivos programáticos iniciais. A partir daí, começou a emergir no horizonte a possibilidade efectiva de podermos levar a bom termo este trabalho e contribuir para o enriquecimento da história da assistência no nosso país.

2.2-Estudos agregativos ou abordagens microanalíticas?

A exploração da documentação relacionada com os expostos requer uma abordagem muito minuciosa, com o recurso permanente à análise e crítica das fontes. De facto, não será suficiente conhecer o esquema organizativo de toda a estrutura

⁵³ Poderemos referir-nos à apresentação de várias projectos municipais que, com ou sem o patrocínio dos fundos estruturais da Comunidade Europeia, estiveram na origem da criação dos arquivos de Valença, Monção, Melgaço e de Ponte de Lima, este último em fase de conclusão.

⁵⁴ Não poderemos deixar de enaltecer e agradecer a visão cultural do então Governador Civil de Viana do Castelo, Dr. Oliveira e Silva, que nos autorizou a consulta da imensa documentação que estava relacionada com a temática em estudo, disponibilizando-nos todo o apoio técnico necessário.

pública de apoio à infância desvalida e abandonada para se poder fazer uma avaliação correcta do contexto institucional em que se desenvolveu este fenómeno demográfico. Na verdade, as práticas institucionais poderão não ter correspondido aos fins e objectivos do corpo legislativo e das normas que regulamentaram todo o programa assistencial. Como já o referimos, são frequentes as ilegalidades e as irregularidades praticadas, começando pelos registos de entrada de crianças, quantas vezes a designar por expostas, de uma forma indiscriminada, todas as crianças beneficiárias deste sistema de assistência à infância desvalida. Além disso, o investigador é frequentemente confrontado com a existência de séries descontínuas, sem possibilidade de vir a preencher essas lacunas, irremediavelmente perdidas, bem como a existência de um eventual sobre-registo, o que nos obriga a “questionar” permanentemente a seriedade deste sistema público de assistência.

Os estudos agregativos, promovidos e incentivados por todos aqueles que consideram a economia de tempo como um imperativo da investigação actual, não se pode aplicar, de forma indiferenciada, à exploração de fontes que não garantam a fiabilidade dos dados nelas contidos. O estudo dos expostos é um exemplo concreto de todas essas limitações, como reflexo de um sistema que se estruturou, durante muito tempo, sob o lado oculto da roda, um mecanismo que lhe conferia um carácter simultaneamente legal e confidencial. Efectivamente, os registos de expostos aparecem frequentemente misturados com os registos de outras crianças desvalidas, mas não abandonadas, numa percentagem que tende a aumentar a partir do início do século XIX.

Um outro factor que dificulta a investigação relaciona-se com a nomenclatura utilizada para designar as crianças que beneficiavam do sistema assistencial. Estas crianças apareciam frequentemente registadas, por vezes de uma forma indiscriminada, como expostas, enjeitadas, abandonadas, postiças ou desvalidas, o que obriga à análise de todo o registo para conseguir estabelecer a necessária diferenciação. Torna-se, por isso, indispensável o recurso à micro-análise e ao registo dos diversos campos de observação, de acordo com as abordagens que se pretendem realizar, quer seja no âmbito específico da demografia histórica, da história social, da história da família ou da história das mentalidades, apesar das suas fronteiras não estarem ainda bem definidas⁵⁵.

Não poderemos negar que nos sentimos tentados a enveredar por uma metodologia que nos permitisse avanços mais rápidos e com um rendimento de trabalho mais visível, perante a enorme incerteza em poder levar a efeito tão grande empreendimento, caso optássemos pela levantamento nominativo dos muitos milhares de registos de crianças expostas. Conhecíamos as vantagens dos estudos agregativos na operacionalização de alguns estudos de demografia histórica. Contudo, o trabalho que havíamos desenvolvido sobre o abandono de crianças em Ponte de Lima (Fonte, 1996b) já nos tinha demonstrado que a fiabilidade dos resultados dependiam, necessariamente, da utilização de uma metodologia microanalítica, com a exploração minuciosa dos registos municipais e o recurso, sempre que possível, ao cruzamento de informação. Definitivamente, os estudos agregativos não se revelavam compatíveis com a especificidade das fontes, cujos indicadores quantitativos não deixariam de ocultar muito daquilo que desejaríamos conhecer. Era fundamental proceder a uma análise

⁵⁵ Como afirmou Norberta Amorim, não é fácil distinguir, com clareza, onde acaba o terreno da demografia histórica para se entrar no espaço da história social, uma consequência natural do facto da primeira dispor de metodologias de rigor e da segunda se ver confrontada com dificuldades de definição do seu próprio caminho (AMORIM, Norberta, *Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850*, in Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 1995, p. 35).

intrínseca dessa enorme massa documental, em busca daquilo que, aparentemente, as instituições de acolhimento pareciam esconder.

Depois de termos decidido adoptar uma metodologia microanalítica e avaliado as dificuldades inerentes à sua operacionalização, o trabalho de arquivo prolongou-se por mais de quatro anos, numa recolha sistemática da informação disponível, considerada relevante para o presente estudo. Para o efeito, elaborámos uma ficha para o registo individual de cada um dos mais de vinte e dois mil expostos que passaram a integrar a nossa base de dados, num período compreendido entre 1770 e 1920. Para cada um deles, fomos seleccionando a informação e preenchendo os seguintes campos de observação: nome, dia e local de exposição, sexo, idade (geralmente horas ou dias de vida), enxoval, sinais particulares, mensagem escrita, ama a quem foram entregues (com indicação da residência e do seu estado matrimonial), bem como o final do período de criação (por óbito, por terem completado o período de criação ou por serem entregues a familiares, na sequência de reclamação ou de um processo de intimação). Finalmente, registámos outras observações complementares relevantes, nomeadamente as que se relacionavam com a sua integração social.

Através da análise desses campos de observação, e aproveitando as potencialidades das novas tecnologias, informatizámos todos os dados quantificáveis, o que nos permitiu conhecer o número de expostos e a sua distribuição por sexos, bem como estudar as relações de masculinidade, a sazonalidade das exposições e os níveis de mortalidade. Com os restantes dados inventariados, ficaremos a conhecer os locais e formas de abandono, os enxovais, o simbolismo dos sinais, o conteúdo das mensagens escritas, as doenças, os níveis de sobrevivência, a tipologia das amas, bem como os processos de integração ou reintegração familiar e a inserção ou exclusão social dos expostos.

Se multiplicarmos todos estes campos de observação pelos muitos milhares de expostos que entraram nas Rodas/Hospícios dos diversos concelhos do Alto Minho, ao longo dos últimos séculos, facilmente se poderão avaliar as dificuldades de tão arrojado projecto, a começar pelo processo de recolha e tratamento de toda essa imensa informação. Contudo, ao sacrificarmos a economia de tempo ao rigor da investigação, todo o trabalho acabou por ser recompensado, por sabermos que o mesmo estava alicerçado num suporte documental muito alargado e minuciosamente filtrado, com dados que garantem uma elevada fiabilidade dos resultados, o que jamais seria possível alcançar em estudos exclusivamente agregativos.

Além dos indicadores quantitativos, será fundamental conhecer bem o contexto jurídico-institucional em que se desenvolveu o abandono de crianças, de modo a poder detectar eventuais ilegalidades e irregularidades, praticadas no âmbito de uma instituição que se pretendia moralizadora e que poderão ter contribuído para a completa subversão de todo o sistema assistencial. Contudo, apesar de ser impossível poder identificar e quantificar a verdadeira representatividade dos desvios aos quadros legais e às regulamentações institucionais, dada a elevada mortalidade registada, é inegável que os mesmos se registaram, quantas vezes aproveitando a permissividade do sistema e, até, uma certa compreensão pública e institucional.

As dificuldades aumentam significativamente quando se procura conhecer e acompanhar o trajecto de vida das crianças enjeitadas sobreviventes, as quais se encontravam completamente desenraizadas, por terem perdido a sua identidade familiar e passarem a usufruir de um novo estatuto social. Apesar de se ter registado uma elevada mortalidade (neonatal, infantil e juvenil), trata-se de um dos desafios mais complexos com que os investigadores são confrontados. Todavia, é um objectivo que só poderá ser alcançado através de investigações que utilizem fontes diversificadas e

privilegiem a micro-análise, não obstante a dificuldade ou impossibilidade do cruzamento nominativo, sobretudo quando não há um encadeamento genealógico, como acontece com a metodologia de reconstituição de famílias⁵⁶.

2.3-“Reconstituição de paróquias” e comportamentos demográficos marginais

O estado actual da investigação dos diferentes comportamentos demográficos tem demonstrado que, enquanto determinadas variáveis têm centralizado a atenção particular dos investigadores, o estudo de alguns comportamentos marginais ainda se encontra numa fase muito precoce do seu desenvolvimento. Esta situação deverá merecer uma maior e mais concertada intervenção por parte de todos aqueles que pretendem contribuir para o progresso da história das populações, possibilitando novas abordagens integradoras, estruturadas a partir de projectos inovadores, num esforço conjunto que deverá ser assumido por todos. Para que estes objectivos possam ser alcançados, será fundamental que esses projectos de investigação sejam coerentes e se estruturam a partir de uma supervisão e coordenação interdisciplinar, utilizando metodologias e técnicas compatíveis e adequadas, passíveis de cruzamento e complemento dos dados entretanto disponibilizados.

A ser concretizado, será uma forma de se ultrapassarem todas as condicionantes e limitações espaciais da tradicional monografia paroquial, seja através da utilização da metodologia clássica da “reconstituição de famílias”, de Henry-Fleury, seja pela adopção da mais recente metodologia microanalítica de “reconstituição de paróquias”⁵⁷, adaptada à realidade específica das fontes paroquiais portuguesas, por Norberta Amorim. Com esta metodologia inovadora, será possível «acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido» (Amorim, 1991:3-4).

O estudo da família nas sociedades tradicionais tem registado um grande impulso, assegurado pela convergência de estudos que têm sido realizados por equipas multidisciplinares, no âmbito de projectos de mestrado ou doutoramentos, sob a coordenação e dinamização de alguns centros de investigação que foram criados nalgumas das instituições de ensino superior do nosso país⁵⁸.

⁵⁶ Muitas das crianças sobreviventes foram integradas na sociedade com o nome próprio do baptismo, associado à designação de “exposto” ou “posticho” o que, só por si, poderá configurar uma representação simbólica de um certo estigma de marginalidade.

⁵⁷ A realidade presente mostra-nos que, se já existe um número bastante elevado de paróquias reconstituídas na região do Baixo Minho português, localizadas no distrito de Braga, o mesmo não se verifica em relação às freguesias do Alto Minho (distrito de Viana do Castelo). Neste espaço administrativo, apenas dispomos da reconstituição ou de indicadores de ilegitimidade das paróquias de S. Miguel da Facha, Calheiros e Refoios (concelho de Ponte de Lima), Meadela e Lanheses (concelho de Viana do Castelo), Couto e Paço (concelho de Ponte da Barca). Fica-se a aguardar, com expectativa e curiosidade científica, a conclusão de mais outros processos de reconstituição de paróquias do Minho e outras regiões do país, para que possam ser desenvolvidos novos estudos comparados.

Em relação à Galiza, conhecemos o projecto de reconstituição da freguesia galega de San Munio de Veiga (Rodríguez Fernandez, Delfina, e Scott, Dario, *San Munio de Veiga (1625-1850). Un Proyecto entre la Reconstrucción de Familias y la Reconstrucción de Parroquias*, in Boletim do NEPS, n.º2, Junho de 1998, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

⁵⁸ Entre esses centros de investigação poderemos destacar o *Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS)*, da Universidade do Minho, e o *Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM)*, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Com o alargamento progressivo da base de dados demográfica, terão sido dissipadas definitivamente as dúvidas sobre as reais potencialidades destas metodologias microanalíticas, embora a análise demográfica não se possa restringir aos dados fornecidos pelas fontes tradicionais da demografia histórica. Será indispensável avançar para o seu cruzamento com outras fontes documentais que nos possam ajudar a conhecer o percurso de vida de um número significativo de indivíduos, a quem se perdeu o rasto, logo após o registo do primeiro acto vital. É o que se verifica com muitas das crianças expostas, cujo baptismo foi efectuado fora da comunidade e do contexto familiar de origem.

Quando se fala em “reconstituição de famílias” ou “reconstituição de paróquias” é comum associarem-se essas metodologias à exploração de determinadas variáveis demográficas, como a nupcialidade, a fecundidade, a mortalidade e a mobilidade. Contudo, essa estreita interligação, embora se justifique pelos extraordinários progressos registados, nos últimos anos, como resultado da grande proliferação de estudos monográficos, com uma significativa variabilidade geográfica, não deverá circunscrever-se, exclusivamente, à análise demográfica dessas variáveis⁵⁹. O conhecimento será profundamente enriquecido se vier a projectar-se no estudo de fenómenos considerados marginais, integrando toda a multiplicidade de comportamentos sociais nos objectivos gerais e específicos da história das populações, no pressuposto de que os comportamentos colectivos também são o resultado dos comportamentos individuais.

O estudo de fenómenos como o abandono de crianças, a mendicidade e a vagabundagem não poderá ser ignorado, sempre que se pretende avançar para uma “história dos povos sem história”. É uma componente indispensável à construção de um conhecimento global da evolução dos comportamentos humanos, ultrapassando definitivamente os limites de um espaço estruturalmente confinado à sua construção teórica. Os desafios são muito arrojados e complexos, exigindo muita disponibilidade de tempo, o que poderá explicar o facto destes estudos nem sempre merecerem a melhor compreensão e o devido reconhecimento por parte de alguns sectores académicos. Contudo, as dúvidas suscitadas nada terão a ver com a importância e pertinência destas investigações, apenas uma consequência de quem se sente pressionado por imperativos temporais, incompatíveis com os muitos anos que são necessários para o desenvolvimento dos estudos microanalíticos.

A demografia histórica tem dado um valioso contributo para a reabilitação de milhões de desconhecidos, sem rosto, que desempenharam o seu papel como verdadeiros actores da História (Lebrun, 1983:16), desbravando o caminho para a recuperação da trajectória das massas silenciosas, não letradas, trabalhadoras e produtoras que nos precederam (Marcílio, 1984:24). Para a consecução deste objectivo, muito têm contribuído a metodologia da “reconstituição de paróquias”, considerada como uma rampa de lançamento para o desenvolvimento de análises demográficas e sociais, permitindo ultrapassar a fase tradicional do ficheiro de famílias para a reconstituição da trajectória observável da vida das populações residentes (Amorim, 1991:73).

⁵⁹ Como afirmou E. A. Wrigley, «para que o estudo histórico da população venha a ocupar um espaço intelectual específico no âmbito da ciência histórica não será suficiente encorajar uma onda crescente de estudos sobre os comportamentos demográficos no passado. Também será preciso elaborar, de forma complementar, conceitos estruturantes que estabeleçam ligações entre as características da população e o seu contexto sócio-económico e que tenham em devida conta a sua interacção mútua» (citado por R. Rowland, in *Micro-análise e Regimes Demográficos*, actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 1995, p. 23).

Ao não restringir os limites da sua análise aos dados estritamente demográficos, a metodologia da reconstituição de paróquias vai libertar-se dos constrangimentos da metodologia da reconstituição de famílias⁶⁰, acabando por abrir o caminho à reconstituição e caracterização global de comunidades mais alargadas. É um trabalho muito complexo, só possível pela concepção e execução de projectos de investigação, desenvolvidos por equipas multidisciplinares alargadas⁶¹. Dotadas do indispensável rigor científico e disponíveis para tarefas duradouras, estas equipas terão de estar mentalizadas para resistir à tendência natural de querer avançar rapidamente para resultados e conclusões. Numa concepção histórica que se pretende problemática e não automática, a criação de uma base alargada de dados, de natureza muita diversa, não deixará de suscitar novas questões e pressionar a busca de novas fontes de informação, tradicionalmente arredadas do panorama científico e historiográfico nacional.

Um dos sectores de investigação que importa explorar e valorizar é o que se relaciona com o fenómeno do abandono de crianças, o qual, dada a dimensão registada ao longo dos séculos XVIII e XIX, não terá deixado de influenciar a dinâmica das populações que nos precederam, com reflexos ao nível do comportamento demográfico. No entanto, dado que a metodologia da reconstituição de paróquias, baseada nos registos paroquiais, apenas possibilita o acompanhamento, em encadeamento genealógico, da história de vida de cada residente, coloca-se o problema de saber como acompanhar o trajecto de vida dos expostos, os quais, destituídos de uma identidade familiar, estavam numa situação de completo desenraizamento social. Como já havia alertado Norberta Amorim (1987:230), o problema dos enjeitados revela-se muito difícil de abordar, no âmbito da exploração dos registos paroquiais, porque não há uma coincidência efectiva entre a paróquia do seu nascimento e a paróquia onde foi ministrado o baptismo. Tal facto obriga a alargar o seu âmbito geográfico e administrativo para melhor se poder estudar a proporção de baptismos de enjeitados, em relação aos totais registados.

Para evitar análises precipitadas, ao abordar a problemática da exposição de crianças, será indispensável que os investigadores conheçam bem os contornos institucionais e os mecanismos de funcionamento deste ramo da assistência pública. O facto das análises demográficas, em paróquias de reduzida dimensão populacional, integrarem alguns dados relativos às crianças que nelas foram expostas e baptizadas não permitem sustentar qualquer hipótese explicativa sobre o problema da exposição nesses espaços paroquiais. Por outro lado, não se podem considerar como oriundas duma determinado espaço administrativo as crianças que nele foram expostas e baptizadas, sabendo-se que a exposição de crianças raramente se fazia no local de nascimento, como teremos oportunidade de verificar.

⁶⁰ A metodologia da “reconstituição de famílias” suscitou muitas dúvidas sobre as suas reais potencialidades, nomeadamente quanto ao rendimento do trabalho, ao problema dos efectivos, à estreiteza do seu campo de observação, à representatividade e ao significado dos resultados obtidos (Dupâquier, 1984:121).

⁶¹ Poderemos citar, como exemplo a seguir, o projecto que está a ser desenvolvido por um grupo de investigadores, sob a coordenação da professora Maria Norberta Amorim, no âmbito das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), da Universidade do Minho, ao qual pertencemos.

Para dar uma melhor sequência e maior visibilidade aos trabalhos realizados no âmbito da Demografia Histórica, foi elaborado um projecto de investigação denominado “*Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações*”. Partindo da inventariação de um conjunto diversificado de fontes, este projecto levará à constituição de uma base representativa de dados que culminará numa grande convergência e intervenção interdisciplinar, através do envolvimento de historiadores, demógrafos, geógrafos, antropólogos, sociólogos, biólogos e outros, com a colaboração de técnicos de informática.

Com a centralização do abandono, após a criação das Rodas, a exposição de crianças passou a fazer-se preferencialmente na paróquia onde se localizavam essas instituições e nelas acabavam por receber o baptismo. Assim se explica que, em Ponte de Lima, a percentagem de registos de crianças expostas tenha chegado a representar 76% do total de baptismos, em 1863, com as crianças legítimas e ilegítimas a preencherem os restantes 24% dos registos, uma situação que só pode ser explicada pelo processo de centralização das exposições na Roda do concelho (Fonte, 1996a:192). Aliás, nem se poderá pensar que todas essas crianças provinham do espaço geográfico do concelho, com um número indeterminado delas a poderem ser originárias de concelhos circunvizinhos, por vezes pertencentes a outros distritos administrativos.

A origem familiar dos expostos, nomeadamente a sua proveniência legítima ou ilegítima, é um dos enigmas demográficos que tem suscitado maior interesse por parte dos historiadores demógrafos, pelas suas estreitas implicações no estudo da família e da sociedade. Na realidade, embora se saiba a sua origem familiar, o tratamento jurídico mais favorável, que as considerava presumidamente legítimas, colide com os resultados de vários estudos empíricos que apontam para a proveniência ilegítima de um número significativo dessas crianças. O problema é que nunca será possível avaliar a sua verdadeira representatividade, por se tratar de uma prática que revestia contornos legais, com a garantia de sigilo e anonimato, mais ainda quando a mortalidade atingia um número significativo destas crianças.

Apesar de não ser possível descobrir a proveniência familiar de um número significativo de expostos, só através duma metodologia microanalítica poderemos vir a identificar a origem legítima ou ilegítima de algumas dessas crianças⁶², permitindo-nos diferenciar as que efectivamente foram enjeitadas das que apenas terão sido objecto dum abandono simulado ou temporário. Por vezes, são as próprias fontes que nos indicam os familiares a quem foram entregues algumas das crianças expostas, por reclamação ou por intimação das autoridades locais. Noutros casos, o cruzamento da informação obtida pode colocar-nos perante situações que configuram práticas ilegais e irregularidades institucionais, com as crianças, que se presumiam expostas, a serem entregues, de forma voluntária ou compulsiva, às respectivas mães, muitas vezes as próprias amas. Contudo, nem sempre a documentação nos oferece toda a informação desejada, por terem sido as próprias autoridades municipais ou os administradores locais a preservarem a privacidade das mães ou das famílias conhecidas dos expostos. Nalguns casos, limitavam-se a registar que essas crianças foram entregues às mães, sem as identificar nem localizar a sua residência, podendo tratar-se de uma discriminação administrativa de manutenção da privacidade, fundamentada em critérios de diferenciação social.

A fecundidade é uma das variáveis demográficas que é necessário conhecer para melhor se compreender a evolução da exposição de crianças, em particular a fecundidade ilegítima, dada a interligação estabelecida entre estes dois fenómenos demográficos. O estudo da ilegitimidade tem registado avanços muito significativos, ao

⁶² Embora não seja possível estudar a verdadeira correlação entre a ilegitimidade e a exposição de crianças, aquilo que poderemos ambicionar é procurar calcular as eventuais perdas que os expostos poderão ter representado nos cálculos da fecundidade ilegítima, a exemplo do que fez Pierre Chaunu (1974:456) quando pretendeu estudar a ilegitimidade com o objectivo de calcular os riscos de perdas que a mesma poderia representar no estudo da fecundidade legítima. Todavia, enquanto neste último caso se partia do pressuposto de que a ilegitimidade era residual, o mesmo não se poderá aplicar nem ao estudo dos expostos nem ao estudo da ilegitimidade no Minho, dois fenómenos demográficos que atingiram uma dimensão significativa e cuja convergência com o fenómeno da exposição de crianças poderá ter sido uma realidade.

longo das últimas décadas, com particular destaque para a região do Minho, em resultado do avolumar de trabalhos de “reconstituição de paróquias”.

Com uma base de dados cada vez mais alargada e consolidada, procuraremos servir-nos dos indicadores disponíveis para estudar uma eventual convergência entre a ilegitimidade e a exposição de crianças. No entanto, para que seja possível enquadrar adequadamente os dados relativos aos expostos nos estudos da ilegitimidade, é indispensável que os mesmos integrem áreas administrativas e geográficas relativamente alargadas, por se verificar uma tendência para a circulação de crianças entre freguesias e concelhos circunvizinhos, como o iremos demonstrar⁶³.

O mesmo se deverá aplicar ao estudo das amas, nomeadamente à tentativa de reconstituição das respectivas famílias, por nem sempre serem originárias do concelho onde eram expostas as crianças e a cargo de quem estavam a ser criadas. Nestes casos, não se pode excluir a hipótese dessas amas serem conhecidas ou pertencentes às famílias das próprias crianças, como parte duma estratégia que visava a sua aproximação ou reintegração familiar camuflada, eventualmente com a cumplicidade institucional. Alguns casos registados acabarão por suportar tal suposição, como veremos.

⁶³ Dada a proximidade entre o Minho e a Galiza, a circulação de crianças também se fazia entre estas duas regiões de fronteira, uma estratégia já comprovada pelos estudos desenvolvidos no âmbito do nosso projecto de investigação.

CAPÍTULO II

O espaço e a população

1-O espaço administrativo do Alto Minho

1.1-A Província de Entre Douro e Minho

A Província de Entre Douro e Minho, assim designada por estar localizada num espaço compreendido entre os mesmos rios, era limitada a Norte pelo rio Minho (que a separava do reino da Galiza), a Poente pelo oceano Atlântico, a Sul pela Província da Beira e a Levante pela Galiza e pela Província de Trás-os-Montes.

Mapa 1
Província de Entre Douro e Minho, 1736



Fonte: D. Luís Caetano de Lima, 1736:118

Apesar desta divisão em províncias ter começado por assumir uma função exclusivamente militar, toda a estrutura administrativa do Antigo Regime era caracterizada por uma grande anarquia, com efeitos negativos ao nível da governação do país. A confusão começava nas próprias divisões administrativas, sem estar bem definido o verdadeiro alcance jurisdicional das correições e das comarcas. O mesmo se verificava com os concelhos, um termo multifacetado que poderia englobar cidades, vilas, concelhos, coutos, honras e julgados.

Segundo a descrição feita por D. Luís Caetano de Lima, em 1736⁶⁴, esta província (*mapa 1*) estava dividida em seis jurisdições, três das quais eram correições (por serem terras da coroa) e as restantes eram ouvidorias (por pertencerem a donatários). As correições de Guimarães, Viana e Porto estavam sob a jurisdição de um corregedor⁶⁵, enquanto as ouvidorias de Barcelos, Braga e Valença eram assistidas por um ouvidor.

O autor mostrou-se favorável a esta divisão administrativa, em desfavor da divisão em comarcas⁶⁶, uma preferência que é justificada pelo facto da jurisdição das comarcas, cujos provedores também eram contadores da Fazenda Real, se estender a terras de correição e ouvidorias diferentes. Além disso, considerava que o próprio nome de comarca encerrava um equívoco, visto que, tanto englobava terras pertencentes à coroa, que se poderiam estender por toda uma Província, como integrava divisões eclesiásticas de alguns bispados⁶⁷.

A correição de Viana (*quadro 1*) era constituída por 9 vilas, 11 concelhos e 13 coutos⁶⁸. A ouvidoria de Barcelos compreendia 3 concelhos, 5 coutos, 1 julgado (Vermoim) e 1 honra (Fralães), enquanto a ouvidoria de Valença (a mais pequena da Província) integrava 3 vilas e 2 coutos (*quadro 2*). A ouvidoria de Braga era constituída pela cidade de Braga e por 13 coutos, alguns dos quais pertencentes à actual região do Alto Minho, como os de Cabaços, Capareiros e Feitosa.

⁶⁴ Esta descrição da Província do Minho está integrada no tomo segundo da “*Geografia Historica*”, uma obra dedicada por D. Luiz Caetano de Lima «*á Sacra, Real, Augusta Magestade Del Rey D. João V*» (in D. Luiz Caetano de Lima, “*Geografia Historica de Todos os Estados Soberanos de Europa, com as mudanças que houve nos seus Dominios...*”, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, M.DCC.XXXVI).

⁶⁵ Como representantes do poder régio, os corregedores desempenhavam importantes funções judiciais, administrativas e de inspecção. Além dessas atribuições, os corregedores deveriam proceder a uma visita anual de correição a todas as cidades, vilas e concelhos das respectivas comarcas, examinando o serviço dos escrivães, dos oficiais de justiça e das vereações municipais, nomeadamente o serviço dos expostos, incluindo os livros de receita e despesa.

⁶⁶ Em termos administrativos, as províncias (conjunto de concelhos com determinadas afinidades geográficas, económicas, sociais e culturais) apenas foram criadas no ano de 1832, através do decreto n.º 23, de 16 de Maio, inserida no âmbito da política reformista dos governos liberais, sob influência do modelo administrativo francês. O país passou a ser dividido em “*províncias*”, estas em “*comarcas*” que, por sua vez, se subdiviriam em “*concelhos*”. A província do Minho, com capital em Braga, era constituída por 5 comarcas e 75 concelhos. Antes de 1832, a província era uma circunscrição militar, comandada por um “general das armas”, estando proibido, pelo Regimento de 1678, de interferir no governo municipal (in Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, vol. V, artigo “*Províncias*”, Porto, Livraria Figueirinhas).

Esta divisão administrativa teve uma duração efémera, sendo substituída, três anos depois, pelos distritos. A região do Minho foi integrada nos distritos de Viana (Alto Minho) e Braga (Baixo Minho).

⁶⁷ O autor cita o exemplo do que se verificava no Arcebispado de Braga, com 5 comarcas, compreendendo as que tem esta Mitra na Província de Trás-os-Montes, tal como se verifica com o Bispado do Porto.

⁶⁸ Mais tarde, segundo a descrição de Custódio Vila Boas (*mapa 2*) realizada nos finais do século XVIII (Cruz, 1970), a comarca de Viana era constituída por 31 circunscrições, correspondendo a 6 vilas e respectivo termo, 12 concelhos, e 13 coutos, num total de 274 freguesias (Sousa, 1997:16-17).

Quadro 1
Correição de Viana (1736)

Vilas	Concelhos	Coutos
Arcos de Valdevez Monção Pico de Regalados Ponte da Barca Ponte de Lima Prado Souto de Rib. ^a de Homem Viana Vila Nova de Cerveira	Albergaria de Penela Bouro Coura Entre Homem e Cávado Geraz do Lima Lindoso Santa Marta de Bouro Santo Estevão da Facha Soajo Souto de Rebordões Vila Garcia	Aboim da Nóbrega Azevedo Baldreu Bouro Cervães Freiriz Luzio Manhente Nogueira Queijada (Boalhosa) Sabariz S. Fins Souto

Quadro 2
Ouvidorias de Barcelos e Valença (1736)

Ouvidoria de Barcelos			Ouvidoria de Valença	
Vilas	Concelhos	Coutos	Vilas	Coutos
Barcelos Castro Lab.º Esposende Famalicão Melgaço Rates Vila do Conde	Larim Portela das Cabras Vila Chã	Correlhã Fragoso Gondufe Palmeira (Landim) Vilar de Frades	Caminha Valença Valadares	Fiães Paderne

Com apenas duas cidades, as do Porto e de Braga, a Província de Entre Douro e Minho integrava 26 vilas, 46 concelhos, 44 coutos (48, segundo outros) e 12 “behetrias”, honras e julgados. Entre as vilas principais, o mesmo autor destacava as de Guimarães, Viana, Ponte de Lima, Vila do Conde, Caminha, Barcelos, Monção e Valença, a maioria delas integrando as comarcas de Viana e Valença.

As comarcas eram circunscrições muito irregulares, sem qualquer homogeneidade geográfica, demográfica ou sociocultural, bem como sem uma adequada eficácia administrativa. Nesse contexto, a lei de 19 de Julho de 1790 e o alvará de 7 de Janeiro de 1792, embora não propusessem a sua extinção, acabaram por determinar uma nova divisão administrativa, mais coerente e centralizadora. Esta nova demarcação das comarcas pressupunha a abolição dos coutos e das honras, bem como a anexação das extintas ouvidorias, excepto daquelas que pudessem formar novas comarcas. Todavia, como a lei não se veio a cumprir, as comarcas mantiveram a sua estrutura tradicional, até à reforma liberal de Mouzinho da Silveira, altura em que, por decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, se procedeu a uma profunda reforma administrativa (Sousa, 1996:11).

Até à implementação destas reformas liberais, não nos é possível estabelecer uma delimitação espacial exacta para a nossa investigação, pelo que o nosso estudo acaba por percorrer duas fases administrativas distintas, antes de atingir o espaço geográfico-administrativo que foi definido no período liberal e que poucas alterações registou até ao final do período de observação. Sendo assim, numa sequência cronológica que se inicia nos finais do século XVII, teremos como ponto de partida um espaço alargado

que se integra, de uma forma desorganizada, na correição de Viana⁶⁹ e nas ouvidorias de Barcelos e de Valença, antes de se circunscrever ao espaço administrativo que correspondia predominantemente às comarcas de Viana e Valença, mas que também englobava algumas pequenas circunscrições pertencentes às comarcas de Barcelos e Braga. A partir das reformas administrativas liberais, o espaço geográfico e administrativo ficou praticamente definido, sendo confinado ao distrito de Viana do Castelo, ou seja, à actual região do Alto Minho.

1.2-As comarcas de Viana e Valença

Para um melhor conhecimento, definição e caracterização administrativa da região estudada, nos finais do século XVIII, vamo-nos socorrer da “*Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da província do Minho*”, da autoria de Custódio José Gomes de Vilas Boas. Trata-se de um estudo que foi publicado por António Cruz (1970)⁷⁰ e

⁶⁹ “*Copia da resp.^{ta} da Camara de Vianna p.^a o Dz.^{or} Fran.^{co} de Faria*”, publicada em anexo ao estudo desenvolvido por José Viriato Capela, subordinado ao tema “*Viana na segunda metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial*”, Boletim da Terra de Valdevez, n.º 6, 1983, pp. 129-142.

Segundo a referida memória-resposta ao inquérito do juiz demarcante da comarca de Viana, Desembargador Francisco António de Faria, elaborada pela câmara de Viana, em 5 de Julho de 1794, «*A villa de Viana do Minho, cabeça da comarca do seu nome, he da Coroa, q' nella appresenta os officios do Geral. No eclesiástico pertence a Braga, de q' dista seis legoas; no civil à rell.^{am} do Porto, de q'. dista dez. He cabeça do governo militar da Provincia, q' nella tem o seu quartel general.*

He regida por hum corregedor, hum provedor e juis de fora; e pela camera, q' nella appresenta o escr.^{am} (...) do seu sennado, juis e escr.^{am} dos orfãos, escr.^{am} dos novos direitos, escrivão das armas, almotaçaria e saude, partidores dos orfãos, e fiel das appelaçoens (...).

Viana dista da villa de Barcellos quatro legoas: hua e meya da nova villa de Lanhezes; e tres da de Caminha. O rio Lima, q' a banha pelo sul, divide o seu termo com o de Barcellos. Do da nova v.^a de Lanhezes q' fica no seu nascente, dista legoa e meya; do de Caminha, q' confina ao norte pelo rio Ancora, duas legoas. Tem vinte freig.^{as} de termo (...).

Não só necessita de hum mayor termo á proporção de sua grandeza e qualid.^e mas as frg.^{as} q' se lhe anexarem do de Barcellos, contarão esta mesma anexação pelo primeiro dia de fellecid.^e q' virão em sua vida. E as q' se lhe podem e devem anexar, segundo o espirito e objecto das saudaveis e providentes leys de 1790 e 1792, são as seguintes: Anha, Gandra ou S. Romão, Castello de Neiva, Villa Fria, Alvaraens, Villa de Punhe, Mujaens, Portella e Subportella, Deucriste, Villafranca, Masarefes e Darque.

Todas estas frg.^{as} ficão ao norte do rio Neiva, e este rio limitando os dous termos (...).

O concelho de Geráz do Lima tambem se poderia anexar a esta v.^a com as tres frg.^{as} de q' se compoem, hora porq' o juiz de fora de Viana lá vai fazer lansamentos das sizas e hora porq' não está distando desta v.^a senão duas legoas pequenas, com tres passagens no Lima p.^a a felis comunicação com esta capital». Esta proposta apenas haveria de surtir efeito muitos anos depois, beneficiando das reformas liberais. Com o decreto de 18 de Julho de 1835, foram integradas no termo de Viana as freguesias do extinto concelho de Geraz do Lima e as freguesias do termo de Barcelos, localizadas entre os rios Lima e Neiva.

⁷⁰ Ver CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII – Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970; SOUSA, Fernando, e ALVES, Jorge, *Alto Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

O objectivo de Custódio de Vila Boas era fazer a descrição geográfica e económica de toda a Província do Minho, com vista a uma nova demarcação das províncias portuguesas. Este trabalho deveria integrar uma análise das jurisdições e administrações locais e regionais, acompanhado de um inventário do espaço territorial e de indicadores demográficos. Contudo, este trabalho não chegou a ser concluído para toda a Província do Minho porque o autor foi assassinado, em Braga, em 1809, aquando das invasões napoleónicas, acusado de colaborar com os franceses.

O estudo incompleto que nos deixou constitui uma memória fundamental para o conhecimento da região do Alto Minho, nos finais do século XVIII, e representa «*um dos vários subsídios para a realização da viagem ao interior do País propugnada pelo espírito académico e iluminista do último*

primeira vez por Alexandre Herculano, em 1846), decidimos adoptá-la neste trabalho de investigação, como forma de vincar bem a nossa opção por uma delimitação espacial e administrativa que coincide com o distrito de Viana do Castelo.

Sem qualquer problema de delimitação no Norte e Nordeste, por se tratar de uma região de fronteira com a Galiza, e no Oeste, por ser banhado pelo Oceano Atlântico, as indefinições e dúvidas sobre os limites do Alto Minho apenas surgem na sua margem Sul. Ora, como o citado estudo foi desenvolvido por Custódio Vilas Boas, nos finais do século XVIII, os verdadeiros limites do Alto Minho são equivalentes aos das comarcas de Viana e Valença, com mais alguns pequenos coutos e concelhos que estavam integrados nas comarcas de Braga e Barcelos, um espaço geográfico-administrativo que não coincidia integralmente com o do actual distrito de Viana.

Como se pode observar no *mapa 2*, algumas circunscrições administrativas estavam “encravadas” nas comarcas de Viana e Valença, mas pertenciam à comarca de Barcelos⁷¹, tal como as terras que se situavam a Sul de Viana, entre os rios Lima e Neiva. Pelo contrário, faziam parte da comarca de Viana as terras situadas a Sueste e a Norte do rio Cávado, como os concelhos de Pico de Regalados e Amares, além de alguns coutos, como os de Rendufe, Santa Marta de Bouro e Terras de Bouro, entre outros. Estas terras passaram a integrar o distrito de Braga, após a referida reforma liberal, enquanto que o couto da Feitosa foi integrado no concelho de Ponte de Lima e no distrito de Viana.

No Antigo Regime, a circunscrição mais abrangente desta região era a Provedoria de Viana, englobando um vasto território que ultrapassava os limites do actual Alto Minho, ao abranger as comarcas de Viana e Valença e mais 12 circunscrições da comarca de Barcelos. Contudo, a divisão administrativa mais marcante era a comarca. As comarcas de Viana e Valença tinham uma grande desproporcionalidade e descontinuidade territorial, esta última em resultado de uma pulverização jurisdicional que caracterizou o Antigo Regime (Hespanha, 1986:130). À frente da comarca de Viana estava um corregedor (de nomeação régia), com atribuições civis e criminais. No caso da comarca de Valença, o corregedor assumia o título de ouvidor (de nomeação senhorial), por pertencer à Casa do Infantado.

A comarca de Viana era constituída por 31 circunscrições: 6 vilas e respectivos termos⁷², 12 concelhos e 13 coutos (*mapa 2*). Era bem mais extensa do que a comarca de Valença, localizada na ribeira do Minho, esta subdividida em quatro circunscrições, ou seja, duas vilas e respectivos termos (Valença e Caminha), um concelho (Valadares) e um couto (Fiães).

1.3-As reformas administrativas liberais e a criação do distrito de Viana

Não admira que os governos liberais se tivessem preocupado tanto com a reforma administrativa do país, tais eram os constrangimentos e os bloqueios que os mesmos representavam para a tão desejada modernização do país. Mesmo num período de grande instabilidade político-militar, como aquele que se viveu aquando da guerra civil, entre liberais e absolutistas, sentia-se uma profunda necessidade de acabar com a

⁷¹ Por pertencerem à Casa de Bragança, a vila e termo de Melgaço, o concelho de Castro Laboreiro e os coutos de Nogueira, Gondufe e Correlhã estavam integrados na comarca de Barcelos, não obstante estarem dispersas e encravadas entre as comarcas de Viana e Valença e a uma distância significativa da sede, o que não deixava de acarretar graves problemas, tanto para o ouvidor como para as suas populações.

⁷² As vilas mais importantes eram as de Viana, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Monção e Vila Nova de Cerveira.

diversidade administrativa e a fragmentação dos poderes que caracterizaram o Antigo Regime. O desempenho administrativo estava profundamente afectado pela descontinuidade espacial, a dificultar uma adequada e efectiva intervenção dos representantes do poder, sobretudo pela indefinição das suas reais atribuições⁷³. Foi com o decreto de 16 de Maio de 1832 que se iniciou um período de profundas reformas estruturais na administração pública, inspiradas nos modelos franceses do período napoleónico.

Com este decreto, o país foi dividido em províncias, comarcas e concelhos, sob a responsabilidade directa de prefeitos, subprefeitos e provedores, respectivamente, cargos de nomeação do poder central. Com a vitória dos liberais, em 1834, foi possível aplicar a todo território nacional a reforma que passou a designar por concelhos várias das circunscrições administrativas do Antigo Regime, como as que integravam as diversas correições e ouvidorias. Tratou-se, contudo, de uma reforma efémera.

A pretendida uniformização e centralização administrativa não se coadunava com a realidade portuguesa, acabando por pressionar uma nova reforma administrativa que restituísse a liberdade aos municípios. Com a carta de lei de 25 de Abril de 1835 e o decreto de 18 de Julho de 1835⁷⁴, foi reformulada toda a estrutura proposta por Mouzinho da Silveira, com a criação de sete províncias, subdivididas em distritos administrativos que, por seu lado, eram divididos em concelhos, pondo fim às comarcas e acabando com os cargos de subprefeitos. À frente de cada distrito administrativo estaria um governador civil, enquanto que em cada concelho passaria a existir um administrador e nas freguesias um comissário de paróquia. A província do Minho assumia um papel relevante, ao integrar os distritos de Viana, Braga e Porto, numa recriação da antiga província de Entre Douro e Minho, agora sob designação simplificada.

Com a carta de lei de 25 de Abril de 1835, a região do noroeste português foi integrada no distrito de Viana, inicialmente constituído por 31 concelhos e com um espaço geográfico não totalmente coincidente com o actual⁷⁵. Por exemplo, as freguesias de entre Lima e Neiva continuavam integradas no concelho de Barcelos, no distrito de Braga. Só após a publicação dos decretos de 18 de Julho e de 7 de Agosto de 1835 é que estas freguesias foram desanexadas do concelho de Barcelos e incorporadas

⁷³ Para um melhor conhecimento destes condicionalismos e da reforma da administração pública, nomeadamente na região em estudo, sugerem-se os trabalhos de RODRIGUES, Henrique, *O Espaço Geográfico da Ribeira Lima na Reforma Administrativa de 1832-1836*, Separata de “Estudos Regionais, n.º XIII/XIV, Viana do Castelo, pp. 149-170; MANIQUE, António de, Mouzinho da Silveira, *Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; CAETANO, Marcelo, *A Codificação Administrativa em Portugal (um século de experiência: 1836-1935)*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1935. Sobre a importância do municipalismo, vejam-se os trabalhos de REIS, António Matos, *Origem dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991; MORENO, Baquero, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1986; OLIVEIRA, César de, (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

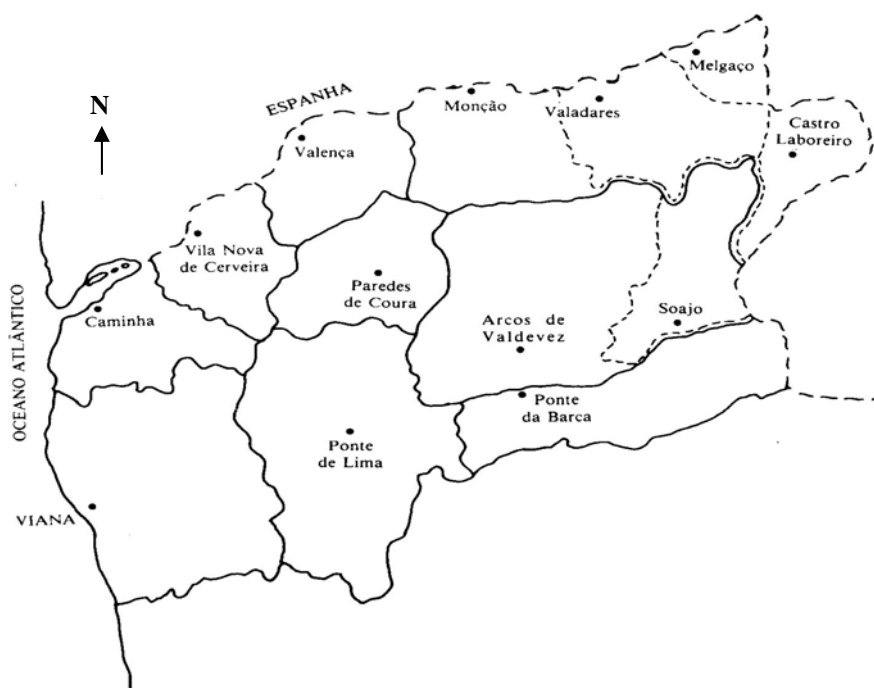
⁷⁴ Segundo o decreto de 18 de julho de 1835, o governo estava autorizado pela carta de lei de 25 de Abril, do mesmo ano (artigos 5.º e 6.º) para fazer provisoriamente, e em conformidade com a mesma lei, a divisão administrativa do reino e respectivos regulamentos.

⁷⁵ Num distrito que actualmente é constituído por 10 concelhos, não deixam de surpreender os 31 concelhos que eram propostos para integrar o distrito de Viana. Além dos concelhos de Fiães e Paderne (não referenciados no quadro proposto e extintos pela lei de 6 de Novembro de 1836), integravam o distrito de Viana os seguintes concelhos: Albergaria de Penela, Arcos de Valdevez, Barca, Bertandos, Cabaços, Caminha, Capareiros, Correlhã, Castro Laboreiro, Coura, Facha, Feitosa, Geraz do Lima, Gondufe, Lanheses, Lindoso, Melgaço, Monção, Nogueira, Ponte de Lima e Refoios, Queijada e Boalhosa, Rebordões, Sanfins, Soajo, Souto de Rebordões, Valença, Valadares, Viana e Vila Nova de Cerveira.

no julgado e no concelho de Viana. Foram reformas administrativas que tiveram uma grande repercussão no concelho de Viana, conferindo-lhe uma maior amplitude geográfica e administrativa, mais de acordo com a sua importância na região. Assim, com a extinção dos concelhos de Capareiros, Geraz do Lima e Lanheses, as suas freguesias foram integradas no concelho de Viana, a juntar às 14 freguesias que se localizavam entre Lima e Neiva e que anteriormente integravam o concelho de Barcelos.

Esta profunda alteração administrativa, a exemplo de outras que se registaram na região, não poderá ser ignorada quando se procede a uma análise do volume de expostos que estavam a ser criados por cada concelho. Contudo, apesar do aumento significativo do número de freguesias que passaram a integrar o concelho de Viana, em 1836, os seus efeitos só se fizeram sentir a partir de 1837, com a Casa da Roda de Viana a registar um aumento significativo do número de expostos. Por seu lado, no concelho de Ponte de Lima, onde foram integradas várias freguesias do extinto concelho de Albergaria de Penela, juntamente com os expostos que estavam a ser criados pela sua Roda, é natural que se tivesse registado também um aumento no número de expostos, o qual acabou por se revelar pouco significativo porque se tratava de uma instituição de reduzida dimensão.

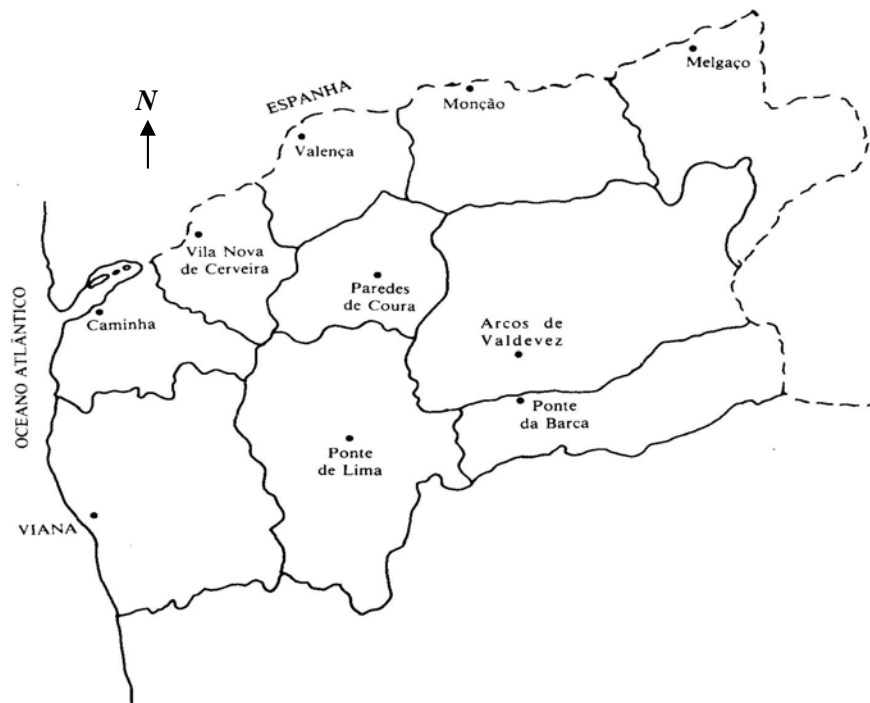
Mapa 3
O distrito administrativo de Viana, 1836-1855



Com as reformas administrativas liberais propostas, o distrito de Viana ficou reduzido aos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Coura, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valadares, Valença, Viana e Vila Nova de Cerveira, num total de 11 concelhos, sendo extintos todos os restantes. Contudo, as muitas incorrecções administrativas registadas acabaram por ser anuladas parcialmente pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, o qual passou a definir aquele que, com pequenas alterações

subsequentes, viria a configurar o actual espaço administrativo do distrito de Viana⁷⁶, ainda incorporando os concelhos de Valadares, Castro Laboreiro e Soajo (*mapa 3*)⁷⁷.

Mapa 4
Mapa do actual distrito de Viana do Castelo



Só a partir do ano de 1855 é que o distrito de Viana passou a ter a actual divisão administrativa (*mapa 4*), integrado por 10 concelhos, salvaguardando uma pequena alteração, registada nos finais do século XIX, com a supressão temporária do concelho de Vila Nova de Cerveira⁷⁸, numa decisão que acabaria por ser reversível. Os seus

⁷⁶ O decreto de 6 de Novembro de 1836 começou por reconhecer não ser possível tirar todas as vantagens que deveriam resultar da organização dum bom sistema administrativo, sem uma melhor divisão do espaço territorial do país. Assim, pelo novo decreto, o território continental continuou a ser dividido em 17 distritos administrativos. Actualmente, são 18 os distritos de Portugal Continental, após a criação do distrito de Setúbal. Com os restantes 4 distritos das ilhas dos Açores e da Madeira, perfaz um total de 22 distritos administrativos.

⁷⁷ O concelho do Soajo, incorporado no concelho dos Arcos, voltou a adquirir o seu estatuto municipal, em 22 de Dezembro de 1837, uma situação que se prolongou até 17 de Fevereiro de 1852, altura em que foi extinto e reintegrado no concelho dos Arcos. Uma situação idêntica foi registada com o concelho de Castro Laboreiro, o qual foi definitivamente extinto, por decreto de 24 de Outubro de 1855. O mesmo decreto também extinguiu o concelho de Valadares, com as suas freguesias a serem distribuídas pelos concelhos de Monção e Melgaço. Ao mesmo tempo, procedeu-se à desanexação de algumas freguesias do concelho de Ponte da Barca, as quais foram integradas no concelho de Vila Verde.

⁷⁸ Quando parecia que o distrito de Viana estava definitivamente constituído, ainda se voltou a registar uma pequena alteração administrativa, com a supressão do concelho de Vila Nova de Cerveira, por decreto de 12 de Julho de 1895, sendo as suas freguesias integradas nos vizinhos concelhos de Caminha e Valença. Os expostos e as crianças desvalidas e abandonadas, a cargo da câmara municipal do concelho extinto, passaram a ser administradas, conforme a sua residência, pelos mesmos concelhos de Caminha e Valença. Todavia, por força do decreto de 13 de Janeiro de 1898, o concelho de Vila Nova de Cerveira foi novamente restaurado, com o distrito de Viana a passar a ter definitivamente a sua actual configuração administrativa, com os seus 10 concelhos (*mapa 4*).

concelhos estendem-se ao longo dos vales dos seus dois principais rios - o Minho e o Lima⁷⁹ - por onde estão disseminadas as suas quase três centenas de freguesias.

Na sequência das reformas administrativas liberais, terá sido a criação dos distritos de Viana e Braga que estiveram na origem da subdivisão (talvez mais artificial que natural) do Minho em Alto Minho (distrito de Viana) e Baixo Minho (distrito de Braga). Na realidade, esta subdivisão corresponde à conceptualização de um novo espaço institucional, através da absorção da designação medieval de Terras de Entre Minho e Lima, apenas se projectando actualmente mais para Sul, após a integração das freguesias de Entre Lima e Neiva no distrito de Viana do Castelo, em 1835 (Sousa, 1997:9). O mesmo se verificou com algumas terras que, embora estivessem no meio das comarcas de Viana e Valença, pertenciam à comarca de Barcelos, como a vila e termo de Melgaço, o concelho de Castro Laboreiro e os coutos de Correlhã, Nogueira e Gondufe.

⁷⁹ Esta distribuição geográfico-administrativa acabou por originar a criação das associações de municípios do Vale do Minho (integrado pelos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Coura, Monção e Melgaço) e do Vale do Lima (integrado pelos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez).

2-Comunidade e domesticidade

As freguesias do Alto Minho distribuem-se pelos vários concelhos que se estendem ao longo dos vales dos rios Minho e Lima, as duas principais bacias hidrográficas que fazem a ligação entre o litoral e o interior e que condicionaram a distribuição da população e determinaram muitas das suas estruturas sócio-económicas. Os concelhos que se localizam mais a norte (Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço) são banhados pelo rio Minho e servem de fronteira com a vizinha Espanha, enquanto que os que se localizam mais a sul (Viana, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Arcos e Ponte da Barca) são banhados pelo rio Lima e confinam com o distrito de Braga.

Não obstante esta investigação se prolongar até ao início do século XX, toda a economia da região poderá ser integrada no período pré-industrial, com a agricultura a representar a actividade a que, directa ou indirectamente, estava ligada a maioria da população. Esta fazia do seu dia-a-dia uma luta permanente pela sobrevivência, face a uma posição de subalternidade periférica em relação aos centros de decisão. Era o aproveitar de um conjunto de condicionalismos naturais e humanos que favoreciam a região, nomeadamente a fertilidade das suas terras, a abundância de água e um clima temperado, beneficiando de uma localização geográfica que possibilitava a exploração e complementaridade dos recursos disponíveis.

Como salientou Luís Caetano de Lima (1736), a Província de Entre Douro e Minho era a mais povoada do Reino (não obstante a sua reduzida extensão territorial), por se tratar duma região com uma terra fértil e com muita água, proveniente das suas muitas fontes e dos seus vários cursos fluviais. Muitos dos rios eram navegáveis, o que facilitava o tráfico comercial, possibilitando a complementaridade entre as regiões do litoral e do interior. Os principais portos marítimos localizavam-se no Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Esposende, Viana e Caminha, de onde irradiava uma profícua actividade comercial, com impacto no desenvolvimento doutras actividades económicas, nomeadamente a agricultura e a produção manufactureira.

Não fossem estes condicionalismos favoráveis e a vida das suas gentes estaria bem mais dificultada, apesar de se tratar de uma realidade dura que se reproduzia de geração em geração, nem sempre aceite, de uma forma resignada, por toda a sua população⁸⁰. A permanência do carácter rural da região - o que poderá explicar, em parte, um certo atraso estrutural - terá sido, também, uma consequência da resistência da sua população às reformas liberais, as quais acabaram por ter pouco impacto nas suas estruturas sócio-económicas (Feijó, 1992:139)⁸¹.

⁸⁰ Esta maneira de encarar o dia-a-dia tanto pode ser considerada uma virtude como um defeito, numa relação directa entre aqueles que pretendiam manter um determinado “status quo” e aqueles que não se conformavam e que viam na revolta a única arma reivindicativa que poderia alterar o rumo das coisas e travar aquilo que lhes era superiormente imposto e que entrava em conflito com as suas convicções. Como exemplo de algum inconformismo, mesmo que as motivações possam entrar em contradição com a necessidade de mudar e modernizar, poderemos lembrar as revoltas populares, de que a “*Maria da Fonte*” é o exemplo mais marcante, até pela intervenção das mulheres, constantemente subalternizadas pelo seu posicionamento tradicional na estrutura familiar.

⁸¹ Como afirmou o mesmo autor, a *Revolução Liberal* acabou por constituir um falhanço e uma oportunidade perdida, ao não conseguir proporcionar uma transformação da sociedade rural e estimular o desenvolvimento económico na região de Viana, embora tal facto «*não pode ser atribuído por completo à dependência política ou ao lugar ocupado por Portugal na periferia económica europeia, já que resulta igualmente de uma errada compreensão dos problemas que afligiam o País e, consequentemente, da prescrição de remédios desajustados ao mal*» (Feijó, Rui Graça, Liberalismo e Transformação Social, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, p.14).

Com o Estado a não resolver os inúmeros problemas sociais que afectavam alguns sectores da população do país, uma situação agravada pelo facto dos concelhos não conseguirem dar cobertura às obrigações que lhes haviam sido imputadas pelo poder central, foram as redes de solidariedade, espontâneas ou institucionais, que acabaram por evitar o agravamento das situações de marginalização e exclusão social dos mais desprotegidos⁸².

O sentimento de pertença a uma comunidade⁸³ estava profundamente enraizado entre as populações do Alto Minho, crescendo em torno da Igreja, para onde confluíam os paroquianos e onde se desenrolavam os “ritos de passagem”. Perante a dura realidade quotidiana, os habitantes desta região procuravam amenizar as agruras da vida e ultrapassar as inúmeras dificuldades. A solução poderia passar pelo desenvolvimento de um conjunto de estratégias que lhes permitissem contornar os problemas de sobrevivência e que assentavam, essencialmente, na consolidação dos vínculos familiares e na valorização das relações e laços de vizinhança, assentes em solidariedades verticais ou horizontais.

Essa solidariedade humana, alicerçada num espírito de benemerência social e inspirada nos princípios da doutrina cristã, acabou por impedir que a miséria e a indigência alastrassem e se generalizassem, sobretudo em períodos de conjuntura mais desfavorável. Este altruísmo solidário ajudará a explicar um certo particularismo nas relações humanas e sociais entre as comunidades de uma região profundamente rural, a contrastar com aquilo que se verificaria nos grandes espaços urbanos do nosso país, em particular no período da sua industrialização, bem mais propícios a situações de exclusão social⁸⁴.

⁸² Como afirmou Ferreira de Almeida (1987:48), no *Alto Minho*, o grande liame estrutural é a relação sanguínea, estruturada em torno da toda poderosa e intocável família. Caracterizada por fortes solidariedades de parentesco e de vicinidade, desenvolveu-se entre as comunidades rurais um forte espírito de interajuda, uma estratégia colectiva que lhes permitia contornar as dificuldades, muitas vezes ao som de cantigas populares que amenizavam o difícil e desgastante trabalho agrícola.

⁸³ Para a região do Alto Minho, a “*comunidade*” poderá ser entendida como um conjunto de indivíduos que se encontram unidos por vínculos sanguíneos (parentesco), vínculos de lugar (geográficos) e vínculos mentais (sentimento de pertença), uma visão defendida por Macfarlane (1977) e analisada por Ana Sílvia Scott (1999:13-19). Numa perspectiva global, estes laços teriam desaparecido na transição para a modernidade, coincidindo com a industrialização e a urbanização. O espírito comunitário deixaria de existir, numa sociedade caracterizada pela afirmação do individualismo. Ora, como a industrialização e o urbanismo foram dois processos tardios, surgidos para além do âmbito temporal desta investigação, poderemos afirmar que o sentimento comunitário foi uma característica das populações do Alto Minho, a determinar comportamentos diferenciados de populações que se passaram a confrontar com novos problemas, em resultado da industrialização e da urbanização.

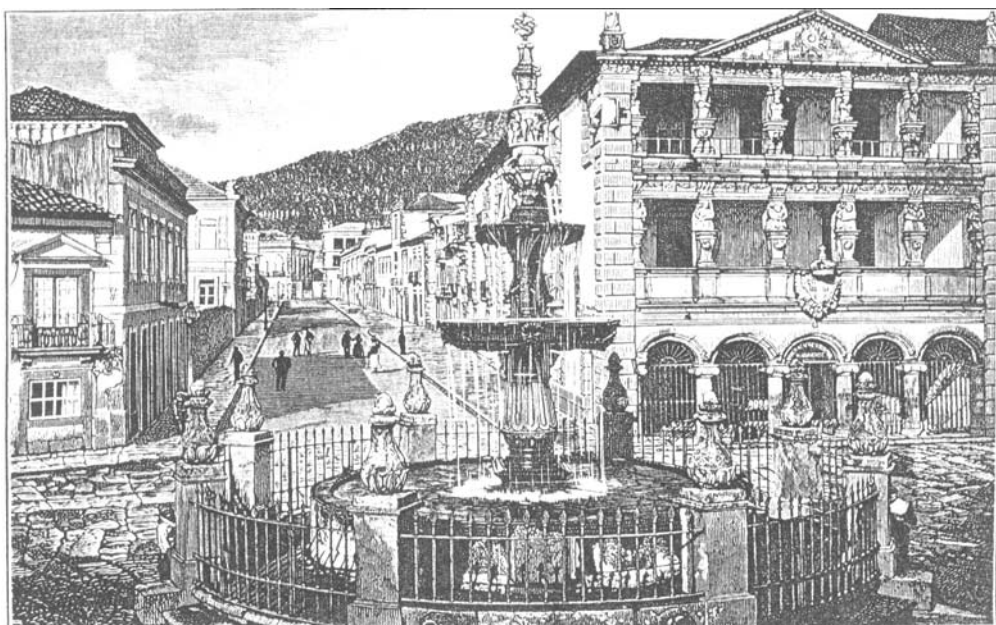
Sobre esta problemática, ver MACFARLANE, Alan, *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge University Press, 1977; BRANDÃO, Maria de Fátima, e ROWLAND, Robert, *História da Propriedade e Comunidade Rural: Questões de Método*, Análise Social, 61-62, 173-207, 1980; BRANDÃO, Maria de Fátima, FEIJÓ, Rui Graça, *Os estudos de comunidade e as suas fontes históricas*, Análise Social, 20 (83), 489-506, 1984; SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS, 1999.

Esta última investigadora deixou bem vincada a ideia de que o estudo da comunidade é um dos meios privilegiados e indicados para se avaliarem determinados comportamentos individuais, nomeadamente como definiram os seus “arranjos familiares”, como organizaram os seus agregados domésticos, como se relacionaram com os parentes e vizinhos, como herdaram a autoridade e o património, como sobreviveram e como se reproduziram (Scott, 1999:14).

⁸⁴ A ausência de transferências populacionais significativas dos meios rurais para os espaços urbanos da região do Alto Minho, como consequência da prevalência da actividade agrícola sobre uma incipiente actividade industrial, ajuda a explicar a não proliferação de zonas degradadas e poluídas que afectavam muitos dos bairros operários que tendiam a acompanhar o processo de industrialização de algumas regiões do país. Estes acabaram por ser instalados em zonas periféricas das vilas e cidades industrializadas, contribuindo para o agravamento das contradições sociais e para o aumento do

As confrarias religiosas são o melhor exemplo da proliferação do associativismo nas comunidades rurais⁸⁵, com umas a serem criadas para o culto dos santos e cobertura das necessidades espirituais, enquanto outras assumiram uma dupla dimensão espiritual e corporal. É assim que, sobretudo durante o século XVI, se fundaram algumas das principais Misericórdias desta região, como a Misericórdia de Viana (*figura 1*), com as quais se pretendia dar cumprimento às catorze obras de misericórdia (sete espirituais e sete corporais). Estas instituições são bem o exemplo vivo de uma extraordinária longevidade, estando bem enraizadas entre as comunidades locais e continuando a assegurar algumas das suas mais importantes valências religiosas e sociais⁸⁶.

Figura 1
A Misericórdia de Viana, na 2.^a metade do século XIX⁸⁷



A organização social no Alto Minho, ao longo do Antigo Regime, terá mantido uma certa estabilidade, como o parecem revelar a persistência de um determinado padrão de comportamento e de formação do agregado doméstico, bem como a própria estratificação social (Feijó, 1992:13). Numa região densamente povoada, a posse da terra continuava a ser o símbolo de poder e prestígio social (Durães, 1992:125), com a diferenciação social a ser marcada pela posse ou ausência de terras. Assim, enquanto os proprietários trabalhavam ou arrendavam as suas propriedades, os que as não possuíam

pauperismo entre as classes operárias. Com o desenraizamento social e com o esvaziamento das relações familiares e vicinais, a solidariedade particular tendia a esvaziar-se ou a manifestar-se incapaz de agir e actuar perante novos problemas sociais, o que não se verificava nos meios predominantemente rurais.

⁸⁵ Refira-se o facto do corregedor de Viana ter indicado a existência nesta comarca de 759 confrarias, para um total de 274 freguesias. Muitas delas ainda hoje continuam a existir, mantendo viva a herança dos antepassados, a religiosidade popular e o carácter solidário das suas gentes. Em 1865, o distrito de Viana contabilizava 783 irmandades e confrarias (Fonte, 2001:103).

⁸⁶ Para um conhecimento mais aprofundado deste associativismo religioso, vejam-se as *Actas do 1.º Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2001, nomeadamente a nossa comunicação, subordinada ao tema “*Perspectiva Histórica e Actualidade das Misericórdias do Alto Minho*”, pp. 96-117.

⁸⁷ Esta figura representa a Praça da Rainha, em Viana, na segunda metade do século XIX, com dois dos seus ex-libris quinhentistas - o Chafariz e a fachada da Misericórdia - num desenho de João de Almeida, inserido na obra de José Augusto Vieira, “*O Minho Pittoresco*”, de José Augusto Vieira, Tomo I, edição fac-similada, Valença, Rotary Club de Valença, 1986, p. 216.

ou estas se revelavam insuficientes para a subsistência dos respectivos agregados domésticos viam-se constrangidos a tomar algumas terras de arrendamento ou a trabalhar como jornaleiros.

Entre os pequenos proprietários, a interajuda nos trabalhos agrícolas poderia dispensar o trabalho dos jornaleiros, com o trabalho a ser prestado a título gratuito ou em regime de reciprocidade mútua, apenas enriquecido pelo fornecimento das refeições diárias. Pelo contrário, os grandes proprietários de terras recorriam frequentemente ao trabalho dos jornaleiros, para além da criadagem que desempenhava tarefas domésticas internas, cujo número variava em função da dimensão da casa e da extensão das terras.

Os jornaleiros encarregavam-se de suprir as necessidades de mão-de-obra, um trabalho desempenhado tanto por homens como por mulheres (*figura 2*), embora o trabalho feminino fosse mais requisitado, por estar disponível e ser menos remunerado. Por outro lado, a privação da terra poderia originar a constituição de fogos chefiados por jornaleiras solteiras, num contexto sócio-económico que favoreceria a ilegitimidade (Cabral, 1989:80), podendo enquadrar-se numa “*sub sociedade propensa à bastardia*” (Laslett, 1980:217)⁸⁸.

O Alto Minho continuava a ser um espaço rural, povoado de camponeses, alguns deles momentaneamente transformados em pequenos artesãos e comerciantes. Como já foi referido, a diferenciação social estabelecia-se pela posse da terra. Assim, por oposição a um número relativamente reduzido de grandes proprietários, a maioria dos agricultores apenas possuía propriedades de pequena ou média dimensão, sem esquecer os homens e mulheres⁸⁹ que não tinham terras próprias e que sobreviviam a trabalhar como rendeiros ou jornaleiros. Em 1840, estes últimos auferiam um vencimento que oscilava entre os 100 réis diários (pagos em Coura e Melgaço) e os 200 réis (pagos na maioria dos restantes concelhos do distrito). Um outro importante factor de diferenciação entre os agricultores residia na possibilidade de poderem ou não ter disponíveis uma ou mais juntas de bois, com carro e arado, meios indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos agrícolas e transporte de produtos. Esta importância poderá ser comprovada pelo facto do seu salário diário ser bem mais elevado, quando comparado com o dos braçais jornaleiros.

Da complementaridade entre as famílias excedentárias e as que necessitavam de mão-de-obra resultou a transferência para estas últimas da mão-de-obra disponível, dando origem à formação de um grupo social numeroso - a criadagem - onde prevaleciam os elementos do sexo feminino. A sua ligação à casa e ao grupo doméstico dependia muito do desempenho individual e das expectativas das serviçais⁹⁰. Num

⁸⁸ Segundo este autor, estes subgrupos englobam as mulheres que vivem numa determinada localidade e que produzem bastardos, com uma sucessão de comportamentos que persistem ao longo de várias gerações e que tendem a relacionar-se entre si pelo parentesco e pelo casamento. Muitas delas poderiam ter vários filhos ilegítimos. No caso da região do Alto Minho, tentaremos saber se algumas delas chegaram a expor os filhos ou se os tentaram criar à custa do erário público, ficando disponíveis para continuar a exercer a actividade de jornaleiras, interrompida sempre que se aproximava o parto ou quando era necessário ocultar a gravidez.

⁸⁹ O salário das mulheres era inferior aos dos homens. Em meados do século XIX, o seu valor poderia oscilar entre metade e 2/3 do salário dos homens. As crianças, inseridas desde muito cedo no mundo do trabalho, apenas receberiam um salário simbólico: Muitas vezes, a prestação de determinados trabalhos poderia ser compensada com algumas peças de vestuário ou com o fornecimento das refeições, muito valorizadas em épocas de maiores dificuldades económicas.

⁹⁰ Apesar de muitas criadas ocuparem um lugar central na literatura de cordel e na literatura popular de escárnio e maldizer, a sorte de muitas dessas serviçais dependia muito da casa que as acolhia. Algumas viram o seu nome associado à casa que serviam e, nalguns casos, era nessa qualidade que passavam toda a sua vida, muitas das vezes acabando por nela deixar os poucos rendimentos que haviam auferido, sobretudo quando não tinham familiares.

contexto em que a mão-de-obra se revestia duma importância fulcral na sobrevivência dos grupos familiares, as mulheres assumiam um lugar de destaque na economia familiar e as próprias crianças eram iniciadas no mundo do trabalho, o que as subtraía tão precocemente a uma infância que lhes era negada, por imperativos de sobrevivência. Efectivamente, numa altura em que o trabalho infantil era uma realidade, muitas crianças viram-se constrangidas a interromper uma infância de dificuldades para passarem a servir em casas mais abastadas, angariando o seu próprio sustento e aliviando os encargos familiares.

Figura 2
Pessoas e trajes do Alto Minho, na 2.ª metade do século XIX⁹¹



Já em relação ao mundo dos adultos, o Minho foi considerado um “viveiro de homens”, com muitos deles a integrarem as sucessivas vagas migratórias, muitas das quais acabaram por seguir o curso da expansão portuguesa e contribuíram para “aliviar” uma certa pressão demográfica na região, em função dos recursos disponíveis. A partir do século XIX, o destino preferencial dos emigrantes passou a ser a Espanha e, sobretudo, o Brasil, num movimento de reacção às crises agrícolas, nomeadamente as que afectaram a viticultura, as quais vieram a determinar os caudais de alguns dos surtos migratórios do Alto Minho, entre 1835 e 1860 (Rodrigues, 1995:58). Na realidade, a insuficiência de recursos e as dificuldades conjunturais vão determinar a emigração de parte da sua população.

Poderíamos estar perante a adopção de um modelo homeostático, com os movimentos migratórios, entre outros fenómenos demográficos⁹², a funcionarem como

⁹¹ Esta figura foi extraída do livro de José Augusto Vieira, “O Minho Pittoresco”, op. cit., p. 289.

um mecanismo auto-regulador da manutenção do equilíbrio entre a sua população e as subsistências, uma visão que não poderá ser descontextualizada doutros factores de natureza económica e social⁹³. Paradoxalmente, não admira que o problema dos eventuais excedentes se tivesse transformado numa permanente preocupação para quem assistia à partida de tantos emigrantes e a um consequente esvaziamento populacional, o que contrariava os objectivos populacionistas do Estado.

O mesmo problema foi associado à necessidade de preservar a vida de tantas crianças que, por aborto, infanticídio ou abandono estariam a perder-se, quando tão úteis poderiam ser ao Estado. Naturalmente que as estratégias do Estado poderiam não ser coincidentes com as estratégias familiares, não podendo deixar de se equacionar a hipótese de algumas dessas crianças terem sido objecto de uma estratégia de redimensionamento familiar, através da adaptação dos efectivos demográficos aos recursos existentes.

Na sua obra “Os Estrangeiros no Lima”, publicada nos finais de Setecentos, Lima Bezerra⁹⁴, um médico natural de Ponte de Lima, manifestou toda a sua preocupação com o decréscimo populacional nesta região. Na linha do pensamento iluminista, então vigente, enumerou algumas das razões particulares que, na sua opinião, estariam a concorrer para a “despopulação de Viana”, todas elas extensivas à região do noroeste português. Para além de alguns factores gerais, este médico indicou como causas particulares para a diminuição da população o abandono da sua actividade pelos filhos dos comerciantes, a preferência local pelos produtos estrangeiros e a emigração selectiva de muitos dos seus efectivos populacionais para outras terras, incluindo o Brasil. Todavia, estranha-se a falta de qualquer referência ao problema da exposição de crianças, para não falar do aborto ou do infanticídio, sabendo-se que se tratava de um fenómeno demográfico em crescendo. Este estará associado à criação de muitas novas Rodas, incluindo a de Ponte de Lima, em 1787, num período intermédio à publicação dos dois volumes da sua obra⁹⁵.

Depois de dissertar sobre cada uma das causas da diminuição da população, Lima Bezerra deu voz a uma nova concepção da sociedade, de acordo com os ideais iluministas e na linha da corrente fisiocrática. Em oposição à ociosidade, ao absentismo

⁹² Poderemos citar outros comportamentos demográficos, como a nupcialidade, fecundidade, celibato definitivo e, provavelmente, a exposição de crianças, como principais fenómenos demográficos que, juntamente com os movimentos migratórios, poderiam contribuir para a manutenção do desejado equilíbrio familiar e populacional.

⁹³ Como afirmou Patrícia Goldey (1981:119), «numa comunidade pequena e fechada, com a tradição de passar a terra do pai para um filho (não necessariamente o mais velho), existia sempre uma pressão para que muitos partissem, para que se estabelecessem fora da aldeia, ou para permanecerem solteiros, impedidos de casar por falta de terra ou de dinheiro».

⁹⁴ Manuel Gomes de Lima Bezerra nasceu no dia 4 de Janeiro de 1727, na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima. A sua obra, “Os Estrangeiros no Lima”, foi publicada em 1785 (vol. I) e em 1791 (vol. II), tendo sido reeditada pela câmara municipal de Viana do Castelo, em edição fac-similada, em 1992.

Segundo uma nota de apresentação desta nova edição, num volume anexo aos dois tomos publicados, José Adriano de Freitas Carvalho realçou a singularidade desta obra setecentista, constituindo a única ou das mais raras obras «que se propõe expor sistematicamente um programa ilustrado a desenvolver numa região concreta de Portugal com a finalidade confessada de fazer dessa experiência um modelo aplicável, por seu turno, a todo o país. A felicidade dos povos de Ribeira Lima que, segundo Lima Bezerra, começava já a verificar-se, deveria estender-se a todo o Reino».

⁹⁵ Esta posição poderá ser explicada pelo facto das Rodas terem emergido como instituições que visariam salvar a vida de muitas crianças, na linha do pensamento iluminista de Pina Manique que, através duma ordem-circular de 1783 (um tema a tratar num próximo capítulo), mandou criar estas instituições, por todo o território nacional, para salvar a vida de tantos vassallos que tão úteis poderiam ser à pátria, como veremos em capítulo próprio desta investigação.

e à emigração, contrapôs a utilidade e validade do trabalho agrícola, numa região que ele considerava com capacidade e recursos suficientes para absorver uma população em crescimento. Era uma posição nada consentânea com aqueles que viam nos movimentos migratórios uma consequência natural da pressão exercida pela população, em função da insuficiência de recursos. Pelo contrário, o autor via na emigração uma evidência da ignorância do povo.

O mesmo autor também não poupou os camponeses que saíam das suas terras para Castela ou para o Alentejo, Lisboa e outras províncias do reino, com a ambição de obterem mais ganhos. Na sua opinião, seriam esses “infelizes homens” que, ao não concretizarem os seus intentos, acabariam por ser a causa funesta da perdição da agricultura, da sua população e das próprias famílias, visto que, sem o tratamento carinhoso dos seus parentes, acabavam por ficar doentes ou morrer ao desamparo, em países remotos. Esta opinião foi corroborada por Custódio Vilas Boas, quando considerou que, embora muitos desses emigrantes não mais regressassem a casa, o seu exemplo não deixaria de incentivar «*os rapazes a sahir tambem na esperança de alcançar melhor fortuna e menor trabalho do que he cultivar as terras*».

Tratava-se de uma opção individual ou familiar que se revelaria tão gravosa para a pátria como para as famílias, porque, com a partida dos homens, as mulheres casadas ficavam como viúvas e muitas outras permaneciam solteiras e “*inhabeis para a geração*”. Era a valorização da nupcialidade como componente fundamental para o funcionamento do sistema demográfico. Pelo contrário, se os homens permanecessem na sua própria terra, como lavradores ou artistas, ainda poderiam ter vários filhos, uma riqueza que considerava bem mais segura para eles e para o seu país (Bezerra, 1791:107-109).

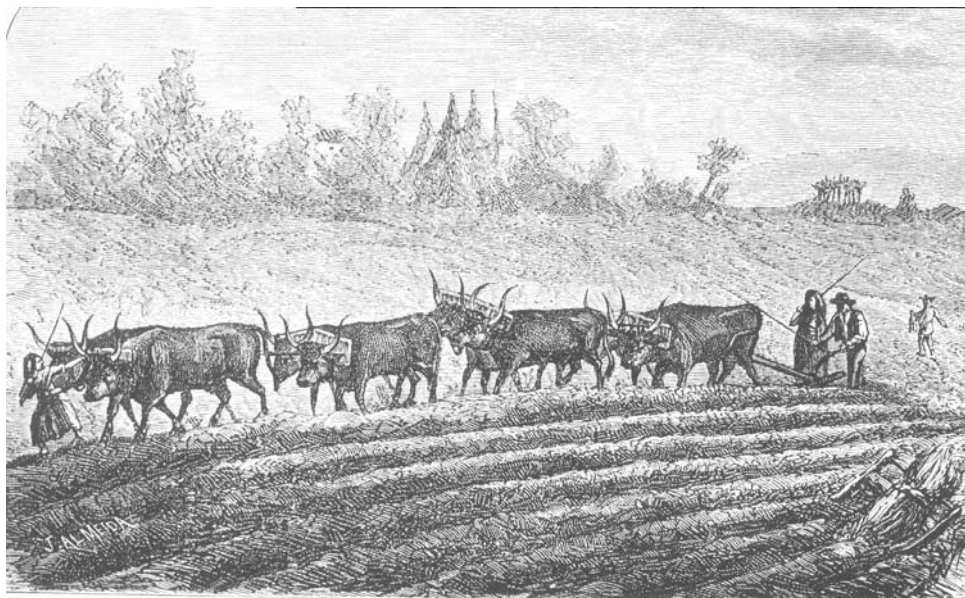
Como veremos, esta ausência de muitos homens condicionou o “mercado matrimonial”, na região do Minho, mas não tornou “inábéis para a geração” muitas das mulheres, incluindo algumas que tinham marido ausente. Na realidade, a ilegitimidade tende a aumentar, com muitas das mulheres a serem vítimas das suas “fragilidades humanas” e a terem de esconder a “vergonha”. Como afirmou Patrícia Goldey (1981:126), ainda que a família seja concepcionalmente uma unidade social e económica individualizada, os padrões de família continuam vivos e mantidos pela aprovação ou censura da comunidade. As pessoas temiam a censura pública e receavam a vergonha e a difamação. Qualquer desvio às normas estabelecidas poderiam ser suficientes para as condenar a um ostracismo social. Daí que as famílias se preocupassem em manter os seus membros dentro da linha de comportamentos que eram aceites pela comunidade. Perante a concepção e o nascimento de um filho nascido fora dos padrões tradicionais do casamento, muitas mulheres poderiam ver-se constrangidas a esconder o fruto de relações ilegítimas ou adúlteras.

Uma das características da população do Minho terá sido a sua extraordinária capacidade de trabalho e o modo de ultrapassar os problemas, como o afirmaram os já citados Lima Bezerra e Custódio Vilas Boas (finais do século XVIII) ou o próprio Eusébio Furtado, este na segunda metade do século XIX. Mais do que conformarem-se com as dificuldades herdadas, a luta pela sobrevivência seria assumida como uma atitude familiar e colectiva de interajuda, com uma grande capacidade para enfrentar os problemas quotidianos.

O grande esforço físico, que se prolongava do nascer ao pôr-do-sol, seja no âmbito da economia doméstica como nas actividades de interajuda familiar ou vicinal, poderia ser amenizado pelo clima de convívio e de festa que se procurava imprimir ao

trabalho⁹⁶. Segundo Eusébio Furtado (1861:53), o operário do Alto Minho trabalhava satisfeito e alegre, porque se nutria bem e com economia, visto que, tendo broa e vinho verde⁹⁷ em abundância (este último bebido a todas as horas, como “auxiliar do trabalho”), de nada mais careceria para seu sustento.

Figura 3
*Lavrada em Paredes de Coura (2.^a metade do século XIX)*⁹⁸



Os testemunhos deixados - com algumas reminiscências nos dias de hoje - falamos das típicas lavradas (*figura 3*), sachadas, desfolhadas, espadeladas, derripadas e das vindimas como actividades camponesas onde a alegria imperava. Participar nelas, mais do que uma obrigação, poderia constituir um privilégio e um pretexto para o divertimento e, quantas vezes, uma oportunidade para uma refeição bem mais completa e recheada, como pagamento do trabalho realizado. Quando as colheitas eram abundantes, esse trabalho não deixaria de ser reconhecido, sobretudo para aqueles que não se viam envolvidos em trabalhos de mútua reciprocidade, por não serem detentores de propriedades próprias⁹⁹, acabando por ser compensados com produtos da terra.

⁹⁶ No seu artigo sobre “*trabalhos colectivos*” (in D.H.P., Vol. VI, p. 191), Ernesto V. de Oliveira realçou o sentido festivo que caracterizavam esses trabalhos colectivos que, «*além da euforia resultante da comida farta e melhorada, com vinho à discrição, se manifesta por várias formas: o tom da verdadeira competição desportiva dos trabalhos e, sobretudo, a festa final que se apresenta como um acontecimento, essencialmente lúdico, uma ocasião de diversão conjunta, com música e danças*».

⁹⁷ Segundo este autor, o vinho verde, pela sua natureza refrigerante e pouco alcoólica, é muito saudável e, ao mesmo tempo, bastante nutritivo, pelo que fazia a apologia do seu consumo. Contrariamente ao vinho maduro, o vinho verde satisfazia a sede, sem que produzisse os resultados funestos da embriaguez (o problema eram os excessos). As crises vinícolas de meados do século XIX, resultantes de doenças como a filoxera, acabaram por ter grandes repercussões económicas e sociais, nomeadamente a pressionarem a emigração de muitos minhotos.

⁹⁸ O desenho natural de João de Almeida representa uma lavrada em Paredes de Coura, em que os trabalhadores remunerados ou em regime de reciprocidade mútua se faziam acompanhar por uma ou mais juntas de bois (in José Augusto Vieira, “*O Minho Pittoresco*”, op. cit., p. 121).

⁹⁹ As fainas rurais tanto poderiam ser exercidas gratuitamente como por assalariados (jornaleiros). Todavia, em muitas das regiões do Alto Minho, muitos dos trabalhos agrícolas eram exercidos a partir duma interajuda que se baseava numa estreita solidariedade e cooperação comunitária, quer estes fossem de interesse geral ou particular. Quando o interesse era particular, este seria desenvolvido a partir duma reciprocidade social, cuja retribuição seria de natureza qualitativa. Esta “*reciprocidade social*”, que seria

Eis como Custódio Vilas Boas caracterizou os habitantes da Província do Minho, nos finais do século XVIII:

«(...) são, geralmente falando, mui trabalhadores e cuidadosos da sua subsistência (...) São muito sobrios, (...). São pela maior parte mui humildes, e subordinados aos seus superiores. O exercicio commum destes povos, á excepção dos das villas, consiste na cultura dos campos, trabalhando, ou em terras suas proprias, ou arrendadas, e aquelles que as não tem trabalhão de jornal para os outros, do que se segue que da cultura só se exceptuão os officiaes d'officios que ella mesma exige; taes como ferreiros, carpinteiros, e alfaiates (...).Cada huma das freguezias anda por 70 até 100 cazas, porem destas só os $\frac{3}{4}$ serão lavradores com bois e carro, entretanto o que resta trabalha de jornal, ou nos officios. Computando, pois, o numero de lavradores entre 52 e 75 por cada freguezia, deve notar-se que destes só metade cultiva quanto baste para o seu sustento; porque a outra metade não chega o que cultivão para se manter todo o anno depois de pagarem o dizimo, e as pensões das terras, que ordinariamente são de prazo, e foreiras ou aos muitos conventos monachaes que há na provincia, ou ás comendas, ou a cazas particulares de nobres, que habitão nas villas e cidades: a ribeira do Lima e a do Minho, como berço da Nobreza de Portugal, abunda muito destas cazas particulares. Hum terço porem dos mencionados lavradores tem algum superfluo que vendem»¹⁰⁰.

típica dos níveis culturais primitivos, poderia assumir duas características fundamentais, segundo a terminologia utilizada por Emílio Willems: a “*reciprocidade instantânea*” - que consistiria no fornecimento de refeições (geralmente melhoradas) por parte de quem beneficiava do serviço - e a “*reciprocidade adiada*” - que consistia numa retribuição ou compensação futura dos serviços prestados (in “*Trabalhos colectivos*”, Dicionário de História de Portugal, Vol. VI, pp. 189-190).

¹⁰⁰ VILAS-BOAS, *Mappa da Provincia de Entre Douro e Minho*, levantado em 1794 e 1795, publicado por CRUZ, António, *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII, plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas Boas*, Colecção Amphitheatrum, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

3-Aspectos económicos, sociais e culturais

Vamo-nos socorrer de algumas das descrições efectuadas por Lima Bezerra (1791), Custódio Vilas Boas (1800) e Eusébio Coelho (1861) para caracterizar a economia, a sociedade e a cultura da região do Alto Minho que, apesar de terem sido realizadas nos finais do século XVIII e no terceiro quartel do século XIX, mantiveram uma certa actualidade até meados do século XX. Na realidade, ainda hoje é possível encontrar, entre algumas comunidades rurais, algumas reminiscências de um passado que representa uma herança colectiva de práticas ancestrais, comunitárias, colectivas e de interajuda, utilizadas como uma forma de amenizar ou ultrapassar as dificuldades individuais.

A prevalência de uma policultura, praticada em pequenas propriedades, demasiado fragmentadas pela configuração do relevo e pelo regime de partilha¹⁰¹, bem como a sua complementaridade com a criação de animais domésticos, acabaram por revelar-se fundamentais para a economia doméstica. Na segunda metade de seiscentos, a cultura do vinho verde conheceu uma fase de grande expansão, como consequência da abertura dos mercados da Inglaterra e do Brasil (Moreira, 1999:449), a qual se prolongou até à já referida crise vinícola da segunda metade do século XIX. Por outro lado, a introdução do milho mais na região e a progressiva aceitação da batata na dieta alimentar originou uma verdadeira “revolução agrícola”, com profundas repercussões na melhoria das condições de sobrevivência das suas populações, sobretudo a partir do século XVIII.

O milho, juntamente com o feijão, produzia-se em quantidades muito superiores às do centeio e do trigo, apesar do sistema produtivo ter conservado determinadas características arcaicas e se organizar em torno da subsistência das populações. Tal não impedia que algumas unidades de produção, mais vastas e desenvolvidas, conseguissem produzir excedentes, a serem vendidos nos mercados locais ou exportados para outras regiões deficitárias, sempre muito sujeitos às crises e às oscilações dos preços.

A criação de gado era uma actividade que se desenvolvia paralelamente com a produção agrícola, revelando-se fundamental para a alimentação das populações e para o próprio desenvolvimento dos trabalhos agrícolas. A posse de uma ou mais juntas de bois era um privilégio reservado aos proprietários de terras, isto apesar da proliferação dos baldios na região¹⁰². Além da fertilização natural, os agricultores recorriam aos

¹⁰¹ Embora a divisão da propriedade aparecesse aparentemente definida como igualitária entre os herdeiros, até à publicação do Código Civil de 1867, não se poderá ignorar o facto do testador poder dispor livremente do “terço”, a parte remanescente do total da herança legítima, com a qual se poderia beneficiar um dos filhos. Os beneficiados eram geralmente os filhos que davam continuidade à casa e se encarregavam de cuidar dos seus progenitores.

Para um maior aprofundamento das práticas testamentárias e sucessórias, ver, entre outros, os seguintes estudos realizados por Margarida Durães: “*Uma primeira aproximação aos Testamentos: Venade e a Prática de Testar da sua População*”, in *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas* (org. de Rui Fieijó et al.), Lisboa, Querco, 1985; “*A Casa Rural Minhota: papel e significado no contexto hereditário (séculos XVIII e XIX)*”, Braga, Cadernos do Noroeste, 1(1), 1987, 81-93; “*No fim, não somos iguais: Estratégias Familiares na Transmissão da propriedade e Estatuto Social*”, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, X, 3, 1992, pp. 125-141, e “*Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (sécs. XVIII-XIX)*”, dissertação de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga, 2000.

¹⁰² Segundo Custódio Vilas Boas, «*aquelles lavradores que não cultivão quanto basta para seu sustento, procurão suprir esta falta hindo com os seus bois e carro conduzir os generos de importação, exportação que navegação pelos rios Lima, e Minho; mas como são muitos, e as distancias pequenas, tirão disto pouco lucro, razão porque preferem antes sahir a trabalhar para as terras remotas, deixando a cultura entregue ás mulheres, e filhos*».

animais para os transportes e para lavrarem as terras, numa altura em que a mecanização ainda não havia chegado a esta região.

Mau grado todos os condicionalismos que impediam ou dificultavam um maior desenvolvimento económico da região, Custódio Vilas Boas considerou que a agricultura se achava em melhor estado do que se poderia julgar, com uma produção excedentária, em parte exportada através do porto de Viana. Estes excedentes também foram referidos por Lima Bezerra (1791-112-116), os quais, além de servirem para alimentar o comércio local¹⁰³, também contribuíam para o fomento das exportações. Com uma policultura que se praticava de uma forma intensiva, em minifúndios, os excedentes de produção (vinho, milho, centeio, aveia, feijão, batatas, farinhas, castanhas, nozes, azeitona, laranja, limão, cebolas, alhos etc.) seriam destinados à exportação ou a serem vendidos nos mercados locais.

As feiras mobilizavam as populações e dinamizavam a economia desta região, com destaque para as que se realizavam periodicamente em Ponte de Lima e Viana. Sobre esta última, Lima Bezerra referiu que se tratava de uma feira franca, com uma periodicidade quinzenal. Segundo este autor, a esta feira concorriam «*todos os comestíveis, e generos precisos, para a conservação, necessidades, e regalo da vida. Nellas se vende milho, senteio, feijão, farinhas, unto, presuntos, manteiga, castanhas, batatas, nozes, azeitona, aveia, linhaça, galinhas, e fructas da producção do seu termo*». Também se vendiam alguns produtos artesanais, como os tecidos de lã e de linho, mantas, louças de Prado, telha de Lanheses, madeira de construção etc.. Paralelamente, desenvolvia-se um importante mercado de gado bovino, suíno, ovino e caprino (Bezerra, 1791:115).

A dieta alimentar das populações rurais, descrita por Custódio Vila Boas (1800), seria basicamente constituída por «*pão de milho e centeyo; hum pobre caldo de feijão ou couves; vinho verde; algumas vezes carne de porco, bacalhao ou sardinhas, cujo mantimento os faz robustos, e saudaveis*». Porém, não se poderá esquecer a importância do leite, sobretudo de vaca, o qual, juntamente com a broa de milho, constituía a base da alimentação das populações rurais¹⁰⁴. Uma alimentação melhorada estaria reservada para os dias mais festivos.

A abundância não era uma característica desta região, exceptuando as casas das famílias mais abastadas. Contudo, a maioria da população conseguiria reunir as condições mínimas de sobrevivência, embora as dificuldades fossem conjunturais e dependessem muito da qualidade dos anos agrícolas. As situações mais gravosas atingiam particularmente a população rural que praticava uma agricultura de subsistência e que não produzia o necessário para a sobrevivência dos respectivos agregados familiares, por falta ou insuficiência de terras próprias ou pela existência de tributações excessivas pelo seu arrendamento.

A penúria e as situações de extrema miséria estariam reservadas a uma parte mais reduzida da sua população, sobretudo às pessoas ou famílias sem possibilidade de angariar o seu próprio sustento, por incapacidade física ou por ociosidade. Tratava-se de

¹⁰³ Lima Bezerra, no volume II dos “*Estrangeiros no Lima*”(1791:13), realçou bem a importância das feiras da Ribeira Lima na dinamização do comércio local. Eis o seu testemunho: «*Eu as vi, e notei todas, e parece-me serem ellas sufficientes para a permutação e commercio dos generos do paiz: Vianna, Ponte de Lima, Arcos e Barca tem insignes Feiras de 15 em 15 dias, onde se encontrão gados, apeirias, fructos, e mais coisas necessarias para o Commercio, e Agricultura com abundancia notavel. Além destas há a Feira nova de S. Julião de Freixo, a de Barroselas em Capareiros, e as de Coura, que são menos abundantes de tudo*».

¹⁰⁴ Estava bem enraizada a tradição popular da fartura de uma casa onde o pão nunca faltava, cozido em abundância para alimentar a família, ao longo de vários dias, sem nunca esquecer aqueles que humildemente o suplicavam e que lhes seria dado “por mor de Deus” ou “pelas almas”.

um problema que seria bem mais gravoso nos séculos XVII e parte do século XVIII, mas com tendência a diminuir ou a ser amenizado no período subsequente.

Segundo Eusébio Furtado (1861:46), «*o districto de Vianna do Castello não tem fome, antes é muito farto em cereaes, constituindo este a sua principal riqueza. A cultura da batata e do feijão tem tido muito desenvolvimento, o que não pouco concorre para que elle seja considerado ainda mais farto. Se acontece, como em 1859, que escasseia o trigo e o centeio, essa falta é logo compensada no anno seguinte*»¹⁰⁵. O mesmo autor, na introdução ao seu estudo (1861:2), já havia caracterizado o distrito de Viana e o “modus vivendi” das suas gentes, nos seguintes termos:

«(...) collocado na extremidade norte do reino, bastante varrido pelos ventos, e possuindo excellentes águas, está em muitas boas circunstancias. É sadio e não está sujeito a doenças epidémicas. É farto, não conhece a fome nem a miséria extrema. O pauperismo não existe aqui, porque a grande divisão da propriedade dá occupação e trabalho a todos aquelles dos seus habitantes que poderiam vir a pertencer áquella desgraçada classe. Há todavia alguns pobres cabaneiros, que durante o inverno pedem esmolla; mas não podem ser considerados como mendigos, porque todos possuem o seu alvergue com um pequeno lugar, onde colhem algum pão, fructos e hortaliças. Alem d’isso o districto é essencialmente agricola: não possui estabelecimentos fabris de certa consideração, os quaes são uma das principais causas do pauperismo e da depravação de costumes»¹⁰⁶.

Esta visão positiva da realidade económica e social do Alto Minho, no início da segunda metade do século XIX, não era partilhada por todos, embora exista um denominador comum a explicar a ausência de fome nesta região - a abundância de milho. Terá sido antes da introdução do milho mais na Europa que a sobrevivência das populações foi mais dificultada, sendo frequentes as situações de fome e extrema miséria que afectavam um maior número de pessoas, embora se trate de um período que antecedeu o âmbito temporal da nossa investigação. De facto, em todas as descrições conhecidas, é ponto comum o realce da importância da cultura do milho na sobrevivência das populações do Alto Minho, um dos factores que mais terá contribuído para a manutenção de um saldo fisiológico positivo.

De acordo com o relatório apresentado pelo governador civil de Viana à Junta Geral, em 1864¹⁰⁷, o distrito de Viana registava um défice na produção de trigo, centeio e feijão, quando comparado com as necessidades de consumo. Pelo contrário, o milho continuava a ser o principal cereal produzido na região e a grande fonte de alimentação das suas populações, cuja produção excedentária, juntamente com a da batata, tanto servia para ser avariada como para ser exportada. Mesmo quando se registava uma subida acentuada dos preços do milho, esta situação poderia não ficar a dever-se exclusivamente à escassez de cereais, antes à intervenção dos especuladores, embora a

¹⁰⁵ Segundo Eusébio Furtado (1861:47-63), o distrito de Viana, além do milho, trigo e centeio, produziam cevada, feijão, batata, vinho, azeite e linho. Os cereais produziam em abundância. Os legumes, com excepção da batata, também excediam o consumo. As oscilações dos preços ficavam a dever-se à quantidade e à maior ou menor distância da época das colheitas, sobretudo à especulação. Contudo, os preços conservavam um valor regular, «*proveitoso ao proprietário e suave ao consumidor*».

¹⁰⁶ Considerava, ainda, que as causas naturais que predominavam no distrito eram todas favoráveis ao desenvolvimento e crescimento da sua população, «*porque gosámos de um clima saudável e temperado, há grande accumulação de familias em pequeno espaço de terreno e não há pobreza*».

¹⁰⁷ A.G.C.V.C., Relatório de 1864, apresentado à junta geral do distrito de Viana, na sessão ordinária de 1 de Março de 1864, Pasta 1.15.4.11-8.

subida dos preços também pudesse beneficiar os proprietários que produziam excedentes.

A pesca também assumia alguma importância, sobretudo entre as comunidades do litoral, obrigadas a complementar esta actividade com o trabalho agrícola, utilizando o sargaço como fertilizante das terras¹⁰⁸. A pesca fluvial e a caça seriam outras actividades a que recorriam as populações locais, aproveitando a relativa abundância de peixe nos seus rios e dos animais que povoavam os seus montes e montanhas. A salinicultura também teria algum peso nas comunidades do litoral, com o sal a ser um dos produtos mais requisitados, a nível local, utilizado no tempero e na conservação de alguns alimentos (carne de porco e peixe), bem como para a sua exportação, sobretudo para a Galiza¹⁰⁹.

As indústrias assumiam uma forma artesanal e familiar, para satisfação das necessidades de uma população agrícola. Lima Bezerra (1791:113-114) apenas fez referência a duas fábricas de sola de atanados, estabelecidas nos anos de 1770 e 1782 (embora se refira à existência de muitos pelames particulares que, no seu conjunto, poderiam trabalhar e curtir mais couros que essas duas fábricas), bem como a uma fábrica de louça fina, estabelecida em 1774. Contudo, já depois de publicada a sua obra, também foi referida a existência de uma fábrica de cobertores, em Ponte de Lima, empregando 16 pessoas (Sousa, 1997:81).

Já em pleno século XIX, a situação da indústria da região pouco se havia alterado, a exemplo do que se verificava noutras regiões do país, a arrancar tardiamente e de forma pouco sustentada para a sua modernização industrial. É certo que a conjuntura política e económica não se havia mostrado favorável, o que ajuda a explicar que, em meados do século XIX, a região continuasse a ser fundamentalmente agrícola, com uma incipiente industrialização. Por seu lado, o comércio só não seria mais próspero e dinâmico pelos bloqueios resultantes da falta de uma rede adequada de infra-estruturas de comunicação¹¹⁰.

¹⁰⁸ As dificuldades destas pequenas comunidades piscatórias do litoral eram uma realidade, cujo peixe procuravam vender pelas aldeias circundantes, muitas vezes num sistema de troca directa. As canastras de peixe vinham carregadas com cereais, ovos ou animais domésticos, produtos fundamentais para a alimentação das famílias dos pescadores e como complemento ou alternativa ao peixe fresco, seco ou salgado, conforme a época do ano.

¹⁰⁹ Apesar de estarem referenciadas 8 salinas (5 nas margens do Lima e 3 nas margens do Minho e do Coura), a produção de sal revelava-se insuficiente, tendo de se recorrer às salinas de Aveiro e Ovar.

¹¹⁰ Segundo a resposta ao 4.º quesito do inquérito de 1840, publicado por Jaime Reis (1981:185), os meios de transporte utilizados para a condução dos produtos para fora do distrito eram as cavalgadas e os carros (um meio muito dificultado pelos maus caminhos), bem como os barcos, aproveitando a navegabilidade de alguns dos rios.

Até meados do século XIX, as vias de comunicação eram praticamente as mesmas que vinham da Idade Média, incluindo alguns dos percursos das vias romanas, como era o caso daquela que vinha de Braga, passava por Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença, antes de atingir Astorga, em Espanha. A partir de um mapa das principais estradas de Entre Douro e Minho, elaborado em 1808, é possível identificar as principais “estradas” desta região, nomeadamente o caminho que ligava Viana a Valença, passando por Caminha. Constituindo uma alternativa às vias marítima e fluvial, os transeuntes e os comerciantes seguiam os seus percursos para se deslocarem e comerciarem os seus produtos. Para se avaliar as dificuldades de comunicação, com implicações na exposição de crianças noutros concelhos, vejamos as distâncias e os tempos calculados para uma deslocação de Viana a Melgaço: De Viana a Caminha (3 léguas-5 horas); de Caminha a Cerveira (2 léguas-2 horas e meia); de Cerveira a Valença (igual tempo); de Valença a Monção (igual tempo) e de Monção a Melgaço (3 léguas-4 horas).

Foi só na segunda metade do século XIX, com a intervenção de Fontes Pereira de Melo, que se procedeu à construção duma nova via para substituir o velho caminho medieval. Ao mesmo tempo, projectava-se mais para norte a via férrea, em direcção à Galiza, implicando a construção de várias pontes (in José Rosa Araújo, *Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, 1962).

Vamos passar a utilizar as respostas dadas a um “inquérito industrial”, elaborado presumivelmente em 1840, a pedido do Ministério do Reino, para melhor conhecer a situação económica da região do Alto Minho, neste período. Descoberto e publicado por Jaime Reis (1981), este inquérito constitui um levantamento estatístico que ajuda a caracterizar economicamente o distrito de Viana, embora com várias omissões, como o provam o facto de não se fazer qualquer referência à cultura do linho, bem como a outros produtos importantes na economia da região, como a lã, a carne, a pesca, a fruta e a extracção florestal.

Segundo Jaime Reis (1981:166), a economia do distrito de Viana, em 1840, tinha a agricultura com actividade primordial, com destaque para a produção de cereais (sobretudo o milho) e para a produção de vinho. A batata apenas é referida nos concelhos de Ponte da Barca e Caminha, o que não deixa de se estranhar, ultrapassadas as resistências iniciais à sua introdução na dieta alimentar¹¹¹.

Em termos industriais, o inquérito ignorou a produção artesanal doméstica e oficial, nomeadamente a desenvolvida pelas fiandeiras, tecedeiras e costureiras, principais fornecedoras do vestuário das populações rurais. O mesmo se dirá em relação às serrações de madeira, aos engenhos do linho e às olarias.

Em resposta ao 7.º quesito da Portaria do Ministério do Reino, de 17 de Outubro de 1839, relativo ao número de fábricas estabelecidas em cada concelho, o concelho de Caminha refere a existência duma fábrica de louça fina, com 4 operários. O concelho de Viana responde com a existência de três fábricas, uma de louça (em Darque) e duas de atanados e bezerros (em Viana), empregando um total de 23 operários e dois rapazes aprendizes. Era a manutenção da situação industrial dos finais do século XVIII, como foi descrita por Lima Bezerra, com a agravante de algumas indústrias estarem em decadência, por se haverem estabelecido outras fábricas de louça no Porto (a praticar preços mais baixos) e por existirem fábricas de atanados e bezerros na Galiza (para onde antes se exportavam os desta vila). Nos restantes concelhos não havia quaisquer indústrias. Neste contexto, se excluirmos os artesãos, a população operária do distrito de Viana não atingiria as três dezenas, no segundo quartel do século XIX, o que demonstra bem o atraso do processo de industrialização na região.

Neste contexto, não se justifica falar em pauperismo da classe operária, praticamente inexistente, um problema que se vai colocando lentamente, à medida que se vão estabelecendo novas indústrias, na segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Todavia, como se tratava de um trabalho desempenhado maioritariamente por homens, não se colocaria o problema da falta de instituições onde as mães operárias pudessem deixar os filhos, enquanto cumpriam o seu horário laboral. O mesmo já não aconteceria com as jornaleiras, sem familiares para lhes cuidarem dos filhos. Terão sido estes problemas que acabaram por pressionar a criação dos Asilos da Infância Desvalida, muito antes do aparecimento das primeiras creches, possibilitando que estas mulheres pudessem angariar o seu próprio sustento, sem deixarem os filhos em situação de abandono.

Herdeiros duma cultura ancestral, as populações rurais do Alto Minho, sobretudo as que praticavam uma economia fechada, não primavam pela inovação e resistiam à mudança, limitando-se a praticar e a reproduzir as suas aprendizagens, numa concepção algo determinista e sobrenatural do seu quotidiano. Esta mentalidade fechada era

¹¹¹ Alguns autores realçam este facto, mais ainda porque, nos finais do século XVIII, a produção de batata já havia atingido alguma importância na região do Barroso e de Chaves, não sendo de excluir a hipótese da existência de pressões senhoriais e da própria Igreja para se evitar o seu cultivo, por não se enquadrar nos modelos tradicionais de fiscalidade sobre a produção, que tinha os cereais por referência (Sousa, 1997:74).

condicionada pela prevalência de fortes índices de analfabetismo, numa sociedade em que o objectivo era a luta pela sobrevivência de todo o grupo familiar, para a qual todos deveriam contribuir.

Numa altura em que a maioria das crianças não frequentava a escola, uma possibilidade da qual estavam arredadas, por viverem em meios sem escolas e sem professores ou por se iniciarem muito precocemente nas lides domésticas, tal facto não deixaria de limitar os seus horizontes pessoais e as expectativas em relação ao futuro. Para aqueles que ambicionavam um futuro melhor para os filhos, a escola representaria uma nova oportunidade, cuja frequência poderia ter por único propósito a emigração, sobretudo para o longínquo Brasil. Este objectivo chegou a ser criticado por Lima Bezerra (1791:108), ao considerar ignorantes as pessoas do povo que mandavam os filhos aprender a ler, escrever e contar para os transformar em emigrantes brasileiros. Talvez esta atitude dos pais ajude a explicar o elevado número de emigrantes alfabetizados que, no século XIX, partiram para o Brasil (Rodrigues, 1995:76-83).

Segundo o já citado relatório de 1862-63, apresentado pelo governador civil à Junta Geral, em 1864, o distrito de Viana tinha 61 escolas públicas para o ensino primário, com uma frequência total de 4 122 alunos. Dessa rede escolar, 57 instituições eram para o sexo masculino (com uma frequência de 3 925 rapazes), enquanto que as restantes 4 se destinavam ao sexo feminino (com uma frequência de 197 raparigas). Esta deficiente rede escolar pública era compensada, em parte, pela proliferação de escolas particulares, sensivelmente o dobro das escolas públicas, com algumas freguesias a possuírem mais do que um estabelecimento (Rodrigues, 1995:80-81).

As escolas públicas do sexo feminino estavam localizadas nos concelhos dos Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Perante tão insuficiente oferta educativa, o governador civil propôs a criação de uma escola feminina em cada uma das cabeças de concelho que ainda a não possuísem. Propunha, ainda, a criação de uma segunda escola em Viana, não só porque a escola das religiosas ursulinas estava longe do centro da cidade - razão pela qual estaria quase sempre fechada - mas também para acudir às necessidades de ensino numa cidade que já contava com um elevado número de meninas, em idade de a frequentar.

Quadro 3
Escolas primárias públicas no distrito de Viana e frequência de alunos (1859-1860)

Concelhos	N.º Freg.^{as}	Total Habit.	Crianças 6-14 anos	Freg.^{as} c/ escola	Alunos Matric.	Alunos c/ freq.	Freq./ total crianças %
Arcos	51	28 139	4 940	6	390	232	4,7
Caminha	19	12 621	2 147	6	435	305	14,2
Coura	21	11 351	1 370	2	130	55	4,0
Melgaço	18	13 296	3 185	4	208	115	1,1
Monção	32	22 761	4 173	6	408	310	7,4
Ponte da Barca	25	11 424	1 927	4	255	160	8,3
Ponte de Lima	51	31 027	5 935	8	548	438	7,4
Valença	16	13 427	2 092	5	479	255	12,2
Viana do Castelo	40	39 260	6 520	8	722	415	6,4
V. N. de Cerv.^a	15	9 684	1 532	3	243	155	10,1
TOTAL	288	192 990	35 821	52	3 823	2 440	7,6

Fonte: Coelho, 1861:305-306

Na estatística do distrito de Viana do Castelo, relativa ao ano de 1859-60, Eusébio Coelho (1861) apresenta um quadro com alguns dados que permitem avaliar o grau de

frequência nas suas escolas públicas (*quadro 3*). Logo ressalta a ideia de que só aproximadamente 20 % das freguesias do distrito tinham escola pública e de que o número de alunos que as frequentavam era bem inferior ao que nelas estava matriculado, o que denota elevadas taxas de abandono.

Embora não seja correcto calcular a percentagem de frequência das crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos de idade (numa altura em que a escolaridade não era obrigatória), se tivéssemos esse número por referência, somente 7,6% dessa crianças estavam a frequentar a escola nesse ano. Contudo, esta reduzida percentagem de frequência não significa que todas as outras crianças se mantivessem analfabetas, dada a proliferação de escolas particulares, em número idêntico ou superior ao das escolas públicas. Nesse mesmo ano, as escolas particulares eram frequentadas por 2 481 alunos e por 527 alunas, num total de cerca de três milhares. No cômputo global, a percentagem de frequência escolar subiria para cerca de 15% das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.

Comparando estes dados com os anteriormente apresentados para o ano de 1855-56 (Coelho, 1861:305), verifica-se que o número de escolas subiu ligeiramente, passando de 57 escolas (52 do sexo masculino e 5 do sexo feminino) para as 61 escolas públicas, em 1862-63 (o seu número era de apenas 45, em 1855-56). Porém, esse aumento apenas beneficiou o sexo masculino, tendo-se registado uma diminuição na oferta, já de si tão limitada, para o sexo feminino. São as próprias fontes municipais a assinalar o analfabetismo crónico das mulheres, sobretudo entre as amas ou as mães a quem eram entregues os expostos. Com frequência, os termos de entrega de uma determinada criança à ama ou à mãe vinha assinado por testemunhas do sexo masculino, a seu rogo, «*por ser mulher e não saber escrever*».

Quanto à instrução secundária, o relatório refere a frequência de 99 alunos que estavam matriculados no liceu da cidade, no ano de 1862/1863, onde lhes eram ministradas as diferentes disciplinas que ali se “professam”. Além do Liceu de Viana, o mesmo relatório faz referência a alunos que estavam a frequentar as aulas de Latim nas vilas dos Arcos, Caminha, Barca, Ponte de Lima e Valença, num total de 63 alunos.

4-A evolução da população no Alto Minho

Não dispomos de indicadores estatísticos suficientemente representativos e fiáveis que nos permitam uma ampla e adequada caracterização da estrutura demográfica da região do Alto Minho, ao longo de todo o período estudado. Na falta de indicadores demográficos, que poderão ser obtidos a partir da “reconstituição de paróquias” (um trabalho que está a dar os primeiros passos e que apenas dispõe de uma amostra pouco representativa no universo das paróquias do Alto Minho), teremos de nos socorrer de alguns censos eclesiásticos para o período pré-estatístico que, no caso português, se prolonga até 1864, ano em que foi elaborado o primeiro recenseamento sistemático oficial da população do reino.

Depois do “*Numeramento de 1527*”, de D. João III¹¹², são os indicadores eclesiásticos que nos fornecem alguns dos dados demográficos para o século XVIII (*quadro 4*). É o que se verifica com a contagem do número de fogos, realizada no ano de 1706 e publicada na “*Corografia Portuguesa*”, sob a coordenação do padre Carvalho da Costa¹¹³. Trata-se do primeiro levantamento geral do país, após 1527, organizado a partir das respostas a um inquérito paroquial. Seguem-se as contagens de 1758, incluídas nas respostas a um inquérito enviado aos párocos do país, sob a direcção do padre Luís Cardoso¹¹⁴, o qual esteve na origem das “*Memórias Paroquiais*” (Moreira, 1999:433).

Quadro 4
*Evolução demográfica nos concelhos de Entre Douro e Minho*¹¹⁵

Concelhos	1527	1706	1758
	Fogos	Fogos	Fogos
Viana	2 079	4 138	4 232
Caminha	843	2 143	2 087
Cerveira	438	1 904	2 290
Valença	866	2 675	3 100
Paredes de Coura	834	2 118	2 398
Monção	1 097	3 158	3 818
Valadares	724	2 519	2 946
Melgaço	291	1 587	1 397
Ponte de Lima	763	2 480	2 368
Arcos de Valdevez	1 490	6 073	5 755
Soajo	41	586	645
Castro Laboreiro	100	567	492
Total	9 566	29 948	31 528

Fonte: Moreira, 1999:448

Nos finais de Setecentos e inícios de Oitocentos, começaram a surgir novos indicadores demográficos que nos permitem uma contagem e um conhecimento mais aproximado da estrutura da população portuguesa, nomeadamente para a região do Alto

¹¹² A.N.T.T., O original deste numeramento encontra-se na Torre do Tombo, excepto a parte correspondente às comarcas de Entre Tejo e Guadiana e da Beira, desaparecida no início do século XIX e que hoje se encontra no British Museum, em Londres.

¹¹³ Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica*, 2.^a edição, Braga, Typographia de D. G. Gouvea, 1868.

¹¹⁴ A.N.T.T., Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, Vol. I (1747) e Vol. II (1751), Lisboa.

¹¹⁵ Este quadro apenas integra a região Entre Minho e Lima, não correspondendo a toda a região do Alto Minho, por excluir algumas das terras a sul do Lima, nomeadamente o concelho de Ponte da Barca.

Minho. Referimo-nos aos censos de 1801 e 1802, a nível nacional, e a um “*Relatório sobre a comarca de Viana*”, relativo ao ano de 1792, de António Xavier Morais Homem¹¹⁶, bem como ao “*Cadastro da Província do Minho*”, de 1794, de Custódio José Vilas Boas¹¹⁷. Estas importantes fontes demográficas foram objecto de uma análise minuciosa (Sousa (1979 e 1997)¹¹⁸, de cujos dados e conclusões nos iremos socorrer para uma melhor caracterização demográfica do Alto Minho, na transição do século XVIII para o século XIX¹¹⁹.

Não obstante todas as suas limitações, estas fontes apenas nos permitem uma aproximação à realidade demográfica da região estudada. Efectivamente, ao analisar criticamente essas fontes, nomeadamente os censos de 1801 e 1802, o referido estudo começa por reconhecer todas essas limitações e a eventualidade das mesmas poderem enfermar de sub-registo, nomeadamente de alguns grupos de pessoas, como os militares, o clero regular, os estudantes ausentes, os pescadores, funcionários públicos e outra população flutuante, incluindo os marginais.

As mesmas dúvidas foram levantadas em relação aos expostos (Sousa, 1996:35), pelo que se revela fundamental procurar saber se os mesmo foram ou não contabilizados e, a terem-no sido, em que classe foram integrados. Após o cruzamento da informação com os registos paroquiais, numa amostra de pequenas e grandes paróquias, foi-nos possível verificar que, nas paróquias onde os registos de baptismos de expostos se faziam nos mesmos livros dos registos das crianças legítimas ou ilegítimas, os párocos não estabeleceram qualquer diferenciação, pelo que os valores totais de nascimentos incluem as crianças legítimas, as ilegítimas e as expostas. A excepção foi a paróquia de Santa Maria Maior, onde estava estabelecida a Roda de Viana. O número significativo de baptismos de expostos levou os responsáveis eclesiásticos a procederem ao seu registo em livro próprio, pelo que os nascimentos apresentados para o ano de 1801 apenas correspondem às crianças legítimas e ilegítimas.

O mesmo não se verificou na paróquia de Santa Maria dos Anjos, onde estava a Roda de Ponte de Lima. Apesar do número elevado de expostos, os seus registos foram elaborados juntamente com os das restantes crianças, numa sequência cronológica que respeitava a ordem dos respectivos baptismos. Assim, o censo de 1801 aponta para o nascimento de 87 crianças, em Ponte de Lima, quando apenas foram baptizadas 39 crianças legítimas e nenhuma ilegítima, sendo todas as restantes crianças expostas. Estas representavam 55% do total de baptismos efectivamente realizados na paróquia, o que confere ao total de nascimentos uma dimensão artificial, visto que a maioria dos expostos não seria de lá originária. Se esse número fosse real, estaríamos perante um saldo fisiológico extraordinário, dado que nesse mesmo ano apenas se registaram 19 óbitos.

¹¹⁶ “*Mapa da População, Produções, Rendas de Confrarias, Rendimentos de Ordens Religiosas e Planificações feitas em consequência dos Capítulos de correição da Comarca de Viana, por António Xavier de Moraes Pinto Teyxeira Homem sendo Corregedor da dita Comarca*”, Lisboa, Biblioteca Nacional, ms.902. Segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves (1997:27), esta fonte suscita várias dúvidas quanto à sua qualidade, visto que apenas apresenta a população por grandes unidades supraconcelhias, o que dificulta ou impede a análise crítica e a sua comparação com outras fontes demográficas.

¹¹⁷ In CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos finais do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.

¹¹⁸ Sobre os Censos de 1801 e 1802, vide SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979; e SOUSA, Fernando de, e ALVES, Jorge, *O Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

¹¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão publicou o censo de 1798, sob o título “*A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*”, Paris, 1970.

Ao incluir os expostos entre as crianças que nasceram numa determinada freguesia, esta opção acabaria por se reflectir directamente no volume de nascimentos das freguesias onde estavam a funcionar as Rodas. A nível concelhio, este problema poderia ser atenuado se todos os expostos tivessem nascido nalguma das freguesias do seu termo e não tivessem um duplo registo de baptismo. Esta situação aconteceria sempre que as crianças fossem expostas após um baptismo, não comprovado, a que se seguiria um outro que, apesar de realizado “sub conditione”, também ficaria registado na paróquia onde fora ministrado.

Este trabalho obrigaria à contagem dos baptismos de todas as crianças legítimas, ilegítimas e expostas que foram registadas num determinado concelho, o que nos colocaria perante um valor aproximado do total de nascimentos, caso a transferência interconcelhia de crianças tivesse uma reciprocidade equivalente. Na realidade, mais do que a existência de um sub-registo, estas fontes podem colocar-nos perante problemas de sobre-registo de nascimentos, sem qualquer possibilidade de ser avaliado e corrigido, pelo facto de um número indeterminado de expostos ter recebido um duplo baptismo e falecido.

Quadro 5
Comarcas, concelhos, freguesias e população do Alto Minho (1794)

COMARCA	N.º Concelhos	N.º Freguesias	População
Viana	31	274	123 797
Valença	4	51	28 449
Barcelos ¹²⁰	5	14	7 142
Braga ¹²¹	1	1	271
TOTAL	41	340	159 659

Fonte: SOUSA (1997:23)

Como se pode verificar pela leitura do *quadro 5*, em finais do século XVIII, a comarca de Viana integrava a maioria dos concelhos e freguesias da região do Alto Minho, onde se concentrava aproximadamente 78% da população total. Por seu lado, a comarca de Valença, constituída por 4 concelhos e 51 freguesias, integrava apenas cerca de 18% da população do Alto Minho, com a restante a ser distribuída por alguns concelhos e freguesias que, nessa altura, pertenciam às comarcas de Barcelos e Braga.

Quadro 6
População dos concelhos do Alto Minho (1794 e 1801)

COMARCAS	Anos	Fogos	Homens	Mulheres	Pop. Tot.	Sex-ratio	Hab/fogo
Viana	1794	31 979	57 225	66 572	123 797	86.0	3.9
	1801	32 055	57 933	66 513	124 446	87.1	3.9
Valença	1794	7 609	13 099	15 350	28 449	85.3	3.7
	1801	7 806	12 961	15 389	28 350	84.2	3.6
Barcelos	1794	2 259	3 552	3 590	7 142	98.9	3.2
	1801	2 159	4 009	4 431	8 440	90.5	3.9
Braga	1794	69	116	155	271	74.8	3.9
	1801	70	143	158	301	90.5	4.3
TOTAIS	1794	41 916	73 992	85 667	159 659	86.4	3.8
	1801	42 090	75 046	86 491	161 537	86.8	3.8

Fonte: SOUSA, 1997:30

¹²⁰ Apenas está registada a população que vivia nos concelhos que se localizavam no Alto Minho, ou seja, os concelhos de Melgaço, Castro Laboreiro, Gondufe, Nogueira e Correlhã.

¹²¹ Estes valores correspondem ao couto da Feitosa, o único que integrava a comarca de Braga.

Em 1794, a população do Alto Minho aproximava-se dos 160 000 habitantes (*quadro5*)¹²², o que representava um volume sensivelmente idêntico (com um ligeira subida) ao que se verificava no início de oitocentos, numa proporcionalidade média de 3,8 habitantes para os 42 090 fogos registados (*quadro 6*).

Para iguais períodos, a estrutura demográfica do Alto Minho registava um significativo déficit masculino, como o demonstram os índices de masculinidade ligeiramente superiores a 86,0. Na prática, haveria sensivelmente menos 11 500 homens que mulheres, uma desproporcionalidade que poderá ser justificada pela emigração endémica da sua população masculina.

Ao longo do século XVIII, a desaceleração do crescimento da população do Alto Minho terá resultado duma certa convergência entre uma conjuntura mais desfavorável e a intervenção de alguns mecanismos auto-reguladores, que caracterizaram o sistema demográfico do Antigo Regime, nomeadamente o celibato definitivo, o retardamento da idade ao casamento e a emigração, sobretudo para o Brasil e para Castela, sem ignorar a crise climática que atingiu, de maneira particular, as regiões do litoral (Moreira, 1999:449). Apesar destes factores, a densidade populacional no Alto Minho aumentou ao longo do século XVIII. Efectivamente, depois de se aproximar duma densidade populacional de 60 hab./km², em 1700, o Alto Minho viu aumentada essa densidade para 65 hab./km², em 1794, e para 65,8 hab./km², em 1801, um valor ainda muito inferior ao registado no Baixo Minho, o qual, no mesmo período, registava uma densidade aproximada de 110 hab./km² (Sousa, 1997:32).

Até meados do século XIX, altura em que Viana foi elevada a cidade, o Alto Minho apenas possuía algumas circunscrições com o estatuto de vilas¹²³. Estas tinham uma reduzida dimensão populacional, não conseguindo assumir um papel de centros urbanos assinaláveis, com excepção de Viana, cabeça de provedoria e de comarca, além de importante centro comercial e o terceiro aglomerado populacional mais importante da Província do Minho, logo a seguir ao Porto e a Braga. Viana continuou a exercer um papel fundamental na dinamização económica desta região do noroeste português, contribuindo decisivamente para atenuar o seu carácter periférico. Com menor dimensão, mas com alguma importância comercial, poderemos destacar a vila de

¹²² Esta contagem da população foi feita a partir das seguintes fontes demográficas: *Relatório sobre a comarca de Viana*, para o ano de 1792, de António Xavier Morais Homem; *Cadastro da Província do Minho, para o ano de 1794*, de Custódio José Vila Boas; *Censo de 1801*, do Conde de Linhares.

Para uma análise mais profunda destas fontes, nomeadamente sobre o seu grau de fiabilidade, veja-se a obra, já citada, de Fernando de Sousa e Jorge Alves (1997:26-29), sobre o Alto Minho. Numa análise comparativa, estes autores encontram uma significativa concordância entre as fontes estudadas, embora tenham detectado algumas obstáculos a uma efectiva e adequada contagem da população, nomeadamente quando aparecem freguesias meeiras, ou seja, quando uma parte pertence a um concelho e outra parte está integrada num outro, o que, nessa altura, se verificava com alguma frequência. Para contornar alguns destes problemas, será indispensável recorrer aos estudos microanalíticos, em áreas suficientemente alargadas.

Segundo os autores, os principais erros detectados resultam fundamentalmente das tradicionais formas de contagem da população, além da mesma ser fornecida pelos párocos das freguesias que nem sempre dispõem do necessário rigor e dos indicadores que lhes são solicitados, como o número de menores de 7 anos (ainda fora da desobriga), bem como a mortalidade infantil, nem sempre registada nos livros paroquiais (Sousa, 1997:29). Ainda mais grave é o facto dos párocos das freguesias onde estão sediadas as Rodas integrarem os expostos entre as crianças baptizadas e presumidamente nascidas na freguesia, o que geralmente não acontecia, dada a sua proveniência de variados espaços geográficos e administrativos, como a demonstraremos ao longo deste trabalho.

¹²³ A vila de Viana foi elevada à categoria de cidade, por carta régia de D. Maria II, em 20 de Janeiro de 1848, com a designação de Viana do Castelo.

Caminha¹²⁴, a beneficiar de uma posição geográfica e estratégica privilegiada, sobretudo na dinamização do comércio com a vizinha Galiza¹²⁵.

Uma outra vila que desfrutava de alguma importância na economia da região era Ponte de Lima, a qual chegou a ser cabeça de comarca, antes da mesma ser transferida para Viana. A sua feira secular e a navegabilidade do rio Lima foram dois importantes factores de dinamização comercial da região envolvente, sem esquecer o facto de ter constituído um importante espaço de passagem, integrando o percurso de uma dos mais percorridos “caminhos de Santiago”.

Nos finais do século XVIII, altura em que foram criadas as Rodas nas vilas das comarcas de Viana e Valença (com excepção da de Viana, já com cerca de um século de existência), a maioria das vilas do Alto Minho tinha uma população relativamente reduzida. Algumas delas, como as dos Arcos, Melgaço, Monção, Ponte da Barca e Vila Nova de Cerveira, ficavam muito aquém do milhar de habitantes (Sousa, 1997:36), um valor referencial que apenas era ultrapassado por Ponte de Lima, Caminha e, sobretudo, por Viana. Cerca de metade da população total das vilas estava concentrada em Viana, a única vila do Alto Minho que foi elevada à categoria de cidade, ainda em meados de oitocentos¹²⁶.

A elevada densidade populacional de alguns desses centros urbanos resulta do facto de serem espaços amuralhados, relativamente reduzidos. A pressão demográfica acabou por originar a criação de pequenos subúrbios que se foram ampliando à medida que os respectivos perímetros fortificados se revelavam insuficientes e injustificados face a uma nova conjuntura político-militar, o que vai contribuir para o progressivo desmantelamento de algumas dessas muralhas, a partir de meados do século XIX, descaracterizando definitivamente muitos desses espaços medievais.

Segundo o censo de 1801, a estrutura etária do Alto Minho revela uma população ligeiramente envelhecida, quando comparada com os indicadores demográficos do resto do país. Os grupos de jovens (0-24), de adultos (25-59) e idosos (60 e mais) representam, no conjunto da população, uma percentagem de 46,2%, 43,4% e 10,4%, respectivamente, com uma clara prevalência do sexo feminino, nitidamente influenciado pelo fenómeno migratório (Sousa, 1997:41-42). Este contribuiu para uma nova funcionalidade e afirmação social da mulher minhota, sobretudo das mulheres casadas, com marido ausente, conferindo-lhe um estatuto de liderança na gestão da casa e do património familiar.

Em relação ao estado civil, o número de solteiros correspondia a cerca de 60% da população total dos dois sexos, a provar uma larga incidência do celibato definitivo, uma característica que se enquadra nos padrões demográficos apontados para o Antigo Regime. O acesso ao casamento estava mais dificultado para as mulheres, com um “mercado matrimonial” bem mais restrito do que o dos homens residentes, uma

¹²⁴ Sobre a importância de Viana e Caminha, sugerimos o nosso trabalho “*Viana e Caminha no início do século XVI. População, Sociedade e Assistência*”, comunicação apresentada no III Congresso Histórico de Guimarães, 24-27 de Outubro de 2001.

¹²⁵ Com uma população a rondar os dois milhares e meio de habitantes, em meados do século XIX, a vila de Caminha tinha uma população equivalente à das vilas de Coura, Melgaço, Ponte da Barca, Valadares e Vila Nova de Cerveira.

¹²⁶ De acordo com o censo de 1878 (*quadro 11*), no seu conjunto, as restantes nove vilas do distrito de Viana apenas contabilizavam 14 709 habitantes, sensivelmente o dobro da população da cidade de Viana do Castelo. Somente três delas tinham mais de 2 000 habitantes. Destas, umas tinham uma população que oscilava entre os 1 000 e os 2 000 habitantes, enquanto outras não atingiam sequer o milhar. São vilas que apenas justificam a designação de centros urbanos, em termos administrativos. Efectivamente, numa acepção sociológica, apenas Viana do Castelo poderia ostentar o título de centro urbano, o que levou Rui Feijó (1992:61-62) a concluir que «o limiar da urbanização estava muito afastado da situação vivida no noroeste português em finais de Oitocentos».

consequência de uma forte emigração, tendencialmente masculina, tão criticada por alguns autores coevos¹²⁷.

Por seu lado, a taxa bruta de natalidade foi de 29,8%, ligeiramente inferior à média de algumas comarcas mais próximas (à volta de 36%, assim como da própria média nacional, cujo valor era de 33,3%). Esta natalidade relativamente fraca, sem grandes oscilações até à segunda metade do século XX, poderá ser explicada pela interferência de outras variáveis demográficas, como o casamento tardio, o celibato definitivo e as migrações.

Um outro comportamento diferenciado, quando comparado com os valores registados a nível nacional, pode ser observado na evolução da mortalidade, com uma taxa bruta de 20,8‰, contra os 30,3‰ que se registaram a nível nacional, do que resulta um saldo fisiológico positivo assinalável (Sousa, 1997:48-50). Um maior crescimento da população terá sido atenuado pela mortalidade infantil, uma variável praticamente por estudar nesta região, por falta de dados que decorrem da falta de obrigatoriedade do seu registo, sobretudo no período pré-estatístico. Contudo, a elevada mortalidade infantil está bem comprovada entre os expostos, como o poderemos comprovar ao estudar a mortalidade diferencial destas crianças.

Quadro 7
Fogos dos concelhos do distrito de Viana (1835)

<i>Concelhos</i>	<i>Fogos</i>	<i>Concelhos</i>	<i>Fogos</i>
Albergaria de Penela	836	Lindoso	140
Arcos de Valdevez	5 940	Melgaço	1 412
Barca (P. da Barca)	2 719	Monção	3 517
Bertiandos	246	Nogueira	40
Cabaços	140	Ponte de Lima/Refoios	3 721
Capareiros	225	Queijada/Boalhosa	87
Caminha	2 387	Rebordões	240
Correlhã	370	Sanfins	539
Castro Laboreiro	350	Soajo	609
Coura	2 639	Souto de Rebordões	105
Facha	322	Valença	2 729
Feitosa	75	Valadares	3 274
Geraz do Lima	406	Viana	3 698
Gondufe	102	V. Nova de Cerveira	1 847
Lanheses	475	TOTAL	39 190

Fonte: Decreto de 18 de Julho de 1835, mapa n.º 2.

Em 1835, já em pleno período liberal, os poucos indicadores demográficos de que dispomos, fornecidos por via indirecta (*quadro 7*), apontam para a existência de 39 190 fogos, no distrito de Viana do Castelo, para um total de 193 868 fogos em toda a

¹²⁷ Estão bem testemunhados os efeitos dos movimentos migratórios das populações do Alto Minho, deixados por alguns autores contemporâneo. Nos finais de setecentos, depois de Lima Bezerra ter mostrado a sua preocupação com o despovoamento da região, nomeadamente de Viana, foi a vez do próprio Custódio Vilas Boas criticar a permanente emigração das suas gentes e os constantes movimentos sazonais, ao referir-se à «deserção mui uzada na ribeira do Minho, que os homens fazem hindo trabalhar para diferentes terras do reino, e mesmo para Castella, ao que chamão ir aos ganhos, expressão equivocada; porque realmente só lhes resulta prejuizo nas suas cazas e decadência na agricultura» (in Vilas Boas, Custódio José Gomes de, *Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Província do Minho*, cit.).

província do Minho (constituída pelos distritos de Braga, Porto e Viana), a que correspondia cerca de uma quinta parte do seu total.

O distrito de Viana era constituído por 31 concelhos, se juntarmos aos 29 concelhos apresentados no mapa n.º 2 (anexo ao decreto de 18 de Julho de 1835) os “esquecidos” concelhos de Fiães e Paderne. Como nos mostra o *quadro 7*, apenas 11 concelhos tinham mais de um milhar de fogos, com todos os restantes a constituírem pequenas comunidades, razão suficiente para a perda do seu estatuto jurídico-administrativo, no contexto das reformas estruturais do liberalismo, os quais foram integrados noutros concelhos, agora na qualidade de freguesias dos respectivos termos.

Segundo os dados demográficos contidos nesse mapa, o novo distrito de Viana deveria ser constituído por uma população que oscilava entre os 150 mil e os 160 mil habitantes, conforme seja utilizado o coeficiente 3,9 ou 4,1 habitantes/fogo, o que é bem revelador duma certa estagnação e, eventualmente, de alguma desaceleração no crescimento demográfico do Alto Minho. A partir da década de quarenta do século XIX, essa tendência sofreu uma clara inversão, com a população do distrito de Viana a registar um aumento significativo, como está bem patente no *quadro 8*, um acréscimo que se manteve até aos finais de Oitocentos, com uma ligeira redução na segunda década do século XX (*quadro 11*).

Quadro 8
Mapa do movimento da População de Entre Douro e Minho - 1851

<i>Distritos</i>	<i>Freguesias</i>	<i>Fogos</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Casamentos</i>
Viana	283	47 241	184 359	5 089	3 703	1 057
Braga	524	76 946	297 969	8 484	4 203	1 906
Porto	387	99 867	369 583	11 572	8 467	2 403

Fonte: *Almanach de Portugal – 1855*

Comparando os dados administrativos e os indicadores do movimento da população dos distritos de Braga e Porto com o de Viana (*quadro 8*), poderemos verificar que, em 1851, este último distrito é constituído por menos freguesias, integrado por menos fogos e com uma população que corresponde a cerca de uma quinta parte da população de Entre Douro e Minho.

Utilizando os indicadores das variáveis demográficas do referido quadro, relativas ao início da segunda metade do século XIX, podemos verificar que, enquanto a taxa de natalidade foi de 27,6%, 28,5%, e 31,3% para Viana, Braga e Porto, respectivamente, a taxa de mortalidade foi de 20,1%, 14,1% e 22,9%, para os mesmos distritos, bem significativas quanto ao crescimento natural positivo na região de Entre Douro e Minho. Por seu lado, a taxa de nupcialidade foi de 5,7‰ (Viana), 6,4‰ (Braga) e 6,5‰ (Porto), um valor que deixa transparecer a existência dum “mercado matrimonial” muito restritivo e selectivo no distrito de Viana, provavelmente aquele que mais estaria a sofrer as consequências do fenómeno migratório dos indivíduos do sexo masculino.

Seguidamente, passaremos a apresentar e a analisar alguns dos dados estatísticos que integram um mapa do movimento da população do distrito de Viana, relativo ao ano de 1864, enviado pelo governador civil ao Ministério do Reino, em 2 de Julho de 1866. Este censo contém informação relevante para o estudo da estrutura da população do Alto Minho e para a análise de algumas das variáveis demográficas, nomeadamente a fecundidade legítima e ilegítima (*quadros 9 e 10*).

Assim, em 1864, dois anos antes da abolição das Rodas, o distrito de Viana ultrapassava ligeiramente as duas centenas de milhar de habitantes. Por ordem decrescente, os concelhos mais populosos eram os de Viana, Ponte de Lima, Arcos e

Monção, enquanto os menos povoados eram os de Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca, Coura e Caminha. O sex-ratio (média de 85,2) não deixa dúvidas sobre uma forte corrente migratória masculina, quando comparado com o valor de referência à nascença (105,0).

Quadro 9
População do distrito de Viana (1864)

<i>CONCELHOS</i>	<i>Sexo Masc.</i>	<i>Sexo Fem..</i>	<i>Pop. Total</i>	<i>Sex-ratio</i>
Arcos	13 373	16 240	29 613	82,3
Caminha	6 092	7 267	13 359	83,8
Coura	5 491	6 463	11 954	85,0
Melgaço	7 410	7 936	15 346	93,4
Monção	10 465	12 163	22 628	86,0
Ponte da Barca	5 260	6 331	11 591	83,0
Ponte de Lima	15 065	17 192	32 257	87,6
Valença	6 864	7 746	14 610	88,6
Viana	18 750	22 602	41 352	83,0
Vila Nova Cerv.^a	4 488	5 484	9 972	81,8
TOTAL	93 258	109 424	202 682	85,2

Fonte: A.G.C.V.C., Estatística da População (1864), Pasta 1.16.5.5-4.

No mapa estatístico relativo à população do concelho de Viana, relativo ao ano de 1864, assinado pelo administrador do concelho, em 19 de Junho de 1866, aparece uma nota a referir que os nascimentos e óbitos que foram registados nas freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate (as duas paróquias urbanas de Viana) incluíam os expostos da Roda da cidade de Viana. Ao contabilizarem os expostos no total de nascimentos, diferenciando os legítimos dos ilegítimos, os expostos acabaram por ser incluídos neste último grupo, dado que os contemporâneos deste fenómeno demográfico os presumiam ilegítimos.

Quadro 10
Nascimentos (legítimos e ilegítimos) no distrito de Viana (1864)

<i>CONCELHOS</i>	<i>Legítimos (L)</i>			<i>Ilegítimos (I)</i>			<i>Total (T)</i>	<i>Ileg. (I)</i>	<i>Sex Ratio</i>
	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>T</i>	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>T</i>	<i>L+I</i>	<i>%</i>	<i>L+I</i>
Arcos	445	457	902	46	40	86	988	8,7	98,8
Caminha	166	154	320	5	5	10	330	3,0	103,7
Coura	158	154	312	9	7	16	328	4,9	83,0
Melgaço	153	199	352	8	2	10	362	2,8	80,0
Monção	329	288	617	12	7	19	636	3,0	15,6
Ponte da Barca	187	167	354	29	19	48	402	11,9	16,0
Ponte de Lima	467	459	926	86	64	150	1 076	13,9	105,7
Valença	177	190	367	10	13	23	390	5,9	92,1
Viana	466	447	913	62	62	124	1 037	12,0	103,7
V.^a N.^a Cerveira	116	119	235	7	6	13	248	5,2	98,4
TOTAL	2 664	2 634	5 298	274	225	499	5 797	8,6	99,7

Fonte: A.G.C.V.C., Estatística da População (1864), Pasta 1.16.5.5-4

Embora não dispondo de idêntica informação para os restantes concelhos, tudo indica que o mesmo critério foi adoptado pelos restantes administradores dos concelhos,

a partir dos dados fornecidos pelos serviços paroquiais. A ser assim, os níveis de ilegitimidade que foram registados nos vários concelhos do distrito de Viana deveriam aproximar-se dos indicados no *quadro 10*. No entanto, o seu valor percentual deveria ser ligeiramente inferior, se considerarmos que entre as crianças expostas também estariam algumas crianças legítimas.

Para podermos comprovar esta hipótese, consultámos os registos paroquiais de Santa Maria dos Anjos, paróquia urbana de Ponte de Lima, onde estava estabelecida a Roda do concelho. Assim, em 1864, foram baptizadas 154 crianças, sendo 44 legítimas, 6 ilegítimas e 104 expostas, correspondendo estas últimas a cerca de 67,5% do total das crianças baptizadas. Contudo, na estatística dos nascimentos da paróquia de Ponte de Lima, relativa a esse mesmo ano, são indicados 140 nascimentos, um valor que se aproxima do triplo da soma dos baptismos de crianças legítimas (44) e ilegítimas (6), mas bem mais próximo do total de crianças baptizadas, se lhe acrescentarmos o baptismo dos expostos (104).

Não obstante todas estas limitações estatísticas, não podemos deixar de apresentar, sob reserva, as estatísticas demográficas disponíveis, as quais careciam de critérios rigorosos e uniformes, previamente estabelecidos, cuja fiabilidade dependia muito da seriedade e dos critérios adoptados pelos responsáveis pela sua elaboração. Ora, como os párocos das freguesias contavam como tendo nascido na paróquia todas as crianças nela baptizadas, incluindo as expostas, nem sempre se verificava uma efectiva correspondência entre os baptismos e os nascimentos, com algumas crianças a receberem um duplo baptismo, a que corresponderia um duplo registo.

Estes desvios seriam pouco ou nada significativos nas comunidades mais fechadas, mas susceptíveis de alterar e subverterem completamente os estudos de fecundidade nas paróquias onde se realizavam os baptismos das crianças expostas, como se verificou em Ponte de Lima. Na realidade, ao considerarem os expostos como tendo nascido na paróquia, a natalidade acabaria por aparecer substancialmente inflacionada, por nela terem recebido o baptismo, sob condição, o mesmo se podendo verificar em relação aos estudos da fecundidade diferenciada. Todavia, como nas restantes freguesias o registo de expostos estava bastante diluído, com algumas crianças a serem subtraídas aos respectivos registos, por terem sido expostas, poderemos considerar que, no cômputo global, o total apresentado se aproximará do total concelhio. Deveremos, contudo, salvaguardar o facto de se haver registado uma efectiva circulação interconcelhia de crianças expostas, sem excluir a possibilidade da existência de um sobre-registo de baptismos, com algumas crianças a receberem este sacramento antes e depois de serem expostas.

Para se conseguir uma aproximação aos valores reais desta variável demográfica, torna-se indispensável recorrer à utilização de metodologias microanalíticas, procurando cruzar a informação obtida através da reconstituição de um universo suficientemente representativo de paróquias, que integram a área de influência das Rodas, com os indicadores estatísticos fornecidos pela exploração das fontes municipais. Todavia, tendo presentes alguns dos indicadores disponíveis, depois de cruzados com as fontes paroquiais, tudo aponta para que o total de crianças ilegítimas apresentadas (*quadro 10*) possa corresponder, grosso modo, ao somatório dos registos de baptismo de crianças ilegítimas e das crianças expostas.

Passando ao período propriamente estatístico, os vários recenseamentos da população, realizados a partir de 1864, mostram-nos que o distrito de Viana continuou a registar um crescimento da sua população, até ao início da segunda década do século XX (*quadro 11*), não obstante a existência de uma forte corrente migratória registada na região do Minho. Esse crescimento torna-se bem visível quando comparamos os censos

de 1864 e 1878, com a população total a passar de 203 721 habitantes para 211 519 habitantes, isto apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo na população do concelho de Ponte de Lima.

Quadro 11
Evolução da população do distrito de Viana (1864-1920)

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911¹²⁸	1920
Arcos	29 064	30 907	31 271	31 968	33 567	33 306
Caminha	13 154	14 755	14 575	15 288	16 373	15 283
Melgaço	14 625	15 829	15 428	15 558	16 312	15 421
Monção	22 297	24 337	24 857	24 077	26 800	25 448
P. Coura	12 386	12 738	12 394	13 091	13 875	14 082
P. Barca	12 358	12 439	12 356	12 962	13 191	13 049
P. Lima	32 260	31 742	32 148	33 314	34 735	35 537
Valença	14 810	15 312	14 462	15 265	15 483	15 249
Viana	42 526	43 033	46 259	47 311	51 466	52 858
V. N. Cerveira	10 241	10 427	9 850	9 691	9 825	9 889
TOTAL	203 721	211 519	213 600	218 525	231 668	230 122

Fonte: Estatísticas Demográficas (1864-1960)

Paradoxalmente, esse crescimento populacional coincidiu com a inversão da tendência da exposição de crianças, sobretudo após a abolição das Rodas, em 1866, um fenómeno demográfico que passou a registar um comportamento inversamente proporcional ao do crescimento da sua população. Este tornou-se bastante acentuado na transição do século XIX para o século XX, numa altura em que havia diminuído significativamente o número de crianças expostas e abandonadas, anulando uma eventual correlação entre a pressão demográfica e a exposição de crianças. Na segunda década do século XX, volta a registar-se uma estagnação e, até, algum decréscimo populacional, como está bem patente no censo de 1920, com os efeitos da Grande Guerra e da pneumónica a fazerem-se sentir.

¹²⁸ O total global relativo a 1911 inclui o recenseamento da população embarcada, correspondente a 41 pessoas.

5-O Minho e a Galiza - divisão, proximidade e relações de vizinhança

Localizadas geograficamente no noroeste peninsular, o Minho¹²⁹ e a Galiza são duas regiões ibéricas separadas pelo rio Minho, uma fronteira natural que, exceptuando os períodos mais conturbados da rivalidade luso-castelhana, foi transformada num verdadeiro elo de ligação, promovendo e assegurando uma permanente cooperação e complementaridade entre as duas comunidades raianas. Terá sido esta estratégia conjunta que contribuiu para a amenização dos problemas subjacentes à situação periférica destas duas regiões no contexto peninsular.

Mais do que separar duas regiões de fronteira, com circunscrições territoriais muito diversificadas, delineadas por factores inerentes a um certo determinismo histórico-geográfico, o rio Minho terá emergido como um símbolo vivo de uma separação que se revelou mais artificial que natural, dada a estreita afinidade económica, social e cultural entre as regiões do Minho e da Galiza. Estas foram-se consolidando ao longo da história, como o comprovam as indeléveis marcas humanas que se foram alicerçando num longo e profícuo relacionamento.

Delimitando as duas regiões (*mapa 5*), desde a freguesia de Cristóval (Melgaço) até à sua foz (Caminha), o rio Minho, embora tivesse constituído um «*formidável fosso aquático das praças fronteiras*», em tempo de guerras, também representou um elemento fulcral na manutenção de uma ligação entre as duas regiões¹³⁰, ao possibilitar a passagem de pequenos barcos que, localizados em pequenos portos fluviais, asseguravam o transporte de pessoas e bens. Na margem portuguesa havia barcos de passagem, ao longo do seu percurso descendente, nomeadamente em Melgaço, Monção, Lapela, Vila Nova de Cerveira e Caminha, além de outras pequenas localidades que, aproveitando as zonas de melhor navegabilidade, promoviam esse intercâmbio¹³¹, «*por ser muito povoada a ribeira dum e doutro lado*» (Vilas Boas, 1800).

Efectivamente, os obstáculos físicos, tanto os hidrográficos como os orográficos, que estabelecem as linhas divisórias do Norte e Nordeste do Minho com a Galiza,

¹²⁹ Não cabe no âmbito deste trabalho o estudo da evolução das alterações geográfico/administrativas que se registaram em Portugal e na Espanha, a partir das reformas estruturais do Liberalismo, como forma de se evitarem interpretações incorrectas ou ambíguas. Assim, a **Província do Minho** aparece-nos subdividida em **Alto Minho** e **Baixo Minho**, duas regiões que actualmente correspondem aos distritos de Viana do Castelo e Braga, respectivamente, embora o objecto desta investigação incida mais sobre a região de fronteira, ou seja o Alto Minho (fig.1), constituído pelos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo (concelhos do Vale do Lima) e pelos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Paredes de Coura, Monção e Melgaço (Vale do Minho), os quais, com excepção do concelho de Paredes de Coura, fazem fronteira com Espanha, com algumas referências ao concelho de Valadares, extinto em 1855.

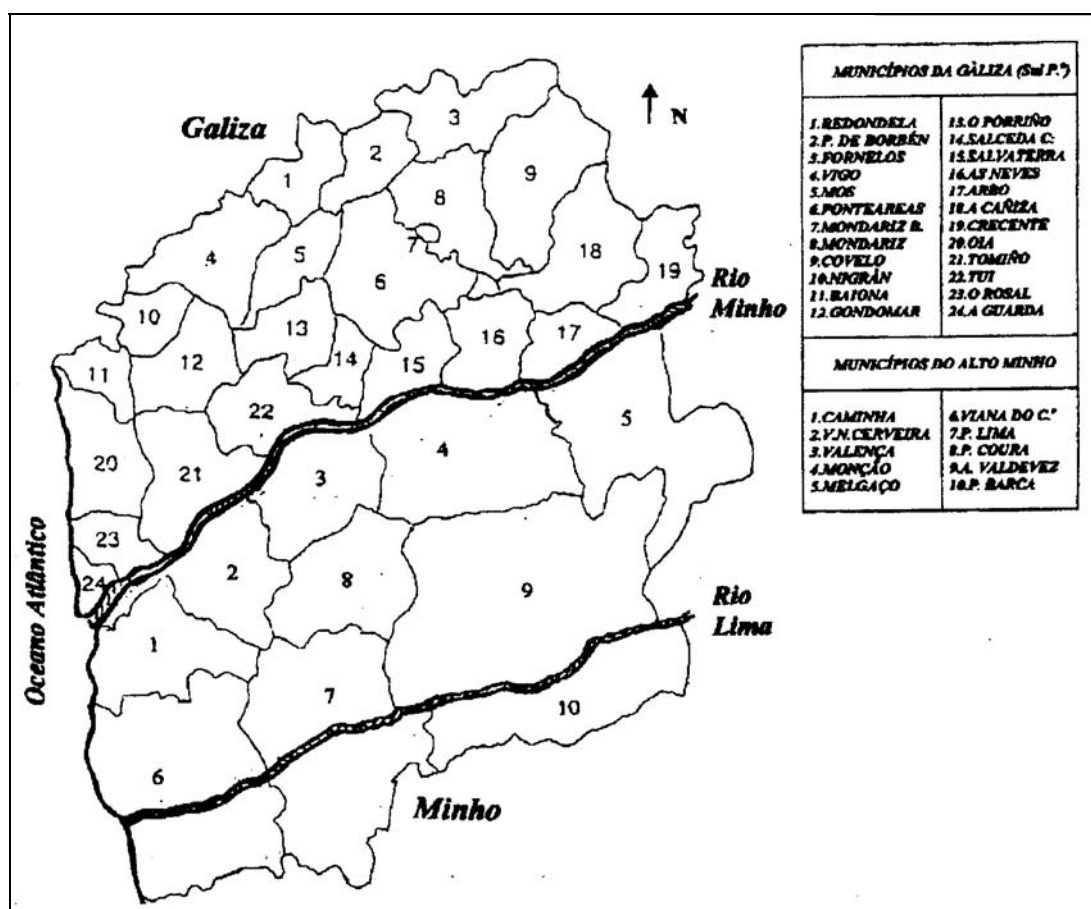
Em relação à Galiza, e considerando a sua grande extensão geográfica e administrativa, o nosso campo de observação privilegiará os municípios de fronteira, ou seja, os que se localizam na região sul da Província de Pontevedra, ou seja, A Guarda, O Rosal, Tomiño, Tui (que juntamente com o município de Oia integram a comarca do **Baixo Miño**), Salvaterra de Miño, As Neves, Arbo e Crecente (in *Inventario de Recursos del Baixo Miño*, Colección Patrimonio Medioambiental y Humano, Fundacion Cultural Banesto, 1992, p. 21).

¹³⁰ O poeta português, João Verde, natural da Vila de Monção (1866-1934), cujos versos contemplaram a paisagem minhota, expressou bem os seus sentimentos para com estas duas regiões de fronteira, dedicando-lhes o seguinte poema: «*Vendo-os assim tão pertinho, a Galiza e mail'o Minho, são como dois namorados, que o rio traz separados, quase desde o nascimento. Deixá-los, pois, namorar, já que os pais para casar, lhes não dão consentimento*» (João Verde, in Ares da Raia).

¹³¹ Este meio de transporte foi o principal meio de comunicação entre as duas regiões, até à construção da ponte internacional, inaugurada em 1886, que passou a ligar, por vias rodoviária e ferroviária, Valença e Tui.

apesar de terem representado uma barreira política entre os dois Estados Ibéricos, não foram impeditivas de uma certa vida relacional entre as populações fronteiriças (Cavaco, 1973:11). Pelo contrário, acabaram por desempenhar uma dupla funcionalidade, ao garantirem o seu isolamento, em caso de guerra, e ao possibilitarem a circulação das suas gentes, em tempo de paz (Sousa, 1997:10). Neste contexto, o rio Minho não representou uma verdadeira separação, antes um prolongando do mesmo ecossistema e da configuração dos terrenos e culturas, verificando-se que as paróquias, assim como a vicinidade dos seus lugares são as mesmas, tanto de uma como de outra banda (Almeida, 1987:65).

Mapa 5
Municípios actuais da Galiza (Sul de Pontevedra) e do Minho (Alto Minho)



Esta configuração e proximidade geográfica possibilitava o intercâmbio económico e a circulação de pessoas entre estas regiões de fronteira, assumindo um carácter legal ou ilegal, conforme a conjuntura política e económica se mostrava mais ou menos favorável. São bem conhecidos os elevados contingentes humanos de minhotos e galegos nos movimentos migratórios intra e extra- peninsulares. No caso das migrações no interior da Península Ibérica, pode assumir características sazonais ou mais duradoiras, com prevalência dos galegos em Portugal¹³², até princípios do século XX.

¹³² Segundo Miguel Lemos, os galegos dedicavam-se à venda da sardinha em Ponte de Lima, em local próprio estabelecido pela câmara municipal (em 1747, esse local chamava-se Botica), negócio que teria de ser realizado exclusivamente ao balcão, excepto nos dias de feira, em que a venda poderia também ser

Um movimento similar foi registado em direcção a Espanha, com muitos minhotos a integrarem esse fluxos migratórios. Estes sentiriam necessidade de “ir a ganhos” quer para a Galiza quer para outras regiões de Espanha, procurando atenuar as dificuldades económicas que caracterizavam uma economia predominantemente de subsistência, com um restrito mercado de trabalho fora da esfera agrícola (Vilas Boas, 1800).

Em termos comerciais, o rio Minho, tal como o rio Lima, constituía uma importante via de exportação para o interior da Galiza de produtos do litoral português, sobretudo de cereais e do sal, sendo este transportado em barcaças desde Caminha até Lapela (trajecto navegável do rio), seguindo depois, em carretos, até S. Gregório «aonde há armazens, nos quaes se vem prover todos os povos do bispado de Orense» (Vilas Boas, 1800). Esse intercâmbio comercial acabou por beneficiar de uma nova regulamentação da mobilidade interna e externa de residentes e estrangeiros, por força de uma carta de lei, publicada em 1863¹³³, que favorecia tanto os comerciantes espanhóis como os portugueses da raia, ao serem autorizados a circular livremente na zona de fronteira, desde que o fizessem em “contínuo giro” (Rodrigues, 1995:33).

Todavia, o comércio legal raiano só não alcançou um maior desenvolvimento e incremento no volume de negócios pelos condicionalismos que resultavam da imposição de impostos alfandegários. Por esta razão, os responsáveis locais da vila de Monção, em resposta ao Inquérito Industrial de 1881, queixavam-se de que o imposto que maiores danos causava à Província do Minho era o que se tinha de pagar nas Alfândegas, pela importação de gados da Galiza. Consideravam, ainda, que «este ramo de comércio é o principal da beira Minho, e o que fazia girar muito dinheiro no tempo em que girava livremente sem imposto, nem impecilho algum» (Reis, 1981:196). Perante tais condicionalismos, as populações procuravam contornar estes obstáculos de uma forma clandestina, com o contrabando a ser transformado numa estratégia de sobrevivência e numa actividade onde a persistência e o espírito aventureiro dos intervenientes se encarregava de assegurar a tão desejada e necessária complementaridade económica das gentes raianas.

5.1-Comportamentos demográficos no Minho e na Galiza

Comprovada a persistência de relações de vizinhança, intercâmbio e complementaridade económica entre o Minho e a Galiza, conhecidos os indicadores que estão na origem da definição de modelos demográficos europeus, cabe aos investigadores a identificação e caracterização dos padrões demográficos destas duas regiões de fronteira. O objectivo fundamental será o de procurar saber se há ou não uma similaridade e prolongamento desses comportamentos, em particular o da ilegitimidade, e se os mesmos se enquadram no modelo demográfico dos países da Europa do Sul. Em caso afirmativo, a ilegitimidade deveria ser relativamente reduzida ou residual, como consequência de um apertado controlo social e religioso da sexualidade e da condenação das relações extraconjugais, numa época em que se desconheciam quaisquer métodos eficazes de contracepção.

Os estudos realizados não apontam nesse sentido, antes configuram um comportamento da ilegitimidade bem diferenciado daquele que é apresentado para os

feita no areal da vila (in “Apontamentos para as Memórias das Antiguidades de Ponte do Lima, Arquivo Municipal, Ponte de Lima, 1873).

¹³³ Regulamento geral de polícia para o trânsito no Continente do reino e nas Ilhas Adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro, D. G. n.º 75, de 7 de Abril de 1863, pp. 974-975 (Carta de lei de 31 de Janeiro de 1863) e D.G. n.º 77, de 9 de Abril de 1863, pp. 1003-1005.

países católicos da Europa do Sul¹³⁴. A vinculação da região do Minho a este modelo europeu só poderia ser entendida num contexto em que a falta ou insuficiência de estudos empíricos levaria a uma tal extrapolação, a partir da associação de países geograficamente próximos e com afinidades culturais e religiosas, para os quais se presumiriam comportamentos equivalentes¹³⁵.

Só a partir dos anos oitenta é que a exploração sistemática de registos paroquiais, com a utilização da metodologia de “reconstituição de paróquias”, veio abrir novas perspectivas e possibilitar um melhor conhecimento de alguns comportamentos demográficos da população portuguesa, ao longo do Antigo Regime. Foi o resultado natural dos estudos empreendidos por Norberta Amorim¹³⁶, os quais vieram demonstrar que os modelos demográficos alargados são uma construção teórica que se enquadra bem no contexto de uma história problemática, mas que carecem de uma base empírica suficientemente representativa para poderem ser extensivos a determinadas populações, mesmo de regiões geograficamente próximas.

Quadro 12
Natalidade ilegítima na Europa do Antigo Regime (%)

PAÍS	Antes de 1750	1740-1790	1780-1820
Alemanha	2,5%	3,9%	11,9%
Escandinávia	3,8%	2,5%	6,8%
Espanha	5,4%	5,1%	6,5%
França	2,9%	4,1%	4,7%
Inglaterra	2,6%	4,3%	5,9%

Fonte: Neves, 2001:104

Depois da identificação de alguns comportamentos que não se afastavam muito dos padrões europeus, o estudo demográfico de Guimarães, realizado pela investigadora Norberta Amorim (1987), acabou por demonstrar que as taxas de ilegitimidade registadas, tanto na zona urbana como nas freguesias limítrofes rurais, não se enquadravam nas indicadas para o já referido modelo europeu dos países do Sul da Europa. Eram indicadores seguros que apontavam para a possibilidade de se estar perante um comportamento demográfico específico, com a ilegitimidade a atingir proporções muito superiores às de outros países europeus (*quadro 12*).

¹³⁴ Os estudos demográficos, desenvolvidos por conceituados historiadores europeus, apontavam, claramente, para a existência de uma baixa ilegitimidade na Europa, ao longo do Antigo Regime. Isso mesmo nos é revelado num estudo comparativo, realizado por Michael Flinn, onde as taxas de ilegitimidade, registadas na Alemanha, Escandinávia, Espanha, França e Inglaterra, eram geralmente inferiores a 5%, até finais do século XVIII, apenas com uma ligeira subida no período de 1780 a 1820 (in Flinn, Michael W., *El sistema Demográfico Europeo. 1500-1820*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p.120).

¹³⁵ Não se podendo basear em indicadores suficientemente representativos, essa associação resultaria da convicção de que o Minho seria um prolongamento natural de outras regiões, onde a Igreja e a sociedade mantinham um controlo apertado sobre as populações, condenando os desvios às normas que não se enquadrassem nos parâmetros rígidos da moral tradicional. Por outro lado, seria uma dedução natural, sustentada pelos indicadores demográficos de outros países e de algumas amostras nacionais, disponibilizados pelos trabalhos de “reconstituição de famílias”, numa altura em que a demografia histórica se procurava autonomizar no contexto académico nacional, mas ainda sem meios para se afirmar no contexto historiográfico internacional.

¹³⁶ Entre esses estudos, realizados por Maria Norberta Amorim, poderemos citar os seguintes: “*Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973; “*S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830*”, in Brigantia, Bragança, 1983 e 1984; “*Comportamentos demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime*”, in Boletim de la Asociacion de Demografia Historica”, Madrid, Julho de 1984.

O desenvolvimento de novos estudos pela mesma investigadora e seus colaboradores vieram alargar e consolidar a base de dados disponível, suficiente para demonstrar a especificidade de algumas regiões de Portugal, nomeadamente a região Norte, as quais se afastariam bastante dos padrões europeus de baixa frequência da ilegitimidade. Pese embora o registo de uma grande variabilidade geográfica, encontraram-se taxas de ilegitimidade com valores percentuais que oscilavam entre os 10 e os 20% do total de nascimentos¹³⁷.

Quadro 13
Percentagem de baptismos de ilegítimos em 13 paróquias do Minho (1700-1899)

	FREGUESIAS	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1899
ALTO MINHO	Calheiros	6,6	9,4	13,9	18,5
	Facha	15,2	13,2	16,2	20,0
	Lanheses	8,0	9,8	9,3	11,8
	Meadela	6,8	5,6	3,1	-
	Refoios	13,7	13,0	11,2	11,2
	Romarigães	8,4	8,8	-	-
	% MÉDIA	9,8	10,0	10,7	15,4
BAIXO MINHO	Alvito	21,6	11,5	12,0	18,0
	Belinho	7,5	7,3	-	-
	Cambeses	11,6	10,8	21,7	13,4
	Guimarães (Urb.)	14,0	12,0	-	-
	Guimarães (Norte)	14,7	12,4	-	-
	P. Regalados	9,9	6,6	6,5	9,2
	Ronfe	15,5	12,0	11,6	6,2
	% MÉDIA	13,5	10,4	13,0	11,7

FONTES: *Alvito*: Miranda, 1993; *Belinho*: Saraiva, 1997; *Cambeses*: Silva, 1996; *Calheiros, Facha e Refoios*: Machado, 1995; *Guimarães (zona urbana)*: Amorim, 1987; *Guimarães Norte* (11 paróquias): Neves, 2001; *Lanheses*: Brettell, 1991; *Meadela*: Solé, 2001; *P. Regalados*, Araújo, 1993; *Romarigães*: Santos, 1998; *Ronfe*: Scott, 1999.

Com base nos indicadores estatísticos que se encontravam referenciados para algumas das regiões do nosso país¹³⁸, António Amaro das Neves (1998:137-173) fez uma análise comparada do comportamento da ilegitimidade. As conclusões desse trabalho apontam para a existência de um quadro demográfico com uma grande diversidade regional, sendo possível identificar três regimes de ilegitimidade distintos :

1-Regime de baixa frequência, localizado no Sul de Portugal, com características idênticas às da Europa rural, cujos valores de ilegitimidade seriam inferiores a 1%;

2-Regime de média frequência, com um volume de ilegítimos à volta de 5%, correspondente a localidades de Trás-os-Montes, Lisboa, Porto e Açores;

3-Regime de alta frequência, com a ilegitimidade a alcançar valores consolidados acima dos 10%, localizado na região do Minho.

Perante os indicadores disponibilizados para o Norte de Portugal, a distribuição geográfica da frequência das concepções extraconjugais poderá irradiar a partir do

¹³⁷ Muitos dos trabalhos de investigação foram desenvolvidos no âmbito do projecto “*Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações*”, os quais vieram alargar significativamente a base de dados sobre os comportamentos demográficos das populações do passado.

¹³⁸ O estudo deste “enigma demográfico” inclui um quadro comparativo com os indicadores estatísticos da ilegitimidade de diferentes paróquias de Portugal para o período compreendido entre 1560 e 1790 (in Neves, António Amaro das, *Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime*, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, Vol.XVI-I, 1998, pp.137-173).

Baixo Minho, um núcleo demográfico que poderia ser classificado como o «*epicentro do fenómeno da ilegitimidade no território português*» (Neves, 1998:154). Além disso, o mesmo investigador identificou aquilo que poderá constituir uma “originalidade minhota”, por não se haver registado um incremento da ilegitimidade na transição do século XVII para o século XVIII. No entanto, esta redução poderá ter sido mais aparente que real, devendo ser estudada em paralelo com o desenvolvimento de um outro fenómeno demográfico - o da exposição de crianças.

Em função dos dados conhecidos para o restante território nacional, ganha consistência a hipótese do fenómeno da ilegitimidade ter tido o seu epicentro no Baixo Minho¹³⁹, com tendência a diminuir à medida que nos afastamos desta região (Neves, 1998:154), embora esse prolongamento se possa ter atenuado mais na vizinha Galiza do que na contígua região do Alto Minho. É o que se pode extrair das percentagens de ilegitimidade que se registaram nalgumas paróquias destas duas regiões do noroeste peninsular.

Pela análise comparativa dos indicadores da ilegitimidade de várias paróquias do Minho (*quadro 13*), não se vislumbram grandes diferenças percentuais entre as paróquias do Baixo Minho e do Alto Minho, bem superiores às indicadas para outros países europeus (*quadro 12*). Por exemplo, na paróquia de S. Miguel da Facha, uma freguesia que chegou a ser sede de concelho, até às reformas administrativas liberais (hoje integrada no concelho de Ponte de Lima), a ilegitimidade atingiu valores percentuais que oscilaram entre os 13,3% (1750-1799) e os 20% (1850-1899), com uma média de 14,2% e de 18,1%, nas centúrias de Setecentos e Oitocentos, respectivamente. Para os mesmos períodos, as paróquias de Calheiros e Refóios, do concelho de Ponte de Lima, registaram percentagens de ilegitimidade também elevadas, embora inferiores às da Facha. Assim, para o século XVIII, Calheiros registou uma percentagem de ilegítimos de 8%, enquanto que Refóios registou uma percentagem de 13,4%. Para o século XIX, os valores foram de 16,2% e 11,2%, respectivamente (Machado, 1995:106).

A percentagem de baptismos ilegítimos da Facha não representa um caso isolado e excepcional no contexto demográfico do Alto Minho, sendo confirmado por dados equivalentes de outras paróquias. Embora sem atingir as mesmas percentagens, alguns estudos se encarregaram de demonstrar a forte presença da ilegitimidade noutras freguesias da região, como em Lanheses (Brettell, 1991:234), com 9,3% (1800 a 1849) e 11,8% (1850-1899), em Couto e Paço (Cabral, 1989:84), com uma percentagem de baptismos de ilegítimos por década que, entre 1860 e 1940, oscilou entre 14,3% e 22,5%, na primeira, e entre 5,8% e 12,5%, na segunda, isto apesar de se tratar dum período em que a ilegitimidade registava uma tendência decrescente.

Na Meadela (Solé, 2001:190), uma freguesia de Viana do Castelo, a ilegitimidade começou por registar uma percentagem de 4,3%, no século XVII, um valor relativamente reduzido, para logo aumentar na centúria seguinte, com uma percentagem de 6,9%, na primeira metade, e de 7,1%, na segunda metade do século. Esta mudança comportamental do século XVII para o século XVIII já havia sido identificada, em

¹³⁹ Em Cambeses, uma paróquia do Baixo Minho, a filiação ilegítima foi sempre bastante elevada, desde o século XVII até meados do século XIX, embora com oscilações significativas. Depois de uma taxa de 13,6% para o século XVII, essa percentagem desceu para 11,2%, no século XVIII, para voltar a subir, numa forma muito acentuada, na primeira metade do século XIX, com uma percentagem de 21,69%. Na segunda metade deste século, voltou a descer, atingindo um valor de 13,4%, explicada pela queda abrupta nas suas duas últimas décadas. Na realidade, se calcularmos a ilegitimidade para o período de 1851 a 1880, a percentagem obtida ainda é de 20,8%. Nas primeiras três décadas do século XX, o número de ilegítimos tendia a seguir a curva descendente que se havia iniciado nos finais do século XIX, com uma percentagem de 9,6% (Silva, 1996:162).

Trás-os-Montes, por Norberta Amorim (1987:241), quando foi confrontada com uma subida acentuada da percentagem de ilegítimos nas paróquias de Cardanha, Poiares e Rebordãos (Amorim, 1987:241)¹⁴⁰.

O estudo demográfico de Guimarães (Amorim, 1987) só veio reforçar a ideia de se estar perante um comportamento específico regional, que se afasta do comportamento registado noutros países europeus, não se podendo circunscrever apenas ao Antigo Regime. Desde os finais do século XVI até ao início do século XIX, as taxas de ilegitimidade da zona urbana de Guimarães ultrapassaram os 10% do total dos baptismos. Porém, contabilizando os registos de crianças ilegítimas com o das crianças enjeitadas, essa percentagem tende a aproximar-se dos 20%, à medida que se avançava nos séculos XVII e XVIII, tendo ultrapassado este valor nas duas primeiras décadas do século XIX.

Num conjunto de 11 paróquias do norte de Guimarães (Neves, 1998:168), a percentagem de baptismos de crianças ilegítimas, por décadas, foi a seguinte: 12,8% (1690-1699), 14,5% (1700-1709), 17,6% (1740-1749) e 9,4% (1790-1799). Para o século XVII, a percentagem global foi de 17,5%, tendo descido para 13,3%, no século XVIII. As últimas décadas deste século foram as principais responsáveis por esta quebra, a que não será alheia a fundação da Roda de Guimarães, em funcionamento desde 21 de Outubro de 1783 (Amorim, 1987:263).

Pese embora o facto da amostra ainda ser pouco representativa, os dados estatísticos relativos aos séculos XVIII e XIX (*quadro 13*), são bem elucidativos da existência duma elevada ilegitimidade, tanto no Alto Minho (entre 9,8% e 15,4%) como no Baixo Minho (entre 10,4% e 13,5%). Contudo, falta estudar a eventual influência das Rodas na ocultação de uma parte dessa ilegitimidade que, a confirmar-se, ainda elevará mais os índices já registados, uma hipótese que pretendemos confirmar ao longo da presente investigação. É uma possibilidade que decorre da própria legislação nacional¹⁴¹.

É muito provável que estejamos perante dois enigmas demográficos que importa estudar em estreita interligação, no pressuposto de que poderá existir alguma convergência entre a ilegitimidade e a exposição de crianças. Efectivamente, apesar de ainda serem escassos os estudos sobre os expostos, em Portugal, vamos poder comprovar a proveniência ilegítima de muitas dessas crianças, as quais, a terem sido subtraídas aos quantitativos globais da ilegitimidade, terão contribuído para amenizar o seu valor percentual.

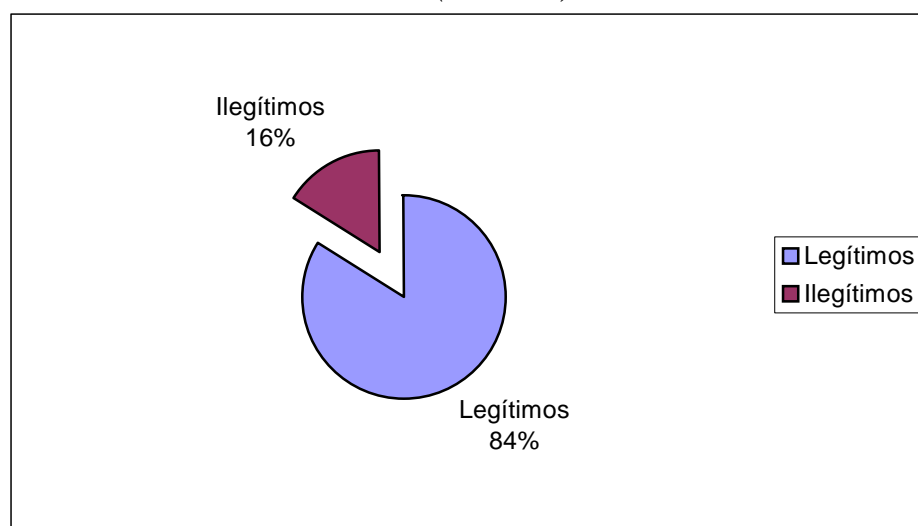
A resposta a este problema terá de passar pelo aprofundamento do estudo da exposição de crianças, fundamental para quem ambiciona poder introduzir esta variável na análise da ilegitimidade. Todavia, é compreensível que se questione o verdadeiro contributo desse estudo para um melhor conhecimento da evolução da ilegitimidade, bem como a influência desta no aumento da exposição de crianças. Embora se reconheça a complexidade do problema, é certo que um número indeterminado de crianças ilegítimas foi subtraído aos registos paroquiais das paróquias de origem, por terem sido baptizadas noutras paróquias ou por terem sido expostas e registadas com este estatuto social, como filhas de pais incógnitos e não como filhas ilegítimas ou naturais.

¹⁴⁰ Enquanto que em Cardanha a percentagem passou de 3,3% para 9,8%, em Poiares, essa percentagem subiu de 3,1% para 10,2% e, em Rebordãos, de 1,7% para 6,1%.

¹⁴¹ A legislação obrigava «as mulheres solteiras, que se souber andarem pejadas, a dar conta do parto, e a criarem o filho sendo possível (...)», in Ordenações Filipinas, Livro I, tit. 73, & 4, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Perante os indicadores demográficos disponíveis, não restam dúvidas de que uma parte da ilegitimidade ficou oculta sob o mecanismo das rodas, com um número indeterminado de crianças ilegítimas a não integrar os registos e estatísticas paroquiais, por terem sido expostas e baptizadas com esta designação. Aliás, após a abolição das rodas, o distrito de Viana voltou a registar uma ilegitimidade muito elevada, apesar de algum sub-registo motivado pela manutenção da exposição de crianças, embora em fase claramente descendente. Isso mesmo nos mostram as estatísticas distritais de um período do último quartel do século XIX. Assim, numa altura em que as Rodas já haviam sido substituídas pelos Hospícios, foram registados 75 270 nascimentos, em todo o distrito de Viana, entre 1878 a 1890, com uma percentagem global de 16% de ilegítimos (*gráfico 4*). Nesse período, os concelhos com menor índice de ilegitimidade foram os de Caminha (12,2%), Melgaço (13,1%) e Viana (13,2%), enquanto os de Paredes de Coura (22,7%), Ponte de Lima (18,8%) e Arcos de Valdevez (17,2%) foram os que registaram uma maior ilegitimidade.

Gráfico 4
Percentagem de nascimentos legítimos e ilegítimos no distrito de Viana (1878-1890)



Fonte: A.G.C.V.C., *Livro de Estatísticas*, vol. II, fl. 92

O fenómeno da ilegitimidade no Minho não se extinguiu na fronteira noroeste de Portugal, embora se tivesse atenuado significativamente, de acordo com alguns estudos realizados na vizinha Galiza. Numa amostra de 10 paróquias, a ilegitimidade registada nas Rias galegas, no período de 1700 a 1749, foi de 4,9%, uma percentagem ligeiramente ampliada para 5,2%, no período de 1750 a 1799 (Pérez Garcia, 1976:7)¹⁴².

São valores que se enquadram nas percentagens apontadas para a natalidade ilegítima que se terá registado em Espanha, ao longo do Antigo Regime, com oscilações entre os 5,4%, antes de 1750, e os 6,5%, de 1780 a 1820 (Flinn, 1989:120). Contudo, também para a vizinha Galiza falta avaliar o peso de uma eventual ilegitimidade oculta, sabendo-se que o Hospital Real de Santiago funcionou, durante muito tempo, como centro de acolhimento de crianças expostas de toda a Galiza, sem esquecer a circulação de crianças entre esta região e o Minho.

¹⁴² Segundo Pérez Garcia (1975), o incremento da ilegitimidade na Galiza foi condicionada por fenómenos de natureza económico-social, nomeadamente a existência de uma emigração selectiva masculina.

Os indicadores demográficos disponíveis, tanto para a região do Minho como da Galiza, ainda carecem de uma maior representatividade, com vista a uma maior e melhor fundamentação de uma hipótese de que o Alto Minho representa o prolongamento do designado “modelo galego”, correspondente à Galiza Atlântica, embora salvaguardando alguns contrastes com o que se terá verificado no Baixo Minho português (Sousa, 1997:89). Esta hipótese foi avançada a partir de alguns estudos desenvolvidos na Galiza, por Pérez Garcia e Eiras Roel (1979)¹⁴³, com este último a identificar um modelo demográfico de transição para a região costeira de Pontevedra, a partir dos inícios do século XVIII. Este modelo assumiria características de modernidade e ter-se-á tornado extensivo a outras regiões peninsulares, ao longo da centúria seguinte, sendo caracterizado pela redução da natalidade, acompanhada por uma mortalidade global relativamente baixa (incluindo uma mortalidade infantil moderada), uma fraca nupcialidade e uma prevalência do celibato definitivo. Este “modelo galego” foi definido a partir da identificação duma elevada emigração, um fenómeno demográfico que, associado ao casamento tardio, terá constituído um poderoso travão no crescimento da população (Eiras Roel, 1991:10)¹⁴⁴.

Uma das particularidades que indicia comportamentos similares emerge da própria mobilidade das suas populações, um fenómeno endémico que poderá ter resultado de uma crescente pressão demográfica, sem encontrar resposta nos respectivos modelos económicos e sociais. Estes seriam caracterizados pela persistência de dificuldades estruturais de regiões predominantemente rurais, a sofrerem os efeitos da sua condição periférica, sem capacidade para manter o necessário equilíbrio entre a população e as respectivas subsistências.

Em relação a outras variáveis demográficas, os indicadores disponíveis apontam para um prolongamento dos comportamentos registados noutras regiões e noutros países, com a prevalência do casamento tardio e a persistência dum elevado celibato definitivo¹⁴⁵. Estes factores, embora se repercutam directamente na diminuição da nupcialidade e da fecundidade, não impedem a obtenção de um saldo fisiológico positivo, beneficiando de uma mortalidade relativamente reduzida e do facto de não se terem registado grandes crises de mortalidade.

¹⁴³In Prefácio de Eiras Roel ao estudo desenvolvido por Pérez Garcia, subordinado ao tema “*Um modelo de sociedade rural de Antigo Regimen en la Galicia Costera*”, Santiago de Compostela, 1979.

¹⁴⁴ Segundo este autor, «*La necesidad de emigrar es la decisión negociada entre población y territorio, población y tamaño de las explotaciones, población y producción agraria, población y recursos industriales o ausencia de ellos, población y empleo, población y salario, población y régimen de propiedad de la tierra, tamaño de la familia y dimensiones del patrimonio rústico, etc.*», características e motivações que, como é sabido, são comuns às gentes que habitaram o Minho e a Galiza. (Eiras Roel, -coord., *Emigración Española y Portuguesa a América, Introducción. Consideraciones sobre la emigración española y portuguesa a América y su contexto demográfico*, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante, 1991, p. 9).

¹⁴⁵ A região do noroeste português está integrada no designado “padrão europeu de casamento”, proposto por Hajnal (Hajnal, Jonh, *European marriage patterns in perspective*, in *Population in History*, ed. de Glass and Eversley, pp. 101-143).

Como afirmou Livi Bacci, a idade ao casamento, bem como a proporção de indivíduos que permanecem solteiros no final da sua vida fértil, acabam por influenciar a fecundidade, pelo menos tanto quanto as diferenças na intensidade com que as mulheres casadas têm filhos (Livi Bacci, Massimo, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, 1971, p. 38).

CAPÍTULO III

A infância abandonada - perspectiva histórica e mentalidades

1-A protecção à infância desvalida e abandonada

As preocupações com a infância desvalida e abandonada remontam aos primórdios da nacionalidade, tendo-se estruturado a partir da convergência dos princípios doutrinários cristãos com a acção interventiva e solidária de alguns membros das ordens privilegiadas. Inspirada em modelos adoptados nalgumas regiões do sudoeste europeu, a sua protecção legal esteve na origem da institucionalização de um sistema público de acolhimento e criação, deixando de ficar ao livre arbítrio da família e da sociedade.

Essa intervenção solidária para com os mais desfavorecidos e carenciados, aliada ao despertar de novos sentimentos em relação à infância, foi determinante para que a sociedade tivesse passado a intervir e a valorizar mais as crianças desprotegidas. O quadro legal que foi sendo criado é bem o reflexo de uma progressiva responsabilização da família e da sociedade, cabendo a esta criar os mecanismos institucionais para proteger e assistir as crianças vítimas de abandono.

Integrando um movimento de solidariedade cristã para com os mais desprotegidos¹⁴⁶, a acompanhar os tempos mais conturbados da afirmação da nossa nacionalidade, a rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, fundou o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, na segunda metade do século XIII. No primeiro quartel do século seguinte, foi a vez da rainha D. Isabel, mulher do rei D. Dinis, criar o Hospital de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém, logo seguido pela Real Casa dos Expostos, em Coimbra, duas obras de grande alcance sócio-caritativo que contribuíram para a sua santificação, como rainha que tanto se preocupou com os mais desfavorecidos. Foram os primeiros contributos da realeza portuguesa para a resolução do problema da falta de instituições de assistência, vocacionadas exclusivamente para o acolhimento e apoio às crianças abandonadas, os quais apenas poderão ser entendidos como referências duma incipiente e dispersa assistência, no âmbito do território nacional¹⁴⁷.

As Ordenações do Reino constituem o suporte jurídico em que se estruturou a assistência às crianças órfãs no nosso país, às quais apareciam associadas as crianças que haviam sido enjeitadas pelos seus familiares ou cujos progenitores se

¹⁴⁶ No início do século XIII, o Papa Inocêncio III, preocupado com a prática do infanticídio, nomeadamente quando confrontado com o aparecimento frequente de cadáveres de crianças nas redes dos pescadores do rio Tibre, fundou, na cidade de Roma, o primeiro hospital para crianças abandonadas. Este destinava-se ao acolhimento e assistência às crianças enjeitadas e passava a integrar a rede de instituições que procuravam dar cumprimento às obras de misericórdia. Nos séculos seguintes, foram criadas idênticas instituições noutros países europeus, nomeadamente em França, onde S. Vicente de Paula poderá ser considerado como o pioneiro da grande obra de protecção às crianças abandonadas. Este novo modelo assistencial acompanhou o rumo expansionista e colonizador de alguns países europeus, tendo-se estendido às suas colónias, onde perdurou muito para além da sua abolição nas metrópoles de origem, como se verificou no Brasil. Algumas dessas instituições mantiveram a sua funcionalidade, na primeira metade do século XX, com a Roda de S. Paulo a encerrar este mecanismo público de assistência à infância abandonada no mundo ocidental (Marcílio, 2000:14).

¹⁴⁷ Para um maior aprofundamento da origem das Rodas dos Expostos e da História da Assistência à infância desvalida e abandonada aconselham-se os seguintes trabalhos de investigação: MARCÍLIO, Maria Luíza, *A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil*, Boletim Informativo do Neps, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, n.º 15, Guimarães, Setembro de 2000, pp. 8-10; ALVIM, Maria Helena V. B., *Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas*, Revista de História, vol. I, Porto, 1994, pp. 147-166.

desconheciam. As grandes alterações jurídico-administrativas apenas apareceram no período liberal, altura em que foram publicados novos diplomas legislativos e os Códigos Administrativo, Penal e Civil, como reflexo duma nova concepção da assistência e duma nova visão da sociedade em relação às populações vítimas de exclusão familiar e social. Na prática, a nova legislação liberal mais não pretendia do que reorganizar o serviço de beneficência e assistência pública às crianças expostas, abandonadas e indigentes, mantendo inalterados os seus princípios e objectivos fundamentais. O caminho da modernidade pressupunha que o Estado complementasse ou viesse a substituir progressivamente a caridade particular, à medida que esta se revelava incapaz de dar resposta às crescentes solicitações das sociedades modernas.

É nesse quadro que encontrámos hierarquizado todo o processo de criação das crianças desvalidas e desamparadas, quer fossem órfãs, ilegítimas ou enjeitadas. Assim, na ausência, inexistência ou impossibilidade dos pais e respectivos familiares cumprirem as suas obrigações naturais, caberia aos concelhos, em última instância, a sua criação, à custa dos seus próprios rendimentos, caso não estivessem reunidos outros pressupostos institucionais. Era o culminar de uma transferência da responsabilidade familiar e parental para o domínio público, com este a assumir o ónus da sua criação¹⁴⁸.

Na eventualidade dos concelhos não possuírem rendimentos próprios ou quando estes se revelassem insuficientes, os oficiais das câmaras municipais estavam autorizados a angariar as verbas necessárias para esse fim, através do lançamento de fintas (contribuições) sobre os habitantes de cada concelho. Foi a forma encontrada pelo poder central para se desobrigar do financiamento das instituições de acolhimento, ao mesmo tempo que transferia para os municípios ou para as suas populações a obrigação de assumirem todo o processo de criação dos seus órfãos ou das crianças enjeitadas. Ora, como estes inocentes estavam entre os grupos mais dignos da compaixão humana, caberia à sociedade encontrar a melhor resposta para este problema social, o qual não poderia continuar a ser enquadrado no âmbito da piedade particular, antes assumido como um dever social, uma forma de compensar ou atenuar a falta dos cuidados e dos carinhos maternos.

A legislação publicada não deixa dúvidas sobre o papel da sociedade para com as crianças vítimas de abandono, sem que isso signifique uma efectiva desresponsabilização parental. Não obstante a criação das crianças continuar a ser uma incumbência familiar, sempre que se tratava de crianças expostas, tornava-se muito difícil, nalguns casos mesmo impossível, identificar os seus progenitores e obrigá-los ao cumprimento das suas obrigações naturais. Por outro lado, como muitas terras não possuíam instituições de assistência (hospitais ou albergarias), dotadas dos necessários rendimentos para que pudessem assumir esta nova valência assistencial, os encargos

¹⁴⁸ Segundo as **Ordenações Manuelinas** (Liv. 1, t. 67 § 10) «(...) se alguns orfãos que nom forem de legitimo matrimonio forem filhos d'alguns homens casados, ou de solteiros, em tal caso primeiramente serem constrangidos seus pays, que os criem; e nom tendo elles por onde os criar, se criaram aacusta das mãys; e nom tendo huns nem outros por onde os criar, sejam requeridos seus parentes que os mandem criar; e nom o querendo fazer, ou sendo filhos de Religiosos, ou Frades, ou Freiras, ou de molheres casadas, por tal que as crianças nom mouram por mingua de criação, os mandaram criar aacusta dos bens dos Ospitaes, ou Alberguarias, se os ouver na Cidade, Villa, ou Lugar ordenados pera criação dos enjeitados, se criaram aacusta das rendas do Concelho; e nom tendo o Concelho rendas por onde se possam criar, se lançará finta por aquellas pessoas que nas fintas, e encarreguos do Concelho ham de pagar, a qual lançaram os Officiaes da Camara» (*Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*, Livro I, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, Anno de MDCCLXXXVII).

com a criação dessa crianças desvalidas acabaria por recair sobre os concelhos, como responsáveis últimos da cadeia hierárquica, estabelecida nas Ordenações¹⁴⁹.

Foi este o cenário assistencial que foi adoptado pelos concelhos da região em estudo, a exemplo daquilo que se verificava na grande maioria das terras portuguesas, com excepção de alguns dos mais importantes centros populacionais do país. Efectivamente, nalguns dos principais espaços urbanos nacionais, a complexidade e o progressivo aumento do número de crianças vítimas de abandono esteve na origem de uma acção concertada entre as autarquias e outras instituições de assistência. A partir do século XVI, num processo que nem sempre se revelou pacífico, as câmaras dos principais meios urbanos, nomeadamente as de Lisboa, Porto¹⁵⁰ e Coimbra¹⁵¹, celebraram contratos particulares com as Misericórdias locais¹⁵², transferindo para estas a administração dos expostos, a troco do seu financiamento (Sá, 1995:33).

Esta parceria prolongou-se até às grandes reformas estruturais do período liberal, oficialmente até à data da publicação do decreto de 19 de Setembro de 1836, embora, nalguns casos, ainda tenha perdurado por mais algum tempo. Com este decreto, acaba por cessar «a competência que em algumas terras do Reino estava incumbida às Santas Casas de Misericórdia a respeito dos Expostos, tornando-se a sua administração conforme em toda a parte», ao mesmo tempo que extinguiu o lugar de “mordomo dos expostos”, criado pelo alvará de 18 de Outubro de 1806.

Quando se poderia esperar que o extraordinário movimento expansionista das Misericórdias, iniciado nos finais do século XV, em todo o território nacional, viesse a conduzir a mais parcerias com outras câmaras locais, aquilo que efectivamente se verificou foi que a gestão e administração deste ramo da assistência pública se manteve, na maioria dos nossos concelhos, sob a alçada municipal. Foi o que aconteceu nesta região do noroeste de Portugal, núcleo central da presente investigação.

Não obstante os principais concelhos das comarcas de Viana e de Valença terem as suas próprias Misericórdias (Fonte, 2001), criadas sobretudo ao longo do século XVI, a criação dos expostos continuou a ser uma incumbência das câmaras municipais, inicialmente em regime de exclusividade, para mais tarde vir a ser partilhada com os novos órgãos distritais, após a nova divisão administrativa liberal. Nestes concelhos, as Misericórdias mantiveram-se praticamente à margem deste importante sector da

¹⁴⁹ Esta determinação continuava a manter-se nas *Ordenações Filipinas* (tit. 88, § 11), ao mandar que as crianças enjeitadas fossem criadas «á custa dos Hospitaes, ou Albergarias, que houver na cidade, villa ou lugar, se tiver bens ordenados para a criação dos enjeitados: de modo que as crianças não morram por falta de criação. E não havendo hi taes Hospitaes ou Albergarias, se criarão á custa dos bens do Concelho».

¹⁵⁰ Em 1689 começou a vigorar o contrato entre a Câmara e a Misericórdia do Porto, com esta última a substituir a primeira na administração da Casa da Roda, embora o seu financiamento continuasse a ser assegurado pelo município. Na sequência das reformas liberais, a administração dos expostos deveria voltar a ser assumida pela câmara municipal, um processo que foi interrompido por uma carta régia, de 24 de Setembro de 1825, que voltou a atribuir à Misericórdia do Porto a incumbência da criação dos expostos.

Na sequência do decreto de 19 de Setembro de 1836, que fez cessar a responsabilidade das Misericórdias na administração das Rodas, em 1838, a câmara do Porto reassumiu a gestão e administração dos expostos (Sá, Isabel dos Guimarães, e Cortes, Nuno Osório, *A Assistência à Infância no Porto do século XIX: Expostos e Lactados*, Braga, Cadernos do Noroeste, vol. 5 (1-2), 1992, pp. 186-187).

¹⁵¹ Por Provisão do Desembargo do Paço, de 4 de Maio de 1708, os expostos da cidade de Coimbra foram entregues à Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade.

¹⁵² Como afirmou o professor Ângelo Ribeiro, as Misericórdias, «instituições mais vastas, mais prósperas, de mais amplos recursos e, por assim dizer, oficializadas, haviam tomado a seu cargo, com maior eficiência, os serviços de hospitalização e de assistência aos desamparados – enjeitados, órfãos, inválidos» (in *História de Portugal*, Dir. de Damião Peres, Edição de Barcelos, vol. VI, p. 625).

assistência pública, ao mesmo tempo que a extrema abrangência dos seus compromissos continuava a não englobar este importante ramo assistencial. Com exceção da Misericórdia dos Arcos, que possuía um dote de um benemérito para ajudar à criação dos expostos, não temos conhecimento de qualquer apoio prestado pelas outras Misericórdias à criação dos expostos dos concelhos onde exerciam a sua função assistencial, excepto na prestação de assistência médica, nos seus hospitais.

Num período em que o abandono de crianças ainda estava longe de constituir um fenómeno de massas, apesar da dificuldade em angariar as verbas necessárias para a criação dos expostos existentes, é muito provável que a maior concentração dos expostos nos principais meios urbanos acabasse por pressionar a intervenção das respectivas Misericórdias locais, como instituições que melhor estariam preparadas para assistir tantas crianças abandonadas. Nos restantes espaços administrativos, o número relativamente reduzido de crianças desvalidas e abandonadas, com prevalência das órfãs sobre as enjeitadas, a sua tutela e administração continuou a ser uma incumbência dos juizes dos órfãos e das respectivas câmaras municipais, de acordo com a legislação em vigor. O problema apenas se colocou a partir do início do século XVIII¹⁵³, altura em que se registou um aumento muito significativo do número de crianças expostas, a que os concelhos tiveram de dar resposta, sem que as Misericórdias se mostrassem interessadas em assumir esta nova valência assistencial. Estas já estariam com dificuldade em dar cobertura aos seus tão exigentes compromissos, estruturados em torno do cumprimento das obras de misericórdia, sobretudo na gestão e administração dos seus hospitais.

No norte de Portugal, a Roda do Porto, criada em 1689, terá funcionado como o principal centro de acolhimento de crianças expostas, não necessariamente oriundas do seu espaço administrativo, sobretudo enquanto a oferta institucional não possibilitou o desencadeamento de estratégias de circulação interconcelhia de crianças. Embora uma década depois se tivessem fundado as Rodas de Braga e Viana, foi preciso aguardar quase mais um século para que a rede assistencial fosse substancialmente alargada. No entanto, para os concelhos localizados mais a Norte, na região actualmente designada por Alto Minho, não se poderá ignorar a existência de uma outra oferta institucional, centralizada no Hospital Real de Santiago, na Galiza, isto apesar da sua distância em relação à fronteira portuguesa, equivalente à que separava algumas dessas terras da cidade do Porto.

Ao procurar uniformizar os procedimentos, em todo o espaço nacional, o já citado decreto de 19 de Setembro de 1836 determinava que a administração particular de cada estabelecimento dos expostos seria uma incumbência das câmaras municipais dos concelhos onde estivessem estabelecidas as Rodas. A sua fiscalização ficaria a cargo das autoridades superiores administrativas dos respectivos distritos, cabendo aos comissários de paróquia a obrigação de fiscalizarem o bom tratamento dos expostos, a

¹⁵³ O problema dos expostos não foi exclusivo da metrópole, com o Brasil a reivindicar, no século XVIII, a permissão para se estabelecer a primeira Roda de Expostos na cidade de Salvador da Baía, a funcionar na respectiva Misericórdia.

Em carta enviada no ano de 1726, eis como o vice-rei procurou convencer o rei de Portugal a autorizar a criação desta Roda: «*Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; destes procede haver tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas em partes, donde a voracidade dos animais as consome*». Afirmava, ainda, que havia pedido ao Provedor da Misericórdia que «*erigisse uma roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade*», um pedido que só seria aceite se o rei «*concorresse com alguma esmola anual de sua fazenda e com o rudimento de um açougue*» (citado por Maria Luíza Marcílio, in “*A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil*”, Boletim do Neps, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, n.º 15, Setembro de 2000, p. 10).

criar nas suas freguesias, dando conta às respectivas câmaras municipais de qualquer negligência detectada¹⁵⁴.

Este reassumir da assistência às crianças enjeitadas, por parte das administrações concelhias dos principais concelhos e centros urbanos do nosso país, não foi pacífico nem imediato, dada a complexidade que tal transferência acabaria por representar. Assim, enquanto a câmara do Porto passou a assumir, a partir de 1838 (Sá, 1987:47), as suas novas obrigações, o mesmo não se verificou na cidade de Lisboa, com a Santa Casa da Misericórdia local a prolongar, por mais algumas décadas, a sua acção assistencial, em favor dos meninos expostos.

2-A mentalidade populacionista e a preservação da vida dos expostos

«O homem vale pelo número; quanto mais numerosa for uma sociedade, mais poderosa é durante a paz e mais terrível durante a guerra».

Diderot, Enciclopédia

«Assim se salvará a vida a huma multidão de crianças, se tirará a ocasião dos abortos e infanticídios, se procurarão vassallos para o Estado...»¹⁵⁵.

José Caetano Pereira e Sousa, 1803

O crescimento da população passou a ser uma das prioridades do Estado Mercantilista, na convicção de que o verdadeiro impulso para o desenvolvimento e enriquecimento das nações residiria no aumento do número de pessoas. Com populações numerosas, seria possível encontrar uma abundante mão-de-obra, da qual dependeria o aumento da produção, a circulação de riquezas e as receitas fiscais, ao mesmo tempo que disponibilizaria novos efectivos militares, premissas que passariam a constituir os verdadeiros alicerces de um Estado Moderno. Esta mentalidade populacionista inspirava-se nos princípios iluministas e estava em estreita consonância com os preceitos bíblicos.

Entre as medidas preconizadas para o aumento da população, deveremos destacar todas as que visavam a preservação da vida das crianças, sobretudo daquelas que se viam privadas ou excluídas do seu ambiente familiar e que pereciam por falta de instituições de acolhimento. Para salvaguardar esse potencial demográfico, o poder central teve de intervir, procurando colmatar a falta de uma rede alargada de instituições, destinadas à recepção e criação de crianças abandonadas, que tão úteis poderiam ser ao Estado. No seu próprio interesse e no interesse dos seus súbditos, o Estado passou a assumir o problema do abandono de crianças como uma questão social,

¹⁵⁴ Art.ºs 6.º e 7.º do *Decreto de 19 de Setembro de 1836*, Collecção de Leis e de Decretos e outras Providencias Regulamentares, desde 16 até 30 de Setembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

¹⁵⁵ Sousa, José Caetano Pereira, *Classes de crimes por ordem systemática com as penas correspondentes segundo a legislação actual*, Lisboa, Régia Officina Typographica, 1803, p. 296.

de interesse nacional¹⁵⁶, deixando de se restringir ao domínio das consciências individuais e a moldar-se em torno dos valores da solidariedade cristã.

O aborto, o infanticídio e, sobretudo, o crescente número de crianças expostas passaram a constituir uma das preocupações do poder central e a integrar o rol das suas prioridades sociais. Depois de alguma legislação avulsa, a ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, foi o corolário das crescentes preocupações populacionistas do Estado. O preâmbulo dessa ordem-circular¹⁵⁷ é bem revelador das preocupações populacionistas do Estado, ao afirmar:

«Sendo o augmento da população hum dos objectos mais interessantes e próprios de hua bem regulada Polícia, por consistirem as foras e riquezas de hum Estado na multidão dos habitantes, se acha este tão esquecido neste Reino, que em algumas terras delle se vem inteiramente fechadas e sem gente hua grande parte das Casas sem haver quem as habite, e sendo a origem entre outras de hua tão inútil diminuição os reiterados infanticídios que estão acontecendo todos os dias em todas as terras em que não há Rodas ou Berços para os Engeitados(...)».

Numa altura em que a fecundidade não era controlada, esta especial preocupação com a infância visava a protecção de todas as crianças não desejadas e abandonadas que poderiam estar condenadas a morrer, por não disporem dos cuidados e dos meios indispensáveis à sua sobrevivência. Todavia, se o novo espírito iluminista pressupunha uma atenção particular às crianças vítimas de exclusão familiar e social, paradoxalmente, o alargamento da rede assistencial foi acompanhado pelo aumento exponencial da exposição de crianças, de que resultaria um preocupante aumento das despesas e dos próprios níveis de mortalidade.

Tal realidade demográfica e social, consubstanciada no aumento progressivo do número de crianças expostas, tanto poderá estar relacionada com a evolução demográfica do ocidente europeu, a registar um significativo aumento populacional (Sá, 1987:10), como ser uma consequência da própria oferta institucional, em resultado da generalização das Rodas por todas as terras das comarcas do Reino¹⁵⁸. Contudo, não poderemos deixar de ponderar uma eventual conjugação e interligação de factores de natureza demográfica e social.

Segundo Jean Louis Flandrin, alguns demógrafos franceses, adeptos das doutrinas populacionistas e admiradores de Moheau, defendiam que o controle dos nascimentos haviam resultado da degradação dos costumes, do egoísmo e da falta de religião. A progressiva descristianização, que teria começado por afectar as elites da sociedade, acabou por se estender às classes populares, onde a ilegitimidade e o abandono de crianças constituíam alguns dos principais indicadores dessa imoralidade (Flandrin, 1992:225). Ora, numa altura em que a Igreja não tolerava os desvios aos seus princípios

¹⁵⁶ Esta visão populacionista do período iluminista está bem patente em Diderot, quando escreveu na Enciclopédia o seguinte: «O homem vale pelo número; quanto mais numerosa for uma sociedade, mais poderosa é durante a paz e mais terrível durante a guerra. Logo, um soberano deve ocupar-se cuidadosamente da multiplicação dos seus súbditos. Quantos mais súbditos tiver, mais comerciantes, operários e soldados terá. É das crianças que saem os homens. É portanto necessário vigiar a conservação das crianças prestando uma atenção especial aos pais, mães e avós. Cinco mil crianças enjeitadas por ano e mais podem tornar-se um alfobre de soldados, marinheiros e agricultores» (Diderot, Enciclopédia, artigo Homem, Col. Clássicos de Bolso, Ed. Estampa, p. 87).

¹⁵⁷ A.M.V.C., Ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, Livro de Registo de Leis, n.º 28 (1777-1790), fl. 53 v.º.

¹⁵⁸ À criação das Rodas correspondeu um aumento efectivo da procura, por serem dotadas de um mecanismo que, aparentemente, conferiam à exposição de crianças um carácter legal e anónimo, preparadas para receber as crianças não desejadas ou nascidas de relações ilícitas socialmente condenadas.

doutrinários, estabelecidos e aprovados no Concílio de Trento, a limitação da natalidade legítima seria totalmente condenada, por entrar em contradição com o apelativo princípio bíblico “*crescei e multiplicai-vos*”.

A reprodução no seio das famílias tradicionalmente cristãs nem sempre se manteve dentro dessas directrizes moralizadoras, mostrando-se permeável a alguns desvios que poriam em causa a honra familiar e fariam perigar a vida das crianças nascidas fora do casamento. É aqui que a mentalidade populacionista do Estado passou a convergir com os preceitos bíblicos, numa acção concertada que visava a salvação das crianças abandonadas, com a Igreja a preocupar-se em “dar uma alma” a essas crianças e o Estado em criar um conjunto de instituições de acolhimento que lhes pudessem assegurar a sua sobrevivência. Numa outra perspectiva, essa intervenção conjunta permitiria à Igreja aumentar o rebanho de fiéis, enquanto que o Estado poderia aumentar o número de súbditos e ampliar os seus benefícios, um objectivo bem difícil de concretizar, a avaliar pela elevada mortalidade registada.

Esta mentalidade populacionista e a confluência de posições entre a Igreja e o Estado poderão ter contribuído para o desenvolvimento de certas estratégias familiares e colectivas que conduziram à transferência das responsabilidades parentais para o domínio colectivo, numa atitude que alguns não hesitaram em considerar tão legítima como patriótica. É o que se poderá deduzir da posição assumida pelo médico, Lima Bezerra, em “Os Estrangeiros no Lima” (1791:102-103), quando defendeu a subordinação dos direitos e dos interesses dos pais aos deveres para com Deus e a Pátria, afirmando o seguinte.

«Tenhão embora os Pais huma grande autoridade sobre a destinação de seus filhos; mas nunca esta autoridade seja opposta á conveniencia publica. Na ordem das obrigaçoens não são nossos Pais os primeiros, a quem somos obrigados: porque he maxima impreterivel, que devemos mais a Deos que aos homens, mais ao genero humano que á nossa patria, mais á nossa patria que ao amor paterno, e mais a este amor que a toda a outra amizade. Como o bem da Humanidade e da patria são preferiveis ao bem Paterno, he certo, que nunca hum Pai póde destinar um filho a beneficio da propria familia, sem que se respeite primeiro a utilidade da sua patria».

Um dos objectivos prioritários seria o de ampliar o potencial demográfico do nosso país, tão carecido de efectivos para defenderem, povoarem e colonizarem as vastas regiões do seu Império, numa altura em que o regime de transição demográfica ainda não se havia feito sentir, bem longe das preocupações daqueles que começaram a defender a necessidade de redimensionar o tamanho da população, em função das subsistências disponíveis¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Entre os defensores da redução da população contava-se Thomas Malthus. A sua doutrina foi publicada na obra “*Ensaio sobre o Princípio da População*”, em 1798. Malthus considerava que a população, quando não controlada, crescia em razão geométrica, enquanto que as subsistências apenas cresciam em razão aritmética. A solução passava pelo “*controlo positivo da população*”, no pressuposto de que «(...) como o poder da população é de uma ordem superior, o aumento da espécie humana só se pode manter proporcionado ao acréscimo dos meios de subsistência pela intervenção constante da forte lei da necessidade, actuando como um travão perante o poder mais forte (...) Os efeitos deste travão no homem são mais complicados. Impelido para o aumento da sua espécie por um instinto igualmente poderoso, a razão interrompe-lhe a carreira e pergunta-lhe se não trará seres ao mundo aos quais não poderá proporcionar os meios de subsistência» (Malthus, Thomas, *Ensaio sobre o Princípio da População*, Livros de Bolso, Publicações Europa-América, s.d., p. 30).

Thomas Malthus defendeu a necessidade da intervenção racional do Homem nos mecanismos instintivos e naturais da fecundação e procriação. Sem defender a utilização de quaisquer métodos anticoncepcionais, Malthus limitou-se a defender o princípio de que só deveria ter filhos quem estivesse

Na segunda metade do século XIX, as crianças continuavam a ser vistas como um potencial demográfico que deveria ser preservado, procurando evitar que pudessem falecer, por falta de assistência. Veja-se a posição assumida por Eusébio Coelho (1861:2) quando abordou o problema no distrito de Viana, tendo apontado as vacinas e outros progressos médicos, juntamente com os hospitais e as rodas, como meios auxiliares da criação das crianças. Segundo este autor, caberia à sociedade o papel de tudo fazer para proteger o desenvolvimento da vida, como forma de se proteger a si própria, por serem os indivíduos que constituem a população e a sociedade. Depois de referir que havia causas sociais que protegiam o nascimento, também havia outras que combatiam o aumento da população. Entre estas, apontava o vício e a miséria como causas da diminuição da população, visto que, nas “atmosferas corruptas”, onde havia procriação, a maioria das crianças acabaria por não vingar e morrer, por falta de carinho, amor e recursos.

Os efeitos sociais e demográficos das políticas de protecção à infância abandonada acabaram por ficar muito aquém do esperado. Na realidade, as Rodas, ao serem estabelecidas para evitar os abortos e os infanticídios, acabaram por defraudar os seus mentores, com os elevados índices de mortalidade a impedirem que muitas delas pudessem vir a constituir uma riqueza acrescida para a Nação. Na realidade, enquanto essas medidas avulsas não fossem acompanhadas por uma acção mais interventiva e fiscalizadora das autoridades municipais, a mentalidade populacionista acabaria por colidir com uma realidade bem dramática - a perda definitiva de um número elevado de crianças que não sobreviviam, depois de terem sido expostas pelos seus progenitores e transferidas para o domínio da assistência pública.

em condições de os criar e sustentar. Para esse efeito, preconizava a delimitação do número de filhos por parte dos casais, através da abstenção sexual, enquanto que para os solteiros e pobres defendia uma estratégia que poderia passar pelo celibato, pelo casamento tardio ou pela continência sexual.

3-Motivações da exposição de crianças

«Uma d'ellas, talvez a mais importante e a mais geral, é a miséria. Além d'esta a depravação moral, o egoismo dos paes, a necessidade do segredo, e algumas circunstancias rarissimas, são as causas que povoam as rodas de um tão grande numero de infelizes, condemnados, pela crueldade dos que lhes deram o ser, ás incertezas de uma sorte tão funestamente auspiciada».

*Relatório sobre os expostos, 1866*¹⁶⁰

Não será possível avaliar as verdadeiras implicações sociais e demográficas da exposição de crianças, sem encontrar as verdadeiras razões que terão levado as mães, os pais ou outros familiares a procurarem transferir a sua criação do domínio familiar para o domínio público. Não menos relevante será o de procurar diferenciar as crianças, cuja exposição corresponderia a um efectivo enjeitamento, daquelas em que sua exposição mais não representaria do que um abandono simulado ou temporário. Sem estabelecer esta diferenciação, nunca poderemos compreender o verdadeiro significado e alcance deste fenómeno demográfico, o qual poderá não ter atingido a dimensão que os dados estatísticos aparentemente parecem revelar. Este objectivo acaba por ser prioritário nesta nossa investigação, com o volume dos expostos a assumir uma importância relativa, sujeito a uma filtragem microanalítica.

A exposição de crianças poderá configurar um conjunto de estratégias que visavam envolver os poderes públicos na luta de alguns sectores da população pela sua sobrevivência e no combate às situações de exclusão social, representando uma tentativa de apropriação e de usufruto de uma assistência social muito selectiva. Esta atitude, aparentemente oportunista, poderia assumir alguns contornos que indiciam estarmos perante a corrupção de um sistema que se deveria pautar por uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos, ao serviço dos mais necessitados. A tolerância institucional e uma certa permissividade do sistema assistencial poderão significar que a sociedade foi alargando progressivamente a cobertura da assistência social aos grupos mais carenciados, a começar pelo apoio à infância desvalida.

Qualquer tentativa de enunciar e hierarquizar as motivações do abandono de crianças será tão redutora como excessivamente pretensiosa, por se tratar de um problema que tanto poderia ser público e socialmente aceite como permanecer no foro mais íntimo e privado. Só através do cruzamento dos vários indicadores, disponibilizados pela vasta documentação, poderemos aproximar-nos de um domínio de investigação que deverá ser analisado no âmbito das mentalidades. Mesmo os próprios sinais exteriores, como o conteúdo das mensagens escritas que acompanhavam algumas das crianças expostas, poderá não ter uma correspondência efectiva com o que nelas estava expresso. Em qualquer circunstância, estes comportamentos demográficos nunca

¹⁶⁰ Parecer da Comissão, elaborado em 27 de Dezembro de 1866, anexo ao Regulamento de 1867. cit..

poderão ser analisados e avaliados à luz dos valores, sentimentos e da actual concepção e valorização da infância e das relações familiares.

Foi em pleno século XIX, quando se procuravam encontrar os mecanismos adequados para atenuar o problema do aumento significativo do número de crianças expostas, que se considerou não ser possível resolver esse problema, sem se conhecerem previamente as causas que estariam na origem de tal comportamento social e demográfico. Logo no primeiro quartel desse século, o jurista português, Gouveia Pinto (1820:3), considerou que o enjeitamento dos filhos, pelos seus progenitores, estaria relacionado com alguma das seguintes razões:

- 1.º-Pelo perigo que corrião, se fossem conhecidos, como acontece nas uniões clandestinas, em que há todo o interesse em ocultar os factos;*
- 2.º-Pela summa pobreza dos pais;*
- 3.º-Pela sua perversidade, que suffoca em seus corações os sentimentos de amor paterno e lhes faz considerar a criação dos filhos como hum pezo, de que procurão alliviar-se (...).*

Estas motivações, de carácter social, económico e moral, ainda hoje são apresentadas como hipóteses referenciais de muitas investigações. Todavia, enquanto Gouveia Pinto fizera esse enquadramento na condição de contemporâneo desse fenómeno demográfico, revelando-se profundo conhecedor das suas verdadeiras causas e respectivas consequências, alguns dos estudos actuais limitam-se a avançar com hipóteses explicativas, numa visão indirecta de um problema que muitas vezes aparece destituído de qualquer fundamentação empírica ou suporte documental.

Na busca das causas que poderão estar na origem do elevadíssimo número de crianças expostas, a maioria dos investigadores acaba por concordar com Gouveia Pinto (1820:3), ao apresentar as razões sociais, económicas e morais como tendo sido determinantes para a exposição dos filhos pelos seus progenitores ou familiares. Como afirmou Norberta Amorim (1987:256), muitas mães, que não viam os pais dos seus filhos assumir as suas responsabilidades parentais, terão optado por uma estratégia que respeitava a vida - a exposição dos filhos à caridade ou responsabilidades públicas - como forma de fugir ao escândalo ou de subtrair os filhos à fome.

Alguns trabalhos de investigação, realizados a nível nacional e internacional, ao longo do último quartel do século XX, pretenderam estudar eventuais relações de causa-efeito entre a miséria das populações e o abandono de crianças. Entre esses, poderemos citar os trabalhos realizados por André Armengaud (1975)¹⁶¹, François Lebrun¹⁶² (1983)

¹⁶¹ Segundo André Armengaud (1975:103), seria a falta de recursos suficientes para criar uma criança ou todos os filhos que estaria na origem do abandono, particularmente frequente em períodos de crise económica, ou seja, em períodos de alta de preços e de desemprego, considerando, ainda, que a maior parte dessas crianças deveriam ser ilegítimas, embora não fosse possível conhecer a respectiva percentagem.

¹⁶² Para François Lebrun (1983:148), a miséria desempenhou, durante muito tempo, um papel primordial na exposição de crianças, tendo considerado existir uma correlação evidente entre o número das admissões “a la Couche” e as grandes crises de subsistência do fim do reinado de Luís XIV (1693-1694 e 1709-1710). Este autor citou Charles Perrault que escreveu na primeira página do *Petit Poucet* o seguinte: «Veio um ano tão mau e a fome foi tão grande que estas pobres pessoas resolveram desfazer-se dos filhos». Já para o século XVIII, François Lebrun vê as grandes fomes a darem lugar a terríveis misérias que se traduziam em altas temporárias do preço do trigo e consequente aumento do número de exposições.

e Vicente Pérez Moreda (1980)¹⁶³, os primeiros relativos a França, o último sobre a Espanha. Os resultados dos estudos destes reputados investigadores vieram demonstrar a existência de uma correlação evidente entre o número de crianças abandonadas e as grandes crises de subsistência que afectaram esses países, em determinados períodos específicos da sua história.

No nosso país, alguns estudos apontam no mesmo sentido, ao relacionar o fenómeno do abandono de crianças com as dificuldades económicas das populações. Nessa perspectiva, as carências alimentares terão conduzido ao enjeitamento de crianças, naturais ou legítimas, sobretudo em anos particularmente gravosos no campo da sobrevivência (Amorim, 1987:272)¹⁶⁴, pelo que a miséria e o aumento do custo de vida não terão deixado de influenciar e motivar esse abandono, embora com um coeficiente imponderável (Santos, 1978:302)¹⁶⁵. Por outro lado, o recurso ao abandono poderia resultar de uma estratégia familiar que visava a limitação do tamanho das famílias e o restabelecimento do equilíbrio entre o número de filhos de um casal e as respectivas possibilidades económicas (Sá, 1987:19).

Esta vinculação da exposição de crianças a razões predominantemente económicas e sociais continuava a ganhar mais adeptos e defensores, havendo quem se mostrasse absolutamente convicto de que os estudos económicos, realizados a nível nacional, acabariam por provar que a maioria dos “filhos da roda” seriam uma consequência da pobreza, miséria e falta de condições mínimas para a criação de um filho, só depois aparecendo outras eventuais razões (Matos, 1983:53-54). Mais tarde, esta convicção acabou por ser transformada numa questão de fundo, de difícil solução, com várias causas a serem equacionadas, como a ilegitimidade, a vergonha, o medo de perder a honra e a falta de recursos económicos (Matos, 1995:135-138).

Apesar de parecer fácil enquadrar este fenómeno demográfico nalguma dessas motivações gerais, o que se pretende saber é se terão sido mais as razões sociais (vergonha e necessidade de ocultar os filhos ilegítimos para preservar a honra familiar) ou as razões económicas (suma pobreza dos pais, independentemente dessas crianças serem legítimas ou ilegítimas) a justificarem ou a explicarem a exposição de crianças.

Não são consensuais as posições assumidas pelos investigadores que estudam a problemática do abandono de crianças. Assim, enquanto uns defendem uma clara prevalência das motivações económicas sobre as sociais, outros defendem exactamente o contrário. Independentemente das exposições corresponderem ou não a um abandono efectivo, temporário ou simulado, aquilo que pretendemos comprovar é se as crianças expostas que acabavam por ser entregues às respectivas mães, por intimação ou reclamação, eram legítimas ou ilegítimas e se essas mães eram ou não obrigadas a devolver os gastos de criação.

¹⁶³ Por seu lado, Pérez Moreda (1980:170), realça particularmente o notável incremento do ingresso de expostos nos princípios do século XIX, estabelecendo uma clara correlação entre o aumento das exposições e a grave crise de subsistência então vivida, da qual havia resultado uma fome generalizada.

¹⁶⁴ No seu estudo demográfico sobre Guimarães, Norberta Amorim (1987:272), depois de analisar as repercussões sócio-demográficas da ilegitimidade, acabou por concluir que *«não seria só a ideia de “honra” que levaria ao abandono dos filhos. Carências alimentares graves podiam condicionar o enjeitamento tanto de filhos naturais como de filhos legítimos, como parece ser o caso de anos particularmente graves no campo da sobrevivência como os de 1811 e 1818»*.

¹⁶⁵ No estudo realizado sobre a população do Porto, o autor analisa a correlação entre o movimento dos expostos e o preço do trigo, tendo verificado que, na longa duração, havia um evidente movimento tendencial de alta, uma correlação positiva de 0,83. Para o movimento longo ou hiperciclo, a correlação continuava a verificar-se, embora com um coeficiente marcadamente mais baixo de 0,58 (Santos, 1978:303).

O nascimento de um filho ilegítimo poderia colocar muitas das mulheres solteiras perante uma situação de miséria ou absoluta dependência, eventualmente constrangidas a ocultar os filhos das relações extraconjugais. É aqui que as Rodas poderão ter funcionado simultaneamente como causa e consequência desses actos, ao promover as relações sexuais fora do casamento, com a garantia da existência duma instituição que fora criada para evitar que a harmonia familiar pudesse ser perturbada por esses comportamentos desviantes.

Uma sequência de situações que as fontes municipais nos acabam por revelar, constituem a prova de que estas instituições foram criadas para acolher preferencialmente as crianças ilegítimas que pudessem colocar em causa a honra e a harmonia familiar. Quando tal não se verificava, sempre que os pais ou as mães dessas crianças não pertenciam a famílias honradas - um conceito muito associado a uma certa mentalidade burguesa que progressivamente passou a representar um estatuto que seria exclusivamente conferido pela sociedade - o seu acolhimento poderia ser justificado mais por razões de miséria do que de honorabilidade familiar.

A ilegitimidade e a exposição de crianças seriam socialmente aceites, desde que as mulheres solteiras não tivessem má vida ou não fossem vítimas reincidentes das suas “fragilidades humanas”. O problema era conseguir exercer esse apertado controle social, como forma de manter a exposição de crianças confinada a esses apertados parâmetros sociais, mais ainda quando se tratava de um problema que simultaneamente terá sido gerado no limiar da honra e da pobreza.

A exposição de crianças, motivada por razões de pudor, apenas estaria reservada aos filhos ilegítimos, quer se tratasse de mulheres solteiras, casadas ou viúvas. Aliás, se a ilegitimidade foi uma realidade incontornável no Minho, socialmente aceite desde que circunscrita às mulheres solteiras, excluídas do tão restrito “mercado matrimonial”, o mesmo já não aconteceria em relação às mulheres solteiras honradas e muito menos em relação às mulheres casadas, com marido ausente. Daí que os filhos ilegítimos dessas mulheres solteiras e, sobretudo, os que eram espúrios fossem os primeiros a justificar a existência de instituições de acolhimento de crianças que não poderiam ser integradas na estrutura familiar e que teriam de ser ocultadas para preservarem da vergonha as famílias honradas¹⁶⁶.

Já na segunda metade do século XIX, numa altura em que se discutia abertamente o problema da assistência às crianças expostas, nomeadamente se seriam as Rodas as instituições ideais para desempenhar essa função, são os próprios contemporâneos deste fenómeno demográfico que acabam por enunciar as principais motivações da exposição de crianças. Num relatório apresentado, em 27 de Dezembro de 1866, a comissão escolhida para indicar as medidas que poderiam melhorar a administração dos expostos apresentou aquelas que considerou serem as principais causas morais da exposição:

«Uma d’ellas, talvez a mais importante e a mais geral, é a miséria. Além d’esta a depravação moral, o egoismo dos paes, a necessidade do segredo, e algumas circunstancias rarissimas, são as causas que povoam as rodas de um tão grande numero de infelizes, condemnados, pela crueldade dos que lhes deram o ser, ás incertezas de uma sorte tão funestamente auspiciada.

Entre os expostos há uns filhos legitimos, outros filhos naturaes. A miseria, a depravação moral, o egoismo substituindo os mais suaves sentimentos do coração, tanto podem influir na mulher casada como na solteira. Só as

¹⁶⁶ Parecer da Comissão, elaborado em 27 de Dezembro de 1866, anexo ao Regulamento de 1867. cit..

exposições que têm por motivo o pudor levam exclusivamente á roda filhos naturais»¹⁶⁷.

Não será através dos estudos agregativos que poderemos procurar chegar às razões intrínsecas da exposição de crianças, cujo volume integra um número indeterminado de crianças que não foram efectivamente enjeitadas, como nos revelam constantemente os estudos microanalíticos. Algumas das administrações municipais chegaram a contribuir para toda essa confusão, mais preocupadas com as despesas totais de criação do que com a sua diferenciação, o que acabou por desvirtuar o sistema assistencial e a dificultar, sobremaneira, a tarefa dos investigadores.

Mais do que partir em busca das razões que terão levado algumas pessoas a exporem e enjeitarem os próprios filhos, importa conhecer os meandros de um sistema que terá funcionado como um subterfúgio para a ausência de políticas de apoio efectivo às famílias e às crianças mais carenciadas. Não tendo funcionado a perspectiva malthusiana de que só deveria ter filhos quem os pudesse criar, continuava a existir a convicção generalizada de que teria sido a miséria, a depravação moral e o egoísmo - que haviam substituído os mais puros sentimentos humanos - a influenciarem e a justificarem a exposição de crianças, quer estas fossem legítimas ou ilegítimas.

4-A Igreja e a função reguladora da ordem moral e social

«Alguns paes há, que ainda fazem peor do que os proprios animaes; pois não querem criar os filhos, atiram com elles á roda, ou lá não sei para onde; e depois nem pagam as criações, nem lhes dão a herança a que teem direito, nem lhes dão educação alguma. Oh! Que encarrêgos, que responsabilidades n'estes paes desmoralisados».

P.^o Manuel Couto, *Missão Abreviada*, séc. XIX

Numa sociedade tradicionalmente católica e conservadora, a Igreja desempenhava um papel simultaneamente vigilante, preventivo e regulador dos comportamentos humanos. Nas sociedades do Antigo Regime, o clero detinha o controle das consciências e comportamentos, utilizando o púlpito e o confissãoário para incutir princípios e valores standardizados. Ao impor uma cultura de cariz eclesiástico, enquanto deteve o monopólio do ensino, não só na escola como na catequese, a Igreja acabaria por moldar o retrato do homem e do cristão (Moreira, 1999:455).

Idêntica opinião já havia formulado Franquelim Soares (1989:258), ao considerar que, nas sociedades do Antigo Regime, a Igreja tinha desempenhado a função de instituição oficial reguladora da ordem moral e de controlo ideológico. Como instituição monopolizadora da religião do Estado, deveria procurar identificar os eventuais

¹⁶⁷ Relatório apresentado pela comissão, em 27 de Dezembro de 1866, em anexo ao Regulamento para o serviço dos expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

transgressores e contribuir para a correcção dos abusos praticados, evitando a corrupção e restabelecendo a ordem moral e social ofendida.

O controlo das consciências e o moldar dos comportamentos humanos deveria ser exercido por pessoas íntegras, cujo exemplo de vida, dedicação e desprendimento teria de constituir uma referência permanente para todos aqueles que não conseguiam dissociar a doutrina das práticas quotidianas. Terá sido com este propósito que as Constituições Diocesanas de Braga, publicadas em 1639, determinaram que as visitas¹⁶⁸ se deveriam realizar com o objectivo prioritário de arrancar de raiz as heresias, desterrar os vícios, reformar os costumes e fazer despertar no povo cristão o amor a Deus e ao próximo. Só depois é que essas visitas passariam a incidir sobre o comportamento e atitude dos fiéis e clérigos, devendo ser julgados todos aqueles que atentassem contra a fé e os costumes¹⁶⁹. Nestas visitas, os paroquianos eram exortados a denunciar os pecados públicos da comunidade para, através das devassas, serem aplicadas as respectivas penalizações, servindo de exemplo a toda a comunidade. Contudo, não deixava de salvaguardar alguma confidencialidade aos depoimentos que eram obtidos através da confissão, para se evitarem quaisquer perigos de difamação, perjúrio e transgressão do sigilo do sacramento da penitência.

Com uma forte presença e influência entre as populações do Alto Minho, importa conhecer e analisar a posição pública da Igreja em relação à prática do aborto, infanticídio e, sobretudo, do abandono de crianças, numa altura em que a exposição de crianças estaria a registar um crescimento inversamente proporcional ao da prática do aborto e do infanticídio. Embora o abandono de crianças pudesse configurar uma estratégia familiar, que a criação da roda acabaria por ajudar a ocultar, a Igreja, através do clero, estaria numa situação privilegiada para conhecer, com maior profundidade, as verdadeiras razões que lhe estariam subjacentes, muitas vezes através do sagrado e sigiloso sacramento da confissão¹⁷⁰.

É inquestionável a condenação do aborto e do infanticídio por parte da Igreja, bem expresso nalguns tratados de moral cristã. Nas suas “Piedosas Meditações”, publicadas em meados do século XIX, Frei Manuel mostrou-se implacável para com os autores desses crimes, ao afirmar:

«(...) E que diremos d'esses Paes e Maes desmoralizados que depois de satisfazerem aos deleites da carne e concorrerem para a existência de uma nova creatura, para encobrirem o seu pecado deshonesto, ou para ficarem mais livres, desfazem o que estava feito e os matam pelo aborto com remedios mortiferos, ou os suffocam depois de nascer! Ah! todos os Paes, Maes, cirurgiões, boticarios e todas as pessoas que concorrem para isso, além do grande peccado mortal que commetem, incorrem logo n'uma excomunhão, se de facto se segue o aborto, ou a

¹⁶⁸ As visitas, que conheceram um grande incremento após a reforma protestante, vão acabar por desaparecer, a partir do momento em que os seus objectivos colidiam com os princípios do liberalismo, cujo espírito iluminista defendia os valores da tolerância e da liberdade de consciência (Moreira, 1999:472-474).

¹⁶⁹ Em relação aos sacerdotes, os regimentos das devassas recomendavam um particular cuidado, prudência e serenidade por parte do visitador. A Igreja sabia que nem todos os membros do clero tinham um comportamento exemplar, mas exigia que a inquirição sobre os clérigos fosse efectuada com o respeito que lhes era devido, devendo evitar-se a todo o custo os escândalos e as denúncias falsas (Moreira, 1999:455).

¹⁷⁰ Um dos capítulos das Visitas de Salomonde (Soares, 1989:244), referia-se às mulheres pejudas que pudessem entrar na freguesia para esconderem o seu estado e respectivo parto. Embora nesse capítulo não se proíba a sua hospitalidade, o pároco, após realizar o baptismo dessas crianças, deveria enviar, em segredo, o traslado do assento desse sacramento ao pároco da freguesia dessas mulheres, excepto nos casos em que fosse tão oculto que pudesse resultar qualquer prejuízo, o que frequentemente acontecia, acabando muitas dessas crianças por dar entrada nalguma das Rodas existentes na região.

morte: mas, ó Paes e Maes deshonestos e obstinados, que grande crime commetem, e que rigorosos castigos vos esperam! Esses filhos se morrem sem baptismo nunca poderão entrar no Ceo, mas no grande dia de Juizo lá hão de apparecer (...)»¹⁷¹.

Já em relação ao problema da exposição de crianças, a Igreja não assume uma posição firme de condenação duma prática que tendia a generalizar-se e a atingir proporções verdadeiramente preocupantes, nem mesmo na tentativa de resolução de um problema social que havia pressionado uma resposta institucional. Na generalidade, os tratados moralistas, manuais de confessores e livros de sermões não integravam o abandono de crianças como uma das suas reais preocupações, a avaliar pela abordagem muito superficial de toda esta problemática, uma posição que seria extensiva a toda a Península Ibérica. Em Espanha, Alvarez Santaló (1987:67), após ter analisado vários desses livros religiosos, verificou que, numa época em que a autoridade eclesiástica se mostrava demasiado rígida em relação a alguns aspectos da vida social e familiar quotidiana, o abandono de crianças havia sido tratado com tanta lenidade, não tendo suscitado particular interesse por parte dos moralistas.

Esta atitude de reserva da Igreja poderá ser justificada pela sua incapacidade em evitar os desvios à moral estabelecida ou pelo progressivo esvaziamento dos tão rígidos ditames da contra-reforma, com o clero a adaptar-se ou a conformar-se com uma nova realidade social. É provável que essa posição seja justificada pelo reconhecimento das fragilidades humanas e pela necessidade de evitar a desonra entre as famílias honestas, sem pôr em causa a sobrevivência das crianças, nascidas de relações ilícitas. Na sua missão de perdoar aos pecadores arrependidos, o clero passou a preocupar-se mais em ministrar o baptismo às crianças expostas, com a salvação das almas a revelar-se uma prioridade, deixando às instituições de assistência pública os cuidados corporais.

A este propósito, atente-se no radicalismo assumido por Frei João da Madre de Deus, no início do século XIX, em relação aos pais que, por maus exemplos, não educavam os filhos nos ideais cristãos, quando escreveu o seguinte:

«Ah! Pais bárbaros, mãis crueis, que conta não dareis a Deos da perda de vossos filhos? Deos vo-los tinha dado, para vós os fazerdes herdeiros do seu Reino, e vós os fazeis victimas das suas vinganças. Não era melhor para esses desgraçados filhos, que vós os tivesseis suffocado no berço, do que perdê-los assim pela vossa negligencia, e pelos vossos maos exemplos? Vós não sois pais, mas parricidas, porque dais à sua alma huma morte mil vezes mais funesta, do que a do corpo»¹⁷².

O já citado Frei Manuel tinha uma visão mais humana do problema, criticando os pais que não cuidavam dos filhos. Condenava, sobremaneira, os pais luxuriosos que, se não matavam os próprios filhos, os mandam para as rodas ou não lhes davam os alimentos necessários à sua sobrevivência, deixando-os morrer de fome ou ao abandono. Em relação a esses pais, que considerava desonestos e miseráveis, passou a questionar as contas rigorosas que Deus lhes haveria de pedir por esses filhos, para cuja existência haviam concorrido com seus pecados, mas que depois acabavam por desprezar¹⁷³. Seguindo uma linha de pensamento ainda bem mais terrena e reveladora de uma concepção de educação e obrigação parental mais abrangente, o padre Manuel

¹⁷¹ Frei Manoel, *Piedosas Meditações* (exemplar onde falta a folha de rosto), Braga, 1852, fl. 385.

¹⁷² Frei João da Madre de Deus, *Christão Instruido por meio de Reflexoens Espirituaes*, Porto, Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1802, Reflexão XXV, p.291.

¹⁷³ Frei Manoel, op.cit., p.386.

José Couto fez a seguinte consideração, a respeito dos pais de família que não cumpriam os seus deveres para com os filhos:

«*Alguns paes há, que ainda fazem peor do que os proprios animaes; pois não querem criar os filhos, atiram com elles á roda, ou lá não sei para onde; e depois nem pagam as criações, nem lhes dão a herança a que teem direito, nem lhes dão educação alguma. Oh! Que encarrêgos, que responsabilidades n'estes paes desmoralisados (...)*»¹⁷⁴.

A impureza contrariava o sexto mandamento da lei de Deus, que mandava guardar castidade, sendo responsável por muitos dos pecados que poderiam estar na origem do infanticídio, aborto ou abandono de crianças. Daí que o autor da “Missão Abreviada” tivesse lembrado que, para se guardar castidade, «*se prohibem todos os peccados deshonestos por pensamento, por desejo, por palavra, por vista, por aceno, por toque, por obras, por brincos, consigo só ou com outra pessoa. Contra este mandamento pecca-se por mil modos! Só o demónio é que podia inventar tantos modos de pecar*»¹⁷⁵.

Os padres confessores conheciam os pecados segredados pelos seus paroquianos no acto da confissão, mas cujo arrependimento e consequente absolvição se encarregariam de perdoar. Como as pessoas eram pecadoras e se deveriam reconciliar periodicamente com Deus, a confissão teria carácter obrigatório, a ser comprovada pelos certificados de desobriga ou róis de confessados. As “fragilidades humanas” se encarregariam de interromper a promessa de não mais voltar a pecar.

A responsabilização moral dos pais, obrigados a criarem e educarem os próprios filhos, partia do pressuposto de que a maioria das crianças tinha nascido de relações legitimadas pelo sacramento do matrimónio. Segundo Juan Machado de Chaves¹⁷⁶, citado por Alvarez Santaló (1987), pecavam gravissimamente os pais que expusessem os seus filhos em lugares públicos ou particulares porque, segundo o direito natural divino e humano, estariam obrigados a alimentá-los e criá-los. Porém, de nenhuma maneira pecariam os pais que se encontrassem oprimidos pela necessidade ou pelo perigo da desonra, desde que houvessem exposto os filhos nalgum local onde não corressem perigo de vida. Em tais circunstâncias, cessaria a obrigação dos pais em alimentar os filhos, embora subsistisse a dúvida se os mesmos deveriam restituir os gastos que haviam sido realizados com a sua criação.

¹⁷⁴ Padre Manoel José Gonçalves Couto, *Missão Abreviada, para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das Missões*, Porto, Em Casa de Sebastião José Pereira, Editor, duodécima edição melhorada, 1884, pp. 300 e 302.

Considerava, ainda, citando Santo Afonso, que as «*mulheres casadas e santas são tão raras como os corvos brancos. E o mesmo se pode dizer dos homens casados, que são pais de família, pois ainda teem maiores encarrêgos*».

¹⁷⁵ Idem, p. 330.

¹⁷⁶ Trata-se de um dos melhores e mais lidos manuais de confessores, onde se fala abertamente «*Del pecado i obligación de los padres que exponen a sus hijos en lugares publicos o particulares*». Não pretende deixar quaisquer dúvidas quando afirma: «*Supuesto lo qual digo que es doctrina llana de los Doctores (...) que los padres que exponen a sus hijos a puertas ajenas, ex natura rei y seclusas las circunstancias que pueden excusarlos, pecan gravissimamente: porque según todo Derecho natural, Divino i humano estan obligados a alimentarlos i criarlos*».

«*Es tambien regla general que quando los padres oprimidos por la necesidad o por peligro de la honra o vida exponen a sus hijos en algun hospital ó a puertas ajenas, como esto se haga demanera que la criatura no peligre, en ninguna manera pecan, porque en tal caso cessa la obligación que los padres tienen de alimentar a sus hijos. Pero queda gravemente dudoso y controvertido entre los Doctores si los padres que por evitar la infamia expusieron el hijo (...) por lo menos queden con obligación de pagar i restituir los gastos hechos en la criança del hijo*» (in Machado de Chaves, J, *Perfecto confesor y cura de almas*, Barcelona, 1641, p. 631).

O mesmo autor cita Leandro del S.S., como tendo afirmado que, quando se temesse a infâmia, não seria pecado expor os filhos, porque seria ignomínia as mulheres conceberem de homens alheios, tal como estes terem filhos de mulheres estranhas. Na mesma linha de pensamento, se manifestou Frei Martin de Torrecilla, ao considerar que apenas pecavam os pais que deixavam os filhos à portas da Igreja ou do Hospital onde se criavam meninos expostos, desde que não tivessem justa causa para tal procedimento. Nos casos em que os pais fossem pobres e não os pudessem criar ou houvesse perigo de vida ou infâmia contra a mãe, seria lícito expor esses filhos, com a condição de que procurassem que os mesmos não morressem de frio e sem o sacramento do baptismo.

O facto de se descobrir que alguns expostos eram filhos de eclesiásticos, a sua divulgação pública não deixaria de ter uma grande repercussão entre as comunidades locais, inviabilizando uma acção mais preventiva e moralizadora por parte do clero, cuja autoridade moral tenderia a esvaír-se. Era o confronto inevitável entre a doutrina e as práticas quotidianas. No registo de uma menina que foi exposta na Roda de Viana, em 15 de Março de 1770, o escrivão anotou a seguinte informação: «*Esta exposta he filha de hum certo Religioso de S. Dom.^{os}, segundo se averiguou, e como a may he pobre deve criarse athe a idade de 3 que he a criação do leyte á custa dos bens dos engeitados porque como tal a dita Ley os manda criar (...)*»¹⁷⁷.

Qualquer comportamento desviante dos membros do clero teria muito mais impacto a nível local do que qualquer violação das normas sociais vigentes, por parte de qualquer um dos seus paroquianos. O mau exemplo de quem deveria moldar os comportamentos não deixaria de promover e justificar idênticos procedimentos, nomeadamente quando se tratava de pecados de luxúria, reveladores da dificuldade ou incapacidade humana para sublimar os instintos sexuais. Na verdade, que autoridade moral teria um eclesiástico sobre os seus paroquianos quando o seu comportamento se desviava claramente da doutrina da Igreja, ignorando os próprios votos de castidade?

Como esses comportamentos rapidamente se tornavam do domínio público, não admira que a tendência fosse a de se passarem a generalizar eventuais casos isolados, os quais não deixariam de afectar e descredibilizar o clero e a própria instituição religiosa. Neste caso, invertiam-se os papéis e era o padre que seria vigiado e controlado pela comunidade de paroquianos. Quaisquer desvios às normas superiormente definidas, sobretudo a violação dos votos de castidade, deixariam os párocos sem legitimidade para intervirem ao nível da moralização das relações humanas, abrindo o caminho à libertinagem e ao aumento das relações sexuais fora do casamento.

Esta tendência depreciativa vinha de encontro a uma corrente anticlerical que proliferou no século XIX e que, depois de encontrar algum terreno favorável nos meios urbanos, acabou por penetrar nos meios rurais da sociedade tradicional¹⁷⁸. Eis um

¹⁷⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1770), fl. 35.

Como algumas das palavras desta frase apareciam em abreviaturas, procedemos ao seu desdobramento, para facilitar a sua compreensão.

¹⁷⁸ A hierarquia católica mostrou, em diversas ocasiões, a sua preocupação com o exemplo de vida que os padres deveriam dar aos seus paroquianos. Numa circular enviada aos párocos, em 1856, citada por Brettell (1991:79), o arcebispo de Braga avisava os padres da necessidade darem provas da sua honestidade e de evitarem quaisquer comportamentos que pudessem ser criticados pelos seus paroquianos. Para evitar que caíssem em tentação e não fossem motivo de quaisquer desconfianças, a circular proíbe os párocos de terem em sua casa ou na sua companhia mulheres com menos de 50 anos de idade, as popularmente conhecidas “criadas do padre”, excepto se fossem suas mães, irmãs ou sobrinhas até ao segundo grau. Ao mesmo tempo, proibia-os de confessarem as mulheres em eremitérios, casas particulares, na sacristia ou à noite. A confissão só seria permitida em locais bem visíveis das igrejas, em confessionários de madeira, com divisórias a separar o padre das penitentes.

exemplo que não nos foi possível comprovar, por ter desaparecido o livro de registo paroquial, com o qual pretendíamos cruzar a informação municipal. No livro dos expostos dos Arcos, encontramos o registo de um menino que, pela meia noite do dia 10 de Abril de 1883, foi exposto à porta de Manuel Joaquim Rodrigues, residente na freguesia de Jolda da Madalena, concelho dos Arcos, acompanhado por uma mensagem escrita que dizia: «*Este menino se chamará Thomaz, por ser filho do padre Thomaz, da freguesia de Jolda. A ama que este menino tiver que o estime que ganhará grande prémio*»¹⁷⁹. Antes de dar entrada no Hospício, este menino foi baptizado pelo pároco da freguesia de Jolda, segundo consta no seu registo, não sendo possível confirmar se o padre baptizante terá sido o presumível pai da criança.

Um outro exemplo, bem elucidativo de algum descrédito em relação a alguns membros do clero, foi uma notícia que apareceu publicada no jornal *O Lethes*, de Ponte de Lima, em 1866, onde se relata o comportamento do pároco da freguesia de Santa Cruz, do mesmo concelho. A notícia afirmava textualmente o seguinte:

*«É notória a má opinião em que aquelle sacerdote é tido dos povos da freguesia de Santa Cruz, e não menos sabida é a péssima conducta com que sempre se houve, chegando até a abusar torpemente de donzellas recatadas que assim lançou, em satisfação da sua deshonestidade, no lodaçal do mundo. Exige a moralidade pública, exige-o a confiança e reciproca harmonia que deve sempre existir entre o pastor e as suas ovelhas, que seja punido severamente quem por forma tão insólita abusa da sua posição»*¹⁸⁰.

Embora condenadas pela Igreja, as relações sexuais fora do casamento eram uma realidade e tendiam a aumentar, à medida que a Igreja se mostrava incapaz de controlar os desvios à moral tradicional e se esvaíam os efeitos da reforma tridentina. Por outro lado, a sociedade oitocentista estaria a tornar-se mais tolerante para com a ilegitimidade, desde que gerada em ambientes familiares precários e sem assumir características de prática de prostituição.

Os apelos a uma vida casta e pura, lançados insistentemente em tratados das obrigações da vida cristã, nem sempre encontravam resposta por parte daqueles que não resistiam aos pecados da luxúria e a uma maior liberalização dos costumes. Os antídotos deveriam ser encontrados na oração e na mortificação da carne. Porém, a crença no perdão de um Deus infinitamente misericordioso acabaria por fazer esquecer momentaneamente os apelos à ponderação dos seus actos e à avaliação das consequências dos pecados da carne, com alguns momentos de deleite a interromperem o direito à vida eterna, mas que a confissão e o arrependimento se encarregariam de restabelecer¹⁸¹.

¹⁷⁹ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1878-1883), fl. 184.

¹⁸⁰ Esta notícia dada à estampa no jornal *O Lethes*, n.º 49, em 18 de Julho de 1865, poderia ter sido publicada como represália pela intervenção política do referido pároco em favor de um determinado candidato e era dirigida ao arcebispo do julgado de Ponte de Lima. Nela se chamava à atenção do referido arcebispo para o escândalo que o cura da freguesia de Santa Cruz havia dado por ocasião da confissão realizada durante o último jubileu, ao ameaçar de excomunhão os paroquianos eleitores que não votassem a favor do “analfabeto” Vieira Lisboa, intimidando-os com o recrutamento de todos os seus filhos e parentes.

¹⁸¹ Padre de Tracy, Theatino, *Tratado das Obrigações da Vida Chistã, para uso de todos os fieis, ou exposição das obrigações mais importantes do Christão, a fim de se desempenhar para com Deos, para consigo mesmo, para com o proximo, e para com o seu estado, com varios exercicios de devoção*, traduzido do Francez pelo Capitão Manoel de Souza, Tomo I, Lisboa, Na Typografia Rollandiana, 1779, pp. 123 e 182.

Este Tratado recomendava às mulheres que unissem à vigilância sobre si próprias o temor de poderem ser ocasião de tentações e de escândalos com alguma imodéstia no vestir. Seria esta imodéstia que

Esta atitude tolerante e condescendente emergia mais como o resultado da actuação isolada dos párocos do que de uma acção concertada da própria Igreja. Na verdade, ao passarem os certificados de moralidade às amas que se ofereciam para criar as crianças expostas, bem como os atestados de pobreza às mulheres, solteiras ou casadas, que se vinha a descobrir serem as próprias mães, alguns párocos deram cobertura a determinadas situações que não deixaram de contribuir para a degradação e subversão do sistema vigente.

Numa época em que a mentalidade religiosa privilegiava a salvação das almas, a Igreja começaria por exigir dos seus fiéis o cumprimento dessa obrigação moral, zelando para que as crianças que iam ser expostas não corressem o perigo de morrer, sem o sacramento do baptismo. Assim se justifica que a maioria das mensagens que acompanhavam as crianças expostas comessem por indicar se já haviam ou não sido baptizadas ou quando já tinham levado “água e palavras”. Esta era a suprema obrigação da Igreja, enquanto que a sua criação seria uma incumbência das câmaras municipais.

Esta posição da Igreja poderá ser vista como uma adaptação à realidade e aos valores dominantes da sociedade de então, acabando por se mostrar tolerante para com as pessoas que se viam constrangidas a expor os filhos, quando estava em causa a honra da família ou quando a miséria impedia que os pais pudessem criar os próprios filhos. No fundo, seria em nome da honra de uns e a pretexto da miséria de outros que tais comportamentos acabaram por ser tolerados, com as “consciências colectivas” a condicionarem ou a pressionarem as decisões individuais.

alteraria os olhos da mocidade, geraria maus desejos e desafiaria os olhares pecaminosos. Alertava também para o grave perigo que constituíam os bailes, um divertimento que se destinaria aos jovens para verem e às raparigas para serem vistas, devendo-se fugir de todas as tentações que pudessem fazer naufragar a pureza (idem, pp. 121 a 128).

CAPÍTULO IV

Enquadramento jurídico-institucional

1-O quadro normativo e a rede assistencial no noroeste peninsular

Numa altura em que o sistema público de assistência à infância desvalida e abandonada se revelava bastante ambíguo, quanto à sua verdadeira abrangência social, foi o jurista Gouveia Pinto (1828:16) que, no século XIX, procurou estabelecer uma clara diferenciação entre as crianças expostas, abandonadas e desvalidas. Embora aparentemente possa parecer tratar-se da mesma realidade, o que distinguia as crianças expostas das abandonadas era o facto das primeiras serem filhas de pais incógnitos, que as tinham enjeitado, enquanto as segundas eram filhas de pessoas conhecidas, mas que as haviam deixado ao desamparo¹⁸². Por seu lado, as crianças desvalidas, não tendo sido abandonadas, encontravam-se em situação de risco, por serem órfãs e não terem familiares que delas pudessem cuidar ou por terem nascido em ambientes familiares muito precários¹⁸³.

A diferenciação jurídica entre crianças expostas e abandonadas não teve qualquer significado estatístico na região do Alto Minho, visto que, só em casos muito excepcionais, se conhecia oficialmente a origem familiar da maioria das crianças que apareciam expostas. Talvez fosse essa razão que levou a maioria dos escrivães das câmaras a elaborar os registos sem qualquer preocupação em diferenciar as crianças expostas das abandonadas, excepto na nomenclatura utilizada, variável consoante a época. Assim, enquanto que, até aos finais do século XVII, os escrivães registavam as crianças como “*enjeitadas*”, no século XVIII esta designação começou a alternar com a de “*expostas*”. No entanto, a partir de meados do século XVIII, esta última designação também chegou a ser substituída pela denominação de crianças “*postiças*”, um provincianismo minhoto que designava as crianças que foram enjeitadas pelos seus progenitores ou que foram abandonadas temporariamente, as quais não eram criadas pelas mães biológicas, mas por amas externas¹⁸⁴. Só no último quartel do século XIX, as

¹⁸² Por exemplo, em 1895, a câmara de Viana admitiu, como abandonada, uma filha ilegítima de Maria de Sousa, de 30 anos de idade, costureira, natural da freguesia de Darque, que se ausentara para o Brasil, deixando-a em poder da avó, casada, jornaleira, com 60 anos de idade, cujo marido também havia emigrado para o Brasil e de quem não tinha notícia, há mais de 17 anos (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos e Desvalidos de Viana, 1888-1903, fl. 101).

¹⁸³ Nos finais do século XIX, ainda prevalecia esta forma de diferenciar as crianças beneficiárias do sistema de assistência, sob a alçada das câmaras municipais (até aos sete anos) e das juntas gerais (dos sete aos dezoito anos). A partir de 1892, toda a assistência passou a ser tutelada pelas câmaras municipais. Segundo o regulamento de 1888, seriam admitidas a socorro as crianças expostas (nascidas de pais incógnitos que as haviam desamparado), as crianças abandonadas (filhas de pais conhecidos que desapareceram sem deixar quem delas tratasse) e as crianças desvalidas (aquelas que por morte, prisão, degredo, avançada idade ou moléstia grave de seus pais não pudessem ser alimentadas por eles ou não tivessem parentes para o fazer). Estes socorros terminariam quando essas crianças atingissem uma determinada idade ou quando deixassem de se verificar as circunstâncias que haviam justificado a sua admissão (art.ºs 2.º e 3.º do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889).

¹⁸⁴ No princípio do século XIX, o escrivão da câmara de Caminha registava como “*postiças*” todas as crianças que estavam a ser criadas através das verbas concelhias, independentemente de serem expostas, abandonadas ou desvalidas. Só a partir da segunda metade deste século começa a haver a preocupação em diferenciar as crianças expostas das desvalidas, uma consequência do novo quadro legislativo e dos novos regulamentos distritais e nacionais.

crianças começaram claramente diferenciadas, de acordo com o seu verdadeiro estatuto, passando a ser designadas por expostas, abandonadas ou desvalidas.

Todavia, para se evitarem interpretações incorrectas e ambíguas, geradas pelo uso indiscriminado destas denominações, passaremos a designar todas as crianças, presumivelmente abandonadas, por expostas¹⁸⁵, como um grupo bem autonomizado e diferenciado das crianças subsidiadas., excepto quando se trate de citações ou referências documentais. A nossa maior preocupação não tem a ver com a utilização de denominações sinónimas, antes com a irregularidade administrativa e uma certa incúria de alguns escrivães. Contudo, essa diferenciação nem sempre se revelou possível, por culpa de alguns responsáveis da administração local e regional, os quais se limitaram a designar como “expostos da roda” todos os beneficiários deste sistema público de assistência, independentemente de serem crianças enjeitadas ou subsidiadas¹⁸⁶.

Como prova deste procedimento, veja-se como procedeu a administração da Roda de Viana quando mandou entregar um exposto à sua mãe, em 1842. O escrivão da câmara acrescentou ao registo deste “exposto” o seguinte: *«Por informação a que se procedeu, constou que este menino era verdadeiro exposto, pois que a mãe, tendo-o metido na Roda, foi servir de ama de leite e se conserva agora como criada a servir em casa da viúva de João de Sá Pinto»*¹⁸⁷. O conhecimento desta situação acabou por justificar a sua readmissão na Roda, novamente na qualidade de “exposto”, apesar da sua mãe estar perfeitamente identificada e localizada, o que contrariava completamente a diferenciação jurídica estabelecida por Gouveia Pinto. A entrega definitiva à mãe apenas se efectuou dois anos depois, numa altura em que a mesma já havia terminado o desempenho das funções de ama particular (com o filho entregue à caridade pública) e já reunia as condições para o receber, criar e educar.

A administração do concelho de Viana, a exemplo do que se verificava noutros espaços administrativos, continuou a dar cobertura a uma situação que, apesar de ser ilegal e contrária aos objectivos iniciais, mais não representava do que o moldar destas instituições de assistência à realidade social do meio em que estavam inseridas. Assim se justifica que, depois de se descobrir quem era a mãe de uma criança exposta, tenha deliberado continuar a sua criação *«por se verificar que a mãe é solteira e está a*

¹⁸⁵ A designação de “*exposto*” só foi juridicamente abolida após a publicação do Código do Registo Civil, em 1958. Em seu lugar, as crianças que estivessem nessas circunstâncias foram integradas no grupo dos “menores abandonados”. Estes passaram a ser considerados como estando em perigo moral, desde o início do período republicano (dec. de 27 de Maio de 1911. Fariam parte deste grupo de crianças todos os recém-nascidos, filhos de pais incógnitos, que fossem encontrados ao abandono em qualquer lugar (vide art.^{os} 126.º e seguintes do Código Civil de 1958).

¹⁸⁶ O alargamento progressivo da cobertura assistencial dos concelhos, cada vez mais integradora, incluindo as próprias crianças desvalidas, levou os escrivães das câmaras a optarem por designações que nem sempre foram coincidentes no tempo e no espaço, mesmo nas terras das comarcas de Viana e Valença.

Quando as apelidavam de “*postiças*”, os escrivães assumiam um provincianismo que se começou a generalizar entre as populações desta região, como forma de designar as crianças que estavam a ser criadas por famílias não biológicas. Nalguns casos, estas crianças acabaram por dar continuidade à Casa - unidade de produção e consumo- que as havia acolhido e adoptado. Em S. Lourenço da Montaria, uma freguesia rural do concelho de Viana do Castelo, ainda hoje persiste a tradição ancestral de associar as pessoas à Casa, cujo nome foi passando de geração em geração. Uma delas ainda hoje é conhecida por “*Casa da Postiça*”, uma designação que terá resultado da presença de uma “postiça”, a qual terá herdado a casa da presumível ama de acolhimento.

¹⁸⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1837-11843), fl. 131.

servir». uma prova que parece configurar uma discriminação positiva da ilegitimidade, sempre que associada a dificuldades económicas¹⁸⁸.

Esta prática institucional contrariava a posição oficial de diferenciar as crianças expostas das abandonadas, ambas enjeitadas ou deixadas ao abandono pelos seus progenitores, uns conhecidos outros desconhecidos. Com o decorrer dos tempos, a Roda alargou progressivamente a sua cobertura social, ao dar assistência às crianças órfãs pobres ou filhas de pais indigentes¹⁸⁹. A mesma assistência foi assegurada às crianças impossibilitadas de serem amamentadas pelas mães, por falta de leite ou por partos duplos, bem como noutras situações excepcionais, como veremos no capítulo que aborda as motivações e as estratégias subjacentes à exposição de crianças.

Ao assumir uma funcionalidade preventiva, prestando assistência às crianças em risco de abandono, a Roda passou a funcionar como uma instituição de apoio à infância desvalida e abandonada, acolhendo e criando as crianças expostas, mas também aquelas que estavam privadas de uma estrutura familiar que lhes assegurasse a sua sobrevivência. Esta cobertura social realizava-se através do financiamento directo ou indirecto da amamentação, podendo, em casos excepcionais prolongar-se por vários anos, numa situação de paridade com as crianças verdadeiramente expostas.

Como iremos verificar, o impacto destas políticas sociais de apoio à infância desvalida e abandonada e às crianças nascidas no seio de famílias mais carenciadas não correspondeu aos seus objectivos iniciais. À medida que essas políticas se iam instrumentalizando, o sistema tornou-se muito permeável à prática de irregularidades, numa persistente tentativa de apropriação dos seus benefícios sociais. Ora, como isto contrariava o que estava estipulado nas Ordenações do Reino, é natural que este progressivo alargamento da oferta institucional acabasse por limitar a sua acção e a tão desejada eficiência assistencial, em resultado do avolumar de despesas que não poderiam ser integralmente satisfeitas pelos poucos recursos financeiros das câmaras municipais.

1.1-Os expostos em Portugal

«Não seremos excessivos se calcularmos a entrada annual dos expostos em todas as casas da roda e Hospitaes do Reino de Portugal, e Algarve, em 10:000, e o número de existentes até aos 7 anos de idade em 30:000».

Gouveia Pinto, 1828

Todos os indicadores estatísticos apontam para um elevado número de crianças expostas nos países da Europa Meridional, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX,

¹⁸⁸ Já o mesmo não se verificava nos casos em que as mães estavam em condições de trabalhar e se recusavam a fazê-lo, muito menos em relação às “mulheres de má vida”, interessadas em manter o seu anonimato.

¹⁸⁹ Depois da Ordenações Afonsinas terem associado os expostos aos órfãos, a prevalência daqueles acabou por centralizar neles todo o processo assistencial, com as crianças órfãs a poderem beneficiar desse sistema público, na qualidade de desvalidas.

como o parecem comprovar as várias séries de registo de entrada de crianças expostas nas várias instituições de acolhimento, já estudadas. Trata-se de um fenómeno demográfico a que o nosso país não ficou alheio, naquilo que poderá constituir um prolongamento do fenómeno da massificação da exposição de crianças que se terá registado noutros países europeus¹⁹⁰.

Sem deixar de relevar o significado e a importância dos dados estatísticos e das várias séries de expostos para o conhecimento da evolução deste fenómeno demográfico, bem como a sua interligação com a evolução da população, o presente estudo pretende ir muito além da quantificação e análise das várias séries estatísticas, por considerarmos que os expostos não são essencialmente volume, como o afirmou Alvarez Santaló (1980:43-48)¹⁹¹. Efectivamente, são muitos os indicadores institucionais que nos colocam perante um sector de assistência que teve um desenvolvimento substancialmente diferente daquele que as fontes e os números aparentemente nos parecem revelar.

Até meados do século XIX, não dispomos de dados estatísticos oficiais que nos permitam quantificar o número de expostos do nosso país, inviabilizando um estudo comparado que nos leve a compreender a tendência evolutiva deste fenómeno demográfico. A alternativa, demasiado truncada, são os estudos já realizados nalguns concelhos do país, os quais nos fornecem o volume das exposições e da admissão de crianças nas respectivas instituições de acolhimento. Contudo, tais indicadores nem sempre poderão ser comparados, por não resultarem dos mesmos critérios metodológicos ou por não se basearem nas mesmas fontes de informação. Na realidade, enquanto alguns estudos foram realizados a partir dos registos paroquiais, outros resultaram da exploração das fontes municipais ou das fontes de outras instituições de acolhimento.

Como já o referimos, as fontes paroquiais não são representativas do universo dos expostos dum determinado concelho. Por seu lado, quando se utilizam as fontes institucionais, nomeadamente as municipais, a sua quantificação e posterior comparação terá de pressupor o uso de metodologias microanalíticas, com as crianças que foram expostas nas Rodas/Hospícios a serem diferenciadas das crianças que foram subsidiadas pelas mesmas instituições. Não sendo feita essa diferenciação, poderemos ser confrontados com estatísticas que não reflectem a mesma realidade assistencial e que, por isso mesmo, não poderão ser comparáveis¹⁹².

¹⁹⁰ Para comprovar este fenómeno de massas, basta referir as cifras de abandono que foram citadas por Alvarez Santaló (1980:44) para as cidades de Toulouse (13 359 crianças expostas, na segunda metade do século XVIII), Paris (uma média anual de 1700 abandonos para o primeiro quartel do século XVIII, 2 500 para o segundo quartel e cerca de 5000, desde essa altura até ao ano de 1790) e Madrid (28 421 ingressos na Real Casa da Inclusa, de 1765 a 1799, e aproximadamente 40 000 desde 1800 a 1836).

¹⁹¹ Segundo Alvarez Santaló (1980:43), mais do que saber se os expostos eram ou não ilegítimos, a questão fulcral era que praticamente todos eles tinham falecido após a sua exposição, pelo que era sobretudo o seu volume e a constância desse volume que motivava o historiador a enfrentar um fenómeno que poderia ser considerado como um “pecado colectivo”.

¹⁹² Os estudos que não sejam baseados em metodologias microanalíticas, nomeadamente os que resultam dos estudos agregativos e das estatísticas oficiais deverão ser apresentados sob reserva, esperando a sua confirmação. Na realidade, como essa estatística dependia muito dos critérios utilizados por quem procedia a esses levantamentos, bem como dos objectivos subjacentes à sua elaboração, a sua comparação pode colocar-nos perante realidades diferentes, a não ser que todos eles se baseiem nos mesmos critérios contabilísticos. Veja-se, a título de exemplo, como os números poderão subverter qualquer análise demográfica. Na sua estatística do distrito de Viana, Eusébio Coelho (1861:14), pretendendo demonstrar a moralidade das gentes do Alto Minho, começou por comparar o número de crianças legítimas e ilegítimas que nasceram entre 1856 e 1859. Nesses três anos, os nascimentos ilegítimos oscilavam entre os 2,6% e os 2,9% do total de nascimentos, uma percentagem bem inferior àquela que os estudos demográficos nos têm revelado, mas que o autor se apressou a conotar com a

Em Portugal, são ainda bastante reduzidas as investigações empíricas que estudam os expostos na longa duração, mesmo tratando-se de espaços administrativos confinados a um único concelho. Apesar de um desenvolvimento demasiado lento para o aprofundar de uma das problemáticas menos conhecidas e estudadas no nosso país, já foi possível inventariar algumas séries com o volume anual de expostos de algumas instituições de assistência do nosso país (Sá, 1996:49-54), entretanto já complementadas com alguns estudos mais recentes¹⁹³.

Num quadro comparativo com o movimento de expostos da vizinha Galiza, torna-se evidente a importância que a Inclusa do Hospital de Santiago representou no acolhimento das crianças expostas nessa região de Espanha. Assim, enquanto não se processou a descentralização institucional, no século XIX, este Hospital Real funcionou como único centro de acolhimento das crianças expostas de toda a Galiza, o que se repercutia no elevado número de entradas anuais. A sua evolução esteve estreitamente ligada ao desenvolvimento interno da instituição, a qual registou um profundo processo de decadência, ao longo do século XIX, depois de ter atingido o seu auge na segunda metade do século XVIII (Pérez Garcia, 1976:6)¹⁹⁴.

Se compararmos esta reduzida oferta institucional da Galiza com a do noroeste de Portugal, teremos de concluir que, nesta última região e ao longo do século XVIII, já existiam em funcionamento as Rodas do Porto, Braga e Viana, além da obrigação dos principais concelhos acolherem e criarem, à custa das suas rendas, as crianças expostas nos seus espaços administrativos. Contudo, tudo indica que o número total de crianças que entraram nestas instituições portuguesas fosse equivalente e, nalguns períodos, mesmo superior ao movimento de entradas na Inclusa de Santiago.

A partir do processo de descentralização institucional, primeiro em Portugal, depois em Espanha, a proximidade das duas regiões fronteiriças poderá ter facilitado uma certa ligação de mútua reciprocidade, consubstanciada numa circulação de crianças entre as duas regiões, naquilo que poderemos considerar como uma verdadeira “estratégia sem fronteiras”, como o procuramos demonstrar num dos capítulos desta nossa investigação.

Embora tudo indique que os dados estatísticos oficiais do movimento dos expostos nas Rodas do nosso país integrem, indiscriminadamente, os expostos e os subsidiados, vamos apresentar alguns desses indicadores para procurar avaliar a dimensão aproximada dos beneficiários e da cobertura instituições de assistência à infância desvalida e abandonada no nosso país. Em qualquer circunstância, os dados estatísticos são apresentados sob reserva, por não estamos em condições de confirmar se todas as estatísticas distritais englobam indiscriminadamente os expostos e as crianças subsidiadas, como se verificou no distrito de Viana.

Numa análise superficial do movimento e existência dos expostos, em meados do século XIX (*quadro 14*), não restam dúvidas de que se estava perante um importante sector da sociedade portuguesa que beneficiava da cobertura assistencial de um sistema

imoralidade que grassava no distrito. O problema é que muitos nascimentos ilegítimos estavam ocultos pelas Rodas, uma situação desvalorizada pelo autor, por considerar que os expostos eram «*fructos da prostituição*».

¹⁹³ Entre outras, poderemos enumerar as séries relativas ao Porto (Santos, 1978; Sá e Cortes, 1992b), Guimarães (Cunha, 1987), Montemor-o-Novo (Morais, 1987), Loulé (Cortes, 1991), Barcelos (Matos, 1995) e Ponte de Lima (Fonte, 1996), bem como uma sobre Braga (Sá, 1990), esta elaborada a partir dos registos paroquiais. Estas séries nem sempre coincidem no tempo, situando-se no intervalo compreendido entre 1690 e 1910.

¹⁹⁴ Por exemplo, nos quinquénios de 1791-1795 e 1796-1800, o número de ingressos na instituição foi de 3 651 e 4 116, respectivamente. A tendência decrescente registada ao longo do século XIX está bem patente no número de ingressos registados nos quinquénios de 1801-1805 (3 813), 1821-1825 (2 600), 1851-1855 (2 726), 1856-1860 (1 902), 1871-1875 (855) 1891-1895 (598).

público e que apenas encontra paralelo na intervenção privada das Misericórdias, através das suas valências sociais. Na realidade, ascendia a cerca de quinze mil o número de “expostos” que, anualmente, davam entrada nas Rodas do nosso país, a acrescentar a um número equivalente de outros beneficiários que ainda estavam a cargo das Rodas, por terem menos de sete anos de idade. Contabilizando estes últimos, o seu número chegou a ultrapassar as três dezenas de milhar, só não sendo muito superior porque se registava uma elevadíssima mortalidade entre as crianças expostas¹⁹⁵.

Quadro 14
Movimento e existência dos Expostos (e subsidiados?) em Portugal (1849-1853)

<i>ANOS</i>	<i>Existentes</i>	<i>Admitidos</i>	<i>Total</i>	<i>Faleceram</i>	<i>Entregues</i>
1849-1850	17 426	14 625	32 051	9 507	4 106
1850-1851	18 900	14 935	33 835	8 246	4 754
1851-1852	19 069	14 957	34 026	9 468	4 473
1852-1853	19 563	15 358	34 921	9 899	4 370

Fonte: *Almanach de 1855*, pp. 64 e 653

Numa outra perspectiva, não deixa de ser digno de registo o número significativo de crianças que foram entregues aos seus familiares, deixando de estar sob a alçada e os encargos das instituições de acolhimento, embora não saibamos se essas crianças foram reclamadas, entregues compulsivamente ou se atingiram o final do período de criação. Todavia, tudo indica que esse volume de crianças terá de ser explicado pelo facto de nele estarem incluídas as crianças subsidiadas, estas entregues ao fim de alguns meses ou após completarem o período de aleitação. Aliás, a própria mortalidade registada, inferior a 30%, fica bastante aquém dos valores apontados por vários estudos, provavelmente com as crianças subsidiadas a atenuarem esses valores, muitas delas criadas pelas próprias mães e a receberem outros cuidados que não seriam extensíveis a muitas das crianças verdadeiramente expostas.

Se os números relativos a meados do século XIX são bem reveladores da cobertura assistencial das Rodas do país, a partir dessa altura, a tendência ascendente dos beneficiários continuou a verificar-se, como se pode comprovar pela observação do *quadro 15*, só se atenuando e reduzindo substancialmente, a partir da sua substituição pelos Hospícios de admissão justificada. A fazer fé nesses dados, as crianças beneficiárias do distrito de Viana (incluindo as expostas e subsidiadas) representariam cerca de 3% do total nacional, enquanto que as do distrito de Braga representariam cerca de 7%, o que equivale a dizer que as crianças expostas e subsidiadas da região do Minho corresponderiam a 10% do total nacional, aproximadamente. Os distritos do Porto (9 %) e os de Lisboa (33%) eram aqueles que mais expostos tinham a criar nas suas Rodas, em ambos os casos a cargo das respectivas Misericórdias, um número que se ajustará à sua dimensão territorial e populacional.

Aquando da aprovação do novo regulamento para o serviço dos expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino procurou fundamentar e justificar todo um conjunto de alterações institucionais com a apresentação e comparação de alguns dados estatísticos de âmbito nacional e internacional. Com esses dados, pretendia demonstrar a dimensão que este fenómeno

¹⁹⁵ Já alguns anos antes, Gouveia Pinto (1928:234) chegou a afirmar que «*não seremos excessivos se calcularmos a entrada annual dos expostos em todas as casas da roda e Hospitaes do Reino de Portugal, e Algarve, em 10:000, e o número de existentes até aos 7 anos de idade em 30:000*». Este último número deveria incluir as crianças que entravam em cada ano e, muito provavelmente, não apenas as expostas, mas também as subsidiadas.

demográfico havia alcançado, muitas vezes através da prática de inúmeras irregularidades, escondidas sob o mecanismo institucional das rodas. Utilizando essas estatísticas como parte duma estratégia que visava combater a legitimidade e funcionalidade dessas instituições, é muito provável que as mesmas pudessem aparecer tendencialmente inflacionadas, não havendo a preocupação de diferenciar as crianças expostas das subsidiadas.

Quadro 15
Estatística do movimento dos “expostos” nos distritos de Portugal
(Ano económico de 1863-1864)

DISTRITOS	Existentes Junho/1863	Entrados	TOTAL	Falecidos	Entregues	Existentes Junho/1864
Angra	313	173	486	133	55	298
Aveiro	427	111	538	61	54	423
Beja	702	463	1 165	392	145	628
Braga	2 450	967	3 417	498	498	2 421
Bragança	1 208	673	1 881	445	180	1 256
C. Branco	1 107	651	1 758	420	180	1 158
Coimbra	1 029	507	1 536	312	111	1 113
Évora	822	602	1 424	488	56	880
Faro	1 334	731	2 065	564	138	1 363
Funchal	556	138	694	86	61	547
Guarda	1 540	800	2 340	423	279	1 638
Horta	216	103	319	81	58	180
Leiria	793	278	1 071	142	92	837
Lisboa	14 048	3 067	17 115	2 116	816	14 183
P. Delgada	833	528	1 361	320	198	843
Portalegre	398	355	753	238	52	463
Porto	3 027	1 621	4 648	1 051	393	3 204
Santarém	1 145	591	1 736	367	182	1 187
Viana	1 126	519	1 645	280	340	1 025
Vila Real	1 818	1 152	2 970	790	357	1 823
Viseu	1 862	1 387	3 249	920	385	1 944
TOTAL	36 754	15 417	52 171	10 127	4630	37 414

Fonte: Mapa anexo ao Relatório da Comissão, de 16 de Julho de 1867¹⁹⁶

Utilizando os dados estatísticos de 1863, a comissão nomeada para estudar o problema do abandono de crianças, em Portugal, começou por referir que, enquanto no nosso país, incluindo as ilhas, se registaram 16 294 exposições, para um total de 36 753 expostos que estavam a ser criados pelas Rodas, os dados relativos a França mostravam que, no ano de 1860, se registaram 16 347 exposições que, acrescidas aos beneficiários existentes, dava um total de 76 520 expostos. Ora, a comparação destes números tinha por objectivo demonstrar que, em face da grande desproporcionalidade territorial e populacional entre os dois países (a população de França seria cerca de nove vezes superior à de Portugal), não restaria qualquer dúvida sobre a amplitude que a exposição de crianças havia atingido no nosso país. Os resultados deste estudo comparativo visariam deixar os defensores das Rodas sem quaisquer argumentos, mais ainda se fosse tido em consideração que, nessa altura, o período de criação dos expostos terminava aos 7 anos de idade, enquanto que, em França, se prolongava até aos 12 anos de idade.

¹⁹⁶ *Estatística da existência e movimento dos expostos (...)*, publicada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em 16 de Julho de 1867, em anexo ao regulamento para serviço dos expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867.

Os dados relativos ao ano económico de 1863-1864, num período que antecede a extinção das Rodas no nosso país, mostram que estariam a cargo destas instituições portuguesas 37 414 expostos, tendo entrado nesse ano 15 417 expostos¹⁹⁷, a que corresponderia 1 exposto para 109 habitantes e 1 exposição para cada 8 nascimentos. Mais uma vez, ao serem comparados estes indicadores com os registados em França, a comissão concluiu que, neste país, a proporção foi de uma exposição por 471 habitantes e por cada 13 nascimentos, atingida nas províncias em que o sistema estaria pior regulado.

Embora não existam muitos dados comparáveis entre os países ibéricos, dispomos de alguns indicadores estatísticos, relativos ao ano de 1859, que apontam para a entrada de 17 077 crianças nas diversas “Inclusas” de Espanha (Pérez Moreda, 1980:171). Tratando-se de um valor que, se tivesse sido baseado nos mesmos critérios contabilísticos, tornaria equivalente o desenvolvimento deste fenómeno demográfico nos dois países ibéricos, não obstante a desproporcionalidade populacional e salvaguardando a especificidade dos respectivos sistemas de assistência à infância desvalida e abandonada.

1.2-A assistência pública aos expostos em Portugal e Espanha

Não dispomos de informação suficiente que nos permita conhecer adequadamente o processo inicial de intervenção dos concelhos no domínio da assistência pública, em Portugal, a partir do momento em que, por imperativos legais, passaram a fazer parte integrante de uma cadeia hierárquica que foi responsabilizada pelo acolhimento e criação das crianças abandonadas. Como se tratava de um sector que não dispunha de autonomia administrativa e financeira, teremos de nos socorrer de fontes documentais indirectas para conhecer o contexto em que se desenvolveu a assistência aos expostos, nomeadamente dos livros de actas das vereações e dos livros de receita e despesa municipais.

Não obstante os concelhos serem os últimos responsáveis dessa cadeia hierárquica, a inexistência de familiares ou de outras instituições, com rendimentos próprios, fazia reverter para eles o ónus da criação de todas as crianças que eram expostas nos respectivos espaços administrativos. Para esse efeito, competia aos concelhos angariar as verbas necessárias para a sua sustentação, tanto no período em que estes se encontravam sob a tutela do juiz dos órfãos, como após a transferência da sua gestão e administração para a esfera municipal.

Seguidamente, passaremos a identificar alguns aspectos jurídico institucionais da assistência à infância abandonada nos dois países ibéricos, em busca de eventuais pontos de convergência e divergência entre os dois sistemas de assistência. Sem ambicionar um estudo comparado, nem avaliar os resultados da adopção de eventuais políticas e estratégias diferenciadas, parece-nos oportuno conhecer melhor a forma como os poderes civis e religiosos de Portugal e da Espanha enfrentaram o problema do abandono de crianças, a partir do século XVIII. A proximidade geográfica dos dois países parece justificar esta abordagem preliminar, potenciadora de uma eventual circulação de crianças entre as duas regiões de fronteira, a exemplo do que se terá verificado entre alguns dos concelhos circunvizinhos da região estudada.

¹⁹⁷ Os valores apresentados foram corrigidos, visto que o total apresentado no quadro não correspondia ao somatório das respectivas parcelas, embora o erro possa resultar de uma incorrecta indicação dos valores relativos a algum dos distritos.

Numa breve abordagem retrospectiva, é natural que se encontre um certo paralelismo no despertar de sentimentos filantrópicos, estruturados a partir dos deveres de caridade cristã para com o mais desprotegidos, por se tratar de dois países católicos. Sendo assim, a assistência à infância abandonada começou por assumir um carácter benemérito e solidário, de acordo com o espírito cristão e a prática das obras de misericórdia. Todavia, a incapacidade manifestada, perante o avolumar da procura, conduziu à progressiva centralização da assistência nas principais cidades dos dois países, sob o patrocínio de entidades públicas e privadas. A criação desta nova valência assistencial acabou por ser uma consequência natural da proliferação de um número crescente de crianças abandonadas, a pressionar uma maior intervenção dos poderes públicos.

A nova conjuntura política, económica, social e cultural que, na transição do século XVIII para o século XIX, passou a caracterizar a realidade ibérica, revelou-se favorável à adopção de novas políticas assistenciais, numa estreita convergência entre os ideais de solidariedade cristã e uma nova mentalidade populacionista. É nesse contexto que os expostos mereceram uma atenção particular por parte dos governos de Portugal e Espanha, paralelamente a uma crescente preocupação com o despovoamento dos reinos e com a falta de indivíduos para povoar os territórios dos seus vastos impérios.

Ao ser assumido como um dos problemas sociais mais digno de uma superior protecção, os expostos passaram a centralizar as atenções e a redobrar as preocupações dos responsáveis pelo poder central, a partir dos finais do período setecentista. O resultado foi a concepção de um novo quadro legislativo que, apesar de alguma convergência regulamentar, não deixou de evidenciar uma forma diferente de estruturar a assistência aos expostos, em cada um dos Estados Ibéricos.

Influenciado pela vaga iluminista que os estrangeirados se encarregaram de fazer chegar a Portugal, sobretudo por parte daqueles que provinham de França, o nosso país antecipou-se a Espanha na adopção de um conjunto de medidas que revolucionaram a assistência aos expostos, nomeadamente através do alargamento da sua oferta institucional. Baseando-se em argumentos filantrópicos e populacionistas, nomeadamente a necessidade urgente de se preservar a vida de muitas crianças que, por falta de instituições de acolhimento, estariam a ser vítimas de infanticídio, a Intendência Geral da Polícia procurou alterar o panorama assistencial e aumentar substancialmente a tão insuficiente oferta institucional. Foi assim que, em 1783, foi enviada a todos os provedores das comarcas uma ordem-circular a ordenar-lhes que estabelecessem Rodas em todas as vilas, sob a sua jurisdição, ao mesmo tempo que regulamentava o seu funcionamento¹⁹⁸.

Alguns anos depois, nos reinados dos monarcas Carlos III e Carlos IV, foi a vez da vizinha Espanha proceder à regulamentação de toda a assistência aos “expósitos”, cuja tendência de crescimento se vinha acentuando, desde o início do século XVIII. A amplitude que este fenómeno demográfico estava a atingir no reino vizinho, paralelamente ao conhecimento daquilo que outros Estados estavam a fazer para atenuar o mesmo problema, acabou por pressionar o aumento da oferta institucional, contrariando uma tendência inicial de manter centralizada a assistência nos principais centros urbanos. Assim, foi na última década do século XVIII que se publicou a mais importante legislação, a qual determinou o rumo da assistência à infância abandonada em Espanha, dando origem a um movimento descentralizador, bem mais favorável à extensão das “Inclusas”, por todo o território nacional.

¹⁹⁸ Este novo enquadramento institucional, que foi adoptado para o nosso país, será objecto de um maior desenvolvimento num outro capítulo deste trabalho de investigação.

O poder central deu prioridade às crianças abandonadas, com as medidas legislativas a definirem o verdadeiro estatuto jurídico dos expostos. Assim, enquanto que Carlos III procurou impedir que os expostos pudessem ser adoptados por pessoas sem escrúpulos, mais preocupadas em usá-los em benefício próprio do que em educá-los convenientemente, Carlos IV legislou no sentido de acabar com o estigma da marginalidade e com os problemas de inserção social dos expostos. Empenhado na dignificação da criança abandonada, este monarca, por decreto de 5 de Janeiro de 1794, determinou a legitimação, para efeitos civis, de todos os expostos de pais desconhecidos, assimilando-os, em termos laborais e judiciais, à classe dos homens bons. Ao considerar que os expostos não poderiam ser objecto de qualquer discriminação social, a legislação passou a condenar as pessoas que injuriassem estas crianças, chamando-lhes ilegítimos, bastardos, espúrios, incestuosos ou adulterinos (Pérez Moreda, 1980:174).

Todavia, a publicação da Real Cédula de 11 de Dezembro de 1796, de Carlos IV, representou a medida legislativa de maior impacto na reformulação institucional da assistência aos expostos, uma nova regulamentação que, aparentemente, acabaria por ter efeitos equivalentes aos que a ordem-circular de Pina Manique, de 1783, havia tido no nosso país. Através dela, foi estabelecido o *“Reglamento para o estabelecimento das casas de expostos, criação e educação destes”*. O principal objectivo deste novo regulamento era o de *«evitar los muchos infanticidios, que se experimentan por el temor de ser descubiertas y perseguidas las personas que llevan a exponer alguna criatura, por cuyo medio las arrojan y matan, sufriendo después el ultimo suplicio, como se ha verificado»*.

Numa análise detalhada do conteúdo dos dois documentos, parece evidente a existência de uma certa simultaneidade de preocupações, princípios e objectivos entre os dois reinos ibéricos, embora com opções divergentes quanto às instituições e entidades responsáveis pelo acolhimento e gestão deste importante ramo da assistência pública. Efectivamente, enquanto que, em Portugal, esse papel estava reservado ao poder civil, através das câmaras municipais (determinado pelas Ordenações do Reino), em Espanha, essa incumbência cabia à Igreja, sob a supervisão dos prelados das respectivas dioceses. Apenas estariam excluídas deste processo as povoações em que o cabido ou qualquer outro organismo, irmandade ou confraria já tivessem a seu cargo as crianças abandonadas (Pérez Moreda, 1980:174).

Servindo-nos de uma síntese elaborada por Garcia Jimenez (1987:211-212), a Real Cédula de Carlos IV, publicada, em Espanha, no ano de 1796, determinava o seguinte:

1-As dioceses eclesiásticas seriam divididas em partidos ou demarcações, nas quais deveria existir uma “Casa-Cuna” para a admissão dos expostos, dependente da Casa Central dos Expostos de cada diocese. Sob a supervisão e dependência do respectivo bispo, caberia a cada pároco a obrigação de satisfazer as despesas com o vestuário dos expostos, os salários das amas e demais despesas. A relação dos gastos deveria ser remetida à Casa Central de cada diocese, para que o director geral procedesse ao pagamento das referidas despesas;

2-Os expostos deveriam ser preferencialmente lactados e criados na localidade onde tivessem sido abandonados;

3-Para a criação dos expostos, os párocos deveriam procurar amas competentes nas suas paróquias, as quais os deveriam manter pelo menos até aos seis anos;

4-Deveria evitar-se a entrega dos expostos a amas de quem se suspeitasse poderem ser as próprias mães;

5-Para que os expostos pudessem ter as amas mais adequadas, estas deveriam receber uma remuneração que fosse justa e suficiente, como forma de se evitar a elevada mortalidade registada;

5-Seria recomendável que as crianças expostas continuassem em poder das respectivas amas de criação, após terminado o período de amamentação;

7-O habitante da paróquia que encontrasse alguma criança abandonada deveria mandá-la entregar ao respectivo pároco, o qual poderia autorizar a sua criação, por caridade, se tal lhe fosse solicitado, mantendo-a sob estreita vigilância;

8-Para evitar as mortes que poderiam resultar do acto da exposição, por receio das pessoas poderem ser identificadas, recomendava-se às justiças para não molestarem nem indagarem nada acerca dos seus portadores. Pelo contrário, as justiças deveriam castigar aqueles que realizassem os abandonos de noite ou em lugares ocultos, recomendando-se que as exposições se fizessem em lugares públicos e transitados;

9-Os pais que abandonavam os filhos perderiam a pátria potestade, não a podendo reclamar posteriormente, salvo se a exposição fosse justificada pela extrema necessidade dos progenitores.

Este amplo movimento de renovação de tão importante sector de assistência contribuiu, decisivamente, para o aumento do número de “Casas de Expósitos”, uma oferta institucional que se foi ampliando a partir dos finais do século XVIII. Em 1858, havia 49 “Inclusas” em Espanha, das quais estavam dependentes cerca de 100 outras instituições de menor dimensão, acolhendo, no seu conjunto, um total de 35 387 expostos, de diferentes idades (Pérez Moreda, 1980:176). Este número seria bem mais elevado, caso não se registasse uma elevadíssima taxa de mortalidade entre estas crianças abandonadas. Todavia, quando comparados com os números contabilizados para Portugal, um país com uma menor extensão geográfica e dimensão populacional, teremos de concluir que esse fenómeno demográfico terá atingido uma dimensão superior no nosso país, como veremos quando tratarmos da quantificação dos expostos¹⁹⁹.

Na ausência de instituições, tanto públicas como privadas, dispostas a arcar com a responsabilidade económica da gestão dos expostos, a coroa espanhola entregou a sua criação, organização e funcionamento nas mãos dos prelados das dioceses, transferindo para a Igreja os respectivos encargos, uma decisão que revela uma certa incapacidade financeira e a falta de infra-estruturas do poder civil para assumir tão importante função assistencial (Fernandez Ugarte, 1998:39). Assim, a resolução do problema do abandono de crianças, em Espanha, passou a ser exercido por um conjunto instituições beneméritas, maioritariamente sob o patrocínio de entidades eclesiásticas, sempre sob o apoio da caridade privada e, nalguns casos, por iniciativa dos próprios poderes públicos.

Em contraste com uma certa indiferença popular perante o problema dos expostos, mais preocupados em responsabilizar e culpabilizar os pais que os votaram ao abandono, as elites civis e eclesiásticas passaram a assumir uma postura filantrópica, mais consentânea com os padrões ideológicos do Iluminismo. É neste contexto que os bispados, a “diputación” e a junta dos expostos promoveram um conjunto de medidas

¹⁹⁹ Apesar de só dispormos de indicadores estatísticos globais para o nosso país, relativos aos anos de 1849 a 1853, não deixa de ser surpreendente que, em 1853, existissem 34 921 expostos, um número equivalente ao de Espanha, mais ainda quando no nosso país ainda se registava um movimento ascendente, que se prolongaria até à abolição das Rodas, na década seguinte. O que falta comprovar é se esses dados estatísticos são ou não comparáveis, isto é, se os mesmos são reais ou se reflectem realidades diferentes. No que diz respeito aos dados relativos a Portugal, tudo aponta para que esses valores englobem as crianças subsidiadas, o que acaba por inflacionar o número de crianças beneficiárias do sistema.

tendentes a melhorar a sorte destes “*seres desgraciados*” ou destas “*infelices criaturas*”, cuja protecção deveria constituir um dever de todos (Carcamo, 1988:431).

1.3-A Roda dos Expostos

E a Roda do Hospital Real,
rodando dia e noite, ia
recebendo crianças sobre
crianças, a boquita sequiosa,
os cabelos numa névoa de
oiro, sorrindo para a sua
própria desgraça!

Júlio Dantas, *O amor em Portugal no século XVIII*

As Rodas emergiram como uma resposta do poder central ao problema da falta de instituições de apoio à infância desvalida e abandonada e inscreveram-se nos objectivos duma política populacionista. Estas instituições foram dotadas com um mecanismo giratório (*figura 4*) que pretendia assegurar todo o secretismo à exposição de crianças, procurando evitar quaisquer constrangimentos que pudessem levar à perda de muitas crianças, quer pela prática do aborto ou infanticídio, quer pelo seu efectivo abandono ou enjeitamento, em locais que não permitissem recolhê-las a tempo de as salvar.

Figura 4
Roda do Recolhimento de Santiago (Viana)²⁰⁰



Eis como César Anjo (1950:427) descreveu a roda dos expostos:

«(...) era constituída por um cilindro de madeira vertical, de 80 cm a 1 m de diâmetro, girando sobre o seu eixo e com uma abertura suficiente para nele se poder depositar uma criança. Este cilindro ocupava por completo uma abertura na parede do edifício, onde se recolhiam os expostos. A portadora do enjeitado

²⁰⁰ Esta roda pertencia ao Recolhimento de Santiago e é idêntica à “roda dos expostos”, as quais desapareceram depois de terem sido desmanteladas, em 1866. Dada a semelhança, alguns investigadores chegaram a afirmar, sem qualquer fundamento, que esta roda serviu para nela serem expostas as crianças enjeitadas.

não tinha mais do que depositá-lo na Roda e fazer girar esta meia volta, pois no interior da casa, a rodeira, em serviço permanente, receberia a criança, sem poder ver quem a trazia. Assim, a entrega fazia-se nas melhores condições de anonimato para a portadora e de segurança para a criança».

Conhecida a sua origem e utilização conventual, cuja principal finalidade seria a de impedir o contacto visual entre o interior e o exterior destas instituições religiosas, por forma a não perturbar o recolhimento e a sua privacidade interior, a adopção da roda nestas novas instituições de assistência acabou por assumir uma função similar. A diferença residia no facto deste mecanismo rotativo impedir que, do interior da instituição, se pudessem identificar as pessoas que nela depositavam as crianças.

Inicialmente confinadas às Misericórdias dos grandes centros urbanos, as Rodas foram-se difundindo por outras cidades e vilas mais importantes, como se verificou em Braga e Viana, nos finais do século XVII, estas sob a égide e a tutela municipal. A resistência de vários concelhos à sua implementação, por temerem os efeitos adversos de tão convidativa oferta institucional, adiou, por cerca de um século, a sua generalização por outras terras das comarcas do reino. Foi com a ordem-circular de 10 de Maio de 1783 que se pôs fim a uma resistência quase secular, ao obrigar as autoridades locais a criarem estas instituições nos respectivos espaços administrativos. A Intendência Geral da Polícia ordenou aos provedores para estabelecerem nas terras das suas comarcas uma casa com um lugar próprio onde se pudessem expor as crianças, sem que se conhecesse quem as entregava²⁰¹. Era a adopção oficial da roda como instrumento de recepção das crianças expostas e, simultaneamente, como instituição de acolhimento e gestão de um importante ramo da administração pública²⁰², depois de experimentada nalgumas das principais localidades do nosso país.

Ao garantir o anonimato dos agentes ou cúmplices da exposição de crianças, este mecanismo institucional acabou por permitir que nele se expusessem indiscriminadamente quaisquer crianças, independentemente de se enquadrarem ou não nos objectivos que haviam presidido à sua criação. Nesse contexto, a Roda passou a simbolizar e a representar a oferta institucional, funcionando como uma componente imprescindível de um jogo de estratégias subjacentes à respectiva procura e utilização, como já o havíamos demonstrado aquando da análise do movimento de entradas na Roda de Ponte de Lima (Fonte, 1996b:44).

Seguidamente, vamos procurar dar a conhecer a evolução da oferta institucional nos vários concelhos das comarcas de Viana e Valença, desde a fundação das Rodas à sua substituição pelos Hospícios, como ponto de partida para a avaliação de eventuais repercussões no aumento da procura e no funcionamento de todo este modelo de assistência à infância desvalida e abandonada.

²⁰¹ Segundo esta ordem-circular, os provedores deveriam criar nas terras das suas comarcas «*huma casa em que haja hum lugar onde se possam expor as creanças sem que se conheça quem as leva (...), estabelecendo pelo modo mais fácil Rodas em que elles sejam expostos e creados á custa das comarcas e dos Povos que lhe derão o ser*» (A.M.V.C., Ordem-Circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, Livro de Registo de Leis, n.º 28, 1777-1790, fls. 53 v.º e 54).

²⁰² Para evitar interpretações incorrectas do seu verdadeiro significado etimológico e institucional, passaremos a utilizar a palavra “**Roda**”, com letra maiúscula, para designar a instituição de acolhimento e assistência às crianças enjeitadas e desvalidas, e a palavra “**roda**”, com letra minúscula, para designar o mecanismo giratório e sigiloso onde eram expostas as crianças.

2-A oferta institucional do Minho e da Galiza²⁰³

Não será possível estudar uma eventual circulação de crianças entre o Alto Minho e a Galiza sem conhecer o contexto jurídico-institucional em que se terá estruturado e desenvolvido este fenómeno demográfico. Trata-se, sem dúvida, de um objectivo muito complexo que procuraremos abordar de uma forma sucinta, por estarmos perante um corpo legislativo e normativo de âmbito local, regional e nacional muito extenso, o qual foi sofrendo sucessivas alterações, mais ou menos profundas, como consequência da evolução política, económica e social dos respectivos países ibéricos.

Como são duas regiões de fronteira, considerámos pertinente procurar saber se a oferta institucional, disponibilizada por cada uma destas regiões do noroeste peninsular, terá sido aproveitada pelas populações raianas, naquilo que poderíamos considerar como uma “estratégia sem fronteiras”. A ter sido uma realidade, seria necessário procurar indagar quais as motivações familiares ou colectivas que poderão ter estado na origem da exposição de crianças de origem espanhola (provavelmente galegas), em Portugal, e de crianças portuguesas (provavelmente minhotas), em Espanha, um assunto que abordaremos em capítulo próprio.

Desde os finais do século XVII, até ao início do último quartel do século XVIII, a actual região do Minho dispunha de duas instituições onde poderiam ser expostas directamente as crianças, enquanto que na Galiza apenas existia uma instituição, com idênticos objectivos. No seu conjunto, em toda esta região do noroeste peninsular, a oferta institucional apenas se circunscrevia às Rodas de Braga e de Viana (Minho) e à “Inclusa” do Hospital Real de Santiago (Galiza). Esta última, a exemplo do que se verificava com as Rodas de Braga e de Viana na região do Minho²⁰⁴, terá exercido um papel centralizador e monopolizador de atracção de expostos de toda a Galiza (Pérez Garcia, 1976:7), o que não deixaria de acarretar problemas de funcionalidade, dada a sua extensão territorial.

2.1-A Inclusa do Hospital Real de Santiago

A Galiza, apesar de integrar várias províncias e um conjunto alargado de municípios, com uma dimensão territorial mais extensa que a província de Entre Douro e Minho, começou por centralizar a assistência à infância abandonada no Hospital Real de Santiago, uma situação que se prolongou até ao século XIX. Esta instituição de assistência é contemporânea das primeiras Misericórdias em Portugal e foi fundada pelos Reis Católicos, nos finais do século XV, num período caracterizado por profundas transformações políticas e pela emergência de novos problemas sociais, a pressionarem a reorganização da assistência por toda a Europa. Como instituição secular, este

²⁰³ Para facilitar o estudo comparado das instituições de assistência na Península Ibérica (no caso presente, entre o Alto Minho e a Galiza), poderemos referir que as instituições de acolhimento das crianças desvalidas e abandonadas, em Portugal, eram as “**Rodas**”, em Espanha designadas por “**Inclusas**”. Por seu lado, o mecanismo giratório onde eram depositadas ou expostas as crianças era designado no nosso país por “**roda**”, equivalente ao “**torno**” de Espanha que visavam garantir o anonimato de quem lá colocava as crianças, com estas a serem recolhidas pela “**rodeira**” (em Portugal) ou pela “**ama mayor**” (em Espanha).

²⁰⁴ No caso português, se alargarmos a área de influência a toda a vasta região de Entre Douro e Minho, não poderíamos deixar de realçar a importância da Roda do Porto (fundada por D. Pedro II, em 1689) no contexto da assistência à infância desvalida e abandonada, o que dá uma nova dimensão à oferta institucional do Norte de Portugal, bem superior à disponibilizada na vizinha Galiza.

Hospital Real representou um verdadeiro marco histórico no panorama da assistência de toda a Península Ibérica.

Numa conjuntura de grande fervor religioso e devoção pelo apóstolo S. Tiago, que se reflectia na crescente afluência de peregrinos à cidade, o Hospital de Santiago iniciou a sua secular acção assistencial no início do século XVI, beneficiando das prerrogativas inerentes ao seu estatuto de instituição criada e mantida sob imediata protecção régia. Depois de alguns séculos de intensa actividade assistencial, este Hospital deu os primeiros sinais de decadência, nos finais do século XVIII, após a instalação do Colégio de Medicina e Cirurgia. Esta situação acentuou-se ao longo do século XIX, sobretudo a partir de 1821, ano em que sofreu os efeitos das desamortizações e da consequente nacionalização dos seus bens. A partir de 1846, foi transformado em Hospital Central da Galiza, para passar a Hospital Provincial, em 1880, sob a tutela administrativa da Corunha (Eiras Roel, 1967-1968:300-301).

A partir do momento em que o Papa Júlio II outorgou a esta grande instituição de assistência da Galiza, localizada num dos principais centros de peregrinações da cristandade, os mesmos privilégios do Hospital do Espírito Santo, de Roma, o seu alcance social foi substancialmente alargado, tendo-lhe sido conferida a valência social de assistência às crianças abandonadas²⁰⁵. Esta nova valência iniciou a sua actividade numa época e numa região onde se verificava uma grande mobilidade humana, a contrastar com a ausência de infra-estruturas sociais de apoio. Era uma carência que os próprios Reis Católicos puderam comprovar aquando da sua passagem, em peregrinação, por Santiago de Compostela²⁰⁶.

Embora a criação deste Hospital Real surgisse mais como resposta à necessidade de prestar apoio e assistência aos peregrinos e enfermos, o aumento progressivo do número de crianças abandonadas na Galiza, a exemplo do que se verificava em toda a Península Ibérica e noutros países europeus, passou a centralizar à sua volta as maiores preocupações. Perante a proliferação de tal problema social, deve-se à intervenção de Carlos V a institucionalização da assistência aos expostos, através das Constituições de 1524. Para o efeito, fez reverter, em seu benefício, a maior parte dos recursos materiais e humanos da nova instituição hospitalar, com prejuízo de outras importantes funções assistenciais, claramente secundarizadas face à nova emergência social. Assim, a partir do segundo quartel do século XVI, o Hospital Real já integrava as suas principais valências: a assistência aos peregrinos, aos enfermos e aos expostos.

O imenso acervo documental deste Hospital - a atestar a dimensão e complexidade administrativa da assistência às crianças expostas - despertou o interesse dos investigadores que encontraram nessa documentação um manancial de informação para a história da instituição e para a história social e demográfica da Galiza. Isso mesmo ficou bem patente nos estudos desenvolvidos por Eiras Roel (1967-1968), sobre a Casa dos Expostos do Real Hospital de Santiago, e por Pérez Garcia (1976), sobre a

²⁰⁵ Para um melhor conhecimento da acção desenvolvida pelo Hospital Real de Santiago, fundado nos finais do século XV, pelos reis católicos, sugerimos o capítulo desta dissertação, sobre o “*Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza*”.

²⁰⁶ Os Reis Católicos decidiram fundar este Hospital na cidade de Santiago «*viendo quan mal atendida se hallaba en ella la fervorosa devoción de tantos Peregrinos como concurrían á visitarle y venerarle en su Sagrado Sepulcro y Templo, de las mas remotas Provincias de la Christandad: (pues ni los sanos teniam Albergue donde recogerse, ni los que enfermaban curación), y que al mismo tiempo no habia en todo el Reyno disposicion, ni providencia para criar y educar los Niños expósitos, siendo mas sensible la pérdida de sus almas por falta del Bautismo, que la de sus vidas por la del sustento*». (Estas finalidades da fundação do Hospital foram citadas por Eiras Roel, in “*La Casa de Expósitos del Real Hospital de Santiago en el Siglo XVIII*”, nota 13, p.303, Boletín de la Universidad Compostelana, n. 75-76, 1967-1968).

mortalidade infantil na Galiza. São trabalhos pioneiros que tiveram a particularidade de introduzir na produção historiográfica uma temática praticamente ignorada e que perspectivou novos trabalhos de pesquisa e múltiplas abordagens que muito têm contribuído para um melhor conhecimento da história da Galiza²⁰⁷.

2.2-A fundação da Roda de Viana

Até finais do século XVII, a assistência prestada pela câmara de Viana às crianças expostas esteve praticamente circunscrita à angariação de amas para a sua criação e à satisfação dos encargos daí resultantes. Em termos assistenciais, além da falta de recursos financeiros, a principal dificuldade residia no facto do concelho não dispor de uma instituição onde se pudessem expor as crianças, preparada para lhes prestar os primeiros socorros, nomeadamente o seu agasalho e amamentação, antes de serem entregues às amas de criação externas.

Inserido num movimento que se pretendia descentralizador e com uma maior cobertura institucional, D. Pedro II, por resolução de 11 de Agosto de 1698, deu ordem para que se fundasse a Casa da Roda de Viana, dotada de condições para a recepção das crianças expostas. Estas deveriam ser posteriormente entregues a amas externas que se responsabilizassem pela sua criação, com os respectivos salários a serem pagos pelos sobejos das sisas²⁰⁸.

Logo no início de 1699, em sessão realizada no dia 7 de Janeiro, a câmara de Viana aceitou uma proposta de rematação da obra de construção da “Roda dos Enjeitados” pelo preço de 25\$000 réis. A nova instituição foi instalada numa casa da Rua das Padeiras (actual Viela das Padeiras), no espaço exterior e contíguo às muralhas, em local considerado adequado para a exposição de crianças, tanto de dia como de noite, em condições de segurança e anonimato²⁰⁹. Em sessão realizada no dia 28 de Abril de 1699, a câmara de Viana mandou procurar uma mulher de leite para assistir na “Roda dos Enjeitados”. Por reunir os requisitos exigidos, foi nomeada Domingas de Faria, mulher de Bento da Silva, para assistir e receber, a qualquer hora da noite, as crianças que nela fossem expostas. Ao mesmo tempo, deveria encarregar-se da sua amamentação, enquanto as mesmas não fossem entregues às amas de leite externas. Esta primeira rodeira da Roda de Viana comprometeu-se a cumprir as suas obrigações, sob pena de estar sujeita a ser expulsa e substituída, em caso de manifesto incumprimento²¹⁰.

A Roda - uma instituição que se destinava ao acolhimento das crianças que nela eram directamente deixadas, bem como das crianças que eram expostas em qualquer outra parte da vila ou das freguesias do termo de Viana - acabaria por assumir uma função centralizadora, ao representar uma oferta institucional que extravasava os próprios limites concelhios, por despertar a procura de habitantes doutros concelhos circunvizinhos. Estes, não dispondo de instituições similares, terão visto nesta instituição uma oportunidade para transferirem para este concelho os encargos inerentes

²⁰⁷ Entre muitos outros, poderemos destacar o trabalho de J. M. Perez Garcia, “*La mortalidad infantil en la Galicia del siglo XIX. El exemplo de los expósitos del Hospital de los Reyes Católicos de Santiago*”, Liceo Franciscano, Santiago de Compostela, 1976, XXIX, núm. 85-87, e o trabalho de Delfin Garcia Guerra, “*El Hospital Real de Santiago (1499-1804)*”, Fund. P. Barrie Maza, Coruña, 1983, dedicando o capítulo quarto ao ramo dos expostos.

²⁰⁸ A.M.P.L., Alvará de 11 de Agosto de 1698, Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1699-1703), fl. 83.

²⁰⁹ A.M.V.C., Livro das Vereações da Câmara de Viana (1698-1699), fl. 25 v.º.

²¹⁰ A.M.V.C., Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1699-1701), fl.43.

à criação das crianças expostas. Tal não significa que fosse uma prática generalizada, até porque alguns dos concelhos circunvizinhos, que se haviam recusado a fundar as suas próprias Rodas, continuavam a ser obrigados a criar as crianças que apareciam expostas nos seus espaços administrativos. Era essa a sua obrigação, a não ser que se viesse a descobrir que essas crianças eram originárias doutros concelhos, um problema que logo se apressavam a resolver, com a sua entrega, por intimação, aos seus familiares, uma transferência formal que poderia beneficiar da colaboração das autoridades locais.

Sentindo-se penalizada por esse efeito centralizador, a câmara de Viana viu-se obrigada a encontrar uma forma de contornar o problema, para evitar mais prejuízos para o seu tão depauperado cofre municipal. A solução passou pela decisão de encerrar a sua Roda, transferindo para as diversas freguesias do seu termo a responsabilidade de criação das crianças que eram expostas no seu termo administrativo. Contudo, esta dispersão pelas diferentes freguesias, segundo critérios que se pretendiam equitativos, em função do número de habitantes de cada uma delas, não representou uma verdadeira e justa solução para o problema, sobretudo porque desencadeou um conjunto de estratégias que se repercutiram negativamente no processo de criação das crianças expostas. Estas foram as principais vítimas da nova experiência assistencial, com a mortalidade a registar níveis muito elevados. Era uma preocupação acrescida para quem via nessas crianças um potencial demográfico, a preservar, mas um alívio para aqueles que estavam a suportar os encargos inerentes à sua criação.

O exemplo seguinte é bem representativo de algumas das situações vividas em determinadas freguesias do termo de Viana. Em 30 de Novembro de 1717, a freguesia de Perre, a quem havia falecido a exposta Francisca Teresa, recebeu, em sua substituição, o exposto André, que havia aparecido dentro de uma cestinha no púlpito do Bom Jesus, em Viana. No ano seguinte, recebeu a exposta Feliciana para substituir um outro exposto que também faleceu, estando-lhe reservado o mesmo fim de quem tinha acabado de substituir. Era o resultado duma política assistencial imposta, da qual as populações não se conseguiam libertar, obrigadas a receber e a criar as crianças que iam substituindo aquelas que não sobreviviam. Na prática, as autoridades locais limitavam-se a transferir para as populações das freguesias o encargo com a criação dos expostos, depois do poder central se ter eximido das suas obrigações assistenciais.

Conscientes da gravidade do problema, o doutor juiz de fora, o procurador do concelho e os vereadores do senado da câmara «*desta m.¹⁰ notável villa de Vianna da Foz do Lima*» decidiram dar a conhecer a D. João V a desordem em que se encontrava a criação dos expostos desta vila, da qual estaria a resultar uma grande falta de serviços a Deus e a Sua Majestade. Como a criação dos expostos estava a ser feita pelas diferentes freguesias, à custa dos seus moradores²¹¹, estes procuravam-nas entregar a quem por menos os aceitasse. Ora, como havia famílias que viviam em situações muito precárias, muitas dessa crianças acabavam por ser criadas por “mulheres pobríssimas” e, muitas das vezes, “mulheres dissolutas” que, segundo as autoridades locais, as deixavam morrer ao desamparo, logo que recebessem os primeiros pagamentos.

As mesmas autoridades locais queixavam-se e protestavam, junto do rei, contra a falta de Rodas nos outros concelhos da comarca de Viana, de que resultaria um aumento

²¹¹ Em 26 de Novembro de 1719, a câmara de Viana desobrigou a freguesia de concorrer para a criação da exposta Benta, que estava a ser criada na freguesia de Nogueira, à custa dos seus habitantes. Essa medida resultou do facto de se haver descoberto quem era o pai dessa exposta. Depois de a reconhecer como sua filha, o pai, Simão Gomes, residente em Viana, comprometeu-se a mandá-la criar por sua conta e a pagar o dinheiro com que os seus habitantes haviam concorrido para a sua criação (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, de 1716 a 1756, fls.305 e 305 v.º).

do número de crianças expostas no termo de Viana. Explicitando a sua argumentação, afirmaram que, como lhes havia mostrado a experiência anterior, muitas das crianças expostas na Roda de Viana provinham de fora do termo, uma consequência natural da sua inexistência noutras terras da comarca, porque as autoridades locais se haviam recusado a cumprir uma anterior determinação régia. Os grandes prejudicados deste sistema centralizador estariam a ser os povos da vila de Viana e seu termo, pelo excessivo dispêndio de verbas que tinham de retirar dos sobejos das sisas, como estava previsto no alvará régio que lhes havia sido enviado, em 1698.

2.3-Tentativa de criação de mais Rodas na comarca de Viana

Pouco depois do alvará que havia criado a Roda de Viana, o rei D. Pedro II manifestou a sua particular preocupação com a insuficiência de condições e meios para assistir as crianças enjeitadas, nesta região do país, bem como com os efeitos atractivos da recém-criada Roda de Viana. Sem outras alternativas institucionais, esta corria o risco de passar a centralizar a exposição de crianças de toda a comarca. Para resolver o problema, este monarca, por alvará de 20 de Setembro de 1698, ordenou aos doutores juizes de fora e ordinários das vilas de Ponte de Lima, Monção, Vila Nova de Cerveira, Arcos e Barca o seguinte:

«Que mandem em cada seu julgado fazer hua Caza com Roda q' servirá p.^a nella se porem os emgeitados aonde averá hua (ama) prompta p.^a os receber e dahi se darão a criar a amas limpas (...) a quem se farão os pagam.^{tos} aos mezes na forma do d.^{to} Alvara, por conta dos sobejos das sisas dessas dittas villas adonde estiver a ditta Roda p.^a cuja observancia havera em cada hua dessas d.^{tas} villas hu libro particullar p.^a nelle se carregar tudo declarado no Alvara (...)»²¹².

Este processo de implantação de novas Rodas nos concelhos, acima referenciados, não mereceu a devida aprovação por parte dos órgãos de poder local, como que a prever as implicações de tal medida, ou seja, o aumento do número de expostos e o consequente crescimento das respectivas despesas. Ao resistirem ao movimento de generalização das Rodas, as autoridades locais estariam a travar o aumento das exposições nos seus espaços administrativos, o que acabaria por penalizar os concelhos de Viana e Braga, os únicos da região do Minho que estavam dotados com tais instituições, uma situação que se prolongou por quase mais um século.

2.4-Encerramento e reabertura da Roda de Viana

Este novo modelo de acolhimento e assistência às crianças expostas foi objecto de um período de experimentação pela câmara de Viana, na expectativa de avaliar os seus resultados, bem como o impacto da renúncia dos outros concelhos ao movimento de expansão destas instituições, proposto nos finais do século XVII.

Logo no início do século XVIII, em sessão realizada no dia 29 de Março de 1702, a câmara de Viana, na presença dos representantes da nobreza e do povo, analisou os abusos que se estariam a registar na Roda de Viana, a qual havia sido criada por provisão de Sua Majestade, com a condição de que outras instituições similares fossem estabelecidas nas restantes vilas da comarca de Viana. Ora, como esses concelhos se haviam recusado a cumprir essa deliberação, com o fundamento de que tais instituições acabariam por atrair crianças de toda a província e de fora dela - o que tornaria

²¹² A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1625-1626), fls. 83 e 83 v.º.

insuficientes os sobejos das sisas para a sua sustentação - os presentes consideraram que o concelho de Viana estaria a ser muito prejudicado, por estar a contribuir para a criação de crianças que não eram naturais do seu espaço administrativo.

Na sequência de uma profunda reflexão sobre o sistema vigente, os intervenientes na referida sessão pública deliberaram, com a concordância de todos, que seria justo que se acabasse, de imediato, com os abusos praticados, através do encerramento da «roda de pedra e cal». Além disso, como a câmara se achava muito endividada, esta apenas se comprometeria a retirar do sobejo das sisas as verbas necessárias para a criação das crianças que aparecessem na vila. Aquelas que fossem expostas nas freguesias do seu termo deveriam ser criadas à custa das suas freguesias, como já antes se havia praticado. Com o encerramento da sua “Roda dos Enjeitados”, a câmara suspendeu o ordenado da rodeira que havia contratado para nela receber e assistir os expostos²¹³.

O encerramento compulsivo da Roda de Viana não se prolongou por muitos anos. Assim, em reunião realizada no dia 8 de Fevereiro de 1713, a câmara de Viana deliberou reabrir a sua Roda e contratar uma nova ama interna ou rodeira. A argumentação utilizada apontava para a necessidade de se preservar a vida dos expostos, visto que muitos deles estariam a morrer, por não haver uma “Casa dos Enjeitados”, com uma ama para os receber e amamentar, do que resultaria serem expostos «*por várias partes e andando de casa em casa sem haver caridade*». Para o cargo de rodeira foi contratada a mulher de Diogo Gonçalves, a qual se obrigou a estar presente e a servir o dito ministério na dita casa, recebendo o ordenado de 12\$000 réis anuais²¹⁴. Contudo, a reabertura desta instituição não significou a centralização das exposições, com as despesas a serem assumidas pela câmara municipal. Esta apenas suportaria os encargos com a criação dos expostos que eram criados pelas amas da vila, com as restantes a serem distribuídas pelas várias freguesias do seu termo, ao cuidado e encargo dos seus habitantes.

Se a criação das crianças expostas na vila de Viana parecia controlada, com livro de registo próprio, o mesmo não se verificava em relação às crianças que eram distribuídas e criadas à custa das diferentes freguesias do seu termo, registadas no livro das “amas do campo”. Na realidade, nalgumas destas freguesias assistiu-se ao desencadear de um conjunto de estratégias, encenadas pelos seus habitantes para se eximirem dos encargos com a sua criação, umas vezes, através de abandonos simulados, outras vezes, ocultando a morte das crianças expostas.

A distribuição dos expostos pelas freguesias do termo baseava-se em critérios que se pretendiam equitativos, em função do número de fogos de cada uma delas, o qual vinha quantificado no início do livro de registo dos expostos das freguesias rurais (*quadro 16*). Como a freguesia de S. Cláudio apenas tinha 8 fogos, o “doutor juiz presidente”, por um despacho emitido no ano de 1718, mandou retirar-lhe uma exposta que estava a ser amamentada e criada nessa pequena freguesia, como forma de «*evitar a grande opressão que tinha a sobredita em criar hua exposta*»²¹⁵.

Eram frequentes as irregularidades praticadas pelos representantes do poder local de várias freguesias, na tentativa de se livrarem da obrigação de suportar a criação de crianças alheias. Por exemplo, os eleitos das freguesias de Cardielos e de Vila Mou terão ocultado, “maliciosamente”, o falecimento de dois expostos que estavam a ser criados nas suas freguesias. O mesmo fizeram os eleitos da freguesia de Carreço, ao não

²¹³ A.M.V.C., Termo de encerramento da Roda dos Enjeitados, Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1701-1706), fls.13 e 18.

²¹⁴ A.M.V.C., Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1701-1706), fl. 96.

²¹⁵ Ao mesmo tempo, determinou que esta freguesia se unisse à de S. Salvador para, em conjunto, passarem a criar os expostos que à dita freguesia de S. Salvador viessem a ser atribuídos.

comunicarem o óbito de uma exposta que havia falecido na freguesia, em 22 de Agosto de 1717. Esta estratégia, que visava aliviar os habitantes da freguesia dos encargos com uma nova criação, acabou por levar à penalização dos eleitos locais, tanto «*pelo descuido como pela velhacaria*» de terem dado conta do pagamento às amas, até ao ano de 1719, quando se descobriu que a mesma exposta já havia sido enterrada, dois anos antes, na igreja dessa mesma freguesia²¹⁶.

Quadro 16
Freguesias e fogos do termo de Viana (1716)

Freguesias	Fogos	Freguesias	Fogos
Âncora	199	Amonde	80
Santa Marta	187	Baltasares	76
Afife	173	Meixedo	75
Perre	168	Nogueira	72
Carreço	162	Cardielos	71
Outeiro	144	Meadela	67
Lanheses	129	Vilar	53
S. Lourenço	99	Vila Mou	47
Serreleis	93	S. Salvador	36
Soutelo e S. Pedrinho	85	S. Cláudio	8

Fonte: A.M.V.C., *Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1756-1756)*, fl.17 v.º.

Esta distribuição dos expostos pelas freguesias prolongou-se até ao ano de 1769, altura em que o juiz de fora, por provimento de 30 de Março, exigiu ao escrivão da câmara, sob pena de suspensão, a colocação de uma nota à margem do acórdão que havia determinado a distribuição dos expostos pelas freguesias. Nela se deveria declarar a revogação da anterior deliberação, por ser contrária ao que D. Pedro II havia determinado, nos finais do século XVII²¹⁷.

²¹⁶ Idem, fl. 361.

²¹⁷ A.M.V.C., *Livro de Registo dos Expostos de Viana (1716-1756)*, fl. 15.

3-O alargamento da oferta institucional

Como vimos, a segunda metade do século XVIII ficou marcada pela definição de um novo quadro legislativo e regulamentar da assistência à infância abandonada, bem como pelo alargamento da respectiva rede assistencial, para dar cobertura à crescente procura. Na realidade, a situação estava a tornar-se verdadeiramente insustentável, tanto para os concelhos como para as crianças abandonadas, com os primeiros a não conseguirem ou a não estarem preparados para dar resposta às crescentes solicitações e as segundas a tornarem-se as principais vítimas de tão inconsistente e inoperante sistema assistencial.

A intervenção do poder central não se fez esperar, até porque a situação contrariava claramente os objectivos duma política populacionista, com muitas crianças a perecerem por falta de instituições de acolhimento. Como reflexo da mentalidade populacionista, então reinante, Diogo Inácio de Pina Manique enviou a todos os provedores das comarcas uma ordem-circular, datada de 10 de Maio de 1783²¹⁸, cujo principal objectivo era alargar a rede assistencial de acolhimento das crianças expostas e regulamentar a sua criação²¹⁹.

A finalidade da intervenção do Estado seria a de salvar a vida de muitas crianças que continuavam a ser sacrificadas *«como inocentes victimas da indolensia com que os Povos vem perecer tantos cidadãos que poderiam ser uteis ao Estado e glória para a Nação»*. De acordo com o que estava determinado na citada ordem-circular, cada provedor *«hirá pessoalmente a todas as terras da sua Comarca e em cada hua das villas della estabelecerá hua casa em q' haja hum lugar onde se possão expor as crianças sem que se conheça quem as leva»* (...). Era a legalização e a generalização das Rodas como instituições de assistência à infância abandonada, dotadas de um instrumento que garantisse todo o sigilo à exposição de crianças.

Todavia, como nas comarcas de Viana e de Valença não foi dado o devido seguimento ao que havia sido estipulado na citada ordenação, Pina Manique teve de enviar uma nova ordem-circular à provedoria de Viana, em 14 de Janeiro de 1786, questionando as razões de tal incumprimento, cuja inobservância havia dado motivo a repetidas queixas que chegavam à Intendência Geral da Polícia. Ao mesmo tempo, desejava saber qual a razão do não envio do mapa das Rodas que deveriam ter sido estabelecidas, assim como o número de expostos que nelas existiam e os que haviam falecido. Solicitava, ainda, à provedoria de Viana para que se certificasse do verdadeiro estado em que se encontrava a administração dos expostos nas respectivas comarcas, verificando se os juízes de fora ou ordinários, sob os quais recaía a tutela das respectivas Rodas, estavam a ser vigilantes ou omissos na sua administração. Finalmente, desejava saber se os presidentes das sisas pagavam atempadamente as despesas, de acordo com as Ordenações do Reino, sob pena de prisão para todos os procuradores dos concelhos

²¹⁸ A.M.V.C., Ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, cit..

²¹⁹ A Intendência Geral esperava uma colaboração eficaz dos provedores das comarcas para que esta diligência se praticasse em todo o reino, com a celeridade que o problema justificava. Assim, recomendava-lhes que dessem execução à referida ordem-circular, no termo de dois meses, *«(...) fazendo rezistar esta ordem em todas as cameras della, de que remetterá Certidão à Secretaria desta Intendencia de assim se ter executado, declarando os nomes das terras aonde se estabalecerão as ditas Cazas de Expostos para que findos os ditos dous mezes eu possa fazer presente a Sua Magestade que se achão estaballecidas todas as providencias necessarias para a conservação da vida de tantos inocentes vassalos»* (Idem, fl. 55 v.º).

que se recusassem a pagar a criação dos enjeitados, remetendo-os para a cadeia da cabeça de comarca²²⁰.

Decorrido quase um século, após a primeira tentativa de fundar as Rodas nos principais concelhos da comarca de Viana, a ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, não teve uma aplicação imediata, não obstante nela se determinar que os provedores lhe deveriam dar execução, no prazo de dois meses. Não sabemos se a responsabilidade, por este incumprimento, foi da provedoria de Viana ou dos procuradores dos concelhos, sem excluir a hipótese, muito provável, de ter sido a própria Intendência Geral da Polícia a não conseguir fazer chegar a referida ordem-circular aos seus destinatários ou estes a ignorarem formalmente a sua recepção²²¹.

Quadro 17
População e concelhos do Alto Minho com Rodas, nos finais do séc. XVIII²²²

Concelhos	População	Rodas	Concelhos	População	Rodas
Comarcas			Comarcas		
Comarca de Viana			Soajo	1 365	--
Aboim da Nóbrega	1 174	--	Souto	573	--
Alberg. ^a de Penela	2 714	Roda	Souto de Rebordões	886	--
Amares	5 044	Roda	Terras de Bouro	3 646	Roda
Arcos de Valdevez	19 592	Roda	V. N. de Cerveira	5 954	Roda
Bertiandos	863	--	Valdreu	924	--
Bouro	176	--	Viana	18 163	Roda
Cibões	577	--	Vila Garcia	99	--
Coura	8 604	Roda	Comarca de Valença		
Facha	1 153	--	Caminha	9 880	Roda
Geraz de Lima	1 563	--	Fiães	640	--
Gomide	176	--	Valadares	9 782	Roda
Lanheses	1 591	--	Valença	8 147	Roda
Lindoso	621	--	Comarca de Barcelos		
Monção	10 756	Roda	Castro Laboreiro	1 359	--
Paredes Secas	285	--	Correlhã	1 315	--
Pico de Regalados	6 335	Roda	Gondufe	362	--
Ponte da Barca	9 735	Roda	Melgaço	4 030	Roda
Ponte de Lima	13 568	Roda	Nogueira	76	--
Queij. ^a e Boalhosa	306	--	Comarca de Braga		
Rendufe	1 685	--	Feitosa	271	--
S. ^{ta} Marta de Bouro	3 166	--	Capareiros	645	--
Sabariz	199	--	Cabaços	568	--

²²⁰ A.M.V.C., Ordem-circular de 14 de Janeiro de 1786, Livro de Registo de Leis, n.º 28 (1777-1790), fls. 53 e 53 v.º.

²²¹ Efectivamente, apesar da mesma obrigar os provedores das comarcas a darem-lhe a devida execução, no prazo de dois meses, o escrivão da câmara de Viana apenas fez a sua transcrição, em 24 de Fevereiro de 1787, depois de ter sido enviada uma segunda via, em anexo a uma nova ordem-circular, emitida no dia 14 de Janeiro de 1786. Nela se continuava a apelar à provedoria da comarca para que lhe desse cumprimento no espaço de dois meses, não obstante um atraso de cerca de quatro anos, em relação à ordem-circular original.

Em relação à comarca de Barcelos, à qual pertenciam os concelhos de Melgaço e alguns concelhos e coutos secundários da região em estudo, a citada ordem-circular de 10 de Maio de 1783 foi enviada ao doutor ouvidor da comarca, com a data de emissão de 14 de Junho de 1783, mas apenas transcrita no livro das despesas, em 15 de Março de 1786 (Matos, 1995:255).

²²² O dados relativos à população dos concelhos do Alto Minho, que integravam as comarcas de Viana, Valença, Barcelos e Braga, foram extraídos do *Mapa da Província de Entre Douro e Minho*, levantado por Custódio José Gomes de Vilas-Boas, em 1794 e 1795 (Cruz, 1970).

Não foi pacífico o processo de criação desta nova rede assistencial, tendo-se arrastado por alguns anos, antes do quadro institucional do Alto Minho ser substancialmente alargado, com a criação de Rodas nos concelhos mais povoados, a partir do ano de 1787 (*quadro 17*). Tudo indica que esta resistência inicial, mais do que de forças de bloqueio organizadas, terá resultado de uma convicção generalizada de que esta nova oferta institucional acabaria por levar a um significativo aumento da procura e à prática de abusos, o que penalizaria as populações, não isentas. Estas acabariam por ser obrigadas a contribuir directamente para a sua sustentação, caso os concelhos não tivessem rendimentos suficientes para suportar as despesas de criação, o que aconteceria com a maioria deles.

Em 5 de Julho de 1800, a Intendência Geral da Polícia enviou ao provedor da comarca de Viana uma nova ordem-circular, a manifestar toda a sua preocupação com o estado em que se encontrava a criação dos expostos nas terras da sua jurisdição. Nela se pedia a execução do seu teor, devendo ser remetida aos magistrados e juizes ordinários das vilas da sua comarca, para que fosse registada nos livros competentes. Diogo Inácio de Pina Manique começou por afirmar que constava na sua Intendência que os juizes de fora e ordinários da comarca de Viana, de há uns tempos a esta parte, estariam esquecidos das suas obrigações, na conformidade da Ordenação (livro I, título 88. parágrafo 11) e mais ordens régias. Estas últimas recomendavam o estabelecimento de “Rodas dos Enjeitados”, cujos avisos haviam sido enviados, em 10 de Maio de 1783 e 14 de Janeiro de 1886, os quais deveriam estar registadas nos livros da provedoria e nos das câmaras das vilas da comarca²²³. Pelo contrário, os responsáveis locais estariam «*abandonando hum objecto tão digno em que entreça o Estado e serviço do Príncipe Regente Nosso Senhor em lhe ganharem Baçalos, que muitos delles perecem pela necessidade de serem alimentados, já humas vezes por incuria daquelles a quem estão confiadas as administraçoens das Rodas*»²²⁴.

Como estava em causa salvar os vassallos do príncipe regente, a referida ordem-circular mandava executar as referidas providências, não havendo lugar para mais reflexões, apenas sendo possível proceder à sua eventual alteração, quando se verificasse algum inconveniente. Os meios estariam assegurados pelo que estava determinado na sobredita ordenação e nos alvarás subsequentes. Caso o provedor da comarca viesse a detectar qualquer incumprimento por parte dos juizes ordinários, por ocasião da sua visita anual de correição, estes deveriam ser punidos com pena de prisão, a ser cumprida na cadeia da comarca²²⁵. Perante tal medida punitiva, as resistências iniciais à criação das Rodas deverão ter sido desvanecidas. Como consequência, a partir do início do século XIX, as comarcas de Viana e Valença passaram a dispor duma rede assistencial alargada, ao serviço dos expostos, mas progressivamente aberta a novos beneficiários (*mapa 6*).

É com base no cruzamento da documentação municipal e distrital que vamos procurar fazer uma breve resenha histórica das instituições de assistência desta região²²⁶, que passaram a integrar a vasta oferta institucional da região de Entre Douro e Minho, excluindo a já citada Roda de Viana, fundada nos finais do século XVII, a qual já mereceu uma análise mais pormenorizada. Sobre esta instituição, poderemos

²²³ Não localizámos nos diferentes livros de registo da câmara de Ponte de Lima a transcrição da referida ordem-circular, apenas algumas das ordens emitidas no período subsequente.

²²⁴ A.M.P.L., Livro das Correias (n.º 2) da Câmara de Ponte de Lima, fl.140.

²²⁵ Idem, fl.141.

²²⁶ Além da documentação municipal, vamos servir-nos de um relatório distrital, elaborado no ano de 1860, numa altura em que a junta geral do distrito e o governo civil de Viana eram responsáveis pela administração deste ramo da assistência pública (A.G.C.V.C., Relatório distrital de 9 de Junho 1860, Pasta 1.15.4.11-4).

acrescentar que o edifício onde estava estabelecida (na Rua das Padeiras) foi sofrendo uma progressiva degradação, o que obrigou o município a realizar algumas obras de beneficiação²²⁷. Contudo, em 1841, a câmara de Viana decidiu proceder à venda da «sobredita morada de casas que servia de Roda dos Expostos, com o pretexto de poder trocar a dita casa por outra», a qual foi adquirida por um negociante da vila, José Maria Barbosa, pelo preço de 112\$000 réis²²⁸. Em sua substituição, a câmara municipal, em sessão realizada no dia 12 de Novembro de 1841, deliberou adquirir uma outra casa, agora na Rua do Espírito Santo (muito próxima da anterior), para nela instalar a Roda dos Expostos²²⁹.

Mapa 6
Localização das Rodas dos Expostos nos concelhos do Alto Minho (1835-1855)



Como já referimos, foi na sequência da citada ordem-circular de 10 de Maio de 1783 que a rede assistencial se estendeu a outros concelhos das comarcas de Viana e Valença. Dando cumprimento ao que nela estava determinado, a câmara de Ponte de Lima, em sessão realizada no dia 8 de Outubro de 1787, com a presença do provedor da comarca, deliberou criar a **Roda de Ponte de Lima**, com um atraso de cerca de quatro anos em relação ao que havia sido determinado na citada ordem-circular²³⁰.

A exemplo do que se passava com a maioria dos outros concelhos, a câmara de Ponte de Lima não possuía edifício próprio para instalar a “Roda Pública dos Expostos”. A solução passou pelo aluguer de uma casa que era propriedade de João de Abreu e Maia, com uma renda inicial de 4\$800 réis anuais, aumentada para 6\$400 réis,

²²⁷ A.M.V.C., Livro das Vereações da Câmara de Viana (1721-1726), fl. 112 v.º.

²²⁸ O conselho de distrito, em sessão realizada no dia 11 de Novembro de 1841, autorizou a Câmara de Viana a «vender a velha Casa da Roda e proceder à compra de uma outra casa, situada na Rua do Espírito Santo, com o n.º 4», como resposta a uma solicitação que lhe havia sido feita pelas autoridades municipais (A.G.C., Livro das Actas das Sessões do Conselho de Distrito, 1838-1842, fl. 231 v.º).

²²⁹ A.M.V.C., Livro de Rematações das Rendas da Câmara de Viana (1802-1845), fls. 212 v.º-213 v.º.

²³⁰ No dia 8 de Outubro de 1787, o provedor da comarca de Viana, Bernardo Xavier Alves Machado, compareceu na reunião da câmara de Ponte de Lima para, na presença do doutor juiz de fora e do procurador do concelho, apresentar «as ordes que lhe foram enviadas pela secretaria da Intendencia geral da pulcía da Corte e Reino e se mandarão resistar no libro competente dos Registos desta Camera» (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, 1781-1787, fl. 243).

em 1804, um valor que se manteve inalterável, até meados do século XIX. Segundo um relatório enviado ao Governo Civil de Viana, esta casa era «*um edifício térreo pequeno e falho das necessárias comodidades*»²³¹.

Encontrada a casa destinada à recepção das crianças expostas do concelho, o senado de Ponte de Lima, em sessão realizada no dia 10 de Setembro de 1792, deliberou «*que se fizesse huma roda para a Caza dos Expostos, á maneira da dus conventos em que couvesse huma criança*»²³². Era a dotação da Casa da Roda com o mecanismo «*onde se possam expor as crianças sem que se conheça quem as leva*», um objectivo que estava contemplado na ordem-circular de 1783, mas que não vinha expresso no seu regulamento interno.

Em meados do século XIX, coincidindo com um período em que se havia desencadeado um polémico debate sobre as vantagens, inconvenientes e legitimidade das Rodas, a câmara de Ponte de Lima, em sessão realizada no dia 16 de Outubro de 1851, deliberou construir um edifício de raiz para servir de Casa da Roda. Esta instituição de assistência deveria satisfazer as exigências dos regulamentos em vigor e ser dotada com as condições consideradas necessárias à sua função assistencial. Era o resultado da preocupação das autoridades locais com a falta de condições higiénico-sanitárias para o acolhimento dos expostos, procurando reduzir as elevadas taxas de mortalidade registadas.

Elaborado o auto de arrematação deste empreendimento municipal, a construção da Casa da Roda foi inscrita no orçamento da câmara do ano de 1851. Depois de ter andado em pregão pela vila, a obra de pedreiro foi entregue a João Gonçalves Novo, pelo preço de 232\$000 réis, tendo a obra de carpinteiro e caiador sido orçada em 298\$000 réis.

De acordo com o caderno de encargos, a Casa da Roda deveria ser construída «*no sítio das Cruzes, com a frente para o rio e será executada segundo o risco ou planta que neste acto é presente, terá de cumprimento oitenta e dois palmos, de altura dezoito e de largo quarenta e dois*»²³³.

A obra foi concluída em 1853 (*figura 5*), ficando localizada na parte superior do calvário da vila, fora do perímetro amuralhado e num local bem acessível, tendo as suas obras reais sido executadas pelo mestre pedreiro, Tomás Gonçalves (*figura 6*).

Segundo o relatório distrital de 1860, a Roda de Ponte de Lima encontrava-se instalada numa boa casa do centro da vila e estava provida de berços e de roupas indispensáveis ao agasalho dos expostos que ali davam entrada. Porém, o esforço que a municipalidade havia desenvolvido para melhorar a assistência aos expostos não estaria a ter devida correspondência no serviço prestado²³⁴. Para comprovar este facto, o relator citava o caso de um exposto que ali havia observado e que se encontrava “definhadíssimo”, provavelmente pelo pouco cuidado da rodeira, cuja falta de “curiosidade e cautela” em cuidar destes infelizes ele próprio havia observado e registado. Contudo, salvo alguns problemas de contabilidade, o relatório era abonatório para a câmara de Ponte de Lima, por se mostrar atenta e empenhada no cumprimento das disposições regulamentares²³⁵.

²³¹ A.G.C.V.C., Mapa dos Hospitais, Casas de Expostos e Cadeias, Pasta 1.16.5.4-5.

²³² A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1787-1795), fl. 121 v.º.

²³³ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1848-1851), fls. 148 e 149.

²³⁴ Nesta altura, a Roda de Ponte de Lima estava a criar 260 expostos, sendo 93 de lactação e os restantes de seco. Havia ainda um exposto com 11 anos, «*por defeito de idiotismo*», tendo o conselho de distrito deliberado que continuasse a ser criado pela Roda, com o vencimento mensal de 1\$000 réis.

²³⁵ A.G.C.V.C., Relatório distrital de 9 de Junho 1860, Pasta 1.15.4.11-4.

Figura 5
Casa da Roda de Ponte de Lima

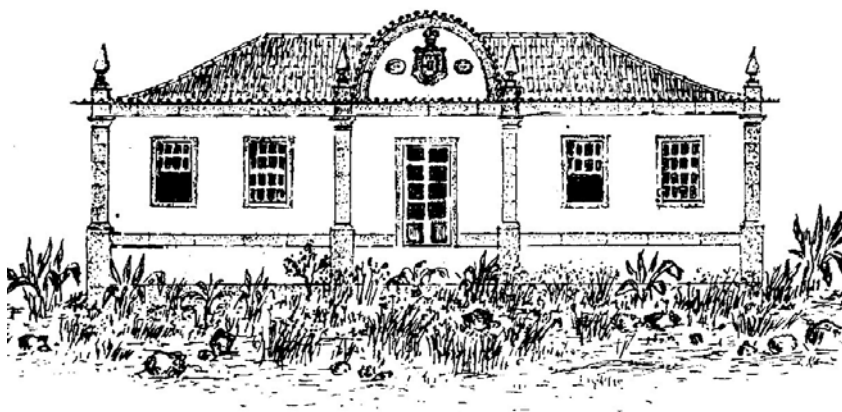
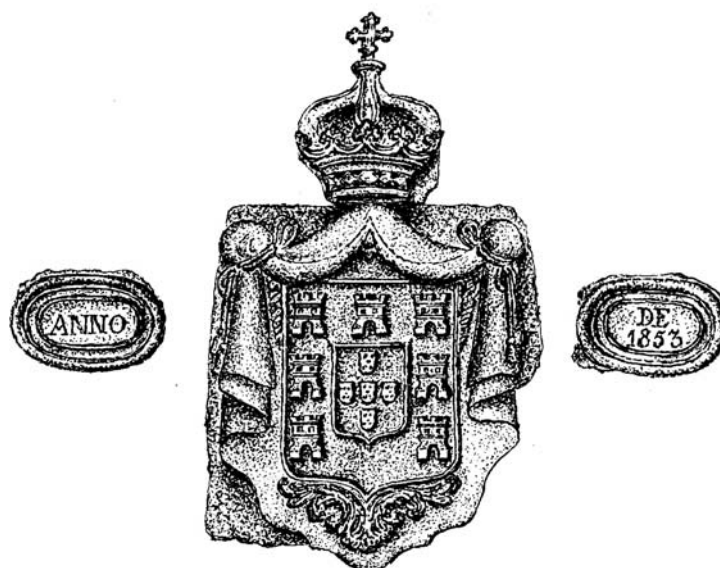


Figura 6
Armas da Casa da Roda de Ponte de Lima



O processo de fundação da **Roda de Monção** foi iniciado no dia 12 de Março de 1788, numa reunião de câmara que contou com a presença do provedor da comarca. No cumprimento do que havia sido superiormente determinado, o provedor, depois de obter o acordo do corpo do senado e seu presidente, ordenou que *«se estabelecesse huma Roda publica pera se exporem os emgeitados em huma casa que para isso se destinaria no sítio mais comado e oculto desta villa na coal assistira huma mulher de bom leite para receber os emgeitados a toda a hora que forem expostos»*²³⁶.

Apesar desta deliberação, com carácter de urgência, como forma de procurar atenuar o problema da falta de Rodas, a câmara de Monção só em acto de vereação, realizado no dia 16 de Junho de 1790, tomou a seguinte posição pública:

«(...) Visto se ter feito exactas diligências em procurar sítio para se edificar a Roda dos Expostos, que se não deveria formalizar dentro desta vila, por ser praça fechada, com que ficava faltando a liberdade de se poderem expor na casa

²³⁶ A.M.MC., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1785 e seguintes), fl. 78.

os expostos, a qualquer hora da noite (...) e não se encontrava maior comodidade do que nuns pardieiros que se acham arruinados e sem habitação de pessoa alguma, contíguos às portas desta Praça onde está a guarda principal militar, que pode acudir a qualquer acontecimento ou motim que haja na mesma casa e que, ao mesmo tempo, é oculta para se facilitar a entrega dos mesmos Expostos (...) o Procurador do Concelho disse se louvava pela parte do Concelho para nova Casa da Roda»²³⁷.

No início do século XIX, a Roda da vila foi transferida para uma outra casa, também situada fora das muralhas. Em 1807, a câmara decidiu substituir a anterior rodeira por Maria Rosa, casada com António Francisco Inácio, por esta ter leite, ao mesmo tempo que mandou notificar Diogo de Pina Velho para não dispor da casa que tinha de arrendamento em Venturelo, extra-muros da vila de Monção, «*por ser precisa para a Roda que o procurador do concelho fará pôr nela*»²³⁸.

Não sabemos quanto tempo terá funcionado a Roda de Monção neste local. Porém, em sessão da câmara, realizada no dia 31 de Agosto de 1841, foi deliberado que se mandasse reedificar a Roda dos Expostos do concelho, porque a existente se encontrava «*incapaz de servir e de todo arruinada*»²³⁹. No ano seguinte, foi apresentado um requerimento por parte da rodeira dos expostos, Maria Rodrigues, a qual, autorizada por seu marido, solicitava a atribuição da quantia de 4\$800 réis anuais para aluguer da sua casa, para servir de Casa da Roda. Analisada a petição, a câmara, considerando que não tinha casa própria para esse efeito, decidiu conceder à dita rodeira a quantia solicitada para o arrendamento de sua casa, cujo pagamento só deveria ter efeito após a sua aprovação pelo conselho de distrito²⁴⁰. Em 1864, a câmara nomeou Ana Rosa Rodrigues, do lugar de Venturelo, para servir de ama de leite da Casa da Roda e «*amamentar os expostos enquanto não são entregues às amas criadeiras (...), por reunir todas as qualidades físicas de saúde precisas para o fim mencionado e a considerar idónea para tal fim*»²⁴¹.

Segundo o relatório de 1860, a Roda de Monção estava situada a cerca de dois quilómetros do centro da vila, em casa alugada pela câmara, com uma renda anual de 4\$800 réis. Como essa distância era considerada prejudicial, o relator sugeriu que a Roda se pudesse localizar mais próxima ou dentro da vila, para facilitar a exposição de crianças. Esta instituição tinha ao seu cuidado 63 expostos, 12 deles de lactação e 2 com mais de 7 anos, por estarem com moléstia.

A **Roda de Valença** foi fundada nos finais do século XVIII, por ordem do juiz de fora, Caetano Pereira Pontes, sendo destinada à criação dos expostos desta vila e seu termo, no seguimento de uma recomendação escrita que o provedor da comarca havia deixado no livro das contas do senado, em 14 de Agosto de 1799. O juiz de fora determinou que se estabelecesse uma Roda Pública para se exporem as crianças enjeitadas, numa casa que o senado da câmara viesse a destinar para esse fim, localizada nos arrabaldes da vila. Esta casa deveria ser suficiente para nela habitarem a rodeira e uma mulher de leite, prontas para receberem as crianças expostas e cumprirem as obrigações que estavam estipuladas no respectivo regulamento interno²⁴².

²³⁷ Idem, fl. 140.

²³⁸ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1798 e segs.), fl. 88.

²³⁹ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1840-1842), fl. 42 v.º.

²⁴⁰ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1842-1848), fl.9.

²⁴¹ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1863-1869), fl.

²⁴² A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl.2.

No dia 31 de Agosto de 1799, Mariana Isabel, mulher de José Soares de Melo, apresentou-se ao juiz de fora desta vila de Valença do Minho, para ser nomeada administradora da Casa da Roda. Perante os Santos Evangelhos, esta rodeira prestou o seguinte juramento:

«(...) que se obrigava a assistir e morar na casa que por este juízo foi destinada para recebimento e Roda dos Expostos que nela forem aparecidos, com a condição de não dormir fora de casa e de acudir a qualquer sinal ou toque que se der na Roda para recolher o exposto, socorrendo-o logo com alimento preciso, alinho e asseio, fazendo todo o reparo para a vida do exposto, dando logo parte aos Senhores Magistrados (...), guardando segredo, nem publicando as pessoas da entrega, sendo estas de nosso Reino, e havendo alguma suspeita que são de fora dele logo dará parte para se prevenir o que for justo»²⁴³.

Faltava encontrar a casa para estabelecer a nova instituição de assistência. Dessa tarefa se incumbiu o juiz de fora que, em 11 de Setembro de 1799, elaborou um auto de exame a que havia procedido nas Casas de S. Vicente²⁴⁴, tendo considerado que *«podia servir das ditas casas uma sala e cozinha e mais uma terra que ficava a nascente da mesma para sustento de uma cabra que a ama deveria ter»²⁴⁵*. A Roda de Valença não funcionou sempre em S. Vicente, tendo mudado para uma casa do arrabalde de Cristelo, por iniciativa da rodeira Mariana Isabel que, no dia 1 de Abril de 1811, comunicou essa mudança ao juiz de fora, tendo este concordado com a transferência, por ser *«a dita casa decente e capaz como ela informava e se fizesse o pagamento do ajuste dela ao senhorio»²⁴⁶*.

A partir de 1857, os registos dos expostos passaram a localizar a Roda na “Coroadá”, também designada por “Rastilho da Obra Coroadá”. Segundo o relatório distrital de 1860, a Roda de Valença estava instalada em edifício apropriado²⁴⁷, com os objectos que lhe eram indispensáveis, pelo qual a câmara pagava uma renda anual de 14\$400 réis. Em 1860, esta instituição criava 49 expostos, 16 dos quais eram de lactação e 2 com mais de 7 anos (por incapacidade física). A câmara tinha a contabilidade bem organizada e com todas as despesas pagas.

De seguida, passaremos a fazer algumas referências às restantes Rodas da região, a partir das informações contidas no relatório distrital de 1860²⁴⁸, numa altura em que o seu número havia sido reduzido a uma dezena, correspondente aos 10 concelhos do distrito de Viana, após a extinção do concelho de Valadares e da respectiva Roda.

²⁴³ Idem, fls. 4 v.º e 5.

²⁴⁴ Para o efeito, foi acordado com o dono da casa o pagamento de uma renda de 8\$000 réis anuais, um valor que foi aumentado para 14\$400 réis, a partir do início do ano de 1805 (Idem, fl. 6 v.º).

²⁴⁵ Na falta ou insuficiência de leite materno, os expostos deveriam ser alimentados com o leite da cabra que estaria nos terrenos anexos à Casa da Roda.

²⁴⁶ Depois de mandar dois louvados avaliar a nova Casa da Roda, estes afirmaram que valia de renda 1\$200 réis por mês, mantendo o valor que se pagava anteriormente (Idem, fl. 126).

²⁴⁷ Após a abolição da Roda, em 1866, o Hospício de Valença aparece localizado na Rua da Trindade.

²⁴⁸ Em relação à **Roda de Viana**, este relatório confirma algumas das informações já referidas, continuando a funcionar na Rua do Espírito Santo (depois de transferida da Rua das Padeiras), em edifício próprio da câmara. Nesta casa trabalhava a rodeira, com um vencimento anual de 28\$800 réis, e mais três amas internas de leite, com um salário anual igual aos das restantes amas de amamentação. Estavam a cargo da Roda 233 expostos, incluindo 87 de lactação e 6 com mais de 7 anos de idade, cuja continuidade da criação fora autorizada pelo conselho de distrito, uns por demência, outros por aleijão ou doença. A principal irregularidade detectada tinha a ver com o facto de muitos expostos não terem as competentes medalhas, tendo recomendado que se lhes colocassem ao pescoço, como determinava o regulamento distrital.

A **Roda de Arcos de Valdevez** estava estabelecida numa casa apropriada, com berços e roupa de agasalho indispensável, por cujo aluguer a câmara pagava 14\$400 réis anuais. O número total de expostos era de 210, sendo 97 de criação de leite e os restantes de seco, incluindo um que já ultrapassara a idade de 7 anos e que continuava a cargo da Roda, por determinação do conselho de distrito, atendendo aos seus defeitos físicos. Segundo o relatório distrital de 1860, os expostos, de um modo geral, estariam a ser bem tratados, pelo que a apreciação global era favorável à municipalidade, a qual estaria a tratar com esmero estes “infelizes”. Embora estivessem satisfeitas todas as despesas realizadas, foram registadas algumas “imperfeições” na sua contabilidade, em desarmonia com o que estava determinado no regulamento distrital de 29 de Agosto de 1852.

A **Roda de Caminha** estava estabelecida numa casa alugada que se localizava extra-muros, em local suficientemente ventilado²⁴⁹, pela qual a câmara pagava uma renda anual de 6\$000 réis. Os 23 expostos existentes (5 dos quais de lactação), estariam a ser bem tratados, tendo sido realçado o empenho da câmara na administração deste ramo da assistência pública, apesar das dificuldades sentidas para arranjar boas amas, devido ao diminuto estipêndio que lhes era atribuído.

A **Roda de Coura** localizava-se na freguesia de Paredes²⁵⁰, sede do concelho, e funcionava numa casa alugada, com uma renda anual de 4\$800 réis. Criando um total de 43 expostos, 14 dos quais de lactação, o autor do relatório distrital considerava que todos estariam a ser bem tratados, embora tivesse verificado algumas situações em que não se estaria a dar cumprimento integral ao que estava estipulado no regulamento distrital.

A **Roda de Melgaço** estava estabelecida na vila, em casa que era propriedade da câmara municipal. Em 1860, todos os 26 expostos que estavam a seu cuidado e encargo estavam a receber bom tratamento, com 4 deles ainda em período de lactação e os restantes em poder de amas de seco.

A **Roda de Ponte da Barca** estava a funcionar na vila, na casa da própria rodeira, a quem a câmara pagava 27\$600 réis anuais, pelo trabalho e pelo respectivo aluguer. Estavam a cargo desta instituição 73 expostos, sendo 15 de lactação e os restantes de seco.

A **Roda de Vila Nova de Cerveira** estava estabelecida em casa apropriada, situada dentro da vila, com um aluguer anual de 4\$800 réis, pago pela câmara municipal. Estavam a cargo da instituição 33 expostos, 8 deles de lactação.

Tendo por base este relatório distrital, o governador civil de Viana elaborou um parecer, com o objectivo de «*melhorar quanto possível este ramo d’administração publica*»²⁵¹, o qual foi enviado, por circular, às câmaras municipais dos diversos concelhos. Nesse parecer, o governador civil apelava aos presidentes das câmaras do distrito para que providenciassem energicamente e com toda a solicitude uma boa observância do que estava superiormente regulamentado.

²⁴⁹ A.G.C., Resposta do administrador interino do concelho à circular enviada pelo administrador geral do distrito de Viana, em 1837 (Pasta 1.16.5.4-5).

²⁵⁰ A Roda de Coura foi fundada em 6 de Novembro de 1787, com a câmara municipal a deliberar criar a “Roda em Paredes” (in Brandão, M. J. da Cunha, *Efemérides de Coura*, 3.ª edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1998, p. 35).

²⁵¹ A.G.C.V.C., Relatório do Governador Civil do Distrito de Viana, Pasta 1.15.4.11-8.

3.1-O regulamento interno das Rodas

A criação de Rodas nos principais concelhos das comarcas de Viana e Valença obrigou a uma tentativa de harmonização dos procedimentos que deveriam ser seguidos ao nível da sua gestão e administração. Era uma incumbência dos provedores das comarcas, em estreita ligação e colaboração com os órgãos de poder local, definirem as linhas orientadoras que deveriam ser seguidas por todas as pessoas directamente envolvidas no processo, em consonância com o que havia sido determinado na ordem-circular de 1783.

Como vimos, o provedor da comarca de Viana começou por dar cumprimento ao que havia sido determinado, estabelecendo a Roda de Ponte de Lima e aprovando o seu regulamento interno²⁵², o qual acabará por servir de modelo e referência para as restantes Rodas que se foram criando noutros concelhos da mesma comarca. Denotando uma inequívoca preocupação com os aspectos de natureza financeira, o novo regulamento determinava o seguinte:

1-Que visto a câmara de Ponte de Lima não dispor de rendimentos que chegassem para satisfazer a criação dos expostos, a despesa deveria ser satisfeita pelo cabeção das sisas desta vila e termo;

2-Que se estabelecesse uma Roda pública no sítio mais oculto e “comado” da vila, nela devendo assistir continuamente uma mulher que serviria de rodeira, a qual seria obrigada a ter sempre uma ou duas mulheres de leite para acudir com o sustento aos expostos. A rodeira deveria ter sempre mel disponível e manter a luz acesa de noite, zelando para que os expostos não viessem a perecer por falta de alimento e agasalho e tudo o mais que fosse preciso²⁵³;

3-Os expostos não poderiam ser conservados na Roda mais de três dias e, no termo deles, o ministro presidente seria obrigado a entregá-los a uma ama de leite, depois de examinada e aprovada pelo médico do partido;

4-Sempre que aparecesse algum “enjeitado”, a rodeira deveria informar a administração municipal para que lhe fosse aberto o assento no respectivo livro de registos, com a informação da hora e do dia em que foi exposto, bem como com a declaração, por extenso, de todos os sinais e peças de que constava o seu enxoval. O assento deveria ser elaborado em folhas individuais, por ordem alfabética e de acordo com as instruções do provedor da comarca que deveriam estar bem expressas no início do livro de registos. Não constando, por escrito, que o “enjeitado” já vinha baptizado, a rodeira deveria apresentá-lo ao pároco para lhe fosse ministrado esse sacramento;

5-A rodeira receberia o ordenado de 12\$800 réis ou aquilo que parecesse mais justo, enquanto que às amas se lhes pagaria a *«porção de moeda e meia»*, como se praticava no momento;

6-As amas deveriam ser socorridas sempre que apresentassem as crianças com alguma moléstia grave;

²⁵² A.M.P.L., Regulamento da Roda de Ponte de Lima, in Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, 1781-1787, fl. 243.

²⁵³ A generalidade dos objectos das Rodas dos concelhos do Alto Minho acabaram por desaparecer, incluindo as próprias rodas, o que não permite a sua reconstituição e exposição pública, como símbolos de uma época e de um processo de assistência à infância abandonada.

Não foi isto que se verificou com a Casa da Roda de Almeida, na região das Beiras, a qual foi reaberta, como museu, em 2000, de acordo com a sua configuração primitiva. Com esta iniciativa, coordenada e dinamizada por Moutinho Borges, pretendia-se criar um “Centro de Estudos de Expostos da Europa”. Nessa Casa/Museu, além da roda estabelecida na sua fachada, poderão observar-se, entre outros objectos, os biberões de vidro, os pratos em ferro, as colheres de pau, o lampadário para aquecer o leite das crianças, o berço e a tarimba da rodeira.

7-Os pagamentos às amas deveriam ser feitos pelo juiz de fora, à vista do termo de cada enjeitado, com a descarga no livro do depositário das sisas;

8-O juiz de fora seria obrigado a fazer revista aos enjeitados, pelo menos duas vezes no ano, para além da revista geral que seria efectuada pelo doutor provedor da comarca. As crianças maltratadas deveriam ser mudadas para outras amas que as pudessem cuidar melhor;

9-Logo que falecesse algum enjeitado, a ama seria obrigada a dar ou a mandar dar parte ao escrivão da câmara, no termo de três dias²⁵⁴, com a declaração do dia em que o mesmo tinha falecido, para não se lhe pagar mais tempo do que o vencido. Nestes casos, deveriam dar-se seiscentos réis às amas para pagamento da mortalha, enquanto que os párocos seriam obrigados a enterrá-los gratuitamente, por serem os baptismos e os enterros objecto de caridade cristã e obrigação civil²⁵⁵.

O regulamento da Roda de Valença, elaborado nos finais do século XVIII, acrescentou mais algumas normas que haviam sido esquecidas ou ignoradas nos regulamentos de outras Rodas da comarca de Viana. Com elas, pretendiam-se melhorar determinados aspectos de natureza burocrática, como o preenchimento de alguns campos no registo dos expostos e uma maior vigilância nos pagamentos dos salários às amas²⁵⁶. Estas seriam obrigadas a apresentar os expostos duas vezes por ano, em acto de câmara, uma após a Páscoa e outra no final do mês de Outubro, com o objectivo de serem revistados e conferidos pelos respectivos assentos. Outras medidas suplementares poderiam ser tomadas pelo provedor da comarca, nomeadamente a de examinar particularmente cada um dos expostos, para se certificar do seu estado de criação e mudar aqueles que não estivessem a ser bem tratados.

Um outro ponto que não estava contemplado no regulamento da Roda de Ponte de Lima relacionava-se com os expostos sobreviventes que completavam os 7 anos de idade, deixando de estar a cargo das respectivas câmaras municipais. O regulamento de Valença recomendava aos magistrados desta vila que fossem zelosos para com essas crianças, entregando «*os varões a lavradores que os eduquem na lavoura e as fêmeas a mestres que lhe ensinem o ofício de alfaiate, algibebe e sapateiro, casados e de bons costumes, por aquele tempo e anos que se julgar necessário e do costume*»²⁵⁷.

Depois de várias críticas e recomendações, que aparecem de forma avulsa nos livros dos expostos dos diferentes concelhos, o provedor interino da comarca de Viana, Gonçalo Xavier Silva, mandou registar no livro dos expostos da vila de Caminha um conjunto de providências, a serem seguidas para uma melhor e mais eficaz administração das Rodas. Segundo este provimento, datado de 9 de Junho de 1834, a melhoria da administração teria de passar por uma acção mais interventiva e fiscalizadora das autoridades municipais, as quais deveriam realizar as visitas e os exames necessários, para que fosse conhecido o verdadeiro estado da criação dos expostos. Estas visitas tanto poderiam ser realizadas em períodos previamente estabelecidos, como resultarem de acções imprevistas e inesperadas, uma estratégia que visava detectar os abusos e penalizar os infractores.

²⁵⁴ Em relação a este ponto, o Regulamento da Roda de Monção determinava que, quando falecesse algum exposto, as amas seriam obrigadas a dar conhecimento no termo de 24 horas, sob pena de perderem o salário vencido e, até, de receberem ordem de prisão, conforme a malícia praticada.

²⁵⁵ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, 1781-1787, fl. 243 e 243 v.º.

²⁵⁶ As amas, a exemplo do que se praticava noutras terras, receberiam um salário anual de 7\$000 réis, acrescido de uma propina extraordinária para ser aplicada na compra de dois côvados de baeta para vestirem os enjeitados, até completarem 7 anos de idade, um subsídio complementar que deveria ser pago pelo S. Miguel (Setembro).

²⁵⁷ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 3 v.º.

Num outro ponto, o provedor interino pedia a colaboração estreita dos reverendos párocos para que, numa acção concertada, se conseguisse tornar mais efectiva a fiscalização dos expostos, o que acabaria por contribuir para a tão desejada moralização de tão importante ramo da administração pública. Chegou mesmo a lembrar aos párocos que «*a religião tem um brilho superior quando se enlaça com as obras de caridade. Toda a Moral tem este grande e luminoso centro – a Voz do Evangelho e a Voz da Beneficência*». A intervenção dos párocos poderia revelar-se de grande oportunidade, ao avisarem a administração de qualquer culpa, omissão ou negligência detectadas. Uma das medidas a implementar seria o não pagamento dos salários às amas que se apresentassem sem um atestado passado pelo pároco da freguesia, a certificar a identidade e a existência dos expostos que estavam a criar, isto para se evitarem práticas fraudulentas.

Influenciado pelo estipulado no alvará de 18 de Outubro de 1806, o provedor solicitava, ainda, que em todas as Misericórdias deveria existir um “mordomo dos expostos” que se consagrasse ao trabalho de protecção e promoção do bem-estar destes “infelizes desgraçados”, isto apesar das Misericórdias do Alto Minho se terem mantido afastadas da assistência às crianças enjeitadas, canalizando os seus imensos recursos para outras valências assistenciais (Fonte:2001:104).

3.2-A descentralização da assistência na Galiza: a Inclusa de Tui.

Para uma melhor contextualização do estado da assistência às crianças expostas, na vizinha Galiza, vamo-nos socorrer duma descrição de Somoza de Monsoriu²⁵⁸, quando, em 1775, escreveu o seguinte:

«Los Expositos de Galicia antes de ahora se recogian en el Hospital de Santiago: De colocados en la Inclusa los toman las Amas, los detenian algunos dias para su refuerzo, i luego los entregaban ellas mismas por los Lugares a algunas mugeres labradoras, que solían mirarles con ojeriza, ya por ser una carga involuntaria, ya porque su crianza perjudicaba a sus propios Infantes por la menos leche que disfrutaban, ó ya porque sus precisas ocupaciones no les permitían la exactitud necesaria en su custodia, i alimento. Fallecían muchos tristemente, i los que quedaban esentos de la desgracia, se presentaban por las Amas en la Casa de la Inclusa, donde aquellas tomaban su recibo, i éstos se abandonaban a la inclemencia. Colocados en las calles publicas unos Desterrados miserables sin Patria, sin edad, i sin auxilio, o espiraban en los portales al rigor de el tiempo, i el hambre, o redimían por su fortuna el ultimo golpe a costa de funestas calamidades. Se esparcian por todo el Reino, se inundaban los Pueblos de estos infelices, adoptaban los mayores vicios, quitaban la limosna a los necesitados, i nunca se hacian utiles a la Patria, sirviendole siempre de lastima, i de estorvo. El mas dichoso de ellos, protegido de la compasion de algun buen Labrador, o Ciudadano, llegaba al empleo de criado suyo, donde permanecia sin mejora alguna de su suerte, porque la vanidad, i el capricho de los hombres mira estas casualidades de la naturaleza como delitos de los mortales. Esta es la Historia de los Expositos de Galicia».

²⁵⁸ SOMOZA DE MONSORIU, 1775, *Estorvos y remedios de la riqueza en la Galicia*, Santiago; citado por EIRAS ROEL, in “*La Casa de Expósitos del Real Hospital de Santiago en el Siglo XVIII*”, Boletín de la Universidad Compostelana, n. 75-76, 1967-1968, p.330, nota 60.

Este panorama desolador reproduz bem a calamitosa situação dos expostos na Galiza, uma vasta região que estava muito carenciada de instituições de assistência, com o Hospital de Santiago a revelar a sua incapacidade para dar uma resposta minimamente satisfatória ao problema dos expostos. Isto numa altura em que se registava um preocupante défice de amas disponíveis e interessadas na sua criação, além duma insustentável falta de recursos financeiros.

O autor reflecte bem o espírito reinante nessa época e enquadra-se na linha de um pensamento ilustrado que não se acomoda ao *status quo* vigente, constituindo uma força de pressão sobre o poder temporal e religioso, no sentido de encontrar a estratégia adequada para assegurar a reformulação de um sistema que já havia provado a sua completa ineficácia e insustentabilidade. Isso mesmo o demonstravam as elevadíssimas taxas de mortalidade registadas.

A solução para o problema deveria passar pela criação de mais instituições de acolhimento para crianças expostas, uma medida que logo foi contestada por aqueles que, pelo contrário, consideravam que a ampliação da rede institucional só viria agravar o problema, ao desencadear o aumento da procura, um argumento idêntico ao que havia sido utilizado nalguns concelhos do Alto Minho.

É neste contexto que se iniciou um longo e complexo debate entre o poder central e os representantes dos poderes civis e religiosos locais, dificultado pelas posições antagónicas assumidas, cuja fundamentação se baseava mais nos interesses particulares de cada uma das partes envolvidas do que no interesse geral. Tal facto acabou por conduzir à secundarização do verdadeiro problema central, o da necessidade premente de, em conjunto, se encontrar a solução mais adequada para melhorar a assistência aos expostos da Galiza e reduzir substancialmente a elevadíssima mortalidade registada²⁵⁹.

O impasse verificado foi muito condicionado pela progressiva perda da independência e influência do Hospital Real, a partir desta época, em resultado de uma cada vez maior intromissão do poder central na vida da instituição. Não havendo uma coincidência de posições, a falta de acordo acabou por inviabilizar a construção de uma nova “Inclusa”, preparada para dar uma melhor resposta às necessidades de toda a Galiza. Prevaleceu a posição mais conservadora e centralista, em desfavor daqueles que se mostravam partidários da viabilização de um projecto descentralizador da assistência, com a construção de mais Inclusas noutras regiões da Galiza, onde se pudessem expor directamente as crianças, sem necessidade de percorrerem tão longas distâncias.

Uma nova legislação, publicada nos finais do século XVIII, abriu espaço ao alargamento da cobertura institucional em Espanha²⁶⁰, tornando mais abrangente a

²⁵⁹ A mortalidade dos expostos do Hospital Real de Santiago foi um dos aspectos que mais despertou o interesse dos investigadores. Poderemos referir os trabalhos, já citados, de Eiras Roel (1967-1968) e Pérez García (1976), bem como o estudo comparado da mortalidade de crianças expostas em diversas Inclusas de Espanha, desenvolvido por Pérez Moreda (1980). Neste trabalho, poderemos observar a evolução da mortalidade, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, cujos valores percentuais não poderiam deixar de causar apreensão entre os seus contemporâneos, quer seja em resultado de uma perspectiva caritativa e filantrópica do problema, quer sob a visão populacionista das sociedades modernas.

²⁶⁰ Em Espanha, apesar da oferta institucional ter sido ampliada ao longo da Idade Moderna, sob o patrocínio de entidades eclesiásticas, em estreita colaboração com a caridade privada, só a partir dos finais de século XVIII se passou a verificar uma posição mais intervencionista dos poderes públicos nos campos da assistência e da beneficência (Pérez Moreda, 1980:171). Neste processo reformador, não se mostrou nada fácil a resolução do problema da manifesta incapacidade da Inclusa do Hospital Real de Santiago em garantir uma melhor assistência aos expostos, por continuar a funcionar como receptáculo da maioria das crianças expostas que, segundo era referenciado na época, provinham de todas as suas sete províncias, sem que a maioria delas contribuisse para a sua criação. Por outro lado, a insuficiência de amas havia conduzido á aleitação forçada, através de mulheres que residiam nas freguesias mais próximas de Santiago, com consequências trágicas para as crianças que não beneficiariam do tratamento adequado.

acção protectora à infância abandonada. Foi nesta altura que se publicou a principal legislação, a começar pelos já citados Decreto Real, de 5 de Janeiro de 1794, e pela Real Cédula, de 11 de Dezembro de 1796. Esta última, ao estabelecer o “*Reglamento para el establecimiento de las casas de expósitos, crianza y educación de éstos*”, vinha de encontro às pretensões daqueles que se mostravam favoráveis à expansão das “Inclusas” por todo o território nacional. Para o efeito, foi solicitada a intervenção das autoridades eclesiásticas para que, nas suas jurisdições, fizessem demarcações mais reduzidas, estabelecendo em cada uma delas uma Casa-Cuna para admissão de expostos, sob a administração dos párocos locais e na dependência da Casa Central de cada diocese, supervisionada pelo respectivo Bispo (Pérez Moreda, 1980:173-174).

Estruturando-se numa mentalidade populacionista, a legislação dos Estados Ibéricos acabou por legalizar a exposição de crianças e assegurar-lhe um carácter sigiloso, através da utilização da “roda” ou do “torno”. No entanto, apesar do fracasso do sistema centralizador que vigorava em Espanha, algumas resistências iniciais tiveram influência no retardar do processo de expansão das “Inclusas” por outras capitais de província da Galiza. A única excepção foi a criação de uma “Casa-Cuna” na Corunha, nos finais do século XVIII, destinada à recolha das crianças expostas na sua comarca, para serem posteriormente enviadas à Inclusa do Hospital de Santiago (Garcia Guerra, 1983:363-373).

Foi preciso esperar pelo século XIX para que o panorama institucional da Galiza se viesse a alargar, através da fundação de novas “Inclusas”, como as da Corunha, Ferrol e Pontevedra, as quais acabaram por esvaziar paulatinamente o papel centralizador do Hospital de Santiago (Pérez Garcia, 1976)²⁶¹.

Os partidários da manutenção da Inclusa de Santiago, como centro de acolhimento de todas crianças expostas da Galiza, consideravam ser necessário que todas as províncias contribuíssem para a sua criação e educação, através da afectação de verbas provenientes de impostos lançados sobre o vinho. Contudo, os representantes das cidades de Tui e de Orense discordaram do pagamento desse imposto, por o considerarem injusto para os habitantes de uma região que, por tradição, já criava, educava e integrava na sociedade os seus próprios expostos. Além disso, como se tratava de duas regiões que distavam cerca de vinte léguas de Santiago, quem desejasse expor uma criança nessa Inclusa seria obrigado a percorrer uma longa distância, por um período de cerca de três dias. Tais dificuldades seriam suficientes para demonstrar que os expostos da Inclusa de Santiago não seriam provenientes de Tui ou de Orense e, a serem-no alguns, não deixariam de ter uma baixa representatividade, pelo que não se justificaria a sua comparticipação nas despesas globais. Pelo contrário, mostravam-se favoráveis à descentralização institucional, através da construção de uma Inclusa em cada uma das sete províncias da Galiza (Garcia Guerra, 1983:366).

Na sequência de uma carta circular, enviada pelo Conselho de Castela a todas as dioceses do Reino, em 6 de Março de 1790, os prelados informaram sobre o estado da assistência aos expostos nas respectivas dioceses, tendo-se contabilizado a existência de 26 Casas de Expostos, em Espanha, número inferior ao do censo de 1787, onde apareciam inventariadas 51. Contudo, este diferencial poderá ser justificado pela inclusão no censo de 1787 de diversas filiais das Inclusas, que funcionariam como Casas-Cuna ou de recepção de crianças expostas, a nível local.

Embora não dispondo, para Portugal, de um levantamento cartográfico das Rodas existentes em meados do século XIX, estamos em crer que, perante os dados relativos a algumas regiões do país, o seu número seria bem mais elevado do que as 49 Inclusas que existiam em Espanha no ano de 1858, não considerando as cerca de 100 “Casas-Cuna” que delas dependiam, tendo a seu encargo e cuidado cerca de 35 387 crianças, de diferentes idades (Pérez Moreda, 1980:176).

²⁶¹ Seria importante conhecer a distribuição geográfica das novas Inclusas e Casas-Cuna estabelecidas nas diversas províncias, municípios e cidades e vilas da Galiza, nos séculos XIX e XX. Além das que foram identificadas, apenas temos conhecimento da Inclusa de Tui.

Apesar do apoio das autoridades civis e eclesiásticas de Tui ao processo de descentralização da assistência às crianças expostas na Galiza, a tentativa de criação de uma Inclusa na cidade foi retardada até 1812. Foi nesta altura que o Bispo D. Juan Garcia Benito exigiu a fundação de uma Casa de Piedade, a qual seria de grande utilidade para recolher as crianças abandonadas, com o objectivo de as criar e educar.

Preocupado com a sorte das crianças expostas, a intervenção de D. Juan Garcia Benito, em prol das crianças expostas, foi descrita da seguinte forma:

«(...) recogia todos los niños espositos del Obispado y para precaver q.^e a estos quando los hecham de tales sus ingratos padres no les pongan de noche en sitios donde puedan perecer sus tiernas e inocentes vidas á la inclemencia, ó q.^e les espedace algun perro ú outro animal fiero, puso á últimos del año de 1812 en la casa q.^e destinó á sua crianza en el barrio de Santo Domingo de esta ciudad un Torno con una campanilla p.^a q.^e los hechen en el y una mujer encargada en la misma casa para recogerles y darles á lactar: y á todos les mantenía y daba oficio.

En la casa de los niños espositos (...) también gastó crecida cantidad de reales, ya p.^r hallarse el edificio muy deteriorado y tener q.^e repararle, ya q.^e mudar á ella la escuela de primeras letras, ya p.^a hacerle otras oficinas correspondientes al fin p.^a que estaba destinada cuya obra emprendió por Setiembre de 1812»²⁶².

Não localizámos quaisquer fontes a demonstrarem o papel desempenhado por esta obra-pia e de beneficência, desde a sua fundação até meados do século XIX. Efectivamente, a documentação do Fundo do Hospital e Inclusa de Tui²⁶³ identifica como locais de exposição de crianças, na primeira metade do século XIX, algumas das freguesias do município de Tui. A centralização das exposições apenas se terá verificado a partir de 1847, ano provável da criação da instituição e do mecanismo que garantia o anonimato de quem expunha as crianças, passando a maioria dos registos das crianças a assinalar que foram expostas no “*Torno da Inclusa*” e baptizadas na sua Catedral. Tratava-se da nova instituição de assistência à infância abandonada, sob a administração directa do presidente da Junta de Patronos do “Hospital e Inclusa de Tui” e a supervisão da Junta Municipal de Beneficência.

Vencidas as últimas resistências ao processo de descentralização institucional, primeiro no Minho, mais tarde na Galiza, o novo programa assistencial acabará por reflectir os objectivos da filosofia das luzes, da medicina higienista, das novas formas de se exercer a filantropia e do liberalismo, implicando uma diminuição progressiva das antigas formas de caridade e solidariedade particulares para com os mais pobres e desvalidos (Marcílio, 2000:14). Em termos operacionais, a grande diferença entre os dois sistemas ibéricos estava na gestão e administração das respectivas Casas de Expostos.

Depois de ter atingido a sua maior dimensão quantitativa nas primeiras décadas do século XIX, o período liberal veio contribuir para a redução das Rodas em Portugal, devido aos reflexos das reformas administrativas²⁶⁴ e à intervenção das juntas distritais,

²⁶² Esta citação foi extraída da obra de Francisco Ávila y La Cueva, *Historia Civil e Eclesiástica de la Ciudad de Tuy y su Obispado*, edición facsimilar (1852), Tomo I, Consello da Cultura Galega, 1995, p. 188.

²⁶³ Documentação consultada no Arquivo Histórico Diocesano da cidade de Tui.

²⁶⁴ Na sequência das reformas administrativas do período liberal, muitos concelhos desapareceram e com eles as respectivas Rodas, passando a despesa e a criação dos expostos a ser feita por distritos administrativos, à custa de todos os seus municípios. As juntas distritais passaram a ter competência para

antes de serem abolidas na segunda metade do século XIX e substituídas pelos Hospícios. Em Espanha, pelo contrário, muitas das instituições criadas no processo de descentralização acabaram por perdurar no tempo, incluindo a da vizinha cidade de Tui, mantendo-se ainda em funcionamento na primeira metade do século XX.

4-O novo quadro administrativo, penal e civil português

4.1-O alvará de 18 de Outubro de 1806

Em 1806, o príncipe regente, depois de relembrar que as Misericórdias e os Hospitais do reino e seus domínios se encontravam sob a sua «*real e imediata protecção*», determinou que todas as Misericórdias se regulassem pelo compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cujos bens deveriam ser destinados ao exercício da sua função assistencial. Com uma larga abrangência social, uma das prioridades destas instituições seria a de procurar melhorar a assistência às crianças abandonadas, eleitas pelo príncipe regente como «*hum dos objectos mais dignos da Minha Real Consideração, e dos mais recommendáveis á caridade christã, e proprios do Instituto das Misericórdias*»²⁶⁵.

Ao reconhecer a importância que as Misericórdias poderiam e deveriam desempenhar na melhoria da assistência aos expostos, o citado alvará ordenou ao “mordomo dos expostos” (um irmão eleito anualmente) que diligenciasse e promovesse, como procurador legal, tudo o que pudesse contribuir para a melhoria da criação dos expostos, através da observância das ordens e outras providências estabelecidas. O mesmo se aplicava àquelas terras onde a sua criação continuava a ser uma incumbência das câmaras locais, como se verificava na região do Alto Minho.

Não terá sido relevante o papel do “mordomo dos expostos” na melhoria da assistência à infância desvalida nos concelhos das comarcas de Viana e Valença, dado a carácter excepcional das referências à sua intervenção ou colaboração com as autoridades municipais. Apenas temos informação de uma decisão do provedor interino da comarca de Viana quando, em 1834, procurou dar cumprimento ao que estava deliberado no citado alvará de 1806, através de um provimento deixado num livro de registo dos expostos. Nele se ordenava que em todas as Misericórdias deveria haver um “mordomo dos expostos” que se consagrasse ao trabalho de os proteger e de promover o seu bem-estar. Não existindo, competiria às câmaras municipais requisitar a sua eleição, enquanto não entrasse em vigor o novo sistema de administração²⁶⁶, uma tentativa de envolvimento das Misericórdias que viria a ser interrompida em 1836, por força de uma nova legislação liberal.

Além de pretender melhorar a sorte dos expostos, através de uma mais eficiente acção fiscalizadora e da renovação de alguns privilégios que haviam sido concedidos anteriormente, o alvará de 1806 também revelou uma particular preocupação com a protecção e preservação da honra das mulheres solteiras que andassem pejadas, as quais estariam obrigadas a dar conta do parto e a criar os filhos, quando tal fosse possível. Esta excepção procurava salvaguardar a honra das mulheres que necessitavam de

determinar quais os concelhos que deveriam manter essas instituições, embora a administração particular de cada uma das Rodas continuasse a ser uma incumbência das respectivas câmaras municipais.

²⁶⁵ *Alvará de 18 de Outubro de 1806*, in Silva, António Delgado, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a ultima compilação das Ordenações*, Lisboa, Tipografia Maygrense, vol. V, pp. 414-418.

²⁶⁶ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1817-1837), fl. 198.

realizar partos secretos para evitarem a difamação pública, podendo recorrer à Roda para a ocultação dos filhos ilegítimos.

4.2-As reformas liberais e o decreto de 19 de Setembro de 1836

As convulsões políticas, a conjuntura económica e os problemas sociais emergentes, registados na primeira metade de Oitocentos, pressionaram um conjunto de reformas estruturais que se repercutiram directamente na sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível do sistema de assistência aos grupos mais carenciados. Na realidade, as invasões francesas, a instabilidade governativa, a fragilização da base social de apoio do regime, a revolução liberal, a guerra civil e as revoltas populares estiveram na origem de novos problemas sociais, os quais só poderiam ser atenuados pela reforma de todo o sistema assistencial.

Com a publicação do decreto de 19 de Setembro de 1836²⁶⁷, o governo liberal do período setembrista pretendia harmonizar a gestão e administração dos expostos, integrando-a no movimento de reorganização de toda a administração pública, cuja reforma havia sido empreendida por Mouzinho da Silveira²⁶⁸. Todas as reformas se inseriam no âmbito duma vaga reformista liberal, com reflexos ao nível da concepção e implementação de um novo sistema de assistência pública. Esta deveria passar para a esfera do Estado, cada vez mais atento e preocupado com os sectores marginalizados da sociedade. Ao criar o Conselho Geral de Beneficência, por decreto de 6 de Abril de 1835, D. Maria II já havia dado um passo importante nesse sentido, mas cuja operacionalização seria proporcional à afectação de verbas que lhe conferissem o estatuto de verdadeiro serviço público.

O decreto de 19 de Setembro de 1836 foi introduzido pelo seguinte preâmbulo:

«Tendo chegado ao Meu conhecimento o estado lastimoso a que se acham reduzidas as diversas rodas dos expostos em todo o Reino; e querendo Eu remover a causa principal de que procede a horrível mortandade destas inocentes vítimas de abandono, a quem desde os primeiros momentos de sua existência falta o amparo e amor maternal (...) Hei por bem, enquanto as Cortes Gerais não tomam na devida consideração a sorte daqueles infelizes, Decretar provisoriamente o seguinte (...).»

A anterior legislação havia-se revelado desadequada e completamente desenquadrada do modelo que havia sido idealizado para a Assistência Pública, cujas alterações mais significativas apareceram sistematizadas no Código Administrativo de 1836. De acordo com as linhas orientadoras do período liberal, que preconizavam uma maior responsabilização e intervenção do Estado, o poder central não poderia deixar de interferir no domínio da assistência aos mais desprotegidos, onde se incluíam os expostos. A primeira grande reforma deveria começar pela transferência da gestão municipal para o âmbito distrital, ao determinar que as despesas com as Rodas e com a criação dos expostos deveria ser feita por distritos administrativos, à custa de todas as suas municipalidades. Para o efeito, o governo obrigava as recém-criadas Juntas Gerais

²⁶⁷ *Decreto de 19 de Setembro de 1836, Collecção de Leis e de Decretos, e outras Providencias Regulamentares, desde 16 até 30 de Setembro*, Imprensa Nacional, 1836.

²⁶⁸ Mouzinho da Silveira considerava que as Rodas não funcionavam eficazmente, devido ao estado de abandono em que se encontrava a desigual distribuição deste encargo pelos vários concelhos, assim como pela insuficiência de fundos e pelo desleixo dos administradores. As irregularidades administrativas e a ausência de uma acção fiscalizadora davam origem aos mil abusos que se praticavam habitualmente nestas instituições (Silva, 1836).

de Distrito a reunirem-se extraordinariamente, com os seguintes dois grandes objectivos:

1-Determinar o número e os locais onde deveriam existir as Rodas nos respectivos distritos, tendo poderes para suprimir, criar ou transferir esses estabelecimentos;

2-Designar as quotas com que cada um dos concelhos deveria concorrer para a criação dos expostos, dado que as despesas passavam a ser uma incumbência das juntas distritais²⁶⁹.

Na sequência deste novo modelo de administração, o decreto setembrista ordenava a cessação das competências que estavam adstritas a algumas Misericórdias do reino, com a consequente extinção do lugar de “mordomo dos expostos”, uma determinação à qual não foi dado cumprimento integral. Por exemplo, na cidade de Lisboa, não seria fácil substituir a Misericórdia no desempenho dessas funções assistenciais, atendendo ao elevado número de expostos e à falta de experiência autárquica neste ramo da administração pública. Tais dificuldades operacionais poderão explicar o facto desta secular instituição ter continuado a sua acção e intervenção assistencial junto da infância desvalida e abandonada, até ao ano de 1870 (Serrão, 1998:450).

4.3-Os Códigos Administrativo, Penal e Civil

O primeiro *Código Administrativo*, por decreto de 31 de Dezembro de 1836, emergiu como reflexo de um «*movimento pendular de centralização e descentralização que caracterizou a nossa monarquia liberal*». Assim se explica que este código, do período setembrista, viesse a ser substituído por um outro, promulgado em 1842²⁷⁰, como reflexo de uma visão mais centralizadora que passou a caracterizar o período cartista.

Em matéria de assistência, procurou-se definir uma nova linha orientadora neste ramo da administração pública, com um claro reforço da componente fiscalizadora, liderada pelos órgãos distritais. Assim, o código administrativo de 1842 continuou a autorizar as juntas gerais a votarem as somas com que cada um dos concelhos deveria contribuir para a sustentação dos expostos. Porém, a administração particular de cada uma dessas Rodas continuaria a ser uma incumbência das câmaras municipais dos concelhos onde estavam sediadas, agora sob a fiscalização dos corpos e autoridades superiores administrativas do distrito, com a colaboração estreita dos comissários de paróquia²⁷¹.

A política liberal passou por uma importante fase reformadora, sob o impulso das cortes do reino. Estas, em 1845, nomearam uma comissão que foi incumbida de elaborar o Código Civil e o Código Penal, como resposta à necessidade de actualizar e harmonizar a legislação nacional, condição fundamental para a modernização política, administrativa e judicial do país.

O *Código Penal* foi o primeiro a ser publicado, por decreto de 10 de Dezembro de 1852, passando a representar o suporte de toda a legislação judicial do nosso país, ao

²⁶⁹ *Decreto de 19 de Setembro de 1836, Collecção de Leis e de Decretos, e outras Providencias Regulamentares, desde 16 até 30 de Setembro, cit..*

²⁷⁰ *Código Administrativo Portugal*, por Decreto de 31 de Dezembro de 1836, e *Código Administrativo Portugal*, por Decreto de 18 de Março de 1842, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845.

²⁷¹ Às juntas de paróquia, na qualidade de comissões de beneficência, caberia a obrigação de fiscalizar a criação dos expostos, conjuntamente com os regedores e em estreita colaboração com os procuradores ou administradores dos concelhos, como responsáveis pela fiscalização imediata da administração dos expostos, sob a suprema inspecção dos governadores civis.

longo de muitos anos. O problema dos expostos não poderia ser ignorado, como o provam os diversos artigos que, directa ou indirectamente, com eles estavam relacionados, como os partos supostos²⁷², a subtracção e ocultação dos menores, assim como a exposição e abandono de infantes.

Em relação à exposição de crianças, o Código Penal determinava que *«aquelle que expozer e abandonar, ou fizer expor ou abandonar algum menor de sete annos em qualquer logar que não seja o estabelecimento publico destinado á recepção dos expostos, será condemnado a prisão de um mez e tres annos, e multa correspondente»*. Todavia, se a exposição ou abandono fosse realizada em local ermo, a pena seria agravada para prisão maior temporária. A esta pena se acrescentaria, ainda, a multa máxima, se o crime de exposição fosse cometido pelo pai ou mãe legítimos ou pelos seus tutores.

Num dos artigos subsequentes, o mesmo Código Penal estipulava que *«os paes legitimos que, tendo meios de sustentar os filhos, os expozerem fraudulentamente no estabelecimento publico destinado à recepção dos expostos, serão condemnados na multa de um mez a um anno»*²⁷³.

O facto de se condenar expressamente a exposição de crianças legítimas, filhas de pais com meios para as sustentar, parece conferir uma certa legalidade ou carácter excepional à exposição de crianças que não se enquadrassem nesses pressupostos familiares, como aconteceria com as crianças ilegítimas ou filhas de casais muito pobres ou indigentes. A condição fundamental imposta era a de que essas exposições se efectuassem directamente nas Rodas, as únicas instituições vocacionadas para o acolhimento e apoio à infância desvalida e abandonada. Os pais legítimos, com meios de sustentação, que expussem fraudulentamente os filhos nas Rodas, seriam condenados com uma multa de um mês a um ano²⁷⁴.

Com algum atraso em relação ao que havia sido previsto, o **Código Civil** foi sancionado por carta de lei, de 1 de Julho de 1867, após ter sido votado e aprovado pelas Cortes do Reino. Nele se encontram várias referências ao poder paternal e ao problema da legitimação e tutela dos filhos perflhados, assim como à investigação da paternidade ilegítima, à situação dos filhos espúrios e aos direitos e deveres do poder paternal na constância do matrimónio.

Ao tornar obrigatório e regular o registo civil do nascimento das crianças, o Código Civil esteve na origem de uma nova forma de diferenciar as crianças expostas das abandonadas. A declaração da existência dos expostos e dos recém-nascidos abandonados seria feita, quanto às primeiras, pelo administrador do estabelecimento onde a exposição se tivesse efectuado, enquanto que, em relação às segundas, essa declaração deveria ser realizada pelas pessoas que as haviam achado. Estas seriam obrigadas a apresentar essas crianças ao oficial do registo civil, acompanhadas pelo enxoval ou quaisquer outros sinais com que fossem encontradas²⁷⁵. A designação de exposto seria apenas destinada às crianças que entravam directamente nas Rodas (muitas delas já abolidas) ou nos Hospícios que as substituíram.

A tutela dos menores abandonados também integrava uma das secções do Código Civil. Assim, os expostos e os menores abandonados, cujos pais não fossem conhecidos,

²⁷² Em relação aos partos supostos, o Código Penal determinava que *«a mulher que, sem ter parido, der o parto alheio por seu, ou que tendo parido filho vivo ou morto o substituir por outro, será condemnada em degredo temporário»*. Igual pena seria imposta ao marido, caso fosse sabedor e desse o seu consentimento (art.º 340.)

²⁷³ Art.º 345.º do **Código Penal**, por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, cit..

²⁷⁴ Idem, art.º 348.

²⁷⁵ **Código Civil Portuguez**, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, quinta edição official, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

deveriam ficar sob a tutela e administração das respectivas câmaras municipais ou das pessoas que, voluntária ou gratuitamente, se tivessem encarregado da sua criação, até completarem os 7 anos de idade. Quando atingissem esta idade, essas crianças deveriam ser colocadas à disposição do “conselho de beneficência pupilar”, ou de qualquer outra magistratura, a quem a lei administrativa havia incumbido desse mister²⁷⁶.

4.4-Exposição de crianças - um acto legal e anónimo ou socialmente controlado?

«(...) E debaixo da mesma pena de 6 mil rs. será obrigado o procurador tanto q' aparecer qualquer exposto requerer ao D.^{or} Juiz de Fora p.^a ver se descobre q.^m são os paes do Engeitado ou q.^m expos p.^a se lhe entregar e o obrigar a crialo, e se evitar a despeza da finta p.^a o q' nomeará tt.^{as} e as delig.^{as} p.^a esta averiguação».

Provimento do doutor Provedor de Viana, 1719

«(...) Faz-se pois indispensavel o dar a este respeito aquellas providencias que forem oportunas para a conservação das vidas de tantos vassallos recém-nascidos (...) estaballecendo pelo modo mais facil Rodas em que elles sejam expostos (...) sem que se conheça quem os leva(...)».

Ordem-Circular, de 10 de Maio de 1783

«Aquelle que espozer e abandonar, ou fizer expor ou abandonar algum menor de sete annos em qualquer lugar que não seja o estabelecimento publico destinado à recepção dos expostos, será condemnado a prisão de um mez a tres annos, e mulcta correspondente».

Código Penal, 1852, art.º 345.º

Quando se analisa a legislação portuguesa para se proceder ao enquadramento jurídico da exposição de crianças, em particular, e da assistência à infância desvalida, em geral, a primeira conclusão a tirar é que o quadro legal não difere muito dos modelos de alguns países europeus, sobretudo dos localizados no Sul da Europa (Sá, 1995:75).

O conhecimento do contexto em que se desenvolveu este fenómeno demográfico, no nosso país, não depende exclusivamente desse enquadramento legal, sobretudo quando se verificava que nem todos os imperativos legais estavam a ser escrupulosamente cumpridos e uniformemente aplicados. Este desfasamento poderá ser explicado pelo facto dos poderes centrais não serem responsáveis pelo financiamento das instituições de assistência local. O tempo se encarregaria de moldar e adaptar esse sistema de apoio à infância desvalida e abandonada às realidades locais, até porque a

²⁷⁶ Idem, art.º 284.º e art.º 285.º.

legislação havia sido concebida para acudir aos problemas sociais que afectavam a cidade de Lisboa e outros importantes centros urbanos. Nos concelhos mais pequenos, com características marcadamente rurais, a exposição e o abandono definitivo de crianças começou por ser residual, embora o seu aumento progressivo viesse a conferir a aparência de fenómeno de massas, dada a reduzida dimensão demográfica do respectivo espaço administrativo.

Ao confrontarmos a legislação nacional com as práticas vigentes, não poderemos deixar de concluir que estamos perante uma realidade que, paradoxalmente, parece configurar um cenário institucional repleto de ambiguidades e gerador de procedimentos contraditórios. Na verdade, as Ordenações do Reino, apesar de especificarem quem eram as crianças que poderiam ser criadas à custa dos hospitais ou das rendas municipais, não deixavam de prever alguns dos procedimentos legais para se procurar descobrir se as crianças enjeitadas tinham familiares que, por lei, seriam obrigados a garantir a sua criação.

Muito antes da generalização das Rodas pelas terras da provedoria de Viana, nos finais do século XVIII, o provedor João Quaresma de Almeida, com alçada jurisdicional sobre as comarcas de Viana e Valença, mandou registar o seguinte provimento: «(...) e debaixo da mesma pena de 6 mil rs. será obrigado o procurador tanto q' aparecer qualquer exposto requerer ao Dr. Juiz de Fora (...) para ver se descobre quem são os paes do Engeitado ou quem o expos p.^a se lhe entregar, e o obrigar a crialo e se evitar a despeza da finta, p.^a o q' nomeará tt.^{as} e as dilig.^{as} necessr.^{as} p.^a esta averiguação»²⁷⁷.

Por outro lado, incentivavam-se as pessoas a denunciar os responsáveis pelos actos de abandono, um procedimento normal daqueles que se sentiam prejudicados pelo agravamento das contribuições para a criação dos expostos. Algumas administrações chegaram a prever a atribuição de compensações monetárias para quem fizesse essas denúncias, no pressuposto de que o prémio a pagar seria sempre inferior aos custos de criação dos falsos expostos. Assim, nos acórdãos de 1769, a câmara de Ponte de Lima determinou o seguinte:

*«Que toda a pessoa que descobrir quem he o pay ou May de algum emgeitado (...) se lhe dara 500 réis do dinheiro da creação delles, o q' tudo se cobrará depois do Pay ou May do emgeitado; e declarase que se lhe dara mais 1000 réis á custa do dito dinheiro da creação»*²⁷⁸.

Alguns anos depois, o termo de abertura do livro de registo dos expostos de Viana, iniciado em 1772, reitera a necessidade de se proceder a indagações para se descobrir a origem dos expostos, ao determinar o seguinte:

*«Este livro hade servir p.^a nelle se lançarem os assentos de todos os Expostos desta villa (Viana) e termo (...) e também p.^a se saber com certeza quais são os filhos verdadeiros daquelles pays que algum tempo os quizerem receber, pagando o que tiverem gasto (...); e lhe porem as declarações precisas e também os nomes dos pays ou mays q' se souberem, p.^a se lhe mandarem entregar, como tudo ordena S. Mag.^e pello Alvara de 20 de 7br.^o de 1698»*²⁷⁹.

Com a publicação da ordem-circular de 10 de Maio de 1783, a Intendência Geral da Polícia acabou por contribuir para se fomentar a ideia de que a exposição de crianças passou a ser um acto legal, além de poder ser visto como uma atitude patriótica, ao evitar os reiterados infanticídios, desde que se inserisse nos objectivos duma política

²⁷⁷ A.M.P.L., Livro das Contas da Câmara e dos Enjeitados de Ponte de Lima (1719-1735), fl. 237 v.º.

²⁷⁸ A.M.P.L., Livro dos Acórdãos da Câmara de Ponte de Lima (1769), cap. 57, fl. 21 v.º.

²⁷⁹ A.M.V.C., Termo de abertura do Livro dos Expostos de Viana (1772), fl. 1.

populacionista. Para esse efeito, os provedores das comarcas deveriam estabelecer, nas terras sob a sua jurisdição, «*hua casa em que haja hum lugar onde se possam expor as crianças, sem que se conheça quem as leva*»²⁸⁰, o que, só por si, parece não deixar dúvidas sobre o carácter legal, secreto e sigiloso da exposição de crianças, assegurado pelo mecanismo das rodas. Seria uma opção que ficaria ao livre arbítrio de quem quisesse enjeitar as crianças, com as mais diferentes estratégias a convergirem nestes mecanismos institucionais.

Na vizinha Espanha, registou-se uma situação idêntica, após a publicação da Real Cédula, de 11 de Dezembro de 1796, o documento que regulamentou toda a assistência aos expostos. Como afirmou Pérez Moreda (1980:174), esta Cédula Real acabou por representar a despenalização do abandono público de crianças, ao impedir que as justiças locais pudessem prender ou examinar os responsáveis pela exposição das crianças. Para evitar tais inconvenientes, recomendava-lhes expressamente que quando encontrassem, de dia ou de noite, alguma pessoa a transportar uma criança, «*diciendo que va a ponerla en la casa o caja de expósitos, o a entregarla ao Párroco de algún pueblo cercano*», se abstivessem de fazer qualquer outra pergunta ao condutor, «*dejándole retirar-se libremente*». Tudo isto com o propósito de «*evitar los muchos infanticidios*»²⁸¹, *que se experimentan por el temor de ser descubiertas y perseguidas as personas que llevan a exponer alguna criatura*».

Foi precisamente esta preocupação com o sigilo que deveria ser assegurado à exposição de crianças, no espaço ibérico, que levou, de imediato, à sua associação a uma efectiva institucionalização do abandono legal de crianças, independentemente das razões ou das circunstâncias que pudessem ter originado tal procedimento. Aproveitando a ambiguidade que passou a caracterizar todo o quadro regulamentar, assim como a permissividade e inoperância do sistema vigente, logo se abriu espaço a uma multiplicidade de abusos, culminando numa completa subversão de todo o sistema público de assistência.

Como esta cobertura assistencial se veio a tornar inoportuna para os concelhos que não dispunham de meios para suportar os encargos com a criação de todas as crianças expostas, a solução passou pela necessidade de voltar a controlar as gravidezes ilegítimas, através da intimação das mulheres grávidas, solteiras e viúvas, para darem conta dos partos. Era uma medida preventiva que seria complementada com as indagações posteriores, sempre em busca da identificação dos responsáveis pela exposição de crianças. Na prática, mais não era do que o reassumir de um procedimento que estava previsto nas Ordenações do Reino e que se revelava bem mais favorável à defesa dos interesses municipais, mesmo que se desviasse dos ideais populacionistas. Estes eram defendidos por quem via nas exposições uma alternativa aos abortos e aos infanticídios e nas crianças expostas um importante potencial demográfico a defender e a preservar.

Estava definitivamente instalado um sistema carregado de indefinições e ambiguidades, com as autoridades municipais a oscilarem entre a aplicação do que estava previsto nas Ordenações do Reino e o que determinava a ordem-circular de 1783. Mesmo após as reformas liberais, nem sempre os distritos administrativos passaram a

²⁸⁰ A.M.V.C., Ordem circular da Intendência Geral da Polícia, enviada ao Provedor da Comarca de Viana do Minho, com data de 30 de Dezembro de 1786, copiada no Livro de Registo de Leis, n.º 28, em 24 de Fevereiro de 1787.

²⁸¹ O mesmo autor apresenta alguns testemunhos de contemporâneos que fazem referência à prática do infanticídio, em épocas anteriores à fundação das Inclusas. Este poderia ser praticado pelos próprios pais das vítimas, por razões de ajustamento do tamanho das famílias, em épocas de grande deterioração da vida económica, mais do que por dificuldades na exposição de crianças ou problemas de ilegitimidade (Pérez Moreda, 1980:181).

agir em conformidade com o que estava superiormente determinado, moldando os respectivos regulamentos à interpretação particular da lei geral. Por exemplo, enquanto no distrito de Viana os regulamentos não faziam qualquer referência ao carácter legal ou sigiloso das exposições, o regulamento da Casa da Roda de Braga incluía um artigo onde expressamente se declarava que *«a exposição será franca e por isso são proibidas aos empregados da Casa da Roda quaesquer pesquisas ou averiguações sobre a pessoa que vier fazer a exposição. O Fiscal e a Rodeira são responsáveis pelo cumprimento deste artigo (...)»*²⁸².

No início do século XIX, o príncipe regente procurou clarificar a posição oficial, através do alvará de 18 de Outubro de 1806. Nele se recordava a necessidade de se observar o que estava estipulado nas Ordenações do Reino, nomeadamente no que se refere à incumbência das justiças em obrigarem as mulheres solteiras, que se soubesse andarem pejadas, a darem conta dos partos e a criarem os filhos, quando tal fosse possível. Este alvará pretendia conciliar uma mentalidade populacionista com a funcionalidade institucional, provando que a as rodas não eram instituições francas e que o anonimato só deveria ser garantido no momento da exposição das crianças. Na verdade, depois de uma acção preventiva, que passava pela identificação das mulheres grávidas como potenciais responsáveis pela exposição dos filhos, as justiças locais deveriam procurar descobrir a origem familiar das crianças expostas. Seria uma forma de, nos termos da lei vigente, se obrigarem os pais ou os seus familiares a pagar as despesas realizadas e a responsabilizar-se pela sua criação.

As indagações, realizadas antes e após os partos, deveriam ser efectuadas de uma forma discreta e sigilosa, para se evitarem as más consequências, tanto para as crianças como para as mães e respectivas famílias, o que vai deixar um pouco ao livre arbítrio das autoridades locais os critérios de diferenciação social. Aparentemente, este alvará vinha esclarecer as principais dúvidas suscitadas pela ordem-circular de 10 de Maio de 1783, contradizendo aqueles que defendiam que as rodas eram instituições francas e que a exposição de crianças era uma acto legal que beneficiaria de total impunidade.

As práticas individuais, colectivas ou institucionais se encarregaram de provar que o espírito e a forma das leis nem sempre eram convergentes. Tal ambiguidade jurídica e institucional abriu espaço à prática de muitas ilegalidades, através da adopção de múltiplas estratégias familiares, o que se veio a repercutir directamente no aumento da procura destas instituições de assistência. Na verdade, se o alvará de 1806 ordenava que as autoridades judiciais continuassem as indagações, também afirmava que apenas se deveriam obrigar as mulheres solteiras e viúvas a criarem os filhos, quando tal fosse possível. Ora, dada a subjectividade deste requisito, poderia não ser difícil contornar o problema, tudo dependendo das redes de influência ou de solidariedade social, conforme se tratasse da honra familiar ou das dificuldades económicas. A opção por uma ou outra via seria determinada pelo estatuto social dos seus intervenientes e pela maior ou menor cumplicidade ou tolerância institucionais.

Algumas administrações, confrontadas com a progressiva apropriação das suas instituições de assistência, procuraram acabar com os abusos praticados, um objectivo que não poderia ser concretizado sem violar a privacidade e a honorabilidade das pessoas e das famílias. Isso mesmo quis deixar bem claro o juiz de fora da vila de Valença, aquando da criação da Roda local, em 1799, quando afirmou estar a ser permanentemente confrontado com *«o vexame com que os eleitos das freguesias*

²⁸² Art.º 5.º do Regulamento Interno da Casa da Roda de Braga, de 8 de Janeiro de 1858.

costumam fazer às mulheres que se acham pejadas»²⁸³. Algumas delas, “de melhor nota”, estariam a ser publicamente desacreditadas, por serem oficialmente notificadas da sua gravidez. Nessa conformidade, o juiz de fora da vila de Valença proibiu as referidas notificações, para se evitar essa humilhação e o consequente descrédito das famílias honradas, *«por terem presentemente o refúgio da Roda»*.

Segundo este juiz de fora, as Rodas tinham sido criadas por Sua Alteza Real, *«para evitar os assassínios e mais delitos cometidos em semelhantes casos»*, uma interpretação que o levou a proibir quaisquer indagações sobre a origem das crianças expostas na Roda de Valença. Assim, passou a exigir à administradora da Casa da Roda, Mariana Isabel, para guardar todo o segredo e não divulgar as pessoas responsáveis pela entrega das crianças, *«sendo estas de nosso Reino»*, o que pressupunha que a rodeira apenas deveria procurar saber a origem geográfica dos expostos, única forma de poder evitar a admissão de crianças provenientes de Espanha, por Valença ser uma terra de fronteira com a vizinha Galiza²⁸⁴.

Não obstante essas reiteradas recomendações, é natural que, em meios pequenos, como era o caso das vilas das comarcas de Viana e Valença, houvesse uma certa curiosidade popular em identificar a origem familiar das crianças expostas, sobretudo daquelas que visavam a preservação da honra das famílias. Esta vigilância popular, por vezes incentivada por algumas autoridades locais, também poderá ter contribuído para a utilização da estratégia de expor as crianças noutros espaços administrativos, como forma de manter o segredo e garantir a inviolabilidade da reputação familiar e social.

O tempo se encarregou de provar que a pretensa exposição legal e anónima de crianças só contribuiu para incentivar a prática de irregularidades, acabando por tornar este sistema verdadeiramente insustentável. Como medida profilática para atalhar alguns dos males que subvertiam e dificultavam uma maior e mais eficaz funcionalidade institucional, os regulamentos distritais de 1839 e 1852 continuaram a prever as acções de indagação. O objectivo seria o de descobrir os familiares das crianças expostas, embora continuassem a recomendar o máximo cuidado e ponderação na abordagem destes casos. De acordo com o que ficou determinado nestes regulamentos distritais, *«o presidente da câmara procederá a todas as diligências que a sua prudência lhe dictar, afim de descobrir o Pay ou May da criança, e conhecendo cuja é a mandará entregar, não havendo inconveniente»*²⁸⁵.

Nem sempre as autoridades locais procederam às indagações com a necessária discrição e sigilo, tudo dependendo da reputação e da honra familiar, um estatuto cuja avaliação estaria carregada de simbolismo e subjectividade. Foi o que se verificou em relação a Josefa Teresa, da freguesia de Afife, presa na cadeia de Viana, enquanto se procurava localizar um filho que fizera desaparecer. Na sequência desse processo, as autoridades locais descobriram que o mesmo havia sido exposto na Roda de Viana, em 12 de Outubro de 1825, sendo baptizado com o nome de Camilo António e entregue à ama, Josefa Maria, da freguesia de S. Julião. Depois de reconhecido pela mãe, a câmara de Viana decidiu entregar-lhe o filho, com a condição de tomar conta dele e de o criar²⁸⁶.

Até à publicação do Código Penal, em 1852, assistiu-se à proliferação de procedimentos muito diferenciados, com o propósito imediato de se vir a descobrir a

²⁸³ Estas queixas surgiram antes da publicação do alvará de 18 de Outubro de 1806, que voltou a incentivar essas indagações, embora aconselhando que as mesmas se realizassem de uma forma recatada e sigilosa.

²⁸⁴ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 4.

²⁸⁵ Art.º III, § III, do Regulamento de 1839, e art.º 3.º, § 4.º do Regulamento de 1852. citados.

²⁸⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 192 v.º.

origem familiar das crianças expostas. A busca identificação dos responsáveis pela exposição de crianças passou a ser um objectivo prioritário, dada a progressiva generalização dos abusos que levavam à apropriação indevida dos benefícios da assistência, destinados a sectores muito específicos da população.

Quando se poderia esperar que o Código Penal pudesse pôr termo a muitas das irregularidades praticadas, trazendo a tão desejada harmonização entre os procedimentos legais e as práticas institucionais, aquilo que se verificou foi a continuidade do sistema vigente, por manifesta incapacidade em expurgar a lei das suas ambiguidades. Aliás, tal objectivo só poderia ser alcançado se o sistema se tornasse mais transparente, o que jamais se poderia verificar enquanto continuasse em vigor a exposição de crianças no mecanismo secreto das rodas. Seria necessário aguardar pela reforma institucional para que o mecanismo franco e sigiloso das rodas viesse a ser substituído pelo sistema de admissão justificada de crianças²⁸⁷.

Não obstante todas as medidas preventivas, nomeadamente as indagações e as penalizações previstas, os prevaricadores logo descobriam novas formas, cada vez mais sofisticadas, para contornar a lei. Além disso, salvo raras excepções, as penalizações previstas no Código Penal raramente foram aplicadas, o que minimizava os riscos de quem violava a lei. Não foi isto que se verificou com Maria Martins, solteira, criada de servir, a qual foi presa na cadeia de Ponte de Lima, por ter exposto uma filha, em Viana, apesar de persistentemente o negar. Descoberto o “crime”, a reclusa foi libertada, após lhe ter sido entregue a filha, por ordem do presidente da câmara de Viana e do delegado do procurador régio, servindo de testemunhas o carcereiro e o homem com quem estaria amancebada²⁸⁸.

Ao procurar conhecer a origem familiar das crianças expostas - o que não deixou de constituir um paradoxo, enquanto se manteve em funcionamento o mecanismo da roda que havia sido criado para garantir o anonimato de quem as expunha - o que se pretendia era diferenciar para seleccionar, isto é, procurar evitar os abusos que permitissem desresponsabilizar os pais das suas obrigações naturais. Perante a insuficiência de meios, seria uma forma de poder canalizar todos os recursos disponíveis, tanto humanos como financeiros, para aqueles que efectivamente deles necessitavam e para quem havia sido criado este sistema público de assistência.

²⁸⁷ Por exemplo, a câmara dos Arcos tinha um livro de registo dos autos de entrega das crianças expostas às suas mães, nos termos do novo regulamento distrital de 1866, onde estavam descritas todas as circunstâncias que terão estado na origem da exposição de crianças, bem como o processo de entrega às respectivas mães, após terem sido intimadas a comparecer perante as autoridades para tomarem conta dos filhos. O termo de abertura deste livro, elaborado alguns meses antes da entrada em vigor do novo regulamento distrital, que substituíra as Rodas pelos Hospícios, dizia o seguinte: «*Este Livro hade servir para os autos de entrega das crianças expostas a suas mães, na forma do § 4.º do art.º 3.º do Regulamento da Administração dos expostos, é numerado, rubricado e encerrado. Arcos de Valdevez, 26 de Fevereiro de 1866. O Presidente da Câmara, José d'Araújo Pereira*».

²⁸⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Exposto de Viana (1888-1903), fl. 56.

5-A administração dos expostos no distrito de Viana

5.1-As reformas administrativas distritais

Com a criação dos governos civis e das juntas gerais de distrito, iniciava-se uma nova etapa na interligação do poder central com o poder local. Dentro da larga esfera interventiva, a assistência aos expostos não foi esquecida, antes vista como uma oportunidade para harmonizar procedimentos e evitar que este ramo da assistência pública pudesse continuar ao livre arbítrio das autoridades locais. Foi no cumprimento das suas funções que o governador civil de Viana enviou um ofício às câmaras municipais do seu distrito, a solicitar um conjunto de informações sobre os expostos que estavam a ser criados nos respectivos concelhos. Nele se pedia às administrações municipais que preenchessem um mapa-modelo e elaborassem um relatório que descrevesse, com exactidão, o estado em que se encontrava a criação dos expostos, apontando os meios que considerassem mais convenientes *«para melhorar a sorte destes entes desvalidos dos quais é mister fazer úteis cidadãos»*²⁸⁹.

No mês seguinte à publicação do decreto de 19 de Setembro de 1836, a administração geral de Viana enviou às câmaras municipais uma circular, acompanhada por um exemplar do referido decreto de 1836, informando que Sua Majestade houve por bem estabelecer, por um modo regular e uniforme, um conjunto de providências, a bem da manutenção geral dos expostos. Depois de considerar os expostos como *«a classe mais misérrima da sociedade e como tal digna dos desvelos de um governo patriótico e ilustrado»*, solicitava às autoridades que utilizassem todos os meios ao seu alcance para cuidarem eficazmente e com o maior zelo da sua subsistência e educação²⁹⁰.

A junta geral do distrito de Viana, no cumprimento das obrigações que lhe foram conferidas pelo referido decreto, passou a intervir no sentido de melhorar a administração dos expostos. Esta deixaria de se restringir exclusivamente ao âmbito concelhio para passar a assumir uma dimensão distrital, sob a supervisão da respectiva junta geral do distrito. A sua intervenção deveria começar pela elaboração de um novo regulamento que harmonizasse os procedimentos, melhorasse o seu funcionamento e evitasse que as populações pudessem continuar a transferir para os concelhos circunvizinhos os encargos com a criação dos expostos. Era o que se verificava sempre que as pessoas expunham as suas crianças noutro concelho, uma estratégia que tanto poderia servir para melhor ocultar os responsáveis pela exposição, como para transferir para terceiros os encargos com a sua criação.

A junta geral do distrito de Viana, em sessão realizada no dia 23 de Janeiro de 1838, designou os locais onde deveriam continuar a existir as Rodas (*quadro 18*), a exemplo do que se verificou com outras juntas gerais, nomeadamente a de Braga, no cumprimento do que estipulava o decreto de 19 de Setembro de 1836. Em função do novo quadro administrativo, que havia extinto diversos concelhos, a junta geral deliberou manter em funcionamento todas as Rodas que existiam no distrito de Viana, o que significa dizer que todos os concelhos continuariam a ter a sua própria Roda. As únicas excepções eram os concelhos do Soajo e de Castro Laboreiro, que nunca haviam tido Rodas, os quais foram autorizados a enviar os seus expostos para as Rodas dos concelhos de Ponte da Barca e de Melgaço, respectivamente, uma prática que se prolongou até à sua extinção, em meados do século XIX.

²⁸⁹ A.G.C.V.C., Ofício avulso, Pasta 1.16.5.4-5.

²⁹⁰ A.G.C.V.C., Livro da Correspondência Expedida do Governo Civil de Viana. O conteúdo foi extraído da circular enviada à Câmara Municipal de Santo Estêvão da Facha, um concelho que viria a ser extinto e cujas freguesias foram integradas no concelho de Ponte de Lima.

Quadro 18
Localização das Rodas no Minho, em meados do século XIX

CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGA ²⁹¹	CONCELHOS DO DISTRITO DE VIANA ²⁹²
-AMARES -BARCELOS -BRAGA -CABECEIRAS DE BASTO -CELORICO DE BASTO -ESPOSENDE -FAFE -GUIMARÃES -PENELA -PICO DE REGALADOS -PÓVOA DE LANHOSO -PRADO -SANTA MARTA DE BOURO -VILA CHÃ -VIEIRA DO MINHO -VILA NOVA DE FAMALICÃO	-ARCOS DE VALDEVEZ -CAMINHA -COURA -MELGAÇO -MONÇÃO -PONTE DA BARCA -PONTE DE LIMA -VALADARES -VALENÇA -VIANA DO CASTELO -VILA NOVA DE CERVEIRA

Como se pode verificar no *quadro 18*, o distrito de Braga mantinha em funcionamento dezasseis Rodas, contra as onze do distrito de Viana. A maior oferta institucional no Baixo Minho deixou de existir a partir de 1844, altura em que o distrito de Braga reduziu as suas Rodas para nove. Esta redução ainda foi mais significativa quando, a partir do início da década de sessenta, limitou a sua oferta institucional a cinco Rodas, com a região do Alto Minho a manter as mesmas dez Rodas. Estas continuavam a existir em cada um dos concelhos do distrito de Viana, depois de extintos os concelhos de Valadares, Soajo e Castro Laboreiro.

Na mesma sessão, a junta geral do distrito determinou as quantias com que os concelhos deveriam contribuir para a sustentação dos expostos. Era uma tentativa de acabar com a prática de transferir para outros concelhos os encargos com a criação dos seus próprios expostos, uma medida que não foi do agrado de todos, sobretudo daqueles concelhos que se consideravam lesados com a distribuição dessas contribuições. Numa outra reunião, realizada logo no dia seguinte, a mesma junta geral deliberou que os fundos das confrarias extintas do concelho da Barca fossem aplicados na sustentação dos expostos²⁹³.

²⁹¹In *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto Administrativo de Braga*, aprovado pela Junta Geral do Distrito de Braga, em 1844, Braga, Typographia Bracharensis, 1844.

O número de Rodas no Distrito de Braga ficou reduzido a nove, na sequência da introdução de alguns artigos adicionais (não datados) ao regulamento distrital de 18 de Abril de 1844. A partir desse ano, apenas continuaram a existir as Rodas dos concelhos de Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Pico de Regalados, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão. No início da década de sessenta, apenas os concelhos de Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Fafe e Guimarães continuaram com as suas Rodas em funcionamento (in Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, Pasta 1.12.4.10-4).

²⁹² Com a extinção do concelho de Valadares, em 1855, o Distrito de Viana passou a ter apenas 10 Rodas, em cada um dos 10 concelhos que continuaram a existir e que, ainda hoje, formam o distrito de Viana do Castelo.

²⁹³ A.G.C.V.C., Síntese das deliberações tomadas pela Junta Geral do Distrito de Viana, documento avulso.

Este novo modelo de administração perdurou até à abolição das Rodas no distrito de Viana, em 1866, ano em que foi aprovado um novo regulamento distrital que substituiu o regulamento de 1852. Este, por seu lado, já havia substituído o primeiro regulamento distrital que tinha sido aprovado pela junta geral de distrito, em 1839.

5.2-O regulamento distrital de 1839

A junta geral do distrito de Viana nomeou uma comissão para elaborar o primeiro regulamento para a gestão e administração dos expostos no distrito de Viana, em conformidade com as reformas liberais e os novos objectivos assistenciais da administração pública. Três dias depois de ter sido nomeada, a referida comissão apresentou o seu projecto de regulamento distrital, uma proposta que foi aprovada pela junta geral, em sessão realizada no dia 19 de Julho de 1839.

Subdividido em 20 artigos, o novo regulamento distrital pretendia dar cumprimento ao que havia sido estipulado no já citado decreto de 19 de Setembro de 1836, ao determinar que as Rodas do distrito de Viana do Castelo continuariam a localizar-se nos mesmos concelhos onde já estavam estabelecidas. Seguidamente, passou a regulamentar o funcionamento interno das Casas da Roda. Estas deveriam ter até dois berços, com quatro lençóis de linho (de uma vara de comprido), uma baeta de côvado e meio e duas camisas, objectos que serviriam para agasalhar os expostos que nela dessem entrada. Os restantes artigos tratam das condições de acolhimento das crianças expostas, dos enxovais a entregar às amas que as criarem, das obrigações da rodeira e das amas internas, dos salários e pagamentos das amas externas, da fiscalização e avaliação do tratamento das crianças e da entrega dos expostos que completavam os 7 anos da criação²⁹⁴.

Este regulamento foi objecto de algumas alterações, sob proposta da junta geral, em sessão realizada no dia 17 de Novembro de 1840, tendo sido derogados alguns artigos, nomeadamente os que se relacionavam com os salários das amas e os “enfaiques” dos expostos. Em relação aos expostos que completavam o período de criação, determinou-se que, logo que atingissem esta idade, deveriam ser entregues aos juízes de paz ou a quem exercesse essas funções, como se achava providenciado por direito²⁹⁵.

5.3-O regulamento distrital de 1852

A responsabilidade que era atribuída aos governadores civis e às juntas gerais de distrito, em matéria de administração e fiscalização dos expostos, levou os representantes destes órgãos de poder a empreenderem um conjunto de iniciativas que visavam a melhoria de tão importante ramo da administração pública. Para o efeito, o governador civil de Viana procurou obter, junto dos seus homólogos de outros distritos do país, um conjunto de informações sobre a criação dos expostos nos seus espaços administrativos. A maioria dos governadores civis respondeu ao solicitado, enviando as informações que consideravam mais relevantes para a gestão e administração dos expostos, nomeadamente alguns dados estatísticos e os respectivos regulamentos distritais. Com estes elementos, o governador civil estaria em condições de proceder a uma análise comparativa, em busca do modelo assistencial que melhor pudesse servir as

²⁹⁴ *Regulamento para a Administração dos Expostos do Distrito de Vianna*, Typographia Bracharense, 1839.

²⁹⁵ A.M.V.C., Pasta dos Expostos do concelho de Viana, documento avulso.

crianças desvalidas e abandonadas do seu distrito, sem comprometer os interesses da região e do país.

O acesso aos regulamentos distritais foi determinante para a elaboração ou reformulação do regulamento do distrito de Viana, com as necessárias adaptações, em função das realidades e especificidades de cada região. Foi na sequência dessa troca de experiências administrativas que a junta geral do distrito de Viana decidiu reformular o regulamento de 1839, tendo aprovado um novo regulamento distrital, em sessão realizada no dia 27 de Agosto de 1852. Todavia, por razões que desconhecemos, este regulamento apenas entrou em vigor no início do ano de 1857²⁹⁶. As alterações foram pouco significativas, com a introdução de apenas mais dois artigos, tendo sido reafirmada a manutenção das Rodas que existiam no distrito. Contudo, esta determinação teve de ser alterada, na sequência da extinção do concelho de Valadares e da respectiva Roda, em 1855, com as suas freguesias a serem distribuídas pelos concelhos de Melgaço e Monção e os seus expostos a serem transferidos para a Roda deste último concelho.

Os aspectos mais inovadores do novo regulamento foram de natureza burocrática, na tentativa de se conseguir uma reorganização dos serviços administrativos e da sua harmonização distrital. Com esse objectivo, a junta geral decidiu criar um conjunto de formulários que seriam obrigatoriamente adoptados por todos os concelhos. A convicção dos membros da junta geral era de que, se a componente burocrática fosse melhorada, acabaria por ser bem mais fácil combater as fraudes e moralizar todo o sistema assistencial. Para o efeito, mandaram-se imprimir os modelos para o registo de entrada dos expostos nas Rodas, com os vários campos a serem preenchidos, nomeadamente o dia e local de exposição, sinais particulares, enxoval, conteúdo das mensagens escritas, identificação das amas e uma tabela onde se registariam os salários vencidos.

Um outro formulário, que se poderá revelar de grande interesse para a caracterização física da população feminina do distrito, era constituído pela ficha de identificação e caracterização das candidatas a amas, com elementos importantes para o estudo da sua estrutura etária, física e social. As candidatas deveriam indicar o nome, idade, estado matrimonial e profissão, assim como algumas das suas principais características físicas. Aquilo que se pretendia era assegurar a sua correcta identificação e evitar as frequentes irregularidades registadas, nomeadamente o registo de amas fictícias ou o fornecimento de falsos elementos de identificação, como parte de uma estratégia que visava a obtenção indevida dos benefícios que deveriam ser destinados à criação das crianças verdadeiramente expostas ou subsidiadas.

²⁹⁶ Por alvará, elaborado em 28 de Agosto de 1856, a junta geral de distrito determinou que o regulamento que havia sido promulgado, em sessão realizada em 27 de Agosto de 1852, começasse a ter execução a partir do início de Janeiro de 1857, alterando a data de 1 de Janeiro de 1853, prevista no artigo 22.º do citado regulamento.

6-O debate nacional sobre a legitimidade das Rodas

6.1-Razões de uma polémica

O século XIX ficou marcado por um movimento de forte contestação às estruturas arcaicas em que assentava todo o sistema público de assistência social. Porém, foi o modelo de assistência à infância desvalida e abandonada que acabou por centralizar e monopolizar grande parte desse debate, sobretudo em relação ao papel exercido pelas Rodas como instituições de acolhimento e assistência às crianças expostas.

Os argumentos que serviram de suporte e justificação à legalização do abandono anónimo de crianças²⁹⁷, e que estiveram na origem da criação das Rodas francas, começaram a ser contestados por todos aqueles que viam completamente defraudados os objectivos que haviam presidido à institucionalização deste sistema, por todo o território nacional. Porém, como os defensores deste modelo continuavam a acreditar nas virtualidades do sistema vigente, tal facto marcou o início de um dos mais acesos e polémicos debates sobre a legitimidade da Roda, como instituição de acolhimento e criação das crianças abandonadas, e sobre a própria roda, como mecanismo de recepção que lhe conferia um carácter franco e secreto. O seu enquadramento legal era passível de contestação, à luz dos princípios e do novo quadro jurídico do período liberal, mesmo sabendo-se que a sua institucionalização havia resultado da confluência de uma mentalidade populacionista com os valores humanistas e patrióticos de defesa da vida e de ajuda aos mais carenciados.

O debate não se limitou a dirimir argumentos e a extremar as posições assumidas pelos defensores e pelos opositores das Rodas. Efectivamente, o profundo enraizamento destas instituições entre as comunidades locais, a necessidade de preservar determinados valores familiares, bem como a ausência de modelos alternativos de assistência pública e seu controle por parte do Estado, fez emergir uma via alternativa às posições divergentes que haviam sido assumidas pelos grupos em confronto. Com esta terceira via, os seus mentores pretendiam evitar uma ruptura imediata com o sistema vigente, pelo que se opunham ao encerramento imediato das Rodas, preconizando uma transição progressiva para um modelo mais moderno e equilibrado, simultaneamente com uma acção preventiva de combate às causas subjacentes à exposição de crianças.

Este amplo debate nacional, iniciado no dealbar do século XIX, atingiu o seu apogeu em meados dessa centúria, tendo-se prolongado muito para além da abolição das Rodas e da sua substituição pelos Hospícios. O manancial de informação a explorar e a pertinência do debate acabou por constituir um importante campo de análise, o qual foi explorado por alguns estudantes contemporâneos deste problema social, tendo estado na origem de algumas dissertações académicas, já referidas, elaboradas por finalistas do curso médico-cirúrgico.

A filosofia de base que dominou todo o polémico debate assentava no princípio inquestionável de que a criação e educação das crianças seria uma incumbência natural dos respectivos pais, como um dever inalienável que resultava da própria natureza humana e das suas obrigações parentais e sociais. Ao mesmo tempo, continuava a aceitar-se ser um dever da sociedade acolher, criar e educar as crianças que se

²⁹⁷ Já no início do século XIX, o jurista José Caetano Pereira e Sousa havia defendido que com essas instituições de acolhimento e assistência às crianças expostas «*se salvará a vida a huma multidão de crianças, se tirará a ocasião dos abortos, e infanticídios, se procurarão vassallos para o Estado, e se evitará á mulher que teve huma fraqueza, a desgraça de ficar desonrada, tornando-se mais circumspecta para não commeter segunda*» (Sousa, José Caetano Pereira, *Classes de crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a legislação actual*, Lisboa, Régia Officina Typographica, 1803).

encontrassem ao desamparo. Todavia, a polémica continuava a girar em torno da necessidade de encontrar ou estabelecer o ponto de equilíbrio entre os deveres da família e da sociedade, a bem do interesse das crianças. Em nome dessa estabilidade, seria necessário evitar a desresponsabilização parental e o agravamento dos custos dessa intervenção social.

Este confronto de ideias, fundamentado em argumentos jurídicos, sociais e institucionais, poderá ser integrado numa discussão internacional sobre esta problemática e sobre as verdadeiras implicações que as Rodas tiveram nos países onde as mesmas estavam estabelecidas. As repercussões desse amplo debate, muitas vezes alicerçado em indicadores estatísticos, moldados de acordo com os interesses e os pontos de vista de cada grupo, acabaram por chegar ao nosso país, sendo utilizados como fundamento de algumas das posições publicamente assumidas²⁹⁸. Os dados estatísticos que suportavam os grupos em confronto acabaram por conferir uma maior visibilidade ao debate, cada vez mais assumido como uma “questão de humanidade” e como uma verdadeira e incontornável “questão de governo”.

O governo português não poderia deixar de participar e intervir activamente no estudo e discussão pública da funcionalidade do sistema, em busca da melhoria da assistência à infância desvalida e abandonada, como um dos imperiosos deveres do Estado. Para o efeito, em 1862, nomeou uma comissão para estudar o problema, regular o serviço dos expostos e apontar os meios mais adequados para, de acordo com as leis existentes, prevenir as exposições, sem que disso pudesse resultar um aumento dos infanticídios²⁹⁹.

Esta polémica nacional culminou com a abolição das Rodas francas e sua substituição pelos Hospícios de admissão condicionada, tornando as instituições de acolhimento mais transparentes, a assistência mais selectiva e os resultados bem mais satisfatórios. Foi esta a posição assumida pelo governo, depois de defender que o sistema vigente teria de ser alterado, atendendo aos seguintes factores:

«Desmoralização nas classes; quebra ou abandono dos laços da família legal ou natural; péssima alimentação das crianças e soffrimentos que d’ahi se originam; mortalidade espantosa; despesa excessiva e desproporcionada com os serviços e com o modo como são feitos»³⁰⁰.

6.2-Os defensores das Rodas

Os defensores da manutenção das Rodas mantiveram-se fiéis aos princípios que haviam presidido à sua criação, vendo nelas as instituições verdadeiramente humanitárias, prontas para salvar a vida de muitas crianças que estariam condenadas a morrer, por serem vítimas de aborto provocado, infanticídio deliberado ou por serem abandonadas em locais que não lhes permitissem sobreviver. Além desta concepção filantrópica do problema, a sua posição assentava numa visão populacionista da assistência, cujas instituições eram vistas como um meio capaz de ganhar muitos vassallos para o enriquecimento do Estado. Finalmente, consideravam que a

²⁹⁸ Este longo debate só poderá ser equiparado à discussão actual sobre a questão do aborto, nomeadamente sobre a proibição ou legalização da interrupção voluntária da gravidez. A diferença é que nos dias de hoje é possível utilizar um dos mecanismos constitucionais que possibilitam a auscultação popular, através da realização de referendos.

²⁹⁹ Portaria de 17 de Julho de 1862, Diário de Lisboa, n.º 168, de 29 de Julho de 1862.

³⁰⁰ Proposta do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino que conduziu à aprovação do Regulamento para o Serviço dos Expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867, Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

possibilidade de abandonar as crianças, de uma forma secreta e legal, iria poupar muitas famílias da desonra, evitando os escândalos provocados pelas ligações ilegítimas, ao mesmo tempo que poderia reabilitar muitas dessas mulheres, através do seu próprio arrependimento (Sousa, 1803:296).

Alguns dos que pugnavam pela continuidade das Rodas apresentavam esta instituição como um mal necessário à defesa da vida, tendo Manuel Caetano da Cunha³⁰¹, finalista do curso médico-cirúrgico, afirmado que era a corrupção dos governos, bem como a desmoralização dos povos, que tornavam necessária a Roda, e não esta que provocava essa desmoralização. Era tal a sua crença nas vantagens destas instituições que não hesitou em considerar as Rodas «*como uma engenhosa invenção da caridade cristã*», ao mesmo tempo que discordava daqueles que as consideravam «*o fermento mais poderoso para a dissolução dos costumes*». Adepto confesso da sua manutenção, não deixou de defender a sua remodelação e aperfeiçoamento, como forma de evitar que as mesmas continuassem a ser vistas como «*Rodas-Casas de infanticídio legal*». À sociedade caberia o importante papel de substituir as mães desnaturadas ou acabrunhadas pelas misérias do mundo, as quais haviam sido forçadas a abandonar o fruto das suas entranhas. Nesta perspectiva, o Estado, ao perfilhar um inocente abandonado, mais não faria do que assumir e cumprir o seu dever social.

Nestes pressupostos, as Rodas deveriam ser conservadas, não só no interesse das mães e das crianças³⁰², mas também no da sociedade, pelo que a lei social, em determinadas circunstâncias, deveria transigir com certos males para evitar outros bem maiores. Segundo os seus defensores, as Rodas, ao pouparem muitas famílias da desonra, estariam a evitar o escândalo provocado pelas ligações ilegítimas e possibilitaria o arrependimento das mães, ao mesmo tempo que obrigaria o vício a ser cauteloso e recatado, acabando por restringir o número de infanticídios³⁰³.

6.3-Os opositores das Rodas

Muitos dos argumentos utilizados pelos defensores das Rodas também serviram aos seus opositores para as combaterem e proporem a sua rápida abolição. Entre o grupo de pessoas que tomaram posições públicas, poderemos destacar o Dr. Tomás de Carvalho, professor da Escola Médica de Lisboa, o qual se assumiu como um dos mais acérrimos adversários daquelas instituições e do mecanismo que permitiria aceder livremente aos seus benefícios assistenciais. Em meados do século XIX, este lente universitário escreveu um artigo, publicado na *Gazeta Médica de Lisboa*³⁰⁴, cujo título “*Abaixo a Roda dos Expostos*” é bem elucidativo de uma posição que, sem quaisquer contemplações, quis publicamente assumir.

³⁰¹ A. Manuel da Cunha, *Breves considerações sobre a roda dos expostos*, citado por Luís de Pina (1964: 342-351).

³⁰² Os defensores das Rodas consideravam que proibir as exposições poderia estar a abrir às mães, algumas delas mal aconselhadas, o caminho do crime. Assim, além de salvarem a vida física de muitos recém-nascidos que seriam vítimas de infanticídio, as Rodas também estariam a contribuir para salvar a vida moral de muitas crianças, evitando-lhes um futuro de miséria e de vergonha.

³⁰³ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em anexo ao decreto de 21 de Novembro de 1867. Citando Montalembert, os defensores das Rodas consideravam que «*a mulher deve ser respeitada no seu pudor e não deve ser perseguida na sua deshonra*», um objectivo que apenas poderia ser conseguido através da manutenção do segredo inviolável dessas instituições, pelo que, assim como a sociedade abria os braços protectores à criança, também deveria fechar os olhos para não ver o rosto da mãe.

³⁰⁴ *Gazeta Médica de Lisboa*, n.º 7, Lisboa, 1853, pp. 99-104.

Denotando ser conhecedor da realidade, mostrou-se implacável para com os defensores da Roda. Contrariamente a eles, via nela «*a mais directa e flagrante condenação da existência da família*», considerando-a responsável pelo infanticídio indirecto, permanente e legal. Chegou mesmo a apelidá-la de “*açougue de crianças*”, tal era a mortalidade registada e a subversão da sua natureza primitiva - o de impedirem o abandono de crianças nas ruas, praças ou locais ermos, como forma de evitar a sua morte³⁰⁵.

Este objectivo apenas seria válido se as Rodas se destinassem exclusivamente ao acolhimento das crianças verdadeiramente abandonadas, mas nunca enquanto constituíssem um mecanismo legal de acesso franco, sem possibilidade de identificar os responsáveis pelas exposições. Como exemplo, citava a Roda da Misericórdia de Lisboa, a qual se havia transformado num exemplo flagrante da maior e mais perversa imoralidade. Segundo o Dr. Tomás de Carvalho, esta instituição «*já fez o seu tempo, deu o que podia dar, e brevemente terá de ser abolida*».

Os opositores deste sistema consideram que a Roda era uma instituição desmoralizadora, a qual começaria por seduzir, mas acabaria por depravar. Sendo protegida pela lei e estando franca e livre a toda a hora do dia e da noite, a Roda não deixaria de convencer algumas mães a livrarem-se dos encargos que um momento de desvario lhes poderia trazer, com a exposição dos filhos a ser visto como um acto indiferente ou mesmo louvável. Ora, como o exemplo se propagava facilmente, o mal acabaria por contaminar e tornar-se extensivo a outras mulheres mais puras, afrouxando os laços da família e “gangreando” os elementos que compõem a sociedade.

Segundo o relatório elaborado pela comissão que, em cumprimento da portaria de 22 de Novembro de 1865, foi incumbida de estudar e indicar os melhoramentos necessários à administração dos expostos, a transição para um novo sistema de assistência, que viesse a substituir as Rodas, não deveria ser demasiado rápida e violenta. Embora preconizasse o encerramento das Rodas, a comissão considerava que a sociedade, assim como podia auxiliar as mães, nos casos de miséria, também deveria continuar a protegê-las, nos casos em que fosse necessário manter um determinado segredo, desde que não se tratasse de nenhuma “impostura”, o que só poderia ser comprovada se a admissão passasse a ser condicionada e controlada³⁰⁶.

6.4-Remodelação e humanização das Rodas

O médico portuense Sousa Vaz, que esteve directamente ligado à assistência aos expostos da Roda do Porto, foi uma das personalidades mais conceituadas e conhecedoras da verdadeira situação dos expostos, no nosso país. Embora se assumisse como adversário das Rodas, como instituições legais e secretas de acolhimento das crianças expostas, a ausência de alternativas válidas levaram-no a ponderar bem todos os prós e contras do seu funcionamento e a adoptar uma posição conciliadora e transitória. Esta deveria passar pela reorganização e humanização das Rodas. Opondo-se a uma ruptura imediata com o sistema vigente, Sousa Vaz preconizava uma transição

³⁰⁵ Também Gouveia Osório, médico do Hospício do Porto que, a partir de 1865, havia substituído a Roda, manifestou a sua opinião sobre esta última instituição ao afirmar que abolir a Roda seria como abolir o patíbulo, mais ainda porque quem sofria as consequências dos erros dos pais era a vida das crianças (citado por Luís de Pina, 1964:348).

³⁰⁶ In Parecer da comissão, elaborado em 27 de Dezembro de 1866, em anexo ao decreto de 21 de Novembro de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

progressiva e equilibrada para um modelo mais consentâneo com uma visão humanista e filantrópica da assistência³⁰⁷.

Conhecedor das medidas que haviam sido empreendidas, em França, que apontavam para a substituição da roda franca pela roda vigiada, este médico portuense defendia a reformulação e progressiva substituição destas instituições, mas apenas depois de serem identificadas e reprimidas as causas ou motivações que estavam na origem da exposição de crianças. Todavia, como a melhoria da assistência só seria possível após uma diminuição drástica do número de crianças beneficiárias, tal objectivo pressupunha a repressão e o controle das exposições que se faziam através do mecanismo da roda, a qual teria de deixar de ser franca (Vaz, 1860:357). Ele próprio já havia alertado para uma prática abusiva que permitia a uma mãe passar um filho pela roda para beneficiar do subsídio de criação, o que poderia constituir um prémio que se oferecia à libertinagem ou um socorro que se prestava a pessoas não necessitadas (Vaz, 1848: 45).

A elevada mortalidade registada foi uma das principais armas de arremesso contra uma instituição que havia sido criada para salvar a vida de muitas crianças expostas. O problema é que as rodas apenas estariam a funcionar como um véu que encobriria a prática de crimes, incluindo o infanticídio, além de permitirem que alguns pais pudessem expor os seus filhos legítimos, apesar de terem meios de sustentação, o que era proibido por lei e penalizado pelo Código Penal³⁰⁸.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino mostrou-se favorável a uma reformulação do sistema vigente. Servindo-se do parecer elaborado pela comissão que havia nomeado para estudar o problema, propôs a substituição da Roda pelo Hospício, com as admissões de crianças a serem vigiadas, antes ou depois de se realizarem. O parecer da comissão apontava para uma admissão justificada nas novas instituição de assistência, sempre comprovada por atestado passado pelos regedores, a certificarem que as crianças estariam nalguma das circunstâncias legalmente previstas³⁰⁹.

Havia um largo consenso em torno da necessidade de moralização do sistema vigente, sobretudo na diminuição do número das exposições, como forma de evitar os frequentes abusos e diminuir as respectivas despesas. O ponto mais problemático relacionava-se com a preservação da honra familiar, a qual poderia ser colocada em causa com os processos de indagação da origem familiar dos expostos, o que originou algumas resistências ao processo de transição das Rodas para os Hospícios.

Os defensores da roda franca consideravam que a admissão restrita acabaria com o segredo, sendo este absolutamente fundamental para a preservação da honra familiar. Pelo contrário, os seus opositores contrapunham com o argumento de que aquele sistema também não o asseguraria, dado o envolvimento e a cumplicidade de algumas pessoas, como as parteiras ou quem levava as crianças à Roda.

6.5-Reflexos regionais do debate nacional

O distrito de Viana do Castelo não se absteve de participar no debate sobre a legitimidade das Rodas, com alguns dos responsáveis locais a tomarem posições públicas e a darem o seu contributo para a melhoria de um ramo da assistência que tinha

³⁰⁷ Uma posição mais radical foi assumida pelo professor Tomaz de Carvalho que, em 1853, defendeu o fim da Roda e a sua substituição por um sistema de admissão patente (in *Gazeta Médica de Lisboa*, n.º 7, 1853).

³⁰⁸ Repertório das Câmaras, propriedade de D. Miguel d'Alarcão, II Ano, n.º 21, Lisboa, 8 de Dezembro de 1865.

³⁰⁹ Documento anexo ao Regulamento de 1867, por Decreto de 21 de Novembro de 1867.

um grande impacto a nível regional e local, com fortes repercussões nos orçamentos municipais.

Foi o próprio governador civil de Viana que, por ofício de 5 de Fevereiro de 1866, solicitou aos presidentes das câmaras municipais para que apresentassem os seus pareceres sobre o problema da assistência à infância abandonada e, em particular, sobre o projecto de regulamento que a junta geral de distrito havia elaborado. Entre os vários pareceres apresentados³¹⁰, poderemos destacar aquele que foi redigido pelo presidente da câmara de Ponte de Lima, o qual deverá reflectir a opinião generalizada sobre a situação dos expostos no distrito.

Fundamentando a sua opinião em dados estatísticos concretos, João de Barros Mimoso começou por referir-se à “cifra pavorosa” da mortalidade registada entre os expostos do seu concelho, dando como exemplo o facto de, no ano de 1866, já terem falecido 60 das 134 crianças que haviam entrado na Roda. Perante tão dramático cenário, os indicadores estatísticos se encarregavam de demonstrar que as Rodas, em vez de serem instrumentos de vida, se haviam transformado em “guilhotinas das crianças”, razão pela qual apelava à sua completa extinção. Este apelo ainda era reforçado com o facto do concelho haver gasto elevadas somas com a criação dos expostos, as quais estariam a absorver a quase totalidade dos rendimentos disponíveis.

Segundo o mesmo autarca, a Roda havia-se transformado numa “escola de relaxação” e num incentivo permanente à imoralidade, por estar a assegurar a criação de crianças à custa alheia, em completo desprezo pelos sentimentos religiosos. A forma como concluiu o seu parecer é bem elucidativo da sua inequívoca oposição à manutenção do mecanismo da roda, ao considerá-lo «*um instrumento cego e estúpido de uma caridade irreflectida*», o qual estaria a minar os principais fundamentos da sociedade e a abalar ou destruir as famílias e a pureza dos costumes.

Alguns anos antes, o presidente da câmara de Monção, num relatório enviado ao governador civil de Viana, em 1862, depois de analisar os prós e os contras das Rodas, considerou tratar-se de um assunto muito delicado, a exigir todas as precauções. Considerando não ser oportuna a sua substituição pelas casas de admissão condicionada, acabou por mostrar-se mais favorável à redução do seu número. A sua completa extinção deveria fazer-se lentamente e com moderação, reservando o tempo suficiente para que as administrações prestassem os auxílios e os devidos esclarecimentos à organização das novas instituições e pudessem fixar as novas regras de admissão³¹¹.

A imprensa regional, a exemplo do que havia acontecido com a imprensa nacional, também participou no debate público, tendo-se manifestado contrária à manutenção do “filantrópico estabelecimento das rodas”, por se haver transformado num veículo de escândalo e desmoralização. Num artigo publicado no dia 17 de Julho de 1862, o jornal “O Vianense” considerou que as Rodas se haviam transformado em instituições que, de uma forma indiscriminada, estariam mais ao serviço das mulheres solteiras do que das crianças expostas. Isto apesar de terem sido criadas em Portugal de acordo com o espírito do seu fundador, S. Vicente de Paula, como forma de evitar os infanticídios e a morte das crianças expostas. Tal vinculação seria extensiva àquelas mulheres que, mesmo recatadas, não se envergonhavam de ser mães nem de exporem os filhos, «*para continuarem commodamente no mesmo modo de vida, ou para irem como amas mercenárias criar os filhos alheios*».

³¹⁰ A.M.P.L., Livro de Registo da Correspondência Expedida (1866), fls. 20 e 20 v.º.

³¹¹ A.G.C.V.C., *Relatório sobre a administração dos expostos no distrito de Viana*, enviado pelo presidente da câmara de Monção ao governador civil de Viana do Castelo, em 19 de Julho de 1862 (Pasta 1.15.4.1.1).

O autor do artigo concluiu a abordagem do problema, apresentando o seguinte apelo:

«Em nome da infância desvalida, da moralidade pública, e da humanidade, pedimos a reforma d'estes estabelecimentos com a urgencia que a gravidade do mal reclama. Se porventura não há reforma possível, então fechem-se as rodas e não se pague forçado para o morticínio da tantas victimas innocentes».

Na posse de vários pareceres municipais, a junta geral do distrito avançou determinada para a reforma da assistência à infância desvalida, através da aprovação de um novo regulamento distrital, em 1866, o qual acabou por determinar o encerramento das Rodas e a sua substituição pelos Hospícios, cerca de um ano antes do governo decretar a sua abolição no território nacional.

6.6-O impacto da exposição de crianças na imprensa local da época

O aparecimento da imprensa regional no distrito de Viana do Castelo coincidiu com o período em que a exposição de crianças tinha atingido a sua maior expressão e numa altura em que estava no seu auge o polémico debate nacional sobre a legitimidade das Rodas. Alguma imprensa local acabou por fazer eco dessa discussão pública, embora assumindo uma posição em que condenava abertamente a exposição legal e secreta de crianças e se mostrava claramente favorável ao desmantelamento das rodas. Por seu lado, a publicação de notícias sobre a exposição de crianças só passou a verificar-se a partir do momento em que a mesma havia diminuído acentuadamente, começando a tornar-se excepcional, o que só se verificou alguns anos após a abolição das Rodas, em 1866.

O problema da infância desvalida e abandonada centralizou definitivamente grande parte do debate público, agora definitivamente transformado num incontornável problema social. Como face visível desse debate, alguma imprensa regional passou a reservar um tratamento mais aprofundado a esta problemática, cuja abordagem deixou de se circunscrever apenas às vertentes políticas, económicas, sociais ou institucionais, como acontecia com outra imprensa nacional³¹², para valorizar mais a componente humana do problema.

³¹² O *Diário de Notícias* chegou a estabelecer uma correlação estreita entre o nascimento de “bebés indesejados”, o seu abandono e, por vezes, o próprio infanticídio, não deixando de se manifestar contra uma prática que ainda perdurava no tempo, apesar de ser legalmente condenada e socialmente reprovada.

No dia 14 de Dezembro de 1899, este jornal publicou a seguinte notícia, sob o título de “**Criminosos infanticídios**”: *«Ainda no dia 8 do corrente noticiáramos um d'estes crimes de infanticídio, em que a criada de servir Clara Costa, de 19 anos, moradora na Junqueira, asphyxiara um seu filho, pouco depois de o ter dado á luz e já hoje temos de registar um novo crime, que está entregue á policia, ignorando-se por enquanto quem seja a auctora de tão repellente e infame procedimento. Hontem pelas 7 horas e meia da manhã um menor chamado Artur, morador na travessa das Freiras, quando se dirigia á quinta do Bernardino (...), mesmo em frente do Real Hospital de D. Amelia, afim de armar aos passaros com uma rêde, reparou que ao lado esquerdo da entrada, onde existe o terraço, um cão tentava apoderar-se de um pezado embrulho. O menor foi chamar o caseiro da quinta, Manuel Francisco Dias, e os dois quizeram depois verificar o que continha o dito embrulho. Foi então que ao desembrulharem um avental verde escuro com botões de rosa, depararam com o cadaver de uma robusta creança do sexo masculino».*

Já no início do século XX, o mesmo diário publicou uma outra notícia, no dia 4 de Novembro de 1902, sob o título “**Duas mães desnaturadas**”, com o seguinte desenvolvimento: *«O caso que relatamos hoje é d'aquelles que arrancam brados de indignação, apesar de serem muito frequentes, infelizmente, e quasi sempre por culpa e benevolência dos tribunaes (...). Elas são mesmo duas verdadeiras feras que a todo o transe se queriam ver livres dos innocentes filhinhos (...)».*

Vamos passar a citar algumas notícias que esporadicamente foram publicadas na imprensa regional, onde se relataram alguns acontecimentos que não deixaram de ter algum impacto na opinião pública, apesar de tão familiarizada com o problema da exposição de crianças.³¹³ Através dessas notícias, poderemos avaliar melhor o alcance e a forma como estava a ser visto este problema social por uma sociedade que tanto se mostrava solidária e tolerante para com as situações de exclusão social como muito crítica em relação a tudo o que contrariasse os valores então dominantes. Estes passavam por uma nova valorização da infância, paralelamente com uma maior responsabilização parental.

Nos seus primeiros anos de existência, como as Rodas eram instituições legais que se destinavam ao acolhimento das crianças expostas, a imprensa regional apenas deu ênfase a notícias que pudessem ir além da discussão pública habitual e daquilo que as comunidades locais consideravam normal. Só assim se justifica que as notícias da exposição de crianças tivessem passado ao lado da imprensa regional, para começar a aparecer após a reformulação de todo o sistema assistencial, paralelamente com uma nova responsabilização parental. A partir de 1866, altura em que foi regulamentada a admissão de crianças nos Hospícios, a exposição de crianças, entendida como um efectivo enjeitamento, deixou de ser socialmente tolerada, com o novo regulamento distrital a dar cobertura assistencial a todas as crianças cujas mães as não pudessem criar.

Alguns anos antes, num dos artigos sobre os expostos, publicado no jornal regional “O Vianense”, de 17 de Julho de 1862, a primeira preocupação ia directamente para as dificuldades financeiras que as câmaras municipais atravessavam, cujos rendimentos estariam a ser praticamente absorvidos pelas despesas obrigatórias com os expostos. Estes encargos estariam a impossibilitar a realização de quaisquer melhoramentos, mesmo aqueles que seriam considerados indispensáveis às populações locais.

Apesar desta preocupação, o articulista alertava para o facto de não pretender censurar a Roda ou contestar a necessidade de «*prover de soccorro os infelizes innocentinhos, que ao alvorecer da existencia, e quando mais carecidos de cuidados e disvelllos, são victimas do mais deshumano abandono*». O que criticava era o facto desta instituição, «*tão pia como sancta na sua origem*», estar a constituir mais um incentivo à devassidão do que a assumir um papel de verdadeiro instituto de caridade. Os abusos estariam a ser frequentes, o que não deixaria de anular os seus verdadeiros fins, favorecendo mais a prostituição do que protegendo a infância desvalida, como o estariam a mostrar as elevadíssimas taxas de mortalidade.

O mesmo jornal, assumido como um “periódico político e literário”, publicou, em primeira página, mais algumas reflexões sobre os expostos e as Rodas. São reflexões muito críticas e generalistas que, apesar de serem datadas de Viana, não apareceram assinadas nem faziam qualquer referência particular à situação da assistência aos

³¹³ O jornal “*A Aurora do Lima*”, um dos mais antigos da região e país, fundado em 15 de Dezembro de 1855, deu eco a algumas notícias sobre o abandono de crianças, após a abolição das Rodas, em 1866, chegando a ser utilizado como parte de uma estratégia que visava acompanhar o percurso de uma criança abandonada, com vista a uma futura reintegração familiar.

É o que poderemos concluir da leitura duma mensagem que acompanhava um menino, exposto na Rua da Bandeira, na cidade de Viana, em 19 de Setembro de 1880, a qual dizia o seguinte: «*Pede-se que esta criança seja baptizada com o nome de José, pois que seus pais desejam e querem mais tarde tomar conta dele, motivo porque se pede seja dado a boa ama que o trate com carinho que um dia será recompensada. Pede-se que se anuncie na Aurora do Lima o dia, hora e igreja em que foi baptizado*» (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, 1879-1884, registo n.º 41).

expostos no distrito de Viana. Daí que se pudesse tratar da transcrição de alguns artigos de opinião, extraídos doutra imprensa nacional.

Em 24 de Setembro de 1864, numa altura em que se anunciava o fim próximo destas instituições de assistência aos expostos, este jornal publicou a segunda parte dum artigo sobre as Rodas, onde apontava a desmoralização pública e a escandalosa prostituição como as causas mais fortes do aumento das exposições. Seguidamente, o analista passou a debruçar-se sobre a criação dos expostos, após completarem os 7 anos de criação, bem como sobre o seu processo de integração social, defendendo a criação de estabelecimentos públicos nos distritos para a educação dos expostos, para que estes se tornassem «*aproveitaveis para a sociedade*».

Em Ponte de Lima, o jornal local “*Echo do Lima*” publicou, no dia 6 de Dezembro de 1866, uma notícia sobre o abandono de uma criança na vila, cujo título “*Um entre-mez ao entrar no mundo*” era bastante sugestivo e apelativo. Esta notícia revelou-nos uma das estratégias utilizadas por quem pretendia expor uma criança, não dispondo já das recém extintas Rodas. Eis a transcrição integral da notícia:

«No passado Domingo entrou numa loja de comidas d'esta villa uma aldeá com um pequeno cesto debaixo do braço. Collocando o cesto sobre uma caixa pediu à mulher alguma coisa para comer, e como nada houvesse prompto, sahiu pela porta fora, dizendo que ia ouvir missa , enquanto se não aprontava a comida. Ao sahir recomendou com muito cuidado o cesto que ali deixava até à sua volta, que seria breve.

*Passados alguns minutos foi a dona da casa despertada pelos choros convulsivos de uma creança, e dirigindo-se ao cesto, d'onde elles partiam, encontrou no fundo uma creança recém-nascida. Era uma inocente exposta! A mulher nunca mais voltou»*³¹⁴.

Além de algumas referências esporádicas ao aparecimento de algumas crianças abandonadas, este mesmo jornal publicou, em 6 de Junho de 1867, a notícia de um acontecimento que não terá deixado de scandalizar as populações locais, apesar de habituadas a ouvir falar em crianças enjeitadas ou expostas, acolhidas e criadas pela comunidade. Sob o título “*Novo tráfico de escravatura*”, a notícia informava que «*uma ama externa da roda dos expostos de Braga tentou outro dia vender um exposto pela módica quantia de seis coroas!*»³¹⁵.

No dia 22 de Agosto de 1882, foi a vez do jornal “*A Estrella de Caminha*” noticiar a exposição de uma criança à porta do Hospício da vila de Caminha, tendo aproveitado a oportunidade para tecer algumas considerações sobre uma prática que paulatinamente havia deixado de ser considerada normal e se havia transformado num acto socialmente reprovado e condenado. Mais do que com uma função informativa, a notícia foi apresentada como um artigo de opinião sobre um problema social que, apesar de ter registado um decréscimo significativo, ainda acontecia esporadicamente. Eis os comentários que acompanhavam a referida notícia:

«A mulher que não tem no coração um sentimento para a criancinha que gerou no seu seio, e ao nascer a despreza, é um ente mais do que vil, excede em

³¹⁴ Jornal *Echo do Lima*, de 6 de Dezembro de 1866, n.º 64. Cruzando esta notícia com os registos de expostos da câmara de Ponte de Lima, verificámos que se tratava de uma menina que havia sido exposta, em 2 de Dezembro, dentro da loja de Maria Violante, viúva, residente na rua da Fonte da Vila, deixada dentro de um cesto por uma mulher desconhecida. No baptismo foi-lhe dado o nome de Cristina, tendo sido entregue à ama, Ana Joaquina, da freguesia da Correlhã, passando, um ano depois, para a ama da mesma freguesia, Angélica Maria. Faleceu no dia 15 de Julho de 1868 (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, de 1866-1867, fl. 101).

³¹⁵ Jornal “*O Echo do Lima*”, n.º 85, de 6 de Junho de 1867.

crueldade as próprias feras. Não é mãe, é uma desgraça que não conheceu nunca a suave ventura dos jubilos da maternidade, o seu lugar não é no seio da sociedade; o seu lar deve ser o covil das hyenas; a sua patria as florestas inhospitas da África.

É um crime para que não há castigo de sobejo.

Quem seria a barbara mãe, que foi ou mandou expor ante-hontem à porta do hospício d'esta villa uma creancinha de poucas horas, embrulhada apenas em um farrapo e dentro d'uma ceira? É talvez difficil saber-se quem foi a authora d'esse nefando delicto, mas se chegar a ser conhecida, em nome da innocencia pedimos ás dignissimas autoridades o mais severo castigo para tam clamoroso crime»³¹⁶.

6.7-A abolição das Rodas e sua substituição pelos Hospícios

O governo, depois de auscultar a opinião dos governadores civis e das juntas gerais de distrito, que apontavam para o estado calamitoso em que se encontrava a assistência aos expostos, decidiu nomear uma comissão para estudar o problema das Rodas no território nacional, por portaria de 17 de Julho de 1862. A grande incumbência desta comissão seria a de procurar encontrar os meios mais adequados para prevenir as exposições, sem aumentar os infanticídios, bem como definir as providências necessárias para melhorar os serviços prestados e a sorte de tantas crianças inocentes, sem implicar qualquer desequilíbrio orçamental. Deste estudo resultou um primeiro relatório, apresentado em 20 de Maio de 1863, logo seguido de um outro, bem mais circunstanciado e crítico, elaborado em 31 de Janeiro de 1867. Estes relatórios serviram de fundamentação às alterações estruturais que o governo aprovou no final deste último ano.

Esta comissão apresentou os argumentos utilizados por aqueles que defendiam a manutenção das Rodas e os que preconizavam a sua imediata abolição. O objectivo seria procurar contextualizar esta problemática no sentido de saber se seria legítimo considerar a Roda como uma instituição moralizadora ou se, pelo contrário, não passaria do mais perfeito instrumento de desmoralização que se havia inventado. Este estaria a funcionar como um chamariz ou como um anúncio público que levaria alguns pais a abdicarem do cumprimento dos imperiosos deveres familiares e sociais.

Perante argumentos tão extremados, a comissão procedeu a uma avaliação global do problema, tendo considerado que, se a argumentação utilizada pelos defensores da Roda tivesse algum fundamento, seria um verdadeiro “sacrilégio” ousar pôr em causa tal instituição. Contudo, a realidade estaria a revelar um panorama bem mais complexo e dramático. O espírito solidário e caritativo que lhe deveria estar subjacente não passaria de uma miragem, acabando por emergir um modelo de assistência completamente subvertido que havia transformado uma instituição, pretensamente moralizadora, num instrumento de sedução e depravação.

Em função dos dados estatísticos que acompanhavam o parecer da comissão, com particular destaque para as elevadíssimas taxas de mortalidade registadas, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino considerou os expostos como fazendo parte de um dos mais prementes problemas sociais, dignos de toda a humanidade.

Depois de questionar se caberia ou não ao Estado intervir na resolução destes problemas sociais, através da reorganização do serviço da beneficência pública, a conclusão não deixava margem para dúvidas, ao apontar claramente para a necessidade

³¹⁶ A.M.C., Jornal *A Estrella de Caminha*, 22 de Agosto de 1882, n.º 6.

imperiosa de uma intervenção estatal na resolução de alguns dos mais graves problemas sociais que afectavam o nosso país, como o pauperismo e a miséria, como forma de evitar a desmoralização da sociedade³¹⁷. Entre os males sociais que afectavam a sociedade, a infância abandonada deveria merecer uma particular atenção por parte do Estado, sendo necessário regulamentar a sua intervenção. Os expostos seriam dignos da maior compaixão, não só por se tratar de vítimas inocentes, mas também porque se viam privados, tão precocemente, dos cuidados e dos carinhos maternos, considerada a maior desgraça que poderia acompanhar os primeiros passos da sua existência.

Reconhecido e reafirmado o dever da sociedade em cuidar das crianças desamparadas, seria necessário encontrar a fórmula mais adequada para melhorar a sua acção protectora. Tudo deveria começar por tornar efectiva a responsabilidade que a natureza e a sociedade impunha aos pais - a de criarem e educarem os seus filhos - salvaguardando alguns casos excepcionais em que as obrigações parentais deveriam ser assumidas pela sociedade. A questão que se colocava era a de procurar saber se a Roda seria a instituição mais indicada para continuar a desempenhar essa função.

Desde que havia sido estabelecida em Portugal, a Roda era a única instituição responsável pelo acolhimento e criação das crianças enjeitadas. Ao assegurar o carácter legal e sigiloso da exposição de crianças, esta instituição acabou por ser objecto de uma progressiva degeneração, que conduziu à subversão da sua natureza primitiva. Na realidade, ao alargar as suas atribuições e ao revelar-se bastante permeável à prática de irregularidades, as Rodas terão passado a representar «*um convite público aos pais que quisessem desembaraçar-se dos filhos*», assim como um convite para aqueles que pretendessem criá-los à custa da comunidade. O resultado foi a subida significativa das despesas, como consequência do aumento do número de crianças que estavam a cargo das instituições.

Segundo os mais críticos, um sistema que, em nome da caridade, protegia indiscriminadamente tanto o vício como a miséria e espalhava por toda a parte a desmoralização e a morte teria de ser substituído por um outro sistema que preconizasse e assegurasse a admissão restrita de crianças. Este novo modelo de assistência pretendia alicerçar-se em princípios mais esclarecidos e tinha por principal objectivo o apoio à infância desvalida, acolhendo tanto as crianças sem família como as crianças que não pudessem ser criadas no seu próprio ambiente familiar, por falta de recursos ou pela necessidade imperiosa de salvaguardar a honra familiar. Em termos institucionais, a roda franca sereia substituída por um sistema de admissão justificada, com as Rodas a darem lugar aos Hospícios.

Apesar duma nova regulamentação, não poderemos considerar que o novo modelo assistencial representasse um corte ou uma ruptura completa com o sistema anterior. Na verdade, era tão profundo o seu enraizamento social que, passados muitos anos desde o seu encerramento, muitas pessoas ainda continuavam a designar por Rodas os Hospícios que as haviam substituído, incluindo algumas das autoridades civis e religiosas. As próprias hospitaleiras ainda eram formalmente designadas por rodeiras. A principal diferença residia no facto de não se poderem expor as crianças na roda, entretanto desmantelada, logo substituída pela sua exposição em locais estratégicos, incluindo a porta da nova instituição de assistência, nalguns casos a funcionar no mesmo edifício da antiga Casa da Roda.

³¹⁷ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, elaborado em 27 de Dezembro de 1866 e publicado em anexo ao Regulamento de 1867, por Decreto de 21 de Novembro de 1867.

7-A reforma nacional e regional da assistência à infância desvalida e abandonada

7.1-O regulamento distrital de 1866

Num primeiro parecer, emitido em 1863, a comissão incumbida de estudar o problema dos expostos apelou às juntas gerais de distrito para que elaborassem novos regulamentos e procurassem acabar com a permissividade institucional latente, originada pela admissão clandestina de crianças. A alternativa deveria passar pela adopção de um modelo de admissão condicionada, bem selectiva, reservada exclusivamente aos seus verdadeiros destinatários.

Foi na sequência dessas recomendações que a junta geral aprovou o “*Regulamento para a administração dos expostos no distrito de Viana do Castelo*”, em sessão realizada no dia 22 de Março de 1866, um ano antes da publicação do regulamento nacional para o serviço dos expostos. Segundo o novo regulamento, «*em cada uma das cabeças de concelho d’este districto, haverá uma casa ou hospício com todas as condições de salubridade e capacidade, e com mobilia e os arranjos precisos para o fim a que é destinada*», sendo a rodeira substituída pela hospitaleira³¹⁸.

A junta geral empenhou-se em dar a maior publicidade a este novo regulamento distrital, mandando-o distribuir pelas diversas autoridades para ser afixado nos principais lugares públicos do distrito, ao mesmo tempo que pedia a colaboração dos párocos das freguesias na sua divulgação. No mês seguinte, o governador civil de Viana enviou às câmaras municipais uma circular onde comunicava que a junta geral havia deliberado que, a partir do primeiro dia de Julho do ano de 1866, a administração dos expostos deveria passar a ser executada segundo as novas prescrições regulamentares.

Para todos os efeitos, considerava-se «*extincta desde aquelle dia primeiro de Julho a admissão clandestina de crianças nas Rodas do Districto*». A partir dessa altura, apenas passariam a ser admitidas as crianças que estivessem nas circunstâncias previstas no artigo terceiro do novo regulamento distrital³¹⁹.

Segundo este artigo, só seria permitida a “exposição de crianças” menores de sete anos³²⁰, desde que fossem naturais do distrito e estivessem incluídas nalguma das seguintes circunstâncias:

& 1.º - *Sendo filhos de mãe que não possa criá-los sem diffamação e discordia entre famílias honestas;*

& 2.º - *Sendo filhos ilegítimos de mãe indigente que não possa criá-los ainda com o subsídio;*

& 3.º - *Sendo encontradas expostas e abandonadas em algum lugar;*

& 4.º - *Sendo indigentes sem parentes que por lei são constrangidos a sustental-os;*

³¹⁸ *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castello*, art. 2.º, Vianna, Typ. da Aurora do Lima, 1866.

Pelo contrário, a Roda da Misericórdia de Lisboa continuou a funcionar até ao ano de 1870, depois de mais de 300 anos a acolher e a cuidar das crianças expostas na cidade de Lisboa. A sua extinção foi compensada pela atribuição de subsídios às mães indigentes, como forma de evitar que se vissem constrangidas a expor os filhos.

³¹⁹ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, fl. 109.

³²⁰ Não deixa de ser contraditória e geradora de múltiplas ambiguidades a manutenção do termo “exposição de crianças” para englobar todas as crianças beneficiárias do novo sistema assistencial. Na prática, esta terminologia deixava de poder ser conotada com o abandono de crianças para passar a ter uma grande abrangência social, em que as crianças abandonadas constituíam apenas um dos grupos beneficiários.

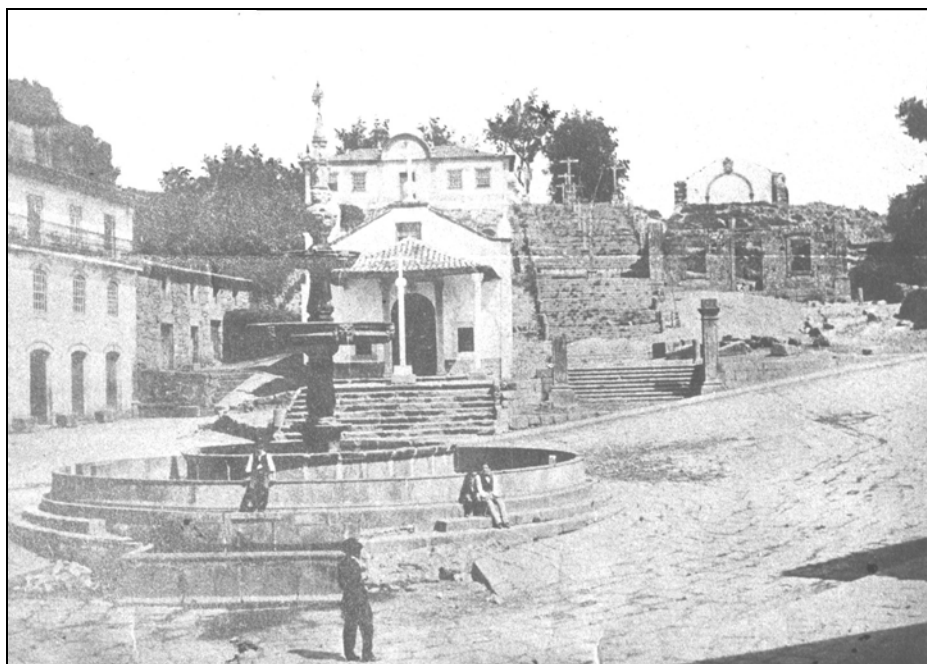
*& 5.º - Aquellas crianças cuja admissão no hospício concedida perante a Câmara municipal por pessoa idonea, que se obrigue por um termo a pagar em cada trimestre a quantia de 6\$000 réis, ou que desde logo entregue a quantia de 120\$000 réis, não sendo obrigada n'este caso a asignar termo algum*³²¹».

Ao substituir o regime de livre acesso, legal e anónimo, pelo sistema de admissão justificada, a junta geral esperava restringir substancialmente a procura na nova instituição. Contudo, se analisarmos os condicionalismos regulamentares, rapidamente se verificou que qualquer criança poderia dela vir a usufruir, ao ser possível integrá-la nalguma das circunstâncias acima enumeradas. Na falta de um melhor enquadramento, bastaria praticar ou simular a exposição de uma criança para que esta viesse a dar entrada no Hospício, ao abrigo do parágrafo terceiro do novo regulamento.

O que teria de mudar ou adaptar-se à nova realidade institucional seriam os processos e os rituais de exposição das crianças. Estes dariam lugar a uma nova encenação que, na prática, poderia redundar no mesmo efeito pretendido. Na verdade, como a nova instituição passou a funcionar no mesmo edifício das Rodas (*figura 7*), não deixa de ser surpreendente que se tivesse procurado retomar o ritual anterior, com a diferença de que as exposições passaram a ser feitas à porta do Hospício, na impossibilidade de o poder fazer através do mecanismo giratório das rodas, entretanto desmantelado (Fonte, 1996b:79).

Figura 7

*Hospício de Ponte de Lima (antiga Casa da Roda), ao cimo do Calvário*³²²



O regulamento distrital de 1866 não representou um corte radical com sistema anterior, apenas o início de um novo modelo de assistência que pretendia diferenciar os beneficiários, acabando por dar início a uma fase de transição que culminaria, mais de

³²¹ Art.º 3.º, do Regulamento distrital de 1866, cit..

³²² Esta fotografia é a reprodução de um postal dos finais do século XIX, a representar o Largo da Regeneração. O Hospício, localizado ao cimo do Calvário, era propriedade da Câmara de Ponte de Lima e funcionou no mesmo edifício da Casa da Roda, construída no ano de 1853.

um século depois, com a criação dos subsídios de nascimento, amamentação e abonos de família.

Não obstante as melhorias registadas, os objectivos das novas instituições de assistência só não foram globalmente atingidos porque, apesar do acesso passar a ser condicionado, não se revelava tarefa fácil controlar ou impedir o abandono simulado ou definitivo de crianças, mesmo daquelas que eram oriundas de outros distritos. Assim, o abandono clandestino de crianças continuou a verificar-se, sendo ao abrigo desta prerrogativa que a maioria das crianças deu entrada nos Hospícios dos vários concelhos, muitas delas acompanhadas por um auto de notícia onde se assinalava a sua proveniência desconhecida.

Teoricamente, este regulamento deveria representar a moralização do sistema e o fim dos abusos habitualmente praticados, com claros benefícios para as crianças e as famílias que dele poderiam usufruir. Inversamente, vamos assistir a uma nova tentativa, quantas vezes consumada, de apropriação da nova instituição, aproveitando as fragilidades do sistema e a sua extraordinária abrangência regulamentar. O impacto inicial da nova regulamentação foi rapidamente ultrapassado, com o problema da inexistência da roda a poder ser facilmente contornado.

De acordo com o primeiro artigo do regulamento distrital de 1866, a administração dos expostos seria distrital. Contudo, perante as dificuldades em operacionalizar uma administração distrital, seria necessário esclarecer a intervenção das câmaras municipais em todo o processo assistencial. Assim, de acordo com as circulares enviadas pelo governo civil, todas as competências administrativas continuariam a ser uma incumbência das respectivas câmaras municipais, com excepção das exercidas pela “comissão dos expostos”, em todas as questões relacionadas com a admissão justificada de crianças, sobretudo daquelas cujas mães as não pudessem criar sem difamação.

A nível burocrático, também não se registaram alterações substanciais em relação ao modelo anterior. Os próprios registos dos expostos continuaram a ser efectuados segundo os modelos do regulamento distrital de 1852, com excepção dos registos das exposições patentes (compreendidas no parágrafo primeiro do artigo terceiro), nos quais deveria constar que as crianças foram admitidas, acompanhadas de uma guia da referida comissão.

A maior diferença residia no facto das autoridades locais se terem preocupado em autonomizar os processos relacionados com a admissão de crianças subsidiadas. Estas passariam a ser registadas em livro próprio, uma determinação que já havido sido ensaiada no final do anterior modelo de assistência³²³. Era a tentativa de evitar a confusão que estava instalada no registo das crianças que estavam a ser criadas pelas Rodas.

Não obstante todas estas tentativas de aperfeiçoar a máquina burocrática, responsável por muitas das irregularidades registadas, ainda continuaram a ser frequentes as situações em que os subsidiados apareciam integrados no mesmo livro dos expostos, por vezes sob esta mesma designação, o que conferia uma dimensão errada à exposição de crianças no distrito de Viana³²⁴.

³²³ A.M.V.C., Ofício do governador civil, de 10 de Novembro de 1864, Pasta da Correspondência de Expostos (documentos avulsos).

³²⁴ O exemplo mais flagrante poderá ser encontrado no concelho dos Arcos, com o escrivão a registar como expostas, de uma forma indiscriminada, todas as crianças beneficiárias, incluindo as subsidiadas. O objectivo não deveria ser o de inflacionar o número de expostos, antes o de justificar as verbas despendidas, as quais deveriam sair do orçamento distrital, através da contribuição de cada concelho, não pela proporcionalidade dos expostos, mas em função da respectiva contribuição predial.

Além de distrital, o artigo primeiro do regulamento de 1866 determinava que teria de existir uma “*comissão dos expostos*”, nomeada pela respectiva câmara municipal, em cada uma das cabeças de concelho. Esta comissão, a ser integrada por um vereador, um eclesiástico e uma outra pessoa de notória capacidade, tinha por principal incumbência a análise dos casos que estavam ao abrigo do parágrafo 1.º do artigo 3.º, do regulamento distrital de 1866, isto é, a admissão das crianças que fossem filhas de mães que as não pudessem criar sem difamação e discórdia entre as famílias honestas. A comissão deveria reunir ordinariamente uma vez por semana, prevendo que as sessões extraordinárias se realizassem sempre que convocadas por algum dos seus membros.

Por força das circunstâncias, exigia-se que a dita comissão fosse constituída por pessoas sérias e honradas, as quais deveriam prestar juramento, perante o presidente da câmara³²⁵, e declarar que se comprometiam a cumprir os deveres inerentes ao cargo, com todo o zelo, discrição e prudência. Ao mesmo tempo, juravam guardar todo o segredo sobre as declarações secretas que lhes fossem transmitidas e, de um modo particular, sobre tudo o que pudesse comprometer ou prejudicar a honra e a tranquilidade das famílias³²⁶.

Quem tivesse necessidade de expor alguma criança, para evitar a difamação e preservar a honra familiar, deveria, sob juramento, declarar à comissão dos expostos ou a algum dos seus membros o nome da mãe e os motivos da exposição da criança. A comissão, depois de apreciar e reconhecer a veracidade das circunstâncias e os motivos alegados, teria de deliberar sobre a recusa ou admissão da criança no Hospício³²⁷.

Não obstante todas as garantias processuais, previstas no regulamento, incluindo as dadas pelos próprios membros da referida comissão, que eram obrigados a declarar haverem prestado juramento de guardar todo o sigilo exigido, algumas famílias terão receado que tais segredos pudessem ser violados e passassem para o domínio público. O medo de que não estivesse garantida a confidencialidade destes casos poderá explicar o facto de algumas famílias terem optado por enviar as crianças ao Hospício, acompanhadas de um atestado do pároco da freguesia. Assim o dizia o atestado de um pároco que, sob o sigilo da confissão, declarava que uma sua paroquiana, não identificada, havia dado à luz um filho «*que não pode criar sem infamação e discórdia entre as famílias honestas, conforme o § 1.º do art.º 3.º do regulamento d’administração dos expostos*». Outras optaram mesmo pela exposição ou abandono secreto das crianças.

³²⁵ A comissão dos expostos de Monção, constituída pelo vereador João Manuel Lopes, pelo padre Domingos de Santa Clara Martins e por Manuel José Monteiro, tomou posse perante o presidente da câmara que, sob juramento prestado perante os Santos Evangelhos, se comprometeu a cumprir com todo o zelo, discrição e prudência os deveres dos seus cargos, bem como de guardarem todo o segredo com pessoas estranhas (A.M.MÇ., Livro das Actas das Vereações da Câmara de Monção, 1863-1869).

³²⁶ De acordo com o juramento da Comissão dos Expostos do concelho de Vila Nova de Cerveira, prestado perante os Evangelhos, em 29 de Junho de 1866, os seus membros prometeram «*cumprir com toda a discrição, zelo e prudência, os deveres do seu cargo e de guardar todo o segredo com as pessoas estranhas à Comissão, sobre as declarações que lhes forem feitas e sobre tudo o que possa prejudicar a honra e tranquilidade das famílias*» (A.M.V.N.C., Livro das Actas da Comissão dos Expostos de Vila Nova de Cerveira, fl. 2).

³²⁷ Segundo o § 1.º do artigo 4.º, «*a pessoa que fizer essas declarações, prestará juramento sobre os santos Evangelhos de dizer a verdade, e a comissão dos expostos ou algum dos seus membros, quando tomar conhecimento d’essas declarações, fará sentir á pessoa declarante que também prestou o juramento de que fala o § 1.º do art.º 1.º, cuja disposição lerá, procurando assim inspirar-lhe a maior confiança*».

Aliás, nem todas as comissões de expostos do distrito de Viana fizeram a mesma interpretação do regulamento, como o demonstram as próprias actas das reuniões³²⁸. De facto, enquanto que no concelho de Viana a comissão continuou a garantir o anonimato das mães, não as identificando nos livros de registo, nos Arcos e em Vila Nova de Cerveira as respectivas comissões de expostos procederam à sua identificação. Ao mesmo tempo, passavam a registar as razões que haviam motivado a admissão dessas crianças, embora o livro das actas fosse confidencial e ficasse sob a sua estreita vigilância e responsabilidade³²⁹.

Em qualquer das circunstâncias, temia-se sempre que o segredo pudesse ser violado³³⁰, o que poderá ter constrangido algumas mães ou seus familiares a utilizarem esta prerrogativa regulamentar, optando pela exposição dos filhos que, nessa qualidade, deram entrada no Hospício, ao abrigo do parágrafo terceiro do citado regulamento.

7.2-Os autos de investigação

Como já referimos anteriormente, mesmo no período em que vigorou o sistema das Rodas, extinto em 1866, havia recomendações expressas das autoridades locais para se procurarem descobrir os autores da exposição de crianças e se proceder à sua devolução, caso não houvesse qualquer inconveniente grave. Ora, as intimações às mulheres grávidas e as indagações da paternidade das crianças expostas acabavam por

³²⁸ A comissão dos expostos de Viana chegou a utilizar uma estratégia diferente que, depois de identificar a mãe ou a família das crianças que deveriam ser admitidas para não provocarem a difamação ou a discórdia entre as famílias honestas, optou por manter essa informação confidencial, abstendo-se de proceder à sua identificação no auto de admissão.

Assim procedeu em relação a uma criança que, no dia 8 de Dezembro de 1867, foi apresentada por Vitória Maria Coelho, viúva, residente na cidade de Viana. Esta, depois de prestar juramento perante os Evangelhos, declarou que a criança tinha nascido no dia 6, do mesmo mês, e que era filha de uma pessoa que a não podia criar sem difamação. Depois de ter sido identificada essa pessoa pela apresentante, a comissão, em vista das circunstâncias, resolveu admiti-la definitivamente no Hospício e mandou que se passasse a respectiva guia, sem identificar a mãe da criança (A.M.V.C., Livro das Actas da Comissão dos Expostos da Câmara de Viana, 1867, fl. 5).

³²⁹ Em Viana, os atestados passados pelos párocos para que as crianças pudessem ser admitidas ao abrigo do § 1.º do art.º 3.º, não mencionavam os nomes das mães, o que acabava por constituir uma garantia de anonimato. Eis um exemplo: «*Francisco Pedro de Araújo Lima, Cônego Prior na Parochial Igreja de Nossa Senhora de Monserrate, da Cidade de Vianna do Castello, attesto em como uma minha freguezia, de vinte annos de idade, segundo me informão, teve um filho que não pode criar sem infamação e discórdia entre famílias honestas, conforme o § 1.º do art.º 3.º do Regulamento d'Administração dos Expostos*» (A.M.V.C., Pasta da Correspondência dos Expostos, de 1866-1879, documentos avulsos).

No concelho dos Arcos, registava-se uma situação completamente diferente, sem qualquer preocupação em assegurar o anonimato das mulheres solteiras que requeriam a criação dos filhos, «*para evitar a discórdia entre as famílias honestas*». Os registos elaborados pela comissão dos expostos mencionavam pormenorizadamente todas as circunstâncias e os elementos identificadores de quem procurava criar os filhos ao abrigo de uma prerrogativa que estava prevista no novo regulamento distrital.

³³⁰ O sigilo continuava a ser fundamental para o sucesso de uma determinada estratégia. Na verdade, a transparência que se pretendia introduzir com a aprovação do novo regulamento distrital e com a substituição do secretismo das Rodas pela admissão condicionada dos Hospícios, nem sempre foi tolerada pelas autoridades locais. Foi o caso do presidente da câmara de Ponte de Lima que enviou um ofício ao abade da freguesia de Brandara, nos seguintes termos: «*Ill.mo Snr. Tendo apparecido esta noute à porta de Maria Roza, de Luou, freguesia da Gandra, uma criança já baptisada com o nome de Maria Martha, com um bilhete escripto pelo próprio punho de V.ª S.ª que isso declarava, para evitar maior publicidade a tal facto, rogo a V.ª S.ª tenha a bondade de prevenir a mãe para vir, ou mandar buscar aquella creança, que fez baptisar. Aguardo pello portador a resposta a este offício para os devidos effeitos. 27 de Agosto de 1868*» (A.M.P.L., Livro de Registo de Correspondência Expedida da Câmara de Ponte de Lima, 1866, reg. 742).

contrariar a ideia de que as Rodas eram instituições francas, beneficiando da protecção legal e do carácter sigiloso do abandono.

Com a abolição das Rodas e sua substituição pelos Hospícios, o processo de averiguações foi substancialmente desenvolvido e aperfeiçoado, o que poderá explicar, em parte, a diminuição do número de crianças expostas, como reflexo das restrições e da qualidade da oferta institucional. Na sequência da entrada em vigor do novo regulamento para a administração dos expostos do distrito de Viana, o governador civil exigiu que se procedesse à elaboração de autos de investigação para se descobrirem os responsáveis pela exposição de crianças. O primeiro objectivo era o de saber se essas crianças eram naturais do distrito, se tinham menos de sete anos de idade ou se estavam nalguma das cinco circunstâncias previstas no regulamento distrital de 1866.

Em relação às crianças expostas ou abandonadas, passaria a ser obrigatório elaborar um auto de investigação, com a descrição pormenorizada de todas as circunstâncias em que havia ocorrido a exposição, incluindo a audição pública de testemunhas. Competiria aos regedores das paróquias participarem imediatamente às autoridades locais o aparecimento de qualquer criança exposta, indicando o dia, o lugar e outros elementos relativos a essa exposição. Por seu lado, os administradores dos concelhos e os presidentes das câmaras deveriam proceder a todas as averiguações no sentido de se descobrirem os “perpetradores do crime”, competindo aos primeiros o levantamento de um auto de notícia e de investigação, a enviar ao ministério público e ao governador civil.

A elaboração dos autos de corpo de delito visavam reprimir o abandono clandestino de crianças, como estava estipulado no Código Penal. Por seu lado, o regulamento distrital de 1866 referia expressamente que apenas estariam sujeitos às penas previstas no Código Penal as pessoas que expusessem e abandonassem ou fizessem expor ou abandonar qualquer criança que não fosse pela forma estabelecida e determinada no referido regulamento³³¹.

Os autos de investigação obedeciam a um formulário idêntico, em todo o distrito de Viana, e era elaborado após terem sido ajuramentadas e inquiridas algumas testemunhas. Foi o que se verificou num auto de investigação que foi levantado na sequência da exposição de um menino à porta de Rosa Gonçalves, de Ponte da Barca, com uma das testemunhas, Manuel José da Rocha, casado, lavrador, de 30 anos de idade, a afirmar que sabia, por haver presenciado, que, pelas onze horas da noite, ouvira gritos “à voz d’el rei” e que, saindo fora da sua porta, vira dois homens a fugir. Depois de averiguar, verificara que, à porta da sua vizinha, estava exposto um menino recém-nascido, não sendo possível conhecer os abandonadores nem alcançá-los, por já se encontrarem distantes.

Num outro auto de investigação, elaborado em 2 de Outubro de 1873, a testemunha Teodora Rosália, solteira, lavradeira, de 53 anos de idade e residente nos arrabaldes da vila de Ponte da Barca, afirmou que, ao levantar-se da cama, lhe constara que, de madrugada, havia sido exposta à porta de Maria Pequena, sua vizinha, uma menina que viu nos seus braços e que não sabia a quem pertencia, nem mesmo se a sua dita vizinha tinha sido conivente nesse abandono ou se havia gritado quando descobriu essa criança³³².

Os gritos de “aqui d’el rei” faziam parte de um procedimento habitual por parte de quem se via confrontado com a exposição de uma criança à sua porta, não tanto para solicitar a ajuda dos vizinhos, mas para afastar quaisquer suspeitas de conluio no acto

³³¹ Artigos 9.º, 10.º, e 11.º do Regulamento Distrital de 1866, cit..

³³² A.G.C.V.C., *Autos de Investigação dos Expostos*, Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo, Pasta 1.15.6.3-5.

praticado. Na realidade, não se poderá excluir a hipótese de tais práticas poderem fazer parte do ritual de abandono e não mais representar do que uma encenação para que não se duvidasse da veracidade da exposição, como veremos.

Toda esta encenação era uma consequência natural do desmantelamento das rodas onde se havia centralizado a exposição de crianças, voltando a ser restabelecida a prática de colocar as crianças à porta de particulares, num local previamente escolhido e como parte integrante de uma estratégia que procurava assegurar o melhor acolhimento às crianças expostas³³³.

7.3-O regulamento nacional de 1867

No ano seguinte à entrada em vigor do regulamento para a administração dos expostos no distrito de Viana do Castelo, a direcção geral da administração civil publicou o “*Regulamento nacional para o serviço dos expostos*”, por decreto de 21 de Novembro de 1867³³⁴. Este novo regulamento nacional surgiu na sequência da entrada em vigor do Código Civil, por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867. Com a nova regulamentação, pretendia-se reformar a beneficência pública, em favor das crianças expostas, abandonadas e indigentes, a qual teria de passar pela reorganização dos serviços e pela substituição do «*defeituoso sistema das rodas*».

Às juntas gerais de distrito caberia a incumbência de designar as localidades onde seriam estabelecidos os Hospícios, como novas instituições de assistência, subdividindo-os em quatro secções, sendo uma delas destinada à criação das crianças expostas, abandonadas e indigentes. As outras compreenderiam uma secção onde funcionaria a enfermaria da maternidade e as restantes destinar-se-iam ao acolhimento de crianças não abandonadas, estas assumindo a função de creches.

Eram medidas com um profundo alcance social, a reflectir uma preocupação governativa com a falta de infra-estruturas sociais de apoio à maternidade e à primeira infância. Além de regular o processo de acolhimento de crianças expostas, abandonadas e indigentes nos Hospícios, este regulamento formalizava as condições de admissão de crianças nas creches, até completarem os três anos de idade, subdividindo-as em três classes, em função das condições económicas dos familiares. As crianças, comprovadamente pobres, seriam admitidas gratuitamente.

Nos Hospícios deveria existir uma enfermaria de maternidade, destinada a parturientes que, salvo os casos de absoluta impossibilidade, seriam obrigadas a criar os filhos recém-nascidos e a pagar a quota previamente estabelecida. Nos casos em que as grávidas fossem mulheres desamparadas e absolutamente pobres, estas poderiam beneficiar do sistema de pensão interna ou de meia pensão, enquanto durasse a gravidez, embora fosse possível prolongar essa pensão durante a lactação e, excepcionalmente, até que as crianças completassem os quatro anos.

Ao determinar que os pais e as mães seriam obrigados a criar e educar os seus filhos legítimos ou ilegítimos, a nova legislação pretendia dar cumprimento à legislação precedente, nomeadamente ao estipulado no novo Código Civil. O Hospício seria

³³³ Por exemplo, não deixa de ser significativo o facto de muitas crianças serem expostas à porta de mulheres que depois se ofereciam como amas, muitas delas ainda solteiras, o que poderá indiciar que algumas delas conheciam as respectivas mães ou familiares, podendo fazer parte da encenação previamente combinada. Nalguns casos, poderia tratar-se mesmo da simulação do abandono de uma criança que havia nascido no interior da própria casa, quer nela residisse a mãe ou nela encontrasse refúgio para efectuar um parto que se pretendia ocultar perante a sociedade.

³³⁴ Decreto de 21 de Novembro de 1867, Collecção Official de Legislação Portuguesa – Anno de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

apenas destinado à recepção das crianças que se encontrassem nalguma das seguintes situações:

- 1-Encontradas expostas em algum lugar e enviadas pela autoridade administrativa;
- 2-Em situação de abandono, desde que fosse provado que os seus pais haviam desaparecido;
- 3-Caso fossem filhas de pessoas miseráveis que estivessem presas, condenadas a prisão, degredo, sofressem de moléstia grave ou tivessem idade avançada, desde que não tivessem recursos para sustentarem os seus filhos, nem tivessem parentes com obrigação de os alimentar e com recursos suficientes para o fazerem, nos termos das disposições do artigo 294.º do Código Civil;
- 4-Sendo órfãs desamparadas;
- 5-Quando tivessem nascido de mães que, pela sua vida desregrada ou por estarem inficionadas de moléstia transmissível, fossem reconhecidas incapazes de as criar;
- 6-No caso de serem fruto de parto gémeo ou múltiplo de mãe indigente, criando esta um ou dois irmãos, somente durante o tempo da lactação³³⁵.

Não restam dúvidas de que com este novo regulamento se pretendia alterar profundamente o sistema assistencial vigente, o qual se havia subvertido ao longo do tempo, tornando-o completamente ineficaz e desumano, quando confrontado com os objectivos iniciais. Eram muitas as críticas e as condenações do sistema vigente, não faltando propostas de alteração que procuravam ir ao encontro de uma nova concepção de assistência e de serviço público. Tratava-se de um projecto muito ambicioso, com uma tal amplitude e abrangência que dificilmente poderia ser viabilizado num contexto de carências generalizadas e num país onde as prioridades económicas, nomeadamente a criação de infra-estruturas, se sobrepunham claramente às necessidades sociais.

Neste contexto, não admira que esta reforma tivesse uma duração efémera, mais ainda porque a mesma nem sempre coincidia ou se enquadrava naquilo que estava determinado na legislação administrativa e penal do país. O resultado foi a sua revogação, por decreto de 20 de Março de 1868³³⁶.

No distrito de Viana do Castelo, o regulamento de 1866 manteve-se em vigor até à aprovação do regulamento nacional de 1888, não obstante uma tentativa de o substituir por um novo regulamento que havia sido elaborado em 1879.

7.4-O projecto de regulamento distrital de 1879

Como as alterações institucionais de 1866 não haviam surtido os efeitos desejados, a junta geral do distrito nomeou uma comissão para estudar a forma de melhorar a assistência e administração dos expostos no distrito de Viana. O resultado dessa reflexão culminou com a apresentação pública de um “*Projecto de regulamento geral para o serviço dos expostos e subsidiados*”, o qual foi enviado a todas as câmaras municipais para que emitissem um parecer sobre a sua oportunidade e viabilidade.

³³⁵ Idem, art.ºs 11.º e 16.º.

³³⁶ Publicado no D. L., n.º 71, de 28 de Março de 1868. Este decreto da Direcção Geral da Administração Civil determinava o seguinte: «*Tendo o decreto de 21 de Novembro de 1867, regulado por um modo uniforme em todo o reino o serviço dos expostos, substituindo o systema das rodas pelo de hospícios de admissão restricta, fundando-se as disposições d’aquelle decreto nas faculdades que ao governo conferia a lei de 26 de Junho do mesmo anno; e havendo sido declarada sem effeito esta lei pelo decreto de 14 de Janeiro último, não podendo por isso subsistir aquelle regulamento, até porque estão as suas prescripções em desaccordo com a legislação administrativa e penal vigente: hei por bem revogar o supradito decreto de 21 de Novembro de 1867. O presidente do conselho de ministros e secretário d’estado interino dos negócios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de Março de 1868*».

Das câmaras municipais esperava-se uma opinião franca e desenvolvida, com todas as sugestões consideradas pertinentes, para que, em conjunto, se pudessem adoptar as medidas mais adequadas ao enriquecimento da proposta da comissão³³⁷. Esta havia reconhecido, no preâmbulo do seu projecto, que não seria fácil «*a escolha do melhor systema de ministrar soccorros a essa parte da humanidade infeliz chamada expostos*». A principal dificuldade residiria no facto de haver uma grande divergência de opinião entre os espíritos mais esclarecidos e os administradores mais conscienciosos, acerca do meio de resolver este «*problema de humanidade e de economia social*».

Era opinião generalizada de que a melhoria do sistema teria de passar pela regularização do serviço prestado, como forma de se evitarem certos abusos que estariam a ser praticados, por negligência ou práticas fraudulentas. O principal responsável por esta situação seria, segundo a comissão, a gestão municipal do serviço dos expostos, muito lesiva dos interesses distritais, por falta de incentivo local a uma boa economia e fiscalização. Tudo em resultado do cofre distrital estar a prover a despesa com os expostos, através das colectas lançadas a cada câmara, acontecendo que algumas delas procuram despende mais do que as respectivas colectas ou, pelo menos, absorvê-las integralmente, para não terem que concorrer para a despesa realizada pelos restantes concelhos.

No sentido de contornar esta estratégia concelhia, que tanto agravava o orçamento distrital, a comissão pretendia acabar com o sistema que ainda vigorava nos Hospícios, em funcionamento nos dez concelhos do distrito, a maioria deles ainda estabelecidos nos mesmos edifícios das antigas Casas da Roda.

Segundo a proposta apresentada, a administração dos expostos e subsidiados seria distrital, competindo à junta geral regulá-la, dirigi-la e inspeccioná-la. Para o efeito, seriam criados três Hospícios no distrito de Viana, a instalar em Viana do Castelo, Valença e Ponte de Lima, com cada um deles a integrar as seguintes circunscrições:

- 1-Os concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Coura;
- 2-Os concelhos de Valença, Vila Nova de Cerveira, Monção e Melgaço;
- 3-Os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

Nos Hospícios de cada círculo, seriam admitidos os menores de 7 anos, desde que compreendidos nalguma das seguintes classes:

1-Os filhos ilegítimos de mãe indigente, não amancebada, que não possa criá-los mesmo com o subsídio, assim como os órfãos desamparados, sem parentes, obrigados a alimentá-los, nos termos do art.º 294.º do Código Civil;

2-Os filhos de mãe que não possa criá-los sem difamação ou discórdia entre famílias honestas;

3-As crianças encontradas em algum lugar, sem que se conheça a origem parental.

Para as admissões abrangidas no primeiro caso, seria indispensável a apresentação de um requerimento à junta geral ou comissão, acompanhado por um atestado da paróquia e da junta, jurado pelo pároco e pelo regedor.

As admissões abrangidas pela segunda cláusula regulamentar só poderiam concretizar-se desde que acompanhadas por um atestado do pároco que, sob juramento, declarasse que a criança que era conduzida pela portadora era filha de pessoa de recato e de pudor e que o parto era ignorado na freguesia e na família. Neste caso, para se evitar a discórdia na família ou a difamação da mãe, esta seria dispensada de criar o filho ilegítimo. Contudo, por serem conhecedores da utilização de falsas declarações nos

³³⁷ A.M.V.N.C., Ofício da Comissão Distrital, documento avulso, maço n.º 48.

atestados dos párocos, a comissão previa, para estes, sempre que os mesmos não correspondessem à verdade, uma punição pelas justiças ordinárias, de acordo com a lei.

Quando se tratava de crianças expostas, a sua admissão teria de ser feita através de uma guia-modelo, passada pelo administrador do concelho, onde se declarasse o dia, hora e lugar em que foram encontradas, a pessoa que as achou, o sexo, a idade presumível e as roupas que as acompanhavam. Os expostos ficariam a cargo do Hospício, até completarem os 7 anos de idade, exceptuando os casos de manifesta incapacidade física ou mental.

Previam-se, ainda, a concessão de subsídios de lactação às mulheres solteiras pobres que, por motivo de gravidez notória, tivessem sido intimadas para darem conta dos partos ou que, não o tendo sido, se tivessem apresentado voluntariamente para dar conta dos filhos. O subsídio poderia ter a duração de um ano, prorrogável por mais seis meses, quando a criança corresse perigo de vida.

Este projecto de regulamento, a ser aprovado, deveria começar a ser executado a partir do início do ano de 1880. Porém, como o mesmo não mereceu o apoio e a concordância das autoridades municipais, manteve-se a mesma estrutura assistencial, de acordo com o regulamento distrital de 1866.

Mesmo sem ter sido aprovado, este projecto acabou por originar uma profunda reflexão sobre o estado da assistência à infância desvalida e abandonada no distrito de Viana, o qual é bem o reflexo da continuidade do debate e da polémica nacional, que não se esgotou com a abolição das Rodas. Todavia, foi preciso esperar pelo ano de 1888 para que fosse adoptado um regulamento de âmbito nacional, harmonizando todos os procedimentos e normalizando as práticas institucionais.

7.5-Os subsídios de lactação

A concessão de subsídios de lactação às mães mais carenciadas deixou de ser uma prática excepcional para passar a ser uma das incumbências das administrações municipais. Tais subsídios alargaram ou substancialmente a função assistencial das Rodas, a partir do início do século XIX, uma prática que foi ampliada após a criação dos Hospícios. Tratava-se de dar cobertura a situações de extrema necessidade, ao mesmo tempo que funcionaria como uma medida preventiva para evitar que algumas crianças pudessem ser expostas ou estivessem condenadas a morrer, por falta de leite materno ou por terem nascido em meios extremamente precários.

Os subsídios de lactação poderiam ser requeridos pelas mães pobres, a quem havia secado o leite ou quando o mesmo era manifestamente insuficiente, como acontecia em casos de parto duplo. Poderia, ainda, ser requerido por mulheres que viviam em situações de extrema pobreza, sem meios próprios para criarem todos os filhos, ou pelos seus familiares, quando as mães dessa crianças faleciam, por vezes em consequência do próprio parto. Conforme as situações, os subsídios de aleitação, equivalentes aos salários pagos às amas externas que criavam os expostos, tanto poderiam ser pagos directamente às próprias mães, sempre que estivessem em condições de amamentar, como a amas externas, quando as crianças tinham de ser criadas por uma ama mercenária³³⁸.

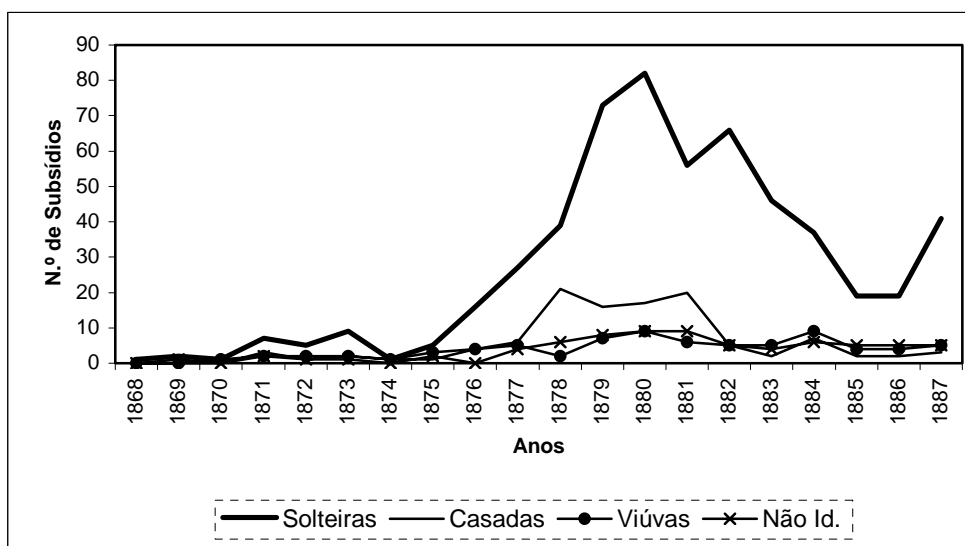
³³⁸ Quando se fala da lactação mercenária, logo se recorda uma prática que se havia generalizado entre alguns dos grupos privilegiados da sociedade do Antigo Regime e que consistia em enviar os filhos para os meios rurais com a finalidade de serem amamentados por amas de leite. A alternativa a esta aleitação mercenária, que implicava a separação das crianças das respectivas mães, seria a contratação de mulheres, com leite, para amamentarem essas crianças no seu próprio ambiente familiar. Neste caso, a opção por esta forma de amamentação seria justificada pelo facto das suas mães não terem leite ou haverem

A atribuição de subsídios de lactação, nos diversos concelhos das comarcas de Viana e Valença, não foi uma prática generalizada, ao longo de todo o período de funcionamento das Rodas. Pelo contrário, a sua baixa representatividade, quando comparada com o número de crianças expostas, conferiu a estes subsídios um carácter excepcional, ao longo dos séculos XVII e XVIII, uma medida que se tornou extensiva aos vários concelhos das comarcas de Viana e Valença.

A partir do início do século XIX, a câmara de Ponte de Lima, a exemplo do que se verificava noutros municípios, passou a conceder mais subsídios para a amamentação de crianças filhas de pais indigentes ou de mães impossibilitadas de amamentar, por falta de leite, partos duplos, doença ou morte. Até ao ano de 1820, os subsídios tanto beneficiaram as crianças legítimas como as ilegítimas, desde que filhas de mães muito pobres ou de famílias muito carenciadas. A partir desse ano, a assistência passou a privilegiar as crianças órfãs e as ilegítimas, com as autoridades locais a mandarem dar baixa a alguns subsidiados, com a única justificação de serem filhos de pessoas casadas (Fonte, 1996b:114).

Como se comprova no *gráfico 5*, a maioria dos subsídios foram concedidos a crianças filhas de mães solteiras, sem meios para as amamentarem e criarem. Era claramente uma situação que configurava uma discriminação positiva da ilegitimidade, a qual seria socialmente aceite, desde que as mães fossem pobres e recatadas, com direito a uma oportunidade de reabilitação e a serem ajudadas nos momentos de maior infortúnio e desespero.

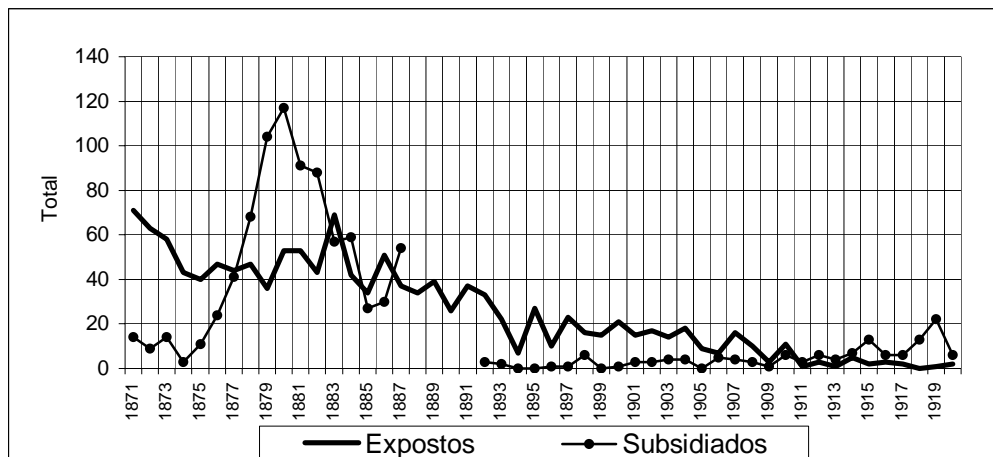
Gráfico 5
Subsídios de aleitação concedidos pela Câmara de Ponte de Lima (1868-1887)



Pelo contrário, os subsídios concedidos a mulheres casadas eram excepcionais, só justificados por doença ou situações de extrema miséria do casal. Às viúvas, apenas eram concedidos subsídios quando ficavam numa situação de grande pobreza, após a morte do marido. Todavia, nos casos em que os filhos não eram do marido falecido, algumas destas mulheres viúvas terão optado pela sua exposição, como forma de preservar a honra familiar.

falecido, não querendo os seus familiares correr o risco de as mandar expor na Roda, por disporem de meios para pagar a uma ama interna. É neste contexto que as mulheres pertencentes a grupos sociais mais carenciados passaram a ser requisitadas para amamentarem essas crianças, auferindo um salário que superava aquele que era pago pelas câmaras às amas que criavam as crianças expostas.

Gráfico 6
Expostos e subsidiados do Hospício de Ponte de Lima (1871-1920)



Depois de abolidas as Rodas, as autoridades municipais e distritais aumentaram substancialmente o número de subsídios de aleitação, como meio de combate às causas do abandono ou como forma de evitar as situações de exclusão familiar e social. Isso mesmo se poderá verificar no *gráfico 6*, com a câmara de Ponte de Lima a conceder um número muito significativo de subsídios, chegando a ultrapassar, durante um pequeno período, o número de crianças expostas, sobretudo no período subsequente à substituição da Roda pelo Hospício.

Como esse aumento não foi acompanhado por uma diminuição generalizada das exposições e como as câmaras não dispunham de meios suficientes para alargar a sua cobertura social, os subsídios voltaram a ser restringidos, aproveitando uma maior responsabilização parental e uma eventual alteração ao nível das mentalidades. Assim se poderá explicar o facto do número de expostos estar a diminuir significativamente, na transição do século XIX para o século XX, mesmo sem ser acompanhado por um aumento dos subsídios de aleitação.

Sabendo-se que uma das razões que estaria na origem do abandono temporário ou simulado de algumas crianças seria a falta de leite da mãe, um problema que não se conseguiu resolver com a atribuição de subsídios de aleitação, dado os inúmeros abusos que tal prática originou, a junta geral do distrito de Viana, em sessão realizada no dia 3 de Abril de 1867, aprovou o “*Regulamento para a concessão de subsídios*”, subdividido nos seguintes pontos:

1-Os subsídios de lactação poderiam ser concedidos às mães de qualquer estado (solteiras, casadas ou viúvas), desde que pobres e impossibilitadas, sem recursos para criarem os seus filhos, por um período de tempo que não exceda os dois meses;

2-Só poderia ser prorrogado este prazo quando, depois da primeira concessão, fosse devidamente reconhecido que, por circunstâncias extraordinárias, as crianças ainda não estariam em condições de serem alimentadas, sem amamentação;

3-Para tal concessão, as candidatas ao subsídio deveriam apresentar, na câmara municipal do seu concelho, um requerimento com o relato das circunstâncias em que se achavam, acompanhado por um atestado do pároco ou do regedor da freguesia;

4-Este requerimento, com informação da câmara, seria enviado ao governador civil pela administração do concelho, acompanhado de uma alegação que fundamentasse tal pedido;

5-O governador civil, julgando atendíveis as circunstância alegadas pelas informações recolhidas, concederia o subsídio, o qual seria abonado à beneficiária, a partir do dia da apresentação do requerimento na câmara;

6-Pela mesma forma, ficava autorizada a concessão de subsídios aos expostos que, no fim de sete anos, por graves lesões físicas ou morais, justificassem o direito a este benefício;

7-A escrituração relativa aos subsídios, tanto nos lançamentos e estatísticas, como nos pagamentos respectivos, seria feita em separado da dos expostos³³⁹.

O limite temporal estabelecido, aliado ao facto de ser necessário desenvolver um processo burocrático complexo, terá reduzido os efeitos de uma medida que, simultaneamente, se pretendia preventiva e socialmente integradora. Na realidade, a concessão de subsídios de aleitação, tão reduzidos no seu montante como no período de duração (dois meses), não resolvia o problema das famílias requerentes, nem constituía uma alternativa válida ao abandono simulado de crianças. Assim se explica que muitas crianças continuassem a entrar nos Hospícios, como expostas ou abandonadas, embora muitas delas continuassem em poder das próprias mães ou familiares. Era uma forma indirecta de subsidiar a sua criação, cuja duração dependeria muito da encenação, da rede de cumplicidades e da maior ou menor seriedade do sistema.

Atenta a este problema e consciente do falhanço de uma medida que se pretendia preventiva do abandono de crianças, a junta geral do distrito, em sessão realizada no dia 10 de Março de 1874, discutiu uma proposta que visava alargar o prazo do subsídio, pelo que seria necessário substituir os dois primeiros artigos do regulamento, em vigor. Esta proposta foi aprovada, tendo esses artigos sido substituídos pela disposição seguinte:

«Para a criação até á idade de dous annos, dos filhos de pessoas miseráveis, sejam ou não legítimos, que por morte ou grave moléstia de seus pais, ou por outro motivo bem justificado, não poderem ser alimentadas por eles ou por seus parentes, que a isso sejam obrigados, poderá ser concedido subsídio por um praso não excedente de doze meses e que só será prorrogado se reconhecer que as crianças, por causas extraordinárias, ainda necessitam de aleitação».

Este significativo alargamento da duração dos subsídios de aleitação resultava da convicção generalizada de que o número de exposições seria inversamente proporcional ao número de subsídios concedidos, pelo que todas as medidas preconizadas apontavam para o aumento destes últimos, como forma de reduzir e, se possível, acabar com a exposição de crianças. Teoricamente, a política social apontava para a necessidade de se concederem mais subsídios de lactação, não apenas como medida preventiva, mas como resultado de uma nova concepção de assistência social, que se pretendia mais inclusiva.

Um novo passo foi dado nesse sentido pelo novo regulamento nacional de 1888³⁴⁰, ao legalizar e institucionalizar os já praticados “subsídios de lactação”. Estes diferenciavam-se dos primitivos subsídios municipais por uma mais rígida delimitação do tempo atribuído aos beneficiários, atendendo à situação económica e social vivida, com o consequente aumento das solicitações.

³³⁹ Regulamento para a concessão de subsídios no distrito de Viana do Castelo, aprovado pela junta geral, em sessão realizada no dia 3 de Abril de 1867 (A.G.C., Pasta 1.18.1.1-2).

³⁴⁰ Art.º 28.º do Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, cit..

Segundo este regulamento nacional, as câmaras municipais poderiam conceder subsídios de lactação a quem se encontrasse nalguma das seguintes circunstâncias:

1-Aos pais indigentes, impossibilitados de trabalhar e que não fossem mal comportados, nem criassem filhos alheios;

2-Aos pais viúvos, mães viúvas ou mães naturais³⁴¹ que estivessem em idênticas circunstâncias;

Este subsídio de lactação seria concedido pela câmara municipal, a requerimento dos interessados, e terminaria quando a criança completasse um ano de idade, podendo prolongar-se por mais seis meses, em caso de doença comprovada³⁴². Porém, o aumento dos pedidos de subsídio colocou as câmaras perante o grave problema de se encontrarem numa situação de progressiva asfixia financeira, o que as obrigou a restringir os processos de candidatura, a indeferir alguns desses pedidos ou a diminuir o seu período de duração.

A prioridade passou a ser a de conseguir a mais estrita economia na aplicação dos poucos recursos, pelo que só passariam a ser contempladas as situações de extrema pobreza e desamparo, devidamente comprovadas. Assim se justifica que o regulamento de 1888 tivesse concedido às câmaras municipais o direito de poderem solicitar a intervenção das autoridades administrativas ou policiais para que estas averiguassem a veracidade das informações prestadas e melhor pudessem fundamentar as suas decisões. Ao mesmo tempo, conferia-lhes o direito de fixarem os salários das amas e os subsídios de aleitação, «*em harmonia com as circunstâncias peculiares das localidades*»³⁴³.

Este sistema de incentivos à concessão de subsídios de lactação mereceu a concordância de todos aqueles que viam neles o melhor paliativo para o combate às causas do abandono. Porém, se nalgumas localidades, como o Porto, a atribuição sistemática de subsídios de lactação, a partir de 1864, acabou por se reflectir na diminuição efectiva dos índices de abandono³⁴⁴ (Magalhães, 1908:20-21), o mesmo não

³⁴¹ Eis um exemplo de requerimento que foi apresentado à câmara de Vila Nova de Cerveira, em 8 de Abril de 1893: «*Diz Maria Joaquina, solteira, moradora na freguesia de Gondarém, deste concelho, de Vila Nova de Cerveira, que por sua infelicidade e desgraça deu à luz, no dia 25 de Março do corrente ano, uma criança do sexo feminino de nome Maria, e como a suplicante é absolutamente pobre, como o prova com o atestado junto, motivo porque vem respeitosamente, perante V.^{as} Ex.^{cias}, implorar o subsídio de lactação para ajuda de criar sua inocente filha e minorar a miséria em que se encontra*» (A.M.V.N.C., Maço n.º 50, referente aos anos de 1884 a 1903).

³⁴² A câmara de Vila Nova de Cerveira gastou 10\$400 réis com o pagamento dos subsídios de lactação, relativos aos meses de Maio e Junho de 1901 (A.M.V.N.C., Maço n.º 50, referente aos anos de 1884 a 1903).

Antes da aprovação do regulamento de 1888, os subsídios eram atribuídos pela comissão distrital de Viana do Castelo, no uso das atribuições que lhes conferia o n.º 4 do art.º 90 do Código Administrativo e de acordo com as resoluções da junta geral do distrito, atendendo às informações da câmara municipal e do administrador dos respectivos concelhos.

³⁴³ Art.º 29.º e art.º 32.º do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, cit..

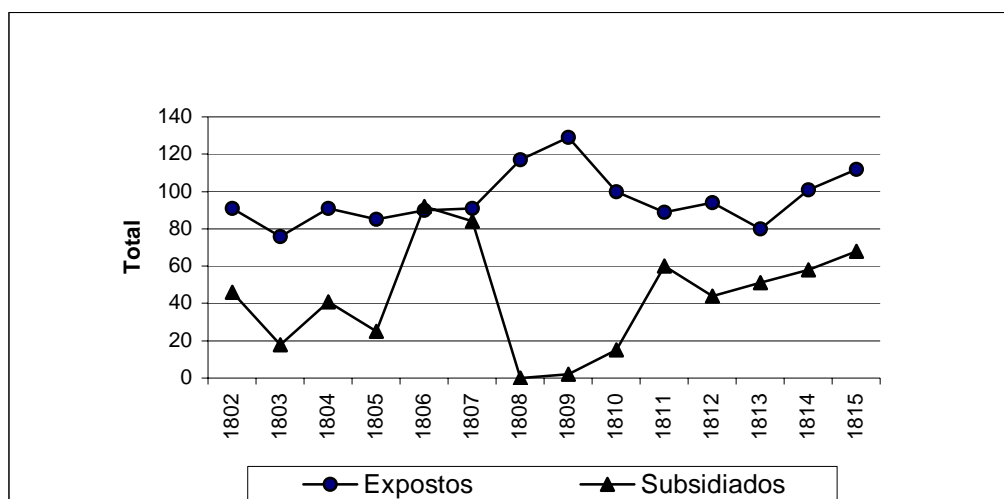
³⁴⁴ Segundo José de Magalhães, simultaneamente com o encerramento da Roda do Porto, alargou-se o sistema de atribuição de subsídios, o que originou uma diminuição súbita do número de exposições, sem que, paralelamente, tivessem aumentado os crimes de aborto ou infanticídio. Perante estes indicadores, não hesitou em afirmar que a transformação das Rodas em Hospícios e a prestação de auxílio às mães pobres para que pudessem aleitar os filhos foi uma das medidas que, pela sua acção moralizadora, mais benéficas se tornaram, tanto no Porto como noutras cidades estrangeiras, ao contribuírem para a diminuição da mortalidade infantil e para a economia dos municípios (Magalhães, José de, Casa-Hospício do Porto, Relatório apresentado à Ex.ma Comissão Districtal pelo Director Dr. José de Magalhães, Porto, Typ. Mendonça, 1908, pp. 20-22).

O Porto poderá ser referenciado como um exemplo de uma nova concepção de assistência à infância desvalida, como o provam as tentativas, ainda incipientes, de aumentar o número de crianças subsidiadas, num período compreendido entre 1820 e 1855, na tentativa de procurar substituir o sistema de abandono

se verificou em Ponte de Lima (Fonte, 1996b:115), onde a concessão desses subsídios não contribuiu para a diminuição do número de crianças expostas, pelo menos até à abolição da sua Roda, em 1866. Este comportamento também foi registado no Algarve, uma região onde os subsídios atribuídos não foram suficientes para levar a uma quebra acentuada nas exposições (Cortes, 1991:28).

Uma situação idêntica à do Algarve e Ponte de Lima também se registou em Viana, nos últimos anos da vigência da Roda. Nesta altura, apesar do aumento do número de subsídios, não se registou a tão desejada e esperada diminuição no número de exposições. Por exemplo, em 1861, foram atribuídos 29 subsídios e foram expostas 126 crianças. Nos dois anos seguintes, os subsídios concedidos aumentaram para 62, no primeiro ano, e para 64, no segundo ano, enquanto que, paralelamente, o número de entradas na Roda continuou a crescer, tendo atingido um total de 149 e 150 expostos, nesses dois anos. Em 1864, apesar de apenas terem sido atribuídos 23 subsídios, o número de exposições acabou por decrescer, tendo sido expostas 98 crianças, o que é bem revelador da falta de correlação entre as duas variáveis.

Gráfico 7
Expostos e subsidiados da Roda de Viana (1802-1815)



Porém, se recuarmos ao início do século XIX, altura em que a câmara de Viana concedeu bastantes subsídios³⁴⁵, será possível vislumbrar alguma relação de causa-efeito entre a atribuição de subsídios e as exposições, no período compreendido entre 1808 e 1813 (*gráfico 7*). Por exemplo, a câmara de Viana não atribuiu qualquer subsídio no ano de 1808 e apenas concedeu dois no ano seguinte, enquanto que o número de

anónimo pelo sistema de apoio às mães pobres. Contudo, a grande alteração apenas se registou após 1866, com um aumento significativo do número de lactados, simultaneamente com a diminuição do número de expostos (Sá, Isabel dos Guimarães e Cortes, Nuno Osório, *A Assistência à Infância no Porto do Século XIX: Expostos e Lactados*, Braga, Cadernos do Noroeste, vol. 5, 1-2, pp. 179-190, 1992).

Contudo, será necessário demonstrar se a diminuição efectiva no número de exposições se terá ficado a dever mais ao aumento do número de lactações se à abolição da Roda e sua substituição pelo Hospício, com admissão condicionada. Na realidade, o ano de 1864 vai representar uma viragem significativa na oferta institucional, consubstanciada no encerramento da Roda e na sua substituição pelo Hospício, ao mesmo tempo que se incrementou a atribuição de subsídios de lactação.

³⁴⁵ Com esse objectivo, a câmara de Viana passou a registar, em livro próprio, todos os subsídios concedidos aos filhos de mulheres pobres, por acórdão que justificava as razões e o período de duração, a maioria de 1 a 2 anos, podendo prolongar-se até aos 7 anos, em casos muito especiais (A.M.V.C., Livro para os Filhos Pobres, de 1802 a 1815).

crianças expostas aumentou, nesses mesmos anos. Em contrapartida, quando retomou a política de subsidiar os filhos de mulheres pobres, o número de exposições diminuiu, embora por um período limitado, logo se retomando as tendências anteriores, como que a provar uma certa independência das duas variáveis.

Estes comportamentos poderão ser explicados pelo facto, já referido, da atribuição dos subsídios de aleitação, por períodos de tempo muito limitados, não representar uma verdadeira alternativa aos subsídios obtidos pela via da exposição ou do abandono simulado. Nestes casos, a sua prorrogação no tempo seria directamente proporcional ao sucesso da estratégia utilizada, podendo prolongar-se por vários anos, nalguns casos até ao final do período de criação dos expostos. Por seu lado, a concessão de subsídios obrigava ao desencadeamento de um processo burocrático, bastante complexo para a época, com a apresentação de requerimentos e de atestados de pobreza, formalizados pelos párocos e pelas juntas de paróquia, enquanto que a criação de uma criança exposta era uma obrigação imediata dos concelhos.

Em qualquer das circunstâncias, a evolução das exposições foi claramente influenciada pela qualidade da oferta institucional. Na realidade, como o demonstram os vários indicadores estatísticos, a procura aumentou quando foram criadas as Rodas e diminuiu quando as mesmas foram abolidas, embora não se possa negar que o progressivo alargamento dos beneficiários dos subsídios de aleitação também terá funcionado como freio preventivo de algumas das causas da exposição de crianças. No entanto, se é verdade que os subsídios poderão ter impedido algumas exposições, esses não terão sido suficientes para, só por si, provocarem a inversão das tendências então dominantes³⁴⁶. Essa inversão apenas se concretizou quando a qualidade da oferta institucional condicionou a procura, ou seja, quando as Rodas francas foram substituídas pelos Hospícios de admissão justificada, não obstante alguma resistência inicial. Era o resultado de uma nova concepção de assistência e de serviço público que levou à adopção de novas políticas sociais, em simultâneo com uma maior responsabilização parental.

7.6-O regulamento nacional de 1888

A Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério dos Negócios do Reino, pretendendo regular os serviços a cargo das juntas gerais de distrito, aprovou e publicou, em 5 de Janeiro de 1888, o “*Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*”³⁴⁷, em conformidade com o artigo 404.º do Código Administrativo.

Segundo este novo regulamento nacional, a administração dos expostos e das crianças desvalidas ou abandonadas estaria a cargo das câmaras municipais, até aos 7

³⁴⁶ Em situações extremas, a concessão de subsídios, por períodos limitados, não seria suficiente para resolver o problema da criação de algumas crianças. Por exemplo, em 1880, a câmara de Vila Nova de Cerveira teve de intervir para ajudar a resolver uma situação de abandono em que ficaram duas crianças, uma com 3 anos e outra com 8 meses de idade, naturais da freguesia de Sapardos, por seus pais terem emigrado para o Brasil. Contudo, se o problema do mais velho estaria resolvido, por ter sido acolhido e sustentado pela madrinha de baptismo, o mais novo estaria a ser amamentado por uma pobre miserável que, muitas vezes, seria obrigada a deixar de poder ganhar os meios de subsistência para não abandonar esta “infeliz criança”. Como a atribuição de um subsídio de alimentação, por alguns meses, não resolveria o problema, a solução teria de passar pela sua admissão no Hospício para que pudesse ser criado até completar os 7 anos de idade.

³⁴⁷ *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos e abandonados*, D. G., n.º 15, de 19 de Janeiro de 1888, Collecção official de Legislação Portuguesa, anno de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

anos, idade a partir da qual passariam para as juntas gerais de distrito, até completarem os 18 anos. Nestes termos, seriam admitidas a socorro:

- 1-As crianças nascidas de pais incógnitos que as desampararam;
- 2- Os filhos de pais conhecidos que desapareceram, não tendo deixado quem por eles velasse;
- 3-As crianças que, por morte, prisão, degredo, avançada idade ou moléstia grave de seus pais, não pudessem ser alimentadas por eles ou não tivessem parentes com possibilidade de o fazerem.

O socorro prestado a cada um destes três grupos de crianças - expostos, abandonados e desvalidos - estaria a cargo dos Hospícios de cada um dos concelhos, uma assistência que cessaria logo que se verificasse alguma das seguintes circunstâncias:

- 1-Quando os pais, parentes ou pessoas idóneas tomassem os socorridos a seu cargo;
- 2-Quando estes completassem as idades estipuladas;
- 3-Quando os expostos fossem emancipados, nos termos legais;
- 4-Quando se registasse uma mudança das condições dos pais dos socorridos ou destes, deixando de se justificar os socorros prestados.

Sempre que alguém encontrasse uma criança exposta ou abandonada, deveria conduzi-la ou fazê-la conduzir à autoridade concelhia administrativa ou policial, mais próxima. Seguidamente, deveria ser enviada, acompanhada de uma guia-modelo, à ama provisória mais vizinha ou ao Hospício, nos termos do novo regulamento, devendo proceder-se sempre às diligências necessárias para tentar reconhecer a identidade da criança exposta ou abandonada, assim como a sua proveniência. No caso de virem a ser descobertos e identificados os seus pais, as crianças deveriam ser-lhes entregues, desde que estivessem em condições de as receber, sem prejuízo da sua responsabilização criminal³⁴⁸.

Conhecendo-se o papel desempenhado pelas juntas gerais, câmaras municipais e juntas de paróquia, no contexto da descentralização administrativa, o serviço público que estavam a prestar, em prol das crianças desvalidas ou abandonadas, foi objecto de fortes críticas. Estes órgãos de poder regional e local estariam a rivalizar com o poder central no excesso de despesas, nos abusos do crédito e em toda a espécie de imprevidências governativas.

Perante este cenário, foi proposta a extinção das juntas gerais de distrito, transferindo para o Estado e para as câmaras municipais as respectivas atribuições. Assim, por decreto de 6 de Agosto de 1892, foram extintas as juntas gerais de distrito e substituídas pelas comissões distritais. Estas eram compostas por cinco vogais efectivos e cinco substitutos, assumindo as atribuições que pertenciam às juntas gerais na execução dos serviços de interesse geral do Estado, em todos os casos previstos na lei³⁴⁹. Este decreto revogou a obrigatoriedade das câmaras municipais criarem em cada sede de concelho um asilo-escola, com oficinas próprias para nelas serem ensinados alguns ofícios aos expostos, de acordo com as necessidades especiais de cada sexo, como havia sido determinado no regulamento nacional de 5 de Janeiro de 1888.³⁵⁰

Um novo decreto, publicado em 24 de Dezembro de 1892, passou a regular a execução de alguns artigos previstos no decreto de 6 de Agosto de 1892. Nele se determinava que as crianças expostas, desvalidas ou abandonadas, maiores de 7 anos, cuja administração estava a cargo das extintas juntas gerais ou que por estas tivessem

³⁴⁸ Idem, artigos 1.º, 2.º, 3.º, 7.º e 15.º.

³⁴⁹ Art.ºs 1.º, 2.º e 8.º do *Decreto de 6 de Agosto de 1892*, D. G. n.º 178, 10 de Agosto de 1892.

³⁵⁰ Art.º 44.º do Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, cit..

sido colocadas em estabelecimentos de beneficência, passariam novamente para a tutela municipal. Com efeito, as câmaras municipais voltaram a reassumir integralmente o processo de criação das crianças expostas, abandonadas e desvalidas, passando a receber um subsídio do Estado, proporcional ao número de menores que para elas fossem transferidos³⁵¹. Era o culminar de um processo que devolvia aos municípios todas as competências de gestão e administração da assistência às crianças expostas, desvalidas e abandonadas, a cargo de quem já estavam, durante os primeiros sete anos de criação.

Atingida esta idade, as câmaras continuariam a subsidiar a criação destas crianças, até ao momento em que passassem a desempenhar uma actividade remunerada ou quando completassem os 18 anos de idade, desde que estivessem em condições físicas e mentais para obter os meios de subsistência. Os subsídios seriam atribuídos às amas, após a elaboração de um auto de inspecção e pagamento, na presença do presidente, do tesoureiro da câmara e do facultativo do partido, competindo a este último inspeccionar o tratamento dos menores subsidiados. A partir desta altura, as câmaras municipais passavam a pagar trimestralmente os subsídios às amas dos expostos, menores de 18 anos, desde que estes não estivessem a exercer qualquer actividade remunerada.

A viabilidade financeira deste sistema de apoio à infância desvalida, no período compreendido entre os 7 e os 18 anos de idade, só estaria assegurada porque o número de expostos estava a registar uma tendência acentuadamente decrescente e a mortalidade ainda exercia uma função bastante selectiva. Por outro lado, muitos expostos eram integrados no mundo do trabalho, ainda antes de atingirem a maioridade. Só os mais debilitados e os deficientes continuariam a receber os subsídios até completarem os 18 anos de idade, podendo prolongar-se por toda a vida, quando se tratava de deficientes profundos, uma forma de evitar a sua exclusão social, como veremos.

7.7-A fundação dos Asilos da Infância Desvalida

Apesar das preocupações com a infância desvalida remontarem aos primórdios da nacionalidade, o quadro legislativo e regulamentar, em que se estruturou o apoio dos poderes central e local, foi assumindo um carácter avulso e provisório. Depois de, nos finais do século XVIII, se ter alargado a oferta institucional, coube aos governos liberais a iniciativa de passarem a integrar a infância desvalida e abandonada numa nova concepção de assistência social, ao serviço dos mais desprotegidos e carenciados³⁵².

Na sequência da constituição de uma associação que tinha por objectivo criar as Casas de Asilo da Infância Desvalida, a primeira destas instituições foi fundada na cidade de Lisboa, em 1834, alargando-se progressivamente a outras regiões do país, num movimento expansionista que se estendeu às principais capitais de distrito, como o Porto (1836) e Coimbra (1837).

Esse movimento a favor da infância desvalida também teve as suas repercussões no distrito de Viana, com o governador civil a enviar uma circular às câmaras municipais, em 23 de Outubro de 1835³⁵³, a solicitar que fossem criados os meios considerados adequados e convenientes para se melhorar a sorte das crianças

³⁵¹ Art.ºs 11.º e 12.º do *Decreto de 24 de Dezembro de 1892*, D. G. , n.º 295, 28 de Dezembro de 1892.

³⁵² Para um melhor enquadramento da assistência no período liberal, sugerimos a leitura do nosso trabalho, subordinado ao tema “*Instituições de Assistência e Redes de Solidariedade em Viana no século XIX*”, Separata de “*Estudos Regionais*”, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, vol. 21, 2000, pp. 67-93.

³⁵³ A.G.C.V.C., Circular n.º 45, de 23 de Outubro de 1835.

desvalidas³⁵⁴. A principal preocupação recaía sobre as crianças órfãs desamparadas, sem família para as criar e educar, embora a abrangência social nem sempre fosse idêntica em todas as instituições que acabavam de ser criadas no país.

Esta preocupação com a infância desvalida não era um exclusivo e uma inovação dos governos liberais, se considerarmos que as Rodas também lhe deram cobertura, embora estas últimas instituições estivessem mais vocacionadas para o acolhimento e assistência à infância abandonada. O que se pretendia era alargar a oferta institucional, procurando complementar os serviços públicos com as iniciativas particulares. Não se tratava de autonomizar ou retirar a assistência à infância desvalida do âmbito da assistência às crianças expostas e abandonadas. O que se pretendia era que as novas instituições assumissem uma função de complementaridade, mais do que um sistema de assistência concorrencial. Na realidade, enquanto que a maioria das crianças expostas eram recém-nascidas, a admissão nos Asilos só poderia verificar-se a partir dos dois ou mais anos de idade, conforme os casos, com todas as restrições que os respectivos estatutos previam.

Todavia, não obstante a preocupação manifestada com a infância desvalida, a assistência municipal e distrital continuou a privilegiar as crianças expostas, sem nunca esquecer o apoio a outras crianças desvalidas, através da atribuição de subsídios de criação aos seus familiares, pagos pelo cofre distrital, com a contribuição municipal. O problema é que muitos pais se viram obrigados a entregar os filhos nas Rodas para que pudessem exercer uma actividade que lhes assegurasse a sobrevivência, o que seria incompatível com a presença duma criança dependente, a exigir uma disponibilidade e uma atenção continuada. Na prática, aquilo que seria necessário era criar uma rede de creches onde as mães mais carenciadas pudessem deixar os filhos, enquanto trabalhavam³⁵⁵.

Na falta destas instituições, e sem familiares para cuidar das crianças, algumas mães viam-se constrangidas a expor temporariamente os filhos na Roda ou no Hospício, numa estratégia familiar, mais ou menos secreta, em função da maior ou menor tolerância das autoridades locais. Os Asilos pretendiam colmatar essa preocupante lacuna institucional, embora a admissão de crianças desvalidas só se pudesse efectivar a partir duma determinada idade, conferindo-lhe uma função que se aproximaria mais dos actuais jardins de infância do que das creches, com a particularidade de apenas ser destinada a crianças oriundas de famílias mais carenciadas.

O atraso de algumas décadas na criação dos Asilos da Infância Desvalida no Alto Minho poderá ser explicado pelo progressivo alargamento da função assistencial das Rodas, as quais deveriam dar assistência às crianças expostas, abandonadas e desvalidas, um objectivo de muito difícil concretização, dado o crescente número de beneficiários. Foi preciso esperar cerca de duas décadas para que, na sequência do

³⁵⁴ Em 7 de Novembro de 1835, a câmara de Ponte de Lima, na sequência do pedido formulado pelo governo civil, deliberou estabelecer o Asilo da Infância Desvalida no Convento de Val das Pereiras, tendo recomendado utilizar para o seu funcionamento os saldos positivos das Irmandades e Confrarias do concelho. Esta instalação não se veio a concretizar, sendo preciso esperar pelo ano de 1879 para que o referido Asilo fosse criado, uma iniciativa de alguns prestimosos cidadãos de Ponte de Lima (Lemos, 1977:110-111).

³⁵⁵ A lei de 2 de Maio de 1878 referia a importância dos “asilos de educação”, como complemento ou auxiliares do ensino primário, os quais só passaram a ser designados por “jardins-de-infância”, a partir de 1879. Contudo, a conjuntura económica e financeira não se mostrava nada favorável a investimentos públicos, pelo que o sector particular continuou a desempenhar um papel importante a nível educativo. Em relação às creches, só a partir de 1891 foi determinada a obrigatoriedade das fábricas, com mais de 50 trabalhadoras, criarem creches para acolher os seus filhos, uma medida que surgiu na sequência da Conferência de Berlim, realizada em 1890 (Cardona, 1990:28-29).

trabalho desenvolvido pela já citada comissão, se fundasse a “*Casa d’Asilo da Infância Desvalida de Viana do Castelo*”. Esta foi inaugurada no ano de 1854, com estatutos e regulamentos que mereceram confirmação régia, em 14 de Julho de 1856 (Fonte, 2000:88-91).

No seu relatório, apresentado no dia 20 de Julho de 1853, a comissão emitiu o seguinte parecer:

«Reconhecido como está que a educação popular é indispensável para a moral e prosperidade dos povos, sendo óbvios os inconvenientes resultantes da impossibilidade em que se acham de vigiar por seus filhos os jornaleiros, e ainda as mães de família que o trabalho quotidiano chama fora de seus lares; necessidade que muito se revela em todas as províncias, e muito principalmente na do Minho; lembrou estabelecer nesta Cidade, á imitação da Capital, uma Casa d’Asylo da Infância Desvalida».

Embora este preâmbulo aponte para a necessidade imperiosa de cuidar das crianças cujos pais tinham necessidade absoluta de trabalhar fora do lar, a comissão inspirou-se nos objectivos que presidiram à institucionalização das Casas da Infância Desvalida e guiou-se pelo que se praticava na cidade de Lisboa. Assim, as novas instituições de assistência teriam as seguintes finalidades³⁵⁶:

1-Dar protecção às crianças pobres e tratar do seu indispensável agasalho, enquanto estivessem no Asilo;

2-Promover o desenvolvimento progressivo das suas faculdades, desviando-as de todos os perigos, por meio duma contínua vigilância;

3-Abrir no Asilo uma aula onde se lhes ensinasse, pelos métodos mais fáceis, a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã e outros conhecimentos apropriados à sua idade e posição social. As meninas deveriam aprender a costura e o ensino próprio do seu sexo, habituando-as ao asseio, ordem, obediência e respeito, ao mesmo tempo que se lhes deveria desenvolver nos seus corações o amor a Deus e ao próximo, acompanhando sempre os preceitos com os bons exemplos³⁵⁷.

De acordo com o seu regulamento, a admissão de crianças no Asilo deveria ser realizada após requerimento dos pais ou protectores, acompanhado por certidões de baptismo e de pobreza, passadas pelos párocos das freguesias. Contudo, uma condição essencial para a sua admissão era a de serem filhas legítimas de pais pobres e com absoluta falta de meios para a sua educação. Neste contexto, e conhecendo-se o peso da ilegitimidade no Alto Minho, não será de admirar que o destino de um número indeterminado de crianças ilegítimas, não desejadas, ou cujas mães estavam impossibilitadas de as criar, acabasse por ser a Roda e, mais tarde, o Hospício, uma situação que as fontes municipais acabaram por comprovar³⁵⁸.

³⁵⁶ *Regulamento da Casa d’Asylo da Infancia Desvalida de Vianna do Castello*, Vianna, Typographia de M. F. P. da Silva, Largo de S. Domingos, n.º 71.

³⁵⁷ O Asilo da Infância Desvalida de Viana deu particular atenção à educação física das crianças, sobretudo à sua higiene e asseio, bem como à sua alimentação, a qual deveria ser constituída por géneros sadios e apropriados à sua idade.

Segundo o relatório apresentado, em 1853, a comissão propunha, a exemplo do que se verificava em Lisboa, que se abrisse no Asilo «*uma aula onde se lhes ensine pelos methodos mais faceis, a ler, escrever, contar, doutrina cristã, e os elementos dos mais conhecimentos apropriados á sua idade e posição social; e alem disso onde as meninas aprendam a costura e mais ensino proprio do seu sexo, habituando-as assim ao aceio, ordem, obediencia e respeito, fazendo desenvolver em seus corações o amor de Deus e ao proximo, acompanhando sempre os preceitos com os bons exemplos*».

³⁵⁸ Um grupo de cidadãos beneméritos de Viana, preocupado com a assistência, protecção e educação das crianças órfãs e pobres do sexo feminino, sobretudo as ilegítimas (excluídas do Asilo da Infância Desvalida), fundou, em 26 de Julho de 1877, o *Asilo das Meninas Órfãs e Desamparadas*, uma nova

O Asilo não funcionaria em regime de internato, com os requerentes a serem obrigados a recolher e dar agasalho às crianças durante a noite. As crianças admitidas residiriam na instituição durante o dia e teriam direito a “almoçar” e “jantar”, o que, nesta região, significaria que receberiam as refeições da manhã e do meio-dia. Todavia, enquanto que os meninos seriam admitidos entre os 2 e os 4 anos de idade, podendo nele permanecer até completarem os 8 anos, as meninas podiam ser admitidas dos 2 aos 6 anos e permanecer até aos 12 anos de idade. No entanto, apesar de ser misto, o Asilo da Infância Desvalida de Viana apenas estaria a ser frequentado por crianças do sexo feminino, em regime de semi-internato, nos finais da década de sessenta, contrariamente ao que se verificara anteriormente³⁵⁹.

Com um atraso de cerca de duas décadas, e na sequência do desejo expresso pela já citada comissão de que fossem criadas novas instituições similares noutros concelhos do distrito de Viana, foi a vez de Ponte de Lima inaugurar o seu Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia, em 10 de Julho de 1879, o mesmo se verificando noutros concelhos, como em Caminha³⁶⁰.

O Asilo de Ponte de Lima foi a concretização de um projecto de uma comissão que se reuniu para «*vêr se era possível dotar esta povoação com uma instituição utilíssima, de que tanto necessita, com a qual folgaria a humanidade, e cuja idêa no meu parecer, estava no coração de todas as almas generosas*»³⁶¹. Nesta instituição, poderiam ser admitidas crianças em regime de internato e semi-internato, desde que compreendidas nas seguintes circunstâncias:

1-Que tivessem mais de 5 e menos de 8 anos de idade;

2-Que não padecessem de moléstia contagiosa e que estivessem vacinadas ou já tivessem sofrido de bexigas;

3-Que fossem órfãs de ambos os pais ou apenas de pai ou mãe, com preferência pela ordem estabelecida;

4-Que fossem absolutamente pobres e que não tivessem quem as protegesse, instruisse e educasse³⁶².

Com todas estas limitações regulamentares e com a reduzida capacidade de admissão que as novas instituições de assistência comportavam, não restam dúvidas de que estes Asilos não se destinavam ao acolhimento de crianças expostas³⁶³. Estas

instituição de assistência que passou a integrar a rede espontânea de solidariedade humana da comunidade vianense.

³⁵⁹ No final de 1863, existiam 62 crianças no Asilo, sendo 21 do sexo masculino e 41 do sexo feminino.

³⁶⁰ O *Asilo de Infância Desvalida de Caminha* foi fundado na última década do século XIX, depois do benemérito Conselheiro Francisco da Silva Torre ter deixado, em testamento, parte da sua fortuna para fundação e sustentação da nova instituição. Para dar cumprimento às disposições testamentárias, a Câmara de Caminha solicitou ao Governo do Reino a cedência do extinto Convento de Santa Clara (encerrado por ocasião do falecimento da última freira lá residente). Assim, por decreto de 20 de Julho de 1894, o governo cedeu o extinto Convento à Câmara de Caminha para aí ser instalada a nova instituição, a qual passou a ser designada por “Asilo de Infância Desvalida Silva Torres”.

³⁶¹ In *Relatório da Comissão Installadora do Asylo de Infancia Desvalida de D. Maria Pia de Ponte de Lima (1872-1884)*, Ponte de Lima, Typographia do “Ecco do Lima”, 1884.

³⁶² Art.º 28.º dos *Estatutos do Asylo de Infancia Desvalida de D. Maria Pia*, Ponte de Lima, Typ. Limarense, 1885.

³⁶³ Para que uma criança exposta pudesse entrar no Asilo, seria necessário que deixasse esse estatuto, o que só aconteceria se fossem reclamadas ou entregues aos seus familiares. Apesar dessa possibilidade, dificilmente as crianças que haviam sido expostas poderiam dar entrada nas novas instituições. Por exemplo, o facto do regulamento do Asilo de Viana apenas contemplar as crianças legítimas, acabaria por excluir a maioria das crianças que haviam sido expostas, cuja origem seria predominantemente ilegítima, como veremos, uma discriminação que não se fazia no Asilo de Ponte de Lima. Efectivamente, registámos o caso de uma menina que foi exposta no Hospício de Ponte de Lima, em 7 de Março de 1884,

continuariam a ser criadas pelos Hospícios, como instituições de assistência pública, sob a responsabilidade directa das câmaras municipais e das juntas gerais de distrito, enquanto que os Asilos funcionariam como uma espécie de instituições particulares de solidariedade social. Assim se justifica que os seus promotores tivessem apelado aos “filantrópicos sentimentos” dos seus concidadãos para que, em nome de tão piedoso objecto, concorressem para a dotação desta nova instituição. Com ela pretendia-se *«dar protecção às creanças pobres, e a tratar do seu indispensável agasalho em quanto estiverem no Asylo, assim como de promover o desenvolvimento progressivo das suas faculdades, desviando-as de todos os perigos por meio de uma continuada vigilância»*³⁶⁴.

A partir da segunda metade do século XIX, a assistência à infância desvalida e abandonada no Alto Minho passou a estar centralizada nas Rodas/Hospícios e nos Asilos, com a rede espontânea de solidariedade privada a procurar preencher uma importante lacuna no sistema público de assistência às crianças mais desprotegidas.

7.8-A legislação republicana e o apoio à infância desvalida e indigente

Após a implantação da República, os primeiros governos produziram muita legislação de apoio e protecção à infância desvalida, abandonada e indigente, bem enquadrada nos novos ideais republicanos. Partindo do pressuposto de que competiria ao governo central estudar e procurar atacar, com medidas preventivas, as causas ou actos que pudessem perturbar o bom funcionamento da sociedade, a acção governativa deveria começar por incidir sobre as crianças que estavam prestes a ser envolvidas na complexa engrenagem da luta pela vida e pela inserção social.

Apesar de muito profícuos em termos legislativos, os programas republicanos não foram contemplados com medidas concretas que pudessem alterar substancialmente o quadro normativo e institucional que haviam herdado do anterior regime monárquico. A operacionalização do seu programa assistencial estava bloqueado pela falta de meios financeiros, uma consequência natural das dificuldades estruturais que tendiam a agravar-se com a instabilidade política e a emergência de novos problemas sociais.

Para evitar ou remediar alguns dos males que se revelavam tão perniciosos à sociedade, o governo começou por centralizar a sua intervenção na cidade de Lisboa, ao criar uma comissão de protecção dos menores, em perigo moral, pervertidos ou delinquentes, com menos de 16 anos, encontrados na via pública da sua área urbana³⁶⁵. Como corriam o perigo de se transformarem em potenciais delinquentes, o governo considerava urgente a sua reintegração na sociedade, através de um processo educativo idóneo. Para isso, legislou no sentido de proteger esses menores indigentes, sem família ou tutores, no pressuposto de que *«é na criança, prestes a ser envolvida na engrenagem da luta pela vida, que convem actuar de modo a evitar ou emendar por uma educação idonea tão perniciosos efeitos»*³⁶⁶.

tendo sido entregue à ama, Maria de Barros, casada, residente na da Feitosa. Depois de se ter descoberto ser filha de Mariana Alves, solteira, da mesma freguesia, e lhe ter sido entregue, a mãe solicitou a sua admissão no Asilo D. Maria Pia, tendo nele dado entrada ao completar os 6 anos de idade (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1884-1887).

³⁶⁴ Relatório da Comissão, apresentado em 20 de Julho de 1853, in *Regulamento da Casa d'Asylo da Infancia Desvalida de Vianna do Castello*, Vianna, Typographia de M. F. P. da Silva.

³⁶⁵ Era natural que as prioridades se virassem para a capital, uma cidade onde proliferavam os problemas sociais e onde abundavam as crianças sem família ou que haviam sido votadas ao abandono.

³⁶⁶ Decreto, com força de Lei, de 1 de Janeiro de 1911, A Legislação, Coimbra, Imprensa Académica.

Por decreto de 25 de Maio de 1911, o governo provisório procurou reorganizar os serviços de assistência pública, colocando-a sob a imediata autoridade e superintendência do Ministério do Interior. Os órgãos de intervenção seriam os serviços centrais do Ministério competente e os serviços distritais, municipais e paroquiais, sem esquecer e reconhecer a indispensável participação e colaboração da assistência privada.

Esta nova legislação social foi bem o reflexo da preocupação com os grupos mais marginalizados da sociedade, com particular relevância para os menores desvalidos. Todavia, a manutenção do problema tinha a ver com a falta de instituições de acolhimento para esses menores em perigo moral, além da falta de recursos financeiros que impediam a generalização desse novo programa assistencial.

Para procurar resolver o problema, o governo começou por intervir em Lisboa, incumbindo o provedor da assistência para, através de anúncios e da colaboração das autoridades locais, organizar uma lista de famílias que, por uma pensão módica, se disponibilizassem para cuidar desses indigentes. Tratando-se de menores, as famílias de acolhimento seriam obrigadas a fazê-los frequentar a escolaridade obrigatória e a propiciar-lhes uma aprendizagem oficial ou agrícola. As comissões distritais e municipais, criadas em todos os distritos e concelhos do país, assim como a assistência paroquial, seriam reguladas pelas disposições decretadas para a assistência da capital³⁶⁷.

Em 5 de Maio de 1911, o governo provisório reorganizou os serviços de assistência pública, passando a funcionar sob a imediata autoridade e superintendência do Ministério do Interior, com os serviços centrais, distritais, municipais e paroquiais a constituírem os principais centros de intervenção. A progressiva descentralização do sistema assistencial levou o governo a criar, na cidade do Porto, uma comissão de assistência pública, ao mesmo tempo que decretou a criação de comissões distritais e comissões municipais, por todo o país, a serem complementadas pela assistência paroquial e reguladas pelas disposições decretadas para a assistência da capital³⁶⁸.

No mesmo mês, foi publicada uma nova legislação para abrir caminho ao “sonho patriótico” de regeneração da família portuguesa. Assim, com o decreto de 27 de Maio de 1911, pretendia-se pugnar pela educação, purificação e aproveitamento da criança, considerada a base das sociedades, a matéria prima com que se haveriam de construir e cimentar os seus alicerces e erguer a arquitectura desempenada de uma nacionalidade nova e solidamente organizada³⁶⁹.

Após algumas considerações preliminares, que revelavam um claro desconhecimento do quadro legislativo e institucional do período monárquico, os legisladores republicanos consideraram que a criança abandonada e desprotegida nunca havia despertado a atenção das leis que nos haviam regido, concluindo que, em Portugal, a “indústria da exploração infantil” continuava a ser exercida, em larga escala, de uma forma completamente impune.

Embora se desconhecesse a verdadeira dimensão nacional das crianças desprotegidas, em situação de abandono ou como potenciais delinquentes, este decreto anunciava um conjunto de medidas concretas que visavam retirar a criança desprotegida dos ambientes viciados que lhe “envenenavam a alma e o corpo”. Daí ser obrigação do Estado ou de qualquer entidade particular arrancá-las desses ambientes corruptos e de as tutelar, enquanto não estivessem aptas a declarar emancipadas pelo trabalho e pelas responsabilidades pessoais. Uma das medidas consistiu na fundação da Tutoria da

³⁶⁷ Decreto de 25 de Maio de 1911, Diário do Governo., n.º 122 de 26 de Maio.

³⁶⁸ Decreto de 25 de Maio de 1911, Diário do Governo n.º 122, de 26 de Maio.

³⁶⁹ Decreto de 27 de Maio de 1911, D. G. n.ºs 137 e 141, de 14 e 20 de Junho de 1911.

Infância³⁷⁰, com alçada directa sobre as crianças em perigo moral (abandonadas, pobres, maltratadas, desamparadas e delinquentes), e da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

A Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças era uma união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais quer particulares, que tinha por principal finalidade prevenir os males que pudessem produzir a degenerescência física e moral das crianças. Dividida em três circunscrições, a comarca de Viana do Castelo integrava a circunscrição do Norte, com sede no Porto, juntamente com as comarcas do Porto, Braga, Vila Real, e Bragança.

Se procurarmos avaliar as repercussões de toda esta legislação republicana no apoio à infância desvalida ou abandonada no distrito de Viana do Castelo, teremos de concluir que a mesma não motivou qualquer alteração institucional em relação ao modelo herdado do anterior regime, com as crianças desvalidas a serem administradas de acordo com o regulamento nacional de 1888 e nos termos dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892.

Este modelo de assistência acabou por resistir a todas as tentativas de reformulação, tendo-se mantido em vigor para além dos limites temporais desta investigação. É o que se pode deduzir da análise dos requerimentos que foram apresentados às câmaras municipais, durante a Primeira República, por algumas mães ou famílias pobres e indigentes, a solicitarem a concessão de subsídios de aleitação. Alguns desses pedidos foram deferidos, de acordo com o estipulado no art.º 28.º do regulamento de 5 de Janeiro de 1888, que exigia que fosse provada a indigência das suplicantes, que não fossem mal comportadas, não estivessem a criar filhos alheios e se achassem impossibilitadas de trabalhar. Noutros casos específicos, as deliberações foram fundamentadas no que estava determinado e regulamentado pelos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892.

7.9-A declaração dos “Direitos da Criança”

A organização “*Save the Children*”, fundada na Inglaterra pela pacifista Eglantyne Jebb, sob o lema “*Temos ao menos que Salvar as Crianças*”, surgiu logo após a 1.ª Guerra Mundial. Olhada com desconfiança por aqueles que a conotavam com determinadas motivações políticas, esta organização foi-se espalhando por outros países e pretendia que as nações assegurassem um mundo de paz a todas as crianças, através do reconhecimento dos seus direitos, sem qualquer discriminação política, económica, social ou religiosa.

Na sequência do trabalho desenvolvido, Eglantyne Jebb elaborou a “*Carta dos Direitos das Crianças*”, a qual mereceu a aprovação da Assembleia Geral da União Internacional de “*Save the Children*”, em 1923, tendo sido adoptada pela Sociedade das Nações, em 1924³⁷¹. Oficialmente conhecida por “*Declaração de Genebra*”, onde estão

³⁷⁰ Em cada tutoria central ou comarcã deveria ser criado um estabelecimento de detenção preventiva - o Refúgio da Tutoria - destinado a recolher temporariamente os menores em perigo moral. Por seu lado, nas freguesias deveria ser criado um refúgio paroquial, para guardar e proteger provisoriamente qualquer menor abandonado, desamparado ou delinquente, enquanto não fosse transferido para o refúgio da respectiva tutoria. Em relação às crianças abandonadas, determinava-se que a pessoa ou instituição que tivesse recolhido um menor abandonado deveria participar tal facto ao presidente da respectiva tutoria, no prazo de três dias, sob pena de multa de 2\$000 a 10\$000 réis.

³⁷¹ Portugal assinou a Declaração de Genebra, em 20 de Dezembro de 1952, alguns anos antes de ser admitido como membro de pleno direito na Organização das Nações Unidas.

Muito antes, em 1904, o professor Egas Moniz (docente em Coimbra e futuro prémio Nobel da Medicina), depois de propor as providências sobre a protecção às grávidas, com assistência económica e

consignados os princípios básicos de protecção à infância, o seu conteúdo viria a ser substancialmente ampliado, após a 2.^a Guerra Mundial, com a aprovação da “*Declaração Universal dos Direitos da Criança*” pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959³⁷².

Salvaguardando a integridade das famílias, a Declaração de Genebra passou a defender para todas as crianças um desenvolvimento normal, a nível material, moral e espiritual. Assim, as crianças com fome deveriam ser alimentadas, as doentes tratadas, as deficientes auxiliadas, as inadaptadas reeducadas e as órfãs e abandonadas recolhidas. Esta última recomendação faz-nos lembrar a longa tradição do nosso país na recolha e criação das crianças expostas e desvalidas, num programa assistencial a que estiveram associadas as Rodas e os Hospícios, sem esquecer os Asilos da Infância Desvalida. Contudo, estas medidas não se haviam revelado suficientemente eficazes para resolver os problemas de tantas crianças inocentes, nascidas em ambientes familiares muito precários ou vítimas de abandono, como o pareciam provar os elevados níveis de mortalidade registados, sem esquecer os problemas de inserção social dos sobreviventes.

No entanto, enquanto não foi possível dar cumprimento a algumas das recomendações que estavam consignadas na Declaração de Genebra, nomeadamente o direito das crianças a beneficiarem plenamente de medidas de previdência e de seguros sociais³⁷³, teremos de considerar que as Rodas e os Hospícios preencheram uma lacuna assistencial importante, como instituições públicas de apoio à infância desvalida e abandonada, naquilo que poderemos considerar como uma prefiguração das futuras políticas sociais.

médica, apresentou as “*Bases para a criação em Portugal duma lei protectora da primeira infância*” (in “*Porto Médico*”, I ano, pp. 53-60, 1904).

³⁷² Segundo a *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*, aprovada pelas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959, «A Criança gozará de protecção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança».

³⁷³ Este princípio voltou a estar consignado no art.º 26.º da Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959, ao estabelecer que «Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de beneficiar da segurança social e tomam todas as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da sua legislação nacional».

PARTE II

A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS NO ALTO MINHO

CAPÍTULO I

Gestão e administração dos expostos

1-A gestão de um importante ramo da administração pública

São bastante obscuros os primeiros tempos da gestão e administração dos expostos nesta região do noroeste português, numa acepção integradora de toda a assistência à infância desvalida e abandonada. Foi um processo que se prolongou até ao século XIX, altura em que se passou a estabelecer uma clara diferenciação entre crianças expostas, abandonadas e desvalidas.

Não abundam as fontes dos primeiros tempos da assistência aos expostos, o que poderá ser explicado pelo facto do número de crianças a socorrer ter começado por ser relativamente reduzido e não justificar a autonomização deste sector da assistência pública. Numa primeira fase, tivemos de recorrer a fontes indirectas, nomeadamente aos livros de receita e despesa municipais³⁷⁴, um processo que nos permitiu desvendar a forma como os concelhos foram desempenhando a função de acolher e criar as crianças expostas, no estrito cumprimento das suas obrigações legais.

Como a criação dos expostos tinha de ser feita à custa das rendas dos concelhos ou, na inexistência de rendimentos, através da contribuição particular dos seus habitantes, as câmaras municipais viram-se obrigadas a fazer registar as receitas e despesas com a criação dos expostos, as quais teriam de ser apresentadas e aprovadas pelo provedor da comarca, em actos de correição. Como se tratava de um importante sector, sob alçada municipal, a análise dessa contabilidade possibilitou-nos a recolha de alguns indicadores que nos ajudam a compreender melhor os primeiros tempos da gestão deste ramo da administração pública³⁷⁵.

Em Viana, a documentação municipal da segunda metade da centúria de Quinhentos (cerca de um século antes do início do período estudado) mostra-nos que a exposição de crianças ainda era muito reduzida, quando comparada com a dimensão atingida a partir do início de Setecentos. Mesmo assim, o município vianense não deixou de assumir as suas obrigações assistenciais para com as crianças enjeitadas, ao mesmo tempo que passou a revelar as suas preocupações com a falta de recursos e rendimentos próprios para acudir às necessidades mais prementes das suas populações, agora acrescidas desta componente assistencial³⁷⁶.

³⁷⁴ Os livros de receita e despesa e os livros dos acórdãos da câmara de Viana foram as primeiras fontes que nos permitiram conhecer a forma como os órgãos municipais desempenharam as suas funções assistenciais, numa terra e numa época em que a pobreza, a orfandade e a viuvez eram cíclicas, em estreita associação com as crises do comércio internacional e os surtos de pirataria (Moreira, 1986:150).

³⁷⁵ A prioridade financeira da administração municipal poderá ser comprovada pela forma como apareceram as primeiras referências aos expostos, como forma de justificar o pagamento dos salários às respectivas amas. Só a partir dos finais do século XVII é que os registos dos expostos começaram a ter um carácter autónomo, passando os pagamentos às amas a estar-lhes directamente associados.

³⁷⁶ Embora a assistência hospitalar e a acção sócio-caritativa estivesse a cargo das confrarias locais e outras instituições particulares, sobretudo da sua Misericórdia, fundada em 1621, a câmara municipal de Viana não se eximiu de participar na tentativa de resolução de alguns dos problemas que afectavam as suas populações, nomeadamente em caso de epidemias ou de fomes. Para esse efeito, contratou médicos e boticários para assistir os *«muytos pobres e necessitados que adoecem por nom terem com quem se virem, pello que muitos delles perecem amyngo sem terem fysiquo que as visiste nem cure»* (Moreira, 1986:150). Contudo, a grande intervenção do município no domínio assistencial estaria destinada à criação das crianças que, ao longo de vários séculos, foram expostas no seu espaço administrativo, uma intervenção assistencial que foi sendo progressivamente alargada, ao passar a subsidiar também a criação das crianças desvalidas.

A intervenção assistencial dos concelhos não conheceu o mesmo desenvolvimento em todo o país, como já o referimos. Assim, enquanto alguns dos principais concelhos celebraram protocolos com as Misericórdias locais, muitos outros continuaram a desempenhar uma função assistencial para a qual não estavam vocacionados, um problema que não foi ultrapassado com a criação das Casas da Roda, quando mantidas sob a tutela municipal. Numa fase transitória, este processo ainda foi antecedido por um outro, a coincidir com o período em que os juizes dos órfãos exerciam a sua tutela sobre as crianças expostas (por estarem associadas às crianças órfãs), embora os encargos com a sua criação fossem uma obrigação dos concelhos.

Era esta a situação vivida em Ponte de Lima, no primeiro quartel do século XVII, com o juiz dos órfãos desta vila a requerer aos vereadores da câmara local a atribuição de uma verba de 12\$000 réis (a ser subtraída às rendas do concelho) para a criação dos enjeitados, a qual seria acrescentada à “finta dos enjeitados”, que havia sido lançada pelos habitantes do concelho. Esta não tinha coberto integralmente as despesas com a criação dos expostos, em virtude dos «*muitos privilligiados que há na villa e seo termo*», os quais estavam isentos de contribuição³⁷⁷.

Após indeferir a sua pretensão, por considerar que o concelho não dispunha de rendimentos próprios para esse efeito, a câmara de Ponte de Lima manifestou a sua discordância com esta administração particular, por ser “contra-direito”. Em simultâneo, solicitou ao provedor da comarca de Viana a necessária autorização para que lhe fosse atribuída a gestão e administração dos expostos do concelho. O principal argumento reivindicativo advinha do facto de ser a câmara municipal que estava a suportar todas as despesas, além de considerar que a mesma dispunha de melhores recursos humanos para cuidar dos expostos. Além disso, como dispunha de recursos humanos próprios, estariam reunidas as condições para uma melhor gestão deste sector assistencial, ao mesmo tempo que se poderiam evitar outros inconvenientes³⁷⁸. Esse pedido surtiu os efeitos desejados, com o provedor da comarca a conceder à câmara de Ponte de Lima, em acto de correição de 24 de Dezembro de 1625, o direito de passar a tratar da «*administração da criassão dos emjeitados que nessa villa he seu termo ouver*»³⁷⁹. Ao mesmo tempo, concedia-lhe autorização para que, a partir dessa data, as despesas com as amas fossem asseguradas com o lançamento de “fintas” pelos habitantes do concelho, na forma de seu regimento, como estava determinado nas Ordenações do Reino³⁸⁰.

A partir de 1625, a câmara municipal passou a ser detentora de toda a gestão e administração dos expostos da vila e respectivo termo, num processo que poderá ter tido um desenvolvimento similar noutros concelhos da comarca de Viana. Como contrapartida, o provedor da comarca exigiu aos procuradores dos concelhos para cuidarem bem dos enjeitados e para satisfazerem o pagamento às amas que os criavam, sob pena de terem de assumir pessoalmente todas as perdas e danos que essas crianças e respectivo concelho viessem a sofrer, por causa de uma inadequada administração³⁸¹.

³⁷⁷ Idem, fl. 15.

³⁷⁸ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1625-1626), fls. 93 v.º e 94.

³⁷⁹ Idem, fl. 94.

³⁸⁰ São as seguintes as razões que justificariam o lançamento das “*fintas dos enjeitados*”: «*E porque muitas vezes as rendas do Concelho não bastam para as cousas, que os Officiaes das Camaras são obrigados per seus Regimentos prover e fazer, mandamos que quando lhes parecer lançar finta, e não houver para ellas dinheiro do Concelho, o screvam ao Corregedor da Comarca, como a quererem pedir, declarando para que cousas (...). E sem a dita carta de cada hum dos sobreditos não poderão os Officiais da Camera, nem o Concelho lançar finta para cousa alguma, salvo para a criação dos meninos engeitados*» (Ordenações Filipinas, Livro I, T. 47, § 40 e 41).

³⁸¹ Na sequência dessa petição, o provedor da comarca de Viana respondeu à pretensão da Câmara de Ponte de Lima, enviando-lhe um documento «*pello coall lhes mando e requeiro da parte de sua*

Além disso, ordenou que se fizessem as diligências necessárias para evitar que as câmaras municipais estivessem a desempenhar uma função que deveria ser imputada a pessoas ou instituições que as antecederiam na hierarquia de responsabilidades, superiormente estabelecida³⁸².

O privilégio de lançar fintas para a criação dos expostos, com a particularidade de não carecer de autorização prévia do poder central, foi utilizado pelos diferentes concelhos das comarcas de Viana e Valença, no pressuposto de que a criação dos meninos enjeitados era sua incumbência e deveria ser suportada pelos habitantes do concelho onde haviam sido expostos. Contudo, este mecanismo legal poderia vir a revelar-se duplamente injusto. Na realidade, se não se pode excluir a hipótese de alguns dos expostos serem originários de outros concelhos, a própria estrutura desigualitária da sociedade isentava os privilegiados dessas contribuições, independentemente de haverem ou não contribuído para o agravamento das despesas (como aconteceria quando estes grupos privilegiados se viam obrigados a expor os filhos por imperativos sociais). Neste caso, o ónus da criação dos expostos acabaria por recair sobre o povo, cuja carga tributária continuava a aumentar. Esta atitude discriminatória e socialmente injusta poderá ter desencadeado algumas das estratégias individuais ou colectivas, de que falaremos na terceira parte do trabalho, com o objectivo de atenuar esses encargos ou deles poder vir a beneficiar³⁸³.

Numa análise da evolução das receitas e despesas de várias câmaras municipais, pudemos comprovar que, salvo alguns períodos, não se registaram situações de evidente ruptura financeira, antes uma evolução equilibrada entre as receitas e as despesas, com estas a determinarem o valor daquelas. Na realidade, sempre que as receitas provenientes dos sobejos das sisas se revelavam insuficientes para cobrir as despesas, as câmaras municipais logo decretavam o lançamento de fintas, no valor em falta, o que explica um equilíbrio financeiro neste ramo da administração pública, como já o havíamos demonstrado para Ponte de Lima, no período de 1720 a 1832 (Fonte, 1996b:54).

Depois de sucessivas queixas e reclamações, o poder central acabou por ser sensível às implicações negativas do lançamento de fintas para com os mais carenciados, passando a sugerir que todas as despesas com os expostos se fizessem à custa dos impostos indirectos. Isto mesmo vinha expresso na ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, ao determinar que as despesas com as amas deveriam ser pagas pelos rendimentos aplicados nas câmaras para semelhante fim ou pelo cabeção das sisas, naquelas que não dispusessem desses rendimentos. Assim o estipulava também o auto de provimento que conduziu à criação da Roda de Valença, em 1799, com o juiz de fora a ordenar que o pagamento da rodeira e das amas se deveria fazer pelo cabeção das sisas, visto não haver rendimentos com que se pudessem suprir as avultadas despesas que, anualmente, se costumavam fazer³⁸⁴.

magestade que com hofissiais da camera desta villa e vereadores della corrão daqui por diante com a admenistrassão da criassão dos emgeitados que nesta villa he seu termo ouver, com todo o cuidado he delligemsia nesesaria temdo particular cuidado da admenistrassão e criassão delles pello proveito que helles nisso resebem» (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, 1625-1626, fl. 24).

³⁸² Idem, fl. 94.

³⁸³ Segundo as **Ordenações do Reino**, estavam isentos de pagar as ditas fintas «os Fidalgos, Cavalleiros e Scudeiros de linhagem ou de criação de algum Fidalgo, ou outra pessoa que em sua casa criar e fizer Scudeiro, trazendo-o a cavallo, sendo tal Fidalgo ou pessoa que costuma ter em sua casa Scudeiros» (Ordenações Filipinas, Liv. I, Tit. 66, §42).

³⁸⁴ A.M.V., *Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818)*, fl. 2. Por outro lado, considerava os vencimentos das amas muito limitados, do que resultaria não haver amas suficientes para criar os expostos.

Coincidindo com a criação de Rodas nos principais concelhos das comarcas de Viana e Valença, as câmaras administradoras, preocupadas com o aumento da procura e das respectivas despesas, passaram a pressionar os concelhos circunvizinhos anexos, onde não haviam sido estabelecidas Rodas, a contribuírem para a sustentação dos expostos³⁸⁵. Todavia, estes pequenos concelhos procuravam eximir-se dessa obrigação, com o argumento de que não seriam responsáveis por essas despesas, uma posição que não estariam em condições de provar, dado o carácter secreto que a exposição de crianças havia assumido.

Foi a partir do triunfo do liberalismo que se vieram a registar as reformas mais significativas na gestão e administração dos expostos. Assim, por força do decreto de 19 de Setembro de 1836, as despesas com as Rodas e com a criação dos expostos passou a ser feita por distritos administrativos, à custa de todas as municipalidades, com a designação das quotas com que cada concelho deveria contribuir a ser uma incumbência das juntas distritais³⁸⁶.

A junta geral do distrito de Viana, no cumprimento das suas responsabilidades, elegeu a gestão orçamental como uma das suas prioridades, a começar pela angariação das verbas necessárias ao pagamento das despesas com os expostos. Assim, em sessão realizada no dia 18 de Julho de 1838, a junta geral do distrito designou as quotas com que os concelhos deveriam concorrer para a sustentação dos expostos, bem como as quantias a receber pelas respectivas câmaras para esse mesmo fim. Na mesma reunião, e em conformidade com as suas atribuições, deliberou que os concelhos do Soajo e de Castro Laboreiro, que não possuíam Casas da Roda, pudessem enviar os seus expostos para os concelhos da Barca e de Melgaço, respectivamente.

Numa outra medida de grande alcance administrativo, a junta geral proibiu as câmaras de efectuarem quaisquer pagamentos aos seus funcionários, *«enquanto os expostos não estiverem satisfeitos dos seus vencimentos em dia»*, ou seja, enquanto as despesas com a sua criação não estivessem integralmente saldadas pelos cofres municipais. Em caso de contravenção, ser-lhes-iam glosadas as contas pelo conselho de

³⁸⁵ Por exemplo, no início do século XIX, foi apresentada na câmara de Ponte de Lima uma ordem vinda do juízo da correição da câmara sobre uma representação que o senado havia feito a Sua Alteza Real para que os concelhos circunvizinhos concorressem para a criação dos expostos. Para dar resposta ao recomendado, mandou-se fazer pregão pela vila e passaram-se as ordens necessárias para que a nobreza e o povo se pronunciassem sobre essa representação.

Em 1835, a Câmara de Ponte de Lima, cada vez mais alarmada com o aumento das despesas com os expostos, alguns dos quais poderiam ser originários dos concelhos anexos, solicitou ao juiz da correição que obrigasse esses concelhos a concorrerem para a sua criação. Depois de anuir a tal pretensão, foi lançada uma derrama para a criação dos expostos, tendo os concelhos anexos de Bertandós, Santo Estevão da Facha, Correlhã e Lanheses contribuído com cerca de um terço da verba orçamentada, uma situação que não perdurou muito no tempo, por terem sido extintos.

Em 1835, a câmara de Ponte de Lima deu baixa a uma criança que havia sido admitida na Roda, por ser filha de uma mulher solteira, já falecida, natural da freguesia de Moreira, *«por pertencer presentemente ao concelho de Lanheses, por não quererem concorrer com a derrama para a criação dos expostos»* (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de 1829-1839-II, fl. 152 v.º).

A partir das reformas liberais, a junta geral do distrito de Viana passou a designar as quotas com que cada concelho deveria concorrer para a sustentação dos expostos, incluindo os concelhos que ainda não tinham sido extintos, como era o caso dos concelhos de Valadares (com Roda) e os do Soajo e Castro Laboreiro (sem Roda). Porém, em sessão realizada no dia 24 de Agosto de 1849, a Junta Geral deferiu uma petição que lhe foi apresentada pela câmara do Soajo, aliviando-a da quota de 40\$000 réis que pagara à câmara da Barca para a sustentação dos expostos.

³⁸⁶ Ao administrador geral de cada concelho caberia a obrigação de apresentar, periodicamente, as contas de cada uma das Rodas do distrito (Decreto de 19 de Setembro de 1836, art.º 1.º e art.º 8.º, *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais*, publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837).

distrito³⁸⁷. Assim procedeu a câmara de Monção quando, em 1841, aprovou um acórdão a determinar que se utilizasse a verba de 521\$650 réis, disponível no cofre municipal, para se pagar às amas dos expostos tudo o que se lhes devesse, «*com preferência a qualquer outro pagamento, conforme se ordena no art.º 8.º do Regulamento da Junta Geral*»³⁸⁸.

Foram várias as sugestões que chegaram à junta geral do distrito no sentido de encontrar alternativas à angariação das verbas para a sustentação dos expostos, sem que tal implicasse a sobrecarga dos habitantes dos concelhos. No entanto, só excepcionalmente esses recursos alternativos foram utilizados, o que aliviava os cofres concelhios, tão carecidos de verbas para a realização de obras de interesse público. Apenas temos conhecimento de uma decisão da junta geral que, numa medida absolutamente excepcional, determinou que os fundos e rendimentos das confrarias extintas do concelho da Barca fossem aplicados na sustentação dos expostos³⁸⁹.

Com o objectivo de estabelecer uma acção concertada entre os responsáveis pela nova administração distrital, o governador civil de Viana, por circular enviada aos procuradores da junta geral de distrito, decidiu lembra-lhes que os orçamentos municipais deveriam ser remetidos ao governo civil, até ao dia 15 do mês de Abril de cada ano, com o objectivo de serem definitivamente aprovados, antes do início do novo ano económico. Ao mesmo tempo, pedia-lhes para que designassem as quantias a gastar pelas câmaras com a sustentação dos expostos, como forma de cumprir e harmonizar as disposições do Código Administrativo com as do decreto de 19 de Setembro de 1836³⁹⁰.

1.1-As receitas

«(...) e assim no lançamento das sisas todos pagam e concorrem para a obra-pia da criação dos expostos, o que não acontece na finta feita separada, em que somente pagam os pobres»³⁹¹.

Recomendação do provedor da comarca de Viana (1736)

³⁸⁷ Art.º VIII, do *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna*, de 1839, e art.º 11.º do *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto Administrativo de Vianna do Castello*, aprovado em 27 de Agosto de 1852.

³⁸⁸ A.M.MÇ., *Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1840-1842)*, fl. 26.

³⁸⁹ A.G.C.V.C., Deliberação da Junta Geral do Distrito de Viana, em sessão realizada no dia 24 de Janeiro de 1838 (documento avulso).

³⁹⁰ O *Código Administrativo* (1842) continuou a autorizar as juntas gerais a votarem as somas com que os concelhos deveriam concorrer para a despesa dos expostos, através das contribuições e rendimentos que se destinavam a esse fim.

³⁹¹ O provedor da comarca de Viana, ao analisar as receitas e despesas dos expostos do concelho de Ponte de Lima, manifestou a sua preocupação com o facto do povo estar a ser continuamente prejudicado e vexado com o lançamento das fintas. Para evitar essa situação, recomendava que o pagamento das despesas fosse efectuado com as receitas das sisas, como já se havia verificado antigamente e ainda estava a ser praticado noutros concelhos da comarca, um sistema mais justo que evitava que os encargos recaíssem exclusivamente sobre o povo (A.M.P.L., *Livro de Registo dos Enjeitados de Ponte de Lima*, 1736, fls. 103 v.º e 104).

Como a criação dos expostos era uma incumbência municipal, toda a gestão deste sistema público de assistência dependia exclusivamente dos recursos concelhios. Estes acabavam por se revelar manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades dos concelhos, sendo rapidamente absorvidos pelas despesas com a criação dos expostos e subsidiados. O problema é que todos os concelhos se debatiam com a insuficiência de rendimentos para poderem acudir às crescentes necessidades e darem resposta às suas obrigações legais, nomeadamente quanto à criação dos expostos.

Os principais rendimentos dos concelhos provinham das rendas do sal, das vendas, dos “pesos e medidas”, do real d’água e das condenações, depois de subtraída a terça real. No seu conjunto, estas rendas dificilmente chegariam para cobrir todas as despesas realizadas com a criação dos expostos, muito menos para resolver os inúmeros problemas com que as populações locais se debatiam. As parcas receitas destinavam-se, quase exclusivamente, aos encargos com as amas, chegando estas a absorver praticamente a totalidade das receitas disponíveis, nalguns casos representando cerca de 95% de todas as despesas realizadas (Fonte, 1996b:53).

Neste contexto, só os mecanismos previstos na lei terão evitado a ruptura financeira de um sistema que dependia muito das amas e estas do pagamento dos respectivos salários, a primeira prioridade das autoridades municipais.³⁹² Com a necessidade de manter um certo equilíbrio orçamental, a insuficiência de rendimentos acabava por afectar outros sectores da administração pública, claramente subalternizados face à assistência à infância desvalida e abandonada.

O lançamento de fintas para a sustentação dos “meninos enjeitados” foi um mecanismo legal muito utilizado pelos concelhos, sob a argumentação de que as rendas municipais eram muito exíguas, insuficientes para suprir as necessidades reais. Tal facto acabou por suscitar uma certa contestação por parte dos representantes do povo, por considerarem as fintas socialmente injustas. Neste pressuposto, em 1627, a câmara de Ponte de Lima elaborou um acórdão a determinar que não se continuasse a lançar a “finta dos enjeitados”, sob a argumentação de que havia uma provisão de Sua Majestade, de 2 de Setembro de 1528, a determinar que as necessidades públicas deveriam ser providas pelos rendimentos do sal³⁹³. Esta alteração contributiva seria bem menos penalizadora para o povo, em geral, e para os pobres, em particular, o que não se verificava com as fintas, de cujo pagamento estavam isentos os ricos, por privilégios próprios³⁹⁴.

³⁹² Entre as excepções, registámos a preocupação do provedor da comarca de Viana que, ao tomar as contas dos expostos de Ponte de Lima, relativas ao ano de 1746, declarou que se deveria extrair do lançamento das sisas as verbas necessárias para todo o ano, como forma de evitar o que havia sucedido no ano anterior, com algumas amas a ficarem sem os salários devidos. Além de injusto, nada justificaria o retardamento dos pagamentos que tão merecidos seriam, pelo fim a que se destinavam (A.M.P.L., Livro das Contas dos Enjeitados da Câmara de Ponte de Lima, 1746, fl. 52 v.º).

Uma situação ainda mais grave foi registada na câmara de Valadares, em 1845, a qual se viu forçada a enviar um ofício ao governador civil do distrito de Viana, a solicitar uma autorização do conselho de distrito para o lançamento da quantia de 200\$000 réis de contribuição directa «*para a pouco e pouco hir solvendo a divida do cofre*». Justificava tal pretensão com o argumento de que os empregados municipais e os expostos já não podiam continuar a sofrer mais tempo, tendo alertado para o facto de algumas amas virem deixar os expostos na sala de reuniões, «*por não terem com que os alimentar*» (A.G.C., Ofício da Câmara Municipal de Valadares, pasta 1.12.4.10-6).

³⁹³ Em 30 de Dezembro de 1693, a câmara de Ponte de Lima, a requerimento do rendeiro do sal, deliberou elevar o preço da rasa do sal de \$100 para \$200 réis, sendo o aumento destinado ao pagamento dos encargos com as crianças expostas do concelho, evitando o lançamento de uma finta pelos habitantes do concelho (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, de 1692 a 1696, fl. 49).

³⁹⁴ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1626-1628), fl. 54.

Como os encargos com a criação dos expostos tendiam a aumentar, os oficiais da câmara de Viana obtiveram, da parte de D. Pedro II, uma provisão que lhes permitia extinguir o anterior sistema de obtenção de verbas para satisfação dos encargos com os expostos, agora substituídos pelos pagamentos através dos sobejos das sisas, como forma de evitar o lançamento de novas fintas. Esta resolução, concedida por alvará de 20 de Fevereiro de 1699, era extensiva a todas as terras da comarca de Viana³⁹⁵.

Quadro 19
Somas votadas pelas Juntas Gerais de Distrito, em Portugal(1849-1853)

<i>Anos Económicos</i>	<i>Sustentação. dos Expostos</i>	<i>Obras e Despesas Gerais</i>	<i>Total</i>
1849-1850	251 878\$532	12 854\$016	264 732\$548
1850-1851	241 820\$411	5 132\$322	246 952\$733
1851-1852	235 735\$463	2 136\$560	237 872\$023
1852-1853	256 024\$843	1 194\$100	257 218\$943

Fonte: Almanach de 1855, pp.64 e 652

Alguns anos mais tarde, numa fase transitória que acompanhou o aumento do número de expostos e das respectivas despesas, as receitas passaram a ser obtidas, cumulativamente, através dos sobejos das sisas e das fintas³⁹⁶. Porém, em 1736, o provedor da comarca de Viana determinou que o pagamento dos expostos se fizesse pelo lançamento das sisas, por a considerar a modalidade mais justa de angariação de fundos, com todos os grupos sociais a contribuírem para a obra-pia das crianças enjeitadas³⁹⁷. O problema é que os sobejos das sisas continuavam a revelar-se insuficientes face às crescentes necessidades, sendo sempre através das fintas que se conseguia restabelecer o equilíbrio entre as receitas e as despesas. Por exemplo, ao prestar alguns esclarecimentos ao administrador geral do distrito de Viana, por ofício enviado em 30 de Maio de 1836, a câmara de Valença informou que a despesa anual

³⁹⁵ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1696-1699), fl. 118 v.º.

Nos finais do século XVII, a câmara de Ponte de Lima pagava as despesas com os expostos através de fintas lançadas pelo povo das freguesias do seu termo. Em 1695, o valor da finta ascendeu a 120\$000 réis, uma verba que foi destinada ao pagamento das criações dos 41 expostos que estavam ao cuidado do concelho. No século seguinte, a situação não diferia muito desta, com as fintas a constituírem o meio que garantia a obtenção das receitas para suportarem as crescentes despesas.

³⁹⁶ A câmara de Monção lançou mão deste mecanismo legal para angariar as verbas para a criação dos seus expostos. Por exemplo, em 25 de Janeiro de 1725, em acto de câmara presidido pelo juiz de fora, com a presença dos vereadores e do procurador do concelho, «foi feito o lançamento dos enjeitados na forma costumada», destinado ao pagamento dos salários às amas pela criação (criadeiras) dos sete expostos vivos, no valor de 4\$000 réis cada (num total de 28\$000 réis), a que acresciam as seguintes despesas: 4\$000 réis para o escrivão, \$210 réis para as assinaturas dos mandatos, \$300 réis para o porteiro distribuir os mandatos pelas freguesias do termo, num total de 32\$510 réis.

Este valor foi lançado pelas freguesias do termo de Monção, com a seguinte distribuição: Mazedo (3\$200), Troporiz (1\$100); Lapela (\$400), Lara (1\$600), Pinheiros (1\$600), Pias (3\$000), Barroças (1\$000), Taias (1\$000), Abedim (2\$000), S. João da Portela (1\$300), Leiradelo e Luzio (\$350), Trute (2\$000), Anhões (1\$300), Lordelo (1\$300), S. Martinho (1\$000), Moreira (2\$200), Cambeses (1\$600), Sago (1\$200), Merufe (3\$200), Barbeita (1\$100) e Troviscoso (1\$160), totalizando 32\$510 réis (A.M.M., Livro de Registo dos Expostos de Monção, de 1751-1788, fls. 38 v.º e 39).

O lançamento de fintas pelas freguesias prolongou-se por todo o século XVIII. A partir do século seguinte, os pagamentos foram efectuados pelo depositário do cabeção das sisas e pelas compras dos bens de raiz, embora com o recurso a novas fintas, sempre que os rendimentos eram insuficientes. Esse valor tinha crescido significativamente, em consequência do aumento do número de expostos e dos encargos daí resultantes. Por exemplo, em 1834, a derrama lançada pelo povo do concelho atingiu o valor de 222\$700 réis.

³⁹⁷ A.M.P.L., Livro dos Expostos da Câmara de Ponte de Lima, 1736, fls. 103 v.º e 104.

com a criação dos expostos tinha sido de 658\$470 réis, paga por uma finta lançada ao concelho, «*por causa de não ter a câmara meios suficientes para fazer face a esta despesa, sendo em outro tempo paga pelo rendimento das sizas e agora aplicadas para o Thezouro Nacional*»³⁹⁸.

A partir do período liberal, passou a ser uma incumbência das juntas gerais designar as verbas com que cada câmara deveria contribuir para o orçamento do respectivo distrito, com as somas votadas para a sustentação dos expostos a absorverem a quase totalidade do orçamento global, restando muito pouco para as obras e despesas gerais. O *quadro 19* mostra-nos que as somas votadas pelas juntas gerias dos distritos do nosso país, destinadas à sustentação dos expostos, correspondiam a mais de 95% do total das despesas previstas pela junta geral, com uma percentagem mínima a ser reservada para obras e despesas gerais.

Quadro 20
Orçamento para a sustentação dos expostos no distrito de Viana
(Ano económico de 1849-1850)

<i>Concelhos</i>	<i>Quantias, em réis</i>
Arcos de Valdevez	1 000\$000
Caminha	529\$000
Castro Laboreiro	---
Coura	324\$800
Melgaço	160\$000
Monção	549\$200
Ponte da Barca	600\$000
Ponte de Lima	1 406\$400
Soajo	---
Valença	1 200\$000
Valadares	314\$000
Viana	3 200\$000
Vila Nova de Cerveira	360\$400
TOTAL	9 643\$800

Fonte: A.G.C., Pasta 1.13.6.9-11

A junta geral do distrito de Viana elaborava os seus orçamentos para os diferentes anos económicos, em função das despesas realizadas com a criação dos expostos, bem como com a atribuição de subsídios para a criação de crianças desvalidas. Os concelhos mais populosos do distrito de Viana foram aqueles que mais contribuíram para o orçamento distrital, de acordo com a respectiva contribuição predial (*quadro 20*). Por seu lado, a distribuição das verbas orçamentadas era efectuada em função do número de beneficiários e das despesas realizadas, isto é, do número de crianças expostas e desvalidas que estavam a cargo de cada concelho. Tal critério não agradava aos municípios que pagavam mais do que aquilo que lhes era atribuído pela junta distrital, o que terá estado na origem do desencadeamento de estratégias para aumentar o número de beneficiários, nomeadamente através da apresentação de despesas fictícias.

Por ordem decrescente, os concelhos de Viana, Ponte de Lima, Valença e Arcos de Valdevez eram aqueles que mais pagavam, em função da sua contribuição predial, o que nem sempre correspondia a uma maior despesa com os expostos. Por exemplo, no ano económico de 1849/1850, o concelho dos Arcos tinha muitas mais crianças ao seu

³⁹⁸ A.G.C.V.C., Ofício de 30 de Maio de 1836, pasta 1.16.5.4-5.

encargo do que o concelho de Valença, embora este pagasse uma maior contribuição³⁹⁹. Por seu lado, os concelhos do Soajo e de Castro Laboreiro ficaram isentos dessa contribuição, por não possuírem Rodas, o que não significa que não contribuíssem para o aumento das despesas dos concelhos, aos quais passaram a estar associados para estes fins assistenciais. Esta situação esteve na origem de um protesto apresentado pelos concelhos de Ponte da Barca e de Melgaço, por se considerarem lesados neste processo contributivo, depois dos concelhos do Soajo e de Castro Laboreiro terem sido autorizados a enviar as crianças expostas nos seus espaços administrativos para aqueles concelhos.

Esta distribuição contributiva sofreu alguns ajustes nos últimos anos de funcionamento das Rodas, como se pode observar no *quadro 21*, com os concelhos de Viana e de Ponte de Lima a serem aqueles que mais pagavam, logo seguidos do concelho dos Arcos, com valores muito superiores aos dos restantes concelhos. Na realidade, os concelhos de Caminha, Coura, Melgaço e Vila Nova de Cerveira, com menores rendimentos e com menos encargos com os expostos e subsidiados, eram aqueles que menos verbas despendiam para o orçamento distrital.

Quadro 21
Orçamento distrital da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo (1866)

Câmaras Municipais	Contribuição, em réis
Arcos de Valdevez	1 600\$000
Caminha	230\$000
Coura	330\$000
Melgaço	240\$000
Monção	500\$000
Ponte da Barca	700\$000
Ponte de Lima	2 600\$000
Valença	500\$000
Viana do Castelo	2 600\$000
Vila Nova de Cerveira	200\$000

Fonte: Repertório das Câmaras, II ano, n.º 37, Lisboa, 1866

Não obstante estes ajustamentos, os critérios que presidiram a esta repartição contributiva continuaram a não merecer a aprovação de alguns concelhos, por se considerarem prejudicados. Foi o que se verificou com a câmara de Melgaço que chegou a enviar um ofício ao presidente da comissão executiva do distrito de Viana a reclamar dos valores contributivos, os quais não estariam a ser bem distribuídas, a começar pelo seu próprio concelho. Este considerava-se lesado pelo facto de pagar mais

³⁹⁹ Em 1862, o presidente da câmara de Valença sugeriu, como medida que visava a melhoria da administração dos expostos, a criação de asilos nos hospitais das misericórdias do distrito de Viana, equivalente às antigas albergarias. Serviriam de exemplo os cerca de 40 expostos que estavam a ser criados no concelho de Valença, os quais poderiam ser tratados dentro do hospital da misericórdia local, «que hoje abunda em recursos e tem para isso excellente caza, com seis amas de leite e quatro de secco, contribuindo a Camara se preciso fosse, com um subsidio pelo seu coffre para as despesas do mesmo estabellecimento ; e bem assim poderão concorrer para o mesmo fim as Confrarias pelos seus liquidos, obtendo-se d'esta forma uma considerada reforma n'este ramo d'administração publica (...)».

Em quazi todos os Concelhos d'este Distrito á Misericordias e hospitais que não despendem todos os seus rendimentos com os enfermos, e da mesma sorte as confrarias e irmandades, quando fossem dispensadas da decima e quinto que pagão, muito melhor habillitadas ficarião para subsidiar os estabellecimentos dos Expostos, reconhecidos nos azilos e hospitaes» (A.G.C.V.C., Pasta 1.15.4.1-1).

do que aquilo que deveria, uma situação que, além de injusta, estaria na origem de diversas irregularidades na administração particular dos expostos⁴⁰⁰.

Não era fácil encontrar um sistema contributivo que se revelasse inteiramente justo e equitativo, por se tratar de um sistema assistencial nada transparente, com uns concelhos e respectivas populações a procurarem baixar os seus encargos ou a deles pretenderem tirar o máximo benefício. Na realidade, se as verbas a pagar por cada concelho fossem estipuladas a partir do número de crianças expostas ou subsidiadas de cada câmara, é provável que os concelhos passassem a implementar uma política bem mais rigorosa, com uma mais activa e permanente acção fiscalizadora, como forma de evitar os abusos praticados.

O problema é que este critério orçamental voltou a desencadear a estratégia colectiva de procurar transferir para outros concelhos os encargos com a criação dessas crianças, expondo-as noutros espaços administrativos, como se verificou no período que antecedeu a administração distrital. Pelo contrário, quando os cálculos passaram a basear-se nas respectivas contribuições prediais, não admira que os concelhos procurassem gastar as verbas que haviam destinado ao orçamento distrital, por vezes com a aceitação de falsos expostos ou com a prática de sobre-registo, como se terá verificado nos concelhos de Ponte de Lima e dos Arcos.

Uma das medidas implementadas passaria pela prestação de uma maior apoio aos filhos de famílias mais carenciadas, nomeadamente pela extensão dos subsídios de lactação, o que acabaria por aumentar significativamente o numero de beneficiários, ampliar as despesas municipais e inflacionar o orçamento distrital. Porém, como a atribuição desses subsídios carecia de deferimento das autoridades distritais, é provável que os administradores municipais procurassem contornar o problema através da admissão dessas crianças na qualidade de “expostas” ou “postigas”. Nestas circunstâncias, só através de uma análise microanalítica dos registos será possível estabelecer alguma diferenciação entre os expostos e os subsidiados, com estes últimos a serem entregues às respectivas amas, ao fim de alguns meses, o que nos leva a presumir tratar-se das próprias mães. Nesta análise diferencial não poderão incluir-se as crianças que faleceram muito precocemente, sem possibilidade de ser identificada a sua condição familiar ou o seu verdadeiro estatuto social.

Um outro mecanismo legal, que muito poderia contribuir para o reforço orçamental, seria o de obrigar os pais ou familiares dos expostos entregues a compensarem a respectiva câmara municipal pelas verbas que entretanto tivessem sido despendidas, quer essa entrega fosse voluntária, por reclamação familiar, ou compulsiva, em resultado dum processo de indagação de paternidade. Contudo, a obrigatoriedade de ressarcir as autarquias pelos gastos, entretanto realizados, era facilmente contornável por muitos dos familiares dos expostos, com a invocação do estado de pobreza e incapacidade financeira da família. Esta tanto poderia ser provada por um atestado de pobreza como comprovada por testemunhas, o que nem sempre corresponderia à verdade, acabando por contribuir para a progressiva subversão de todo o sistema assistencial.

⁴⁰⁰ Nesse ofício, a Câmara de Melgaço tomou a seguinte posição: «É duro que este concelho, o mais pobre do districto, o mais distante dos centros de riqueza, concorra para estes, à custa de contribuiçoens para os seus municipales, em quantias tais, e grande serviço receberia elle da Ex.ma Commisão destinar-se-lhes não despende mais do que o necessario para o seu hospicio, nem receber d'outros, e se a todos os concelhos assism se preceitasse, averia certamente na pluralidade d'elles mais regularidade do que consta aver» (A.G.C.V.C., Ofício de 12 de Janeiro de 1882, Pasta 1.18.3.1-13).

Em casos mais extremos, as obrigações chegaram mesmo a inverter-se, aproveitando a permissividade do sistema. Assim, em vez das câmaras obrigarem ao pagamento de despesas realizadas com os falsos expostos, algumas mães dos expostos chegaram a exigir que as câmaras municipais lhes continuassem a pagar os salários, como condição de aceitação dos filhos que estavam a ser criados a expensas do orçamento municipal. Poderemos referir, como exemplo, a posição tomada por Joana Maria, solteira, da freguesia de Friastelas, que, em 1856, compareceu na câmara de Viana para reclamar a filha, Salomeia, que tinha exposto na Roda, em 1849, e que estava a ser criada por uma mulher da mesma freguesia. Depois de declarar que a criança era sua filha, a mãe manifestou a sua vontade em tomar conta dela, desde que a câmara lhe continuasse a pagar o salário, por mais dois meses, atendendo à sua extrema pobreza, uma pretensão que foi aceite pelos responsáveis locais, apesar de se tratar de uma criança de outro concelho⁴⁰¹. Era o culminar de uma estratégia que foi iniciada através dum abandono simulado, com a criança a regressar à freguesia de residência da mãe, numa acção concertada com uma ama que foi cúmplice desta forma indirecta de subsidiar a sua criação.

Este processo terá sido utilizado por muitas outras famílias, nem sempre com o mesmo sucesso, dado que muitas crianças acabavam por falecer, não resistindo a uma estratégia que visaria contribuir para a sua criação. Algumas autoridades locais chegaram a reconhecer a legitimidade destas estratégias, mesmo que proibidas e penalizadas por lei, desde que enquadradas nos parâmetros socialmente aceites, como quando se tratava da preservação da honra de uns e do atenuar da miséria de outros.

As entregas compulsivas das crianças expostas eram precedidas de uma prévia indagação do contexto familiar, para se evitar qualquer prejuízo para as famílias, o que equivaleria a dizer que não fizesse perigar a sua honra. Em situações de extrema pobreza ou indigência, essas entregas não implicavam a restituição das verbas gastas, podendo, inclusive, prever a atribuição de um subsídio de criação. Contudo, o habitual era entregarem-se as crianças às mães, após terem sido por elas reclamadas ou intimadas pelas autoridades, com estas a perdoarem os custos da criação, sempre que a pobreza, geralmente associada à ilegitimidade, servia de justificação para a exposição dos filhos. Foi o que fez a câmara de Ponte de Lima quando, em 1737, procedeu à entrega do exposto Francisco Mulato à sua mãe Arcângela, solteira, da freguesia de Moreira, *«por ser tão pobre, que justificou por três testemunhas, e não ter nada de seu se lhe perdoou o gasto que tinha feito ao concelho que são 2\$500 réis»*⁴⁰².

Embora esta fosse uma prática habitual, não deixaram de se verificar algumas excepções que procuravam moralizar um sistema cuja falta de transparência resultava essencialmente do mecanismo legal e anónimo do abandono. Assim, quer por iniciativa própria, quer porque as administrações assim o determinavam, alguns familiares dos expostos foram obrigados a pagar as criações, quando se provava possuírem recursos suficientes, o que aconteceria sempre que as motivações do abandono não tinham sido de ordem económica.

Alguns registos informam que o concelho não fez quaisquer despesas com determinadas crianças porque as mães ou outros familiares pagaram as criações. Outros, referem a necessidade de se cobrarem as despesas realizadas, visto que algumas das crianças expostas tinham “pai certo” ou familiares com rendimentos ou bens suficientes para as sustentarem⁴⁰³. Por exemplo, a câmara de Ponte de Lima exigiu ao pai de uma

⁴⁰¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1848-1853), fl. 57.

⁴⁰² A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1733-1739).

⁴⁰³ Mesmo nos casos em que a entrega das crianças não obrigava os seus familiares à restituição das verbas despendidas, como acontecia na maioria dos casos, os concelhos acabariam por tirar proveito

criança a devolução dos 70\$670 réis, que tinham sido gastos com a sua criação, embora não nos tivesse sido possível comprovar se essa devolução se havia efectivamente concretizado.

Em geral, a maioria das situações registadas revelam um claro aproveitamento de um mecanismo institucional que deveria ser reservado à criação de crianças sem família ou enjeitadas pelos seus progenitores, não identificados. No entanto, apesar de tardia e excepcional, ainda registámos uma atitude que, sob anonimato, não deixa de ser reveladora do grato reconhecimento familiar dos serviços prestados pela câmara na criação de uma criança, ao mesmo tempo que punha a descoberto um vazio institucional que poderia evitar estes abandonos simulados ou temporários. Em 24 de Janeiro de 1925, compareceu na secretaria da câmara de Ponte de Lima um menino que pretendia entregar a quantia de 300\$00. Depois de interrogado sobre as razões desse contributo, a criança declarou, em segredo, que se tratava de uma indemnização oferecida à câmara de Ponte de Lima, por esta ter criado um menino que havia sido exposto na freguesia da Gemieira, em 1919, e a quem havia sido dada baixa em 1923, para ser entregue a um seu tio, da freguesia de Aboim da Nóbrega, concelho de Vila Verde, o qual se havia responsabilizado pela sua criação gratuita⁴⁰⁴.

1.2-As despesas

A maioria das despesas com este ramo da administração pública resultava do pagamento dos salários das amas dos expostos e subsidiados, compreendendo as rodeiras/hospitaleira, as amas internas e as amas externas de leite ou de seco. As restantes despesas acabavam por ser residuais, face à amplitude dos encargos remuneratórios com as amas. Os salários mais elevados eram pagos às rodeiras/hospitaleiras, seguindo-se os salários das amas de leite (internas e externas). As amas de seco, responsáveis pela criação dos expostos, desde a idade do desmame até completarem os sete anos de idade, chegaram a receber um salário ligeiramente inferior ao das amas de leite.

As administrações municipais também despenderam determinadas verbas com os enxovais (destinados ao agasalho das crianças que eram expostas sem essa indumentária ou quando a mesma era manifestamente insuficiente) e com a aquisição de berços, lençóis e cobertores para as instituições de acolhimento. Acresciam, ainda, as despesas com a compra de objectos necessários ao baptismo dos expostos (velas de cera e côvado e meio de baeta) e com as boticas e dietas para tratamento das crianças doentes (*quadro 22*).

Além do pagamento do aluguer das Casas da Roda/Hospícios, a administração dos expostos originava um conjunto de despesas que apareciam inscritas nos respectivos orçamentos municipais. Além dos salários das amas (internas e externas) e das

dessa reintegração familiar, ao verem aliviados os encargos municipais, uma poupança que seria proporcional à idade das crianças. Era o culminar de uma estratégia divergente entre as autoridades municipais (que procuravam descobrir rapidamente os responsáveis pelas exposições) e os familiares das crianças, com estes a tentarem prolongar o tempo de criação dos filhos, um objectivo que dependeria muito da seriedade e transparência do sistema. Só assim se poderá explicar o facto de muitas mães apenas aparecerem a reclamar os filhos quando se aproximava o período final da sua criação, isto é, quando estavam prestes a completar os sete anos de idade. Com esta idade, já criadas, as crianças estariam em condições de entrar no mundo do trabalho, tornando-se uma mais-valia para a debilitada economia familiar.

⁴⁰⁴ A.M.P.L., Livro de Registo dos expostos, desvalidos e abandonados de Ponte de Lima (1892-1932).

rodeiras/hospitaleiras, também se realizaram algumas despesas com o pessoal directamente envolvido na administração e serviço dos expostos. Assim, aparecem despesas residuais com os juizes de fora, os provedores da comarca, os escrivães das câmaras, os escrivães das sisas e, em casos ainda mais esporádicos, com os “portadores” (as pessoas que se encarregavam de avisar as amas para que viessem receber os seus salários) e com as “caminheiras” (as mulheres que se deslocavam às freguesias para entregar as crianças expostas às amas de criação). A estas despesas acresciam as rendas pagas pelo aluguer de muitas das Casas da Roda/Hospícios, dado que a maioria das câmaras não possuía edifício próprio, tendo de recorrer ao seu arrendamento.

Quadro 22
Despesas com os expostos na Roda de Caminha (1848/1849)

DESPESAS	Valor/réis
Criação dos expostos (salários das amas)	541\$040
Socorros aos expostos doentes	8\$410
Enxovais	8\$600
Condução às amas (caminheiras)	\$460
Mortalhas	\$680
Aluguer da Casa da Roda	6\$000
Ordenado da rodeira	14\$400
Boticário do partido (remédios para expostos e pobres)	20\$000
TOTAL	599\$590

Fonte: A.M.C., Livro das Contas da Câmara de Caminha (1849-1849), fl. 36 v.º.

Quadro 23
Despesas anuais com as amas dos Expostos do Distrito de Viana (em réis)
(Ano económico de 1867-1868)

<i>Concelhos</i>	<i>Hospitaleiras</i>	<i>Amas internas</i>	<i>Amas externas</i>	<i>Total</i>
Arcos	26\$400	8\$640	690\$020	725\$060
Caminha	24\$000	---	122\$510	146\$510
Coura	18\$000	---	206\$110	224\$110
Melgaço	9\$600	---	135\$580	145\$180
Monção	24\$000	8\$640	267\$925	300\$565
P. Barca	27\$600	8\$640	402\$950	439\$190
P. Lima	36\$000	21\$600	2 282\$145	2 339\$745
Valença	57\$600	---	298\$835	356\$435
Viana	36\$000	86\$400	1 306\$590	1 428\$990
V.N.Cerveira	10\$200	---	90\$965	101\$165
TOTAL	269\$400	133\$920	5 803\$630	6 206\$950

Fonte: A.G.C.V.C, Pasta 1.14.6.3-5

Ao analisar a contabilidade relacionada com a criação dos expostos, pode verificar-se que, embora as despesas sejam diversificadas, foram os salários das amas (*quadro 23*) que absorveram a maioria das verbas despendidas⁴⁰⁵. Estas acabariam por

⁴⁰⁵ Em 1805, a câmara de Caminha despendeu a verba de 156\$740 réis para a criação dos “postiços”, assim distribuída: 147\$000 réis para pagar às amas dos 21 postiços (a 7\$000 réis cada uma); 7\$200 réis para pagamento do ordenado da rodeira, num total de 154\$200 réis. A verba restante foi para suportar pequenas despesas administrativas com o escrivão da câmara e com o doutor provedor (AM.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha, de 1803 a 1816, fl. 13).

ser inflacionadas pela ausência de um controle rigoroso das contas e pela prática de irregularidades, tão lesivas para o concelho como para as populações, não isentas. No ano económico de 1867/1868, os concelhos de Ponte de Lima e Viana foram os que mais gastaram com as amas dos expostos, sobretudo com as amas externas, representando, no seu conjunto, mais de metade das despesas realizadas no distrito de Viana. Pelo contrário, os concelhos de Caminha, Melgaço e Vila Nova de Cerveira estavam entre os que menos gastos realizaram com a criação dos expostos e subsidiados.

Quando o número de crianças era reduzido, alguns concelhos não contratavam amas internas para amamentarem as crianças, enquanto não eram entregues às amas externas ou quando estavam em convalescença na instituição. Essa função poderia ser exercida pela rodeira ou pela hospitaleira, quando tinha leite, uma faculdade que começou a ser dispensada após ser progressivamente aceite a aleitação artificial. Mesmo assim, se os ordenados que se pagavam às hospitaleiras das instituições mais concorridas (Arcos, Ponte de Lima e Viana) se poderiam justificar pelo número de beneficiários, mais difícil será compreender a amplitude dos salários que eram pagos nos concelhos de Caminha, Monção, Ponte da Barca e Valença, quando comparados com os que eram praticados nos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Melgaço.

Embora fosse uma prática habitual em diversas Rodas do país, as despesas com a colocação dos “selos da roda” ou das medalhas só esporadicamente apareceram referenciadas nas contas dos concelhos das comarcas de Viana e Valença, como o comprovam os dados contabilísticos das respectivas câmaras. Porém, nalguns períodos do segundo quartel do século XIX, algumas câmaras, como a de Viana e Ponte de Lima, apresentaram as despesas com o cordão, feitio e chumbo das “marcas dos expostos”⁴⁰⁶, sendo provável que, nos restantes períodos, essa não fosse uma prática habitual.

Quadro 24
Outras despesas com os expostos do Distrito de Viana (em réis)
(Ano económico de 1867-1868)

<i>Concelhos</i>	<i>Aluguer dos Hospícios</i>	<i>Enxovais</i>	<i>Medalhas e cordão</i>	<i>Dietas e remédios</i>	<i>Mortalhas</i>	<i>Berços, roupas e outros</i>	<i>Total</i>
Arcos	14\$400	27\$600	---	37\$715	7\$000	---	86\$715
Caminha	12\$000	3\$580	---	6\$900	\$200	\$240	22\$920
Coura	9\$000	7\$000	---	---	3\$500	---	19\$500
Melgaço	---	2\$400	---	---	\$600	---	3\$000
Monção	4\$800	9\$360	---	\$570	---	---	14\$730
P. Barca	---	\$640	---	4\$620	3\$600	3\$000	11\$860
P. Lima	---	---	5\$940	66\$780	19\$200	5\$400	97\$320
Valença	14\$400	16\$200	---	---	3\$440	---	34\$040
Viana	---	18\$270	17\$800	67\$375	---	64\$320	167\$765
V.N.Cerv.^a	4\$800	1\$740	---	1\$520	\$270	---	8\$330
Total	59\$400	86\$790	23\$740	185\$480	37\$810	72\$960	466\$180

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.14.6.3-5

⁴⁰⁶ A câmara de Viana, além das despesas com o cordão, feitio e chumbo para o selo dos expostos, também chegou a efectuar pagamentos ao serralheiro que fazia as marcas. Ao longo do ano de 1830, a câmara realizou as seguintes despesas: 2\$800 réis para linha e feitio de 120 varas de cordão; 1\$730 réis para 103 varas e meia de cordão; 2\$820 réis, para novas marcas que foram aplicadas na revista aos expostos, efectuada em Setembro; 1\$200 réis, para o serralheiro, Lourenço José da Costa, por compor o ferro de marcar, etc. (A.M.V.C., Livro das Despesas dos Expostos da Câmara de Viana, 1829-1837, fl. 1 v.º).

O regulamento distrital de 1866, que aboliu as Rodas e criou os Hospícios, não previa a identificação dos expostos através de qualquer selo ou medalha, apesar de, no ano económico de 1867/68, os concelhos de Viana e Ponte de Lima terem apresentado algumas despesas com “medalhas e cordão” (*quadro 24*). No fundo, tratou-se de deixar cair uma determinação que nunca chegou a constituir uma prática institucionalizada e superiormente controlada. É muito provável que se esteja perante um particularismo regional que, ao evitar um controle rigoroso dos beneficiários do sistema, acabaria por contornar o âmbito demasiado restritivo da cobertura assistencial pública

O pagamento das mortalhas representava o último encargo que os concelhos tinham de suportar com os expostos que faleciam, uma despesa que reflectia uma dura realidade social e demográfica na generalidade dos concelhos. Contudo, mais do que uma verdadeira “hecatombe”, a sua morte acabaria por representar o término das obrigações municipais para com as crianças que haviam sido expostas pelas famílias e “adoptadas” pela comunidade. Esta não deixaria de encarar o problema com um sentimento misto de compaixão e de alívio, ao ver partir mais uma criança para cuja criação deixaria de contribuir, a contrastar com a posição oficial do Estado que pretendia “ganhar” mais vassalos, embora sem quaisquer contrapartidas financeiras.

Os orçamentos distritais eram elaborados em função dos encargos com os beneficiários, cuja amplitude advinha do número de expostos e subsidiados e dos respectivos montantes pagos às amas, bem como da economia, eficiência e seriedade das respectivas administrações. Assim se justificará o grande diferencial registado entre o custo médio por exposto nos vários distritos do nosso país (*quadro 25*), o que não significará, necessariamente, uma melhor ou pior administração. Na realidade, os baixos custos por exposto também poderão ser explicados pelas elevadas taxas de mortalidade registadas, com os salários das amas e outras despesas suplementares a serem tão precocemente interrompidos.

Quadro 25
Somas votadas para a sustentação dos expostos nos distritos do país (em réis)
(Ano económico de 1863-1864)

<i>Distritos</i>	<i>Somas votadas</i>	<i>Custo médio por exposto</i>	<i>Distritos</i>	<i>Somas votadas</i>	<i>Custo médio por exposto</i>
Angra	6 265\$000	12\$890	Horta	2 180\$000	6\$834
Aveiro	4 300\$000	7\$992	Leiria	10 093\$288	9\$431
Beja	12 582\$645	10\$800	Lisboa⁴⁰⁷	121 690\$872	7\$110
Braga	25 986\$540	7\$603	P. Delgada	12 375\$002	9\$092
Bragança	12 203\$213	6\$488	Portalegre	11 526\$800	15\$307
C. Branco	12 514\$180	7\$120	Porto	34 658\$201	7\$456
Coimbra	10 582\$650	6\$889	Santarém	17 000\$000	9\$798
Évora	11 643\$676	8\$176	Viana	10 600\$000	6\$443
Faro	17 000\$000	8\$252	Vila Real	16 889\$600	5\$683
Funchal	6 850\$000	9\$870	Viseu	17 757\$200	5\$459
Guarda	13 594\$840	5\$809			

Fonte: Mapa Estatístico n.º 2, anexo ao Regulamento para o Serviço dos Expostos, 1867

O custo médio por exposto do distrito de Viana era dos mais baixos do país, idêntico ao registado nos distritos de Bragança, Coimbra e Horta, embora ligeiramente superior ao registado nos distritos da Guarda, Vila Real e Viseu. No entanto, é muito

⁴⁰⁷ O valor apresentado resulta da soma da verba de 12 844\$328 réis com que algumas câmaras e misericórdias do distrito de Lisboa contribuíram para a sustentação dos expostos no distrito de Lisboa

inferior ao custo de outros distritos, como os de Angra, Beja, Funchal, Ponta Delgada, Portalegre e Santarém.

No distrito de Viana, a despesa com a criação dos expostos deixou de registar grandes oscilações, a partir de meados do século XIX (*quadro 26*). Estas tendiam a acompanhar o movimento registado, dependendo do número anual de entradas e da maior ou menor sobrevivência dos expostos. Assim, os concelhos que tinham mais expostos eram aqueles que apresentavam maiores encargos, incluindo as despesas com as crianças subsidiadas, apesar de nem sempre se estabelecer a necessária diferenciação, excepto a partir da entrada em vigor do novo modelo assistencial, em 1866.

Na sequência de uma determinação do poder central, a junta geral do distrito de Viana lançou sobre os concelhos as quotas para a criação dos expostos e subsidiados, cujo cálculo foi determinado em função da contribuição predial e industrial de cada um desses concelhos, como estava estipulado na lei de 30 de Março de 1861, do Ministério dos Negócios do Reino⁴⁰⁸. Com esta política contributiva, a junta geral esperava tornar o sistema mais transparente e menos penalizador para os concelhos que se viam obrigados a pagar a sustentação de crianças originárias de outros espaços administrativos. Porém, como esta estratégia chegou a ser utilizada pelos habitantes dos vários concelhos, jamais seria possível saber quem terá ficado a beneficiar ou a perder com estas transferências de crianças.

Quadro 26
Despesas com os expostos e subsidiados nas Rodas do distrito de Viana (1854-1858)

CONCELHOS	1854	1855	1856	1857	1858
Arcos	1 487\$855	1 593\$775	1 540\$790	1 557\$100	1 604\$430
Caminha	269\$505	250\$190	257\$805	256\$695	257\$070
Coura	327\$600	400\$000	445\$200	429\$000	328\$200
Melgaço	122\$095	189\$315	318\$050	267\$735	256\$140
Monção	422\$340	616\$575	695\$330	731\$195	588\$535
P. Barca	613\$420	716\$635	625\$375	607\$535	620\$325
P. Lima	2 225\$645	2 281\$995	2 060\$190	2 068\$795	2 015\$060
Valença	636\$214	553\$244	496\$152	413\$484	375\$568
Valadares ⁴⁰⁹	433\$440	354\$920	---	---	---
Viana	2 665\$070	2 600\$970	2 269\$219	1 971\$335	1 692\$020
V.N.Cerveira	250\$838	254\$699	269\$156	405\$504	252\$724
TOTAL	9 454\$022	9 812\$318	8 977\$267	8 708\$378	7 990\$072

Fonte: A.G.C., Mapa das despesas com expostos e subsidiados, Pasta 1.14.6.3-5

Não sendo possível descobrir a proveniência geográfica e familiar de muitas crianças expostas, a solução encontrada passou pelo envolvimento de todos os concelhos na resolução de um problema comum, cujos montantes seriam calculados de acordo com a respectiva contribuição predial e industrial. A quota a pagar por cada concelho para a

⁴⁰⁸ Segundo a lei de 30 de Março de 1861, «*Dom Pedro, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves (...) fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes e nós queremos a lei seguinte:*

Art.º 1.º As derramas para as despesas dos districtos e para a criação dos expostos, que as juntas geraes estão auctorizadas a votar (...) serão distribuidas entre os concelhos na proporção da contribuição predial e industrial constante das respectivas matrizes».

⁴⁰⁹ O concelho de Valadares apenas contribuiu para o orçamento distrital, até 1855, ano em que foi extinto, com as suas freguesias a serem integradas nos concelhos de Monção e Melgaço.

criação dos expostos e subsidiados correspondia a uma percentagem de cerca de 5% da contribuição predial e industrial do ano anterior. Por outro lado, cada concelho deveria contribuir com mais cerca de 2% para outras despesas da junta geral.

Comparando as quotas votadas para a assistência à infância desvalida com as que se destinavam às despesas gerais da junta de distrito (*quadro 27*), estas últimas apenas representavam cerca de uma terça parte das primeiras, uma prova evidente do peso financeiro que este ramo da assistência ainda representava no orçamento distrital, pese embora o seu número passar a registar uma tendência claramente decrescente, a partir da abolição das Rodas, em 1866.

Quadro 27
Orçamento ordinário e quotas para os expostos do distrito de Viana, em réis
(1878-1879)

<i>Concelhos</i>	<i>Contribuição predial e industrial – 1877</i>	<i>Quotas que cabem a cada concelho</i>	
		<i>Expostos e subsidiados</i>	<i>Despesas gerais</i>
Arcos	20 964\$265	1 139\$575	406\$478
Caminha	6 794\$303	369\$324	131\$730
Coura	5 735\$892	311\$791	111\$210
Melgaço	8 070\$745	438\$709	156\$484
Monção	11 607\$347	630\$952	225\$056
Ponte da Barca	8 242\$366	448\$038	159\$812
Ponte de Lima	21 861\$244	1 188\$333	423\$864
Valença	9 748\$909	529\$926	189\$022
Viana	40 081\$298	2 178\$739	777\$140
V. N. Cerveira	5 477\$001	297\$718	106\$194
Total	138 583\$370	7 533\$105	2 686\$990

Fonte: A.G.C., Livro das Contas da Junta Geral do Distrito de Viana (1872-1878), fl.150

Nesta base, os concelhos que mais contribuía para o orçamento distrital eram os de Viana, Ponte de Lima e Arcos, numa proporção que nem sempre tinha correspondência com o número de expostos e subsidiados que anualmente entravam ou eram admitidos nos respectivos Hospícios, ao cuidado de cada câmara municipal⁴¹⁰.

Esta nova política orçamental resultou de uma nova concepção administrativa, em resultado das reformas estruturais que foram ensaiadas e implementadas após o triunfo do liberalismo. Na realidade, a assistência aos expostos havia deixado de constituir um problema de cada comunidade local, passando a ser assumido como um problema colectivo, com um âmbito mais alargado, deixando de se confinar aos concelhos, para se alargar aos distritos administrativos.

Daí a preocupação em procurar envolver as confrarias locais nesse esforço colectivo, como o fez o presidente da câmara de Valença quando sugeriu, em 1862, a criação de um Asilo de Infância, para criação e educação dos expostos, o qual poderia ser suportado pelos rendimentos excedentários do Hospital da Misericórdia. Seria uma forma de «*melhorar a sorte d'estes infelizes quando se levasse a effeito uma obra de tão distincta humanidade, civilização e caridade christã que bem satisfaria á mente*

⁴¹⁰ O mesmo se poderia verificar nos concelhos menos populosos e desenvolvidos do distrito, o que motivou alguns protestos contra esta forma de calcular as verbas com que cada um deveria contribuir para a sustentação dos expostos e subsidiados. Na verdade, o concelho de Melgaço pagava uma quota equivalente à do concelho de Ponte da Barca, quando neste concelho deram entrada 12 crianças expostas no seu Hospício, enquanto que no de Melgaço apenas entraram 3 expostos.

caridoza do incomparavel e philanthropico fundador e especial protector d'aquelle Hospital»⁴¹¹.

A partir de 1888, ano da aprovação do novo regulamento nacional para o serviço dos expostos e menores desvalidos e abandonados, a administração dos expostos, com idade superior aos 7 anos, estaria a cargo das juntas gerais de distrito, até completarem os 18 anos⁴¹². Esta partilha administrativa foi interrompida com a publicação do decreto de 6 de Agosto de 1892, o qual extinguiu as juntas gerais de distrito (substituídas pelas comissões distritais) e transferiu para a alçada municipal toda a administração deste ramo da assistência pública, em nome do interesse nacional⁴¹³. Todas as despesas com a criação dos expostos e menores desvalidos ou abandonados, até completarem os 18 anos, passariam a ser um encargo obrigatório das câmaras municipais (excepto da de Lisboa), com as despesas acrescidas a serem suportadas pela atribuição de subsídios estatais⁴¹⁴.

Quadro 28
Despesas com os expostos e os subsidiados no Distrito de Viana
(ano económico de 1867-1868)

<i>CONCELHOS</i>	<i>Expostos</i>	<i>Subsidiados</i>	<i>Total</i>
Arcos	811\$775	229\$590	1 041\$365
Caminha	169\$430	57\$905	227\$335
Coura	243\$610	19\$875	263\$485
Melgaço	148\$180	5\$815	153\$995
Monção	315\$295	42\$670	357\$965
P. Barca	451\$050	58\$440	509\$490
P. Lima	2 437\$065	395\$475	2 832\$540

⁴¹¹ A.G.C.V.C., Ofício enviado ao Governo Civil, em 15 de Fevereiro de 1862 (Pasta, 1.15.4.1-1).

⁴¹² *Regulamento de 5 de Janeiro de 1888*, art.º 1.º, cit.. Nos termos do art.º 58.º, as juntas gerais que mantivessem os expostos em poder das amas, após terem completado os 7 anos de idade, ficariam obrigadas a pagar as despesas que com eles fossem realizadas. O artigo seguinte previa uma excepção para o distrito de Coimbra, onde o serviço dos expostos e das crianças desvalidas ou abandonadas era custeado por meio de doações e de um imposto especial criado, por provisão de 27 de Janeiro de 1537, bem como por um adicional sobre o real d'água. Neste distrito, este serviço continuaria provisoriamente a cargo da respectiva junta geral, até serem adoptadas as providências necessárias à execução das disposições legais.

Com a publicação dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892, o Hospício de expostos, desvalidos e abandonados do distrito de Coimbra, bem como os Hospícios do distrito do Porto, instalados na cidade do Porto e em Penafiel, serão administrados pelas respectivas comissões distritais, com as receitas que constituem por lei dotação especial dos mesmos estabelecimentos.

⁴¹³ O preâmbulo deste decreto refere-se à forma como, ao longo dos anos, «o entusiasmo pelo que se chamou despesas de civilização levou os diferentes governos que se succederem na administração do paiz a gastar á larga, a gastar o que havia e o que não havia, sem se preocuparem com o dia seguinte, sem verem – e era tão fácil de ver! – que estavam preparando á fazenda, á economia publica, e ao credito nacional, um futuro cheio de sombras e perigos. O exemplo, dado pelos governos, difundiu-se a todas as corporações publicas que podiam tributar e pedir de emprestimo, e não será exagerado afirmar que, nos ultimos quatorze annos, as juntas geraes de districto, as camaras municipais e as juntas de parochia rivalisaram violentamente com o poder central no excesso das despesas, nos abusos do credito, e em toda a especie de impervidencia governativa».

⁴¹⁴ Decreto de 6 de Agosto de 1892, art.º 13.º, e Decreto de 24 de Dezembro de 1892, art.ºs 11.º e 12.º, cit.. Segundo a «Folha dos subsídios a abonar para expostos, desvalidos e abandonados compreendidos na idade de 7 aos 18 anos, que estão a cargo da Câmara Municipal (...), nos termos dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892», o concelho de Viana do Castelo recebeu 33\$95 escudos do Ministério do Interior, para pagamento dos subsídios de 20 subsidiados, relativos ao 4.º trimestre de 1926.

Valença	390\$475	140\$245	530\$720
Viana	1 596\$755	454\$010	2 050\$765
V.N.Cerveira	109\$495	24\$885	134\$380
Total	6 673\$130	1 428\$910	8 102\$040

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.14.6.3-5

Nem sempre a administração distrital elaborou os orçamentos com a preocupação de separar as despesas realizadas com os expostos e com os subsidiados, uma opção administrativa que não sereia exclusiva do distrito de Viana. Quando essa diferenciação foi estabelecida, os montantes despendidos com a criação das crianças subsidiadas representavam cerca de 18% das despesas realizadas com os expostos (*quadro 28*).

Algumas câmaras mais zelosas, conscientes da importância que as amas desempenhavam no tratamento e sobrevivência das crianças expostas, procuraram estabelecer alguns prémios para aquelas que melhor as cuidassem, uma medida que nunca chegou a ser implementada, por falta de verbas disponíveis. Por outro lado, como as penalizações judiciais não existiam, a morte de uma determinada criança, por negligência ou tratamento inadequado das amas, significaria a interrupção dos respectivos salários, um problema que poderia ser facilmente resolvido com a sua candidatura a uma nova criação.

Nos finais do século XIX, as despesas com os expostos passaram a ser pagas directamente pelas respectivas câmaras municipais, desde o momento da sua exposição até completarem os 18 anos de idade, excepto quando as crianças já exerciam qualquer trabalho remunerado. Tal só não se verificaria em casos de absoluta incapacidade, física ou mental, o que justificaria a continuação do pagamento dos subsídios municipais, por um período que se poderia prolongar até à data do seu óbito, naquilo que poderá ser considerado como um antecedente longínquo das políticas sociais de combate à exclusão social, como veremos⁴¹⁵.

2-Gestão moralizadora ou “negócio dos expostos”?

«Que se faça uma exacta averiguação dos Postiços para se conhecer quais eram os que deveriam continuar a existir para o futuro e aqueles que, em nome dos Postiços, se estavam criando por suas próprias mães, em prejuízo do Público e de alguns mais necessitados que terão de padecer pelo sustento de outros que indevidamente sustentavam».

Provimento do Procurador de Viana, de 23 de Novembro de 1793⁴¹⁶

Após ser conhecido o suporte legislativo e o esquema organizativo que regulamentava a complexa estrutura pública de assistência e apoio à infância desvalida e abandonada, será necessário passar a confrontar todo o quadro normativo legal, de

⁴¹⁵ Em 1906, a câmara de Viana subsidiava 70 crianças expostas, desvalidas ou abandonadas, com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos, tendo despendido a verba de 167\$990 réis com a atribuição desses subsídios.

⁴¹⁶ A.M.V.C., Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1788-1793), fl. 198 v.º.

incidência nacional, com as práticas regionais, em consonância com os respectivos regulamentos locais. O objectivo será procurar saber se as práticas institucionais tiveram ou não uma correspondência efectiva com o corpo legislativo e as normas que regulamentaram o amplo programa assistencial que foi implementado e generalizado por todo o território nacional.

De acordo com os indicadores disponíveis e numa análise comparativa do sistema então vigente, poderemos estar perante um dos sectores da administração pública mais complexos e, simultaneamente, mais permeável à prática de ilegalidades e irregularidades. Estas tanto poderiam configurar um conjunto de estratégias individuais, familiares ou colectivas como, em situações extremas, assumir foros de verdadeira corrupção de um sistema assistencial que havia sido concebido para ser moralizador, ao serviço exclusivo das crianças desvalidas e abandonadas.

A gestão dos recursos públicos dependia muito da competência e seriedade dos responsáveis municipais, com reflexos em todos os sectores da administração pública e, em particular, na assistência prestada às crianças abandonadas. Na realidade, a eficácia e a moralização do sistema estariam muito dependentes da intervenção e da acção fiscalizadora das autoridades competentes. Contudo, sempre que esta se efectivou, logo apareciam as irregularidades, com muitos fundos a serem canalizados para uma obra assistencial que, por ser prioritária, acabaria por prejudicar ou impedir a resolução de outros graves problemas sociais. Na realidade, os interesses públicos nem sempre foram devidamente salvaguardados visto que, a períodos de uma mais rigorosa gestão autárquica, se sucediam outros caracterizados pela incompetência, corrupção e permissividade institucional.

Alguns provedores das comarcas bem se empenharam em tentar moralizar as práticas institucionais e repor a legalidade⁴¹⁷, nomeadamente quando detectavam erros contabilísticos ou despesas não justificadas, aquando da vistoria e aprovação das contas municipais⁴¹⁸. De facto, não era nada abonatória a avaliação feita por alguns dos provedores sobre a administração deste ramo da assistência pública, uma situação que, segundo eles, só poderia ser invertida através duma maior responsabilização e moralização do sistema. Em 1834, o provedor interino da comarca de Viana, Gonçalo Xavier Silva, ao analisar o funcionamento da Roda de Caminha, considerou “um desmazelo” a sua contabilidade, o que o levou a defender um sistema «*mais regular, exacto e luminoso*», em concordância com o que estava determinado na lei⁴¹⁹.

São frequentes as referências a essa má administração e à prática de irregularidades, uma avaliação que periodicamente foi exercida pelos provedores das

⁴¹⁷ Em última instância, a fiscalização institucional passaria a ser exercida pela própria sociedade, mais preocupada com a preservação da honra das famílias e com as situações de extrema miséria do que com as crianças efectivamente enjeitadas. Estas poderiam ser em número bem mais reduzido do que aquele que os dados estatísticos nos parecem demonstrar. No entanto, os abusos e os desvios às normas socialmente aceites não deixaram de impedir um mais efectivo e eficaz funcionamento de um sistema assistencial que se foi progressivamente degradando e adaptando à realidade social e económica da região.

⁴¹⁸ Após a análise das contas dos expostos da Roda de Ponte de Lima, relativas ao ano de 1743, o provedor da comarca considerou que o procurador do concelho havia despendido com as amas de criação dos enjeitados, 480\$448 réis, da qual quantia glosou 448\$000 réis, porque o procurador «*não lhe apresentou recibos reconhecidos e certidam dos parochos do dia, mez e annos em que falesseram os emgeitados para o que lhe concedeu oitenta dias (...) para os apresentar na forma que se declarara, pera se lhe haver por levantadas as glozas*».

Por adenda, o provedor acabou por levantar a glosa de 475\$899 réis, por lhe demonstrarem serem as despesas verdadeiras, mantendo-se glosada a verba restante, por não ficar provada a respectiva descarga (A.M.P.L., Livro de Despesas dos Expostos da Câmara de Ponte de Lima, 1741-1744, fls. 90 e 90 v.º).

⁴¹⁹ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1817-1837), fl. 199.

comarcas e, posteriormente, pelos responsáveis dos órgãos distritais, como pode ser comprovada pela documentação municipal e testemunhada por alguns contemporâneos deste sistema público de assistência. Estes chegaram a mostrar-se alarmados com tão má administração e a manifestar publicamente a sua preocupação com o estado caótico e subversivo deste sistema assistencial⁴²⁰.

Como medida preventiva, a provedoria de Viana chegou a mandar registar, em livros próprios, alguns provimentos de alerta aos administradores concelhios e àqueles que os viessem substituir, para se empenharem na moralização de tão importante ramo da administração pública. Por exemplo, o provedor da comarca de Viana, aquando da análise das contas da câmara de Caminha, em acto de correição que se realizou no dia 4 Maio de 1800, advertiu o escrivão para a necessidade de controlar os recibos de pagamento às amas, *«para assim se evitar toda a fraude»*. Os recibos deveriam ser assinados na sua presença pelas amas ou por pessoas a seu rogo, *«não sabendo ellas escrever, como he ordinário em semelhantes mulheres»*⁴²¹.

À medida que fomos explorando a documentação municipal e conhecendo melhor o funcionamento da assistência à infância desvalida, acabámos por descobrir um conjunto de irregularidades que, seguramente, a colocam entre os sectores que mais desvirtuaram os seus objectivos iniciais, com evidentes prejuízos para um sistema assistencial que chegou a ser conhecido como o “*negócio dos expostos*”.

Veja-se como procedeu a câmara de Viana em relação a uma menina que, depois de ter sido exposta na Roda de Viana, em 1831, acabou por descobrir ser filha da mulher de Francisco Canastreiro, a qual, *«por convenção com a ama recebia parte do salário, mantendo a criança em seu poder, mas a ama declarou este negócio»*. A decisão inicial passou pela interrupção imediata do pagamento desses salários. Porém, a requerimento da interessada, o procurador do concelho emitiu um despacho, em 12 de Março de 1834, pelo qual *«foi a dita exposta novamente admitida ao socorro da Roda»*, após ter mandado averiguar o estado de pobreza dos pais, tendo autorizado a continuação do pagamento de \$400 réis mensais, um subsídio que se prolongou até a criança completar os 7 anos de idade⁴²².

A máquina administrativa municipal não estava preparada para gerir, fiscalizar e controlar este ramo da assistência pública, sobretudo a partir do momento em que os potenciais beneficiários haviam aumentado de uma forma tão significativa.

Entre os vários intervenientes no processo administrativo, os escrivães das câmaras desempenhavam uma função relevante na elaboração e organização de toda a documentação relacionada com os expostos. Porém, como os critérios de selecção privilegiavam a sua aptidão escrita, o seu envolvimento directo na administração conferiu-lhes um papel fulcral em todo o processo burocrático. Uma análise atenta da acção desenvolvida por um escrivão, ao longo de um determinado período, pode possibilitar uma avaliação do seu desempenho e detectar eventuais irregularidades processuais. Estas tanto poderiam resultar de uma acção individual como de uma intervenção concertada com outros intervenientes administrativos, uma cumplicidade que poderia ser iniciada com a colaboração das rodeiras/hospitaleiras, responsáveis pela recepção e prestação dos primeiros socorros às crianças abandonadas.

⁴²⁰ As irregularidades poderiam começar no momento em que se registavam as crianças que ficavam ao cuidado e encargo dos concelhos, caso se tratasse de falsos expostos, cuja entrada na instituição apenas visava subsidiar a sua criação, podendo ou não resultar de uma acção concertada entre os beneficiários e os responsáveis administrativos.

⁴²¹ A.M.C., Livro das Contas da Câmara de Caminha (1795-1804), fl. 39 v.º.

⁴²² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 159.

A partir da reforma administrativa liberal, as juntas gerais de distrito e os governos civis passaram a desempenhar um importante papel na gestão e tentativa de moralização de tão importante ramo da administração pública. Além das incumbências que foram atribuídas às juntas gerais, por decreto de 19 de Setembro de 1836, também os governadores civis deveriam supervisionar o seu funcionamento. Entre outras incumbências, deveriam elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento das Rodas/Hospícios de cada um dos concelhos do distrito, a partir dos relatórios que lhes eram enviados anualmente pelas câmaras municipais.

Estes documentos fornecem um conjunto de informações que nos permitem uma avaliação sobre a forma como se processava a criação dos expostos e subsidiados dos diversos distritos. No relatório relativo ao ano económico de 1862/1863, o governador civil de Viana informava que existiam 1 720 expostos e subsidiados, em todo o distrito, dos quais haviam falecido 323, enquanto que 271 tinham sido entregues aos familiares ou criadores. Após a referência a estes indicadores estatísticos, o governador civil assinalou os “sensíveis melhoramentos” que se haviam operado neste ramo de serviço público, como resultado de um maior zelo e empenho, por parte dos responsáveis de cada uma das municipalidades. Essa maior vigilância havia produzido os seus frutos, o que permitiu reduzir os abusos e as fraudes e entregar os “falsos expostos” às respectivas famílias⁴²³. As intimações às mulheres grávidas também foram referenciadas como uma área onde se registaram progressos significativos, depois do governador civil ter renovado as instruções precisas para que fosse dada uma pronta e adequada execução a este serviço.

Coincidindo com o aumento exponencial do número de expostos, passou a generalizar-se a ideia de que muitas crianças beneficiárias não eram verdadeiramente expostas ou enjeitadas e de que algumas delas não seriam originárias do concelho onde estavam a ser criadas. Seria o resultado do desencadear de um conjunto de estratégias familiares ou colectivas, procurando tirar algum proveito de um modelo de assistência para o qual muitos tinham a obrigação de contribuir. Eram estratégias que tanto poderiam ser exclusivamente familiares (para dificultar ou impossibilitar a descoberta dos seus progenitores) como colectivas (uma forma das comunidades locais procurarem reduzir os encargos concelhios).

Era a subversão completa de um sistema assistencial que havia sido fundado para servir aqueles que estavam a ser vítimas de exclusão familiar. Ao longo dos mais de dois séculos que abrangem este estudo, assistimos a um conflito latente entre os defensores de um modelo de assistência que deveria ser estruturado em critérios de rigor e seriedade, ao serviço dos seus verdadeiros destinatários, e aqueles que dele indevidamente pretendiam usufruir, a título individual ou através da participação em redes de cumplicidade.

Quando as administrações procuravam exercer a sua actividade com seriedade, era uma prática usual a indagação das situações susceptíveis de quaisquer indícios fraudulentos. Esses processos acabavam por levar à detecção de inúmeras irregularidades, algumas assumindo contornos bem gravosos para as instituições e para a comunidade. Assim se justifica que algumas amas tivessem sido apelidadas de “ladras” ou “tratantes”, por receberem salários de expostos fictícios ou que já haviam falecido. Foi o que fez uma mulher de Fragoso, do concelho de Barcelos, ama de uma criança da Roda de Viana, a qual havia ocultado a sua entrega ao pai, durante cerca de dois anos. Porém, tudo se descobriu na sequência de suspeitas que passaram a recair sobre esta ama, a quem se pediu que entregasse uma certidão do pároco da freguesia, a

⁴²³ A.G.C.V.C., Relatório Distrital do ano económico de 1862/1863, Pasta 1.15.4.1-1.

comprovar a existência e tratamento do exposto que criava, o que levou a administração a registar que «*esta ladra tem comido o dinheiro todo este tempo*»⁴²⁴.

Numa outra situação, a administração de Viana descobriu que uma determinada ama havia prestado falsas declarações, ao identificar-se como Raimunda, quando na realidade se chamava Maria, uma estratégia que lhe permitiu receber o salário de dois expostos, um deles já falecido, há um ano. Esta grave irregularidade apenas foi penalizada com a obrigação de restituir o dinheiro que havia recebido indevidamente⁴²⁵.

Em acto de revista efectuado aos expostos de Ponte de Lima, em 1825, a câmara descobriu, cinco anos decorridos, que a ama que criava o exposto Barnabé era a sua própria mãe. Esta havia procurado ludibriar a administração, ao afirmar ser natural da freguesia da Gemieira, concelho de Ponte de Lima, quando na realidade era natural do termo dos Arcos e residia em Viana. Não deixa de ser bem elucidativo da falta de vigilância municipal o facto da câmara só ter descoberto esta irregularidade ao fim de vários anos, sempre com pagamentos indevidos de salários. A situação desta pretensa ama ainda se veio a revelar mais gravosa para o concelho, quando se descobriu que esta mulher também havia exposto um outro filho, dois anos antes, nas mesmas circunstâncias que este, falseando a freguesia e concelho de residência, para melhor garantir o sucesso da sua estratégia.

A acção interventiva e fiscalizadora não tinha por único objectivo a identificação e supressão dos abusos que defraudavam os objectivos institucionais e inflacionavam os custos orçamentais. Deveria, ainda, ser exercida no sentido de procurar contribuir para a melhoria das condições em que os expostos eram criados pelas amas e evitar que muitos deles pudessem perecer por falta de assistência ou meios indispensáveis à sua criação e educação. Foi com esse propósito que o alvará de 18 de Outubro de 1806 passou a determinar que os responsáveis pelas instituições de acolhimento das crianças expostas deveriam promover a realização de visitas mensais aos expostos, durante o período de amamentação. O problema é que essas vistorias não se realizavam nas residências das amas, antes nos locais onde se encontravam estabelecidas as Rodas, o que poderia ser entendido como uma medida de economia municipal.

Além da busca de eventuais irregularidades, o objectivo dessa vigilância seria o de providenciar para que se assegurasse aos expostos um bom tratamento e educação, nomeadamente através da comprovação de que as amas haviam recebido os respectivos salários, uma condição considerada fundamental para a tão desejada boa criação⁴²⁶. Foram vários os casos em que os expostos se retiraram às amas para serem entregues a outras, por estarem “mal tratados”, “mal nutridos” ou “em estado de atrofia”⁴²⁷. Em casos menos frequentes, essa retirada ficou a dever-se exclusivamente ao facto de haver quem os quisesse criar gratuitamente⁴²⁸.

⁴²⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1799-1806), fl. 352 v.º.

⁴²⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fl. 157 v.º.

⁴²⁶ Alvará de 18 de Outubro de 1806, art.º IX, cit..

⁴²⁷ No dia 12 de Fevereiro de 1818, realizou-se uma revista às amas e expostos do concelho de Valadares, na presença do provedor da comarca de Valença do Minho e da rodeira da Casa dos Expostos. O objectivo desta vistoria era conhecer a identidade e o estado de saúde dos expostos e averiguar se alguns deles eram filhos de pais conhecidos, assim como comprovar se os pagamentos às amas tinham sido efectivamente realizados. (Livro dos Expostos da Câmara de Valadares, de 1810 a 1827, fl. 42).

⁴²⁸ A este respeito, o provedor da comarca de Viana deixou registado no livro das contas da câmara de Ponte de Lima o seguinte provimento: «*E por mais me constar q' m.^{tas} pessoas pedem p.^a criar de graça m.^{tos} expostos, q' se lhe nam dam por respeytos, ou conveniencias particulares de q' segue prejuizo ao povo com grande finta q' paga p.^a a criação dos Engeitados, mando q' o procurador e Escrivão da Camara logo fação entregar a toda a pessoa q' de graça os quizer criar com pena de seis mil rs. p.^a a criação dos engeitados e de pagar de sua caza todo o tempo da criação q' levar a ama depois q' lhe for*

A ordem-circular de 10 de Maio de 1783 obrigava os provedores das comarcas, sempre que andassem em correição, a realizarem uma visita geral a todos os enjeitados, para se certificarem de que estavam a ser bem tratados ou se já haviam falecido. Após um levantamento da situação, os provedores deveriam, no final de cada ano, remeter à Intendência Geral da Polícia um mapa dos enjeitados que se expuseram em cada uma das terras da comarca, diferenciando os que faleceram daqueles que ainda continuavam vivos. Ao mesmo tempo, deveriam declarar se os juizes de fora e ordinários cumpriam com zelo e dedicação os deveres de que estavam incumbidos⁴²⁹.

No cumprimento das suas obrigações, o provedor da comarca de Viana, em acto de correição realizado em Ponte de Lima, nos finais do século XVIII, depois de ter detectado um conjunto de irregularidades na elaboração de alguns registos de expostos, ordenou um conjunto de averiguações para poder comprovar a veracidade dos factos descritos. Assim, mandou que se procurasse saber se um determinado exposto era filho de gente casada - o que pressupunha uma concepção de assistência reservada exclusivamente às crianças ilegítimas - e que se obrigassem os pais de alguns “falsos expostos” a pagar as quantias que haviam sido despendidas com a sua criação, desde que tivessem meios para o fazerem⁴³⁰.

Era tal a convicção de que muitas das crianças que estavam a ser criadas pelas Rodas não eram expostas, por terem sido simuladamente abandonadas, que a câmara de Ponte da Barca chegou a ordenar que se mudassem todas as crianças das respectivas amas, como medida geral que visava a identificação dos pais de algumas delas. Contudo, apesar de tal procedimento ter suscitado algumas críticas e reclamações, permitiu descobrir que algumas das amas eram as mães ou familiares das crianças que estavam a criar. Não querendo separar-se dos filhos, que nunca haviam enjeitado, algumas delas recusaram-se a fazer a sua entrega, o que vinha ao encontro das suspeições dos oficiais da câmara.

São vários os casos em que as amas, confrontadas com a obrigatoriedade de terem de entregar as crianças que estavam a criar, acabavam por manifestar a sua disponibilidade para continuarem a sua criação gratuita, uma opção que poderia representar a interrupção de uma estratégia familiar de subsidiar os próprios filhos, sem que estes deixassem o seu ambiente familiar. Não poderemos, contudo, excluir a hipótese de alguns destes procedimentos poderem estar relacionados com razões sentimentais, com o período de aleitação a fazer despertar laços afectivos que não se pretendiam interromper, mesmo que isso significasse a perda dos salários. É nesta última situação que poderemos integrar a disponibilidade manifestada pela ama Luisa Maria, da freguesia de S. Lourenço do Cabrão, do concelho dos Arcos, que estava a criar a exposta Albina Rosa, da Roda de Ponte da Barca. No dia 28 de Abril de 1841, esta ama afirmou que, «em razão do grande amor que tem à exposta Albina Rosa, e considerando o grande apuro em que se acha esta municipalidade pela falta de meios de acorrer às necessárias despesas, voluntariamente se sujeitava a acabar a criação da mesma exposta, à sua custa»⁴³¹.

O contínuo acumular de anomalias e irregularidades só contribuíram para a progressiva descredibilização deste sistema de assistência à infância desvalida e abandonada. Uma das mais graves irregularidades foi detectada pelo próprio provedor

pedido e se lhe nam der, e não o querendo dar a ama, se lhe dará logo baixa». (Livro de Contas e de Enjeitados da Câmara de Ponte de Lima, de 1719 a 1735, fl. 237 v.º).

⁴²⁹ Ordem-circular de 10 de Maio de 1783, cit..

⁴³⁰ Era uma situação que geralmente não se verificava, salvo algumas excepções, por serem pessoas consideradas pobres e o atestarem por declaração passada pelos párocos das freguesias onde residiam.

⁴³¹ A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca (1839-1843), fl. 69 v.º.

da comarca de Viana que, na transição do século XVIII para o século XIX, identificou alguns registos que haviam sido elaborados indevidamente pelo escrivão da câmara de Ponte de Lima. Como resultado da sua acção fiscalizadora, o provedor mandou proceder contra o escrivão, obrigando-o a devolver todas as verbas que haviam sido incorrectamente inscritas. Foi o que se verificou com as despesas de criação de uma “falsa exposta”, a ser criada pela própria mãe, solteira, a qual havia pedido para lhe registarem a sua filha como exposta. Esta cumplicidade entre a mãe e o escrivão permitiria subsidiar a criação desta criança, à custa das verbas do concelho, sem deixar o seu próprio ambiente familiar⁴³², uma estratégia que é provável que tenha atingido uma dimensão muito superior àquela que as fontes nos revelam.

Para acabar com tais procedimentos, que tanto lesavam as finanças municipais e os seus contribuintes directos, a provedoria de Viana apelava à realização de vistorias periódicas e incentivava as autoridades locais a promoverem as indagações posteriores, sempre na expectativa de encontrar crianças que não se enquadravam nos parâmetros e nos objectivos da assistência municipal. No entanto, se é possível saber que estas visitas e indagações acabaram por detectar e denunciar um conjunto de práticas irregulares, não nos parece que essas denúncias tivessem uma grande repercussão ao nível da moralização do sistema, na redução dos abusos e, sobretudo, na melhoria das condições de sobrevivência das crianças expostas⁴³³. No entanto, a generalidade dos relatórios das vistorias conhecidos apresentam um panorama positivo, o que dificilmente deveria corresponder à realidade, se atentarmos nos elevados níveis de mortalidade que se continuavam a registar e nos processos de entrega dos falsos expostos às respectivas mães, registadas oficialmente como amas dessas crianças.

O termo de exame de revista que foi efectuado aos expostos da Roda do concelho de Valença, realizada em 21 de Junho de 1812, começa por referir que nele compareceram todas as amas do termo, acompanhadas pelos expostos que estavam a criar, os quais foram identificados pela rodeira do concelho. O cirurgião-mor e o médico do partido do hospital militar da vila encarregaram-se de observar o estado de saúde, tanto das amas como dos expostos, tendo declarado que todas as crianças que já estavam desmamadas se encontravam em muito bom estado e de boa saúde, salvo dois casos em que um se encontrava aleijado da cintura para baixo e um outro que se achava com desinteria⁴³⁴.

Os regulamentos locais previam essa apertada vigilância, sempre com o objectivo de evitar os abusos e moralizar o sistema. Por exemplo, o regulamento da Roda de Monção obrigava o presidente e os vereadores a fazerem duas revistas anuais aos enjeitados, para além da visita do provedor da comarca, para se certificarem se as crianças estavam a ser bem criadas e tratadas, mandando-as mudar quando tal não se verificasse, nomeadamente quando as amas se mostrassem negligentes, pondo em perigo a sobrevivência das crianças⁴³⁵.

Como a periodicidade das visitas era considerada insuficiente, o provedor da comarca de Viana, depois de ter visto em correição o livro de registo dos expostos da Roda dos Arcos, mandou registar algumas recomendações que visavam a melhoria da

⁴³² A.M.P.L., Livro de Registo de Expostos de Ponte de Lima (1792-1802 II), fls. 295 v.º e 296.

⁴³³ Os resultados dessa política fiscalizadora acabaram por ter um efeito adverso, com as despesas a registarem um crescimento exponencial, proporcional ao aumento dos abusos praticados. Na verdade, quando as amas não podiam ou não queriam trazer os expostos às vistorias, com o argumento de que estariam doentes ou por residirem em locais muito distantes da sede de concelho, as administrações deveriam nomear pessoas de reconhecida probidade para efectuarem as visitas nas suas próprias residências. Estas visitas deveriam ter uma periodicidade anual, após o tempo da criação de leite.

⁴³⁴ A.M.V., Livro de Registo de Expostos de Valença (1799-1818), fls. 149 e 149 v.º.

⁴³⁵ A.M.M., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1785), fl. 79 v.º.

sua administração. Entre elas, o reiterar da necessidade de se realizarem vistorias periódicas, sobretudo quando os expostos estavam em idade de amamentação, sabendo-se que muitas amas ocultavam o facto de lhes ter secado o leite, para não lhes serem retirados os expostos, perdendo o direito aos respectivos salários. A ignorância das amas e a alimentação alternativa que ministravam aos expostos se encarregariam de apressar a morte a muitos deles, o que não significaria a interrupção das irregularidades, como acontecia quando os faziam substituir por outras crianças⁴³⁶.

Para incentivar o bom tratamento dos expostos, o provedor da comarca recomendou que se premiassem as amas que apresentavam as crianças com melhor criação e asseio, em detrimento e à custa daquelas que parecessem mais negligentes. Deveria haver um particular cuidado para que não fossem substituídas quando já tivessem falecido, como ele próprio já o havia comprovado, por diversas vezes. Apesar dessas recomendações, os responsáveis locais afirmaram que, exceptuando três expostos, todos os outros se encontravam bem tratados. Porém, não foi atribuído qualquer prémio às amas que melhor os cuidavam porque não havia dinheiro no cofre municipal⁴³⁷.

Muitas das vistorias revelaram-se inconsequentes, dada a complexidade e ambiguidade deste modelo de assistência, mais ainda quando a rede de complicitades se alastrava e minava todo o sistema. Para inverter a situação, seria necessário alargar e descentralizar a acção fiscalizadora, com a intervenção das próprias autoridades locais. Foi nessa perspectiva que o Código Administrativo, em conformidade com as leis, regulamentos e ordens do governo, passou a envolver as juntas de paróquia e os regedores na fiscalização da criação dos expostos, os quais seriam obrigados a informar a respectiva câmara municipal dos abusos praticados⁴³⁸.

Na sequência do estipulado no regulamento distrital, de 27 de Agosto de 1852, o governador civil do distrito de Viana incumbiu um elemento da junta geral para visitar as Rodas do distrito e elaborar um relatório sobre o estado da sua administração⁴³⁹. De um modo geral, o autor deste relatório considerou ser boa a administração das diversas Rodas, embora tivesse detectado que, nalgumas das instituições concelhias, os expostos não usavam as respectivas medalhas ou selos de identificação. Além de recomendar a sua utilização, também aconselhava que se guardassem os cunhos e aprestos necessários ao seu fabrico, em lugar fechado à chave, para se evitarem eventuais falsificações.

O tratamento dado aos expostos foi considerado satisfatório, embora essa avaliação se tivesse baseado apenas na observação de alguns dos expostos que estavam nas Rodas e não na observação directa da maioria dos que estavam a ser criados pelas amas, distribuídos pelas freguesias de diversos concelhos. Para reduzir as taxas de mortalidade, pedia que se vacinassem todos os expostos, dando cumprimento à portaria do Ministério do Reino, de 4 de Junho de 1837. Como medida preventiva das exposições nos concelhos do distrito, o relatório reiterava a necessidade de se dar execução ao que estava determinado na lei⁴⁴⁰, mandando intimar as mulheres solteiras

⁴³⁶ O resultado destas visitas, presididas pelo presidente da câmara, com assistência do procurador do concelho e do facultativo do partido da câmara, deveria ser assinalado junto de cada assento, declarando o bom ou mau estado de saúde das crianças, bem como uma avaliação do tratamento das amas, uma prática que acabou por não ser seguida pelos responsáveis locais.

⁴³⁷ A.M.A.V., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, fls. 234 v.º e 235 v.º.

⁴³⁸ *Código Administrativo Português*, art.º 312º., por decreto de 18 de Março de 1842, Coimbra, Imprensa Nacional, 1845.

⁴³⁹ A.G.C.V.C., Relatório distrital de 9 de Junho de 1860, Pasta 1.15.4.11-8.

⁴⁴⁰ De acordo com o que determinavam as Ordenações, livro 1.º, título 78, § 4.º, e o alvará de 18 de Outubro de 1806.

pejadas para que apresentassem os filhos que dessem à luz, *«porque d'esta medida há sem dúvida a esperar grande diminuição nas exposições»*.

2.1-O “selo dos expostos”

«Cada um dos Expostos (...) deverá trazer pendente ao pescoço uma chapa de chumbo com o número do Exposto a qual, quando o cordão quebrar, será apresentada no primeiro pagamento para ser reformada»⁴⁴¹

Regulamento distrital, 1839

Figura 8
O selo dos expostos



A identificação e diferenciação dos expostos constituía uma das incumbências mais complexas de todo o sistema assistencial, facto que terá sido aproveitado pelas amas menos honestas para a prática de irregularidades⁴⁴². Estas poderiam ser praticadas

⁴⁴¹ Artigo IX do *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna*, Typographia Bracharens, 1839.

⁴⁴² Eram tantas as irregularidades cometidas por algumas amas mercenárias que, em meados do século XIX, a junta geral de distrito passou a regulamentar as candidaturas das amas a este “mercado de trabalho”, elaborando um livro de registo onde deveriam ser preenchidos vários campos de informação, uns de natureza sócio-profissional, outros de natureza física (como a descrição da altura, cor do cabelo e dos olhos, formato do rosto e do nariz e outros sinais particulares das amas). Por outro lado, o seu

logo após o falecimento dos expostos, substituindo estes por outras crianças que assegurassem a manutenção dos honorários municipais. Por exemplo, no início do século XIX, numa avaliação global do desempenho das amas do concelho de Ponte da Barca, ao serviço da Roda de Ponte de Lima, as autoridades que supervisionavam esta instituição fizeram registar no livro dos expostos a informação de que quase todas as amas daquele concelho eram suspeitas de continuarem a receber os salários dos expostos, depois destes terem falecido, chegando algumas a apresentar certidões falsas «*com que iam usurpando os vencimentos*»⁴⁴³.

Estas estratégias seriam frequentes e extensivas a muitas outras instituições nacionais, o que terá levado à concepção de um modelo que impedisse qualquer tentativa de ludibriar os responsáveis pela administração deste sector público. Tratava-se de colocar um selo ou medalha ao pescoço das crianças expostas (*figura 8*)⁴⁴⁴ que, por ser inviolável ou permitir detectar eventuais tentativas de falsificação, constituiria a marca ou a certificação de se estar perante a criança que efectivamente havia sido exposta. Isto evitaria que se trocassem as crianças ou se apresentassem outras em seu lugar, como forma de continuar a assegurar o recebimento dos salários.

Numa revista efectuada aos expostos de Ponte de Lima, o escrivão da câmara, depois de observar uma criança que lhe era apresentada por uma ama da freguesia de Serdedelo, registou o seguinte informação: «*vi um exposto que a ama me mostrou e pelas ventas delle tem já dous ou tres anos, doente da cabeça, e por isso não é este*». Após novas indagações, verificou-se que a criança, exposta na Casa da Roda, em 1842, já havia falecido. Não obstante ser comprovada esta tentativa de ludibriar a instituição, a câmara acabou por se mostrar condescendente para com aquela mulher, limitando-se a suspender-lhe o pagamento dos salários, sem a obrigar à devolução do que havia recebido indevidamente⁴⁴⁵. A miséria em que vivia e a deficiência da criança serviu de atenuante ou de justificação para tal procedimento, ficando por indagar as condições em que a criança exposta tinha sido criada e as razões do seu falecimento.

Perante tal sistema assistencial, onde o rigor administrativo parecia rivalizar com a permissividade institucional e com uma certa discriminação positiva em relação a situações socialmente toleradas, não se revelava fácil controlar e estancar a utilização fraudulenta destas instituições de assistência pública. Um dos factores responsáveis pela persistência das irregularidades poderá residir no facto da colocação dos selos ou das medalhas de identificação dos expostos não ter sido uma prática generalizada, apesar de esporadicamente ensaiada e implantada nalguns períodos e nalgumas instituições, sem os resultados desejados. Na verdade, nenhum dos regulamentos internos das Rodas dos concelhos das comarcas de Viana e Valença fazia qualquer alusão à obrigatoriedade de se colocar o selo nas crianças expostas.

As primeiras referências à utilização dos selos ou medalhas nos expostos de Viana surgiram apenas em 1827. Neste ano, a administração da Roda de Viana, ao verificar, em acto de revista, que um exposto trazia o cordão cosido com linhas brancas, mandou que o mesmo ficasse na Casa da Roda. Contudo, o marido da ama resolveu o problema

processo de candidatura deveria ser acompanhado por um atestado de boa conduta, a ser passado pelo pároco ou pelo regedor da freguesia.

⁴⁴³ A.M.P.L., Livro de Registo de Expostos de Ponte de Lima (1802-1810-I), fl. 17 v.º.

⁴⁴⁴ Como não encontramos quaisquer vestígios da sua existência nas várias câmaras municipais do Alto Minho, apresentámos esta reprodução do “selo dos expostos” que evitaria a prática de irregularidades e a apropriação indevida dos benefícios sociais das instituições de assistência. A figura foi extraída da comunicação de Luís de Pina, *Da Roda dos Expostos à Carta dos Direitos da Criança*, Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVII (Set.-Dez.), fasc. 3-4.

⁴⁴⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1838-1847), fl. 77 v.º.

ao comprometer-se a criar gratuitamente a criança⁴⁴⁶, não sendo de excluir a possibilidade de se tratar de uma outra criança que fora apresentada para continuar a justificar os salários devidos pela criação de um exposto que eventualmente já teria falecido. No ano seguinte, uma outra ama justificou com o extravio a ausência da medalha ao pescoço da criança exposta que estava a criar. Dois anos depois, uma ama apresentou a criança com o cordão da medalha cosido com linhas, uma irregularidade que inicialmente foi penalizada pela administração, ao retirar-lhe a criança, uma situação transitória, visto que a mesma lhe foi novamente devolvida. Mais tarde, esta criança acabou por lhe ser entregue definitivamente, sem salário, provavelmente por não se tratar da que havia sido exposta.

Em 1835, a administração da Roda de Viana decidiu pagar 900 réis por mês à ama que aceitou criar um menino exposto, enquanto não melhorasse das «*escrófulas que ainda tem no pescoço e por isso não tem marca*»⁴⁴⁷. Trata-se de mais uma prova inequívoca da efectiva aplicação das marcas, medalhas ou selos dos expostos, antes de tal prática ser imposta pelo regulamento distrital de 1839, para além de alguns registos esporádicos de despesas com a sua utilização. É provável que tenha sido uma opção isolada de algumas administrações que terão tomado conhecimento da sua utilização generalizada noutras regiões do nosso país.

Foi preciso esperar pelas reformas liberais e pela intervenção dos novos órgãos distritais para encontrarmos as primeiras referências às tentativas de implementação de medidas restritivas e de controle da identidade dos expostos, já ensaiadas isoladamente nalgumas Rodas, nomeadamente na de Viana. O novo regulamento para a administração dos expostos do distrito de Viana, aprovado pela junta geral, em 19 de Junho de 1839, passou a determinar que «*cada um dos Expostos (...) deverá trazer pendente ao pescoço uma chapa de chumbo com o número do Exposto a qual, quando o cordão quebrar, será apresentada no primeiro pagamento para ser reformada*»⁴⁴⁸.

Para evitar muitas das irregularidades detectadas, o novo regulamento distrital de 1852 acrescentou um parágrafo a este mesmo artigo, onde explicitamente se determinava que «*os cordões serão de linha forte, e com sufficiente grossura; as letras ou quaesquer legendas das medalhas, em gravura e não em relevo, contendo sempre o número dos expostos, e o nome da respectiva Municipalidade, e os punções ou cunhos das medalhas, conservados sob a guarda do Presidente da Câmara*»⁴⁴⁹.

Estas medidas preventivas não foram suficientes para atalhar as muitas formas de ludibriar um sistema que continuava a revelar-se demasiado permeável à prática das mais diversas irregularidades⁴⁵⁰. Por exemplo, a ruptura accidental ou propositada do

⁴⁴⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 254 v.º.

⁴⁴⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 299 v.º.

A escrófula é uma doença originada pela tuberculose dos gânglios linfáticos, geralmente os do pescoço, que causam a formação de abcessos ou pequenos tumores que, se não forem tratados, poderão originar úlceras fistosas.

⁴⁴⁸ Artigo IX do *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna*, Typographia Bracharensis, 1839.

⁴⁴⁹ Parágrafo único do art.º 12.º do *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto Administrativo de Vianna do Castello*, aprovado em sessão da Junta Geral de 27 de Agosto de 1852, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1857.

⁴⁵⁰ Uma das irregularidades detectadas nas diversas Rodas do distrito tinha a ver com a não colocação das medalhas ou marcas de identificação aos expostos, como estava determinado no regulamento distrital de 1852, uma situação que, no caso do concelho de Coura, era explicada pelo facto da câmara não possuir os cunhos e apetrechos necessários à sua implementação.

O relatório distrital fazia referência à perversidade que estaria a atingir um modelo de assistência que deveria ser moralizador, por culpa da ineficácia e da falta de uma acção fiscalizadora e penalizadora para com os prevaricadores, por vezes a actuarem dentro do próprio sistema. Daí o alerta para que se lançasse

cordão poderia ser um pretexto para proceder à substituição da criança verdadeiramente exposta, entretanto devolvida aos pais ou falecida, por uma outra que continuaria a assegurar os salários da ama. Na verdade, não obstante os regulamentos distritais obrigarem as amas a fazerem-se acompanhar pelas crianças expostas no acto de pagamento dos salários, para que pudesse ser combinado o seu número da chapa com o do livro de registos, os mesmos regulamentos não deixavam de ressaltar os casos em que essa obrigatoriedade pudesse constituir algum inconveniente. Não admira, pois, que algumas amas se tivessem aproveitado das falhas do sistema para justificarem a ausência das crianças, por motivos de doença, escondendo ou adiando a descoberta de uma eventual irregularidade.

Detectada esta forma de contornar a fiscalização, o regulamento distrital de 1852 foi acrescido de dois novos parágrafos ao artigo que contemplava essa excepção⁴⁵¹. Assim, ao reconhecer que nem sempre seria possível às amas fazerem-se acompanhar pelas crianças no momento dos pagamentos, nomeadamente quando se encontravam enfermas, as câmaras deveriam remeter aos regedores de paróquia, por meio dos respectivos administradores de concelho, uma relação descriminada do número e nome dos expostos e respectivas amas, referindo o lugar da freguesia onde residiam. Este modelo deveria ser preenchido com a anotação das alterações ocorridas, bem como com a referência ao tratamento e educação física e moral dos expostos, para ser enviado à respectiva câmara antes do próximo pagamento, afixando-se um exemplar desse modelo no local mais conveniente da igreja da freguesia⁴⁵².

Era uma tentativa de envolver os paroquianos na fiscalização e eventual detecção de irregularidades, ao mesmo tempo que se advertiam os regedores das paróquias para serem rigorosos nas informações prestadas, mesmo tratando-se de razões de humanidade. Contudo, os resultados ficariam sempre condicionados pela veracidade das declarações, a exemplo do que se verificava com os atestados, nem sempre fiáveis e verdadeiros, apesar de passados pelos párocos ou pelos regedores das respectivas freguesias.

Mesmo após a aprovação do primeiro regulamento distrital de 1839, a junta geral do distrito de Viana viu-se confrontada com algumas administrações municipais que resistiam à implementação deste sistema de identificação dos expostos. O mesmo se verificou após o reforço da componente normativa, quando entrou em vigor do regulamento de 1852. Não se pense, contudo, que a utilização dos selos ou medalhas poria fim a todas as irregularidades. O que se alterou foram os métodos, cada vez mais sofisticados, incluindo a corrupção dos responsáveis pela sua aplicação. Daí a recomendação do governador civil de Viana para que as câmaras mantivessem bem

ao pescoço das crianças expostas a medalha, de que falava o citado regulamento distrital, cujo número deveria ser igual ao que ficava registado no respectivo livro. As câmaras deveriam manter-se vigilantes, procurando que os expostos trouxessem sempre pendentes as medalhas, visto que, sem esta divisa, seria impossível distinguir as crianças da Roda de todas as outras.

⁴⁵¹ Segundo o art.º 15.º, «as Câmaras deverão obrigar as amas a trazer as crianças na ocasião dos pagamentos quando nisso não houver inconveniente, combinando o numero da medalha com o do livro, e examinando se trazem os enfaxes, se os houver, e fazendo assistir o Facultativo, ou Facultativos de Partido, para examinar o tratamento dos expostos, e a rodeira, para receber as crianças maltratadas» (in *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto Administrativo de Vianna do Castello*, em 27 de Agosto de 1852, Typographia de Manoel Fernandes Pereira da Silva, Vianna, 1857).

⁴⁵² No parágrafo seguinte, este artigo determina que as câmaras deveriam enviar a cada uma das juntas de paróquia um outro exemplar da mesma relação que igualmente deveriam preencher e afixar no local mais conveniente dentro da igreja, para nela irem anotando todas as alterações que viessem a ocorrer, dando conhecimento à câmara dessa alterações, antes de transcorridos dois meses (in artigo 15.º do Regulamento distrital de 1852, cit.).

guardados e fechados à chave os cunhos e aprestos das medalhas, para que deles se fizesse uma correcta utilização⁴⁵³.

O regulamento distrital de 1866 deixou de mencionar este sistema de identificação das crianças expostas, embora o seu artigo 14.º refira que se mantinham em vigor as disposições anteriores a este regulamento sobre a admissão dos expostos que, pelo mesmo, não tivessem sido expressamente alteradas ou revogadas, como seria o caso. O facto de tal disposição não aparecer expressa nesse novo regulamento terá conduzido ao seu progressivo esquecimento, por parte de quem via nela um meio de reduzir os muitos abusos praticados.

Aliás, o projecto de regulamento distrital de 1879 alertava para o facto da experiência haver demonstrado ser indispensável atender a várias circunstâncias que não haviam sido previstas no regulamento de 1866, como meio de «*regularisar o serviço por forma que se evitem certos abuzos que por negligencia, uma vez, e outras vezes por fraudulencias , se têm praticado*». Para esse efeito, em capítulo reservado às disposições gerais, voltou-se a propor a obrigação dos expostos terem «*um sêllo ao pescoço*». Este deveria ser de chumbo, pendente em cordão de linho ou seda, apanhando as duas extremidades, sem que pudesse passar pela cabeça do exposto, tendo gravado, de um lado, o nome ou as armas da respectiva câmara municipal⁴⁵⁴.

O regulamento nacional de 1888 voltou a insistir na necessidade de se manter o mecanismo institucional de identificação dos expostos. Para o efeito, determinou que as amas provisórias, logo que recebessem as crianças expostas, deveriam conduzi-las ao empregado responsável pelo serviço de identificação, «*a fim de lhes ser posto o sêllo*». Este deveria fixar, de uma forma segura, as extremidades de um cordão resistente de linho, colocado ao pescoço da criança, de modo que não a constanja nem permita ser retirado pela cabeça. O selo deveria ter impressa uma legenda com o nome da respectiva câmara municipal ou do hospício onde fosse admitida a criança, bem como o respectivo número de ordem de admissão.

Quando os expostos atingissem os 7 anos de idade, passando para a alçada das juntas gerais de distrito, estas deveriam proceder ao corte do selo da câmara e proceder à imposição de um novo selo, fazendo registar tal facto no livro respectivo⁴⁵⁵. É na sequência destas determinações que os modelos impressos para registo dos expostos passaram a incluir um campo destinado à indicação do número do selo que seria colocado ao pescoço das crianças expostas. Apesar dessa recomendação, as autoridades administrativas limitaram-se a indicar o número da criança, de acordo com a sua ordem de entrada no Hospício, independentemente de se tratar de crianças expostas, abandonadas ou subsidiadas.

Não terão sido os custos da sua implementação que inviabilizaram ou condenaram ao fracasso a utilização deste meio de identificação, se considerarmos a redução das despesas que o mesmo poderia originar, ao combater as fraudes que continuamente estariam a ser praticadas. Pelo contrário, as resistências à sua implementação poderão ser entendidos como uma forma de ultrapassar o carácter demasiado restritivo da assistência pública à infância abandonada, adaptando-a à realidade regional e às necessidades da sua população ou adoptando outros mecanismos previstos na lei.

⁴⁵³ A.G.C.V.C., Relatório do Governador Civil de Viana do Castelo, 1860, Pasta 1.15.4.11-8.

⁴⁵⁴ A.M.V.C., *Projecto de Regulamento Geral do Serviço dos Expostos e Subsidiados no Districto de Vianna do Castello*” art.º 69.º, datado de 30 de Abril de 1879.

⁴⁵⁵ Parágrafo 2.º do art.º 17.º e art.º 49.º do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, publicado em 5 de Janeiro de 1888.

2.2-Os processos de intimação às mulheres solteiras grávidas

«(...) que as Justiças effectivamente obriguem as mulheres solteiras, que se souber andarem pejadas, a dar conta do parto; e a criarem o filho sendo possível; ou a todo o tempo que souberem dos Pais, a pagarem a criação, e tomarem conta de seus filhos(...)».

Alvará de 18 de Outubro de 1806

As ambiguidades do sistema e as sucessivas tentativas de apropriação dos seus benefícios sociais não permitiram que as novas instituições pudessem cumprir melhor a sua função social, sem correrem riscos de asfixia financeira. Para evitarem esta situação, as autoridades locais ignoraram o pretensu carácter legal e secreto das Rodas para passarem a indagar a origem familiar das crianças expostas. Em caso de identificação, seria necessário conhecer o contexto sócio-económico dessas famílias, antes de tomar a decisão de uma eventual entrega compulsiva. Afinal, a ideia de que a exposição de crianças era um acto legal não passava de uma incorrecta interpretação da lei, no pressuposto de que a ordem-circular de 10 de Maio de 1783 não poderia revogar o que estava determinado nas Ordenações do Reino.

Foi através da publicação do alvará de 18 de Outubro de 1806 que se procurou clarificar o verdadeiro espírito do quadro normativo vigente, através da implementação de um conjunto de medidas que tanto poderiam assumir um carácter preventivo como culminar na realização de processos de indagação da paternidade, que visavam descobrir os responsáveis pela exposição de crianças⁴⁵⁶. Através deste alvará, o príncipe regente, depois de considerar que o cuidado e a criação dos expostos estariam entre os mais dignos da sua real consideração e dos mais recomendáveis à caridade cristã, alertou para a necessidade da observância do estipulado nas Ordenações do Reino e determinou que as Justiças obrigassem as mulheres solteiras, que se soubesse andarem pejadas, a darem conta dos respectivos partos e a criarem os seus filhos, quando tal fosse possível⁴⁵⁷. O mesmo se verificava em relação aos pais, os quais, depois de serem conhecidos, deveriam ser obrigados a pagar as criações e a tomarem conta dos seus filhos. Contudo, pedia às Justiças para actuarem com toda a discrição e segredo, para se evitar qualquer má consequência, o que tornava o processo pouco transparente e gerava abusos frequentes, incluindo a própria corrupção do sistema assistencial.

⁴⁵⁶ Alvará de 18 de Outubro de 1806, in Silva, António Delgado da, Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações, Lisboa, Tipografia Maygrense, 1826-1830, vol. V, pp. 414-418.

⁴⁵⁷ Esta obrigatoriedade das mulheres solteiras darem conta dos partos, como consequência de uma gravidez que seria do conhecimento público, não era extensiva aos casos em que a sua ocultação seria uma condição necessária para a preservação da honra familiar.

Assim, o Alvará de 1806 referia expressamente que *«quando porém aconteça o haver hum parto secreto, e se recorra a pedir soccorro, ou ás Justiças, ou ao Provedor da Misericórdia, ou ao Mordomo dos Expostos, serão obrigados a prestallo; procurando-lhe huma mulher bem morigerada que em segredo assista ao mesmo parto, fazendo conduzir o Exposto para a roda, ou entregando-o a huma ama que o crie, e administrando-lhe todos os soccorros, e remedios possiveis; sem que se indague a qualidade da pessoa, nem faça acto algum judicial, donde se possa seguir diffamação»*.

O resultado foi o aumento significativo do número de intimações feitas «às mulheres solteiras e viúvas, não recatadas, e às casadas, com maridos ausentes». Neste contexto, não admira que os processos de intimação, inicialmente destinados à identificação das mulheres solteiras grávidas, não recatadas, se viesse a alargar a todas as mulheres cuja estrutura familiar se encontrava mais fragilizada, por morte ou por ausência do marido (*quadro 29*). Estas mulheres também passaram a ser vistas como potenciais vítimas da falta de protecção e estabilidade familiar, sobretudo aquelas que não vivessem uma vida recatada, esquecendo a sua viuvez ou não querendo assumir passivamente o papel de “viúvas de vivos”. Por outro lado, a ausência do homem ou do marido tornava o lar muito mais vulnerável, podendo a mulher não estar em condições de resistir ao assédio e à violação da privacidade do lar, o que não aconteceria com a presença do homem, principal garante da integridade e da honra familiar.

Quadro 29
*Intimações de gravidez às mulheres solteiras e viúvas não recatadas
e às casadas com marido ausente no distrito de Viana do Castelo
(1862 e 1863)*

CONCELHOS	ANO DE 1862				ANO DE 1863			
	Número de intimações	Criados pelas mães	Subsidiados	Falecidos	Número de intimações	Criados pelas mães	Subsidiados	Falecidos
Arcos	18	9	1	7	26	22	-	4
Caminha	33	25	-	8	19	18	-	-
Coura	21	13	-	7	18	16	-	2
Melgaço	7	6	-	1	4	4	-	-
Monção	82	69	-	12	57	48	-	8
P. Barca	28	24	-	3	26	22	1	3
P. Lima	41	35	-	5	29	26	2	-
Valença	33	25	-	4	39	32	-	2
Viana	4	2	-	2	-	-	-	-
V.N.Cerv. ^a	14	12	-	1	20	20	-	-
TOTAL	281	220	1	50	238	208	3	19

Fonte: A.G.C.V.C., *Relatório distrital de 1864*

Pela análise dos dados do quadro, poderemos concluir que o número de intimações foi bastante significativo, embora não deixe de ser surpreendente a desproporcionalidade registada entre os processos levantados nos diversos concelhos do distrito de Viana. É uma situação que poderá ser explicada pela diferente intervenção das autoridades locais na identificação e registo das gravidezes das mulheres solteiras e viúvas ou das casadas, com marido ausente. Assim, enquanto uns se mostravam vigilantes e identificavam todas as mulheres que estivessem nessas circunstâncias, outros seriam bem mais previdentes e agiriam «com toda a discrição e segredo, para evitarem qualquer má consequência»⁴⁵⁸. Só assim se pode explicar o facto de não se ter

⁴⁵⁸ Assim o determinava o § VIII, do *Alvará de 18 de Outubro de 1806*, em observância ao que estava estipulado nas Ordenações do Reino, liv. 1.º, tit. 73.º, § 4.º.

A fazer fé no movimento oficial de nascimentos do distrito de Viana, relativo ao ano de 1864, nasceram 913 crianças legítimas e 124 crianças ilegítimas, no concelho de Viana, enquanto que no concelho de Monção nasceram 617 crianças legítimas e 19 crianças ilegítimas, um diferencial de níveis de ilegitimidade que o quadro aparentemente nos parece revelar. Estes indicadores demográficos são bem o reflexo das oscilações registadas, que tanto poderão ser explicadas pela ligeireza com que alguns levantamentos estatísticos se realizavam, como pela manifesta incapacidade em penetrar no lado oculto que a exposição e o abandono simulado de crianças acabava por representar. Para o ano de 1864, a

efectuado nenhuma intimação no concelho de Viana, em 1863, e de apenas se terem registado quatro, no ano antecedente. Pelo contrário, o concelho de Monção era o que registava mais intimações, o que não deixaria de ter reflexos na diminuição das exposições.

Como se pode verificar pelo resultado das intimações, a grande maioria das mulheres grávidas acabava por criar os próprios filhos, alguns deles nascidos já na qualidade de legítimos, após o casamento dos pais, os restantes como filhos naturais. Contudo, um número muito reduzido dessas mulheres não chegou a dar conta dos partos, depois de concluído o período de gravidez. Contudo, após as necessárias averiguações, as justiças locais vieram a descobrir que algumas dessas mulheres desapareceram, logo após o processo de intimação, enquanto outras se ausentaram pouco antes do final do período de gravidez.

Em relação às crianças que não foram apresentadas, após os partos, verificou-se que uma havia desaparecido, outra foi vítima de infanticídio e duas outras foram expostas em Rodas de concelhos diferentes das residências das suas mães, uma delas no concelho de Barcelos, distrito de Braga. Por seu lado, uma das mulheres intimadas não viu confirmado o seu pretenso estado de gravidez, podendo ter acontecido um aborto, deliberado ou espontâneo.

Em 31 de Janeiro de 1867, o governador civil de Viana do Castelo enviou um ofício à administração do concelho de Ponte da Barca, a exigir que lhe fossem enviados os resultados das intimações às mulheres grávidas do concelho, realizadas no ano de 1865. Após essas informações, o governador civil prometia tomar as providências consideradas mais apropriadas a cada uma das situações registadas, com a dupla preocupação de preservar a vida das crianças, sem fazer perigar a honra das mães. Aqui se poderá enquadrar a ordem que enviou à mesma administração a ordenar que retirassem um exposto do Hospício dos Arcos para dar entrada no Hospício de Ponte da Barca, isto apenas se a sua entrega à mãe pudesse pôr em causa a sua reputação de mulher casada. Caso tal não se verificasse, a administração deveria mandá-lo entregar à mãe e conceder-lhe um subsídio de lactação, *«se são só a pobreza e a falta de leite as causas que levaram a mãe a afastá-la de si»*⁴⁵⁹.

2.3-A permissividade, a tolerância e o descontrolo institucional

Já nos referimos às reiteradas queixas dos habitantes de Viana, enquanto a oferta institucional não se tornou extensiva aos restantes concelhos da comarca, uma situação que se prolongou por grande parte do século XVIII. Ao assumir uma função centralizadora, a criação da Roda de Viana repercutiu-se no aumento da procura, sobrecarregando os seus habitantes. Estes ver-se-iam obrigados a suportar os encargos com a criação de crianças originárias doutros concelhos, os quais haviam resistido à fundação das suas próprias Rodas, contrariando o que havia sido superiormente determinado, por provisão do poder central.

Cientes de que a criação de uma oferta institucional própria acabaria por levar ao aumento da procura e das respectivas despesas, como havia acontecido em Viana, as

ilegitimidade oficial registada no distrito de Viana correspondia a cerca de 10% do total de nascimentos, uma taxa que, só por si, não deixava de ser bastante elevada, embora na realidade ela fosse muito mais elevada, caso fosse possível contabilizar a ilegitimidade que se ocultava por trás do mecanismo da Roda (A.G.C.V.C., *Mapa da Estatística da População do distrito de Viana do Castelo*, enviada pelo Governo Civil de Viana do Castelo ao Ministério do Reino em 2 de Julho de 1866, Pasta 1.16.5.5-4).

⁴⁵⁹ A.M.P.B., Ofício do Governador Civil de Viana do Castelo, Livro da Correspondência da administração do concelho de Ponte da Barca.

autoridades administrativas e os seus habitantes não hesitaram em contornar a situação e adiar a sua implementação e generalização pelas terras da comarca. Paralelamente a este movimento de resistência, os habitantes das diferentes freguesias do concelho de Viana procuram-se eximir da obrigação de criar as crianças que lhe haviam sido destinadas pela administração concelhia, a partir do momento em que decidiram encerrar a sua Roda, numa estratégia global de repartição proporcional pelas suas freguesias.

Como nesta região a criação das crianças expostas sempre foi uma obrigação dos concelhos, não será de admirar que as suas populações procurassem transferir para os concelhos circunvizinhos o ónus da sua criação, expondo-as nos limites dos seus espaços administrativos, com prejuízo para esses concelhos e, sobretudo, para as crianças que, muitas vezes, não resistiam a esse complexo jogo de estratégias familiares ou colectivas. Estas, embora não deixassem de configurar um cenário oportunista, terão de ser inseridas num contexto de amenização das próprias dificuldades, mais ainda quando não existiam programas sociais nem meios complementares de ajuda às famílias mais carenciadas e desprovidas do necessário para a sua criação. Só assim se poderá compreender que a morte dessas crianças indefesas fosse encarada com natural resignação, ao mesmo tempo que acabaria por representar o aliviar dos encargos materiais das populações adoptivas.

É neste contexto que teremos de analisar o problema do abandono de crianças em diferentes espaços administrativos, uma das problemáticas que iremos explorar nesta investigação. No entanto, embora se tivesse circunscrito, de uma forma prioritária, aos concelhos circunvizinhos, este movimento demográfico também englobou unidades administrativas mais amplas, primeiro as comarcas e, mais tarde, os distritos geograficamente mais próximos.

Ao longo da investigação, fomos detectando alguns casos concretos que, só por si, são bem elucidativos do estado a que chegou uma instituição nacional que se alimentava dos recursos públicos locais e que, nessa qualidade, deveria constituir um modelo de boa administração, em prol dos interesses das suas populações.

Num cenário bastante permissivo, poderemos referir o que se verificou com uma ama que, apenas dez dias depois de ter acolhido uma criança, supostamente exposta, declarou às autoridades administrativas que a mesma havia falecido, tendo recebido o pequeno salário correspondente aos dias de criação e ao pagamento da mortalha com que teria sido sepultada. Algum tempo depois, as autoridades descobriram que tal declaração não correspondia à verdade, visto que a criança não havia falecido. Apesar disso, a administração continuou a pagar os salários à referida ama, até ao final do período de criação⁴⁶⁰. O mesmo se poderá dizer de uma ama que, em 1815, comprovou a morte da criança que estava a criar, por atestado do pároco, tendo-se descoberto, mais tarde, tratar-se de uma falsa declaração. Tal não impediu que os salários lhe continuassem a ser pagos, tendo o período legal sido prorrogado por mais seis meses, por despacho do presidente da câmara de Viana⁴⁶¹.

E o que dizer das mulheres que faziam passar os filhos por mais de uma Roda para, desse modo, verem ampliados os respectivos salários? A estratégia consistia em simular a exposição dos filhos, em mais do que uma instituição, e a oferecerem-se como

⁴⁶⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fl. 371.

⁴⁶¹ Idem, fl. 35 v.º.

Poderemos, ainda, referir o caso de uma criança que foi exposta na Roda de Viana, em 27 de Abril de 1786, e que, segundo o seu registo, foi criada por uma ama durante três anos, findos os quais terá sido entregue na instituição para passar a ser criada pela ama interna da Roda. Na sequência de investigações realizadas, esta ama acabou por confessar que nunca cuidara da referida criança, tendo declarado que a mesma se encontrava em casa de seu pai e por isso se comprometia a devolver as importâncias indevidamente auferidas.

amas de criação. Assim procedeu uma mulher da Seara que expôs o filho na Roda de Viana e, mais tarde, na Roda de Ponte de Lima. Descoberta a artimanha, deu-se baixa à criança, com a cessação imediata dos respectivos salários e sem quaisquer outras penalizações, incluindo a obrigatoriedade de restituir os salários indevidamente recebidos⁴⁶².

Nalguns períodos, o aparente rigor administrativo contrastava claramente com uma confrangedora permissividade institucional. Como exemplo, poderemos apontar um caso em que o escrivão da câmara de Viana, num acto de pagamento às amas, realizado em 1811, registou no respectivo livro dos expostos que não se deveria pagar o salário a uma ama de Geraz do Lima, enquanto esta não se fizesse acompanhar pela criança exposta. Algum tempo depois, descobriu-se que a dita criança já havia falecido no ano anterior, tendo a administração manifestado a firme intenção de mandar prender a referida ama, no momento em que esta se aprestasse para voltar a receber os salários indevidos. Porém, tal não se verificou porque a câmara apenas pretendia recuperar as verbas que haviam sido incorrectamente pagas, o que só veio a conseguir, não pela sua devolução voluntária, mas através da subtracção dos pagamentos que lhe seriam devidos por estar a criar outros expostos da Roda de Viana⁴⁶³.

A câmara de Ponte de Lima protagonizou uma outra situação onde o aparente rigor administrativo não terá passado dum processo de intenções. Quando descobriu que uma criança exposta na Roda era filha de uma mulher solteira, da Feitosa, ordenou que a mesma fosse presa quando aparecesse para tomar conta do filho, sendo obrigada a pagar a respectiva despesa, um problema entretanto ultrapassado pelo falecimento da criança⁴⁶⁴.

Nem sempre os abusos terminavam com a morte dos expostos. Na realidade, enquanto a maioria das amas optava por comunicar o falecimento das crianças, podendo continuar a receber os salários de criação - caso manifestassem vontade e lhes fosse entregue um outro exposto - outras procuravam ocultar o seu falecimento, chegando a fazer-se acompanhar por crianças estranhas ao processo, como forma de garantir a continuidade do pagamento dos salários.

O combate ao sistema fraudulento que se havia instalado constituiu uma séria preocupação para alguns representantes do poder local, embora sem os resultados esperados. Por exemplo, quando foram criadas as Rodas nos principais concelhos das comarcas de Viana e Valença, os regulamentos locais previam medidas concretas para acabar com a prática de irregularidades. O regulamento da Roda de Monção determinava que, sempre que falecesse algum enjeitado, as amas seriam obrigadas a comunicar esse facto no prazo de 24 horas, sob pena de perderem o direito ao salário vencido e, até, de serem presas, conforme a “malícia” praticada. Ao escrivão exigia-se que fizesse registar o dia em que o exposto havia falecido e as descargas dos pagamentos efectuados às respectivas amas⁴⁶⁵.

A probabilidade de se descobrirem os responsáveis pelo abandono das crianças estaria muito dependente da sua sobrevivência e da eficácia da estratégia utilizada. Esta poderia ser quebrada pela denúncia de terceiros, sobretudo quando se ultrapassavam os limites da tolerância e da compreensão públicas. Foi o que se verificou em relação a um casal da freguesia de Padornelo, do concelho de Coura, cuja mulher criava uma criança da Roda de Valença, exposta no ano de 1812. No ano seguinte, quando o marido se aprestava para receber os salários do último trimestre, depois de obtida a necessária

⁴⁶² A.M.V.C., Livro dos Expostos de Viana (1837-1843), fl. 346 v.º.

⁴⁶³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fl. 130 v.º.

⁴⁶⁴ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1829-1838 I), fl. 36.

⁴⁶⁵ A.M.M., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1785), fl. 79 v.º.

autorização do depositário das sisas, eis que chega a rodeira a dar parte ao escrivão e ao juiz vereador da câmara de Valença da denúncia de uma grave irregularidade. Afirmava ela que havia recebido uma mensagem escrita de uma pessoa capaz, do concelho de Coura, onde se dizia que não se deveriam pagar os salários a essa ama porque a criança já tinha falecido, o que motivou a suspensão imediata do referido pagamento⁴⁶⁶. No entanto, nada se fez para recuperar os pagamentos efectuados nem para condenar os prevaricadores que, desta forma, se haviam apropriado indevidamente dos dinheiros públicos.

Mais do que obrigar as amas a fazerem-se acompanhar pelas crianças expostas, que facilmente poderiam ser substituídas por outras, quando não eram portadoras das medalhas ou selos de identificação, a melhor forma de impedir ou detectar irregularidades era exigir às amas que apresentassem certidões ou atestados a comprovar a existência das crianças. Como resultado desta medida, algumas amas deixaram de comparecer nos actos de pagamento para receber os salários, muito embora algumas das suspeitas ainda o fizessem, fazendo-se acompanhar por atestados falsos.

O descalabro institucional em que se encontrava a administração dos expostos, em determinados concelhos, chegou a fazer desesperar alguns dos provedores das comarcas. Por exemplo, o provedor da comarca de Viana, depois de analisar o registo de Manuel António dos Santos, exposto na Roda de Viana, em 28 de Janeiro de 1784, verificou que não havia sido indicada a ama a quem fora entregue, nem o registo dos respectivos pagamentos. Apenas estava assinalada a data do seu falecimento, ocorrido alguns meses depois da exposição, o que o levou a registar o seguinte comentário: «*Ótimo! assim anda tudo o que toca à camera da villa de Vianna*»⁴⁶⁷.

O alargamento da oferta institucional aos principais concelhos das comarcas de Viana e Valença nem sempre foi acompanhado pelo reforço da fiscalização, como medida preventiva que evitasse quaisquer desvios aos objectivos que presidiram à sua implementação. Concebida para evitar os abortos e os infanticídios e salvar a vida das crianças enjeitadas, foi o mecanismo secreto da roda que abriu o caminho à progressiva apropriação dos benefícios sociais proporcionados por estas instituições, pelo menos enquanto não foram criados outros sistemas alternativos de assistência à infância desvalida.

3-A emergência de um novo modelo de assistência social

A rede institucional de apoio à infância desvalida e abandonada era manifestamente insuficiente para acudir às muitas solicitações, revelando-se incapaz de dar cobertura aos novos problemas sociais, muito menos a substituir a intervenção da caridade particular. A marginalidade e a exclusão social afectaram largos sectores da sociedade portuguesa, incluindo um número crescente de crianças, vítimas de abandono ou nascidas em meios familiares muito precários. Com tantos problemas sociais e sem alternativas institucionais, foi para as Rodas/Hospícios que passaram a confluir muitas das estratégias familiares, o que contribuiu para o descalabro institucional, com o aumento das despesas a não ser acompanhado por uma melhoria dos serviços prestados, nomeadamente pela diminuição da mortalidade.

Perante situações adversas, o desespero de muitas mães terá levado ao abandono efectivo ou simulado de filhos recém-nascidos. Na ausência de um quadro familiar e

⁴⁶⁶ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 145 v.º.

⁴⁶⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1783-1790), fl. 54.

social favorável, a concepção e o nascimento de filhos não desejados ou para os quais não existiam meios que assegurassem a sua criação, poderá estar na origem do recurso à oferta assistencial disponível. A ser assim, estaremos perante situações que não configuram um efectivo enjeitamento dos filhos, nem mesmo uma abstenção ou transferência definitiva das obrigações parentais.

Foram muitas destas situações dramáticas que conduziram a uma certa cumplicidade institucional perante situações tão adversas que, a serem ignoradas ou penalizadas, poderiam conduzir ao abandono efectivo dessas crianças ou a uma morte inevitável. Assim se justifica que a designação de crianças expostas ou postiças tendesse a deixar de ser sinónimo de abandono ou enjeitamento, uma evolução semântica que passaria a englobar todas as crianças que estavam ao cuidado das Rodas e, mais tarde, dos Hospícios. Algumas dessas crianças apenas deram entrada nessas instituições, não porque fossem enjeitadas, mas porque as mães ou outros familiares se viram constringidos a recorrer temporariamente aos benefícios da assistência pública.

É compreensível a preocupação das autoridades locais perante um número cada vez mais elevado de crianças que estavam a ser criadas à custa das rendas ou do contributo directo das populações dos concelhos, sobretudo quando se viam confrontados com uma persistente e incontrolável prática de irregularidades⁴⁶⁸. Todavia, como seria possível impedir os abusos enquanto vigorou o sistema legal e secreto de acolhimento das crianças expostas? Seriam as medidas preventivas suficientes para impedirem a utilização de uma instituição franca e sigilosa, através da intimação das mulheres solteiras? No entanto, mesmo que essas medidas preventivas se revelassem eficazes, como poderiam as autoridades locais vedar o acesso a crianças cujas mães haviam falecido no parto ou ficado doentes e sem leite para amamentar os recém-nascidos? Em caso de partos duplos, como obrigar as mães pobres a criarem as crianças gémeas, sem dispor de meios próprios para lhes prestarem os devidos cuidados? E como proceder em relação às mulheres pobres que se viam forçadas a trabalhar fora de casa, muitas vezes como amas de leite internas ou criadas de servir, não tendo quem amamentasse ou cuidasse dos filhos?

A solução poderia passar pela Roda/Hospício, com estas instituições concelhias a assumirem-se como precursoras das futuras creches e infantários, com a particularidade dessas crianças ficarem ao cuidado de uma ama ou de uma família de acolhimento, subsidiadas pela câmara municipal. Por exemplo, quando se descobriu que a mãe de uma criança, que tinha sido exposta na Roda de Viana, em 1840, estava a servir numa casa particular, razão pela qual não poderia tomar conta da filha, as autoridades locais mandaram continuar a sua criação até que a criança completasse os sete anos⁴⁶⁹.

São frequentes os casos em que as autoridades administrativas localizavam e identificavam as mães das crianças que apareciam expostas nas diversas Rodas das comarcas de Viana e Valença. Todavia, nem sempre essa identificação era seguida por uma entrega compulsiva das crianças, muito menos com a condenação pública dessas mães “desnaturadas”. As posições assumidas variavam muito em função do contexto

⁴⁶⁸ Os procedimentos administrativos variavam muito em função das situações detectadas. Assim, quando se descobria que uma criança era originária de um outro espaço administrativo ou era filha de pessoas que tinham meios para a criar, sem difamação, a decisão passava pela sua entrega imediata. Contudo, se a criança tivesse sido exposta por razões de honra familiar, a sua criação continuaria a ser assegurada, com a particularidade de se procurar manter todo o sigilo à volta destes casos.

Quando as motivações fossem de natureza económica ou resultassem de uma efectiva incapacidade física das mães em amamentarem os filhos, poderíamos estar apenas perante um abandono simulado ou temporário das crianças, a merecerem um tratamento próprio. Este poderia conduzir ao prolongamento da criação ou à atribuição de subsídios para ajudar as mães ou familiares a criarem essas crianças.

⁴⁶⁹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1837-1843), fl. 118.

familiar e das razões que terão levado as mães a recorrer a esses serviços de assistência pública. Analisada e ponderada cada situação, as autoridades administrativas tomavam as decisões que consideravam mais adequadas, muito embora nem sempre se revelassem muito coerentes, tudo dependendo da seriedade e do rigor com que se encarava este ramo da assistência pública.

Como a aleitação materna era considerada fundamental para a sobrevivência das crianças recém-nascidas, as câmaras municipais procuravam descobrir o mais rapidamente possível quem eram as mães dessas crianças para que o leite não lhes secasse e pudessem continuar a amamentá-las. No entanto, para as que viviam numa situação de grande pobreza, as câmaras chegaram a atribuir-lhes um subsídio de aleitação, equivalente ao salário habitualmente pago às amas de leite, o mesmo se verificando quando se descobria serem as amas as próprias mães, desde que comprovado o seu estado de pobreza. Não o fazer, seria o mesmo que deixar estas crianças à sua sorte, quantas vezes condenadas a morrer por falta de meios que algumas das mães tão desesperadamente procuravam encontrar, mesmo que a estratégia utilizada não tivesse a devida cobertura legal.

Estes exemplos são bem elucidativos do alargamento progressivo da abrangência e cobertura social das Rodas/Hospícios, não restringindo a sua acção protectora às crianças expostas ou abandonadas. Contudo, esta tolerância institucional parecia não incluir crianças legítimas. Estas só poderiam beneficiar dos apoios públicos à sua criação, em situações absolutamente excepcionais, como a indigência, a extrema miséria dos pais, a falta de leite ou os partos duplos. Todavia, não deixa de ser sintomático o facto da administração municipal continuar a designar como “exposta” uma criança que estava em poder dos pais, o que prova que esta designação não era sinónimo de abandono ou enjeitamento, antes uma forma muito particular de identificar todas as crianças beneficiárias deste modelo de assistência pública.

Sempre que se descobria que determinadas crianças expostas eram filhas de mulheres solteiras que reuniam as condições mínimas para as poderem criar, sem que a honra familiar fosse posta em causa, as administrações procediam à sua entrega, por intimação, embora não as obrigassem a pagar as despesas já realizadas com a sua criação. Nas situações mais problemáticas, que poderiam pôr em risco a vida dessas crianças, como quando se comprovava a indigência das mães ou quando estas necessitavam de trabalhar para sobreviver, essas crianças continuavam a ser criadas à custa das rendas dos concelhos. Era o assumir de uma discriminação positiva em relação à ilegitimidade e à mulher trabalhadora, naquilo que poderá representar a adopção de uma política social que procurava atenuar os efeitos mais nefastos duma certa pobreza estrutural.

A Roda deixou de ser definitivamente uma instituição ao serviço exclusivo das crianças enjeitadas, tendo progressivamente passado a assumir uma função social de apoio às famílias mais carenciadas, sobretudo em relação às mães solteiras. A tolerância institucional foi uma realidade⁴⁷⁰, sobretudo para com as crianças nascidas em ambientes familiares mais precários, privilegiando as ilegítimas sobre as legítimas. O problema é que a tolerância institucional registou grandes variações ao longo do tempo, não sendo fácil conciliar o rigor administrativo e o sentido humanitário que impregnava este ramo da assistência pública com os recursos humanos e financeiros disponíveis.

⁴⁷⁰ Não raro se descobria que o nome de algumas amas era fictício e que as crianças simuladamente expostas estavam a ser criadas pelas próprias mães, uma situação que muitas vezes mereceu a compreensão das autoridades locais, chegando ao ponto de deliberar manter o subsídio de criação, em vez de as recrimir e obrigar a compensar a câmara pelas despesas entretanto realizadas, uma pretensão que não estariam em condições de satisfazer.

Perante as inúmeras solicitações de uma sociedade tão heterogênea, cujos problemas não paravam de aumentar, não admira que as instituições de acolhimento e apoio à infância desvalida se revelassem manifestamente insuficientes para dar resposta a uma crescente procura, o que se reflectia nos elevados índices de mortalidade dessas crianças.

Foram os abusos que obrigaram as autoridades a intervir e a procurar identificar a origem familiar das crianças expostas, única forma de saber se as mesmas se encontravam ou não nalguma das circunstâncias socialmente toleradas. Essas indagações permitiam detectar muitas irregularidades e aliviar os custos orçamentais, após a devolução dessas crianças aos seus familiares. Paralelamente, acabavam por pôr a descoberto algumas situações que, por se revelarem demasiado confrangedoras, não deixaram de merecer uma atenção particular por parte das administrações concelhias e conduzir ao alargamento do âmbito de intervenção destas instituições públicas de assistência.

Depois de um longo período em que o sistema público de assistência não conseguiu dar resposta às necessidades emergentes das populações, em particular a assistência à infância desvalida e abandonada, foi na segunda metade do século XIX que as novas instituições de assistência se foram moldando e adaptando à nova realidade social. Era o concretizar tardio de alguns dos ideais iluministas que estiveram na origem de uma nova concepção, protecção e valorização da infância, embora sem poder abdicar da contribuição municipal e da iniciativa privada.

Este processo culminou com a fundação das primeiras Casas ou Asilos da Infância Desvalida, primeiro nos principais centros urbanos, depois na sede dos distritos administrativos e noutros concelhos do nosso país, antecipando a criação das creches e das maternidades. Todavia, enquanto se manteve esse vazio institucional, foram as Rodas e, mais tarde, os Hospícios que centralizaram toda a assistência à infância desvalida e abandonada, enquanto as populações continuavam a aguardar pela adopção de políticas sociais mais abrangentes.

CAPÍTULO II

Análise diferencial dos expostos e subsidiados do Alto Minho

1-Os “expostos” do Alto Minho

Para se poder avaliar a evolução e a verdadeira dimensão do fenómeno da exposição de crianças no Alto Minho, teremos de confrontar os dados quantitativos com os quadros legais e as práticas institucionais. Só assim será possível confirmar se os números fornecidos pelas fontes municipais e distritais correspondem à realidade ou se os procedimentos administrativos locais foram a face visível do desvirtuamento completo de todo o modelo assistencial.

Uma análise crítica das fontes municipais permitiu-nos detectar várias irregularidades processuais que conferiam uma dimensão errada ao número de expostos que estavam a cargo dos diferentes concelhos, nomeadamente quando não se estabelecia uma clara diferenciação entre as crianças beneficiárias deste sistema público de assistência, genericamente designadas por expostas.

Foi com base numa análise microanalítica das fontes municipais que elaborámos uma tabela (*anexo II*) com o número de crianças que foram expostas nas diversas Rodas e Hospícios dos vários concelhos da região do Alto Minho, no período compreendido entre 1770 e 1920. As séries obtidas estão bastante incompletas, uma lacuna que é justificada pela inexistência de alguns livros de registo ou porque, em caso de dúvida, optámos por não quantificar os expostos. Quando não conseguimos diferenciar, de uma forma inequívoca, as crianças expostas das subsidiadas, mesmo recorrendo a uma análise microanalítica (nalguns casos os registos dos subsidiados eram idênticos aos das crianças expostas)⁴⁷¹, a nossa decisão passou por não apresentar esses indicadores estatísticos, em nome do rigor científico e da fiabilidade da informação.

Os concelhos de Viana e Ponte de Lima são aqueles que melhor nos conferem uma perspectiva global da evolução do movimento da exposição de crianças na região do Alto Minho. Por serem os mais representativos, os dados estatísticos que foram obtidos a partir da exploração das respectivas fontes municipais poderão servir-nos de indicadores das tendências e oscilações registadas, com a oferta institucional a influenciar directamente a procura. Assim, ao longo do período estudado, foi-nos possível identificar três das grandes fases da assistência aos expostos na região do Alto Minho⁴⁷².

⁴⁷¹ Por exemplo, ao optarmos por não apresentar o total de crianças “expostas” que deram entrada na Roda dos Arcos, até à abolição da sua Roda, só o fizemos porque não conseguimos diferenciar as crianças verdadeiramente expostas das crianças subsidiadas, todas registadas como expostas. Só por indução o poderíamos fazer, visto que as crianças subsidiadas acabavam por ser entregues às presumíveis mães, apresentadas oficialmente como amas, quando completavam um ano de criação. O problema é que a mortalidade era muito elevada no primeiro ano de criação, não havendo possibilidade de saber se as crianças falecidas eram expostas ou subsidiadas. No entanto, pela amostragem utilizada, as crianças subsidiadas deveriam constituir, pelo menos, uma quinta parte do total de beneficiários.

A contagem dos expostos foi retomada após a substituição da Roda pelo Hospício, em 1866, altura em que os registos passaram a identificar as crianças subsidiadas ou desvalidas, autonomizando-as em relação às crianças expostas ou abandonadas.

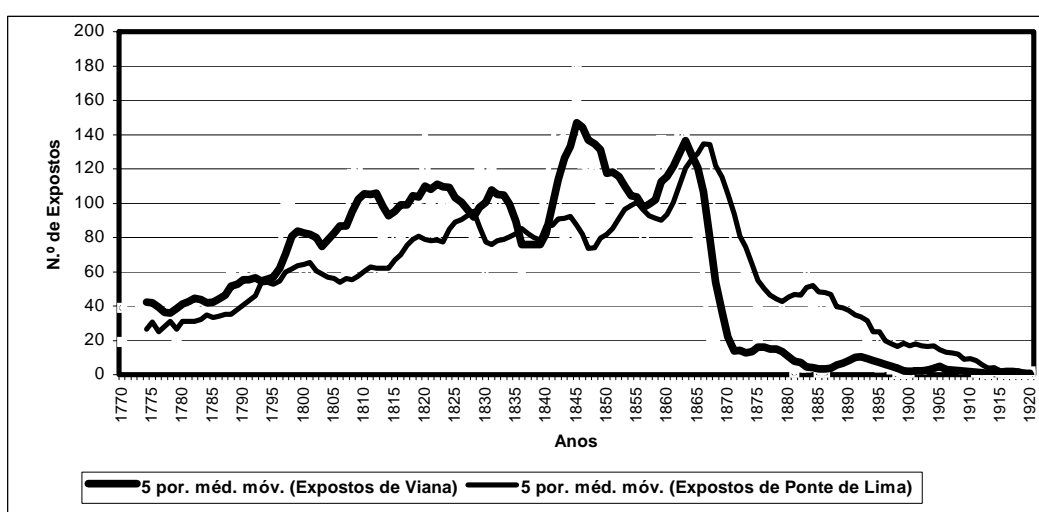
⁴⁷² Só esporadicamente fazemos referência à fase que antecedeu a criação da Roda de Viana e que se inicia quando as Ordenações do Reino incluíram os concelhos na cadeia hierárquica dos responsáveis pela criação das crianças enjeitadas. Uma parte desse período foi tratada na nossa investigação sobre o abandono de crianças em Ponte de Lima, iniciada no ano de 1625, ano em que se consumou a transferência da gestão e administração dos expostos do juiz dos órfãos para a câmara municipal (Fonte:1996b).

A primeira fase inicia-se nos finais de seiscentos, coincidindo com a fundação da Roda de Viana⁴⁷³, e prolonga-se até ao último quartel do século XVIII. Ao longo de quase um século, o número de exposições registou uma tendência ligeiramente ascendente, tanto no concelho de Viana como nos restantes concelhos que ainda não haviam sido dotados com as suas próprias instituições de acolhimento.

A transição para a segunda fase aconteceu no último quartel do século XVIII, acompanhando o movimento de generalização das Rodas por todas as terras das comarcas de Viana e Valença, na sequência do envio da ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783. A ampliação da oferta institucional repercutiu-se directamente no aumento significativo da procura, uma tendência que, com algumas oscilações, se prolongou até à substituição das designadas “rodas francas” pelo sistema de admissão condicionada de crianças.

A terceira fase iniciou-se no ano de 1866, numa altura em que as Rodas foram substituídas pelos Hospícios, com a assistência à infância desvalida e abandonada a obedecer a uma nova regulamentação distrital. Após algumas resistências iniciais, o movimento de exposição de crianças iniciou um ciclo descendente, até se tornar praticamente residual no final do período desta investigação, já em pleno século XX. Esta tendência decrescente também poderá ser explicada por uma mais apertada e eficaz fiscalização, em simultâneo com um aumento do apoio às famílias mais carenciadas e paralelamente com a emergência de um novo sentimento de responsabilização familiar e de uma maior valorização da criança.

Gráfico 8
Movimento dos Expostos de Viana e Ponte de Lima (1770-1920)



Como se pode verificar no *gráfico 8*, apesar do alargamento da oferta institucional na região do Alto Minho, nos finais do século XVIII, a Roda de Viana continuou a

⁴⁷³ O facto de Viana ser o único concelho do Alto Minho que tinha Roda, neste período, não terá deixado de lhe conferir algum efeito atractivo, bem patente na concepção de estratégias familiares ou colectivas que pretendiam transferir para outros concelhos os encargos com a criação das crianças expostas ou como forma de melhor ocultar a sua origem familiar. Isto não significa, como já o referimos, que a Roda tivesse emergido como uma instituição fundamental e indispensável ao acolhimento e criação de crianças expostas. Na verdade, basta lembrar o que estava estipulado nas Ordenações do Reino, com os concelhos a serem obrigados, em última instância, a acolher e a criar as crianças expostas ou abandonadas nos seus espaços administrativos, à custa das suas rendas ou através da contribuição dos seus habitantes, mesmo que ainda não dispusessem das suas próprias Casas da Roda.

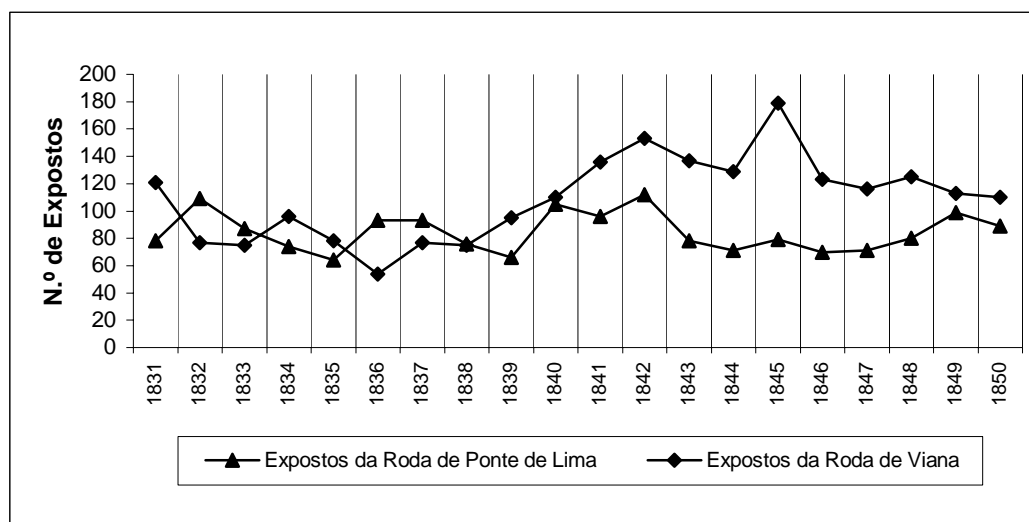
registar um movimento ascendente no número de exposições. Esta tendência também foi extensiva ao concelho de Ponte de Lima, tudo indicando que, neste caso, sob a influência directa da criação da sua própria Roda Pública, em 1787. Na realidade, quando se esperaria uma redução das exposições de crianças no Alto Minho, sobretudo na Roda de Viana, em consequência de uma maior dispersão de crianças pelas novas instituições de acolhimento, o efeito acabou por ser contrário, com a oferta institucional a estimular uma nova procura, aproveitando o carácter sigiloso das exposições.

As oscilações na procura, bem evidentes ao longo do período que se prolonga até meados do século XIX, tanto poderão ser explicadas pela evolução da conjuntura política e sócio-económica, como pela maior ou menor seriedade ou tolerância do modelo assistencial. Efectivamente, se é certo que uma maior permissividade institucional poderá ser entendida como uma progressiva desmoralização do sistema assistencial, também não poderemos deixar de equacionar a hipótese de se estar perante uma nova concepção de assistência, bem mais abrangente, ao serviço das crianças e das famílias mais carenciadas.

Não sendo possível avaliar a verdadeira influência de alguns factores imponderáveis na evolução da procura, tudo indica que este fenómeno demográfico terá resultado de uma conjugação de factores, aproveitando a ambiguidade legislativa e as fragilidades institucionais. Todavia, não poderemos ignorar a eventual influência das reformas administrativas do período liberal no aumento do número de expostos nalguns concelhos, nomeadamente nos que viram os seus termos substancialmente ampliados.

Foi na sequência dos decretos de 18 de Julho de 1835 e 6 de Novembro de 1836 que o concelho de Viana passou a integrar as freguesias dos extintos concelhos de Lanheses, Geraz do Lima e Capareiros, bem como um conjunto de freguesias localizadas entre os rios Lima e Neiva, desanexadas do concelho de Barcelos, o que representou um acréscimo de aproximadamente mais três milhares de novos fogos, a que deveriam corresponder cerca de 12 mil novos habitantes.

Gráfico 9
Expostos das Rodas de Viana e Ponte de Lima (1831-1850)

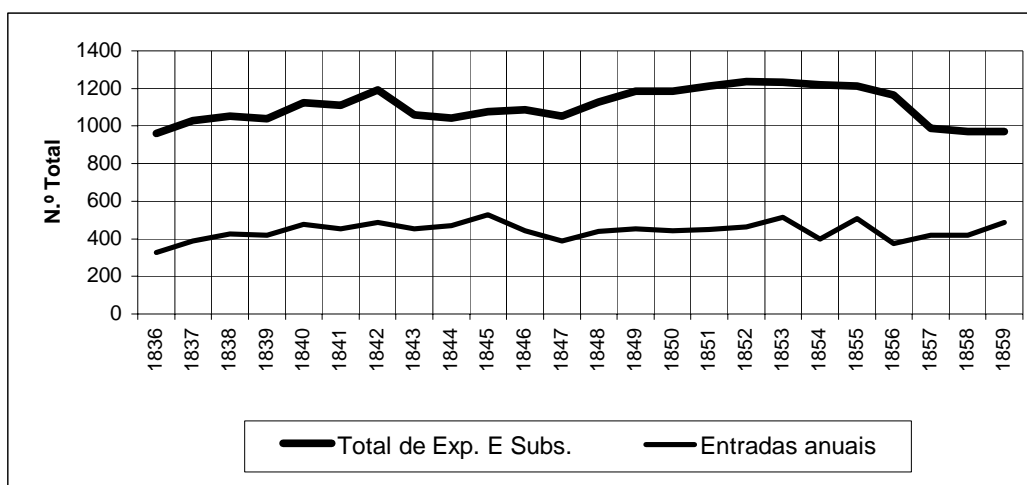


O mesmo se verificou no concelho de Ponte de Lima, com a integração das freguesias dos extintos concelhos e coutos de Bertandós, Boalhosa e Queijada, Cabaços, Correlhã, Facha, Feitosa, Gondufe, Rebordões e, sobretudo, de várias freguesias do extinto concelho de Albergaria de Penela. Como este último concelho também tinha Roda, os seus expostos foram transferidos para a Roda de Ponte de Lima, sob a responsabilidade administrativa da sua câmara municipal. O impacto só não foi

maior porque a Roda deste concelho extinto tinha uma reduzida dimensão, com um número relativamente reduzido de expostos, acrescido de algumas crianças subsidiadas (Fonte, 1996b:32).

Observando o *gráfico 9*, é possível verificar que a ampliação do termo de Viana não teve reflexos imediatos no aumento do número de expostos na sua Roda. Como não era possível saber se alguns dos expostos da Roda de Barcelos eram originários de algumas das freguesias desanexadas que passaram a integrar o termo de Viana, a sua transferência para a Roda de Viana não se poderia realizar. Assim, depois de uma ligeira descida inicial, o aumento das exposições apenas se registou a partir de 1837 e, sobretudo, a partir do início da década seguinte. Pelo contrário, detectámos uma pequena subida no número de expostos da Roda de Ponte de Lima, logo em 1836, a reflectir a admissão dos expostos do concelho de Albergaria de Penela.

Gráfico 10
Expostos e subsidiados do distrito de Viana (1836-1859)

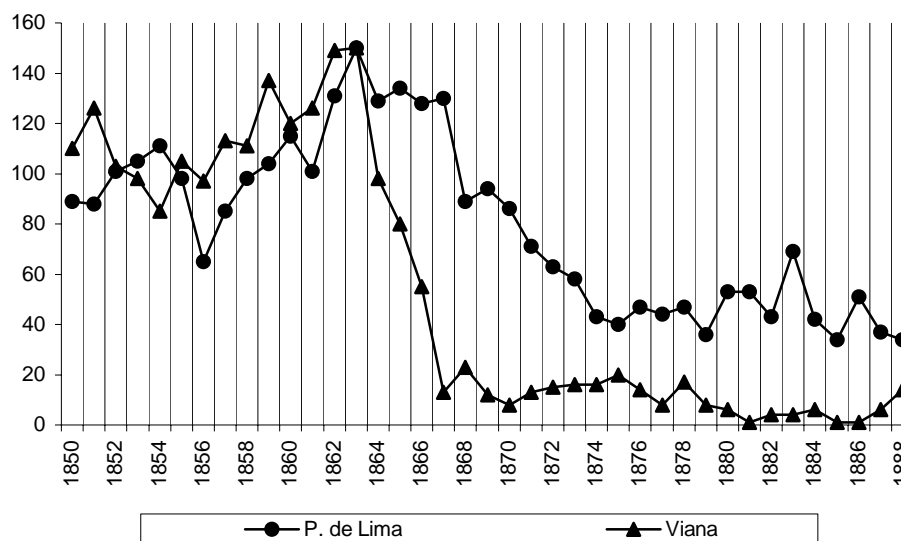


O *gráfico 10* permite-nos avaliar a verdadeira dimensão do sistema distrital de assistência à infância desvalida e abandonada, entre 1836 e 1859, com o total de crianças assistidas (expostas e subsidiadas) a representar sensivelmente o triplo do número de crianças admitidas anualmente nas várias instituições. No entanto, como o número de subsídios concedidos ainda era bastante reduzido⁴⁷⁴, quando comparado com o número de beneficiários expostos nas 11 Rodas do distrito (reduzidas a 10, a partir de 1855, com a extinção do concelho de Valadares) os valores globais apresentados reproduzem essencialmente o número de exposições anuais, bem como o total de expostos que estavam a cargo das várias instituições (desde o momento da exposição até atingirem os sete anos de idade).

⁴⁷⁴ Ao cruzarmos os dados estatísticos distritais (contidos no mapa estatístico do movimento dos expostos do distrito de Viana, relativo ao ano de 1844), com os indicadores municipais de alguns concelhos, foi possível verificar que, enquanto os concelhos de Ponte de Barca, Valença e Vila Nova de Cerveira registavam os mesmos valores (o que significa que não havia subsidiados entre as crianças expostas), os concelhos de Arcos, Ponte de Lima e Viana apresentavam valores divergentes.

A maior ou menor diferença resultava do número de crianças subsidiadas que apareciam contabilizadas entre os expostos. Por exemplo, enquanto o mapa distrital assinalava a entrada de 76 expostos na Roda de Ponte de Lima e de 169 expostos na Roda de Viana, a análise microanalítica dos registos municipais apenas nos indica que entraram 71 e 129 expostos em Ponte de Lima e Viana, respectivamente. Era um diferencial que correspondia ao número de subsidiados de cada concelho, em número bem superior na Roda de Viana (A.G.C.V.C., *Mapa Estatístico do movimento dos expostos no distrito de Viana* (Pasta 1.12.4.10-3).

Gráfico 11
Expostos das Rodas/Hospícios de Viana e Ponte de Lima
(1850-1888)



Nos concelhos em que dispomos de informação, regista-se uma tendência ascendente no número de exposições, até 1866. Isso mesmo podemos observar no *gráfico 11*, com os concelhos de Viana e de Ponte de Lima a registarem um aumento das exposições, com algumas oscilações anuais, completando o ciclo que se havia iniciado nos finais do século XVIII e se acentuara no início da segunda metade do século XIX.

Quadro 30
Estatística da população, expostos, subsidiados e despesas
(Distrito de Viana - 1840-1853)

ANOS	População do Distrito	Expostos e subsidiados (início do ano)	Expostos e subsidiados (final do ano)	Despesas anuais (em réis)
1840	176 856	1 035	1 066	9 387\$759
1841	176 987	1 066	1 170	9 859\$468
1842	180 855	1 170	1 163	10 320\$521
1843	179 324	1 163	1 026	9 531\$549
1844	180 795	1 026	1 008	9 435\$712
1845	188 637	1 008	1 078	9 520\$691
1846	179 962	1 078	1 086	9 646\$414
1847	180 148	1 086	1 046	9 420\$233
1848	181 836	1 046	1 127	9 432\$468
1849	185 038	1 127	1 175	9 905\$661
1850	188 659	1 175	1 186	9 979\$121
1851	185 855	1 186	1 212	10 423\$345
1852	184 359	1 212	1 238	9 997\$489
1853	187 791	1 238	1 232	9 802\$542

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.12.4.10-1

A partir do momento em que as câmaras municipais passaram a ser obrigadas a justificar as despesas com os expostos, que estavam a ser criados pelas suas próprias instituições de assistência, fundamentadas no movimento anual do número de beneficiários, os mapas elaborados são bem elucidativos da inclusão das crianças desvalidas ou subsidiadas, lado a lado com as crianças expostas.

Observando o *quadro 30*, podemos concluir que o número total de expostos e subsidiados se manteve relativamente estável entre 1840 e 1853, com uma tendência ligeiramente ascendente, que se vai acentuar nos anos seguintes.

Pela análise do movimento anual de crianças expostas e subsidiadas que foram admitidas nas Rodas do distrito de Viana, entre 1854 e 1863 (*quadro 31*), será possível avaliar a dimensão alcançada por este ramo da administração pública. Porém, se compararmos estes dados com o número de crianças que anualmente foram expostas (*anexo 2*), poderemos concluir que a atribuição de subsídios de aleitação ainda era uma prática bastante limitada.

Quadro 31
Movimento anual de entrada de expostos e subsidiados nas Rodas
(Distrito de Viana - 1854-1863)

Concelhos	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
Arcos	70	67	66	69	85	95	114	98	114	102
Caminha	7	9	12	7	8	8	5	1	7	11
Coura	19	13	19	21	13	18	11	14	15	16
Melgaço	6	27	7	5	5	9	6	9	8	4
Monção	23	64	24	24	19	18	19	23	26	11
P. Barca	30	41	36	34	38	32	27	38	45	37
P. Lima	111	100	68	108	118	121	154	143	154	160
Valença	19	25	15	13	11	23	23	20	16	19
Viana	87	141	116	122	113	144	152	151	211	217
V.N.Cerv. ^a	12	13	13	17	8	18	15	16	5	9
TOTAL	384	500	376	420	418	486	526	513	601	586

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.14.6.3-5

Quadro 32
Total de expostos e subsidiados a criar pelas Rodas do Distrito de Viana
(1854-1863)⁴⁷⁵

Concelhos	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
Arcos	240	263	272	188	191	209	200	200	197	194
Caminha	26	25	26	27	27	21	22	17	16	18
Coura	50	56	58	51	43	50	40	32	31	33
Melgaço	15	38	38	34	30	29	24	23	25	21
Monção	48	95	93	80	71	64	62	64	59	49
P. Barca	79	85	71	64	75	65	71	72	87	76
P. Lima	276	277	260	255	266	243	266	247	246	294
Valença	70	55	49	42	39	47	49	46	37	36
Viana	332	290	263	215	201	213	230	258	323	355
V.N.Cerveira	29	30	34	32	28	31	32	35	27	28
TOTAL	1 165	1 214	1 164	988	971	972	996	994	1 048	1 104

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.14.6.3-5

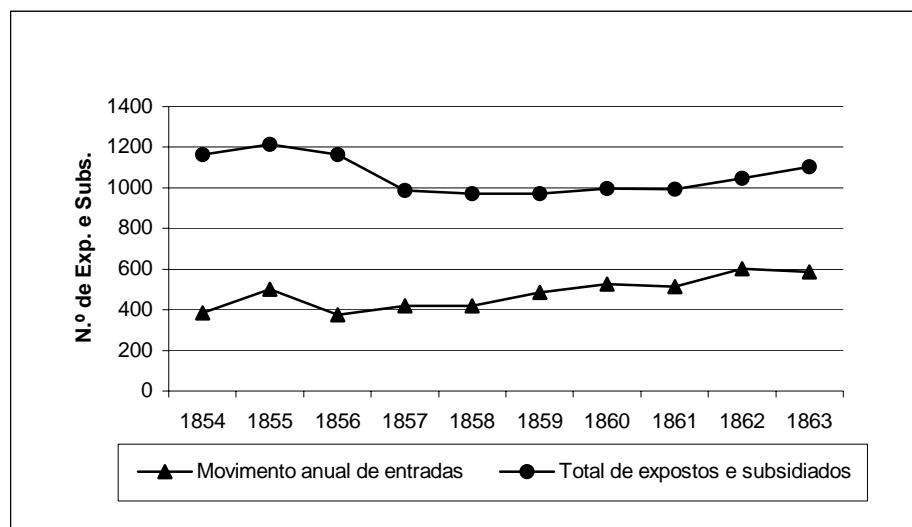
Enquanto que o *quadro 31* nos mostra o total de crianças admitidas anualmente nas diversas Rodas do distrito de Viana, o *quadro 32* integra o total de crianças que estavam a ser criadas por essas mesmas Rodas, a maioria delas expostas.

⁴⁷⁵ Em relação ao total de expostos existentes nas Rodas do distrito de Viana, relativos ao ano de 1854, deverão acrescer mais 55 expostos que estavam a cargo da *Roda de Valadares*, um concelho extinto no ano seguinte, tendo os seus expostos sido distribuídos pelos concelhos de Monção e Melgaço, o que explica parte do crescimento registado nestes concelhos nos anos seguintes.

Com este panorama assistencial, faltará saber se foi o elevado número de exposições que dificultou ou impediu o aumento dos subsídios de aleitação ou se terá sido o número reduzido destes que contribuiu para o aumento das exposições⁴⁷⁶.

Se as crianças subsidiadas apenas permaneciam alguns meses a cargo dos municípios, a criação dos expostos sobreviventes poderia prolongar-se por sete anos, caso não fossem entregues ou reclamados pelos seus familiares. Por outro lado, o facto do total de beneficiários oscilar entre o dobro e o triplo das entradas anuais só vem demonstrar o forte impacto da mortalidade, um diferencial que também foi atenuado pela entrega (voluntária ou compulsiva) de algumas dessas crianças aos seus familiares ou a pessoas que se disponibilizaram para as criar gratuitamente.

Gráfico 12
Expostos e Subsidiados das Rodas do Distrito de Viana (1854-1863)



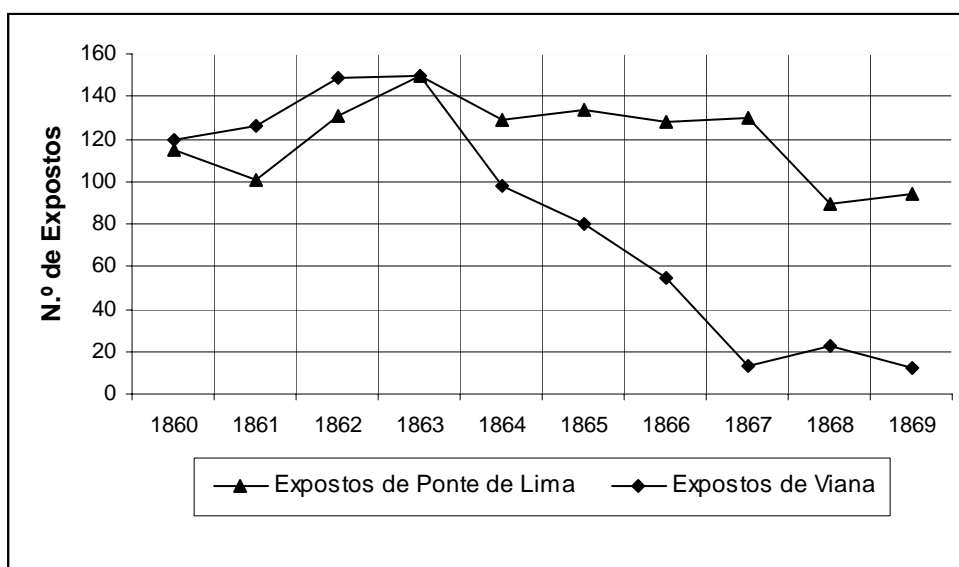
Fonte: A.G.C.V.C., Mapa dos expostos do distrito de Viana

Esse estreitamento pode ser observado no *gráfico 12* sobretudo a partir do ano de 1856, com as crianças expostas a serem as principais vítimas deste modelo assistencial ou da estratégia que visava subsidiar a sua criação. Este problema não afectava a generalidade das crianças subsidiadas, na sua maioria a serem criadas no seu próprio ambiente familiar. Não fosse este “mecanismo auto-regulador” e o número de crianças a cargo dos concelhos seria bem mais elevado, o que não deixaria de se reflectir no orçamento distrital e no significativo aumento da despesa e contribuição de cada um dos concelhos.

Após um longo debate em torno da legitimidade das Rodas, apontadas como a salvaguarda da harmonia e da honra das famílias, por uns, ou como um chamariz à libertinagem e à desmoralização, por outros, tudo indica que, perante a nova realidade institucional (substituição das Rodas pelos Hospícios), se viesse a registar uma diminuição acentuada no número de exposições (*gráfico 13*). Trata-se de uma evolução que parece não deixar quaisquer dúvidas sobre a influência da qualidade da oferta institucional nas oscilações da procura.

⁴⁷⁶ Contrariando o sistema vigente de concessão de subsídios, o concelho dos Arcos terá encontrado uma forma de contornar uma certa política restritiva por parte da administração distrital, passando a registar como expostas todas as crianças que estavam a ser criadas pela sua Roda. Contudo, numa análise mais profunda dos registos, pudemos verificar que muitas crianças eram entregues às respectivas mães, após alguns meses da data de admissão, a maioria ao completar um ano de idade, o que nos leva a presumir tratar-se de crianças subsidiadas, como já o referimos.

Gráfico 13
Evolução das exposições anuais em Ponte de Lima e Viana (1860-1869)



O movimento das exposições não deixa de pôr em evidência a situação particular que se registou no concelho de Ponte de Lima, na altura da alteração institucional. Como se pode observar no *gráfico 13*, o encerramento da Roda de Ponte de Lima não representou uma quebra imediata das exposições, o que pode ser entendido como uma resistência inicial à mudança institucional. Assim, enquanto que em 1866, ano da substituição da Roda pelo Hospício, o número de exposições foi de 128, no ano seguinte, depois de desmantelada a roda franca, o seu número ascendeu a 130, o que não deixa de ser surpreendente face à obrigatoriedade das admissões justificadas e às limitações regulamentares.

Neste caso, é provável que a procura registada tivesse sido uma consequência do contexto institucional anterior, com algumas das crianças que nasceram de gravidezes não desejadas a estarem predestinadas à sua exposição numa instituição, quase secular, profundamente enraizada entre as comunidades locais (Fonte, 1996b:106). O tempo decorrido não terá sido suficiente para uma consciencialização e adaptação à nova realidade institucional, após a adopção do novo sistema de admissão condicionada.

Esta hipótese ganha ainda mais consistência quando verificámos que, após cerca de seis meses de expectativa em relação ao funcionamento do Hospício, se verificou uma apropriação dos benefícios assistenciais da nova instituição. A funcionar geralmente no mesmo edifício, só foi preciso encontrar alternativa à desactivação do mecanismo da roda, o qual assegurava a recolha imediata das crianças e o sigilo das exposições⁴⁷⁷.

Após um pequeno período em que as crianças voltaram a ser expostas nas várias freguesias do concelho, o Hospício passou a centralizar novamente grande parte das exposições. A hospitaleira se encarregaria de recolher as crianças que apareciam expostas à porta da instituição, deixadas a coberto da noite. Os reflexos da nova realidade institucional só se vão fazer sentir em 1868, ano em que se inicia um

⁴⁷⁷ As rodas estavam de tal forma enraizadas entre as comunidades locais que, muitos anos após o seu desaparecimento o seu nome continuava a perdurar e a designar, erradamente, as instituições que as haviam substituído. Por exemplo, em 1874, o Abade da freguesia de S. Jorge, do concelho dos Arcos, ao passar uma certidão de óbito de uma criança exposta declarava, sob juramento, tratar-se de Ana Clara, «*exposta da Roda dos Arcos*», tendo falecido de bexigas e enterrada na Igreja Paroquial.

decréscimo na procura, como o comprovam as 89 exposições registadas, um número ainda bastante elevado, quando comparado com as 23 exposições registadas em Viana.

No concelho de Viana, a alteração institucional poderá ser considerada como uma verdadeira reforma estrutural, dadas as implicações sócio-demográficas daí resultantes. Por exemplo, enquanto que no primeiro semestre de 1866 ainda foram expostas 47 crianças na sua Roda, no segundo semestre, que coincidiu com a entrada em vigor do novo regulamento distrital, apenas foram expostas 8 crianças no Hospício. Estas deixaram de poder ser colocadas directamente na roda, entretanto desmanteladas, para passarem a ser expostas em diversos locais da cidade de Viana ou nas várias freguesias do seu termo, geralmente à porta de casas particulares. Foi um período de adaptação ao novo sistema institucional, o qual começou por registar um ligeiro decréscimo nas exposições, logo seguido de um novo aumento, como resultado de um melhor conhecimento da nova instituição de assistência à infância desvalida e abandonada.

Quadro 33
Crianças legítimas, ilegítimas e expostas no distrito de Viana, em 1864

CENSO DE 1864					REGISTO MUNICIPAL ⁴⁷⁸	%		
CONCELHOS	<i>Leg. (L)</i>	<i>Ileg. (I)</i>	<i>Total (T)</i>	<i>% Ileg. (I)</i>	<i>Expostos (E)</i>	<i>E/T</i>	<i>I-E</i>	<i>E+I</i>
Arcos	902	86	988	8,7	-	-	-	-
Caminha	320	10	325	3,1	7	2,2	0,9	5,3
Coura	312	16	328	4,9	-	-	-	-
Melgaço	352	10	362	2,8	5	1,4	1,4	4,2
Monção	617	19	636	3,0	-	-	-	-
P. Barca	354	48	402	11,9	-	-	-	-
P. Lima	926	150	1 076	13,9	129	12,0	1,9	25,9
Valença	367	23	390	5,9	15	3,8	2,1	9,7
Viana	913	124	1 037	12,0	98	9,5	2,5	21,5
V.N.Cerveira	235	13	248	5,2	12	5,1	0,1	10,3
TOTAL	5 298	499	5 797	7,1	-	(5,7)	(1,5)	(12,8)

Não se revela nada fácil a tentativa de calcular a verdadeira dimensão do fenómeno da exposição de crianças no distrito de Viana, em contraposição com o que se verificava a nível nacional, uma consequência natural da falta de dados estatísticos comparáveis ou representativos da mesma realidade demográfica e social. No entanto, em função dos dados disponíveis, relativos ao ano económico de 1863/1864⁴⁷⁹, os expostos do distrito de Viana representariam cerca de 3% do total de entradas nas Rodas do nosso país, um valor que, somado aos 7% do distrito de Braga, confere uma dimensão de aproximadamente 10% aos expostos de toda a região do Minho. Contudo, trata-se de uma percentagem que só poderá ser efectiva se os indicadores estatísticos dos outros distritos também englobarem, como é muito provável, tanto as crianças expostas como as subsidiadas (todas elas apresentadas sob a designação genérica de expostas).

⁴⁷⁸ Os dados relativos aos expostos dos Arcos são apresentados sob reserva, por não ter sido possível diferenciar os verdadeiros expostos dos subsidiados.

⁴⁷⁹ Conferir o quadro 15, da Parte I, com os indicadores relativos à entrada de expostos (onde provavelmente estarão incluídos os subsidiados) nas várias Rodas de Portugal, numa altura em que a exposição havia atingido a sua máxima expressão e quando ainda se faziam sentir os resultados do debate sobre a legitimidade da existência destas instituições “francas”.

Bem mais complexa e problemática se revela a tentativa de calcular a verdadeira representatividade dos expostos no conjunto dos nascimentos. Na realidade, os historiadores demógrafos são confrontados com o facto de não saberem se as crianças expostas eram legítimas ou ilegítimas, um problema que dificulta o estudo da fecundidade diferenciada. Não obstante essas dificuldades, vamos comparar alguns indicadores do censo de 1864 (*quadro 33*), onde foram contabilizados os nascimentos legítimos e ilegítimos, com os dados relativos aos expostos, fornecidos pelas fontes municipais, numa tentativa de aproximação aos valores percentuais da exposição de crianças e da ilegitimidade no distrito de Viana⁴⁸⁰.

Os indicadores de que dispomos apontam para o facto de, pelo menos nalgumas freguesias, se terem incluído os expostos entre os nascimentos ilegítimos, apesar de oficialmente se desconhecer a sua origem familiar. Foi uma forma de não excluir um número significativo de crianças do total de nascimentos registados, um critério que emergia do senso comum, com as próprias autoridades locais a não esconderem a sua convicção de que a maioria dos expostos tinha uma origem ilegítima.

Segundo o censo de 1864 (*quadro 33*), a ilegitimidade registada nos concelhos do distrito de Viana oscilou entre os 2,8% (Melgaço) e os 13,9% (Ponte de Lima), numa média distrital que rondava os 7,1%. É um intervalo demasiado alargado que não legitima a hipótese de poderem existir comportamentos demográficos tão diferenciados, com uns concelhos a terem uma ilegitimidade muito inferior à de outros, mesmo que circunvizinhos. O que deverá ter acontecido foi a ocultação de uma parte indeterminada da ilegitimidade, com algumas populações a exporem mais as crianças ilegítimas e a utilizarem a estratégia da circulação interconcelhia, sem excluir a possibilidade de parte deles não incluírem todas ou parte das crianças expostas entre os nascimentos ilegítimos.

Não obstante as medidas preventivas, tornava-se muito difícil, nalguns casos mesmo impossível, poder controlar essa circulação de crianças, numa altura em que ainda vigorava o sistema giratório das rodas, sendo natural que alguns concelhos acabassem por ser mais penalizados, recebendo mais crianças do que aquelas que transferiam. Estas receberiam o baptismo no concelho onde foram expostas, sendo o seu registo a ser lavrado nos respectivos livros paroquiais e municipais.

Comparando o número de expostos que foram registados nas principais instituições de assistência do distrito de Viana (as Rodas de Ponte de Lima e de Viana) com o número de crianças ilegítimas que foram recenseadas no censo de 1864 (*quadro 15*), é possível comprovar uma grande proximidade entre a percentagem de expostos e a percentagem de nascimentos ilegítimos dos concelhos de Ponte de Lima e de Viana. Contudo, se subtrairmos os expostos ao total de ilegítimos, então os concelhos de Ponte de Lima e de Viana teriam registado uma taxa global de ilegitimidade de apenas 1,9% e 2,5%, respectivamente. Seriam percentagens que se enquadrariam bem no modelo de baixa pressão da ilegitimidade de alguns países europeus, mas muito aquém das indicadas pelos estudos microanalíticos que têm sido realizados no âmbito da “reconstituição de paróquias”, com o Minho a ser considerado como o epicentro da ilegitimidade.

Por outro lado, se considerássemos que os expostos não foram incluídos entre os ilegítimos, e no pressuposto de que efectivamente o eram, então a ilegitimidade desses concelhos atingiria valores percentuais extraordinários, com Ponte de Lima a atingir uma percentagem de 25,9% e Viana uma percentagem de 21,5% ! São valores que

⁴⁸⁰ Trata-se de um exercício meramente académico, destituído do indispensável rigor estatístico, por se basear em fontes de informação de instituições que nem sempre se pautaram pelo rigor e pela transparência, por culpa do próprio sistema que conferia às exposições uma carácter sigiloso.

ultrapassam os 19% de “filhos naturais e enjeitados” que foram registados na zona urbana de Guimarães (Amorim, 1995b:27), onde se concentrava a maioria dos registos de expostos, embora estes se reportem ao século XVIII.

Será no sistema assistencial vigente, na mobilidade das mães das crianças e na adopção de critérios estatísticos diferenciados que teremos de encontrar a justificação para tal disparidade estatística nos vários concelhos do Alto Minho, com a média distrital a aparecer substancialmente amenizada, apesar de não dispormos de elementos para todo o distrito de Viana. Mesmo assim, terão de ser equacionados outros factores imponderáveis nos cálculos finais da ilegitimidade, nomeadamente a possibilidade de alguns expostos ilegítimos terem recebido um duplo baptismo e consequentemente um duplo registo⁴⁸¹, sem ignorar a origem legítima de alguns dos expostos.

Uma eventual convergência demográfica entre a ilegitimidade e a exposição de crianças deverá ser aprofundada, sem deixar de ponderar a influência da oferta institucional na exposição de crianças e na ocultação da ilegitimidade. No entanto, perante a extrema complexidade do problema e a impossibilidade em calcular a correlação entre estas duas variáveis demográficas, os dados estatísticos disponíveis não são suficientemente representativos nem minimamente sustentáveis para se poder avançar com qualquer percentagem que se possa aproximar da verdadeira representatividade dos expostos em relação ao total de nascimento. Além disso, mesmo que essa percentagem fosse identificada, ainda teríamos de saber se essas exposições foram reais ou se não passaram de uma encenação, mas nunca saberíamos a origem legítima ou ilegítima dos expostos falecidos.

O que parece não deixar dúvidas é a existência de uma alta pressão da ilegitimidade no Alto Minho, comprovada pelos estudos já realizados e por outros dados estatísticos agora disponíveis⁴⁸², embora se saiba que uma parte dela se manteve oculta ou foi amenizada pela exposição clandestina de crianças. Esta assumiu foros de verdadeiro fenómeno demográfico, logo transformado num incontornável problema social.

Não tardou muito que a admissão justificada de crianças nos Hospícios, implementada a partir de 1866, se viesse a repercutir na diminuição das exposições, simultaneamente com um incremento da concessão de subsídios de aleitação. Esta acentuou-se no último quartel do século XIX e, sobretudo, após a aprovação do regulamento nacional de 1888 para o serviço dos expostos e das crianças desvalidas. O regulamento distrital de 1866, ao condicionar e diferenciar o acesso ao novo sistema público de assistência, provocou uma distribuição dos beneficiários pelas diferentes categorias estabelecidas, embora em número muito inferior ao atingido durante o funcionamento das Rodas.

Pela observação do *quadro 34*, relativo às admissões no Hospício de Viana, será possível comprovar o peso da ilegitimidade entre as razões da exposição de crianças, assim como deduzir o alcance que a mesma terá atingido enquanto vigorou o sistema das Rodas. Na realidade, se incluirmos aqui a preservação da honra familiar (§ 1.º), os filhos ilegítimos de mãe indigente (§ 2.º) e uma parte indeterminada das crianças

⁴⁸¹ Esta situação aconteceria sempre que algumas crianças fossem expostas depois de baptizadas, um baptismo que lhes voltaria a ser ministrado “sub conditione”, caso não se fizessem acompanhar por um atestado que comprovasse terem recebido esse sacramento, o que originaria algum sobre-registo.

⁴⁸² Aliás, no período de 1878 a 1890, já depois de encerradas as Rodas e adoptado o sistema de admissão diferenciada de crianças nos Hospícios, a ilegitimidade global no distrito de Viana atingiu a cifra de 16%, um valor apresentado e analisado na primeira parte desta investigação.

Esta abordagem foi desenvolvida no capítulo relativo aos comportamentos demográficos no Minho e na Galiza (Parte I), com a alta pressão da ilegitimidade a ser objecto de análise, em comparação com o que se verificava noutros países europeus.

expostas e abandonadas (§ 3.º) e das indigentes sem parentes (§ 4.º), teremos de concluir que foi ilegitimidade, associada ou não à miséria, que mais terá contribuído para o crescimento das exposições, numa estreita convergência entre dois dos mais enigmáticos fenómenos demográficos.

Quadro 34
Crianças admitidas no Hospício de Viana - art.º 3.º do Reg. de 1866⁴⁸³

ANOS	§ 1.º	§ 2.º	§ 3.º	§ 4.º	Total	ANOS	§ 1.º	§ 2.º	§ 3.º	§ 4.º	Total
1867	13	9	13	-	35	1878	13	44	17	2	76
1868	11	3	23	-	37	1879	15	79	8	2	104
1869	20	13	12	3	48	1880	17	2	19	1	39
1870	11	9	8	1	29	1881	13	11	3	5	32
1871	9	20	13	12	54	1882	10	13	9	1	33
1872	11	30	15	10	66	1883	29	15	11	1	56
1873	9	18	16	4	47	1884	22	27	11	-	60
1874	9	7	16	5	37	1885	21	49	3	2	75
1875	15	16	20	2	53	1886	21	101	6	-	128
1876	14	10	14	2	40	1887	14	28	6	2	50
1877	9	40	8	1	58	1888	1	17	15	2	35

Fonte: A.M.V.C., Livro de registo de Expostos do Hospício de Viana (1865-1869)

Atente-se no número de crianças que deram entrada no Hospício ao abrigo do parágrafo 1.º, o que prova a importância e o significado da preservação da honra familiar entre as famílias honestas, frequentemente abalada pelo problema da ilegitimidade. Todavia, seria necessário clarificar quem poderia estar abrangido pelo conceito restritivo de “famílias honestas”, as únicas que, segundo a regulamentação distrital, poderiam vir a ser afectadas pela vergonha e difamação. Como todos os casos teriam de ser analisados e avaliados em sigilo pela comissão dos expostos, os receios de recusa ou de fuga de informação não terão deixado de contribuir para que algumas das crianças, que eram oriundas desses meios familiares, viessem a ser admitidas na qualidade de expostas ou abandonadas.

Não estando em causa a honra familiar, a maioria das admissões de crianças ilegítimas seria realizada nos termos do parágrafo 2.º, ou seja, quando as mães eram muito pobres e não as podiam criar, mesmo com a concessão de um subsídio. No entanto, a maioria dessas crianças continuava no seu próprio ambiente familiar, enquanto as mães recebiam um subsídio mensal, equivalente ao estipulado para as amas das crianças expostas. A diferença apenas tinha a ver com a duração dos subsídios de aleitação, estes concedidos por períodos bem mais reduzidos do que os destinados às crianças expostas ou abandonadas.

O regulamento nacional de 1867 é bem explícito quanto ao âmbito das recém-criadas Casas-Hospícios, onde as crianças desvalidas deveriam merecer uma atenção especial, como forma de alargar a sua cobertura assistencial, ao serviço dos mais

⁴⁸³ Recordamos que, segundo o art.º 3.º do *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castelo*, aprovado pela junta distrital, em 22 de Março de 1866, só seriam admitidos nos Hospícios os menores de 7 anos, naturais do distrito, que se encontrassem nalgumas das seguintes circunstâncias:

«§ 1.º - Sendo filhos de mãe solteira que não possa criar-os sem diffamação e discordia entre famílias honestas;

§ 2.º - Sendo filhos illegítimos de mãe indigente que não possa criar-os ainda mesmo com o subsídio;

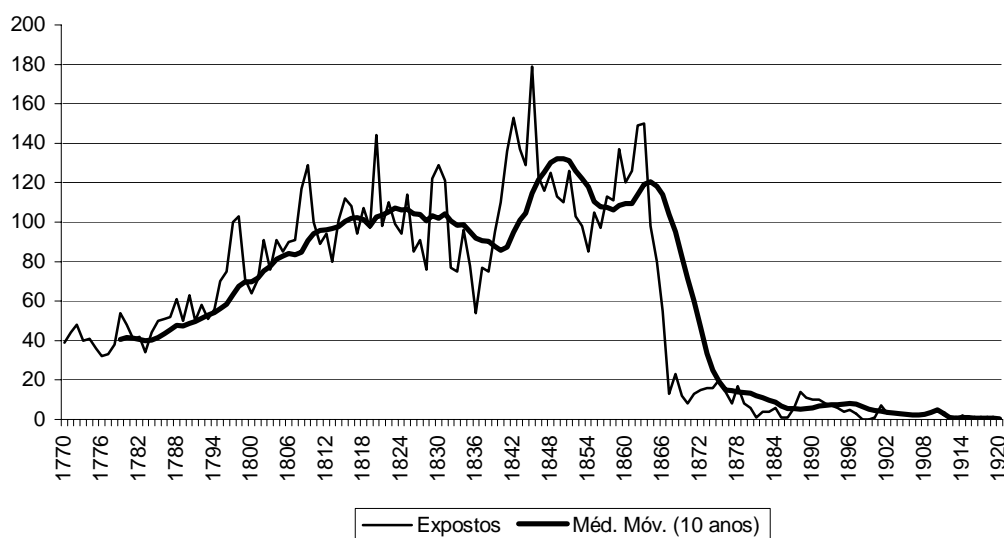
§ 3.º - Sendo encontradas expostas e abandonadas em algum logar;

§ 4.º - Sendo indigentes sem parentes que por lei são obrigados a sustental-as».

carenciados, ao mesmo tempo que poderia funcionar como travão preventivo das causas do abandono e exposição de crianças⁴⁸⁴.

O alargamento do âmbito assistencial destas instituições pressupunha a divisão dos Hospícios em quatro secções, com duas delas a serem destinadas a creches e enfermarias de maternidade. Seria a tão desejada e necessária reforma estrutural na assistência, enquadrada no espírito liberal da época, bem cedo condenada ao fracasso pela falta de meios financeiros, preferencialmente canalizados para a criação de infra-estruturas económicas, indispensáveis ao tão desejado fomento industrial. Os autores da nova regulamentação procuravam adaptar estas instituições à nova realidade sócio-económica nacional do período regenerador, procurando dar resposta às necessidades emergentes do operariado, sem qualquer alternativa para deixar os filhos durante o trabalho⁴⁸⁵.

Gráfico 14
Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima (1770-1920)



Apesar de adiado, este projecto poderá ser considerado como precursor de um mais extenso e ambicioso programa assistencial, o qual veio a culminar com a criação de maternidade, creches e infantários. Contudo, enquanto este programa social não foi

⁴⁸⁴ Segundo o Regulamento de 1867, e de acordo com o estipulado no art. 294.º do Código Civil, além das crianças expostas e abandonadas, poderiam ser admitidas as crianças que fossem filhas de pessoas miseráveis ou que estivessem presas ou condenadas a prisão e degredo, assim como as que fossem filhas de pessoas que sofressem de moléstia grave ou tivessem idade avançada, desde que não tivessem recursos para sustentarem os seus filhos, nem tivessem parentes com obrigação de os alimentar e com recursos suficientes para o fazerem. Seriam, ainda, admitidas as crianças órfãs desamparadas e as que tivessem nascido de mães que, pela sua vida desregrada ou por serem portadoras de moléstia transmissível, fossem reconhecidas incapazes de as criar; assim como as que nascessem de parto gémeo ou múltiplo de mãe indigente, criando esta um ou dois irmãos, somente durante o tempo da lactação (art.11.º e 16.º do regulamento de 1867, por decreto de 21 de Novembro de 1867, cit.).

⁴⁸⁵ Em relação às creches, poderiam nelas ser admitidas as crianças filhas ou a cargo de pessoas que trabalhavam, sendo integradas numa das seguintes classes: as que pagavam a quota inteira, as que pagavam metade e as que eram aceites gratuitamente, estas últimas cujos pais ou parentes vivessem numa situação comprovada de extrema pobreza.

As enfermarias de maternidade deveriam existir em todos os Hospícios e as parturientes comprometiam-se a criar os filhos, salvo casos comprovados de absoluta impossibilidade, bem como a pagar as verbas estabelecidas, excepto as que provarem a sua absoluta pobreza, sendo admitidas gratuitamente (Secção 3.ª e Secção 4.ª do Regulamento de 1867, cit.).

implementado, os Hospícios continuaram a dar cobertura assistencial às situações mais problemáticas, como complemento da acção caritativa e solidária de alguns particulares. Além das crianças expostas, cuja origem familiar se desconhecia, estas instituições recebiam e assistiam as crianças abandonadas, com família conhecida, e, sobretudo, as crianças desvalidas, cujas famílias não reuniam as condições mínimas para as criarem. Algumas delas não hesitavam em solicitar esses apoios, por estarem bem mais preocupadas com a criação e sobrevivência dos filhos do que com a honra perdida.

A partir dos finais do século XIX e, sobretudo, no primeiro quartel do século XX, o número de expostos foi diminuindo progressivamente, até praticamente desaparecer (*gráfico 14*), paralelamente com o incremento dos subsídios de aleitação. Em Ponte de Lima, no período compreendido entre 1892 e 1924, foram acolhidas e subsidiadas 136 crianças, a grande maioria filhas de mães solteiras pobres ou de mulheres (solteiras, casadas ou viúvas) que haviam falecido, sem família para as cuidar. Essas crianças foram admitidas ao abrigo do regulamento nacional, de 5 de Janeiro de 1888, embora com uma cobertura ainda bastante limitada. Por seu lado, em Viana, no período compreendido entre 1912 e 1924, apenas foram expostas 4 crianças, tendo sido concedidos 246 subsídios de aleitação a crianças desvalidas.

2-Relações de masculinidade

«Quando este escrito se fez ainda não tinha nascido esta criança nem se sabia se era macho ou fêmea (...)»

Uma das questões com que os investigadores se debatem é a que procura saber se a exposição de crianças poderia ter subjacente alguma discriminação, por sexos, ou seja, se terá ou não existido alguma propensão ou tendência familiar para se abandonarem mais crianças do sexo masculino ou do sexo feminino.

Em função dos dados estatísticos relativos à exposição de crianças no concelho de Ponte de Lima, procedemos a uma análise diferencial, por sexos, tomando como valor referencial o rácio masculino/feminino (105). O resultado da relação de masculinidade, obtida em diferentes períodos, foi o seguinte: 129,4 (1701-1720); 109,3 (1801-1820), e 109,2 (1851 a 1870). Num período de mais longa duração (1792-1910), o índice de masculinidade foi de 109,5 (Fonte, 1996b:123-125).

Pela análise destes dados, poderá concluir-se que se havia registado uma tendência para se exporem mais crianças do sexo masculino do que do sexo feminino, bem mais significativa no início do século XVIII. Contudo, nos restantes períodos, incluindo o de mais longa duração, o rácio de masculinidade aparece mais atenuado, já bem próximo do valor referencial.

Passando a analisar a relação de masculinidade dos expostos de Viana, seleccionámos três períodos de 20 anos, com o último deles a incluir a fase de transição da Roda para o Hospício (*quadro 35*). Nos períodos de 1771 a 1790 e 1801 a 1820, o índice de masculinidade obtido foi de 109,0. É um valor ligeiramente superior ao rácio de referência (105), mas idêntico ao registado na Roda de Ponte de Lima, nos períodos de 1801 a 1820 e 1851 a 1870. É também idêntico ao obtido nos estudos demográficos das paróquias de Romarigães (105), no período de 1640-1818 (Santos, 1999:154), e da Meadela (110), no período de 1593 a 1850 (Solé, 2001:155), este último uma média global que registou algumas oscilações significativas, como a de 1800 a 1850 (98)) e a de 1750 a 1799 (119). No caso da Roda de Viana, a maior diferença foi registada no período de 1851 a 1870, com um índice de masculinidade de 117,0.

Quadro 35
Rácio de masculinidade (R.M.) dos Expostos de Viana

ANOS	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total	R.M.
1771-1790	470	431	901	109,0
1801-1820	1009	925	1934	109,0
1851-1870	974	832	1806	117,0

A explicação para tal comportamento poderia levar-nos a equacionar a hipótese de se estar perante uma maior estabilidade, afirmação e valorização da mulher no grupo doméstico, com os homens mais sujeitos a terem de deixar o lar, por razões militares ou por integrarem os movimentos migratórios⁴⁸⁶. Todavia, sem querermos excluir a

⁴⁸⁶ Como afirmou Norberta Amorim, os índices de masculinidade inferiores a 100 poderiam afectar os níveis de reprodução das comunidades, sobretudo das pequenas comunidades rurais mais isoladas, um problema que poderia diluir-se com os movimentos migratórios (in AMORIM, Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987, pp.146-147).

possibilidade de ter existido uma maior propensão para se exporem mais crianças do sexo masculino do que do sexo feminino, tudo indica tratar-se de uma escolha aleatória, independentemente do sexo das crianças ao nascimento.

Nessa mesma direcção apontam os estudos realizados na Roda do Porto (Sá e Cortes, 1992b:184) onde, no período de 1820 a 1840, apesar de se ter registado um número superior de meninos expostos, os resultados globais não permitem sustentar qualquer discriminação em relação a estes. Na realidade, as oscilações apresentadas acabam por se inscrever nos índices considerados normais entre os baptismos, apesar de, em 70% de casos observados, se ter verificado que o número de rapazes foi superior ao de raparigas (Sá, 1996:165).

A dar força a esta hipótese não discriminatória, estará o facto da maioria das crianças terem sido “expostas” nas primeiras horas ou nos primeiros dias, após o seu nascimento, e cuja exposição seria o culminar de uma estratégia que terá acompanhado o período de gestação. Nesta perspectiva, muitas das crianças já haviam sido previamente destinadas à exposição, antes de se conhecer se eram do sexo feminino ou masculino. Em abono da tese de que as exposições se haviam realizado concretizado independentemente do sexo das crianças, poderemos citar algumas das mensagens que acompanhavam essas crianças no momento da exposição. Apesar da maioria delas ter sido escrita após o seu nascimento, permitindo que as mesmas indicassem o nome pretendido no baptismo, também aparecem algumas mensagens que foram elaboradas antes do parto, com desconhecimento total do sexo da criança que iria ser exposta.

Nesta última situação, encontrava-se uma criança que foi exposta na roda de Ponte de Lima, no dia 29 de Outubro de 1849, acompanhada da seguinte mensagem: «(...) sendo menino se lhe poria o nome de João Manoel e se fosse menina se chamaria Antonia Benta». Alguns anos mais tarde, uma outra criança trazia a seguinte recomendação: «Sr.^a Rodeira, este bilhete é feito antes de nascer o que Deos determinar, pede-se a Vm.^{ce} se for menina que se chame Viatriz e se for menino que se chame Alfredo (...)»⁴⁸⁷.

A documentação de outros concelhos também nos colocam perante idênticas situações. Por exemplo, uma menina que deu entrada na Casa da Roda de Vila Nova de Cerveira, no dia 3 de Fevereiro de 1862, logo após ter nascido, vinha acompanhada da seguinte mensagem escrita: «Senhora Rodeira: Porá o nome a esta criança, se for menina Amélia das Dores e se for menino ponha-lhe Joze Joaquim e pedirá à família do Pedreira para serem padrinhos pois será procurada»⁴⁸⁸.

O mesmo se verificou com uma outra mensagem dum criança que foi exposta em Viana, nos finais do século XVIII, bem esclarecedora da não indicação de um nome próprio para a criança, ao afirmar: «Quando este escrito se fez ainda não tinha nascido esta criança nem se sabia se era macho se fêmea, nem vai baptizada, e assim se for macho se lhe ponha por nome Serafim e se for menina Isabel porque seus pais querem fazer conta dela, e se ficar na vila melhor»⁴⁸⁹.

A certidão que acompanhava um menino que deu entrada na Casa da Roda de Viana, em 1864, ainda dava conta de uma situação mais problemática, com o padre a afirmar que tinha baptizado um menino que tinha sido exposto com um bilhete a «exigir

⁴⁸⁷ A.M.P.L., Livros de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1749-1775, fls. 6 e 6 v.º, e 1863-1864, fl. 29.

⁴⁸⁸ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1857-1871), f. 65 v.º. Poderíamos citar mais exemplos de mensagens idênticas, registadas noutros concelhos, uma delas a resumir-se a um simples pedido: «Hade ser o nome Arnaldo se for menino ou Clotilde se for menina» (Arcos, 1879) ou «se for menino se chamará Secundino e se for menina Aureliana» (Valença, 1858).

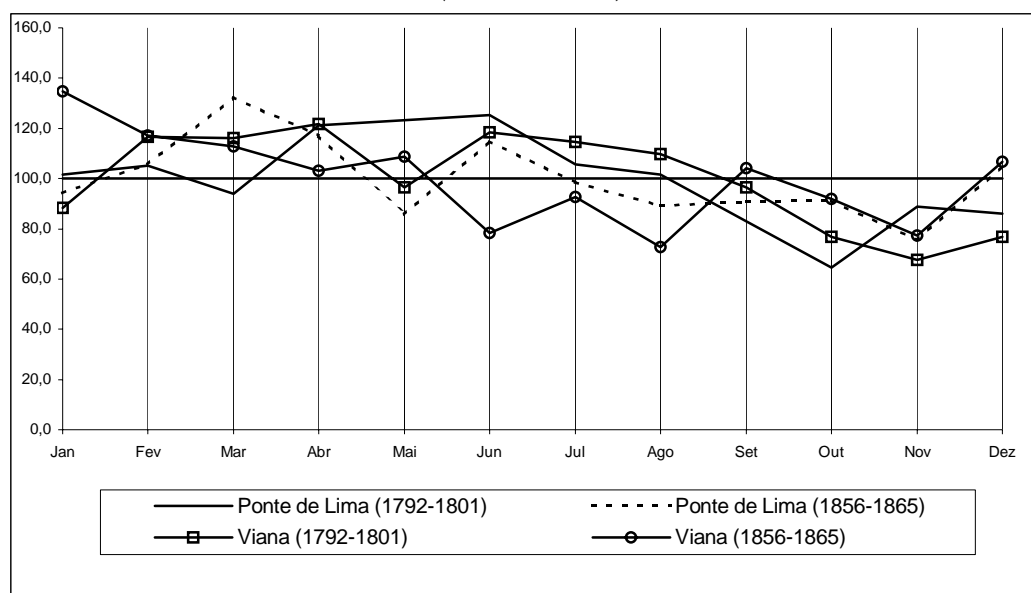
⁴⁸⁹ A.M.V.C., Livro de Registo das Amas da Vila de Viana (1785-1795), fl. 126.

um nome que pertencia a fêmea, sendo este macho», tendo decidido baptizá-lo com o nome de Joaquim de Passos⁴⁹⁰.

3-Sazonalidade das exposições

Com o estudo da sazonalidade pretendemos saber se a exposição de crianças terá registado um comportamento diferenciado, com uma eventual maior ou menor incidência de casos, nalguns meses ou estações do ano, a poder ser determinada por razões de natureza económica, acompanhando os ciclos agrícolas de produção e consumo. Na realidade, alguns estudos já realizados, nomeadamente no Porto (Santos, 1978:303-304 e Sá, 1995:166), Guimarães (Amorim, 1987:257) e Ponte de Lima (Fonte, 1996:19-21), os resultados obtidos apontam para uma maior incidência das exposições nos últimos meses de Inverno e ao longo da Primavera.

Gráfico 15
Sazonalidade das exposições nas Rodas de Viana e Ponte de Lima
(valores/índice)



A explicação encontrada por Cândido dos Santos (1978:303) para esta maior concentração sazonal estaria nas alterações registadas ao longo do ano-colheita. O número de expostos tenderia a ser menor no período pós-colheitas, para aumentar à medida que as reservas se iam esgotando, acompanhando uma inevitável subida dos preços dos cereais, como consequência da diminuição da oferta e do aumento da procura. Neste caso, seria a conjuntura económica, nomeadamente a miséria que advinha do aumento do custo de vida, a motivar o abandono de crianças, embora com um coeficiente imponderável.

Ao analisarmos a eventual influência destas variáveis no abandono de crianças, na região do Alto Minho, calculámos os valores-índice do movimento sazonal dos

⁴⁹⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1863-1865), registo n.º 38.

Esta elaboração prévia das mensagens, além de mostrar que essas crianças já estavam destinadas a ser expostas, prova a dificuldade em encontrar alguém que, além de saber escrever, desse garantia de guardar religiosamente tal segredo. O padre da freguesia poderia ser a pessoa indicada, tudo indicando que algumas das mensagens foram elaboradas por ele.

expostos nas Rodas de Ponte de Lima e Viana, através de uma amostra dos decénios de 1792-1801 e 1856-1865, por serem dois dos períodos bem marcantes no panorama geral da assistência aos expostos⁴⁹¹.

Como poderemos verificar no *gráfico 15*, o maior movimento de entrada de expostos registou-se ao longo dos primeiros meses do ano, uma tendência que se prolongou e, por vezes, se acentuou na transição do Inverno para a Primavera. Por seu lado, os meses de Verão marcam o início de uma tendência decrescente que, no caso da Roda de Viana e no período de 1856 a 1865, já se iniciara no mês de Maio. Esse movimento descendente prolongou-se até ao mês de Dezembro, embora a Roda de Viana continuasse a registar um comportamento diferenciado, no mesmo período referido.

Esta evolução sazonal das exposições deverá ser comparada com a evolução dos comportamentos sazonais da nupcialidade e, sobretudo, das concepções e dos nascimentos. Não dispondo desses indicadores para toda a região do Alto Minho, vamos socorrer-nos dos resultados de dois estudos demográficos já realizados em duas paróquias desta região. Embora os períodos estudados não sejam coincidentes, pode-se comprovar que, na segunda metade do século XVIII, em Romarigães (Santos, 1999:153) e na Meadela (Solé, 2001:152), no mesmo período e na primeira metade do século XIX, os nascimentos tiveram uma evolução equivalente à das exposições, com o maior volume a ser registado nos primeiros quatro meses do ano, a que corresponderiam as concepções dos meses de Abril, Maio, Junho e Julho. Seriam os períodos de maior relacionamento sexual, com o despertar na Primavera e um prolongamento pelo Verão, porventura a acompanhar os vários ciclos do trabalho agrícola. Perante gravidezes não desejadas, seria natural que as Rodas/Hospícios constituíssem um escape para a ocultação dos nascimentos, sobretudo de crianças ilegítimas.

Os indicadores demográficos também apontam para uma diminuição das concepções no período do Advento e, sobretudo, na Quaresma, com uma pretensa “sexualidade sacramentalizada” a reflectir-se na diminuição do número de nascimentos nos nove meses subsequentes a esse calendário litúrgico e, conseqüentemente, no menor número de exposições⁴⁹². No entanto, a manutenção das concepções, nesses períodos, só vem demonstrar que o apelo à contenção sexual não estaria a ser totalmente respeitado. Por seu lado, os meses de Verão registam um decréscimo nos nascimentos, tal como se verificou com as exposições, voltando a subir nos meses de Inverno. Na Meadela, o comportamento do século XVIII prolongou-se na primeira metade do século XIX, com ligeiras oscilações.

Mau grado esta interligação com outros comportamentos demográficos, não deixaremos de ser confrontados com a eventualidade de um número indeterminado de crianças, incluindo as legítimas, terem sido expostas em tempos de graves crises, como parte de uma estratégia de sobrevivência do grupo doméstico, libertando-se de eventuais elementos excedentários. No entanto, como no Alto Minho a maioria das exposições foram realizadas nos momentos ou dias subsequentes à realização dos

⁴⁹¹ O primeiro período coincide com a generalização das Rodas pelos vários concelhos do Alto Minho e o segundo corresponde ao expoente máximo atingido pelo fenómeno da exposição de crianças na região, antecedendo as alterações institucionais que vão resultar da substituição daquelas instituições pelos Hospícios, em meados do ano de 1866.

⁴⁹² Tratava-se de uma recomendação e não de uma proibição da Igreja, cuja influência no comportamento das populações tenderia a diminuir. Era um tempo demasiado longo para impedir as relações sexuais, tanto legítimas como ilegítimas. A ser uma imposição canónica, então esses desvios às normas eclesásticas poderiam repercutir-se no aumento das exposições, em determinados períodos do ano, como forma de ocultar um relacionamento sexual na Quaresma e no Advento.

partos, é bem provável que o ritmo sazonal das exposições tenha seguido o curso normal dos próprios nascimentos, embora as razões e as estratégias familiares nem sempre pudessem ser coincidentes.

4-As vítimas inocentes do sistema

«(...) milhares de creanças teriam sido roubadas á morte se, em vez de serem creadas e educadas por intervenção de rodas, o fossem pelas próprias mães. Quantos infanticídios legaes cometidos por uma instituição tão erradamente considerada uma das mais bellas invenções de caridade».

In Relatório da Comissão, 1866

A consulta das fontes municipais coloca-nos perante um cenário absolutamente desolador, com o elevado número de óbitos registados a revelar um grande distanciamento em relação aos propósitos subjacentes a todo o modelo de assistência à infância desvalida e abandonada. Isso mesmo está bem patente na forma como são encerrados muitos dos registos dos expostos, com a informação do seu falecimento, por vezes complementada com a indicação do pagamento das mortalhas com que foram sepultados. Este panorama dramático, bem expresso em muitos trabalhos que analisaram a mortalidade dos expostos, não deixa de constituir um autêntico paradoxo, quando confrontado com os objectivos que presidiram à criação das Rodas. O que fundamentalmente se pretendia com estas instituições era evitar os infanticídios e salvar a vida de muitos inocentes que estariam condenados a morrer, quando tão úteis poderiam vir a ser à pátria.

Sempre presente no quotidiano do Antigo Regime, a morte seria encarada com alguma naturalidade, o que se reflectia nas atitudes familiares e sociais para com as crianças. A sociedade parecia resignada perante a morte de tantas crianças expostas, não deixando de se repercutir numa maior inoperância institucional de um sistema pouco humanizado e na falta de uma acção mais interventiva e fiscalizadora junto das amas, muitas delas ignorantes e negligentes.

Essa elevada mortalidade era extensiva a outras regiões do nosso país⁴⁹³, só variando nos índices registados, seguindo a tendência que prevalecia noutros países europeus. As primeiras vítimas seriam as crianças a quem não eram dispensados os devidos cuidados primários, quantas vezes por terem sido entregues a amas mercenárias, pouco cuidadosas e escrupulosas. Era uma fatalidade que atingia muitas destas crianças, independentemente das motivações e das estratégias utilizadas que originaram a sua exposição, mais implacável para com as crianças verdadeiramente enjeitadas, mas sem poupar as que entravam neste circuito assistencial para

⁴⁹³ Eis como Assis Vaz, médico da Roda do Porto, descreveu a situação em que encontrou algumas das crianças expostas: «*Aproximando-me d'alguns berços, estremeci de horror, vendo a maior parte daquellas innocentes victimas já debaixo da fouce da morte, parecendo querer estender as mãos e pedir a vida!*» (Assis Vaz, *Notícia sobre o estado actual da Casa da Roda da Cidade do Porto*, 1834, pp. 7-8).

beneficiarem do apoio público à sua criação. Como afirmou François Lebrun (1983:149), a expectativa de poder criar os filhos, à custa alheia, poderia vir a revelar-se bem dramática, como o demonstraram as estatísticas do Hospital de Paris onde as crianças só teriam uma hipótese em dez de atingir a idade de dez anos, por vezes ainda menos. A fundamentar essa trágica perspectiva, o autor refere que 60% das crianças expostas nessa instituição, entre 1740 e 1785, não atingiram o primeiro ano de vida.

O mesmo se verificava noutras regiões e países europeus, a justificar a inclusão de um capítulo específico sobre esta temática, numa investigação global sobre as crises de mortalidade em Espanha, realizada por Pérez Moreda (1980:167). Com este estudo, o autor pretendeu estudar as situações extremas da mortalidade infantil e juvenil, um caso absolutamente excepcional no âmbito da mortalidade diferencial⁴⁹⁴. Esta começava logo nas próprias “Inclusas”, onde as crianças aguardavam por uma ama externa, com a fome, as infeções próprias da infância e a precariedade das condições de vida a fazerem disparar a mortalidade neonatal.

Depois de apresentar as elevadíssimas cifras da mortalidade que se registaram na França, nomeadamente em Paris e Rouen, este investigador passou a indicar os dados disponíveis sobre a mortalidade dos expostos que se registou nalgumas das principais “Inclusas de Espanha” (1980:181). Centralizando a informação no último quartel do século XVIII, a mortalidade oscilou entre os 432 ‰, em Oviedo (dos 0 aos 4 anos), e os impressionantes 979 ‰, em Jáen (em igual grupo de idades), encontrando-se ainda valores de 667 ‰, em Santiago de Compostela, 797 ‰, em Sevilha (para todo o século XVIII), 836 ‰, em Madrid, e 918‰, em Saragoça (dos 0 aos 4 anos).

Estes níveis de mortalidade colocam-nos perante um cenário de verdadeira “hecatombe”, sendo muito difícil poder encontrar, nalgumas localidades, expostos sobreviventes com mais de 7 anos de idade. Alguns autores não hesitaram em apelidar esta mortalidade como um “massacre dos inocentes” ou “sacrifício dos inocentes”, sem esquecer aqueles que a consideraram um “infanticídio deferido”, culpabilizando os responsáveis por essas exposições, no pressuposto de que a probabilidade de sobrevivência seria muito reduzida.

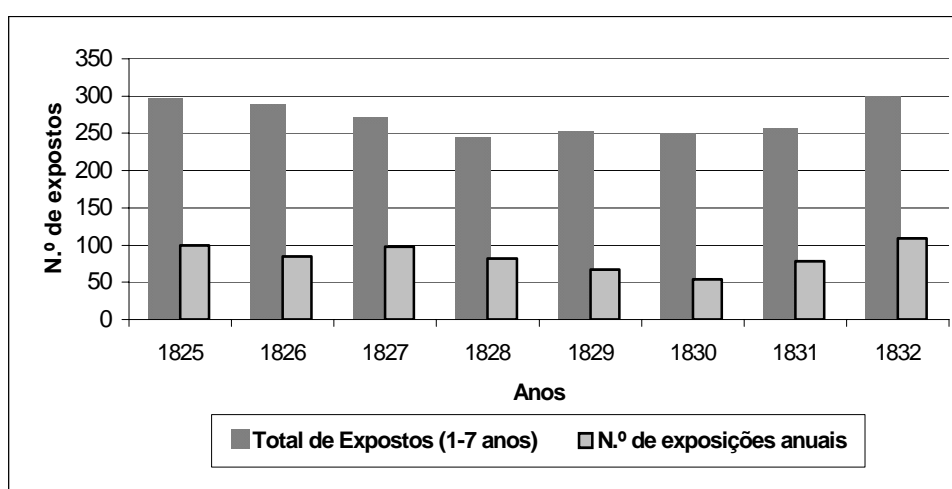
A maioria dos expostos estava ao cuidado de amas que residiam nas freguesias rurais, algumas delas pertencentes a outros concelhos. Quando faleciam, era aí que lhes era dada sepultura, inicialmente no espaço sagrado do interior das igrejas, mais tarde, no seu exterior, após as leis de saúde pública do período liberal. Mesmo assim, não passa despercebido o número de “anjinhos” que anualmente faleciam na cidade de Viana⁴⁹⁵, já na segunda metade do século XIX, bem elucidativo da elevada mortalidade infantil que ainda caracterizava este período, uma realidade que fazia parte do quotidiano vianense.

⁴⁹⁴ Sobre esta problemática, este conceituado investigador espanhol afirmou: «*Nada justificaria que nos detuviésemos a examinar aqui a mortalidad infantil y juvenil ocasionada por la exposición de niños, que naturalmente no es más que un caso excepcional de mortalidad diferencial, si no fuera por las alarmantes proporciones que en geral revistió el fenómeno desde mediados del siglo XVIII*» (in Pérez Moreda, Vicente, “*Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*”, Madrid, Siglo veintiuno de España editores, 1980, p.167).

⁴⁹⁵ Para uma análise comparativa, servimo-nos do Livro de Óbitos dos menores sepultados no cemitério público de Viana, relativos aos anos de 1865 e 1866, últimos anos de funcionamento da Roda. Assim, enquanto que, em 1865, o número de expostos sepultados correspondia a 22% do total de óbitos (153), essa percentagem desceu ligeiramente para 20%, em 1866, ano em que foram sepultadas 196 crianças (39 expostas e 157 não expostas). Contudo, não poderemos ignorar o facto destes registos apenas integrarem os óbitos das crianças expostas que faleceram em poder das amas residentes na cidade ou que eram entregues já mortos na Roda de Viana.

As autoridades municipais não se mostravam indiferentes perante tão grave problema social e demográfico, embora pouco fizessem para alterar a situação, apesar do progressivo aumento de recomendações e de alertas públicos, a acompanhar a sua evolução, sobretudo no século XIX. A explicação para uma menor e mais eficiente intervenção poderá ter resultado do facto dessa mortalidade servir como um mecanismo auto-regulador deste sistema assistencial, impedindo que a acumulação de expostos viesse originar um desequilíbrio orçamental e uma inevitável ruptura financeira. Na realidade, como os concelhos eram obrigados a subsidiar a criação dos expostos, pelo período de 7 anos, a sobrevivência da maioria dessas crianças acabaria por tornar a situação inoportável para a generalidade das câmaras e, naturalmente, para as populações locais.

Gráfico 16
Expostos da Roda de Ponte de Lima (1825-1832)



Como se verifica pela observação do *gráfico 16*, se retirarmos as crianças que eram reclamadas ou entregues compulsivamente aos seus familiares, o número total de expostos que estavam a ser criados pela Roda de Ponte de Lima, entre 1825 e 1832, era sensivelmente o triplo das entradas anuais. Por exemplo, no ano de 1825 foram expostas 100 crianças, enquanto a câmara tinha a seu encargo um número ligeiramente inferior às três centenas. Tal significava que, das 598 crianças que foram expostas entre 1819 e 1825, mais de metade faleceram (56%), enquanto as restantes foram entregues a familiares ou às amas (21%) e outras atingiram os 7 anos de idade (14%), não sendo possível identificar o destino de 9%⁴⁹⁶.

Na longa duração, ou seja, entre 1792 e 1910, das 7 769 crianças expostas que deram entrada na Roda/Hospício de Ponte de Lima, 59% faleceram, 18% foram entregues a familiares ou a pessoas que se responsabilizaram pela sua criação gratuita, 18% completaram o período de criação, desconhecendo-se o destino das restantes 5%. Perante estes números, a mortalidade assume bem o papel de variável influente, apesar de longe das percentagens que têm sido apontadas, não deixando de representar uma clara interferência na manutenção de um certo equilíbrio entre as amas disponíveis, as limitações orçamentais e o aumento crescente do número de expostos.

⁴⁹⁶ Pa uma análise diferenciada das entradas e respectivo destino dos expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima, elaborámos uma tabela (anexo 2, Parte III) que nos permite saber o destino das crianças que, anualmente, davam entrada nessas instituições. Embora não seja possível saber o destino de todas elas, a maioria faleceu e as restantes ou foram entregues a familiares ou terminaram o período de criação, ou seja, atingiram os 7 anos de idade.

Segundo o relatório anexo ao regulamento nacional para o serviço dos expostos, publicado em 1867, «*os cálculos da mortalidade ferem tão profundamente o coração do homem*» que se tornava extremamente difícil a sua abordagem. Num período em que a mortalidade infantil global tendia a diminuir, os dados apresentados não poderiam deixar indiferentes os responsáveis por este ramo da administração pública, pese embora o facto dos mesmos ficarem muito aquém daqueles que foram apontados para outras regiões de França e de Espanha (estes referentes ao século XVIII).

De acordo com o citado relatório, só no ano económico de 1862-1863, para um total de 52 552 crianças expostas (37 167 existentes em 30 de Junho de 1862, acrescidas de mais 15 385 que entraram nesse ano), verificaram-se 11 325 óbitos, a que correspondia uma mortalidade anual de 216‰. Esta percentagem, bem distante das tão dramáticas taxas de valores superiores a 800‰, deverá aparecer aqui muito atenuada pelo facto de, no total de crianças expostas, estarem também contabilizadas as crianças subsidiadas, muitas delas com um subsídio de aleitação atribuído por períodos inferiores a um ano.

Como muitas destas crianças subsidiadas estavam a ser criadas no seu próprio ambiente familiar - a beneficiarem dos cuidados maternos que seriam negados a muitas crianças expostas - é natural que a sua probabilidade de sobrevivência aumentasse substancialmente. Um outro factor que poderá justificar essas menores percentagens é o facto de um número indeterminado dessas crianças apenas terem sido objecto duma exposição simulada, logo regressando ao seu próprio lar para serem criadas pelos próprios familiares.

Pudemos comprovar a menor mortalidade entre as crianças subsidiadas, num período em que os registos de admissão estavam bem diferenciados, com uma clara separação entre as crianças expostas, abandonadas e desvalidas. Assim, no decénio de 1878 a 1887, dos 695 subsídios de aleitação concedidos a crianças do concelho de Ponte de Lima, por períodos que se prolongavam até um ano, apenas se verificaram 48 óbitos, o que equivale a uma percentagem de cerca de 7% do total (Fonte, 1996b:132).

Embora nem todas estas crianças subsidiadas fossem criadas pelas próprias mães, por estarem doentes, sem leite ou por terem falecido, a maioria delas continuava a ser criada no seu próprio ambiente familiar, o que poderá explicar a importância da permanência dessas crianças junto da família biológica. É certo que algumas das crianças simuladamente expostas também acabavam por regressar ao lar, mas o período de circulação de algumas delas, no âmbito da determinada estratégia familiar que visava a sua reintegração familiar, poderia vir a revelar-se fatal.

Algumas das crianças expostas já entravam mortas nas Rodas e nessa qualidade eram registadas, sem nome e sem se saber se tinham sido baptizadas. Contudo, algumas delas vinham acompanhadas por uma mensagem a informar terem sido baptizadas, uma estratégia que lhes passaria a conferir o direito a um enterro em espaço sagrado, ao mesmo tempo que ilibava os seus familiares (desconhecidos) do pagamento de quaisquer despesas com a sua sepultura.

As fontes utilizadas para o estudo dos expostos no Alto Minho apenas fazem referência a algumas crianças que foram expostas já mortas nalgumas das suas Rodas⁴⁹⁷, contrariamente ao que se estaria a verificar noutras Rodas do país, onde esse movimento era bem mais significativo. Em qualquer circunstância, não deixaremos de

⁴⁹⁷ Entre outros, poderemos registar o caso de um menino que foi exposto já morto na Roda de Ponte de Lima, acompanhado de uma mensagem que dizia já ter sido baptizado, por ter levado água sob a invocação da Santíssima Trindade. Pedia-se para ser enterrado (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1821-1823, fl. 124 v.º).

questionar as razões de tal procedimento. Teriam essas crianças falecido de morte natural, em casa ou no trajecto que as conduziria à Roda, ou teriam sido vítimas de negligência grosseira que seria necessário ocultar?

Os opositores das Rodas não se esqueceram de utilizar o argumento do infanticídio oculto e despenalizado para atacar todos aqueles que defendiam a sua manutenção, além de criticarem o facto dessas instituições receberem indiscriminadamente tanto crianças vivas como mortas, sem condições para saberem se algumas delas tinham sido vítimas de infanticídio, desde que não mostrassem sinais visíveis da prática de tais crimes. Este argumento voltou a ser utilizado pelos opositores da Roda, ao mencionarem o facto do conselho de saúde pública do reino ter referido, no seu relatório de 1862, que, só em Lisboa, tinham sido expostos 369 cadáveres de recém-nascidos, nesse mesmo ano.

Numa análise mais pormenorizada dos indicadores de mortalidade que se registaram nos vários distritos administrativos do nosso país (*quadro 36*), no ano económico de 1863-1864 (apresentados em anexo ao relatório de 1867), poderemos verificar que a mortalidade mais elevada se registou nos distritos do Sul de Portugal (Évora, Beja e Portalegre e Faro) e nos do interior Norte e Centro (Viseu, Vila Real e Bragança), enquanto que as percentagens menores se verificaram nalguns dos concelhos do litoral. No distrito de Viana⁴⁹⁸, os 17% apresentados situam-se abaixo da média nacional, mas acima dos valores registados noutros distritos, como Aveiro, Lisboa e Braga⁴⁹⁹. Registe-se, ainda, o facto da mortalidade dos Açores (Angra, Horta e Ponta Delgada) ser praticamente o dobro da registada na ilha da Madeira (Funchal).

Quadro 36
Mortalidade dos “expostos” nos distritos de Portugal
(Ano económico de 1863-1864)

<i>DISTRITOS</i>	<i>Total de Expostos (1-7 anos)</i>	<i>Mortalidade %</i>	<i>DISTRITOS</i>	<i>Total de Expostos (1-7 anos)</i>	<i>Mortalidade %</i>
Angra	486	27,7%	Horta	319	25,3%
Aveiro	538	11,3%	Leiria	1 071	13,2%
Beja	1 165	33,6%	Lisboa	17 115	12,3%
Braga	3 417	14,5%	P. Delgada	1 361	23,0%
Bragança	1 881	23,6%	Portalegre	753	31,6%
C. Branco	1 758	23,8%	Porto	4 648	22,6%
Coimbra	1 536	20,3%	Santarém	1 736	21,1%
Évora	1 424	34,2%	Viana	1 645	17,0%
Faro	2 065	27,3%	Vila Real	2 970	26,5%
Funchal	694	12,3%	Viseu	3 249	28,3%
Guarda	2 340	18,0%	TOTAL	52 171	22,3%

Fonte: Mapa anexo ao Relatório da Comissão, de 16 de Julho de 1867

Estes indicadores de mortalidade servirão apenas de referência, não podendo ser considerados verdadeiramente representativos da mortalidade registada entre as

⁴⁹⁸ Os concelhos de Viana, Ponte de Lima e Arcos foram os que registaram mais óbitos, por serem os que mais expostos e subsidiados tinham a seu cargo no distrito de Viana. Pelo contrário, os concelhos de Caminha, Melgaço, Coura e Vila Nova de Cerveira apresentam valores globais de mortalidade relativamente baixos, o que não significa que a percentagem não seja elevada, por estarem a criar um número bem mais reduzido de expostos.

⁴⁹⁹ Já em relação à muito concorrida Roda de Lisboa, a percentagem apresentada parece-nos demasiado baixa, a não ser que o trabalho exercido pela Misericórdia de Lisboa se estivesse a revelar um exemplo de eficiência no triste panorama da assistência nacional.

crianças expostas, ao longo de todo o período estudado, por não diferenciarem as crianças expostas das subsidiadas. Por outro lado, estes indicadores nacionais apenas se reportam à mortalidade registada entre todas as crianças expostas e subsidiadas, com menos de 7 anos, ao longo de um ano, não nos permitindo calcular a taxa de sobrevivência, isto é, a probabilidade que cada criança exposta tinham de atingir os sete anos de idade.

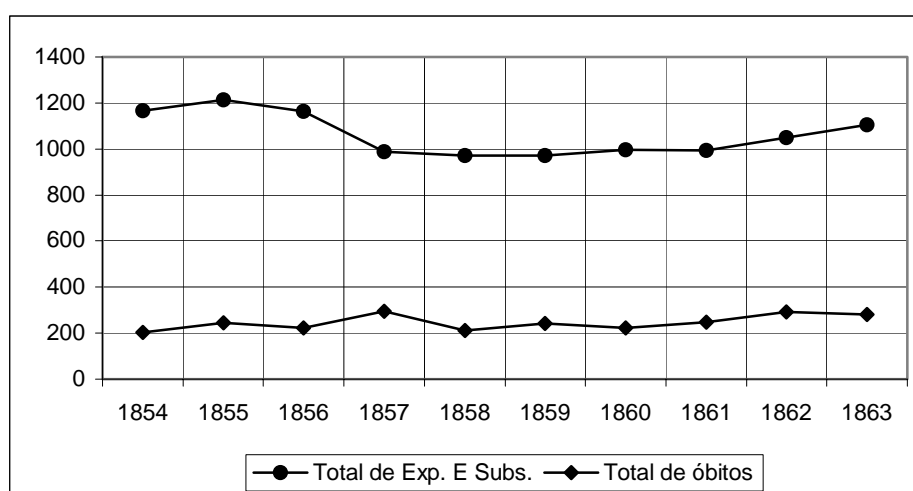
Quadro 37
Óbitos de expostos e subsidiados das Rodas do Distrito de Viana (1854 e 1863)

CONCELHOS	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
Arcos	39	28	38	71	27	26	37	46	53	37
Caminha	2	3	8	4	4	4	-	1	4	4
Coura	3	6	8	9	9	5	4	9	8	10
Melgaço	3	-	5	2	2	2	4	-	3	2
Monção	10	10	9	18	6	5	8	9	9	8
P. Barca	14	20	23	19	10	24	9	21	17	29
P. Lima	58	65	41	57	57	69	63	77	95	74
Valença	11	9	7	6	7	7	13	12	10	11
Viana	55	95	80	102	85	92	72	65	88	101
V.N.Cerv. ^a	8	5	5	8	5	8	12	8	4	4
TOTAL	203	245	224	296	212	242	222	248	291	280

Fonte: A.G.C.V.C., Pasta 1.14.6.3-5

Comparando os dados relativos aos óbitos dos expostos e subsidiados no distrito de Viana, no decénio de 1854-1863 (*quadro 37*), com o total de expostos e subsidiados que estavam a cargo das Rodas do distrito de Viana (*quadro 32*) é possível verificar que, todos os anos faleciam entre duas e três centenas de crianças (*gráfico 17*). Os anos mais trágicos foram os de 1857 (30%), 1862 (27,8%) e 1863 (25,4%), enquanto os que registaram menor mortalidade foram os de 1854 (17,4%), 1856 (19,2%) e 1855 (20,2%).

Gráfico 17
Total de Expostos/ Subsidiados e de Óbitos no Distrito de Viana (1854-1863)



Como poderemos verificar nos *quadros 38 e 39*, o estudo da mortalidade diferencial dos expostos das Rodas de Viana e Ponte de Lima (sem incluir os subsidiados), no decénio de 1851 a 1860, revela-nos uma forte presença da mortalidade

endógena (com menos de um mês) entre as crianças expostas falecidas, tanto em Viana (36%) como em Ponte de Lima (29%), representando uma das principais componentes da mortalidade infantil⁵⁰⁰. Seria o resultado das precárias condições higiênico-sanitárias em que se realizavam os partos, bem como das exposições precoces de muitas das crianças, logo privadas dos cuidados maternos, dificilmente substituídos pelas amas de acolhimento⁵⁰¹.

Contudo, a mortalidade infantil (entre um mês e um ano) ainda é mais elevada, como o comprovam os 46% do total de óbitos da Roda de Viana, o que eleva para 82% a percentagem total dos falecimentos durante o primeiro ano (depois de somada à mortalidade endógena). Os restantes 18% de falecimentos aconteceram entre o primeiro ano e o final do período de criação (7anos).

Quadro 38
Mortalidade diferenciada dos Expostos da Roda de Viana (1851-1860)

ANOS	Expostos	0-1 Mês	1-12 Meses	1-7 Anos	TOTAL	Sobrev.	% Óbitos
1851	126	5	45	26	76	50	60,3
1852	103	2	16	9	27	76	26,2
1853	98	8	22	24	54	44	55,1
1854	85	15	24	14	53	32	62,3
1855	105	23	38	12	73	32	69,5
1856	97	36	28	11	75	22	77,3
1857	113	39	42	5	86	27	76,1
1858	111	43	28	4	75	36	67,6
1859	137	45	36	12	93	44	67,9
1860	120	28	35	5	68	52	56,7
TOTAL	1095	244	314	122	680	415	62,1

Quadro 39
Mortalidade diferenciada dos Expostos da Roda de P. Lima (1851-1860)

ANOS	Expostos	0-1 Mês	1-12 Meses	1-7 Anos	TOTAL	Sobrev.	% Óbitos
1851	88	7	23	20	50	38	56,8
1852	101	10	16	24	50	51	49,5
1853	105	11	27	16	54	51	51,4
1854	111	15	26	17	58	53	52,2
1855	98	11	34	15	60	38	61,2
1856	65	8	17	8	33	32	50,8
1857	85	21	26	11	58	27	68,2
1858	98	26	23	11	60	38	61,2
1859	104	19	32	12	63	41	60,6
1860	115	30	23	18	71	44	61,7
TOTAL	970	158	247	152	557	413	57,4

⁵⁰⁰ Embora não haja registos de mortalidade infantil para vastos períodos, sabe-se que muitas crianças morriam logo após o parto, como aliás acontecia com algumas das parturientes, para não falar de eventuais nados-mortos. Sendo assim, como foram raros os casos de crianças expostas já mortas nas Rodas do Alto Minho, tudo indica que algumas dessas crianças tivessem sido subtraídas a uma exposição anunciada, evitando que o número de expostos pudesse ser ainda superior.

⁵⁰¹ Em 1862, o presidente da câmara de Valença afirmou o seguinte: «Sendo como são sempre pobres, as amas que se prestão a crear os expostos, e (o) muito diminuto sallario que percebem para a alimentação, vistuario, limpeza e cuidado que exige o seu bom tratamento, são sem (a) maior dúvida, alem das molestias proprias da idade, e ereditarias ou cauzais, as cauzas a que se pode atribuir a sua mortandade» (A.G.C.V.C., Pasta 1.15.4.1-1).

No mesmo período, a Roda de Ponte de Lima aproximou-se destes valores percentuais, com a mortalidade registada entre a data da exposição e o primeiro ano de idade a atingir 73% do total dos óbitos. Os restantes 27% correspondem à mortalidade juvenil (entre um ano e os sete anos). São dados concretos que provam que os expostos enfrentavam o seu grande desafio ao longo do primeiro ano de vida, um período que, a ser ultrapassado, abria boas perspectivas de sobrevivência.

Perante estes valores, a taxa de sobrevivência dos expostos rondaria os 40%, sendo ligeiramente inferior no concelho de Viana (37,9%), quando comparada com o concelho de Ponte de Lima (42,6%). São valores percentuais muito significativos⁵⁰², bem distantes da “hecatombe a que alguns estudos fizeram alusão, nomeadamente daqueles que apontavam para a possibilidade de, nalguns períodos, apenas uma em cada dez crianças expostas ter hipóteses de poder sobreviver.

A mesma tendência foi registada no Porto (Sá, 1995:131), onde a mortalidade dos expostos foi muito elevada desde a exposição até ao final do primeiro ano (66%), embora o primeiro mês se tivesse registado ainda mais mortífero (41%). O mesmo se verificou em Loulé (Cortes, 1992:204), com 71,2% dos expostos a falecerem durante os primeiros seis meses, no período compreendido entre 1820 e 1885. Em relação à Inclusa do Hospital Real de Santiago, Pérez Garcia (1976) referiu-se ao primeiro mês de vida dos expostos como o “mês trágico”. Na realidade, do total de expostos falecidos durante o primeiro ano de vida, ao longo das primeiras décadas do século XIX, cerca de dois terços dos óbitos foram registados durante esse restrito período.

Procedendo a uma análise diferencial dos meses em que se registaram os óbitos de crianças menores de 7 anos, sepultados no cemitério de Viana (*quadro 40*), poderemos verificar que as estações do ano mais problemáticas para a sobrevivência das crianças eram o Verão, Outono e Inverno, com os meses de Agosto, Setembro, Outubro, Dezembro e Janeiro a revelarem-se os mais mortíferos.

Quadro 40
Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos de Viana (1865-1866)

ANOS MESES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
1865	16	8	6	8	9	6	13	26	14	17	14	16	153
1866	16	9	16	11	9	8	15	17	24	18	17	36	196
TOTAL	32	17	22	19	18	14	28	43	38	35	31	52	349

Fonte: A.M.V.C., Livro dos Óbitos dos Menores

A morte das crianças expostas encerrava o seu processo de criação, com as administrações municipais a pagarem ou a entregarem às respectivas amas uma mortalha para sepultarem as crianças falecidas. Inicialmente constituída por um simples lençol, algumas mortalhas passaram a ser constituídas por um hábito e por um lençol e, nalguns casos, por uma coifa, na segunda metade do século XIX.

A partir de meados do século XIX, passou a exigir-se às amas que apresentassem os expostos para serem vistoriados ou, caso tivessem falecido, que entregassem as

⁵⁰² Esta menor incidência da mortalidade registada entre os expostos foi assinalada nalguns estudos realizados no nosso país. Por exemplo, numa investigação sobre a mortalidade dos expostos do Porto, ao longo do século XVIII (Sá, 1995:210), os resultados foram apresentados como “surpreendentes”, por revelarem uma situação menos dramática do que seria de esperar, com as percentagens obtidas nos vários coortes observados entre as crianças expostas (com menos de sete anos de idade), a não excederem os 63%. É um valor equivalente ao registado em Ponte de Lima (Fonte, 1996b:130), nos seguintes coortes: 59% (1710-1719), 61,5% (1792-1801), 61% (1830-1839) e 63% (1860-1869).

certidões de óbito, passadas pelos párocos das respectivas paróquias⁵⁰³. A estes exigia-se que enterrassem gratuitamente os expostos e passassem as certidões de óbito dos expostos, sem qualquer emolumento⁵⁰⁴. Não terá sido essa a vontade do padre da freguesia de Moreira, que se recusou a passar à ama a certidão de óbito do exposto Joaquim, falecido em 14 de Junho de 1834. Perante tal recusa, a ama decidiu apresentar pessoalmente na Roda o «*próprio infante falecido*», para que a administração pudesse comprovar o seu falecimento.

A mortalidade neonatal, infantil e juvenil não afectava exclusivamente as crianças expostas. Na realidade, muitas outras crianças foram vítimas dessa devassadora onda mortífera, não ultrapassando a designada primeira ou segunda infância. Na primeira metade do século XIX, a Espanha interior registou uma taxa média de mortalidade infantil de 265‰ (Moreda, 1980:148). Todavia, estamos em crer que, apesar de se viver num período de maior valorização da infância, alguma da diminuição oficial dessa mortalidade infantil poderá estar oculta pela exposição de crianças, cujos valores não foram contabilizados ou foram ignoradas pela existência de sub-registo. Embora não se possa medir o alcance dessa redução, será certo que tanto o infanticídio como o abandono de crianças não terão deixado de influenciar os níveis globais da mortalidade infantil e juvenil (Moreda, 1980:167).

Tratava-se de uma dura realidade que não poderemos comparar, por falta de estudos e de registo da mortalidade infantil nas paróquias que foram objecto de um estudo demográfico, no período pré-estatístico⁵⁰⁵. No entanto, os indicadores disponíveis para a região do Minho apontam para a existência duma significativa mortalidade infantil. Por exemplo, em Urgeses (Guimarães), no período de 1793 a 1812, das 221 crianças observadas (não incluindo os ilegítimos e os enjeitados), 72 faleceram antes dos 7 anos de idade, a que equivale uma permilagem de 326‰ (Amorim, 1987:278)⁵⁰⁶.

Num próximo capítulo, analisaremos, de uma forma mais pormenorizada, a estreita relação entre a morbilidade e a mortalidade dos expostos, o que nos permitirá conhecer melhor os contornos do sistema assistencial das crianças expostas, com a morte, sempre presente, a ser encarada com alguma naturalidade pelas populações que,

⁵⁰³ A certidão deveria ser elaborada segundo o modelo n.º6, anexo ao regulamento distrital de 1852, nos seguintes termos: «*Eu abaixo assinado certifico que o exposto...de que foi última ama..., faleceu em..., de... de 18..., e foi enterrado gratuitamente no dia...do...mez, segundo consta do assento de obito, lavrado a folhas..., do livro competente. Consta que este exposto fallecêra da moléstia de...E para constar passei n'esta Parochial residencia de...aos ...de...de 18..., a presente certidão, que entrego hoje ao Regedor de Parochia, depois de havêl-a notado na relação dos expostos*».

⁵⁰⁴ Segundo o regulamento da Roda de Ponte de Lima, de 1787, logo que um exposto falecesse, as amas seriam obrigadas a dar ou mandar dar parte ao escrivão da câmara, no prazo de três dias, declarando o dia em que faleceram, para não se lhes pagar mais do que tivessem vencido, dando-lhes \$600 réis para a mortalha. Os párocos «*serão obrigados a interralos gratuitam.^{te}, por serem os batizados e interros objecto de caridade cristã e obrigação civil, sem perceberem imolumento algum*» (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, de 1781 a 1787, fl. 244).

⁵⁰⁵ Os registos paroquiais portugueses só excepcionalmente contêm os óbitos dos menores de sete anos, no período que antecede o século XIX.

Em Romarigães (Santos, 1999:193), a falta de registos de óbitos, sobretudo da mortalidade infantil, exigiram que a aproximação desta variável se circunscrevesse ao grupo de adultos casados. Na Meadela (Solé, 2001:29), o período limitado do registo do óbito de menores de sete anos apenas permitiu o estudo da sazonalidade da mortalidade infantil, no período de 1720 a 1780.

⁵⁰⁶ Em amostras bem mais alargadas, Michael Flinn encontra para o conjunto de 31 paróquias inglesas, observadas entre 1780 e 1820, uma média de 122 óbitos para cada mil nados-vivos, um valor que sobe para 195 por mil, na observação de um conjunto de 65 paróquias francesas, enquanto em Espanha a média chegou aos 220 por mil (dados citados por Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, I.N.I.C., Lisboa, 1987, p.278).

salvo casos raros de negligência, se conformavam com o destino de tantas crianças inocentes.

CAPÍTULO III

A ritualização da exposição de crianças

1-Exposição de crianças – um novo “ritual de passagem”?

Aqui estou inocente Pelo dispor da ingratidão Nesta tenra idade Mereço ter compaixão ⁵⁰⁷	Aceitai este <i>Tende dele piedade</i> Que não tem pai É filho da caridade ⁵⁰⁸ .
menino	
nem mãe	

Depois de confirmada uma gravidez não desejada ou surgida num contexto menos favorável, logo se começariam a idealizar as melhores estratégias para manter essa gravidez oculta, se possível confinada ao círculo mais restrito da família, quando muito ao dos amigos e vizinhos. Era fundamental que o nascimento de uma criança indesejada não fosse do conhecimento da comunidade, como forma de evitar a desonra da mulher e a vergonha da família. É certo que o problema poderia ser contornado pelo recurso ao aborto, à supressão ou à ocultação do parto. Contudo, a grande alternativa ao aborto e ao infanticídio, socialmente condenados e juridicamente penalizados, passaria pela utilização de um mecanismo legal que possibilitaria a ocultação da criança e a sua transferência para a esfera da assistência pública, através da sua exposição.

A exposição de uma criança seria antecedida por um conjunto de procedimentos que poderiam assumir a forma de um “rito de passagem”, numa apropriação da expressão utilizada por Arnold Van Gennep, em 1909, «*para designar os ritos que preparam ou acompanham a passagem de uma pessoa de um estado a outro ou de um estatuto a outro*»⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ Esta quadra tem a particularidade de estar escrita na primeira pessoa, como que a pretender revelar o estado de abandono a que esta criança fora votada, «*pelo dispor da ingratidão*», sem qualquer perspectiva de um futura reintegração familiar. Trata-se de uma menina que foi exposta em Ponte da Barca, no dia 10 de Outubro de 1886, e que deverá ter sido verdadeiramente enjeitada, tendo sido subsidiada pela câmara de Ponte da Barca, até completar os 18 anos de idade, ficando em poder da ama do Hospício, que a havia criado e que a adoptou (A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca, 1876-1888, fl. 153).

⁵⁰⁸ Esta quadra acompanhava o menino Serafim de Sousa, exposto no “*rastilho da obra coroa*”, em Valença, à porta da hospitaleira Rosa de Magalhães Nogueira Lima, no dia 31 de Outubro de 1872. O mesmo escrito informava que havia nascido no dia 27 de Outubro de 1872 e baptizado no dia 29 do mesmo mês, ao mesmo tempo que recomendava «*aos senhores camaristas que não percam de vista a boa estimação deste menino, acompanhado de uma ama carinhosa e completa*». É provável que tivesse sido exposto por ser órfão e não ter familiares que dele pudessem cuidar, não sendo previsível um futura reintegração familiar, por ser “filho da caridade” (A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença, 1869-1887, fl. 60).

⁵⁰⁹ Segundo o dicionário de Etnologia, “*rito de passagem*”, é uma expressão forjada e popularizada por Arnold Van Gennep, em 1909. Segundo o autor, os ritos de passagem «*destinam-se a afastar os perigos sobrenaturais que o momento de expectativa entre o estado antigo e o novo estado poderia fazer correr ao interessado ou a toda a comunidade. Todos os grandes períodos críticos da vida humana*

Embora este conceito se tenha popularizado ao designar os ritos pelos quais passavam todos os indivíduos - a começar pelo nascimento e pela morte, além de outros ritos mais selectivos como o baptismo, a puberdade e o casamento - a exposição de crianças também poderia constituir um outro “rito de passagem”. Efectivamente, expor uma criança representava a sua “passagem” do âmbito familiar para o domínio colectivo, com perda ou interrupção do seu estatuto familiar e a adopção de um novo estatuto perante a sociedade, o de crianças “expostas”, “enjeitadas” ou “postças”.

Tomada a decisão de expor uma criança, todo um ritual de passagem se iniciava, o qual tanto poderia assumir uma forma ocasional e transitória, como definitiva e sem perspectiva de retorno. Na realidade, a grande diferença em relação aos outros rituais é que esta “passagem” poderia ser reversível, com algumas dessas crianças a retornarem ao seu próprio lar, depois de alterados os condicionalismos que estiveram na origem dessa transferência temporária ou na sequência de um processo de averiguações que culminaria com a descoberta da família biológica. Seja por reclamação ou na sequência dum processo de entrega compulsiva, a criança acabaria por recuperar o estatuto familiar e social perdido.

Todos os preparativos que iriam culminar com a exposição das crianças revestiam-se de um maior ou menor secretismo, tudo dependendo do contexto económico, social e cultural em que o mesmo se gerava e desenvolvia, bem como das razões e das estratégias que lhe estariam subjacentes. Em qualquer circunstância, este novo ritual passaria pelos três momentos cruciais no desenrolar de todo e qualquer rito de passagem, assim identificados por Van Gennep:

- separação da situação ou da vida anterior;
- “margem” que corresponde a este intervalo cheio de perigos;
- agregação que volta a inserir o indivíduo, já com o seu novo estatuto, na comunidade.

Os rituais consistiam na preparação das crianças para serem destinadas a uma instituição de assistência que serviria de “ponte” para uma nova família de acolhimento, procurando minimizar os efeitos de uma tão precoce e abrupta interrupção dos laços biológicos e afectivos. Perante a manifesta incapacidade em poder assumir uma criança ou garantir a sua sobrevivência, o primeiro passo de toda a ritualização poderia consistir na administração particular do baptismo, garantindo-lhe, à partida, uma alma e a “passagem” para a vida eterna, em caso de falecimento, redimindo-a do pecado original e salvando-a da sua condenação ao limbo.

Este sacramento tanto poderia ser ministrado numa igreja, por um “padre de missa”, como no local de nascimento, por uma pessoa que, sob a invocação da Santíssima Trindade, baptizasse a criança com a “água de recurso”. Era essa a primeira grande preocupação para com os recém-nascidos, sobretudo para com aqueles que iriam ser expostos, mesmo sabendo-se que seriam levados obrigatoriamente à pia baptismal para receberem a água benta e os santos óleo, num baptismo efectuado “sob condição”.

Numa segunda fase, a preocupação familiar passaria pela necessidade de preparar o enxoval e definir o local onde as crianças iriam ser expostas. Nos primeiros tempos, enquanto não existia uma oferta institucional organizada, a exposição começou por fazer-se em locais públicos ou à porta de particulares, para depois passar a fazer-se preferencialmente nas rodas, após serem fundadas e tornadas públicas. Além do enxoval, os sinais particulares e as mensagens escritas constituiriam os elementos centrais de um processo que pretendia que a passagem se efectivasse nas melhores

(*nascimento, puberdade, casamento, morte, etc.*) são marcados por ritos de passagem (in Panof, Michel e Perrin, Michel, *Dicionário de Etnologia*, Lisboa, Colecção Lexis, Edições 70, 1979).

condições possíveis e que poderia funcionar como garantia da manutenção de uma ligação afectiva que poderia não se querer interromper definitivamente.

Preparar as crianças para serem expostas era um processo que poderia ser mais ou menos demorado, conforme o contexto familiar, as circunstâncias do parto, as motivações do abandono e as maiores ou menores preocupações com a sua sorte. Assim, enquanto umas crianças eram expostas alguns dias após o seu nascimento, depois de ultrapassada a fase pós-natal e os perigos que poderiam advir da ausência dos cuidados maternos, outras eram expostas no mesmo dia, por vezes logo a seguir ao parto. Neste último caso, a vida dessas crianças corria grandes perigos, como resultado de uma estratégia que passava pela ocultação rápida do seu nascimento, a qual se havia sobreposto à necessidade de lhes prestar os cuidados primários. Foi nestas condições que, em 1737, apareceu exposto um menino na devesa de S. Gonçalo, no concelho de Ponte de Lima, dentro de um cestinho, deitado sobre umas estopas e uns farrapinhos, o qual «vinha por lavar e trazia o umbigo por cortar»⁵¹⁰.

A pressa em expor rapidamente uma criança que acabava de nascer está bem patente nas recomendações que acompanhavam uma menina que foi exposta na Roda de Viana, no dia 9 de Janeiro de 1860, apenas com uma baeta muito velha e com uma mensagem que dizia: «*Nasceu esta menina no dia 9 de Janeiro. Pede-se o favor de procurar uma ama que seja capaz. A pequena vai muito pobrinha porque não deu tempo para se arranjar melhor. Pede-se mais o favor de saber a ama para onde vai e o nome que seja Cristina da Fortuna*». Depois de ter sido dada a criar à ama, Rosa Calva, viúva, da freguesia de Santa Leocádia, esta menina teve a “fortuna” de ter sido entregue à própria mãe, moradora na Rua da Bandeira, no dia 27 do mesmo mês, embora não saibamos se por reclamação, se por intimação da autoridade judicial ou administrativa⁵¹¹.

Uma outra mensagem que acompanhava um menino que foi exposto na mesma Roda, em 1863, pedia para lhe porem o nome de Ricardo e para o entregarem a uma ama «*que não seja de longe*», para que pudesse ser procurado e «*para se lhe entregar roupa que não vai já por não haver tempo de se lhe fazer. A rodeira será compensada havendo bom destino e conta da criança*».

Após a fundação das Rodas, e não obstante as mesmas terem de permanecer sempre abertas e de serem proibidas quaisquer indagações sobre o condutor ou condutora das crianças, aquilo que efectivamente se verificou foi que as exposições se realizavam com a “cumplicidade da noite”, logo após escurecer, geralmente no período que antecedia a meia noite, embora algumas exposições se efectuassem de madrugada, mesmo “*ao cantar dos galos*”. Era a parte mais oculta de uma estratégia que lhes permitiria evitar os olhares indiscretos de quem gostaria de identificar os condutores ou presumir a origem familiar das crianças que iriam ser entregue à caridade pública.

Pelas descrições realizadas, os escrivães das câmaras informavam que algumas crianças expostas vinham embrulhadas “numa baeta”, “nuns trapos de baeta azul”, “nuns trapos de saragoça”, “num pedaço de serapilheira velha”, “num avental de lã”, “num pedaço de capote de soldado”, “num pano de guarda-sol velho” ou “num pedaço de hábito de terceiro de S. Francisco”.

Muitas crianças entravam directamente nas instituições de acolhimento, depois de expostas no mecanismo da roda e recolhidas pelas rodeiras, após terem sido avisadas da sua presença e de fazerem girar a plataforma onde haviam sido depositadas. Nalguns casos, poderiam ser os gritos das crianças expostas a alertarem a rodeira da sua presença, como aconteceu com um menino, António Oroeste, exposto na Roda de

⁵¹⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1733-1739), fl. 92.

⁵¹¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1859-1860), fl. 325.

Melgaço, em 1865, «*sem reclamação ou chamamento da rodeira que atendeu aos choros da criança*»⁵¹². Seria uma forma de procurar preservar a identidade dos condutores, a partir dos quais se poderia chegar à família das crianças expostas.

Estes procedimentos revelam que quem expunha as crianças estava preocupado com a sua sorte, até pelo facto da generalidade delas serem deixadas em locais que permitissem a sua descoberta imediata. Nalguns casos, a exposição fazia-se em locais públicos ou privados, na certeza da presença de pessoas que acolhessem essas crianças. Assim o fez o condutor de um menino que, pelas 10 horas da noite do dia 16 de Janeiro de 1864, o “lançou” no interior da loja de José Maria Soares, da freguesia de S. Paio, do concelho de Melgaço, pondo-se imediatamente em fuga, após o dono da casa se ter apercebido da presença da criança. Um outro condutor, que expôs uma criança à porta de Maria Luisa Pereira, da freguesia de Penso, do mesmo concelho, só abandonou o local depois de ter chamado pela “patroa”, uma designação popular muito vulgarizada, quando se desconhecia o nome da dona da casa.

Estas estratégias não se justificariam quando os condutores eram estranhos ao concelho onde se expunham as crianças. Neste caso, a sua entrega poderia ser realizada pessoalmente, como o fizeram dois homens que, em 1881, ao passarem nos Montes de Fiães, no concelho de Melgaço, encontraram Maria Joaquina Durães, viúva, residente no lugar de Sobreiro, freguesia de Cristóval, que lhe apresentaram uma menina e a obrigaram a recebê-la e a ficar com ela.

Conforme a sua origem sócio-familiar, umas crianças eram expostas sem quaisquer objectos pessoais, outras apareciam dentro de alguns recipientes e com um enxoval mais ou menos recheado. Em casos excepcionais, como quando se tratava de crianças gémeas, estas eram expostas juntas, como se verificou com dois irmãos que, na noite de Natal do ano de 1770, foram expostas na Roda de Viana, «*dentro de um cesto, cobertos com duas envoltas de droga de papagaio*», tendo sido baptizados com os nomes de Manuel e Maria.

A origem social dos expostos, as condições em que o parto se havia realizado e a existência ou não de cúmplices condicionavam as circunstâncias e as condições em que eram efectuadas as exposições, não sendo difícil imaginar o papel desempenhado pelas parteiras em todo este processo⁵¹³. Elas próprias se encarregariam de entregar ou mandar entregar algumas crianças nas instituições públicas de assistência. Nalguns casos, elas próprias retiravam as crianças recém-nascidas às parturientes, sem a sua autorização, a pedido expresso dos pais ou de outros familiares, mais preocupados com a honra da família do que com a sorte das crianças ou o desespero das mães.

A encenação da exposição de uma criança revestia contornos muito diferentes, consoante se tratasse de um abandono definitivo, temporário ou simulado. Assim, se em relação a estas últimas tudo teria de ser tratado com todo o esmero e máximo cuidado, criando as condições que facilitassem o sucesso da estratégia, o mesmo não se verificava com as crianças que não eram desejadas e que estariam destinadas a um abandono imediato e possivelmente definitivo. Para estas, tudo se poderia resumir a um

⁵¹² A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 55 v.º.

⁵¹³ O cargo de *parteira* assumia tal importância na época que teria de ser licenciado pela câmara. Foi o que se verificou em relação a Maria Barbosa, viúva, natural da vila de Esposende e residente em Viana, que, em 16 de Abril de 1720, apresentou, à câmara de Viana, uma petição em que pretendia «*fazer termo para se obrigar a assistir nos partos*» que se realizassem nesta vila e seu concelho. Em contrapartida, comprometia-se a exercer o cargo «*com todo o resguardo*» que se exigia a pessoas de tal ofício, acudindo a todas as solicitações que lhe fossem feitas, de dia ou de noite, desde que não estivesse ocupada com outro parto, sujeitando-se a todos os castigos que lhe fossem impostos pelo senado, «*por algum erro do seu ofício ou por algum descuido*» (A.M.V.C., Livro das Vereações da Câmara de Viana, de 1721 a 1726, fl. 154 e 154 v.º).

ritual de abandono apressado, precedido ou não de um baptismo caseiro, com água e palavras, com a transferência a ter de se consumir de uma forma tão rápida quanto discreta.

Mesmo que o abandono fosse considerado definitivo, tal não significava a ausência de uma real preocupação com a sua criação e que a exposição não fosse revestida de cuidados e recomendações particulares. Assim terá acontecido com uma menina que foi exposta no dia 30 de Junho de 1718, à porta de D. Isabel Lobata, moradora na Rua da Piedade, em Viana. A criança estava embrulhada num pedaço de pano e trazia um lenço velho na cabeça e uma envolta de baeta vermelha, além de mais três camisas e de um bilhete escrito que dizia: «*Sr.^a D. Izabel Lobata, por honra da alma de Fr. Feliciano creay essa inocente que chamão Feliciana e já vay baptizada, e he de May q' não vos há de pedir conta dela, por encubrir sua falta*». O pedido não foi satisfeito, tendo a exposta Feliciana sido enviada para a freguesia de Perre, a fim de ser criada pelos seus habitantes, um procedimento adoptado pelo concelho de Viana nessa época, tendo falecido no início do mês de Outubro, desse mesmo ano, e sepultada na “igreja velha” da vila de Viana⁵¹⁴.

A documentação disponível revela-nos algumas situações extremas que conduziram algumas crianças à Roda, não deixando de ser surpreendente que algumas delas tivessem sobrevivido à ausência de condições higiénico-sanitárias básicas durante os partos. No dia 8 de Março de 1834, o eleito da freguesia de Santa Comba apresentou uma menina, declarando que «*hera de huma moça tola que apareceu na freg.^a e q' mal acabara de parir em huma cavana logo sem demora fugira deixando a criança*». Segundo as informações recolhidas, dizia-se que a tal moça se chamava Maria Joana, era solteira e natural da freguesia da Gandra, o que poderá ajudar a explicar o facto dessa criança ter sido criada por uma ama, viúva, dessa mesma freguesia, tendo atingido os 7 anos de idade⁵¹⁵. É possível que se tratasse de um familiar (eventualmente a avó da criança), beneficiando da tolerância institucional, perante a manifesta incapacidade da mãe.

Em casos mais extremos, a ritualização poderia limitar-se à exposição de uma criança que, apesar de morta, teria de ser subtraída à mãe para ocultar o fruto de uma relação ilícita ou para evitar eventuais custos com o seu enterro. Sem ser possível identificar a sua origem, um menino que foi exposto morto na Roda de Viana, no dia primeiro de Agosto de 1827, trazia um bilhete a informar que «*podia ser enterrado em sagrado, por ter levado água e palavras*»⁵¹⁶.

Além das crianças que foram depositadas mortas na roda, também outras lá chegavam praticamente moribundas, não resistindo às condições em que os partos secretos se realizavam e às complicações que se seguiam, de nada valendo os cuidados prestados pelas instituições de acolhimento municipais. A Casa da Roda de Viana viveu uma situação dramática quando, pelas 11 horas da noite do dia 12 de Fevereiro de 1796, foram expostos dois meninos dentro duma caixa, um deles já morto, o outro “para morrer”. A primeira preocupação da rodeira foi lançar água sobre o “menino expirante”, que logo acabou por falecer⁵¹⁷. Em 1821, foi a vez do coadjutor da Matriz de Ponte de

⁵¹⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1716-1756), fls. 66 e 67.

⁵¹⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1829-1838 II).

⁵¹⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 292.

⁵¹⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 243 v.º. Às crianças que morriam na Roda de Viana, a administração limitava-se a registar o seu óbito e a dar-lhes uma mortalha, para serem sepultadas no interior das igrejas e, mais tarde, no chão sagrado do cemitério da Misericórdia de Viana, caso se comprovasse terem sido baptizadas.

Lima passar uma certidão de óbito a dois expostos que a rodeira lhe apresentou já mortos e que ela própria havia baptizado na Casa da Roda, «*por estarem em perigo*».

Contrariamente ao que se verificava nas instituições de acolhimento de crianças abandonadas dos grandes meios urbanos, como os de Lisboa e Porto, só excepcionalmente se registava a exposição simultânea de mais de uma criança, quando não se tratava de irmãos gémeos, o que facilitava o desempenho das rodeiras/hospitaleiras e aliviava o trabalho das amas de leite internas, quando existiam. Aliás, exceptuando algumas Rodas/Hospícios que registavam um maior movimento anual de expostos, como acontecia em Viana, Ponte de Lima e Arcos, as instituições de assistência dos restantes concelhos das comarcas de Viana e Valença apenas registavam a entrada semanal ou mensal de algumas crianças, quer nelas fossem directamente expostas, quer tivessem aparecido nalguma das freguesias do seu termo.

Quando se verificava a exposição simultânea de mais de uma criança do mesmo sexo, esse facto poderia originar algumas perturbações e anomalias institucionais. Uma delas teve a ver com a identificação de dois meninos que deram entrada no Hospício dos Arcos, depois de terem sido expostos no dia 1 de Maio de 1890, um na freguesia de S. Jorge, chamado Frederico, outro na freguesia de Vale, chamado António. Ao fazer o registo, o escrivão da câmara dos Arcos anotou a seguinte informação: «*Esta criança, em consequência de vir no mesmo dia que o Frederico, juntaram-se ainda antes de fazerem ou lavrarem os assentos e hoje ignora-se qual seja o António e qual o Frederico*». A confusão parece que ainda se mantinha quando, três anos depois, aquele que se presumia ser o António, exposto na freguesia de Vale, ter sido entregue à mãe Teresa Maria, solteira, natural da freguesia de S. Jorge, onde aparecera o Frederico, sendo este entregue, no ano seguinte, à ama que o criava, a residir na freguesia de Padreiro⁵¹⁸.

2-Encenação e locais de exposição das crianças

No ritual de transferência do seu espaço íntimo familiar para o domínio comunitário, o local de exposição das crianças poderia assumir um significado especial. Este seria criteriosamente escolhido, como parte integrante de uma estratégia que lhe conferiria um certo particularismo no universo das possíveis encenações⁵¹⁹.

Antes da centralização do abandono nas instituições de assistência, a maioria das exposições que se realizaram nas comarcas de Viana e de Valença foi concretizada no exterior dos espaços amuralhados das vilas, geralmente à porta de casas particulares ou em locais contíguos a edifícios públicos, civis ou religiosos⁵²⁰. Foi uma situação que resultou do facto das portas de acesso ao perímetro urbano estarem encerradas à noite,

⁵¹⁸ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1888-1893), fl. 87.

⁵¹⁹ Uma característica peculiar desse ritual era a grande preocupação em expor as crianças em espaços públicos e em locais onde pudessem ser imediatamente recolhidas, como forma de evitar que pudessem perecer com o frio ou com a falta de alimento.

⁵²⁰ O professor Assis Vaz descreveu assim a situação da criança exposta «(...) Abandonada para um canto, logo depois de nascer, he embrulhada em alguns trapos até que a obscuridade da noite permita levala á Casa dos Expostos! Aonde não há Roda, estes innocentes são postos á porta das Igrejas, nas municipalidades, e mesmo nas ruas, segundo o capricho e a humanidade daquelle que foi encarregado da Comissão. Cumpre acrescentar para horror da humanidade, que os miseros Expostos não só vem de longas distancias, conduzidos para esta Roda (do Porto), mas com a mais crua barbaridade: pois vem em montões ou em pilha em canastras, e até em saccos, do que resulta morrerem quasi todos suffocados pela falta de ar, e oprimidos pelo seu proprio peso» (Assis Vaz, *Notícia sobre o estado actual da Casa da Roda da Cidade do Porto*, 1834).

pelo menos até ao momento em que as muralhas começaram a ser desmoronadas, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, as exposições no interior das muralhas apenas se realizavam durante o dia, excepto nos casos de cumplicidade ou quando as crianças eram originárias de famílias lá residentes. As freguesias dos termos dos vários concelhos também foram escolhidas como locais de exposição, uma prática que diminuiu após a fundação das Casas da Roda, para voltar a aumentar a partir do seu encerramento.

No caso do concelho de Ponte de Lima, enquanto não foi fundada a sua Roda Pública, em 1787, as crianças foram expostas à porta ou em zonas circundantes de igrejas, capelas ou conventos, localizados no exterior das muralhas, como no Convento de Santo António ou nas Capelas de N.^a S.^a da Guia e de N.^a S.^a da Penha de França. Bem menos frequentes eram as exposições no interior do espaço amuralhado, embora se tivessem encontrado algumas crianças na sua Praça, na Misericórdia ou à porta da residência de autoridades locais. As freguesias onde se registou um maior número de exposições foram as mais próximas da vila e aquelas que confinavam com concelhos circunvizinhos. Em 1722, alguém escolheu uma forma original de expor uma criança, colocando-a num cesto e pendurando-o na corda do sino da Igreja de S. Mamede d'Arca, no concelho de Ponte de Lima⁵²¹.

Em Viana, foram expostas muitas crianças à porta ou em pátios de casas particulares, assim como em diversos locais do Campo do Forno⁵²², nomeadamente nalgumas das bancas ou tabuleiros comerciais lá existentes ou debaixo do edifício da câmara municipal. Como havia alguma atracção pelos espaços religiosos e locais de culto, era frequente aparecerem crianças à porta das igrejas, capelas ou conventos, nomeadamente na Igreja Velha, na Igreja de N.^a S.^a de Monserrate, na portaria dos padres capuchos do Convento de S. Francisco do Monte, no alpendre de N.^a S.^a da Penha de França, nas grades da Igreja de Santo António dos Capuchos ou, como se verificou em dois casos, dentro de uma cestinha pendurada nas grades da Igreja do Carmo ou na roda da botica da vila⁵²³.

Após a fundação da Casa da Roda de Viana, em 1698, a exposição de crianças passou a realizar-se, preferencialmente, na nova instituição. No ano de 1770, a percentagem de crianças expostas directamente na roda de Viana foi de 72%, um valor que subiu para cerca de 90 %, no ano seguinte, uma tendência que se manteve até à sua extinção. A restante percentagem diz respeito às crianças que foram expostas à porta de residências particulares, localizadas em diversas ruas de Viana ou nalgumas das freguesias do concelho, salvo algumas excepções.

Num pequeno interregno do início do século XVIII, motivado pelo encerramento desta instituição, por razões que os responsáveis locais imputavam ao facto de nela estarem a ser expostas crianças provenientes de outros concelhos, as exposições voltaram a ser feitas nas diferentes freguesias do termo e em diversos locais da então vila de Viana da Foz do Lima. Estas realizavam-se preferencialmente de noite, como forma de contornar uma mais apertada vigilância popular, com as populações eventualmente preocupadas com a chegada de crianças oriundas de outros concelhos.

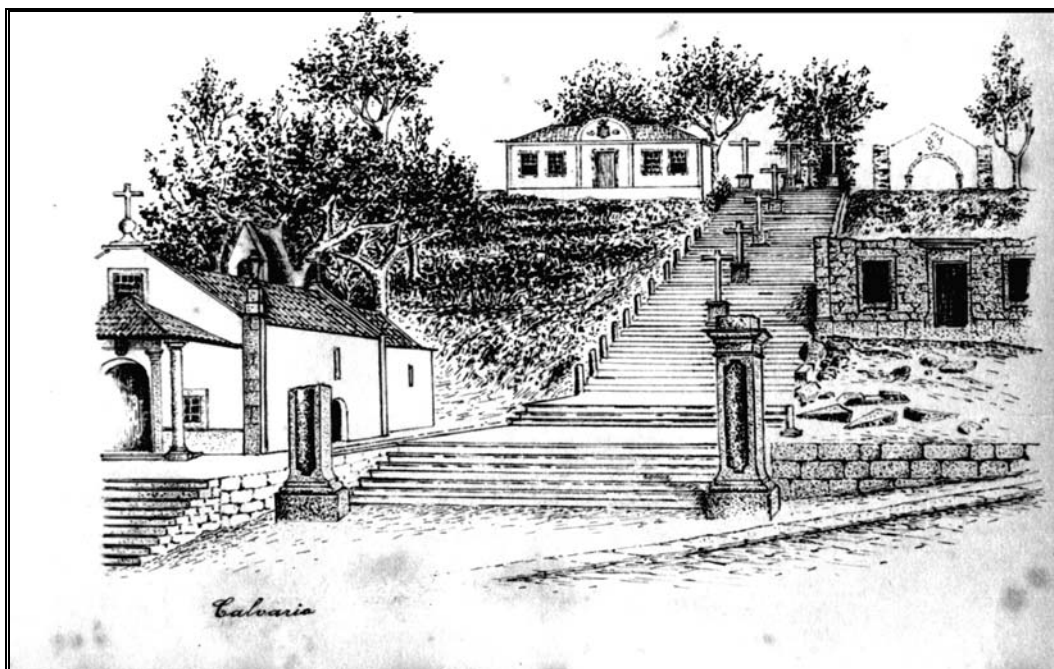
⁵²¹ Tudo indica que esta forma original de expor uma criança não fosse para dar sinal da sua presença, mas para logo ser encontrada pelo sacristão, quando lá se dirigisse para tocar o sino, a anunciar aos paroquianos mais uma cerimónia religiosa.

⁵²² O Campo do Forno passou a chamar-se, mais tarde, Praça da Rainha, a actual Praça da República.

⁵²³ Contrariando aqueles que, erradamente, identificaram a roda do Recolhimento de Santiago como tendo servido para nela serem expostas as crianças, a documentação municipal não faz nenhuma referência ao aparecimento de qualquer criança nesse local, cujo mecanismo circulatório havia sido destinado a outras funções, como a venda de alguns produtos fabricados no seu interior, sem que se visualizasse quem efectuava essas transacções.

Essa vigilância, apesar de proibida, não terá deixado de existir, mesmo durante o período de funcionamento das rodas francas, como o parece provar o facto de alguém ter deixado uma criança no meio da rua onde se localizava a Casa da Roda de Viana, e não no mecanismo giratório da instituição, como era prática habitual.

Figura 9
O Calvário de acesso à Casa da Roda/Hospício de Ponte de Lima



Após a centralização do abandono nas Casas da Roda, as exposições dentro do perímetro amuralhado das vilas passaram a ser excepcionais, como consequência da localização estratégica das novas instituições, de acordo com a ordem-circular de 10 de Maio de 1783. Esta recomendava que as Rodas Públicas fossem estabelecidas em locais recatados e acessíveis durante a noite. Daí que, depois de generalizadas as Rodas pelas vilas das comarcas de Viana e Valença, a exposição de crianças tivesse passado a centralizar-se nas novas instituições de assistência (*figura 9*), criadas para esse mesmo fim⁵²⁴. Tal não impediu que se continuassem a expor algumas crianças noutros locais e, até, em concelhos circunvizinhos. Na verdade, a centralização das exposições nas Rodas não interrompeu a estratégia familiar ou colectiva de procurar transferir para terceiros os encargos com a criação das crianças expostas, pelo menos até ao momento

⁵²⁴ Segundo a já citada *ordem-circular, de 10 de Maio de 1783*, «como os termos de algumas villas são dilatados e pode acontecer que ainda sem embargo desta Providencia (através da divulgação por editais das terras onde há Casas da Roda) se engeitem algumas crianças ás portas dos particulares só por não terem o incomodo de as levarem duas ou tres legoas a caza dos Expostos da villa, ou cidade respectiva, vossa M.ce mandara aos Juizes e officiaes das vintenas de todas as terras de sua comarca que sendo cazo que no destrito de cada hum delles appareça alguma creança exposta, a mandem logo conduzir a Caza dos Expostos da v.^a ou cidade do seu destino, por alguns homens, ou mulheres que tenham leite, e alimento pelo caminho (...)».

Igual providência estava contida no ponto VIII, do *Alvará de 18 de Outubro de 1806*, ao determinar o seguinte: «(...) e se não obstante todas as sobreditas providenciass ainda succeda o apparecer algum Exposto desamparado á porta de algum visinho de qualquer Lugar, esse, e o Juiz da Vintena, ou outro Official de Justiça serão obrigados a conduziillo, entregando-o na Casa dos Expostos mais proxima, aonde pello rendimento aplicado para estas despezas, se lhe pagará a condução, segundo o desvelo, e trabalho que nella tiverem tido».

em que a administração dos expostos passou a ser distrital, já em pleno período liberal⁵²⁵.

As Rodas não conseguiram centralizar totalmente a exposição de crianças, com algumas delas a continuarem a aparecer à porta de edifícios públicos ou de casas particulares, sempre com o objectivo de serem recolhidas e entregues na instituição de acolhimento municipal. Nestes casos, havia uma particular preocupação em colocá-las dentro de recipientes que as aconchegasse e as preservasse das quedas. Os mais vulgares eram os cestos, mas também aparecem referenciados caixotes, açafates de vime, seiras de figos, canastras e, até, um fole ou uma caixa de pombas, com as crianças geralmente deitadas sobre lã, estopa, palha ou algumas peças do enxoval.

Nas aldeias dos concelhos, a exposição fazia-se à porta de particulares, em casas habitadas por pessoas que pudessem acolher as crianças e prestar-lhes os primeiros socorros (se possível com alguém que as pudesse amamentar), antes de as entregarem às autoridades locais ou providenciarem o seu envio à Casa da Roda. Neste último caso, o transporte das crianças era assegurado pelos eleitos locais ou pelos quadrilheiros das diversas freguesias, se possível acompanhadas por uma mulher que pudesse amamentar e que, por vezes, chegou a ser nomeada ama de leite. Poderia tratar-se de uma estratégia familiar ou resultar de uma solicitação institucional, sempre que não se encontrassem amas disponíveis para acolher e amamentar as crianças.

Na segunda metade do século XIX, pudemos comprovar a exposição de crianças nalguns dos principais lugares da recém-criada cidade de Viana, como às portas do Teatro Sá de Miranda, da Associação dos Bombeiros Voluntários ou nos pátios do Hotel Águia d'Ouro, do Colégio Vianense ou do jornal “Aurora do Lima”. Na vila dos Arcos, também se efectuaram exposições à porta da Misericórdia, da Casa da Assembleia, da Sociedade ou no interior do Clube Arcoense.

Quando as crianças eram deixadas à porta de casas particulares, geralmente de noite e longe dos olhares mais vigilantes e indiscretos, a estratégia não se limitava ao acto da sua exposição. Era preciso alertar os residentes para a presença das crianças expostas, para se evitar que pudessem morrer por falta de cuidados primários. Os que as transportavam encarregavam-se de fazer despertar as pessoas, ao mesmo tempo que pediam para que viessem «*buscar o que estava à porta*», logo se retirando apressadamente. O choro persistente das crianças se encarregaria de provar as “suspeitas”, dada a prática frequente deste género de encenações. De imediato, os residentes respondiam com uma outra encenação, não para esconjurar tão fatídica dádiva, mas para se ilibarem de qualquer conluio com os familiares das crianças expostas. À janela ou à porta de casa, alguém lançava gritos de «*aqui d’el rei*», apelando à comparência dos vizinhos para testemunharem tal acto, uma forma de procurar afastar eventuais suspeitas de cumplicidade.

Tais encenações só se justificavam porque essas suspeitas poderiam ter algum fundamento, incluindo a possibilidade de se tratar de uma estratégia concebida a partir do interior da própria habitação, com a simulação da exposição de um recém-nascido que acabara de nascer no seu interior. Em qualquer circunstância, o sucesso de uma estratégia dependeria muito da criatividade e dos cuidados particulares com que se realizava e encenava uma determinada exposição.

⁵²⁵ Embora fosse uma incumbência dos concelhos a criação das crianças que apareciam expostas no seu espaço administrativo, era natural que as populações se procurassem eximir dos encargos com a sua criação, muitos deles suportados com o lançamento de fintas. Aliás, as estratégias colectivas acompanharam a concepção e o desenvolvimento das estratégias familiares, uma cumplicidade que, como vimos, só terminou quando a gestão dos expostos deixou de ser municipal e passou a ser distrital, através da distribuição proporcional dos encargos com as Rodas/Hospícios pelos respectivos concelhos.

A exposição de crianças nas freguesias rurais, embora com tendência a diminuir, não deixou de ter algum significado, podendo ser entendida como fazendo parte de uma estratégia familiar que pretendia manter as crianças sob estreita vigilância e protecção. Por outro lado, também poderia resultar de uma estratégia colectiva de transferência dos encargos com a criação dos seus expostos para outros concelhos. Esta suspeição ganhava forma quando se descobria que algumas das crianças sobreviventes eram filhas de pessoas que residiam em freguesias de concelhos circunvizinhos.

Só em casos absolutamente excepcionais é que a exposição se realizou em locais pouco frequentados, pondo em risco a vida dos inocentes. Foram poucas as crianças registadas como tendo sido expostas nestas circunstâncias, como aconteceu com uma que foi deixada à porta de um moinho, outra que foi colocada em cima da parede de um caminho e duas que foram deixadas no areal de uma praia, sempre em locais que permitissem a sua localização e socorro.

Não registámos nenhuma exposição que tivesse sido efectuada em locais completamente isolados ou de fraca acessibilidade. A terem acontecido, estes casos não deixariam de configurar um cenário de infanticídio. Poderia ser esse o caso de quem expôs uma menina na freguesia de Cristóval, concelho de Melgaço, no dia 26 de Agosto de 1862, tendo-a deixado debaixo de uma figueira, sobre um roço de silvas, a qual foi achada na madrugada desse dia, «*quasi expirando por estar chovendo e sem agasalho*»⁵²⁶. Todavia, o facto de estar acompanhada por um pequeno enxoval, como vinha descrito no seu registo, afasta a hipótese de se tratar de uma forma de infanticídio deliberado, antes de uma negligência grosseira de quem se encarregou de a expor. Estes crimes seriam passíveis de punição, se fossem conhecidos e identificados os seus autores.

Estas situações não passaram de casos isolados, como actos negligentes que terão sido gerados em contextos de extrema miséria ou em consequência de situações de desespero, estados de loucura ou irresponsabilidade dos condutores. Contudo, estes actos não terão passado despercebidos a uma sociedade atenta, sempre pronta a agir em favor dos mais carenciados. Essa intervenção poderia acontecer no momento do parto, ajudando as parturientes e expondo as crianças nas Rodas/Hospícios ou em locais onde pudessem ser recolhidas e tratadas.

⁵²⁶ A.M.MG, Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 39 v.º.

Esta menina estava «*embrulhada em dois panos velhos de algodão que são inúteis e sem préstimo*», assim como por um pequeno enxoval, constituído por uma camisa d'elefante e uma outra com as mangas sem pregar.

2.1-Os sinais dos expostos

«Para ser entregue a todo o tempo, (leva) uma medida do nome da criança (Maria das Dores), cortada pelo meio, escrita em papel grosso, que deverá ser entregue a quem entregar a metade que lhe corresponder⁵²⁷».

Os sinais que acompanhavam os expostos constituíam um elo de ligação que pretendia perpetuar uma relação afectiva, sempre na esperança de que os laços familiares se pudessem novamente restabelecer. Eles simbolizariam os sentimentos mais íntimos de quem se vira forçado a interromper, tão precocemente, um vínculo familiar, ao mesmo tempo que poderiam fazer parte de uma estratégia que visaria conseguir um tratamento mais favorável das crianças expostas.

O estudo da simbologia dos sinais e dos objectos que acompanhavam os expostos coloca-nos frequentemente perante situações em que o religioso parecia confundir-se com o profano, com a dimensão sacra de alguns dos objectos a contrastar com a superstição bem vincada de outros, um antagonismo tão característico de populações com uma cultura genuinamente popular.

A maioria dos sinais teria por objectivo facilitar uma possível identificação futura da criança exposta, com vista a uma eventual reintegração familiar. Sem outros meios alternativos para o fazer, a procura de uma criança teria de ser feita a partir dos elementos identificadores que a acompanhavam e que haviam ficado assinalados no livro de registo municipal, uma prática que apenas se começou a generalizar no século XIX.

Vamos citar o conteúdo de uma mensagem que poderá ser considerada como representativa daquilo que geralmente se pretendia transmitir e que o escrivão da câmara transcreveu, ao elaborar o registo de uma menina que havia sido exposta na Roda de Viana, na madrugada do dia 9 de Setembro de 1857:

«Esta menina nasceu no dia 8 de Setembro, às 3 horas da tarde e leva de sinal uma fita de um bocado de seda azulada atada no braço esquerdo, e leva de atadura na barriga uma tira de entretela dos travesseiros (...). Pede-se o favor de lhe pôr o nome Virgínia e ser padrinho o armador novo, António Esteves Júnior, morador na Picota, e madrinha Nossa Senhora. Pede-se o favor de tomar sentido para onde vai, pois há-de-se procurar»⁵²⁸.

Como forma de facilitar uma futura identificação, o bilhete que acompanhava um menino, exposto na Roda de Viana, em 1862, não deixava quaisquer dúvidas sobre o significado de uma fita encarnada que trazia ao pescoço no momento da exposição, «para que não seja trocado por outro que porventura esteja na roda»⁵²⁹. Do mesmo modo, para se evitar que a mensagem e o sinal se pudessem extraviar, uma criança foi

⁵²⁷ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1857-1869), fl. 179.

⁵²⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 22 v.º.

⁵²⁹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1861-1862), registo n.º 141.

exposta, em Vila Nova de Cerveira, com um bilhete onde se pedia que fosse baptizada com o nome de Calista e que o mesmo fosse guardado, assim como «*uma senha que vai dentro da saquinha azul p.^a se fazer caso da menina e servir de sinal*»⁵³⁰. Idêntica preocupação continha uma mensagem que acompanhava duas crianças expostas em Viana, uma delas trazendo ao pescoço um coração de prata, com o seu nome gravado, a outra com um escrito contendo o nome pretendido, atado no pulso.

Enquanto que algumas das crianças foram expostas com um simples sinal ou objecto identificador, como uma fita de uma determinada cor, atada ao pescoço, num braço ou no pulso, excepcionalmente uma «*conta de ouro enfiada numa fita vermelha, atada no pulso direito*», outras traziam alguns objectos religiosos. Estes eram geralmente constituídos por uma cruz, um santo lenho (encastrado em prata com uma chave enfiada num cordão branco), um rosário, uma verónica, uma medalha de Nossa Senhora da Agonia ou de Nossa Senhora do Rosário, um par de escapulários de Nossa Senhora do Carmo, uma venérea com as imagens do Coração de Jesus e do Coração de Maria ou uma outra contendo a vieira ou concha do romeiro S. Tiago.

Noutros casos, a religiosidade, simbolizada pelos objectos de inspiração cristã, aparecia em estreita ligação com o lado profano e supersticioso de certos grupos populares. É o que se depreende do registo de uma menina que foi exposta, em Caminha, e que trazia, por sinais, «*uma saquinha encarnada com uma moeda de 50 réis, uma cruz e uma figa, tudo preso a uma fita*». O bilhete que a acompanhava alertava para o facto de, mais tarde, a menina ser procurada, devendo «*ser apresentada com o que leva ao pescoço para sinal*»⁵³¹. Nos Arcos apareceu uma criança exposta com uma moeda de cobre, uma figa e uma saquinha vermelha de riscado, com duas fitas, uma azul e outra amarela.

Além de um objectivo específico, que visaria uma futura identificação, as crenças populares revestiam outros contornos supersticiosos e indiciavam práticas de bruxaria, com o objectivo de “dar sorte” e proteger as crianças da “inveja e maus olhados”, neste seu “ritual de passagem”. Nestes casos, os sinais assumiriam uma dupla função, ou seja, tanto serviriam para “marcar” as crianças expostas como para lhes conferir um sentido protector. Esta promiscuidade entre o religioso e o profano está bem patente no facto de algumas crianças aparecerem com um rosário ou uma medalha ao pescoço, tal como poderiam aparecer com «*um signo salomão e uma saquinha vermelha com alhos dentro*» ou «*uma figa de vidro e 5 réis de fortuna*».

As descrições feitas pelos escrivães nem sempre foram muito pormenorizadas, alguns deles muito preocupados em poupar espaço nos livros de registo. Quando tal não se verificava, poderemos saber, por exemplo, que uma determinada criança vinha ligada com um ourelo branco e embrulhada num pedaço de lençol branco de estopa e coberta por uma baeta vermelha. Excepcionalmente, em 1807, um escrivão, mais cuidadoso, resolveu descrever as características físicas dos expostos, o que nos permitiu identificar algumas crianças com olhos castanhos, azuis ou cor do azeite, bem como com cabelo preto, louro ou castanho. Em relação à cor da pele, a grande maioria das crianças seria branca. Só nos séculos XVII e XVIII é que encontrámos alguns escrivães a fazerem referência à exposição de crianças de “cor parda”, coincidindo com um período em que a escravatura era legal e alguns escravos trabalhavam nesta região. Na mesma altura, também aparecem referenciadas algumas “amas pardas”.

⁵³⁰ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1857-1871), fl. 122 v.º. Esta saquinha azul foi o único sinal que encontrámos nos vários arquivos municipais do Alto Minho, a qual estava junto do registo da referida exposta.

⁵³¹ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1857-1888), fl. 106 v.º.

2.2-Idade ao abandono

A fazer fé nos registos elaborados pelos escrivães, os quais, sempre que as mensagens não faziam qualquer referência à data de nascimento das crianças, acabavam por presumir a sua idade, não restam dúvidas de que quase todas as crianças expostas eram recém-nascidas. No entanto, enquanto umas eram expostas logo após o parto, outras só depois de decorridos alguns dias, a maioria antes de completarem uma ou duas semanas de vida, raramente com mais de um mês e excepcionalmente com mais de um ano.

Em termos institucionais, a indicação da idade das crianças expostas revestia-se de uma grande importância administrativa porque seria a partir dessa idade, presumida ou baseada na informação contida nos bilhetes, que se determinaria o final do período da criação, quando completavam os sete anos de idade. No entanto, como quase todas as crianças teriam poucos dias de vida, a contagem do tempo começava no dia da exposição e terminava, em caso de sobrevivência, sete anos depois, salvo algumas excepções, quando os expostos tinham já alguns meses ou mais de um ano de idade.

O facto de muitas crianças apenas serem expostas alguns dias após o seu nascimento só vem reforçar a ideia de que a exposição das crianças não era um acto desumano de enjeitamento compulsivo, uma espécie de “infanticídio diferido”, dada a elevada mortalidade neonatal. Pelo contrário, em muitas situações, os cuidados primários eram assegurados em ambiente familiar, mais ou menos secreto, embora esse tempo nem sempre fosse suficiente para salvaguardar a integridade física das crianças, visto que algumas delas acabavam por morrer.

Quando a exposição se dava no mesmo dia do nascimento, nalguns casos logo após o parto, esta opção seria o culminar de uma estratégia que se havia iniciado com a ocultação da gravidez, seguida da necessidade de ocultação da criança. Nestes casos, não haveria lugar à prestação dos cuidados primários às crianças recém-nascidas, por já estarem predestinadas a serem enjeitadas, com a mãe ou os familiares a preocuparem-se mais em concretizar a exposição do que em salvaguardar a sua vida. Contudo, tal não significava, necessariamente, que se tratasse de uma decisão pessoal da própria mãe, a qual se poderia revelar impotente para obstar a que, por razões de honra familiar ou “por caridade”, as crianças fossem expostas pelos familiares ou pelos vizinhos.

Pelo contrário, se as crianças expostas já tinham vários dias de vida, teremos de equacionar a hipótese de se tratar de uma outra estratégia familiar, com as dificuldades económicas ou as situações de extrema pobreza a subalternizarem quaisquer códigos de honra familiar. Neste contexto, tudo se poderia resumir a um acto deliberado de fazer passar as crianças pela instituição de acolhimento, na esperança de que, de uma forma directa ou indirecta, viessem a ser rapidamente reintegradas na família. Os processos de entrega de algumas crianças às respectivas mães constituem uma prova inequívoca de que esta foi uma estratégia utilizada com alguma frequência, como veremos.

O facto de alguns escrivães das câmaras deixarem de assinalar, nalguns períodos, a idade presumida das crianças expostas - apesar de serem obrigados a fazê-lo, por razões administrativas - vem corroborar a ideia de que a maioria dessas crianças tinham poucos dias de vida, sem significado na contabilidade dos municípios e na antecipação do final do período de criação. Contudo, independentemente desse registo, algumas mensagens fornecem-nos essa informação, quer através da indicação do dia e hora de nascimento, quer através de outros indicadores indirectos. Na verdade, algumas descrições deixam transparecer que certas crianças já teriam alguns dias de existência, nomeadamente quando em relação a uma delas se pedia *«por caridade que se lhe dê de*

beber, que tem sempre muita sede, e já se lhe deu 3 vezes e bebe muito bem com uma colherzinha»⁵³².

Em casos mais raros, registámos algumas referências pontuais de crianças expostas com vários meses e, excepcionalmente, com mais de um ou dois anos de idade. Assim se depreende do registo de um menino que entrou na Roda de Viana, em 1810, e cujo bilhete informava que o mesmo já andava e falava, bem como de um outro que entrou na Roda de Caminha, em 1836, já com dentes ou de um outro cuja mensagem dizia que já não mamava. Esse abandono era circunstancial e resultava de situações imprevistas, como a emigração, a doença ou morte dos responsáveis pela sua criação. Algumas dessas crianças eram filhas de viajantes ou militares que se viram forçados a entregá-las à caridade pública, por não os poderem acompanhar nas suas frequentes deslocações. Contudo, essa exposição poderia ser apenas temporária, desde que as razões do abandono não se revelassem irreversíveis e as crianças tivessem sobrevivido.

Entre as crianças expostas com mais idade, registámos o caso de um menino que teria cerca de três anos, o qual foi encontrado junto a um pardieiro de uma freguesia do concelho de Ponte de Lima, no ano de 1709. Depois de lhe perguntarem o seu nome, disse chamar-se Filipe e que o seu pai era António Pires e sua mãe Benta, informações que não foram suficientes para os identificar ou localizar. Foi dado a criar a uma ama de seco, pelo período de 4 anos, findos os quais lhe foi dada baixa, por completar os 7 anos de idade⁵³³. Uma outra criança trazia um escrito que dizia ter 2 anos de idade e que a sua mãe, *«por não ter meios de a criar, se resolvera a abandoná-la para ir servir um ano»*⁵³⁴.

⁵³² A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca (1876-1888), fl. 45.

⁵³³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1704-1714).

⁵³⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1843-1846), fl. 384 v.º.

2.3-O enxoval

A criança recém-nascida tem necessidade de estender e mexer os seus membros para os tirar do entorpecimento em que estiveram tanto tempo.

Os países onde se enfaixam as crianças são aqueles que formigam de corcundas, coxos, tortos, enfezados, raquíticos, de gentes deformadas de toda a espécie....

J. Jacques Rousseau, Emílio

(...) se dará aos meninos um vestido pegado de calça e jaqueta de baeta forte, um barrete de meia de laã, e uma camisa; e às meninas um cazaco de igual baeta abetoado até á cinta, uma coifa ou tocado, e uma camisa.

Enxoval dos expostos com mais de dois anos (1839)

No termo de abertura do livro dos expostos da Roda de Viana, de 1773, vinham transcritas algumas informações regulamentares estabelecidas, bem como as alterações administrativas com as quais se pretendia melhorar a sorte dos expostos. Depois de se fazer lembrar o quadro normativo, que estava em vigor, nomeadamente o estipulado num alvará que mandava «*dar no fim de cada anno a cada exposto p.^a roupa mil réis*», recomendava-se que não se desse mais nenhuma roupa aos expostos, antes de completarem seis meses de idade, porque ainda não a vestiam. Contudo, o “pai dos enjeitados”, muito preocupado com o facto de alguns expostos darem entrada na Roda completamente nus, solicitou ao presidente do senado para que, nestes casos, se pudesse comprar alguma roupa para os agasalhar, uma pretensão que acabou por ser aceite e regulamentada⁵³⁵.

⁵³⁵ Por representação que o «*Pay dos d.^{tos} Expostos fez de q' alguns lhe punhão na Roda de todo núz e sem cobertura algúa, e observandosse o d.^{to} Acórdão ficava esta nudez sem providencia porq' quando se lhe chegava a dar a roupa já não servia de remedio (...) por cuja causa requereo q' se lhe desse algúa Providencia e dando-a, como Prezid.^{te} da Cam.^a (...) mando que daqui em diante sendo os expostos postos na Roda com roupas bastantes p.^a lhe reparar o frio (..) se lhe não dará nesse anno roupa (...) e aquelles q' forem de todo núz ou sem roupa sufficiente p.^a lhe reparar o frio, o Pay dos Engeitados, fazendo-o logo saber ao Prezid.^{te} do Senado ou quem suas vezes fizer, e informado este da verdade, mandará ao escri.^{am} da Camara passar hú bilhete por elle Prezid.^{te} o assignar, pello q' o Depozitário dos Sobejos das Sizas applicados p.^a a criação dos expostos lhe dê ou compre hú covado de baeta e pano p.^a duas camizas e suas envoltas*».

Na margem do registo dos expostos, o escrivão da câmara deveria declarar a roupa que a ama já havia levado para lhe descontar e lhe dar mais tarde apenas a que faltasse para completar os mil réis previstos. Se o exposto falecesse antes de completar esse período, a ama poderia ter de repor essa roupa (A.M.V.C., *Livro de Registo dos Expostos de Viana*, 1773, fls. 1 e 1 v.º.).

No século XIX, o novo regulamento distrital de 1839 obrigava as administrações municipais a fornecerem um enxoval às crianças que não o trouxessem ou quando fosse insuficiente, «*para agasalhar os Expostos na ocasião da entrada*». Esse enxoval seria constituído por uma baeta de côvado e meio e duas camisas, devendo ser entregue à ama que se encarregasse da sua criação⁵³⁶. Apesar de muito exíguo para as verdadeiras necessidades das crianças, esse enxoval deveria servir para ser utilizado durante os dois primeiros anos. A partir dessa idade, «*se dará aos meninos um vestido pegado de calça e jaqueta de baeta forte, um barrete de meia de laã, e uma camisa; e às meninas um cazaco de igual baeta abetoado até á cinta, uma coifa ou tocado, e uma camisa, cada um de cujos enfaxes não excederá a quantia de mil e seis centos réis, e serão arrematados se as Camaras o julgarem conveniente*»⁵³⁷.

A junta geral do distrito, em sessão realizada no dia 17 de Novembro de 1840, decidiu fazer algumas alterações ao que havia sido regulamentado no ano anterior, dando liberdade às câmaras municipais na entrega da indumentária aos expostos. Estes passariam a receber um enxoval conforme os usos e costumes de cada municipalidade, «*attendendo-se sempre circumspectamente á humanidade*», como se acrescentou no regulamento distrital de 1852⁵³⁸. Assim, quando as crianças não traziam enxoval, competia às câmaras municipais entregar-lhes o «*enxoval do costume*».

No dia 4 de Março de 1844, foi exposto, em Vila Nova de Cerveira, um menino que «*vinha nu e apenas embrulhado em hum pedaço de fraldilha*», acompanhado por uma mensagem escrita a pedir que lhe pusessem o nome de António Secundino e a informar «*que era de gente nobre e que a seu tempo se procuraria para herdar os bens da fortuna*»⁵³⁹. Esta criança faleceu cinco meses depois, em poder da “ama criadeira”, não tendo podido herdar os prometidos “bens da fortuna”, os quais, tendo em consideração as condições em que o mesmo foi exposto, não deveriam passar de uma estratégia para que lhe fosse reservado um tratamento mais favorável.

Os escrivães das câmaras deveriam proceder ao registo de todas as peças que integravam os “enfaixes” ou os “embrulhos” que acompanhavam as crianças, designações populares do tradicional enxoval das crianças expostas. A descrição dos sinais e objectos seria mais pormenorizada quando se verificava a entrada simultânea de duas ou mais crianças do mesmo sexo, para evitar qualquer confusão futura.

No registo de uma menina que deu entrada na Roda de Ponte de Lima, em 4 de Junho de 1830, o escrivão assinalou que «*nesta noute foram expostas três meninas e por isso para se conhecerem vão declarados os factos em que cada uma vinha envolta*»⁵⁴⁰. Um outro escrivão assinalou que havia notícia de que quem tinha conduzido uma determinada criança à Roda lhe tirara todo o enxoval que trazia, pelo que se estava a proceder às necessárias averiguações. Temendo esses desvios, o bilhete que acompanhava um exposto da Roda dos Arcos começava por pedir que se entregasse a criança a uma boa ama, «*pois seus pais hão-de procurá-la para lhe darem mais roupa que agora não leva com receio de descaminho*». Apesar desta precaução, esta criança trazia meio lenço amarelo na cabeça, uma camisa, um vestido de branqueta, duas envoltas brancas, uma coifa e dois panos⁵⁴¹.

⁵³⁶ Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna, 1839, art.^{os} I e II, cit..

⁵³⁷ Idem, art.^o VI, ponto I, § único.

⁵³⁸ Art.^o 6.^o do Regulamento Distrital de 1852, cit..

⁵³⁹ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1832-1844), fl. 223.

⁵⁴⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1829-1838).

⁵⁴¹ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1883-1887), fl. 14.

Um enxoval mais rico poderia significar uma origem social “privilegiada”. Pelo contrário, quando o mesmo não existia ou era constituído por «*andrajos inúteis*»⁵⁴², tal facto poderia indiciar estarmos perante situações de extrema pobreza. Esta não permitiria que se arranjasse um enxoval minimamente condigno. Isso mesmo chegava a ser reconhecido nas mensagens escritas, algumas delas a prometer que, quando tal fosse possível, se entregariam, às amas, mais alguns objectos para o enxoval. Numa das mensagens, implorava-se compaixão e pena de uma menina exposta «*que vai muito pobrinha, mas depois terá o preciso*».

Além do vestuário, algumas crianças ainda traziam outros objectos, como se verificou com uma delas que vinha acompanhada por quatro mamadeiras de açúcar, provavelmente para serem utilizadas enquanto não fosse amamentada por uma ama, um conforto momentâneo para quem acabava de ser privada dos cuidados maternos.

Numa inventariação de um conjunto bastante alargado de enxovais, estes eram geralmente constituídos, em maior ou menor quantidade, por algumas das seguintes peças: camisas, chambres, saias, lenços, toucas, coifas, manguitos, baetas, cueiros (fraldas), envoltas ou cingidoiros. Como muitas crianças eram expostas pouco depois de terem nascido, uma das peças que integravam os enxovais eram os cingidoiros, também designados por apertadores, envoltas ou ourelos, que serviam como «*atadura à volta da barriga*» para proteger o resto do cordão umbilical, enquanto não lhes secava e caía.

Segundo a tradição popular, ainda enraizada entre algumas comunidades locais, a inserção social da criança na sociedade poderia estar comprometida se o seu cordão umbilical fosse comido pelos ratos. Esta preocupação era tal que a mensagem que acompanhava uma criança, além de outras recomendações, pedia «*que se lhe deite sentido à inviudinha que lhe não levem os ratos*»⁵⁴³.

Embora subsistam dúvidas sobre a manutenção da prática ancestral de se proceder ao enfaixamento das crianças⁵⁴⁴, por força da indicação dos “enfaixes” na indumentária das crianças expostas, não dispomos de nenhuma indicação de que essa tivesse sido utilizada ao longo de todo o período da nossa investigação. O “enfaixamento” era uma

⁵⁴² Segundo o registo da exposta Glória do Espírito Santo, exposta na freguesia de Roussas, em Melgaço, o seu enxoval era todo constituído por «*andrajos inúteis e apenas uma camisa de morim com folhos regular e em termos de servir*» (A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço, de 1857-1896, fl. 83 v.º).

⁵⁴³ A “*inviudinha*” é uma forma popular de designar a envide, uma pequena parte do cordão umbilical que permanecia com a criança após o parto e que, após alguns dias acabava por secar e cair. Ainda hoje, em várias freguesias do Alto Minho, continua a existir a convicção de que se a envide for comida pelos ratos a criança pode vir a manifestar apetência pelo roubo. Daí a preocupação em queimar esse resto do cordão umbilical, após cair, evitando deitá-lo ao lixo onde poderia vir a ser comido pelos ratos.

Segundo a tradição popular, quando se comprovasse que os ratos haviam comido esse resto do cordão umbilical, era urgente “tratar a criança”. A receita consistiria em apanhar um ratinho e fazer com ele um pouco de arroz que lhe deveria ser dado a comer. Seria muito mau prenúncio se a criança se recusasse a comê-lo. A mesma receita deveria ser dada a quem, pertencendo a uma família séria e honesta, viesse a revelar alguma tendência para se apropriar do alheio, um comportamento desviante que, segundo o povo, poderia ter a sua origem na infância, por culpa de quem, por negligência, terá permitido que os ratos tivessem comido o seu “imbiguinho” (A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca-1876/1888), fl. 45).

⁵⁴⁴ Muito criticada por médicos e higienistas, ao longo do século XVIII, eis como Francisco José de Almeida, no “*Tratado de educação fysica dos meninos*”, citado por António Gomes Ferreira (2000:171), descreve o costume de “pensar” os bebés, ou seja, de lhes envolver todo o corpo em faixas, modelando-os e impedindo-lhes os movimentos, naquilo que era considerado o “*enfaixamento*” das crianças: «*Todos os dias me offerece a minha prática scenas lastimosas, que me excitão dor, e desesperação! (...) e custa-me a crer que hajão pessoas tão enthusiasmas de velhas preocupações, que não reconheço a suffocação, que ameaça os pobres innocentes constrangidos de faixas, e cintos; e abafados com o pezo de multiplas coberturas*».

técnica complicada e morosa, utilizada até ao século XVIII entre as famílias mais abastadas.

A não utilização desta técnica com as crianças expostas (exceptuando algumas práticas rudimentares para lhes tolher os movimentos, ficando as amas mais libertas para outros afazeres profissionais) nunca poderá ser vista como uma medida vanguardista que ia de encontro àqueles que acerrimamente criticavam a prática de enfaixar as crianças, mantendo-as como múmias⁵⁴⁵. O que parece ter-se verificado foi uma apropriação do nome de uma peça que antes servia para enfaixar as crianças, mas que agora mais não representava do que uma simples faixa ou cingidoiro para colocar à volta da cinta, para lhes proteger o umbigo e evitar as hérnias. Com o tempo, esta designação tornou-se mais abrangente e, no caso da região do Alto Minho, chegou a designar o enxoval que acompanhava as crianças expostas ou que lhes era dado pelas instituições de acolhimento, como passou a estar previsto nos regulamentos distritais.

Nos mapas estatísticos que enviavam semestralmente ao governo civil, as câmaras municipais do distrito de Viana informavam quais eram as peças que integravam os “enfaixes” dados aos expostos. Por exemplo, a câmara de Arcos de Valdevez, no relatório que acompanhava o mapa estatístico, relativo ao primeiro semestre do ano económico de 1874/1875, informou que o “enfaixe” constava de duas camisas, um vestido, uma coifa e uma baeta. No concelho de Caminha, o “enfaixe” era composto por uma baeta encarnada, com 0,84 m de comprimento e de 2 m de pano de algodão, no valor de \$960 réis. Por seu lado, a câmara de Coura informou que apenas dava aos expostos um “enfaixe” constituído por uma baeta⁵⁴⁶.

⁵⁴⁵ Eis como Júlio Dantas apresentava o “*menino rico*” do século XVIII:

E, entretanto, o menino, nosso antepassado, era muito menos feliz do que o bebé, nosso descendente; em vez de viver à solta no berço, de barriga para cima, com os pés e as mãos no ar, esbracejando, esperneando e rindo, na exaltação dessa suprema expressão da vida, que é o movimento. – enfaixavam-no como uma múmia numas ligaduras largas chamadas «mantilhas», punham-lhe um dixe de oiro ao pescoço, um vintém furado de S. Luís à cabeceira, e ali tinham em presépio aquele sorrisinho entrapado (...).

E o “menino pobre”?

*Desse, é triste falar. Nascia entre pragas pelas betesgas, nas celas humildes dos conventos, às vezes nos poiais das portas. Não era um sorriso que os pais viam nele; era mais uma boca a pedir-lhes pão. Não era a glória um amor, que se grite e se beije; era, tanta vez, a vergonha dum crime, que se cala e se esconde. E a roda do Hospital Real, rodando dia e noite, ia recebendo crianças sobre crianças – a boquita sequiosa, os cabelos numa névoa de oiro, sorrindo para a sua própria desgraça (Júlio Dantas, *O Amor em Portugal no Século XVIII*).*

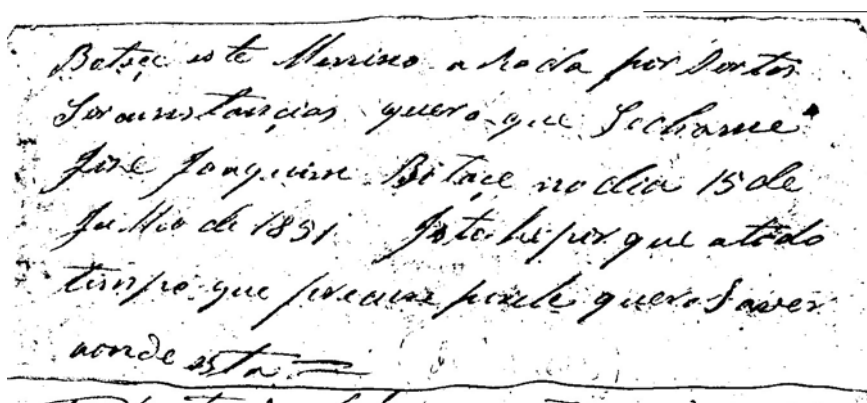
⁵⁴⁶ A.G.C.V.C., Estatística dos expostos e subsidiados, relativa ao ano económico de 1874/1875, Pasta 1.15.4.11-7.

2.4-As mensagens escritas e orais

«A este pimpolho que é
filho de muito boa gente,
pede-se que no baptismo se
lhe ponha o nome de João,
para a vida e para a morte.
Longa vida e muitos
patacos»⁵⁴⁷.

As mensagens escritas poderão constituir uma fonte privilegiada para o estudo das circunstâncias e das motivações da exposição de crianças, da sua origem social, assim como de eventuais sentimentos nelas expressos - um manancial de informação que interessa particularmente à história das mentalidades. Embora a maioria dos bilhetes que continham as mensagens escritas se tivesse extraviado, ainda tivemos a possibilidade de encontrar alguns exemplares, dispersos no interior de alguns dos livros de registo (figura 10).

Figura 10
Bilhete com mensagem escrita⁵⁴⁸



Mais do que o conhecimento do seu conteúdo, que era transcrito pelo escrivão no respectivo individual, estes pequenos bilhetes permitem, ainda, analisar o material, o estado e a qualidade da caligrafia utilizada. Apesar de se tratar de uma amostra pouco representativa, a maioria dessas mensagens foi escrita a tinta, em pequenos papéis e numa caligrafia elementar, minimamente legível. Contudo, as incorrecções nelas contidas não são impeditivas de se conhecer um pouco o estado de alma de quem se via constrangido a ter de expor os filhos. Na verdade, mesmo nos casos em que estaria subjacente a intenção de uma futura reintegração familiar, o quotidiano dessas

⁵⁴⁷ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918), registo n.º 15. Tendo permanecido em poder da ama, após completar os 7 anos, este exposto passou a exercer as funções de “serviçal”, uma actividade que muito dificilmente lhe proporcionaria os tão almejados “muitos patacos”, embora tenha conseguido sobreviver, não sendo possível saber se teve ou não uma “longa vida”.

⁵⁴⁸ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira, de 1845-1851. Este bilhete acompanhava um menino que foi exposto na Roda de Vila Nova de Cerveira e trazia a seguinte mensagem: “Botar este Menino a Roda por sertas circunstancias quero que se chame Joze Joaquim. Botar no dia 15 de Julho de 1851. Isto he por que a todo tempo que procurar por ele quero saver aonde está”.

instituições se encarregava de demonstrar que essa probabilidade não seria muito elevada, muito dependente da forma como as amas mercenárias substituíam as mães.

A qualidade da caligrafia poderá ser reveladora do contexto em que era desenvolvido o processo de exposição das crianças. Assim, enquanto que, nuns casos, os preparativos se deveriam restringir a um círculo familiar ou vicinal muito restrito e fechado, com maior ou menor dificuldade em encontrar quem escrevesse as mensagens, noutros casos, é provável que o seu âmbito tenha sido mais alargado. Seria natural que muitas pessoas recorressem aos párocos das freguesias para as ajudar nos momentos de desespero familiar. Na verdade, ninguém reuniria melhores condições para, sob o sigilo da confissão, aconselhar, perdoar, baptizar e, até, escrever uma mensagem com as desejadas recomendações.

Alguns bilhetes foram escritos com uma caligrafia perfeita, só ao alcance de pessoas com formação académica, um pequeno grupo de elite que se destacava numa sociedade e numa época em que os níveis de analfabetismo eram muito elevados. A cumplicidade e seriedade dos autores das mensagens revelava-se fundamental em todo o processo, sempre que se tratava de um elemento estranho ao grupo familiar⁵⁴⁹. Isso mesmo parece implícito numa mensagem que acompanhava uma menina, ao afirmar que lhe haviam dito que tinha sido baptizada por necessidade e lhe puseram o nome de Maria, logo acrescentando: *«porém eu não o sey de certo, sempre deve ser baptizada debayxo de condição (...) isto he o que me dizem que eu não sey nada mais que o que se me manda escrever, e eu não conheço»*.

Nunca saberemos, com exactidão, qual o número de expostos que foram acompanhados por um bilhete escrito, até porque nem sempre os escrivães se preocuparam com a sua transcrição. Essa prática só se começou a generalizar a partir do início do século XIX, uma consequência da acção interventiva e fiscalizadora dos provedores das comarcas. Por outro lado, alguns desses escritos ter-se-ão extraviado ou deteriorado durante o processo de exposição, dependendo muito das condições em que as crianças eram transportadas e dos locais em que eram expostas, sempre que não davam entrada directamente nas instituições de acolhimento.

Junto ao registo de um exposto, o escrivão escreveu o seguinte: *«Consta que trazia um escrito, porém a chuva desfê-lo todo, por se deixar ao rigor da noite, e só recolheram a criança»*. Por outro lado, o escrivão não transcrevia as mensagens indecifráveis, pese embora o esforço de alguns para transmitirem integralmente aquilo que elas continham. Foi o que fez o escrivão da câmara dos Arcos que, ao fazer o registo de um menino, exposto na freguesia de Rio Frio, em 1893, procurou transcrever o teor da mensagem, nestes termos: *«a ci bai por batisar i um m. f Lurisia butura de gasoz. Istimino e não o dei perder o tempo»*⁵⁵⁰.

Algumas mensagens são bem o reflexo de uma linguagem popular utilizada pelas populações do Alto Minho. Uma delas, que acompanhava um menino que foi exposto na Roda de Vila Nova de Cerveira, em 1851, dizia textualmente o seguinte: *«Botaçe este Menino a Roda por sertas sercunstanças, quero que se chame Joze Joaquim. Botaçe no dia 15 de Junho de 1851. Isto he por que a todo tempo que precisar por ele*

⁵⁴⁹ Algumas mensagens, nomeadamente as que acompanhavam crianças oriundas do concelho de Ponte de Lima, parecem revelar terem sido escritas pela mesma pessoa, se considerarmos o particularismo de algumas expressões, independentemente dessas crianças serem expostas na Roda de Ponte de Lima ou na de Viana. Foi isso que comprovámos quando se descobriu que uma criança exposta na Roda de Viana era originária do concelho de Ponte de Lima e cuja mensagem havia sido elaborada com termos idênticos aos utilizados noutras mensagens que acompanhavam outras crianças expostas na Roda de Ponte de Lima.

⁵⁵⁰ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1893-1918), fl. 22.

quero saber aonde está»⁵⁵¹. É vulgar a utilização do provincianismo “botar uma criança na roda”. Porém, quando a mensagem informava que uma criança “vai cair” numa determinada Roda, tudo levava a crer tratar-se de uma criança de fora desse concelho, transportada por algum recoveiro que, por razões desconhecidas, nem sempre as deixava na instituição desejada ou assinalada na mensagem.

A não apresentação de mensagens escritas não significava, necessariamente, que essas crianças fossem expostas sem qualquer referência ou recomendação. Nada prova que as mesmas não tivessem sido substituídas por mensagens orais⁵⁵², transmitidas directamente às rodeiras ou às hospitaleiras. Todavia, estas não poderiam servir de prova numa futura tentativa de recuperação, embora tal não fosse problema nas instituições de menor dimensão. Nestes casos, os sinais deixados ou o enxoval constituíam prova bastante para uma futura reclamação. Aliás, tudo indica que as mensagens escritas fossem complementadas com recomendações orais, podendo estas revelar-se bem mais eficazes, sobretudo quando as rodeiras ou as hospitaleiras se tornavam cúmplices de uma determinada estratégia familiar.

Excepcionalmente, registámos um caso em que a mensagem estava escrita a tinta preta numa camisa de morim do enxoval de uma criança, exposta nos finais do século XIX, onde se pedia que se lhe pusesse o nome de Lucina, terminando com a indicação de três letras maiúsculas do alfabeto. Um outro caso, revelador de um particularismo muito peculiar, verificou-se com uma menina que foi exposta na grade da cadeia de Ponte da Barca, no dia 10 de Outubro de 1886, trazendo uma mensagem que estava escrita na primeira pessoa, incluindo uma introdução com uma quadra em verso, com três iniciais maiúsculas a servirem de assinatura.

Tudo indica tratar-se de uma exposição definitiva, como se depreende da preocupação em fazer vincar a ideia de que a criança se encontraria sozinha neste mundo, sem ninguém que a pudesse proteger e sem esperança numa futura reintegração familiar. Depois da seguinte apresentação, em verso: «*Aqui estou inocente, pelo dispor da ingratidão, nesta tenra idade, mereço ter compaixão*», sem métrica, mas com rima, a mensagem tornava-se mais apelativa: «*O nome que eu desejo ter é o seguinte: Belmira de Jesus. Recomendo ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara que me mande entregar a uma ama limpa e capaz*»⁵⁵³.

As mensagens eram geralmente escritas em prosa, apesar de, excepcionalmente, também terem aparecido algumas em forma de verso, como acabámos de verificar. O seu conteúdo é reduzido e assume um carácter essencialmente informativo, embora também apresente, por vezes, uma função apelativa, ao pedirem que no baptismo lhes fosse dado um determinado nome, com o qual se pretendia realizar uma futura reintegração familiar. Outras imploravam um tratamento mais favorável que, a ser efectuado, seria futuramente compensado com o cumprimento de promessas, algumas delas assumindo formas de verdadeiro aliciamento.

O conteúdo das mensagens terá de ser analisado no âmbito da história das mentalidades e de acordo com o contexto institucional em que se estruturava toda a assistência à infância desvalida. A questão mais problemática tem a ver com a grande dificuldade, por vezes impossibilidade, em saber se as mensagens seriam reais ou fictícias, isto é, se expressavam desejos e sentimentos verdadeiros ou se apenas seriam parte integrante de uma determinada estratégia familiar. A elevada mortalidade das

⁵⁵¹ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845-1851).

⁵⁵² O escrivão da câmara de Melgaço registou a informação de que os condutores de uma criança que acabavam de expor na Roda do concelho, em 31 de Outubro de 1858, se limitaram a transmitir a informação de que a criança ainda vinha sem baptismo e que se deveria chamar Ludobina da Glória.

⁵⁵³ A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca (1876-1888), fl. 153.

crianças expostas não permite que se possam confrontar essas mensagens com as intenções nelas manifestas, enquanto que a falta de transparência e seriedade do sistema não ajuda nada a desvendar o seu lado mais oculto e enigmático.

Numa análise global dessas mensagens escritas, a principal conclusão a que chegámos é que elas pretendiam ser a face visível de uma estratégia familiar que poderia não corresponder à realidade. A mensagem poderia ser utilizada com o objectivo de melhor garantir o sucesso da estratégia idealizada, por vezes na tentativa de dificultar a acção daqueles que pretendiam chegar à família de origem.

Nestes casos, estaríamos perante uma mensagem falsa e enganadora. Por exemplo, em 1853, foi exposta na Roda de Vila Nova de Cerveira uma criança que vinha acompanhada de um escrito que dizia o seguinte: «*Chama-se José, trate-o com caridade que lhe morreu a mãe*». Esta criança foi entregue a uma ama da freguesia de Cornes, do mesmo concelho, vizinha da freguesia de S. Julião, do concelho de Valença. No ano seguinte, após um processo de averiguações, foi dada baixa a este exposto e cancelado o salário da ama fictícia, por se ter descoberto que a criança se encontrava em poder da própria mãe, residente em S. Julião, afinal ainda viva e a criar o próprio filho⁵⁵⁴.

A falta de correspondência entre o conteúdo das mensagens e a realidade que lhes estaria subjacente, não terá deixado de contribuir para uma certa desvalorização de tudo o que ia para além da indicação do nome das crianças. Terá sido para evitar este crescente descrédito institucional que levou os responsáveis pela exposição de uma menina na Roda de Caminha, em 5 de Maio de 1858, a elaborarem a seguinte mensagem:

«*Sr.^a rodeira, fará o favor de tomar conta desta menina que vai por baptizar (...) e fará o favor de a pôr numa mão capaz para quando se for procurar saber aonde, para a ama ser atendida e para dar roupa à menina, e não lhe ponha outro nome senão Cândida Rosa, isto não cuide que é chalaça, tome conta aonde a põem*»⁵⁵⁵.

Aquilo que se veio a verificar é que esta exposta foi entregue, cinco dias depois, à sua mãe, residente em Vila Nova de Cerveira, provavelmente porque se descobriu a sua verdadeira origem, não tendo resultado a estratégia da sua criação pela Roda de um concelho vizinho.

Uma situação idêntica também se registou na Roda de Viana, como se depreende do bilhete que acompanhava uma criança, a pedir à rodeira que tivesse a bondade de lhe pôr o nome de José Rodrigues, para mais tarde ser procurado. Ao mesmo tempo, pedia-se que fosse colocado numa ama capaz e que, se assim o fizesse, haveria de ser agradecida, acrescentando que aquilo que afirmava «*não são fábulas, é com sinceridade*»⁵⁵⁶.

A estratégia mais utilizada passava geralmente por elaborar mensagens com objectivos bem definidos, sempre com a preocupação de não deixar pistas ou elementos que pudessem conduzir à identificação dos autores do abandono. Todavia, registámos alguns casos em que a identificação dos familiares poderia funcionar como uma estratégia de transparência que poderia vir a reverter em favor de crianças que não se pretendiam enjeitar, mas que se encontravam momentaneamente privadas dos cuidados maternos.

⁵⁵⁴ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1852-1857), fl. 32.

⁵⁵⁵ A.M. C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1857-1888), fl. 31 v.º.

⁵⁵⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 93 v.º.

Quem elaborou uma mensagem de um menino que foi exposto na Roda de Viana, em 17 de Dezembro de 1854, não hesitou em escrever que a criança, exposta em 17 de Dezembro de 1854, se chamava Manuel dos Reis e que havia sido baptizada em Angola, na freguesia de Santo António. Ao mesmo tempo, informava que era posto na Roda «*em razão da sua mãe ter entrado no Hospital da Misericórdia (em Viana) e seu pai se achar preso na cadeia desta cidade*».

Com todos estes elementos, a serem verdadeiros, não seria difícil à administração descobrir quem eram os pais desta criança que, dadas as circunstâncias descritas, se viram forçados a entregá-la à caridade pública. Feitas as necessárias indagações, logo se descobriu que este menino era filho de Maria de Jesus e de João Alves Franco, encontrando-se este «*preso e sentenciado ao degredo para o ultramar*». A administração foi complacente para com este drama familiar e, logo que a mãe teve alta hospitalar, decidiu conceder-lhe um subsídio, pelo período de um ano, para a ajudar a criar o filho que havia ficado sem pai, condenado ao degredo⁵⁵⁷.

Um caso ainda mais flagrante registou-se no concelho dos Arcos, em 1875, com o particularismo de ter sido a própria mãe a utilizar uma estratégia bem diferente da habitual, por se tratar, como tudo o indica, da preservação da honra familiar. Essa estratégia passou pela sua completa identificação, perante a hospitaleira (provavelmente sua conhecida), implorando-lhe que protegesse a sua filha e a entregasse a uma ama boa, na esperança de que as circunstância que motivaram a sua exposição se viessem a alterar e lhe permitissem a sua recuperação. No momento da exposição, esta criança vinha acompanhada da seguinte mensagem: «*O nome da menina quero que seja (...) Ex.ma Snr.ª Jeroselina Rosa Rodrigues, filha de Rosa Rodrigues, proprietária, lavradeira, solteira, da freguesia de Padornelo*». Ao mesmo tempo, indicava um seu conterrâneo, Manuel Joaquim Galvão Cardoso, como a pessoa que a trataria “com assinatura”, pelo que pedia à senhora rodeira (nessa altura hospitaleira) que lhe entregasse, quando ele lhe perguntasse pela menina, prometendo gratificá-la, conforme as suas posses.

Esta criança foi criada pelas amas Maria Custódia, da freguesia de Távora, e por Ana Maria, de S. Vicente, tendo sido subsidiada durante os 7 anos⁵⁵⁸. Findo o tempo de criação, ficou em poder da última ama, não sendo possível saber se estas amas eram reais ou fictícias e se a situação da mãe não se havia alterado, impossibilitando a sua reintegração familiar.

Apesar da mortalidade das crianças expostas ser encarada com alguma naturalidade, como um fatalismo que também não poupava muitas das crianças que eram criadas no seu próprio ambiente familiar, havia uma convicção generalizada de que a sobrevivência de muitas destas crianças estaria muito dependente das amas que lhes coubessem “em sorte”. Todavia, enquanto algumas famílias arranjavam uma mulher que se ia oferecer como ama ou conseguiam que essas crianças fossem criadas pelas próprias mães, muitas outras apenas se limitavam a tentar os favores institucionais para que fossem entregues a amas boas. Para estas, o meio mais utilizado seriam as mensagens escritas ou as recomendações particulares, entendendo-se como amas boas aquelas que lhes dessem um bom tratamento, que as alimentassem adequadamente e que cuidassem da sua higiene particular, ou seja, que fossem “amas limpas”. Eram as preocupações higiénico-alimentares, determinantes para a sobrevivência das crianças expostas.

Com tantas “amas madrastras”, não admira que as crianças verdadeiramente enjeitadas e sem qualquer protecção particular acabassem por ser as primeiras grandes

⁵⁵⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1854-1856), fl. 43 v.º.

⁵⁵⁸ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1872-1878), fl. 122.

vítimas de um sistema que não estava a conseguir responder às crescentes solicitações. Para evitar esse “destino”, uma mensagem informava que o menino que se expunha era de «gente limpa e não de quem quer» pelo que se pedia que o criassem «com todo o amor e limpeza».

A mortalidade era muito elevada e o desconhecimento ou a ausência de algumas práticas higiénico-alimentares, mesmo que rudimentares, seria uma das principais causas dessa “selecção natural”. Algumas mensagens não descuraram esse problema, passando a constituir uma das preocupações prioritárias, logo a seguir à referências ao nome e baptismo, até porque essa exposição poderia ser apenas temporária, desejando-se que as crianças pudessem sobreviver para voltarem ao seio familiar. Mesmo em relação às crianças que, à partida, se sabia que não voltariam a ser reintegradas, também elas poderiam ser acompanhadas por recomendações particulares, o que configura um cenário bem diferente duma transferência total e definitiva das preocupações familiares para o domínio público.

Um menino que apareceu exposto em Vila Nova de Cerveira, em 18 de Março de 1844, vinha apenas embrulhado num pedaço de baeta velha, indiciando tratar-se de uma criança oriunda de um meio familiar precário, cuja origem poderia vir a ser conhecida pela indicação completa do seu nome na mensagem escrita que o acompanhava. Nela se afirmava que o menino já havia sido baptizado com o nome de Adriano José Farias Pinto, ao mesmo tempo que se pedia que lhe «procurassem huma ama boa e fresca que o não matasse à fome, que em pouco tempo se havia de procurar e que a rodeira haveria de dar notícias delle»⁵⁵⁹. Pouco tempo depois, foi dada baixa a esta criança, sendo provável que tivessem sido os próprios apelidos a ajudar à identificação dos seus familiares.

A preocupação com a alimentação das crianças, nos primeiros tempos da sua existência, terá levado os responsáveis pela exposição de uma menina a referirem no bilhete que «pode dar-se-lhe o seio mais perfeito, sem receio de molestar-se»⁵⁶⁰, uma consequência de eventuais receios de contágio, por parte de crianças portadoras de doenças venéreas. Esse receio poderia inviabilizar a desejada e necessária amamentação ao peito de uma ama e o recurso a alimentos alternativos, os quais poderiam vir a tornar-se fatais para a sobrevivência das crianças.

Estas recomendações só poderiam surtir algum efeito se as crianças expostas fossem efectivamente entregues a amas responsáveis, pelo que as recomendações particulares apelavam à colaboração institucional para que lhes fosse garantido um tratamento adequado. No último quartel do século XIX, uma criança que foi exposta em Ponte de Lima trazia a seguinte mensagem personalizada: «Ill.mo Sr. Magalhães, recomendo-lhe o presente innocente para que lhe arranje uma ama capaz e de bom coração, que o trate bem. Peço-lhe mais que em particular vote sentido quem ela é, para ser gratificada conforme o seu merecimento»⁵⁶¹.

Num capítulo da terceira parte desta investigação, dedicado às amas, voltaremos a debruçar-nos sobre estas questões higiénico-alimentares, nomeadamente sobre as alternativas mais recomendáveis à falta de amas com leite e à substituição da aleitação maternal pela aleitação artificial.

⁵⁵⁹ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1832-1844), fl. 224.

⁵⁶⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1903), registo n.º 119.

⁵⁶¹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1884-1887).

3-O baptismo “sub conditione”

Na comunhão da humanidade
Entrada no mundo dei
Sou pagão, quero Baptismo
Hipólito me chamarei.

gozo

paz

Com Deus todo poderoso
Quero viver em graça e

Com o meu Abade quero

Aborreço a Satanás.

Hipólito, exposto em Valença
(1860)

Depois de expostas, as primeiras preocupações com as crianças eram mais religiosas e espirituais do que corporais. Logo de manhã, porque as exposições se realizavam geralmente de noite ou de madrugada, as pessoas que encontravam as crianças ou as rodeiras/hospitaleiras dirigiam-se à igreja para que um padre lhes ministrasse o sacramento do baptismo, libertando-as do pecado original e abrindo-lhes os caminhos da salvação. Além de passarem a pertencer à comunidade cristã, o baptismo também representava um ritual de socialização dos expostos, ao dar-lhes um nome e ao conferir-lhes um novo estatuto social, o de “filhos da pátria”.

A obrigatoriedade de fazer baptizar as crianças expostas não era compatível com o pagamento de qualquer emolumento aos párocos das freguesias que cumpriam essa função, incluindo a passagem das respectivas certidões. Ora, como os abusos eram frequentes, o poder central e as autoridades eclesiásticas tiveram de intervir para que este sacramento, (a exemplo do que deveria acontecer com o funeral dos expostos), fosse realizado «*por mor de Deus*».

Em 1771, a câmara de Viana mandou registar um edital, emanado de Sua Alteza Real, a ordenar aos párocos desta vila e seu termo que passassem certidões de graça às amas dos enjeitados⁵⁶², tanto dos baptismos como da sua boa criação ou do seu falecimento. Ao mesmo tempo, a câmara enviou uma cópia do referido edital a todos os párocos das freguesias para que lhe dessem a devida observação⁵⁶³. O regulamento da Roda de Monção obrigava a rodeira a dar parte ao presidente da câmara do aparecimento de alguma criança, devendo-a mandar baptizar, sem que o pároco pudesse levar qualquer emolumento, o qual «*deve fazer esta Pia açam gratuita por ser serviço de Deus e de sua Mag.*»⁵⁶⁴.

Apesar das reiteradas recomendações, alguns párocos sentiam-se no direito de cobrar emolumentos pelos actos religiosos e pelos atestados passados em favor das

⁵⁶² Eis um exemplo de uma certidão de baptismo passada pelo pároco de Vila Nova de Cerveira, em 1871, segundo um modelo impresso que foi aprovado pelo regulamento distrital de 1852:

«*Eu abaixo assinado certifico que, sub conditione, ministrei gratuitamente (o pároco riscou a palavra “gratuitamente” e substituiu-a por “sem receber direitos”) o Sacramento do Baptismo, no dia 18 de Outubro de 1871, a uma exposta, a que se deu o nome de Maria dos Anjos, sendo padrinhos, Domingos António de Moraes, casado, sacristão da Igreja, e Maria Benta, solteira, creada de servir nesta villa, segundo melhor consta do assento de Baptismo, lavrado a folhas 2 v.º e 3 do livro competente*».

⁵⁶³ A.M.V.C., Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1770-1776), fl. 45.

⁵⁶⁴ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1785), fl. 79 v.º.

crianças expostas, uma prática que foi imediatamente reprovada e censurada pelas autoridades municipais e pela hierarquia eclesiástica. O Cardeal Saraiva não tolerava semelhante avidez nem aceitava, de modo algum, que os párocos pudessem levar qualquer emolumento pelo baptismo e pelos enterros dos meninos expostos, bem como pelas certidões que passavam às amas, por virtude do seu ofício⁵⁶⁵.

A partir dos finais do século XVIII, a maioria dos expostos era acompanhada por pequenas mensagens escritas, cujo conteúdo se resumia, muitas vezes, a informar se a criança já havia sido ou não baptizada e do nome que se pretendia que lhe fosse dado, quer se tratasse do primeiro baptismo, quer de um eventual segundo baptismo, sempre ministrado «*sub conditione*». Segundo o regulamento distrital de 1852, se o exposto viesse acompanhado por algum escrito, com a declaração do nome desejado, deveria respeitar-se essa pretensão, devendo o bilhete ser rubricado pelo presidente da câmara e arquivado junto da respectiva certidão de baptismo⁵⁶⁶.

Nos casos em que as crianças não recebiam o baptismo antes de serem expostas, incluindo o de recurso, verificava-se uma particular preocupação em procurar evitar que essas crianças pudessem morrer sem esse sacramento. Daí que muitas das mensagens se limitassem a dizer que as crianças ainda não tinham sido baptizadas e que se pretendia que lhe pusessem um determinado nome. Na realidade, se a exposição de uma criança poderia significar o seu enjeitamento familiar, mesmo uma morte anunciada, o seu baptismo representaria a sua entrada na comunidade cristã e o direito à vida eterna.

Em situações excepcionais, a mensagem que acompanhava alguns dos expostos vinha sob a forma de verso, como se verificou com o exposto Hipólito que deu entrada na Roda de Valença, em 12 de Novembro de 1860, pouco tempo depois de ter nascido. Trazia um enxoval constituído por cinco camisas de morim, uma branqueta e um meio lenço de cambraia velho, além de uma mensagem escrita em verso, constituída por quatro quadras. As duas primeiras (a introduzir este capítulo) assinalavam o nascimento de uma criança pagã, que pretendia inserir-se na comunidade cristã, através do baptismo e de um nome próprio⁵⁶⁷.

Algumas mensagens limitavam-se a indicar se as crianças já haviam sido ou não baptizadas e em que condições, nomeadamente se esse baptismo foi de recurso e “à cautela”, um procedimento realizado com alguma frequência, para se evitar que a criança exposta pudesse vir a falecer, sem esse sacramento redentor⁵⁶⁸. Isso mesmo se depreende das expressões mais utilizadas, como a de que se havia «*botado água com*

⁵⁶⁵ Segundo Luís de Oliveira Ramos, D. Fr. Francisco de S. Luís, mais conhecido por Cardeal Saraiva, nascido em Ponte de Lima, considerava que os párocos deveriam comportar-se como servidores atentos da comunidade, sacerdotes de honorabilidade e zelo verdadeiramente apostólico, verdadeiros arautos da caridade, da paz e da benevolência geral (in Ramos, Luís de Oliveira, *Cardeal Saraiva*, vol. I, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras, 1972, pp. 238 e 239).

⁵⁶⁶ O regulamento distrital de 1852 determinava o seguinte:

«*O Presidente da Camara, logo que qualquer creança entre na Roda, no caso de não trazer certidão de baptismo, a remetterá ao respectivo Parocho, para que lhe ministre, sub conditione, este sacramento, gratis, como superiormente está determinado, o qual nesse acto passará a certidão modelo n. 1, que se guardara cuidadosamente no archivo da Camara*» (§ 3.º do art.º 3.º do Regulamento distrital de 1852, cit.).

⁵⁶⁷ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1857-1869), fl. 58 v.º

⁵⁶⁸ Um menino que foi exposto na Roda dos Arcos trazia a seguinte mensagem escrita:

«*Esta criança foi baptizada em casa desta forma, eu te baptizo em nome do Padre-água- e do filho-água-e do Espírito Santo-água, isto particularmente, e no baptismo solene lhe porão o nome Ermelinda Rosa, nascida a 2 de fevereiro, pelas 6 horas da manhã e o sinal que leva ao pescoço ficará na mão da rodeira para se saber aonde vai esta criança e juntamente este escrito também ficará na mão da rodeira para mais fácil se saber aonde vai esta criança*».

Esta menina foi entregue à mãe (não identificada), por intimação (A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, 1859-1861, fls. 143 v.º e 144).

receio de que morresse», de que uma determinada criança «ao vir á luz recebeu água» ou que «leva o baptismo que se costuma pôr em casa». Veja-se o que dizia o bilhete que acompanhava um menino que foi exposto em Monção, no dia 10 de Maio de 1764, dentro de uma cesta com lã:

«Este menino botouselhe agoa dizendo ego te Batizo em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, isto tres veses, com fé de fazer sacramento e chama-se Benturato António Roiz da Costa (...) é cristão belho legitimo pelos coatro costados. Ds. o faça hum santo para pedir a Deos por quem o engendrou e quem o criar muita vida e saude para eu lhe pagar o seu trabalho que tiver»⁵⁶⁹.

A partir do início do século XIX, o funcionamento das Rodas, como instituições de assistência à infância abandonada, era do conhecimento público, incluindo os rituais e os procedimentos burocráticos. Assim se justifica que algumas mensagens fossem elaboradas com um conteúdo semelhante a este: «Ahi vai esse menino, já vai baptizado solenemente e chama-se Joaquim de Jesus, mas como torna a ser baptizado, pede-se por caridade e devoção que lhe ponham o mesmo nome»⁵⁷⁰.

Mesmo que as mensagens fizessem referência ao baptismo das crianças expostas, estas deveriam voltar a ser baptizadas, “sub conditione”, excepto quando viessem acompanhados por uma certidão autenticada ou devidamente reconhecida⁵⁷¹, a confirmar já terem recebido esse sacramento numa igreja, com um cerimonial religioso que incluiria a imposição dos santos óleos. Contudo, nalguns períodos e nalgumas localidades, as autoridades locais, contrariando o que estava regulamentado e estabelecido nas Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga⁵⁷², apenas mandavam baptizar os expostos que não trouxessem a indicação escrita de que já estavam baptizados.

⁵⁶⁹ A.M.MÇ., Livro de Registo dos Expostos de Monção (1751-1791), fl. 36 v.º.

⁵⁷⁰ O mesmo se verificou em relação a um outro exposto, cujo escrito dizia:

«Esta criança nasceu no dia 28 de Maio de 1878, ás 7 horas e foi baptizado no dia 29 do mesmo mês e pôs-se-lhe o nome de Marcelino José Peixoto d'Ascensão. Como tem de ser novamente baptizado debaixo de condição, pede-se muito encarecidamente que não haja alteração neste nome Outro sim recomenda-se á Rodeira que tenha especial cuidado onde vai parar e por este cuidado receberá alvíceras porque oportunamente será reclamado». Tal não se veio a concretizar porque o menino faleceu no primeiro dia do mês de Outubro, do mesmo ano (A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, 1878-1883, fl. 11).

⁵⁷¹ Não foi isso que se verificou com uma menina que foi exposta na Roda de Ponte de Lima, em 24 de Março de 1865, acompanhada por um atestado elaborado nos seguintes termos:

«Attesto e juro, in sacris, que no dia 23 do mez de Março de 1865 baptizei solennemente e pus os Santos óleos a esta menina e lhe pus o nome de Florinda Feliz da Fonte Passos». Não obstante este atestado estar assinado pelo “Presbítero Tício”, a administração municipal e o pároco não reconheceram este atestado, provavelmente por não identificarem o seu autor, tendo decidido baptizar oficialmente e sob condição esta menina exposta (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1864-1866, fl. 80).

⁵⁷² Segundo as *Constituições Sinodais*, o Santo Sacramento do Baptismo não se poderia receber mais que uma vez na vida. A excepção estaria reservada exclusivamente aos expostos e aos escravos. Em relação aos primeiros, deveriam os expostos voltar a ser baptizados “sub conditione”, *«posto que tragão escritos que digão serem baptizados, e que lhes foi posto tal nome; porque se não sabe de certo se he assim, e se foi guardada a forma devida. Salvo se forem de Parochos, ou de outros Sacerdotes conhecidos, ou pessoas fidedignas, por elles assinados, que testifiquem, que o Baptismo se fez devidamente. Pelo que mandamos, que sem embargo dos taes escritos, sejão baptizados na forma sobredita; porque não aconçea serem filhos de pessoas, q' grangeem não lhos baptizarem»* (in *Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, Anno de 1697*).

Eram procedimentos que dependiam muito da interpretação dos responsáveis locais e da maior ou menor colaboração dos párocos das freguesias, sabendo que teriam de realizar esses baptismos gratuitamente. Assim, enquanto que uns só não baptizavam as crianças que viessem acompanhadas por atestado autenticado, mesmo que as mensagens afirmassem que o exposto já tinha sido *«baptizado em pia baptismal e assim o juravam aos Santos Evangelhos»*, outros dispensavam esse baptismo, sob condição, sempre que as mensagens o asseguravam ou quando tinham mais de um ano de idade, presumindo-as já baptizadas. Alguns regulamentos locais contribuía para este último procedimento, como acontecia com o da Roda de Ponte de Lima, o qual determinava que *«não constando por escrito que o mesmo exposto bem vatizado se apresentará ao paroco para o batizar»*⁵⁷³.

Registámos o caso da exposição de um menino morto, acompanhado de um bilhete que dizia *«ter levado palavras e ágoa em que se embocou a Santissima Trindade»*. Perante a indicação de ter sido utilizada esta trinitária fórmula baptismal, autorizada pela Igreja em caso de absoluta necessidade, a administração considerou-o *«baptizado para ser enterrado»*, ou seja, com direito a ser sepultado num lugar santo.

4-Os nomes próprios e o apelido “exposto”

Embora quase todas as mensagens contivessem a informação de que as crianças expostas já haviam sido ou não baptizadas, esta preocupação era acompanhada pela indicação do nome pretendido, provavelmente na perspectiva de uma futura recuperação. Se não era necessário pedir o favor de que baptisassem as crianças, por se tratar da primeira preocupação administrativa, o nome que lhes viria a ser atribuído representaria a identidade e um elo afectivo e social que não se pretendia quebrar e que poderia certificar uma eventual reintegração familiar.

Mantendo uma tradição muito enraizada nestas comunidades rurais, chegavam-se a invocar as almas do purgatório para que se baptisassem as crianças expostas com os nomes propostos, recorrendo a um conjunto de argumentações para melhor sensibilizar a instituição acolhedora e o padre que iria ministrar o sacramento. Para uma criança que foi exposta em Viana, nos finais do século XIX, implorava-se *«pelas almas»* para que se lhe pusesse o nome de Primo, *«por ser nome de Santo»* e por ser filho de pais cristãos⁵⁷⁴. Nalguns casos, esses pedidos seriam formulados oralmente, no momento em que as crianças eram expostas na Roda.

Quando esse pedido não era feito, por escrito ou oralmente, é provável que se pudesse tratar de um enfeitamento definitivo, sem quaisquer perspectivas de uma futura reintegração familiar, sobretudo quando se considerava mais importante pedir o baptismo da criança exposta do que sugerir um determinado nome. Terá sido essa a preocupação manifestada em relação a uma criança que foi exposta na Roda de Viana, no princípio do século XIX, com um bilhete que dizia: *«Ahi tendes essa criatura, fazeia cristam e tratai-a com caridade»*.

Não raro se pretendia associar a criação das crianças expostas à religião cristã e ao espírito benemérito e caritativo que lhe deveria estar subjacente, implorando-se o seu bom acolhimento e tratamento. No entanto, enquanto uns prometiam compensar esses favores com bens materiais, outros limitavam-se a pedir que tudo fosse feito com paciência, a troco das graças divinas, *«porque neste momento todos têm cruz»*. Os

⁵⁷³ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1781-1787), fl. 243 v.º.

⁵⁷⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1903), registo n.º 42.

valores sociais também poderiam ser associados aos deveres de solidariedade cristã, ao referir-se que uma determinada criança exposta «*é de gente de vergonha*» ou que «*não é filha de gente maçónica*».

Aos expostos era dado geralmente um nome próprio simples, muitos deles repetidos com frequência, sempre que os mesmos não fossem sugeridos nas mensagens escritas⁵⁷⁵. Contudo, nalguns casos, o nome próprio era composto, com o segundo nome a aparecer ligado a um acontecimento ou a qualquer simbologia cristã. Em qualquer dos casos, o nome próprio estava explicitamente associado aos “apelidos” Exposto e Exposta⁵⁷⁶ ou, num provincianismo minhoto, ao de Postiço e Postiça, a marca indelével de um estigma social que os poderia acompanhar por toda a vida, até ao registo do seu óbito. Constitui excepção a esta prática a forma particular de identificar as crianças negras ou mestiças, com um eventual estigma de marginalidade a ter uma conotação de diferenciação racial, ao verem associado ao seu nome próprio o de “Pardo” ou “Parda”, como nos aparece esporadicamente nos livros de registo de expostos de Viana e Ponte de Lima, até aos finais do século XVIII⁵⁷⁷.

Uma outra prática, muito vulgarizada, consistia em atribuir às crianças expostas o nome do padrinho ou da madrinha, de que resultou, em determinados períodos, que muitas crianças do sexo feminino passassem a ter o nome da rodeira, a mulher que se encarregava de as levar à igreja para receberem o baptismo. Com um cerimonial mais reservado e com uma frequência que, em determinadas paróquias, ultrapassava muito o das outras crianças legítimas e ilegítimas, o baptismo dos expostos resumia-se a um simples acto religioso, presidido pelo padre e testemunhado pelos padrinhos, muitas vezes a rodeira e o sacristão ou uma pessoa ocasionalmente presente. Esta poderia ser cúmplice de uma determinada estratégia familiar, ao procurar seguir o percurso de uma criança que efectivamente não havia sido definitivamente enjeitada.

Algumas das mensagens traziam a indicação do nome das pessoas desejadas para padrinhos das crianças, um pedido que nem sempre foi satisfeito. Um bilhete que acompanhava uma criança que foi exposta no Hospício de Ponte de Lima, em 1879, pedia que a menina «*seja baptizada com o nome de Maria Augusta e roga-se á bondade do Ex.mo Doutor António de Magalhães e á muito caritativa e bondosa esposa virtuosa do mesmo Ex. mo Snr. se dignem serem padrinhos da recém-nascida, para o que se espera que sejam convidados pelo Ill. mo Secretário da Câmara*»⁵⁷⁸.

⁵⁷⁵ Os mais vulgares eram os nomes de António, Domingos, Francisco, José e João, para os meninos, e de Ana, Josefa, Maria, Francisca e Rosa, para as meninas.

⁵⁷⁶ Ainda hoje se encontram pessoas na região do Alto Minho com o apelido de “Exposto”, provavelmente uma herança de quem havia sido subtraído à sua árvore genealógica e iniciado um percurso de vida que viria a conduzir à formação de uma nova família, sem que o nome constituísse qualquer obstáculo à sua integração social. Por vezes, poderá emergir o mito de se pensar que algum seu ascendente seria uma pessoa da nobreza que, por razões de preservação da honra, terá recorrido à sua exposição, impossibilitando a sua reintegração familiar. Conhecemos alguns relatos que apontam claramente neste sentido, com alguns descendentes de expostos em busca das suas eventuais raízes nobiliárquicas e outros a mostrarem vergonha e a esconderem esse facto.

⁵⁷⁷ A exposição destas crianças “pardas” constituiria uma prova da presença de escravos negros nesta região, cujo abandono poderia resultar de relações ilícitas entre as escravas e os respectivos senhores.

Não são muitas as referências ao abandono destas crianças nesta região, o que poderá ser explicado pelo facto do seu número ser efectivamente reduzido ou porque os escrevões não se preocuparam em fazer essa diferenciação.

Uma outra explicação plausível poderá estar no facto de, caso se tratasse de filhos de escravos, a sua exposição acabar por representar a sua libertação, uma nova condição jurídica que acabaria por prejudicar os direitos patrimoniais dos senhores, até porque o nascimento de filhos ilegítimos de escravas não colocaria em causa a honra familiar.

⁵⁷⁸ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1877-1879).

Na falta de um padrinho, o próprio padre chegou a desempenhar simultaneamente essa função, embora também fosse uma prática usual o padrinho ou a madrinha (nunca os dois) ser algum dos santos que se veneravam na igreja onde se realizava o baptismo, por vezes correspondendo ao pedido que vinha expresso nas próprias mensagens escritas. O pároco de Ponte da Barca, perante um escrito que pedia que fossem padrinhos de uma criança exposta a imagem do Senhor das Chagas e a de N.^a S.^a das Dores, apenas consentiu que fosse madrinha a Senhora das Dores, com as funções de padrinho a serem exercidas por um homem que estava presente no momento da cerimónia. O mesmo se verificou com uma outra exposta que teve por madrinha N.^a S.^a da Vitória, «*tocando-lhe a rodeira com a coroa*».

As famílias que esperavam poder vir a reintegrar as crianças expostas procuravam dar-lhes um nome que mais facilmente as identificasse e individualizasse. Algumas não hesitavam em indicar um nome próprio com os respectivos apelidos⁵⁷⁹, o que facilitaria uma futura reintegração familiar e social, mas poderia conduzir à identificação da família, um processo que poderia ser moroso porque, nestes casos, as crianças eram geralmente expostas num concelho ou comarca diferente. Algumas famílias optavam por sugerir nomes poucos comuns como forma de individualizar e diferenciar as crianças expostas, evitando que as mesmas pudessem ser confundidas com muitas outras a quem havia sido dado um nome mais comum. Contudo, não deixa de se estranhar o facto de alguns padres aceitarem certos nomes demasiado estranhos e invulgares.

Sem pretender penetrar no domínio da onomástica nem identificar eventuais mutações culturais, vamos apresentar alguns dos nomes com que os expostos foram baptizados, sem qualquer preocupação cronológica sequencial, apenas numa perspectiva que poderá indiciar um eventual tratamento diferenciado. Esta diversidade nominativa tanto poderá ter resultado duma opção institucional como de um desejo particular que, por vezes, acabaria por revelar alguns dos mais profundos e enigmáticos sentimentos familiares.

Poderemos começar por referir a associação de um nome próprio ao de uma flor, de que resultaram nomes como Maria das Dores Flor-de-Rosa, Maria do Carmo Flor-de-Lírio, José da Flor-de-Açucena ou José Flor-de-Crisanto. Com uma frequência esporádica, alguns expostos foram baptizados com nomes muito invulgares, como o de Abundância, Adjuto, Afra, Antoberto, Ariosto, Atanásio, Capitalinda, Circundina, Edugiver, Eufromozina, Eustáquia, Felisbérica, Hedwices, Macolina, Manuel Bicho, Pelianto, Restituta, Rude, Segismundo, Sibulo, Silvandira, Sinfrasiana, Sinfrósio, Tibúrcio, Turíbio ou Violina⁵⁸⁰.

Sem um propósito declarado, alguns nomes poderão ser reveladores de sentimentos contraditórios. Assim, não terá sido por acaso que alguns expostos foram baptizados com os nomes de Alexandrina do Paraíso, Amado Cândido, André da Fortuna, Cândido Afortunado, Cristina da Fortuna, David Felicíssimo, Despertino da Graça, Elísio Afortunante, Felicidade Perpétua, Felizardo Mendes, Felizphoro de Jesus, Maria Felizarda, Maria d'Alegria, Miguel Feliz, Perfeita ou Rita Afortunada. Perante uma situação de abandono ou enjeitamento, o nome escolhido constituiria uma representação simbólica de sentimentos que se prolongariam para além da exposição

⁵⁷⁹ Nestes casos, nem as famílias haviam enjeitado os filhos nem as instituições de acolhimento os consideravam expostos, esperando que fossem reclamados ou procurando descobrir os seus progenitores, com a colaboração das autoridades de outros espaços administrativos.

⁵⁸⁰ Nem sempre o pedido de nomes invulgares acabava por ser satisfeito. Por exemplo, quando se pedia que uma determinada criança se chamasse Aniceta dos Gostos, o padre resolveu baptizá-la com o nome de Aniceta dos Prazeres.

dessas crianças, esperando que a felicidade e a fortuna nunca deixasse de as acompanhar.

Num outro extremo, poderemos situar um conjunto de nomes que são reveladores de uma certa consciencialização do que a exposição de uma criança estaria a representar para essas crianças, como que augurando um futuro trágico para esses inocentes. É o que se pode depreender de nomes como, Desfelizarda, Fortunato Triste, Infeliz do Nascimento, Claudina Rosa Infeliz ou Tristantino.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir do momento em que o número de expostos tendia a diminuir, muitas crianças foram baptizadas com nomes bíblicos, de santos ou de personagens históricas. É assim que a alguns expostos foram dados os nomes de Abraão, António de Pádua, Francisco de Sales, Inácio de Loiola, Jacob, Lucas, Macabeu, Maria Cléofas, Maria dos Desamparados da Misericórdia, Maria Madalena, Maria de Nazarett, Mateus, Melquizedeque, Pedro de Rates, Rita de Cássia, Samaritana, Vicente de Paula ou Zebedeu.

Outros nomes próprios foram associados a acontecimentos religiosos cristãos, como Alberto do Santíssimo Sacramento, Jeremias de Deus, Fé da Circuncisão, João de Santa Isabel, José da Expectação, Júlia do Bom Pastor, Maria do Corpus Christi, Maria da Transfiguração, Motivo de Jesus, Raquel do Amor Divino ou Violante do Céu. Todavia, quando o nome não era indicado nos bilhetes, poderiam atribuir-lhes o nome do santo venerado nesse dia ou associá-lo à comemoração religiosa ou litúrgica nele celebrada. É o que se depreende de nomes como o de António (dia de Santo António de Lisboa), Martinho (dia de S. Martinho), Silvestre (dia de S. Silvestre), Maria da Assunção e António da Ascensão (baptizados nos dias da Assunção e da Ascensão), António do Nascimento e Amélia do Nascimento (baptizados no dia de Natal) e Alfredo dos Reis (baptizado no dia de Reis).

Também não foram esquecidos os nomes de alguns clássicos da literatura ou heróis da história universal, como Alexandre Magno, Erasmo, Garibaldi, Homero, Joana d'Arc, Luís de França⁵⁸¹, Margarida de Sabóia, Máximo Gorki, Octaviano César Augusto, Tito Lívio ou Vítor Hugo. O mesmo se verificou com os nomes de algumas personalidades da história e da literatura nacional, como os de Afonso Henriques, Pedro Álvares Cabral, Sebastião José, Luisa de Portugal, Maria Pia, Gil Vicente, Nicolau Tolentino. Neste caso, tudo indica que as crianças haviam sido efectivamente enjeitadas, com as instituições municipais a sugerirem estes nomes para os novos “filhos adoptivos” que, a exemplo desses clássicos e heróis nacionais, “tão úteis poderiam ser à pátria”.

Após a implantação da República, foram novamente algumas figuras da história e da cultura nacional, alternando com personalidades internacionais, a darem o nome a alguns expostos, em detrimento dos nomes de inspiração cristã, como reflexo da separação da Igreja e do Estado e da consequente laicização da sociedade. Os responsáveis municipais encarregaram-se de arranjar alguns nomes invulgares para identificar os seus expostos, uma forma de homenagear ou relembrar alguns heróis nacionais ou algumas figuras históricas de dimensão internacional, numa tentativa de valorização dos indivíduos que se pretendiam integrar na sociedade.

É uma clara mutação cultural que indicia uma valorização e afirmação das crianças expostas que não traziam qualquer indicação do nome pretendido, tudo indicando que estavam a ser definitivamente expostas e entregues aos cuidados de uma sociedade que as pretendia adoptar e valorizar.

⁵⁸¹ Por nascer no dia 25 de Agosto de 1858, «*pede-se-lhe para se chamar a este menino Luís de França, «por ser dia de S. Luís, Rei da França».*

Durante a Primeira República, encontrámos expostos a quem foi dado o nome de Afonso Henriques, Álvares Cabral, Egas Moniz, Gil Vicente, Mariana Alcoforado, Martim Moniz, Vasco da Gama e Sertório Viriato, alternando com nomes de personalidades históricas internacionais ou a elas associadas, como Alda Sem Pavor, Catarina de Médicis, César Augusto, Constantino Magno, Júlio Arriaga, e Venâncio Napoleão.

A estes nomes surgia associado o de “Exposto” ou “Exposta”, um estigma social do qual apenas se livrariam com a morte ou com uma eventual reintegração familiar. Os restantes conservavam-no até à morte, dando origem ao apelido Exposto que foi passando de geração em geração que, nalguns casos, perdurou até aos nossos dias⁵⁸².

⁵⁸² Se consultarmos a lista telefónica actual, ainda é encontramos algumas pessoas com o apelido “Exposto”, nomeadamente no concelho de Valença, tudo indicando que se trata de descendentes de pessoas que foram expostas, que sobreviveram e que constituíram família, com os filhos a herdarem o único apelido ao qual o seu nome próprio ficou associado e com o qual se integraram na sociedade.

CAPÍTULO IV

As amas e a assistência à infância desvalida e abandonada

1-A importância das amas na assistência aos expostos

Da Câmara Municipal
Imploro o favor do fiscal
Pr'a que a mercenária ama
Me nutra e me dê cama.

educação

ajudarão

conveniências sociais

pais.

Pr'a meu sustento e

Com alguma cousa

Salvas

Os ignotos dos meus

Hipólito, exposto em Valença, 1860

As amas são elementos fundamentais e incontornáveis em todo o processo relacionado com a assistência aos expostos⁵⁸³, cuja probabilidade de sobrevivência estaria muito dependente da forma como estas mulheres, que lhes haviam cabido em sorte, desempenhavam as suas funções e suprirem a ausência dos cuidados maternos. Assim se justificam as preocupações reveladas pelo provedor da comarca de Valença quando defendeu que «*as amas, a quem se confia a sua criação, devem ser robustas e de boas qualid.^{es} moraes. Hum alimento infectado e uma moral corrupta arruinão o phisico e a moral destes innocentes*»⁵⁸⁴.

Esta preocupação era partilhada por muitos dos que expunham as crianças, como pode ser comprovado por algumas das mensagens escritas. Por exemplo, numa mensagem deixada junto de um menino que foi exposto na Roda de Viana, em 1860, pedia-se à rodeira que lhe procurasse uma ama que fosse «*de boas qualidades e que o tratasse com todo o zelo e caridade*», prometendo-lhe que seria paga do seu trabalho⁵⁸⁵. Outros pedidos escritos ainda iam mais longe, como o de uma mensagem a afirmar que «*quem criar este menino será afortunado, não pelo que dá a roda, mas pelas alvíceras que dá o pai. Daqui a um e três anos hade perguntar pelo sinal que leva (...) este menino será feliz se Deos quizer*»⁵⁸⁶.

A organização e dinamização deste importante “mercado de trabalho”, integrado por amas de leite e de seco, para além daquelas que desempenhavam funções administrativas, teve um desenvolvimento paralelo ao incremento do fenómeno da

⁵⁸³ Como afirmou Maria José Moutinho (1987:87), a História da Família na sociedade tradicional nunca ficará completa sem abordar o fenómeno da utilização da ama criadeira dos recém-nascidos, não necessariamente de crianças expostas, dado o recurso frequente a amas externas para a aleitação das crianças.

⁵⁸⁴ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1817-1837), fl. 197 v.º.

⁵⁸⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1859-1860), fl. 353.

⁵⁸⁶ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1864-1866), fl. 174.

exposição de crianças. As câmaras municipais, como responsáveis directas pela criação das crianças expostas, passaram a ser as principais empregadoras de uma significativa mão-de-obra feminina, cujos contratos se poderiam prolongar por períodos de sete anos, até se completar o tempo de criação. Mais tarde (a partir do último quartel do século XIX), essa criação poderia ser subsidiada até que as crianças expostas passassem a desempenhar uma actividade remunerada ou quando completassem os dezoito anos de idade. No entanto, mesmo nos casos em que as crianças não sobreviviam, o que se verificava com muita frequência, os contratos das amas poderiam ser renovados através de uma nova candidatura à criação de uma outra criança exposta.

Como o número de crianças expostas tendia a aumentar, tornava-se indispensável estabelecer um ponto de equilíbrio neste mercado de trabalho emergente, por forma a evitar que os expostos pudessem perecer por falta de amas e de assistência. Uma das medidas poderia passar por tornar os cargos desempenhados pelas amas bem mais atractivos, nomeadamente através do pagamento de salários mais elevados. Todavia, como o pagamento das amas era uma obrigação dos concelhos, os quais não dispunham de receitas suficientes para suportar tais encargos, o poder central optou por conceder um conjunto de benesses e privilégios às amas dos expostos, tornando-os extensíveis a alguns dos seus familiares directos.

A insuficiência de amas interessadas em criar um número crescente de crianças que apareciam expostas nas principais cidades do reino esteve na origem da promulgação de um conjunto de privilégios que pudessem compensar as exíguas compensações pecuniárias. O grande objectivo destas benesses familiares era o de procurar evitar que muitos expostos viessem a perecer por falta de assistência, com o leite das amas a revelar-se imprescindível nos primeiros momentos da sua existência. Ao tornar extensíveis esses privilégios aos maridos e filhos das amas, tal política de incentivos acabaria por levar ao desenvolvimento de um complexo jogo de estratégias familiares, dado que a criação de expostos poderia reverter em benefício de vários elementos dos agregados das amas (Sá, 1995:94), conferindo uma nova envolvência familiar a este ramo assistencial. Esses privilégios começaram por abranger determinadas isenções concelhias para, mais tarde, passarem a incluir alguns privilégios de ordem militar, destinados aos maridos e filhos das amas que criavam expostos do Hospital Real de Todos-os-Santos⁵⁸⁷.

Embora subsistam dúvidas quanto à abrangência espacial dos beneficiários destes privilégios, visto que os alvarás régios de 1654, 1695 e 1787 se destinavam às amas de Lisboa, estamos em crer que ela se estendeu progressivamente a todo o território nacional, apesar de, nem sempre, as interpretações da lei tivessem sido convergentes. A extensão desses privilégios aos habitantes doutros concelhos terá começado pelas amas

⁵⁸⁷ Na sequência de um alvará de 29 de Agosto de 1654, que isentava dos encargos de guerra os maridos das amas que criavam os enjeitados do Hospital Real de Todos-os-Santos, um novo alvará de 22 de Dezembro de 1695 alargou esse privilégio aos filhos das amas. Por este alvará, El Rei considerava que, apesar dos muitos privilégios que eram concedidos aos maridos das amas que criavam as crianças que nele apareciam expostas, os resultados ainda não seriam os mais desejados.

Entre esses privilégios, salientava aqueles que isentavam os maridos das amas de saírem nas companhias da ordenança e de irem aos exercícios militares que se costumavam fazer, assim como dos encargos de guerra, excepto da obrigação de terem armas para acudir aos alardes gerais que se faziam duas vezes no ano, em cada uma das comarcas do reino.

Porém, como estes privilégios não eram suficientes para se acharem amas bastantes para a criação de todos os expostos, El Rei decidiu conceder o mesmo privilégio aos filhos das amas *«porque desta concessão se pode esperar que mais prontamente queirão sujeitar-se à criação de taes enjeitados, evitando-se também o não faltarem a estar crianças os meynos para poderem viver e não virem a morrer ao desamparo, como muitas vezes acontece»* (Alvará de 22 de Dezembro de 1695, *Livro das Mercês da Chancelaria-mor*, fl. 299).

que se disponibilizavam para criar gratuitamente as crianças expostas, como o previam as Ordenações do Reino, em relação às crianças órfãs. A contrapartida seria a de poderem vir a usufruir gratuitamente do seu trabalho, por um período equivalente aos anos dessa criação voluntária⁵⁸⁸.

Terá sido neste pressuposto que, no ano de 1772, a câmara de Ponte de Lima recebeu 19 petições de mulheres que se disponibilizaram para criar crianças expostas, «*á sua custa*», como forma de poderem ser contempladas com os privilégios reais. Foi o caso de uma mulher da freguesia de S. João da Ribeira que, em 10 de Abril de 1772, elaborou uma petição ao juiz de fora do concelho de Ponte de Lima, a expressar a sua vontade em criar gratuitamente uma menina exposta, pelo período de sete anos, «*para assim gozar das isenções e privilégios que por dous alvarás concederão os Senhores Reis deste Reyno a semelhantes pessoas*»⁵⁸⁹.

Idêntica situação foi registada em Monção, no ano de 1791, quando João Alves de Carvalho, da freguesia de Barbeita, se comprometeu a «*criar de graça*» o exposto Teodoro, que havia aparecido à sua porta na noite anterior, «*para gozar os privilégios concedidos por Sua Magestade a quem cria os expostos*»⁵⁹⁰.

No início do século XIX, o príncipe regente confirmou os privilégios que já tinham sido concedidos pelos seus antecessores aos expostos e às pessoas que os criavam e educavam⁵⁹¹. Ao mesmo tempo, alargou o âmbito desses privilégios, ao atribuir às amas o direito de preferência na sua conservação, após completarem os sete anos de idade, desde que os tivessem educado e criado sem negligência ou culpa.

Esta prerrogativa interessava essencialmente àquelas amas que se haviam afeiçoado às crianças expostas ou que viam nelas uma potencial mão-de-obra disponível e gratuita, numa época em que praticamente toda a actividade produtiva estava dependente do trabalho manual. Assim se poderá explicar o facto de praticamente todos os processos dos expostos sobreviventes serem encerrados com a informação de que terminaram o período de criação e ficaram com as respectivas amas.

O reconhecimento oficial da importância das amas está bem patente nas sucessivas providências e recomendações, emanadas do poder central, mandadas divulgar e registar pelos provedores das comarcas. Como resultado desta efectiva preocupação, que se acentuou ao longo do século XIX, Gouveia Pinto (1820:20) resumiu as principais obrigações a que as amas estavam sujeitas, a serem transmitidas oralmente pelos vereadores responsáveis ou pelos escrivães das câmaras, porque a maioria delas não sabia ler nem escrever. Assim, na primeira metade do século XIX, as amas que aceitassem criar os expostos comprometiam-se a cumprir as seguintes obrigações:

1-Dar-lhes um bom tratamento, tanto no alimento, como na limpeza e vestuário;

⁵⁸⁸ Ordenações Filipinas, Livro I, tit. 88, § 12.

⁵⁸⁹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1749-1775), fl. 157. Este casal apresentou como garantia de tal compromisso todos os bens móveis e de raiz, presentes e futuros.

⁵⁹⁰ A.M.MÇ., Livro de Registo dos Expostos de Monção (1791-1829), fl. 82 v.º.

⁵⁹¹ O alvará de 9 de Novembro de 1802 afirmava o seguinte:

«*Eu o Principe Regente Faço saber aos que este Alvará virem: Que attendendo ao que Me representou o Mordomo da Real Casa dos Engeitados desta Cidade de Lisboa, e ao grande serviço que se faz a Deos Nosso Senhor, e á Monarquia ca Criação das Crianças expostas: Hei por bem, que sem embargo de qualquer Ordem Minha, Disposição, ou Regimento em contrario, se guardem pontual, e inteiramente todos, e quaesquer Privilegios concedidos por Mim, e pelos Senhores Reis destes Reinos, Meus Predecessores, a favor dos Maridos, Filhos das Amas, que crião os Engeitados ...*» (in António Delgado da Silva, *Colecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações, 1802-1810*, pp. 121-122).

2-Fazê-los vacinar pelo médico ou cirurgião do partido, até ao 3.º ou 4.º mês de criação (de acordo com as providências contidas no aviso de 19 de Junho de 1813, mais tarde tornadas obrigatórias);

3-Apresentá-los ao médico de partido ou ao cirurgião mais vizinho, sempre que os mesmos adoecessem, para os observar e lhes receitar o que julgassem necessário;

4-Participar às autoridades administrativas qualquer acontecimento ou morte que sobrevenha aos expostos, assim como ao escrivão, para que este registasse o respectivo óbito nos livros competentes;

5-Em caso de falecimento, apresentar certidão do médico, cirurgião ou do pároco, onde se ateste o dia, mês e ano em que foram sepultados, assim como a moléstia de que faleceram⁵⁹²;

6-Não passar os expostos para outras amas, sem dar conhecimento ao magistrado e este ter procedido à respectiva inspecção;

7-Fazerem-se acompanhar dos expostos quando viessem receber os salários e apresentá-los nas revistas gerais ou, em alternativa, trazerem um atestado passado pelo pároco, a declarar que estavam vivos e bem criados, sob pena de lhe serem recusados os respectivos pagamentos.

Todas estas recomendações eram aplicadas tanto às amas de leite como às amas de seco. Embora não houvesse uma delimitação rígida do tempo na transição do período de aleitamento para a nova fase de criação, aquilo que normalmente se aceitava era de que a aleitação se prolongasse, pelo menos, durante um ano, uma diferenciação a que as fontes só parcialmente dão resposta, quando o salário das amas de leite era superior ao salário das amas de seco.

Essa preocupação formal com o tratamento a dar aos expostos está bem patente num provimento que o provedor da comarca de Valença achou por bem deixar registado no livro dos expostos da Roda de Caminha, aquando da aprovação das contas relativas ao ano de 1805. Influenciado pelo conteúdo da ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, o provedor começou por referir que, «*sendo o augmento da população hum dos objectos da maior atenção*», seria necessário praticar com o «*tão recomendado como dezamparado resto da humanid.^e todo o cuidado amor e disvello*». Para esse fim, apelava à vigilância e bom tratamento dos expostos, desde o momento da sua exposição até à sua entrega às respectivas amas. Assim, na Casa da Roda, só deveria estar uma pessoa (rodeira) que «*tendo as qualidades d'uma boa may, tenha ao mesmo tempo o alimento próprio*», para que os expostos não viessem a perecer, por falta de cuidados primários.

Encontradas as amas que os quisessem criar, estas deveriam ser examinadas por um “cirurgião inteligente”, o qual deveria comprovar a sua saúde, bem como a “bondade e abundância do seu leite”, evitando que os expostos fossem criados com alimentos artificiais e impróprios para semelhantes idades, como habitualmente sucedia. Com todas estas recomendações, pretendia-se fundamentalmente contribuir para a «*felicidade dos dezamparados innocentes (...), e perpetuar-se o seu bem e o do Real Estado*»⁵⁹³.

Quando se comparam as leis e as directrizes emanadas do poder central com as práticas administrativas municipais, parece evidente a falta de uma efectiva

⁵⁹² As irregularidades seriam tantas que o provedor da comarca de Viana determinou que não se pagassem os salários às amas que não se fizessem acompanhar dos expostos. A sua presença serviria para comprovar o seu bom ou mau tratamento e, sobretudo, para se «*evitar os descaminhos que fazem, vencendo sallários depois de mortos os expostos*» (A.M.P.L., Livro das Contas da Câmara e de Enjeitados de Ponte de Lima, de 1719 a 1735, fl. 220 v.º).

⁵⁹³ AM.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha(1793-1804), fls. 12 v.º e 13.

correspondência entre o quadro normativo legal e as práticas institucionais. Tal distanciamento poderá ser explicado por um desencontro de objectivos e de meios entre quem legislava e quem administrava, mais ainda quando o ónus da criação recaía exclusivamente sobre os concelhos, cujos encargos financeiros se sobrepunham claramente aos desígnios humanitários e às preocupações populacionistas do poder central.

Assim se explica que o compromisso assumido pelas amas se limitasse, muitas vezes, a uma declaração formal, registada pelo escrivão, de que se obrigavam a criar os expostos e a darem conta deles, sempre que tal lhes fosse solicitado pelas câmaras. Estas parcas exigências iam de encontro às ténues e inconsistentes medidas selectivas das amas, num processo que era frequentemente encerrado com a informação de que os expostos haviam falecido e que as amas haviam recebido os salários devidos e o pagamento das mortallas com que os mesmos haviam sido sepultados.

As práticas locais dificilmente poderiam ter correspondência com aquilo que deveria ser praticado a nível nacional, nomeadamente nos principais centros de acolhimento de Lisboa e do Porto, estes sob a administração particular das Misericórdias locais. Nestas instituições, as mulheres candidatas a amas deveriam ser observadas por médicos do partido para avaliarem o seu estado de saúde e inspecionarem a qualidade e a bondade do leite. Não sendo conhecidas pela administração, deveria exigir-se-lhes uma atestado passado pelo pároco, onde se declarasse serem de bons costumes e bem morigeradas. Finalmente, deveriam indicar um fiador ou abonador capaz que, com elas ou por elas, assinasse o respectivo termo de entrega (Pinto; 1820:21-22).

Com tantas exigências, não seria fácil encontrar as amas suficientes para dar cobertura a todas as necessidades assistenciais, embora seja muito provável que, se estivesse implementado um sistema apertado de fiscalização e vigilância, o número de expostos acabaria por diminuir. Através dele, poderia impedir-se a negligência de muitas amas e a possibilidade efectiva de facilmente se substituir um exposto falecido por um outro entrado na Roda. O mesmo será válido para a exposição simulada de crianças, que tanto inflacionavam as despesas e inviabilizavam um melhor desempenho por parte das instituições de acolhimento.

As irregularidades eram tão frequentes que acabavam por chegar ao conhecimento do poder central. Este viu-se forçado a intervir, com o objectivo de travar tais práticas abusivas e moralizar todo o sistema assistencial. Por exemplo, sabendo-se que algumas mulheres expunham os filhos para poderem criar os filhos alheios ou, ainda mais frequentemente, para se a oferecerem como amas dos próprios filhos, o regulamento nacional de 1867 procurou travar esses abusos, ao determinar que «*nunca poderá ser habilitada para ama aquella mulher que houver exposto ou abandonado seus próprios filhos*»⁵⁹⁴.

Tratava-se de uma prática frequente que, em certas circunstâncias, chegou a ser tolerada por algumas instituições⁵⁹⁵. Foi o que fez a administração da Roda de Ponte de Lima, depois de ter descoberto que Joaquina Caçadeira, ama de uma criança que fora exposta na Roda, em 30 de Agosto de 1847, era a sua própria mãe. Não obstante tal

⁵⁹⁴ Regulamento nacional de 1857, art.º 4.º, § único, cit..

⁵⁹⁵ Veja-se o caso de uma criança que foi exposta na Roda de Viana e a quem se deu baixa no dia 10 de Outubro de 1866, para ser entregue à mãe, a própria ama, Maria Joaquina Esteves, da freguesia de Riba de Âncora. Porém, a administração decidiu não lhe exigir a restituição da despesa, nem o enxoval que lhe havia dado, «*pela sua pobreza*». Em 1868 e 1869, esta mulher voltou a ser novamente ama, não sabemos se de outros filhos, embora beneficiando da convivência ou da permissividade institucional para com situações de extrema pobreza.

irregularidade, um ano depois de lhe ter entregue compulsivamente a criança, a câmara voltou a admitir e a subsidiar a mesma criança para que a mãe pudesse servir de ama interna, «*por se precisar dela na Roda para ajudar a criar os expostos que afluem, por não haver amas a querê-los*»⁵⁹⁶.

A falta de amas acabava por ser atenuada por algumas famílias das próprias crianças que, após terem simulado a sua exposição, se encarregavam de lhe arranjar uma ama conhecida, como parte integrante de uma estratégia familiar que procurava assegurar a confidencialidade do acto. Tais encenações nem sempre eram desenvolvidas no seio da própria comunidade, sempre atenta aos desvios que não eram socialmente tolerados. Aliás, estas estratégias poderiam resultar do facto de algumas directivas administrativas aconselharem os responsáveis locais a entregarem as crianças expostas às mulheres que as transportavam à Roda, desde que tivessem leite e manifestassem vontade em amamentá-las e criá-las,

Essa vontade também poderia ser interpretada como tendo resultado da afeição que estas mulheres passariam a ter para com aquelas crianças inocentes, logo após as primeiras amamentações. Apenas se exigiria que essas “candidatas espontâneas” a amas fossem mulheres capazes e que tivessem leite suficiente e que os expostos não fossem filhos de pais casados ou prostitutas (algo que poderia ser difícil ou impossível de provar), como forma de se evitar que essas crianças fossem criadas à custa do erário público (Pinto, 1920:13-14).

Com esta perspectiva assistencial, abria-se o caminho à admissão de crianças ilegítimas que fossem filhas de mulheres solteiras recatadas, independentemente de se tratar de mulheres cujos filhos ilegítimos poderiam pôr em causa a honra familiar ou de mulheres cuja sobrevivência dos filhos dependeria do recurso aos benefícios sociais disponíveis. A diferença residia no facto das primeiras terem necessidade de ocultar os filhos, enquanto que as segundas tanto poderiam entregar os filhos na instituição, para serem criados por amas externas, como se oferecerem elas próprias para suas amas, recebendo um salário que, na prática, equivaleria a um subsídio de criação.

Esta estratégia foi muito utilizada na região do Alto Minho, nem sempre com a mesma transparência, como forma de melhor contornar a vigilância institucional e facilitar a reintegração familiar das crianças simuladamente expostas. Assim se explica que um número indeterminado de amas que, nesta qualidade, figuravam nos livros de registo, não passassem de amas fictícias, o que lhes permitiu assegurar o retorno dos filhos ao seio familiar.

Fora deste círculo de estratégias familiares estariam as crianças verdadeiramente enjeitadas, para quem se revelaria difícil encontrar boas amas, por não estarem disponíveis ou por temerem contrair doenças venéreas, de que poderiam ser portadoras tais crianças, de origem absolutamente desconhecida. Algumas mensagens escritas procuravam afastar tais receios, como aconteceu com uma que acompanhava Delfina Rosa, exposta na Roda de Ponte de Lima, em 6 de Junho de 1859, a qual afirmava o seguinte: «*Ahi fica essa enjeitada, ainda não vai baptizada e háde ter o nome Delfina Rosa e toda a pessoa lhe pode dar de mamar que é limpa*»⁵⁹⁷.

Tudo indica que as administrações municipais não tiveram grande dificuldade em encontrar amas para as crianças “recomendadas” ou temporariamente expostas, o que já não aconteceria com as que haviam sido definitivamente enjeitadas, as verdadeiras vítimas de um sistema assistencial que se revelava incapaz de defender os mais desprotegidos e necessitados. Isso mesmo poderemos depreender da preocupação manifestada pelo presidente da câmara de Valença, quando informou o governo civil de

⁵⁹⁶ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1848-1851), fl. 8.

⁵⁹⁷ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1859-1860), fl. 12 v.º.

Viana de que, «*havendo como há sempre falta de boas amas para os expostos, a Camara é obrigada a lançar mão d'aquellas que apparecem, boas ou más, como é de absoluta necessidade e acontece algumas vezes pôr-se ao cuidado de uma ama mais de uma creança (...)*»⁵⁹⁸.

Segundo o regulamento nacional de 1888, a nomeação das amas só poderia recair em mulheres de bons costumes, dotadas de aptidão física, a ser comprovada por um competente exame médico, não devendo a idade do leite exceder os nove meses⁵⁹⁹. Estas exigências não eram compatíveis com um mercado em que a oferta de amas de leite poderia não corresponder às necessidades institucionais, pese embora o facto de, nessa altura, o número de crianças expostas estar em acentuada diminuição.

A agravar o problema estaria o facto deste mercado de trabalho, afecto à assistência pública, sofrer a concorrência de particulares, os quais pagavam salários bem mais atractivos às amas que lhes amamentassem os filhos. Ora, como este mercado particular se destinaria exclusivamente a mulheres honradas e sérias, estas só aceitariam criar crianças expostas se não tivessem melhor alternativa. Foi o que fez a ama Ângela Maria, residente no Campo da Penha, em Viana, que, em 1833, optou por entregar o exposto João dos Santos a uma outra ama, Beviana Rosa, com o argumento de que ia «*servir de ama de leite numa casa particular*»⁶⁰⁰.

Algumas destas estratégias acabavam por ser descobertas, sempre que alguém quebrava as condições particulares que haviam sido previamente estabelecidas. Veja-se o que aconteceu com Maria Martins Carvalho que, em 1888, foi convidada pela parteira de Viana para fazer a criação particular de uma criança, em troca de um salário mensal de 1\$500 réis (na mesma altura, o salário pago pelas câmaras às amas era de 1\$000 réis, para o primeiro ano de criação, e de \$800 réis, para os restantes anos). A mãe desta criança era Maria Joaquina, solteira, residente na freguesia de Santa Maria Maior, a qual fora servir para ama de leite na “Casa do Coutinho”, capitão de infantaria n.º 3, naturalmente em troca de um salário bem mais elevado. Este contrato particular vigorou durante um ano. Passado esse tempo, a ama Maria Carvalho deixou de receber o salário contratado porque a mãe da criança se havia ausentado para parte incerta, deixando a filha na sua posse. A administração do concelho de Viana tomou conhecimento desta situação e assumiu os compromissos que haviam sido quebrados pela mãe da criança, passando a subsidiar a sua criação, na qualidade de abandonada⁶⁰¹.

Nem sempre a estratégia das mães passava pela exposição ou pelo abandono simulado ou temporário de crianças, sobretudo por parte daquelas cuja situação de desespero não as impedia de avaliar os riscos de tais procedimentos. Estas optariam por tentar encontrar amas particulares que lhes criassem os filhos, prometendo-lhes o pagamento de um determinado salário, a satisfazer após receberem os seus próprios vencimentos. Contudo, por razões que poderão estar relacionadas com a precariedade do emprego e com as dificuldades em dar cumprimento aos compromissos assumidos, alguns desses contratos particulares acabavam por ser denunciados, como já o exemplificámos. Ora, como essas crianças passavam a ser consideradas em situação de abandono, a denúncia tinha por objectivo dar continuidade aos salários de criação, agora assumidos pela respectiva câmara municipal⁶⁰².

⁵⁹⁸ A.G.C.V.C., Pasta 1.15.4.1-1.

⁵⁹⁹ Art.º 5.º, § 3.º, cap. I, tít. II, do Regulamento Nacional, de 5 de Janeiro de 1888, cit..

⁶⁰⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 200 v.º.

⁶⁰¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1903), registo n.º 28.

⁶⁰² Foi este o procedimento de Maria Rosa de Oliveira, quando se dirigiu à administração de Viana, em 1892, para comunicar que, um ano antes, lhe havia sido entregue uma criança, por uma mulher que se dirigira para Lisboa, de onde prometera enviar-lhe uma determinada mensalidade. Como tal não se

Embora se saiba que os salários não eram muito atractivos, as amas sempre poderiam compensar a manifesta insuficiência desses salários com outras vantagens complementares. Como parece estatisticamente provado pelos estudos de demografia histórica (Flandrin, 1992:212), as mulheres que amamentavam poderiam prolongar o período de infertilidade (amenorreia do leite), uma possibilidade que não se poderá subestimar numa época em que se desconheciam ou se revelavam ineficazes outras formas de contracepção. Seria mais uma estratégia a utilizar pelas mulheres cujos filhos haviam morrido muito precocemente e que se candidatavam ao exercício do cargo de amas para auferirem um salário e, simultaneamente, poderem prolongar o período de aleitação.

1.1-As amas de empréstimo

A implementação da assistência à infância desvalida e abandonada conheceu várias etapas e seguiu um percurso marcado pela tentativa de adequar a oferta institucional à respectiva procura. Daí que a realidade assistencial do século XVII e primeira metade do século XVIII se caracterizasse por uma grande indefinição sobre a melhor forma de organizar um sistema assistencial que havia sido concebido pelo poder central para, com algumas excepções, ser gerido e financiado pelos concelhos. Nesse longo período, assistiu-se a uma evidente incapacidade das autoridades municipais em encontrar as respostas institucionais mais adequadas às crescentes solicitações.

A insuficiência de amas de leite, para amamentarem os expostos nos primeiros tempos da criação, constituía um dos problemas mais prementes, agravado pelo facto dos concelhos não disporem de verbas suficientes para pagar os salários devidos às amas. A solução teria de passar pela sobrecarga dos seus habitantes com novas contribuições, como estava previsto nas Ordenações do Reino. Ora, como os concelhos não se poderiam recusar a acolher e sustentar as crianças que apareciam expostas no seu espaço administrativo, algumas administrações locais procuraram contornar o problema, através do envolvimento directo das populações das diversas freguesias na assistência aos enjeitados, sem que isso representasse qualquer encargo para os orçamentos municipais.

Enquanto a câmara de Viana decidiu proceder a uma distribuição proporcional dos expostos pelas diversas freguesias do concelho, em função do número dos seus habitantes, a câmara de Ponte de Lima optou por mandar estas crianças enjeitadas «às amamentadelas», pelas diversas freguesias do concelho, enquanto não lhes encontrasse uma ama definitiva. Ao fazerem passar estas crianças por várias freguesias da “banda de cá” ou da “banda de lá” do Rio Lima, a câmara de Ponte de Lima transferia para cada freguesia a obrigação de lhes encontrarem “amas de empréstimo”, as quais se responsabilizariam, de forma transitória, pela sua amamentação gratuita. Cumprida essa obrigação, as crianças eram transferidas para uma outra freguesia vizinha, e assim sucessivamente, num processo assistencial que, em muitos casos, não seria demorado, geralmente interrompido pela morte dessas crianças. As que resistiam a esta peculiar amamentação, “por esmola”, seriam entregues a uma ama definitiva, o que muito dificilmente se chegaria a concretizar.

As “amas de empréstimo” seriam encontradas entre as mulheres que estivessem em condições de amamentar, o que poderia acontecer de uma forma partilhada com os filhos ou quando estes já estivessem em fase de desmame ou tivessem falecido. Em

verificou, esta ama acabou por denunciar a situação às autoridades municipais, o que lhe permitiu receber um salário de criação, pago pela administração de Viana (Idem, registo n.º 65).

último recurso, essas amas improvisadas teriam de amamentar os filhos biológicos e as crianças “de passagem”, uma partilha que não deixaria de ser desfavorável para estas crianças estranhas.

A documentação dessa época fazia várias referências a crianças expostas que andavam pelas freguesias do concelho de Ponte de Lima a serem amamentadas por amas de empréstimo. Adoptando este modelo de assistência, o senado de Ponte de Lima enviou à freguesia de Santa Marinha, em 1701, a exposta Ana Maria para ser amamentada, enquanto não lhe achasse ama, com a recomendação de que fosse passando às freguesias mais próximas⁶⁰³.

Esta prática terá sido seguida por outros concelhos, como sucedeu com a câmara de Vila Nova de Cerveira que, muitos anos depois, ainda se socorreu deste mecanismo assistencial. Tal estratégia não poderá ser explicado exclusivamente como uma forma de reduzir os custos da criação, mas como uma consequência natural da falta de amas de leite, muito mais do que de amas de seco.

A remuneração prevista não se revelava suficientemente atractiva para compensar tais encargos que, para as amas mais conscienciosas, poderia implicar a interrupção do exercício doutras actividades profissionais. Como já o referimos, o problema afectaria sobretudo as crianças verdadeiramente enjeitadas, sem ninguém que lhes assegurasse uma alternativa à falta de amas. Assim terá acontecido com o menino Cândido Augusto, exposto na Roda de Vila Nova de Cerveira, no dia 8 de Maio de 1849, o qual, por não se encontrar ama para o criar, *«foi enviado com hum mandado aos regedores para ser alimentado pelas amas de leite, até aparecer ama que dele se encarregasse»*. No ano seguinte, uma ama do mesmo concelho decidiu entregar na Roda uma menina, por não querer continuar a criá-la, pelo que *«foi na corrida para ver se aparecia outra ama»*. Esta “corrida” pelas aldeias foi interrompida, alguns dias depois, por ter falecido, numa altura em que se encontrava a amamentar na freguesia de Reboreda⁶⁰⁴.

Este ritual de solidariedade imposta terminava geralmente com a morte da criança, incapaz de resistir à circulação forçada, em busca dos cuidados primários que lhe haviam sido tão precocemente negados. Numa fase transitória, algumas mulheres anónimas deram por dar o seu contributo como “amas de empréstimo”, ajudando a resolver um grave problema social, para o qual as autoridades locais se revelavam incapazes de solucionar. Este havia sido originado por aqueles que, por incapacidade pessoal, constrangimentos sociais ou por haverem abdicado das suas responsabilidades parentais, acabavam por transferir a criação dos filhos do domínio familiar para o domínio colectivo (Fonte, 1996b:146).

1.2-As amas internas ou de passagem

À medida que o recurso às “amas de empréstimo” se revelava absolutamente desapropriado à sobrevivência das crianças expostas, as autoridades locais passaram a adoptar um novo sistema de assistência. Este consistia na nomeação de uma ama de leite interna que deveria assistir e alimentar as crianças expostas, até serem entregues a uma ama externa. É o período de transição de uma assistência imposta para um sistema voluntário e mais profissionalizado, uma actividade remunerada que passou a ser paga pelas rendas dos concelhos, num período que antecedeu a criação de Rodas nas várias terras das comarcas de Viana e Valença.

⁶⁰³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1697-1719), fl. 20.

⁶⁰⁴ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845-1851), fls. 61 e 67, respectivamente. Em 1852, foi a vez do exposto João Alberto “*ir na corrida*”, também por pouco tempo, interrompida quando se encontrava no lugar da Breia.

Em 1740, a câmara de Ponte de Lima nomeou a ama Domingas Amada para dar de mamar às crianças que aparecessem na vila, ao mesmo tempo que deveria desenvolver as diligências necessárias para lhes encontrar uma ama definitiva. Alguns anos depois, uma nova deliberação obrigou a ama de leite a estar sempre presente na vila para receber e criar os expostos, enquanto não passassem às amas externas, comprometendo-se, por termo de responsabilidade, a bem exercer as suas funções.

Neste período, as amas internas desempenhavam a sua actividade na própria casa, a qual funcionaria como centro de acolhimento das crianças abandonadas, muitas delas expostas à sua porta, após ser do conhecimento público que aí residia a mulher que delas cuidava e que logo passou a ser conhecida por “ama da roda”. Esta designação não era a mais apropriada, dado que nessas casas não havia sido instalado o mecanismo giratório das rodas, contrariamente ao que se verificava noutras localidades próximas, como Viana, Braga ou Porto. Provavelmente por conhecimento e associação a essas instituições, a câmara de Ponte de Lima, alguns anos antes da criação da sua própria Roda Pública, nomeou a mulher de Manuel José Cerqueira, Micaela Josefa, para “*ama da roda*”, a qual se comprometeu a bem exercer a sua ocupação, tendo assinado, a seu rogo, Miguel Araújo, «*por ser mulher e não saber escrever*»⁶⁰⁵.

Como a sobrevivência das crianças expostas estaria muito dependente da forma como eram distribuídas, acolhidas e socorridas, a mesma câmara de Ponte de Lima, por acórdão de 29 de Julho de 1778, deliberou que só poderia ser “*ama dos enjeitados*” uma mulher que tivesse leite e lhes pudesse dar de mamar. Eram as primeiras medidas tendentes a evitar as consequências nefastas do prolongamento indevido do exercício de um cargo remunerado e muito desejado, mas que se poderia revelar fatal para muitos expostos, por falta de leite da ama que os acolhia.

Esta medida foi alargada a partir do momento em que foram criadas as Rodas, como instituições e centros de acolhimento das crianças expostas. Foi o próprio provedor da comarca de Viana que, em 1804, advertiu as autoridades locais para a necessidade de haver mulheres casadas, de boa conduta, nas Casas da Roda, para «*com amor e caridade receberem os miseráveis*». Se possível, que tivessem criança de peito para poderem alimentar as crianças expostas, enquanto não fossem entregues às amas externas. Deveriam, ainda, estar providas daquilo com que se costumava suprir o dito natural alimento, para assim os fortificarem⁶⁰⁶.

Enquanto não se conheceram as verdadeiras necessidades das instituições recém-criadas, as funções de amas internas começaram por ser exercidas pelas rodeiras, pelo que estas deveriam obrigatoriamente ter leite. Contudo, a permanência de algumas rodeiras por vários anos consecutivos comprova bem o incumprimento dessa obrigação, embora nalguns casos essa impossibilidade de amamentar fosse compensada pela nomeação de uma outra ama de leite interna.

Alguns anos mais tarde, o regulamento distrital de 1839, embora não impusesse a obrigatoriedade das Rodas terem uma ama de leite interna, não deixava de referir que, «*se as municipalidades o julgarem necessário, haverá uma ama de leite*». Porém, se o problema não se colocava nas Casas da Roda menos movimentadas, desde que a rodeira tivesse leite, o mesmo não aconteceria naquelas onde entravam mais expostos, não sendo suficiente o leite da rodeira. Esta situação acabaria por pôr em risco a vida das crianças, se a rodeira não encontrasse, de imediato, uma ama de leite disponível. Terá sido para evitar esta situação que o regulamento distrital de 1852 passou a determinar que «*além da rodeira, haverá em cada roda, pelo menos, uma ama de leite*». Por outro lado, como medida de economia, algumas câmaras municipais limitaram-se a contratar

⁶⁰⁵ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1768-1771), fl. 61.

⁶⁰⁶ A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos de Ponte de Lima (1790-1825), fl. 82 v.º.

uma rodeira, que também pudesse amamentar, dado o número reduzido de crianças expostas⁶⁰⁷.

O aumento das exposições e a crescente complexidade deste sistema assistencial pressionou as autoridades locais a nomearem uma ou mais amas internas, conforme as necessidades, para amamentarem as crianças que entravam nas Rodas. Estas libertariam as rodeiras e, mais tarde, as hospitaleiras para o desempenho de funções mais administrativas, o que abriu o caminho à profissionalização desta importante actividade. Tudo passaria a depender da respectiva procura e dum maior ou menor rigor orçamental dos municípios, até ao momento em que a administração dos expostos passou a ser distrital, após as reformas liberais. Assim, enquanto que as Rodas dos maiores concelhos, como o de Viana e Ponte de Lima, passaram a ter uma rodeira e uma ou duas amas de leite internas, o reduzido número de crianças que entravam nas Rodas de outros concelhos não justificaria a existência de amas internas, cabendo à rodeira a tarefa de lhes encontrar uma ama de leite para as amamentar.

Porém, como depois da abolição das Rodas, em 1866, se começou a verificar uma diminuição significativa do número de exposições, alguns concelhos acharam por bem solicitar às autoridades distritais a dispensa da obrigatoriedade de manter uma ama de leite no Hospício. Foi assim que procedeu a câmara de Vila Nova de Cerveira, argumentando que o movimento anual das exposições havia diminuído para 5 ou 6 crianças, o que corresponderia a cerca de metade daquilo que era habitual no tempo da Roda. Por tal motivo, não se justificaria o pagamento dessa despesa acrescida, considerando ser suficiente a existência da hospitaleira, a qual se encarregaria de lhes arranjar uma ama de leite externa⁶⁰⁸.

1.3-As rodeiras/hospitaleiras

O cargo de rodeira esteve directamente associado à fundação e funcionamento das Casas da Roda, acabando por se generalizar a partir do momento em que estas foram criadas nos principais concelhos das comarcas do reino, como consequência da ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783. Esta determinava que se criassem Rodas em todas as cidades e vilas e se nomeasse uma pessoa, com o mesmo salário que se costumava pagar às hospitaleiras, para nelas receberem, a qualquer hora do dia ou da noite, os enjeitados que nelas aparecessem expostos⁶⁰⁹.

Segundo o provedor da comarca de Valença, as Rodas deveriam funcionar com todo o esmero, sendo indispensável que o segredo, que deveria presidir a estes estabelecimentos, se deveria manter inviolável. No pressuposto de que seria «*a honra que muitas vezes sacrificava a natureza*», recomendava às administrações concelhias que tivessem um cuidado particular na escolha das pessoas encarregadas de semelhantes estabelecimentos. Para o efeito, uma das condições essenciais para a nomeação das

⁶⁰⁷ Art.º III, § I dos Regulamentos distritais de 1839 e 1852, já citados.

⁶⁰⁸ A.M.V.N.C., Pasta dos Expostos da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, documento avulso..

⁶⁰⁹ Provavelmente por influência do que se verificava no vizinho concelho de Viana, que possuía Roda desde os finais do século XVII, a câmara de Ponte de Lima antecipou-se à criação da própria Roda, em 1787, para nomear uma ama que estivesse disponível para acolher as crianças que apareciam expostas no concelho. Assim, por resolução de 5 de Fevereiro de 1770, a câmara «*elegeo para ama da Roda desta Villa a Micaella Josepha, molher de Manoel José Cerqueira, por ser fallecida a que hera, Luiza Francisca, e por aparecer presente lhe foi deferido juramento dos Santos Evangelhos em forma devida para que bem exercesse a dita ocupação o que prometeo fazer, e por ser molher e não saber escrever assignou por ella a seu rogo Miguel Luis Roiz de Ar.º*» (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima de 1768 a 1771, fl. 61).

rodeiras era de que estas fossem mulheres portadoras das exigíveis e indispensáveis qualidades morais⁶¹⁰.

A importância que esta actividade passou a representar, no contexto da assistência à infância desvalida e abandonada, acabou por transformar este cargo numa das actividades profissionais mais requisitadas e disputadas no domínio dos serviços da assistência pública concelhia. Os novos regulamentos locais procuraram pôr em prática as recomendações contidas na ordem-circular de 10 de Maio de 1783, nomeadamente quanto à existência de uma mulher que servisse de rodeira e que desenvolvesse todas as diligências para que os expostos não perecessem por falta de alimento, agasalho e tudo o mais que fosse preciso.

Como Viana já tinha Roda, desde os finais do século XVII, seria natural que a experiência acumulada na administração desta instituição de acolhimento de crianças expostas viesse a ser aproveitada pelas administrações doutros concelhos onde, cerca de um século depois, também foram estabelecidas semelhantes instituições. Contudo, como o alargamento desta oferta institucional nesta região foi acompanhado pelo aumento da procura, novos problemas começaram a surgir. Por seu lado, outros vão continuar a persistir, pese embora as múltiplas recomendações que pretendiam adequar as velhas instituições às novas realidades sociais, com vista à melhoria deste ramo da assistência pública.

Pouco tempo depois de ter sido criada a Roda de Viana, o juiz de fora, em reunião de câmara realizada no dia 15 de Dezembro de 1700, propôs aos vereadores e ao procurador do concelho que, em virtude de Bento da Silva e da ama da Roda, sua mulher, «*não serem pessoas capazes p.^a administrar a d.^a Roda, por ser notório o desleixo e pouco cuidado, por cuja razão perigão m.^{tos} engeitados, usurpando às amas parte do seu salário e pela pouca limpeza com que tratam assim os engeitados (...), os havemos por expulsos e em seu lugar nomeamos Juseph de Souza Braga e sua mulher Luiza Malheira, desta Vila, por ser capaz e ter leite*».

A esta se recomendava que, enquanto se não buscassem amas para as crianças expostas e para se garantir o bom cuidado e tratamento que se lhes deveria prestar, a câmara passaria a pagar-lhe 12\$000 réis, por ano. Era a compensação pecuniária pelo bom cuidado que deveria ter com os expostos e pelo dispêndio que viesse a fazer com o azeite, lenha, manteiga, açúcar e outras coisas necessárias para alimentar as ditas crianças expostas⁶¹¹.

Decorrido cerca de um século, o regulamento da Roda de Valença obrigava a rodeira a ter sempre a luz acesa na Casa da Roda, durante a noite, ao mesmo tempo que lhe recomendava que estivesse sempre preparada para suprir as primeiras necessidades das crianças expostas, pelo que deveria ter sempre disponível açúcar e mel.

Como primeira responsável pelo acolhimento e tratamento das crianças expostas, o desempenho da rodeira não deixaria de se reflectir directamente no bom ou mau funcionamento da instituição, pelo que a sua escolha e nomeação deveria revestir-se de cuidados particulares, por parte das administrações municipais.

A rodeira deveria estar em condições de amamentar as crianças expostas. A isso mesmo obrigava uma resolução da câmara de Ponte de Lima, aprovada no dia 29 de Julho de 1778, segundo a qual, a partir dessa data, não poderia ser “*ama dos engeitados*” senão mulher que tivesse leite e lhes pudesse dar de mamar, para se evitar, como muitas vezes acontecia, que não aparecesse logo ama que os levasse para criar. Foi o que se verificou com um menino que foi exposto no concelho de Melgaço e que «*chegou de tal forma desfesoado que parecia estar expirando ou próximo disso*». Como não apareceu

⁶¹⁰ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1917-1837), fl. 197 v.º.

⁶¹¹ A.M.V.C., Livro dos Acórdãos da Câmara de Viana (1698-1701), fl. 86.

nenhuma ama que quisesse aceitar «*este inocente, em atenção ao estado que vinha*», a câmara obrigou a rodeira a ficar com ele, «*por estar de parto recente*». Contudo, o menino acabou por falecer dez dias depois.

Uma situação idêntica foi vivida por dois meninos gémeos que foram expostos na freguesia de Penso, concelho de Melgaço, em 23 de Julho de 1878, acompanhados de um único bilhete, a pedir que pusessem à criança o nome de Gaspar Eduardo, provavelmente uma mensagem elaborada antes de se confirmar um parto duplo. O problema foi resolvido no momento do baptismo, com um deles a receber o nome solicitado de Gaspar Eduardo, enquanto o outro se passou a chamar Eduardo Gaspar. Estes expostos eram prematuros e um deles estava quase moribundo, pelo que não apareceu nenhuma ama disposta a criá-los, ficando ao cuidado da ama do Hospício de Melgaço, tendo ambos falecido alguns dias depois⁶¹².

Os primeiros regulamentos locais recomendavam que a rodeira deveria ser substituída, logo que deixasse de ter leite⁶¹³. O seu incumprimento esteve na origem de uma queixa contra a rodeira do concelho de Monção, por esta «*deixar morrer os expostos por andar prenha e não ter leite*», o que levou à sua expulsão e à nomeação de Eufémia Martins, mulher de Silvestre Alves, por reunir as condições exigidas⁶¹⁴.

O facto da rodeira ter leite não significava que a prestação dos cuidados primários estivesse completamente assegurada, como acontecia nos casos em que os expostos não eram entregues, de imediato, às amas externas. A sua manutenção na Roda poderia dificultar o desempenho da rodeira, mas acabava por ampliar substancialmente o seu salário, acumulando essa função com a de ama provisória interna. Por exemplo, em 1787, ano da criação da Roda de Ponte de Lima, a rodeira recebeu, além do salário base de 9\$560 réis anuais, um suprimento de 47\$100 réis, um valor que correspondia ao somatório dos dias em que os expostos tinham permanecido na Roda ao seu cuidado, antes de serem entregues às amas ou até ao dia do seu falecimento. Não sendo uma consequência da falta de amas, esta situação poderia configurar uma negligência grosseira, o que terá custado a vida a muitos expostos, dada a manifesta incapacidade da rodeira em assistir todas as crianças que permaneciam na Roda.

Pelo contrário, quando se constava que as rodeiras eram mulheres sérias e cuidadosas, algumas mensagens que acompanhavam as crianças expostas chegavam a pedir para que as crianças permanecessem ao seu cuidado ou, em alternativa, para que fossem entregues a amas da sua estreita confiança. Isto mesmo vinha expresso numa mensagem escrita duma criança que foi exposta na Roda de Caminha e que dizia o seguinte:

*«Aqui se põe este menino nesta roda para V. M.^{ce} Snr.^a Maria tomar conta delle para o criar, que além do soldo da câmara lhe querem gratificar a sua criação e estima-lo como particular, e V. M.^{ce} não o podendo criar pede-se-lhe por favor que lhe procure uma ama q' seja capaz p.^a q' o estime, pois também se lhe háde gratificar. O menino nasceo a cinco de Abril de 1858 e háde se chamar João Pitta»*⁶¹⁵.

⁶¹² A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 125 v.º e 126.

⁶¹³ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1775-11781), fl. 170.

⁶¹⁴ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1798), fl. 22 v.º.

⁶¹⁵ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1857-1888), fl. 29 v.º.

Este exposto foi entregue a uma ama que o criou até aos sete anos e com ele ficou após terminar o período da criação. Não sabemos se as promessas foram cumpridas, mas é natural que a indicação do nome próprio e respectivo apelido, tivesse contribuído para um melhor tratamento desta criança.

A prática de retardar a entrega dos expostos às amas externas prolongou-se até meados do século XIX, uma estratégia que contrariava os objectivos institucionais, mas servia os interesses particulares da rodeira, a qual poderia estar mais preocupada com os seus proventos do que com a sorte das crianças expostas (*quadro 41*). Foi contra esta prática abusiva que a câmara de Ponte de Lima se viu obrigada a intervir, em meados do século XIX, tendo decidido despedir a rodeira Rosa Teresa, viúva, porque, sem qualquer autorização e de uma forma abusiva, levava 25 réis diários por cada um dos expostos que permaneciam na Roda, depois de declarar que não prescindiria de tais emolumentos nem da respectiva ama de leite. Em seu lugar, a câmara nomeou Joaquina Clara, casada, «com a obrigação de bem desempenhar tudo o que estiver a seu cargo», recebendo o ordenado de rodeira e o de ama de leite, este somente enquanto tivesse leite suficiente (Fonte, 1996b:61).

Quadro 41
Salário acumulado da rodeira de Ponte de Lima (1825-1833)

Anos	Salário de Rodeira	Salário de ama de leite	Total
1825	20\$040	19\$150	39\$190
1826	20\$040	20\$880	40\$920
1827	20\$040	16\$063	36\$103
1828	20\$040	13\$230	33\$270
1829	20\$040	17\$765	37\$805
1830	20\$040	21\$765	41\$805
1831	20\$040	13\$405	33\$445
1832	20\$040	12\$350	32\$390
1833	20\$040	4\$080	24\$120

Fonte: A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima

O problema originado pela necessidade de substituição frequente das rodeiras, como forma de se continuar a assegurar a amamentação das crianças que entravam nas Rodas, foi ultrapassado pela progressiva profissionalização do cargo de rodeira, ao serem transferidas as tarefas de amamentação para as amas internas. Sempre que o movimento de expostos o justificasse, os concelhos seriam obrigados a contratar amas de leite internas.

Com a junção das tarefas administrativas e assistenciais, as rodeiras começaram a reivindicar melhores salários, até porque, muitas vezes, o seu bom desempenho dependeria muito da colaboração dos respectivos maridos, na qualidade de “rodeiros”, geralmente sem direito a qualquer remuneração directa⁶¹⁶. Como exemplo, poderemos citar uma petição que foi apresentada pela “mulher da Roda” à câmara de Ponte de Lima, em 22 de Outubro de 1803, requerendo o aumento do seu salário, «*por lhe ser deminuto, atendendo ao seu grande trabalho*». Este pedido mereceu deferimento da parte da vereação municipal, tendo-lhe sido atribuída uma bonificação salarial de 6\$400 réis anuais, a acrescentar àquela que habitualmente se praticava⁶¹⁷.

A rodeira de Ponte de Lima era Maria Custódia, casada com Manuel José Fernandes, mais conhecido por “rodeiro”, um casal que se dedicou, por muitos anos, ao desempenho de funções assistenciais na Roda de Ponte de Lima. Esta rodeira foi nomeada no ano de 1795 e manteve-se no exercício das suas funções até 1824, altura em que foi substituída pela rodeira Maria Teresa.

⁶¹⁶ Como excepção a esta prática, a câmara de Viana, em 1770, chegou a pagar ao “*Pai dos Enjeitados*”, João Luís de Freitas, uma determinada verba, pelo seu trabalho com uma exposta.

⁶¹⁷ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1803-1807), fl. 11 e 12 v.º.

Recorrendo à reconstituição desta família, através da metodologia da “reconstituição de paróquias”, pudemos comprovar que este casal de “rodeiros” teve 9 filhos, o primeiro dos quais nascido em 1791, o segundo no ano seguinte e o terceiro em 1794, o que vem provar que esta mulher esteve em condições de amamentar ao longo de vários anos. Como tinha de partilhar os cuidados maternos com as muitas crianças que passavam pela Roda, a sua continuidade no cargo, sem qualquer interrupção, só se tornou possível com a colaboração do marido, um casal que viveu desta actividade durante cerca de três décadas. Os restantes filhos nasceram até ao ano de 1811, com intervalos intergenésicos de cerca de dois anos.

Segundo o regulamento distrital de 1839, em cada uma das Rodas do distrito deveria haver uma rodeira que fosse honesta, para receber todas as crianças expostas, conduzindo-as logo ao presidente da câmara do respectivo concelho. Uma vez nomeada, a rodeira não poderia ser expulsa, sem motivo justificado, incluindo a falta de leite, visto que o regulamento passava a determinar que, além da rodeira, deveria assistir, pelo menos, uma ama de leite⁶¹⁸. Ao eleger a honestidade como um dos principais atributos das rodeiras, o que se pretendia era evitar o desempenho desse cargo por mulheres desonestas e negligentes.

Ninguém conhecia melhor os meandros do funcionamento deste ramo da assistência pública, bem como as muitas estratégias familiares que estariam por detrás da exposição provisória ou simulada de muitas crianças, do que as rodeiras e, mais tarde, as hospitaleiras. Assim o parece provar um bilhete que acompanhava um menino que deu entrada no Hospício dos Arcos, em 25 de Junho de 1889, acompanhado da seguinte mensagem, dirigida à hospitaleira: «*Maria, vai baptizar este menino e dá-lhe em primeiro de tudo (o nome de) José de S. Paulo, dá-lhe uma ama boa, eu te direi quem é só a ti*»⁶¹⁹.

É natural que o funcionamento destas instituições estivesse muito dependente da seriedade do sistema e, em particular, da honestidade das rodeiras, quantas vezes aliciadas por aqueles que prometiam compensá-las por uma melhor protecção e um tratamento mais favorável às crianças que davam entrada nas Rodas e cuja criação se propunham acompanhar de perto⁶²⁰. Outras vezes, o aliciamento poderia conduzir à subversão de todo o sistema de assistência aos expostos, ao permitirem que as crianças fossem reintegradas na própria família, eventualmente através da cumplicidade de terceiros, de um familiar e, até, da própria mãe, agora transformada em ama de leite do próprio filho.

Algumas das mensagens escritas que acompanhavam as crianças expostas não deixam qualquer dúvida sobre a tentativa de “comprar” os favores da rodeira⁶²¹, embora

⁶¹⁸ Art.º II, do Regulamento Distrital de 1839, cit..

O Regulamento Distrital de 1852 acrescentava que a Rodeira deveria estar disponível para receber na Roda todas as crianças nela expostas, assim como todas as que lhe fossem enviadas pelo Administrador do Concelho e Regedores da Paróquia, conduzindo-as logo ao Presidente da Câmara (art.º 3.º).

⁶¹⁹ A.M.A., Livro dos Expostos da Câmara dos Arcos (1888-1893), fl. 53.

⁶²⁰ Em Valença, uma criança que entrou na Roda foi acompanhada de um bilhete com a seguinte mensagem:

«*Senhora rodeira, faça o favor de procurar uma ama para criar esta criança que será procurada a seu tempo breve e vossa mercê tome conta dela como sua filha que vossa mercê, como a quem a criar, será bem recompensada; ela vai por baptizar, o seu nome vai dentro do mesmo bilhete e com ele se há-de chamar*» (A.M.V., Livro dos Expostos da Câmara de Valença, de 1857 a 1869, registo n.º 234).

⁶²¹ São inúmeros os exemplos de recomendações especiais, a troco de uma compensação que seria paga se a ama cumprisse o que lhe acabava de ser solicitado. Eis uma mensagem que acompanhava uma menina foi exposta na Roda de Viana, em 1858:

«*Sr.ª Rodeira, faça o favor de procurar uma ama boa para esta menina que brevemente há-de ser procurada. Faça favor de olhar por ela. Se não estiver bem faça o favor de a mudar de uma ama para*

não se possa excluir a hipótese de muitos desses favores terem sido “negociados” antes ou no momento da exposição, ficando fora do domínio do conhecimento público e das autoridades municipais. O principal interlocutor dessa negociação particular poderia ser o “rodeiro”, sempre que as rodeiras eram casadas e contavam com a sua estreita colaboração.

Algumas tentativas de aliciamento vinham expressas nas próprias mensagens escritas. Contudo, as fontes acabam por nos revelar outras formas de se obter um tratamento mais favorável das rodeiras ou a sua cumplicidade numa determinada estratégia familiar. Não restam dúvidas de que houve fases em que este ramo da assistência pública se havia subvertido e indiciava contornos de verdadeira corrupção, suficientes para originarem o despedimento e a penalização dessas mesmas rodeiras.

Em 1826, a câmara de Ponte de Lima deu baixa a um menino “exposto” que tinha entrado na Roda, em 5 de Junho de 1825, depois de ter descoberto «*ser filho da ama e ter dado para ser ingerido \$800 réis ao rodeiro, a quem havia prometido 1\$600*»⁶²². Este terá denunciado a falsa ama por esta não haver cumprido o que previamente havia combinado com ele. No ano seguinte, o escrivão registou a baixa dada a uma criança, supostamente exposta, «*por ser tratada do rodeiro e ter pai rico*».

O conhecimento oficial destes favores e, até, das fugas de informação, levaram os legisladores do regulamento nacional de 1867 a introduzir o seguinte artigo: «*É proibido aos empregados dos hospitais dar conhecimento do registo de admissão ou qualquer indicação acerca do lugar para onde as crianças foram dadas a criar*»⁶²³. O seu incumprimento seria motivo suficiente para a demissão dos prevaricadores. Ora, tal determinação só faria sentido nos grandes centros urbanos e nas Rodas com grande movimento de expostos. Nos meios mais pequenos, não seria difícil saber a quem foram entregues as crianças e onde residiam as amas. Esse interesse só não existiria quando se tratava de crianças cuja ligação afectiva aos seus progenitores havia terminado no momento da sua exposição.

Todas essas cumplicidades acabariam por reverter em favor das crianças protegidas ou que haviam sido simuladamente expostas, regressando ao seio familiar, com a sua criação subsidiada. Pelo contrário, é provável que muitas das crianças verdadeiramente enjeitadas estivessem condenadas a ser entregues a “amas madrastas” e, quantas delas, a morrer muito precocemente, quer por falta de carinho, quer por tratamentos inadequados. As amas boas e responsáveis estariam reservadas para as crianças recomendadas, às quais se prometiam “boas alvíssaras”.

Apesar das suspeitas e das muitas irregularidades praticadas, algumas rodeiras e hospitaleiras não deixaram de exercer a sua actividade com um grande sentido de humanidade e responsabilidade, o que não deixaria de se reflectir positivamente num melhor desempenho das respectivas instituições. Tal evidência não passou despercebida a algumas câmaras, cujas vereações quiseram testemunhar publicamente o seu reconhecimento para com essas pessoas, como forma de recompensar o seu profissionalismo. Assim procedeu a câmara de Ponte de Lima que, por ofício enviado ao governo civil de Viana, em 5 de Julho de 1875, a acompanhar a folha de vencimentos das amas dos expostos e subsidiados, declarou que tinha decidido atribuir uma gratificação de 20\$000 réis à hospitaleira do concelho, Maria Amália, «*em atenção ao*

outra que a senhora Maria háde ser paga do seu trabalho» (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, 1857-1859, fl. 98 v.º).

⁶²² A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1824-1828 II), fl. 98.

⁶²³ Regulamento Nacional de 1867, art.º 34.º, cit..

*bom serviço e fiscalização que tinha prestado no desempenho do seu lugar e de que tem resultado terem diminuído as exposições»*⁶²⁴.

Para melhor demonstrar a importância do cargo de rodeira, poderemos apontar alguns conflitos entre potenciais candidatas, as quais procuravam dirimir os seus argumentos e utilizar as suas redes de influência para merecerem a preferência e a confiança das autoridades locais. Isso mesmo se verificou na vila de Monção, em 1848, quando a câmara teve de analisar dois requerimentos que lhe foram apresentados por duas candidatas a rodeiras, tendo uma delas reforçado a sua candidatura com um provimento emanado de um órgão distrital. Depois de analisados os respectivos argumentos, a câmara conseguiu obter uma solução de consenso, através duma partilha de funções, ao destinar a uma o cargo de rodeira e de ama de leite, incluindo a “directção da Casa da Roda”, e à outra o papel de “ama passadeira”, encarregando-a de entregar as crianças expostas às amas externas. Ambas se comprometeram a bem desempenhar as respectivas funções, sob pena de, em caso de defeito ou prevaricação, serem substituídas por pessoas idóneas⁶²⁵.

O próprio salário das rodeiras/hospitaleiras era bem mais atractivo do que o das amas externas, o que, somado aos benefícios indirectos, não deixaria de conferir a este cargo uma dimensão social relevante. Nos finais do século XVIII, altura da fundação da Roda, a rodeira de Ponte de Lima começou por receber o ordenado base anual de 12\$800 réis, o qual foi substancialmente aumentado para 18\$800 réis, no início do século XIX. Entre 1810 e 1835, o salário anual voltou a ser elevado para 20\$000 réis, tendo passado neste último ano para 26\$440 réis, embora este incluísse o pagamento do aluguer da Casa da Roda, uma situação que se prolongou até meados do século XIX.

Os salários das restantes rodeiras das Rodas das comarcas de Viana e Valença era variável, mas equivalente nas Rodas de maior movimento, como nas de Viana e de Ponte de Lima. Essa diferenciação manteve-se após o início da administração distrital deste ramo da administração pública, como estava previsto no regulamento distrital de 1839.

1.4-As amas externas de leite

Alguns dos regulamentos internos das Rodas das comarcas de Viana e Valença determinavam que os expostos que dessem entrada nestas instituições não poderiam permanecer nelas mais de três dias, após a sua exposição, período considerado suficiente para que as administrações locais lhes arranjassem as amas de leite externas. Quando não eram as próprias mulheres que conduziam os expostos às Rodas ou os apresentavam perante as autoridades municipais a oferecerem-se e encarregarem-se da sua criação, essas crianças teriam de aguardar na instituição, até se encontrar uma ama disponível para as criar.

No cumprimento do que estava superiormente regulamentado, as autoridades locais e as rodeiras deveriam diligenciar no sentido de encontrar as amas externas necessárias, entregando-lhes directamente as crianças expostas ou encarregando as “caminheiras” de as transportar. Quando as amas residiam nalguma das freguesias do concelho, nalguns casos em freguesias de concelhos circunvizinhos, as autoridades locais encarregavam-se de pagar às transportadoras os “caminhos”, um valor que variava em função da época e da distância percorrida.

⁶²⁴ A.G.C.V.C., Ofício avulso, Pasta 1.15.6.2-6.

⁶²⁵ A.M.MÇ., Livro dos Acórdãos da Câmara de Monção (1842-1848), fls. 173 e 173 v.º.

O provedor da comarca de Viana, por provisão de 31 de Maio de 1800, recomendava o maior cuidado na criação dos expostos, por serem dignos de toda a piedade, a começar pela escolha das amas externas. Estas deveriam ser saudáveis, sem quaisquer moléstias crónicas. A autorização de criação apenas deveria ser concedida após terem sido examinadas pela rodeira e pelo cirurgião do partido, sempre com a preocupação de dar absoluta prioridade à boa criação das crianças e não aos interesses particulares das amas⁶²⁶. Nunca se deveria consentir que as amas pudessem amamentar mais do que um exposto, excepto em casos de absoluta necessidade e desde que se provasse que os filhos dessas amas tinham falecido ou já estavam desmamados.

Além de ser necessário assegurar que uma determinada candidata a ama tinha leite em abundância, havia uma outra preocupação relacionada com a qualidade dessas mesmas amas. Estas deveriam ser cuidadosas e responsáveis, atributos que, segundo as autoridades municipais, apenas poderiam ser assegurados por amas que fossem casadas ou viúvas.

Esta posição selectiva chegou a ser introduzida no regulamento nacional de 1867, ao determinar que, no futuro, «*as crianças serão dadas a criar unicamente a amas casadas ou viúvas que provem boa conduta e que sejam sadias*», assim como reforçava a indicação de que «*nenhuma ama poderá aleitar mais de uma criança estranha*»⁶²⁷.

Todas estas medidas regulamentares restritivas apenas se poderão compreender pelo desconhecimento das dificuldades com que muitas administrações se confrontavam para encontrar amas disponíveis para acudir a tantas solicitações. A não ser que os legisladores pretendessem moralizar o sistema, na convicção de que as amas solteiras não garantiam uma boa criação, por não serem recatadas ou por estarem a contribuir para a subversão do sistema assistencial, com muitas delas a simularem a exposição dos filhos, ao mesmo tempo que se ofereciam como amas para os criarem.

A implementação de tal medida selectiva no Alto Minho poderia ter consequências drásticas, sabendo-se que muitas das amas dos vários concelhos do Alto Minho eram solteiras, embora tal imposição não deixasse de contribuir para a redução dos “falsos expostos”. Efectivamente, o resultado tanto poderia conduzir a uma progressiva acumulação de expostos nas Casas da Roda, pela insuficiência de amas para os criar, como poderia originar uma súbita diminuição das crianças expostas, com as mulheres solteiras a verem limitada ou inviabilizada a estratégia de poderem continuar a praticar o abandono simulado dos filhos, como forma de subsidiarem a sua criação.

No início do século XIX, a câmara de Albergaria de Penela procurou para os entregar a quem por menos dinheiro os aceitasse criar, independentemente de serem casadas ou solteiras⁶²⁸. É uma situação que reflecte bem as dificuldades de gestão e a falta de capacidade financeira de algumas câmaras municipais para satisfazerem os encargos salariais com as amas. O escrivão da câmara encarregava-se de elaborar os «*autos de rematação dos expostos do concelho*». Por exemplo, em 1802, na presença dos oficiais da câmara, mandou-se proceder à rematação dos expostos, com a subsequente elaboração do auto respectivo, de que apresentamos o seguinte exemplo:

⁶²⁶ A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos da Câmara de Ponte de Lima (1790-1825), fl. 57.

⁶²⁷ Art.ºs 35.º e 36.º do Regulamento Nacional de 1867, cit..

⁶²⁸ É com o objectivo de assegurar uma boa gestão dos poucos recursos que, em 14 de Dezembro de 1821, o senado de Albergaria de Penela mandou registar no livro competente um provimento a ordenar que, a partir dessa data, todos os expostos que se apresentassem ao senado do concelho se lhe não abrisse termo de aceitação sem ser na presença de toda a câmara incorporada.

Todos deveriam assinar, incluindo as amas que os levavam ou pessoas a seu rogo, «*para evitar os prejuízos que a este respeito estão acontecendo contra a Real Fazenda*». O escrivão que não cumprisse o determinado seria suspenso das suas funções, «*pois a nossa tenção he guardar a Real fazenda quanto nos he permitido*» (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Albergaria de Penela, 1802, fls. 14 v.º e 15).

«E logo apresentou Maria Josefa da Costa, do lugar de Porrinho, freguezia de Duas Igrejas, deste concelho, o Exposto António José, que criava em preço de sete mil e duzentos cada anno. Mandaram os officiais da câmara apregoar a criação do dito Exposto e por nom haver quem mais varato o criasse e elle estar bem tratado ho houveram por rematado à dita ama pello dito preço de sete mil e duzentos réis por anno, de que mandaram fazer este termo e heu, Domingos Joze Bernardes, escrevam da câmara, o escrevi»⁶²⁹.

Esta medida de economia municipal foi criticada por todos aqueles que consideravam que os altos níveis de mortalidade dos expostos eram motivados pela sua entrega a mulheres pobríssimas e miseráveis, sem condições mínimas para os criar e para lhes garantir a sobrevivência.

A prática de apregoar a criação dos expostos, em busca de quem por menos o fizesse, continuou a ser realizada neste concelho, sem os resultados práticos desejados, visto que os salários habitualmente pagos já eram bastante exíguos, oscilando pouco em relação aos valores de referência. Em 1810, apareceu nos paços do concelho uma candidata a ama, Maria Rosa, solteira, da freguesia de Cabaços, acompanhada de uma criança que lhe haviam exposto à sua porta. Depois de apregoado, e não aparecendo *«quem nelle lançasse»*, o houveram por rematado pelo preço de sete mil réis, por cada ano, tendo-se obrigado a *«criallo bem criado»*⁶³⁰.

1.5-As amas de seco

Sem um limite temporal bem definido, o período de aleitação deveria prolongar-se pelo menos durante um ano, embora a sua interrupção acabasse muitas vezes por coincidir com o momento em que secava o leite das amas.

Num sistema assistencial em que não era fácil comprovar se as crianças estavam a ser ou não amamentadas, algumas das amas mais conscienciosas, a quem secava o leite, decidiam levar as crianças à Roda para que lhes fosse encontrada uma outra ama que desse continuidade ao período de amamentação. Pelo contrário, as menos conscienciosas procuravam ocultar tal facto para continuarem a receber os respectivos salários, uma situação que poderia nunca vir a ser conhecida, por falta de uma adequada vigilância dos médicos de partido ou porque essas crianças acabaram por falecer. Na realidade, a sobrevivência dos expostos poderia ser abruptamente interrompida quando o leite das amas era precocemente substituído por alimentos alternativos, incluindo o leite de vaca ou cabra, mais ainda quando ministrado sem os cuidados higiénico-sanitários aconselháveis.

Terminado o período de criação de leite, as crianças passavam a ser criadas por amas de seco, geralmente as mesmas que as haviam amamentado, por um período que se poderia prolongar até completarem os 7 anos de idade. Assim, enquanto umas crianças apenas conheceram uma única ama, outras acabaram por ter duas ou mais amas, independentemente de serem amas reais como fictícias, uma consequência natural do complexo jogo de estratégias que se foram desenvolvendo ao longo do processo de criação.

A mudança de ama poderia ser voluntária ou compulsiva. No primeiro caso, seriam as próprias amas a pedir a substituição, por falta de leite, incapacidade ou indisponibilidade, enquanto que a mudança compulsiva seria o resultado do

⁶²⁹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Albergaria de Penela (1802), fl. 2.

⁶³⁰ Idem, fl. 6.

conhecimento público de maus tratos praticados por amas negligentes ou por suspeitas de que fossem conhecidas dos familiares das crianças e por eles “tratadas”.

Não se revelava fácil controlar todo o universo das amas de alguns concelhos, tanto pelo seu elevado número, como pelo facto da sua distribuição ultrapassar os limites administrativos do próprio concelho. Embora alguns regulamentos previssem a realização periódica de “vistorias” às criações e comportamentos das amas, estas nem sempre se realizavam ou apenas tinham uma periodicidade trimestral, coincidindo com o acto de pagamento dos respectivos salários⁶³¹.

Se a identificação das amas nem sempre foi uma tarefa facilitada, mais difícil seria o controle das crianças expostas, muitas vezes substituídas por outras, como forma de garantir os pagamentos. Sem marcas identificadoras específicas, como aconteceu ao longo de quase todo o período estudado, em consequência da resistência à implementação do “selo dos expostos”, as irregularidades eram frequentes, como o procurámos demonstrar nesta investigação.

Com a falta de amas de leite, a quem haviam falecido os filhos ou terminado o período de amamentação, a alternativa passava pela entrega dos expostos a mulheres que se dispusessem a partilhar o leite dos filhos biológicos com os “filhos postiços”. Foi o que aconteceu com a Maria José de Sousa, de 44 anos de idade, solteira, tecedeira, da freguesia de Penso, do concelho de Melgaço, que, depois de lhe ter falecido o exposto que criava, manifestou vontade em continuar inscrita como ama de seco ou voltar, mais tarde, à condição de ama de leite, por se encontrar novamente grávida.

Numa outra situação, a ama Maria Joaquina da Gama, de 23 anos de idade, solteira, costureira, natural da freguesia de Alvaredo, tendo-lhe falecido o exposto Boaventura, em 9 de Dezembro de 1860, acabou por declarar não estar interessada em continuar inscrita como ama de leite, uma intenção com que a câmara se conformou, *«por suas circunstâncias não serem as melhores para ama de leite, por se achar no estado de gravidez»*. Porém, já depois do nascimento do filho, esta ama mostrou-se novamente disponível para voltar a exercer a actividade de ama de leite, *«visto já estar nas circunstâncias de prestar leite, tendo a criança 4 meses completos»*⁶³².

2-O “mercado de trabalho” e o mercenarismo das amas

Enquanto que a maioria das amas apenas terá criado um ou dois expostos, casos houve em que algumas mulheres se transformaram em verdadeiras “amas profissionais”. Na qualidade de amas de leite ou de seco, estas mulheres passaram a exercer uma actividade que lhes permitiu um aproveitamento intensivo de um dos poucos “mercados de trabalho” disponíveis, por vezes como complemento de uma outra actividade, nem sempre seria compatível com o desempenho das funções de amas.

Em situações excepcionais, esse mercenarismo chegou a prolongar-se por períodos que oscilaram entre os 10 e os 30 anos de actividade ininterrupta, o que transformou essas mulheres em funcionárias efectivas de um serviço público de assistência. A afluência de expostos se encarregaria de lhes renovar permanentemente o “contrato de trabalho”, beneficiando da permissividade de um sistema de assistência que, como vimos, chegou a ser designado por “negócio dos expostos”.

⁶³¹ No início do século XIX, a Câmara de Albergaria de Penela elaborou um acórdão que obrigava as amas que criavam os expostos da sua Roda a trazerem-nos à presença do Senado, com uma periodicidade de quatro meses, *«para ver se estão bem tratados ou não»* (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Albergaria de Penela, 1802, fl. 19).

⁶³² A.M.MG., Livro de Registo das Amas de Melgaço (1857-1890), fls. 13 e 24.

Alguns dos casos mais paradigmáticos do mercenarismo das amas foram protagonizados por mulheres jornaleiras, residentes no lugar de Cortes, no exterior das muralhas de Vila Nova de Cerveira. Pela sua amplitude, poderemos avaliar os resultados da acção assistencial da ama Maria Roqueira, jornaleira, casada (mais tarde, viúva). Entre 1833 e 1865, esta ama recebeu 23 expostos, dos quais 19 faleceram, um foi transferido para outra ama e 3 atingiram os 7 anos de idade.

A falta de amas poderá não explicar completamente o exercício ininterrupto desta actividade assistencial, podendo antes ter resultado de alguma cumplicidade da rodeira ou duma menor intervenção da administração municipal. Com uma esperança média de vida de alguns dias ou meses, os expostos criados por esta ama não estariam a receber o tratamento mais adequado, até porque, em 1844, foi-lhe retirada uma exposta e entregue a Maria Vitória, viúva, da mesma vila, *«por não ser bem tratada pela ama Maria Roqueira»*. Não obstante o registo deste incidente, esta ama ainda recebeu mais 10 expostos.

A ama Violante Joaquina, solteira, jornaleira, da freguesia de Candemil, começou a desempenhar o cargo de ama, em 1835, com cerca de 17 anos, altura em que terá tido o primeiro filho. Nos dois anos seguintes, tomou conta de mais duas crianças expostas, com uma delas a sobreviver pouco tempo. Após um período de interrupção, esta mulher voltou a candidatar-se ao desempenho das funções de ama, tendo criado mais 12 expostos, ao longo de 22 anos. Dois deles foram entregues aos familiares, um outro sobreviveu até ao 7 anos e os restantes 9 faleceram, geralmente alguns dias ou meses após lhe terem sido entregues.

Seria importante conseguir reconstituir a família das amas Josefa Meireles e Maria Meireles, provavelmente parentes, eventualmente mãe e filha, ambas jornaleiras, que tomaram conta de muitos expostos da câmara de Vila Nova de Cerveira, ao longo de algumas décadas. A ama Josefa Meireles, casada, acolheu o primeiro exposto no ano de 1828 e o último em 1858, num total de 17 expostos. Destes, 3 atingiram os 7 anos, um teve baixa e os restantes 14 faleceram.

A partir de 1860, foi a vez da ama Maria Meireles, casada, com 30 anos de idade, matriculada no livro de registo das amas de Vila Nova de Cerveira, em 1859, passar a desempenhar as suas funções de ama, tendo-lhe sido entregues 13 expostos, até 1887, os últimos dos quais já como segunda ou terceira ama, necessariamente na qualidade de ama de seco, em função da sua idade. Com excepção de dois expostos que atingiram os 7 anos de idade e de um que foi entregue à respectiva mãe, todos os restantes expostos faleceram.

Um outro exemplo de longevidade no exercício das funções de ama foi protagonizado por Maria Luisa Fernandes, casada, lavradeira, natural da vila de Melgaço. Matriculada oficialmente, em 8 de Agosto de 1860, quando tinha 37 anos de idade, esta mulher ainda exercia as funções de ama, em 1881, ao serviço do Hospício de Melgaço, tendo sido oficialmente reconhecida como uma das melhores amas do Hospício. Primeiro como ama de leite, mais tarde como ama de seco, esta mulher acompanhou de perto as mudanças institucionais que se registaram a nível distrital, quando as Rodas foram substituídas pelos Hospícios.

No momento em que o seu nome foi registado em livro próprio (por força do novo regulamento distrital que entrou em vigor a partir de 1857), esta ama já criava o exposto Manuel Maria. Contudo, após um novo parto e no dia em que lhe faleceu o filho, deixou de ser ama de seco para voltar a exercer as funções de ama de leite, substituindo a criança que estava a criar por uma outra que acabava de ser exposta. A morte desta, em 4 de Setembro de 1864, privou-a momentaneamente do respectivo salário, tendo

manifestado às autoridades locais a sua disponibilidade para voltar a ser ama de seco ou de leite, depois de declarar estar novamente grávida e com parto próximo.

Em 5 de Janeiro de 1865, tomou conta do exposto António Oroeste, depois de provar que tinha leite. Este exposto sobreviveu até ao dia 22 de Agosto de 1865, logo substituído pela exposta Patronilha Maria, a qual continuou na sua posse, mesmo após ter completado os 7 anos de criação. Em 2 de Janeiro de 1873, já com 50 anos de idade, foi-lhe entregue o exposto Bento Monteiro, depois de retirado à ama anterior. Também este exposto atingiu os 7 anos de idade e ficou em seu poder, continuando a merecer a confiança da administração municipal que a considerou «*apta para continuar a ser de seco quando se precisasse, por ser uma das melhores amas do Hospício*»⁶³³.

Com perto de 60 anos de idade, esta mulher ainda mantinha a sua inscrição como ama de seco, mas não dispomos de mais dados para saber se voltou a exercer esta função remunerada, que havia substituído ou complementado a anterior actividade de lavradeira.

2.1-As amas honradas e responsáveis

Para que o sistema assistencial funcionasse correctamente, não bastava que houvesse amas disponíveis. Seria absolutamente fundamental que estas fossem mulheres honestas, responsáveis e cuidadosas. Para incentivar a envolvimento destas amas, chegou a propor-se a atribuição de prémios às que se revelassem mais zelosas, uma medida que seria inviabilizada pela falta de recursos financeiros⁶³⁴. Em qualquer circunstância, todas as amas se deveriam comprometer a tratar os expostos «*com todo o zelo e caridade*», embora só excepcionalmente sob um ritual administrativo que incluiria o juramento e a elaboração de um termo de responsabilidade.

Algumas câmaras preocupavam-se com o estado em que se encontravam os expostos, exigindo que fossem observados pelo médico do partido ou, em alternativa, obrigando as amas a entregarem um atestado comprovativo do seu tratamento. Apesar de todas as irregularidades praticadas, alguns atestados davam conta de que os expostos estavam em “estado sofrível”, “bem tratados”, “bem gordos” ou “bem nutridos”, uma situação que também poderia ser comprovada em actos de revista. Excepcionalmente aparece a indicação de que uma determinada criança estava bem nutrida porque o filho da ama havia falecido, o que lhe permitiria ser melhor amamentada e melhor tratada.⁶³⁵ De facto, não seria fácil a uma ama gerir a amamentação conjunta de um filho biológico

⁶³³ A.M.MG., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Melgaço (1857-1896).

⁶³⁴ A Junta Geral do Distrito de Viana emitiu um parecer favorável à seguinte proposta, apresentada na sessão de 8 de Maio de 1878:

«*A comissão de fazenda, a quem foi presente a proposta do senhor Lacerda para serem dados prémios às amas que melhor tratarem os expostos, considerando que este assumpto está regulado no actual regulamento dos expostos, art.º 13.º, que autoriza as câmaras municipais a despenderem até vinte mil réis annuaes com prémios, mas considerando que esta medida, aliás justa, nunca foi posta em prática por se não ter separado no orçamento uma verba com semelhante destino, é de parecer que no orçamento se aplique para prémios a verba, ficando o excelentíssimo senhor governador civil autorizado a concedê-lo às câmaras que o reclamarem uma vez que não exceda ao que está determinado no regulamento*» (A.G.C.V.C., Livro das Actas da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo, desde 1872 a 1878, fl. 139).

⁶³⁵ Eis um exemplo de atestado passado pelo Vigário da Igreja Paroquial de Fojo Lobal, concelho de Albergaria de Penela, em 29 de Abril de 1828:

«*Attesto e faço certo que a Exposta Josefa que cria a Ama Maria Rosa, mulher de José da Cunha, cuja Exposta veio da Roda de Ponte do Lima, vive e está sofrivelmente nutrida, e sei que a dita ama a tracta com caridade, e por isso merece o seu ordenado. A dita ama teve uma filha que lhe morreu e está sepultada nesta freg.ª, e he por isso que a dita Exposta pode estar mais nutrida (...)*».

e de uma criança adoptiva ou postíça, sendo muito provável que privilegiasse o filho, em detrimento da criança exposta.

A documentação coeva conserva algumas referências a amas cujo desempenho não havia passado despercebido, mesmo que a sobrevivência dos expostos não tivesse sido conseguida, o que não surpreende, numa época em que a mortalidade infantil era muito elevada. Por exemplo, em 1808, na sequência do pagamento do salário e da mortalha a uma ama da Roda de Ponte de Lima, cujo exposto falecera, o registo do escrivão refere que a criança *«morrera, mas não por necessidade, pela informação que tomei com pessoas da freguesia de Calheiros que informaram da ama bem a tratar, mesmo em tempo de moléstia, como constava da certidão do coadjutor»*⁶³⁶. O mesmo se verificou em relação a Babiana Esteves, da freguesia de Prado, uma ama que criara um exposto e que lhe havia sido entregue *«por ser ama de consideração para o tratar, o que não conseguiu»*, tendo falecido em 1879⁶³⁷.

Em 1828, uma ama de Vitorino de Piães foi considerada “boa e honrada” porque tinha ido restituir 2 meses que havia recebido a mais pela criação de um exposto que já tinha feito os 7 anos. Na mesma altura, a administração decidiu pagar mais um mês de vencimento a uma outra ama, *«como prémio do bem que tratava a exposta»*.

A ama Albina Clara de Castro, de 23 anos de idade, solteira, costureira, natural da freguesia de Chaviães, concelho de Melgaço, poderá ser apontada como um outro exemplo de profissionalismo e responsabilidade. Na verdade, depois de se candidatar ao exercício do cargo de ama de leite, foi-lhe entregue uma exposta, em 9 de Fevereiro de 1863. Contudo, *«por deixar de ter rapidamente falta de leite»*, disse deu conta à administração da Roda de Melgaço, tendo-se mostrado indisponível para continuar a ser ama, salvo se voltasse a ter leite.

Em 22 de Janeiro de 1876, foi-lhe entregue o exposto Baltazar José, por se ter verificado *«ter leite em abundância»*, uma actividade que se viu forçada a abandonar novamente, *«por adoecer gravemente e o exposto defecar rapidamente»*, ainda a tempo de o fazer entregar a uma outra ama para que pudesse completar a sua criação⁶³⁸. A mesma avaliação positiva foi feita em relação a uma outra ama de Melgaço, Maria da Conceição Sanches, solteira, da freguesia de Alvaredo, a qual, em 1883, foi considerada pela câmara como *«das melhores amas no cumprimento dos deveres»*.

2.2-As amas negligentes e madrastras

O facto do número de crianças expostas ser superior ao número de amas disponíveis acabou por se revelar altamente prejudicial para as primeiras, ao mesmo tempo que impossibilitou uma filtragem selectiva das candidatas a amas, excluindo do sistema todas as mulheres que não garantissem a sua boa criação. Efectivamente, esse crescente desequilíbrio entre a oferta e a procura acabou por abrir espaço ao aparecimento de algumas amas mercenárias, que alguns investigadores não hesitaram em apelidar de “madrastas” e, até, de “assassinas”⁶³⁹.

Enquanto não foi implementado o sistema de matrícula das candidatas a amas - o que apenas se veio a operacionalizar na segunda metade do século XIX - a

⁶³⁶ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1802-1810 II), fl. 243.

⁶³⁷ A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 132 v.º.

⁶³⁸ A.M.MG., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Melgaço (1857-1890), fl. 48.

⁶³⁹ André Armengaud (1975:107-108) considerou estas amas como verdadeiras madrastras pela forma pouco conscienciosa como tratavam as crianças, a começar pela alimentação.

Em vez de as amamentarem ao peito, davam-lhes leite de vaca muito pesado, utilizando biberões mal limpos que lhes provocariam diarreias fatais.

recomendação de que se procedesse à entrega das crianças expostas às amas, num prazo máximo de três dias, abrindo caminho às amas menos responsáveis, sempre à espreita de qualquer oportunidade para angariar algum dinheiro. Sendo assim, o problema da falta de amas teria de ser ultrapassado pela contratação de mulheres candidatas ao exercício do cargo, mas muito pouco conscienciosas. Estas terão sido responsáveis pela morte de muitas crianças expostas, por negligência ou pela falta de prestação dos cuidados higiénico-alimentares que seriam indispensáveis à sua sobrevivência.

O professor Gouveia Osório, médico do Hospício do Porto, fez referência a «*uma ama hedionda de expostos, em Coimbra, que matara por suas mãos 33 dessas desventuradas crianças, continuando a receber a respectiva subvenção municipal. Foi por isso condenada à morte, em 1772*»⁶⁴⁰.

Em relação à região em estudo, não nos parece que a elevada mortalidade registada entre as crianças expostas possa ser conotada com a prevalência de um número significativo de amas «*sem escrúpulos e sem coração*», de cuja frieza lhes adviria uma total indiferença para com estas criaturas tão frágeis e inocentes. Salvo algumas excepções, a comprovar, de forma inequívoca, a existência de amas madrastras que maltratavam as crianças, tudo parece indicar que o elevado número de óbitos estaria mais relacionado com a miséria e o desconhecimento das mais elementares normas higiénico-sanitárias do que com quaisquer negligências grosseiras.

Não foi esta a opinião de Eusébio Coelho (1861:144), por considerar que a falta de amor das amas para com os expostos, durante o período de amamentação, seria uma das principais causas da mortalidade dos expostos. Privados de todos os afagos dos parentes e amigos, os expostos ficariam «*entregues à brutalidade natural das amas mercenárias que, se algum disvelo lhes merecem os expostos, é somente com a mira no salário*». Estas causas, conjuntamente com as doenças hereditárias, a falta de uma rápida aplicação dos remédios próprios, bem como as situações de abandono em que eram deixadas as crianças, enquanto as amas se ocupavam dos trabalhos agrícolas, seriam as principais responsáveis pela mortalidade registada entre os expostos.

Neste caso, poderíamos estar perante uma grave negligência administrativa, com as autoridades municipais a permitirem que as amas que deixavam morrer continuamente os expostos pudessem continuar a exercer esse importante cargo assistencial, sem problemas em substituir os expostos falecidos. A recompensa institucional estaria no pagamento dos salários correspondentes ao período em que as crianças haviam resistido a essa “hecatombe”, muito inferiores àqueles que teriam de ser pagos se essas crianças tivessem sobrevivido e atingido os 7 anos de idade.

Depois de já termos individualizado algumas amas que deixaram morrer muitos dos expostos que criavam, queremos também registar alguns casos de flagrante negligência das amas, simultaneamente com uma certa inoperância do sistema vigente. São casos que nos colocam perante uma atitude de resignação e conformismo, face à elevada mortalidade dos expostos, em contraste com a tão propalada mentalidade iluminista e populacionista.

Em períodos de maior seriedade institucional e como consequência de uma mais apertada vigilância, sempre que em actos de revista ou por denúncia de terceiros se comprovava o mau ou inadequado tratamento dos expostos, estes eram retirados compulsivamente às amas e entregues a outras que melhor tratamento lhes pudessem dispensar. Foi na sequência de uma denúncia que a administração da Roda de Viana intimou Maria da Conceição, da Correlhã, para que apresentasse uma menina exposta que lhe tinha sido entregue no dia 18 de Julho de 1829, porque lhe constara «*estar muito*

⁶⁴⁰ Citação apresentada por Luís de Pina (1964:349).

maltratada pela ama que já matou ou deixou morrer dois expostos e dizem que é mulher pública».

Por comportamento negligente, denunciado pelo pároco de S. Lourenço do Mato, a mesma administração tomou conhecimento, em 1830, de que uma ama dessa freguesia havia deixado morrer o exposto Abel Joaquim, *«por ter ficado fechado em casa»*⁶⁴¹. Alguns anos mais tarde, a administração municipal retirou o exposto a uma ama que o criava, *«por constar estar tolhido, o que se verificou ser verdade e por isso foi mudado»*.

Depois de se haver inscrito como candidata a ama na administração municipal de Melgaço, foi entregue a Ana Rita Martins, natural da freguesia de Paderne, solteira, lavradeira, com 30 anos de idade, o exposto José Maria, no início de Novembro de 1860. Contudo, em acto de revista, realizado no dia 1 de Setembro de 1863, verificou-se que o menino, não obstante já ter 3 anos de idade, ainda não andava nem se movia gatinhando. Depois de averiguar as razões de tal estado, descobriu-se que tal paralisia se ficaria a dever ao facto da ama o conservar sem qualquer exercício e sempre no berço, deixando-o só em ocasiões em que saía de casa, eventualmente para continuar a exercer a actividade agrícola. Como penalização, foi-lhe retirada a criança, sendo riscada do livro de matrículas, *«atenta a falta de cumprimento do seu dever»*⁶⁴².

Em 1 de Junho de 1879, Maria Luisa Gomes, solteira, jornaleira, de 23 anos de idade, natural de freguesia de Paderne, matriculou-se como ama dos expostos do concelho de Melgaço. Algum tempo depois, esta ama *«foi banida de tal exercício, pois sendo má mãe, não pode ser boa ama»*, depois de se verificar que havia fugido e deixado o filho a uma outra mulher⁶⁴³.

Seguidamente, vamos passar a analisar o resultado da criação dos expostos que foram entregues à ama Maria Afonso do Campo, residente no isolado lugar de Pedrulhos, da freguesia de Montaria, à distância de cerca de 4 léguas de Viana. Percorrendo caminhos tão acidentados e sinuosos, esta ama começou por receber, em 3 de Agosto de 1862, uma menina exposta que acabou por falecer 13 dias depois. No dia 18 de Março, do ano seguinte, recebeu um menino que foi conseguindo sobreviver, apesar da mesma ama ter ido à Roda de Viana buscar uma outra criança, em 27 de Janeiro de 1864, a qual apenas sobreviveu cerca de dois meses. No mês seguinte, foi buscar um outro exposto, a juntar ao que ainda sobrevivia, tendo este falecido dois meses depois, enquanto o mais novo faleceu no ano seguinte. Antes do falecimento deste último, esta ama tinha ido buscar uma menina que apenas sobreviveu dois meses. Finalmente, por opção pessoal ou como resultado duma mais rigorosa fiscalização administrativa, esta ama foi buscar à Roda um último exposto, em 14 de Fevereiro de 1865, o qual apenas sobreviveu duas semanas, estando-lhe reservada a mesma “sorte madrasta” daqueles que o antecederam, como resultado dum desempenho extremamente negativo (numa perspectiva humanitária e não administrativa).

O simbolismo da Roda, associado ao mercenarismo de algumas amas, perdurou muito para além da sua existência e manteve-se bem vivo na memória colectiva de algumas comunidades locais, sendo transmitido ao longo das gerações, através de histórias e contos populares, com um misto de realismo e imaginação, uma característica genuinamente popular. Vamos transcrever uma *“história pitoresca, repleta de sarcasmo”*, contada por José Rosa Araújo⁶⁴⁴, no jornal “Notícias de Viana”,

⁶⁴¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fls. 3 v.º e 390 v.º.

⁶⁴² A.M.MG., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Melgaço (1857-1890), fl. 30.

⁶⁴³ A.M.MG., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Melgaço (1857-1890).

⁶⁴⁴ Esta história teria sido relatada por José Maciel, com 79 anos de idade, e publicada pelo investigador vianense, José Rosa Araújo, no jornal “Notícias de Viana”, em 14 de Maio de 1964.

que relatava o modo como seriam criadas e assistidas algumas das crianças expostas, ao cuidado de uma mulher que encarnava perfeitamente o papel de ama “mercenária e madrasta”:

«(...) Acolá vivia a Torra Negra. Nunca ouviu falar na Torra Negra? Pois era a ela que a Câmara de Viana confiava as crianças da roda. Era um mulherão alto e feio, de olhar sombrio...A quantas crianças criava punha o apelido de Barbosa. Era o Zé Barbosa, o Tone Barbosa, o Chico Barbosa. Dizem que para se vingar dum tal Barbosa birbantão que a esforçara ou que se rira dela... Quem o pode saber? O certo é que inçou a terra de Barbosas de Capareiros e redondezas. A origem deles é um registo dos postiços, a tal Torra Negra e uma cabra investida nas funções de ama.

O berço da canalha era, nem mais nem menos do que uma caixa de pinho voltada de fundo para o ar, com um dos lados em buracos pouco maiores que gateiras. Por colchão, havia lá dentro uma estradura de feito. E pronto, que por esse processo não deixaram de vir ao mundo grandes homens!

A Torra Negra tinha mais que fazer, que cuidar do seu gadinho. Andava aos recados deste e daquele que a vida era dura e a “senhora Câmbra”, como ela dizia, pagava tarde e mal... Queria lá saber das crianças!

Elas, por si mesmo, como lhes desse na gana, que entrassem ou saíssem da lura, que dormissem, brincassem ou morressem até... Quando choravam, a cabra, industriada, largava o posto e vinha, muito paciente escachar-se junto do petiz, chegando-lhe à boca os mamilos dos úberes. A criança deixava de mamar e o animal voltava a retouçar pelas imediações do singularíssimo infantário (...)»⁶⁴⁵.

Esta referência à amamentação das crianças expostas pela sucção directa dos mamilos do úbere de uma cabra não resultava da imaginação popular, antes se poderá fundamentar no conteúdo de uma ordem-circular da Intendência Geral da Polícia que recomendava tal prática, sempre que houvesse falta de amas de leite, como veremos quando abordarmos a alimentação dos expostos.

Uma análise minuciosa das fontes permite-nos identificar situações reais que comprovam a permissividade e inoperância do sistema de assistência, então vigente. Tal situação chegou ao ponto de permitir que, em 1829, uma falsa ama se apresentasse na Roda de Viana, no lugar de uma ama verdadeira. Quando a administração descobriu essa artimanha, limitou-se a comprovar que essa mulher havia «roubado o salário de três meses»⁶⁴⁶. Em 1829, uma ama da freguesia de Soutelo, do concelho de Viana, entregou um exposto que fora buscar à Roda de Viana a uma mulher da freguesia de Dem, concelho de Caminha, para quem o passou «por contrato particular»⁶⁴⁷, provavelmente pagando-lhe um salário inferior ao que ela recebia.

Segundo o senhor Costa Pereira, natural da freguesia de Barroselas (concelho de Viana do Castelo), actual designação do antigo Couto de Capareiros, esta ama era conhecida por “Porra Negra”, uma alcunha que José Rosa Araújo terá achado por bem substituir por “Torra Negra”.

⁶⁴⁵ Não nos foi possível comprovar se esta ama terá efectivamente existido ou se estará no limiar da fronteira da realidade com a ficção. Ao cruzar esta história popular com a documentação sobre os expostos e respectivas amas da Câmara de Viana do Castelo, não conseguimos identificar nenhuma ama que pudesse encarnar o papel desta “Torra Negra”. A existir, esta poderia corresponder a uma ama de apelido Meneses, residente em Albas, do Couto de Capareiros, um lugar onde residiria a tal Torra Negra. A ser a mesma, o número de expostos, a seu cargo, não teria sido assim tão elevado, como a referida história fazia crer.

⁶⁴⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 371 v.º.

⁶⁴⁷ Idem, fl. 374.

Algumas das mulheres que iam buscar os expostos à Roda apenas faziam parte de uma estratégia que visava a reintegração familiar das crianças “expostas”. Esta estratégia seria negociada entre a ama fictícia e a família da criança, com contrapartidas que não nos foi dado conhecer. Porém, algumas administrações mais previdentes suspeitavam de algumas dessas amas, procurando indagar se as mesmas pertenciam à família ou se eram pessoas conhecidas e da sua confiança. Isto mesmo pudemos comprovar com a atitude da mulher de José da Silva, da freguesia de Poiares, quando compareceu na Roda de Ponte de Lima, em 1849, para se oferecer como ama de uma menina que acabava de ser exposta. Porém, como se tivesse suspeitado dela, a câmara recusou-se a entregá-la, o que levou esta mulher, em desespero, a oferecer-se para a criar sem salário, tendo afirmado que a não deixava «*por ser do seu sangue*»⁶⁴⁸.

Também verificámos que algumas mulheres se inscreveram como amas para poderem criar os próprios filhos, subsidiados pelas câmaras, por viverem numa situação de extrema pobreza. No entanto, mesmo nestas situações, os abusos eram frequentes. Veja-se o que aconteceu com a ama Felicidade Esteves, de 21 anos de idade, solteira, jornaleira, natural da freguesia de Gávea, concelho de Melgaço, inscrita em 1872, para «*ser ama da filha Rosa Lina, admitida como subsidiada*». Em 1878, a câmara de Melgaço deu-lhe por terminado o período da criação, «*visto ela continuar, além de já ter tido outro filho, em vida abusiva*», aplicando incorrectamente os subsídios que recebia do cofre do distrito, por se ter verificado que a sua filha estava a viver com a avó⁶⁴⁹.

A estratégia de outras candidatas a amas passava pela prestação de informações erradas, como aconteceu com uma mulher que se ofereceu para criar uma criança que tinha sido exposta no Hospício de Ponte de Lima, em 1893, tendo declarado chamar-se Ana Aires, solteira, natural da freguesia de Poiares. Mais tarde, veio a descobrir-se que essa criança não era verdadeira exposta, por ser sua filha, a qual havia falecido em seu poder. Mais se descobriu que essa ama fictícia se chamava Ana Alves e não Ana Aires, «*como falsamente havia declarado*»⁶⁵⁰.

2.3- Caracterização física das amas

Com o decorrer dos tempos, tornou-se evidente que determinados sectores da administração pública se haviam desviado dos seus objectivos iniciais. Após um longo período de adaptação, jamais se poderiam continuar a ignorar os desvios registados num dos mais importantes sectores da administração pública - a assistência à infância desvalida e abandonada. Tornava-se imperioso intervir no sentido de procurar moralizar tão importante ramo assistencial, numa altura em que a procura punha a descoberto as insuficiências da oferta institucional, em função da realidade social e demográfica emergente. Um dos sectores onde urgia intervir era o da selecção e controlo das amas, elementos fundamentais de um sistema multifacetado que se havia progressivamente bipolarizado, embora sem estar bem definido se eram os expostos que pressionavam a angariação de amas ou se era o contexto sócio-económico que estaria na origem de um maior número de exposições.

Depois de se haverem enunciado várias medidas avulsas para controlar o sistema de selecção e o desempenho das amas dos expostos, sempre no sentido de pugnar para que os expostos fossem entregues a amas honestas e responsáveis, foi só no início da

⁶⁴⁸ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1848-1851), fl. 77.

⁶⁴⁹ A.M.MG., Livro de Registo das Amas de Melgaço (1857-1890), fl. 95.

⁶⁵⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918).

segunda metade do século XIX que a junta geral do distrito de Viana aprovou um modelo de registo das mulheres que se quisessem candidatar ao exercício do cargo.

Não obstante se recomendar que, sempre que possível, as administrações municipais deveriam optar por amas casadas ou viúvas, a realidade social desta região não deixava quaisquer dúvidas sobre a presença incontornável das amas solteiras, pelo que o novo regulamento previa que, quando se esgotasse a matrícula das amas casadas e viúvas, se deveriam procurar outras amas quaisquer para os expostos que «*forem caindo na Roda*». Essa escolha deveria guiar-se pelas «*regras da prudência e da moralidade*». Contudo, aquilo que efectivamente se verificou foi que as amas solteiras passaram a ser inscritas em igualdade de circunstâncias com as restantes amas, assegurando uma parte significativa das criações.

O tempo se encarregaria de provar que muitas das irregularidades do sistema assistencial foram praticadas pelas próprias amas, independentemente de serem casadas, solteiras ou viúvas, pelo que essa diferenciação deixou de preocupar as autoridades administrativas distritais. Todavia, era sobre as amas solteiras que recaíam as maiores suspeitas, por serem as que melhor encarnavam o papel de amas fictícias ou madrastas.

Para contornar o problema, o novo regulamento distrital de 1852 passou a determinar que, em cada uma das secretarias das câmaras do distrito, deveria existir um livro de matrícula das mulheres que se quisessem habilitar para amas dos expostos. Para poderem ser inscritas, essas candidatas deveriam apresentar atestados de moralidade e salubridade. Por seu lado, o facultativo do partido deveria examiná-las para poder comprovar se estavam em condições de amamentar ou se apenas poderiam ser amas de seco⁶⁵¹.

Do mesmo modo que alguns expostos foram substituídos por outras crianças, para que os salários não fossem interrompidos, também haveria um número indeterminado de amas que não coincidiam com as que oficialmente estavam registadas como amas dos expostos. Assim, tal como em relação a estes últimos se preconizou a adopção de um sistema de identificação, pela colocação das marcas ou dos selos dos expostos, também em relação às amas se passou a defender a utilização de um novo sistema de matrículas, com a identificação de elementos que permitissem uma mais fácil caracterização e diferenciação das amas.

Além dos seus dados sócio-profissionais, os registos de matrícula deveriam incluir o preenchimento de um conjunto de campos que caracterizassem fisicamente as amas inscritas. Esta diferenciação física e social das amas poderá possibilitar o desenvolvimento de trabalhos de âmbito antropológico ou sociológico, com vista à reconstituição e caracterização física e sócio-profissional das amas do Alto Minho.

O registo individual das amas incluía a identificação do nome, idade, estado matrimonial, profissão e local de residência das amas, seguida de uma caracterização física pormenorizada, onde deveria constar a sua altura, o formato do rosto, do nariz, da boca e dos sobrolhos, bem como a cor da pele, do cabelo e dos olhos, além de outros eventuais sinais particulares⁶⁵².

A identificação da idade nem sempre corresponderia à realidade, visto que muitas amas não a sabiam indicar com exactidão, pelo que os escrevões se limitariam a presumir uma idade aproximada e arredondada, dada a frequência de números terminados em zero ou cinco. Em função desses dados, pudemos verificar que, no período de 1857 a 1859, as 119 amas que estavam ao serviço da Roda e do município de

⁶⁵¹ Art.º 4.º do Regulamento Distrital de 1852, cit..

⁶⁵² Em Melgaço, uma ama declarou ter o dedo índice da mão esquerda aleijado e 2 dentes superiores arruinados. Uma outra apresentava “sinais de bexigas” e falta de dentes incisivos superiores.

Ponte de Lima teriam idades compreendidas entre os 20 e os 54 anos, numa média global de 34 anos (Fonte, 1996b:155).

Vamos passar a apresentar e caracterizar uma pequena amostra que foi retirada dos livros das amas de Ponte de Lima⁶⁵³, num universo de 119 registos.

No momento da sua matrícula, em 5 de Setembro de 1857, a ama Maria Rosa tinha 33 anos de idade, era casada, lavradeira e natural da freguesia de Refóios, concelho de Ponte de Lima, tendo tomado a seu cargo a exposta Rosa. Como características físicas, tinha 56 polegadas de altura, rosto comprido, cabelo e sobrolhos pretos, olhos castanhos, nariz e boca regulares e cor de pele trigueira. Apresentava picadas das bexigas, como sinais particulares.

Uma outra ama, também natural de Refóios e com o mesmo nome, matriculou-se no dia 4 de Novembro de 1857 e tomou conta da exposta Maria do Rosário. Tinha 39 anos de idade, era solteira e costureira de profissão. Com 55 polegadas de altura, esta ama tinha nariz redondo, cabelo e sobrolhos louros, cor da pele branca, olhos azuis, nariz e boca regulares. Como sinais particulares, apresentava algumas picadas das bexigas.

A ama Teresa Maria, natural de Ponte de Lima, matriculada no primeiro dia do mês de Julho de 1858, tomou conta da exposta Tomásia de Melo. Tinha 39 anos de idade, era viúva e fiandeira. Com 56 polegadas de altura, tinha o rosto comprido, o sobrolho regular, os olhos castanhos e o nariz e boca regulares.

Este processo de pré inscrição e selecção das amas, apesar de moroso, seria aquele que melhor poderia garantir uma maior transparência e fiscalização do sistema assistencial. Contudo, esse rigor selectivo estaria a afastar potenciais candidatas a amas, o que voltou a provocar um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Efectivamente, em Ponte de Lima, no período de 1857 a 1859, apenas foram matriculadas 119 amas, para um total de 287 crianças que foram expostas em igual período, o que obrigou as autoridades municipais a terem de recorrer a amas não inscritas, abrindo novamente o caminho à prática de irregularidades (Fonte, 1996b:155).

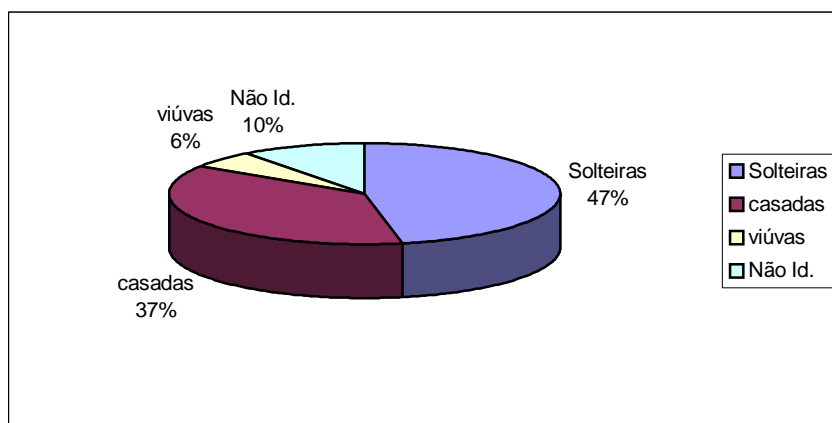
2.4-O estado matrimonial e profissional das amas

As recomendações que aconselhavam as administrações locais a entregarem preferencialmente a criação dos expostos a amas casadas ou viúvas não poderão ser entendidas como uma discriminação das mulheres solteiras, antes uma medida preventiva de combate à prática de irregularidades. Contudo, sabendo-se que o “mercado matrimonial” desta região estava muito condicionado pela prevalência da emigração masculina, o recurso às amas solteiras tornava-se inevitável, sempre que não estava em causa a preservação da honra familiar.

Gráfico 18

Amas do Hospício de Ponte de Lima (1867-1899)

⁶⁵³ A.M.P.L., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Ponte de Lima (1857-1859).



Para se poderem candidatar a amas de leite, as mulheres solteiras teriam de assumir publicamente os filhos ilegítimos ou provar que os mesmos lhes haviam falecido. No entanto, aproveitando a falta de registo da mortalidade infantil, algumas dessas mulheres solteiras candidatavam-se a amas de leite com o argumento de que lhes havia falecido o filho, quando, na realidade, apenas haviam simulado a sua exposição. Se a estratégia resultasse, a criação dos próprios filhos estaria assegurada no seu próprio ambiente familiar, pelo menos até que se descobrisse essa irregularidade ou até ao momento em que faleciam, como acontecia com frequência.

Como a indicação do estado matrimonial das amas nem sempre foi uma prática institucional, vamos passar a estudar um período em que os registos eram bastante completos, uma consequência do que passou a estar determinado no regulamento distrital de 1852 e que entrou em vigor no ano de 1857. No período de 1857 a 1859, das 119 amas que foram inscritas em Ponte de Lima, 58% eram casadas, embora as solteiras também fossem bastante representativas (34%), sendo as restantes viúvas (7%) ou de estado não identificado (1%).

Porém, no período de 1867 a 1899, a percentagem de amas solteiras aumentou e ultrapassou o número de amas casadas (*gráfico 18*). De um universo de 1 943 amas, a percentagem de amas solteiras correspondia a cerca de metade do total, um valor que deveria ser superior, se considerarmos que, entre as amas não identificadas (10%), também estariam outras amas solteiras. Aparentemente, esta situação terá voltado a inverter-se na primeira década do século XX, altura em que, das 177 amas existentes, 37% eram casadas, 32% eram solteiras, 8% eram viúvas, com as restantes (23%) a pertencerem a um estado matrimonial não identificado.

No período compreendido entre 1857 e 1866, das 342 amas inscritas que criaram os expostos do concelho dos Arcos, 54% eram casadas, 40% solteiras e 6% viúvas. No entanto, teremos de salvaguardar o facto de podermos estar perante um número indeterminado de crianças que seriam desvalidas e subsidiadas, mas que o escrivão havia designado genericamente por expostas, como já o referimos. Neste caso, um número indeterminado dessas amas seriam as próprias mães das crianças, o que poderá dar um outro significado às percentagens apresentadas, sobretudo em relação às crianças subsidiadas, não sendo possível saber qual o peso percentual das crianças legítimas e das ilegítimas.

Em relação à actividade profissional das amas, o facto do Alto Minho ser uma região predominantemente rural, com muita da sua população activa, incluindo as mulheres, a trabalhar na agricultura, acaba por explicar a ligação da maioria das amas ao sector primário. As principais candidatas eram lavradeiras e jornaleiras. Apesar de se tratar de dois grupos ligados à agricultura, a diferença residia no facto das lavradeiras

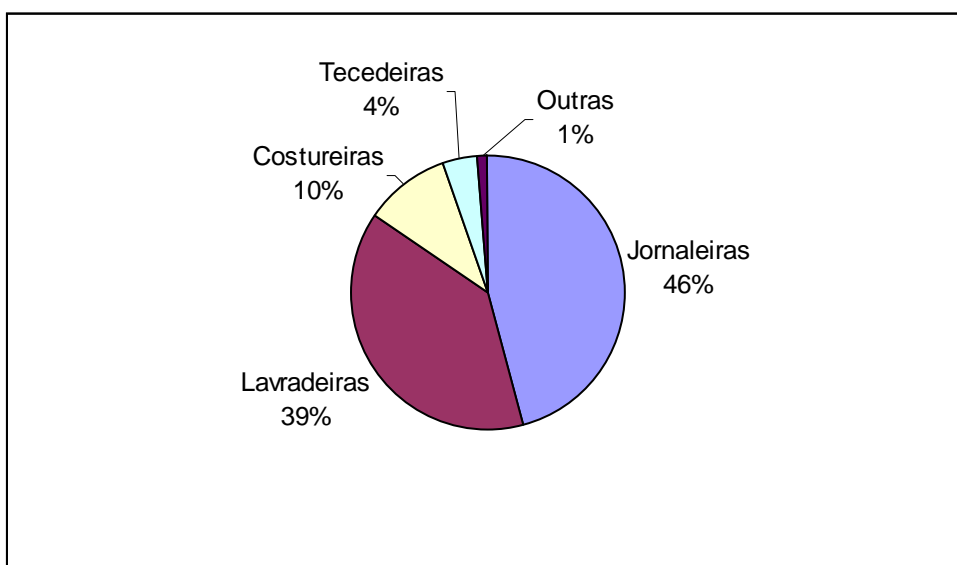
serem proprietárias e trabalharem terras próprias, enquanto as jornaleiras não possuíam terras ou eram insuficientes para a sobrevivência familiar, o que as obrigava a um trabalho assalariado em casas mais abastadas.

Como poderemos comprovar no *gráfico 19*, no período de 1857 a 1866, a grande maioria das amas da Roda do concelho dos Arcos estava ligada à agricultura (85%), sendo que as jornaleiras (46%) eram em número ligeiramente superior ao das lavradeiras (39%). As restantes eram costureiras (10%), tecedeiras (4%), enquanto que a percentagem de 1% correspondia a duas moleiras, uma vendeira e uma padeira.

No período de 1857 a 1859, a distribuição profissional das amas da Roda de Ponte de Lima (Fonte, 1996b:156) era a seguinte: lavradeiras (43%), costureiras (17%), tecedeiras/fiandeiras (14%), jornaleiras (13%), domésticas (9%) e de profissão não identificada (4%).

Dado que os salários eram manifestamente insuficientes para poderem assegurar a sobrevivência dos agregados familiares mais carenciados, algumas amas terão sido obrigadas a complementar a sua actividade profissional com o exercício das funções de amas de leite ou de seco. Nestes casos, as crianças que eram entregues a mulheres que exerciam a sua actividade profissional em casa, como as costureiras, tecedeiras ou domésticas, poderiam beneficiar de mais atenção e cuidados particulares, com claros benefícios para a sua criação. Já o mesmo não se verificaria com as amas que trabalhavam no campo, as quais se fariam acompanhar pelas crianças, sujeitando-as às condições climáticas adversas e pondo em causa a sua sobrevivência.

Gráfico 19
Profissão das amas ao serviço da Roda do concelho dos Arcos (1857-1866)



2.5-A distribuição geográfica das amas

A maioria das amas pertenciam aos concelhos onde haviam sido expostas as crianças, com as amas residentes nas freguesias rurais a prevalecerem sobre as que eram oriundas das vilas onde estavam instaladas as instituições de acolhimento⁶⁵⁴. As amas

⁶⁵⁴ Em 1749, a Mesa da Misericórdia do Porto chegou a recomendar que só se deveria recorrer às amas da cidade, nos casos em que não houvesse amas do campo disponíveis. A sua recomendação

do espaço rural que estiveram ao serviço da câmara de Ponte de Lima, entre 1721 e 1730, representavam cerca de 90% do seu total. Pelo contrário, como o número de amas que residiam no espaço urbano de Viana era mais significativo, a câmara deste concelho chegou a diferenciar as “amas da vila” das “amas do campo”, em livros próprios.

Nos livros das “amas do campo”, relativos aos períodos de 1790-1798 e 1807-1814, o registo dos expostos estava subordinado ao registo das amas, agrupado por freguesias, incluindo as pertencentes a outros concelhos circunvizinhos, nomeadamente aos concelhos de Ponte de Lima e de Barcelos, embora em número bem mais reduzido⁶⁵⁵.

Havia amas a residir em praticamente todas as freguesias do concelho de Viana, cujo termo administrativo era bem mais reduzido do que o actual, dado que as freguesias localizadas entre o Lima e o Neiva ainda integravam, nesse período, o concelho de Barcelos. Ora, como muitas das freguesias deste concelho se localizavam muito próximo de Viana e as amas não eram suficientes para satisfazer as necessidades assistenciais, a solução foi recorrer a amas que residiam naquele termo administrativo. Encontram-se, com frequência, amas que residiam nas freguesias de Darque, Mazarefes, Alvarães, Anha, Castelo de Neiva Vila Franca, Deão, Carvoeiro, Forjães ou Vila de Punhe (mais tarde integradas no termo de Viana), assim como em freguesias que se mantiveram no termo de Barcelos, após as reformas administrativas liberais, como Fragoso, Balugães, Cossourado ou Palme.

Algumas amas da Roda de Viana residiam em freguesias que se situavam noutros concelhos próximos de Viana, nomeadamente em Beiral do Lima, Santa Marinha, Cepões, Calheiros e Poiares (do termo de Ponte de Lima), S. Paio d’Antas e S. Bartolomeu (do termo de Esposende) e Moledo, Gontinhães, Orbacém e Gondar (do termo de Caminha). Em número bem mais reduzido, aparecem algumas amas que residiam em concelhos mais distantes, nomeadamente no de Ponte da Barca ou Valença, sem esquecer outros pequenos coutos e concelhos, como o de Capareiros, S. Miguel da Facha, Correlhã ou Albergaria de Penela.

Com tal dispersão geográfica, o trabalho dos responsáveis pela administração destes estabelecimentos de assistência pública revelou-se bastante complexo, não sendo fácil coordenar e fiscalizar tão elevado número de amas. Daí que algumas delas, revelando falta de seriedade e sentido de responsabilidade, se procurassem aproveitar de alguma inoperância e descontrolo institucional, para extraírem benefícios indevidos.

O recurso a amas naturais doutros espaços administrativos tanto poderá ser justificada pela insuficiência de amas disponíveis como ser o resultado dum complexo jogo de estratégias familiares, em que a exposição de algumas crianças mais não representaria do que um abandono simulado. Ora, como estas estratégias familiares poderiam ter mais probabilidade de sucesso, quando praticadas num outro concelho, tal facto não deixaria de se repercutir no aumento da circulação de crianças entre concelhos circunvizinhos, como o iremos demonstrar.

Esta prática foi muito utilizada por mulheres dos concelhos dos Arcos e de Ponte da Barca, tendo atingido tais proporções que nos levam a acreditar numa certa conivência das autoridades administrativas locais, num movimento de mútua reciprocidade, havendo períodos em que cerca de metade das amas ao serviço de um concelho residiam em freguesias do concelho vizinho. O mesmo se verificou no concelho de Ponte de Lima, entre 1795 e 1804, com cerca de 42% das amas a residirem

baseava-se no facto dos “humores” da cidade poderem prejudicar a saúde das crianças expostas (Sá, 1995:131).

⁶⁵⁵ AM.V.C., Livro de Registo das Amas do Campo (1790-1798 e 1807-1814).

fora do seu termo, quando no período de 1721-1730 essa presença foi praticamente residual (Fonte, 1996b:158).

Embora o alargamento deste “mercado de trabalho” aos espaços administrativos confinantes seja mais evidente nos concelhos atrás mencionados, o mesmo se verificou (em muito menores proporções e sem a mesma reciprocidade), entre os concelhos vizinhos de Ponte da Barca-Ponte de Lima, Ponte de Lima-Viana, Viana-Caminha, Caminha-Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Cerveira-Valença, Monção-Melgaço e Coura-Valença. Neste último caso, sem qualquer reciprocidade, ou seja, apenas as amas de Coura tomaram conta de crianças que tinham sido expostas em Valença.

Dos 57 expostos do concelho de Valença, relativos ao ano de 1841, 6 deles estavam a ser criados por amas de Vila Nova de Cerveira, 15 outros por amas das freguesias do próprio concelho e 36 por amas residentes em várias freguesias do concelho de Coura. Esta situação manteve-se até 1845, altura em que as amas do concelho de Valença vão aumentar, embora sem nunca prescindirem das amas de outros concelhos.

Como forma de atenuar este problema, o regulamento distrital de 1852 determinou que, em cada uma das câmaras dos vários concelhos, deveria existir um livro para matrículas das «mulheres que se quizerem habilitar para amas de expostos, as quaes deverão ser do Concelho, em quanto nelle as houver, e para serem inscriptas apresentarão documentos de moralidade e salubridade, sendo alem disso, neste ultimo ponto de vista examinados pelo Facultativo do Partido; e por ellas de preferencia, mas á sorte, serão distribuidos os expostos que forem entrando na Roda»⁶⁵⁶.

Além das amas naturais da região, também identificámos o desempenho das funções de amas por parte de mulheres naturais da Galiza, mas a trabalharem no Alto Minho. Estas mulheres galegas residiam e trabalhavam nalguma das freguesias dos diferentes concelhos da região, com maior predominância nos concelhos raianos, a maioria delas como serviçais. Por exemplo, em Monção, concelho localizado em frente à povoação galega de Salvaterra, são várias as referências a amas galegas, algumas exercendo esporadicamente essas funções, outras como verdadeiras profissionais. Foi este o caso de Maria Fernandes, natural da Galiza e moradora na vila de Monção, a qual chegou a criar 9 expostos, entre 1794 e 1803. Sabemos que um deles atingiu os 7 anos, 5 faleceram, desconhecendo-se a sorte dos restantes⁶⁵⁷.

2.6-Os salários das amas

O pagamento dos salários às amas dos expostos sempre foi uma preocupação e uma prioridade dos órgãos de administração local e dos provedores das comarcas de Viana e Valença, como que a demonstrar que todo o sistema assistencial estaria dependente da satisfação dos compromissos financeiros. Estes começaram a assumir proporções significativas, não tanto pelo valor de cada um dos salários pagos, mas pela sua extraordinária multiplicação.

⁶⁵⁶ Art.º 4.º do Regulamento Distrital de 1852, cit.. Nas observações contidas no modelo de matrícula das amas, está bem explícito de que os documentos que atestam a moralidade e salubridade das amas deverão ser catalogados e guardados na câmara, como prova de legalização da inscrição das amas.

⁶⁵⁷ AM.MÇ., Livro de Registo dos Expostos de Monção, 1791-1829.

Algumas destas amas poderiam ser cúmplices de estratégias familiares originárias da Galiza. Terá sido o que se verificou quando, em 1821, apareceu na Roda de Monção, Maria Rosa, galega, residente em Troviscoso, para tomar conta de uma menina que havia sido exposta na vila. Algum tempo depois, esta criança foi enviada para a Galiza, por ser procurada pela família.

Nos finais do século XVII, as câmaras pagavam às amas um salário anual de 3\$000 réis, a que correspondiam \$250 réis mensais, um valor que o monarca considerou demasiado exíguo e um dos factores que mais estaria a contribuir para a mortalidade dos expostos⁶⁵⁸. Como a angariação das verbas necessárias ao pagamento das amas provinha do lançamento de fintas, sempre que os concelhos não dispunham de rendimentos próprios suficientes, a carga contributiva recaía sobre os habitantes não privilegiados, sobrecarregando-os com mais impostos e agravando as suas condições de sobrevivência.

Para tentar remediar o problema, D. Pedro II, por alvará de 20 de Fevereiro de 1699, recomendou que as despesas com os expostos fossem pagas pelos sobejos das sisas, ao mesmo tempo que ordenou que se elevassem os salários das amas para 6\$000 réis anuais, acrescido de 1\$000 réis para a roupa dos enjeitados⁶⁵⁹.

Esta recomendação não foi seguida pelos concelhos, por agravar, ainda mais, o problema de insolvência financeira municipal, dada a falta de rendimentos para fazer face às necessidades mais prementes das populações. Assim, os salários das amas apenas foram aumentados para 420 réis mensais (5\$040 réis anuais), um valor que se manteve praticamente inalterado até à criação das Rodas nas terras das comarcas de Viana e Valença, nos finais do século XVIII.

A partir de 1806, os pagamentos começaram a ser diferenciados, em função da idade dos expostos. Assim, para o primeiro ano de criação (período de aleitação), o salário mensal oscilou entre os 700 e os 720 réis⁶⁶⁰, enquanto que para os restantes anos de criação (até aos 7 anos de idade) o salário mensal foi fixado em 600 réis.

Alguns anos mais tarde, o regulamento distrital de 1839 estabeleceu os salários das rodeiras⁶⁶¹ e das amas, a serem praticados nos diversos concelhos do distrito de Viana. Este regulamento previa uma uniformização dos salários das amas, fixando-os em 600 réis mensais, para todo o período de criação⁶⁶².

Era tal a preocupação da junta geral em contribuir para uma boa economia dos dinheiros públicos, que reservou um parágrafo único a determinar que *«toda a despeza acima das quantias declaradas será glosada. Porém se as Camaras acharem quem por menos o faça, ou gratuitamente, deverão acceitar o benefício»*. Contudo, no ano seguinte, a junta geral acabou por derrogar este artigo, passando a determinar que os salários das rodeiras, amas das rodas e amas dos expostos fossem regulados pelas

⁶⁵⁸ Para agravar ainda mais este problema, a administração do concelho de Viana havia decidido distribuir os expostos pelas freguesias para serem criados à custa dos seus moradores, enquanto que continuava a pagar \$250 réis pela criação dos expostos que estavam ao cuidado de amas da vila de Viana.

As queixas de alguns responsáveis locais não se fizeram esperar, ao criticarem o facto dos representantes do poder local das freguesias, como forma de reduzirem os custos com a criação, estarem a entregar os expostos a quem por menos os aceitasse, habitualmente mulheres muito pobres que, depois de receberem os pagamentos, os deixariam morrer ao desamparo.

⁶⁵⁹ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1696-1699), fl. 118 v.º.

⁶⁶⁰ Em 5 de Fevereiro de 1806, os vereadores da Câmara de Ponte de Lima acordaram que *«visto ser muito deminuto o selario das amas de leite, não as avendo per hiso estando em termos de pareserem per sua caoza muntas criansas achandoce ao prezente na roda seis das mesmas, se aomentasse o dito selario ate a idade de hum anno ficando em setecentos reis por mês e que o escrivão fizece siente deste acordam ao das sizas para assim se regolarem os pagamento pondoce o mesmo por copia no libro competente»* (A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima, 1803-1807, fl. 114 v.º).

⁶⁶¹ De acordo com o art.º IV do Regulamento distrital de 1839, os salários das rodeiras dos concelhos de Coura, Caminha, Melgaço, Monção, Valadares, Valença e Vila Nova de Cerveira foram fixados em 1\$200 réis por mês, enquanto que a rodeira de Viana passaria a receber 2\$400 réis, a dos Arcos 1\$800 réis, a de Ponte de Lima 1\$600 réis e a de Ponte da Barca deveria auferir 1\$440 réis mensais.

⁶⁶² Art.º V do Regulamento distrital de 1839.

câmaras municipais, segundo o uso e costume de cada concelho, procurando sempre a maior economia possível⁶⁶³.

Com a aprovação do novo regulamento distrital de 1852, o salário das amas dos expostos foi aumentado para 720 réis mensais, apenas para o primeiro ano de criação, mantendo-se inalterável o valor pago nos restantes anos. Todavia, a introdução de um parágrafo a este artigo esteve na origem de alguma polémica. Na verdade, se estipulava que seria glosada a despesa que excedesse aqueles valores, também não deixava de abrir a possibilidade às câmaras de pagarem salários inferiores, se achassem quem por menos o fizesse ou a entregar as crianças expostas a quem manifestasse disponibilidade em criá-las gratuitamente.

Esta situação poderia levar as câmaras municipais a entregarem os expostos a mulheres miseráveis ou a voltar aos degradantes “leilões de expostos”, como se verificou no antigo concelho de Albergaria de Penela, a que já aludimos anteriormente. Talvez para evitar tais transações, a junta geral, em sessão realizada em 1854, mandou eliminar as palavras *«mas se acharem quem por menos o faça, ou gratuitamente, deverão aceitar o benefício»*⁶⁶⁴.

Por resolução de 5 de Outubro de 1861, a junta geral ainda procurou ir mais além, ao autorizar as câmaras municipais a elevarem o salário das amas, quando o julgassem conveniente. Esta resolução não foi consensual, com umas câmaras a concordarem e a compreenderem o seu alcance e com outras a discordarem plenamente da sua implementação. No primeiro caso estava a câmara de Valença e no lado oposto a câmara de Ponte da Barca. Esta considerava que algumas amas eram as principais responsáveis pela “espantosa mortandade” dos expostos, a qual provem da *«falta de zello, vigilancia e carinho da parte das amas (...) que só as próprias mães sabem prestar instintivamente a seus filhos»*⁶⁶⁵.

Por resolução da junta geral do distrito, de 23 de Agosto de 1862, o governo civil de Viana comunicou às diversas câmaras municipais a autorização de que poderiam despende com as amas responsáveis pela criação dos expostos, até aos seguintes montantes mensais: 3\$000 réis para as rodeiras, 1\$800 réis para as amas internas das Rodas, \$840 réis para as amas criadeiras de leite e \$700 réis para as amas de seco⁶⁶⁶. A partir de 1877, os salários foram novamente aumentados, com as amas de leite a receberem 1000 réis mensais, enquanto que as restantes passaram a receber 800 réis.

Numa análise comparativa dos salários que eram pagos às amas de outros concelhos do país, os valores não apresentam diferenças muito substanciais, excepto nalguns períodos específicos. Por exemplo, nos finais do século XVII, as amas do Porto recebiam um salário anual de 5000 réis, aumentado para 7 000 réis, a partir de 1713, um valor que se manteve inalterável até aos finais do século XVIII (Sá, 1995:134).

Em Barcelos, as amas externas começaram por receber 7\$000 réis anuais, por altura do início do funcionamento da Roda, no último quartel do século XVIII, não diferenciando as amas de leite das amas de seco. Estes valores apenas sofreram pequenas alterações pontuais, nomeadamente no ano de 1800, para evitar que o número de amas continuasse a diminuir, com algumas delas a optarem por prestar serviço em

⁶⁶³ Artigo derogado pela junta geral do distrito, em sessão realizada no dia 17 de Novembro de 1840.

⁶⁶⁴ Art. 8.º e § único do Regulamento distrital de 1852. A alteração a esta deliberação foi feita pela junta geral do distrito, em sessão realizada no dia 25 de Agosto de 1854.

Para se ter uma ideia do salário de miséria que eram praticados, poderemos referir que, em 1840, o vencimento diário de um jornaleiro rondava os 200 réis diários, enquanto o de um lavrador com carro ou com arado chegava a triplicar ou quadruplicar, conforme o concelho (Reis, 1981:193).

⁶⁶⁵ A.G.C.V.C., Ofício enviado pelo presidente da Câmara de Ponte da Barca ao Governo Civil de Viana, em 19 de Julho de 1862.

⁶⁶⁶ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1862-1865), fl. 10.

Rodas que pagavam melhores salários. Nesse ano, o juiz de fora deliberou aumentar os salários para 8\$000 réis anuais, nos primeiros cinco anos de criação e 6\$000 réis, nos dois restantes anos. Este vencimento sofreu várias alterações, passando-se a diferenciar as amas de leite das de seco. Assim, enquanto que no primeiro ano de criação o salário anual das amas oscilou entre os 7\$000 réis (1784) e os 18\$000 réis (1821), nos últimos anos de criação, esses salários oscilaram entre os 6\$000 e os 10\$000 réis (Matos, 1995:107-113).

Em Loulé, no período de 1838 a 1869, as amas venciam 900 réis mensais (Cortes, 1992:78), enquanto que, em Meda, no período de 1838 a 1844, o salário era ligeiramente superior, com as respectivas amas a receberem um salário mensal de 1000 réis, um valor que, em 1845, baixou para 800 réis (Lopes, 1984:150-151).

Para se poder estabelecer uma correspondência entre os salários e o preço de alguns bens de primeira necessidade, comparámos os salários das amas com os preços dos cereais que se praticavam na região, em idênticos períodos. Sem atender às oscilações cíclicas que os preços frequentemente registavam, em função da conjuntura económica e dos mecanismos da oferta e da procura, servimo-nos de uma série dos preços dos cereais que foram praticados pela Misericórdia de Ponte de Lima (Reis, 1980:155-185) para, grosso modo, procurarmos avaliar o poder de compra que tais salários poderiam proporcionar às amas dos expostos.

Os resultados apontam claramente para salários mensais muito baixos, com um reduzido poder de compra, os quais apenas dariam para comprar um alqueire de trigo ou dois de milho. Todavia, em comunidades rurais que lutavam permanentemente pela sua sobrevivência, onde o trabalho feminino era mal remunerado ou pago em espécie (dada a reduzida circulação fiduciária), qualquer pequeno salário, acumulado e pago trimestralmente, constituiria um valioso contributo para ajudar a amenizar as dificuldades e evitar a ruptura dos mais precários orçamentos familiares.

A opinião pública teria consciência da exiguidade dos salários das amas, como o parece comprovar a seguinte notícia que foi publicada no jornal “O Lethes”, em 1865: «*Na freguesia da Correlhã foi roubada Anna Rodrigues, vindo d’esta Villa (Ponte de Lima) com o dinheiro que recebêra na qualidade de ama dos expostos. Ficou sem o pequeno salário que lhe haviam pago*»⁶⁶⁷. Era esta também a opinião da câmara de Caminha quando, em 1873, considerou que «*só por amor e compaixão das amas se sujeitão a creal-os por o parco e insignificante vencimento mensal de 840 rs*»⁶⁶⁸.

Estes salários seriam bastante inferiores aos praticados, a título particular, por famílias mais abastadas⁶⁶⁹ que, por morte, doença ou falta de leite das mães, se viam na necessidade de ter de contratar amas externas para amamentarem os recém-nascidos. A escolha de boas amas pressupunha o pagamento de salários, necessariamente superiores, aos praticados pelas instituições públicas de assistência. Perante uma oportunidade dessas, algumas das candidatas, oriundas de meios familiares mais pobres, poderiam ver-se tentadas a exporem temporariamente os próprios filhos para poderem exercer aquelas funções, como já o pudemos verificar. Eram as razões económicas a sobreporem-se aos deveres maternos, uma consequência de situações de extrema

⁶⁶⁷ Jornal “O Lethes”, nº 1, ano de 1865, p. 3.

⁶⁶⁸ A.G.C.V.C., Estatística do movimento e despesa dos expostos e subsidiados do Hospício de Caminha, pasta 1.15.4.11-6.

⁶⁶⁹ Em 1888, uma mulher casada da freguesia de Vila Fria, do concelho de Viana, entregou na administração do concelho uma criança que lhe havia sido confiada por Maria Emília e por António dos Santos, por lhe terem deixado de pagar o salário de 2\$000 réis, como lhe havia sido prometido. Diziam ser filha de Miquelina Rosa, solteira, natural da freguesia de Taíde, concelho de Póvoa de Lanhoso (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, de 1888 a 1903, fl. 5).

pobreza ou de dificuldades conjunturais, quantas vezes com um desenlace fatal para os filhos, que entretanto tinham sido entregues a amas mercenárias.

2.6.1-Os salários hipotecados

Numa época em que escasseavam os trabalhos remunerados, algumas mulheres viram-se obrigadas a ter de desempenhar a função de amas dos expostos, não porque os salários fossem aliciantes, mas por falta de alternativa, por absoluta necessidade ou como complemento duma outra actividade profissional⁶⁷⁰. Ao longo da investigação, pudemos comprovar que algumas mulheres se viram constrangidas a exercer o cargo de amas para poderem pagar algumas dívidas acumuladas, sem poderem usufruir dos salários recebidos, em proveito pessoal ou em benefício duma melhor criação dos «desgraçados inocentes».

Para evitar as continuadas irregularidades, tornava-se imperioso regulamentar e moralizar todo este sistema público de assistência. Entre as medidas preconizadas, recordamos a obrigatoriedade das amas se fazerem acompanhar pelos expostos para serem vistoriados e avaliado o seu estado de criação. Em termos administrativos, as amas deveriam trazer também um bilhete ou “mandado” que a administração lhes havia entregue, o qual serviria para justificar o pagamento dos salários e para se proceder à respectiva descarga. Para evitar quaisquer tentativas de falsificação, este documento deveria ter correspondência efectiva com o livro da câmara e ser assinado e autenticado pelo responsável administrativo, o qual passaria a servir de prova dos pagamentos efectuados.

Constituindo uma espécie de letra de garantia sobre salários devidos, algumas amas tiveram de hipotecar a “bilheta” (designação popular deste documento contabilístico da câmara), o que constitui mais um elemento de prova das extremas dificuldades em que viveriam algumas das amas. Ora, servindo esses salários para compensar as amas pela criação dos expostos, ajudando-as a custear algumas despesas com a sua alimentação e vestuário, poderemos avaliar a situação em que ficariam os expostos que estavam a cargo de amas com os respectivos salários hipotecados.

Foram várias as amas que se encontravam nesta situação. Por exemplo, em 1835, os salários vencidos por uma ama de Castelo de Neiva foram directamente recebidos por um indivíduo «a quem a ama tinha empenhado o mandado». Um outra mulher de Vitorino de Piães tinha «a bilheta empenhada em casa de Luís Alves», seu fiador, o qual havia dado, como garantia da hipoteca, os salários que essa mulher viesse a receber na qualidade de ama da Roda de Viana.

Numa situação de compromisso, que lhe permitiria aliviar um pouco os seus encargos, Josefa Maria, de Friastelas, concelho de Ponte de Lima, ama de uma exposta da Roda de Viana, acordou com Maria Ludobina (a quem tinha a «bilheta empenhada», por 2\$400 réis), em receber alternadamente os salários mensais que lhe eram devidos. Uma outra ama, Maria do Carmo, residente na Rua de Altamira, em Viana, tinha a «bilheta empenhada a Francisca Teresa, rodeira, por 2\$880 réis»⁶⁷¹.

Para evitar a hipoteca dos salários que as amas deveriam receber, bem como a prática de outras irregularidades, o regulamento distrital de 1852 passou a obrigar as

⁶⁷⁰ Como afirmou Francisco de Almeida, «as amas de ordinario são mulheres pobres sustentadas de máos alimentos, desfalcadas com trabalhos, moidas com desgostos, e tão miseráveis, que sacrificão, por não morrer de fome, o bem dos seus filhos ao de filhos alheios (...)», in Francisco José de Almeida, *Tratado da Educação Fysica dos Meninos para uso da Nação Portuguesa (...)*, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1791, p. 61.

⁶⁷¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fls. 143 v.º e 153 v.º.

câmaras a fazerem-se representar nos actos de pagamento pelo presidente e fiscal, pelos vereadores responsáveis por este serviço, pelo tesoureiro municipal e pelo secretário, o qual «*irá fazendo a descarga nas colunas respectivas da matrícula dos expostos*». Nesse mesmo acto, os responsáveis administrativos deveriam proceder à entrega directa do dinheiro às amas, depois de atestar a sua identidade e registar a efectividade dos pagamentos, através da assinatura das autoridades presentes.

Com a inclusão de um parágrafo único a este artigo, as autoridades distritais quiseram alertar para a necessidade dos pagamentos serem feitos sempre por meio de folhas, não se podendo dar às amas, em caso algum, quaisquer bilhetes, cédulas ou outros documentos que comprovassem os seus vencimentos⁶⁷². Pelo contrário, os representantes do poder distrital, além de procurarem que as amas recebessem efectivamente os salários devidos, procuraram reforçá-los com outros incentivos adicionais⁶⁷³, com vista a uma melhoria efectiva do tratamento dos expostos. Era mais uma iniciativa que procurava evitar que os expostos pudessem perecer por falta de meios, premiando as amas mais cuidadosas, um objectivo que, como vimos, colidia com a manifesta insuficiência orçamental.

3-Os cuidados higiénico-sanitários

3.1-A alimentação dos expostos

«(...) alguns destes tenros inocentes tem sido criados com leite de cabras mamando nellas, e passando hum mes pouco mais ou menos a mesma cabra vem a caza berrando a procurar a criança e se deita com o pezo do leite para a criança lho tirar»⁶⁷⁴.

Ordem-circular, 5 de Julho de 1800

Como quase todos os expostos eram crianças recém-nascidas, em idade de amamentação, a sua alimentação deveria ser assegurada por amas de leite, um processo natural que não encontrava alternativa na aleitação artificial⁶⁷⁵, ainda muito condicionada pelos incipientes progressos registados ao nível dos conhecimentos higiénico-alimentares. As reiteradas recomendações das autoridades para que as crianças expostas fossem entregues a amas com leite são bem reveladoras da

⁶⁷² Art. 14.º do Regulamento Distrital de 1852, cit..

⁶⁷³ Na realidade, como as administrações distritais estavam convencidas de que a sobrevivência dos expostos estava muito dependente do tratamento das amas, o regulamento distrital de 1866 autorizava as câmaras municipais a despenderem até 20\$000 réis, como prémio e gratificação às amas que fossem mais cuidadosas na criação e educação dos expostos.

⁶⁷⁴ A.M.P.L., *Ordem-circular da Intendência Geral da Polícia*, de 5 de Julho de 1800, transcrita pelo escrivão da câmara de Ponte de Lima no Livro das Correias (II), fl. 140 v.º, em 17 de Dezembro de 1800.

⁶⁷⁵ No século XVIII, a aleitação artificial ainda não constituía uma alternativa à amamentação dos expostos, excepto nos casos específicos de crianças sifilíticas, como se verificou na Roda do Porto que, em 1749, teve de gastar 280 réis com o aluguer de uma cabra para amamentar essas crianças, durante seis dias (Sá, 1995:132).

importância que se dava à amamentação natural na sua sobrevivência, mesmo tratando-se de “leite mercenário”.

As autoridades estavam bem conscientes dos efeitos de um desmame forçado, sabendo que muitas crianças a não resistirem à introdução precoce de alimentos alternativos. É o que se depreende de um provimento do provedor da comarca de Viana, quando determinou que os expostos não deveriam ser entregues às amas externas «*sem q’ se examine não só a bondade do d.º natural alim.¹⁰, mas também se tem o necessario p.º não serem maltratadas com alim.¹⁰ improprio das suas tenras idades*»⁶⁷⁶.

Esta recomendação vinha ao encontro das posições públicas assumidas por alguns médicos e higienistas, sobretudo a partir do século XVI, os quais aconselhavam o aleitamento materno das crianças⁶⁷⁷. O problema é que os expostos não podiam ser amamentados pelas próprias mães (excepto quando se tratava de exposições simuladas), para poderem beneficiar das recomendações do professor Tomaz de Carvalho que, em meados do século XIX, afirmou o seguinte: «*O seio da mãe continua as funções do cordão umbilical, o sangue foi, e o leite é agora o alimento do recém nascido, e não qualquer leite, mas aquelle daquela época, e de sua mãe*»⁶⁷⁸.

Embora a falta de amas tivesse constituído uma preocupação permanente, que os monarcas e as autoridades locais procuraram solucionar⁶⁷⁹, quer através da concessão de privilégios familiares, quer através da melhoria dos exíguos salários, o verdadeiro problema continuava a residir na falta ou insuficiência de amas de leite. Uma ordem-circular da Intendência Geral da Polícia alertava para o facto de muitos enjeitados morrerem por não haver amas de leite que os quisessem criar. Como solução para o problema, sugeria aos provedores o seguinte:

«(...) *que tomem cabras e amas secas que possam chegar os tenros inocentes a mamar nas mesmas cabras, sendo estas mulheres escolhidas por quem bem as conheça, e que tenham humanidade e genio caritativo e se lhe encarregue o numero de Enjeitados a cada huma de que possa tratar subministrando o leite das cabras na falta de amas de leite*».

Esta alternativa às amas de leite era apresentada como resultado de uma suposta experiência em que «*alguns destes tenros inocentes tem sido criados com leite de cabras mamando nellas, e passando hum mes pouco mais ou menos a mesma cabra vem*

⁶⁷⁶ A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos de Ponte de Lima (1790-1825), fl. 82 v.º.

⁶⁷⁷ No século XVII, D. Francisco Manuel de Melo, na “*Carta de Guia de Casados*” não se coibiu de criticar as amas que tinham deixado de ser mulheres honradas e se haviam transformado em “vilãs bem dispostas”. Contudo, as suas críticas foram essencialmente direccionadas para as mães que, após nove meses de gestação e depois de verem e conhecerem os filhos, os enjeitavam ou buscavam alguém que os sustentasse. Chegou mesmo a afirmar que gostaria de ver os filhos dos seus amigos a mamar bom leite, não só em qualidade do corpo, mas também na do espírito.

Como afirmou Jean-Louis Flandrin (1991:246), os pais (sobretudo as mães) que mandavam os filhos para as amas seriam considerados os primeiros responsáveis pela sua morte ou pelas suas doenças, embora se estivesse a referir à prática de algumas famílias, pertencentes a grupos privilegiados, de mandarem os filhos para as aldeias para serem amamentados por amas do campo. Esta prática não estaria proibida pelos moralistas cristãos da época, até podendo ser recomendada para evitar a incompatibilidades entre as funções de ama e os deveres conjugais.

⁶⁷⁸ Thomaz de Carvalho, in *Gazeta Médica de Lisboa*, n.º 7, Maio, 1, 1853, pp. 99-104.

⁶⁷⁹ Já vimos que, inicialmente, a falta de amas de leite chegou a ser solucionada com o envio dos expostos “às amamentadelas” pelas freguesias do concelho, em busca dos favores de “amas de empréstimo”. Era uma solução transitória da qual não seriam de esperar grandes benefícios para as crianças expostas, apenas adiando uma morte praticamente inevitável.

*a caza berrando a procurar a criança e se deita com o pezo do leite para a criança lho tirar»*⁶⁸⁰.

A manifesta incapacidade em garantir uma aleitação natural a todas as crianças expostas acabou por suscitar um longo debate sobre as formas alternativas de aleitação artificial. Na falta de leite materno, a alimentação das crianças expostas deveria ser assegurada pelo leite de alguns animais domésticos. Contudo, a escolha e utilização do leite desses animais não foi consensual.

Os debates sucederam-se, com a apresentação e defesa de posições divergentes sobre o leite alternativo mais aconselhado para a alimentação das crianças. Assim, enquanto uns consideravam o leite de cabra o melhor substituto do leite materno, como chegou a ser defendido pela Intendência Geral da Polícia, outros consideravam ser o leite de vaca aquele que traria mais benefícios para as crianças, desde que ministrado com alguns cuidados. Independentemente da opção escolhida, a lactação artificial continuou a representar graves riscos para a saúde e sobrevivência das crianças expostas, num período em que os métodos de assepsia e anti-sepsia ainda eram desconhecidos.

Como são mais conhecidos os argumentos dos defensores da utilização do leite de cabra ou de vaca, vamos fazer referência a uma terceira alternativa que propunha e defendia a utilização do leite de jumenta na criação dos expostos. Revelando conhecer algumas experiências que se haviam realizado na França, o jornal “Estrella de Caminha”, publicou, em 1882, um longo artigo a relatar essas experiências e a defender a seguinte tese:

*«O leite de burra apresenta (...) vantagens muito superiores ás dos outros animais, pelo menos nas primeiras seis a oito semanas da vida. Deve essa superioridade á sua constituição chimica, que o separa patentemente do leite dos ruminantes, ao passo que o aproxima muito do das mulheres»*⁶⁸¹.

O articulista continuou a realçar as vantagens do leite de jumenta, ao afirmar:

«Na therapeutica infantil, elle presta todos os dias serviços preciosos. No caso de perturbações digestivas, tão frequentes nos adolescentes basta substitui-lo ao leite de vacca, algumas vezes mesmo ao da ama, para ver desaparecer aquellas repentinamente».

A sobrevivência das crianças expostas estava muito dependente da prestação dos primeiros cuidados, nomeadamente do seu agasalho e amamentação, sempre que as exposições se faziam em terras distantes das Casas da Roda. Nestes casos, o quadro normativo aconselhava o transporte das crianças por mulheres que as pudessem

⁶⁸⁰ A.M.P.L., *Ordem-circular da Intendência Geral da Polícia*, de 5 de Julho de 1800, Livro das Correias (II), fl. 140 v.º.

⁶⁸¹ *Estrella de Caminha*, n.º 10, de 19 de Setembro de 1882. Diz o citado artigo: *«Impulsionados pela espantosa mortalidade dos recém-nascidos a uma amamentação mal entendida, ou uma alimentação prematura, e pensando que em muitos casos eram defensáveis as amas mercenárias, alguns membros da municipalidade de Paris conseguiram há annos estabelecer uma casa modelo de amamentação (...) No princípio e segundo a prática constante havia no estábulo do estabelecimento muitas cabras e uma só jumenta. A experiência mostrou bem depressa que essa proporção deveria ser alterada, e hoje só alli existem jumentas».*

(...) Em presença dos felizes resultados obtidos por tal modo de alimentação, (...) lembra a vantagem de possuírem todos os estabelecimentos hospitalares, destinados a aceitar recém-nascidos, uma repartição de amamentação devida, podendo o leite das ultimas servir para alimentação das crianças de tres mezes e mais.

É também aconselhado acabar com os bules de amamentação, ministrando o leite dos copos, ou ainda melhor, por colheres».

amamentar ao longo do percurso. Quando não se encontrasse nenhuma mulher disponível, em condições de amamentar, a condução dos expostos deveria ser feita por «*amas seccas de probidade e caridade*», as quais seriam informadas do tratamento a prestar a essas crianças⁶⁸².

Por vezes, eram as próprias mensagens que traziam algumas indicações sobre a melhor forma de alimentar as crianças, como alternativa a uma eventual falta de amas de leite. Uma delas informava que a criança «*leva farinha triga para hoje e para papas*» e numa outra dizia-se que a criança «*toma muito bem o leite animal deitado na boca com uma colher*». No início do último quartel do século XIX, uma outra mensagem que acompanhava uma exposta, com cerca de um mês de vida, informava que «*esta menina está costumada ao leite de mamadeira*».

Muitas crianças terão morrido por serem incorrecta ou insuficientemente alimentadas. Provavelmente como reflexo de uma situação de extrema miséria, uma ama solteira, que também havia sido exposta, entregou na instituição de acolhimento um exposto que estava a criar, o qual se encontrava «*em tal estado de magreza, como não pode explicar-se, sendo este devido á falta de alimento desde o princípio da sua criação*». Era o que constava no atestado passado pelo médico municipal. Mesmo neste estado, este exposto ainda sobreviveu cerca de um mês⁶⁸³.

Em 1875, a rogo da câmara de Melgaço, Maria Delfina Dias, solteira, lavradeira, de 20 anos de idade, inscreveu-se como ama para criar a exposta Maria Olímpia, a qual havia entrado na “Roda” “quase expirante”, não podendo ser amamentada por ser «*aleijada da boca e não poder extrair o leite da mama*»⁶⁸⁴. Segundo o bilhete que trazia, a menina tinha um mês de vida, já estava baptizada e «*desde que nasceu ainda não mamou, tendo-se sustentado com sopas de trigo*». Mesmo nesta situação, não deixa de surpreender o facto desta criança ter sobrevivido quase três meses, tendo falecido no dia 29 de Junho do mesmo ano, «*por suas circunstâncias de defecção assim o permitirem, visto não poder manter-se com a falta de amamentação*»⁶⁸⁵.

Algumas amas mais responsáveis manifestavam reservas quanto à criação de crianças que dificilmente poderiam sobreviver ou que pudessem ser portadoras de doenças venéreas. Com a escolha de crianças, aparentemente saudáveis, as amas pretendiam evitar eventuais doenças transmissíveis, por ser desconhecida a origem dos expostos. Foram muito raras as referências a crianças que seriam portadoras de doenças, como a sífilis. Registámos, contudo, o caso de uma ama que foi infectada com uma doença venérea trazida por uma criança que havia sido exposta nos Arcos, no dia 20 de Outubro de 1844. O registo de tal ocorrência apenas se verificou porque foram

⁶⁸² Estas recomendações foram extraídas de Gouveia Pinto (1920:34-35), ao citar José Pinheiro de Freitas Soares, sendo mais justificadas nas terras que mais distavam das Casas da Roda dos concelhos onde haviam aparecido expostas. Nestas circunstâncias, as condutoras deveriam alimentar as crianças pelo caminho, «*levando para isso mel, ao qual se ajuntará hum tanto de agoa, para nelle molharem torcidas de panno de linho poído e lavado, que de hora a hora lhes devem metter na boca, ou levando leite de vaccas para o primeiro dia, que em qualquer parte podem amornar em bules, ou vasos para isso apropriados, dando-lho com alguma mistura de agoa; e na falta de mel e leite lhes darão agoa morna com açucar, usando della como do leite*».

Ao mesmo tempo, recomendava que as crianças expostas, depois de vistas pelo médico ou cirurgião do lugar, fossem transportadas em canastras ou cestos bem cobertos, com arcos por cima. A cobertura deveria ser de qualquer “droga leve”, para as livrar do sol ou da chuva, não esquecendo de lhes deixar espaço para poderem respirar pelos lados.

⁶⁸³ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1888-1893), fl. 150.

⁶⁸⁴ A.M.MG., Livro de Registo das Amas dos Expostos de Melgaço (1857-1890), fl. 112.

⁶⁸⁵ Idem, fls.103 v.º e 104.

realizados alguns gastos acrescidos com a cura do mal que afectou essa ama (no valor de 2\$880 réis), um tratamento que foi realizado após a morte da criança exposta⁶⁸⁶.

Não obstante se aconselhar que o período de amamentação se deveria prolongar por um ano, se possível por mais tempo, o desmame da maioria das crianças expostas deveria verificar-se muito antes, com a falta de leite da ama a determinar a sua interrupção. Exceptuavam-se os períodos em que, a uma maior oferta de amas, também correspondia um melhor e mais eficaz controlo administrativo. Nestes casos, as crianças eram transferidas para outras amas que tivessem leite, evitando um desmame precoce, ao qual poderiam não sobreviver.

A partir do século XIX, como forma de proporcionar às crianças uma aleitação alternativa, independentemente de se tratar de leite de cabra, vaca ou jumenta, começaram a aparecer algumas referências à aquisição e utilização de mamadeiras de vidro para alimentar as crianças expostas, após o desmame, ou como alternativa à falta de amas de leite. Por exemplo, em 1839, a câmara de Viana comprou uma mamadeira de vidro, por \$240 réis, e uma chocolateira, por \$20 réis, com o objectivo de as entregar a uma ama para alimentar uma criança exposta.

Mais tarde, é o próprio regulamento nacional de 1888 a determinar que, quando não houvesse amas provisórias para alimentar os expostos ou quando o facultativo do partido o recomendasse, a aleitação deveria ser feita artificialmente, pelo que os Hospícios deveriam estar dotados dos convenientes aparelhos⁶⁸⁷.

3.2-A morbi-mortalidade dos expostos

«Fico tão admirado, quanto aflito, vendo a desgraçada sorte de tantos infelizes cujos assentos vejo quase todos rematados com o epitáfio " falecido em... ". Tantas vítimas da Morte! De que procede isto?»

Provedor da comarca de Viana, 1829

Numa época em que a assistência se revelou incapaz de resolver os problemas de saúde pública, muitas das doenças eram uma consequência natural da inexistência de adequadas medidas preventivas. Se acrescentarmos a estas a falta de instituições hospitalares e a consequente falta de uma medicina curativa generalizada, tal facto não deixaria de se reflectir nos elevados níveis de mortalidade registados, nomeadamente entre as crianças expostas.

É uma realidade bem diferente da que levou J. L. Flandrin (citado por Ariés, 1988:19), a considerar que a diminuição da mortalidade infantil, registada partir do século XVIII, não deverá ser explicada por razões médicas e higiénicas, mas pelo facto das pessoas passarem a não deixar morrer ou a ser menos negligentes para com os filhos que não desejavam. Esta mudança de atitude para com as crianças apenas se tornaria extensiva aos expostos, na segunda metade do século XIX, acompanhando o movimento descendente das exposições.

⁶⁸⁶ A.M.A, Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1832-1844).

⁶⁸⁷ Art.º 6.º, § 1.º, tit. II, cap.I., do Regulamento Nacional de 1888, cit..

As fontes paroquiais e municipais pouco nos informam sobre as verdadeiras causas da mortalidade registada entre os expostos. Efectivamente, enquanto os livros paroquiais nem sempre registam o óbito das crianças expostas (e quando o fazem não indicam as razões do falecimento), os registos municipais limitam-se a indicar a data do seu falecimento. É por via indirecta que se podem conhecer as enfermidades que mais terão contribuído para a denominada “hecatombe” que dizimou um número elevado de crianças expostas. São referências específicas que nos falam de falecimentos por vermes, bichas, infecções verminosas, estados febris, febre tifóide, tosse, esgana, difteria, enterite aguda, diarreias, gastroenterites, anginas, sarampo, bexigas⁶⁸⁸ e cólera⁶⁸⁹.

Segundo os estudos desenvolvidos por alguns investigadores, as principais causas dos óbitos destas crianças estão ligadas a enfermidades que afectavam as crianças dos países da Europa Meridional. Entre as doenças mais mortíferas, são apontadas a varíola, a difteria, as perturbações gastrointestinais, a tosse convulsa, o sarampo, a escarlatina e a rubéola (Lebrun, 1983:133-136).

Num estudo sobre a mortalidade infantil, nos anos de transição, foram enunciadas as principais determinantes da morbi-mortalidade infantil (González, 1997:165-196), a partir das experiências italiana e espanhola. A gravidez, o parto e o período pós-parto seriam os três momentos cruciais na sobrevivência dos recém-nascidos (e das próprias parturientes), sobretudo quando originavam malformações congénitas, nascimentos prematuros e infecções. Segue-se a fase da alimentação e nutrição dos bebés, sendo aconselhada a amamentação materna e desaconselhada a lactação mercenária ou artificial (uma recomendação que não poderia ser extensiva às crianças expostas). Ultrapassada esta fase e, sobretudo o momento mais problemático do desmame e da introdução da alimentação mista, a sobrevivência das crianças dependia muito da atenção e das condições familiares e comunitárias⁶⁹⁰, ou seja, dos hábitos higiénicos (individuais e colectivos), das infra-estruturas (casa e escola) e da vacinação. No seu conjunto, todos estes factores poderiam originar infecções que, nesse período, seriam fatais para muitas das crianças afectadas.

Neste contexto, os cuidados familiares e os progressos higiénico-sanitários revelavam-se fundamentais para a sobrevivência das crianças, uma preocupação que tardou a surtir os seus efeitos, sobretudo entre as crianças não desejadas ou criadas em meios familiares muito precários. Na realidade, a eventual necessidade de ocultar a gravidez, as condições em que os partos se realizavam, bem como a dificuldade ou impossibilidade em substituir os cuidados maternos, ajudam a explicar os elevados níveis de mortalidade neo-natal, infantil e juvenil.

⁶⁸⁸ Eis como Eusébio Coelho (1861:144) descreve os efeitos das bexigas: *«esse tormento das creanças não poucas vezes fatal, marca para sempre a sua passagem no corpo das suas victimas, affectando com mais crueldade o sexo que necessita da formosura como um dos primeiros predicaos para o seu melhor estabelecimento futuro na sociedade. Em 1859, havia vaccinadas 170 creanças expostas, isto é, 1 para 8,5 da totalidade, quando a lei determina expressamente que se vaccinem todas»*.

⁶⁸⁹ Em 9 de Agosto de 1855, a **cólera** entrou em Viana. Nessa altura, a Rua de S. Domingos foi das mais afectadas, tendo-se registado imensos óbitos. Os expostos encontravam-se entre as vítimas desta epidemia que se espalhou por toda a urbe e algumas freguesias do concelho. A cólera apenas se considerou extinta do país, em 1866, logo substituída pela *«febre amarela»*.

A **difteria** foi outra doença que terá provocado muitos casos fatais, sobretudo entre as crianças, conhecido nas aldeias serranas por *«mal roxinho»*, dado o seu carácter asfixiante (in Maria Emília de Vasconcelos, *Negrumes em Viana*, Cadernos Vianenses, Tomo IX, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1985, p. 48 e 51).

⁶⁹⁰ As diarreias e as gastroenterites seriam transmitidas pela água e pelos alimentos, enquanto a varíola, o sarampo, as bronquites e outras infecções pulmonares seriam transmitidas pelo ar.

Algumas crianças foram expostas em condições físicas tão precárias que seria muito difícil assegurar a sua sobrevivência, com algumas delas a entrarem moribundas nas instituições de acolhimento. Esta realidade não passou despercebida aos escrivães das câmaras, chegando a registar o estado em que algumas crianças foram deixadas, como se verificou com um menino que foi exposto em Melgaço e que, segundo o escrivão, estava totalmente defecado e «*tão miúdo em feições e constituição física que parece difícil viver*»⁶⁹¹.

A tentativa de reabilitação física destas crianças passaria por uma amamentação adequada e suficiente, sendo indispensável encontrar uma ama cuidadosa e com leite abundante. Algumas das vistorias aos expostos, efectuadas pelos fiscais das câmaras, permitiram encontrar algumas crianças “raqúticas”, dada a sua débil constituição física. Por vezes, os responsáveis municipais procuravam intervir, retirando essas crianças às “amas madrastas” para serem entregues a outras amas ou fazendo-as regressar à Roda/Hospício para lá poderem ser assistidas. Foi o que se verificou com um menino que foi exposto na Roda de Viana, em 1820, tendo o juiz de fora mandado retirá-lo à ama, de Vitorino de Piães, para ser criado pela rodeira. Para tratamento desta criança, a rodeira passou a receber um suplemento alimentar, inicialmente constituído por três arrátéis de carne e pão, no valor de 150 réis e 120 réis, respectivamente.

Além do desconhecimento das mais elementares práticas higiénicas e sanitárias e da ausência de medidas profiláticas e formas alternativas de aleitação artificial, a falta de condições de acolhimento das Rodas/Hospícios e o facto de muitas das casas particulares não reunirem as condições mínimas de habitabilidade, terão sido determinantes na reduzida sobrevivência de muitos expostos. Sem água e sem saneamento, a maioria das habitações rurais seria constituída por espaços insalubres, por vezes contíguos aos dos animais domésticos, uma promiscuidade que não deixaria de ter reflexos no aumento da morbi-mortalidade das crianças expostas.

Longe das instituições de assistência, sem vias e meios de comunicação e com dificuldade de acesso aos reduzidos e selectivos serviços médicos, muitas amas procuravam tratar as doenças das crianças com as tradicionais receitas populares. Contudo, enquanto umas assistiriam, com resignação, ao agravamento do seu estado de saúde e, quantas vezes, ao seu falecimento, outras, tudo fariam para que as crianças pudessem sobreviver. Neste caso, poderiam recorrer ao médico da câmara e tratar os expostos, de acordo com as prescrições médicas, nem sempre com os resultados desejados.

Em 1800, o provedor da comarca de Viana recomendava que os expostos doentes fossem logo «*remediados e assistidos com toda a cura necessária por minuta do professor*», dando-se à ama os remédios e os mantimentos da dieta, em espécie e não em dinheiro, para evitar que o convertessem em benefícios pessoais, «*como he ordinário em semelhantes mulheres, tratando os expostos enfermos com alimentos grosseiros, capazes de lhes abreviarem a morte*»⁶⁹².

O regulamento distrital de 1839 determinava que, em caso de doença dos expostos, «*deverão as Câmaras abonar os remédios indicados aos receituários dos Facultativos, e sendo moléstia grave e duradoura, poderão aumentar o salário mensal, com tanto que não exceda a trezentos réis*»⁶⁹³. O regulamento de 1852 actualizava este valor para quatrocentos réis e esclarecia que as receitas apenas deveriam ser aviadas, em modelo próprio, pelo boticário que havia sido escolhido e

⁶⁹¹ A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896).

⁶⁹² A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos de Ponte de Lima (1790-1825), fl. 57.

⁶⁹³ Art.º VI, § II, do Regulamento Distrital de 1839, cit..

nomeado pela câmara municipal⁶⁹⁴. A câmara de Ponte de Lima, por acórdão de 20 de Maio de 1868, determinou que não solveria as receitas que não levassem o visto de quem estivesse a presidir a esta corporação, o qual não poderia ser colocado sem primeiro se examinar se a criança era verdadeira exposta, com a finalidade de se fiscalizar o seu tratamento e se deferir o seu pagamento⁶⁹⁵.

Alguns provedores das comarcas bem se esforçaram por sensibilizar as autoridades locais para a necessidade imperiosa de intervirem no sentido de se preservar a vida de tantos inocentes. A receptividade nem sempre terá sido a mais adequada, não por absoluta indiferença para com o problema, antes por dificuldades financeiras que não permitiam o pagamento de melhores salários nem uma acção mais interventiva e fiscalizadora junto das amas. O problema era de tal forma grave que o provedor interino da comarca de Viana, Gonçalo Xavier Silva, ao visitar a Roda de Caminha, obrigou a administração local a enviar anualmente à autoridade superior uma lista dos expostos falecidos, que deveria ser publicada no “periódico oficial”, *«para acuzar o desleixo das Autoridades sobre um objecto de tanta gravidade e transcendencia»*⁶⁹⁶.

A mesma preocupação foi manifestada pelo provedor da comarca de Viana quando vistoriava o livro dos expostos do concelho de Monção, relativo aos anos de 1791 a 1829. Perante aquilo que acabava de observar, mandou fazer registar no seu termo o seguinte parecer:

«Fico tão admirado, quanto aflito, vendo a desgraçada sorte de tantos infelizes cujos assentos vejo quase todos rematados com o epitáfio “falecido em...” Tantas vítimas da Morte! De que procede isto?».

Seguidamente, deu três dias aos responsáveis locais para lhe exporem as causas de tantos óbitos, assim como os meios de providenciar humanamente esta *«desventura temporal»*. Além disso, deveriam apresentar um parecer sobre o problema, deduzido a partir da “narração histórica” da forma como se procedia na criação *«destes míseros que devem fazer hum dos melhores objectos da Polícia e da nossa medida fraternal»*⁶⁹⁷.

O provedor da comarca já havia alertado, em 1804, para a envolvimento dos juizes eleitos das freguesias na fiscalização do processo de criação dos expostos, devendo dar conta do bom ou mau tratamento das amas. Ao mesmo tempo, recomendava às administrações municipais para não pagarem os salários às amas nem lhes darem o dinheiro das mortalhas, em caso de falecimento dos expostos, sem que as amas apresentassem os atestados jurados dos cirurgiões respectivos, com a indicação da moléstia de que pereceram, bem como dos remédios que lhes foram aplicados⁶⁹⁸.

⁶⁹⁴ Regulamento Distrital de 1852, art.º 9.º, cit..

Estas receitas deveriam ser preenchidas por qualquer facultativo habilitado e aviada por um boticário que igualmente estivesse habilitado, independentemente da escolha ou nomeação da câmara. Para o efeito, deveriam ser distribuídos os exemplares impressos por todos os facultativos do concelho, bem como pelos de qualquer outra localidade, fora do concelho, onde porventura pudessem existir amas a criar expostos da respectiva Roda. Além disso, deveriam as câmaras empregar, de uma forma prudente e discreta, todo o seu zelo para que, de futuro, se viesse a evitar que as receitas pudessem ser abonadas sem obedecer ao que estava superiormente estipulado, conforme ao modelo n.º 3, anexo ao citado regulamento distrital.

Segundo este modelo, o boticário deveria declarar quais os medicamentos que tinha aviado às amas para serem aplicados no tratamento dos expostos, acompanhado dos respectivos custos. O seu pagamento carecia da autorização do respectivo presidente da câmara municipal.

⁶⁹⁵ A.M.P.L., Livro dos Expostos de Ponte de Lima (1867-1870), fl.79.

⁶⁹⁶ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1817-1837), fl. 198 v.º.

⁶⁹⁷ A.M.MÇ., Livro de Registo dos Expostos de Monção (1791-1829), fl. 249 v.º.

⁶⁹⁸ Veja-se a visão crítica do problema das amas, na opinião de Manoel Emygdio Garcia, formulada na segunda metade do século XIX: *«É impossível descrever, sem um profundo sentimento de magua e*

Advertia, ainda, para o facto destes apoios deverem ser exclusivos dos “*miseráveis expostos*”, jamais se podendo estender aos filhos de pessoas casadas, a qualquer pretexto, por não ser lícito que se aplicassem as determinações régias a quem não estava por elas abrangido⁶⁹⁹.

Um número muito significativo das crianças expostas morria durante o primeiro ano, algumas nos primeiros momentos de vida. Outras eram expostas já mortas na Roda, por vezes como resultado de partos apressados e sem assistência adequada. Foi o que aconteceu com uma menina que, quando foi exposta na Roda de Valadares, no mês de Dezembro de 1827, «já vinha morta e cheia de sangue, mas ainda quente, e examinando-lhes a causa acharam que era por não (lhe) terem atado o imbrigo por onde se esgotara o sangue»⁷⁰⁰. Algumas terão falecido por serem prematuras ou por terem sido expostas demasiado debilitadas, como se verificou com uma criança que acabou por falecer «por lhe faltarem as forças para haver a precisa lactação».

Embora fosse uma prática excepcional a indicação das causas da morte das crianças expostas, alguns registos e certidões de óbito referem as razões do falecimento de algumas dessas crianças. Tirando alguns casos em que a morte resultou de um acontecimento trágico, como um incêndio ou um acidente, por vezes por negligência das respectivas amas⁷⁰¹, a maioria dos expostos terá falecido em consequência de doenças e surtos epidémicos mortíferos.

Na descrição de Eusébio Coelho (1861:139), a mortalidade registada entre os expostos era mais avassaladora do que a registada entre as restantes crianças, por encontrar outros “auxiliares especiais”, tendo afirmado que «os males originados pela vida desregrada das mulheres públicas, e que transmittem com o sangue a seus filhos, o pouco carinho das amas, a falta de vaccina e muitas outras circumstancias fataes, são causas de que a mortalidade nos expostos tome muitas vezes proporções excessivamente lastimosas».

Num relatório preliminar que acompanhava o projecto de regulamento distrital de 1879, a comissão afirmava que muitos expostos eram entregues a amas que viviam em suas casas e que, na maior parte, eram mulheres «desgraçadas, extenuadas de fome e sem leite, corrompidas physica e moralmente pelo vício». Seria esta escolha arbitrária das amas externas, assim como a falta de fiscalização, os principais responsáveis pela «pasmosa mortalidade dos expostos».

indignação o grau de immoralidade e protervia, a que tem chegado a exploração usuraria, o comércio infame, que se tem feito e se está fazendo em alguns concelhos e districtos inteiros com a criação dos expostos e com o desconto dos salários das amas. Não é raro encontrar creanças de leite em poder de mulheres sexagenárias e até em poder de homens solteiros ou viúvos, que tomam conta de duas e tres, para fonte de receita e como empresa industrial (...). A escripturação e a contabilidade é em alguns concelhos não só deficiente e irregular, mas incompreensível e absurda» (Manoel Emygdio Garcia, A Roda dos Expostos, Coimbra, 1871, pp. 119-120, nota 1).

⁶⁹⁹ A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos de Ponte de Lima (1790-1825), fl. 83.

Todas estas preocupações eram o resultado de um conhecimento profundo da realidade local, onde a prática de ilegalidades e as tentativas de apropriação de um sistema demasiado selectivo, era uma consequência natural da falta de alternativas de apoio social a outros grupos carenciados da sociedade. Uma vez, em resultado de situações de desespero e extrema necessidade, outras vezes, por ausência de alternativas institucionais, quem estava excluído deste tão restritivo sistema assistencial não hesitava em dele procurar tirar algum proveito ou benefício. Era uma questão de aproveitar a permissividade do sistema, através das mais inesperadas estratégias pessoais ou familiares.

⁷⁰⁰ A.M.M., Livro de Registo dos Expostos de Valadares (1827-1829), fl. 42.

⁷⁰¹ Em 1825, faleceu o exposto Avelino, com três anos de idade, em consequência «de escaldadura». A câmara de Viana decidiu não pagar à sua ama porque a criança havia falecido «por desleixo da ama». Em 1861, verificou-se mais uma tragédia, neste caso envolvendo a exposta Cassilda, com 7 meses de idade, e a respectiva ama, tendo ambas falecido em consequência de se ter incendiado a casa onde viviam, na freguesia de Santa Maria de Geraz, concelho de Viana do Castelo.

Embora a sobrevivência das crianças expostas fosse mais improvável quando lhes haviam cabido em sorte as “amas madrastas”, a mortalidade também atingia as crianças mais protegidas. Na verdade, apesar dos cuidados ministrados pelas “amas responsáveis”, por vezes encontradas na família, ou beneficiando de algum apoio suplementar à sua criação, muitas crianças poderiam não resistir a uma estratégia que implicava a circulação da criança entre a família, a instituição e as amas externas⁷⁰².

⁷⁰² Algumas dessas estratégias familiares apenas foram descobertas após a morte dos expostos. Foi o que se verificou com uma criança que tinha sido exposta no dia 6 de Julho de 1904 e que estava ao cuidado de uma ama da freguesia de Refóios, em Ponte de Lima. Dois meses depois, a administração foi informada de que a criança havia falecido e que na freguesia se sabia ser filha natural de uma mulher aí residente. Esta criança tinha sido baptizada na mesma paróquia com o nome de Rosalina, o mesmo com que foi elaborado o seu registo de óbito, embora estivesse registada na instituição municipal com o nome de Isabel (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1892-1918, registo n.º 123).

3.3-Receituário para tratamento das “moléstias” dos expostos

«(...)no caso de doença dos Expostos deverão as Câmaras abonar os remédios indicados aos receituários dos Facultativos, e sendo moléstia grave e duradoura, poderão aumentar o salário mensal, com tanto que não exceda a trezentos réis»⁷⁰³

Os expostos eram entregues a amas mercenárias, a maioria residente em meios rurais, analfabetas e, muitas delas, a trabalharem na agricultura, como lavradeiras ou jornaleiras. Essas amas acabariam por secundarizar eventuais preocupações higiénico-sanitárias, perante a necessidade imperiosa de exercerem uma outra actividade profissional. Neste contexto, as crianças seriam as primeiras vítimas de um sistema em que a assistência pública e a caridade particular não conseguiam compensar os desequilíbrios familiares e as profundas desigualdades sociais.

Antes da generalização das vacinas e dos progressos da puericultura, a ausência duma medicina preventiva não era compensada por uma cobertura adequada da medicina curativa, não dispondo a maioria dos concelhos de meios humanos e institucionais para acudir às necessidades da assistência pública. Durante muito tempo, esta assistência esteve confinada a um médico, um boticário e uma única unidade hospitalar - a da Misericórdia local. Neste contexto, não admira que muitas pessoas, afectadas por determinadas doenças, estivessem condenadas a morrer. As crianças expostas estavam entre os grupos mais afectados pelas moléstias e onde se registavam as taxas mais elevadas de mortalidade, numa proporcionalidade muito superior à registada no seu grupo etário.

Preocupado com tal situação, que contrariava completamente os objectivos que presidiram à sua fundação das Rodas, o provedor da comarca de Viana recomendou que os expostos doentes «*sejão logo remediados e assistidos com toda a cura necessaria por minuta do Professor que lha applicar, dando-se á ama os remedios e mantim.^{tos} da dieta em espécie, e não em dinheiro, porq' o converte em seus uzos, como he ordinario em semelhantes mulheres, tratando os Expostos enfermos com alim.^{tos} grosseiros e capazes de lhes abreviarem a morte, seg.^{do} o estado das suas moléstias*»⁷⁰⁴.

Em 1814, o Jornal de Coimbra dava conhecimento dos meios mais utilizados no combate às moléstias que atacavam os expostos (febres catarrais, pleurizes, peripneumonias, e várias espécies de fluxões v. g. de face, cabeça, dentes, ouvidos, gargantas, etc.). Para algumas destas enfermidades seria frequente utilizarem-se os seguintes tratamentos: sangrias gerais e locais, diaforéticos, evacuentes salinos e vegetais da classe dos ecopróticos e expectorantes mucilaginosos⁷⁰⁵.

Salvo algumas excepções, a documentação não nos indica as doenças e as causas de morte das crianças expostas. Aliás, o regulamento da Roda de Ponte de Lima, de 1787, apenas aconselhava que fossem socorridas as amas que declarassem que as

⁷⁰³ Art.º VI, § II, do Regulamento Distrital de 1839, cit..

⁷⁰⁴ A.M.P.L., Livro das Contas dos Expostos da Câmara de Ponte de Lima (1790-1825), fl.57.

⁷⁰⁵ Jornal de Coimbra, vol. VI, Lx. Abril, 1814.

crianças padeciam de doença grave, sem as especificar, muitas vezes tarde demais para intervir e poder salvar a vida de alguns dos expostos enfermos⁷⁰⁶. Quando se indicavam as doenças, era para justificar os pagamentos com dietas e medicamentos, geralmente não identificados.

Porém, em 1835, o escrivão da câmara de Viana registou as seguintes despesas com o tratamento de uma criança exposta: 12 garrafas de caldas artificiais (\$720 réis), salsa parrilha (\$100 réis), carne e pão para dieta (1\$620 réis). Alguns anos depois, também se fez referência aos gastos com o tratamento da exposta Peregrina Marcelina, da Roda de Caminha, «*por se achar contaminada do viros siphilitico*». Pelo contrário, a documentação de Barcelos faz referência a algumas das moléstias graves que mereceriam tratamento hospitalar, como a moléstia cética, as hidropisias adiantadas, o sarampo e as bexigas (Neiva, 1985:94).

Depois de consultar os expostos doentes, os médicos das câmaras receitavam um conjunto de medicamentos, de acordo com o quadro clínico identificado, limitando-se a indicar os remédios que deveriam ser receitados para tratamento das doenças (não identificadas) dos expostos. Caberia aos escrivães a indicação das verbas gastas para tratamento dessas mesmas doenças. Foi por este meio que ficámos a saber que alguns expostos sofreram dos males da sarna, tinha, diarreia, sarampo ou bexigas. Excepcionalmente, registámos o caso de um menino, exposto em 1817, que vinha com “lepra principiante”, sendo-lhe receitado um tratamento anual numas termas.

A inexistência de quaisquer formas de medicina preventiva, agravada pela manifesta incapacidade revelada pela medicina curativa, esteve na origem das campanhas de vacinação das crianças expostas, a partir do início do século XIX. O Jornal de Coimbra foi o principal meio de comunicação utilizado para a promoção destas campanhas de vacinação e de divulgação de experiências médicas com os expostos.

Através de artigos de opinião, alguns médicos das câmaras relataram os tratamentos administrados aos expostos que estavam sob a sua alçada, naquilo que constituiria uma partilha de conhecimentos, com o objectivo comum de combater os tão elevados níveis de mortalidade. Eram frequentes as divergências de opinião, a começar pela utilização da vacina de Jenner contra a varíola, popularmente conhecida por bexigas.

Nesta região do Alto Minho, os reflexos das campanhas de sensibilização para a utilização das vacinas não se fizeram sentir, sendo preciso esperar pela obrigatoriedade de vacinação para que estas medidas profiláticas surtissem os seus efeitos. As vantagens da vacinação das crianças ficaram bem vincadas num artigo de opinião do médico da câmara de Braga, publicado no Jornal de Coimbra, em 24 de Fevereiro de 1813. Afirmava ele que, na sequência de interessantes descobertas e experiências de homens sábios, se havia provado o «*grande poder da vacina como preservativo das bexigas*», apesar de continuar a ser motivo de alguma repugnância entre as populações. Para alterar esse comportamento, que tantos males estaria a originar, esse médico propunha que todos os expostos fossem vacinados, devendo obrigar-se as amas, sob pena de perderem o seu ordenado, a apresentarem um documento comprovativo dessa vacinação, até ao terceiro mês da criação⁷⁰⁷.

Todavia, só após uma portaria governamental, publicada em 4 de Julho de 1837, se tornou efectiva a obrigação de vacinar as crianças contra a varíola. Assim, o regulamento distrital de 1839 obrigava as câmaras municipais do distrito de Viana a vacinarem todas as crianças expostas, após completarem os dois meses de idade. Era

⁷⁰⁶ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1781-1787), fl. 243 v.º.

⁷⁰⁷ Jornal de Coimbra, Vol. V, Lx, n.º XXI, Setembro, 1813.

uma tentativa de reduzir a elevada mortalidade que esta doença originava, cujos efeitos mais nefastos haviam ficado bem marcados na primeira década da segunda metade do século XIX.

Paralelamente, as autoridades sanitárias desenvolveram uma campanha de sensibilização junto das amas, com o objectivo de vacinarem os expostos. Contudo, o novo regulamento distrital de 1852 introduziu uma alteração ao que havia sido regulamentado anteriormente, passando a determinar que as câmaras, depois de ouvidos os respectivos facultativos, deveriam fazer vacinar impreterivelmente todos os expostos com mais de três meses de idade. Além de carecer dum conselho médico, o momento da vacina foi retardado por mais um mês⁷⁰⁸.

Alguns anos depois, em resposta a um ofício enviado pelo governador civil do distrito, a câmara de Viana informou que já havia mandado afixar editais nas portas de todas as igrejas paroquiais do concelho, fazendo saber que a vacinação dos expostos, a cargo deste município, começaria no dia 10 de Março de 1864, coincidindo com o período em que as amas iriam receber os seus salários⁷⁰⁹. Era uma forma de aproveitar a presença dos expostos que acompanhavam as amas, como garantia de pagamento dos respectivos vencimentos.

Na segunda metade do século XIX, período em que dispomos de alguns indicadores terapêuticos, apresentados em receitas avulsas, os médicos das câmaras do distrito de Viana receitaram um conjunto de medicamentos para o tratamento de algumas das doenças dos expostos. Entre os medicamentos ministrados, poderemos referir os seguintes: xarope de chicória composto, xarope de maná, pó de murta, mostarda, linhaça, pastilhas de santonina (santoninas), xarope de enxofre, unguento de enxofre, unguento rosado, óleo de amêndoas doces, óleo comum, mel rosado, ácido acético, litargírio em pó, antimónio tartarizado, sulfato quinino, pós contra vermes, ponta de veado⁷¹⁰. Para as “escrófulas”, ou quando os expostos sofriam de “raquitismo” ou estavam “enfezadinhos”, os médicos aconselhavam as caldas e os banhos de mar. Por vezes, eram os próprios responsáveis pela exposição de crianças que sugeriam esses tratamentos, quando se viam impossibilitados ou incapazes de lhes poderem proporcionar⁷¹¹.

⁷⁰⁸ Regulamento distrital de 1852, , art.º 17.º, cit.

⁷⁰⁹ A.G.C., Ofício recebido no Governo Civil de Viana do Castelo, Pasta 1.13.6.3-8.

⁷¹⁰ Eis para que eram utilizados alguns produtos deste receituário antigo:

O *xarope de chicória composto* era muito usado para purgar as crianças; o *xarope de maná*, de mel celeste, era usado como laxante e como purgante suave; o pó de murta usava-se para tratar as escoriações do intertrigo ou a intertrigem das crianças, uma doença cutânea que surgia por falta de cuidados higiénicos, ou o eritema (assamento) da face interna das coxas, produzido pela urina; o *xarope de enxofre* era utilizado como laxante e como expectorante; o *unguento de enxofre* era utilizado no tratamento de doenças da pele, particularmente da sarna; o *unguento rosado* era usado contra os parasitas da pele e no tratamento de úlceras sifilíticas; o *mel rosado* era um adstringente usado contra os “sapinhos” das crianças; a *ponta de veado* era receitada para tratar as diarreias.

⁷¹¹ O bilhete que acompanhava uma menina que foi exposta na Roda de Viana, em 1859, com cerca de um ano de idade, dizia o seguinte: Esta infeliz menina é órfã de pai e mãe foi baptizada e chama-se Maria do Carmo. Pede-se por quanto há de mais sagrado que se entregue a boa ama e mande-se às caldas e mar de que precisa muito, que seu tio que se espera do Brasil a vem receber e pagar tudo. A ama desta criança, Antónia Afonso do Cerqueiro, viúva, de S. Lourenço da Montaria, chegou a receber a importância de \$400 réis, «para tratamento e uso dos banhos no mar de Âncora». Apesar dos tratamentos, esta criança faleceu em 30 de Agosto de 1862, não se concretizando, nesse período, o seu resgate pelo tio que poderá não ter regressado a tempo do Brasil, a não ser que a ama fosse a mãe ou a avó da criança (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, de 1859-1860, fl. 226).

3.4-A criação de um hospital interino em Ponte de Lima

A câmara de Ponte de Lima, reunida no dia nove do mês de Julho de 1868, atendendo às doenças que grassavam entre os expostos e ao facto de muitas amas não lhes prestarem os devidos tratamentos ou os entregarem doentes no Hospício, deliberou criar um hospital interino, durante «*a actual quadra*». Para o efeito, aconselhou-se junto do médico-cirúrgico do partido sobre a possibilidade de se estabelecer esse hospital na sala do Hospício, no espaço onde se costumavam fazer os pagamentos às amas. Contudo, o médico desaconselhou essa localização, por estar virada ao sol durante a maior parte do dia. Em alternativa, sugeriu a casa que foi da falecida Rosa de Jesus, viúva, da Rua dos Castelo. Foi aí que foi estabelecido o tão desejado hospital interino.

No dia seguinte a esta deliberação, o presidente da câmara de Ponte de Lima transmitiu e justificou esta decisão ao governador civil de Viana, ao mesmo tempo que manifestou a grande preocupação da câmara com as moléstias que afectavam 80 dos expostos do concelho, a necessitarem de tratamento urgente. O problema estaria a agudizar-se, com muitas amas a entregarem os expostos doentes no Hospício, não havendo quem deles quisesse cuidar. Por outro lado, algumas amas não lhes estariam a dispensar os cuidados necessários, privando-os dos remédios ou ignorando as prescrições médicas. Ora, como a câmara se mostrava decidida em contribuir para uma boa criação dos verdadeiros expostos, a solução encontrada foi propor ao facultativo do partido a fundação de um hospital provisório para os tratar, o qual seria obrigado a lá se deslocar, pelo menos duas vezes por dia. Caberia aos vereadores vigiar o seu funcionamento interno, sob o cuidado e a assistência de uma ou mais amas, conforme as necessidades.

Segundo o mesmo autarca, as despesas suplementares previstas não deveriam ser muito significativas, quando comparadas com os benefícios que esse hospital viria a proporcionar, ao salvar a vida de muitos dos expostos doentes, por serem bem tratados e por beneficiarem da assistência permanente do médico-cirurgião. Por outro lado, a concentração dos expostos doentes neste hospital permitiria que lhes fossem ministrados os remédios receitados, a tempo e horas, evitando que os mesmos pudessem estar sujeitos a ser expostos ao ardor do sol⁷¹². Era o que acontecia sempre que eram levados pelas amas para os campos, acondicionados em cestos, enquanto elas se sujeitavam aos árduos trabalhos rurais e lhes “fervia o leite no peito”, de que resultaria a morte dos expostos.

A câmara de Ponte de Lima, ao abrigo das disposições do Código Administrativo, enviou às juntas de paróquia do concelho um ofício a informar da criação do referido hospital provisório. No cumprimento da lei, pedia-lhes, encarecidamente, que vigiassem particularmente o estado de saúde e tratamento dos expostos que se achavam a criar nas suas freguesias e que constavam da relação da junta. Quando os expostos se encontrassem doentes ou quando se verificasse que as amas não lhes prestavam os devidos cuidados, deveriam conduzi-los à vila para serem examinados pelo médico e, se necessário, darem entrada no recém-criado hospital. Ao mesmo tempo, lembrava-lhes que qualquer negligência poderia «*ser fatal para estes entes tão débeis que vieram ao mundo e se viram privados das doçuras do amor de mãe*»⁷¹³.

Um mês depois, o presidente da câmara voltou a escrever ao governador civil para o informar dos resultados deste hospital provisório, criado exclusivamente para tratar os

⁷¹² A.M.P.L., Livro de Registo da Correspondência Expedida pela Câmara de Ponte de Lima, no ano de 1868, registo n.º 697.

⁷¹³ A.M.P.L., Livro de Registo da Correspondência Expedida, registo n.º 701.

expostos doentes. O resultado não poderia considerar-se satisfatório, por não se haver conseguido evitar a morte de muitos dos expostos, não obstante os esforços que a câmara passou a desenvolver para que fossem tratados com todo o esmero, visitando-os várias vezes ao dia e empenhando-se em satisfazer todas as requisições de medicamentos feitas pelo cirurgião. Todavia, como esse surto epidémico, que tantas mortes provocara, já havia desaparecido, sendo já poucos os expostos que apresentavam moléstias, a câmara havia decidido encerrar esse hospital interino⁷¹⁴.

3.4.1-Sistema homeopático ou alopático?

Numa altura em que as doenças continuavam a provocar inúmeras vítimas entre os expostos, surgiu uma polémica relacionada com a divergência de opiniões sobre a terapia mais adequada ao tratamento das doenças. Era tal a incidência da mortalidade sobre estas crianças que é provável que tivessem sido um grupo escolhido para se experimentarem e avaliarem os resultados de determinadas experiências médicas, em busca de remédio para reduzir tão grave flagelo demográfico e social.

Pelo seu significado para o estudo da história da medicina, consideramos oportuno apresentar as preocupações que o presidente da câmara de Ponte de Lima manifestou junto do governador civil de Viana do Castelo, através de uma ofício que lhe enviou, em 1868, dois anos depois das Rodas terem sido substituídas pelos Hospícios. Após uma abordagem preliminar do processo administrativo deste ramo de assistência municipal - o qual deveria merecer o maior cuidado, sem descurar a mais severa economia que resultaria duma mais eficiente acção fiscalizadora, *«para unicamente serem creados os verdadeiros expostos»* - o presidente da câmara passou a dissertar sobre as razões da elevadíssima mortalidade que se estava a registar entre as crianças expostas do seu concelho.

Depois de referir que o médico-cirúrgico do partido da câmara de Ponte de Lima adoptava, ao seu livre arbítrio, como tratamento das moléstias que afectavam os expostos *«quasi única e exclusivamente os meios homeopathicos»*⁷¹⁵, o presidente da câmara, embora referisse expressamente não querer imiscuir-se nos métodos terapêuticos preconizados, não se coibindo de afirmar que os métodos homeopáticos *«são negativos em matéria dos expostos»*. Justificava esta tomada de posição com a atenção e os cuidados particulares que a câmara dispensava a este *«negócio de tanto melindre»*, argumentando com a sua convicção de que os remédios homeopáticos só poderiam produzir efeito se fossem acompanhados por uma dieta muito rigorosa.

Para os tornar eficazes, seria indispensável que os expostos doentes e as amas que os amamentavam se abstivessem de comer carnes de porco, de animais muito novos ou demasiado gordos, assim como peixes muito suculentos, gordurosos ou salgados, frutas resinosas ou ácidas, vinagre, sumo de limão, pimenta, cravo, canela e bebidas ácidas ou aromáticas. Além disso, não poderiam expor-se a cheiros fortes e aromáticos, além de ser necessário reservar-lhes uma infinidade de cautelas. Qualquer descuido poderia

⁷¹⁴ Idem, registo n.º 743.

⁷¹⁵ O **sistema homeopático** foi concebido pelo médico alemão, Frederic Samuel Hahnemann, nos finais do século XVIII, depois de considerar que a medicina tradicional estava muito longe de conseguir curar os doentes, a qual se limitaria, em muitos casos, a errar diagnósticos e a suprimir sintomas. Em 1810, estabeleceu a base da sua doutrina e da sua terapêutica, baseada em três princípios fundamentais: o da similitude, o da globalidade e o da infinitesimalidade, dando origem ao termo “homeopatia”, uma palavra de origem grega, composta por “homeos”, que significa semelhante, e por “pathos”, que significa doença.

tornar absolutamente inúteis as despesas realizadas, sem se conseguir evitar a perda de muitos dos “filhos da sua municipalidade”.

Ora, sabendo-se que as amas eram geralmente pobres, muitas delas vivendo em espaços estreitos, térreos e mal arejados, por vezes contíguos aos estábulos dos animais domésticos, seria quase uma tarefa impossível fazer cumprir tão exigentes prescrições. Acrescia, ainda, a falta de fé ou confiança das amas em tais remédios, por conhecerem os seus maus resultados, a que só anuíam em ministrá-los com repugnância, depois de obrigadas, uma missão que a câmara não estaria em condições de controlar, dado que as amas se espalhavam por uma vasta área geográfica.

Perante tais resultados, o governador civil de Viana foi informado de que a câmara resolveu prevenir o facultativo do partido para que passasse a tratar os expostos doentes pelo sistema alopático (método terapêutico que recorria à utilização de meios contrários à natureza da moléstia). Contudo, sempre que no Hospício existissem alguns berços disponíveis, o médico-cirúrgico poderia continuar a tratar a doença das crianças expostas pelo sistema homeopático (método terapêutico natural, segundo o qual um processo se curaria com outro processo semelhante, estimulando o sistema de defesa do corpo para combater as doenças), desde que os tratamentos fossem efectuados sob a sua vigilância e direcção.

Esta tomada de posição, que tinha por único objectivo promover o bem estar e a conservação da saúde das crianças expostas, foi comunicada ao governador civil para que ele se pronunciasse sobre tão grave assunto, ao mesmo tempo que pretendia isentar a câmara de qualquer responsabilidade futura⁷¹⁶

⁷¹⁶ A.M.P.L., Livro de Registo da Correspondência Expedida, com início no ano de 1866. Ofício enviado pelo Presidente da Câmara de Ponte de Lima ao Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo, em 29 de Junho de 1868, registo n.º 678.

PARTE III

DA EXPOSIÇÃO AO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL

CAPÍTULO I

Estratégias e motivações da exposição de crianças

1-Exposição de crianças - a negação da afectividade e do amor parental?

«Acontecendo a ama chorar com saudades da menina, o pai proferiu as seguintes palavras: *se tem paixão por ela sendo ama também eu a tenho porque sou seu pai*»⁷¹⁷.

Processo de entrega da exposta Carlota Joaquina, 1856

Uma das questões que aparentemente parece ser consensual, à luz dos valores da sociedade contemporânea, é a que pretende ver no fenómeno da exposição de crianças a prova mais evidente da ausência de sentimentos ou, pelo menos, de formas diferentes de percepção e manifestação desses sentimentos para com a infância, por parte dos vários sectores da sociedade tradicional.

Expor uma criança, no sentido de uma efectiva rejeição, era um acto repugnante que, além de uma eventual ausência do instinto e da sensibilidade maternal, seria muito difícil de enquadrar no âmbito da racionalidade humana. O enjeitamento de um filho pelos pais ou pela família representaria a negação do amor parental e dos mais elementares deveres naturais, uma interrupção abrupta dos laços biológicos e afectivos, quantas vezes simbolizada pelo corte do cordão umbilical.

São muitas as interrogações que hoje se colocam em torno da problemática do abandono de crianças no passado. Por ser um campo muito sensível, torna-se facilmente permeável à intervenção especulativa, quantas vezes avaliando os comportamentos do passado à luz dos princípios e valores que norteiam a actual civilização ocidental. Esta visão anacrónica de tão complexa problemática ainda poderá ser agravada pelo facto de algumas das hipóteses explicativas formuladas serem destituídas da indispensável fundamentação empírica.

⁷¹⁷. Extracto do processo de entrega da exposta Carlota Joaquina, com 16 anos de idade, filha de Custódio José dos Santos, que havia sido cabo de esquadra do Regimento de Infantaria n.º 19, e de Maria Benedita dos Santos, depois casada com ele, mas ainda solteira quando a expôs na Roda de Viana. No momento da entrega, a ama afirmou reconhecer o pai, por sempre a ter recompensado por essa criação, mas emocionou-se profundamente e chorou com saudade no momento da sua entrega, revelando os laços afectivos, que se haviam consolidado ao longo de vários anos.

Perante tal demonstração, o pai da criança não hesitou em afirmar que, se a ama tinha paixão pela menina, mais razão teria ele para a ter também, por ser seu pai, mais ainda porque jamais a havia abandonado e esquecido, antes acompanhando e apoiando a sua criação, como reconheceu a própria ama. Tratou-se de uma exposição forçada para esconder o fruto de uma relação ilegítima, enquanto aguardavam que um futuro casamento pudesse legitimar a filha, o que efectivamente veio a acontecer (A.M.V.C., *Livro de Registo dos Expostos da Roda de Viana (1837-1843)*, fl. 130 v.º).

Numa altura em que as crianças são tão valorizadas, com muitos casais a aguardarem que sejam ultrapassados os problemas burocráticos para adoptarem uma criança, é natural que se questionem esses procedimentos e seja difícil compreender ou aceitar as razões que levaram (e excepcionalmente ainda levam, nos dias de hoje) muitas mães a abandonarem os filhos, ignorando ou abdicando de um dever natural e transferindo para terceiros os encargos com a sua criação e educação.

As interrogações que se colocam são proporcionais à complexidade do problema, com muitas delas a manterem-se no domínio das hipóteses e a constituírem um campo privilegiado para ser tratado no âmbito da História Social e da História das Mentalidades, na busca das razões intrínsecas e extrínsecas que terão originado tais comportamentos.

Em qualquer circunstância, terão sido essas razões suficientemente fortes e incontornáveis para subalternizarem os sentimentos de pertença em relação a um ser que acabara de nascer, quando os cuidados maternos eram indispensáveis ao bem-estar e ao crescimento salutar das crianças? Será que uma eventual ausência do instinto maternal terá impedido o desenvolvimento dos necessários vínculos afectivos, acabando por transformar o abandono de crianças num acto absolutamente irrelevante? Ou será que, pelo contrário, não estaremos perante uma estranha forma de defender e procurar preservar a vida das crianças, com a sua exposição a ser entendida como a melhor alternativa à prática do aborto e do infanticídio?

Nestes casos, a preocupação em expor as crianças em locais legalmente instituídos ou com a garantia de serem recolhidas e criadas à custa do erário público, não poderá representar um acto de amor, impregnado de sentimentos ocultos e praticado em situações de profundo desespero familiar, nomeadamente quando se tratava de preservar a honra das famílias ou assegurar a sua sobrevivência?

Quando Philippe Ariés (1988:10) afirmou que, nas sociedades tradicionais, a passagem da criança pela família e pela sociedade era demasiado breve e insignificante, sem tempo e motivos para a infância se gravar na memória e afectar a sensibilidade, estariam justificados e explicados determinados comportamentos familiares e sociais. A sua morte, embora pudesse não ser encarada com absoluta indiferença, seria vista com natural resignação, até porque, em breve, uma outra criança a poderia substituir⁷¹⁸. Seriam as altas taxas de mortalidade infantil a dificultarem ou a aconselharem um clima menos afectivo em torno das crianças. Mais tarde, a família moderna passou a centralizar a criança, a conceder-lhe uma outra importância e a fazê-la sair do seu antigo anonimato, já não sendo possível perdê-la e substituí-la sem grande desgosto. Esta “revolução sentimental” terá sido acompanhada, a longo prazo, por uma “vaga de malthusianismo demográfico”, através duma redução voluntária dos nascimentos, observável a partir do século XVIII (Ariés, 1988:12-13).

Ao procurar transpor esta afirmação para a região em estudo, não deixaremos de ser confrontados com o facto de, nesse mesmo período, se assistir a um progressivo aumento da exposição de crianças, tendo atingido a sua máxima expressão na primeira metade do século XIX. É uma realidade que não deixa de constituir um paradoxo, por coincidir com a tal “revolução sentimental”, que estaria a conduzir a uma maior valorização da infância. Contudo, como alertou o mesmo autor, a evolução da família tradicional para a família moderna não foi simultânea e extensiva a toda a sociedade, tendo começado pelos grupos mais privilegiados, com uma grande parte da população

⁷¹⁸ Esta substituição, no seio familiar, chegava a reflectir-se nos próprios nomes, com algumas das crianças a serem baptizadas com o mesmo nome próprio das crianças falecidas.

(a mais pobre e numerosa) a viver, no início do século XIX, como as famílias medievais (Ariés, 1988:312)⁷¹⁹.

A emergência do amor materno e do sentimento em relação à infância, coincidiria com uma alteração substancial, ao nível das mentalidades, do sentimento dos pais para com os filhos (Shortter, 1975:184). Contudo, como se trata de um sentimento humano, o amor maternal ter-se-á revelado incerto, frágil e imperfeito, podendo não se encontrar inscrito, em profundidade, na natureza feminina (Badinter, 2000:18). Seria a justificação para determinados comportamentos desviantes, em relação aos valores que regiam as sociedades humanas, com estas a condicionarem os comportamentos individuais.

Numa outra perspectiva, poderá ter sido a progressiva valorização das crianças que obrigou ao redimensionamento familiar, seja através do recurso à contracepção ou ao abandono dos filhos não desejados (Lebrun, 1983:151). Aliás, Andrés-Gallego (1993:19) não se mostrou nada convencido com a hipotética falta de amor dos pais para com os filhos, durante os séculos XVII e XVIII, por força do grande número de crianças abandonadas. Pelo contrário, parece convencido de que esse comportamento estará mais relacionado com as concepções ilegítimas e com o receio das suas repercussões sociais do que com a ausência de amor paternal. Nestes casos, o abandono de crianças não implicaria necessariamente desamor, antes o medo ou simplesmente a pobreza.

Embora se tratasse de uma questão do foro íntimo de quem se via na contingência de expor uma criança, a dimensão que este problema demográfico atingiu, a partir do início do século XVIII, poderia ser interpretado como um indicador incontornável de uma efectiva desresponsabilização parental, ao procurar transferir para o domínio público as suas próprias obrigações naturais.

Esta atitude não representaria, necessariamente, uma opção individual das mães das crianças expostas. Só assim poderíamos compreender o desespero de uma mãe, natural da freguesia de Sá, concelho de Ponte de Lima, que, no dia 31 de Agosto de 1854, se dirigiu à Roda de Viana para reclamar um filho, que nela havia sido exposto, uma semana antes, tendo declarado que lhe fora tirado «*por enganos que lhe fizeram na ocasião do parto*»⁷²⁰. O mesmo se havia verificado com um menino que foi exposto na Roda de Valença, em 1817. Três meses depois, a rodeira informou que esta criança tinha sido levada pela mãe, Maria Joaquina Ferreira, «*por razão do pai da criança lha tirar e a trazer à Roda*»⁷²¹.

Como já o demonstrámos, a exposição de crianças seria uma espécie de ritual que poderia envolver vários intervenientes, com os locais escolhidos a constituírem um dos indicadores de uma maior ou menor preocupação com a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, não deixaria de representar uma prova irrefutável da existência de uma particular preocupação com uma eventual recuperação futura ou a prova de uma negligência grosseira que poderia culminar com a sua morte. Porém, tudo poderia não passar de uma encenação, como parte de uma estratégia familiar, visto que algumas dessas crianças continuariam a ser protegidas e assistidas pelas famílias. A ser assim, tais procedimentos não poderão ser considerados como actos reveladores da ausência de sentimento familiar, antes como uma imposição social dos códigos de honra que regiam

⁷¹⁹ O mesmo se poderá dizer em relação ao reconhecimento da especificidade da infância, progressivamente separada da adolescência, dois períodos que eram vistos pelo prisma da ideia de dependência, mais do que pelas suas características psicossomáticas próprias. Inicialmente considerada como uma realidade social, mais do que sentimental, a família vai deixando de ser uma instituição de direito privado que assegurava a transmissão dos bens e do nome, para progressivamente passar a assumir uma função moral e espiritual, ao passar a formar os corpos e as almas.

⁷²⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1854-1856), fl. 27.

⁷²¹ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1817), fl. 222 v.º.

as “famílias honestas” ou como uma forma contornar as dificuldades e de subsidiar criação das crianças.

Não poderemos colocar a exposição de crianças ao nível dos actos que eram socialmente reprovados e penalizados pela lei, como o aborto e o infanticídio. Estes eram considerados crimes, embora o infanticídio também pudesse resultar de um acto tão involuntário como negligente, quantas vezes ao não ser feito tudo o que humanamente seria possível e desejável para preservar a vida de algumas dessas crianças, sobretudo quando não eram desejadas. Seriam comportamentos que poderiam resultar da ignorância e do desleixo dos próprios familiares, como sucederia quando as crianças morriam asfixiadas pelos adultos, com quem partilhavam a mesma cama.⁷²²

Nos casos de infanticídio involuntário, poderia tratar-se duma forma de ajudar a natureza a fazer desaparecer algumas criaturas, algo que poderia ser considerado moralmente neutro, praticado em segredo, numa semiconsciência que estaria no limiar da fronteira entre a intencionalidade, a negligência e o descuido (Ariés, 1988:20). Todavia, desde que os concelhos passaram a ser obrigados a criar as crianças expostas, o crime de infanticídio tenderia a desaparecer, a não ser que se considere, como chegou a ser defendido, que a exposição de crianças mais não representaria do que um infanticídio diferido, tal a mortalidade registada entre os expostos.

Nenhum outro elemento poderá expressar melhor os sentimentos manifestados em relação às crianças expostas como as mensagens escritas que as acompanhavam. Muitas delas apontavam para uma futura reintegração familiar, a justificarem um tratamento diferenciado daquelas que eram enjeitadas e que passariam a constituir um encargo exclusivo dos municípios. Mesmo que, no futuro, se viesse a provar não existir uma correspondência efectiva entre o conteúdo das mensagens e o destino das crianças expostas, o facto de terem sido elaboradas já revela uma preocupação particular com a sua sorte. Na prática, seria uma forma de manter uma ligação afectiva que a sua exposição não havia definitivamente quebrado.

São muito variadas as expressões utilizadas nas mensagens que demonstram o desejo de continuar a acompanhar o percurso das crianças expostas, reveladoras da presença de fortes sentimentos pessoais e familiares. São expressões que, apesar de aparecerem sobretudo na documentação do século XIX e do primeiro quartel do século XX, não deixaram de aparecer esporadicamente no século XVIII, numa altura em que o número de expostos ainda era muito reduzido. Algumas dessas mensagens imploravam os favores das rodeiras para que lhes arranjassem amas boas que as tratassem “*com amor*” ou “*com toda a humanidade e carinho*”. Outras vezes, depois de recordarem que a caridade era a principal das virtudes, solicitavam o seu bom tratamento, “*por caridade e amor ao próximo*”, havendo mesmo uma que “*pedia do coração todo o esmero possível*” na criação da criança inocente.

Algumas das mensagens pretendiam justificar as razões que levaram à exposição das crianças, como se verificou com uma delas, ao informar que «*a criança que se engeita não é por falta de amor que lhe têm seus pais, mas sim por circunstâncias*», ao mesmo tempo que se comprometiam a recuperá-la mais tarde e a pagar toda a despesa que tivesse sido realizada pela Roda⁷²³. Também não passou despercebido o facto de

⁷²² Esta preocupação estava bem vincada nalguns dos tratados moralistas e rituais pós-tridentinos, alertando para perigos que poderiam resultar do costume das crianças dormirem com os pais, as quais corriam risco de morte, por serem inadvertidamente sufocadas.

⁷²³ A.M.M., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 14 v.º e 15.

Através do escrito que acompanhava esta criança (exposta na freguesia de Alvaredo, concelho de Melgaço, apenas com algumas horas de vida), informava-se que a criança ainda não fora baptizada e pedia-se «*por amor de Deus que lhe pusessem o nome de Júlio da Glória e que havia nascido às 9 para as 10 horas da noite do dia 17 de Outubro de 1861*». Ao mesmo tempo, prometia-se que iria ser

alguém ter escrito uma mensagem num papel em forma de coração, assim como a promessa de uma mãe em recompensar a ama que criasse o seu filho com todo o amor, cuja exposição a fazia “*sofrer encarniçadamente*”, mas que esperava poder vir a recuperá-lo no futuro, ultrapassadas as razões que a haviam obrigado a tal procedimento.

Os constrangimentos sociais são aqueles que estão na origem de mensagens que revelam bem o estado de alma das mães, depois de constrangidas a exporem os filhos, sobretudo quando se tratava da necessidade de preservar a honra familiar. Não era uma decisão tomada de ânimo leve, sobretudo por se temer um desenlace fatal. Vejam-se as preocupações de uma mãe, em relação ao destino e criação do filho, bem expressas na seguinte mensagem:

«Peço ao Snr. Reverendo Abade ou Encomendado que esse pobre inocente baptizar tenha a bondade e caridade de lhe pôr o nome de Avelino Augusto, para por este meio saber desse pobre menino, já que as minhas circunstâncias não permitem criá-lo a meu peito, porém são cousas nascidas das fragilidades, todos somos do mesmo barro; peço mais a essa pessoa a quem este menino seja entregue o trate com amor e caridade esses poucos momentos que o tenha em seu poder, o mesmo peço á ama que o criar que o trate com a maior cautela e recato que de tudo será recompensada n'este mundo. Deos a recompensará no outro; assim peço não esqueçam as minhas recomendações, isto lhe peço, pelas cinco chagas de Nosso Senhor⁷²⁴.

São situações como estas que nos levam a pensar na falta de correspondência entre o acto de expor uma criança e o seu enjeitamento definitivo, mantendo-se bem vivos os vínculos afectivos e o sentimento de pertença, os quais poderiam ser acompanhados pela esperança de reversibilidade do processo, através duma futura reintegração familiar. Neste contexto, não poderemos deixar de enquadrar a exposição de crianças nos padrões comportamentais das populações do Alto Minho, evitando as generalizações e partindo em busca da multiplicidade de razões que lhe estarão subjacentes, quantas vezes ocultas em sentimentos ambíguos e contraditórios. Por seu lado, as estratégias utilizadas não poderão ser dissociadas do contexto económico, social, cultural em que foram geradas, devendo ser ponderada a possibilidade de existir uma certa diversidade regional que não se inscreve nos parâmetros dos modelos convencionais, geograficamente mais alargados.

Em qualquer circunstância, mesmo sabendo-se que um número indeterminado de crianças foi enjeitado pelos seus progenitores, eventualmente sem grande repugnância e numa atitude de fácil desresponsabilização parental, a nossa convicção é de que esses casos terão constituído mais uma excepção do que uma prática generalizada. Até algumas crianças espúrias, provavelmente as únicas cujo enjeitamento se poderia tornar definitivo e irreversível, acabaram por ser reintegradas, beneficiando de uma excepional tolerância social e familiar.

2-Razões da exposição de crianças

procurada e a instituição ressarcida de toda a despesa realizada. Na verdade, em 20 de Agosto de 1862, esta criança foi procurada e entregue a João Correia dos Santos Lima, negociante da vila de Melgaço, que a exigiu e se responsabilizou pela sua criação e educação, não sendo possível saber se seria o seu pai.

⁷²⁴ A.M.A.V., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1878-1883), fl. 49.

Depois de apresentadas as motivações gerais que vulgarmente têm sido apontadas como estando na origem da exposição de crianças (enunciadas na primeira parte desta investigação), vamos procurar conhecer como era visto e sentido este problema, a nível regional e local, aproveitando o debate que se gerou em torno da legitimidade das Rodas, em meados do século XIX. Para o efeito, utilizaremos a resposta dada pelo presidente da câmara de Monção a um ofício-circular que lhe foi enviado pelo governador civil de Viana do Castelo, em 19 de Julho de 1862. Nele se solicitava a opinião dos principais responsáveis concelhios do distrito, através da elaboração de um relatório sobre o estado da administração dos expostos e dos meios de melhorar a sua sorte. É uma posição pública individual que nos ajudará a compreender a forma como os representantes do poder local perceberam e procuraram explicar o fenómeno da exposição de crianças no Alto Minho.

Num extenso relatório, o presidente da câmara de Monção começou por abordar as razões da exposição de crianças⁷²⁵. Depois de referir ser opinião geral de que, enquanto a prostituição originava os filhos naturais, a miséria gerava os filhos abandonados. Na sua perspectiva, tratava-se de uma asserção que não seria completamente exacta, não obstante concordar com a ligação da ilegitimidade e da exposição de crianças à miséria e à libertinagem. Estas causas poderiam actuar de uma forma conjunta e simultânea, embora não devessem ser dissociadas de muitas outras.

Além das calamidades públicas, o presidente da câmara de Monção considerou a depravação dos costumes, em resultado do longo interregno das leis, da ordem e da moral pública, como a «*causa principal da espantosa progressão das exposições*». Todavia, considerou ser a sedução, que não se deveria confundir com a prostituição e a libertinagem, a principal responsável pelos nascimentos ilegítimos, não se devendo considerar como definitivamente perdido o pudor das raparigas seduzidas, muitas vezes com a promessa de casamento.

A frequência da exposição destas crianças ilegítimas estaria na razão directa do rigor com que eram julgadas essas faltas, as quais, por si só, não seriam reveladoras da corrupção de costumes. Pelo contrário, terá sido o pudor dos pais e parentes das raparigas seduzidas que as levou, contra a sua própria vontade, «*a exporem o fructo d'um primeiro amor mal correspondido*».

Numa visão mais lata do problema, este autarca ainda se referiu a um “interesse sórdido” que instigava os próprios pais legítimos a enjeitarem os filhos ou a simularem a sua exposição, «*por meio d'um conluio em rasão d'um transtorno d'ideias baseado na suposição da existencia d'uma especie de direito em pôr a cargo do paiz todos os filhos illigitimos e mesmo ligitimos, muito principalmente quando as famílias destes são indigentes*».

Depois de considerar como vítimas inocentes as “criaturinhas abandonadas”, defendeu ser uma incumbência da sociedade adoptá-las ou dar-lhes a protecção que os seus progenitores lhes haviam negado. Para os filhos de pais indigentes, mostrou-se favorável à atribuição de subsídios directos, por considerar ser uma grande vantagem que a sua criação continuasse a cargo dos seus progenitores. Todavia, quando os pais indigentes e corrompidos repudiavam os filhos, a sua exposição deveria ser aceite como um «*acto de beneficencia preventiva, tão prudente como generoso, preservando esta criança de respirar desde o seu nascimento em companhia dos pais um ar envenenado e de ser acometida pelo contagio de seus vicios*».

Tratando-se de vítimas de sedução, o mesmo autarca defendia que se deveria encobrir essa fragilidade humana, para não arriscar os meios de subsistência e uma

⁷²⁵ A.G.C.V.C., Relatório sobre a Administração dos Expostos, enviado pelo Presidente da Câmara de Monção ao Governo Civil de Viana do Castelo, Pasta 1.15.4.1-1.

acomodação honesta, que poderia passar por um eventual consórcio⁷²⁶. Assim, a sociedade deveria ser tolerante para com a exposição do fruto da primeira falta, salvando a mulher da vergonha, da miséria, da desesperação e da depravação, uma condição necessária à sua própria reabilitação, se ainda estivesse a tempo de se arrepender e de passar a viver honestamente.

Eram estas as duas situações em que a exposição deveria ser aceite e tolerada. Para os restantes casos, defendia que se obrigassem os pais legítimos, com meios, a criarem os filhos, o mesmo se devendo fazer em relação às mães de outros filhos ilegítimos, as quais deveriam ser obrigadas a pagar as despesas de criação, mesmo que lhes fosse admitida a exposição. Por outro lado, os pais ou parentes das raparigas que tivessem retirado os recém-nascidos às raparigas para os exporem, contra a sua própria vontade, deveriam ser obrigados a devolver-lhes os filhos.

Na realidade, se havia situações extremas que beneficiavam da compreensão da comunidade, a qual funcionaria em consonância com uma certa permissividade institucional, outras não deixariam de ser consideradas repugnantes, logo denunciadas pelas populações locais. O controlo social seria muito apertado em relação às mulheres que, sem viverem numa situação de extrema pobreza, faziam passar os filhos pela Roda ou pelo Hospício, nalguns casos oferecendo-se como amas, para subsidiarem a sua criação.

O mesmo se verificaria em relação às mulheres ou famílias que viviam em situações miseráveis, por não quererem trabalhar. Contudo, se essas mulheres se dedicavam à prostituição ou viviam numa vida de libertinagem, tão propícia ao nascimento de crianças ilegítimas, a sociedade deveria mostrar-se implacável na denúncia dessas irregularidades. Era uma imposição que poderia levar à sua exposição noutra concelho, sem falar na possibilidade da prática de infanticídio.

Só assim se poderá compreender a ambiguidade de uma sistema que se revelava permissivo para com umas situações e sem contemplações para com outras, a exemplo do que acontecia com alguns comportamentos das populações e com as próprias autoridades municipais. Estas últimas tanto se mostravam permissivas e tolerantes como, perante algumas irregularidades, se apressavam a mandar retirar essas crianças às respectivas amas, eventualmente conhecidas e “tratadas” pelos presumíveis familiares, para as entregarem a outras amas, não suspeitas. Assim, para além de se conhecer o contexto jurídico-institucional em que se desenvolveu o fenómeno da exposição de crianças, será necessário identificar o quadro familiar e social em que o mesmo se gerou, com o objectivo de conhecer as motivações particulares e identificar as estratégias utilizadas, incluindo a descoberta de eventuais redes de cumplicidade.

Para o efeito, partiremos em busca das motivações e das estratégias que terão originado a exposição de um número significativo de crianças no Alto Minho, a partir da informação contida na documentação municipal e distrital, procurando encontrar eventuais pontos de convergência com a posição pública assumida pelo presidente da câmara de Monção, alguns anos antes de serem abolidas as Rodas e substituídas pelos Hospícios.

⁷²⁶ Este autarca mostrava-se contrário à forma indistinta como as autoridades administrativas intimavam todas as mães solteiras grávidas para as obrigar, por termo, a apresentarem o fruto das suas faltas. Considerava este processo como sendo uma forma de apregoar, de uma forma aparatosamente insultante, as faltas ignoradas, acabando por destruir completamente o pudor de mulheres que ainda se poderiam reabilitar.

3-As Rodas - a prefiguração das futuras políticas sociais?

«Aqui vai esta engeitada para a roda. Já vai baptizada, chama-se Alexandrina Antónia e por este nome háde ser procurada daqui a um ano e meio. Apostiça-se por causa da mãe não ter leite. Aqui fica a esta porta no dia 8 de Maio de 1860; por estes sinais se háde procurar; este escrito acompanhará esta menina à roda»⁷²⁷.

Numa altura em que as políticas sociais não eram uma prioridade dos governos centrais, não admira que os problemas estruturais continuassem a afectar largos estratos da sociedade. As intervenções pontuais dos governos eram mais uma forma de complementar, sem substituir, as manifestações de solidariedade cristã para com os mais desprotegidos e carenciados, do que programas organizados que visavam combater eficazmente quaisquer situações de exclusão social. Neste contexto, a exígua oferta institucional revelava-se absolutamente insuficiente para poder responder às necessidades de uma parte significativa da população, a qual fazia do seu quotidiano uma luta permanente pela sobrevivência.

Mais do que uma valorização e promoção do bem-estar individual e social e da dignidade humana - uma conquista das sociedades industrializadas⁷²⁸, cujas políticas sociais viriam a culminar no Estado-Providência⁷²⁹ - a assistência começou por ser concebida como uma acção sócio-caritativa, de cariz religioso. A sua intervenção fazia-se ao nível dos problemas sociais mais prementes, que afectavam os grupos mais desprotegidos da sociedade e que, simultaneamente, estariam a ser vítimas de exclusão familiar e social.

⁷²⁷ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1857-1869), registo n.º 113.

⁷²⁸ Segundo Ferreira Gomes, após o período da revolução liberal, a revolução industrial constituiu um marco fundamental que, simultaneamente, passou a representar o fim de um mundo velho e tradicional, caracterizado pela permanência e pela dicotomia, e o princípio de um mundo moderno, este caracterizado pela mudança e pela democracia (in Gomes, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Livraria Almedina, 1980, p. 247).

Porém, todos conhecemos as dificuldades e os obstáculos que impediram ou dificultaram a transição para a modernidade, mesmo assim através da coexistência de alguns dos seus elementos caracterizadores, sobretudo nos meios rurais e nas regiões pouco industrializadas.

⁷²⁹ O *Estado-Providência* foi idealizado e concebido durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido progressivamente implementado pelas sociedades europeias ocidentais, após a guerra ter terminado, como um meio de promoção do bem-estar e de luta contra a exclusão social.

Como afirmou Mário Soares, no prefácio ao livro de Henrique Medina Carreira, subordinado ao tema “As Políticas Sociais em Portugal”, «O Estado assumiu, desde essa altura, a responsabilidade pela obtenção do pleno emprego e pela produção de uma larga gama de serviços em sectores como a educação, a saúde e a segurança social. Serviços a que todos deveriam ter acesso» (in Carreira, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, Gradiva, 1996, p. 8).

No caso de Portugal, todo o processo de promoção desse bem-estar ficou condicionado e bloqueado durante o longo período do Estado Novo. Foi preciso esperar pela Revolução de 25 de Abril de 1974 para que o processo de criação de um Estado social, ensaiado no período marcelista, pudesse vir a ser definitivamente implementado, com os portugueses a passarem a ter acesso à saúde, educação e segurança social, como meios de luta contra a pauperismo e a exclusão social.

O nosso país manteve-se, durante muito tempo, à margem de um movimento que visava a institucionalização de políticas sociais mais abrangentes. Se, no primeiro quartel do século XX, a escolaridade obrigatória foi a primeira medida de largo alcance sociocultural, que emanou do novo regime republicano⁷³⁰, foi preciso esperar pelo Estado Novo para que fosse criada a Previdência Social, onde se incluíam os cuidados de saúde (Carreira, 1996:19-20)⁷³¹. No entanto, muitos mais anos se passaram até que as políticas sociais passassem a ser vistas como fazendo parte integrante do direito de cidadania, tornando-as extensivas a todos os cidadãos, através da criação do sistema de segurança social, uma das consequências da Revolução de 1974⁷³².

Enquanto as políticas sociais não se tornaram uma realidade, muito dependentes da capacidade financeira e da afectação de verbas que possibilitassem a sua efectiva democratização, o poder central limitou-se a legislar e a transferir para os concelhos e, mais tarde, para os distritos a administração e os encargos financeiros com a infância abandonada e desvalida. Noutros sectores assistenciais, o Estado continuava a ser substituído pelas Misericórdias, aproveitando a extraordinária cobertura social e espiritual dos seus compromissos⁷³³.

Na ausência de uma política social mais abrangente e integradora, uma parte dos excluídos procurou aceder a alguns dos serviços assistenciais disponíveis. Na verdade, se exceptuarmos os casos em que as crianças se encontravam numa situação de abandono efectivo, as novas instituições de assistência foram objecto de uma progressiva apropriação por parte daqueles que procuravam usufruir dos benefícios sociais das novas instituições de assistência, sobretudo das Rodas, beneficiando de uma certa tolerância institucional.

As administrações municipais, em consonância com o sentimento solidário das comunidades locais, mostraram-se bastante complacentes para com as pessoas que, em situações de ruptura de laços familiares ou de extrema pobreza e necessidade - como a morte, a doença, a indigência ou a falta de leite da mãe - se viam forçadas a recorrer aos serviços e apoios comunitários.

⁷³⁰ No entanto, a legislação republicana, por decretos de 10 de Maio de 1919, já havia criado o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral, da autoria do ministro socialista, Augusto Dias da Silva, o que foi interpretado, mais tarde, como fazendo parte integrante de uma estratégia eleitoralista ou de poder pessoal do então Ministro do Trabalho.

Para uma análise mais aprofundada desta temática, sugerimos a leitura do trabalho de investigação de Pierre Guibentif “*Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo*”, In *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 27-58.

⁷³¹ Em 12 de Fevereiro de 1935, na sequência das reformas sociais do Estado Novo, a Assembleia Nacional aprovou a “*Lei sobre Instituições de Previdência Social*”, um acto parlamentar que, segundo a historiografia oficial, marca o ponto de partida do desenvolvimento da previdência social portuguesa⁷³¹. Esta, juntamente com a assistência, representa a base institucional do actual sistema de segurança social (Guibentif, 1985:27).

⁷³² De acordo com a *Constituição da República Portuguesa*, aprovada em 1976, o sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, na velhice, na invalidez, na viuvez, na orfandade, bem como no desemprego, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

No campo específico da infância, compete ao Estado proteger as crianças, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições, bem como assegurar especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.

⁷³³ Como as iniciativas particulares de solidariedade humana se mostravam insuficientes e fragmentadas para dar assistência à infância desvalida e abandonada, o poder central viu-se obrigado a intervir e, em última instância e por exclusão de partes, a obrigar os concelhos a assumir a criação das crianças que apareciam expostas ou abandonadas nos respectivos espaços administrativos, com excepção daqueles que celebraram protocolos com as Misericórdias locais.

Esta estratégia nem sempre foi publicamente assumida, numa atitude de preservação de identidade, à semelhança do que se verificava com os “pobres envergonhados” que eram apoiados pelas misericórdias locais. Assim, enquanto uma minoria optava por requerer às câmaras municipais a concessão de subsídios para ajudar a criar as crianças nascidas em ambientes familiares adversos, outros não hesitavam em procurar encontrar a melhor estratégia para poderem usufruir dos benefícios que se destinavam prioritariamente à criação e protecção das crianças enjeitadas.

O abandono simulado ou temporário de crianças, que começou por representar o lado mais enigmático de toda a assistência à infância desvalida e abandonada, acabou por ser responsável pelo progressivo alargamento da abrangência social das instituições municipais. Nesta região do noroeste português, a exposição de crianças deixou de ser vista exclusivamente como um acto de abandono ou enjeitamento de crianças, passando a integrar o universo das estratégias familiares que mais não pretendiam do que subsidiar a sua criação.

Daí que, quando se afirmava que uma criança foi exposta ou “apostizada”, isso não significava que a mesma fosse enjeitada ou abandonada. É o que se depreende da exposição de uma menina, já com mais de 2 anos, à porta de Ana Joaquina Leite, solteira, de Castelo de Neiva, com uma mensagem a informar que *«esta menina se apostiza por sua mãe estar doente e ir para o Hospital»*, não tendo quem dela pudesse tomar conta para continuar a sua criação. Apesar de constrangida a expor a filha, a mãe alimentava a esperança de a procurar e de a voltar a criar, *«se não morrer»*⁷³⁴.

Esta forma de abandono, que se pretendia temporária, era muito frequente quando as mães não podiam amamentar os filhos, por doença ou por falta de leite. Foi essa a razão que esteve na origem da exposição de uma menina à porta de uma casa da freguesia de S. Julião, concelho de Valença, em 15 de Maio de 1860, cuja mensagem dizia o seguinte:

*«Aqui vai esta enjeitada para a roda. Já vai baptizada, chama-se Alexandrina Antónia e por este nome háde ser procurada daqui a um ano e meio; apostiza-se por causa da mãe não ter leite. Aqui fica a esta porta no dia 8 de Maio de 1860; por estes sinais se háde procurar; este escrito acompanhará esta menina à roda»*⁷³⁵.

Não foi possível comprovar se esse abandono circunstancial se prolongou apenas por um ano e meio, correspondente ao período de aleitação, visto que a criança acabou por falecer, seis meses depois, em poder da ama que a estava a criar.

Mesmo antes da existência formal das Rodas, neste espaço administrativo, os concelhos concederam alguns subsídios a famílias muito pobres para as ajudar à criação de crianças desvalidas, uma forma de prevenir a sua exposição ou a morte, por falta de meios de subsistência. Os pedidos eram geralmente deferidos quando se tratava de situações de miséria e indigência, geralmente associadas à ilegitimidade, ou quando se tratava de partos duplos em famílias pobres e numerosas.

Nem sempre foi coincidente a interpretação das autoridades concelhias sobre o verdadeiro alcance destes benefícios sociais. Assim, enquanto uns também contemplavam as crianças legítimas, filhas de pais muito pobres ou indigentes, outros limitavam-se a excluir desses benefícios todas as crianças com pai conhecido, independentemente de serem legítimas ou ilegítimas. Por exemplo, em 1804, anotou-se à margem do registo de um exposto da Roda de Ponte de Lima a seguinte informação: *«não pertencem pagamentos a quem tem pai»*. Ora, como os pais das crianças ilegítimas

⁷³⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1860-1861), fl. 194.

⁷³⁵ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1857-1869), registo n.º 113.

eram geralmente desconhecidos, esta medida regulamentar excluía apenas as crianças legítimas, excepto em situações extremas.

A atribuição de subsídios às crianças desvalidas aumentou após a fundação das Rodas, mas em número insuficiente para se prevenirem e evitarem muitas das exposições, as quais não paravam de aumentar. Com tantas restrições e sem outras alternativas, muitas das exposições poderiam assumir a forma de subsídios indirectos, através do abandono simulado de crianças, uma forma camuflada e ilegal de se poder usufruir dos benefícios destinados às crianças enjeitadas.

Era a resposta a um sistema assistencial demasiado selectivo e a única forma de poder contornar os problemas colocados por um sistema burocrático restritivo, por força das limitações orçamentais e das irregularidades detectadas. Por vezes, eram os próprios requerentes que apresentavam falsas declarações para obterem os subsídios de criação⁷³⁶, pelo que o desempenho destas instituições no apoio à infância desvalida ficou muito aquém daquilo que seria desejável.

Foi com as crianças deficientes de famílias pobres que as autoridades locais se mostraram mais compreensivas, não negando a concessão dos subsídios de criação requeridos. Perante situações de graves deficiências físicas e mentais, as famílias recorriam às câmaras para subsidiarem a sua criação, por não disporem de meios para lhes prestar uma assistência adequada. Mesmo em relação às crianças deficientes, que haviam sido expostas, as câmaras continuavam a subsidiar a sua criação, para além do período legal de criação. Foi o que fez a câmara de Ponte da Barca que continuou a conceder subsídios à pessoa que, por caridade, conservava em sua casa a exposta Maria, de maior de idade, por se achar «*alienada dos sentidos e sem meios de subsistência*»⁷³⁷.

Logo após a extinção das Rodas no distrito de Viana, o novo regulamento elegeu as crianças ilegítimas, nascidas no seio de famílias pobres ou indigentes, como uma das suas prioridades assistenciais. Assim, as crianças filhas de mães que as não pudessem criar, mesmo com o subsídio, assim como as crianças indigentes, sem parentes, poderiam ser criadas à custa dos municípios. Para isso, seria necessário apresentar um atestado de pobreza, passado pelo pároco ou pelo regedor, com a declaração do nome, estado, morada e ocupação das mães, bem como com o reconhecimento da total falta de condições para poderem criar os próprios filhos, mesmo com a atribuição de subsídios⁷³⁸.

O médico Sousa Vaz (1848:45) já se havia manifestado contra esta prática, por considerar que a mesma não passava da substituição de uma praxe abusiva e protectora, a qual consistia em fazer passar uma criança pela Roda para obter os subsídios destinados à criação dos expostos. Para se reprimirem esses abusos, as administrações passaram a exercer uma fiscalização mais apertada, ao mesmo tempo que, como medida preventiva, ampliaram a concessão de subsídios de lactação às mães necessitadas.

Como dessa ajuda à infância desvalida não terá resultado uma diminuição efectiva do número de exposições, como seria de esperar, aquele médico do Porto considerou que esses apoios sociais mais não representavam do que um verdadeiro prémio à libertinagem, fruto da desmoralização da época. Além disso, muitos desses subsídios de lactação estariam a ser atribuídos a pessoas pouco necessitadas, muitas vezes com a

⁷³⁶ Em 1792, a câmara de Ponte de Lima deu baixa a um subsidiado que, por ordem do juiz de fora, havia sido admitido para ser criado com o subsídio da Roda, depois de se ter descoberto que a criança já havia sido desmamada e o seu pai não havia falecido, como falsamente se tinha declarado na altura da admissão.

⁷³⁷ A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca (1839-1843), fl. 127.

⁷³⁸ Art.º 5.º do Regulamento para Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castelo, de 1866, cit..

convivência de autoridades civis e eclesiásticas, que passavam atestados de pobreza a “pessoas remediadas”, para que estas se pudessem candidatar e obter os referidos subsídios. O problema é que as Rodas continuavam a existir e os subsídios de lactação não constituíam uma verdadeira alternativa à possibilidade de poderem beneficiar dos subsídios de criação, por um período que se poderia prolongar por 7 anos, quando aqueles apenas tinham uma duração de alguns meses.

Além do apoio e protecção à infância abandonada, a legislação, publicada na segunda metade do século XIX, reforçou a assistência às crianças desvalidas e abandonadas e alargou a sua extensão a outros grupos etários. A criação dos expostos passaria a ser subsidiada até que completassem os 18 anos de idade, excepto quando se verificasse a sua emancipação ou a sua inserção no mundo do trabalho, o que só não aconteceria com os deficientes e os mais debilitados.

O Código Civil, aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867, introduziu alguns capítulos relativos ao poder paternal e à tutela de todas as crianças menores, quer fossem legítimas, ilegítimas, legitimadas, perfilhadas, espúrias ou abandonadas. Se em relação a estas últimas a sua tutela continuava a ser exercida pelas respectivas câmaras municipais, até perfazerem sete anos, idade a partir da qual seriam colocados à disposição do conselho de beneficência pupilar, a novidade tinha a ver com a tutela dos filhos de pessoas miseráveis.

Ao determinar que os filhos menores de pessoas miseráveis que, por morte, idade avançada ou moléstia de seus pais não os pudessem alimentar e socorrer, o Código Civil mais não fazia do que transferir para a respectiva municipalidade os cuidados e encargos com a sua criação e protecção. Os concelhos passariam a ter a obrigação de os criar, alimentar e educar, à custa das suas rendas, até à idade em que pudessem ganhar para o seu próprio sustento.

Esta nova incumbência municipal ampliava substancialmente a abrangência assistencial dos municípios, ao mesmo tempo que inflacionava os respectivos encargos financeiros⁷³⁹. Mesmo assim, o decreto de 21 de Novembro de 1867 ainda alargou mais a cobertura assistencial dos concelhos, ao prever a criação de um sistema de pensão interna ou de meia pensão, a funcionar em cada Hospício, destinado às mulheres desamparadas grávidas que se encontrassem num estado de absoluta pobreza. Seria uma subvenção que se prolongaria durante o tempo de lactação, excepcionalmente até aos quatro anos de idade da criança⁷⁴⁰.

Concebido numa época em que as políticas sociais avulsas careciam dum suporte financeiro adequado, não será difícil prever o insucesso desta política de combate às situações de exclusão social dos mais carenciados. A atravessar um conjuntura económica e social desfavorável, com muitos recursos a serem canalizados para a criação de infra-estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento, o nosso país não reunia as condições mínimas para dar cobertura a tão ambicioso programa assistencial.

Sem a afectação das indispensáveis verbas dos orçamentos dos governos centrais, as medidas preconizadas não passaram de um programa de intenções, adiadas ou

⁷³⁹ Art.º 194.º do Código Civil, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, quinta edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

Nos artigos seguintes, o Código Civil determinava que, se os pais dessas crianças melhorassem de condição e tivessem adquirido os meios necessários de sobrevivência, deveriam restituir as despesas feitas pelo município e, caso o solicitassem, os filhos ser-lhes-iam entregues. Contudo, enquanto estivessem ao seu encargo, a municipalidade seria legítima tutora desses menores, em tudo o que respeitasse à sua criação e educação, sem quebra dos direitos paternos, de acordo com a lei geral (art.ºs 295.º e 296.º).

⁷⁴⁰ Art.ºs 28.º e 29.º do *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

condenadas ao fracasso. Na prática, apenas se restringiram à concessão de alguns subsídios periódicos às mães ou familiares, para que pudessem continuar a criar essas crianças no próprio ambiente familiar. A exceção eram os casos em que se verificava uma evidente impossibilidade ou incapacidade das mães para alimentarem os filhos, como acontecia em caso de morte, partos duplos ou falta de leite.

O que se verificou foi uma tentativa de moldar e adaptar as instituições existentes às necessidades emergentes de uma sociedade que se pretendia mais inclusiva, embora pouco preparada para combater ou evitar novas formas de exclusão social. O que é certo é que se manteve uma permanente pressão social sobre os poderes públicos para que dessem respostas mais adequadas aos problemas das populações. É o que poderá ter sido entendido pela Comissão dos Expostos de Vila Nova de Cerveira que, em 1866, decidiu atribuir um subsídio de lactação a uma mulher solteira, por um período de seis meses, impossibilitada de poder obter os meios de subsistência, «*por ter de atender à criação do seu inocente filho*». Neste, como noutros casos semelhantes, a administração distrital concedia subsídios de lactação às mães pobres que estavam temporariamente impossibilitadas de trabalhar para cuidarem da criação dos filhos, como forma de prevenir os abandonos temporários dessas mesmas crianças.

Terão sido estas permanentes solicitações que conduziram à criação das creches, uma medida que ia de encontro às necessidades das mães que, perante a ausência de quaisquer políticas sociais de protecção à maternidade e à infância, tinham necessidade de trabalhar, sem meios para pagar a quem lhes cuidasse dos filhos. Porém, enquanto não foi encontrada uma resposta institucional para resolver alguns desses problemas, foram as famílias que se encarregaram de encontrar as alternativas que pudessem minimizar a falta de meios e recursos familiares.

Isso mesmo se terá verificado com uma criança que foi exposta na Roda de Viana, no dia 15 de Outubro de 1855, a quem foi dada baixa, nove meses depois da exposição, por se ter descoberto ser filha de Maria José da Silva, solteira, natural da Ilha Terceira. Esta mulher, perante uma gravidez indesejada, terá abandonado a terra e partido em busca de uma vida melhor, sem afectar a honra da família. Já no continente, o nascimento da filha terá aumentado as suas dificuldades e impossibilitado a angariação de meios de sobrevivência, tendo-se visto forçada a expor temporariamente a filha na Roda de Viana.

Depois de identificada, a câmara desta localidade mostrou-se compreensiva e tolerante para com esta mulher solteira, sem parentes e sem socorro algum, tendo deliberado entregar-lhe a filha e continuar a pagar-lhe o salário da Roda, até à sua partida para o Rio de Janeiro, que tencionava concretizar no espaço de dois meses. O profundo alcance social e o sentido humanitário desta medida não surtiu os efeitos práticos desejados porque a criança não sobreviveu, não podendo acompanhar a mãe neste seu novo trajecto de vida⁷⁴¹.

O regulamento nacional de 1888 deu continuidade ao que havia sido estipulado no Código Civil de 1867. Depois de definir as competências administrativas das câmaras municipais, como primeiras responsáveis pela administração das crianças expostas nos primeiros sete anos de vida, bem como as competências das juntas gerais, desde essa idade até aos 18 anos, este novo regulamento veio clarificar o âmbito das suas intervenções, sobretudo em relação às crianças desvalidas, agora bem diferenciadas das crianças abandonadas.

Para além das crianças expostas, que continuavam a ocupar o espaço central na hierarquia das prioridades administrativas, seriam também admitidas a socorro «as

⁷⁴¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1854-1856), fl. 104 v.º.

crianças que por morte, prisão, degredo, avançada idade, ou moléstia grave de seus paes não podérem ser alimentadas por elles, ou não tiverem parentes, que as alimentem»⁷⁴². Foi ao abrigo desta prerrogativa que, em 1888, a câmara de Viana decidiu admitir, por um período de 4 anos, uma filha de Ana Afonso da Torre, solteira, da freguesia de Alvarães, que havia ficado «*entrevada e alienada*», na sequência do parto. Completado esse quadriénio, esta criança continuou a ser subsidiada até completar os 7 anos de idade, altura em que passou a estar sob a alçada da junta geral de distrito, «*porque a mãe vivia da caridade pública*»⁷⁴³.

Alguns anos depois, o governo regulamentou a gestão e administração dos expostos, desvalidos e abandonados, dos 7 aos 18 anos, agora exclusivamente sobre a tutela das câmaras municipais, após a extinção da juntas gerais de distrito, nos termos dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892. Para resolver o problema do financiamento de todas estas crianças, que se prolongaria até estarem em condições de angariar os próprios meios de subsistência ou completarem os 18 anos de idade, o governo comprometeu-se a conceder subsídios às câmaras para que pudessem assegurar a sua sustentação⁷⁴⁴.

Em casos absolutamente excepcionais, resultantes da incapacidade física ou mental de algumas destas crianças, os subsídios poderiam prolongar-se por toda a vida, funcionando como um antecedente longínquo e restritivo do actual e mais generalizado “rendimento mínimo garantido”, entretanto transformado em “rendimento social de inserção”.

Não obstante o seu carácter demasiado selectivo, estas medidas funcionariam como uma discriminação positiva daqueles que se revelavam incapazes de prover a sua própria sobrevivência e que estariam condenados a viver na marginalidade, vítimas de exclusão social. Terá sido com este objectivo que a câmara de Ponte da Barca continuou a subsidiar a pessoa que tinha a seu cuidado um desvalido mentecapto, que havia completado os 18 anos, em 8 de Março de 1892. Em 1926, este desvalido ainda recebia um subsídio mensal de 1\$20 (um escudo e vinte centavos)⁷⁴⁵, o que correspondia ao dobro do subsídio destinado aos restantes subsidiados e uma prova de que esta política de integração social foi sobrevivendo à queda de sucessivos governos e regimes políticos.

A partir de 1892⁷⁴⁶, todos os expostos ou desvalidos, menores de 18 anos, que não tivessem capacidade ou possibilidade de angariar os meios de sobrevivência, receberiam

⁷⁴² Art.º 1.º e § 3.º do art. 2.º do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, de 5 de Janeiro de 1888, Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Segundo o art. 13.º do mesmo Regulamento, a admissão definitiva das crianças desvalidas só poderia ter lugar mediante deliberação da câmara municipal, após requerimento dirigido aos respectivo presidente. Nos casos mais urgentes, estas poderiam ser admitidas provisoriamente, desde que acompanhadas por atestados passados pelos párocos ou pelos facultativos da câmara, até à conclusão do processo que se iniciará após ser lavrado um auto, a enviar à secretaria da respectiva câmara municipal.

⁷⁴³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1903), fl. 21.

⁷⁴⁴ Art.º 11.º e art.º 12.º do Decreto de 24 de Dezembro de 1892, Diário do Governo, n.º 295, de 28 de Dezembro.

⁷⁴⁵ A.M.P.B., Livro de Registo dos Expostos, desvalidos e subsidiados de Ponte da Barca (1892-1921), folha avulsa. A câmara de Ponte da Barca abonava 20 expostos, desvalidos ou abandonados, compreendidos na idade de 7 aos 18 anos, tendo despendido a verba de 33\$95 (trinta e três escudos e noventa e cinco centavos) para pagamento dos subsídios referentes ao último trimestre de 1926.

⁷⁴⁶ Estes subsídios serviam para abonar os expostos, desvalidos e abandonados, compreendidos na idade de 7 aos 18 anos, que estavam a cargo das câmaras municipais, nos termos dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892. Em 1906, a câmara de Viana pagou trimestralmente a importância de 167\$990 réis.

um subsídio de criação, pago pelas respectivas câmaras municipais às amas ou famílias de acolhimento. Entre os vários exemplos da concessão desses apoios, poderemos referir o caso do exposto Josaphat, surdo-mudo, que, após ter completado os 7 anos de criação, em Novembro de 1891, foi entregue à ama definitiva, Joaquina da Silva, viúva, lavradeira, de 49 anos de idade, moradora na freguesia de Freixieiro de Soutelo. Esta ama continuou a receber esses subsídios de criação, mesmo após o exposto ter completado os 18 anos de idade, por manifesta incapacidade em angariar o seu próprio sustento.

Esta discriminação positiva está bem patente no apoio concedido à criação de um menino, “demente e aleijado”, exposto na Roda de Viana, em 16 de Janeiro de 1821, que foi baptizado com o nome de Tobias, tendo sido entregue à ama Maria Rola, de S. Lourenço da Montaria. Depois de subsidiada a sua criação, até aos 18 anos de idade, a câmara municipal manteve o subsídio de criação, ao longo de muitos mais anos, dada a sua extraordinária longevidade, se tivermos em consideração as suas deficiências psicossomáticas.

Por acórdão do conselho de distrito, este exposto, atendendo às suas circunstâncias, continuou a ser socorrido com um subsídio mensal de 700 réis. Os subsídios de criação iam sendo transferidos para as pessoas que o cuidavam e sustentavam, tendo o beneficiário sobrevivido á morte de algumas delas. Em 1893, foi entregue a Manuel Esteves Rocha, lavrador, com 48 anos de idade, morador no lugar da Lousa, da mesma freguesia, por ordem do presidente da câmara de Viana. Já no século seguinte, este exposto encontrava-se na companhia de Lourenço Esteves, viúvo, da mesma freguesia, servindo como “ama” a sua filha Luisa Esteves, a qual, em 1906, recebia um subsídio mensal de 900 réis, mais \$100 réis do que se pagava aos expostos não deficientes.

Segundo as fontes paroquiais, este exposto faleceu no dia 31 de Janeiro de 1907, com 86 anos de idade⁷⁴⁷, suspendendo a concessão ininterrupta de um subsídio que se havia prolongado por várias décadas. Trata-se de um caso paradigmático de longevidade assistencial e um exemplo extraordinário de uma discriminação positiva de um deficiente profundo.

Eram cada vez mais frequentes as situações em que as autoridades locais e distritais se mostravam complacentes para com as mães ou famílias que se viram forçadas a recorrer aos serviços da Roda ou do Hospício para as ajudar a criar as crianças nascidas em contextos familiares mais problemáticos. Poderemos citar a posição assumida pelo governador civil de Viana do Castelo sobre o abandono de uma menina que havia dado entrada no Hospício dos Arcos, sabendo-se que a mãe era do concelho da Barca.

Em Janeiro de 1893, apareceu na Vila dos Arcos uma criança do sexo masculino que ficou a cargo do Hospício local. No mês seguinte, compareceu na câmara municipal uma mulher solteira, da freguesia de Souto, do mesmo concelho, a qual afirmou, perante as autoridades locais, que, na sequência de uma intimação, vinha reclamar essa criança que reconhecia como seu filho. Perante as circunstâncias relatadas, nomeadamente a falta de leite, por ter deixado de amamentar, a câmara compreendeu a situação e concedeu à reclamante a permanência do seu filho a cargo do município, pelo prazo de um ano, o que ela aceitou, tendo-se comprometido a tomar conta dele depois de expirado o tempo concedido⁷⁴⁸.

⁷⁴⁷ A.M.V.C., Livros de Registo dos Expostos de Viana, de 1815 a 1832 e 1837 a 1843, e Livro de Registo dos Expostos maiores de 7 anos, de 1893 a 1909.

⁷⁴⁸ A.M.A.V., Livro de Registo de Expostos dos Arcos (1888-1893) e Livro de Autos de Entrega de Expostos, fl. 28 v.º.

Não deixa de ser de um extraordinário alcance social, o ensaio de algumas políticas de apoio e combate à exclusão social, a uma distância tão significativa da sua efectiva implementação e generalização, nomeadamente as que procuravam garantir as condições mínimas de sobrevivência de alguns expostos, com dificuldades de integração no mundo do trabalho.

As Rodas e, mais tarde os Hospícios, ajudaram a preencher um vazio institucional, na falta de um sistema mais abrangente que fosse controlado, gerido e financiado pelo governo, ao serviço dos mais carenciados, com a infância abandonada a constituir uma das suas principais prioridades. Neste contexto, poderemos estar perante a prefiguração de futuras políticas sociais que tardaram em se implementar no nosso país, aproveitando todas as indefinições que caracterizaram esta fase assistencialista-caritativa de apoio à infância desvalida e abandonada.

Seguidamente, passaremos a referir alguns exemplos do progressivo alargamento da cobertura assistencial das instituições de assistência à infância abandonada e que poderão constituir uma prova evidente do papel assumido pelas Rodas e, mais tarde, pelos Hospícios, no preenchimento progressivo do vazio institucional que resultava de uma inconsequente política social⁷⁴⁹. Salvo algumas excepções, a que não deixaremos de fazer alusão, são as fontes que vão determinar que seja privilegiada a abordagem do século XIX e do primeiro quartel do século XX, o período áureo do funcionamento das Rodas e dos Hospícios que as substituíram.

3.1-A mortalidade pós parto, os partos duplos e a incapacidade das mães

Numa altura em que a maioria dos partos eram realizados sem quaisquer condições higiénico-sanitárias e os indispensáveis cuidados pré e pós-natais, quantas vezes sob a assistência de parteiras improvisadas e ignorantes, os nados-mortos seriam mais frequentes e a mortalidade das parturientes elevada. A situação poderia ainda ser mais grave quando o parto apenas representava uma etapa intermédia entre a ocultação da gravidez e uma subsequente exposição da criança recém-nascida na roda, o que exigiria um ritual confinado a uma rede muito restrita de cúmplices.

Essa encenação poderia deixar de fazer sentido quando se registava a morte da mãe e da criança, mas continuaria sempre desde que esta última conseguisse sobreviver, embora a prioridade fosse a de salvar primeiro a mãe, eventualmente com outros filhos para criar e a possibilidade de poder voltar a engravidar. Num destes cenários, o que fazer com as crianças que sobreviviam à morte das respectivas mães, ficando tão precocemente privadas dos cuidados e da amamentação materna? Se é certo que muitas delas tiveram como destino as Rodas/Hospícios⁷⁵⁰, esta não seria a única alternativa para quem ficava sem mãe e, eventualmente, sem família para cuidar da sua criação.

⁷⁴⁹ Aqui se deveria integrar toda a infância desvalida e abandonada, abrindo, ainda, um espaço para o acolhimento de outras crianças não desvalidas, como previa o regulamento distrital de 1866, cuja criação seria financiada particularmente. Esta opção, prevista neste regulamento, não viria a obter qualquer adesão, provavelmente por se tratar de uma modalidade paga que não garantiria uma assistência adequada.

Era o que estava previsto no parágrafo 5.º do art.º 3.º, do novo regulamento distrital, segundo o qual também poderiam ser admitidas nos Hospícios *«aquelas crianças cuja admissão no hospício for pedida perante a camara municipal por pessoa idonea que se obrigue por um termo a pagar em cada trimestre a quantia de 6\$000 réis, ou que desde logo entregue a quantia de 120\$000 réis, não sendo obrigada n'este caso a assignar termo algum»*.

⁷⁵⁰ A morte das parturientes e a consequente privação dos cuidados maternos dos recém-nascidos era uma situação dramática que punha em causa a sua sobrevivência e contribuía para o aumento da mortalidade endógena. Em quadros familiares mais precários e sempre que não houvesse quem

Em termos institucionais, essas crianças poderiam beneficiar do mesmo tratamento destinado às crianças expostas ou abandonadas, com as câmaras municipais a subsidiarem a sua criação, na qualidade de crianças desvalidas. Sendo assim, que razões levariam à exposição dessas crianças, escondendo a sua origem familiar? Tudo indica que seria para continuar a preservar a honra familiar, sempre que se tratava de uma criança ilegítima, mesmo que a mãe tivesse falecido no parto ou em consequência das tão frequentes complicações pós-parto.

Quando não estava em causa a honra familiar, essas crianças desvalidas eram entregues directamente nas instituições de assistência municipais, as quais lhes arranhariam uma ama, subsidiando apenas o período de amamentação, quando tinham outros familiares, ou todo o tempo da criação, quando não tinham quem delas tomasse conta. Foi nestas condições que, em 1861, uma criança deu entrada na Roda de Viana, acompanhada por uma certidão do “cura da Areosa” onde se declarava ser filha da exposta Teresa d’Agonia, solteira, já falecida.

Em 1694, quase um século antes da fundação da sua Roda Pública, a câmara de Ponte de Lima já havia mandado subsidiar a criação de um “postigo”, filho de Custódia de Deus, falecida na vila, sem deixar quem dele pudesse cuidar. Entre 1696 e 1703, criou o filho adúltero de uma mulher casada que estava presa na cadeia da vila. No início do século XVIII, subsidiou a criação de um menino, que ficou de Maria dos Santos, por não se saber quem era seu pai, bem como de uma “postiga” que ficou de um pobre que morreu na Misericórdia, por não ter quem dela cuidasse⁷⁵¹.

Já nos finais do período de funcionamento das Rodas, foram expostos em Viana “dois expostos gémeos”, acompanhados por uma certidão do pároco de Anha onde se declarava serem filhos de José Domingues e de sua mulher, falecida no parto. Depois de solenemente baptizados, estas crianças foram conduzidas à Roda de Viana, tendo nela dado entrada embrulhadas num pedaço de manta. Estes indicadores ajudam-nos a caracterizar o contexto familiar que terá forçado o envio destas crianças para a Roda. Numa situação trágica como esta, e perante a incapacidade do pai em pagar a uma ama particular para lhe criar os filhos, a Roda seria a única instituição preparada para os acolher⁷⁵².

Uma situação idêntica se terá verificado em relação a uma criança que foi exposta na mesma Casa da Roda, acompanhada de uma certidão do pároco da Areosa onde se declarava ser filha de António Luís Gonçalves e de sua mulher, falecida dois dias antes, a qual ficara em poder de seu pai, um pobre miserável, sem outra pessoa da família que dela tomasse conta, nem quaisquer meios para pagar a quem a amamentasse e criasse⁷⁵³.

Alguns anos depois, foi exposta no pátio da casa do governador civil de Viana uma menina com uma mensagem que dizia chamar-se Delfina do Espírito Santo e que «a sua mãe morreu de paridura». No início do último quartel do século XIX, num período em que os Hospícios já haviam substituído as Rodas, um bilhete que acompanhava uma criança, que havia sido exposta em Viana, informava que «este menino vai para a roda porque a sua infelicidade assim o prometeu, que sua mãe morreu de parto»⁷⁵⁴. Em 1876, foi a vez da câmara de Melgaço admitir no seu

amamentasse e zelasse pela criação destas crianças, chegaram a ser os próprios vizinhos que, num gesto espontâneo de solidariedade, se apressavam a mandar entregar estas crianças desvalidas na Roda/Hospício, beneficiando da compreensão das autoridades municipais.

⁷⁵¹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1697-1719.

⁷⁵² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1862-1863), fls. 85 v.º e 86.

⁷⁵³ Idem, fl. 83.

⁷⁵⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1877-1879), registo n.º 9.

Trata-se de mais uma prova de que as Rodas, já desaparecidas há mais de uma década, continuavam a perdurar na memória colectiva destas gentes, apesar de já haverem sido substituídas pelos Hospícios,

Hospício, como subsidiada, uma menina a quem lhe havia falecido a mãe, pobre, sem casa própria e sem pai conhecido. Terminados os sete anos de criação, a menina continuou em poder da ama criadeira, por esta assim o desejar⁷⁵⁵.

E como assegurar a sobrevivência de uma criança recém-nascida, cuja mãe ficava debilitada e doente após o parto ou sem leite para amamentar o próprio filho?

Sempre que se registava uma conjugação de factores que punham em perigo a sobrevivência das crianças, nomeadamente quando as mães eram muito pobres e não reuniam as condições mínimas para prestarem os cuidados primários aos filhos, seria a própria família ou outros elementos da comunidade de residência a exporem as crianças ou a requererem o apoio das instituições de assistência à infância desvalida. Estava nesta situação um menino que, no início do século XIX, foi exposto na Roda de Viana, acompanhado de um bilhete que informava já ter sido baptizado e que «*sua mãe estava no hospital de Ponte de Lima e se escapasse logo vinha tomar conta dele*»⁷⁵⁶.

Não obstante as tentativas de apropriação dos benefícios destas instituições de assistência, por parte de quem não estaria numa situação de absoluta necessidade, alguns casos eram de tal forma dramáticos que, se não existissem os apoios e os subsídios de aleitação e de criação, muitas dessas crianças estariam condenadas a morrer ou a serem expostas. A administração do concelho de Vila Nova de Cerveira, depois de ouvida a junta da paróquia, do regedor e do cirurgião do partido da câmara, decidiu subsidiar a criação de uma filha de Maria Joaquina, solteira, da freguesia de Loivo, por esta ser «*uma pobre miserável e se achar coberta de males e lhe ser mister hir para o Hospital de Braga curar-se e não ter quem, durante a sua ausência, alimentasse a sua filha*»⁷⁵⁷.

Em 1861, deu entrada na Roda de Viana uma menina, com cerca de um mês, acompanhada por uma mensagem escrita que dizia já estar baptizada e onde se pedia à rodeira que “tomasse lembrança” para onde ia a criança, ao mesmo tempo que anunciava o propósito de a procurar dentro de um ano, «*porque a mãe não tem leite para a criar e depois se darão alvíceras*». A não ser que a ama fosse a própria mãe ou alguma mulher sua conhecida, a criança não foi procurada dentro do período prometido nem pôde ser recuperada, tendo falecido um ano e meio depois de ter sido exposta.

Um procedimento diferente acabou por ter uma outra mãe que, no mesmo ano, se viu obrigada a expor temporariamente uma filha, na Casa da Roda de Viana, porque se encontrava impossibilitada de a criar, prometendo ir buscá-la quando se achasse com forças suficientes para tomar conta dela. Menos de dois meses depois, foi dada baixa a esta criança, reclamada por sua mãe, solteira, natural de Vila Nova de Cerveira⁷⁵⁸.

Em 1895, a câmara de Viana teve de admitir, como desvalida, uma filha da exposta Maria do Carmo, criada de servir, a qual, com apenas 15 anos de idade, tinha dado entrada no Hospital da Misericórdia, «*por se achar doente do parto e com a varíola*». Apesar de admitida pela câmara e de ter sido entregue ao cuidado duma ama, a criança não sobreviveu, falecendo alguns dias depois⁷⁵⁹.

Numa outra situação, bem mais excepcional, nomeadamente quando se registavam partos duplos em famílias sem recurso (não tivemos conhecimento de outros partos múltiplos), as mães que ficavam debilitadas ou com leite insuficiente para alimentar as

estes mais como instituições de apoio à infância desvalida do que como centros receptores de crianças enjeitadas.

⁷⁵⁵ A.M.MÇ, Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896).

⁷⁵⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fl. 204.

⁷⁵⁷ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845-1851), fl. 9.

⁷⁵⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1861-1862), registo n.º 11.

⁷⁵⁹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1906), fl. 92.

crianças gémeas viram-se constrangidas a recorrer aos serviços dessas instituições de assistência. No entanto, enquanto umas preferiam fazer passar um dos filhos pela Roda ou pelo Hospício, optando por um abandono temporário, outras recorriam directamente às autoridades municipais, requerendo os serviços duma ama que amamentasse uma dessas crianças. Na primeira situação estava uma criança que, em 1845, foi exposta na Roda de Viana com uma mensagem escrita onde se informava já estar baptizada e que se expunha «*por ser gémea de outro irmão*».

Alguns anos depois, deu entrada na mesma Roda uma menina que, segundo o bilhete que trazia, já tinha sido baptizada e «*a mãe a bota à Roda por ter duas dum ventre*», ao mesmo tempo que manifestava a vontade de a todo o tempo a procurar. Cerca de um ano depois, foi dada baixa a esta criança para ser entregue à mãe, embora a câmara lhe tivesse concedido mais um ano de subsídio, por não ter meios para criar as duas crianças gémeas, confirmando-se as razões e as intenções que vinham descritas na mensagem⁷⁶⁰.

Não sendo negado o apoio destas instituições às mulheres pobres, com partos duplos, ficarão por identificar as razões que terão levado umas famílias a optarem pelo abandono simulado e outras a requererem o apoio das câmaras para subsidiarem a criação de uma das crianças gémeas. A não ser que, depois de terem decidido expor uma das crianças, como forma de proporcionar à outra uma melhor criação e educação (uma decisão que não deixaria de revestir algum dramatismo), estas mulheres se viessem a arrepender e decidissem reclamá-las e proceder à sua reintegração familiar, sabendo que haviam sobrevivido.

Outras situações excepcionais poderiam justificar o apoio municipal, pagando os salários às amas que amamentassem as crianças desvalidas. Em 1887, a administração dos Arcos subsidiou, pelo período de um ano, o filho de uma mulher solteira que estava impossibilitada de o amamentar, «*por não ter bicos nos peitos*». No mesmo ano, admitiu no Hospício do concelho um filho natural de uma mulher casada, «*por não ter leite suficiente para o lactar*». Em ambos os casos, as crianças não sobreviveram muito tempo na posse das respectivas amas, tendo falecido antes de completarem dois meses de criação⁷⁶¹.

São mais dois casos a provar que as possibilidades de sobrevivência das crianças subsidiadas diminuía significativamente quando eram entregues a amas de criação. Pelo contrário, quando os subsídios eram atribuídos às próprias mães, as quais continuavam a sua criação e lhes prestavam os indispensáveis cuidados maternos, os níveis de sobrevivência seriam bem superiores.

3.2-A discriminação positiva dos filhos de militares

Ao longo da primeira metade do século XIX, pudemos comprovar uma certa discriminação positiva em relação aos filhos legítimos de militares que se encontravam ausentes da família, ao serviço e em defesa da pátria, impossibilitados de contribuir directamente para o sustento e educação dos filhos. Este tratamento favorável foi mais visível em Viana, sede de aquartelamentos militares, tendo coincidido com alguns dos períodos mais conturbados do nosso país, como as invasões francesas, as guerras peninsulares, as revoltas liberais, as guerras civis e as revoltas populares.

A situação de miséria em que viveriam algumas das mulheres de militares poderia obrigar à exposição temporária dos filhos, entendida mais com um contributo da

⁷⁶⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 79 v.º.

⁷⁶¹ A.M.A., Livro dos autos de entrega dos expostos do concelho dos Arcos, 1866, fls. 17 e 17 v.º.

assistência pública para ajudar à sua criação do que como um enjeitamento. Em vários casos, foram as próprias mães que se ofereceram como “amas de criação”, uma estratégia que permitiria a sua reintegração familiar.

Mesmo quando isso não se verificava e se descobriam essas práticas ilegais, as mulheres daqueles que lutavam pelo seu país eram ilibadas de restituir o valor das despesas realizadas, uma forma indirecta de as compensar pelos serviços que os seus maridos estavam a prestar à pátria. Esse reconhecimento até poderia ser directo, como aconteceu quando, em 20 de Agosto de 1800, uma menina que estava a ser criada pela Roda da vila de Caminha se mandou «*entregar ao pay que hera Militar e se chamava Francisco Joze de Vasconsellos, do Regimento de Viana (...) e não pagou o atrasado em razão de ser militar e não ter por onde podesse soprir*»⁷⁶².

No início do século XIX, viveu-se um período conturbado e de grande instabilidade político-militar, sobretudo em consequência das invasões francesas, uma situação que afectou particularmente a região do Alto Minho. Depois de terem contornado e ultrapassado a heróica resistência dos soldados e das populações locais, os franceses entraram em Viana no dia 13 de Abril de 1809, onde permaneceram por alguns dias, tendo sido forçados a abandonar esta vila, após a retirada do general Soult para a Galiza. Foram cerca de oito dias de terror, com as populações locais a serem vítimas de vandalismos, roubos e violações, o que alterou completamente o normal funcionamento desta pacata localidade e das suas populações, sendo provável que a sua Roda tivesse sido encerrada durante esse pequeno período⁷⁶³.

Não poderemos saber se a presença dos soldados franceses nesta região, cujas populações foram obrigadas a acolher em suas próprias casas (como se verificou em Viana), se terá repercutido no movimento dos expostos das Rodas das comarcas de Viana e Valença, em consequência de relações ocasionais, violações e gravidezes indesejadas. O que pudemos comprovar é que, cerca de nove meses após a presença dos soldados franceses, em Viana, a exposição de crianças na sua Roda registou um movimento algo anormal, com 19 entradas no mês de Fevereiro e 15 no mês de Março, um número que representou cerca de um terço do total das crianças expostas em 1810. É muito provável que algumas dessas crianças tivessem sido geradas durante a tumultuosa passagem das tropas napoleónicas pela região.

As comunidades locais e os poderes públicos instituídos valorizaram e apoiaram a acção daqueles que, ao serviço de Sua Majestade, se empenhavam na defesa da integridade territorial e da soberania nacional. Os regimentos de infantaria números 9 e 21 participaram na Guerra Peninsular, acompanhando o general Beresford nas suas incursões pela Galiza, em perseguição das tropas comandadas pelo general Soult, uma intervenção que culminou com a expulsão dos franceses da Península Ibérica.

As famílias dos militares não deixariam de sofrer as consequências da sua ausência, sobretudo daqueles que já haviam casado e deixado as mulheres (algumas delas grávidas) e os filhos menores em grandes dificuldades, destituídos dos meios necessários à sua sobrevivência. Já vimos que, em momentos de desespero, algumas dessas mulheres fizeram passar os filhos pela Roda, ao mesmo tempo que se ofereceram como amas para os criar. Esta estratégia beneficiaria de uma grande tolerância institucional, bem como da compreensão das autoridades locais, como o parecem provar os casos que passaremos a citar.

⁷⁶² A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1795-1804), fl. 155 v.º.

⁷⁶³ O funcionamento da roda e de outras instituições locais deverá ter sido bastante afectado, não se tendo efectuado qualquer registo de entrada de expostos, um processo logo retomado no dia em que as tropas francesas abandonaram Viana.

No mês de Novembro de 1809, foi exposto na Roda de Viana um menino que foi entregue à ama Maria do Rosário, da Rua da Bandeira. No mês de Junho do ano seguinte, a administração deu-lhe baixa, mas logo voltou a admiti-lo, «*atendendo à sua grande pobreza e por ser filho de um soldado da legião portuguesa*»⁷⁶⁴. Uma outra criança, exposta na mesma instituição, em 27 de Dezembro de 1809, foi entregue a uma suposta ama, Maria Joaquina, moradora na Rua das Rosas, a qual a manteve, nessa condição, até ao mês de Abril de 1812, altura em que a câmara de Viana lhe mandou dar baixa. Porém, por acórdão de 1 de Agosto desse mesmo ano, a câmara de Viana mandou continuar o pagamento dos subsídios de criação, «*por ser filha de soldado*».

Esta solidariedade institucional chegou a ser mais forte que os próprios deveres patrióticos, sempre que a desgraça atingia alguns desses agregados familiares. Por exemplo, a câmara de Viana não exigiu qualquer contrapartida financeira ao pai de uma criança que tinha sido exposta no ano de 1824 e que estivera a ser criada pela Roda de Viana, até completar os 7 anos de idade. A razão ultrapassa bem os sentimentos patrióticos e reverte em favor da solidariedade para com a tragédia familiar que atingiu esta criança inocente, filha de um «*soldado desertor do Regimento 9 de Infantaria e de sua mulher Tomásia, falecida*».

No dia 5 de Novembro de 1836, a câmara de Viana deferiu um requerimento que lhe foi apresentado por uma mãe desesperada, solicitando um subsídio para a ajudar a criar um filho, por se encontrar numa situação de extrema pobreza, uma consequência da «*ausência de seu marido que se achava em Espanha ao serviço da Rainha, no 1.º Batalhão de Caçadores n.º 4*»⁷⁶⁵.

Alguns anos depois, deu entrada na Roda de Viana a exposta Maria d'Oliveira Fiúza, acompanhada de um escrito que dizia ter sido baptizada, em Guimarães, e que tinha sido desamparada por sua mãe. Mais informava a mensagem que, como o seu pai não dispunha de posses para pagar a uma ama, se vira obrigado a mandá-la para a Roda, embora quisesse tomar conta dela, depois de um ano de criação. Esta promessa acabou por ser cumprida pelo seu pai, um sargento de infantaria n.º 3, provavelmente a cumprir serviço militar num dos regimentos militares de Viana⁷⁶⁶.

Na ausência de qualquer instituição que acolhesse temporariamente os filhos de militares, forçados a circular por diversas regiões do país, a estratégia familiar poderia passar por entregar temporariamente os filhos numa Roda, quando escasseavam os recursos e, sobretudo, quando as mulheres decidiam acompanhar os maridos militares. Foi este o motivo invocado por uma mulher, quando expôs uma filha na Roda de Viana, tendo afirmado ser casada com Manuel José da Silva, cabo da esquadra de artilharia n.º 3, e que se via «*obrigada a acompanhar o marido que vai destacado para a Figueira da Foz e ter mais uma filha*».

Na realidade, a Roda era vista como a única instituição disponível para desempenhar essas funções de acolhimento, de tal forma que um militar não hesitou em identificar-se quando nela entregou os filhos. Aconteceu no ano de 1848 e coincidiu com a entrada de dois irmãos na Roda de Viana, um com 4 e outro com 3 anos de idade, fazendo-os acompanhar por uns bilhetes que informavam já estar baptizados e serem filhos de Manuel Inácio, soldado de artilharia n.º 3, natural do Algarve. As mensagens justificavam a exposição dos filhos na Roda porque o pai havia sido obrigado a marchar para Valença e não ter meios para os transportar. Esta exposição temporária apenas se prolongou por pouco mais de um mês, altura em que foram reclamados e entregues à

⁷⁶⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fl. 166.

⁷⁶⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 308.

⁷⁶⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1843), fl. 384 v.º.

sua mãe⁷⁶⁷. Uma situação semelhante terá motivado a exposição de um menino que, dois anos depois, foi procurado pela mãe, «*actualmente a residir no Porto com o seu marido artilheiro*».

Num outro contexto, a existência de aquartelamentos militares ou a passagem dos regimentos por determinadas localidades também contribuiria para o aumento da ilegitimidade. Em regiões de forte emigração masculina, com um restrito mercado matrimonial, os namoros ocasionais, bem como as expectativas ou promessas de casamento, poderiam originar algumas gravidezes ilegítimas. Perante a partida dos militares, as Rodas acabariam por funcionar como subterfúgio e receptáculo para a ocultação da gravidez e do desencanto amoroso, num processo que poderia ser reversível se os pais viessem a assumir a paternidade e a legitimar a sua relação, por subsequente casamento, o que seria pouco provável⁷⁶⁸.

3.3-As crianças com deficiência física e mental

A exposição de crianças deficientes nas Rodas/Hospícios dos concelhos do Alto Minho foi uma realidade, algumas delas com graves deficiências físicas e mentais. Este problema coloca-nos perante a hipótese de algumas famílias terem exposto as crianças deficientes para se libertarem das preocupações e dos encargos com a sua criação, um esforço que dificilmente teria um retorno efectivo, em termos de participação individual na economia do agregado familiar.

Esta suposição baseia-se no facto destas crianças não serem acompanhadas por mensagens escritas, a prometerem que a criança seria posteriormente procurada e reintegrada na família, como acontecia com muitas das outras crianças expostas. Isto não quer significar que todas as crianças deficientes fossem enjeitadas. Pelo contrário, registámos alguns casos de mães que optaram por requerer subsídios às câmaras municipais para as ajudar a tratar e criar os filhos deficientes, uma pretensão que sempre mereceu a compreensão e o apoio das instituições municipais, desde que nascidas em famílias com dificuldades económicas⁷⁶⁹.

Os escrivães preocupavam-se em registar todas as anomalias detectadas, até porque algumas das deficiências apresentadas poderiam servir como sinais particulares

⁷⁶⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1846-1848), fls. 347 v.º e 348.

A compreensão institucional poderia manifestar-se no momento da entrega das crianças aos seus progenitores, cuja criação acabava por ser financiada pelas rendas municipais. A única coisa que as autoridades municipais exigiram a uma mulher, casada com José António Eiras, soldado n.º 24, da 7.ª Companhia de Infantaria n.º 3, que reclamava uma filha legítima, após ter atingido os 7 anos de idade, foi de que continuasse a criar a dita menina, como sua filha que era (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, de 1848-1853, fl. 120).

⁷⁶⁸ Uma menina que tinha sido exposta na Roda de Viana, em 1840, foi reclamada, três anos depois, como filha de Maria Benedita dos Santos, então solteira, hoje casada com Custódio José dos Santos, cabo de esquadra que foi do batalhão n.º 9.

⁷⁶⁹ A Câmara de Viana, por alvará de 3 de Março de 1859, admitiu, como “exposto”, e pagou o salário da Roda a um menino, por «*ter ficado teso de todo o lado esquerdo*».

Algumas mães poderão ter entrado em desespero perante a incapacidade de enfrentar os graves problemas de saúde de alguns dos filhos, sobretudo quando se tratava de doenças contagiosas. Terá sido nesta situação que uma mulher, ao ver alguém aproximar-se, deixou no meio de um caminho da freguesia de Couto, concelho dos Arcos, um menino «*coberto de tinha e de sarna*».

O regedor da freguesia mandou-o entregar à rodeira da Roda dos Arcos, tendo esta, em 6 de Março de 1843, conseguido a sua entrega a uma mulher da mesma freguesia, provavelmente conhecedora da mãe e da grave situação, tendo-se responsabilizado pela sua criação e pelo tratamento das suas moléstias. Depois de curado, este menino teve baixa, sendo entregue a quem se disponibilizou para o criar gratuitamente (A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, de 1832 a 1844).

para uma eventual recuperação futura, por parte da família. Foi através desses registos que pudemos comprovar a exposição de várias crianças com graves deficiências físicas nas Rodas e nos Hospícios, algumas delas cegas, surdas-mudas ou aleijadas.

Entre as meninas deficientes expostas, uma tinha «*a boca torta e era aleijada de uma mão e um pé*», outra era aleijada da boca, «*com impossibilidade de se poder sustentar por amamentação*», e uma outra era «*aleijada d'ambos os pés*». Por seu lado, um menino vinha cheio de feridas e sarna, apenas embrulhado numa serapilheira, enquanto outro se descobriu ser «*ceguinho de ambos os olhos*», uma deficiência que terá motivado a sua exposição, logo após ter sido detectada. O mesmo se terá verificado quando se descobriam as deficiências mentais de algumas crianças, registadas como “mentecaptas” ou “dementes”, alguns delas também com deficiências físicas.

As crianças deficientes, incluindo as que não eram expostas, mereceram uma atenção particular e beneficiaram de apoios suplementares por parte das autoridades locais, sobretudo quando nasciam em ambientes precários e em famílias muito carenciadas, independentemente de serem legítimas ou ilegítimas. Logo no início do século XIX, a câmara de Ponte de Lima, atendendo à pobreza dos suplicantes, subsidiou a criação de um menino cego, com dezasseis meses de idade, filho legítimo de Diogo Rodrigues e sua mulher, da freguesia de Santa Marinha, até completar os sete anos de idade, como acontecia com os expostos⁷⁷⁰.

A assistência aos deficientes mentais poderia prolongar-se por mais tempo do que a dos deficientes físicos porque, enquanto os primeiros não adquiriam qualquer autonomia para se regerem e sustentarem, os segundos poderiam vir a desempenhar alguma actividade que lhes permitisse contribuir para a própria sobrevivência, incluindo a mendicidade. Contudo, a probabilidade de sobrevivência destas crianças seria reduzida, dependendo muito da gravidade da deficiência, do zelo e tratamento das respectivas amas⁷⁷¹. Daí que, pelo menos nalguns períodos, tenha havido a preocupação em entregar as crianças deficientes a amas dedicadas e disponíveis, a troco de melhores salários.

A discriminação positiva dos deficientes poderia continuar mesmo após a detecção de algumas irregularidades, uma compreensão institucional que assentava nos princípios da tolerância e da solidariedade humana e cristã. Estaria neste caso um menino que, três anos depois de ter dado entrada na Roda de Ponte de Lima, se descobriu ser filho da ama que o criava. Todavia, a administração municipal, depois de se ter inteirado da situação, decidiu manter-lhe o subsídio de criação, «*pela sua muita indigência e por ser cego*», continuando a pagar à mãe o respectivo salário, já não como “ama”, mas oficialmente na qualidade de mãe⁷⁷². Na mesma altura, a câmara de Ponte da Barca subsidiou a criação de uma menina «*tolhida dos pés e mãos que causa dó ao público*», porque a sua mãe vivia na mais completa miséria.

Sorte diferente teve uma outra menina, exposta na Roda de Viana, em 1827, entregue à ama Teodora Vieira, da Rua da Videira, que completou os 7 anos de criação. Como não estaria em condições de ser entregue ao juízo orfanológico, nem haveria quem dela quisesse tomar conta, a câmara de Viana deliberou voltar a admiti-la e a subsidiar a sua criação, em atenção à pobreza da ama e ao carinho e desvelo com que tratava a dita exposta (tudo indica que conhecida da mãe) que, «*por ser tolinha e*

⁷⁷⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1802-18110-II), fl. 25 v.º.

⁷⁷¹ Em 1803, apareceu na Roda de Ponte de Lima uma mulher que se fazia acompanhar por uma menina cega, com cerca de três meses, afirmando que lha entregara uma mulher desconhecida, provavelmente após ter descoberto que a filha era invisual. A apresentante ficou com ela como ama, uma actividade que apenas desempenhou por poucos dias, por falecimento da criança.

⁷⁷² A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1838-1841 I).

doente, se torna digna de ser socorrida». Porém, quando esta menina completou os 10 anos de idade, a câmara mandou-a entregar à mãe Maria Tomásia, da Rua das Flores, porque, apesar da criança ser demente, já lhe havia sido pago «*mais do que o tempo de lei*»⁷⁷³. A mesma ama tomou conta de um menino surdo-mudo, exposto na Roda de Viana, em 26 de Dezembro de 1829, tendo continuado a sua criação após ter completado os 7 anos de idade, «*até ser enviado para um Asilo de Surdos-Mudos*».

Ao completar os três anos de idade, a Casa Pia de Lisboa foi o destino de um menino surdo-mudo, que tinha sido exposto na Roda de Caminha, em 1837, por incapacidade da ama e do município em lidar com tais deficiências. Estas requeriam um ensino especializado e uma aprendizagem necessariamente diferenciada. Nos restantes casos, sempre que os expostos deficientes atingissem os 7 anos de idade, as câmaras continuavam a sua criação, por mais algum tempo, atendendo à sua situação e a não estarem em condições de trabalhar para angariarem a sua própria subsistência. Foi o que se verificou com uma menina que manteve o subsídio «*pelo seu estado de idiotismo e pouco desenvolvimento*». Uma outra viu prolongar o subsídio por mais dois anos «*por sofrer de ataques epiléticos*».

Dentro dos parâmetros de uma política social integradora, as câmaras municipais passaram a assumir os custos de criação dos expostos deficientes cujas famílias não tinham meios para lhes prestar a devida assistência. Por exemplo, um exposto cego da Roda de Ponte de Lima, de 16 anos de idade, que vivia com a respectiva ama na freguesia de Santa Leocádia de Geraz, viu-se momentaneamente desamparado, por lhe ter falecido a ama. Como pertencia a uma freguesia do concelho de Viana, a câmara local, por acórdão de 31 de Julho de 1841, decidiu atribuir-lhe um subsídio mensal de \$700 réis para compensar uma viúva, da mesma freguesia, que o passou a acolher⁷⁷⁴. Contudo, o apoio que foi concedido às famílias de acolhimento do exposto Tobias, “demente e aleijado”, descrito no início deste capítulo, poderá ser apresentado como paradigma da discriminação positiva dos expostos deficientes.

Por razões humanitárias e de solidariedade para com os mais desprotegidos, as crianças deficientes sempre mereceram cuidados especiais por parte das autoridades municipais, desde que nascidas em ambientes familiares mais pobres, chegando a compensar as mães ou as amas com uma remuneração suplementar. Neste contexto, a ocultação das crianças deficientes, através da sua exposição, apenas poderia ser justificada pela incapacidade familiar em cuidar das crianças dependentes ou por razões de manutenção da honra familiar, quando ilegítimas⁷⁷⁵.

⁷⁷³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 306.

⁷⁷⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1848-1853), fl. 213.

⁷⁷⁵ Neste caso, as crianças poderiam ser expostas, mais por serem ilegítimas do que por serem deficientes. Na verdade, as câmaras já concediam subsídios para ajudar à criação de crianças nascidas em ambientes familiares muito precários, embora por períodos mais reduzidos que, quando se tratava de situações mais dramáticas, se poderia prolongar até completarem os sete anos de idade.

Apesar dessa prerrogativa assistencial, alguns familiares de expostos deficientes optaram por abandonar essas crianças, como aconteceu com uma menina surda-muda que foi exposta quando tinha 3 anos, depois de comprovada a sua grave deficiência. Um outro menino deficiente, «*com seis dedos em cada mão e seis dedos no pé direito*», foi abandonado na casa de José Soares, em Melgaço, no dia 16 de Janeiro de 1864, por alguém que o lançou no interior da loja e se retirou em fuga imediatamente. Como a criança se encontrava em perigo de vida, quase a expirar, foi entregue à rodeira da vila, acabando por falecer 4 dias depois.

Opção diferente teve uma exposta sobrevivente, solteira, natural da freguesia de Santa Leocádia, concelho de Viana, a quem a câmara passou a subsidiar, como desvalida, uma sua filha que havia nascido macrocéfala, eventualmente com a compreensão e o apoio da família de acolhimento. Trata-se de mais um exemplo em que a mãe exposta, apesar de se estar perante uma criança com uma grave deficiência, não quis reservar para a filha o mesmo destino a que tinha sido votada.

3.4-Delinquência, criminalidade e exposição de crianças

Algumas crianças inocentes poderiam ficar completamente desprotegidas ou em situação de abandono, sempre que um ou ambos os progenitores tinham sido julgados e condenados ao cumprimento de penas de prisão ou de degredo. Sem família para as acolher, a sua criação passava a ser uma incumbência dos concelhos, pelo menos pelo período em que durava a privação da liberdade.

Apesar de, em parte do período estudado, ainda vigorar a pena capital no nosso país, não tivemos conhecimento de nenhuma situação em que a exposição de crianças ou a atribuição de subsídios de criação tivesse sido motivada por algum dos seus progenitores ter sido condenado à morte. Já o mesmo não se verificou em relação ao cumprimento de penas de prisão e, sobretudo, de degredo para as terras do Ultramar. Foi numa situação de profundo desespero que uma mulher casada, natural da Feitosa, recorreu aos subsídios da Roda de Ponte de Lima para criar um filho legítimo, depois do seu marido ter sido preso e sentenciado ao degredo para as costas de África, um pedido deferido até que a criança completasse os sete anos.

Em 1854, foi exposto na Roda de Viana um menino que teria cerca de um ano de idade. Feitas as necessárias averiguações, a administração descobriu que era filho de Maria de Jesus, casada com João Alves Franco, «*preso na cadeia da cidade, já sentenciado a degredo para o Ultramar*». Perante o dramatismo da situação, a câmara de Viana mandou entregar a criança à mãe e concedeu-lhe o mesmo subsídio que se costumava pagar às amas dos expostos, atendendo à extrema pobreza em que tinha passado a viver, sem o marido para angariar o sustento da família. Igual procedimento foi seguido pela câmara de Ponte da Barca, ao aceitar, como desvalidos, três irmãos de 2, 3 e 5 anos, por sua mãe ter sido condenada ao degredo, a qual decidiu levar consigo uma outra filha.

Uma situação ainda mais dramática atingiu uma criança legítima, com 15 meses de idade, cujos pais se achavam presos na cadeia de Caminha, por crime de roubo. A menina corria perigo de vida, mais ainda porque a sua mãe se achava «*alucinada dos sentidos, querendo-a matar*»⁷⁷⁶. Esta criança, abandonada por força das circunstâncias, foi admitida na Roda e passou a ser subsidiada pela câmara municipal.

Em 1818, a câmara de Ponte de Lima admitiu, como subsidiada da Roda, uma menina cujos pais, naturais do couto da Correlhã, haviam sido presos. Alguns anos depois, fez o mesmo em relação a dois filhos legítimos de uma casal de Refóios, depois da mulher ter sido assassinada pelo marido.

Já no período de funcionamento do Hospício, a câmara de Viana acolheu um outro menino que tinha nascido na prisão de Viana, onde sua mãe se encontrava a cumprir uma pena, ao abrigo do artigo 294.º do Código Civil de 1867, até que a sua mãe saísse em liberdade e passasse a reunir as condições para criar o filho⁷⁷⁷.

3.5-As crises económicas e as estratégias de sobrevivência

São bem conhecidas algumas das crises cíclicas que afectaram as populações do Antigo Regime e que tanto dificultaram a sobrevivência de alguns agregados domésticos, sobretudo dos mais numerosos e economicamente mais debilitados e carenciados. A persistência de situações de pobreza não era apenas conjuntural, num

⁷⁷⁶ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1849-1857), fl. 39 v.º.

⁷⁷⁷ Art.º 294.º do *Código Civil Portuguez*, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, quinta edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

regime demográfico muito dependente dos mecanismos fisiológicos e de uma fecundidade dita “natural”. Neste regime demográfico tradicional, as probabilidades de sobrevivência das crianças estaria muito dependente de factores naturais, com a mortalidade a limitar o tamanho das famílias.

Após o advento da industrialização, o pauperismo passou a constituir um problema social que afectou particularmente as classes proletárias dos meios urbanos, sobretudo daqueles em que se registava uma maior afluência de pessoas migrantes, como consequência do êxodo rural. Muitas delas passariam a viver em regiões insalubres, onde proliferavam os problemas sociais. É nestas regiões que o problema do abandono de crianças alcançou uma maior e, de certa forma, incontável amplitude, cuja falta de resposta institucional acabaria por se repercutir nas elevadíssimas taxas de mortalidade que se registavam entre as crianças expostas.

Não foi esta a situação vivida nesta região do Alto Minho⁷⁷⁸, a qual continuou a registar um certo atraso estrutural, mantendo o espectro de uma sociedade profundamente ruralizada, organizada em torno de valores hierárquicos, de dependência e de subalternidade. Aversa ao individualismo e parte integrante de uma sociedade que privilegiava e valorizava as relações de vizinhança e as vivências comunitárias, a população desta região do noroeste português procurava encontrar o ponto de equilíbrio que melhor pudesse garantir a sua sobrevivência.

Alguns estudos têm apontado a miséria e as dificuldades económicas como factores determinantes para a exposição de crianças. Num contexto de luta pela sobrevivência, as famílias mais carenciadas terão sido constrangidas a abandonar os seus elementos excedentários, aproveitando o facto dos concelhos serem obrigados, por lei, a criarem os expostos como “filhos adoptivos da pátria”. As condições em que algumas crianças foram expostas, por vezes completamente nuas ou embrulhadas nalguns farrapos velhos, poderão funcionar como indicadores do contexto de miséria em que algumas delas foram geradas⁷⁷⁹.

Depois do fenómeno migratório ter sido associado aos bloqueios e constrangimentos económicos e sociais que afectaram toda a região do Minho, é natural que os mesmos factores sejam ponderados na tentativa de explicar o fenómeno da exposição de crianças. Contudo, para se poderem avaliar, com maior profundidade, as repercussões demográficas de uma conjuntura desfavorável, será necessário um estudo mais aprofundado da correlação entre as condições de vida existentes e as taxas de abandono efectivamente praticadas (Brettel, 1989:228).

Num trabalho de investigação sobre Ponte de Lima (Fonte, 1996a:198), um concelho contíguo ao de Viana, estudámos a correlação entre os preços do milho (o cereal mais importante na produção e alimentação das populações locais) e o número de crianças abandonadas na região, no período compreendido entre 1675 e 1874. O objectivo era procurar identificar eventuais relações de causa-efeito entre essas duas variáveis, ou seja, saber em que medida a exposição de crianças terá sido uma resposta das populações mais carenciadas às oscilações do preço dos cereais. Para o período de

⁷⁷⁸ Recordamos a afirmação de Eusébio Coelho (1861:147), segundo o qual «o pauperismo não existe no districto. Não há indigencia permanente senão aquella que nasce da fatalidade e da desgraça irremediável como são as doenças e a idade.

N'esta parte do nosso bello paiz, onde a industria agricola occupa todos quantos braços n'ella se queiram empregar, onde a abundancia dos generos de primeira necessidade traz consigo a sua facil acquisição por preços modicos relativamente á quantidade, onde a ausencia de estabelecimentos fabris é total, não pôde com taes condições haver aqui fome. Pode haver e há pobreza, mas o que não há é miseria».

⁷⁷⁹ No dia 22 de Março de 1737, foi exposta em Ponte de Lima uma menina que «apareceu sem camisa, embrulhada nuns tapos muito velhos, num cestinho muito velho e roto e sem mais nada».

1675 a 1774, obtivemos um coeficiente de 0,37, ou seja, uma correlação positiva fraca, e um coeficiente de 0,09, para o período de 1775 a 1874, uma correlação praticamente nula.

No período que se iniciou no último quartel do século XVII e se prolongou até ao final do terceiro quartel da centúria seguinte, pudemos comprovar a existência de um certo paralelismo na evolução das duas variáveis, num comportamento tendencialmente a ascendente, com a exposição de crianças a acompanhar a subida do preço do milho, bem como de outros cereais. O coeficiente de correlação desse período poderá indiciar que o abandono de crianças não terá passado ao lado das grandes crises de subsistência e da alta do preço dos cereais, não obstante essa correlação ser fraca e ser necessário ponderar e equacionar outros factores⁷⁸⁰.

A partir dos finais do século XVIII e ao longo do século XIX, há uma clara inversão no sentido evolutivo das tendências dessas variáveis, chegando a verificar-se uma descida do número de expostos, quando os preços subiam, bem como um aumento significativo daqueles, em períodos de queda dos preços. Contudo, este comportamento diferenciado poderá ser explicado pelo facto de se haverem desencadeado movimentos espontâneos ou organizados de solidariedade humana, como resposta às graves crises frumentárias. Seria uma forma de atenuar os seus efeitos e evitar que a fome pudesse agravar as situações de miséria e indigência, com todas as consequências trágicas para uma população carente e subalimentada.

No entanto, o problema da subida dos preços dos cereais não seria sentido da mesma forma pelas populações consumidoras e produtoras. Nestas últimas, onde se integravam as populações do Alto Minho, as crises poderiam ser bem mais gravosas quando se registava uma descida acentuada dos preços. Com uma oferta superior à procura, o escoamento dos excedentes poderia não se realizar, o que se reflectiria negativamente nos rendimentos dos agregados domésticos. Foi essa a percepção da câmara dos Arcos de Valdevez quando, em 3 de Junho de 1837, manifestou a sua preocupação com a descida do preço dos cereais que *«inesperadamente tem chegado a uma barateza tal, que não pode deixar de fazer paralisar o Comércio, e que a Agricultura sofra sobremaneira»* (Justino, 1989:66-67). Pelo contrário, quando os preços subiam, estes repercutiam-se nos rendimentos das casas mais abastadas, mas não deixavam de contribuir para o agravamento das condições de vida e das dificuldades de sobrevivência dos mais carenciados, impossibilitados de comprar esses cereais.

É nestas circunstâncias que mais se faria sentir a solidariedade humana, com os mais afortunados a dar trabalho àqueles que o não tinham ou a ajudar os que estavam impossibilitados de o fazer. Mesmo assim, algumas famílias terão optado por transferir para o domínio público a criação dos filhos, na esperança de os poder reintegrar quando já estivessem criados e em condições de trabalhar.

Como exemplo de uma solidariedade espontânea, poderemos referir o que se verificou no concelho de Ponte de Lima, em 1855, ano em que as populações mais pobres estiveram ameaçadas pela fome, como consequência da carestia de cereais e do seu elevadíssimo preço. Além das medidas de âmbito colectivo, nomeadamente as que

⁷⁸⁰ As crises económicas eram cíclicas, não deixando de afectar as populações mais carenciadas, as quais se poderiam ver constringidas a transferir a criação de alguns dos filhos para os serviços públicos, numa atitude que se poderá não significar um enjeitamento definitivo.

São conhecidas algumas das crises que afectaram o nosso país, nomeadamente uma série de más colheitas que se iniciaram na última década do século XVIII, sendo de registar uma carestia de pão que afectou as populações do Minho e chegou a obrigar à importação de cereais. O século XIX ter-se-á iniciado sob o espectro da carestia de cereais, uma situação que a solidariedade particular poderá não ter sido suficiente para acudir a todas as situações, podendo ter contribuído para o aumento da mortalidade e para uma certa estagnação do crescimento populacional.

foram protagonizadas pela câmara municipal, que proibiu a saída de milho para fora do concelho⁷⁸¹, coube à iniciativa privada complementar a insuficiência das medidas públicas, numa convergência de interesses, em prol dos mais necessitados.

Assim o fez Agostinho José Taveira, «*cavalheiro muito conhecido pelos rasgos de sua alma filantrópica e patriótica*», que, no dia 15 de Março de 1855, se apresentou na reunião da câmara de Ponte de Lima para oferecer a quantia de 400\$000 réis, sem juro e por tempo ilimitado, para ser aplicada na compra de milho, a ser vendido aos mais pobres, por preço razoável⁷⁸². Tal atitude altruísta, digna de figurar nos anais da solidariedade humana, muito contribuiu para atenuar os efeitos terríveis dessa crise, entre as classes populares.

Sem um conhecimento prévio desta acção concertada entre os poderes públicos e a iniciativa particular, nunca poderíamos compreender porque é que, num ano de grande carestia de cereais, o preço do milho havia baixado para cerca de metade do preço do ano anterior, simultaneamente com uma diminuição do número de crianças expostas na Roda. Nesse ano de 1855, deram entrada na Roda de Ponte de Lima 98 crianças, quando no ano anterior haviam sido expostas 111 crianças. No ano seguinte, esse número seria reduzido para 65 expostos, uma tendência decrescente que não poderá ser explicada exclusivamente por factores de natureza económica, voltando a registar-se uma nova inversão, nos finais da década de cinquenta, a qual se iria manter até à alteração institucional que se verificou no ano de 1866.

Numa altura em que as políticas sociais, globalmente integradoras, não passavam de uma miragem, com a sobrevivência de muitas famílias a depender do apoio e da solidariedade privada, a pobreza estrutural continuou a afectar alguns sectores da sociedade, de onde seria originário um número indeterminado de crianças expostas. Contudo, estamos convictos de que, numa região em que as redes de solidariedade emergiam com grande espontaneidade, o fenómeno da exposição de crianças poderá não ter passado de uma encenação, sempre que a solidariedade particular se revelava insuficiente para dar resposta a todas as solicitações. Seria uma forma de pressionar a intervenção do Estado, o qual havia delegado nos concelhos essas obrigações sociais, nomeadamente através do acolhimento e criação das crianças enjeitadas.

Sempre que a ilegitimidade fazia parte desses quadros familiares mais precários, estariam reunidas as condições para que essas estratégias familiares fossem utilizadas, aproveitando a permissividade do sistema assistencial e a complacência das próprias autoridades municipais, como o pudemos comprovar ao longo desta investigação. Em situações de extrema miséria, foram os próprios responsáveis pela gestão e administração dos expostos a abrir espaço a uma certa cooperação institucional, com o apoio explícito de algumas autoridades locais, civis ou religiosas, que se apressavam a atestar a indigência ou a miséria extrema em que viviam algumas pessoas.

Essa cumplicidade ainda foi mais evidente quando se pretendia dar uma nova oportunidade a algumas mães solteiras, com o trabalho a poder servir de meio de reabilitação social. Terá sido isso mesmo que pretenderam fazer as autoridades de Ponte de Lima com Ermelinda Joaquina, solteira, ao admitirem um seu filho na Roda, em 9 de Fevereiro de 1850, «*por esmola, com a condição da mãe ir servir*»⁷⁸³.

⁷⁸¹ A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1852-1856), fl. 132 v.º. Na reunião realizada no dia 13 de Fevereiro de 1855, o presidente da câmara declarou que, em atenção à grande escassez de cereais, principalmente milho, havia mandado afixar editais, com pregão na feira e lugares públicos, a proibir a saída de milho para fora do concelho de Ponte de Lima.

⁷⁸² A.M.P.L., Livro das Vereações da Câmara de Ponte de Lima (1852-1856), fl. 212.

⁷⁸³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1847-1851), fl. 177.

Preocupado com o aumento das exposições, o governo, por portaria de 17 de Julho de 1862, nomeou uma comissão para estudar o problema, numa altura em que as despesas de criação absorviam a maior parte dos rendimentos municipais. Depois de analisar a situação, à luz da *«organização das sociedades que saíam de tão longo obscurantismo do passado para renascem à luz dos novos princípios políticos»*, a referida comissão elegeu o *«terrível problema da miséria»* como um dos factores responsáveis pelo abandono de crianças. Seguidamente, colocou a seguinte questão fulcral: deveria a sociedade intervir na resolução do problema da miséria, organizando o serviço da beneficência pública, ou continuar surda às reclamações, revelando-se cruelmente indiferente às consequências desse mal?

Depois de citar algumas das políticas adoptadas noutros países, esta comissão acabou por reconhecer a necessidade do Estado intervir, em matérias de beneficência, mesmo sabendo que poderia estar a contribuir para uma inevitável como nociva desmoralização do sistema de assistência pública⁷⁸⁴.

3.5.1-Os filhos legítimos de famílias pobres e indigentes

Numa conjuntura desfavorável, e perante a falta de resposta dos movimentos de solidariedade particular às necessidades mais prementes das populações, as famílias mais carenciadas poderiam ver nos serviços públicos a solução para alguns dos seus problemas. A exposição dos filhos ou o recurso directo aos subsídios de criação seriam duas estratégias possíveis na luta pela sobrevivência familiar. Contudo, como esta última alternativa estava muito limitada pela insuficiência de meios financeiros, só em situações absolutamente excepcionais os filhos legítimos poderiam ser contemplados com subsídios de criação, “por terem pai”. É aqui que deveremos integrar a exposição temporária de crianças legítimas, aproveitando as fragilidades do sistema público de assistência, com os inevitáveis desvios às normas estabelecidas e a violação dos códigos sociais, nem sempre assumidos e respeitados por todos.

Não havendo dúvida de que os pais legítimos não poderiam ser dispensados do cumprimento dos seus deveres naturais, a excepção seriam os casos em que um ou ambos os progenitores se viam perante situações extremas de absoluta incapacidade, como uma doença incurável, a morte, a prisão ou o degredo. Foi esta a opinião manifestada por uma comissão que analisou o problema, em 1867, ao chegar à conclusão de que, se a sociedade dispensasse os pais dos seus deveres, estaria a *«concorrer para o esquecimento e para o desprezo dos mais sagrados deveres naturais»*. Com tal argumento, rejeitou liminarmente a possibilidade do governo poder estender a sua acção protectora aos filhos legítimos, devendo recusar-se a aceitá-los na qualidade de expostos⁷⁸⁵.

Num regime de excepção, apenas poderiam caber os filhos legítimos de casais muito pobres ou indigentes, nunca aqueles cujo abandono resultasse exclusivamente do egoísmo dos pais que, a verificar-se, deveria ficar sob a alçada da justiça e sujeito a uma punição exemplar⁷⁸⁶. O Código Penal, ao condenar apenas os pais legítimos que, apesar

⁷⁸⁴ Portaria de 17 de Julho de 1862, Diário de Lisboa, n.º 168, de 29 de Julho de 1862.

⁷⁸⁵ Parecer da Comissão que foi nomeada para estudar e indicar os melhoramentos necessários para a administração dos expostos, apresentado em anexo ao decreto de 21 de Novembro de 1867, cit..

⁷⁸⁶ Para resolver este problema, seria necessário indagar as razões que estariam na origem do enjeitamento dos filhos legítimos pelos pais - se o egoísmo ou a extrema miséria em que viviam. Para os primeiros, a lei deveria ser cumprida e punir os prevaricadores com todo o rigor. Tratando-se de situações de miséria, a sociedade não se poderia manter indiferente, nunca dispensando os pais das suas obrigações naturais, antes ajudando-os a cumprir os seus deveres, concedendo-lhes um socorro para que pudessem

de terem meios para sustentarem os filhos, os expunham fraudulentamente⁷⁸⁷, deixava implícito que aqueles que não dispusessem dessas condições não cometeriam qualquer crime, desde que recorressem aos serviços disponíveis da assistência pública.

Os estudos empíricos colocam-nos perante a existência de crianças legítimas entre os expostos, como o provam os processos de indagação e a sua entrega aos pais, por intimação ou por reclamação. Todavia, tudo indica que, apesar de se estar perante um número indeterminado de casos, a sua percentagem deveria ser relativamente baixa, quando comparada com a dos filhos naturais.

Numa destas situações deveriam estar duas meninas gémeas, admitidas na Casa da Roda de Viana, em 1861, com cerca de 2 meses de vida, as quais foram entregues às amas, Joana da Rocha, solteira, jornaleira, de 32 anos, e Rosa Pereira, casada, jornaleira, de 35 anos, ambas naturais da freguesia de Santa Maria de Geraz. Em 1864, a administração de Viana deu-lhes baixa porque, segundo o pároco daquela freguesia, eram filhas de António da Rocha e de Rosa Rodrigues, da mesma freguesia das amas, como constava dos respectivos assentos de baptismo⁷⁸⁸. Por dificuldades económicas ou por falta de leite, este casal, com a cumplicidade de terceiros, conseguiu subsidiar a criação destas filhas gémeas, durante cerca de 3 anos, não sendo de excluir a possibilidade de uma delas se haver mantido em poder da própria mãe, com a ama fictícia a receber os subsídios de criação.

A origem familiar das crianças expostas deixaria definitivamente de ser indagada, a partir do momento em que morte as subtraía aos encargos das instituições, com a consequente interrupção dos salários de criação. Tal não se justificaria porque, além das razões económicas que impossibilitariam a família de pagar as despesas realizadas, seria a honra familiar a motivar e a justificar a exposição de crianças, um valor que deveria continuar a ser preservado, mesmo após a morte das crianças.

Mesmo assim, ainda registámos algumas excepções, com as famílias legítimas das crianças expostas a serem identificadas após a sua morte, o que nos permitiu conhecer e reconstituir o seu quadro familiar. Foi o que se verificou com uma menina que foi exposta no Hospício de Ponte de Lima, em 12 de Janeiro de 1893, embrulhada num lençol de estopa velho, tendo sido entregue à ama Antónia de Sousa, casada, da freguesia de Anais. A menina acabou por falecer no dia 12 de Setembro, desse mesmo ano, mas não em poder da referida ama, como seria de esperar. Depois de registar o seu óbito, o escrivão anotou a seguinte informação:

*«Esta exposta era filha legítima de Agostinho Dias e Maria Fernandes da Costa, da freguesia de Anais e ali faleceu em poder da mãe a 12 de Setembro de 1893, segundo certidão do Reverendo Pároco e informações obtidas pela autoridade administrativa do concelho»*⁷⁸⁹.

Estas informações colocam-nos perante a exposição de uma criança que não representou um verdadeiro enjeitamento. Tudo indica que os pais seriam pobres (como o parece comprovar a ausência de enxoval) e que a ama oficial não passaria de uma cúmplice dessa estratégia, ao encarregar-se de a ir buscar (eventualmente depois de a ter

criar os filhos, sem nunca lhes dar a liberdade de os exporem e abandonarem, como poderia acontecer no período em que funcionou o mecanismo sigiloso das rodas.

⁷⁸⁷ Segundo o art.º 348.º do **Código Penal**: «Os pais legítimos que, tendo meios de sustentar os filhos, os expozem fraudulentamente no estabelecimento publico destinado á recepção dos expostos, serão condemnados ma multa de um mez a um anno» (in Código Penal, por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, cit.).

⁷⁸⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1860-1861), fl. 161.

⁷⁸⁹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918), registo n.º 20.

exposto à porta do Hospício) e de a voltar a entregar à sua própria mãe, uma forma indirecta de subsidiar a sua criação.

As próprias mensagens poderão indiciar tratar-se de crianças legítimas, cujos pais se viram forçados a expor os filhos, por razões que poderão estar relacionadas com a dimensão das famílias, colocadas perante dificuldades acrescidas pelo nascimento de mais uma criança. Esta poderia impedir o contributo da mãe para o equilíbrio familiar, a partir do momento em que os cuidados de criação a impediam do desempenho de qualquer actividade remunerada, com excepção do cargo de ama de leite.

Não sendo possível saber sempre se o conteúdo das mensagens escritas correspondia ou não à verdade, o que é certo é que as mesmas revelam uma preocupação com a sorte dos filhos, cujos familiares se viram forçados a expor, mas que não queriam enjeitar. Isto mesmo estava explícito na mensagem que acompanhava um menino que foi exposto na Roda de Ponte de Lima, em 1863, sendo baptizado com o nome de Bento Florentino. Começando por pedir ao pároco para pôr esse mesmo nome no baptismo «*a este infeliz menino (...) por ser essa a vontade de seus pais*», passava a recomendar que o entregassem a uma pessoa que o tratasse com todo o carinho e zelo para que os seus pais, «*a todo o tempo*», o pudessem procurar. Ao mesmo tempo, pedia que tudo isso fosse feito por caridade, pois Deus os haveria de recompensar⁷⁹⁰.

Outras mensagens solicitavam os favores e préstimos às amas, em troca de «*alvíssaras do pai e da mãe*». Esta referência aos pais não significa, necessariamente, que as crianças fossem legítimas, visto que algumas dessas mensagens afirmavam que os pais queriam voltar a tomar conta dessas crianças, «*mas ao presente não podem, por certas circunstâncias*». Na prática, isto poderá querer significar que esperavam vir a legitimar, por subsequente casamento, o fruto de uma relação ilícita, um desejo que nem sempre terá sido correspondido e concretizado, impossibilitando a sua reintegração familiar.

Quando as mensagens de crianças legítimas não faziam qualquer referência aos pais, tal facto poderá fazer parte da estratégia familiar que visava uma melhor compreensão e aceitação institucional, no pressuposto de que as crianças legítimas, que não tivessem ficado órfãs, deveriam ser criadas por eles. Segundo a mensagem que acompanhava um menino que foi exposto na Roda de Viana, em 1858, a família já o tinha mandado baptizar e a mãe só o expunha porque estava muito doente e não tinha leite para o amamentar, nem meios para pagar a sua criação, «*pois tem mais 7 filhos menores e por isso o manda para a Roda*»⁷⁹¹.

A exposição de crianças legítimas não era socialmente aceite, por ser entendida como uma tentativa de apropriação indevida dos benefícios da assistência pública, em especial quando os casais dispunham de condições para assegurar a sua sustentação. Quando as mães se encontravam perante uma impossibilidade comprovada de amamentar os filhos, por falta de leite ou por doença, não dispendo o pai de meios para lhes arranjar uma ama, as autoridades municipais autorizavam que a alimentação dessas crianças fosse subsidiada pelo período considerado necessário.

Esta cobertura assistencial era mais uma razão para não tolerar a exposição de crianças legítimas, sob o argumento da falta de leite das mães. Foi o que fez a administração de Valença que, numa situação de parto duplo, e pelo facto dos pais serem pobres e a mãe não ter leite para amamentar os dois filhos, acabou por lhes conceder um subsídio de aleitação, até as crianças completarem os dois anos de idade⁷⁹².

⁷⁹⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1863-11864), fl. 32.

⁷⁹¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 77 v.º.

⁷⁹² A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 93.

Noutras situações excepcionais, as administrações municipais também não negaram os subsídios de criação a outras crianças legítimas, vítimas de infortúnio. Veja-se o caso de um pescador, natural de Gontinhães (actual Vila Praia de Âncora), que teve de recorrer à ajuda da câmara de Caminha para o ajudar a criar o filho mais novo, o qual havia ficado órfão de mãe quando tinha apenas oito meses de idade. Como este “miserável pescador” tinha ficado com muitos filhos, «*não menos de 10 e todos menores de 25 anos*», a câmara municipal mandou subsidiar a sua criação⁷⁹³.

Apesar da tolerância e compreensão institucional, nem sempre as famílias optavam por uma transparência de processos, que passaria pelo candidatura aos subsídios públicos, como meio de resolver os graves problemas relacionados com a criação dos filhos. Tal facto poderá ser explicado pela sua condição de “pobres envergonhados” ou pelo desconhecimento de uma cobertura institucional que ia muito para além da criação das crianças enjeitadas⁷⁹⁴. Na verdade, quando alguém pretende justificar a exposição de uma criança com o facto da mãe não a poder amamentar, por «*se topar enferma dos peitos*», tudo não terá passado de uma encenação ou resultado da ignorância das pessoas, a não ser que tivessem meios para pagar a uma ama particular.

Tais procedimentos ainda persistiam em pleno século XX, numa altura em que já se haviam institucionalizado e alargado os subsídios de lactação, a conceder às famílias mais carenciadas. Isso mesmo o parece demonstrar a atitude de uma mulher casada, da freguesia de Santar, concelho dos Arcos, que terá simulado a exposição de três filhas, a primeira em 1902, a segunda em 1903 e a terceira em 1904, ao mesmo tempo que se oferecia, como ama, para as criar. Esta exposição não significou abandono, antes uma estratégia que, tudo o indica, terá beneficiado de alguma cumplicidade institucional. Em 1906, a câmara deu baixa a essas crianças, depois de ter detectado essa irregularidade ou, como é bem mais provável, após haver terminado o período de aleitação da filha mais nova.

Todavia, como as administrações locais não se mostravam tolerantes para com as situações de abandono simulado de crianças legítimas, cujos pais dispunham de meios ou condições mínimas para as criarem, algumas destas famílias procuraram contornar o problema, expondo ou mandando expor os filhos noutros concelhos, mesmo correndo todos os riscos inerentes a uma exposição e criação não controlada. Era uma tentativa de dificultar a sua identificação e de prolongar o período de criação, o que não aconteceria na própria comunidade onde todos se conheceriam, por força duma apertada vigilância entre os seus membros, salvo nos casos de manifesta convivência ou tolerância institucional.

3.5.2-A extensão da cobertura social às mulheres galegas

O carácter solidário destas instituições de assistência também foi extensivo a algumas mulheres imigrantes galegas, enquanto residentes nalgum dos concelhos do Alto Minho e a viverem em situações de extrema pobreza. Esta progressiva abrangência institucional está bem patente na não discriminação dos filhos de mulheres galegas, desde que se encontrassem nas mesmas circunstâncias dos filhos de mulheres portuguesas e ao abrigo das disposições regulamentares. Contudo, as mais beneficiadas foram as mulheres serviçais, geralmente solteiras, em paridade com as mulheres residentes naturais, no pressuposto de que aquilo que estava em causa era sobrevivência

⁷⁹³ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1837-1849), fl. 60.

⁷⁹⁴ Numa destas situações deverá ser enquadrada a exposição de uma criança na Roda de Viana, em 1809, à qual foi dada baixa no mês de Julho do ano seguinte, para ser entregue à mãe, logo voltando a ser readmitida, «*por ser pobríssima e ter 4 filhos e ser mãe viúva*».

das crianças, nascidas no país, independentemente da nacionalidade das respectivas mães.

Foi o reflexo da adopção de medidas socialmente integradoras e a face mais visível da mudanças das mentalidades e da proliferação dos novos ideais filantrópicos de luta contra a exclusão social. Aliás, que alternativa poderiam ter as autoridades municipais de Viana quando, em 1812, foram confrontadas com a entrega de dois irmãos gémeos na Casa da Roda, acompanhados de um atestado do pároco de Afife, a declarar que eram «*filhos de uma galega que morreu ao pari-los de hum ventre e sem deixar nada absolutamente*»? A solução não poderia passar pelo seu repatriamento, não restando outra alternativa às autoridades municipais do que admiti-los na Roda e subsidiar a sua criação, à custa das rendas do concelho⁷⁹⁵.

Idêntico procedimento tiveram as autoridades administrativas da Roda do concelho de Valadares quando, por acórdão de 11 de Outubro de 1820, decidiram admitir, como subsidiada, uma criança a quem, por ocasião do parto, lhe havia falecido a mãe, Josefa “Galega”, «*por não ter neste Reino pai ou parente algum que dela tomasse conta*»⁷⁹⁶.

Uma outra prova da progressiva cobertura social das Rodas foi dada pela câmara de Viana quando lhe entregaram um menino que tinha sido achado, ao desamparo, no Campo do Castelo, com um lenço atado na boca, deixado nesse estado pela própria mãe Rosa Gomes, natural da Galiza. O dramatismo da situação não passou despercebido a uns rapazes que, perante a gravidade do problema, agarraram a mulher e conduziram-na à presença das autoridades, tendo-lhe sido dada ordem de prisão. Após várias averiguações e depois da mesma haver confessado ter cometido aquela “barbaridade” pela sua extrema pobreza, o provedor ordenou a sua libertação e mandou entregar-lhe o filho para ela mesma o criar, dando-lhe o salário que se costumava pagar às amas dos expostos⁷⁹⁷.

No ano de 1845, as autoridades municipais do concelho de Vila Nova de Cerveira aceitaram mandar criar uma filha natural de Teresa Francisca, uma mulher da Galiza que residia neste concelho, desde pequena, por ter ficado completamente desamparada, «*em consequência de sua infeliz mãe morrer de parto pela ocasião do nascimento da mesma filha que ficou totalmente desamparada*»⁷⁹⁸. Alguns anos depois, deu entrada na Roda do mesmo concelho uma criança que foi abandonada na freguesia de Covas «*por nela morrer uma mendiga que o trazia e dizia ser sua mãe e ser natural de Santiago, da Galiza*»⁷⁹⁹.

Em 1847, a câmara de Caminha subsidiou a criação de um filho ilegítimo duma mulher da Galiza, na condição de desvalido, depois da mãe ter falecido, deixando-o «*sem o mais pequeno recurso nem amparo de ninguém*», uma situação comprovada por

⁷⁹⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1807-1814), fls. 323 e 323 v.º.

⁷⁹⁶ A.M. M., Livro de Registo de Expostos de Monção 1810-1827), fl.79.

⁷⁹⁷ A.M.V.C., Livro de Registo de Expostos de Viana (1837-1845), fl. 113 v.º. Uma situação semelhante também se verificou em 1854, ano em que a câmara decidiu subsidiar a criação de uma criança, abandonada por seus pais, Francisco Gaiteiro e sua mulher, naturais da Galiza. Estes terão fugido da cidade, deixando o filho em casa de José Machado Braga, em cuja companhia assistia o referido Francisco Gaiteiro. Alguns meses passados, o pai da criança regressou para reclamar e tomar conta do filho (Livro de Registo dos Expostos de 1854-1856, fl. 8 v.º).

Registámos, também, uma outra situação de abandono de uma criança de 4 anos (idade absolutamente excepcional nos casos de abandono e exposição), protagonizada por um casal de feirantes da nação espanhola, Romão de Miranda e sua mulher Ana de Miranda, tendo-o deixado em casa de Maria Engrácia da Rua de Gonçalo Afonso, desta vila.

⁷⁹⁸ A.M.V.N.C., Livro de Registo de Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845), fl.7.

⁷⁹⁹ A.M.V.N.C., Livro de registo de Expostos de Vila Nova de Cerveira (1852-1857), fl.19.

atestado do pároco da freguesia de Moledo⁸⁰⁰. Poucos anos antes, também a câmara de Viana tinha admitido, como abandonada, uma criança de 4 anos de idade, filha de Romão de Miranda e de sua mulher, “feirantes da nação espanhola”, a qual foi deixada por seus pais em casa de Maria Engrácia, da Rua de Gonçalo Afonso, em Viana⁸⁰¹.

Na mesma condição, foi admitida, em 1844, uma menina de 2 anos, remetida à Roda com um ofício do regedor da freguesia de Monserrate, dizendo que fora abandonada por sua mãe, uma espanhola que morava na Rua de S. Pedro, a qual havia fugido e deixado a filha no meio da rua, tendo sido encontrada e recolhida por uma vizinha⁸⁰². No mesmo período, aceitou criar uma menina desvalida, filha de Joana, uma galega que faleceu no hospital, como constava da participação do regedor, deixando-a totalmente desamparada⁸⁰³.

Em 1855, Josefa Alves, solteira, espanhola, residente na Rua de S. Pedro, em Viana, compareceu perante as autoridades locais para confessar que, em 2 de Julho de 1848, havia exposto na Roda uma sua filha, Isabel Maria, a qual havia sido criada por uma ama de Ardegão (Ponte de Lima). Agora, completado o período de criação, vinha requerer, na sua qualidade de mãe, a entrega da filha, «*obrigando-se a pô-la na escola e logo que tenha o necessário ensino, pô-la a servir numa casa capaz*»⁸⁰⁴.

Estamos perante mais um caso de uma mãe, por coincidência de origem espanhola, que, como muitas outras, não pretendeu abandonar definitivamente a filha, conseguindo com esta estratégia garantir a sua criação por uma ama externa. Quando a filha completou os 7 anos de idade, esta mulher desencadeou um processo de recuperação, sem ter sido penalizada nem ter perdido o direito legal de reivindicar a sua qualidade de mãe, apenas se obrigando a mandá-la frequentar a escola para depois a pôr a servir numa casa de confiança.

Também a administração de Melgaço se mostrou compreensiva para com a mãe de uma criança que tinha sido exposta na freguesia de Paderne, em 30 de Junho de 1858. Depois de ter descoberto que era filha de Bernarda Geraldês, galega, criada de servir na vila de Melgaço, a câmara mandou-lhe entregar a filha, sem lhe exigir qualquer pagamento, por ser considerada pobre⁸⁰⁵.

Alguns anos mais tarde, a câmara de Viana admitiu uma filha ilegítima de Maria Bartolomeu, solteira, «*natural de Sevilha, reino de Hespanha*» e residente na cidade de Viana⁸⁰⁶, ao abrigo do novo regulamento distrital de 1866, isto apesar desse mesmo regulamento determinar que só poderiam ser admitidos nos Hospícios os menores de 7 anos, naturais do distrito. No entanto, o facto destas mulheres galegas residirem e trabalharem nalgum concelho do distrito de Viana, ter-lhes-á conferido esse estatuto, uma prova da sua integração social e das relações privilegiadas entre as populações do Alto Minho e da Galiza.

São provas inequívocas da integração social das mulheres galegas, com os seus filhos a poderem beneficiar da acção protectora municipal de apoio à infância desvalida dos concelhos onde residiam e trabalhavam. Ao mesmo tempo, são exemplos que comprovam a tolerância e o progressivo alargamento da cobertura assistencial dos

⁸⁰⁰ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1837-1849).

⁸⁰¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1837-1843), fl. 113 v.º.

⁸⁰² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1843-1846), fl. 25 v.º.

⁸⁰³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1848-1853), fl. 10 v.º.

⁸⁰⁴ A.M.V.C., Livro de Registo de Expostos (1846-1848), fl. 376.

⁸⁰⁵ A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fls. 8 v.º e 9.

⁸⁰⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1877-1879), registo n.º 53. Esta criança foi admitida ao abrigo do § 4.º, art.º 3.º do Regulamento distrital de 1866, ou seja, «*sendo indigentes sem parente que por lei são obrigados a sustental-as*».

municípios, numa intervenção sócio-caritativa que pretendia ajudar a preencher um importante vazio institucional.

4-Ilegitimidade e exposição de crianças - uma convergência demográfica?

A partir dos finais do século XVIII, coincidindo com o aumento exponencial do número de crianças expostas, era tal a convicção de que o abandono de crianças estava estreitamente relacionado com o problema da ilegitimidade que o poder central se viu obrigado a reforçar o quadro legislativo vigente. O objectivo fundamental era poder utilizar a legislação como freio preventivo dos abusos frequentes, procurando amenizar tão preocupante problema social.

Não obstante os estudos demográficos demonstrarem que, como afirmou Armengaud (1975:103), assim como nem todas as crianças ilegítimas foram expostas, também nem todas as crianças expostas eram ilegítimas, a análise microanalítica da evolução deste fenómeno demográfico aponta no sentido duma estreita convergência entre o aumento da ilegitimidade e o crescimento do número de crianças expostas. Esta convicção ultrapassou o quadro normativo e passou a centralizar as atenções e preocupações das autoridades locais, isto apesar da lei presumir, como legítimas, todas as crianças expostas, o que lhes permitiria beneficiar dos mesmos direitos que àquelas estavam consignados (Sá, 1992:88).

A exploração das fontes municipais dos concelhos do Alto Minho (cruzada com a informação paroquial, no caso de Ponte de Lima) tem-nos confrontado com a proveniência ilegítima de muitas das crianças expostas sobreviventes, identificada no momento em que se processava a sua reintegração familiar. Por exemplo, no concelho de Ponte de Lima, entre 1850 e 1910, foram reintegradas nas respectivas famílias 711 crianças que haviam sido expostas, 67% das quais eram ilegítimas, 8% legítimas, 3% filhas de mães viúvas e 22% de origem familiar desconhecida (Fonte, 1996b:97).

Num claro contraste com os traços essenciais do modelo europeu, o sistema demográfico do noroeste peninsular terá sido caracterizado por uma forte prevalência de relações extraconjugais, bem patente nas elevadas taxas de ilegitimidade registadas, a juntar à idade tardia ao casamento e a uma forte incidência do celibato definitivo.

Se os registos de baptismo e os estudos demográficos não deixam dúvidas sobre a existência de uma ilegitimidade que desafia claramente os padrões morais de uma região onde a Igreja Católica exerceria um apertado controlo dos comportamentos e das pulsões sexuais (Neves, 2001:11), resta saber se essa pretensa influência da Igreja não terá levado à ocultação de alguns dos comportamentos desviantes. O mesmo será dizer que os indicadores de ilegitimidade, obtidos a partir dos estudos demográficos, poderão ter atingido uma maior dimensão, eventualmente amenizados pela exposição de crianças.

Não sendo possível conhecer a origem familiar das crianças expostas, cuja identidade chegou a ser preservada pelo carácter legal e secreto das exposições, os únicos meios que nos poderão permitir descobrir a sua proveniência familiar serão os processos de indagação da paternidade ou a sua reclamação por parte dos seus progenitores.

Este processo estaria facilitado se os escrivães das câmaras identificassem sempre o estado matrimonial das mães reclamantes, muitas vezes as próprias amas. Pelo contrário, o que geralmente se verificava era que os critérios burocráticos oscilavam muito entre o rigor e a permissividade institucional, com alguns escrivães a limitarem-se

a dar baixa às crianças para serem entregues às respectivas mães, não identificadas. Daí a total impossibilidade em estimar o verdadeiro peso da ilegitimidade no fenómeno da exposição de crianças, mais ainda quando sabemos que muitas delas não sobreviveram.

Alguns desses elementos de identificação poderão ser obtidos por via indirecta, nomeadamente quando o escrivão anotava que determinados expostos tiveram baixa porque se descobriu serem filhos das próprias amas que, quando identificado o seu estado matrimonial, permitiria uma melhor caracterização do contexto familiar e social em que se gerou e desenvolveu este fenómeno demográfico.

No entanto, eram as próprias autoridades municipais que se mostravam convictas de que a maioria dos expostos teria uma origem ilegítima, como o fez o presidente da câmara de Valença quando, em 1862, afirmou que «*a prostituição e frequentes mancebias são geralmente a cauza mais influente da exposição de creanças na roda (...), não constando porem que neste municipio hajão expostos legitimos*»⁸⁰⁷.

O próprio Eusébio Coelho (1861:14), um contemporâneo deste fenómeno demográfico e social, não se coibiu em afirmar que, «*á excepção de 12 ou 15 creanças que, uns annos por outros, são admittidas nas rodas, apesar de serem de legítimo matrimónio, todas as mais exposições são filhos naturaes*».

Uma outra forma indirecta de saber a origem legítima ou ilegítima de algumas das crianças expostas é recorrendo ao cruzamento da informação municipal com a informação paroquial⁸⁰⁸, uma tarefa bem complexa que, por vezes, nos permite localizar o registo de baptismo de uma determinada criança exposta, cuja mensagem dizia já ter sido baptizada.

O baptismo e registo das crianças, antes de serem expostas, tanto poderia representar uma estratégia familiar, para evitar que as crianças pudessem falecer “sem alma”, como servir de prova e facilitar uma futura reintegração familiar e social. Estas encenações seriam tanto mais complexas quanto mais rigorosas e vigilantes fossem as administrações que superintendiam neste ramo da administração pública. Pelo contrário, a permissividade institucional levava a que muitas crianças expostas fossem entregues às respectivas mães, por reclamação própria, quantas vezes as próprias amas.

Não havendo dúvidas sobre a proveniência ilegítima de muitas crianças expostas, o alvará de 18 de Outubro de 1806 poderá ser considerado como uma tentativa de criar um mecanismo preventivo, mais operacional, que pudesse contribuir para a redução do número de crianças expostas nas Rodas, cuja tendência não parava de aumentar. Em conformidade com o que estava legislado nas Ordenações do Reino, este alvará pretendia que as Justiças obrigassem as mulheres solteiras, que se soubesse andarem pejadas, a dar conta dos respectivos partos e a criar os próprios filhos, quando tal fosse possível⁸⁰⁹.

⁸⁰⁷ A.G.C.V.C., Ofício enviado ao Governo Civil de Viana do Castelo, em 15 de Fevereiro de 1862 (Pasta 1.15.4.1-1).

⁸⁰⁸ Numa análise exaustiva dos registos de baptismo, no âmbito da metodologia da *reconstituição de paróquias*, Norberta Amorim (1987:272) afirma não ser de excluir o respeito da sociedade pelos frutos das ligações ilegítimas, como poderá ser comprovado pela referência à paternidade nos assentos de casamentos dos filhos naturais. Todavia, o facto da Igreja não deixar de alertar para o pecado das ligações carnaes, não sancionadas pelo sacramento do matrimónio, não terá deixado de contribuir para que, no século XVIII, «*o peso da “desonra” se abatesse mais duramente sobre as mães solteiras que viam, como alternativa a um ostracismo familiar e social, o abandono dos seus filhos recém-nascidos*».

⁸⁰⁹ Alvará de 18 de Outubro de 1806, ponto VIII, cit..

Depois de haver alertado para a necessidade de observância do que estava estabelecido nas Ordenações do Reino, que obrigava as mulheres solteiras, em certas circunstâncias, a darem conta dos fetos e a criarem os próprios filhos, o governo, com este alvará vão procurar moralizar-se os processos de indagação e intimação das mulheres grávidas, com a finalidade de evitar que a vergonha e a desonra pudessem atingir as famílias honestas.

Terá sido ao abrigo desta excepção que muitas crianças ilegítimas terão entrado nas Rodas, com o objectivo de se ocultar a sua origem e, simultaneamente, como forma de preservar a honra das respectivas famílias. Nestes casos, a utilização deste mecanismo institucional tanto poderia revestir um carácter definitivo como provisório, conforme houvesse ou não esperança e possibilidade de se poder consumir um casamento que legitimasse os filhos que não eram socialmente aceites entre as famílias honestas.

O mesmo alvará previa que, quando houvesse necessidade de se realizar um parto secreto, os provedores das Misericórdias ou os mordomos dos expostos seriam obrigados a prestar esse socorro. Para o efeito, deveriam procurar uma mulher bem morigerada que, em segredo, assistisse ao parto, encarregando-se de conduzir a criança à Casa da Roda ou entregando-a a uma ama que a criasse. Todo o processo se deveria desenvolver sem que se indagasse a qualidade da pessoa nem se promovesse qualquer acto judicial, para se evitar qualquer difamação, uma prerrogativa legal e institucional que nunca chegou a ser implementada nos concelhos do Alto Minho⁸¹⁰.

Como os partos secretos continuaram a ser realizados em ambientes familiares, a estratégia de ocultação passava pela exposição das crianças, o que não deixou de originar inúmeros abusos. Perante esta realidade, a comissão que elaborou um parecer sobre o problema das Rodas e dos expostos, apresentado em 1866, emitiu a seguinte opinião sobre a prática abusiva de expor as crianças:

*«(...) todo o rigor da lei será pouco, toda a vigilância dos tribunais pequena, contra as mães para quem a exposição é um abuso continuado, um escândalo permanente. O vício não pode ter tais direitos. A caridade, porém, apesar das opiniões em contrário, não saberá negar-lhe perdão e auxílio nos casos em que a miséria o acompanha»*⁸¹¹.

Ora, como as rodas foram “inventadas” para preservar a identidade de quem expunha as crianças, a filtragem e diferenciação das crianças expostas teria de passar, necessariamente, pela sua abolição e pela implementação de um regime de transição. A partir daí, a sociedade passaria a auxiliar as mães nos casos de miséria, sem deixar de proteger aquelas que pretendiam guardar um segredo e preservar a sua honra.

As medidas tendentes a obrigar as mulheres solteiras grávidas a «*darem conta das barrigas*» também se inseriam no âmbito duma mentalidade populacionista, dado que as mesmas poderiam evitar os abortos, os infanticídios e a supressão dos partos. Contudo, a nível regional, essa vigilância das gravidezes acabou por ser utilizada com o fim de prevenir e evitar a exposição de crianças, visto que as autoridades locais estariam mais preocupadas com o aumento das despesas do que com o aumento da população.

Não será difícil avaliar as repercussões sociais de uma medida que visava controlar a gravidez das mulheres solteiras, como meio de se garantir que as mesmas viessem a dar conta dos respectivos partos. Na verdade, se o problema não se colocava

⁸¹⁰ Como seria de esperar, a prerrogativa que visava proteger as mulheres grávidas que pretendiam manter o parto secreto não foi utilizada no espaço administrativo do Alto Minho. Por um lado, porque as Rodas não dispunham de condições para a sua realização, por outro, porque tal opção jamais garantiria o secretismo de um acto que poderia fazer perigar a honra familiar. A alternativa seriam os partos secretos, praticados em ambientes mais íntimos e sigilosos, cujos intervenientes garantissem o sucesso da estratégia familiar, nomeadamente a ocultação da gravidez, a privacidade do parto e a posterior exposição da criança.

⁸¹¹ Parecer da «*Comissão encarregada de estudar e indicar os melhoramentos necessários na actual administração dos expostos*», elaborado em 27 de Dezembro de 1866, apresentado em anexo ao regulamento para o serviço dos expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867, in *Collecção Official de Legislação Portugueza*, anno de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

em relação às mulheres solteiras, mal comportadas ou provenientes de meios socialmente pobres e marginalizados, o mesmo não se verificaria quando era necessário evitar a vergonha entre as famílias socialmente respeitadas e influentes. Nestes casos, a intimação pública não deixaria de afectar um número indeterminado de “famílias honestas”, cujo procedimento legal poria em causa a sua honra.

Essa grave lacuna legislativa acabaria por conduzir a uma interpretação mais selectiva da lei, ao reservar esses processos de indagação apenas para as mulheres solteiras, não recatadas, o que deixaria de fora um número indeterminado de mulheres cuja gravidez seria necessário ocultar. A roda seria um recurso para a concretização dessa estratégia de ocultação, ao mesmo tempo que livraria muitas famílias da desonra e do vexame público.

Não dispomos de muita informação sobre os processos de indagação da gravidez ilegítima, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Todavia, sabemos que essas indagações foram realizadas pelos eleitos locais⁸¹², como o prova o registo elaborado pelo quadrilheiro do lugar de Crasto, freguesia da Ribeira, concelho de Ponte de Lima, em 7 de Setembro de 1738. Nele se afirmava ter sido notificada a filha de Félix Domingues, solteira, para «*dar conta da barriga, por andar prenhe*»⁸¹³.

Caso não dessem conta do parto ou se viesse a descobrir que tinham exposto a criança nascida, estas mulheres poderiam ser condenadas a pena de prisão, como aconteceu na primeira metade do século XVIII, quando foi presa na cadeia de Ponte de Lima uma mulher galega, solteira, assistente na vila, por haver exposto uma filha. Porém, quando esta lhe foi entregue, essa mulher obrigou-se a não mais a expor, sob pena de voltar a ser presa. As despesas, entretanto gastas com a sua criação, acabaram por lhe ser perdoadas, «*por não ter nada de seu*»⁸¹⁴.

Terá sido essa violação da honra e privacidade familiares que levou o juiz de fora da vila de Valença, nos finais do século XVIII, por ocasião do estabelecimento da Casa da Roda do concelho, a denunciar e proibir uma prática que os eleitos locais estariam obrigados a realizar, por determinação das Ordenações do Reino⁸¹⁵. Afirmava ele, ter sido informado da humilhação que os eleitos das freguesias costumavam fazer às solteiras que se achavam pejadas, sucedendo que algumas das mulheres de melhor nota eram desacreditadas, ao serem notificadas publicamente da sua prenhez.

Para acabar com essa humilhação, o juiz proibiu essas notificações, mesmo que realizadas a título particular, numa altura em que essas mulheres passaram a poder

⁸¹² Um dos capítulos dos acórdãos da câmara da vila de Ponte de Lima determinava que todo o jurado deste termo seria obrigado a vir todos os últimos sábados de cada mês a dar conta das mulheres solteiras prenhes que viverem nas suas juradias e as notificarão para que dêem conta das crianças (A.M.P.L., Livro dos Acórdãos da Câmara de Ponte de Lima, 1769, cap. 18, fl.10).

⁸¹³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1733-1739), fl. 11 v.º.

⁸¹⁴ Idem, fl. 3.

⁸¹⁵ No Regimento dos Quadrilheiros, El-Rei D. Sebastião fazia saber, pela Ordenação do Reino, Livro Primeiro, que em todas as cidades e vilas, lugares e seus termos do Reino, deveriam existir quadrilheiros para que melhor se prendessem os malfeitores e se evitassem os malefícios, como o seguinte:

«(...) e assi se há alguma mulher que andasse prenhe, de que se suspeitasse mal do parto, não dando conta delle; e havendo alguma das ditas cousas, os Quadrilheiros da Cidade de Lisboa o farão saber ao Corregedor ou Juiz do seu bairro, e nas outras Cidades, Villas e Lugares o farão a saber á justiça, a que pertencer».

Uma outra atribuição era a de saber se haveria pessoas de má fama ou vadios, e se viviam em suas quadrilhas mulheres que publicamente “recolhessem” homens por dinheiro ou “infamadas” de fazerem mover outras mulheres com beberagens, assim como se haveria alguma mulher que andasse prenhe, de que se suspeitasse mal do parto, não dando conta dele (*Collecção da Legislação Antiga do Reino de Portugal, Parte I da Legislação Antiga Chronologica de varias leis e provisões e regimentos de El-Rei D. Sebastião*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1819).

usufruir de uma Roda Pública no concelho, que Sua Majestade havia mandado estabelecer, como meio de evitar os assassinos e demais delitos cometidos em casos semelhantes. Ao mesmo tempo, proibia que se pudesse indagar a proveniência das crianças que haviam sido expostas na nova instituição ou em qualquer outro local do concelho⁸¹⁶, cumprindo o que estava determinado na ordem-circular de 10 de Maio de 1783.

É mais uma prova da extraordinária ambiguidade legislativa, em que as práticas locais dependeriam muito das interpretações pessoais dos representantes do poder central e local, nem sempre coincidentes ao nível das diferentes comarcas e dos próprios concelhos. Assim, enquanto uns agiam em função do determinado nas Ordenações do Reino, outros procuravam cumprir as recomendações da citada ordem-circular de 1783. O alvará de 1806 não pôs fim à polémica, apesar das justiças locais serem obrigadas a controlar a gravidez das mulheres solteiras «*com toda a discrição, e segredo, para evitarem qualquer má consequencia*».

Na prática, tal interpretação continuou impregnada de subjectividade, ficando ao critério dos eleitos locais a diferenciação das mulheres solteiras, não recatadas, das mulheres honradas e respeitadas. Com o tempo, e como algumas mulheres viúvas também estariam a contribuir para o aumento da exposição de crianças, os eleitos locais passaram a controlar as viúvas grávidas, não recatadas. Depois de excluídas dos processos de indagação as mulheres solteiras e viúvas honestas, as listagens passariam a conter apenas o nome das mulheres não recatadas que, na opinião dos responsáveis locais, deveriam criar os filhos ilegítimos. Entre estas, encontram-se muitas serviçais e jornaleiras, bem como algumas mulheres reincidentes, a quem a comunidade não toleraria uma nova fraqueza humana.

Em 1864, o governador civil do distrito de Viana procedeu a uma avaliação dos resultados das intimações que se haviam realizado nalguns concelhos do distrito de Viana, entre 1861 e 1863. Assim, no concelho dos Arcos, foram intimadas 57 mulheres, tendo-se verificado que, entre as crianças já nascidas, 27 delas estavam a ser criadas pelas próprias mães, 9 haviam falecido e uma estava a ser subsidiada pela câmara, num total de 37 crianças identificadas. Das 20 restantes, 16 delas haviam sido intimadas no ano de 1863, pelo que ainda estavam em período de gestação. Perante estes indicadores, consideraram-se muito profícuos para a Roda dos Arcos os resultados das referidas intimações, dado que a maioria das crianças nascidas estavam a ser criadas pelas mães, evitando-se, por essa forma, uma possível ou provável exposição.

Já em relação ao concelho de Ponte de Lima, a avaliação foi bem mais negativa, visto que, das 117 mulheres intimadas, apenas 38 crianças estavam a ser criadas pelas respectivas mães. Com excepção de 7 mulheres, cujos filhos ainda não haviam nascido, não se conhecia notícia alguma sobre os partos e o destino dos filhos das restantes 72 mulheres intimadas, um indício de que haviam desaparecido, sendo provável que tivessem sido expostas na Roda, não necessariamente na de Ponte de Lima.

Uma interpretação bem diferente da lei estaria a verificar-se em Viana, o concelho onde se registaram mais exposições, nos anos de 1861 e 1862. Na realidade, nesses dois anos, apenas haviam sido intimadas 12 mulheres solteiras, não se tendo registado nenhuma intimação no ano seguinte. Esse reduzido número de intimações não deixou de surpreender o governador civil do distrito, nele encontrando a explicação para o elevado número de crianças expostas nesse mesmo concelho, a exemplo do que se verificava em Ponte de Lima. A diferença apenas residiria no facto de, neste último concelho, se terem efectuado muitas intimações, embora sem os resultados esperados, com muitas das

⁸¹⁶ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 4.

mulheres a não darem conta dos partos e a apresentarem as crianças nascidas, o que contrariava aquilo que estava superiormente determinado⁸¹⁷.

Não sabemos se as justiças e as administrações municipais e distritais investigaram o problema, nem conhecemos quaisquer medidas punitivas, de acordo com o quadro jurídico vigente. O que sabemos é que o controlo da gravidez das mulheres solteiras, não recatadas, ainda se mantinha no último quartel do século XIX, numa altura em que, apesar da abolição das Rodas, ainda continuavam a expor-se crianças.

O regulamento nacional para o serviço dos expostos, publicado no ano de 1888, incumbia a polícia da fiscalização dessas mulheres e determinava que, em cada administração do concelho ou no comissariado de polícia, deveria haver um registo policial das mulheres solteiras ou viúvas, não recatadas, que se reputassem grávidas⁸¹⁸. No pequeno concelho de Vila Nova de Cerveira, entre 1893 e 1900, os regedores locais intimaram 18 mulheres solteiras, as quais, perante testemunhas, declararam estar grávidas⁸¹⁹.

Uma das questões fulcrais de toda esta problemática será a de procurar saber se o abandono de crianças ilegítimas estaria mais relacionado com razões de pudor ou com situações de pobreza e extrema miséria. Este estudo identificou tanto uma como outra situação, embora a maioria dos indicadores disponíveis apontem claramente para uma associação estreita entre a ilegitimidade e a pobreza.

Quando as crianças eram entregues às respectivas mães ou seus familiares, por intimação ou por reclamação, a justificação para tal procedimento seria definida em função do contexto familiar e da estratégia que melhor pudesse ser aceite, tanto a nível social como institucional. Em qualquer circunstância, a miséria e a pobreza acabavam por prevalecer, sempre que se pretendia evitar o pagamento das despesas realizadas ou restituir os salários recebidos, quando as mães eram as próprias amas.

Esta progressiva apropriação dos benefícios assistenciais da Roda prolongou-se com a nova instituição que a substituiu, de tal forma que algumas mulheres solteiras, intimadas para virem tomar conta dos filhos que haviam enjeitado ou exposto temporariamente, chegaram a pedir e, por vezes, a exigir que as câmaras continuassem a subsidiar a criação dos seus filhos.

São muitos os autos de entrega dos expostos às respectivas mães, geralmente solteiras, criadas de servir e pobres (as ricas e honradas continuariam a beneficiar da preservação da honra familiar), depois de intimadas a comparecer na câmara para tomarem conta dos filhos ilegítimos. Por exemplo, depois de ter sido intimada para ir buscar o filho Anastácio, exposto em 1866, a mãe, Maria Rosa Machado, solteira e criada de servir, declarou que reconhecia o filho e se obrigava recebê-lo do poder da ama, *«se a camara não attender à sua pobreza em que se acha, e á circunstancia de já não ter leite e se não a subsidiar, como costuma fazer ás crianças filhas de mulheres pobres»*.

Uma outra mulher intimada declarou aceitar tomar conta do filho que, antes de o expor, havia baptizado com o nome de Bento, mas novamente baptizado, sob condição, com o nome de Casimiro, após ter sido exposto. Neste caso, a integração familiar processou-se através do seu primitivo nome de baptismo, cujo registo também acabará

⁸¹⁷ A.G.C.V.C., Relatório apresentado pelo governador civil de Viana à Junta Geral do Distrito, em 1 de Março de 1864.

⁸¹⁸ Regulamento Nacional para o Serviço dos Expostos, de 5 de Janeiro de 1888, cap. VII, art.º 33.º.

⁸¹⁹ A.M.V.N.C., Mapa das mulheres grávidas que foram intimadas no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre Março de 1893 e 11 de Agosto de 1900. As mulheres intimadas eram residentes nas seguintes freguesias: Vila (3), Loivo (3), Vila Meã (2), Campos (2), Reboreda (2), Lovelhe (2), Gondar (1), Sopo (1), Candemil (1) e Gondarém (1).

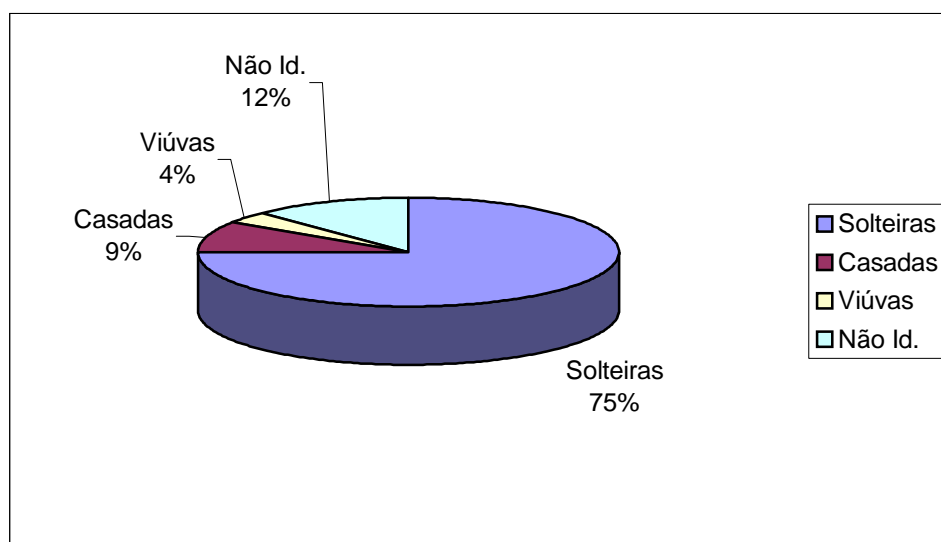
por facilitar a sua integração social. Em 1870, foi a vez de Teresa Maria, solteira, comparecer perante as autoridades municipais para descrever as circunstâncias em que havia exposto a filha Cecília, justificando tal acto com a ausência de meios para a criar. Todavia, embora a reconhecesse como sua filha, esta mulher implorou que a conservassem no Hospício, pelo menos durante o período de aleitação.

Esta situação também foi invocada por outra mulher solteira, quando afirmou que não poderia tomar conta do filho Cipriano, mesmo com o subsídio que a câmara lhe poderia conceder, por lhe haver secado o leite, pedindo para que o mesmo pudesse continuar ao cuidado da ama, até terminar o período de amamentação. Tal solicitação não poderia ser utilizada por Josefa Teresa, solteira, da freguesia de Magalhães, do vizinho concelho da Barca, a qual, depois de intimada a comparecer na câmara dos Arcos, declarou que tomava conta do filho, sem qualquer salário, o qual ela própria estava a criar, na qualidade de ama.

Muitas das reclamações resultavam de intimações das autoridades, na sequência de processos de averiguação ou de denúncias. Foi o que fez o presidente da câmara dos Arcos em relação à exposta Adelina, quando declarou que sabia, «*por informação fidedigna*», que esta menina era neta da ama e que a mãe se encontrava a trabalhar no Porto, pelo que a mandou entregar à sua avó, autorizando que lhe fosse pago o vencimento desse mês.

Esta tolerância e compreensão institucional foi extensiva a muitas outras mulheres solteiras e pobres, quer tivessem exposto os filhos, quer os estivessem a criar, na qualidade de amas. A mesma estratégia também foi utilizada por algumas mulheres casadas e viúvas, embora em número bem mais reduzido. Depois de intimadas para tomarem conta dos filhos, alguns dos processos de entrega serviam apenas para formalizar uma situação que já existia na realidade, visto que algumas dessas crianças rapidamente haviam retornado ao seu próprio ambiente familiar.

Gráfico 20
Expostos da Roda/Hospício dos Arcos entregues às mães (1866-1909)



Como já o referimos, muito dos indicadores estatísticos disponíveis apontam para a origem ilegítima da maioria das crianças expostas, como o provam os inúmeros processos de entrega às respectivas mães, solteiras, muitas delas jornaleiras e, sobretudo, criadas de servir, onde se incluem muitas das amas, afinal as suas próprias mães. Embora não dispondo de uma informação sistemática do estado matrimonial das

mães, a quem eram entregues os expostos, por reclamação ou intimação, a matrícula das amas em livros próprios, a partir da segunda metade do século XIX, acaba por nos revelar que muitas amas eram solteiras. Era mais um reflexo do aumento da própria ilegitimidade, visto que as amas tinham de provar ter leite para amamentar os expostos, excepto quando se candidatavam a amas de seco.

Numa análise dos 196 processos de entrega de expostos da Roda/Hospício dos Arcos, registou-se uma clara prevalência de crianças ilegítimas, com uma representatividade de pelo menos 75% das entregas efectuadas, à qual poderão ser acrescidos mais alguns filhos naturais de mulheres casadas ou viúvas e por alguns dos expostos entregues a mulheres cujo estado matrimonial não foi identificado (*gráfico 20*). A permissividade institucional ficou bem patente no facto de terem sido entregues às respectivas amas pelo menos 63 crianças, todas elas as próprias mães ou algum seu familiar.

Em Viana, embora a identificação do estado matrimonial das mães dos expostos não se revelasse tão transparente, foi possível comprovar que, das 164 crianças expostas entregues, 65 das mães que as receberam eram solteiras, 12 casadas e 19 viúvas, não sendo conhecido o estado das restantes. Além disso, pelo menos 38 delas ou algum familiar próximo estavam a desempenhar as funções de amas dessas crianças simuladamente expostas.

O concelho de Ponte de Lima afastou-se um pouco desta tendência de ocultação da ilegitimidade, mesmo no período que antecedeu a criação da Roda, em 1787. No século XVIII, embora sejam bastante reduzidos os casos, ainda pudemos identificar 31 crianças expostas que foram entregues aos familiares, por reclamação ou intimação, 16 das quais eram ilegítimas e duas legítimas, desconhecendo-se a origem das restantes, incluindo duas delas que foram entregues a mulheres viúvas.

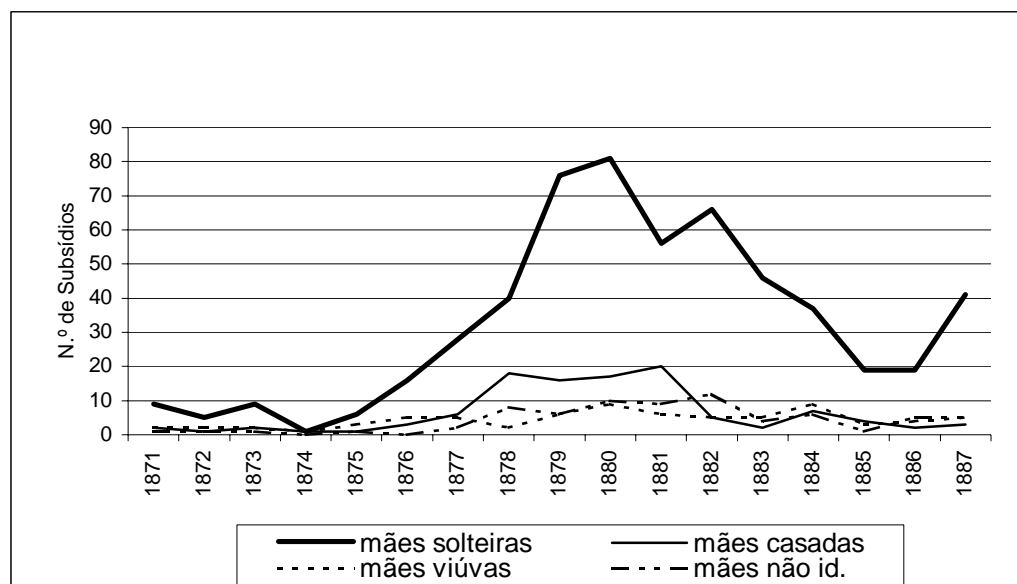
Ao longo de quase dois séculos (desde o início do século XVIII até ao início do século XX), cerca de metade dos 916 casos de entrega de expostos aos seus familiares não identifica o estado matrimonial das mães. No entanto, apesar da falta dessa informação, os dados disponíveis ainda nos mostram que 40% dessas crianças foram entregues a mães solteiras, muitas delas a desempenharem as funções de amas dos próprios filhos.

Em determinados períodos, era tal a convicção de que a exposição de crianças não passava de uma estratégia das mães, simuladamente transformadas em amas, que as autoridades administrativas chegaram a dar baixa a todas as crianças, ficando ao encargo das respectivas amas. Em caso de não serem efectivamente as suas mães, caberia às amas a obrigação de o provarem perante as autoridades. Isto mesmo aconteceu no ano de 1884, ano em que a câmara de Ponte de Lima deu baixa a um elevado número de crianças expostas, no pressuposto de que seriam filhas das amas. Na realidade, veio a verificar-se que, das 43 baixas registadas nesse ano, 29 crianças estavam a ser criadas pelas próprias mães, a maioria delas solteiras, uma situação equivalente à que se havia registado nalguns períodos anteriores.

Nos casos em que a prioridade era a preservação da honra familiar, as crianças jamais estariam a ser criadas pelas próprias mães, pelo que a sua entrega à família só seria efectuada por reclamação e nunca por intimação pública. Aliás, a partir de 1866, o regulamento distrital dava prioridade à admissão secreta das crianças cujas mães as não pudessem criar sem difamação e discórdia entre as famílias honestas. É essa ilegitimidade oculta e a persistência de uma elevada mortalidade entre os expostos que não nos possibilita um conhecimento e uma avaliação correcta da sua verdadeira extensão.

Para além dos indicadores que apontam claramente para uma prevalência da ilegitimidade entre as crianças expostas, os subsídios de aleitação atribuídos a mulheres carenciadas também nos mostram que foram as mulheres solteiras aquelas que receberam mais apoios para a criação dos filhos ilegítimos (gráfico 21).

Gráfico 21
Subsídios de aleitação- Câmara de Ponte de Lima (1871-1887)



Os subsídios requeridos por mulheres casadas e viúvas só seriam concedidos em casos de extrema necessidade, nomeadamente quando algum dos progenitores ficava doente ou falecia, deixando de poder angariar o sustento para a família. Quando eram as mães que faleciam, esses subsídios de aleitação eram concedidos aos pais viúvos, para pagar a uma ama de leite, quando eram recém-nascidas, ou para ajudar o pai ou a família a cuidar da sua criação.

A ilegitimidade foi uma realidade entre as populações do Alto Minho, quer a mesma fosse publicamente assumida, quer estivesse oculta pelas instituições que permitiam a exposição dessas crianças. A procriação, embora devesse ser realizada e legitimada pelo casamento - como cumprimento de um preceito divino - não deixava de estar associada à natureza humana. Ao dissertar sobre a procriação, Eusébio Coelho (1861:1), depois de considerar o nascimento como o primeiro fenómeno da população, afirmou o seguinte:

«Há muitas causas que promovem o desenvolvimento da criação do homem, umas propriamente filhas da natureza, outras filhas da civilização progressiva da sociedade. Entre as primeiras figura o instinto, essa lei natural que atrai um para o outro a mulher e o homem, e que os incita a cumprirem o preceito divino que ordena a procriação. A tendencia reciproca que existe entre os individuos dos dois sexos para se procurarem e unirem, a attracção natural a que elles obedecem, é o resultado das nobres virtudes com que o Creador quis dotar o homem. O amor, symbolo de adoração, e a gloria da maternidade são as duas causas preexistentes da procriação».

Neste contexto, enquanto a procriação legítima era considerada uma virtude e um dom divino, as relações ilícitas eram vistas como uma sobreposição da natureza sobre a vontade divina, logo condenadas pela Igreja e reprovadas pela sociedade, menos

tolerante, como fruto de comportamentos desviantes e pecaminosos. No entanto, excluindo os comportamentos reincidentes, nomeadamente as concepções ilegítimas das mulheres de má fama e das prostitutas, uma realidade que as “visitações” e as “devassas” não deixaram de testemunhar, terá prevalecido no Alto Minho uma certa tolerância e protecção das mulheres que haviam sido vítimas das suas “fragilidades humanas” (nunca do assédio e violação dos homens).

Numa estratégia concertada entre a sociedade e as famílias, simultaneamente com uma certa “neutralidade colaborante” da Igreja, seria necessário evitar que estas mulheres caíssem na má vida e no descrédito público. O acolhimento secreto dos filhos nas Rodas ou nos Hospícios acabaria por lhes conferir uma nova oportunidade de reabilitação, ao mesmo tempo que preservaria a honra familiar. Daí que fosse uma convicção generalizada de que a maioria das crianças expostas teria uma proveniência ilegítima, uma dedução que resultava mais do senso comum do que de uma leitura objectiva dos indicadores estatísticos. Estes, além de nem sempre serem fidedignos, são apresentados como suporte de determinados axiomas, até porque as rodas se encarregavam de ocultar a origem familiar de muitas crianças.

4.1-A preservação da honra familiar

«A família não é apenas um património. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que ataca a sua reputação, que mancha o seu nome, a ameaça».

História da Vida Privada, vol. 4, p. 266

«As rodas foram creadas em França por S. Vicente de Paula, mas o pensamento d'esta instituição foi exclusivamente para os filhos das mulheres recatadas, que a fragilidade levava á condição de mães, e conveniencias sociaes ou domesticas obrigavam a occultar o seu estado, impedindo-as de os crear.

Levar mais longe o benefício das rodas é inutilisar o seu fim e favorecer a corrupção e a immoralidade».

In jornal O Vianense, 17 de Julho de 1862

Como a família constituía um valor patrimonial e um capital simbólico de honra (Perrot, 1990:266), seria necessário afastar tudo o que pudesse atacar a sua reputação ou manchar o seu bom nome. A ilegitimidade seria uma vergonha e uma desonra para as famílias honestas, pelo que seria necessário encontrar as formas mais adequadas à ocultação desse comportamento desviante. É neste contexto que a exposição de crianças terá sido uma forma de preservar a integridade e a reputação familiar, ao mesmo tempo que evitaria que as mulheres, com filhos ilegítimos, pudessem ser votadas ao ostracismo familiar e social (Amorim, 1987:272).

Em termos gerais, a honra não seria um atributo exclusivo dos grupos privilegiados, sendo constantemente reclamada pelo povo, ao estruturar-se a partir do confronto permanente entre as famílias e as comunidades, o que acabaria por fazer confundir a vida privada com a vida pública⁸²⁰. Este apertado controle social era bem mais efectivo nos meios rurais do que nos grandes centros urbanos, o que evitaria qualquer tentativa de apropriação da honra por parte das famílias onde imperava a falta de pudor, sobretudo nos subgrupos “com propensão para a bastardia”. Nestes casos, a ilegitimidade seria uma forma de reprodução de determinados comportamentos sócio-demográficos, mais ou menos compreendidos e tolerados pela sociedade.

Para as famílias honradas, qualquer desvio às normas socialmente impostas poderia significar a perda irreversível de um estatuto familiar, lançando os prevaricadores nas malhas apertadas da censura pública e abalando toda uma estrutura familiar que, no seu conjunto, acabaria por sofrer as consequências do erro cometido por algum dos seus membros. Não seria fácil recuperar um estatuto honorífico perdido.

A Roda era a instituição que melhor poderia preservar a honra familiar. Contudo, ainda antes da sua institucionalização, em Viana, nos finais do século XVII, e nos restantes concelhos, no século seguinte, a honra familiar teria de ser preservada a qualquer custo. Só assim se compreenderá a intervenção das câmaras municipais na criação de algumas crianças espúrias, à custa das rendas do concelho. Assim procedeu a câmara de Ponte de Lima quando, em 7 de Outubro de 1696, decidiu admitir e criar à custa das rendas do concelho um menino que foi dado à luz na cadeia da vila, por uma mulher casada que tinha «*cometido adultério a seu marido*», enquanto a câmara andava em pleito para saber quem era o pai da criança⁸²¹.

A partir dos finais do século XVII, com a fundação da Roda de Viana, esta região passou a dispor de um mecanismo institucional que, simultaneamente, se pretendia que viesse a contribuir para a preservação da honra familiar e para o tão desejado aumento populacional, ao evitar os abortos e os infanticídios. Contudo, o anonimato e a legislação vigente, incluindo a eclesiástica, vão concorrer para que se viesse a operar uma desresponsabilização da paternidade ilegítima, a partir do momento em que se desencorajavam ou proibiam as indagações de paternidade, ao mesmo tempo que se procuravam criar as condições para a realização de partos secretos (Sá, 1992:80).

As rodas, ao facultarem a exposição secreta e anónima de crianças, acabaram por funcionar como mecanismos que, além de protegerem as crianças que poderiam ser votadas ao abandono, também acabariam por contribuir para a preservação da honra daquelas mulheres solteiras que seriam desprezadas ou ignoradas pelos pais dos seus filhos. Na realidade, perante o nascimento de uma criança ilegítima, as mulheres ficariam expostas ao julgamento público da sociedade que, além de praticamente as arrear dum tão restrito “mercado matrimonial”, também acabaria por colocar em causa a honra e a harmonia familiar. Isso mesmo vem expresso numa mensagem que acompanhava uma menina que foi exposta em Ponte da Barca e que afirmava que : «*se foi exposta foi para encobrir uma falta que trazia grandes desgostos de família*»⁸²².

A região do vale do Lima foi muito povoada por famílias nobres, as quais não deixariam de procurar ocultar os desvios aos seus códigos de honra. É o que se pode depreender da análise dos processos de legitimação de dois filhos de Jacinto de Magalhães Barreto e Meneses e D. Joana Luisa de Melo, nascidos ainda quando eram

⁸²⁰ É o que se pode extrair do artigo de Arlette Farge, subordinado ao tema: “*Famílias. A honra e o segredo*”, in Philippe Ariés e Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 589-596.

⁸²¹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1690-1706).

⁸²² A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte da Barca (1903-1921), fl. 76.

solteiros. Para que a honra familiar não fosse manchada, estas crianças foram expostas na Roda de Ponte de Lima, logo após o seu nascimento, a primeira no dia 16 de Novembro de 1807, sendo baptizada com o nome de Maria Rita, e a segunda no dia 21 de Setembro de 1811, baptizada com o nome de Lino. Ambas as crianças tiveram como ama, Rosa Maria, casada, da freguesia de Labrujó, do concelho de Ponte de Lima.

Em 1811, numa acção presumivelmente concertada com os pais e eventualmente com o conhecimento da própria rodeira, a ama apresentou-se a declarar, em 1811, que havia entregue a exposta Maria Rita a sua mãe, não identificada, coincidindo com a entrada do exposto Lino na Roda, logo se oferecendo para sua ama. Depois de lhe ser entregue pelos responsáveis municipais, esta ama manteve oficialmente esta criança em seu poder até ao final do período de criação, naturalmente sob a acção protectora dos seus pais.

Esta estratégia de ocultação pública destes filhos ilegítimos terminou oficialmente em 1832, altura em que os pais legitimaram a sua relação, por subsequente casamento, paralelamente ao reconhecimento e legitimação dos filhos, cujo processo culminou com a elaboração dum novo registo de baptismo. Foi com este novo registo que estas crianças deixaram de ter o estatuto oficial de expostas para passarem ser legitimadas e reconhecidas como filhas⁸²³.

Nos vários processos estudados, nem sempre as informações se revelaram suficientes para se ficar a saber se algumas das crianças expostas eram ilegítimas ou espúrias. Por exemplo, em 1839, uma mulher da freguesia de S. Pedro d'Arcos beneficiou da colaboração do pároco da freguesia para justificar a exposição de um filho na Roda de Ponte de Lima, «*para obstar a meios funestos*». Dado que as exposições nas Rodas eram sigilosas, tal justificação (apresentada na sequência da indicação de que a criança tinha sido baptizada na mesma freguesia, pelo padre José de Santa Teresa, com o nome de José de Deus, como filho natural de Maria Luisa e de Henrique Rodrigues) poderá levar-nos a presumir que esta criança não estaria a ser definitivamente enjeitada, apenas socialmente ocultada⁸²⁴.

O mesmo poderão indiciar outras mensagens, não tão explícitas, mas cujo conteúdo apontava para a necessidade de ocultar o fruto de um relacionamento ilícito. A preservação da honra familiar a isso teria obrigado, sem que tal procedimento significasse a vontade de enjeitar as crianças, antes o recurso a uma prerrogativa legal cujo secretismo não ocultaria um conjunto de sentimentos contraditórios e a esperança de uma futura reintegração familiar.

Veja-se o exemplo de um menino que foi exposto à porta do palheiro dos fidalgos de Bertianos, em 1702. Cumprindo os formalismos habituais, esta criança foi enviada à administração do concelho de Ponte de Lima, acompanhada por uma certidão do pároco da freguesia. Segundo este atestado, o menino chamava-se António da Purificação e havia nascido no dia 9 de Outubro de 1702, pelas 8 horas da manhã, ao mesmo tempo que declarava já ter sido «*baptizado pela mão de mim sacerdote de missa*». Mais informava que o menino «*he filho de pais de calidade que debaixo do sigilo da confissão se declarou a mim clérigo de missa e por isso se valeu do poder e amparo desta casa a quem se pede da posse de Deos a criação dele*»⁸²⁵.

As preocupações sociais e as razões que visavam a manutenção da honra das famílias poderiam ser bem mais fortes do que a vontade particular das mães. No meio do desespero provocado pelas dores do parto ou aproveitando a sua debilidade física,

⁸²³ A.D.V.C., Livros de Registo de Baptismos de Ponte de Lima de 1801-1818, fls. 93 e 123 v.º, e de 1841-1855, fl. 51.

⁸²⁴ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1838-1839 II), fl. 25.

⁸²⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1697-1719).

alguém se encarregaria de lhe fazer desaparecer o filho, tudo em nome da necessidade imperiosa de preservação da honra e dos valores das famílias honestas. Foi numa situação destas que se viu envolvida, Angélica Gonçalves, solteira, natural da freguesia de S. Pedro de Soutelo, concelho de Viana do Castelo, mas a residir na freguesia de Venade, concelho de Caminha.

Esta moça solteira desencadeou um processo que visava a recuperação de uma filha que, depois de ter nascido no dia 5 de Setembro de 1880 e de ter sido baptizada com o nome de Maria Emília, lhe havia desaparecido alguns dias depois. Porém, tendo tomado conhecimento de que na noite do seu desaparecimento havia sido exposta uma menina na freguesia de Argela, do mesmo concelho, esta mãe desesperada não descansou enquanto não descobriu que se tratava efectivamente da sua própria filha, a qual pretendia reclamar. Esta pretensão acabou por ser deferida pela câmara de Caminha, depois de ter sido elaborado um auto de investigação que foi enviado ao governador civil de Viana do Castelo⁸²⁶.

Ao cruzarmos esta informação com os registos municipais, verificámos que, no dia 15 de Setembro de 1880, apareceu exposta na freguesia de Argela uma menina que foi baptizada com o nome de Laura, como era pedido no escrito que a acompanhava - o que poderá indiciar tratar-se de uma estratégia que visava a alteração da sua identidade - acabando por lhe ser dada baixa, no dia 23 do mesmo mês, para ser entregue à mãe, não identificada, que o reclamou, mas que agora sabemos tratar-se da referida Angélica Gonçalves⁸²⁷.

As provas que nos mostram que um número significativo de crianças expostas seriam filhas ilegítimas de mães solteiras, mas cujos pais se desconheciam, não param de aumentar. Muitas dessas provas aparecem à posteriori, umas vezes, na sequência de processos de averiguação e intimação, outras vezes, por reclamação das respectivas mães.

Com o casamento a constituir uma miragem para muitas mulheres, os desvios à moral sexual eram frequentes e o relacionamento sexual acabaria por reflectir-se no aumento da fecundidade ilegítima. Os condicionalismos sócio-económicos, simultaneamente com uma maior compreensão e aceitação da ilegitimidade entre as famílias mais pobres, bem como a existência de Rodas que possibilitavam a ocultação das crianças ilegítimas das famílias “honestas”, acabaram por contribuir para uma maior liberalização dos costumes, para um maior relacionamento sexual e para um consequentemente aumento das exposições.

Após a abolição das Rodas e sua substituição pelo sistema de admissão justificada dos Hospícios, estas novas instituições de assistência continuaram a receber muitas crianças ilegítimas. São as actas da comissão dos expostos de cada concelho, cujo secretismo deveria ser religiosamente preservado, que nos revelam a origem familiar de

⁸²⁶ A.G.C.V.C., Pasta n.º 1.17.1.12-2.

⁸²⁷ Segundo o auto de investigação a que se procedeu, «*pelas nove horas da noite do dia quinze do corrente appareceu exposta e abandonada uma criança recém-nascida do sexo feminino á porta de José Maria Santa Martha, desta freguesia (Argela). Trazia o enxoval seguinte: uma baieta d'algodão ordinario, duas coifas usadas, duas camisas com renda em bom uso e um bilhete que dizia: chama-se Laura, pq. tem agua*».

Ouvidas as testemunhas, José Maria Santa Marta disse que das nove para as dez horas da noite de quarta-feira, uma voz de mulher chamava por Maria, sem conhecer a pessoa que chamava, não obstante o fazer sem voz demudada, e que saindo sua mulher para averiguar o que estaria a acontecer, encontrou uma menina deitada em frente da porta da casa de sua habitação, tendo vestida parte da roupa já mencionada, com um bilhete cosido ao gibão de chita que trazia vestida. Disse, também, que ignora quem quer seja a mãe da dita menina e quem da mesma fizesse a exposição. A sua mulher acrescentou que havia visto na ocasião um homem e uma mulher que não conheceu e que se retiravam na direcção do monte.

muitas crianças que entravam nas novas instituições de assistência, sob o pretexto de que as mães as não poderiam criar, «*sem difamação e discórdia entre as famílias honestas*».

Todavia, enquanto umas poderiam vir a ser posteriormente legitimadas e reintegradas nas respectivas famílias, outras, salvo raríssimas exceções, estariam a ser definitivamente enjeitadas, por serem espúrias. Na realidade, entre 1866 e o limite temporal desta investigação, algumas das fontes de informação acabam por dissipar quaisquer dúvidas sobre o acolhimento e criação de crianças espúrias, à custa do erário público, beneficiando da protecção legal e sigilosa da nova regulamentação distrital.

Muitas das crianças adúlteras, cuja filiação se veio a conhecer, eram filhas de mulheres casadas, cujos maridos estavam ausentes, geralmente emigrados em terras de Espanha ou no Brasil⁸²⁸. Na ausência dos maridos, algumas mulheres casadas, oriundas de meios sociais mais precários, terão sido vítimas da conjuntura desfavorável em que viviam.

Fragilizadas pela ausência e pela falta de protecção dos maridos, algumas dessas “viúvas de vivos”, acabariam por hipotecar a honra familiar, eventualmente por serem vítimas das suas “fragilidades humanas” ou de violações que não ousariam denunciar. Perante a existência de provas evidentes de infidelidade conjugal, o desespero destas mulheres encontraria nas Rodas e, mais tarde, nos Hospícios, a única forma de evitar as terríveis consequências familiares e sociais do nascimento dessas crianças adúlteras, acabando por beneficiar da protecção legal e da acção benemérita da assistência municipal⁸²⁹.

Por ofício de 13 de Agosto de 1870, o governador civil mandou retirar a exposta do Hospício dos Arcos e metê-la no da Barca, «*se com a entrega da criança à mãe perigar a sua reputação de mulher casada, ou socorrê-la com subsídio de lactação, se são só a pobreza e falta de leite as causas que levaram a mãe a afastá-la de si*»⁸³⁰. Não conhecendo bem as razões que teriam levado esta mulher casada a abandonar um filho, a posição assumida pelo governador civil resume bem as eventuais motivações da exposição de crianças legítimas (preservação da honra, miséria ou falta de leite), ao mesmo tempo que indica as soluções específicas para cada uma delas (admissão no Hospício ou atribuição de subsídios de lactação).

A comissão dos expostos de Vila Nova de Cerveira reuniu, em sessão realizada no último dia do mês de Outubro do ano de 1887, para deliberar sobre o caso do aparecimento de duas mulheres que traziam escondido no regaço da saia um menino que pretendiam expor. Em segredo, afirmaram ser filho de Maria Benta, uma mulher casada da freguesia do Cerdal, concelho de Valença, que era muito pobre, e que o traziam à comissão dos expostos, sem ninguém o saber. Porém, como a hospitaleira não

⁸²⁸ O adultério era severamente condenado pelas Ordenações do Reino, podendo culminar com a condenação à morte da mulher quando o marido a acusasse da prática de tal crime, como estava previsto nas Ordenações Manuelinas e Filipinas.

⁸²⁹ Poderemos inserir neste contexto o drama familiar vivido por uma mulher casada, da freguesia de Vila Meã, concelho de Vila Nova de Cerveira, cujo marido estava ausente, a qual viveria numa situação de extrema pobreza.

Em 1882, o regedor remeteu à comissão dos expostos «*um recém-nascido que é filho d’uma mulher casada (...) que era tão pobre que nada tem de seu (...) e explicou que estava isto bastante em segredo para o homem não a abandonar, porque estava ausente e foi por isso que cahio em desgraça, e que o dito regedor me remette esta criança do sexo masculino que os condutores, homem e mulher mandados por este regedor me disseram que estava por baptizar e que ainda não tinha comido por ter nascido á poucas horas e mais que lhe possuem o nome de Manoel Joaquim (...)*» A.M.V.N.C., Livro das Actas da Comissão dos Expostos de Vila Nova de Cerveira, fl. 7 v.º).

⁸³⁰ A.M.P.B., Livro de Registo da Correspondência Entrada na câmara de Ponte da Barca (1867), Ofício do Governador Civil de Viana do Castelo, de 13 de Agosto de 1870.

o quisesse aceitar, pelo facto do menino não ser natural do concelho e aparecer tão pobre e desgraçado, sem qualquer enxoval de qualidade, as mulheres portadoras responderam, de uma forma decidida, que o deixariam ficar, recusando-se a levá-lo novamente para a sua terra.

Perante tal problema, a comissão, «*atendendo às contínuas mizérias da natureza humana*», decidiu mandar baptizar a criança com o nome de António - como fora pedido pelas suas condutoras - e ordenaram a sua admissão, atendendo à miséria da mãe e como forma e evitar que a mesma pudesse cair «*na irrizão do povo e particularmente no desprezo do seu próprio marido*»⁸³¹.

Algumas estratégias de ocultação terão beneficiado da colaboração e cumplicidade de pessoas de confiança, nomeadamente dos párocos das freguesias, estes com a vantagem de poderem “perdoar o pecado” e aconselhar uma solução para o problema, com a garantia do sigilo da confissão. Foi esta a via escolhida por uma mulher de S. Pedro d’Arcos, ao recorrer ao pároco da freguesia para a ajudar a encontrar a melhor forma de esconder uma filha que lhe tinha nascido, em 1814, «*na ausência de seu marido, em jornada por terras de Castela*». O pároco da freguesia, depois de lhe ministrar secretamente o baptismo, elaborou um atestado onde declarava as razões que estavam na origem da necessidade de se expor esta criança. Este atestado acompanhou a menina à Roda de Viana, tendo nela dado entrada, após a anuência do «*ministro que lhe mandou abrir assento*»⁸³².

A morte desta criança, no ano seguinte, fez desaparecer naturalmente o fruto de uma relação adúltera, embora não saibamos se este caso terá chegado ao conhecimento do marido, o que aconteceria se tal facto passasse para o conhecimento público, sobretudo em pequenas comunidades com uma particular apetência pela vigilância e controle dos comportamentos alheios.

No dia 12 de Julho de 1892, apareceu uma menina na freguesia de Gondarém, concelho de Caminha, com uma mensagem a informar que a menina era uma “orfazinha”, sem ter ninguém de família, «*porque é filha d’uma mulher casada*», a qual não a poderia conservar, nem mais um dia, «*mais agora que o homem está para vir de fora*»⁸³³.

A indicação da origem familiar das crianças expostas sempre revestiu um carácter excepcional, pelo menos até à abolição do sistema das Rodas. Efectivamente, a maioria das fontes municipais não identificam as mães ou os pais das crianças expostas, por se tratar de um sistema concebido para assegurar o seu anonimato. Contudo, algumas informações, directas ou indirectas, acabavam por deixar alguns indicadores que nos permitem presumir e, por vezes concluir, estarmos perante crianças legítimas, ilegítimas ou espúrias.

Foi por via indirecta, fornecida particularmente por uma ama à instituição, que se descobriu que uma criança, exposta na Roda de Viana, em 1834, era fruto de uma relação adúltera e que «*os pais faziam muito caso dela*», só não declarando os seus nomes porque era filha de uma mãe recolhida (provavelmente no Recolhimento de Santiago) e de um pai casado. A morte desta criança, ocorrida cerca de dois anos depois, também se encarregou de fazer apagar o processo relacionado com a criação de uma criança que seria espúria, se estivesse a ser criada pela própria mãe, mas que se presumiria legítima, à luz do estatuto jurídico dos expostos⁸³⁴.

⁸³¹ A.M.V.N.C., Livro das Actas da Comissão dos Expostos de Vila Nova de Cerveira, fls. 9 e 9 v.º.

⁸³² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1810-1815 II), fl. 91.

⁸³³ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1871-1908), fl. 60.

⁸³⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 273 v.º.

Não sabemos qual a sua verdadeira extensão, mas o facto de aparecerem várias referências a homens, alguns deles casados, que viviam “amancebados” ou “amigados” com as suas próprias serviçais, poderá explicar a proveniência social de um número indeterminado de crianças expostas. Aliás, sempre que estas criadas serviam em casas de viúvos ou com homens solteiros adultos, logo começariam as suspeições populares, na convicção de que essas “serviçais” seriam facilmente seduzidas.

Completamente desprotegidas, estas jovens e mulheres dificilmente poderiam resistir ao assédio sexual, sob pena de perderem o emprego, embora perante a sociedade acabassem por ser momentaneamente transformadas em vítimas das suas “fragilidades humanas”. Os boatos populares não deixariam de aumentar, sempre que se suspeitava que essas criadas pudessem estar grávidas. Todavia, enquanto algumas delas nada teriam a perder e assumiam publicamente essa condição e os filhos ilegítimos, visto que a “vergonha” não atingia nem maculava a sua frágil ou inexistente estrutura familiar, a maioria passaria a desenvolver as indispensáveis estratégias de ocultação, para salvaguardar a sua e, sobretudo, a honra dos seus empregadores.

Ao registar a entrada de uma menina que fora exposta no Hospício de Viana, em 1891, o escrivão da câmara assinalou o facto de constar do auto da administração do concelho que a criança era filha de Maria Martins, solteira, a servir como criada em casa de Jerónimo Ribeiro, casado, contratador de gado, residente na freguesia de Santa Maria de Geraz, «*com quem se diz também amancebada*»⁸³⁵. Neste caso, a exposição e admissão desta criança seria justificada mais pela necessidade de preservar a honra do pai do que da honra perdida da mãe.

Enquanto algumas mulheres solteiras terão ocultado a sua gravidez e, com a cumplicidade de terceiros, exposto os filhos nalguma das Rodas da sua região de residência, outras terão abandonado a casa e partido para outras localidades com o objectivo de ocultarem a gravidez: Noutras situações, a sua saída apenas se concretizou após o parto, procurando livrar-se da vergonha e partindo em busca de novas oportunidades e de uma eventual recuperação da honra perdida⁸³⁶.

Muitas delas acabariam por se tornar criadas de servir, quando não acabavam por cair na prostituição. Em 1807, a câmara de Valença subsidiou a criação de um menino, filho de uma rapariga solteira, de apenas 15 anos de idade, que o deixou ao abandono e fugiu para Lisboa. O juiz de fora mandou que a criança se pusesse a criar enquanto a mãe não regressasse⁸³⁷, o que aconteceu alguns meses depois, provavelmente arrependida do acto cometido ou desencantada com a experiência vivida na capital.

4.2-As vítimas da indigência

A presente investigação colocou-nos perante algumas situações absolutamente degradantes e marginais, como reflexo do lado mais irracional dos comportamentos humanos. Na realidade, como poderia a sociedade e os poderes públicos ficarem

⁸³⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1888-1903), registo n.º 50.

⁸³⁶ Terá sido a necessidade de garantir a criação de um filho ilegítimo que levou uma mulher solteira a expor o filho no Hospício dos Arcos, em 1893, como parte de uma estratégia familiar que visava a sua criação. A criança acabou por ser entregue a uma ama da mesma freguesia da mãe e, no ano seguinte, foi entregue à sua avó, tendo o escrivão acabado por registar que a criança era filha de Maria Luisa d’Assis, solteira, da mesma freguesia, nessa altura, criada de servir em Lisboa (A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, 1893-1918, fl. 23, e Livro dos Assentos das Entregas dos Expostos dos Arcos, fl. 55).

⁸³⁷ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fl. 105.

indiferentes perante a gravidez de uma deficiente profunda, incapaz de resistir aos instintos sexuais mais primários?

Em meados do século XIX, a câmara de Vila Nova de Cerveira foi confrontada com uma destas situações, não tendo hesitado em subsidiar a criação de uma menina desamparada, filha natural de Ana Joaquina da Costa, da freguesia de Loivo, porque a mãe era deficiente e vivia numa situação de extrema indigência, sem condições e meios para poder criar a filha, «*por ser cega, surda e muda e sem forças nos nervos para a suster, cujo deplorável estado foi comprovado pelo cirurgião do partido e pela junta da paróquia*»⁸³⁸.

Em 1822, o eleito da freguesia de S. Pedro d'Arcos requereu, junto do juiz de fora da vila de Ponte de Lima, a necessária autorização para admitir, como subsidiada, a filha de Francisca Rosa Fiúza, solteira, por esta se ter revelado «*furiosamente douda*», chegando a querer matar a criança. Com apenas três meses, esta menina não tinha ninguém que dela cuidasse, uma situação de abandono que foi certificada pelo abade da freguesia e que justificou a sua admissão.

Alguns anos depois, foi admitida uma outra criança da mesma freguesia, em situação idêntica, filha de uma outra mulher, solteira, demente, que não a podia criar «*por falta de juízo e ser pobre*»⁸³⁹. Em 1835, por acórdão da câmara de Ponte de Lima, a câmara autorizou a criação de uma filha de Francisca Martins, solteira, porque a mãe, além de cega, era pobre e não tinha leite para a amamentar⁸⁴⁰.

Embora as Rodas existissem para acolher e criar as crianças enjeitadas, tendo progressivamente alargado a sua área de influência a outras situações marginais, foram os casos de extrema pobreza, geralmente associados à ilegitimidade, que mereceram uma particular atenção por parte das administrações locais, com a anuência da própria comunidade.

O escrivão da câmara de Ponte de Lima, ao proceder ao registo de um menino que havia sido exposto na Roda no dia 9 de Fevereiro de 1851, anotou a seguinte informação: *He f.º de Ermelinda Joaquina, solteira, e foi exposto por esmolla, com a condição da mai ir servir*»⁸⁴¹. Neste contexto, o concelho financiaria a sua criação numa família de acolhimento, para que a mãe pudesse trabalhar e angariar os meios necessários para a poder criar e sustentar. Contudo, esta criação acabou por se prolongar pelo período de 7 anos, bem demonstrativa da tolerância institucional para com situações em que a ilegitimidade estava associada a situações de miséria.

Após a extinção das Rodas, o novo regulamento distrital, que adoptou o sistema de admissão condicionada, pretendia alargar substancialmente a sua abrangência assistencial. Tal objectivo, face aos poucos recursos financeiros disponíveis, só poderia ser concretizado à custa da repressão do abandono anónimo e de todas as formas ocultas que haviam sido responsáveis pela perversidade do modelo anterior.

O acolhimento das crianças abandonadas seria apenas uma das valências, não necessariamente a mais importante. Esta tenderia a esvaziar-se à medida que se ampliava a oferta institucional e se passava a dar cobertura a muitas das situações que, anteriormente, haviam conduzido à exposição de crianças, nomeadamente através da concessão de mais subsídios de aleitação.

O novo sistema de admissão justificada começou por dar prioridade à recepção de crianças cujas mães as não pudessem criar «*sem diffamação e discórdia entre famílias honestas*»; logo seguida dos filhos ilegítimos de mães indigentes que, mesmo com

⁸³⁸ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845-1851), fl. 53.

⁸³⁹ A.M.P.L., Livros de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1821-1823 II, fl. 214, e 1829-1838 I.

⁸⁴⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1829-1839-II).

⁸⁴¹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1847-1851).

subsídios, não os pudessem criar. Só depois vinham as crianças que apareciam expostas e abandonadas, bem como as crianças indigentes, sem parentes que, por lei, seriam obrigados a sustentá-las⁸⁴².

No dia 1 de Outubro de 1890, foi apresentada na administração de Ponte de Lima uma criança do sexo masculino, filha de Florentina de Jesus, solteira, mendiga e aleijada, natural de Santulhão, concelho de Vimioso, distrito de Bragança, a qual a havia dado à luz numa casa particular⁸⁴³. Dois anos depois, foi a vez da câmara dos Arcos admitir, como desvalido, um menino que se encontrava ao abandono porque a sua mãe estava em perigo de vida e a dar sinais de alienação mental, sem parentes que o pudessem socorrer⁸⁴⁴. Em 1912, a câmara do Arcos subsidiou a criação de uma filha ilegítima de uma adolescente, demente e absolutamente pobre. Dois anos depois, admitiu o filho de uma mulher solteira, por esta se encontrar com uma tuberculose pulmonar, em fase bastante adiantada, e não ter pessoas que, por lei, fossem obrigadas a dar-lhe alimento.

Apesar da cobertura legal e de toda a compreensão institucional, algumas mulheres continuavam a optar pela exposição dos filhos, podendo ou não vir a reclamá-los. Por exemplo, no ano de 1911, uma mulher solteira, filha de um homem pedinte, da freguesia de Távora, concelho dos Arcos, foi reclamar um filho, já com 7 anos de idade, que havia exposto em Ponte da Barca, em 1904. Depois de completado o primeiro período de criação e já em condições de poder começar a trabalhar, a mãe procurou recuperar o filho, sem ser obrigada a pagar as despesas de criação, por ter justificado a situação com um atestado de pobreza, passado pelo pároco da freguesia⁸⁴⁵.

4.3-A depravação de costumes e a libertinagem

À medida que se registava um aumento do número de exposições, eram cada vez mais as vozes discordantes do modelo de assistência proporcionado pelas Rodas, como instituições legais que possibilitavam o abandono secreto e indiscriminado de crianças. Tal facto terá levado o médico da Roda do Porto, Sousa Vaz⁸⁴⁶, a eleger a libertinagem como uma das principais causas da exposição de crianças, a qual, depois de se restringir às classes superiores, no século XVIII, teria acabado por se alastrar às classes inferiores, no século seguinte. Neste pressuposto, a massificação do abandono de crianças estaria estritamente relacionada com a generalização da devassidão, desregramento dos costumes e perversão da moral estabelecida, a que a Roda, uma instituição pretensamente moralizadora, estaria a dar cobertura e a contribuir para o seu alastramento a outros sectores da sociedade.

Não era esta a opinião de François Lebrun (1983:148) quando, ao interpretar o sentir de alguns franceses que foram contemporâneos deste fenómeno demográfico, considerou ser insuficiente apresentar a libertinagem como a causa principal do abandono de crianças porque nem todas os expostos eram “frutos do deboche”. Na sua perspectiva, mais do que a libertinagem, seria a miséria, tanto material como moral, a principal responsável pela exposição de crianças, mesmo quando nascidas fora dos laços do casamento.

⁸⁴² Art.º 3.º do Regulamento para a Administração dos Expostos no Distrito de Viana, 1866, cit..

⁸⁴³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos e Subsidiados de Ponte de Lima (1887-1892).

⁸⁴⁴ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1880-1893), fl. 160.

⁸⁴⁵ A.M-B., Livro de Registo dos Expostos da Barca (1903-1921), fl. 42.

⁸⁴⁶ Vaz, Francisco d'Assiz e Sousa, *Notícia sobre o estado actual da Casa da Roda da cidade do Porto*, Porto, Imprensa dos Lavadouros, 1834.

Apesar de não se poder confundir com a libertinagem, não poderemos deixar de considerar a prostituição como uma actividade ilegal que terá contribuído para dar maior amplitude ao fenómeno, aparentemente legal, da exposição de crianças, sobretudo nos principais meios urbanos e no período em que vigorou o mecanismo institucional das rodas. Por seu lado, nos meios menos urbanizados e rurais, onde se registava uma maior rigidez de costumes e um mais apertado controle social, a prostituição representaria uma actividade marginal que, apesar de esporadicamente referenciada, não terá conferido uma grande expressão a este fenómeno demográfico, suficiente para inflacionar significativamente as taxas de abandono registadas.

Estes presumíveis desvios à ordem estabelecida mais não seriam do que manifestações de uma sexualidade activa que não se restringia às relações dentro do casamento, sendo frequentes as relações extraconjugais, como o comprovam os níveis de ilegitimidade registados e a descoberta da origem familiar de muitas das crianças expostas⁸⁴⁷.

O carácter sigiloso, assegurado pelas Rodas, também terá contribuído para uma maior dificuldade em controlar os comportamentos individuais por parte da Igreja e da própria sociedade, libertando as populações de determinados constrangimentos sociais e morais. Sendo assim, a criação destas instituições acabou por representar um escape a alguns desses constrangimentos, com os “minhotos” a sentirem mais dificuldade em controlar a sua própria sexualidade, anteriormente sustentada pela exaltação das virtudes e pelos constantes apelos a uma vida regrada, à ascese e à sublimação dos impulsos sexuais (quantas vezes sob a ameaça de condenação e castigo divino). Na realidade, enquanto a exposição de crianças poderia salvaguardar a honra e preservar a harmonia familiar, a religiosidade popular encontraria num Deus infinitamente misericordioso a reabilitação daqueles que, pelas suas “fragilidade humana”, acabavam por não resistir ao pecado da luxúria.

Numa região em que as actividades comunitárias e de interajuda eram frequentes, a presença e a estreita convivência entre os elementos de ambos os sexos não deixava de preocupar os moralistas e até aqueles que se manifestavam contrários à coexistência e complementaridade do trabalho com o convívio social e a produtividade. São exemplos disso as posições assumidas por Lima Bezerra (1791:10), muito críticas em relação às “viciosas folgas” com que frequentemente se interrompia o trabalho rústico, além de se mostrar particularmente escandalizado com alguns costumes praticados nas desfolhadas tradicionais.

Depois de referir que cada freguesia tinha tantas desfolhadas quantas as eiras dos lavradores ou proprietários, onde apareciam os moços da lavoura mascarados para divertirem os presentes, este autor considerou tal costume como sendo altamente perturbador do normal desenvolvimento do trabalho. Além disso, não deixou de alertar para os perigos e males que poderiam advir do convívio nocturno entre as moças do campo e os rapazes mascarados.

Numa abordagem doutros costumes e tradições populares, Lima Bezerra também se insurgiu contra as romarias que proliferavam por toda esta região e que eram um pretexto para a folia e as diversões humanas. Considerava que os arraiais populares, os ajuntamentos de homens com mulheres, a que o vinho, a estação do ano, as cantigas e as danças davam tanto calor e furor, não deixariam de contribuir para a depravação dos costumes, sobretudo quando os romeiros se deslocavam juntos, de noite, pelos souts e pelas devesas.

⁸⁴⁷ Em 1826, a câmara de Ponte de Lima deu baixa à exposta Bárbara, «*para ser entregue a sua mãe que anda com o soldado Rodrigues*», tendo-a voltado a expor na mesma Roda e fugido, para acompanhar o Batalhão de Caçadores (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1824-1828, fl. 82).

O resultado desta estreita convivência entre indivíduos de sexo diferente acabaria por se reflectir nos níveis de ilegitimidade que se registavam nesta região, cuja aceitação dependeria muito do contexto e das condições em que a mesma se gerava. Assim, enquanto a ilegitimidade que resultava de “fragilidades humanas” pontuais era socialmente aceite e protegida, o mesmo não se verificava nos casos de reincidência, muito menos se a mesma resultasse da prostituição, uma actividade proibida e socialmente condenada⁸⁴⁸.

No primeiro caso, a sociedade e as instituições mostravam-se complacentes para com as mulheres solteiras pobres, protegendo, subsidiando e, se necessário, ocultando a criação dos seus filhos ilegítimos, com esse “pecado” a merecer uma oportunidade de reabilitação. O mesmo já não se verificava em relação às mulheres de “má vida”, interrompendo-se qualquer tolerância e compreensão social e institucional, sempre que se comprovasse a reincidência, embora as crianças acabassem por ser as principais vítimas desse sistema de filtragem social.

A câmara de Melgaço mostrou-se implacável para com a reprodução de comportamentos que deixavam de ser socialmente tolerados, como o prova o facto de, em 1872, ter admitido no Hospício uma filha de Felicidade Maria, «*em virtude das suas circunstâncias*». Tudo indica tratar-se de uma associação estreita entre a ilegitimidade e miséria, a partir do momento em que a autorizou a própria mãe a criar a criança, pagando-lhe um subsídio equivalente ao vencimento que era destinado às amas dos expostos. Porém, em 1878, a câmara suspendeu-lhe esses pagamentos, «*em virtude dela continuar em caminho irregular, entregando-se ao deboxe, além de ter outro filho*»⁸⁴⁹.

A mesma administração, um ano depois de ter concedido um subsídio para a criação de uma filha de Maria Luisa Puga, solteira, decidiu retirar-lhe esse vencimento e dar-lhe baixa «*por continuar a mãe em mancebia, grávida e sem emenda*». Na mesma altura, mandou «*lançar fora do Hospício*» um filho de Maria Rosa Lamas, solteira, de Paderne, «*porque a mãe apareceu grávida, continuando a viver vida debochada e viciosa, não querendo a câmara concorrer para este procedimento*». Numa situação bem mais complexa, registada no ano de 1888, a câmara não encontrou outra alternativa a não ser a atribuição de um subsídio para pagar a criação de uma criança a quem lhe havia falecido o pai e cuja mãe a desamparara. Esta, ainda em vida do marido, já esquecia os «*deveres de fidelidade conjugal e o amor maternal*».

⁸⁴⁸ As ligações ilícitas, nomeadamente o concubinato eram uma realidade nalgumas paróquias do Alto Minho, como o comprovam as *visitações* e as *devassas* da paróquia de Santo Estevão da Facha (Machado, 1995:93), um antigo concelho que foi integrado no termo de Ponte de Lima.

Em 1818, o visitador condenou um paroquiano, por “concubinato adulterino”. Ainda mais incisivo foi o processo de julgamento de um crime, datado de 1821, em que algumas testemunhas de acusação do sexo feminino, residentes na mesma freguesia, foram classificadas pelo réu como «*mulheres a que, em Português, se chamam Putas e Alcoviteiras, destas que andam de noite por sociedade, sós com homens que elas vão procurar, quando, tendo a porta aberta, eles não aparecem, de forma que nesta vida, a do n.º 10 tem infoncionado (infeccionado) de males venéricos muitas pessoas*» (citado por Machado, 1995:101).

⁸⁴⁹ A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fls. 94 v.º e 95.

CAPÍTULO II

Estratégias familiares e colectivas da exposição de crianças

1-A circulação interconcelhia de crianças

O abandono e circulação de crianças foi uma realidade ao longo de todo o período estudado, uma estratégia que não ficou confinada ao âmbito familiar e ao próprio espaço administrativo. Efectivamente, um número significativo de crianças não eram naturais do concelho em que foram expostas, como o provam os diversos processos de entrega às respectivas mães ou outros familiares, a residirem noutros concelhos⁸⁵⁰.

Sem ser possível quantificar o número de crianças envolvidas, por muitas delas não terem sobrevivido à estratégia utilizada, a circulação interconcelhia de crianças começou por resultar de uma estreita interligação entre as estratégias familiares e as colectivas, com particular incidência no período que antecedeu as reformas liberais. Expor uma criança noutro concelho poderia representar a transferência da sua criação do domínio familiar para o domínio colectivo, sem sobrecarregar os habitantes do concelho de origem com mais despesas.

A decisão de mandar encerrar a Roda de Viana, no início do século XVIII, para evitar o efeito de atracção que a mesma estaria a exercer sobre os concelhos circunvizinhos, foi acompanhada pela decisão polémica de distribuir os expostos do concelho pelas suas freguesias, para serem criados à custa dos seus habitantes⁸⁵¹. Tratava-se de uma medida que pretendia ter um efeito moralizador e dissuasor, tornando os povos mais vigilantes e co-responsáveis pela criação das crianças que eram expostas no seu espaço administrativo. Todavia, como tinha sido uma decisão das autoridades locais, muito sujeita a critérios pouco transparentes, os habitantes de algumas freguesias procuraram eximir-se dessa obrigação, como que a provar que a solidariedade particular e cristã deveria ser espontânea e não resultar de qualquer imposição administrativa.

Com a criação das Rodas nas diversas vilas das comarcas de Viana e Valença, a exposição de crianças noutros espaços administrativos manteve-se e, inclusive, poderá ter sido reforçada, aproveitando o secretismo que as mesmas procuravam assegurar. Aliás, esta circulação de crianças entre concelhos circunvizinhos terá sido incentivada pela própria ordem-circular que generalizou as Rodas por todas as terras do Reino, embora sem avaliar bem as suas consequências, nomeadamente financeiras. Efectivamente, ao ordenar aos provedores para mandarem afixar editais nas terras das suas comarcas, com a indicação dos locais onde estavam estabelecidas as Casas de

⁸⁵⁰ Nos primeiros tempos, a documentação fornece-nos pouca informação sobre o processo de entrega dos expostos aos seus familiares, a maioria das vezes não identificados. Contudo, logo em 1731, a câmara de Ponte de Lima elaborou um processo de entrega de Andreza Maria, exposta na freguesia de Beiral do Lima (uma freguesia contígua ao concelho de Ponte da Barca) que havia sido dada a criar a uma ama dessa mesma freguesia. No dia 7 de Agosto desse mesmo ano, foi-lhe dada baixa para ser entregue à mãe, tendo sido elaborado o seguinte termo:

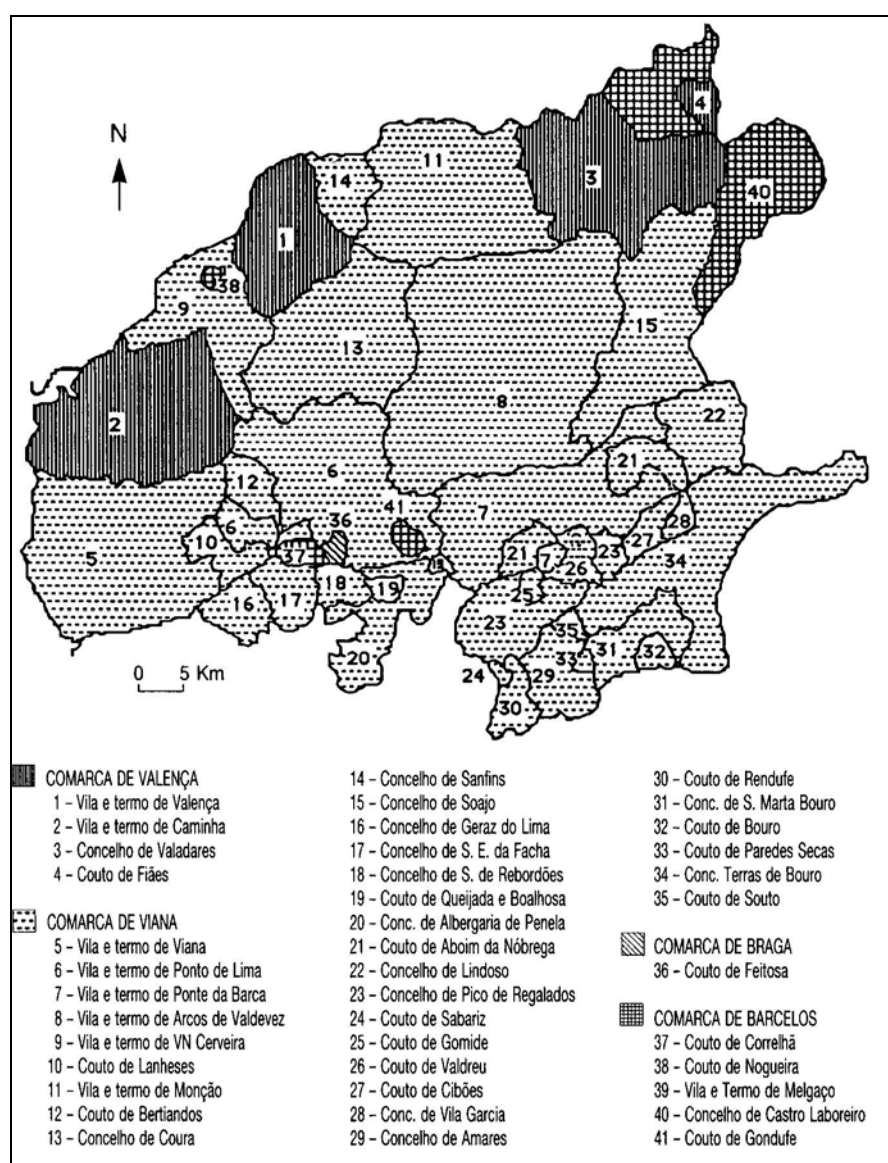
«Aos (...), nesta Villa de Ponte do Lima e cazas de mim, escrivão da camera onde ahi foi vinda Joana Pimenta, solteyra, moradora na freguezia de Sam Martinho de Crasto, termo da Barca, e por ella foy ditto aseytava a postissa Andreza Maria que criava Catherina Pereira, mulher de Alexandre Francisco, do lugar da Armada, freguezia de Beiral, e que aseytava por ser sua filha e pagou o tempo que estive a criar por conta desta camera á ditta ama e se obrigou a dar conta della todas as vezes que lhe for pedido» (A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, 1719-1733).

⁸⁵¹ Para uma melhor contextualização desta problemática, deverá ter-se presente o capítulo “O enquadramento jurídico-institucional”, analisado na primeira parte desta investigação, nomeadamente o sub-capítulo “Encerramento e a reabertura da Roda de Viana”.

Expostos, o objectivo principal desta divulgação pública seria o de permitir ou possibilitar que as pessoas pudessem optar por expor as crianças na instituição mais próxima. Era uma medida preventiva e de salvaguarda da vida das crianças expostas, muito sujeitas aos perigos de terem de percorrer longas distâncias, sem a devida assistência, mas que colidia com os interesses municipais e das populações.

Eram os interesses do país, tão carenciado de recursos humanos, a sobreporem-se à vontade das populações locais. Contudo, as reacções não se fizeram esperar, com os concelhos que se consideravam mais penalizados a protestarem contra o facto de terem de suportar as despesas com a criação das crianças que provinham de outros concelhos (*mapa 7*). Tratava-se de uma sobrecarga para um orçamento municipal que, em determinados períodos, tinha de ser alimentado pela contribuição directa dos seus habitantes, através do pagamento da “finta dos enjeitados”.

Mapa 7
Mapa do Alto Minho, em finais do século XVIII



Fonte: Sousa, 1997:16.

Aliás, mesmo que as populações entendessem a necessidade de expor as crianças na instituição mais próxima, numa medida de interesse geral que ia de encontro à

mentalidade populacionista reinante, não sabemos como seria possível operacionalizar essa circulação interconcelhia de crianças, enquanto esteve em vigor o sistema de utilização de passaportes internos. Basta recordar um acórdão da câmara de Ponte de Lima, datado de 14 de Setembro de 1771, a determinar «*que ninguém de fora do termo entre na vila nem os do termo saiam para fora delle sem passaporte*»⁸⁵².

Nenhum concelho autorizaria a entrada de pessoas no seu espaço administrativo com o intuito de nele exporem as crianças, com todas as responsabilidades e custos de criação a serem assumidos pelo concelho de acolhimento. A solução teria de passar, necessariamente, pela exposição clandestina das crianças, preferencialmente de noite, com a circulação de crianças a constituir um elemento fulcral no âmbito das estratégias familiares e colectivas.

Mais tarde, são os governos liberais que idealizaram um novo modelo de gestão que pretendia acabar com um sistema que se estava a revelar extremamente ruinoso, por ser desproporcionado e injusto para os depauperados cofres municipais e para algumas populações, sujeitas a suportar os custos de uma pretensa livre circulação e exposição de crianças.

Partindo do pressuposto de que o sistema vigente continuava a delapidar um potencial humano que não deixava de constituir a negação dos ideais iluministas, os governos liberais alteraram o modelo de gestão dos expostos, transferindo-o para a alçada distrital, com as receitas a serem obtidas através do contributo proporcional de todas as municipalidades (*mapa 8*). Mesmo assim, alguns concelhos sentiam-se prejudicados pelo facto de contribuírem mais do que outros, enquanto que as estratégias passaram a assumir uma dimensão mais institucional, com algumas câmaras a aceitarem, como expostas, algumas crianças não abandonadas, uma forma de justificar as verbas que haviam disponibilizado para o orçamento distrital.

Mapa 8
Mapa do distrito de Viana do Castelo



⁸⁵² A.M.P.L., Livro dos Acórdãos da Câmara de Ponte de Lima (1768-1771), fl. 136 v.º.

Mesmo após as reformas administrativas, a transferência de crianças entre concelhos do mesmo distrito continuou a ser uma realidade, agora entendida mais como uma estratégia familiar do que colectiva. A exposição de crianças numa freguesia de outro concelho, geralmente vizinho, acabava por ser uma prática habitual, uma situação que não terá passado despercebida às autoridades municipais e distritais. Aliás, no período liberal, estas transferências terão beneficiado de alguma tolerância das autoridades distritais, desde que a circulação de crianças se fizesse num sistema de mútua reciprocidade e dentro do próprio distrito. O problema é que alguns concelhos se consideravam prejudicados pelos abusos praticados por pessoas que pertenciam a outros espaços administrativos.

Em 1862, o presidente da câmara de Ponte da Barca informou o governador civil de Viana da incapacidade do seu município em fazer diminuir as exposições, argumentando com o facto da maioria dos expostos ser proveniente de concelhos confinantes, nomeadamente dos Arcos, Ponte de Lima, Vila Verde e Terras de Bouro, estes dois últimos do distrito de Braga. Segundo ele, *«he doloroso que esta Camara tenha a seu cargo a criação dos engeitados de Concelhos estranhos e que muitas mães, que concorrem para o sustento d'estes, estejam criando seus filhos no meio da penuria e da miseria»*⁸⁵³.

Com os orçamentos a serem elaborados a nível distrital, à custa de todas as suas municipalidades, a preocupação maior relacionava-se com a circulação de crianças entre concelhos de diferentes distritos administrativos, uma estratégia que, fosse familiar ou colectiva, não merecia qualquer tolerância das populações e das respectivas autoridades locais e regionais.

Essa circulação de crianças, tão penalizadora para os concelhos contribuintes, acabou por originar veementes protestos por parte das autoridades locais, sobretudo por aquelas que se consideravam mais prejudicadas. Apesar de se tratar de um problema muito difícil de provar e controlar, dado o carácter sigiloso da exposição de crianças, a vigilância e as denúncias populares se encarregariam de descobrir a proveniência geográfica de algumas das crianças expostas.

Nalguns casos, essa transferência de crianças poderá ter abrangido espaços geográficos mais alargados, com os condutores das crianças a revelarem algum desconhecimento dos verdadeiros limites administrativos. Só assim se poderá compreender que uma criança que foi exposta na freguesia de Poiares, concelho de Ponte de Lima, em 1864, viesse acompanhada por uma mensagem escrita que dizia: *«Este menino (...) está por baptizar, o nome deve ser Lino José Per.º d'Azevedo e deve hir para a Roda de Viana do Castelo»*⁸⁵⁴. Ora, como a freguesia de Poiares confinava com o concelho de Barcelos e com a freguesia de Carvoeiro, do concelho de Viana, é provável que o condutor, que poderia ser do distrito de Braga, estivesse convicto de que, ao expor a criança em Poiares, o estivesse a fazer já numa freguesia do concelho de Viana. Como isso não se verificou, a criança teve de ser enviada para a Roda de Ponte de Lima.

Vamos socorrer-nos de uma intervenção do administrador do concelho de Barcelos para demonstrar que uma criança que foi exposta na Roda de Viana era originária daquele concelho. Em 22 de Fevereiro de 1864, aquele administrador mandou intimar Maria Coruja, residente em Barcelos, para que comparecesse na câmara de Viana do Castelo. Aqui, perante as autoridades municipais deste concelho, esta mulher

⁸⁵³ A.G.C.V.C., Ofício enviado pelo presidente da Câmara de Ponte da Barca ao governador civil de Viana do Castelo, em 19 de Julho de 1862 (Pasta 1.15.4.1-1).

⁸⁵⁴ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1864-1866), fl. 42.

declarou que, no mês anterior, tinha “lançado na Roda” desta cidade o exposto Bento, o qual aceitava receber para o entregar à mãe, a residir no concelho de Barcelos⁸⁵⁵.

O regulamento distrital de 1866, que havia substituído as Rodas pelos Hospícios, determinava que «*só e unicamente é permitida a exposição de crianças menores de 7 annos, naturaes do districto*»⁸⁵⁶, desde que se encontrassem nalguma das circunstâncias que o novo regulamento passava a enumerar. Porém, como a exposição de crianças se revestia de um carácter secreto, mesmo após a abolição das Rodas, não seria fácil saber se as crianças que apareciam nalguma das freguesias eram efectivamente naturais do distrito, o que obrigava as autoridades locais a investigarem a sua origem geográfica e familiar.

Ao procurar dar cumprimento àquilo que estava determinado no regulamento distrital de 1866, o presidente da câmara de Ponte de Lima, por ofício de 13 de Março de 1871, apresentou ao governador civil de Braga um veemente protesto contra «*as continuadas exposições de creanças providas d’aquelas freguesias*», referindo-se às freguesias do vizinho concelho de Vila Verde. Depois de citar um exemplo para fundamentar a sua posição, este autarca alertou para o facto das autoridades paroquiais não cumprirem, como deviam, as ordens que lhes haviam sido atribuídas pela administração concelhia. Ao mesmo tempo, afirmava que a sua câmara, ao fiscalizar este serviço, procurava evitar que se expusessem no concelho de Vila Verde as crianças de Ponte de Lima, pelo que exigia igual reciprocidade de procedimentos.

Um outro ofício, de igual teor, foi enviado ao administrador do concelho de Vila Verde, manifestando a sua repulsa pelo facto das autoridades locais deixarem expor as crianças oriundas desse concelho, «*quando esta camara procura evitar que os d’este concelho sejam levadas a esse*»⁸⁵⁷.

Não foi preciso esperar muito tempo para que o governador civil de Braga enviasse ao seu homólogo de Viana um ofício, datado de 10 de Maio de 1874, a manifestar idêntica preocupação. Em vez de responder às acusações efectuadas pelo administrador do concelho de Ponte de Lima, o governador civil de Braga devolveu as mesmas acusações e protestou contra «*o excesivo numero de creanças que apparecem abandonadas nas freguesias do concelho de Villa Verde, limítrophes do de Ponte do Lima*», o que o levava a concluir que dele seriam originárias. Ao mesmo tempo, rogava ao governador civil de Viana que «*se digne ordenar ao respectivo administrador a mais rigorosa fiscalisação á cerca das mulheres grávidas (solteiras) para darem conta dos filhos, a fim de evitar-se o gravame que estão causando á fazenda deste districto pelas exposições que a elle vem fazer-se*»⁸⁵⁸.

Como abundavam os exemplos de crianças expostas que vinham de outros concelhos ou distritos, o regulamento nacional de 1888 passou a determinar o seguinte:

⁸⁵⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1863-1865), fl. 82.

⁸⁵⁶ Art.º 3.º do *Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castello*, Vianna, Typ. da Aurora do Lima, 1866.

⁸⁵⁷ A.M.P.L., Livro da Correspondência Expedida da Câmara de Ponte de Lima (com início em 1866), registos n.ºs 1419 e 1420, ofícios de 13 de Março de 1871, enviados ao governador civil de Braga e ao administrador do concelho de Vila Verde.

O administrador do concelho de Ponte de Lima começou por relatar ao governador civil de Braga o seguinte caso: «*Na manhã do dia 27 do mez de fevereiro foi exposta uma creança á porta de Maria Eulália, do lugar de Gavião, freguesia de Annaes, d’este concelho, que foi baptizada com o nome de Jorge, e se acha no Hospício d’este concelho. Aquella creança é filha de Joze, filho de Acacio (...) da freguesia de Rio Mau, do concelho de Villa Verde d’esse districto (...), segundo colligidas informações a que procedi (...)*».

⁸⁵⁸ A.G.C.V.C., Livro da Correspondência Recebida, ofício de 10 de Maio de 1874, Pasta 1.15.5.8-6.

«(...) averiguando-se que o exposto ou abandonado pertence a concelho differente d'aquelle, a cujo cargo estivera, solicitará a camara municipal d'este á do primeiro a acceitação immediata do menor e a indemnisação das despesas feitas, salvo o direito de reclamação no caso de recusa para o tribunal administrativo do districto»⁸⁵⁹.

2-Estratégias familiares e colectivas

Como o encargo com a criação dos expostos era, em última instância, uma obrigação dos concelhos, estes teriam de disponibilizar as verbas necessárias para suportar uma despesa que seria proporcional ao número de crianças expostas. Ora, como esses rendimentos eram inexistentes ou manifestamente insuficientes para fazer face às crescentes despesas, os concelhos viram-se obrigados a lançar mão duma prerrogativa prevista nas Ordenações do Reino que consistia em angariar as verbas necessárias, através do lançamento de fintas sobre os seus habitantes. A excepção foi o concelho de Viana que, no período em que manteve a sua Roda encerrada, decidiu transferir para as respectivas freguesias os encargos com a criação dos expostos, uma medida que se prolongou por um período limitado do primeiro quartel do século XVIII.

É neste contexto que terá de ser explicada uma estreita interligação entre as estratégias familiares e as estratégias colectivas. As famílias que enjeitavam os filhos ou que procuravam garantir um maior sigilo ao seu abandono, mesmo que temporário, poderiam optar por expor as crianças num outro concelho, o que não deixaria de ter os seus reflexos ao nível da própria comunidade, transferindo para terceiros os encargos com a sua criação.

Esta estratégia poderia resultar da vontade colectiva de uma população que lutava pela sobrevivência e que, contrariamente aos grupos privilegiados, teria de contribuir para a sustentação dos expostos. São estratégias colectivas que terão assumido contornos de mútua reciprocidade, não sendo possível saber quais os concelhos mais beneficiados ou prejudicados, embora na certeza de que foram as crianças as principais vítimas, apanhadas na encruzilhada de um sistema que não era nada transparente.

A câmara de Viana, preocupada com a falta ou a insuficiência de rendimentos para a criação dos expostos, começou por distribuir as crianças pelas diversas freguesias, forçando os seus habitantes a responsabilizarem-se pelo seu acolhimento e sustentação. Assim, por acórdão de 21 de Abril de 1717, deliberou que os expostos fossem distribuídos pelas freguesias do termo, com igualdade e proporção, de acordo com os bens e o respectivo número de moradores, sob a responsabilidade directa dos seus eleitos. Tomavam esta decisão por não haver rendimentos que pudessem concorrer para a criação dos expostos e por se ter esgotado o que se retirava das sisas, como havia ordenado Sua Majestade.

Esses expostos deveriam estar registados, por freguesia, em cujo assento se assinalariam todas as ocorrências que os eleitos das respectivas freguesias neles mandavam anotar, nomeadamente se as amas haviam ou não recebido os salários devidos. Neste contexto, é provável que as populações se procurassem eximir de mais esta obrigação ou, pelo menos, tentassem minimizar os seus efeitos.

Uma das formas mais utilizadas era ocultar o falecimento dos expostos para que a administração concelhia não procedesse à sua substituição imediata. Esta ocultação

⁸⁵⁹ Art.º 16.º do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, de 5 de Janeiro de 1888, cit.. No parágrafo único deste artigo, o regulamento previa que *«se a contestação se der entre camaras de dois districtos differentes, será a duvida resolvida em única instancia pelo supremo tribunal administrativo»*.

esteve na origem de um acórdão da câmara, a penalizar os eleitos das freguesias que, para se aliviarem ou eximirem deste encargo, não viessem dar conta do falecimento dos expostos para os substituírem por outros expostos e iniciarem um novo ciclo de criação.

Sempre que uma freguesia conseguia iludir a administração municipal, esse facto poderia representar o agravamento dos encargos daquelas que se estariam a revelar mais escrupulosas no cumprimento das suas obrigações colectivas, abrindo espaço às irregularidades e à consequente corrupção do sistema vigente. Assim se justifica que a câmara de Viana tivesse alertado o escrivão para a necessidade de um controle efectivo da repartição dos expostos pelas freguesias, por forma a que a mesma se baseasse em critérios de proporcionalidade, em função do número de habitantes e dos rendimentos municipais. O que se pretendia era evitar que se continuassem a penalizar as freguesias mais pobres, quando algumas das mais ricas não tinham a seu encargo quaisquer expostos, quer por favorecimento institucional, quer por haverem conseguido ludibriar o sistema implementado⁸⁶⁰.

A partir da generalização das Rodas pelas restantes vilas das comarcas de Viana e Valença, nos finais do século XVIII, o alargamento da oferta institucional possibilitou uma procura mais selectiva, explicada por razões particulares, familiares ou colectivas. Contudo, se nos foi possível identificar algumas dessas motivações e descortinar as respectivas estratégias subjacentes, na maioria dos casos o enigma permanecerá para sempre, numa espécie de “roda de estratégias”, impulsionada por um universo de sentimentos.

Com a aprovação dos regulamentos distritais, na sequência das reformas liberais, são novamente as estratégias familiares que voltam a prevalecer, muitas delas continuando a privilegiar as relações de vicinidade que se estabeleciam entre as freguesias de concelhos circunvizinhos. Assim se explica que, em Ponte de Lima, mesmo durante o período em que a exposição de crianças se passou a centralizar na sua Roda, criada nos finais do século XVIII, continuassem a aparecer crianças expostas nas freguesias de Arcos e Fontão (próximas do concelho de Viana e do extinto concelho de Lanheses), Refóios (próxima do concelho dos Arcos), Labruja e Labrujó (próximas do concelho de Paredes de Coura) e Beiral do Lima e Santa Cruz (próximas do concelho de Ponte da Barca).

Por vezes, seriam as próprias amas a terem um papel importante nesta circulação de crianças, uma cumplicidade que, quando conhecida, acabaria por ser desmantelada. Terá sido na sequência de uma denúncia que se deu baixa a uma menina que foi exposta na Roda de Vila Nova de Cerveira, em 27 de Setembro de 1851, depois de se descobrir que a ama era cúmplice de uma estratégia que não se confinou aos limites do próprio concelho. Três dias depois de ter sido entregue à ama, do lugar de Cortes (extra-muros da vila), a administração concelhia mandou dar baixa à criança *«por se conhecer ter sido exposta pela mesma ama, trazendo-a de fora do concelho»*⁸⁶¹.

Os casos que vamos passar a descrever poderão ser representativos de muitos outros, bem reveladores de uma estratégia familiar que extravasou os limites do concelho de origem e, até, a própria fronteira nacional.

No dia 6 de Agosto de 1840, foi exposto na Roda de Valença um menino que foi baptizado com o nome de José Joaquim, tendo sido entregue à ama Antónia Maria, da freguesia de Mentrestido, concelho de Vila Nova de Cerveira. No final desse mesmo mês, Ana da Fonte, moradora junto à passagem de S. Pedro da Torre (uma freguesia raiana), compareceu na câmara de Valença e, perante o presidente da câmara, informou

⁸⁶⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1716-1756), fls. 15, 15 v.º e 16.

⁸⁶¹ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1845-1851), fl. 88.

que a dita criança tinha vindo da Galiza, onde estivera a criar pela ama Rosa da Igreja, da freguesia de Amorim, por um período de dois meses.

Este menino havia-lhe sido recomendado por Maria Rosa Rebela, solteira, da freguesia de Ferreira, concelho de Paredes de Coura (freguesia limítrofe do concelho de Valença), a qual lhe havia pedido que o trouxesse de volta a Portugal. Dando cumprimento a essa nova solicitação, a declarante acabou por expor o menino na Roda de Valença, tendo, entretanto, tomado conhecimento de que a referida criança era filha natural de Rosa Felizarda, casada com Gabriel Luís Pereira, da freguesia de Formariz, razão pela qual tinha sido baptizada na freguesia de Ferreira (com o nome de José Maria), servindo de madrinha a referida Maria Rosa Rebela, uma cúmplice da estratégia da mãe adúltera.

De uma forma inesperada, foi o próprio marido de Rosa Felizarda que compareceu neste acto de reconhecimento, o qual, numa acção concertada com a própria câmara de Valença, procurou encontrar uma saída para este grave problema familiar, comprometendo-se a pagar o salário a uma ama particular, Antónia Torres, de Segadães, obrigando-se esta a não deixar a criança, sem ordem escrita da câmara, e a manter oculta a sua maternidade⁸⁶². Foi a honra familiar que justificou esta estratégia familiar, a qual passou pela necessidade de fazer sair a criança da freguesia e do concelho, com a particularidade de contar com a cumplicidade de uma câmara municipal.

Em 6 de Janeiro de 1862, foi exposta uma criança em Rendufe, concelho de Ponte de Lima, uma freguesia vizinha da Labruja, do mesmo concelho, e muito próxima de Romarigães, do concelho de Paredes de Coura. A criança foi entregue a uma ama de Ponte da Barca. Contudo, seis dias depois, foi transferida para uma ama da freguesia da Labruja. Em 31 de Agosto de 1868, já com mais de seis anos de idade, foi dada baixa a esta criança para ser entregue à mãe, uma filha solteira de João Manuel e Antónia, naturais da freguesia da Labruja, a residirem em Romarigães, onde exerciam as funções de caseiros⁸⁶³.

Ao acompanhar o percurso de vida de alguns expostos sobreviventes, é possível descobrir algumas das razões que motivaram a sua exposição, bem como as estratégias que foram utilizadas para que as crianças fossem bem tratadas, sem que se descobrisse a sua família de origem. Em casos excepcionais, são as próprias mensagens escritas ou as certidões de baptismo que nos fornecem informações relevantes que possibilitam a identificação dos seus progenitores e a sua origem geográfica⁸⁶⁴.

Poderemos referir o que se verificou em relação a uma menina que deu entrada na Roda de Ponte de Lima, no primeiro dia do mês de Outubro de 1852, acompanhada por uma certidão de baptismo, passada pelo pároco da freguesia de Ganfei, concelho de Valença. Segundo a referida certidão, a criança nasceu no dia 16 de Setembro, do mesmo ano, e era filha de João Citoula e Romana Pereira, de S. Fin de Brion, da Galiza. Além de não se conhecerem as motivações desta exposição, também ficaram por descobrir as razões que levaram à sua exposição na Roda de Ponte de Lima e não na de Valença ou noutro concelho raiano.

Alguns anos depois, em 8 de Junho de 1867, um menino deu entrada no Hospício de Ponte de Lima, tendo sido entregue à ama Joana Maria, solteira, de Vitorino de Piães. A mensagem escrita que o acompanhava fazia o seguinte apelo:

⁸⁶² A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1839-1846), fl. 86 e 86 v.º.

⁸⁶³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1860-1862).

⁸⁶⁴ Nem sempre as mensagens nos fornecem uma explicação plausível para a exposição de crianças noutros concelhos, não sendo de excluir a possibilidade das pessoas conhecerem o funcionamento institucional, com alguns concelhos a dispensarem um tratamento mais favorável ou menos negligente às crianças expostas, aumentando as suas hipóteses de sobrevivência.

«(...) em qualquer parte aonde se achar esta criança do sexo masculino, peço que seja estimado com toda a delicadeza porque hade ser procurado dentro de dous anos ou talvez em menos tempo. Já foi baptizado, chama-se Guilibaldo. Tomem nota do nome para que não haja dúvida».

Um mês depois, este exposto mudou de ama, tendo sido entregue a Maria Teresa, solteira, da freguesia de Luzio, concelho de Monção. No ano seguinte, foi dada baixa a este menino, por ter sido entregue à mãe, a própria ama⁸⁶⁵. Tudo indica que a mãe desta criança encarregou alguém de expor o filho, sem o enjeitar, como havia testemunhado na mensagem que o acompanhou. Logo que foi possível, passou ela própria a desempenhar as funções de ama, provavelmente com a convivência institucional, por não ser normal que uma criança que foi exposta no concelho de Ponte de Lima tivesse passado a ser criada por uma ama que residia no longínquo concelho de Monção.

Numa outra situação, um menino que foi exposto na freguesia da Boalhosa, concelho de Ponte de Lima (uma freguesia limítrofe do concelho de Ponte da Barca), em 23 de Dezembro de 1873, acabou por ser devolvido à própria mãe, Teresa de Jesus, solteira, natural da freguesia de S. Martinho de Crasto, concelho de Ponte da Barca, apenas oito dias após a sua exposição. Não se tratando de um arrependimento da mãe, tudo indica que teria havido uma denúncia, dado o tempo reduzido que mediou entre os dois actos. A criança tinha sido exposta com um escrito que dizia o seguinte:

«Ahi vai esse menino por baptizar e onde quer que chegar lhe porão por nome no baptismo, Simplício José de Barros, que é de gente limpa e aonde quer que parar serão agradecidos do seu trabalho. Quanto ao fato (enxoval) não houve tempo para mais, aceitem o que vai, entregai-o e fazei com que não tenha perigo. Hoje 23 de Dez.^{bro} de 1873, nasceu no dia 22 do corrente»⁸⁶⁶.

De acordo com esta mensagem, a criança não tinha um destino previamente definido, dependendo de quem a transportasse, pelo que tanto poderia ser exposta nos concelhos de Ponte da Barca (concelho de origem), Arcos ou Ponte de Lima, no distrito de Viana, como nos concelhos vizinhos de Vila Verde ou Terras de Bouro, estes já pertencentes ao distrito de Braga.

Nem sempre o prometido nas mensagens escritas se chegava a concretizar, podendo tratar-se de uma estratégia que visava um tratamento mais favorável das crianças expostas. Noutros casos, é a morte das crianças que inviabiliza a possibilidade de se poder comprovar o que nelas vinha expresso. Não foi este o caso de um menino que, no dia 21 de Janeiro de 1882, pelas 6 horas da manhã, foi exposto na freguesia de Extremo, concelho dos Arcos, localizada junto ao concelho de Monção e relativamente próxima do concelho de Valença, local de passagem da estrada que ligava Monção aos Arcos. Trazia um bilhete com a seguinte mensagem:

«Esta criança antes de três meses hade ser procurada e se pagarão todas as despesas ao município aonde ela for, assim que pudermos conseguir o matrimónio e lhe porá o nome de Henrique».

Em vez dos três meses previstos, este menino foi entregue à mãe, Carlota Joaquina de Castro, da freguesia de Verdoejo, concelho de Valença, quando já haviam passado mais de cinco anos do momento da exposição. Este desfasamento temporal poderá ser explicado pelo facto de, nesse lapso de tempo, não se haver consumado o casamento dos pais, como era sua expectativa, embora não saibamos se o mesmo alguma vez se

⁸⁶⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1866-1867), fl. 172.

⁸⁶⁶ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1871-1875), fl. 150.

realizou ou se, cansada de esperar, a mãe terá resolvido ir procurar o filho, nascido de uma relação ilegítima⁸⁶⁷.

O facto de se vir a descobrir que uma criança havia sido exposta num concelho diferente da naturalidade da mãe não confere legitimidade para logo se concluir que estamos perante mais um caso de circulação interconcelhia de crianças⁸⁶⁸.

Sem excluir essa hipótese, o que poderia ter acontecido era a circulação das respectivas mães, inseridas num movimento migratório interno que estaria predominantemente ligado à prestação de serviços domésticos e agrícolas. Eram as jornaleiras, as serviçais ou as criadas de servir, geralmente solteiras, oriundas de meios sócio-económicos mais precários, sem bens e meios suficientes de sobrevivência, a responderem às solicitações de casas mais abastadas, a necessitarem de mão-de-obra disponível e barata⁸⁶⁹.

Sem a protecção da família, muitas destas mulheres acabariam por ser seduzidas e, perante uma gravidez indesejada, a solução poderia passar pela exposição dos filhos ilegítimos, aproveitando a existência de instituições de assistência que tanto poderiam servir para preservar a honra de uns como amenizar a miséria de outros.

Num outro contexto, a saída de jovens ou mulheres solteiras para outros concelhos ou regiões de Portugal poderá estar relacionada com uma estratégia pessoal e familiar que visaria a ocultação de uma gravidez indesejada, preservando a família da vergonha e da censura popular⁸⁷⁰. Por outro lado, poderia criar as condições para que a exposição

⁸⁶⁷ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1878-1883), fl. 152.

⁸⁶⁸ Em 18 de Março de 1890, foi exposto na freguesia de Vila Fonche, concelho dos Arcos, uma criança que foi baptizada com o nome de João. No dia seguinte, a administração do concelho vai entregar esta criança à sua mãe, Delfina Augusta de Oliveira, natural da Sertã, distrito de Castelo Branco, e, na altura, residente na freguesia de Salvador, da vila dos Arcos. No dia 15 de Maio, desse mesmo ano, a mãe volta a expô-lo no Hospício dos Arcos, tendo sido novamente baptizado com o mesmo nome, como era recomendado na mensagem. Em 6 de Outubro de 1896, esta criança voltou a ser entregue à mãe, agora a residir em Braga (A.M.A.V., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos, 1888-1893, fls. 79 e 91, e Livro de Entrega de Expostos, fl. 72 v.º).

⁸⁶⁹ Citemos mais uma caso que obriga a uma ponderação por parte dos investigadores, cuja prudência se impõe para evitar quaisquer conclusões precipitadas ou especulativas. No dia 20 de Janeiro de 1873, foi exposta à porta da casa de António Pimenta da Gama, na freguesia de Lanheses, concelho de Viana, uma menina, com cerca de dois dias, acompanhada de um enxoval constituído por alguns farrapos e de uma mensagem escrita que dizia:

«Queremos o nome desta menina M.ª Rosa d'Oliveira. Já leva algumas palavras de baptismo. Peça a Vm.ª e que me procure uma ama boa, que brevemente se lhe vai agradecer e mais á ama quando for para o pago. Com isto não a enfado mais».

Depois de apresentada perante a administração de Viana, esta menina foi baptizada em Santa Maria Maior e entregue à ama, Maria José Gomes, casada, residente em Viana. No dia 29 de Março de 1873 (pouco mais de 2 meses após a exposição), compareceu na câmara de Viana, Maria d'Oliveira, solteira, natural da freguesia de Vila Cova, concelho de Barcelos, e residente na vila de Ponte de Lima, a reclamar esta sua filha, que lhe foi entregue.

Estamos perante mais um caso em que a mãe originária de um concelho (pertencente ao distrito de Braga), a residir e a trabalhar noutra, vai expor, com a cumplicidade de terceiros («queremos o nome...»), a filha num outro concelho. Esta exposição assumiu as características de um abandono temporário, até porque a mãe fez questão de recomendar que lhe fosse atribuído um nome com o seu próprio apelido, eventualmente por falta de leite da mãe, por incapacidade temporária ou por dificuldades extremas, como o parece demonstrar o enxoval constituído por alguns farrapos (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, 1869-1873, registo n.º 198).

⁸⁷⁰ Em 1853, apareceu exposta em Refóios, concelho de Ponte de Lima, uma freguesia limítrofe de Jolda Madalena, do concelho dos Arcos. Esta criança foi entregue à ama Luisa Maria, de Refóios, que se havia oferecido para a criar. Dois meses depois, descobriu-se que esta criança era filha de uma mulher solteira, da freguesia de Jolda, sendo muito provável que tal exposição não representasse mais do que um abandono simulado que permitiria à mãe a preservação da honra, ao mesmo tempo que acompanhava de

do filho pudesse ser feita com maior discrição e segredo, independentemente desse abandono poder ser definitivo, temporário ou simulado.

Terá sido esta a situação vivida por Maria Luisa, solteira, natural de Valões, concelho de Vila Verde, a residir no Campo do Forno, na vila de Ponte da Barca. Em 1866, o administrador deste último concelho mandou entregar-lhe uma filha que tinha exposto ou mandado expor no pátio de acesso à casa de Maria Joaquina Nogueira, viúva, moradora na Rua da Praça, na Vila dos Arcos de Valdevez, um concelho contíguo ao de Ponte da Barca⁸⁷¹. Trata-se de uma estratégia que envolveu três concelhos circunvizinhos, sendo que o concelho de Vila Verde pertence ao distrito de Braga. Neste caso, a circulação da criança, nascida no concelho da Barca e exposta no concelho dos Arcos, foi antecedida pela deslocação da mãe do concelho de onde era natural (Vila Verde) para o novo concelho de residência (Ponte da Barca).

Quadro 42
Origem dos expostos entregues pelas Rodas de Viana e de Ponte de Lima

RODA DE VIANA			RODA/HOSPÍCIO DE PONTE DE LIMA		
<i>Concelhos</i>	<i>1771-1835</i>	<i>1836-1866</i>	<i>Concelhos</i>	<i>1818-1835</i>	<i>1836-1915</i>
Viana (Vila)	24	105	P. Lima (Vila)	22	160
Viana (termo)	9	78	P. Lima (termo)	46	523
Barcelos	20	10	Barcelos	1	14
Esposende	2	-	Ponte da Barca	1	15
Caminha	7	7	Arcos	6	25
Ponte de Lima	3	51	Coura	2	18
Ponte da Barca	2	-	Viana	5	28
Arcos	-	4	Albergaria	3	-
Geraz do Lima	1	-	Braga	1	4
Couto da Correlhã	4	-	Monção	-	2
Facha	3	-	V.N. Cerveira	-	2
Braga	3	2	Vila Verde	3	11
Guimarães	-	2	Facha	8	-
Pico de Regalados	1	1	Couto da Correlhã	8	-
Valença	1	1	Couto da Feitosa	2	-
V. N. Cerveira	-	1	Couto Rebordões	4	-
TOTAL	80	262	TOTAL	112	802

Embora muitos registos de expostos sobreviventes tivessem sido encerrados com a indicação de que tiveram baixa e foram entregues às respectivas mães ou familiares, sem mais outra informação, alguns são mais completos e acabam por identificar as pessoas a quem foram entregues, bem como a sua residência (freguesia e concelho). Foi com base nesta última amostra que pudemos comprovar a origem familiar e geográfica de muitos expostos, os quais nem sempre pertenciam ao concelho onde estavam a ser criados (*quadro 42*). Este facto acaba por demonstrar a existência duma efectiva circulação de crianças, antecedida ou não por uma circulação interconcelhia das próprias mães, tudo dependendo das motivações e das estratégias adoptadas.

Como se pode observar no quadro, a maioria das crianças que foram expostas nos termos de Viana e Ponte de Lima⁸⁷² e que foram entregues aos respectivos familiares

perto a criação do filho. Nalguns casos, estas amas eram fictícias, visto que as crianças estavam na realidade em poder das próprias mães, uma estratégia que permitiria subsidiar a sua criação.

⁸⁷¹ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1865-1872), fl. 46 v.º.

⁸⁷² Mesmo no período de 1697 a 1731, nem todas as crianças que foram expostas no termo de Ponte de Lima eram de lá originárias. Na realidade, embora a amostra seja muito pouco representativa, das 728 crianças expostas, nesse período (a maioria das faleceu), 16 delas foram entregues aos respectivos familiares que residiam na Vila (3), em freguesias do termo de Ponte de Lima (5) ou nos concelhos de Barcelos (1), Arcos (3), Viana (1), Couto de Gondufe (1), Ponte da Barca (1). Uma outra era filha de uma

era originária do concelho onde estava instalada a Roda/Hospício, com as restantes a serem provenientes dos concelhos circunvizinhos, salvo algumas excepções.

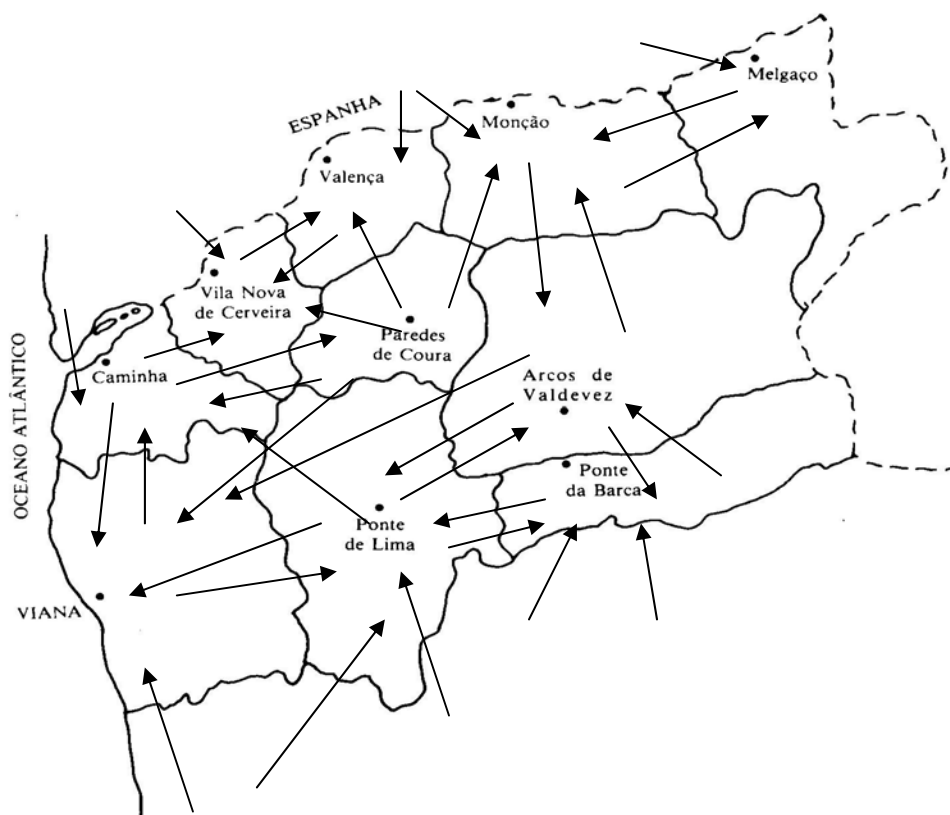
Tudo parecia girar em torno da honra de uns e da miséria ou pobreza de outros. Assim, quando o objectivo era ocultar os filhos ilegítimos, para assegurar a preservação da honra, ou quando se pretendia transferir o ónus da sua criação para outros concelhos, a tendência seria a de expor as crianças noutros termos administrativos. Por seu lado, quando o objectivo era tentar subsidiar a criação dos filhos, mantendo-os sob uma vigilância mais ou menos efectiva, com vista a uma recuperação futura, sem esquecer a possibilidade de se conseguir uma reintegração familiar camuflada, então as exposições faziam-se preferencialmente no próprio concelho.

As jornaleiras expunham preferencialmente os filhos no próprio concelho, mais preocupadas em garantir a sua criação gratuita do que em tentar preservar uma honra perdida. Era o aproveitar de uma certa tolerância institucional para com as mulheres que não reuniam as condições mínimas para criar os filhos e com absoluta necessidade de trabalhar fora de casa.

Numa amostra de cerca de quatrocentos expostos que, entre 1780 e 1917, foram entregues pela câmara de Viana aos seus familiares, com residência conhecida, pudemos verificar que a maioria dos expostos eram originários do termo de Viana, embora também apareça um número significativo de expostos que eram filhos de mulheres que residiam ou trabalhavam noutros concelhos (*mapa 9*).

Mapa 9

Naturalidade de algumas das mães de crianças expostas noutros concelhos



mãe galega pobre que a teve quando passava por este concelho. Destas 16 crianças, sabemos que 10 foram entregues a mulheres solteiras, não se conhecendo o estado matrimonial das restantes.

Nos casos em que as mães dos expostos não eram naturais do termo de Viana, a maioria delas eram originárias de concelhos circunvizinhos, nomeadamente de Ponte de Lima, Caminha e Barcelos, embora também apareçam algumas crianças expostas cujos familiares residiam nos concelhos de Braga, Pico de Regalados, Vila Verde, Ponte da Barca, Arcos, Valença e, até, da Galiza.

No concelho de Caminha, dos 33 expostos entregues entre 1840 e 1870, descobriu-se que as mães eram naturais da vila (2) e do respectivo termo (9), enquanto que as restantes residiam nos concelhos circunvizinhos de Vila Nova de Cerveira (9), Viana (6), Galiza (3), Ponte de Lima (1), com excepção de duas que eram naturais de Valença e uma de Vila Nova de Famalicão.

No concelho de Ponte da Barca, os 37 expostos que foram entregues entre 1839 e 1910 pertenciam a familiares que residiam no próprio concelho (5) ou nos Arcos (23), Ponte de Lima (5), Soajo (1), Pico de Regalados (1) e Vila Verde (2). Por seu lado, no vizinho concelho dos Arcos, ao longo do período de 1860 a 1917, foram entregues 263 expostos, cujos familiares residiam nas duas freguesias da vila (35), nas freguesias do concelho (185) ou nos concelhos de Ponte da Barca (28), Ponte de Lima (7), Coura (2) e Monção (2), apenas se registando a entrega de quatro expostos a familiares que residiam nos concelhos de Braga, Vila Verde, Amares e Valença.

À medida que se caminhava para o final do século XIX, o Hospício de Ponte da Barca passou a registar uma subida do número de crianças expostas que eram filhas de mulheres (geralmente solteiras) que residiam no concelho dos Arcos, o mesmo acontecendo com o Hospício deste concelho que acolhia crianças do concelho de Ponte da Barca, aproveitando a compreensão e a tolerância institucional. Nalguns casos, as autoridades locais chegaram a aceder ao pedido de algumas das mulheres para que mantivessem os subsídios de criação dos filhos, depois das mesmas serem intimadas a tomar conta dos filhos, desde que provado o seu estado de pobreza ou falta de leite.

A mesma tendência foi registada noutros concelhos do Alto Minho. Em Vila Nova de Cerveira, no período de 1841 a 1877, foram entregues alguns expostos a familiares que residiam na Vila (2) e no seu termo (11), bem como nos concelhos de Valença (15), Caminha (4), Paredes de Coura (2) e na Galiza (1). No concelho de Melgaço, entre 1857 e 1892, foram entregues 20 expostos aos familiares que residiam nos seguintes locais: Vila (1), Freguesias do termo (9), Monção (6), Valença (1). Os restantes eram filhos de mulheres galegas que trabalhavam como criadas de servir no concelho de Melgaço. Outras crianças seriam originárias da Galiza, embora tal não viesse a ser possível comprovar, por terem falecido, como o de uma menina que foi exposta na freguesia de Penso e que trazia uma mensagem escrita a dizer: «*Esta niña se halla bautizada e le pusieron por nombre Maria*»⁸⁷³.

No concelho de Monção, foram entregues 16 expostos, entre 1807 e 1821, cujos familiares, além dos naturais da vila (2) e seu termo (5), residiam nos seguintes concelhos: Valadares (4), Arcos (1) e Coura (1), sendo os restantes originários da Galiza (3), embora um deles fosse filho de uma mulher galega que estava a servir na freguesia de Penso. O mesmo se verificou na Roda de Valadares, alguns anos antes de ser extinta, em 1855, com alguns dos seus expostos a serem entregues às mães que residiam nos vizinhos concelhos de Melgaço (4) e Monção (6).

⁸⁷³ A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 132 v.º.

3-A circulação transfronteiriça de crianças⁸⁷⁴

Como já foi referimos, até finais do século XVIII, Braga, Viana e Santiago de Compostela eram as únicas localidades da região do Minho e da Galiza com instituições de acolhimento das crianças expostas, dotadas de um mecanismo que garantia o anonimato dos responsáveis pela sua exposição. Só a partir dos finais do século XVIII é que essa oferta institucional foi alargada, a começar pelo nosso país.

Como vimos, tal facto deu origem ao desencadear de um conjunto de estratégias familiares (para melhor garantir o anonimato) e colectivas (para transferir para outros concelhos o ónus da criação), com muitas crianças a serem expostas em espaços administrativos que não eram os de origem, o que originou frequentes queixas e protestos das autoridades locais.

Esta circulação de crianças poderá integrar-se no movimento global que se estaria a registar entre diferentes países europeus, por razões ou estratégias que poderiam não ser coincidentes. Apesar de se inserir no âmbito de uma actividade ilegal e clandestina, esta circulação internacional de crianças está referenciada pela passagem de crianças da Suíça para a Itália, da Bélgica para a França, da Inglaterra para a Irlanda e de Portugal para a Espanha (Sá, 1995:43)⁸⁷⁵.

Essa circulação e mesmo o tráfico de crianças expostas de Portugal para Espanha foi referida por Ângelo Ribeiro, quando considerou a oficialização das rodas no nosso país como uma forma de evitar «o comércio dos engeitados, feito em larga escala pelos espanhóis da raia, que levavam para suas casas crianças portuguesas»⁸⁷⁶.

No que concerne à circulação e exposição de crianças portuguesas em Espanha, as referências a esse tráfico clandestino integram-se no contexto da luta entre os partidários da manutenção da assistência centralizada em Santiago de Compostela, com a criação de uma nova “Inclusa” para fazer face ao aumento da procura⁸⁷⁷, e os defensores da sua descentralização pelas sete províncias da Galiza. Tratava-se de uma controvérsia que acabou por envolver alguns expostos que presumidamente seriam originários de Portugal. Nos finais do século XVIII, uma carta que foi enviada aos Bispos da Galiza dava conta da entrada de expostos portugueses na Inclusa de Santiago, quando nela se afirmava o seguinte (com sublinhado nosso):

«Ilmo. Sr.: Don Francisco Antonio Rial, Administrador que fue del Real Hospital de Santiago, y el actual Administrador D. Antonio Crisóstomo Montenegro y Páramo, hicieron al Consejo las representaciones de que son copias las adjuntas, manifestando los perjuicios, y continuados riesgos a que

⁸⁷⁴ Este capítulo reproduz, no essencial, o conteúdo da nossa comunicação apresentada no VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), realizado em Castelo Branco, de 18 a 20 de Abril de 2001, subordinada ao tema “Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza. Repercussões demográficas e sociais de uma estratégia sem fronteiras”, enriquecida com novos elementos que, por limitação regulamentar, não integraram a versão original. A comunicação foi integrada na Sessão Plenária (S1), organizada e coordenada por Maria Luís Rocha Pinto e Vicente Pérez Moreda, subordinada ao tema “Populações da Fronteira”.

⁸⁷⁵ Sobre esta problemática, aconselha-se a leitura do trabalho de investigação de Isabel dos Guimarães Sá, “A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1995.

⁸⁷⁶ O autor não fundamentou esta afirmação nem se referiu à região onde se estaria a praticar este tráfico de crianças expostas, dada a extensão da fronteira entre os dois países ibéricos (in Assistência, vol. VI da História de Portugal, dirigida por Damião Peres, edição de Barcelos, página 635).

⁸⁷⁷ Em resposta a uma Real Ordem enviada em 1774, o Hospital de Santiago informou que a média de entradas anuais de expostos era de 635 (Garcia Guerra, 1983:363). Esse número médio anual aumentou para cerca de 800 na última década do século XVIII, reflexo da manutenção da sua função centralizadora, começando a diminuir com o alargamento da oferta institucional, já durante o século XIX.

están expuestos, y se experimentan frecuentemente por los Niños Expósitos que se conducen a él, de todo el Reino de Galicia, y aun desde el de Portugal, por falta de medios suficientes para ocurrir de otro modo de como se ejecuta a los gastos de su lactancia y crianza, hasta la edad en que se les pueda poner a oficios (...)».

Salvo alguns casos excepcionais, eventualmente aproveitando alguma rede de transporte de crianças, a partir dos municípios fronteiriços galegos, não se nos afigura como provável que a Inclusa de Santiago integrasse o circuito da circulação de crianças de origem portuguesa. A existir, as crianças portuguesas teriam de ser transportadas ao longo de uma distância que rondava as 20 léguas (cerca de cem quilómetros), até serem expostas em Santiago, um risco demasiado elevado para quem sabia ser uma obrigação dos concelhos portugueses a criação das crianças que eram expostas nos seus espaços administrativos. Ainda menos provável será a possibilidade dessa circulação clandestina poder ter alguma ligação com o fervor religioso e o espírito caritativo dos peregrinos, ao transportarem para a Inclusa de Santiago alguma criança que tivesse sido exposta no percurso de algum dos históricos “Caminhos de Santiago”.

A ser verdade, e num contexto em que prevalecia uma mentalidade populacionista, a eventual proveniência de expostos de Portugal até seria vista com agrado, por representar um contributo externo para o reforço da população, como se pode depreender da seguinte afirmação que estava contida na mesma carta (com sublinhado nosso):

«(...) El Consejo tiene por muy considerables estos perjuicios, y que requieren el más pronto efectivo y eficaz remedio, sin el cual será indispensable continúen, por más celoso que se muestre el Administrador en ocurrir a su reparo, y que aunque a primera vista se creería gravamen admitir y mantener los expósitos de Portugal⁸⁷⁸, no lo es, antes produce ventaja a la Población del Reino, adquiriendo este mayor número de Vasallos, siendo por lo mismo justo que continúe esta práctica (...).

(...) Conoce el Consejo que el Reino de Galicia no está primariamente obligado a la manutención de los expósitos, y que tal vez sería más útil que en cada una de las ciudades capitales de las siete provincias hubiese su Casa particular: Que los Prelados, Ciudades, Cabildos, y otros devotos, tratasen del modo de establecer, y de conducir los expósitos sin los perjuicios que recuerda el Administrador, y se remediaron con las providencias del Consejo en el Hospital de Expositos de Santa Cruz de Toledo (...)»⁸⁷⁹.

Pelo contrário, estamos convictos de que a estratégia individual, familiar ou colectiva de transportar as crianças das regiões galegas mais próximas da fronteira portuguesa para Santiago se revelaria bem mais complexa, dispendiosa e arriscada do que procurar transferi-las para Portugal, expondo-as num dos concelhos de fronteira. Estes, desconhecendo a sua origem, eram obrigados a criar as crianças expostas no seu espaço administrativo, até completarem os sete anos de idade.

⁸⁷⁸ Em 1788, o Administrador da Inclusa, D. Nicolás de Neira, depois de se queixar da falta de Casas-Cuna na Galiza, referiu-se à Inclusa do Hospital de Santiago nestes termos «(...) y en donde se recogen los niños expósitos de todo el Reino, que a él concurren, y aún de Astúrias, León y Portugal». Citado por Pérez García, 1976: nota 11).

⁸⁷⁹ O extracto da carta do Conselho, com sublinhados nossos, foi transcrito do trabalho de García Guerra (1983:364-365).

É uma hipótese que ganha consistência quando se sabe que as autoridades locais, eventualmente com a colaboração da população que se sentia prejudicada (a mentalidade populacionista só interessava ao Estado e aos grupos privilegiados que estavam isentos do pagamento de impostos e necessitavam de mão-de-obra disponível e barata) acabavam por descobrir a origem estrangeira de algumas crianças expostas, geralmente das regiões mais próximas da Galiza.

Enquanto a Inclusa do Hospital Real de Santiago funcionou como único centro de recepção de crianças abandonadas para toda a Galiza, o que aconteceu até ao início do século XIX, a alternativa institucional poderia ser encontrada em Portugal, a qual, apesar de ilegal, tinha a vantagem de ser mais próxima, sobretudo a partir do momento em que se generalizaram as Rodas em muitos dos seus concelhos, nos finais do século XVIII. Efectivamente, todos os concelhos que faziam fronteira com a Galiza passaram a ter Roda, cujo acesso estava à distância da travessia do rio Minho, o que não deixaria de constituir uma alternativa bem menos perigosa e dispendiosa do que fazer chegar as crianças a Santiago.

Do outro lado da fronteira dos municípios de A Guarda, O Rosal, Tomiño, Tui, Salvaterra de Miño, As Neves, Arbo e Crecente existiam, respectivamente, as Rodas de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Valadares e Melgaço. Tratava-se, sem dúvida, de uma importante oferta institucional que, no período compreendido entre finais do século XVIII e 1866⁸⁸⁰, ano da abolição das Rodas e sua substituição pelos Hospícios, não deixaria de ser ponderada no universo das estratégias utilizadas, a coberto do carácter anónimo e sigiloso da exposição de crianças.

As estratégias subjacentes a esta actividade ilegal transfronteiriça também acabaram por assumir um carácter de mútua reciprocidade, em função da respectiva oferta institucional, nem sempre coincidente no tempo e no espaço. Na verdade, enquanto que a exposição de crianças, provenientes da Galiza, se verificou predominantemente no período em que só existia a Inclusa de Santiago, tendo praticamente desaparecido com a criação da Inclusa de Tui e, sobretudo, com a abolição das Rodas no distrito administrativo de Viana do Castelo⁸⁸¹, a partir desta altura, inverteu-se o sentido da exposição de crianças.

De facto, quando passou a vigorar no nosso país o sistema de admissão justificada de crianças nos Hospícios, a manutenção do “torno” (roda) da Inclusa de Tui terá levado algumas famílias portuguesas a optarem por lá expor as crianças, uma situação que se acentuou no último quartel do século XIX e prolongar-se pelo primeiro quartel do século seguinte⁸⁸².

Apesar de confirmada esta circulação de crianças nestas regiões de fronteira, jamais será possível avaliar a sua verdadeira dimensão. Na verdade, se, por um lado, a roda garantia o anonimato de quem expunha as crianças, por outro, a morte de muitas delas representava o corte definitivo com os respectivos laços familiares e sociais. No entanto, tendo por base a informação colhida na documentação existente, tudo indica que o número de crianças que foram transferidas da Galiza para o Minho e do Minho para a Galiza não deverá ter atingido proporções muito significativas, embora não possa ser ignorado no âmbito de uma incontornável “estratégia sem fronteiras”.

⁸⁸⁰ Em 1866, apenas não existia a Roda de Valadares, um concelho extinto em 1855.

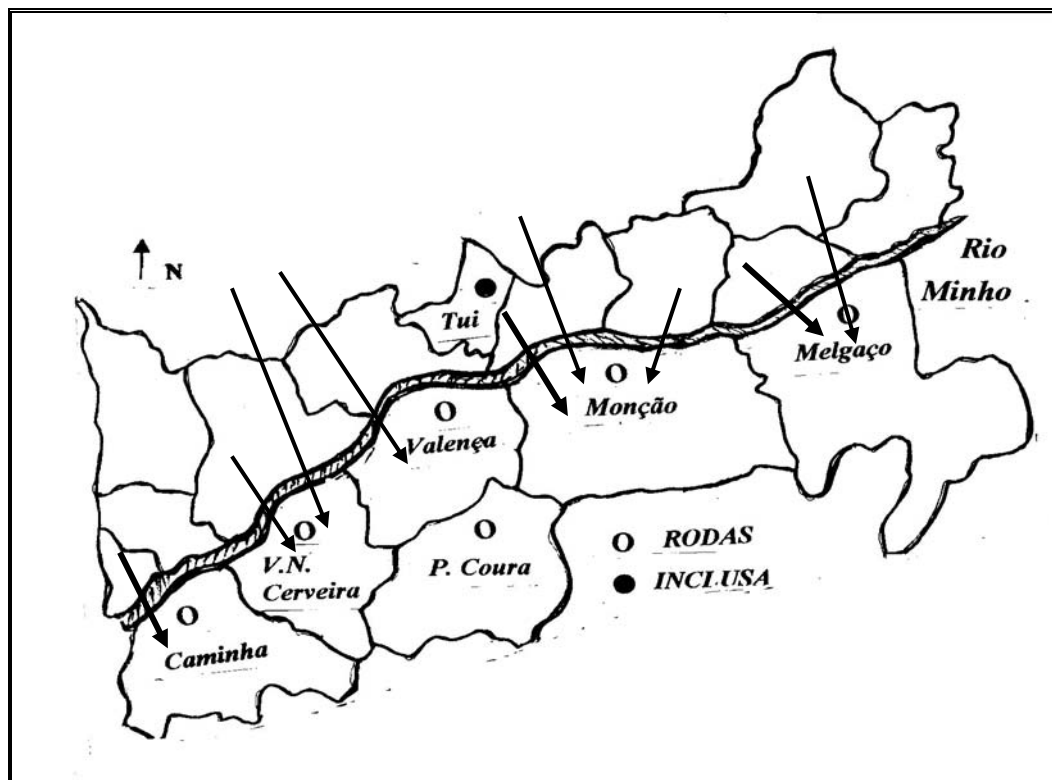
⁸⁸¹ Em 1866, a rota e o destino do abandono de crianças vai sofrer uma inversão significativa, passando a realizar-se mais no sentido do Minho para a Galiza, mais concretamente em direcção a Tui, único município de fronteira com Inclusa em funcionamento, embora não terminasse a exposição de crianças galegas em Portugal, o que poderá ser explicado por razões geográficas, se considerarmos que a Inclusa de Tui ficava bem mais distante das terras da fronteira com o nosso país do que de alguns concelhos de Portugal.

⁸⁸² Pelos indicadores que dispomos, a Inclusa de Tui terá funcionado até meados do século XX.

3.1-Abandono e circulação de crianças entre a Galiza e o Minho

Passaremos agora a analisar alguns casos em que se verificou a exposição de crianças provenientes da Galiza nas Rodas dos concelhos portugueses de fronteira, desde Caminha até Melgaço, seguindo o curso do rio Minho no sentido ascendente, com a particularidade de se verificar uma transferência para os concelhos que ficavam da outra banda do rio (*mapa 10*).

Mapa 10
Origem galega de algumas crianças expostas nos concelhos do Alto Minho



Como primeiro exemplo, poderemos referir o caso de um criança do sexo feminino que foi exposta na Roda de Caminha, na madrugada do dia 27 de Dezembro de 1852, tendo sido baptizada na Igreja Matriz com o nome de Maria Quitéria. Depois de se descobrir que a menina tinha vindo da Galiza, foi a mesma enviada ao Alcaide Constitucional da vila de A Guarda, no dia 19 de Fevereiro do ano seguinte, acompanhada de um ofício do administrador do concelho de Caminha, para ser entregue à sua mãe. Três anos mais tarde, em 7 de Setembro de 1856, foi também devolvida à sua mãe, residente na mesma vila galega, uma criança que havia sido exposta na Roda de Caminha, no dia 8 de Janeiro desse mesmo ano⁸⁸³.

Poucos meses após a abolição da Roda, em 8 de Novembro de 1866, deu entrada no Hospício de Caminha uma criança que foi baptizada com o nome de João Francisco, a quem foi dada baixa no dia 10 de Dezembro desse mesmo ano, por ter sido entregue a sua mãe, da freguesia de Camposancos, uma paróquia do município de A Guarda, localizada mesmo em frente à vila de Caminha.

Alguns anos depois, em 24 de Novembro de 1869, foi exposta, na mesma vila, uma menina que, no dia seguinte, foi entregue a Maria Ventura, casada com João

⁸⁸³ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1849-1857), fl. 53.

Manuel Gomes, «*hespanhoes moradores na freguezia de S.to Isidoro, concelho da Guardia (Galiza) por se obrigar gratuitamente á sua criação e tratá-la como se fosse sua própria filha*». Neste caso, tratava-se aparentemente de uma adopção, não sendo de excluir que fizesse parte de uma estratégia para recuperar uma criança que, provindo da Galiza, teria sido exposta em Caminha. Assim se poderia explicar o facto da administração de Caminha ter procedido, de imediato, à sua entrega, tratando-se de um casal que não residia em Portugal.

No dia 25 de Dezembro de 1870, apareceram expostas à porta do Hospício de Caminha duas crianças gémeas, acompanhadas de uma mensagem escrita que dizia: «*Sen bautizar, se bautizen. Pongale por nombre Martina, una, e la outra Liberata. Tienen cinco dias de nascidas*». Pela mensagem presume-se a origem galega destas crianças, não se podendo confirmar a sua proveniência familiar porque faleceram. A Martina faleceu oito dias após a exposição e a Liberata no dia 4 de Setembro de 1871.

Em 1877, apareceu exposta na freguesia de Lanhelas, concelho de Caminha, uma criança do sexo feminino, acompanhada pela seguinte mensagem estrita: «*Esta crianza va sin bautizar*. Depois de recolhida, foi baptizada com o nome de Maria Joaquina e entregue à ama Antónia Joaquina da Costa, da freguesia de Gontinhães (actual Vila Praia de Âncora), do mesmo concelho, ao cuidado da qual esteve até aos sete anos⁸⁸⁴, sendo provável que tivesse permanecido com ela mesmo após essa idade, como habitualmente acontecia.

Esta circulação de crianças entre as duas regiões poderia ser facilitada pelos movimentos migratórios e pelos permanentes contactos entre as populações ribeirinhas, podendo desencadear um conjunto de complexas estratégias que extravasam as próprias fronteiras e servir de ponte institucional entre as duas regiões. Poderá estar neste caso uma criança que foi exposta em Campos, uma freguesia raiana, tendo entrado na **Roda de Vila Nova de Cerveira**, no dia 21 de Fevereiro de 1853, mas a quem foi dada baixa e excluída do número dos expostos da Roda do concelho, em 30 de Junho de 1854, «*por constar existir o exposto na Galiza e não em poder da ama da referida freguesia de Campos*»⁸⁸⁵.

Mais tarde, uma criança que foi exposta em Loivo, concelho de Vila Nova de Cerveira, foi entregue, “por prudente arbítrio”, a uma mulher de Gondarém. Contudo, ao cruzarmos a base de dados das crianças expostas nas Rodas do Alto Minho com as da Inclusa de Tui, pudemos verificar que essa criança voltou a ser exposta no “*torno da Inclusa de Tui*”, dois dias depois de se ter saído da Roda de Vila Nova de Cerveira⁸⁸⁶.

Apesar de estar provado que algumas das crianças expostas em Portugal eram de origem ou proveniência galega, não registámos qualquer preocupação especial das autoridades locais com uma situação que representava novos encargos para o concelho. Só detectámos uma referência explícita a este problema numa recomendação feita por ocasião da tomada de posse da rodeira da **Roda de Valença**, aquando da sua criação, no

⁸⁸⁴ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1857-1888), fls. 93, 101 v.º e 132 v.º.

⁸⁸⁵ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1852), fl.19.

⁸⁸⁶ A.H.D.T., (Arquivo Histórico e Diocesano de Tui), Livro de entrada de Expósitos (1871-1882). Este exposto, baptizado em Vila Nova de Cerveira com o nome de Abílio Gil, conforme se pedia na mensagem escrita que o acompanhava, foi conduzido, dois dias depois, para a Galiza, dando entrada no torno da Inclusa de Tui, pelas 4 horas da madrugada, novamente acompanhado por uma mensagem que dizia já ter sido baptizado com o referido nome numa outra paróquia.

É entregue a uma ama (nodriza) do “Barrio del Oro” da cidade de Tui, passando no ano seguinte para uma ama da paróquia de Barrantes, provavelmente o culminar de uma complexa estratégia que o fez regressar às suas origens. Efectivamente, 10 anos depois de regressar, a sua mãe, natural dessa mesma paróquia de Barrantes, apresentou-se às autoridades administrativas para o reclamar e reconhecer como seu filho.

ano de 1799. No termo de juramento que teve de realizar, perante a nova administração, a rodeira comprometia-se, entre outras obrigações:

«(...) a guardar segredo e não denunciar as pessoas que expunham na Roda as crianças (ou faziam a sua entrega), sendo estas do nosso Reino, e havendo alguma suspeita que fossem de fora dele deveriam dar parte para se prevenir o que for justo»⁸⁸⁷.

Não sabemos até que ponto o zelo das rodeiras e depois das hospitaleiras de Valença se reflectiu no cumprimento desta obrigação, prevenindo as exposições, apesar de estar localizada mesmo em frente a Tui. Embora não tenha ficado registada qualquer exposição de crianças galegas na Roda de Valença, vamos citar um caso em que parece emergir uma estratégia que não conheceu fronteiras, mais ainda quando envolveu pessoas residentes em Santiago de Compostela, onde existia a secular Inclusa do Hospital Real.

No dia 6 de Julho de 1812, deu entrada na Roda de Valença um menino, já com 2 anos de idade, exposto à porta de Manuel António Machado, residente em Valença. O “rodeiro” declarou que lhe fora entregue por ordem do juiz vereador para o receber na Roda, depois de ter sido baptizado na freguesia de Arão, sob condição, dando-se-lhe o nome de José Luís, tendo sido entregue à ama Ana Maria, solteira, da freguesia da Gandra.

No mês seguinte, João Lopes e sua mulher, Maria Fernandes, moradores na cidade de Santiago, do Reino da Galiza, compareceram perante o juiz de fora da vila de Valença, acompanhados de Joana Fraguella, solteira, da freguesia de Santa Maria, da Galiza, os quais lhe apresentaram uma certidão do corregedor e alcaide da justiça de Santiago. Nesta certidão, afirmava-se que o exposto José Luís era filho de João Lopes e sua mulher, tendo sido exposto pela sobredita Joana Fraguella, de onde passou para a Roda de Valença. Na presença da ama e do exposto, foi este reconhecido por todos, razão pela qual o juiz de fora o entregou a seus pais, tendo sido elaborado o respectivo termo⁸⁸⁸.

Não sabemos quais as razões que terão justificado uma estratégia que apenas se prolongou por pouco mais de um mês e, sobretudo, o que terá levado um casal, residente na cidade de Santiago, onde funcionava a exposição centralizada das crianças galegas, a mandar expor um filho num concelho que distava cerca de 20 léguas. A não ser que o conhecimento directo da terrível mortalidade registada entre as crianças da “Casa de Expósitos de Santiago” tivesse motivado essa transferência, sem excluir a hipótese da criança ter sido deixada por ocasião de uma eventual passagem do casal por Portugal, logo se apresentando para reclamar o filho quando ultrapassadas as razões que motivaram tal decisão.

Continuando a percorrer os outros concelhos raianos, acabámos por encontrar alguns casos similares na **Roda de Monção**. Assim em 1807, compareceu nesta instituição, Luisa Esteves, da freguesia de Merufe, para entregar uma criança que lhe havia sido exposta à sua porta, deixada «por uma galega que dizia ser de Pontevedra, da Galiza»⁸⁸⁹. Em 1821, uma outra criança foi exposta na mesma Roda, tendo sido dada a criar à ama Maria Rosa, galega, residente na freguesia de Troviscoso. Algum tempo depois, esta menina foi reclamada da Galiza, para onde se remeteu, sem vencer nada nem repor o enxoval.

⁸⁸⁷ A.M.V., Livro de Registo de Expostos de Valença (1799-1818), fl.4 v.º.

⁸⁸⁸ A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença (1799-1818), fls. 153 e 153 v.º.

⁸⁸⁹ A.M.MC., Livro de Registo de Expostos de Monção (1791-1828), fl. 135 v.º.

Em 1822, foi a vez de comparecer Luisa Soares, da vila de Monção, para entregar uma criança que havia sido exposta à sua porta e que, depois de baptizada, se obrigou a criá-la como ama, com o ordenado estipulado pela câmara. Dois anos depois, foi dada baixa a esta exposta, depois de reclamada pela sua mãe, uma mulher solteira da paróquia de Salvaterra, da Galiza, localizada mesmo em frente à vila de Monção⁸⁹⁰.

Além de termos identificado várias crianças originárias da Galiza, não deixa de ser surpreendente o número de mulheres naturais dessa região, a residir e a trabalhar em diversas freguesias do concelho, que exerciam também as funções de amas externas, ao serviço da Roda ou do Hospício, pagas pela respectiva câmara municipal. No seu processo de registo e identificação, constava o respectivo nome, acrescido da designação de “Galega”, tendo-se verificado um caso em que se descobriu que a ama era a própria mãe, uma situação muito frequente entre as “amas” portuguesas.

Das várias amas que eram naturais da Galiza, a trabalhar em Portugal, poderemos destacar o caso de Maria Fernandes “Galega”, natural da freguesia de San Ciprian de Morei, Bispado de Orense, e residente na vila de Monção, que desempenhou as funções de ama profissional entre 15 de Fevereiro de 1798 e 10 de Janeiro de 1803. Neste período, “criou” nove crianças expostas, das quais seis faleceram alguns dias ou meses depois de lhe terem sido entregues, com uma delas a atingir os sete anos de idade, sendo desconhecido o destino das duas restantes.⁸⁹¹

Passando a analisar alguns casos idênticos que foram registados na **Roda de Melgaço**, começamos por referir uma situação em que se descobriu que uma menina que havia sido exposta, em Paderne, no dia 30 de Junho de 1858, e entregue à ama Bernarda Geraldês “Galega”, criada de servir na vila de Melgaço, era filha da própria ama, «a qual por ser pobre se não exigiu despesa alguma»⁸⁹².

Uma outra criança, exposta na Roda de Melgaço, em 13 de Junho de 1866, e baptizada com o nome de António (dia de Santo António de Lisboa) foi procurada e reclamada por sua mãe, Dolores Liñares, da freguesia de Santa Catarina, Partido Judicial da Caniza, da Galiza. Esta entrega foi “afiançada” por António Rodrigues, solteiro, da vila de Melgaço, com a mãe da criança a ser dispensada de pagar as despesas realizadas, por ser pobre⁸⁹³. É mais uma caso a provar que o estado de pobreza destas mulheres da Galiza mereceu um tratamento similar ao reservado para as mulheres portuguesas que haviam exposto ou simulado a exposição dos filhos, para subsidiarem a sua criação.

⁸⁹⁰ A.M.MÇ., Livro de Registo de Expostos de Monção (1791-1828), fl. 29.

Trata-se de uma situação que vem provar que o abandono de crianças na Roda não garantia o indispensável anonimato de quem expunha as crianças, o que poderia estar na origem da manutenção da prática de expor as crianças à porta de particulares, numa estratégia concertada que, como parece revelar este caso, interessaria às partes intervenientes, uma ocultando a ilegitimidade, outra usufruindo do respectivo salário de ama. Além disso, este abandono temporário e, eventualmente controlado, não teria sido realizado em circunstâncias idênticas se a exposição da criança fosse realizada na Inclusa de Santiago, depois de percorrer cerca de 20 léguas, sabendo-se que a vila de Monção ficava apenas à distância da travessia do rio Minho.

⁸⁹¹ A.M.MÇ., Livro de Registo de Expostos de Monção (1791-1828).

⁸⁹² A.M. MG., Livro de Registo de Expostos de Melgaço (1857-1896), fl.8 v.º.

Este caso é revelador da aceitação e integração social das mulheres da Galiza nesta região de fronteira. Era uma situação de abandono simulado frequente e com contornos estratégicos bem definidos. Este consistiu na exposição da criança numa freguesia do concelho, à porta de uma casa particular, apesar da mãe trabalhar na vila de Melgaço, onde se localizava a Roda, e poderá ter sido incentivada pelo facto de haver uma compreensão das autoridades locais para com os casos em que a ilegitimidade estava associada à pobreza.

⁸⁹³ A.M.M., Livro de Registo de Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 65 v.º e 66.

Em 2 de Dezembro de 1859, os administradores do concelho de Melgaço decidiram retirar uma criança recém-nascida «*a uma pobre galega doida que se dispunha a maltratá-la*», para ser criada pela Roda da vila. No mês de Julho de 1861, compareceu na câmara de Melgaço o regedor da freguesia de Remoães, deste concelho, tendo declarado que se apresentava na qualidade de representante de uma mulher da Galiza, mãe de José Benjamim (uma criança que havia sido exposta na freguesia de Paderne, no mês anterior) a qual exigia a sua entrega e se comprometia a pagar a despesa ocorrida com a sua criação, uma pretensão que mereceu a concordância da administração local⁸⁹⁴.

Além da análise dos enxovais que, por vezes, integravam algumas peças de roupa, como “camisas de linho à galega” ou baetas amarelas espanholas⁸⁹⁵, há uma outra forma de presumir a proveniência geográfica ou a origem familiar de alguns expostos. Trata-se do conteúdo e da língua utilizada na elaboração de algumas mensagens. Foi o que se verificou com um menino que foi exposto na Roda de Melgaço, no primeiro dia do mês de Janeiro de 1864, envolto numa baeta amarela, tendo sido baptizado com o nome de Hilário José (um nome idêntico ao indicado), o qual vinha acompanhado de uma mensagem escrita que dizia:

«En vinte y ocho de Diciembre de mil ochocientos sesenta y tres se halló un niño e que se le administró el Santo Sacramento del Bautismo; pusele por nombre Jose Hilares, se le encarga a la persona que lo acoja lo trate com la mayor decencia y esmero que dentro de breves dias se presentará persona authorisada para poder tratar com dicho encargo. Lheva este niño cuatro camisas y una bayeta amarela que es para el mismo mi amigo Antonio Ferreira».

Em 1859, foi exposto na freguesia de Chaviães (junto à fronteira), concelho de Melgaço, um menino que vinha acompanhado por um bilhete escrito com os seguintes dizeres: «*Esto imposto (sic) já vai bautizado, leva por nome Adrian*»⁸⁹⁶. O mesmo se verificou com uma outra criança que, pelas 8 horas da noite do dia 4 de Janeiro de 1865, foi exposta na mesma Roda, “sem qualquer reclamação ou chamamento da rodeira”, a qual foi alertada pelos choros da criança, sendo acompanhada por um papel escrito, com a seguinte mensagem: «*Este niño fue bautizado y se llama Antonio Oroeste. Es entregado en el dia 3 de Enero de 1865*»⁸⁹⁷.

Já em pleno funcionamento dos Hospícios, apareceu em Melgaço, no dia 22 de Agosto de 1871, uma criança a quem foi dada baixa oito dias após a sua exposição, depois de reclamada por sua mãe, casada, da freguesia de Arbo (freguesia localizada em frente a Melgaço), do julgado da Caniza, bispado de Tui, na Galiza. Este pedido foi afiançado por Joaquim José Pires, casado, vendeiro desta vila, o qual afirmou abonar a entrega feita e se comprometeu a ficar com a criança, «*por ser a mãe casada*»⁸⁹⁸.

⁸⁹⁴ A.M.M., Livro de Registo de Expostos (1857-1896), fls. 27 v.º e 28. No momento da exposição, este menino trazia, entre outras peças do enxoval, duas camisas de linho “à galega”.

⁸⁹⁵ O facto de algumas peças do enxoval referirem a sua origem espanhola ou galega, isso não prova a origem geográfica dos expostos, dado tráfico, legal ou clandestino, entre o Minho e a Galiza, bem como a presença de muitos galegos a trabalhar no nosso país.

⁸⁹⁶ A.M.M.G., Livro de Registo dos Expostos de Melgaço (1857-1896), fl. 53.

⁸⁹⁷ Idem, fls. 46 v.º e 55 v.º.

⁸⁹⁸ Idem, fl. 81. Neste caso poderemos presumir a estratégia encontrada por uma mulher que não querendo abandonar definitivamente o seu filho espúrio (encontrámos no Alto Minho vários casos idênticos com as respectivas mães, em acto de desespero, a recorrerem às Rodas e, mais tarde, aos Hospícios para procurarem esconder o fruto de uma relação adúltera e que se verificava, sobretudo, com mulheres cujos maridos haviam emigrado para o Brasil), terá preferido colocá-lo na vizinha vila de Melgaço e entregá-lo a quem lhe poderia garantir uma boa assistência e educação. Seria uma alternativa

Tudo indica tratar-se da ocultação de um caso de adultério, que seria necessário ocultar, um objectivo que poderia ser conseguido através da sua passagem para Portugal, mais do que mandá-la expor na Inclusa de Tui, apesar de bem mais distante do que o vizinho concelho de Melgaço.

Noutros casos, a exposição de crianças em Portugal poderia resultar de constrangimentos sócio-económicos, nomeadamente quando a miséria, eventualmente associada à ilegitimidade, não permitia que determinadas mães pudessem garantir a sobrevivência de todos os filhos, numa eventual situação de desemprego temporário. Foi o que parece ter acontecido com o abandono de uma criança do sexo masculino na freguesia de Cristoval, em 15 de Janeiro de 1878, «*constando o deixara ali uma galega que vivendo em Paderne se retirara para a Galiza com mais 2 filhos inocentes que tinha e abandonara este*»⁸⁹⁹.

Os vários casos referenciados mostram-nos que a Galiza também contribuiu para o número de expostos que anualmente entravam nas Rodas/Hospícios do Alto Minho, ficando sob a administração e gestão dos respectivos concelhos, embora, como já afirmámos, não seja possível quantificar o seu volume. Esse “contributo” não se circunscreveu exclusivamente aos concelhos que analisámos e que se localizam junto à fronteira, embora a entrada de crianças noutras instituições de assistência do Alto Minho pudesse ter resultado de nascimentos que aconteceram no nosso território.

Não parece ser este o caso de um menino que deu entrada no Hospício de Viana, apesar de ter sido admitido ao abrigo do § 1, art.º 3.º, do Regulamento Distrital de 1866, ou seja, por ser uma criança menor de 7 anos, natural do distrito de Viana do Castelo e filho de uma mãe que não o podia criar sem difamação e discórdia entre as famílias honestas. Essa criança foi entregue a uma ama da distante freguesia raiana de S. Pedro da Torre, concelho de Valença, tendo sido posteriormente reclamada por sua avó, viúva, residente na Galiza, dizendo ser seu neto e filho ilegítimo de uma sua filha, solteira e criada de servir em Salvaterra (localidade galega, em frente a Monção).

Trata-se de mais um exemplo passível de múltiplas interpretações, mas, de certeza, um dos muitos casos em que as irregularidades e a cumplicidade institucional se cruzavam com uma complexa rede de estratégias familiares e sociais que não conhecia fronteiras.

3.2-Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza

Como já o afirmámos anteriormente, a inversão do movimento de circulação de crianças entre as duas regiões de fronteira está intimamente relacionado com as alterações institucionais que se registaram durante o século XIX, nomeadamente com a fundação da Inclusa de Tui. Esta resultou do processo de descentralização da oferta institucional na Galiza, sem poder ser dissociada das alterações estruturais na assistência à infância desvalida no distrito administrativo de Viana do Castelo, com a abolição das Rodas “francas” e sua substituição pelos Hospícios de admissão justificada.

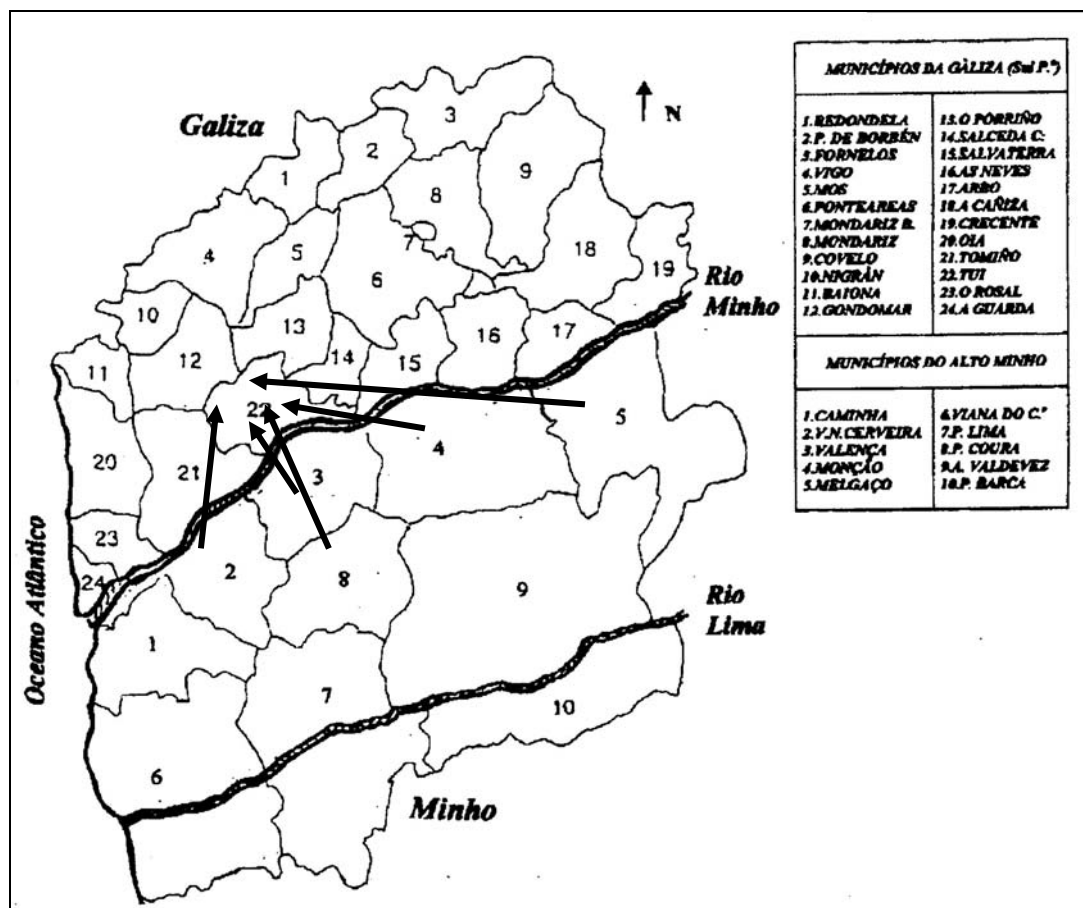
São estes os factores que mais terão contribuído para que o abandono e circulação de crianças, entre as duas regiões de fronteira, viesse a alterar o seu rumo, deixando de se fazer predominantemente da Galiza para o Minho para se passar a fazer mais em sentido inverso, em direcção a Tui (*mapa 11*).

mais favorável do que ter de o expor o filho no “torno” da Inclusa de Tui, com menos probabilidade de poder acompanhar, de perto, a sua criação, por estar bem mais distante.

⁸⁹⁹ Idem, fl. 119 v.º.

Se nos parece compreensível a estratégia utilizada pelos habitantes dos municípios da Galiza, mais próximos da fronteira, em utilizarem os serviços das Rodas dos concelhos vizinhos do Minho, como alternativa à longínqua Inclusa de Santiago, o mesmo acontecerá em relação à mesma opção tomada por alguns portugueses, após a criação da Inclusa de Tui, sobretudo depois de abolidas as Rodas, em Portugal. No entanto, mesmo no pequeno período em que as duas instituições coexistiram, o recurso à Inclusa de Tui poderá ser justificada por razões relacionadas com uma melhor preservação do segredo e da honra familiar, idêntica à utilizada pelos galegos.

Mapa 11
Origem minhota de algumas crianças expostas na Inclusa de Tui



Terá sido neste contexto que, em meados do século XIX, se expôs na Inclusa de Tui uma criança, natural da vila de Monção, a qual só foi reclamada 17 anos depois, através dum requerimento dirigido ao presidente da junta de patronos do Hospital e Inclusa de Tui, apresentado nos seguintes termos:

«Joana Peres, viuda, vicina de esta ciudad, a V.E. atentamente expone que sua hermana, Maria Francisca Peres, viuda tambien, y vicina da villa de Monzon, en el fronteiro Reino de Portugal, tuvo un niño en el año de 1850 que espuno en la Inclusa de esta ciudad y se bautizó com el nombre de Manuel Antonio; dicho niño fue subsistiendo hasta hoy en dicho establecimiento contando atualmente la edad de diezsiete años.

La esponente tiene encargo de su madre para reconocerlo a su poder y se presenta a cumplilo, cuyo fin se obliga a llevarloaá su compañía desde ahora para no devolverlo nunca al establecimiento y ella a esponente se proponen cuidarlo, sostenerlo y educarlo bajo su responsabilidad (...) a V.E. se digne

concederle al espresado moso Manuel Antonio y eximirle del pago de lactancias y demas porque su madre es pobre; asi lo espera de la bondad de V.E.»⁹⁰⁰.

Após a abolição das Rodas em Portugal, uma outra razão para esta circulação de crianças (para além do facto do “torno” da inclusa de Tui continuar a assegurar o anonimato dos agentes do abandono, o que não acontecia nos Hospícios de admissão condicionada), poderá estar relacionada com um melhor acolhimento e mais garantias de sobrevivência das crianças expostas. Será uma consequência natural de uma melhor administração⁹⁰¹ e de uma mais efectiva e cuidadosa assistência e prestação de cuidados primários, a cargo das “*Hijas de la caridad de la Inclusa y Hospital de Tuy*”, bem patente no elevado número de entregas de expostos aos respectivos familiares, quando confrontado com o total de exposições⁹⁰².

Segundo a documentação disponível, o período em que se devolveram mais crianças a mulheres naturais do Alto Minho foi o primeiro quartel do século XX, provavelmente o período em que foi mais utilizada a estratégia de exposição temporária de crianças, provenientes de Portugal. Na verdade, paralelamente ao movimento migratório de minhotos para o Brasil, a restrição do “mercado matrimonial” ter-se-á reflectido no aumento da ilegitimidade.

São vários os exemplos de mulheres solteiras (algumas delas posteriormente casadas), e de mulheres casadas, com marido ausente, a reclamarem os filhos que haviam exposto na Inclusa de Tui. No caso das mulheres casadas, a ausência dos maridos poderia ser irreversível, por morte ou impossibilidade de regresso, com os filhos a poderem constituir uma garantia de sobrevivência e protecção das mães, mesmo que se tratasse de filhos espúrios.

Em função do número de reclamações registado, tudo indica que o concelho que mais contribuiu para o abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza foi o de Paredes de Coura, apesar de ser o único do vale do Minho que não fazia fronteira com a Galiza. Assim, entre outros casos, encontrámos uma mulher solteira, natural da freguesia de Rubiães, a reclamar um filho, em 1908, o qual havia exposto, um ano antes, na Inclusa de Tui. Essa criança foi-lhe devolvida, depois de certificado pela administração judicial, tendo-se verificado o mesmo em relação a uma outra mulher solteira, da mesma freguesia, com apenas 17 anos, depois de ter reclamado o filho que havia «*mandado depositar en el torno de la Inclusa*».

Nesse mesmo ano, uma mulher solteira, natural de Arão, uma freguesia do concelho de Valença, situada junto à fronteira, terá utilizado a mesma Inclusa para

⁹⁰⁰ A.H.D.T., Pasta de Entrega de Expósitos da Inclusa de Tui (1875-1925).

⁹⁰¹ Além dos registos de entrada e saída de expostos estarem elaborados com rigor, tudo o que se relacionava com o baptismo, entrega às amas e controlo da criação parece ser revelador de uma boa administração. Assim, os expostos só eram entregues às amas (nodrizas) para serem aleitados ou a pessoas que solicitassem a sua adopção, desde que provassem a sua boa conduta, o que era feito através de atestados dos párocos das respectivas paróquias.

Por exemplo, uma ama teria de provar que era «*una mujer de buena conducta*» e a família pretendente à adopção teria de assegurar que «*tiene algunos medios con que poder atender a la educacion del niño*». No primeiro caso, as amas passavam a ter «*la obligacion de presentarlo en fin de cada mês al Párroco de su pueblo para que se sirva anotar en ésta credencial su existencia y buen cuidado, sin cuyo requisito no puede percibir la mensalidad que le queda consignada*».

⁹⁰² O número de expostos que entraram anualmente na Inclusa de Tui nunca foi muito elevado, quando confrontado com outras Inclusas de Espanha ou Rodas de Portugal. Por exemplo, a média anual na década de 1860 a 1869 foi de 36 crianças, o que correspondia a um pouco mais do dobro das crianças que, no mesmo período, entraram na Roda (até 1866) e depois no Hospício de Valença, povoação portuguesa vizinha de Tui e uma das dez Rodas /Hospícios do Alto Minho, em funcionamento nesse período.

ocultar um filho ilegítimo, por um período de apenas 25 dias, tempo suficiente para legalizar uma relação ilícita e procurar recuperar o filho que «*entró por el torno de la Inclusa de esta ciudad (...) depositado en el referido torno del dicho asilo benefico, por orden y encargo de su madre natural (...), ya expnsada, la cual intenta recogerlo del mencionado asilo*»⁹⁰³.

Mais tarde, em 1923, foi a vez de uma mulher casada, também natural freguesia de Rubiães, manifestar vontade em recuperar uma sua filha ilegítima, já com 15 anos de idade, apresentando a seguinte argumentação:

«Que durante la ausencia de su marido en tierras estrangeiras há caído en la desgracia de tener una niña que depositó en el torno de la inclusa de esta ciudad a las once y media de la noche del dia veintiuno de Mayo del año de mil novecientos ocho, com una camisa usada, una grossa, una bayeta y una jaja en buen estado y un papel que le han hecho que dice llamarse (...) y non podendo sufragar los gastos que há ocasionado en el establecimiento por ser muy pobre, havendole por consentirlo asi su esposo que está ausente(...)»

Finalmente, registámos uma situação, bem mais complexa e reveladora de mais uma estratégia familiar que foi utilizada por uma mulher casada, mãe de três filhos, natural de uma freguesia de Melgaço. Esta mulher ter-se-á visto obrigada a abandonar a terra e a emigrar para o Brasil, em 1908⁹⁰⁴, levando consigo as duas filhas mais velhas e expondo, na Inclusa de Tui, um filho de tenra idade. Em Janeiro do ano de 1923, a partir da cidade de S. Paulo, iniciou um complicado processo de recuperação do filho, na altura já com 15 anos de idade, através de uma vasta correspondência, dirigida à madre superiora de “*Las Hijas de la Caridad de la inclusa de Tuy*”, ao seu administrador, ao próprio filho⁹⁰⁵ e a familiares residentes em Portugal. De uma forma consternada, implorava que lhe permitissem recuperar o filho, justificando a necessidade que teve de recorrer a esse socorro de caridade, «*por motivos de força maior*».

Para o comprovar, chegou a enviar um atestado, passado pelo vigário da paróquia de residência, na cidade de S. Paulo, onde se declarava que esta paroquiana «*é pobre, sem recursos para viver nesta terra onde a vida é muito cara e difícil, pelo que necessita dos serviços do filho ausente para auxiliar as irmãs menores*»⁹⁰⁶. O processo de desvinculação institucional terminou no mês de Maio, desse mesmo ano, num acto celebrado na sala da administração do Hospital e Inclusa de Tui, tendo sido entregue, «*sano y util para lo trabajo*», a um procurador de sua mãe⁹⁰⁷.

São alguns exemplos com que pretendemos demonstrar a existência de uma efectiva mobilidade de crianças entre o Minho e a Galiza, e vice-versa, embora sem nunca a poderemos avaliar o verdadeiro impacto demográfico e social desta “estratégia

⁹⁰³ Arquivo Histórico Diocesano de Tui, in *Pasta de Devolucion de Expósitos* (1900-1915).

⁹⁰⁴ Numa declaração enviada para Tui, em 1923, declara que o filho terá nascido no dia 20 de Junho de 1907 ou 1908, não tendo bem a certeza se tem 15 ou 16 anos, afirmando ser seu filho legítimo e de um reformado com quem havia casado em primeiras núpcias.

⁹⁰⁵ Eis o conteúdo de uma das cartas enviadas ao filho:

«Meu querido filho Francisco António: Escrevo estas duas linhas para saber da tua saude, e pede meu filho á Madre Superiora que te dea Permisso para me escreveres uma cartinha e dizeresme na volta do correio se queres vir para a minha companhia que eu companhia que eu pronto te mando a passage para vires . E me dis na volta do correio o que nececitas . Recebe muitos beijinhos meus e de tuas 2 ermanas Maria e Augusta.

PS: Ahi te remeto 2 talões para lebares ao correio e elles te darão sello para a carta que me escreveres; pede por favor a la Madre Superiora que te trate de isso por caridad. Adeus».

⁹⁰⁶ A.H.D.T., Pasta de Entrega de Expósitos da Inclusa de Tui (1875-1925).

⁹⁰⁷ A.H.D.T., Termo de entrega do «*niño do Hospicio de Tuy, Francisco António, que ingresó por el Torno en cuatro de Outubro de mil novecientos ocho*» (Pasta de Entrega de Expósitos da Inclusa de Tui).

sem fronteiras”. Na verdade, se nos foi possível acompanhar o processo de reintegração familiar e social de algumas das crianças expostas, já o mesmo não se verificou em relação a outras, provavelmente em muito maior número, com a morte ou o seu enfeitamento definitivo a inviabilizar o seu retorno familiar e a representar um corte definitivo com as suas raízes sociais.

CAPÍTULO III

Inserção ou exclusão social dos expostos?

1-O estatuto jurídico dos expostos

Segundo um provimento do provedor da comarca de Viana, «*os expostos formão uma das classes mais desgraçadas da Humanidade*», razão pela qual defendia ser uma obrigação natural de qualquer magistrado cuidar desta «*infeliz fracção do género humano*». A primeira obrigação passaria pela necessidade de assegurar uma boa execução do alvará de 31 de Janeiro de 1775 e das ordens da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783 e 6 de Dezembro de 1802⁹⁰⁸.

Nesta legislação normativa achavam-se as providências filantrópicas que deveriam reverter em benefício das “infelizes criaturas”, as quais tiveram a desgraça de ser abandonadas no começo da sua existência, cabendo à sociedade a obrigação de substituir os “pais desnaturados” e aos provedores das comarcas e representantes das câmaras municipais o dever de zelar pela sua boa criação.

São muito complexas e divergentes as questões relacionadas com a definição do estatuto dos expostos. Num estudo sobre o enquadramento jurídico do abandono de crianças, o infanticídio e o aborto na sociedade portuguesa tradicional, Isabel Sá (1992:86-87) considerou que a jurisprudência sobre a condição jurídica dos expostos, nos séculos XVIII e XIX, se mostrava indefinida e fragmentária. Seria comum ver os expostos associados aos pobres, por fazerem parte integrante de um extenso grupo que só poderia sobreviver através do recurso à caridade pública, o que lhes permitiria beneficiar dos privilégios inerentes a essa classe⁹⁰⁹.

Inicialmente associados aos órfãos, logo surgiu o problema relacionado com a determinação da sua filiação, dado que, contrariamente àqueles, não se conheciam os progenitores dos expostos. Tratando-se duma origem familiar desconhecida, a jurisprudência mandava optar pelo estatuto mais favorável, pelo que os expostos se deveriam presumir legítimos. Ora, como os estudos apontam para a proveniência ilegítima da maioria dos expostos, o estatuto jurídico que os presumia legítimos acabaria por ser socialmente mais favorável do que o seu verdadeiro estatuto familiar. Todavia, será necessário comprovar se as crianças que se viram privadas de uma estrutura familiar de apoio terão ou não beneficiado dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades das outras crianças. Aliás, na opinião de Eusébio Coelho (1861:145) a condição de exposto, apesar de «*infundadamente considerada como uma humilhação*», terá acabado por dificultar o seu processo de integração social. Só e isolado, sem o protectorado da família, o exposto seria visto como «*um mísero pária no meio da sociedade*».

Não sendo consensual o enquadramento jurídico dos expostos, o estudo e a avaliação do processo de integração ou marginalização social dos expostos fica bem mais dificultado. Apesar disso, é possível definir a condição jurídica dos expostos, a partir da fundamentação apresentada por alguns dos juristas do século XIX, à luz do

⁹⁰⁸ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1817-1837), fl. 197.

⁹⁰⁹ Passamos a enumerar alguns desses privilégios: poderem escolher como foro o tribunal régio; estarem ao abrigo das arbitrariedades do foro privado; poderem apelar das sentenças, sem limite de prazo; suspensão de dívidas enquanto beneficiassem do estatuto de pobreza; Em contrapartida, era-lhes negado o direito de poderem testemunhar, por não serem considerados idóneos (Sá, 1992a:86).

direito tradicional e no período que antecede a publicação do Código Penal e do Código Civil, em Portugal.

Baseando-se no jurista francês Loiseu e em Gouveia Pinto, Isabel Sá (1992a:88) apresentou, em síntese, aquela que seria a condição jurídica dos expostos:

1-A situação dos expostos era transitória e correspondia aos primeiros anos de vida, período em que se encontravam a cargo da sociedade;

2-Ao atingirem a idade de sete anos, os expostos passavam a gozar do mesmo estatuto dos órfãos, com a diferença de se poderem emancipar aos vinte anos, cinco anos antes daqueles⁹¹⁰;

3-O expostos encontravam-se no grau zero da sua própria genealogia, presumindo-se legítimos (por serem filhos de pais incógnitos) e com os mesmos direitos destes, uma condição que poderia ser perdida a partir do momento em que se descobrisse a sua origem ilegítima, em consequência dos processos de indagação de paternidade;

4-A naturalidade dos expostos era a do local de exposição, depois de acolhidos pela sociedade como “filhos da pátria”, por se desconhecer a sua origem familiar e geográfica;

5-Os expostos podiam herdar quaisquer bens, submetendo-se às disposições legais que estavam em vigor para a generalidade dos indivíduos, além de lhes ser facultada a possibilidade de receber legados de pessoas com capacidade para testar;

6-Os expostos eram considerados homens livres, não podendo ser, em caso algum, reduzidos à escravatura, mesmo que filhos de escravos (um problema que deixou de se colocar a partir do momento em que a escravatura foi abolida).

Embora se pudesse considerar que os pais que haviam expostos perdiam o “pátrio poder” sobre eles, esta interpretação jurídica seria facilmente contornável, com a recuperação dessa prerrogativa familiar a poder resumir-se a um simples acto administrativo⁹¹¹. Este consistiria na elaboração de um termo de entrega das crianças expostas às mães ou aos pais que as reclamavam ou que lhes eram entregues de uma forma compulsiva, podendo ou não ser seguido por um outro processo jurídico de legitimação ou perfilhação⁹¹².

Com a reintegração familiar, os expostos acabariam por retomar o seu estatuto original - o de crianças legítimas ou ilegítimas - exceptuando aquelas que passaram à condição de legitimadas, por subsequente casamento dos pais.

A partir do século XIX, os processos de recuperação ou oficialização do “pátrio poder” vão tornar-se mais complexos, com os familiares a desencadearem um processo de legitimação ou perfilhação dos filhos expostos, de acordo com o que passou a determinar o Código Civil, como já anteriormente foi referido.

Nalgumas situações, já referenciadas, o processo de reintegração familiar ainda estaria bem mais facilitado, quando a exposição tinha sido antecedida pelo seu baptismo

⁹¹⁰ A idade de emancipação foi antecipada para os 18 anos de idade, após a aprovação do Código Civil de 1867, idade a partir da qual, tanto os expostos como os abandonados, ficariam emancipados de direito, dando-se-lhes baixa no livro competente (art.º 291.º do Código Civil Portuguez, cit.).

É nesta antecipação da idade de emancipação que reside a principal diferença em relação ao estatuto jurídico dos órfãos, cuja emancipação só aconteceria quando completavam os 25 anos, como estava estipulado nas Ordenações do Reino (Alvará de 31 de Janeiro de 1775, parágrafo VIII, cit.).

⁹¹¹ Quando os expostos eram reclamados pelos pais, as administrações municipais procediam à entrega das crianças, com os reclamantes a declararem, perante algumas testemunhas, que desejavam tomar conta dos filhos. Ao mesmo tempo, comprometiam-se a dar-lhes uma bom tratamento e educação e a apresentá-los sempre que tal lhes fosse exigido pelas autoridades competentes.

⁹¹² A este propósito, veja-se o capítulo relacionado com o processo de reintegração familiar das crianças expostas, onde são bem evidentes as contradições entre a jurisprudência e as práticas institucionais, inicialmente circunscritas ao foro eclesiástico, mais tarde sob a influência dos Códigos Civil e Administrativo.

e respectivo registo paroquial, com a indicação de um ou de ambos os progenitores, caso se tratasse de crianças ilegítimas ou legítimas. Seria provavelmente a melhor estratégia familiar, não fora o problema da elevada mortalidade registada.

Esta estratégia terá sido utilizada em relação a um menino que foi exposto no Hospício dos Arcos, em 1904, o qual, depois de baptizado com o nome de Simão, foi entregue a uma ama, solteira, da freguesia de Távora, do mesmo concelho. Como a criança faleceu no ano seguinte, o escrivão da câmara municipal encerrou o registo deste “exposto” com a indicação de que o mesmo havia falecido e sepultado na freguesia de Távora, não como exposto, mas «*como filho natural, com o nome de Luís, porque era filho da própria ama*». Esta, antes de o expor, tinha-o mandado baptizar com este último nome, uma situação que lhe facilitaria a reintegração formal na família e na sociedade, depois de subsidiada a sua criação, como exposto, num ambiente em que as dificuldades económicas e a vontade de criar o filho natural se sobrepuseram a uma eventual necessidade de preservar a própria honra.

2-A sobrevivência de crianças expostas

A preocupação com a sorte das crianças expostas sobreviventes está bem vincada na declaração que o presidente da câmara de Ponte de Lima enviou à junta geral de distrito, num ofício datado de 1866, quando considerou que «(...) *essas miseríssimas criaturas abandonadas d’esde o momento em que entram no mundo, não tem n’este concelho outrem que por elles olhe a não ser esta municipalidade, sua mãe adoptiva, essa junta como mãe vigilante*»⁹¹³.

Era esta a situação das crianças que tinham sido definitivamente enjeitadas, sem possibilidade duma futura reintegração social. O mesmo não se verificava com as crianças que, não obstante terem sido temporária ou definitivamente expostas, continuavam a receber protecção da família, acompanhando à distância ou de perto a sua criação pelas respectivas amas. Bem mais favorável seria a criação das crianças que tinham sido simuladamente expostas e que haviam sido reintegradas no seu próprio ambiente familiar.

A identificação de alguns destes falsos expostos só se tornou possível após o cruzamento de informação das fontes municipais com as fontes paroquiais. Foi por esta via que pudemos identificar um dos casos mais peculiares das estratégias engendradas pelas mães ou familiares de algumas crianças, como forma de subsidiar a sua criação.

Segundo as fontes municipais e paroquiais, em 27 de Março de 1809, foi exposto na Roda de Ponte de Lima um menino que foi baptizado com o nome de Nicolau. De acordo com a informação municipal, esta criança foi entregue à ama Luisa Maria, solteira, de Souto de Rebordões. Pouco tempo depois de ter terminado o período de criação, o seu termo, lavrado no livro de registos da câmara, foi encerrado com a indicação do seu óbito, ocorrido no dia 25 de Junho de 1816, o que deixaria de justificar qualquer tentativa de procurar descobrir a sua origem familiar.

Contudo, ao cruzarmos a informação municipal com a informação paroquial⁹¹⁴ fomos surpreendidos com um processo de reconhecimento deste exposto, desencadeado por sua própria mãe, solteira, residente em Ponte de Lima. Em 1813, perante algumas testemunhas abonatórias, esta mulher declarou que, no tempo da sua mocidade, tivera

⁹¹³ A.M.P.L., Livro da Correspondência Expedida da Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1866, registo n.º 701.

⁹¹⁴ A.D.V.C., Livro de Baptismos de Ponte de Lima (1801-1818), fl. 93, A.M.P.L.; Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1802-1810).

relações ilícitas com Manuel José Pereira, da mesma vila, tendo dado á luz um menino que foi expor na Roda de Ponte de Lima, o qual, logo após o seu baptismo, o fora buscar e o mantivera sempre na sua companhia. Ela própria denunciava uma situação que lhe havia permitido subsidiar a criação do filho, uma irregularidade que terá tentado ocultar com a declaração do seu falso óbito.

Porém, quando este “exposto” completou os 22 anos de idade, esta mãe viu-se confrontada com o facto de ter um filho que, oficialmente, havia exposto e posteriormente falecido, pelo que se viu obrigada a procurar resolver tão complicado problema familiar, social e jurídico. Ainda solteira, esta mulher procurou repor a verdade e legalizar uma ligação natural que nunca deixara de existir, tendo conseguido que fosse reposta a verdade, através do registo dessa informação no livro de baptismos.

Com esta adenda, o filho seria reabilitado e perderia o seu estatuto de exposto, passando a ser considerado como filho ilegítimo. Foi um acto processual que foi assinado por pessoas que testemunharam em seu favor e garantiram que o Nicolau era filho natural daquela mulher solteira e que sempre estivera na sua companhia. Além da cumplicidade de uma presumível ama, esta mulher havia beneficiado da compreensão da comunidade local, perante mais um caso em que a ilegitimidade estava associada à pobreza.

Mais complexo e problemático é o estudo do processo de integração social dos expostos sobreviventes que efectivamente foram abandonados pelos seus progenitores e familiares. Será importante procurar saber se essas crianças foram vítimas de algum estigma de marginalidade, com o enjeitamento familiar a ser prolongado por uma certa exclusão social, ou se, pelo contrário, essas crianças mereceram uma protecção especial por parte da sociedade e dos poderes instituídos, acabando por apagar uma origem familiar que até poderia ser adulterina ou incestuosa.

A partir do momento em que uma criança era efectivamente abandonada, o seu novo trajecto de vida iniciava-se com a sua passagem pela Roda ou pelo Hospício, instituições de assistência que representavam a transferência dos encargos com a sua criação da tutela familiar para o âmbito comunitário.

Esta realidade era bem conhecida de muitos dos beneficiários deste sistema público de assistência, como substituto daqueles que não queriam ou não podiam cumprir as suas obrigações naturais. Isso mesmo o fazia lembrar a mensagem que acompanhava o menino Ilídio Juliano, exposto em Ponte de Lima no mês em que a Roda foi substituída pelo Hospício, ao afirmar o seguinte: «*Pede-se a caritativa protecção para este inocente que desde o primeiro momento de aparecimento neste mundo começa a sofrer pelo abandono de seus protectores naturais*»⁹¹⁵.

Após a sua exposição, as crianças eram criadas, primeiro por amas de leite, depois por amas de seco, até completarem o período de criação. O grande problema residia nos elevados níveis de mortalidade registados (*gráfico 22*), com a maioria das crianças expostas a falecer antes de completar os sete anos de idade, como se verificou na Roda/Hospício de Ponte de Lima.

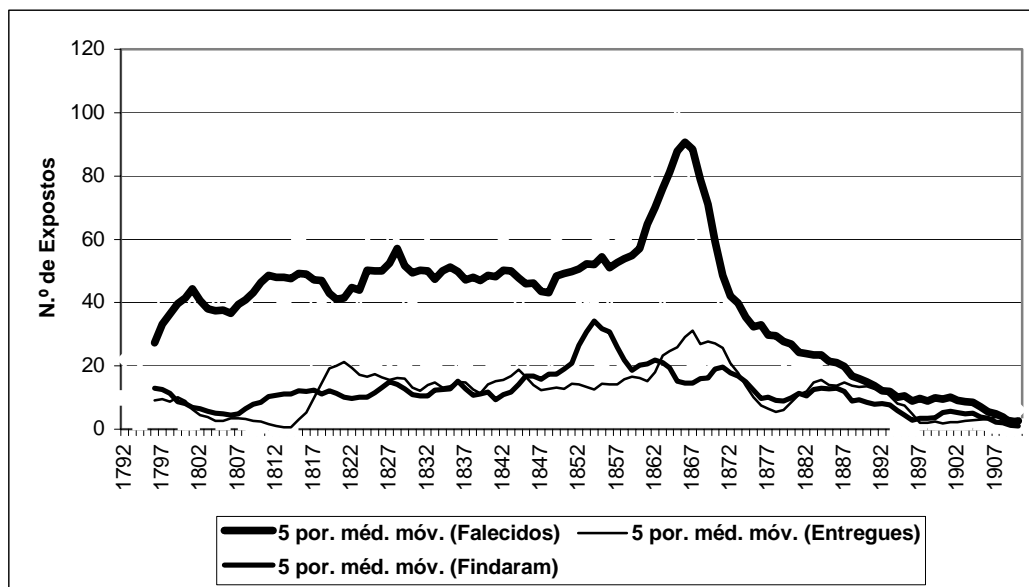
As crianças sobreviventes que atingiam esta idade, ou seja, que “findavam” o período de criação, passavam para a tutela do juízo orfanológico, embora a maioria delas continuasse em poder das próprias “amas criadeiras”, com o compromisso assumido de as cuidarem, educarem e mandarem à escola. Os restantes expostos tinham sido “entregues” às famílias biológicas, por reclamação ou intimação, embora alguns deles fossem integrados em famílias de acolhimento que se disponibilizaram para os criar gratuitamente.

⁹¹⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1866-1867), fl. 61.

De acordo com o estipulado nas Ordenações Filipinas, depois de terminado o período de criação, a expensas das respectivas câmaras municipais, o juiz dos órfãos, com jurisdição sobre os expostos, deverá proceder da seguinte forma:

«(...)fará lançar pregão no fim de suas audiências, em que digam que tem órfãos para se darem por soldada (...); que quem os quizer tomar vá à sua casa, e que lhos dará; não nomeando no pregão que órfãos são (...). E não os dará, senão em sua casa a quem por elles mais soldada der»⁹¹⁶.

Gráfico 22
Destino dos Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima (1792-1910)



Era uma recomendação que emanava da legislação nacional sobre a inserção social dos expostos, após completarem o período de criação, os quais deveriam ser entregues aos juízes dos órfãos para serem assoldados em hasta pública. Na falta de “lançador” deveriam ser distribuídos pelos habitantes dos julgados, a começar pelas amas que os criaram, as quais mantinham o direito de opção e prioridade sobre outros eventuais interessados. Não querendo perder, em qualquer circunstância, os expostos que estavam a criar, algumas amas antecipavam o final do período de criação remunerado, oferecendo-se para os passarem a criar gratuitamente⁹¹⁷.

Não nos parece que tenha sido este o procedimento dos juízes dos órfãos, os quais se conformariam com a sua entrega a quem os criasse e educasse gratuitamente. Isto apesar de, nalguns períodos, tal possibilidade ter chegado a ser ponderada por alguns dos responsáveis locais, embora só excepcionalmente a mesma tenha passado de um plano de intenções, a exemplo do que se chegou a verificar no concelho de Albergaria de Penela.

É o que se depreende do procedimento institucional para com a exposta da Roda de Viana, Maria Parda (assim designada por ser mulata). Em 1778, ao completar os três anos de idade, esta criança ficou em poder da ama que a criava e do seu marido, depois

⁹¹⁶ Ordenações Filipinas, liv. 1, tit. 67, § 12. Para que todo fosse feito em conformidade, o juiz dos órfãos deveria obrigar, por escrituras públicas, as pessoas que os acolhiam e que lhes pagavam os serviços e as soldadas.

⁹¹⁷ Foi assim que procedeu a ama Luisa Rosa, solteira, moradora em Viana, ao comprometer-se a continuar a criação da exposta Maria de Jesus, agora gratuitamente, quando esta completou os 6 anos de idade, «para a educar e trazer na costura».

dos mesmos se haverem disponibilizado para a criarem e vestirem, sem vencimento algum, até que completasse os sete anos de idade, «*e findos eles a repô-la nesta vila para se assoldar a quem por ela mais der*»⁹¹⁸.

O rasto de muitas crianças expostas perdeu-se definitivamente, a partir do momento em que foram entregues às respectivas amas que, eventualmente, se poderão ter apresentado com uma falsa identificação. A não comparência das amas para reclamarem os salários e darem conta dos expostos até poderia ser vista com alívio pelas administrações municipais, mais preocupadas com a redução dos custos de criação do que com a sorte ou o futuro dessas crianças. Pelo contrário, alguns escrivães das câmaras municipais limitaram-se a encerrar o seu termo de registo, com a indicação de que lhe foi dada baixa «*por não ter comparecido*» ou porque se descobriu que «*a ama não existe*».

Este cenário, além de não abonar nada em favor da administração deste ramo da assistência pública, poderá configurar cenários em que o tráfico de crianças não poderá ser excluído. É certo que poderemos estar perante registos fictícios de expostos. No entanto, aquilo que pudemos comprovar, depois de termos cruzado a informação municipal com os registos paroquiais, foi que essas crianças tinham sido efectivamente baptizadas como expostas.

Os problemas subsequentes acabariam por ser uma consequência natural da falta de rigor institucional e de vigilância municipal, com as crianças a serem entregues a algumas candidatas a amas que não seriam convenientemente identificadas e examinadas. Era uma consequência natural da inoperância institucional que não obrigava as amas a fazerem-se acompanhar por um atestado de residência e moralidade, passado pelo pároco das freguesias de residência.

Já fomos citando alguns casos concretos que provam que os expostos não foram objecto de qualquer discriminação, embora a falta ou ausência de laços familiares próprios se pudesse reflectir negativamente no seu processo de integração social, o que os colocaria num patamar muito indefinido da complexa estrutura social.

Muitos dos expostos sobreviventes chegaram a ser bastante disputados e requisitados, desde que em condições de desempenhar determinadas tarefas, geralmente a partir dos 7 anos. Mesmo assim, a legislação só previa a atribuição de um salário a estas crianças a partir dos 12 anos, como compensação pelos trabalhos prestados. Todavia, a ausência de uma vigilância estreita, por parte das autoridades competentes, acabaria por deixar estas crianças ao livre arbítrio dos seus empregadores, cujo trabalho passaria a constituir uma contrapartida pelo seu acolhimento, alimentação, vestuário e protecção.

Depois de se manifestar abertamente contra a falta de asilos protectores para os expostos, onde deveriam ser «*recebidos e industriados até á idade dos doze anos*», bem como a falta de escolas rurais para lhes ministrar o ensino dos vários mesteres agrícolas, Eusébio Coelho (1861:145-146) mostrou-se favorável a que os expostos fossem adoptados por famílias, até completarem os 12 anos de idade. Seria um período importante no seu processo de integração social. Para esse efeito, propôs que fossem adoptadas as seguintes medidas:

1-Pagar aos criadores dos expostos um salário igual ao atribuído às amas de seco, entre os 7 e os 12 anos, com a condição de não os obrigarem a guardar quaisquer

⁹¹⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1783-1790), fl. 153.

O jornal “*O Vianense*”, de 24 de Setembro de 1864, manifesta-se abertamente contra tais procedimentos, sobretudo contra o processo degradante de tais métodos poderem levar à “*escravatura branca*”, uma situação que seria inadmissível na segunda metade do século XIX.

animais domésticos, antes a mandá-los frequentar a escola pública e a fazê-los aprender uma arte ou ofício que os pudesse habilitar a ganhar a vida;

2-Recomendar aos professores das escolas primárias que educassem os expostos com todo o desvelo, procurando fazer com que eles se distinguissem dos seus condiscípulos, elogiando-os publicamente e convencendo-os de que tinham direitos iguais aos das outras crianças;

3-Recomendar aos párocos que aconselhassem os expostos e lhes ensinassem os preceitos da boa moral;

4-Recomendar aos regedores de paróquia para que vigiassem o tratamento dos expostos, por parte dos criadores, nomeadamente se estavam a atender e satisfazer as suas necessidades materiais.

2.1-A reintegração familiar voluntária

Algumas das crianças que tinham sido temporariamente abandonadas e haviam conseguido sobreviver às perigosas estratégias de ocultação, acabariam por ser reintegradas nas suas próprias famílias biológicas, depois de reclamadas, legitimadas ou perfilhadas. Esta reintegração familiar fazia-se geralmente através da mãe, embora nalguns casos pudesse ser feita pelo pai ou outros familiares⁹¹⁹, sempre que as mães já tivessem falecido, por vezes no próprio parto, o que poderia ter forçado a sua exposição temporária.

Noutras circunstâncias, quando se tratava de crianças legítimas, alguns pais apareciam a reclamar os filhos, logo que o seu processo de criação estivesse garantido ou após a melhoria das condições económicas familiares. Se os expostos eram ilegítimos, a sua reintegração familiar poderia realizar-se depois da sua legitimação, por subsequente casamento dos pais. Assim se procedeu com o exposto Manuel de Castro que, em 1871 (dois anos após ter sido exposto), foi reclamado pelo pai, da freguesia da Correlhã, «*que reconheceu ser seu filho, havido de sua mulher no estado de solteira*»⁹²⁰.

Na segunda metade do século XIX, algumas mães procederam à reclamação dos filhos, junto da administração municipal, depois de os terem perfilhado, por escritura pública. Assim procedeu Rosa Maciel, solteira, natural da freguesia de Darque e residente na Rua da Bandeira, em Viana, depois de declarar que o exposto Eduardo Augusto César, já com mais de 7 anos de idade, era seu filho, tendo-o perfilhado, por escritura pública, lavrada no tabelião da comarca de Viana, em 1893⁹²¹.

Não será de excluir a hipótese de alguns expostos serem reintegrados na própria família, sem que tal acto tivesse sido assumido publicamente, provavelmente como forma de evitar o pagamento das despesas realizadas. Só assim se poderá explicar que Maria Rosa, exposta na Roda de Valadares, em 1852, tivesse sido entregue a Maria Calvinha, solteira, da freguesia de Troviscoso, do concelho de Monção, uma «*mulher*

⁹¹⁹ Num caso, ainda mais excepcional, foi a própria bisavó de uma exposta, natural da freguesia de Vale, concelho dos Arcos, que, «*por sua espontanea vontade*», reclamou uma sua bisneta que havia sido exposta quando a mãe ainda era solteira, agora já no estado de casada.

O mesmo se passou com uma avó que reclamou a sua neta, cuja mãe, solteira, se encontrava a servir em Lisboa.(A.M.A., Livro dos autos de entrega dos expostos dos Arcos, 1866-1909, fls. 54 55).

⁹²⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1869-1873), fl. 38.

⁹²¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1886-1888), registo n.º 118.

pobre que vive de jornal e esmolas», numa entrega que foi abonada por um professor do ensino primário⁹²².

Alguns anos antes, o marido de uma ama da freguesia de Vila de Punhe dirigiu-se à administração da Roda de Viana para informar que, no dia 6 de Janeiro de 1830, uma mulher havia entrado em sua casa e lhe levava a exposta que a sua mulher estava a criar, depois de afirmar que lha tinham de entregar, a bem ou a mal⁹²³. Não foi possível comprovar as razões de tal procedimento.

Uma mensagem escrita que acompanhava uma menina que foi exposta na Roda de Ponte de Lima, em 18 de Setembro de 1865, não parecia deixar quaisquer dúvidas de que se tratava de uma exposição temporária⁹²⁴. Depois de pedir que a criança fosse baptizada com o nome de Rosária Maria das Dores, implorava-se à rodeira que tivesse toda a cautela com ela e que lhe arranjasse uma ama boa, pois seria procurada alguns meses depois. Como contrapartida, prometia premiar a rodeira por todo o seu trabalho, assim como a ama que a criasse, desde que tratada com todo o zelo e carinho. Cerca de dois anos depois, esta criança, que estava a ser criada pela ama Rosa da Silva, solteira, de Gondufe, foi efectivamente procurada e entregue à mãe Justina Rosa, casada, moradora na Rua de D. Luís, em Viana⁹²⁵.

A sobrevivência desta criança permitiu comprovar a prometida e desejada reintegração familiar, da qual estariam excluídos os muitos expostos falecidos, embora não seja possível saber se muitas das promessas não passavam duma subtileza para que as crianças pudessem receber um melhor tratamento. Estava neste caso uma criança que foi exposta na Roda de Ponte de Lima (pouco antes da sua abolição) e faleceu antes de completar um ano de idade⁹²⁶, a qual trazia uma mensagem a informar o seguinte:

«Ahi vai essa menina que é f.ª de nobres e capazes; levem-na às sagradas águas do baptismo e às cerimónias as Santa Igreja, porque está por baptizar. Ponham-lhe o nome de Rufina que breve será procurada e bem premiada quem a tiver, se a tiver bem tratada».

A mensagem que acompanhava o exposto Zacarias da Purificação, que entrou na Roda de Viana, em 1860, pedia que tomassem nota para onde ia ser criado, *«que por motivos precisa ocultar-se por algum tempo a quem pertence e quando se procurar receberá gratificação»*⁹²⁷. Como esta criança faleceu uma semana depois, não foi possível saber as verdadeiras razões dessa ocultação temporária.

Por vezes, a entrega das crianças expostas era efectuada após os familiares as haverem reclamado, comprometendo-se a criá-las gratuitamente, a dar conta delas, quando tal lhes fosse solicitado e a pagar as despesas de criação, se tivessem condições económicas para o fazer (*quadro 43*).

Em muitas destas situações, as crianças não haviam sido enjeitadas pelas famílias, mantendo-as sob estreita vigilância e, nalguns casos, sob protecção e apoio à sua criação. Em qualquer das situações, a família esperaria a alteração das condições que haviam motivado a sua exposição, quer se tratasse de razões económicas, quer da

⁹²² A.M.MÇ., Livro de Registo dos Expostos de Valadares (1839-1842), fl. 34 v.º.

⁹²³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 321.

⁹²⁴ Para que a reintegração familiar se pudesse vir a concretizar, era necessário que as crianças ultrapassassem um período muito complicado para a sua sobrevivência e que correspondia à transferência dos cuidados maternos para uma ama mercenária. Daí que muitas das recomendações fossem no sentido de se lhe arranjar uma ama boa, um desejo que tanto poderia estar dependente da sorte como da influência exercida sobre a administração.

⁹²⁵ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1864-1866), fl. 160.

⁹²⁶ Idem, fl. 159.

⁹²⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1859-1860), fl. 346.

necessidade de preservação da honra familiar, para poderem proceder à sua reintegração familiar.

Nos finais do século XIX, uma criança que foi exposta no Hospício de Ponte de Lima, trazia a seguinte mensagem:

«Esta criança que vai hoje chamar-se-á Belmira; a criada que a leva e a mãe da criança tudo que ganharem será para fazerem bem á ama da criança e pede que a trate bem e com delicadeza, como se fosse sua filha, que de tudo será ouvida e lhe saberá agradecer. A criança quando nasceu esteve a morrer e a parteira baptizou-a e pôs-lhe o nome de Belmira»⁹²⁸.

Quadro 43

*Expostos e subsidiados entregues aos familiares no distrito de Viana (1854-1863)*⁹²⁹

CONCELHOS	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
Arcos	45	16	19	82	55	51	86	52	64	68
Caminha	13	7	3	2	4	10	4	5	4	5
Coura	0	1	9	19	12	6	17	13	8	4
Melgaço	4	4	2	7	7	8	7	10	3	6
Monção	10	7	17	19	22	20	13	12	22	13
Ponte da Barca	11	15	27	22	17	18	12	16	13	19
Ponte de Lima	28	34	44	56	50	75	68	85	60	38
Valença	14	31	14	14	7	8	8	11	15	9
Viana	60	88	63	68	42	40	63	58	58	84
V. N. de Cerveira	8	7	4	11	7	7	2	5	9	4
TOTAL	193	210	202	300	223	243	280	267	256	250

Fonte: A.G.C.V.C., Mapa dos Expostos Entregues, Pasta 1.14.6.3-5

Através desta mensagem, parece evidente que a estratégia que conduziu à exposição desta criança contou com a cumplicidade da mãe da criança, da parteira e da criada. No entanto, não obstante todas as recomendações, esta menina apenas sobreviveu doze dias, tendo falecido em poder da ama Rosa Exposta, residente na freguesia de Navió, concelho de Ponte de Lima.

Como já o referimos, numa época de dificuldades e em ambientes familiares mais precários, algumas mulheres acabavam por privar os próprios filhos do aleitamento materno para irem servir de amas mercenárias, em casas mais abastadas. Sem se poderem fazer acompanhar pelos próprios filhos, a solução poderia passar pela sua exposição temporária, com a sua criação a ser assegurada pelas rendas do concelho.

Algumas dessas mulheres, cumprido o período de amamentação, logo se apressavam a reclamar os próprios filhos, sem terem de repor as despesas realizadas, o que denota uma certa cumplicidade ou uma grande compreensão institucional. Isso mesmo o fez uma mãe que expôs temporariamente o filho, fazendo-o acompanhar por uma mensagem onde se afirmava que o punha na Roda *«pela muita precisão em que está a ir criar uma criança»*. Todavia, logo que pudesse, voltaria a tomar conta dele, uma pretensão que acabou por concretizar porque o filho havia sobrevivido.

⁹²⁸ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918), registo n.º 102.

⁹²⁹ Dada a grande confusão que proliferava nalgumas das administrações concelhias, nomeadamente quanto à inexistência de uma clara diferenciação das crianças beneficiárias, é muito provável que os números apresentados incluam as crianças subsidiadas, acabando por dar uma amplitude incorrecta aos totais apresentados. As crianças expostas, excluindo as que haviam sido simulada ou temporariamente expostas, não deveriam ser muito representativas no universo das crianças que foram reintegradas nas famílias biológicas ou nas famílias adoptantes.

A mesma sorte não estaria reservada a muitas outras mães e respectivos filhos, após terem sido temporariamente transferidos para o domínio público, independentemente das razões que haviam motivado tal procedimento. Vejamos o que aconteceu a uma menina que foi exposta na freguesia de Sapardos, concelho de Vila Nova de Cerveira, em 4 de Junho de 1860. A mensagem escrita que a acompanhava era bem explícita quanto às intenções de quem havia optado ou sido forçada a expor a filha. Pedia que a levassem à Roda de Vila Nova de Cerveira, informando que levava uma figa de vidro e 5 réis de fortuna, como sinais, para um dia ser procurada. Pedia, também, à rodeira para lhe arranjar uma ama boa, prometendo que seria procurada quando se lhe tirasse o peito, o que poderia pressupor que a exposição poderia estar relacionada com a falta de leite da mãe. Contudo, uma semana depois de ter sido exposta, esta criança acabou por falecer, em poder da ama⁹³⁰.

Em 1858, entrou na Roda de Viana uma menina que vinha acompanhada da seguinte mensagem: «*Esta menina tem todos os Sacramentos, chama-se Carlota, sua mãe é muito pobre*», razão pela qual se via obrigada a “lançá-la na roda”, por algum tempo, e que em breve tomaria conta dela. Nove meses depois, foi dada baixa a esta criança por ter sido entregue à ama Maria Rodrigues, da freguesia de S. João da Ribeira, concelho de Ponte de Lima, a sua própria mãe. Neste caso, o estado de pobreza levou esta mãe a adoptar uma estratégia familiar que lhe permitiu subsidiar a criação da filha. Temendo a falta de tolerância da comunidade e da instituição mais próxima (Ponte de Lima), esta mulher optou pela sua exposição na Roda de Viana.

Uma outra criança foi exposta na Roda de Ponte de Lima, em 1862, com uma mensagem a pedir que lhe pusessem o nome de Maria do Carmo, com a mãe a informar que a não podia criar, pelo seu estado de pobreza, «*por isso a entrego à caridade*». Seguiu-se o desejo de querer saber dela, «*se algum tempo tiver posses*». No mesmo ano, foi a vez de ser exposta na Roda de Viana uma outra menina cuja mensagem dizia já estar baptizada e que a sua mãe «*a deita à roda por ter grande falta de meios, a seu tempo tomará conta dela*»⁹³¹. Outra criança foi exposta, «*por a mãe ter dois de um ventre*». Mais tarde, descobriu-se que foi entregue à própria mãe, solteira, que se havia oferecido como ama, tudo indicando que a sua preocupação era mais a falta de meios do que a falta de leite.

2.2-A reintegração familiar compulsiva

Em muitas outras situações, a reintegração familiar dos expostos não se fazia voluntariamente, antes em resultado de um processo de averiguações que acabaria por conduzir à sua entrega compulsiva, desde que de tal acto não resultasse qualquer inconveniente. Isto equivaleria a dizer que não se deveriam entregar as crianças quando as mesmas pudessem fazer perigar a honra familiar, uma avaliação carregada de subjectividade e deixada ao critério das próprias administrações.

Nem sempre essas entregas forçadas foram bem aceites pelas mães das crianças, umas vezes porque não queriam assumir um filho ilegítimo, que já haviam decididamente rejeitado, outras vezes por negarem a própria maternidade, chegando a considerar-se vítimas de uma infâmia que estaria a pôr em causa a sua honorabilidade. Era uma consequência natural das entregas compulsivas, a partir duma filiação presumida, quando as crianças expostas estavam ao cuidado de amas solteiras que não tinham dado conta dos filhos ou que se limitavam a dizer que lhe haviam falecido. Esta

⁹³⁰ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1857-1871), FL. 42 V.º.

⁹³¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 77 v.º.

prática chegou a generalizar-se nalguns concelhos, com a entrega compulsiva e unilateral de muitos dos expostos às respectivas amas, cabendo a estas provar que não eram as suas verdadeiras mães, como já o referimos.

Por não saberem escrever, algumas das mães limitavam-se a declarar que se obrigavam a criar e educar os filhos, dando conta deles sempre que tal lhes fosse solicitado, um termo de entrega que era assinado, a seu rogo, por uma ou duas testemunhas. A câmara de Vila Nova de Cerveira revelou, nalguns períodos, um maior rigor na elaboração desses termos de entrega, obrigando a pessoa que recebia um exposto, nalguns casos “por intimação judicial”, a assumir o compromisso de o apresentar todas as vezes que lhe fosse exigido e que, não o cumprindo, *«ficará sujeita e contra ela se procederá criminalmente»*⁹³².

Sempre que se tratava de um abandono temporário, a reintegração familiar seria bem mais pacífica, mesmo quando se tratava de entregas compulsivas, na sequência de processos de indagação ou de denúncias, a não ser que essa entrega pusesse em causa a honra familiar. Quando tal não se verificava, a preocupação da maioria das mães ou dos familiares era justificar o seu estado de pobreza para não terem de restituir as verbas gastas com a criação.

Já o mesmo não aconteceria quando as crianças haviam sido voluntária e definitivamente enjeitadas. Contudo, não dispomos de muitos exemplos desta última situação, até porque essas crianças seriam as mais desprotegidas e mais vulneráveis a situações de maus tratos, entregues a amas madrastras ou pouco responsáveis, as principais vítimas da falta de cuidados alimentares e higiénico-sanitários.

Pouca informação dispomos acerca da vigilância que era exercida sobre as mães a quem, contra a própria vontade, lhe foram entregues os filhos. No entanto, sabemos que, em 1832, a administração de Viana mandou entregar um exposto à sua mãe Maria Lima, solteira, da freguesia de Durrães, termo de Barcelos, ao mesmo tempo que a obrigou a pagar as despesas que entretanto tinham sido realizadas. Alguns meses depois, a administração mandou continuar os pagamentos à ama da criança, por *«se verificar que a mãe fugira e não quisera tomar conta dele, nem tinha nada com que pagar»*⁹³³.

Vamos citar mais um exemplo que é bem elucidativo da multiplicidade de estratégias que poderiam ser utilizadas pelas mães, a quem foram entregues os filhos que haviam enjeitado e que se recusavam a criar como uma obrigação natural. Por volta da meia noite do dia 5 de Julho de 1892, foi exposta uma menina, com cerca de dois dias, à porta do Hospício de Ponte de Lima. Esta menina foi baptizada na Igreja Matriz, com o nome de Maria. Dois dias depois, a câmara descobriu que a mãe era Ana Pereira, viúva, da Rua de Merim, tendo procedido à sua entrega.

No dia 15, do mesmo mês e ano, foi exposta uma menina à porta do mesmo Hospício, com cerca de 15 dias, tendo sido baptizada com o nome de Maria do Carmo e entregue à ama, Maria Vieira, casada, residente em Arcozelo. Pouco depois, passou para a ama Maria Fresca, casada, de Vitorino de Piães. Porém, no final do ano seguinte, a câmara descobriu que esta exposta era a mesma que já tinha sido entregue compulsivamente à mãe Ana Pereira, a qual a tinha voltado a enjeitar. Era mais uma prova da falta de vigilância sobre as crianças que tinham sido entregues aos seus familiares. Com dois baptismos e dois nomes, não dispomos de mais elementos para saber como se processou a reintegração familiar e social desta menina⁹³⁴.

⁹³² A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1825-1832), fl. 136 v.º.

⁹³³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 111 v.º.

⁹³⁴ A.M.P.L., Livros de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1887-1892 e 1892 e 1918), registo n.º 198 e n.º 1, respectivamente.

2.3-Legitimação e perflhação de crianças expostas

Em termos jurídicos, a exposição de uma criança, independentemente de representar ou não o seu enjeitamento definitivo, significaria que os pais perderiam o pátrio poder sobre os filhos, mesmo que dele não tivessem abdicado. Para que tal situação não se tornasse irreversível, uma eventual tentativa de reintegração familiar e de recuperação do poder paternal perdido obrigaria a mãe, o pai ou o casal a desencadear um processo de reconhecimento, de legitimação ou de perflhação.

No período pré-estatístico, cabia aos párocos das diferentes paróquias a incumbência de fazer registar todos os actos vitais, a começar pelos assentos de baptismo, uma obrigação que se havia tornado obrigatória, após a realização do Concílio de Trento.

Antes da aprovação do Código Civil, os processos de perflhação e legitimação restringiram-se ao foro eclesiástico, passando a constar dos respectivos livros paroquiais onde havia sido elaborado o assento de baptismo, mais tarde em livros próprios para assento das perflhações⁹³⁵. Todavia, se em relação às crianças ilegítimas a sua legitimação dependeria de um subsequente casamento dos pais, o mesmo não se verificava em relação às crianças expostas, independentemente de serem legítimas ou ilegítimas, sempre registadas como filhas de pais incógnitos.

A partir do momento em que a mãe, o pai ou ambos os progenitores pretendiam reclamar os filhos que haviam abandonado e alterar-lhes o seu estatuto inicial, dar-se-ia início a um processo de averiguações, mais ou menos complexo, com vista à sua identificação. Com o recurso ao cruzamento da informação dos registos municipais e paroquiais, é possível compreender melhor como se desenrolava todo esse processo, com o objectivo de substituir a condição de criança exposta e conferir-lhe um novo estatuto familiar e social.

Alguns dos reconhecimentos públicos permitem-nos reconstruir e perceber melhor os mecanismos, as motivações e algumas das estratégias utilizadas. Era um longo e complicado processo que envolvia uma criança simuladamente exposta e um conjunto de estratégias que conduziram à sua reintegração familiar, eventualmente com o conhecimento da comunidade local e o acordo tácito da administração municipal.

Entre outros processos, alguns já anteriormente referidos, descobrimos que uma menina que foi exposta na Roda de Viana, em 15 de Outubro de 1841, foi baptizada com o nome de Elvira, sendo entregue à ama Maria Gomes, da freguesia de Tregosa, concelho de Barcelos. Em 10 de Novembro de 1842, a administração deu baixa a esta criança, limitando-se a indicar que fora entregue à mãe, não identificada.

Ao consultar o livro de registo de baptismos da paróquia de Ponte de Lima, acabámos por encontrar o processo de filiação da referida exposta, por solicitação de sua mãe natural Domingas Malafaia, solteira, costureira, residente na Rua de S. José, na vila de Ponte de Lima, lavrado no dia 26 de Fevereiro de 1865, numa altura em que a filha tinha 23 anos de idade. Apesar de ter sido entregue, há mais de 20 anos, a sua

⁹³⁵ A.D.V.C., Livro dos Assentos das Perflhações de Ponte de Lima(1865-1869).

O conceito de perflhação assumia um significado diferente do actual. Na verdade, como vem expresso no artigo “*adopção*”, publicado no D. H.P., diziam-se perflhados «os filhos adoptivos, em contraposição aos filhos gerados, e não, como hoje em dia, os filhos ilegítimos reconhecidos; perflhar, no sentido actual de reconhecer um filho ilegítimo, recua no máximo ao século XVIII e só se vulgarizou na centúria imediata. As nossas Ordenações Afonsinas ocupam-se do perflhamento só a título muito accidental. Estabelecem apenas que compete aos desembargadores do Paço despachar as cartas de confirmação dos perflhamentos (...). Estas normas passaram às Ordenações do século XVI (...). Na falta de direito pátrio valeriam, a título subsidiário, os preceitos do direito comum» (in “*Adopção*”, Dicionário de História de Portugal, vol. VI, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1978, p. 262).

integração familiar e social estava condicionada pelo facto dos registos oficiais a identificarem como Elvira Exposta. Daí que a mãe tivesse iniciado o processo de filiação, o qual havia obtido parecer favorável do Ministro dos Negócios Eclesiásticos, por estar em conformidade com o artigo 18.º, do decreto de 2 de Abril de 1862. O mesmo processo beneficiou de uma portaria do Arcebispo Primaz, de 24 de Fevereiro de 1865, que mandava «*abrir termo de filiação de Elvira Augusta Malafaia de Mattos*», reconhecida e justificada como filha natural da referida Domingas Malafaia.

Com este termo de filiação, a exposta Elvira, viu substituído o “apelido” de exposta, que lhe estava associado, pelo apelido da mãe e, presumivelmente, pelo apelido do pai. Estava oficialmente concretizado o processo de reintegração familiar e social de uma mulher que, até essa altura, era filha de pais incógnitos, por sua mãe a ter exposto na Roda de Viana, como parte duma estratégia que visava dificultar ou impossibilitar a descoberta desta criança ilegítima⁹³⁶. A não ser assim, teria sido exposta na Roda de Ponte de Lima, bem próxima do local de residência da mãe.

Quando as crianças expostas eram legítimas, o processo de reconhecimento da paternidade seria desenvolvido pelo pai, enquanto a mãe só o poderia fazer com o consentimento aquele. Temos o exemplo de João Manuel de Sousa, residente na freguesia de Santa Maria Maior, em Viana do Castelo, que, no ano de 1859, deu início ao processo de legitimação de uma filha que tinha sido exposta na Roda de Ponte de Lima.

Segundo o requerente, do seu legítimo matrimónio com sua mulher Antónia Joaquina, havia nascido uma filha, chamada Marta da Ora. Como se encontrava ausente na ocasião do seu nascimento, ocupado no ofício de carpinteiro, a sua mulher, por carência de meios, viu-se obrigada a expor a dita filha na Roda. Regressado a casa e sendo seu desejo e de sua mulher recuperar e legitimar esta sua filha, acabou por requerer às autoridades eclesásticas que lhe fosse elaborado um novo registo de baptismo, constando agora ser sua filha, nascida de legítimo matrimónio⁹³⁷.

Numa outra situação, descobrimos que um determinado exposto, gerado através de uma relação ilícita, viria a ser perfilhado e, ao mesmo tempo, legitimado por subsequente casamento dos pais. O seu processo de integração familiar e social culminou com a alteração do próprio nome de baptismo. Foi este o percurso de um menino que, no primeiro dia do mês de Dezembro de 1819, foi exposto na Roda de Ponte de Lima, tendo sido registado no livro de expostos da câmara com o nome de Fabião.

Um ano depois, foi-lhe dada baixa porque, segundo anotou o escrivão, a rodeira havia comunicado que o entregara à sua mãe, não identificada, sem esta receber qualquer vencimento. Todavia, ao cruzar esta informação municipal com a informação contida no respectivo registo de baptismo, verificámos que esta criança havia sido baptizada com o nome de Fabião Remígio.

Mais tarde, este registo foi complementado por uma outra informação, a qual nos permitiu descobrir a sua origem ilegítima, uma situação que viria a ser posteriormente alterada, conferindo-lhe um novo estatuto familiar e social. De facto, em 1821, numa adenda ao registo inicial, o pároco fez constar que esta criança havia passado a ser legítima, por subsequente matrimónio dos pais. Estes, alguns anos mais tarde, aproveitaram o momento em que o filho foi crismado para lhe alterarem o nome, passando a chamar-se José de Melo, uma forma sublime de limpar um passado que se

⁹³⁶ A.D.V.C., Livro de Registo dos Baptismos de Ponte de Lima, 1865, registo n.º 1, fl. 2.

⁹³⁷ A.D.V.C., Livro de Registo dos Baptismos de Ponte de Lima, 1859, fl. 256.

pretenderia esquecer e que teria motivado a exposição desta criança, por razões de preservação da honra familiar⁹³⁸.

Num outro contexto, já anteriormente citado, foi-nos possível descobrir a estratégia utilizada por um casal oriundo da nobreza local que, por necessidade imperiosa de preservação da honra familiar, se viu constrangido a ocultar o nascimento de dois filhos ilegítimos, nascidos em 1807 e 1811, através da sua exposição na Roda. Em 1832, os pais destas crianças legitimaram e habilitaram estes dois filhos que, em termos jurídicos e eclesiásticos, eram considerados filhos de pais incógnitos.

Esse reconhecimento e legitimação surgiu na sequência do casamento dos pais e de um requerimento enviado à diocese de Braga, a solicitar essa legitimação. Este requerimento mereceu um parecer favorável, tendo determinado que se elaborasse um novo assento no respectivo livro de baptismos, onde se declarasse que os ditos expostos haviam passado à condição de legitimados⁹³⁹.

Antes da publicação do Código Civil, o número de processos de legitimação eram muito reduzidos, quando comparados com o número de crianças que, de forma voluntária ou compulsiva, foram entregues a um ou a ambos os progenitores. No entanto, desconhecemos como se processou a reintegração familiar e social dessas crianças, visto que alguns processos de entrega se restringiram ao foro interno das instituições municipais, sem qualquer valor jurídico.

Estava nesta situação uma menina que havia sido simuladamente exposta na Roda de Viana, em 27 de Julho de 1847, e entregue à ama Ana Joaquina, solteira, que, mais tarde, se veio a descobrir ser a própria mãe. Quando a criança tinha 4 anos de idade, a administração de Viana deu baixa a esta criança, depois de reclamada pela ama e seu marido José Luís Viana. Este, na presença de testemunhas, afirmou que a menina «*é filha havida antes do seu matrimónio e por isso queriam tomar conta dela, reconhecendo-a por sua filha*»⁹⁴⁰.

Noutros casos, a reintegração chegava a ser apresentada como um facto consumado, sem passar pela aprovação das autoridades municipais. Em 1857, o escrivão da câmara de Viana limitou-se a registar que o exposto Belmiro da Boaventura, que havia dado entrada na Roda de Viana, em 1853, teve baixa porque a ama Rosa Gomes, da freguesia de Vila Mou, «*declarou que José, filho de João Ribeiro, da freguesia de S. Salvador, fora a casa dela e o levou para sua companhia porque era filho dele e de D. Emília Pereira, hoje sua mulher*»⁹⁴¹.

Alguns anos depois, registámos uma outra forma de reconhecimento que expressa bem as grandes indefinições jurídicas e as incongruências institucionais. Uma criança que tinha sido exposta na Roda de Viana, em 1860, foi entregue, no ano seguinte, a Patrício José Ferreira, da freguesia de Prado, concelho de Braga, «*que declarou ser seu pai e se obrigou a criá-la por caridade e a responder por ela em todo o tempo e a dar-*

⁹³⁸ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1818-1820 I), fl. 239; A.D.V.C., Livro de Registo de Baptismos de Ponte de Lima, 1821.

⁹³⁹ A.D.V.C., Livro de Registo de Baptismos da Paróquia de Ponte de Lima (1841-1855), fl. 51. O processo de legitimação foi feito nos seguintes termos:

«O D.^{or} José Firmino da Cunha Reis da Motta, cavaleiro professo na Ordem de S. Bento de Assis e N. S.^a da Conceição, Arcediago de Barroso na Sé Primas desta Corte (...) Pela presente faço saber ao R.^{do} Parocho de S.^{ta} M.^a dos Anjos da V.^a de Ponte do Lima que Jacinto de Magalhães Barreto e Meneses, casado à face da Igreja com D. Luisa de Mello, ouvera da mesma ainda no estado de solteiro dois filhos que são D. Maria Rita e Lino, que foram baptizados como expostos na dita freguesia, e pelo subsequente matrimónio passaram à classe de legítimos e por se ter verificado a consumação deste e como o suplicante autorizou a sua legitimação que me requereu (...), os quais, depois de habilitados foram para a casa e companhia dos ditos seus pais (...)».

⁹⁴⁰ A.M.V.C., Livro dos Expostos de Viana (1846-1848), fl. 313.

⁹⁴¹ A.M.V.C., Livro dos Expostos de Viana (1848-1853), fl. 302 v.º.

lhe boa educação»⁹⁴² Trata-se de um verdadeiro paradoxo jurídico-institucional, com o poder paternal, publicamente reconhecido, a ser assumido como uma acção caritativa e não como uma inalienável obrigação natural.

Já nos referimos a um outro procedimento que se terá revelado fundamental para a reintegração familiar das crianças expostas, evitando o complexo processo burocrático de reconhecimento e legitimação. Consistia em fazer baptizar e registar as crianças antes de serem expostas nas Rodas, uma estratégia que funcionaria como um vínculo oculto que poderia ser accionado quando se quisessem invocar os laços familiares naturais e proceder à reintegração familiar e social das crianças expostas. Em caso de dúvida, o conteúdo das mensagens que tinham acompanhado essas crianças, no momento da exposição, poderia funcionar como prova da existência dessa ligação familiar, a qual apenas havia sido aparentemente interrompida, sabendo-se que muitas delas continuaram integradas no seu próprio ambiente familiar.

A partir da publicação do Código Civil, as perfilhações passaram a ser realizadas através de escritura pública, lavrada pelo tabelião, com a presença de testemunhas. De acordo com o Código Civil, os filhos nascidos fora do casamento poderiam ser legitimados por subsequente casamento dos pais, desde que fossem reconhecidos pelo casal no assento de casamento ou no registo de nascimento dos mesmos. Depois de legitimados, estes seriam equiparados aos filhos legítimos⁹⁴³.

Os filhos ilegítimos poderiam ser perfilhados, desde que não fossem filhos adulterinos ou incestuosos, por serem considerados filhos espúrios, ou seja, por estarem numa condição jurídica que não lhes permitia serem perfilhados⁹⁴⁴. Mais tarde, o novo Código do Processo Civil apenas passou a considerar como espúrios os filhos incestuosos⁹⁴⁵. No entanto, como muitos destes filhos espúrios acabaram por dar entrada nas Rodas, isso permitiu-lhes passar à condição de expostos, o que, à luz das interpretações do direito vigente, os passaria a considerar presumidamente legítimos, por serem filhos de pais incógnitos. Como não se conhecia a sua origem familiar, essa presunção apenas se basearia no direito ao tratamento que lhes fosse juridicamente mais favorável.

Os processos de perfilhação de crianças expostas poderiam ser requeridos pelas próprias mães naturais, pelos pais legítimos ou por pessoas que os quisessem adoptar⁹⁴⁶. Na primeira situação, encontrava-se o exposto António que, em 1887, quando tinha 14 anos, foi entregue à sua mãe Joana Maria, viúva, da freguesia de Santa Maria Maior, da

⁹⁴² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1859-1861), fl. 77 v.º e 78.

⁹⁴³ Art.ºs 119.º e 121.º do Código Civil, por carta de lei de 1 de Julho de 1867.

⁹⁴⁴ Os filhos adulterinos eram os havido por qualquer pessoa, casada ao tempo da concepção, de outra que não fosse o seu consorte; os filhos incestuosos eram os nascidos de relações entre parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau de linha recta, assim como os filhos de parentes por consanguinidade até ao segundo grau, inclusive da linha transversal (art.º 122.º, do Código Civil, cit.).

⁹⁴⁵ Segundo os art.ºs 135.º e 136.º e 171.º do Código Civil, a condição jurídica dos filhos não perfilháveis apenas lhes conferia o direito de exigirem de seus pais os alimentos necessários à sua sobrevivência, desde que essa paternidade ou maternidade se achasse provada em processo cível ou criminal (por alimentos deveria entender-se tudo o que fosse indispensável ao seu sustento, habitação e vestuário, compreendendo, também, a educação e instrução do alimentado, sendo este menor); em tudo o mais, eram considerados como inteiramente estranhos aos pais e respectivas famílias.

⁹⁴⁶ O exposto Luciano, que havia completado os 7 anos, em 1902, foi perfilhado, em 1915, por uma mulher, viúva, doméstica, de 46 anos de idade, natural de Refóios, do concelho de Ponte de Lima, e residente na Rua do Poço, em Viana do Castelo. A perfilhação foi feita por instrumento lançado na Conservatória do Registo Civil de Viana, um processo que ficou isento de qualquer emolumento, «por ter apresentado atestado de indigência» (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana maiores de 7 anos, 1893-1909, registo n.º 145).

cidade de Viana do Castelo, que o perfilhou por escritura pública⁹⁴⁷. Outras perfilhações foram efectuadas por mães solteiras que se viram forçadas a expor os filhos que, mais tarde, pretendiam recuperar, embora não como filhos legítimos, como algumas o desejariam, por se manterem celibatárias.

O facto de alguns processos de legitimação e perfilhação terem sido elaborados em escritórios de tabeliães, localizados em cidades onde as mães passaram a residir, nomeadamente nas cidades de Lisboa e do Porto, vem por provar que algumas destas mulheres solteiras se viram constrangidas a sair da terra para trabalhar noutras regiões. Era uma decisão tomada durante a gravidez ou depois de exporem ou mandarem expor os filhos na Roda ou no Hospício. Contrariando as práticas mais usuais, Manuel dos Santos, casado, compareceu na câmara de Viana, em 1878, tendo afirmado que havia tido um filho natural de Maria das Dores, solteira, já falecida, o qual havia sido admitido ao abrigo do regulamento distrital de 1866, e que agora «*reconhecia por seu filho para os efeitos legais*»⁹⁴⁸.

A perfilhação poderia ser feita por ambos os pais, de comum acordo, ou por qualquer um deles separadamente, contanto que tal acto ficasse assinalado no registo do nascimento ou efectuado por escritura, testamento ou auto público. Todavia, quando o reconhecimento fosse feito separadamente pelo pai ou pela mãe da criança, nenhum deles poderia revelar no documento de perfilhação o nome da pessoa de quem houveram o filho reconhecido⁹⁴⁹.

Encontrámos uma destas situações, com uma mãe a requerer à câmara de Viana que lhe entregasse uma filha que havia exposto ainda no estado de solteira e cujo pai não era o seu marido. Assim, por escritura pública, realizada em 21 de Agosto de 1894, Maria da Conceição Dias, casada com Manuel Vicente, residentes na freguesia da Pena, em Lisboa, perfilhou a exposta Maria Rosa, com a aprovação do seu marido, uma filha que havia tido de pai incógnito, ainda no estado de solteira⁹⁵⁰. Esta sua filha tinha ficado ao cuidado de Rosa Vieira Dias, casada, doméstica e residente na freguesia de Monserrate, em Viana, após ter completado os 7 anos de idade, em 18 de Julho de 1889. Pelo apelido desta ama de acolhimento, tudo indica tratar-se de um familiar da mãe da criança que, apesar das circunstâncias, se recusava a enjeitar.

No início do século XX, registou-se uma situação idêntica a esta. Uma menina que havia sido exposta no Hospício de Ponte de Lima, em 29 de Janeiro de 1872, numa altura em que a mãe ainda era solteira, foi perfilhada, mas não legitimada, pela própria mãe, após ter contraído casamento, pelo facto do seu marido não ser o pai da criança. De acordo com a escritura de perfilhação, Antónia Rosa Vieira e seu marido, Domingos António Fernandes, jornaleiros, residentes em Ponte de Lima, compareceram perante o notário, acompanhados pela exposta Clementina, solteira, de maior idade (30 anos), a trabalhar na cidade do Porto, como criada de servir.

A referida Antónia Rosa Vieira informou que, ainda no estado de solteira, tivera relações amorosas com um homem com quem poderia casar, sem impedimento algum (como forma de justificar que a filha não era espúria). Desse relacionamento amoroso, nasceu uma criança, em 21 de Janeiro de 1872, tendo sido exposta, no mesmo dia, na “roda de Ponte de Lima” (ainda assim conhecida, apesar de já haver sido encerrada há

⁹⁴⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos maiores de 7 anos (1893-1909), registo n.º 5.

⁹⁴⁸ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1869-1873), fl. 12. Esta criança tinha sido admitida ao abrigo do § 2.º do art.º 3.º o Regulamento distrital de 1866.

⁹⁴⁹ Art.ºs 122.º, 123.º e 124.º do Código Civil, cit..

⁹⁵⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, maiores de 7 anos, registo n.º 26.

A escritura pública de perfilhação foi feita na nota do tabelião da cidade de Viana, João Baptista Ferreira, em 21 de Agosto de 1894.

seis anos) e baptizada na Igreja Matriz com o nome de Clementina Exposta. Afirmava, ainda, que sempre a havia considerado como sua filha, uma situação que era do conhecimento do seu marido, com este a confirmar que a criança sempre fora criada e educada pela sua mulher (apesar da existência de uma ama fictícia para ocultar a situação)⁹⁵¹.

Para se evitar que pudessem subsistir quaisquer dúvidas e para que a dita Clementina pudesse gozar dos direitos de perflhada, a requerente reconhecia-a oficialmente como sua filha, através duma escritura pública de perflhação. Com a anuência do marido, esta perflhação também foi aceite pela beneficiária, uma condição prevista no art.º 126.º do Código Civil, por ser de maioridade⁹⁵².

Numa outra situação, não parecem restar dúvidas de que foi a necessidade imperiosa de preservar a honra familiar que motivou a exposição de uma menina no Hospício de Ponte de Lima, no início do século XX. Decorrido menos de um mês, uma mulher, solteira, serviçal na estação ferroviária de Viana do Castelo e residente na mesma cidade, compareceu na câmara de Ponte de Lima (provavelmente a mesma pessoa que havia exposto a criança) para solicitar a entrega daquela exposta.

Depois de declarar que era para ser criada sob a directa protecção da própria mãe, cujo nome não revelava, por lhe ter sido recomendado, esta serviçal comprometeu-se a dar notícias da criança, quando tal lhe fosse solicitado. Passados catorze anos, a repartição do Registo Civil de Caminha enviou um ofício à câmara de Ponte de Lima a comunicar a legitimação desta criança, agora oficialmente integrada no seu próprio ambiente familiar e ultrapassados todos os condicionalismos que haviam obrigado à sua ocultação⁹⁵³.

Algumas das crianças que eram legitimadas e perflhadas passavam a integrar, “de direito”, as suas próprias famílias, conferindo o indispensável suporte legal a uma integração, “de facto”, depois de uma exposição simulada ou temporária, como o temos demonstrado. Na realidade, sem essa perflhação oficial e pública, essas crianças acabariam por viver no seu próprio ambiente familiar, mas sem um estatuto jurídico que lhes permitisse aceder aos seus direitos naturais, pese embora um real e efectivo sentimento de pertença. A alternativa seria a transmissão patrimonial, através de testamento, embora esta possibilidade estivesse mais reservada para as crianças verdadeiramente expostas.

⁹⁵¹ No registo da câmara, a ama era Antónia Maria Camila, de Ponte de Lima, a quem oficialmente lhe teria sido entregue, em 31 de Dezembro de 1873, por se considerar, erradamente, que a ama era a sua mãe.

⁹⁵² A.D.V.C., Livro de Actos e Contra Actos entre Vivos, lavrados pelo notário do primeiro ofício desta comarca, n.º 6, fl. 38.

A aceitação da perflhada era uma condição prevista no art.º 126.º do Código Civil. Segundo este artigo, os filhos maiores não poderiam ser perflhados sem o seu consentimento.

⁹⁵³ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918), registo n.º 199. O processo de legitimação foi comunicado por ofício n.º 59, de 19 de Maio de 1916, enviado pelo Registo Civil de Caminha.

2.4-A adopção de crianças expostas

Eu não tenho pai nem mãe
Nem desta terra parentes
Sou filha das tristes ervas
Neta das águas correntes.

Quem me dera uma mãe
Inda que fosse uma
silva
Por mais que ela me
picasse
Sempre eu era sua
filha⁹⁵⁴.

Como já referimos, a maioria das crianças expostas que tinham sido efectivamente enjeitadas e que haviam sobrevivido, acabaram por ficar em poder das suas “amas criadeiras”. A manutenção desta ligação, avalizada pelo juízo orfanológico, era uma consequência natural do direito de preferência que era atribuído às amas com quem haviam completado o período de criação. A sua adopção, por outras pessoas, só se poderia concretizar se as amas não demonstrassem interesse em ficar com elas, a partir do momento em que a sua criação deixava de ser subsidiada, o que aconteceu até aos finais do século XIX.

A partir do momento em que as amas manifestavam vontade em continuar com as crianças expostas, estas tanto poderiam ficar integradas no grupo doméstico, como passar a ser “assoldadas”, em casas mais abastadas, uma espécie de arrendamento do seu trabalho, sob a administração das respectivas amas⁹⁵⁵. Neste último caso, enquanto umas amas se preocupavam com o futuro destas crianças e faziam reverter em seu favor os salários que lhes eram pagos, outras ficariam sujeitas a um regime de exploração temporária, uma situação que se poderia prolongar até ao momento da sua emancipação.

Fora do âmbito restrito das amas, não se revelaria nada fácil conseguir adoptar uma criança exposta saudável, após completar os 7 anos de idade, uma situação que poderá encontrar algum paralelismo com os processos de adopção dos nossos dias⁹⁵⁶,

⁹⁵⁴ Quadras 979 e 2036 do *Cancioneiro da Ribeira Lima*, uma recolha de Gabriel Gonçalves, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992.

⁹⁵⁵ Foi o que se verificou com a exposta Abelícia que, quando completou os 7 anos de idade, ficou ao cuidado da ama definitiva, Teresa da Guia Pereira, casada, doméstica, residente na freguesia de Monserrate, em Viana do Castelo. Ao completar os 15 anos de idade, «foi assoldada por 10\$000 réis anuais, ficando a servir em casa do Ex.mo Senhor João Félix d’Almeida» (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, maiores de 7 anos, 1893-1909, registo n.º 6).

⁹⁵⁶ Todos conhecemos as dificuldades sentidas por muitos casais, nos dias de hoje, para conseguirem adoptar uma criança. Além da complexidade burocrática dos processos de adopção, dois outros factores contribuem para essa situação: o facto de haver mais procura do que crianças disponíveis e o carácter demasiado selectivo e restritivo dos potenciais adoptantes.

Em recente entrevista, o director do Centro de Segurança Social do Distrito de Viana do Castelo, respondeu, da seguinte forma, à questão que lhe fora colocada sobre o “patamar” em que se encontrava o “*processo de adopção*” no distrito de Viana:

«A adopção, no caso do distrito de Viana do Castelo, tem duas listas de espera: a lista de espera de pais e a de crianças à espera de serem adoptadas. Isto porquê? Porque, em termos gerais, os pais que querem adoptar uma criança normalmente chegam aqui e querem uma criança saudável de raça branca, de preferência até aos quatro, cinco meses, sem problemas de saúde, querem por catálogo e recusam uma criança já com alguma idade, com quatro, cinco anos. Se tem algum problema de saúde já não querem (...). As pessoas recusam-se e só querem uma criancinha de preferência loirinha e de olhos azuis.

embora por razões bem diferentes. Era uma situação que, nesta região do Alto Minho, poderá contrariar a hipótese de uma distribuição mais generalizada de crianças (Brettell:1989:242) ou a tese de que o seu abandono operaria a sua redistribuição entre agregados familiares deficitários e as famílias com excesso de crianças (Sá, 1995:21).

A alternativa que restava às pessoas interessadas em adoptar uma criança exposta seria oferecerem-se para a sua criação gratuita, antes de terminado o período de criação, libertando as câmaras dos encargos com os salários das respectivas amas⁹⁵⁷. Esta situação tendia a aumentar à medida que as crianças cresciam, sobretudo a partir dos cinco anos de idade, já criadas e em condições de desempenharem algumas tarefas domésticas.

Este processo de “adopção” de crianças expostas seria desejado e bem aceite pelas autoridades administrativas locais, por representar uma economia para os tão depauperados cofres municipais. Registámos a procura de expostos por parte de alguns casais, sem filhos, ou por pessoas que pretendiam adoptá-los e acabar gratuitamente a sua criação, com o compromisso de os tratarem como seus próprios filhos.

Ultrapassada a etapa mais problemáticas da sua sobrevivência, estas crianças estavam praticamente criadas e poderiam preencher o vazio resultante da falta de filhos de um casal ou vir a contribuir para a economia e a sobrevivência do grupo doméstico onde passavam a estar integradas. O processo de adopção do exposto, António Augusto de Passos, da Roda de Viana, que estava a ser criado pela ama Maria Pereira, da freguesia de Poiães, é bem um exemplo de uma dessas situações. Em 1836, quando tinha 4 anos de idade, foi entregue a José Francisco da Costa, residente na freguesia de Outeiro, o qual, depois de comparecer perante a administração municipal, manifestou o desejo de tomar conta deste menino, «visto não ter tido filho algum do matrimónio», obrigando-se a tratar da sua educação e rumo. O administrador, depois de considerar que esta adopção reverteria em favor da Roda, por faltarem cerca de 3 anos para o término da sua criação, acabou por aceder à sua pretensão⁹⁵⁸.

Alguns anos mais tarde, foi a vez de Manuel Gonçalves Portela e sua mulher Josefa Pereira de Miranda, um casal de Vila de Punhe (nessa altura ainda pertencente ao termo de Barcelos), requererem ao provedor do concelho de Viana que lhes autorizasse a entrega da exposta Teresa, com três anos de idade, a qual «queriam tomar para filha adoptiva», tendo obtido deferimento desse pedido, comprometendo-se os suplicantes a não reclamarem qualquer salário da Roda. O “contrato” foi assinado pelos requerentes e por um seu fiador, como garantia do seu efectivo cumprimento⁹⁵⁹.

Bem mais complexo foi o processo de integração familiar e social dos deficientes e daqueles que revelavam um grande atraso no seu desenvolvimento. Este grupo acabava por ficar a cargo de algumas “almas caridosas” ou de amas que continuavam a beneficiar dos subsídios de criação para as crianças com dificuldades de integração social. No entanto, alguns processos de adopção chegaram a ser justificados por caridade e solidariedade para com estas crianças inocentes, como aconteceu com a exposta, Maria Teresa, da Roda de Vila Nova de Cerveira, que, em 3 de Novembro de 1844, foi adoptada por Dionísio José da Cruz, «por caridade e devoção».

Na maior parte das vezes até querem escolher o sexo, menino ou menina» (in Jornal “Cardeal Saraiva”, de 24 de Janeiro de 2003, página 9).

⁹⁵⁷As *Ordenações do Reino* haviam previsto essa situação, ao autorizarem os juizes dos órfãos a entregarem gratuitamente os expostos às pessoas que os haviam criado de graça, antes de atingirem os sete anos.

⁹⁵⁸A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 196.

⁹⁵⁹Idem, fl. 66 v.º.

Foi nalguns destes momentos de “adopção” que se descobriram algumas das muitas irregularidades praticadas e se identificavam certas estratégias que estariam subjacentes a determinadas exposições temporárias ou simuladas. Quando se suspeitava que algumas crianças pudessem estar em poder dos familiares ou a ser criadas por amas conhecidas e “tratadas” pelos pais, as administrações, mais previdentes, mandavam mudar os expostos, entregando-os a amas “insuspeitas”. Perante uma tal deliberação, algumas das primeiras amas logo se ofereciam para as criar de graça.

Poderíamos estar perante as próprias mães das crianças ou outros familiares, embora não se possa excluir a hipótese de se tratar de uma estratégia que beneficiaria do sigilo e da cumplicidade de terceiros. Contudo, também poderia ser uma reacção natural de quem se havia afeiçoado às crianças e delas não se queria separar. Isto mesmo poderá ter sido reconhecido pela câmara de Ponte de Lima quando, em revista realizada no ano de 1832, ordenou que se mudasse a exposta Eulália, a criar pela ama Custódia Luisa, de Duas Igrejas. Tal medida não se concretizou porque a ama quis ficar com ela, sem salário, «*obrigando-se a educá-la e venerá-la*». Passado algum tempo, a câmara mandou continuar a pagar-lhe, por ter a criança bem criada. Contudo, no ano seguinte, a mesma ama voltou a querer ficar com a criança de graça, «*por haver outra pessoa que assim o queria*»⁹⁶⁰.

Se considerarmos a adopção como um acto em que uma pessoa tomava legalmente por filho ou filha uma criança à qual não estava ligada por laços de sangue ou como «*um instituto que visa estabelecer, entre duas pessoas, um mero vínculo legal de paternidade e de filiação*»⁹⁶¹, então teremos de considerar que a maior parte dos processos de adopção não tinha qualquer suporte jurídico. Seria mais uma adopção “de facto” do que “de direito”. Ora, se à luz do direito actual a adopção legal passa a constituir um vínculo jurídico, semelhante à filiação, essa adopção no passado só poderia revestir-se de uma fundamentação legal, se fosse realizada e reconhecida pelo direito, então vigente.

A adopção não é um fenómeno característico das sociedades contemporâneas. Desde tempos remotos que muitas crianças passaram a integrar famílias adoptivas, em substituição das famílias biológicas. Apesar de originar uma nova ligação familiar, equivalente à da anterior família biológica, a sua fundamentação jurídica e a dotação de direitos foi evoluindo ao longo dos tempos, até atingir um patamar de plena igualdade, à luz da legislação actual que rege os processos de adopção no nosso país.

Embora o direito romano tivesse admitido duas modalidades de adopção, visando assegurar a continuidade das famílias e a perpetuidade do culto doméstico, a adopção, em sentido estrito, acabaria por vir a assumir duas formas diferenciadas, a “*adoptio plena*” e a “*adoptio minus plena*”, sendo que desta última não dimanava, para o adoptante, o pátrio poder sobre o adoptado. Depois de praticamente ter caído em desuso, a adopção voltou a ser formalmente reabilitada, ao ser incluída no Código Civil Francês, por imposição do imperador Napoleão Bonaparte, sem reflexos imediatos no nosso ordenamento jurídico⁹⁶².

⁹⁶⁰ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1824-1828 I), fl.15.

⁹⁶¹ In «*adopção*», *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, p.361.

Segundo este artigo, a adopção teve as suas origens nos remotos direitos orientais, embora tivesse sido em Roma que ela conheceu um maior desenvolvimento. O seu principal objectivo era proporcionar àqueles que não tivessem descendência legítima encontrarem um continuador do seu nome, das tradições familiares e do culto doméstico, para corrigir as divergências entre o parentesco civil (agnatio) e o parentesco de sangue (cognatio) ou para transferir a mão-de-obra de uma família excedentária para uma outra que dela carecesse.

⁹⁶² Para uma melhor ligação do fenómeno do abandono de crianças ao processo de adopção, recomenda-se a leitura do artigo “*adopção*”, publicado no vol. VI do *Dicionário de História de Portugal*,

Não sendo pacífica a sua implementação, os processos de adopção mereceram uma grande contestação por parte dos seus opositores, por os considerarem uma aberração da natureza humana e se revelarem contrários à “lei da boa razão”. Entre estes, poderemos referir o visconde de Seabra que, começando por questionar se alguém poderia “amar por ficção”, acabaria por considerar a adopção como um acto que não correspondia a qualquer necessidade do coração humano.

Esta concepção jurídica reflectiu-se no Código Civil de 1867, com o problema da adopção a ser completamente ignorado, limitando-se a analisar os processos de legitimação e perfilhação, só passíveis de serem desencadeados pelos pais biológicos. Na verdade, o artificialismo de uma filiação jurídica seria visto como uma anomalia numa sociedade em que eram os vínculos sanguíneos que estavam na base da família e da própria organização política.

Foi preciso aguardar mais um século para que o novo Código Civil, aprovado pelo decreto-lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966, que entrou em vigor no dia 1 de Julho de 1967 (exactamente um século após a publicação da carta de lei, de 1 de Julho de 1867 que havia aprovado o Código Civil Português), viesse reconhecer a adopção como fonte de relações jurídicas familiares. Na prática, significaria a retoma “de direito” do processo de adopção “de facto”, um procedimento que havia caído em desuso, acabando por recuperar o significado social que havia perdido.

Embora a Declaração de Genebra (1924), onde estavam definidos os direitos das crianças, não o tivesse referido de forma explícita, a adopção acabaria por ser um recurso inevitável para a consecução de alguns dos seus princípios fundamentais, nomeadamente quando afirmava que os homens e mulheres de todas as nações deveriam reconhecer que a Humanidade tem nas crianças o que possui de melhor. Para isso, seria necessário que estas fossem colocadas em condições de se desenvolverem normalmente, quer a nível material e moral, quer a nível espiritual. Daí a recomendação de que, em tempo de infortúnio, as crianças deveriam ser as primeiras a ser socorridas, a começar pelo acolhimento dos órfãos e abandonados⁹⁶³.

Todos estes princípios vieram a ser reafirmados pelas Nações Unidas, ao deixarem bem explícito que «a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, tem necessidade de amor e compreensão. Deve, tanto quanto possível, crescer sob a salvaguarda e sob a responsabilidade dos pais, e, em qualquer caso, numa atmosfera de afecto e de segurança moral e material».

Mais adiante, ao reafirmar que a sociedade e os poderes públicos tinham o dever de tomar um cuidado muito especial com as crianças abandonadas, acabou por dar um incentivo aos processos de adopção, única forma destas crianças passarem a ter a sua própria família. Esta, apesar de não ser a biológica, não deixaria de lhes garantir aquilo que as famílias naturais não puderam ou não quiseram dar-lhes, um processo alternativo que lhes conferiria o reconhecimento e usufruto de todos os direitos enunciados na referida Declaração⁹⁶⁴.

Embora não seja muito transparente o processo que conduziu à adopção de crianças expostas, vamos citar alguns exemplos que acabam por demonstrar que algumas delas terão sido adoptadas, num acto cujo formalismo se restringiu a um

sob a direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1978, pp. 361-363, bem como o livro de Eduardo Sá e Maria João Cunha “Abandono e Adopção – o nascimento da família”, Coimbra, Livraria Almedina, 1996.

⁹⁶³ *Declaração dos Direitos da Criança*, mais conhecida por *Declaração de Genebra*, aprovada pela Assembleia da Liga das Nações, em 26 de Setembro de 1924.

⁹⁶⁴ *Declaração dos Direitos da Criança*, ratificada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959, in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano I, n.º 2, 1960.

compromisso institucional, sem qualquer validação jurídica. Por exemplo, numa altura em que os oficiais administrativos da câmara de Viana se encontravam em acto de revista e pagamento dos expostos, realizado em 3 de Janeiro de 1834, nele compareceu Vitória Maria, residente em Viana, a qual declarou que «queria tomar por filha adoptiva a exposta Carolina Rosa», que estava a ser criada pela ama, Rosa Pardelha, da freguesia de S. Lourenço do Mato, «com a condição de bem a tratar e criar grátis sem salário do cofre dos expostos e de dar conta dela(...)»⁹⁶⁵.

Uma outra menina, exposta na Roda de Viana, em 24 de Janeiro de 1859, foi-lhe dada baixa, cinco anos depois, por ter sido entregue a Luís António Dias, da freguesia de Gondoriz, concelho dos Arcos, que aceitou tomar conta desta exposta, sem vencimento de salário, obrigando-se a sustentá-la, vesti-la e educá-la à sua custa e, «por sua morte, beneficiá-la conforme ela merecer pelo seu comportamento, tudo como se fosse sua filha»⁹⁶⁶.

Não dispomos de dados para compreender a atitude da exposta Maria do Rego, que foi criada pela ama, Ana Maximiana, da freguesia de Lanheses. Pouco antes de terminar o período de criação, já com 6 anos de idade, esta exposta passou para a ama, Ana Rosa Antunes, mulher de João de Sousa, da freguesia de Meixedo, «por convenção com a primeira ama, obrigando-se esta a ficar com a exposta, depois de finda a criação e a tratá-la bem e de por sua morte lhe deixar uma casa e terra para horta». Para poder ter validade, esta obrigação deveria ser ratificada e assinada pelo marido da ama, em futura revista, o que efectivamente aconteceu, no dia 24 de Outubro de 1834.

Apesar de beneficiada, todo este processo ficou sem efeito porque a exposta fugiu para casa de António Marouço, residente na vizinha freguesia de S. Lourenço da Montaria⁹⁶⁷. Perdido o seu rasto, não foi possível saber as razões que terão levado esta exposta a abandonar a família adoptante, que a acabara de dotar, por uma outra família de outra freguesia. Tal decisão só poderá ser explicada pelo facto de não estar a ser bem tratada ou por lhe ter sido prometido um dote bem mais aliciante do que o primeiro, não sendo de excluir a hipótese de se ter tratado da sua reintegração na própria família biológica.

O exposto Simplício, do Hospício dos Arcos, foi entregue a João António Alves, lavrador, da freguesia de Cendufe, concelho dos Arcos, logo que completou os 7 anos de idade, «independentemente de remuneração para o criar e educar, visto que o reclamante não tem família». Este processo, que começou por assumir uma adopção de facto e que poderia vir a culminar com uma efectiva adopção de direito - através de uma transmissão patrimonial, por testamento - foi interrompido pelo facto da sua mãe, Maria Joaquina Ribeiro, solteira, da freguesia de Vilela, do mesmo concelho, o ter reclamado, numa altura em que já havia completado 11 anos de idade⁹⁶⁸.

Noutros casos, bem menos frequentes, a “adopção” seria requerida pelos padrinhos (ocasionais ou não) de baptismo. Assim o fez a madrinha de baptismo de uma exposta, viúva, moradora na Rua Vasco da Gama, em Ponte de Lima, que, no início do século XX, se comprometeu a criar gratuitamente e carinhosamente da educação da afilhada exposta, Maria Octávia, na altura com 4 anos de idade⁹⁶⁹.

⁹⁶⁵ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 243 v.º.

⁹⁶⁶ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 184 v.º.

⁹⁶⁷ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 345 v.º.

⁹⁶⁸ A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1883-1887), fl. 109 v.º.

⁹⁶⁹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1892-1918), registo n.º 180.

3-A integração social dos expostos maiores de 7 anos

Ultrapassada uma fase crucial no seu processo de criação, caracterizado por uma completa dependência em relação às amas e às instituições de acolhimento, as crianças verdadeiramente enjeitadas iniciariam uma nova etapa no seu percurso de vida, preparando-se para a sua integração social. Depois de uma infância atribulada, a sorte dos expostos sobreviventes dependeria muito da sua integração numa família adoptante, pronta a inseri-los na sociedade e a acompanhá-los até à idade em que poderiam ser legalmente emancipados e a definirem o seu próprio futuro⁹⁷⁰.

Alguns provedores das comarcas manifestaram a sua preocupação com a sorte dos expostos, após completarem os 7 anos de idade. Em 1834, o provedor da comarca de Valença teve de lembrar às câmaras municipais que «*não deveriam abandonar estes seres desgraçados q' com razão podem ser chamados os Filhos da Pátria*». Aconselhava a sua entrega ao juiz dos órfãos ou a quem no futuro fizesse as suas vezes, para os prover com o necessário ensino, através da educação física e moral, pelo modo que mais vantajoso fosse, tanto para eles como para o Estado.

Segundo o referido provedor, tratava-se apenas de dar cumprimento ao que estava determinado pelo alvará de 31 de Janeiro de 1775, o qual, «*por desgraça tem cahido em desuzo*». Assim, estes “infelizes”, ao completarem os sete anos de idade, logo eram abandonados à sua sorte e a sua fraqueza ficaria exposta aos maiores perigos, tanto físicos como morais. Caberia aos juizes dos órfãos, na forma de seu regimento, descobrir a habilidade, actividade e talento do órfão ou órfã, para lhes proporcionar o ofício, a arte ou a profissão mais adequada à sua natureza. Seria uma forma de poder vir a aproveitar os dotes com que a mesma natureza enriquecia os indivíduos, «*por um modo útil a elles e á sociedade*»⁹⁷¹.

Segundo o citado alvará de 1775⁹⁷², os expostos maiores de sete anos deveriam ser entregues aos juiz dos órfãos, devendo este proceder em conformidade com as Ordenações do Reino⁹⁷³, reputando-os como quaisquer outros órfãos. Os referidos juizes poderiam distribuí-los pelas casas que os quisessem aceitar, até que completassem os doze anos de idade, não sendo obrigados a pagar-lhe qualquer ordenado pelos trabalhos prestados, apenas a sustentá-los, vesti-los e educá-los.

⁹⁷⁰ Em revista realizada no dia 21 de Junho de 1812, a câmara de Valença vai mandar baixa ao exposto José António, por ter atingido os 7 anos de idade, e «*por a ama o ter bem tratado o tornou a levar encarregando-se de o sustentar e fazer ir à escola, por não ter força para mais, até que possa ter outro destino*» (A.M.V., Livro de Registo dos Expostos de Valença, 1799-1818, fl. 78 v.º).

⁹⁷¹ A.M.C., Livro de Registo dos Expostos de Caminha (1817-1837), fl. 198 v.º.

⁹⁷² O **Alvará de 31 de Janeiro de 1775** destinava-se a regulamentar a situação dos expostos da cidade de Lisboa, sob alçada administrativa da Mesa da Misericórdia local, embora o seu alcance se viesse a estender às restantes regiões do país. O problema relacionava-se com o número elevado de expostos a cargo da instituição, com as dificuldades de tesouraria e com a sua integração social.

Estes problemas acabariam por se reflectir na falta de meios para alimentar os recém-nascidos, até completarem um ano e meio de idade. Para agravar a situação, alguns expostos, «*quando entram no uso da razão*», após completarem os nove anos de idade, altura em que deveriam passar a trabalhar, se desencaminhavam e largavam os seus amos, regressando à Misericórdia, na certeza de continuarem a ser auxiliados à custa das rendas do Hospital. Com este alvará, as instituições de acolhimento dos expostos apenas eram obrigadas a criá-los até aos sete anos, idade a partir da qual transitavam para a alçada dos juizes dos órfãos (in Silva, A. Delgado da, *Collecção de Legislação Portuguesa*, 1775-1790, pp. 4-8).

⁹⁷³ Segundo as **Ordenações Manuelinas**, «*o juiz dos orfãos fará apreguoar em fim de sua Audiencia quaesquer orfãos de sua jurisdiçam, que se ajam de dar por soldada, ou a pessoas que se ajam de obrigar de os casar, tanto que forem em hidade de sete annos, e nom os dará senom aaquellas pessoas que por elles mais derem: e quando lhe forem dados fará obrigar por Escripturas pubricas aquelles a que os der, que lhe paguaram seus serviços, casamentos, ou soldadas, aos tempos que se obriguarem pagar, e darem fiadores abastantes para comprirem o que se assi obriguarem*» (Liv. 1, Tit. LXVII).

Recomendava-lhes, ainda, que tivessem o maior cuidado na criação, educação e acomodação dos sobreditos expostos, proporcionando-lhe uma aprendizagem em ofícios e artes, de acordo com as suas inclinações particulares.

Em 1806, o príncipe regente, por alvará de 18 de Outubro, confirmou os privilégios que os reis haviam concedido aos expostos e às pessoas que os criavam e educavam. Em relação a estas, concedeu-lhes o direito de preferência sobre a conservação dos expostos que tivessem acolhido, desde que os houvessem criado e educado sem negligência ou culpa, excepto nos casos de superior interesse do exposto⁹⁷⁴.

Mais tarde, a legislação passou a prever que os expostos sobreviventes ficassem sob a tutela dos juizes dos órfãos, depois dos juizes de paz ou de quem sucedesse em suas funções orfanológicas, de acordo com o que estava providenciado por direito⁹⁷⁵. A estes incumbiria a tarefa de lhes encontrar alguém que os continuasse a criar e educar e lhes ensinasse algum ofício⁹⁷⁶.

Era um momento crucial no processo de integração social dos expostos. O jornal “O Vianense”, de 24 de Setembro de 1864, expressava as suas preocupações com o problema, alertando para o facto de representar um grande desleixo e mesmo uma barbaridade concorrer para que, após se ter conseguido salvar os expostos das garras da morte, os deixassem trilhar a “carreira do vício”, entregues a si próprios, vivendo no ócio, vagueando ao acaso, quase sempre encontrando a perdição de costumes, a miséria e a própria morte.

Para evitar tais problemas, sempre que os expostos não reunissem as condições necessárias para o exercício de qualquer actividade, por serem considerados inábeis para o trabalho, as câmaras municipais deveriam continuar a subsidiar a sua criação, não os deixando votados ao abandono, uma medida que se pretendia inclusiva e com um grande alcance social⁹⁷⁷.

⁹⁷⁴ Alvará de 18 de Outubro de 1806, ponto X, cit..

⁹⁷⁵ O decreto de 18 de Maio de 1832 vai suprimir o cargo de juiz dos órfãos, transferindo para os juizes de paz as suas atribuições, com excepção da parte contenciosa. Ao mesmo tempo, criava o Conselho de Família, com a incumbência de coadjuvar o juiz de paz no exercício das suas funções.

⁹⁷⁶ O presidente da câmara de Valença chegou a sugerir, em 1862, que os expostos maiores de sete anos fossem internados nos “*Asilos de mendicidade do distrito*”, onde seriam recolhidos e educados, uma medida de alcance muito duvidoso, pelo menos quanto ao processo mais adequado de integração social (A.G.C.V.C., Pasta 1.15.4.1-1).

⁹⁷⁷ Veja-se o que aconteceu a um menino, exposto na Roda de Viana, em 5 de Abril de 1764 e que começou a ser criado pela ama, Rosa Martins, casada com Domiciano Luís, da freguesia de Nogueira, tendo passado para a ama Maria Gonçalves, mulher de José Fernandes, da freguesia de Meixedo. Em Setembro de 1769, a câmara decidiu retirar-lhe este exposto, «*por se achar estar mal nutrido (...) e ter a mesma ama tres engeitados*», tendo passado para a ama, Josefa, mulher de António Gonçalves, da mesma freguesia.

Em Abril de 1771, altura em que este exposto completou 7 anos de idade, a câmara decidiu continuar a subsidiar a sua criação porque estava doente e não havia quem o quisesse assoldar nem criar de graça, não tendo corpo capaz para fazer serviço algum (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, 1770-1771, fls.323 v.º e 330 v.º).

Por seu lado, o exposto, Joaquim de Jesus, criado pela ama Rosa Gonçalves, de Viana, foi entregue ao juízo orfanológico quando atingiu os 7 anos de idade. Porém, por exame a que judicialmente se procedeu, verificou-se que este exposto se encontrava «*inhabil para o trabalho*». Perante o problema, a câmara de Viana enviou ao governador civil do distrito, em 17 de Janeiro de 1872, uma certidão onde solicitava a devida autorização para que lhe fosse concedido um subsídio, como se achava estabelecido para os expostos que fossem considerados inválidos e impossibilitados de exercer qualquer actividade remunerada. Na sequência do auto de exame a que se procedeu, foi registado no referido relatório que o exposto não apresentava um estado físico correspondente à idade, nem tinha a robustez necessária para «*para ganhar pelo trabalho a sua subsistência*» (Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, ofício n.º 14, Pasta 1.13.6.3-8).

Após a aprovação do Código Civil de 1867, a principal preocupação com os expostos seria a de lhes dar o rumo de vida que lhes pudesse ser mais vantajoso, fazendo-os entrar nalgum estabelecimento ou entregando-os, por contrato, a pessoas que se quisessem encarregar da sua educação e ensino⁹⁷⁸. No entanto, uma portaria de 19 de Abril de 1872 ordenava que os expostos se continuassem a entregar aos juizes dos órfãos, enquanto não fosse constituído o “conselho de beneficência pupilar” ou a magistratura que o substituísse. Aos juizes dos órfãos competiria dar aos expostos ou aos abandonados o rumo de vida que lhes pudesse vir a ser mais vantajoso, fazendo-os entrar nalgum estabelecimento ou entregando-os a pessoas que se quisessem encarregar da sua criação e ensino.

As famílias de acolhimento seriam obrigadas a sustentar e a educar os expostos, como contrapartida de algum trabalho que estes lhes prestassem. Por exemplo, após completar os 7 anos de idade, a exposta Maria Rosa foi entregue a António Manuel da Cunha, residente na Rua da Bandeira, em Viana, *«que se obrigou a dar-lhe educação, sustento e ensino, como soldadas de qualquer serviço que ela lhe prestasse»*.

Esta situação poderia prolongar-se até que os expostos completassem os 12 anos, idade a partir da qual passariam a ser integrados oficialmente no mundo do trabalho, após o estabelecimento de uma espécie de “contrato de arrendamento”. Foi o que se verificou com o exposto Adriano da Silva Gomes, o qual foi entregue pela câmara de Ponte de Lima à ama definitiva Francisca Gonçalves Lima, casada, jornaleira, de 40 anos, moradora na freguesia de Poiães, do mesmo concelho. Quando completou os 12 anos, foi entregue a Bernardo Gonçalves, residente na freguesia de Vitorino de Piães, o qual se comprometeu a educar e a vestir o referido exposto, pagando-lhe a quantia de 1\$200 réis, por ano, como pagamento dos serviços que lhe viesse a prestar, *«devendo esta soldada ser elevada quando aquelles serviços prestados o mereçam»*⁹⁷⁹.

Na prática, aquilo que efectivamente se verificou foi que a maioria dos expostos, quando terminava o período de criação, acabou por ficar com as próprias amas, na qualidade de amas definitivas de seco, as quais se obrigavam a cumprir as disposições em vigor relativas ao serviço dos expostos. O processo de inserção social estaria facilitado, podendo corresponder a um desejo mútuo, consolidado numa relação afectiva que não se pretenderia interromper. Algumas das amas passaram a exercer a tutela sobre esses expostos, umas utilizando o seu trabalho em benefício do próprio agregado familiar, outras assoldando-os noutras casas, a maior parte das vezes como criados de servir.

Embora alguns dos expostos acabassem por ser explorados pelos seus empregadores, não queremos deixar de registar o gesto protagonizado por João Gonçalves da Torre, da freguesia da Meadela, concelho de Viana, que tinha como criado de lavoura Luís Arnelo, um exposto que entrara na Roda de Viana, em 12 de Abril de 1839. Em 1859, compareceu na administração da Roda de Viana para informar que o referido exposto havia adoecido e falecido no Hospital da Misericórdia de Viana, com 20 anos de idade. Na presença da ama que o havia criado, o referido João Gonçalves da Torre procedeu à entrega de \$725 réis, correspondente ao ordenado

⁹⁷⁸ Art.ºs 285.º e 286.º do *Código Civil Portuguez*, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, Quinta edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

Com a aprovação deste Código Civil, as crianças expostas ou abandonadas continuariam a cargo das câmaras, até que completassem os sete anos de idade, sendo a respectiva municipalidade considerada como sua legítima tutora em tudo o que respeitasse à sua criação e educação, embora sem quebra dos direitos paternais que subsistiam na forma da lei geral. Todavia, logo que os expostos ou abandonados completassem os sete anos de idade, deveriam ser colocados à disposição do conselho de beneficência pupilar ou de qualquer outra magistratura, a quem a lei administrativa incumbisse desse mister.

⁹⁷⁹ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima, maiores de 7 anos.

vencido, bem como à seguinte roupa: uma jaqueta, um par de calças de cotim, um outro de estopa, dois chapéus, um par de socos, uma camisa de linho, dinheiro e objectos que a ama recebeu⁹⁸⁰.

Como já o referimos, ultrapassadas as principais etapas no processo de sobrevivência, alguns expostos começavam a ser disputados, sobretudo quando revelavam algumas apetências e capacidades. Terá sido essa a razão que levou a ama que criava o exposto Carlos Alberto, da Roda de Melgaço, a exigir ficar com ele, após completar os 7 anos de idade, com o argumentando de que o pároco da freguesia de Remoães, de onde ela era natural, «*cativado pelos actos da criança, se havia oferecido para o educar e fazer ensinar*».

Só excepcionalmente é que se encontrámos referências ao desempenho de quaisquer actividades laborais por parte dos expostos que não haviam atingido os sete anos, o que contrariava a legislação vigente. Foi o que se verificou com a exposta Maria Teresa, da Roda de Ponte de Lima, em cujo registo se assinalou que, quando completou seis anos de idade, em 13 de Junho de 1840, foi servir para casa de um “brasileiro” que morava em Viana.

Já mais difícil era, como vimos, o processo de integração familiar e social dos expostos portadores de graves deficiências físicas e mentais. No entanto, na tradição secular de solidariedade para com os mais carenciados, tanto os expostos, como os deficientes e os idosos, sem família, mereceram uma atenção particular, quer em nome da caridade individual, quer através das instituições vocacionadas para a assistência aos mais carenciados.

Não podendo dar o seu contributo para a economia familiar, os expostos deficientes continuariam a viver numa situação de dependência que, não sendo assegurada pela própria família, teria de se inscrever no âmbito da solidariedade privada, com os apoios públicos. Nestes casos, os deficientes passariam a usufruir duma espécie de abono familiar que, em casos muito excepcionais, poderia assumir a forma de subsídio vitalício⁹⁸¹.

3.1-Instrução e educação dos expostos

Longe dos grandes centros urbanos, o Alto Minho não dispunha de quaisquer estabelecimentos para a educação e formação profissional dos seus expostos. Eram os custos da situação periférica da maioria das regiões do nosso país, com os expostos a tardarem em beneficiar dos direitos naturais que eram reconhecidos pelo filantropismo iluminista, nomeadamente quanto aos benefícios de uma assistência pública integradora, que não ficasse ao livre arbítrio dos municípios. Era uma situação diferente da que se

⁹⁸⁰ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1837-1843), fl. 63.

⁹⁸¹ Além dos exemplos já anteriormente citados, poderíamos referir um outro caso demonstrativo duma certa discriminação positiva da deficiência, com os apoios públicos concedidos a representarem aquilo que considerámos tratar-se de uma certa prefiguração das futuras políticas sociais.

Foi o que se verificou com a exposta Maria das Dores, admitida no Hospício de Viana, em 1885, a qual sofria de graves deficiências físicas, por ser aleijada das mãos e de um pé, o que a impossibilitava de poder angariar o seu próprio sustento, após atingir os 7 anos de idade. A sua debilidade física permitiu-lhe continuar a beneficiar de um subsídio de subsistência, por um período que se prolongou até aos 18 anos. Porém, após a suspensão desse subsídio, João José Coelho, a seu rogo, apresentou à câmara de Viana um requerimento onde dizia que se tratava de uma deficiente, bem comportada, mas sem qualquer possibilidade de poder auferir, pelo seu trabalho, os meios de subsistência necessários. Além disso, como a ama que a tinha criado se encontrava entrevada, a exposta estava a viver em casa de uma “alma caridosa” que se havia compadecido da sua desgraça, razões pelas quais requeria à câmara de Viana que lhe continuassem a abonar o «salário dos expostos», uma pretensão que foi deferida.

verificava em Lisboa, uma cidade onde, em 1780, foi estabelecida a Casa Pia, fundada por Pina Manique, «*porventura a mais arrojada instituição de quantas assinalaram em Portugal o derradeiro quartel do século XVIII*»⁹⁸².

Sem uma formação específica, a maioria dos expostos seria destinada aos serviços domésticos e aos trabalhos agrícolas, o que não deixaria de cercear eventuais expectativas de instrução e dificultar ou impedir uma maior valorização profissional e social. Assim, enquanto que as meninas expostas eram destinadas, preferencialmente, aos serviços domésticos, aos rapazes estavam geralmente reservados os trabalhos agrícolas, uma actividade que iniciavam muito precocemente em casas de lavoura, por vezes nas das próprias amas.

Apesar de algumas referências esporádicas à necessidade das amas ou das famílias de acolhimento mandarem os expostos à escola, tal obrigação não era fácil de implementar, sobretudo nos meios rurais onde o analfabetismo era elevado, nomeadamente entre as próprias amas, mais preocupadas em iniciá-las nas actividades produtivas.

O mesmo não se verificava nos meios onde havia escolas públicas e uma maior fiscalização dos expostos. Assim aconteceu com o exposto José, da Roda de Viana, cuja ama Maria Josefa, residente na Rua do Poço, em Viana, foi intimada a mandar a criança à escola, quando este completou os seis anos, em 1835⁹⁸³.

Igual exigência se fez a Josefa Alves, solteira, espanhola, residente na Rua de S. Pedro, em Viana, a qual, depois de reclamar uma filha que havia exposto na Roda de Viana (a terminar o período de criação em poder da ama Leonarda Rosa, da freguesia de Ardegão, concelho de Ponte de Lima), apenas foi obrigada a mandá-la frequentar a escola e a pô-la a servir numa “casa capaz”, logo que tivesse o necessário ensino⁹⁸⁴.

Mais de um século após a criação da Casa Pia de Lisboa, o novo regulamento nacional de 1888 passou a prever que o serviço e tratamento dos menores, a cargo das juntas gerais de distrito⁹⁸⁵, ou seja, dos expostos maiores de 7 anos, fosse realizado, por regra, através do seu internato num asilo-escola de artes e ofícios. Aqui seriam mantidos e educados, com a devida separação dos sexos. Neste asilo, que as juntas gerais seriam

⁹⁸² Em Portugal, o carácter oficial da assistência ficou indelevelmente marcado pela fundação, em 3 de Julho de 1780, da *Casa Pia de Lisboa*, por solicitação do intendente Pina Manique, Como se afirma no Dicionário de História de Portugal, «*fazendo do trabalho socialmente útil um instrumento de recuperação moral de mendigos e vadios e de formação educativa de órfãos, a Casa Pia serviu, de maneira directa ou indirecta, a produção nacional e sua defesa da concorrência estrangeira; e também, de modo notável, a afirmação da ciência moderna e a renovação artística do nosso país*» (in Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1975, p. 54).

A função da Casa Pia não se restringia à assistência caritativa, funcionando, também, como um importante estabelecimento educativo que procurava impedir a queda na perversão às crianças em perigo moral. Organizado em vários colégios, dotados de oficinas para a aprendizagem de ofícios úteis, um desses estabelecimentos, o Colégio de S. Lucas, dava instrução superior, onde se formaram algumas figuras ilustres do nosso país, o que levou o fundador da Casa Pia, Pina Manique a afirmar, em 1805, o seguinte:

«*Dos alunos da Casa Pia, tem esta quatro lentes actuais com cadeiras na Universidade de Coimbra, três na Academia da Marinha (...), brigadeiros, oficiais nos corpos de artilharia do exército e da brigada real na marinha, capitães-tenentes, capitães de fragata, muitos mestres e prelados nas ordens regulares e até um arcebispo*» (citado por Joaquim Ferreira, *História de Portugal*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1951, pp. 642-643).

⁹⁸³ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1822-1829), fl. 372 v.º.

⁹⁸⁴ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1846-1848), fl. 376.

⁹⁸⁵ De acordo com o art.º 42.º do regulamento nacional de 1888, a mudança dos expostos, a cargo das câmaras municipais, para as juntas gerais de distrito, não deveria prejudicar as funções de fiscalização que este novo regulamento impunha aos administradores de concelho, regedores e comissões de beneficência paroquial.

obrigadas a criar, deveriam existir oficinas para ensinar aos expostos os diferentes ofícios, de acordo com as necessidades específicas de cada sexo. Além disso, seria aconselhável que as crianças aprendessem as disciplinas mais úteis para lhes assegurar uma instrução elementar, em função das condições financeiras de cada estabelecimento.

Com este ensino profissional, pretendia-se uma educação profissional dos alunos, «*incutindo-lhes o amor do trabalho e os princípios moraes e religiosos, e procurando-se em relação ao sexo feminino habilitar as menores a ser criadas de servir, caixeiras, modistas etc.*». Caberia ao presidente da comissão distrital, depois de informado pelo respectivo director, a decisão de indicar o mester a que cada um dos menores deveria ser destinado, em conformidade com as aptidões reveladas⁹⁸⁶.

A colocação externa destes menores seria feita por uma “comissão protectora dos menores expostos e abandonados”, nomeada pela junta geral, competindo-lhe, entre outras funções, o de procurar colocação, vigiar e promover o bem-estar dos menores. A entrega de cada criança deveria ser precedida da elaboração de um contrato vinculativo, pelo qual a pessoa responsável pelo seu acolhimento se comprometia a cumprir as seguintes obrigações:

1-Prestar um bom tratamento ao menor, sob pena deste lhe ser retirado e de ter de pagar uma indemnização pecuniária, fixada no respectivo contrato;

2-Dar-lhe sustento, vestuário e habitação, assim como tratar as doenças mais simples e comunicar as mais graves;

3-Participar as eventuais faltas graves cometidas pelo menor;

4-Apresentar o menor e o respectivo livrete, sempre que tal lhe fosse solicitado;

5-Fixar o salário do menor, quando se justificar, o qual deverá ser mensalmente entregue no cofre especial do estabelecimento⁹⁸⁷.

Todas as preocupações manifestadas com a formação e inserção dos expostos menores não tiveram a devida repercussão no distrito de Viana do Castelo. A falta de meios financeiros, aliada a uma eventual falta de vontade ou iniciativa dos responsáveis locais, poderá ter justificado o seu esquecimento e inviabilizado a sua criação.

Sem o tão ambicionado Asilo-Escola, os expostos do Alto Minho continuaram a ser integrados na família das respectivas amas, com algumas delas a explorarem o seu trabalho ou a empregá-los em casas mais abastadas. A escola não constituiria uma prioridade para aqueles que estavam destinados aos serviços domésticos e agrícolas, numa região e numa época em que a escolaridade não era obrigatória e em que a sua frequência dependia muito de um certo inconformismo social e da busca de uma vida melhor.

Preocupada com a falta de estabelecimentos de formação para os expostos, a junta geral de distrito procurou dar andamento àquilo que o regulamento nacional de 1888 havia recomendado - a fundação de um Asilo-Escola. Assim, nesse mesmo ano, solicitou ao governo que lhe concedesse o Convento das Ursulinas, em Viana do Castelo, «*para aí estabelecer um Asilo-Escola para expostos e desvalidos ou desamparados maiores de 7 anos*», uma pretensão que mereceu deferimento, por decreto de 8 de Novembro, desse mesmo ano⁹⁸⁸.

Como a junta geral nunca chegou a dar andamento a esse projecto, nem havia zelado, como devia, pela preservação do património atribuído, o Ministério da Fazenda, por carta de 8 de Setembro de 1892, retomou a posse do edifício e terrenos anexos, dado

⁹⁸⁶ Art.ºs 43.º e 44.º, título II, capítulos I e II, do *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, de 1888, cit..

⁹⁸⁷ Idem, Capítulo III, art.º 45.º

⁹⁸⁸ Decreto de 8 de Novembro de 1888, *Diário do Governo*, n.º 262, de 15 de Novembro de 1888.

o estado de abandono em que se encontravam as propriedades do suprimido convento das Ursulinas (Rocha, 1996:201).

3.2-O recenseamento dos “filhos da pátria”

Como “filhos da pátria”⁹⁸⁹ e cidadãos portugueses⁹⁹⁰, os expostos deveriam ser recenseados para efeitos militares, cumprindo os objectivos que presidiram à criação das Rodas/Hospícios, por todo o território nacional. No contexto de uma mentalidade populacionista, estas instituições iriam contribuir para a salvação de muitas das crianças expostas e, consequentemente, para a formação de exércitos mais poderosos.

Antes do registo civil se tornar obrigatório, não seria nada fácil localizar os mancebos expostos que haviam sobrevivido e que estavam em condições de ser recrutados e mobilizados para servir o seu país. Por vezes, o único recurso eram os registos municipais onde se identificavam os expostos que haviam atingido os sete anos de idade. Contudo, os responsáveis pelo recenseamento militar viam-se frequentemente confrontados com o facto de nem sempre haver uma correspondência efectiva entre a informação contida nos livros e o processo de integração familiar e social dos expostos. Basta recordar as amas que forneceram falsas identidades ou que ocultaram a sua verdadeira residência.

Por outro lado, a mobilidade dos expostos seria frequente e a sua residência muito incerta. Foi o que aconteceu em relação ao mancebo Francisco, exposto da Roda dos Arcos, cujo administrador do concelho se limitou a informar, por ofício enviado ao governador civil de Viana, em 1867, que este exposto havia sido criado na freguesia de Tabação, casado na igreja de S. Paio, na vila dos Arcos, e que agora se encontrava em Trás-os-Montes.

Perante as dificuldades de recrutamento dos expostos, as autoridades políticas, administrativas ou militares solicitavam a colaboração dos párocos das freguesias das amas que os acolhiam e criavam. Em 1881, o presidente da câmara municipal de Vila Nova de Cerveira escreveu ao pároco da freguesia de Gondarém, do concelho de Vila Nova de Cerveira, a informá-lo de que um exposto que tinha sido entregue à mãe, residente na sua freguesia, deveria ser nela recenseado, «*por estar compreendido na idade para o serviço do exército e armada*». Esta carta acabaria por originar um grave problema familiar nessa freguesia, com a referida mãe a considerar a informação como um «*gravíssimo insulto*», negando ser mãe de tal criança, apesar de reconhecer ter tido filhos ainda no estado de solteira, mas que nunca os havia exposto na Roda⁹⁹¹.

⁹⁸⁹ Num ofício enviado ao pároco da paróquia de Ponte de Lima, como membro da junta da paróquia, o presidente da câmara referiu-se aos expostos como «*essas miseríssimas criaturas abandonadas d'esde o momento em que entram no mundo não tem n'este concelho outrem que por elles olhe a não ser esta municipalidade, sua mãe adoptiva, essa junta como mãe vigilante*» (A.M.P.L., Livro de Correspondência Expedida da Câmara Municipal de Ponte de Lima, registo n.º 701).

⁹⁹⁰ Em 1836, na sequência de algumas das reformas estruturais do liberalismo, as Cortes Gerais vão decretar que os expostos, cujos pais se ignoravam, deveriam ser considerados cidadãos portugueses (Collecção de Leis e de Decretos, e outras Providências Regulamentares, desde 1 até 15 de Outubro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836).

⁹⁹¹ A.M.V.N.C., Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira, documento avulso, maço n.º 49. Essa carta dizia o seguinte:

«(...) Tendo sido apresentado na roda dos expostos d'esta villa, no dia 25 d'Outubro de 1860, David dos Anjos, filho de Maria das Dores, solteira, costureira, da freguesia de Gondarém, e constando do livro dos expostos que lhe fora entregue no dia 13 de Novembro do dito anno, assim o comunico a V. Ex.ª para ser o dito mancebo recenseado n'esse concelho (...).»

Em resposta, o pároco de Gondarém transmitiu a seguinte informação:

Dando sequência a este processo, que visava a sua localização, o presidente da câmara escreveu ao seu homólogo de Valença, tendo obtido dele a informação de que nenhum exposto com esse nome havia dado entrada na Roda do concelho. É num contexto de fuga ao recrutamento militar que teremos de equacionar a hipótese de alguns dos falsos óbitos que foram registados nos livros municipais terem por objectivo último impedir o seu recenseamento e encerrar o processo de mobilização, como “filhos da pátria”.

A partir de 1888, os livros de registo municipais contêm algumas anotações a referirem o recenseamento militar de alguns expostos, o qual se realizava aos 17 e aos 20 anos de idade. No entanto, é muito provável que alguns expostos tivessem fugido ao cumprimento do serviço militar, ao passarem a integrar os movimentos migratórios clandestinos.

3.3-Expectativas de vida, emigração e profissão dos expostos

Terminado o período de criação, a maioria das crianças expostas ficava em poder da própria ama, após completarem os 7 anos de idade, na qualidade de “serviçais”, “serventes” ou “assistentes”. Até aos finais do século XIX, raramente a documentação faz referência à integração dos expostos na sociedade e no mundo do trabalho, com os termos municipais a serem geralmente encerrados com a informação de que os processos de criação findaram e que as crianças ficaram com as “amas criadeiras”.

Entre as excepções, poderemos referir a situação de Maria Joaquina, exposta da Roda de Viana, a qual fora entregue à ama Antónia Postiça, da freguesia de S. Julião. Quando terminou o período de criação, em 1827, o escrivão registou a seguinte informação:

«Teve baixa e ficou em poder da ama que se obrigou a conservar a menina em seu poder, mandando-a ensinar as habilidades próprias, sustentando-a, vestindo-a e calçando-a, tendo assinado a seu rogo...»⁹⁹².

No mesmo ano, o escrivão registou o final do período de criação do exposto Gaspar, que estava a ser criado pela ama Andreza Maria, da freguesia de Friastelas, tendo declarado que o mesmo havia ficado com a mesma ama, com a obrigação de o sustentar, vestir, calçar e mandar à escola.

As amas tinham preferência na manutenção dos expostos maiores de 7 anos, desde que criados e educados, sem negligência. Porém, se os expostos tivessem sido entregues a lavradores, estes beneficiariam da prerrogativa legal de poderem livrar do serviço de “tropas de linha” tantos filhos quantos os expostos que tivessem criado nessas condições, salvaguardada apenas a possibilidade de poderem vir a ser alistados nas milícias⁹⁹³.

«Não há nesta freguesia mancebo algum com o nome de David dos Anjos, nem me constava que houvesse, em 1860, nesta freguesia outra Maria das Dores, solteira, costureira, a não ser a actualmente cazada com Manoel Felix Pereira, mencionada no offício de V. Ex.^a. Esta veio à minha prezença e respondeu ser uma falsidade que se lhe imputava, que nunca tivera filho de tal nome e que tal declaração (...) era para ela um gravíssimo insulto; que é verdade ter filhos no estado de solteira, mas que nunca derão entrada na roda. É o que com verdade posso informar. Gondarém, 13 de Março de 1881. O abade de Gondarém».

⁹⁹² A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1815-1822), fl. 262.

⁹⁹³ É o que está determinado no ponto X do Alvará de 18 de Outubro de 1806, cit..

Caso os lavradores não tivessem filhos ou quando os criadores não exercessem a actividade agrícola, a contrapartida para quem tivesse criado gratuitamente os expostos, ao longo dos 7 anos de criação, era a de terem direito de opção sobre eles, sem necessidade de os remunerar pelo seu trabalho, apenas sendo

Tão procurados e requisitados, os expostos só ficavam formalmente sobre a tutela do juiz dos órfãos (também chamado “pai dos órfãos”) ou das autoridades superiores judiciais quando as amas não queriam ficar com eles ou não exerciam o direito de preferência, cabendo àqueles encontrar-lhes uma família de acolhimento. Terá sido com essa expectativa que Maria Inês, viúva, residente na Abelheira (Viana), se dirigiu à câmara municipal para se disponibilizar a ficar com a exposta Vicenta de Passos, «*no caso de que a própria ama a não queira*».

À medida que se avançava no século XIX, a inserção dos expostos no mundo do trabalho ia sendo progressivamente retardada, sobretudo a partir do momento em que a sua criação passou a ser subsidiada, entre os 7 e os 18 anos, desde que não estivessem a trabalhar⁹⁹⁴. Todavia, como o subsídio revertia em favor das amas que os criavam, alguns expostos decidem partir em busca de trabalho e da sua própria independência, por vezes dificultada pela falta de uma família de apoio e da documentação exigida. Por exemplo, já em pleno século XX, uma menina que havia sido exposta em Ponte de Lima e que tinha sido criada pela ama Maria Rodrigues foi trabalhar para a cidade do Porto, quando completou os 15 anos de idade. Todavia, como não tinha qualquer documento ou certidão de identidade, viu-se obrigada a enviar uma carta ao administrador de Ponte de Lima, a solicitar-lhe a referida certidão, a qual funcionaria como licença para poder exercer uma actividade laboral⁹⁹⁵.

Enquanto que a maioria das expostas iniciavam a sua actividade profissional como serviçais ou criadas de servir, os expostos acabavam por exercer actividades profissionais mais diversificadas, não obstante ter sido o sector primário o destino da maioria daqueles que haviam sobrevivido, geralmente servindo como criados de lavoura. Além das habituais referências ao desempenho de actividades serviçais na agricultura, encontrámos o exposto Arnaldo, do Hospício de Viana, a cargo da ama definitiva Maria Gomes Maciel, casada, doméstica, da freguesia de Cardielos, a deixar de ser subsidiado pela câmara de Viana, quando tinha 16 anos, «*por trabalhar como pedreiro em Coimbra*».

Igual actividade profissional passou a ser exercida pelo exposto Júlio, da Roda de Ponte de Lima, que, com 15 anos de idade, começou a trabalhar no “mister de pedreiro”. Com a mesma idade, o exposto João Gaudêncio foi servir como aprendiz de caiador. Um pouco mais novo, com 13 anos, o exposto Alfredo foi trabalhar para o

obrigados a sustentá-los e vesti-los, um privilégio consignado nas Ordenações do Reino (Liv. 1, tit. 88, § 12).

⁹⁹⁴ A partir da entrada em vigor do regulamento nacional de 1888 e dos decretos de 6 de Agosto e 24 de Dezembro de 1892, os expostos poderiam permanecer em poder das amas até completarem os 18 anos, subsidiados pela respectiva câmara municipal.

De acordo com o que estava determinado na nova legislação, os expostos que não exerciam uma actividade remunerada tinham direito a receber um subsídio municipal, a ser entregue às respectivas amas definitivas, o qual terminaria quando passavam a exercer um trabalho remunerado ou completavam os 18 anos de idade. Estava neste último caso a exposta Ricardina, do concelho de Melgaço, com a câmara local, em reunião realizada em 20 de Março de 1919, a excluí-la da “folha dos subsidiados”, «*por ter completado 18 anos e estar em condições de obter meios de subsistência*» (A.M.MG., Livro de Registo dos Expostos e Subsidiados de Melgaço (1896-1919), fl. 14 v.º).

⁹⁹⁵ A carta, um documento avulso que localizámos no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, foi escrita em 25 de Março de 1942 e enviada da cidade do Porto, não sendo possível saber se foi escrita pela própria ou a seu rogo. Apesar de alguns erros, esta carta era bem legível e dizia o seguinte:

«*Ex.mo S.^{mo} Administrador, pedia favor se me mudia (podia) informar como eu avia de fazer para tirar a sertidão sendo eu uma engeitada, saí daí tinha 15 anos (...) era um grande favor que me fazia porque não posso trabalhar sem uma licença, a mai que me criou Maria Rudrigues e eu sou Juana de Jesus (seguindo-se a respectiva direcção)*».

Porto, como caixeiro. Já com 46 anos de idade, o exposto Bento José exercia a profissão de “farrapeiro”, no Campo do Forno da vila de Ponte da Barca.

Atingida a idade de emancipação, enquanto uns expostos se terão conformado com o seu estatuto e com a condição de dependência em que viviam, sem formação, autonomia e capacidade reivindicativa, outros terão ambicionado e partido em busca de uma vida melhor e de novas oportunidades, incluindo o desejo de constituir família e criar o seu próprio lar. No romance “*O selo da Roda*”, Pedro Ivo (citado por Luís de Pina, 1964:365).deixou bem vincada a dificuldade de um exposto perante o desejo de amar e constituir família (uma representação fantasiada que, naturalmente, não seria extensiva a todos os expostos), ao escrever:

«Ah! Ah! Miseravel!... Imaginavas que bastava amar e ser amado?... Louco! E... o selo da Roda?!...Como pudeste esquecer-o, desgraçado?...Julgaste, que, cortando o fio, que o prendia, te libertavas d'elle?!...Que loucura!...O selo da Roda está preso a ti pelo fio da vida; pede a Deus que t'o corte!...É o grilhão do forçado!...é a marca de fogo, que se imprimia outr'ora no hombro do condemnado».

O abrir de novos horizontes poderia passar pela emigração para outras terras, daquém ou de além-mar. Ao estudar a emigração para o Brasil, num período do século XIX, Henrique Rodrigues (1995) identificou vários emigrantes que eram originários dum quadro familiar depauperado, onde se incluíam os órfãos, ilegítimos e expostos. Estes últimos, juntamente com os órfãos de pai e mãe, seriam aqueles que, por carecerem do apoio estrutural do núcleo familiar, mais facilmente seriam aliciados para partir à procura de um novo “modus vivendi”. Entre 1835 e 1860, a emigração de expostos, órfãos e ilegítimos fez-se com alguma regularidade, embora o peso dos primeiros seja relativamente reduzido, quando comparado com o dos órfãos e ilegítimos.

Não obstante a sua proveniência de grupos sociais mais precários, onde se incluíam as famílias de acolhimento dos expostos, a preparação profissional e o nível de instrução destes indivíduos estava acima dos padrões da época, o que poderá constituir uma prova de uma efectiva integração social e do cumprimento da obrigação de os mandar à escola. Dessa convergência de factores, terá resultado o apoio e a formação necessária para poderem partir, «*com condições para obterem o êxito que as terras do Brasil prometiam*» (Rodrigues, 1995:151)⁹⁹⁶.

As fontes municipais também nos fornecem alguma informação sobre a emigração de expostos, apesar de muito rara e dispersa. É uma consequência natural da sua transferência da alçada municipal para a tutela do juízo orfanológico, a partir do momento em que completavam os 7 anos de idade. Contudo, a partir dos finais do século XIX, numa altura em que os expostos ficaram sob total responsabilidade das

⁹⁹⁶ Depois de ter apresentado e defendido a sua dissertação de mestrado, “*Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*”, publicada pelo Governo Civil de Viana do Castelo, em 1995, temos conhecimento de que o investigador Henrique Rodrigues se encontra em fase de conclusão da sua dissertação de doutoramento, subordinada ao tema “*Alto Minho no século XIX. Contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*”, um trabalho que não deixará de analisar e aprofundar as expectativas diferenciadas dos vários grupos que integraram esses movimentos migratórios.

Ficaremos a aguardar, com uma grande e natural curiosidade científica, a sua divulgação pública, na certeza de que o mesmo não deixará de constituir um valioso contributo científico para um melhor conhecimento do contexto em que se gerou e desenvolveu este fenómeno migratório. Entre outros aspectos relevantes, espera-se um maior aprofundamento e clarificação do processo de integração social de alguns dos grupos mais carenciados da sociedade oitocentista, nomeadamente os órfãos e os expostos, com alguns deles a integrarem as vagas migratórias oitocentistas.

câmaras municipais, até completarem os 18 anos de idade, essa documentação passou a fornecer algumas informações complementares sobre o destino de alguns expostos que emigraram, antes de atingirem aquela idade.

Enquanto não fossem emancipados, por lei, os expostos tinham de obter a devida autorização das amas para poderem emigrar, quer em direcção ao tão ambicionado Brasil, quer para as nossas ilhas atlânticas, alguns deles ainda em tenra idade. Tal procedimento foi seguido por Luisa Ribeira, casada, da freguesia de Freixo, ama do exposto Martinho, que havia dado entrada no Hospício de Ponte de Lima, em 19 de Março de 1888. Quando tinha apenas 11 anos de idade, um filho da mesma ama, emigrado no Brasil, solicitou o consentimento da mãe para que autorizasse o exposto Marinho a embarcar para o Brasil, onde ficaria na sua companhia⁹⁹⁷. Dada a devida autorização, este exposto seguiu o trajecto de muitos outros portugueses, embora não saibamos como se processou a sua integração social e se foi ou não bem sucedido nesta sua tão precoce aventura por terras brasileiras.

Entre os que partiram para as ilhas atlânticas, encontrava-se o exposto Pedro, a cargo da câmara dos Arcos, deixando o continente, aos 11 anos de idade, com destino à Ilha do Corvo, onde passou a servir o tesoureiro da fazenda pública local, José Inácio Lopes. Por seu lado, o exposto Arnaldo, da câmara de Viana, partiu para a Ilha Terceira quando tinha 16 anos de idade, estando-lhe destinado o serviço de empregado de comércio.

Na falta de informação municipal, recorremos a outras fontes para tentar conhecer alguns indicadores sócio-profissionais que nos esclareçam melhor como se processou a integração dos expostos. Num livro de registo dos óbitos e mais assentos do cemitério público de Viana, relativo aos anos de 1856 a 1891, encontrámos um conjunto de informações que nos esclarecem sobre a naturalidade, estado civil e profissão de alguns expostos falecidos, assim como sobre a sua mobilidade, elementos que, pela sua importância social, justificam a sua apresentação (*quadro 44*).

Quadro 44
Registo de expostos sepultados no Cemitério Público de Viana do Castelo (1856-1891)

ANOS	Nome	Natural.	Estado	Profissão	ANOS	Nome	Natural.	Estado	Profissão
1856	José	P.Lima	Solt.º	Veterano	1873	João Pedro	Viana	Solt.º	Urbano
	Mariana	Viana	Solt.ª	Criada		Eugénia	Viana	Solt.ª	Doméstica
1857	Geraldo	Viana	Solt.º	Jornaleira	1874	João Bapt.ª	Viana	Cas.º	Urbano
	João	Barcelos	Solt.º	Pedreiro		Cândido	Viana	Solt.º	Artista
1861	Balbina	Viana	Solt.ª	Criada		Rosa Cândida	P. Lima	Cas.ª	Asilada
1862	Teresa	Calvelo	Solt.ª	Criada	1877	Manuel	V. Verde	Viúvo	Reform.º
1863	Sebast. ^{na}	Viana	Cas.ª	Jornaleira	1880	António	Viana	Cas.º	Artista
	Paulo	Darque	Cas.º	Alfaiate		Ant.º Gomes	V.º Piães	Cas.ª	Artista
1865	Antónia	Viana	Cas.ª	Peixeira	1881	Leonor	Viana	Solt.ª	Urbana
1866	João	Viana	Cas.º	Pedreiro		Ana	P. Lima	Solt.ª	Urbana
	Tomás	Viana	Solt.º	Doméstico	1882	Rita Sofia	Viana	Solt.ª	Não Id.
	Emília	Viana	Solt.º	Urbana		Inácio	Viana	Viúvo	Não Id.
1867	José	Viana	Solt.º	Doméstico	1884	M.ª Barbosa	Capareiros	Cas.ª	Doméstica
	José Ferr.ª	Viana	Viúvo	Urbano		Carlos	V. Verde	Cas.º	Reform.º
	Augusto	Viana	Solt.º	Artista	1886	José	Viana	Solt.º	Sapateiro
1869	Rosalina	Viana	Solt.ª	Doméstica	1888	M.ª das Dores	P.Lima	Solt.ª	Não Id.
1871	Emília	Viana	Solt.ª	Urbana	1889	Bernardo	Viana	Solt.º	Jornaleiro
1872	Boavent.ª	Vila Chã	Cas.ª	Vendeiro	1891	Henriqueta	Lanheses	Solt.ª	“Pobre”

Fonte: A.M.V.C., Livro dos Óbitos e mais assentos do Cemitério Público de Viana (1856-1891)

⁹⁹⁷ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1887-1892), registo n.º 42.

A maioria dos expostos falecidos (64%) era natural de Viana (por pertencerem à Roda/Hospício da cidade), não deixando também de se verificar alguma mobilidade interna, dado que alguns expostos eram originários de algumas das freguesias do concelho de Viana e de outros concelhos do distrito (25%), bem como do distrito de Braga (11%).

Muitos dos expostos faleceram na condição de solteiros (61%), sendo os restantes casados (31%) e viúvos (8%). A nível profissional, enquanto que as expostas desempenhavam actividades predominantemente domésticas e agrícolas, como serviçais ou jornaleiras, os expostos exerciam profissões mais ligadas ao sector artesanal, como alfaiates, pedreiros, “artistas” ou sapateiros, em número bem superior àqueles que se dedicavam ao comércio ou que desempenhavam actividades domésticas ou agrícolas. No entanto, tal distribuição sócio-profissional é justificada pelo facto dos expostos trabalharem na cidade de Viana. Nas freguesias rurais a situação seria substancialmente diferente, com a maioria dos expostos a manter uma estreita ligação com os serviços domésticos e agrícolas, independentemente de se tratar de indivíduos do sexo masculino ou feminino.

Embora saibamos que os expostos falecidos tinham mais de 7 anos (com a mortalidade infantil a nem sempre ser registada, excepto nos livros municipais), só a partir de 1880 é que os registos de óbitos nos passaram a indicar a idade dos expostos que faleceram. Com mais este indicador, pudemos comprovar que muitos dos expostos solteiros faleceram ainda jovens, com idades compreendidas entre os 14 e os 34 anos. A excepção foram três expostas solteiras que faleceram com 51, 60 e 75 anos, respectivamente.

3.4-Os bens e os dotes dos expostos

Segundo o Código Civil de 1867, os expostos ou abandonados teriam a propriedade e usufruto de tudo o que viessem a adquirir, a qualquer título, durante a sua menoridade. No entanto, caso o exposto falecesse intestado e sem descendentes, seria o estabelecimento de “beneficência pupilar” a herdar os seus bens.. Em tudo o mais que dissesse respeito e fosse aplicado aos direitos dos expostos ou abandonados, deveria observar-se o disposto relativamente aos outros menores⁹⁹⁸.

Para que os expostos readquirissem os direitos familiares perdidos, seria indispensável que os pais os reconhecessem e recuperassem o “pátrio poder” que haviam perdido com a sua exposição. No entanto, teremos de diferenciar primeiro as crianças verdadeiramente expostas daquelas cujo acto não passou de uma encenação. Neste último caso, o acolhimento seria apenas simbólico e temporário, acabando no momento em que as autoridades administrativas descobriam essa irregularidade ou quando a mãe ou os pais, conforme se tratasse de filhos naturais ou filhos legítimos, os reclamavam e assumiam a sua paternidade. A formalização deste acto, perante as autoridades administrativas, não mais significava do que o reconhecimento dos direitos familiares e patrimoniais dos filhos.

Bem diferente era a situação jurídica das crianças que haviam sido definitivamente enjeitadas pelos seus familiares, pese embora toda a protecção jurídica de que beneficiavam como filhos adoptivos da pátria. Apesar de poderem herdar e adquirir bens⁹⁹⁹, a falta de uma estrutura familiar de apoio poderia colocar esses expostos numa situação de absoluta dependência, alguns deles a viverem no limiar da pobreza.

⁹⁹⁸ Artigos 290º., 292º e 293º do Código Civil, por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867.

⁹⁹⁹ Vamos passar a referir uma destas situações, descrita por Caroline Brettel e Rui Feijó (1989:242).

A exposta Leonor Maria, solteira, lavradeira, de maior de idade, residente na freguesia de Ardegão, concelho de Ponte de Lima, teve de contrair uma dívida que, por não a conseguir pagar nem amortizar, se viu obrigada a vender uma propriedade, com casa, situada na mesma freguesia (eventualmente a sua própria residência), pelo preço de 105\$500 réis. Esse valor foi entregue directamente pelo comprador José Bernardo, casado, lavrador, da mesma freguesia, a Teresa Barbosa Torres, viúva, da freguesia de Freixo, como parte da amortização de uma dívida que a referida exposta tinha para com ela, no valor de 130\$000 réis¹⁰⁰⁰.

Não nos passou despercebida a situação de algumas crianças expostas, preferencialmente do sexo feminino, que foram adoptadas e tratadas por alguns casais, como se fossem seus filhos biológicos, sobretudo por parte daqueles que não tinham filhos ou lhes haviam falecido. Poderia tratar-se de uma estratégia de transmissão patrimonial, como compensação para a sua assistência na velhice.

Algumas famílias demonstraram logo o seu carinho para com estas filhas adoptivas, tratando logo de lhes comprar roupa nova e, até, de lhes colocar alguns adereços tão característicos das raparigas minhotas, como os objectos de ouro. Não sabemos se terá sido este o caso da menina Gracinda Ramos, exposta em Viana no dia 18 de Abril de 1894, que, depois de ter sido criada por Maria das Dores, casada, da freguesia de Capareiros (actual freguesia de Barrocelas), a manteve na sua companhia quando atingiu os 7 anos de idade. No entanto, continuou a ser subsidiada pela câmara de Viana, por ter menos de 18 anos de idade e não estar a trabalhar, cumprindo o que determinava a legislação dessa época. Em 19 de Setembro de 1908, a câmara de Viana deu-lhe baixa porque a ama a colocou a trabalhar no hotel que se localizava «*em frente da estação do caminho de ferro*».

Com o dinheiro recebido da câmara¹⁰⁰¹, a ama preparou-a para o desempenho da sua actividade profissional remunerada, tendo-lhe comprado roupa e alguns objectos de ouro, como se tratasse de uma própria filha. Além de ter gasto 5\$770 réis, em roupa e feitios, esta ama ainda despendeu mais 14\$450 réis para pagar os seguintes objectos de ouro: um par de brincos de rainha (5\$000 réis), uma fieira com medalha (5\$500 réis), meio fio de contas (2\$250 réis) e um par de argolas (1\$700 réis).

Outras expostas foram logo dotadas pela família adoptante. Depois de ter completado os sete anos, em 18 de Maio de 1894, a exposta Elvira ficou ao cuidado da ama definitiva Engrácia Martins Dias, casada, lavradeira, de 44 anos de idade, residente na freguesia de Carreço, concelho de Viana. Ainda antes de fazer os 8 anos, esta exposta foi entregue aos cuidados da Maria dos Santos, viúva, da vila de Esposende, a qual, por termo público, se obrigou a educar, vestir e alimentar, sem qualquer encargo para a câmara de Viana, «*dotando-a, desde já, com a quantia de 100\$000 réis*», um valor que colocou à disposição do presidente da câmara de Viana. Esta verba deveria ser

Num testamento deixado por uma mulher solteira, Luisa Marinho, falecida em 1833, com 46 anos, designou como herdeira universal uma sua irmã mais velha. Entre as crianças nomeadas (sobrinhos e sobrinhas) também incluiu uma outra que se chamava Margarida Exposta, uma enjeitada com quem vivia. A esta deixou 60\$000 réis em dinheiro, uma «*soma que encarregava um seu irmão de lhe entregar no dia do seu casamento ou, caso ela não casasse antes dos vinte e cinco anos, nessa altura, acrescida essa quantia dos juros vencidos a contar do dia da morte de Luisa*». A uma outra sua irmã deixava a quantia de 40\$000 réis, pedindo-lhe que «*cuidasse de Margarida como se fosse sua filha*».

¹⁰⁰⁰ A.D.V.C., Livro dos Actos e Contratos entre Vivos, livro n.º 5, fls. 4 v.º e 5.

¹⁰⁰¹ A.M.V.C., Livro dos Expostos e Subsidiados de Viana (1888-1903), folha avulsa.

Nesta altura, a câmara de Viana subsidiava os expostos menores de 18 anos, que não se encontravam assoldados, com a verba de \$800 réis mensais, num total de 9\$600 réis anuais. Para avaliar o poder de compra deste subsídio, compare-se com as despesas que a ama da exposta, Gracinda Ramos, despendeu na compra de alguma roupa, não especificada, e dos referidos objectos de ouro.

depositada na Caixa Económica, em nome da referida exposta e à ordem do mesmo presidente da câmara, para serem capitalizados os respectivos juros e «*constituírem o dote d'esta criança e ser-lhe entregue quando atinja a maior idade*»¹⁰⁰².

Estes privilégios particulares não estariam reservados à maioria das expostas sobreviventes. Como alternativa, e no pressuposto de que as crianças órfãs se encontravam fragilizadas pela ausência de um poder paternal protector e muito sujeitas às “tentações do mundo”, alguns particulares acabaram por deixar, em testamento, certos bens para dotar as órfãs que se encontravam desprovidas de quaisquer dotes familiares. Estes dotes eram administrados pelas Misericórdias e foram estabelecidos para prover e contribuir para a preservação da honra dessas “jovens infelizes”, muito vulneráveis aos perigos terrenos.

Ao debruçar-se sobre esta temática, Maria Marta Araújo (2000) desenvolveu um estudo inédito sobre os dotes de D. Francisco de Lima, administrados pela Misericórdia de Ponte de Lima, no período de 1680 a 1850, os quais se destinavam às órfãs “*pobres, honradas e virtuosas*”. Se considerarmos esses dotes como uma componente essencial para a conservação da honra e virtude das mulheres pobres (Araújo, 2000:12), por lhes poder perspectivar um casamento e a consequente acção protectora do marido, importa procurar saber se as expostas também foram beneficiadas, em situação de igualdade com as outras órfãs.

Segundo o compromisso da Misericórdia de Ponte de Lima, poderiam candidatar-se a esses dotes as jovens e mulheres, com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, desde que fossem órfãs de pai, solteiras e não tivessem “outro remédio” para se casar. No caso particular do dote de D. Francisco de Lima, as candidatas deveriam estar entre as órfãs mais honradas e desamparadas (Araújo, 2000:58-59).

À partida, seria suposto que as expostas se encontrassem numa situação privilegiada para serem contempladas com os tão almejados dotes. Não terá sido isso que se verificou, por se considerar que as expostas não reuniam uma condição fundamental para a sua candidatura - o de serem órfãs - uma interpretação contrária ao estatuto jurídico que as equiparava às crianças órfãs e as presumia legítimas. Contudo, a Misericórdia de Ponte de Lima nem sempre terá tido esse entendimento, tendo chegado a beneficiar algumas raparigas expostas, as quais, sem o amparo do poder paternal, as tornaria mais vulneráveis e sujeitas às “desgraças do mundo” (Araújo, 2000:80).

Para dificultar, ainda mais, a posição de subalternidade e discriminação das expostas, não bastaria que as candidatas se apresentassem como órfãs desamparadas e em perigo moral, um critério que, aparentemente, colocaria as expostas numa posição prioritária em relação a todas as outras, desde que equiparadas às órfãs. O grande obstáculo a essa pretensão residia no facto de ser necessário provar que as candidatas mereciam efectivamente esse dote, o que equivaleria a dizer que ainda se mantinham “honradas e virtuosas”, com o dote a representar apenas mais um requisito necessário para se poder aceder ao casamento.

Como as petições eram muito superiores à disponibilidade de dotes, a selecção tornava-se inevitável, acabando por se dar preferência às candidatas órfãs legítimas, em detrimento das naturais e das expostas (sem as excluir), cabendo a decisão aos membros da Mesa da Santa Casa, por vezes através do recurso a votação. Apesar do rigor que deveria presidir a essa escolha, não se poderão excluir as influências sociais nas tomadas de decisão, nomeadamente através do conteúdo dos atestados de pobreza e de bom comportamento das candidatas.

¹⁰⁰² A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Viana, maiores de 7 anos, registo n.º 91. Se a câmara o julgasse mais conveniente, este depósito poderia ser convertido em papéis de crédito.

O processo não deixaria de se revelar desfavorável para as expostas, muito mais desprotegidas e mais susceptíveis e vulneráveis ao assédio masculino, incluindo as próprias casas de adopção. Aliás, o seu casamento poderia não ser desejado pela própria família adoptiva, preferindo mantê-las celibatárias em casa e beneficiar do seu contributo para a economia do grupo doméstico em que estavam integradas.

Numa época em que o “mercado matrimonial” era tão selectivo e restritivo, as expostas encontrar-se-iam no último patamar da hierarquia de acesso ao casamento. Nesse contexto, não bastaria aceder a um dote para reunir as condições para arranjar um pretendente. Seria necessário que o mesmo fosse suficientemente atractivo para culminar num casamento, o que não seria muito fácil de acontecer, numa altura em que muitas outras mulheres solteiras, incluindo aquelas que não eram órfãs, aspiravam a casar, algumas delas com dotes e património familiar bem mais atractivo. A não ser que a falta ou insuficiência de um dote patrimonial fosse substituído ou complementado por dotes físicos excepcionais, estes bem mais atractivos e determinantes para quem tinha meios próprios para criar um novo lar.

Na falta ou insuficiência dos dotes materiais e físicos, algumas expostas terão casado com indivíduos bem mais velhos ou viúvos, embora também se tenham registado alguns casamentos entre expostos. Em qualquer circunstância, terá sido na confluência de alguns destes factores que se poderá explicar o casamento de várias expostas, apesar das fontes disponíveis apontarem para uma prevalência de expostas solteiras.

3.5-O estigma de marginalidade

mundo	Órfã, sozinha no
viver?	Vida assim será
desgraçada	Para quem é
morrer ¹⁰⁰³	Mais lhe valerá

Nem todos os expostos conseguiram uma boa integração na sociedade, provavelmente na sequência de uma inadequada e problemática inserção nas famílias de acolhimento, não encontrando nelas o carinho que lhes havia sido negado pelos seus progenitores.

Esta dificuldade de integração social e a prevalência de um certo estigma de marginalidade que, de uma forma irreversível, terá marcado a vida de alguns expostos, foi bem caracterizada por Pedro Ivo, no seu romance “O selo da Roda”, quando descreveu a situação dos expostos que emigravam em busca de uma vida melhor, nestes termos:

«(...) Chega a vespera da partida; entregam-lhe o passaporte; se sabe lêr, lê, se não sabe, diz-lhe alguém que está lá escripto o seguinte:

—F... exposto...Está rôto o segredo!... Vai adiante d’elle a noticia; sabem tudo alguns centos de pessoas, que vão com elle; leva no bolso, escripto para

¹⁰⁰³ *Cancioneiro da Ribeira Lima*, quadra n.º 1737, uma recolha de Gabriel Gonçalves, editado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992.

todos lêrem, o que elle esperava, que ficaria exclusivamente gravado no seu coração á ponta de punhal! Que tremenda verdade encerra aquella palavra tam simples!... aquella atroz e pungente ironia do destino! Exposto! Imaginaes, talvez, que quer dizer enjeitado?...Engano!...Não se trata de synonymia; são factos a dizerem a verdade crúa e nua, como ela deve ser. Exposto, sim; disseram bem. Exposto a tudo!...ao desprezo, ás humilhações, ao isolamento, á vergonha, a quanto, finalmente, o martyrisou na infancia, e há de continuar a martyrisal-o até que a alma vá refugiar-se no seio do Eterno, e a terra lhe cubra os ossos!»¹⁰⁰⁴.

Alguns expostos encontravam-se numa posição de grande vulnerabilidade, sem a devida vigilância e protecção legal em relação àqueles que os pretendiam explorar. Era um problema que atingiria particularmente as expostas, quantas vezes vítimas de assédio, violação e desvios para fins ilícitos, incluindo a prostituição. No entanto, tratando-se de “filhas da pátria”, caberia ao Estado tomar as medidas adequadas para as proteger e promover a sua correcta integração na sociedade.

Já na segunda metade do século XVIII, o governo havia manifestado a sua preocupação com a jurisdição que permitia ao “mordomo dos expostos” da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa proceder «*contra aquellas pessoas, que com diversos e fraudulentos pretextos persuadem, e allicião para indecentes e reprovados fins as Expostas, que na dita Casa lhes são entregues (...) ou quaesquer outras pessoas que as procurão preverter (...)*». Assim, por alvará de 12 de Fevereiro de 1783, foi conferido ao “mordomo dos exposto” o direito de admoestarem ou mandarem prender (pelo prazo máximo de um mês) as ditas pessoas indutoras e aliciadoras¹⁰⁰⁵.

Para além da ausência duma família protectora, tanto biológica como adoptiva, as deficiências físicas ou psíquicas constituíam um outro grande obstáculo à inclusão social dos expostos, apesar de algumas delas terem encontrando famílias de acolhimento que os criaram, como já anteriormente o comprovámos¹⁰⁰⁶.

Em 1831, a exposta “Demente Isabel”, como era designada no livro de registos da câmara de Vila Nova de Cerveira, começou por receber um tratamento equivalente ao dos expostos normais, deixando de ser subsidiada a sua criação, a partir do momento em que completou os 7 anos de idade, «*por estar em estado de servir*». Comprovada a sua incapacitada para trabalhar, mandou abrir-lhe um novo registo, atribuindo-lhe um novo subsídio de criação. Em Abril de 1840, voltou a ser dada baixa a esta exposta, «*por estar a trabalhar*», sendo novamente admitida no final desse mesmo ano, para logo ser entregue a uma outra ama. Decorrido algum tempo, esta exposta foi-lhe retirada, «*por a ter tratado mal*», o que prova as grandes dificuldades de integração social desta exposta deficiente, incapaz de compensar com o seu trabalho as despesas com a sua criação. Mais tarde, aproveitando o estipulado nos artigos 311.º e 312.º do Código Administrativo, esta exposta, já com 12 anos de idade, acabou por ser entregue à junta da paróquia de Reboreda «*para a mesma junta a sustentar*»¹⁰⁰⁷.

¹⁰⁰⁴ Extracto do romance de Pedro Ivo, “*O selo da Roda*”, transcrito por Luís de Pina (1964:364).

¹⁰⁰⁵ Alvará de 12 de Fevereiro de 1783, in Silva, A. Delgado da, Collecção da Legislação Portuguesa, 1775-1790, pp. 331 e 332.

¹⁰⁰⁶ A exposta Maria da Conceição, da Roda de Viana, continuou a ser subsidiada após ter completado os 7 anos de idade, por ser aleijada da mão direita. Aos 11 anos foi para casa de D. Maria Eustáquia Nunes da Costa, da Rua da Bandeira, «*para se educar*». Dois anos depois, passou para casa de uma outra mulher da Rua de S. Sebastião. Quando tinha quase 20 anos de idade, esta exposta deficiente foi «*servir como criada no Hospital da Caridade, desta vila, por constar que a ama a tratava mal*» (A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana, 1807-1814 e 1822-1829).

¹⁰⁰⁷ A.M.V.N.C., Livro de Registo dos Expostos de Vila Nova de Cerveira (1832-1844), fls. 132 e 179.

Uma outra situação que demonstra as dificuldades de integração social de alguns expostos deficientes foi vivida pelo exposto Manuel de Jesus, da Roda de Ponte de Lima. Mesmo terminado o período de criação, a câmara municipal, em reunião realizada no dia 12 de Maio de 1840, deliberou manter o subsídio de criação deste exposto que, apesar de já ter 9 anos, estava entrevado, atribuindo à ama Maria de Jesus, de Vitorino de Piães, o subsídio de \$900 réis mensais. Todavia, por nova deliberação de 17 de Janeiro de 1843, quando o exposto tinha completado 12 anos, a administração municipal decidiu retirar-lhe o subsídio de criação, «*por passar da idade e poder pedir esmolas para seu alimento*»¹⁰⁰⁸.

A única situação de delinquência e marginalidade extrema que registámos, em estreita ligação com a prática de actividades criminosas, foi identificada após um alerta do governador civil do distrito de Viana do Castelo, em relação a um exposto que não era originário desta região. Por ofício de 19 de Julho de 1878, enviado às câmaras municipais do distrito, o governador civil pedia que se capturasse «*o assassino José Exposto, de apelido, o Rendeiro*», residente na freguesia de Garfe, concelho de Póvoa de Lanhoso¹⁰⁰⁹.

3.6-Retalhos de vidas

Alguns expostos acabaram por se integrar na comunidade de acolhimento, independentemente de se tratar da freguesia das amas que os criaram, do local onde passaram a exercer a sua actividade laboral ou onde casaram e se estabeleceram definitivamente.

Para os períodos mais remotos, não dispomos de outra documentação, além dos registos paroquiais, que nos acompanhar o seu trajecto de vida. Porém, para períodos mais recentes, é possível encontrar pessoas que conheceram e conviveram directamente com indivíduos que tinham sido expostos, nos finais do século XIX ou no primeiro quartel do século XX. Por feliz coincidência, todos os testemunhos que recolhemos abonam em favor da integração social dos expostos, utilizando o trabalho e a honra como garantia de respeito e admiração.

Embora se trate de um vasto campo a ser explorado por sociólogos e antropólogos, não resistimos a descrever como se processou a integração de um exposto na comunidade, baseado num testemunho oral que foi fundamentado e confrontado com a documentação escrita disponível. Segundo os registos municipais, no dia 6 de Fevereiro de 1887, apareceu exposto na Rua Pedro de Melo, em Viana, um menino que trazia um bilhete que, segundo ficou registado, «*não se compreende o que quer dizer*». Depois de baptizado na Igreja Matriz de Viana, com o nome de José, este exposto foi admitido no Hospício da mesma cidade e entregue à ama, Antónia Carones, casada, jornaleira, com 40 anos de idade e residente na freguesia de Capareiros (actual Barroselas).

Segundo os registos paroquiais, esta criança passou a chamar-se José Cândido Exposto, tendo continuado em poder da referida ama, após completar a idade de criação. Em 24 de Agosto de 1915, este exposto contraiu casamento com uma mulher da mesma freguesia, da qual teve sete filhos, dissolvido por óbito da esposa, em 1966, ficando viúvo durante quatro anos. Este exposto faleceu em 1970, com 84 anos de idade.

De acordo com a nossa fonte de informação, a ama do exposto José Cândido tratou-o «*com carinho igual ao dos seus filhos, porque na altura própria inscreveu-o*

¹⁰⁰⁸ A.M.P.L., Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1838-1841-I), fl. 161.

¹⁰⁰⁹ A.G.C.V.C., Livro da Correspondência Expedida do Governo Civil de Viana do Castelo.

*nas aulas do mestre-escola Manuel José Oliveira*¹⁰¹⁰. Com 10 ou 11 anos, o José Cândido foi trabalhar na agricultura, como serviçal, numa casa da mesma freguesia, ao mesmo tempo que, nas “horas vagas”, ia aprendendo o ofício de carpinteiro com o seu “amo”. Já adulto, foi trabalhar para uma serração da freguesia, começando como ajudante de serrador, antes de passar a serrador e, mais tarde, a “limador”, uma actividade que exigia alguns conhecimentos de serralharia.

A sua integração social foi facilitada pelo facto de ser dotado de um “esmerada educação”, além de ser um fiel cumpridor dos deveres cristãos, tendo desempenhado as funções de “mordomo da Confraria do Senhor”. Depois de casar, foi tesoureiro dessa mesma Confraria, uma actividade que, *«de acordo com o estatuto social da freguesia na época, era só para pessoas de bom conceito na sociedade e na moral, então vigente»*. Serviu a paróquia noutras actividades e foi “confrade da Conferência Vicentina”.

Embora o seu nome oficial fosse José Cândido, era mais conhecido na freguesia por “Cândido Exposto”, uma denominação que, mais do que representar qualquer estigma de marginalidade, serviria de referência e exemplo de sucesso para quem, apesar de ter sido enjeitado, se havia transformado numa pessoa honrada e respeitada.

Foi através da exploração dos registos paroquiais de Ponte de Lima que pudemos acompanhar parte do trajecto de vida do exposto Anselmo, que havia dado entrada na Roda de Viana, em 27 de Janeiro de 1835. Este exposto foi criado pelas amas Rosa Gonçalves, de Carvoeiro e Rosa da Costa, de Durrães, do termo de Barcelos, ficando com esta após completar os 7 anos de idade.

Sem o cruzamento da informação municipal e paroquial, jamais poderíamos saber que este exposto sobrevivente foi carpinteiro de profissão, a residir na vila de Ponte de Lima, tendo casado, aos 35 anos, com Maria Fernandes de Jesus, de 40 anos de idade, lavradeira, natural da freguesia de Fornelos, do mesmo concelho, não sob a denominação de “Anselmo Exposto”, mas de Joaquim José da Costa Gomes. Este novo nome tanto poderia resultar de um outro registo de baptismo, efectuado antes de ser exposto, como ser adquirido após o crisma. No entanto, apesar de ter um apelido da sua segunda ama, não foi possível comprovar se seria a sua mãe biológica ou mãe adoptiva, visto que no registo do seu casamento apenas dizia ter sido exposto e baptizado na Roda de Viana com o nome de Anselmo¹⁰¹¹.

São muitos os horizontes que a “reconstituição de paróquias” poderá abrir à investigação dos sectores mais marginalizados da sociedade. Através dela poderemos cruzar a informação e obter novos dados pela exploração dos registos de baptismo, nomeadamente quando se trata de recuperar ou alterar o estatuto familiar e social dos expostos (paralelamente com o seu processo de legitimação) ou quando se procede à alteração do nome, por ocasião do crisma. No entanto, é sobretudo através dos registos de casamento e de óbitos (como já o comprovámos) que se poderão preencher algumas das lacunas do imenso vazio deixado pelas fontes municipais, logo que os expostos completavam a idade de criação.

Pudemos comprovar, através dos registos de casamento, que muitos expostos já haviam adquirido apelidos familiares, em substituição do apelido “exposto” que havia ficado associado ao seu nome próprio. Os novos apelidos foram herdados das famílias biológicas ou das famílias adoptantes. Em casos mais excepcionais, alguns expostos já

¹⁰¹⁰ Agradecemos a informação criteriosa e séria do colaborador de imprensa e associado do C.E.R (Centro de Estudos Regionais), Manuel Costa Pereira, residente em Barroselas (antiga freguesia de Capareiros). Por se tratar de uma história de vida real, não quisemos deixar de a incluir nesta nossa investigação.

¹⁰¹¹ A.M.V.C., Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837) e A.D.V.C., Livro de Registo de Casamentos da Paróquia de Ponte de Lima, 1870.

havia perdido o seu estatuto inicial e apareciam como filhos biológicos, geralmente ilegítimos, com a indicação da sua filiação maternal. Passemos a exemplificar.

Pedro José Vieira, exposto da Roda de Ponte de Lima, com 25 anos de idade, casou com Maria Rosa, de 29 anos, da Seara, filha de Francisco José de Freitas e de Maria da Conceição. O casamento celebrou-se em Ponte de Lima, no dia 9 de Janeiro de 1867. Treze anos após o casamento, este casal baptizou um filho nesta mesma paróquia, embora seja provável que não fosse o primeiro, visto que este exposto desempenhava funções de guarda de alfândega, com o baptismo a poder ser ministrado noutras paróquias de residência.

Joaquim da Cruz, exposto da Roda de Barcelos, casou aos 38 anos com Maria Custódia, filha de Inácio José da Costa e de Maria Custódia, lavradores, naturais da freguesia de Refoios. O casal passou a viver na Rua do Bonfim, em Ponte de Lima, onde baptizaram os seus 8 filhos. O primeiro nasceu com um intervalo protogenésico de 11 meses, enquanto que os restantes nasceram com intervalos intergenésicos que rondaram os dois anos.

O exposto Florimundo, que deu entrada na Roda de Ponte de Lima, em 1848, teve uma primeira ama, da freguesia de Poiães, antes de ser entregue à ama definitiva Andreza Maria, de Ponte de Lima, com quem ficou após completar os 7 anos de idade. Aos 31 anos, este exposto, agora com o nome completo de Florimundo Joaquim da Silva e a exercer a profissão de sapateiro, casou com a viúva de José Bento Laborinhas, Antónia Joaquina. Cerca de dez meses depois, nasceu a única filha deste casamento Maria do Nascimento, a qual viria a casar com Francisco Luís Pereira Pacheco. Em 1892, já viúvo, este exposto voltou a casar, agora com Antónia Pereira, de 43 anos de idade, filha de Alexandre Pereira e de Maria Júlia.

Não deixa de ser curioso o facto de alguns registos de casamento indicarem a filiação ilegítima de alguns expostos nubentes, embora tal facto não fosse suficiente para evitar a referência à sua condição inicial, sempre que o único registo de baptismo tivesse sido realizado após a exposição. Isto mesmo o parece demonstrar o casamento de Joaquim da Conceição, residente na vila de Ponte de Lima, que havia sido exposto na Roda de Viana e baptizado na sua Igreja Matriz, em 9 de Dezembro de 1844. Depois de ficar a cargo de uma ama de Viana, este exposto passou no ano seguinte para Maria Teresa, da freguesia de Poiães, do concelho de Ponte de Lima.

Tudo indica tratar-se de uma acção concertada com a própria mãe da criança, a quem foi entregue quando estava prestes a completar os 4 anos de idade e cujo nome não foi indicado nos registos municipais. Contudo, ao casar aos 25 anos com Maria Rita, de 22 anos, o registo de casamento indicava que era filho de Clara do Carmo Palhares Malafaia, de Ponte de Lima.

Ao longo da nossa investigação, tivemos conhecimento de algumas crianças verdadeiramente enjeitadas que manifestaram o desejo de conhecer os seus progenitores, eventualmente alimentando a esperança duma reintegração familiar. Tratava-se, no fundo, de um misto de angústia e esperança, um desejo natural de quem havia sido privado dos cuidados, afectos e apoios familiares. Foi o que procurou fazer Rosa Cândida Rodrigues, exposta à porta do Hospício dos Arcos, em 30 de Janeiro de 1880, pelas 23 horas. Já adulta e a trabalhar, esta exposta partiu em busca da sua origem familiar. Segundo o registo municipal, esta criança tinha sido exposta com apenas um dia e acompanhada de um bilhete que dizia: «*Remeto este nome para por ele se procurar na Roda dos Arcos – Rosa Carolina Rodrigues*».

Depois de criada pelas amas Maria Barreira, da freguesia de Mei e por Maria José, da freguesia de Tabagão, do concelho dos Arcos, ficou em poder desta quando completou os 7 anos de idade. Mais tarde, foi trabalhar para a região do Porto.

Socialmente integrada, mas familiarmente desenraizada, esta exposta, já com 32 anos de idade, terá sentido um profundo desejo de poder identificar e conhecer os seus verdadeiros progenitores. Tudo indica que, depois de tomar conhecimento do conteúdo da mensagem que a acompanhava no momento da exposição (prometendo ser procurada), esta exposta tivesse desenvolvido um conjunto de diligências tendentes à localização dos seus pais. Uma delas consistiu no envio de uma carta, tipo requerimento, dirigida à administração dos Arcos, a formular o seguinte pedido:

«Ex. mo Snr:

Rosa Carolina Rodrigues, encontrada n'esse hospício no dia 31 de Janeiro de 1880, constando-lhe que existe n'essa terra os seus verdadeiros paes, pedia a V. Ex.^a se por acaso fosse percurada ou tivesse conhecimento de pessoa que deseje saber o meu paradeiro. Peço a V. Ex.^a de indicar a minha morada, o que agradeço muito porque desejava conhecer quem me deu o ser (...)»¹⁰¹².

Segue-se a assinatura e a indicação da sua morada, em Lordelo do Douro. Se esta carta foi escrita pela própria, tudo indica que tivesse frequentado a escola ou beneficiado do ensino de algum professor particular, por ser escrita com uma caligrafia perfeita e com poucos erros ortográficos. Não sabemos se estas diligências deram algum resultado.

De uma forma ainda mais expressiva, e para encerrar este capítulo, vamos transcrever um “memorando” que constitui um testemunho vivo e sentido de quem fora enjeitado e que, apesar de estar completamente integrado na sociedade (casado, com filhos e a trabalhar na cidade de Lisboa), sentia um grande vazio e um enorme desejo de poder conhecer pessoalmente a sua verdadeira mãe. As recordações que guardava eram da sua “pobre mãe adoptiva”, que o havia acolhido, mas tão mal o havia tratado.

Depois de partir para Lisboa, quando tinha 14 anos de idade, este exposto nunca desistiu de conhecer a mãe que o trouxera ao mundo, mesmo após ter constituído a sua própria família. Para o efeito, partiu em busca das suas origens, o que o levou a descobrir ser filho de uma mulher casada, residente numa freguesia do concelho de Ponte de Lima, mas não filho do casal. O seu pai era um homem que morava numa freguesia próxima, mas pertencente ao concelho de Vila Verde.

Estava encontrada a razão do seu enjeitamento, com a mãe a expô-lo numa freguesia deste último concelho. Tratou-se de um dos últimos casos de circulação interconcelhia de crianças, motivado pela necessidade de preservar a honra familiar, uma exposição sem retorno, por se tratar de um filho que não poderia ser legitimado.

Apesar das circunstâncias, este exposto achou-se no direito de conhecer a sua verdadeira mãe, que nunca havia esquecido. Depois de lhe ter escrito algumas cartas, às quais nunca obteve qualquer resposta, este homem, já com cerca de 40 anos de idade, resolveu contactar o pároco da freguesia da mãe para que este o ajudasse a realizar um desejo de infância, que mantinha ainda bem vivo.

Sem mencionarmos os elementos de identificação pessoais (por se tratar de uma exposição relativamente recente, realizada nos finais do período limite da nossa investigação), vamos passar a transcrever, sem mais comentários, o memorando que este exposto enviou ao referido pároco. Este memorando, além de ajudar a compreender as razões que levaram uma mãe a enjeitar o filho, não deixa de transparecer um misto de sentimentos que terão sido vividos por tantas outras crianças enjeitadas. Eis o seu conteúdo:

¹⁰¹² A.M.A., Livro de Registo dos Expostos dos Arcos (1878-1883), fl. 71, documento avulso.

«À uma hora do dia (...), foi encontrado à porta de uma casa no lugar de Albergaria, freguesia de Atães, concelho de Vila Verde – distrito de Braga, um indivíduo do sexo masculino, a quem foi posto o nome de (...). Junto à criança encontrava-se uma carta na qual se lia o seguinte: “Delfina, crie êste menino, que tudo se á-de pagar, pois já tem oito dias e ainda está por baptisar”.

Esta criança encontrava-se embrulhada num xaile e tinha na cabeça um pano branco servindo de touca. Chorava muito ou o bastante para acordar a locatária da humilde habitação, que foi abrir a porta e recolher um inocente abandonado pelos pais (?). Sim, porque o xaile foi entregue à mãe passados alguns dias, e o pai bem cedo o confessou, chegando mesmo a auxiliar em tudo o que podia a pobre Mãe adoptiva.

Isso porem não foi o suficiente pois êsse inocente passou uma infância amargurada aos baldões da sorte e açotado pela vergasta daquela que o tinha recolhido. Só aos onze anos foi para a escola, um posto escolar existente na dita freguesia de Atães, e mais tarde transitou para a Portela do Vade, onde fêz o exame da 3.^a classe.

Esse indivíduo ainda não morreu.

Veio para Lisboa aos 14 anos, onde continuou a sofrer as agruras da vida, mas sempre honesto e trabalhador. É actualmente motorista na companhia dos Telefones, é casado, e tem filhos, podendo avaliar o amor de pai.

É por isso que peço ao Snr. Reverendo pároco da Freguesia (...) o especial favor de convencer a minha Mãe a escrever-me, pois eu já lhe escrevi algumas veses e nunca obtive qualquer resposta. Porquê? Que mal lhe fiz eu? Será que tem medo que eu lhe vá herdar a fortuna? Não Snr. Prior. Eu não quero nada absolutamente dela pois não sou filho do casal. Quero sim que me escreva para saber se ainda é viva e, como é minha Mãe, assiste-me o direito de saber alguma coisa dela. Ela chama-se (...), moradora no lugar da Igreja. Meu Pai era (...), já falecido e sepultado no cemitério da freguesia de Balões, há aproximadamente quatro anos.

E é tudo Snr. Reverendo.

Desde já lhe fico emensamente grato por tudo quanto poça fazer por êste cristão que apesar de tudo, ainda não esqueceu a sua verdadeira Mãe.

NB: Embora o meu caso pareça um mistério, não o é pois centenas de pessoas ainda existem na Freguesia (...) que de tudo sabem acerca do meu nascimento, bem assim como daquela noite fatídica para minha Mãe e para mim»¹⁰¹³.

¹⁰¹³ Segue-se a assinatura e uma outra nota a informar que as primeiras palavras do memorando eram uma cópia exacta daquilo que estava escrito no Registo Civil de Vila Verde.

O pároco da freguesia acrescentou uma nota a tinta a dizer o seguinte: «Interessante para a história da (freguesia). Ainda vive esta senhora aqui junto da Igreja», mas não informa se ajudou este homem a concretizar o grande desejo de contactar e, eventualmente, conhecer a sua verdadeira mãe. A vergonha da mãe poderá ter sido um obstáculo à concretização do desejo do filho.

Agradecemos ao padre Manuel Dias a cedência deste importante documento.

CONCLUSÕES

Não é fácil encerrar um trabalho de investigação que, mais do que um produto final, apenas representa mais uma etapa do longo percurso de pesquisa do passado humano, mais ainda quando se estuda um dos fenómenos demográficos mais enigmáticos e menos conhecidos do actual panorama historiográfico nacional. A primeira ideia que emerge é a de que foram dados mais alguns passos importantes e seguros nesta epopeia de descoberta dos comportamentos das populações que nos precederam, por se tratar de uma investigação que, alicerçada numa metodologia microanalítica, nos possibilitou uma construção rigorosa do conhecimento histórico, porque decorrente da crítica exaustiva e do cruzamento de um conjunto de fontes diversificadas.

Poderá parecer um paradoxo pretender avançar com um conjunto de conclusões finais, sobretudo quando fomos frequentemente confrontados com novos problemas, a perspectivarem novas abordagens, uma consequência natural de um trabalho ambicioso, com uma tão ampla dimensão espaço-temporal. Mais do que um processo acabado, este projecto de investigação também foi concebido para abrir novos horizontes e ser partilhado com a comunidade científica, em busca de resposta para muitas das questões que ultrapassam o objecto da própria História, a serem exploradas por equipas multidisciplinares. Embora mais estreitamente inter-relacionados com a Demografia Histórica e a História Social, são muitos os aspectos que poderão ser desenvolvidos no âmbito do Direito, da Sociologia, da Antropologia, da Medicina e da História das Mentalidades.

Como afirmou Jacques Gélis (1990:320-328), o interesse ou a indiferença para com a criança não são uma característica deste ou daquele período da história, tal como o sentimento da infância também não se manifestou de modo linear. As duas atitudes terão coexistido no seio de uma mesma sociedade, prevalecendo uma sobre a outra em determinados momentos, por razões culturais e sociais que nem sempre será fácil individualizar. Daí que não se possa estudar ou avaliar o fenómeno da exposição de crianças nem o sentimento em relação à infância, nos séculos que nos precederam, à luz dos valores actuais. Os mesmos terão resultado de uma profunda transformação das crenças e das estruturas do pensamento, como sinal de uma mutação sem precedentes da consciência da vida e do corpo no Ocidente.

Em função dos dados obtidos através da exploração das fontes e da análise de toda a problemática relacionada com a infância desvalida e abandonada no Alto Minho, poderemos afirmar que o fenómeno da exposição de crianças também não foi percebido da mesma forma pelas populações do Alto Minho, deixando progressivamente de ser encarado como um fenómeno marginal em relação a valores, então dominantes. Pelo contrário, a exposição de crianças passou a fazer parte dos comportamentos socialmente tolerados, desde que circunscritos a determinados parâmetros, como resultado de uma lenta mudança das mentalidades. Foi o culminar de um longo processo que, paulatinamente, acabou por moldar todo o sistema assistencial, inicialmente destinado apenas às crianças enjeitadas, adaptando-o às necessidades emergentes das populações. A cobertura institucional passou a ser mais abrangente, ajudando a preencher um importante vazio legal que viria a pressionar e a originar as futuras e actuais políticas sociais.

A assistência às crianças expostas terá resultado da confluência da solidariedade e caridade cristã com a mentalidade populacionista, embora os objectivos do poder central nem sempre se coadunassem com os das populações locais. Na realidade, uma maior

consciencialização e valorização social das crianças não seriam compatíveis com os custos de criação que os concelhos ou as populações eram obrigados a suportar, por imposição do poder central.

Foi na transição do século XVII para o século XVIII que se registou uma evolução semântica da palavra “exposto”, a substituir progressivamente a primitiva palavra “enjeitado”, utilizada no sentido literal de rejeitar uma criança. Mais tarde, a nova designação, que se manteve até ao século XX, foi alternando com a de “postiço”, um provincianismo minhoto que identificava e caracterizava a criança que não estava a ser criada pela sua própria família biológica, antes por uma ama mercenária ou por uma família de acolhimento.

A partir do século XIX, a exposição de uma criança deixou de estar exclusivamente conotada com o seu enjeitamento pela família, embora tal se verificasse com um número indeterminado de casos. Expor uma criança passou a ter um sentido bem mais abrangente, querendo significar que uma criança havia sido sigilosamente entregue à caridade pública, deixando de ser criada no seu próprio ambiente familiar, por razões de preservação da honra ou por absoluta incapacidade da mãe ou da família em assegurar a sua sobrevivência.

Os procedimentos administrativos e o próprio regulamento distrital de 1866 não deixam dúvidas sobre essa nova conotação social e administrativa. No primeiro caso, os responsáveis administrativos chegaram a afirmar que uma determinada criança era “verdadeira exposta”, mas que continuaria a ser subsidiada pela câmara municipal porque a mãe, naquele momento, não estava em condições de tomar conta dela. Por seu lado, o regulamento de 1866 dizia expressamente que só seria permitida a “exposição de crianças”, desde que com menos de sete anos, naturais do distrito e que estivessem nalguma das circunstâncias que passava a enumerar. Dos cinco parágrafos que previam a admissão justificada de crianças, apenas o parágrafo terceiro contemplava as crianças que tinham sido expostas e abandonadas nalgum lugar do distrito, com todos os restantes a obrigarem à identificação das mães ou dos seus familiares.

Foram os constrangimentos familiares e sociais que originaram o enjeitamento definitivo de crianças, sempre que o contexto social e familiar em que foram geradas se revelasse irreversível. Na realidade, se assistimos à reintegração familiar de muitas crianças que tinham sido expostas, depois de alteradas as condições que haviam obrigado à transferência da sua criação do domínio familiar para o domínio público (falta de leite da mãe, melhoria da situação económica ou formalização do casamento dos pais e subsequente legitimação dos filhos), o mesmo já não acontecia quando as crianças eram espúrias - as principais vítimas do enjeitamento - salvo algumas exceções, como tivemos oportunidade de comprovar.

A exposição de muitas das crianças que poderiam voltar a ser reintegradas na família biológica terá assumido mais uma forma de “abandono temporário” do que definitivo, sem esquecer as crianças cuja exposição não passou de uma encenação, num ritual que culminou com uma reintegração camuflada no seu próprio ambiente familiar.

Apeladas de “infanticídio diferido”, algumas destas estratégias familiares revelaram-se fatais para muitas das crianças, dada a elevada mortalidade registada, uma realidade aceite com alguma resignação, numa altura em que a fecundidade não era controlada e abundavam as crianças. Aliás, em situações mais extremas, como o das crianças verdadeiramente enjeitadas, a sua morte até poderia ser encarada com um certo alívio, não só pelos próprios familiares, que temiam ser localizados e identificados,

como pela comunidade e pela própria instituição, ao verem reduzidos ou atenuados os encargos financeiros com a sua criação.

Concebidas e implementadas para evitarem os abortos e os infanticídios, as rodas funcionaram como um mecanismo institucional que, aparentemente, ia de encontro aos objectivos duma política populacionista, salvaguardando a vida das crianças, ao mesmo tempo que garantiria a recepção e o carácter sigiloso das exposições. Contudo, são essas mesmas rodas que vão ser accionadas pela confluência de um conjunto de estratégia, muito diversificadas, que progressivamente deixaram de se enquadrar nos objectivos que presidiram à sua institucionalização, como reflexo das novas realidades sociais e demográficas emergentes.

Ao longo de todo o período coberto por esta investigação, identificámos e diferenciámos três grandes fases da assistência à infância desvalida e abandonada, às quais nem sempre corresponderam as mesmas estratégias. Na primeira, que se prolongou desde os finais do século XVII até ao último quartel do século XVIII, o facto de apenas o concelho de Viana estar dotado com roda conferiu-lhe um papel centralizador no panorama assistencial da região, isto apesar dos restantes concelhos serem obrigados a acolher e criar as crianças que eram expostas nos seus espaços administrativos. É uma fase em que as estratégias familiares “rivalizavam” com as estratégias colectivas, com estas últimas a procurarem transferir para terceiros os encargos com a criação dos expostos.

A segunda fase, que se iniciou com o alargamento da oferta institucional aos principais concelhos da região, no cumprimento à ordem-circular de Pina Manique, de 10 de Maio de 1783, terminou no ano de 1866, coincidindo com o desmantelamento das rodas francas. É um período em que as estratégias familiares começaram a ganhar vantagem sobre as estratégias colectivas, sobretudo a partir das reformas liberais de 1836, quando as despesas passaram a ser administradas a nível distrital, através da contribuição dos vários municípios. Na realidade, a roda representava o lado mais vulnerável de uma instituição pública que se revelava impotente para controlar o acesso selectivo de crianças, abrindo caminho à prática de irregularidades, através de uma progressiva apropriação dos benefícios sociais que, salvo algumas excepções, deveriam estar reservados às crianças verdadeiramente enjeitadas.

Para justificarem as verbas com que obrigatoriamente tinham de contribuir para o orçamento distrital, alguns responsáveis administrativos terão alargado substancialmente a cobertura assistencial, admitindo como expostas muitas crianças que não haviam sido enjeitadas e que passavam a usufruir de uma criação subsidiada, por vezes no próprio ambiente familiar. Daí que este ramo da administração pública tivesse sido considerado como um “negócio dos expostos”, dada a sua permeabilidade a um rede de influências que pretendia “comprar” os favores de alguns dos principais responsáveis administrativos.

A última fase iniciou-se com a adopção do sistema de admissão justificada e diferenciada de crianças, em 1866, tendo-se prolongado até ao final do período de observação. Foram as contradições institucionais e a manifesta incapacidade de adaptação às novas realidades e solicitações sociais que acabaram por originar a ruptura deste modelo de assistência, com a abolição das rodas francas e sua substituição pelos hospícios de admissão justificada.

É uma fase de maior transparência institucional, a acompanhar uma maior consciencialização social e valorização da infância, com o enjeitamento de crianças a tornar-se cada vez mais excepcional, permitindo que as instituições pudessem prolongar os apoios às crianças verdadeiramente expostas e alargar a concessão de subsídios de

aleitação às famílias mais carenciadas. Nalguns casos, as medidas sociais adoptadas privilegiaram as crianças deficientes, através da concessão de subsídios que se poderiam prolongar por toda a vida, numa medida inclusiva de profundo alcance social.

O que se pretendia era evitar a sua exclusão social dos mais desfavorecidos e incapacitados, ajudando a preencher uma grave lacuna institucional, naquilo que poderá representar a prefiguração das futuras políticas sociais. Estas culminaram com a generalização da previdência e da segurança social, já para além do período que integra a presente investigação.

São conclusões que decorrem de uma profunda análise microanalítica do fenómeno da exposição de crianças, o qual se poderá considerar como um verdadeiro fenómeno de massas, mais pela sua envolvimento social do que pelas suas implicações demográficas. Neste pressuposto, pensámos ter ajudado a desvendar tão enigmático fenómeno demográfico e social, ao desmistificar a ideia de que a exposição de crianças correspondia ao seu enjeitamento e de que se tratava de uma prática bastante generalizada, naquilo que seria uma evidência da negação do sentimento da infância ou de uma atitude de certa indiferença para com a criança. Pelo contrário, pudemos descobrir toda uma encenação ritualizada que pretendia dar uma oportunidade de sobrevivência a muitas crianças, nascidas em ambientes familiares precários ou cujos códigos de honra lhe haviam negado o seu próprio espaço natural.

A análise de um conjunto alargado das mensagens escritas que acompanhavam muitas das crianças expostas permite-nos concluir que, no geral, o abandono de crianças não era um acto exercido de ânimo leve, limitado à simples subtracção de elementos não desejados ou socialmente não aceites no seio familiar e à sua transferência para o domínio da assistência pública. A transmissão de informações e as reiteradas recomendações só vem reforçar a ideia de que, em muitos casos, havia uma efectiva preocupação com essas crianças, sobretudo quando se pretendia uma futura reintegração familiar. São mensagens que não deixam de representar a manutenção de laços afectivos que se pretendiam preservar, esperando que “certas circunstâncias” se viessem a alterar e proporcionar a reversibilidade de todo o processo, se a morte não o viesse a encerrar definitivamente, como frequentemente acontecia.

Muitas das estratégias adoptadas pressupunham a prática de irregularidades, um problema que beneficiou de alguma temporização institucional, dada a vulnerabilidade e inoperância de um sistema que aparentemente chegou a assumir foros de verdadeira corrupção. Efectivamente, há muitas crianças que, ao serem expostas, foram subtraídas aos respectivos agregados familiares, sendo posteriormente objecto de reintegração, oficialmente na qualidade de expostos, apesar de passarem a viver no seu próprio ambiente familiar.

Era uma possibilidade que o próprio funcionamento institucional potenciava, ao não conseguir impor o sistema de identificação dos expostos com o “selo da roda”. No entanto, poderemos estar perante uma opção administrativa que representa um certo particularismo local e regional da assistência à infância desvalida e abandonada, uma forma de contornar os constrangimentos institucionais e alargar o seu âmbito assistencial. Este apenas se tornou possível a partir do momento em que os encargos com a criação dos expostos deixaram de sobrecarregar directamente as populações, após as reformas liberais.

A exposição definitiva e o abandono temporário de crianças estiveram na origem de um conjunto de estratégias mais sofisticadas que pretendiam evitar que os progenitores pudessem ser identificados. Estas deram origem à circulação interconcelhia

de crianças que, a partir do século XIX, chegou a ultrapassar os próprios limites territoriais do país, naquilo que considerámos ser uma “estratégia sem fronteiras”. Na verdade, encontrámos crianças provenientes da Galiza a serem expostas nos concelhos raianos do nosso país e crianças portuguesas a serem expostas na Inclusa de Tui, uma circulação influenciada e determinada pela respectiva oferta institucional e pelas relações de vizinhança entre as duas regiões ibéricas.

Uma outra questão pertinente é a que pretende saber se a exposição de crianças terá sido determinante para influenciar os movimentos naturais e a dinâmica da população ou se, pelo contrário, não terá passado dum fenómeno residual que não alteraria significativamente os indicadores fornecidos pelas fontes tradicionais da demografia histórica. Não dispomos de dados seguros que nos permitam responder a esta questão. No entanto, a ter uma resposta afirmativa, tudo indica que a estrutura de alguns grupos familiares possa aparecer alterada, assim como a ilegitimidade surgir atenuada e distorcida, em resultado da prática efectiva ou simulada do abandono de crianças.

Na realidade, é frequente encontrarem-se crianças expostas que foram entregues a amas que, mais tarde, se veio a descobrir serem as próprias mães, geralmente solteiras, ou outros elementos femininos do agregado familiar. Contudo, apesar de não ser possível avaliar a verdadeira representatividade desse abandono simulado, dada a elevada mortalidade registada, é inegável que ele fez parte das estratégias familiares, a exemplo do que se verificou com o abandono temporário.

Para dar resposta a algumas destas questões, tivemos de analisar as repercussões económicas, sociais e demográficas da exposição de crianças no Alto Minho, procurando avaliar eventuais influências na dinâmica populacional. Como afirmou Robert Rowland (1995:26-27), qualquer tentativa séria de contextualizar os comportamentos demográficos, analisando a sua interacção com outros aspectos do sistema económico e social, pressupõe que se saiba quais os grupos sociais que protagonizaram (e em que circunstâncias) cada tipo de comportamento.

Sendo certo que um número indeterminado de crianças foi efectivamente enjeitado, por opção familiar ou por imposição social, a exposição de crianças poderá ter assumido contornos que configuram umas das formas de controlo social da reprodução. Esta seria accionada quando o “mercado matrimonial” se mostrava demasiado restrito e os comportamentos desviantes originavam a ilegitimidade, a qual não seria socialmente aceite, sobretudo entre as elites sociais. O mesmo se verificaria quando se ultrapassavam os limites da tolerância social para com as mulheres que haviam sido vítimas das suas “fragilidades humanas” e não haviam aproveitado a oportunidade de reabilitação social.

Todavia, em função dos indicadores disponibilizados, não nos parece que a exposição de crianças tivesse afectado significativamente a estrutura familiar da maioria dos grupos domésticos co-residentes. Já o mesmo não poderemos dizer em relação a alguns comportamentos demográficos, sobretudo depois de comprovada a convergência entre a ilegitimidade e a exposição de crianças, independentemente de ser motivada pela pobreza ou pela preservação da honra familiar.

Se é certo que uma parte da ilegitimidade ficou oculta pela exposição de crianças, o baptismo e o registo prévio de algumas crianças, antes de serem expostas, bem como a transferência de crianças, com mútua reciprocidade, entre diferentes espaços administrativos, terá atenuado um pouco os efeitos globais da circulação de crianças e da sua subtracção aos registos paroquiais. Queremos com isto dizer que alguns dos indicadores demográficos não deixarão de ser afectados quando se estudam paróquias

isoladas, mas poderão ser atenuados ou anulados quando se alargar o campo de observação a espaços geográfico-administrativos mais amplos.

No universo das motivações e das estratégias, as principais vítimas foram as crianças. Cerca de metade das crianças que foram expostas, de uma forma definitiva ou temporária, não sobreviverem, marcando indelevelmente todo o processo assistencial. Foi um resultado demasiado trágico, o qual não poderá ser imputado exclusivamente às famílias ou às instituições de assistência, antes aos problemas emergentes de um país debilitado e carente de infra-estruturas de apoio aos mais carenciados, com o poder central a transferir as obrigações assistenciais para os concelhos. No entanto, a mortalidade só não atingiu maiores proporções porque a solidariedade cristã das populações do Minho conseguiu atenuar os efeitos de uma certa pobreza estrutural, apoiando os mais carenciados ou alargando a cobertura assistencial das Casas da Roda ou dos Hospícios.

Entre as crianças expostas que sobreviveram, umas foram integradas nos seus próprios agregados familiares, por legitimação ou por perfilhação, enquanto que outras foram formalmente adoptadas pelas famílias de acolhimento. Para facilitar um futuro retorno familiar, não podemos deixar de realçar a estratégia que consistia em fazer baptizar previamente uma criança, antes de ser exposta, sendo mais tarde reintegrada na família com o seu anterior estatuto familiar, geralmente ilegítimo, limpando ou substituindo a sua condição de criança exposta.

Bem mais problemática e complexa é a tentativa de identificar e acompanhar o trajecto de vida das crianças verdadeiramente enjeitadas, as quais se encontravam completamente desenraizadas, por terem perdido a sua identidade familiar e passarem a usufruir de um novo estatuto social. No entanto, pelo menos para o século XIX e princípios do século XX, não nos parece que as crianças expostas tivessem sido estigmatizadas, com algumas delas a conseguirem uma completa integração e uma certa afirmação social. Os próprios deficientes beneficiaram de programas de inserção social, através da concessão de subsídios, alguns deles vitalícios, numa medida inclusiva de profundo alcance social.

A grande diferença é que, enquanto umas crianças foram reintegradas no seu espaço natural, passando a viver com as suas famílias biológicas e readquirindo o seu estatuto familiar, independentemente de se tratar de uma reintegração de direito ou de facto, o futuro das crianças enjeitas dependeria muito das famílias de acolhimento, mais do que das próprias oportunidades sociais de que beneficiariam estes “filhos da pátria”.

O alargamento da dimensão espacial desta investigação revelou-se fundamental para nos ajudar a penetrar no lado mais enigmático deste fenómeno demográfico, dando-nos uma perspectiva bem diferente daquela que havíamos obtido pelo estudo da mesma problemática, quando centrada apenas no espaço administrativo do concelho de Ponte de Lima (Fonte, 1996b). Por outro lado, o ponto de chegada desta investigação seria substancialmente diferente se não tivéssemos utilizado uma metodologia microanalítica, a única que nos ajudou a descobrir que, afinal, toda a dinâmica de um dos grupos aparentemente mais marginalizados da sociedade assentava numa complexa rede de estratégias familiares, beneficiando da permissividade ou de uma maior tolerância institucional.

Não obstante ainda serem muitos os aspectos que aguardam um maior aprofundamento e desenvolvimento, o que se espera é que novos projectos de investigação possam ser desenvolvidos noutros espaços geográficos alargados, se possível confinados aos restantes distritos administrativos. Só assim poderemos saber se

os comportamentos das populações do Alto Minho tiveram a mesma correspondência noutras regiões do nosso país ou se foram diferenciados.

Pela experiência e pela extraordinária complexidade de tais empreendimentos, aconselha-se que os mesmos sejam desenvolvidos por equipas de trabalho, através da recolha informatizada de toda a informação. Além disso, a exemplo do que foi feito com a metodologia da reconstituição de paróquias, seria importante conceber um programa que facilitasse o cruzamento da informação e a partilha das bases de dados criadas, obtidas necessariamente através de uma metodologia microanalítica, para facilitar e potenciar os estudos comparados.

Sem pretender destacar ou subalternizar qualquer das possíveis abordagens, dado que todas elas são fundamentais para o progresso da História das Populações, parecem-nos que a tarefa prioritária deverá começar por centralizar-se à volta da contextualização do fenómeno do abandono de crianças, através do seu correcto enquadramento jurídico-institucional, em consonância com a evolução do pensamento demográfico.

Porém, como actualmente já conhecemos o quadro organizativo e o suporte legislativo desta complexa estrutura de assistência à infância abandonada, servindo de referência na confrontação com as práticas consuetudinárias e regulamentares de âmbito local, a etapa prioritária deverá enquadrar-se no âmbito da demografia histórica, com vista a uma melhor identificação e caracterização de determinados comportamentos demográficos.

Além dessa contextualização do fenómeno demográfico, a nível regional e local, seria importante conseguir fazer a cartografia das Rodas no nosso país, pelo menos para o século XIX. Será a partir dessa inventariação que os projectos deverão ser estruturados, em busca de comportamentos convergentes e divergentes, nomeadamente ao nível de determinadas variáveis demográficas, como a ilegitimidade e a mortalidade infantil. O nosso contributo para esse projecto já foi bem significativo, ao conseguirmos identificar e localizar as Rodas da região de Entre Douro e Minho, ou seja, as Rodas que estiveram em funcionamento nos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo (anexo 1, parte I), em meados do século XIX.

Como este projecto pressupõe um longo e complexo trabalho de investigação, abrangendo áreas geográficas suficientemente alargadas, partindo dos concelhos e estendendo-se progressivamente aos diferentes distritos do país, dada a frequente circulação de crianças entre diferentes espaços administrativos, será importante que exista uma certa confluência de objectivos e finalidades e a complementaridade entre os projectos académicos. Sem querer ir demasiado longe, passaremos a indicar algumas das etapas que deverão ser percorridas para que este fenómeno demográfico possa ser aprofundado e para que a base de dados demográfica possa ser substancialmente enriquecida:

- Localizar os concelhos onde foram criadas as Rodas para o acolhimento das crianças expostas e proceder à sua distribuição cartográfica pelos diferentes distritos de Portugal, a juntar à dos distritos de Viana, Braga e Porto;

- Inventariar as fontes disponíveis, delimitar cronologicamente a informação e privilegiar o cruzamento das fontes institucionais com as fontes paroquiais;

- Analisar criticamente a documentação e procurar detectar a eventual existência de sub ou sobre-registo nas entradas de expostos nas instituições de acolhimento, que podem ser denunciadoras de irregularidades e até de subversão deste sistema assistencial, sendo indispensável diferenciar as crianças expostas das subsidiadas;

- Proceder ao levantamento nominal de todos os expostos entrados nas Roda/Hospícios de cada concelho, recolhendo os dados de informação de natureza

quantitativa e perspectivando novas abordagens através da recolha de informação de natureza qualitativa (data e local da exposição, padrinhos de baptismo, enxoval, mensagens escritas, amas de leite e seco e os dados relativos ao final de observação, como a data do óbito, a sua eventual entrega a familiares ou a baixa por completarem os sete anos de criação);

-Desenvolver estudos agregativos, a partir dos registos de baptismo das paróquias em observação, contabilizando, de forma diferenciada, os baptismos de crianças legítimas, ilegítimas e expostas e criando uma base de dados de origem paroquial que deverá ser cruzada com a base de dados das instituições de acolhimento dessas crianças. Através do seu cruzamento com os trabalhos de “reconstituição de paróquias, deverá partir-se em busca da origem familiar de mais crianças enjeitadas, bem como do estudo da correlação entre o fenómeno da exposição de crianças e a ilegitimidade.

-Acompanhar o trajecto de vida de um maior número de expostos sobreviventes, procurando reconstituir as suas famílias para se estudar o seu processo de integração social, em busca de eventuais estigmas de marginalidade ou de uma discriminação positiva de um número indeterminado de indivíduos que foram enjeitados pelas famílias, mas acolhidos e adoptados pela sociedade.

Com um aprofundamento e maior consistência dos estudos sobre o abandono de crianças, será possível avaliar melhor os seus reflexos no cálculo das taxas de fecundidade (legítima e ilegítima), na mortalidade (perinatal, infantil e juvenil), bem como nos estudos relacionados com as concepções pré-nupciais e os intervalos proto e intergenésicos.

Ao desenvolvermos e alargarmos o âmbito destes estudos, estaremos a contribuir para a história de um tão importante sistema público de assistência à infância desvalida e abandonada, numa altura em que as políticas sociais não se haviam generalizado, mesmo quando os governos liberais conceberam a assistência pública como uma obrigação do Estado, sem conseguirem dispensar os movimentos espontâneos ou organizados de solidariedade humana.

Será também uma forma de saber como as populações se libertaram dos constrangimentos económicos, sociais, religiosos e culturais que moldavam as sociedades tradicionais. Ao mesmo tempo, estes estudos multidisciplinares não deixarão de ajudar a descobrir se, noutras regiões do nosso país, também terão sido os códigos de honra, a discriminação positiva da ilegitimidade e as redes espontâneas de solidariedade a funcionarem como os grandes impulsionadores das estratégias que se foram desenvolvendo no limiar da honra e da pobreza.

ANEXOS

ANEXO 1

Localização das Rodas de Entre Douro e Minho, em meados do século XIX

CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGA ¹⁰¹⁴	CONCELHOS DO DISTRITO DE VIANA ¹⁰¹⁵	CÍRCULOS DO DISTRITO DO PORTO ¹⁰¹⁶	CONCELHOS COM RODA
AMARES	ARCOS DE VALDEVEZ	PORTO	PORTO
BARCELOS	CAMINHA		GAIA
BRAGA	COURA		VALONGO
CABECEIRAS DE BASTO	MELGAÇO		GONDOMAR
CELORICO DE BASTO	MONÇÃO	VILA DO CONDE	BOUÇAS
ESPOSENDE	PONTE DA BARCA		VILA DO CONDE
FAFE	PONTE DE LIMA		PÓVOA DE VARZIM
GUIMARÃES	VALADARES	SANTO TIRSO	MAIA
PENELA	VALENÇA		SANTO TIRSO
PICO DE REGALADOS	VIANA DO CASTELO	PENAFIEL	NEGRELOS
PÓVOA DE LANHOSO	V. N. DE CERVEIRA		PENAFIEL
PRADO			PAÇOS DE FERREIRA
SANTA MARTA DE BOURO			PAREDES
VILA CHÃ			SANTA CRUZ
VIEIRA DO MINHO		AMARANTE	BEM-VIVER
V. N. DE FAMALICÃO			LOUSADA
			AMARANTE
			BARROSAS
			FELGUEIRAS
			BAIÃO
			SOALHÃES

¹⁰¹⁴In *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto Administrativo de Braga*, aprovado pela Junta Geral do Distrito, Braga, Typographia Bracharense, 1844.

O número de Rodas no Distrito de Braga ficou reduzido a nove, na sequência da introdução de alguns artigos adicionais (não datados) ao Regulamento de 18 de Abril de 1844, continuando apenas a existir em Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Pico de Regalados, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão. No início da década de sessenta, as Rodas ficaram circunscritas aos concelhos de Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Fafe e Guimarães (A.G. C.V.C., Pasta 1.12.4.10-4).

¹⁰¹⁵Em tudo o que se relacionasse com os expostos, o concelho do Soajo estava anexo ao da Barca e o de Castro Laboreiro ao de Melgaço, os quais deveriam ser colectados pelas respectivas cabeças de concelho na proporção do rol da décima (in *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna*, art.º XIX, Typographia Bracharense, 1839). Com a extinção do concelho de Valadares, em 1855, o distrito de Viana passou a ter apenas 10 Rodas, localizadas em cada um dos concelhos existentes.

¹⁰¹⁶In *Providências sobre a Administração dos Expostos do Districto do Porto*, organizadas, discutidas e deliberadas pela Junta Geral do Distrito, em sessão de 9 de Fevereiro de 1838, em conformidade do Decreto de 19 de Setembro de 1836, Porto, Typographia Constitucional.

ANEXO 2
Expostos das Rodas/Hospícios dos Concelhos do Alto Minho¹⁰¹⁷
(1770-1920)

ANOS	Arcos	Caminha	Melgaço	Monção	P. Barca	P. Lima	Valença	Viana	V.N.Cerv.^a
1770	-	-	--	-	-	19	-	39	-
1771	-	-	-	-	-	36	-	44	-
1772	-	-	-	-	-	25	-	48	-
1773	-	-	-	-	-	-	-	40	-
1774	-	-	-	-	-	-	-	41	-
1775	-	-	-	-	-	-	-	36	-
1776	-	-	-	-	-	-	-	32	-
1777	-	-	-	-	-	-	-	33	-
1778	-	-	-	-	-	31	-	38	-
1779	-	-	-	-	-	22	-	54	-
1780	-	-	-	5	-	40	-	48	-
1781	-	-	-	5	-	31	-	41	-
1782	-	-	-	1	-	32	-	42	-
1783	-	-	-	1	-	35	-	34	-
1784	-	-	-	9	-	35	-	44	-
1785	-	-	-	4	-	-	-	50	-
1786	-	-	-	3	-	-	-	51	-
1787	-	-	-	8	-	-	-	52	-
1788	-	-	-	7	-	-	-	61	-
1789	-	-	-	4	-	-	-	50	-
1790	-	-	-	4	-	-	-	63	-
1791	-	-	-	3	-	-	-	50	-
1792	-	-	-	9	-	46	-	58	-
1793	-	-	-	9	-	61	-	51	-
1794	-	-	-	15	-	55	-	56	-
1795	-	-	-	3	-	49	-	70	-
1796	-	7	-	7	-	61	-	75	-
1797	-	3	-	2	-	74	-	100	-
1798	-	5	-	10	-	70	-	103	-
1799	-	5	-	8	-	64	7	71	-
1800	-	3	-	6	-	53	9	64	-
1801	-	1	-	9	-	67	11	71	-
1802	-	9	-	7	-	48	9	91	-
1803	-	3	-	3	-	61	15	76	-
1804	-	3	-	1	-	55	12	91	-
1805	-	6	-	5	-	50	9	85	-
1806	-	8	-	7	-	55	10	90	-
1807	-	4	-	9	-	59	13	91	-

¹⁰¹⁷ Esta tabela integra apenas os dados estatísticos relativos aos expostos do Alto Minho, com exclusão das crianças subsidiadas que, erradamente, eram consideradas como expostas por parte de alguns responsáveis administrativos. A diferenciação só foi possível após uma profunda análise e crítica das fontes, através do recurso a uma metodologia microanalítica. No entanto, tal não significa que todas estas crianças haviam sido efectivamente enjeitadas, visto que muitas delas apenas haviam sido objecto de uma exposição simulada, como o procurámos demonstrar ao longo da investigação.

1808	-	7	-	6	-	58	6	117	-
1809	-	5	-	4	-	66	7	129	-
1810	-	3	-	13	-	63	8	100	-
1811	-	9	-	7	-	68	10	89	-
1812	-	9	-	14	-	56	16	94	-
1813	-	7	-	7	-	58	17	80	-
1814	-	5	-	13	-	65	10	101	-
1815	-	6	-	8	-	88	10	112	-
1816	-	7	-	8	-	82	11	108	-
1817	-	2	-	12	-	85	12	94	-
1818	-	5	-	9	-	75	-	107	-
1819	-	7	-	10	-	73	-	97	-
1820	-	10	-	16	-	80	-	144	-
1821	-	11	-	16	-	77	-	98	-
1822	-	8	-	15	-	87	-	110	-
1823	-	7	-	7	-	70	-	99	-
1824	-	4	-	11	-	111	-	94	-
1825	-	4	-	4	-	100	-	114	9
1826	-	5	-	10	-	85	-	85	8
1827	-	6	-	21	-	98	-	91	8
1828	-	4	-	13	-	82	-	76	13
1829	-	7	-	-	-	67	-	122	12
1830	-	13	-	-	-	54	-	129	21
1831	-	4	-	-	-	78	-	121	11
1832	-	11	-	-	-	109	-	77	12
1833	-	9	-	-	-	87	-	75	12
1834	-	7	-	-	-	74	-	96	13
1835	-	6	-	-	-	64	-	78	19
1836	-	10	-	-	-	93	-	54	24
1837	-	12	-	-	-	93	-	77	22
1838	-	12	-	-	-	76	-	75	18
1839	-	17	-	-	21	66	-	95	10
1840	-	7	-	-	30	105	32	110	12
1841	-	17	-	-	31	96	57	136	21
1842	-	11	-	-	24	112	50	153	13
1843	-	15	-	-	36	78	46	137	16
1844	-	19	-	-	40	71	39	129	12
1845	-	22	-	-	35	79	44	179	9
1846	-	19	-	-	30	70	53	123	13
1847	-	14	-	-	31	71	-	116	9
1848	-	15	-	-	21	80	-	125	12
1849	-	7	-	-	25	99	-	113	9
1850	-	6	-	-	30	89	-	110	11
1851	-	7	-	-	21	88	-	126	13
1852	-	14	-	-	25	101	-	103	15
1853	-	8	-	-	-	105	-	98	18
1854	-	6	-	-	-	111	-	85	11
1855	-	8	-	-	-	98	-	105	13
1856	-	10	-	-	-	65	-	97	11

1857	-	7	4	-	-	85	-	113	17
1858	-	8	3	-	-	98	13	111	8
1859	-	8	6	-	-	104	19	137	18
1860	-	5	4	-	-	115	21	120	15
1861	-	1	8	-	-	101	19	126	15
1862	-	6	6	-	-	131	14	149	5
1863	-	10	4	-	-	150	15	150	8
1864	-	7	5	-	-	129	15	98	12
1865	-	6	5	-	-	134	12	80	9
1866	35	9	8	-	-	128	14	55	5
1867	17	1	0	-	-	130	13	13	6
1868	25	6	4	-	-	89	12	23	2
1869	25	5	2	-	-	94	11	12	10
1870	41	5	3	-	-	86	14	8	4
1871	29	2	1	-	-	71	7	13	8
1872	35	6	1	-	-	63	12	15	6
1873	32	5	4	-	-	58	4	16	10
1874	28	1	3	-	-	43	5	16	7
1875	34	1	4	-	-	40	10	20	4
1876	18	4	3	-	-	47	9	14	5
1877	29	2	5	-	14	44	11	8	6
1878	31	1	3	-	12	47	3	17	1
1879	36	1	5	-	17	36	8	8	0
1880	34	3	2	-	14	53	6	6	1
1881	34	2	3	-	13	53	6	1	0
1882	23	2	3	-	15	43	7	4	1
1883	37	1	6	-	16	69	5	4	0
1884	41	1	0	-	12	42	5	6	3
1885	26	0	3	-	16	34	5	1	0
1886	34	0	2	-	16	51	2	1	1
1887	29	0	0	-	15	37	3	6	1
1888	30	2	1	-	14	34	1	14	2
1889	26	-	1	-	-	39	5	11	0
1890	52	-	0	-	-	26	3	10	1
1891	32	-	2	-	-	37	3	10	2
1892	36	-	2	-	-	33	1	8	1
1893	35	-	0	-	-	22	3	7	0
1894	14	-	0	-	-	7	0	6	0
1895	13	-	1	-	-	27	1	4	0
1896	9	-	1	-	-	10	2	5	0
1897	11	-	0	-	-	23	1	3	0
1898	19	-	1	-	-	16	1	0	1
1899	8	-	0	-	-	15	-	0	1
1900	20	-	1	-	-	21	-	1	0
1901	23	-	0	-	-	15	-	7	0
1902	26	-	2	-	-	17	-	3	2
1903	23	-	2	-	17	14	-	----	0
1904	28	-	0	-	24	18	-	-	0
1905	31	-	0	-	2	9	-	-	0

1906	22	-	1	-	8	7	-	-	0
1907	16	-	0	-	1	16	-	-	1
1908	16	-	1	-	8	10	-	-	1
1909	13	-	0	-	6	3	-	-	-
1910	5	-	0	-	9	11	-	-	-
1911	6	-	0	-	9	1	-	-	-
1912	8	-	0	-	8	3	-	1	-
1913	9	-	0	-	5	1	-	0	-
1914	6	-	1	-	2	5	-	2	-
1915	8	-	0	-	0	2	-	1	-
1916	10	-	0	-	1	3	-	0	-
1917	8	-	2	-	3	2	-	0	-
1918	1	-	0	-	2	0	-	0	-
1919	-	-	1	-	1	1	-	0	-
1920	-	-	0	-	4	2	-	0	-

ANEXO 3
Entrada e destino dos Expostos da Roda/Hospício de Ponte de Lima
(1792-1910)

ANOS	M	F	TOTAL	FAL.	ENT.	FIND.	N.I.
1792	23	23	46	22	10	10	4
1793	31	30	61	30	10	15	6
1794	33	22	55	30	2	19	4
1795	21	28	49	26	8	8	7
1796	34	27	61	29	16	13	3
1797	39	35	74	51	12	8	3
1798	41	29	70	46	6	9	9
1799	35	29	64	46	9	6	3
1800	33	20	53	35	2	4	12
1801	40	27	67	44	2	7	14
1802	25	23	48	32	3	6	7
1803	36	25	61	33	3	5	20
1804	33	22	55	43	3	3	6
1805	27	23	50	36	2	3	9
1806	24	31	55	39	6	5	5
1807	32	27	59	46	3	8	2
1808	34	24	58	40	2	13	3
1809	31	35	66	55	0	10	1
1810	41	22	63	52	1	7	3
1811	38	30	68	50	2	14	2
1812	30	26	56	43	0	10	3
1813	21	37	58	40	0	15	3
1814	35	30	65	53	0	10	2
1815	49	39	88	60	13	12	3
1816	34	48	82	49	13	13	7
1817	39	46	85	34	24	12	15
1818	37	38	75	39	23	9	4
1819	40	33	73	32	23	15	3
1820	39	41	80	51	17	8	4
1821	36	41	77	51	19	7	0
1822	44	43	87	51	15	10	11
1823	42	28	70	35	12	11	12
1824	59	52	111	63	20	15	13
1825	54	46	100	50	21	15	14
1826	40	45	85	51	14	15	5
1827	58	40	98	63	11	19	5
1828	41	41	82	58	15	7	2
1829	33	34	67	36	19	8	4
1830	25	29	54	39	7	6	2
1831	36	42	78	55	9	13	1
1832	66	43	109	62	20	19	8
1833	48	39	87	45	19	16	7
1834	39	35	74	49	11	9	5
1835	38	26	64	45	9	7	3
1836	45	48	93	48	16	25	4
1837	47	46	93	49	19	7	18
1838	51	25	76	49	8	6	13
1839	35	31	66	44	5	11	6

1840	47	58	105	53	23	10	19
1841	57	39	96	46	21	13	16
1842	55	57	112	59	21	15	17
1843	42	36	78	48	14	10	6
1844	39	32	71	33	15	23	0
1845	40	39	79	44	12	23	0
1846	40	30	70	47	8	13	2
1847	40	31	71	46	13	10	2
1848	41	39	80	46	16	18	0
1849	60	39	99	59	17	23	0
1850	48	41	89	48	10	31	0
1851	43	45	88	50	16	22	0
1852	55	46	101	50	12	39	0
1853	53	52	105	54	12	39	0
1854	49	62	111	58	13	40	0
1855	59	39	98	60	19	19	0
1856	32	33	65	33	15	17	0
1857	42	43	85	58	12	15	0
1858	49	49	98	60	20	18	0
1859	57	47	104	63	17	24	0
1860	57	58	115	71	17	27	0
1861	46	55	101	72	10	19	0
1862	65	66	131	84	26	21	0
1863	83	67	150	90	46	14	0
1864	74	55	129	89	24	16	0
1865	69	65	134	104	24	6	0
1866	65	63	128	86	26	16	0
1867	68	62	130	73	36	21	0
1868	53	36	89	43	25	21	0
1869	58	36	94	49	28	17	0
1870	41	45	86	45	21	20	0
1871	37	34	71	33	19	19	0
1872	31	32	63	40	11	12	0
1873	31	27	58	32	10	16	0
1874	18	25	43	27	8	8	0
1875	17	23	40	30	3	7	0
1876	26	21	47	36	5	6	0
1877	25	19	44	24	6	14	0
1878	25	22	47	31	5	11	0
1879	23	13	36	18	11	7	0
1880	27	26	53	26	15	12	0
1881	26	27	53	22	18	13	0
1882	16	27	43	22	11	10	0
1883	31	38	69	29	19	21	0
1884	19	23	42	18	15	9	0
1885	16	18	34	16	7	11	0
1886	22	29	51	20	17	14	0
1887	17	20	37	16	16	5	0
1888	19	15	34	14	14	6	0
1889	22	17	39	14	13	11	1
1890	10	16	26	11	8	7	0
1891	14	23	37	14	13	10	0

1892	19	14	33	8	16	6	3
1893	10	12	22	13	3	4	2
1894	4	3	7	5	0	2	0
1895	15	12	27	13	5	0	9
1896	8	2	10	6	0	2	2
1897	10	13	23	12	2	9	0
1898	6	10	16	9	3	4	0
1899	12	3	15	10	2	3	0
1900	12	9	21	11	2	8	0
1901	5	10	15	9	2	4	0
1902	7	10	17	7	2	7	1
1903	7	7	14	7	5	2	0
1904	10	8	18	9	3	4	2
1905	5	4	9	3	3	2	1
1906	4	3	7	1	3	2	1
1907	7	9	16	4	5	1	6
1908	1	9	10	2	5	1	2
1909	2	1	3	0	1	0	2
1910	5	6	11	6	1	1	3
TOTAL	4060	3709	7769	4578	1380	1414	397

M-Sexo Masculino; **F**-Sexo Feminino; **FAL**.-Falecidos; **ENT**.-Entregues (Baixa); **FIND**.-Findaram (atingiram os 7 anos); **N.I.** (Não Identificados).

ANEXO 4
Entrada e destino dos Expostos da Roda/Hospício de Caminha
(1798-1884)

ANO	M	F	TOTAL	FAL.	ENT.	FIND.	N.I.
1798	2	3	5	2	0	3	0
1799	4	1	5	1	1	1	2
1800	3	0	3	3	0	0	0
1801	0	1	1	0	1	0	0
1802	2	7	9	3	0	0	6
1803	1	2	3	2	1	0	0
1804	0	3	3	2	0	0	1
1805	5	1	6	2	2	0	2
1806	6	2	8	4	0	0	4
1807	2	2	4	3	1	0	0
1808	3	4	7	2	1	0	4
1809	2	3	5	5	0	0	0
1810	1	2	3	3	0	0	0
1811	6	3	9	7	0	2	0
1812	5	4	9	4	0	3	2
1813	5	2	7	5	2	0	0
1814	3	2	5	2	0	2	1
1815	4	2	6	2	1	3	0
1816	4	3	7	2	1	1	3
1817	1	1	2	1	0	0	1
1818	1	4	5	4	1	0	0
1819	6	1	7	3	2	0	2
1820	5	5	10	2	2	1	5
1821	6	5	11	3	1	0	7
1822	2	6	8	2	2	0	4
1823	4	3	7	4	2	0	1
1824	2	2	4	3	0	0	1
1825	4	0	4	1	0	0	3
1826	4	1	5	3	0	0	2
1827	6	0	6	3	1	1	1
1828	1	3	4	2	0	0	2
1829	4	3	7	2	2	0	3
1830	8	5	13	3	5	0	5
1831	1	3	4	2	0	0	2
1832	6	5	11	4	0	3	4
1833	4	5	9	4	1	4	0
1834	2	5	7	1	0	6	0
1835	3	3	6	3	0	3	0
1836	7	3	10	4	0	5	1
1837	8	4	12	5	2	5	0
1838	10	2	12	4	1	7	0
1839	9	8	17	8	1	8	0
1840	3	4	7	2	3	2	0
1841	10	7	17	11	0	6	0
1842	6	5	11	6	1	4	0
1843	7	8	15	9	1	5	0
1844	10	9	19	12	0	7	0
1845	8	14	22	9	7	6	0

1846	13	6	19	10	2	7	0
1847	4	10	14	5	2	7	0
1848	7	8	15	9	1	5	0
1849	4	3	7	3	2	2	0
1850	3	3	6	2	0	4	0
1851	2	5	7	3	2	2	0
1852	4	10	14	1	6	7	0
1853	5	3	8	5	2	1	0
1854	3	3	6	3	2	1	0
1855	3	5	8	5	1	2	0
1856	5	5	10	4	2	4	0
1857	3	4	7	4	1	2	0
1858	5	3	8	3	2	3	0
1859	3	5	8	2	3	3	0
1860	2	3	5	1	3	1	0
1861	1	0	1	0	0	1	0
1862	3	3	6	5	0	1	0
1863	5	5	10	4	3	3	0
1864	3	4	7	7	0	0	0
1865	4	2	6	4	1	1	0
1866	6	3	9	1	4	4	0
1867	0	1	1	0	0	1	0
1868	4	2	6	3	0	3	0
1869	2	3	5	1	2	2	0
1870	1	4	5	5	0	0	0
1871	1	1	2	2	0	0	0
1872	2	4	6	5	0	1	0
1873	3	2	5	3	0	2	0
1874	1	0	1	1	0	0	0
1875	1	0	1	1	0	0	0
1876	2	2	4	3	0	1	0
1877	0	2	2	0	0	2	0
1878	0	1	1	0	0	0	1
1879	1	0	1	0	0	0	1
1880	2	1	3	0	0	0	3
1881	2	0	2	0	0	0	2
1882	1	1	2	0	0	0	2
1883	0	1	1	0	0	0	1
1884	1	0	1	0	0	0	1
TOTAL	318	289	607	279	87	161	80

M-Sexo Masculino; **F**-Sexo Feminino; **FAL**.-Falecidos; **ENT**.-Entregues (Baixa); **FIND**.-Findaram (atingiram os 7 anos); **N.I.**-Não Identificados.

**FONTES
e
BIBLIOGRAFIA**

FONTES MANUSCRITAS LOCAIS e REGIONAIS

ARQUIVO MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ (A.M.A.V.)

Livros de Registo dos Expostos:

1815-1828; 1828-1839; 1839-1844; 1844-1851; 1851-1855; 1855-1857; 1857-1859; 1859-1861; 1861-1863; 1863-1865; 1865-1872; 1872-1878; 1878-1883; 1883-1887; 1888-1892; 1892-1918.

Livro dos Autos de Entrega dos Expostos: 1866-1909.

Livro de Registo das Amas: 1857-1867.

ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMINHA (A.M.C.)

Livros de Registo dos Expostos:

1795-1804; 1804-1816; 1817-1837; 1837-1849; 1849-1857; 1857-1888.

ARQUIVO MUNICIPAL DE MELGAÇO (A.M.MG)

Livros de Registos dos Expostos:1857-1896; 1896-1919;

Livro de Registo das Amas: 1857-1890.

ARQUIVO MUNICIPAL DE MONÇÃO (A.M.MÇ)

Livros de Registo dos Expostos: 1713-1751;1751-1791; 1791-1829;

Livro dos Acórdãos da Câmara: 1779-1803;

Livros de Receita e Despesa: 1780-1802; 1802-1822; 1822-1834;

Livros de Registos dos Expostos da Câmara de Valadares:

1810-1827; 1827-1829; 1829-1833; 1835-1839; 1839-1842; 1843-1847; 1848-1855.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA (A.M.P.B.)

Livros de Registo dos Expostos:

1839-1843; 1839-1843; 1843-1853; 1876-1888; 1903-1921.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA (A.M.P.L.)

Livros de Registo dos Expostos:

1697-1719; 1707-1714; 1715-1718; 1719-1733; 1733-1739; 1738; 1744-1747; 1749-1775; 1778-1784; 1784-1785; 1792-1802-I e II; 1802-1810-I e II; 1810-1815-I e II; 1816-1817; 1818-1820; 1821-1823; 1824-1828-I e II; 1829-1838 I e II; 1838-1841; 1842-1849; 1847-1851; 1851-1857; 1857-1859; 1859-1860; 1860-1862; 1862-1863; 1863-1864; 1864-1866; 1866-1867; 1867-1869; 1869-1871; 1871-1875; 1875-1877; 1877-1879; 1879-1880; 1880-1882; 1882-1884; 1884-1887; 1887-1892; 1892-1918;

Livro das Vereações da Câmara Municipal: 1625 a 1870;

Livros das Fintas dos Expostos:1691; 1730; 1732; 1734; 1736;

Livros das Receitas e Despesas: 1642 a 1833 (15 vol.);

Livro das Correias (I e II);

Livro de Registo das Amas: 1857-1859;

Livro dos Acórdãos da Câmara de Ponte de Lima: 1625 a 1870 (22 vol.);

Livro de Registo de Correspondência Expedida:1866;

Livro de Registo dos Expostos da Câmara de Albergaria de Penela: 1802-1825;

Pasta da Correspondência, expedida pelo Governo Civil para a Câmara de S.^{to} Estevão da Facha.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VALENÇA (A.M.V.)

Livros de Registos dos Expostos:

1799-1818; 1839-1846; 1847-1857; 1857-1869; 1869-1887; 1888-1915.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO (A.M.V.C.)

Livros de Registo dos Expostos:

1770-1771; 1772; 1773; 1774; 1775; 1776; 1777; 1777-1783; 1777-1784; 1783-1790; 1785-1795; 1790-1798; 1799-1806; 1807-1814; 1815-1822; 1822-1829; 1829-1837; 1837-1843; 1843-1846; 1846-1848; 1848-1853; 1854-1856; 1856-1857; 1857-1859; 1859-1860; 1860-1861; 1861-1862; 1862-1863; 1863-1865; 1865-1869; 1869-1873; 1873-1877; 1877-1879; 1879-1884; 1884-1886; 1886-1888; 1888-1903; 1893-1922; 1912-1927;

Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal: 1698-1845;

Mapas de Expostos: 1836-1843;

Mapas de Subsídios para Expostos, Desvalidos e Abandonados dos 7 aos 18 anos: 1906;

Livro de Registo dos Expostos Menores de 7 anos: 1912-1927;

Livro das Amas da Vila de Viana: 1785-1795;

Livros de Matrícula das Amas: 1857 e 1859

Livro das Matrículas das Crianças Subsidiadas: 1893 a 1921

Livros de Estatísticas, 1 e 2.

Pasta da Correspondência de Expostos de 1866 a 1879 (documentos avulsos).

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA (A.M.V.N.C.)

Livros de Registo dos Expostos:

1820-1821; 1845-1851; 1852-1857; 1857-1871; 1871-1908;

Livro de Registos das Amas: 1857-1868.

ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO (A.D.V.C.)

Livros de Registo de Baptismo da Paróquia de Ponte de Lima;

Livros de Registo de Baptismo da Paróquia de Santa Maria Maior.

ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL DE VIANA DO CASTELO (A.G.C.V.C.)

Pastas de documentos de Expostos;

Livros de Correspondência Recebida;

Mapas dos Expostos do Distrito de Viana.

ARQUIVO HISTÓRICO DIOCESANO DE TUI (A.H.D.T.)

Livros de Entrada de Expositos: 1804 a 1910 (7 vol.);

Livros de Devolucion de Expositos: 1910-1915;

Livro de Entrega de Expositos: 1875-1925;

Livros de Certificaciones de Buena Conducta y Pagos de Nodrizas: 1880-1912.

FONTES IMPRESSAS NACIONAIS

- ALMANACH de Portugal para o anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.
- ALMEIDA, Francisco José de, *Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza*, Lisboa, 1791.
- BARBOSA, Luís Soares, *Projecto sobre o estabelecimento de um Hospício para a criação dos expostos em cada cabeça de comarca*, Jornal de Coimbra, vol. X, n.º L, 1817.
- CARVALHO, Francisco, *A mortalidade das crianças e a assistência pública*, Lisboa, Tipografia de Cristóvão A. Rodrigues (tese apresentada na Escola Médico-Cirúrgica do Porto), 1894.
- CARVALHO, Tomás de, *Abaixo a Roda dos Expostos*, Gazeta Médica de Lisboa, n.º 7, fasc. 1, Maio/1853, pp. 99-104. 1853.
- CARVALHO, Vicente Esteves de, *Noticias de algumas providencias concernentes a Expostos, com observação sobre o mesmo assumpto*, Jornal de Coimbra, 41, Parte II, 1815.
- CARDOSO, Padre Luís, *Diccionario geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias*, tomos I e II, 1747 e 1752.
- CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL no 1.º de Dezembro de 1890, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- CÓDIGO ADMINISTRATIVO PORTUGUEZ, por Decreto de 18 de Março de 1842, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845.
- CÓDIGO PENAL, por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854.
- CÓDIGO CIVIL PORTUGUEZ, por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, 5.ª edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.
- CONSTITUIÇÕES SINODAES do Arcebispado de Braga, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa eDescripçam Topografica, Tomo Primeiro, 2.ª edição*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves. Gouvea, 1868.
- DECRETO de 17 de Setembro de 1836, *Colecção de Leis e de Decretos e outras providências regulamentares, desde 16 até 30 de Setembro*, sexta série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.
- ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, População, Censo no 1.º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, População, Censo no 1.º de Janeiro de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.
- GOODOLFIM, Costa, *As Misericórdias*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.
- IVO, Pedro, *O sello da Roda*, 2.ª edição, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1878.
- LIMA, D. Luiz Caetano de, *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos de Europa (...)*, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, M.DCC.XXXVI.
- MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos, *Tratado de Avisos de Confessores*, Coimbra, Oficina de Joseph Ferreyra, 1681.
- ORDENAÇÕES AFONSINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- ORDENAÇÕES MANUELINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- ORDENAÇÕES FILIPINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das providencias que a bem da criação, e educação dos expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação patria (...)*, Lisboa, Impressão Regia, 1820.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Exame Crítico e Histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto patria como subsidiaria, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou engeitados (...)*, Lisboa, Tipografia Real das Ciências, 1828.
- REGULAMENTO para serviço dos expostos, por Decreto de 21 de Novembro de 1867, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

- REGULAMENTO** para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados, de 5 de Janeiro de 1888, Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- SECCO, Francisco Henriques de Sousa, *Relatório e projecto sobre a extinção das Rodas*, Coimbra, Jornal Conimbricense, 1855.
- SILVA, António Delgado da, *Collecção da legislação portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Lisboa, Tipografia Maygrense, 5 volumes, 1826-1830.
- SILVA, António Delgado da, *Colecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo de regência do reino estabelecida na Ilha da Terceira*, 1829-1832, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.
- SILVA, António Delgado da, *Colecção oficial da legislação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1849.
- SILVA, M. L. Coelho, *Manual de Direito Parochial*, 3.^a edição, Porto, Typ. de José Fructuoso da Fonseca, 1904.
- SOUSA, José Caetano Pereira e, *Classes de crimes por ordem systemática com as penas correspondentes segundo a legislação actual*, Lisboa, Régia Officina Typographica, 1803.
- VAZ, Francisco de Assiz e Sousa, *Os Expostos. Hospício do Porto*, Porto, Typografia da Revista, 1848.
- VAZ, Francisco de Assiz e Sousa, *Relatório acerca dos Expostos do Distrito do Porto em 1856 e 1857*, Gazeta Médica do Porto, 1860.
- VEIGA, João Crisóstomo da, *Reflexões ou breve discurso sobre as Rodas dos Expostos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853.

FONTES IMPRESSAS REGIONAIS

- ÁVILA y la CUEVA, Francisco, *Historia Civil y Eclesiástica de la Ciudad de Tuy y su Obispado*, edición fac-similar (1995), Galiza, Consello da Cultura Galega, 1852.
- BEZERRA, Manoel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima: ou Conversações Eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias*, 2 tomos, Coimbra, Real Oficina da Universidade, 1785-1791, edição fac-similada da 1.^a, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992.
- BRANDÃO, Caetano, *Recomendação sobre o Plano de Educação do Seminário dos Orfãos de S. Caetano*, *Jornal de Coimbra*, vol. IX, n.º XLVII, 1816.
- COELHO, Eusébio Cândido Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.
- CUNHA, Narcizo C. Alves, *Paredes de Coura*, 2.^a edição, Braga, Diário do Minho, 1979.
- LEMOS, Miguel Roque dos Reis, *Memórias das antiguidades de Ponte de Lima, à face do Arquivo Municipal*, manuscrito, Arquivo Municipal de Ponte de Lima, 1839.
- LEMOS; Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.^a edição, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977.
- Projecto de Regulamento Geral do Serviço dos Expostos e Subsidiados no Districto de Vianna do Castello*, in Arquivo Municipal de Viana do Castelo, Pasta da Correspondência de Expostos (1866-1879).
- Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna*, Typographia Bracharense, 1839.
- Regulamento para a Administração dos expostos no Districto de Vianna do Castello*, Typographia de Manoel Fernandes Pereira da Silva, Vianna, 1857.
- Regulamento para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castello*, Typ. da Aurora do Lima, Viana, 1866.
- REIS, António de Matos, *O preço dos cereais em Ponte de Lima*, *Almanaque de Ponte de Lima*, 1980, pp. 149-158.
- REIS, António P. De Matos, *Preços da Ribeira Lima (Séculos XVII-XIX)*, Centro de Estudos Regionais (CER), Viana do Castelo, 1986, pp. 164-181.
- REIS, Jaime, *Aspectos Económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido*, in *Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, revista de Estudos Contemporâneos, n.º 2/3, Centro de Estudos Humanísticos da secretaria de Estado da Cultura, Porto, 1981, pp. 143-198.
- VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, 1886, edição fac-similada da 1.^a, Rotary Club de Valença, 1986.
- VILAS-BOAS, *Mappa da Provincia de Entre Douro e Minho*, levantado em 1794 e 1795, publicado por CRUZ, António, *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*, plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas Boas, Coleção Amphitheatrum, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, Laurinda Faria dos Santos, 1990, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*, Santa Casa da Misericórdia, Setúbal.
- ABREU, Laurinda Faria dos Santos, 1996, *Padronização hospitalar e misericórdias: apontamentos sobre a reforma da assistência pública em Portugal*, in *Actas do Congresso Comemorativo do V centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*, Évora, 137-148.
- ALMEIDA, Ângela Mendes, 1994, *O gosto do pecado. Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*, Rocco, Lisboa.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1987, *Alto Minho*, Editorial Presença, Lisboa.
- AMORIM, Maria Norberta, 1984, *Comportamentos demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime*, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica (Julho), Madrid.
- AMORIM, Maria Norberta, 1987, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- AMORIM, Maria Norberta, 1990, *Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das populações*, Cadernos do Noroeste, vol. 3, n. ^{os} I e II, Universidade do Minho, Braga.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, *Demografia Histórica (Antigo Regime)*, *Ler História*, n.º 21, 72-78.
- AMORIM, Maria Norberta, 1993, *As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime (...)*, *Revista de Guimarães*, 103, 47-63.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995a, *História da Família em Portugal. Uma história em marcha*, *Ler História*, 29, 5-17.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995b, *Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães*, *Ler História*, 29, 27-43.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, *Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica (...)*, in REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Microanalíticos (...)*, *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 35-64.
- ANDRÉS-GALLEGO, José, 1993, *História da gente pouco importante*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ANJO, A. César, 1950, *Assistência às crianças expostas em Portugal*, “*Amatus Lusitanus*”, *Revista de Medicina e Cirurgia*, vol. VII, Lisboa, 423-445.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 1992, *O Pico de Regalados e a sua população: 1554-1979*, dissertação de mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2000a, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, edição conjunta das Santas Casas da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, Barcelos.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2000b, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- ARIÈS, Philippe, 1988, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Relógio d'Água, Lisboa.
- ARMENGAUD, André, 1975, *La famille e l'enfant en France et en Angleterre du XVI au XVIII siècles. Aspects Demographiques*, Société d'édition d'enseignement supérieur, Paris.
- BADINTER, Elisabeth, 1998, *O amor incerto. História do amor maternal (do séc. XVII ao séc. XX)*, Relógio d'Água, Lisboa.
- BANDEIRA, Mário Leston, 1996, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.

- BARBOSA, Maria Cecília Ribeiro de Azevedo, 1997, *Cervães (1645-1810), Estudo Demográfico*, dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- BARREIRA, Cecília, 1992, *História das Nossas Avós (Retrato da Burguesia em Lisboa 1890-1910)*, Edições Colibri, Lisboa.
- BECHTEL, Guy, 1999, *A carne, o diabo e o confessor*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- BERNARDINO, Teresa, 1985, *Sociedades e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa.
- BRANDÃO, Fátima, 1994, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*, Porto.
- BRETTEL, Caroline, 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- BURGUIÈRE, André, 1981, *A Demografia*, Fazer História 2, Livraria Bertrand, Lisboa.
- BURGUIÈRE, André (dir.), et al., 1999, *História da Família*, Vol. IV, *O Ocidente: Industrialização e Urbanização*, Terramar, Lisboa.
- CABRAL, João de Pina, 1989, *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- CARCAMO, Juan Gracia, 1988, *Mentalidad popular y actitudes de las elites ante la infancia abandonada en Vizcaya al final del Antiguo Regimen*, Congreso de Historia de Euskal Herria, Vitoria-Gasteiz, 431-437.
- CARDONA, Maria João, 1997, *Para a História da Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990)*, Porto Editora, Porto.
- CARREIRA, Henrique Medina, 1996, *As Políticas Sociais em Portugal*, Trajectos Portugueses, Gradiva, Lisboa.
- CAVACO, Carminda, 1973, *A região de fronteira do rio Minho*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- CAPELA, José Viriato, 1987, *Entre Douro e Minho (1750-1830). Finanças, Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, 3 vol. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- CAPELA, José Viriato, 1995, *O Minho e os seus Municípios*, Universidade do Minho, Braga.
- CHÂTELIÉ, Louis, 1995, *A religião dos pobres, as fontes do cristianismo moderno (sécs. XVI-XIX)*, Editorial Estampa, Lisboa.
- CHANTAL, Suzanne, s.d., *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*, Edições “Livros do Brasil”, Lisboa.
- CHAUNU, Pierre, 1974, *Histoire: Science Sociale*, S.E.D.E.S., Paris.
- CÓNIM, Custódio, 1990, *Portugal e a sua População (I e II)*, Publicações Alfa, Lisboa.
- CRUZ, António, 1970, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras, Porto.
- DANTAS, Júlio, 1916, *O amor em Portugal no século XVIII*, Lello, Lisboa.
- DEVOLDER, Daniel, 1996, *Ilegitimidad y Matrimonio Tardío*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 331-349.
- DUBY, Georges, 1998, *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Terramar, Lisboa.
- DUPÂQUIER, Jacques, 1984, *Pour la Demographie Historique*, P.U.F, Paris
- DUPÂQUIER, Jacques, 1995, *La microanalyse en Démographie Historique et Historique, et Histoire Sociale. L’Enquête des 3 000 Familles*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 295:305.
- DURÃES, Margarida, 1986, *Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota – séculos XVIII-XIX*, in *A mulher na Sociedade Portuguesa (...)*, Actas do Colóquio, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DURÃES, Margarida, 1987, *A Casa Rural Minhota: papel e significado no contexto hereditário (séculos XVIII e XIX)*, Cadernos do Noroeste, 1(1), Braga, 81-93.
- DURÃES, Margarida, 1992, *No fim não somos iguais: Estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social*, Boletín de la Asociación de Demografia Histórica, X, 3, 125-141.

- DURÃES, Margarida, 2000, *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (sécs. XVIII-XIX)*, dissertação de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho Braga.
- EIRAS ROEL, António, 1990, *Mecanismos autorreguladores, evolução demográfica e diversificação intrarrelacional, o exemplo da População da Galiza*, Boletín da Asociación de Demografía Histórica, VIII, 2, Madrid, 51-72.
- EIRAS ROEL, António, 1991, *Consideraciones sobre la emigración española a América y su contexto demográfico*, Seminari d'Estudis sobre la Población del País Valencia, Alicante.
- EIRAS ROEL, António, 1996, *La Población de Galicia, 1750-1860*, Santiago de Compostela.
- EVANGELISTA, João, 1971, *Um século de População Portuguesa*, Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa.
- FARIA, Inês Martins de, 1998, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães.
- FEIJÓ, Rui Graça, 1992, *Liberalismo e Transformação Social. A região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Editorial Fragmentos, Lisboa.
- FERNANDES, Mário Gonçalves, 1995, *Viana do Castelo – A consolidação de uma cidade (1855-1926)*, Edições Colibri.
- FERRO, João Pedro, 1995, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Editorial Presença, Lisboa.
- FLANDRIN, Jean-Louis, 1992, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Imprensa Universitária, n.º 95, Editorial Estampa, Lisboa.
- FLINN, Michael W., 1989, *El sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Editorial Crítica, Barcelona.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 2001, *As Misericórdias do Alto Minho – perspectiva histórica e actualidade*, in *Actas do I Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, (Outubro/1998), Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 2001, *Viana e Caminha no início do século XVI: População, Sociedade e Assistência*, Comunicação apresentada no III Congresso Histórico de Guimarães, 24-27 de Outubro /2001.
- FOUCAULT, Michel, 1994, *A vontade de saber. História da sexualidade*, Relógio d'Água, Lisboa.
- GARCIA GUERRA, Delfin, 1983, *El Hospital Real de Santiago (1499-1804)*, Fund. P. Barrie Maza, Coruña.
- GÉLIS, Jacques, 1990, *A individualização da criança*, in *História da Vida Privada* (dir. de Philippe Ariès e Georges Duby), vol. III, Edições Afrontamento, Porto, 311-329.
- GEREMEK, Bronislaw, 1995, *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*, Terramar, Lisboa.
- GOLDEY, Patrícia, 1981, *Emigração e estrutura familiar – estudo de um caso no Minho*, in, *Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, Estudos Contemporâneos, n.º 2/3, Porto, 111-127.
- GONZÁLEZ, Elena Robles, e POZZI, Lucia, 1997, *La mortalidad infantil en los años de la transición: una reflexión desde las experiencias italiana y española*, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, XV-I, Madrid, 165-199.
- GUIBENTIF, Pierre, 1985, *Génese da Providência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações ao corporativismo*, Ler História, 5, 27-58.
- HENRY, Louis, 1988, *Técnicas de análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa.
- GUILLAUME, P. e POUSSOU, J.P., 1970, *Démographie Historique*, Armand Colin, Paris.
- HESPANHA, António Manuel, 1986, *Nas Vésperas de Levanthan – Instituições e Poder Político, Portugal, século XVII*, Lisboa.
- HESPANHA, António Manuel, 1993, *Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares*, in MATOSO, José (dir.), *História de Portugal. O Antigo Regime*, vol. IV, Editorial Estampa, Lisboa, 273-285.

- JUSTINO, David, 1989, *A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, vol. II, Coleção Documenta Historica, Veja, Lisboa.
- LASLETT, Peter, 1975, *O mundo que nós perdemos*, Cosmos, Lisboa.
- LASLETT, Peter, et al., 1980, *Bastardy and its Comparative History*, Edward Arnold, London.
- LEBRUN, François, 1983, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Lisboa.
- LOPES, Maria Antónia, 1993, *Os pobres e a assistência pública*, in MATOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Editorial Estampa, Lisboa, 501-515.
- MACHADO, Maria Arminda Loureiro Machado, 1995, *S. Miguel da Facha (1710-1989), Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, dissertação de mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, s.d., *Demografia Histórica*, Livraria Pioneira Editora, S. Paulo.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) 1984, *População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, Brasil.
- MARCÍLIO, M. L. (org.), 1993, *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*, Edições Loyola, São Paulo, Brasil.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, 1986, *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, 1999, *Raízes Históricas da Diocese de Viana do Castelo*, Viana do Castelo.
- MOUTINHO, Maria José, 1987, *O Folheto de Cordel. Mulher, Família e Sociedade no Portugal do século XVIII (1750-1800)*, dissertação de mestrado (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- NAZARETT, J. Manuel, 1988, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Editorial Presença, Lisboa.
- NAZARETT, J. Manuel, 1996, *Introdução à Demografia*, Editorial Presença, Lisboa.
- NEVES, António Amaro das, 1998, *Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime*, Boletín de la Asociación de Demografia Histórica, XVI, I, Madrid, 137-173.
- NEVES, António Amaro, 2001, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no norte de Guimarães – séculos XVI – XVIII*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães.
- OLIVEIRA, Carlos Prada de, 1997, *Aspectos da assistência à infância em Bragança no século XIX*, Separata de Pág. de História da Diocese de Bragança Miranda, Bragança, 511-556.
- PEREIRA, Maria Olinda Alves (coord.), 1996, *Recenseamento dos Arquivos Locais, Câmaras Municipais e Misericórdias*, vol. 3 - Distrito de Viana do Castelo, Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- PÉREZ GARCIA, J.M., 1975, *La jurisdicción de la Lanzada en el Antiguo Régimen. Población, sociedad y economía*, Tesis Doctoral, Universidad de Santiago, Santiago de Compostela.
- PÉREZ GARCIA, J. M., 1979, *Um modelo de sociedade rural de Antiguo Regimen, en la Galicia Costera*, Santiago de Compostela.
- PÉREZ GARCIA, J. M., 1995, *Demografia Cualitativa y Coyuntural en las Rias Bajas Gallegas. El ejemplo del Salnés (1750-1838)*, in Actas do III Congresso da ADEH, Vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 145-165.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, 1980, *Las crisis de mortalidad en la España Interior – siglos XVI-XIX*, Madrid.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, e REHER, David Sven, 1986, *Mecanismos Demográficos a largo plazo de la población europea*, Revista de História Económica, 4 (3), 467-490.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, 1988, *Respuestas demográficas ante la coyuntura económica en la España rural del Antiguo Régimen*, Boletín de la Asociación de la Demografía Histórica, 6 (3), 81-118.
- PERROT, Michelle, 1990, *Dramas e conflitos familiares*, in *História da Vida Privada*, direcção de Philippe Ariés e Georges Duby, Vol. IV, Edições Afrontamento, Porto, 263-285.

- PRESSAT, Roland, 1987, *Diccionario de Demografía*, Colección Ciencias Geográficas, Oikos-tau, s. a. –ediciones, Barcelona.
- REHER, David Sven, 1988, *Fluctuaciones económicas y comportamiento demográfico en la España urbana*, Boletín de la Asociación de la Demografía Histórica, 6 (3), 51-80.
- REHER, David Sven, 1996, *La Familia en España. Passado y Presente*, Alianza Editorial, Madrid.
- ROBERTS, Nickie, 1996, *A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental*, Editorial Presença, Lisboa.
- ROCHA, Manuel Inácio, 1996, *O Real Colégio das Chagas. Instrução de meninas em Viana (1778-1884)*, edição do Governo Civil de Viana do Castelo e do Centro de Estudos Regionais (CER).
- RODRIGUES, Henrique, 1994, *O Espaço Geográfico da Ribeira Lima na Reforma Administrativa de 1832-1836*, Viana do Castelo, Separata de Estudos Regionais, n.º XIII-XIV, 149-170.
- RODRIGUES, Henrique, 1995, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Teresa, 1997, *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do Século XVI aos nossos dias*, Edições Cosmos, Lisboa.
- RODRÍGUEZ IGLESIAS (dir.), 1985, *A Galícia do Antigo Réxime. Economia e Sociedade*, Galicia Historia, vol. III, Hércules Editores.
- ROWLAND, Robert, 1981, *Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças*, Estudos Contemporâneos, 2-3, Porto, 199-242.
- ROWLAND, Robert, 1984, *Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal*, Ler História, 3, 13-32.
- ROWLAND, Robert, 1987, *Nupcialidade, Família, Mediterrâneo*, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, ano V, n.º 2, 128-143.
- ROWLAND, Robert, 1995, *Microanálise e Regimes Demográficos*, in REHER, David (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Microanalíticos (...)*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 23-34.
- SÁ, Eduardo, e CUNHA, Maria João, 1996, *Abandono e Adopção – O nascimento da família*, Livraria Almedina, Coimbra.
- SAMPAIO, Francisco, 1979, *Análise qualitativa das estatísticas demográficas do Distrito de Viana do Castelo na 2.ª metade do séc. XIX*, Cadernos Vianenses, tomo II, Viana do Castelo, 190-205.
- SANTOS, Cândido dos, 1978, *A população do Porto de 1700 a 1820*, Revista de História, vol. I, , Porto, 281-349.
- SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, 1999, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – NEPS/ICS, Universidade do Minho, Guimarães.
- Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, Porto, 641-648.
- SANTOS, Eugénio dos, 1979, *Os livros de visitas pastorais da região portuense. Questões e perspectivas de abordagem*, in Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna”, I, Revista de História, vol. II, Porto.
- SANTOS, Eugénio dos, 1991, *Missões Populares e festa Barroca: um aspecto da sensibilidade colectiva*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, Vol. II, Reitoria da
- SANTOS, Maria José Moutinho, 1981, *Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII*, Revista História, Vol. IV, 35-47.
- SARAIVA, Manuel da Costa, 1997, *Igreja e Comunidade. O caso de Belinho entre os séculos XVII e início do XX*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- SOARES, Franquelim Neiva, 1989, *Catolicismo, Sociedade, e Moralidade no final do Antigo Regime. Visitações de Salamonde (1750-1831)*, Cadernos do Noroeste, 2 (2-3), Braga, 217-260.

- SCOTT, Ana Sílvia V., 1995, *Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica*, in Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 89-100.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1998, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Livros Horizonte, Lisboa.
- SERRÃO, Joel, 1973, *Demografia Portuguesa*, Livros Horizonte, n.º 19, Lisboa.
- SERRÃO, Joel, 1985, *Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista*, in *A mulher na sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Vol. II, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, Coimbra, 325-352.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, 1999, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, NEPS/ICS, Universidade do Minho, Guimarães.
- SHORTTER, Edward, 1975, *A Formação da Família Moderna*, Terramar, Lisboa.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1995, *História da Família: tendências e metodologias*, Ler História, 29, 19-24.
- SILVA, Maria Manuela T. F. da, 1996, *A ilegitimidade em Cambeses S. Tiago*, in Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Afrontamento, Porto, 159-185.
- SOARES, Franquelim Neiva, 1989, *Catolicismo, Sociedade e Moralidade no final do Antigo Regime. Visitações de Salomonde (1750-1831)*, Cadernos do Noroeste, Braga, vol. II/2-3, 217-260.
- SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, 2001, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), Guimarães.
- SOMOZA DE MONSURIU, 1775, *Estorvos y remedios de la riqueza en Galicia*, Santiago. Cit. por Eiras Roel, 1967-1968, *La Casa de Expósitos (...)*, Bol. Univ. Sant., LXXV-LXXVI, Fasc. 2, 295-334,.
- SOUSA, 1996, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, Centro de Estudos da População e Família, n.º 2, Porto, 7-75.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge, 1997, *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*, Editorial Presença, Lisboa.
- VASQUINHAS, Irene, 2000, *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, Edições Colibri, Lisboa.
- WOOLF, Stuart, 1989, *Los pobres en la Europa Moderna*, Editorial Crítica, Barcelona.
- WRIGLEY, E. A., 1985, *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*, Editorial Crítica, Barcelona.
- VELASCO MERINO, Eduardo, 1996, *La Natalidad Ilegítima en la Ciudad de Zamora a través de los Registros Parroquiales durante la 2.ª mitad del Siglo XVIII*, in Actas do III Congresso da ADEH, Vol. III, Afrontamento, Porto, 249-270.
- XAVIER, Ângela Barreto, 1999, *Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes (sécs. XVI e XVII)*, in Lusitania Sacra, 2.ª série, Tomo XI, pp. 55-85.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- ALVAREZ SANTALÓ, L. C., 1980, *Marginación social y mentalidad en Andalucía Occidental. Expositos en Sevilla (1613-1910)*, La Junta de Andalucía, Sevilla.
- ALVAREZ SANTALÓ, L.C., 1987, *Anormalidad y codigos de conducta de la familia en el Antiguo Régimen: la doctrina religiosa sobre el abandono de niños*, in CHACON F. (ed.) *Familia y sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*, Universidad de Murcia, Murcia, 43-68.
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas, 1984, *Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas*, Revista de História, vol. I, Porto, 147-166.
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas, 1987, *Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo no século XIX*, Revista de Ciências Históricas, vol. II, Porto, 261-267.
- ANSON CALVO, Maria del Carmen, 1996, *Niños Ilegítimos e Niños Expósitos en las Asturias del Siglo XVIII. La propuesta de un Ministerio de Sanidad*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 205-229.
- BRETTELL, Caroline e FEIJÓ, Rui, 1989, *A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares*, Cadernos Vianenses, tomo XII, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 216-266.
- BRETTELL, Caroline e Feijó, Rui, 1991, *Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal. Public welfare and family strategies, Enfance abandonnée et société en Europe XVe - XXe siècles*. Actes du colloque, École Française de Rome, Rome, 273-300.
- CASTRO, Luís Cyrne de, 1978, *Algumas notas sobre a assistência aos expostos em Viana do Castelo e seu Termo*, Roteiro de Viana, Ano XX, Viana do Castelo.
- CORTES, Nuno Osório, 1991, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- CORTES, Nuno Osório, 1996, *O sistema liberal da Roda dos expostos. O exemplo da administração algarvia (1820- 1884)*, Actas do III Congresso da A D E H, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 127-138.
- CUNHA, Manuela, 1986, *L'abandon d'enfants au Portugal: une vision diachronique de l'évolution des institutions et de la législation suivie d'un étude de cas de le ville de Guimarães*, Université de Paris IV ("mémoire de D.E.A."), Paris (policopiado).
- EIRAS ROEL, A., 1967-1968, *La casa de Espósitos del Real Hospital de Santiago en el siglo. XVIII*, Boletín de la Universidad Compostelana, ns. 75-76, Santiago de Compostela.
- FERNANDEZ UGARTE, Maria, 1988, *Expósitos en Salamanca a comienzos del siglo XVIII*, Diputación Provincial, Salamanca.
- FERREIRA, António Gomes, 2000, *Gerar, Criar, Educar. A criança no Portugal do Antigo Regime*, Quarteto Editora, Coimbra.
- FERREIRA, Jorge M. Rodrigues e Ferreira, Olegário A. Vieira, 1996, *O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro durante o século XIX (notas para o seu estudo)*, Actas do III Congresso da A D E H, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 139-157.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 1996a, *Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol.3, Afrontamento, Porto, 187-203.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 1996b, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima e Centro de Estudos Regionais (CER), Ponte de Lima.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 1999a, *Contexto social e problemática do abandono de crianças no âmbito da reconstituição de paróquias. O exemplo de Ponte de Lima nos séculos XVIII e XIX*, Actas do IV Congreso de la ADEH, Vol. II, Servicio Editorial, Universidad del País Vasco, Bilbao, 343-354.

- FONTE, Teodoro Afonso da, 1999b, *Exposição de crianças, marginalidade e comportamentos demográficos. O estudo dos expostos e o seu contributo para a história das populações*, comunicação apresentada nas Primeiras Jornadas do Neps, Guimarães, 25-27 de Novembro.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 1999c, *Os Expostos e a História das Populações. Trajecto e dificuldades de uma investigação*, Boletim Informativo do NEPS, n.º 7, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Guimarães.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 2000, *Instituições de assistência e redes de solidariedade em Viana no século XIX*, Estudos Regionais, vol. 21, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 67-93.
- FONTE, Teodoro Afonso da, 2001, *Abandono e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza. Repercussões demográficas e sociais de uma estratégia sem fronteiras*, comunicação apresentada no VI Congresso da ADEH, Castelo Branco.
- LARQUIÉ, Claude, 1987, *El niño abandonado en Madrid durante el siglo XVII: balance y perspectivas*, in Chacon, F. (ed.), *Familia y sociedad en el Mediterráneo Occidental, Siglos XV-XIX*, Universidad de Murcia, Murcia, 69-91.
- LARQUIÉ, Claude, 1985, *La mise en nourrice des enfants madrilènes au XVII^e siècle*, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 32, Janvier-Mars, Paris, 125-144.
- LOPES, Maria Antónia, 1984, *Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1869)*, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXI, Coimbra, 119-176.
- MARCÍLIO, M. L. e VENÂNCIO, R. P., 1990, *Crianças abandonadas e primitivas formas de sua protecção. Séculos XVIII e XIX*, in Woude, Ad van der. *The role of the state and public opinion in sexual attitudes and demographic behavior*, Paris, 509-519.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, 1998, *História social da criança abandonada*, editora Hucitec, São Paulo, Brasil.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, 2000, *A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil*, Boletim do NEPS, n.º 16, Universidade do Minho, Guimarães.
- MATOS, Sebastião, 1983, *Os expostos da Roda em Esposende*, Boletim Cultural de Esposende, Dezembro de 1983, pp. 39-90, Esposende.
- MATOS, Sebastião, 1995, *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, Barcelos.
- MATOS, Sebastião, 1996, *Os expostos de Barcelos em finais do Antigo Regime*, *Revista do Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM)*, n.º. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 191-205.
- MIKELARENA, Fernando, e VALVERDE, Lola, 1996, *Ilegitimidad y Exposición en Navarra (Siglos XVI-XX)*, in *Actas do III Congresso da ADEH*, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 271-302.
- MORAIS, Maria da Graça de, 1987, *Os expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830)*, *Revista de Cultura Almansor*, n.º. 5, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 45-87.
- NEIVA, Manuel Albino Penteado, 1985, *A administração de Barcelos no século XIX face ao problema dos enjeitados*, "Barcellos-Revista", vol. II, n.º.2, Barcelos.
- ONGER, Sergio, 1985, *L'infanzia negata. Storia dell'assistenza agli abbandonati e indigenti a Brescia nell'Ottocento*, AIED, Brescia.
- PÁSCOA, Marta e Rego, Miguel, 1998, *Os expostos em Castro Verde entre 1887 e 1899*, Câmara Municipal de Castro Verde.
- PÉREZ GARCIA, J. M., 1976, *La mortalidad infantil en la Galicia del siglo XIX. El exemplo de los expósitos del hospital de los Reys Católicos de Santiago*, XXIX, n.º 85-87, 171-197.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, 1996, *Infancia Abandonada e Ilegitimidad en la Historia de las Poblaciones Ibéricas*, *Actas do III Congresso da ADEH*, Vol.3, Afrontamento, Porto.
- PILOTO, Adelina, 1996, *Os expostos da Roda de Vila do Conde (1835-1854)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- PINA, Luís de, 1964, *Da Roda dos Expostos à Carta dos Direitos da Criança*, Boletim da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVII (Set.-Dez.), fascs. 3-4, Porto, 327-373.

- PLA ALBEROLA, Primitivo J., 1996, *Ilegítimos y Expósitos en Elda durante el Siglo XVIII*, in Actas do III Congresso da ADEH, Vol. III, Afrontamento, Porto, 231-247.
- RAIMUNDO, Natércia Reis, 1994, *A roda e os expostos*, Tipografia Lousanense, Lousã.
- REIS, Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos, 1988, *As crianças expostas em Santarém em meados do Antigo Regime (1691-1701). Elementos sociais e demográficos*, dissertação de mestrado (policopiada), Lisboa.
- REIS, Maria José da Cunha Porém, 1993, *Crianças abandonadas e expostas no concelho de Alenquer, 1866-1891*, Universidade Nova de Lisboa (policopiado), Lisboa.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes, 1996, *Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 107-126.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1985, *A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)*, Revista da Faculdade de Letras - História, 2^a. série, vol. II, Porto, 161-191.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1987, *The Casa da Roda do Porto: reception and restitution of foundlings in the eighteenth century, Enfance abandonnée et Société en Europe XVe-XXe siècle*, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 539-572.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1987, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, dissertação de mestrado (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1989, *Expostos, história das populações e informática*, Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, vol. 7, fasc. 3, Madrid, 55-64.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1992a, *Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas*, Penélope, n.º 8, 75-89.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; CORTES, Nuno Osório, 1992b, *A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados*, Cadernos do Noroeste, 5, 179-190.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1995, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1996, *Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 37-58.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1999, *Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime*, comunicação apresentada no Colóquio Internacional sobre Exclusão Social, Lisboa.
- SANTOS, Graça Maria de Abreu Brás dos, 2001, *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos, 1799-1923*, Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado em História Regional e Local (policopiada), Lisboa.
- SIMÕES, João Alves, 1999, *Os expostos da Roda de Góis, 1784-1841*, Universidade do Porto (dissertação de mestrado, policopiada), Porto.
- SOTO, Pedro Carasa, 1996, *Perspectivas de la Historiografía Española en Torno a los Expósitos e Ilegítimos, desde las Actuales Tendencias en Historia Social*, in Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 3, Afrontamento, Porto, 87-105.
- SOSA, Osvaldo de, 1981, *Os expostos na Idade Moderna*, Revista História, edição de “O Jornal”, n.º 28, Porto.
- VALVERDE LAMSFUS, Lola, 1994, *Entre el deshonor y la miseria: infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra, siglos XVIII y XIX*, Bilbao, Universidad del País Vasco.